



Universidade dos Açores

UMA CIDADE PORTUÁRIA – A HORTA ENTRE 1880-1926

SOCIEDADE E CULTURA COM A POLÍTICA EM FUNDO

CARLOS MANUEL GOMES LOBÃO

Tese apresentada à Universidade dos Açores para obtenção do
Grau de Doutor em História Contemporânea, sob a orientação dos
Professores Doutores Carlos Alberto da Costa Cordeiro & Susana
Serpa Silva

Ponta Delgada

2013

A minha mulher

Ao meu filho

À memória de Fátima Sequeira Dias

ÍNDICE

Tábua de Siglas e de Abreviaturas.....

Agradecimentos.....

Resumo.....

Abstract.....

.INTRODUÇÃO.....1

1. Objeto de estudo. Razões da sua escolha.....3

2. Limites cronológicos.....14

3. Cidade-portuária.....17

4. Organização temática.....22

5. Fontes e Bibliografia e Webgrafia.....23

CAPÍTULO I

HORTA – CIDADE PORTUÁRIA E CAPITAL DE DISTRITO: CRISES E SINAIS DE PROGRESSO (1880-1926)

1. A Horta no contexto arquipelágico e internacional: geografia e população.....29

1.1. A cidade da Horta como ponto de confluência de processos globalizantes.....32

1.2. População.....41

1.3. Saúde Pública.....44

1.3.1. A “influenza espanhola”.....48

2. Urbanismo e insularidade atlântica.....52

2.1. A cidade e urbanismo – enquadramento.....54

2.2. Insularidade atlântica.....62

3. “A Horta dos Cabos Submarinos”.....68

3.2. Um intervalo de tempo – a I Guerra Mundial.....77

4. Conjunturas de crise e de progresso.....84

4.1. A luta contra as adversidades (catástrofes naturais) 86

4.1.1. O ciclone de 28 de agosto de 1893.....87

4.1.2. Sismos devastadores.....89

4.2. O confronto face aos atrasos estruturais.....93

4.2.1. Das crises de subsistência à emigração.....94

4.2.1.1. Emigração.....100

4.2.1.2. Um fenómeno “incontornável”: a emigração clandestina ou “a pé enxuto” 107

4.2.1.3. Emigração do concelho da Horta entre 1880 e 1926.....112

4.3. Sinais de progresso: doca, estradas e caminhos, iluminação pública, água potável.....117

4.3.1. Uma “grande obra” – o porto artificial.....117

4.3.2. Estradas e caminhos.....126

4.3.3. “Aparece[u] a luz em todo o seu brilho”.....133

4.3.4. Abastecimento de água potável.....135

5. A Horta: “olhares de fora” 138

Conclusão.....146

CAPÍTULO II

O “FERVILHAR” DA POLÍTICA LOCAL: DO FIM DA REGENERAÇÃO À QUEDA DA I REPÚBLICA

1. Os partidos monárquicos tradicionais: a lenta desagregação e as dissidências. Os protagonistas locais.....**152**
2. O debate político-ideológico: o surgimento e divulgação de novas correntes – republicanismo.....**1160**
3. 3. Jornais e jornalistas.....**164**
 - 3.1. Imprensa militante na cidade da Horta.....**169**
 - 3.1.1. Imprensa Regeneradora.....**171**
 - 3.1.2. Imprensa Progressista.....**172**
 - 3.1.3. Imprensa Republicana.....**173**
 - 3.1.4. Imprensa Regionalista.....**175**
4. As lutas eleitorais.....**176**
 - 4.1. As eleições.....**181**
5. A Horta anti-autonomista?.....**187**
 - 5.1. A “passividade” perante o primeiro movimento autonomista e a recusa de adesão ao Decreto de 2 de março de 1895.....**190**
 - .A falta de capacidade financeira do distrito da Horta.....**191**
 - .As convulsões da política local.....**193**
 - .A inexistência da comissão autonómica da Horta.....**193**
 - .O separatismo.....**195**
 - 5.2. A rejeição da ideia de “autonomia integral” no segundo movimento autonomista.....**197**
 - 5.2.1. “É organizado o regionalismo n[o distrito d]a Horta”.....**202**
 - 5.3. A “visita dos intelectuais”: entre a adesão e a crítica.....**208**
6. Ecos da vida política nacional na cidade faialense.....**214**
 - 6.1. O Ultimato e a eclosão do fervor nacionalista: manifestações locais.....**214**
 - 6.1.1. A Horta adere à subscrição nacional.....**216**
 - 6.2. O significado político e social da visita Régia de 1901.....**220**
 - 6.2.1. Os reis de Portugal nesta ilha.....**221**
 - 6.3. “Gravíssimo atentado contra a família real”: o Regicídio.....**227**
 - 6.4. A Horta e a proclamação de República: o “adesivismo”.....**230**
 - 6.5. Um faialense na Presidência da República: reações locais.....**239**
 - 6.5. A eleição de Manuel de Arriaga, o “grande caudilho republicano”.....**240**
7. A consagração do novo poder: a Horta e as atribuições da I República.....**243**
 - 7.1. A Horta e administração distrital entre 1910-1926.....**246**
 - 7.2. A Horta e os atos eleitorais entre 1911 e 1925.....**249**
 - .A eleição de 1911.....**251**
 - .A eleição de 1915.....**252**
 - .A eleição de 1918.....**253**
 - .A eleição de 1919.....**254**

.A eleição de 1921.....	255
.A eleição de 1922.....	256
.A eleição de 1925.....	256
8. O golpe de 28 de maio de 1926 e a instauração da Ditadura Militar.....	260
Conclusão.....	263

CAPÍTULO III

INVESTIMENTO NO FUTURO E NO PROGRESSO: A EDUCAÇÃO E O ENSINO

1. O Ensino Primário.....	276
1.1. Escolas públicas e particulares.....	282
1.1.1. Escola pública.....	283
1.1.2. Escolas móveis.....	287
1.1.3. Boas iniciativas que não passaram disso.....	289
.Escola de Artes e Ofícios e Aula Comercial.....	289
.Escola Industrial e Comercial da Horta.....	291
1.2. Escolas particulares.....	293
1.2.1. Colégios.....	295
1.2.2. Escolas de instituições de beneficência.....	301
1.2.3. Escolas, aulas ou explicações por iniciativa individual de professores.....	304
1.2.4. Escolas noturnas e diurnas de associações locais.....	305
1.3. O “parque escolar” e as suas deficiências.....	312
1.4. O absentismo escolar: hipóteses de compreensão do fenómeno.....	319
1.5. O balanço das Conferências Pedagógicas.....	331
2. O Ensino Liceal.....	339
2.1. A elevação da categoria do Liceu da Horta	340
2.2. A tumultuária transferência do Liceu da Horta.....	346
2.2.1. O edifício do largo do Bispo.....	347
2.3. Mobilização pública mediante a hipótese de extinção do Liceu da Horta.....	353
2.3.1. A confirmação de boatos alarmantes.....	358
2.4. A evolução do número de alunos matriculados: o início da presença feminina.....	361
3. O professorado do ensino secundário: recrutamento, formação e categorias profissionais.....	369
4. Uma iniciativa efémera: a Escola Distrital de Habilitação ao Magistério Primário.....	374
Conclusão.....	382

CAPÍTULO IV

VIDA SOCIAL: FORMAS DE ASSOCIATIVISMO E ESPAÇOS MUNDANOS

1. O associativismo e a sociabilidade – reflexos de um espírito de cidadania.....	387
2. A questão social e o associativismo beneficente e mutualista.....	391
2.1. A proteção aos desvalidos – os Asilos de Mendicidade e de Infância Desvalida.....	397
2.1.1. Asilo de Mendicidade da Horta.....	401
2.1.2. Asilo de Infância Desvalida [do Infante D.Luís].....	407

.A precariedade financeira.....	410
2.2. A sociabilidade caritativa e o protagonismo feminino.....	414
2.2.1. O exemplo de Cristina Arriaga - “um verdadeiro anjo da caridade”.....	416
2.3. As Caixas Económicas.....	420
3. O associativismo recreativo, cultural e desportivo.....	426
3.1. Sociedades e Grémios.....	429
3.2. As novas e velhas filarmónicas.....	433
3.2.1. O papel da música na vida social e cultural.....	442
3.3. O <i>Teatro União Faialense</i> : o simbolismo do monumento e a arte dramática profissional e amadora.....	446
3.4. Uma alternativa: o Salão-Teatro Éden.....	455
3.5. Os clubes desportivos: a nova atração das massas.....	458
3.6. Festividades. Os convívios interinsulares e a “Fraternidade Açoriana”.....	477
3.6.1. Festividades religiosas.....	478
.As festas do Espírito Santo.....	479
.As festas da Igreja Católica.....	483
3.6.2. Festividades profanas: o Carnaval.....	486
3.6.3. Festividades cívicas e patrióticas.....	488
.A celebração de figuras simbólicas ou heróis pátrios.....	488
.A festa da Árvore.....	491
3.6.4. Os convívios interinsulares e a “Fraternidade Açoriana”.....	493
Conclusão.....	497

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....499

FONTES, BIBLIOGRAFIA e WEBGRAFIA.....513

.Fontes Manuscritas.....	515
.Fontes Datilografadas.....	524
.Fontes Impressas.....	524
.Bibliografia.....	535
.Webgrafia.....	575

.ÍNDICE DE FIGURAS.....579

.ÍNDICE DE GRÁFICOS.....579

.ÍNDICE DE GRAVURAS.....579

.ÍNDICE DE MAPAS.....579

ÍNDICE DE QUADROS.....579

Tábua de Siglas e de Abreviaturas

.AA: Arquivo dos Açores.
.AAC: Angústias Atlético Clube.
.AAR: Arquivo da Assembleia da República.
.AAVV: Autores vários.
.Ab.: Abril.
.ACISA: Arquivo da Casa de Infância de Santo António.
.ACMSCF: Arquivo da Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores.
.AEBIAJA: Arquivo da Escola Básica e Integrada António José de Ávila.
.AESMA: Arquivo da Escola Secundária Manuel de Arriaga.
.AFGBS: Arquivo da família do Dr. Gabriel Batista de Simas.
.Ago.: Agosto.
.AMG: Arquivo do Museu da Graciosa.
.AMH: Arquivo do Museu da Horta.
.Ang.: Angústias.
.ANTT: Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
AOPDH: Arquivo das Obras Públicas do distrito da Horta.
.Ap.: Apud.
.APA: Arquivo da Paróquia das Angústias.
.APF: Arquivo da Paróquia dos Flamengos.
.APINSA: Arquivo Paroquial da Igreja de Nossa Senhora das Angústias.
.Apres.: Apresentação.
.Art.: Artigo.
.ASCH: Arquivo do Sporting Club da Horta.
.ASFUP: Arquivo da Sociedade Filarmónica Unânime Praiense.
.ASFUP: Arquivo da Sociedade Filarmónica Unânime Praiense.
.ASLAF: Arquivo da Sociedade Literária Artista Faialense.
.BFC: Brithis Footbal Club.
.BN: Biblioteca Nacional.
.BPARAH: Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo.
.BPARJJG: Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça.
.BPARPD: Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada.
.Cf.: Conferir.
.CMH: Câmara Municipal da Horta.
.Coord.: Coordenação.
.Dez.: Dezembro.
.Dir.: Direção.
.DRAC: Direção Regional da Cultura.

.Cap.: Capelo.
.C.B.: Castelo Branco.
.Ced.: Cedros.
.Comp.: Companhia.
.Con.: Conceição.
.D.a.: Documentação avulsa.
.Dir.: Direção.
.DREPA: Direção Regional de Estudos e Planeamento dos Açores.
.Ed.: Edição.
.Emp.: Empresa.
.EUA: Estados Unidos da América.
.Et al.: Et alli.
.Fem.: Feminino.
.Fet.: Feteira.
.Fev.: Fevereiro.
.Fla.: Flamengos.
.Fnn.: Folha (s) não numerada (s).
.FSC: Fayal Sport Club.
.H.: hora (as).
.Ibid.: Ibidem.
.Id.: Idem.
.ICS: Instituto de Ciências Sociais.
.INIC: Instituto Nacional de Investigação Científica.
.Introd.: Introdução.
.Já cit.: Já citado.
.Jan.: Janeiro.
.Jul.: Julho.
.Jun.: Junho.
.Lda.: Limitada.
.Liv.: Livro.
.Km.: quilómetro (s).
.M.: metro (s).
.Mai.: Maio.
.Mar.: Março.
.Masc.: Masculino.
.Mat.: Matriz.
.Nov. Novembro.
.Ob. cit.: Obra citada.
.Org.: Organização.
.Out.: Outubro.

.P. Al.: Praia do Almoxarife.
.P.M.: Pedro Miguel.
.P. N.: Praia do Norte.
.Pnn.: Página (s) não numerada (s).
.Pres.: Presidente.
.Rib.: Ribeirinha.
.SAP: “Sociedade Amor da Pátria”.
.SCH: Sporting Club da Horta.
.Sec.: Secretário.
.Sécs.: Séculos.
.S. d.: Sem data.
.S. l.: Sem local.
.S/R: Sem referência.
.SREC: Secretaria Regional da Educação e Cultura.
.Set.: Setembro.
.Tes.: Tesoureiro.
.Trans.: Transcrição.
.V.: Verso.
.Vol.: Volume.

Agradecimentos

Qualquer trabalho científico depende do “entendimento e da pertinácia do seu autor”, mas resulta também, em muitos casos, e este não é exceção, da participação e da colaboração de pessoas e de instituições que não só merecem o devido reconhecimento, como também a devida referência.

Por isso, num elementar dever de assumida gratidão, registamos, com elevado apreço, o nosso agradecimento:

Ao Dr. Luís Menezes, coordenador da Direção Regional da Cultura na ilha do Faial, pelas facilidades concedidas no acesso aos Arquivos do Governo Civil do distrito da Horta e do Museu da Horta.

Aos funcionários e ao diretor da Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça, Dr. Luís San-Bento, pela maneira sempre diligente, carinhosa e disponível com que nos facultaram o acesso aos documentos, tornando assim toda a investigação mais agradável.

Ao Dr. Francisco Pereira, à Dra. Ana Rodrigues e os técnicos Norberto Vargas, Carlos Ávila e Nelson Oliveira, pela ajuda informática que nos permitiu minimizar as “armadilhas do computador”.

Aos que nos ajudaram nas diferentes fases deste trabalho, através de pesquisas e informações, da cedência de documentação variada (incluindo iconografia), de trabalhos e de textos inéditos, com sugestões e conselhos: Professor Doutor Ricardo Madruga da Costa, Professor Doutor José Miguel Sardica, Professor Doutor Henrique Melo Barreiros, Professora Doutora Irene Vaquinhas, Professora Doutora Ana Paula Silva, Professora Doutora Magda Carvalho, Mestre Joana Gaspar de Freitas, Mestre José Carlos Morais da Cruz, Mestre Sérgio Rezendes, Mestre Jorge Cunha, Mestre Luís Filipe Vieira, Mestre Leandro Ávila, Eng. Norberto Oliveira, Eng. Pedro Garcia, Eng. Ângelo Andrade, Arq. Martins Naia, Monsenhor António Saldanha, Monsenhor Júlio da Rosa, Dr. Urbano Bettencourt, Dr. Jorge Costa Pereira, Dr. Fernando Faria Ribeiro, Dra. Ilídia Fialho Quadrado, Dr. Victor Rui Dóres, Dra. Marília Rodrigues, Dra. Maria José Morais, Dra. Luna Benarús, Dr. Luís Sousa, Dr. Serafim Cunha, Padre Raimundo Bulcão, Padre Luís Dutra, António Bulcão, Tiago Silva, Manuel José Lemos, Filipe Garcia, Fernando Silveira, Maria da Luz Correia, Manuela e Mário Dias, Foto Jovial, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Portos dos Açores e Junta Autónoma do Porto de Aveiro.

Ao Dr. Eugénio Leal, presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária Manuel de Arriaga, pelas facilidades de horário concedidas no ano letivo de 2012-2013.

À Dra. Eduarda Torres, pela resolução e esclarecimento dos “problemas burocráticos”.

À Professora Doutora Susana Serpa Silva, a quem apresentamos a nossa admiração e simpatia pela sua disponibilidade em ter aceite ser nossa co-orientadora científica, contribuindo com as suas pertinentes sugestões e críticas.

Ao Prof. Doutor Carlos Cordeiro, pela sua imediata anuência em ter aceitado ser nosso orientador científico e por ter criado as condições necessárias ao desenvolvimento da investigação, contribuindo para a sua melhoria com as suas sugestões e com a experiência conjunta de reflexão crítica, ao longo das fases do trabalho. A sua orientação esclarecida, atenta, sabedora, criteriosa e disponível constituiu para nós uma experiência significativa e enriquecedora

Em suma, agradecemos aos dois uma orientação que em muito contribuiu para nos fazer “crescer”, com o que com ambos descobrimos e aprendemos. Apesar de uma orientação esclarecedora, as omissões e as incorreções ainda existentes são da nossa responsabilidade.

Por último, mas não menos importante, à minha família, com quem sempre partilhámos esta investigação.

Bem hajam pela ajuda!

Resumo

Os Açores, graças à sua localização, desempenharam “um papel fulcral na história do Atlântico”. Seria neste contexto que a cidade da Horta se tornou, mercê do seu abrigado ancoradouro e de ser geralmente a primeira terra a que tanto navios como tripulações “arribavam” depois de uma viagem por mar, num dos principais portos de articulação das comunicações marítimas que ligavam entre si as ilhas dos Açores e os dois lados do Atlântico. Por outro lado, na sequência da atividade comercial e da curiosidade pelas ilhas, ganharia um ar cosmopolita, que chegou até ao presente. Dito de outra maneira, a situação geográfica e a excelência da sua baía em contacto com os “ventos” da história “universalizaram” o Faial, porque foi a partir da baía / porto, transformada (o), pela sua importância, no “pulmão e no estômago” da ilha e das suas gentes, que se teceria de forma prioritária a História do Faial, se afirmaria o seu feitio hospitaleiro e a feição cosmopolita da sua cidade. No quadro deste estudo trazer a cidade da Horta a debate é destacar o seu contributo para a história do Atlântico, como espaço cultural, económico, social, político e científico.

Palavras-chave: Horta; cidade-portuária; política; associativismo; cultura.

Abstract

The Azores played a central role in the History of the “Atlantic”, due to its geographical location. Since the city of Horta was like a sheltered harbor, so it was a mandatory stop for the many passing ships, used as a rest place for the ships’ crews before bearing off and continuing its voyages. Horta’s harbor was considered the main link of maritime communications between all the islands of the Azores on both sides of the Atlantic Ocean. Moreover, due to the existing commercial activity and the increase of curiosity of the other islands, Horta earned the status of a cosmopolitan city with a cosmopolitan atmosphere, which still exists today. In other words, its geographical location, its excellent bay, linked to the “winds” of history “universalized” this island. Because of the transformed harbor / port, its great importance revealed from the lungs and heart of its people, the history of Faial would weave itself in such a priority form that made possible to confirm the hospitable temperament and the cosmopolitan affection of the city of Horta. The fact of bringing the city of Horta into debate in this study highlights its contribution to the history of the Atlantic, as a cultural, economical, social, political and scientific venue.

Key-words: Horta; seaport city; politics; associativism; culture.

Introdução

“O que se diz, o que se pensa e o que se faz na Horta, não se diz, não se pensa nem se faz em parte alguma do mundo”, João José da Graça¹.

“Uma geração passa, outra lhe sucede: mas a terra subsiste”², Livro do Eclesiastes.

“Um continente é uma coisa muito grande e incerta para mim. A ilha é mais curta. Sai melhor das águas. De longe parece um pão. Ao perto é o que é: uma rocha com casas; gente dentro. [...]. Pode-se morrer descansado numa ilha. A cova nem por isso é mais curta”³, Vitorino Nemésio.

¹ *O Telégrafo*, 1934, abril 26 (10 445), p.1.

² “Livro do Eclesiastes”, in *Bíblia Sagrada*, 9.^a ed., Lisboa, Difusora Bíblica, 1981, p.846.

³ Vitorino Nemésio, *Corsário das Ilhas*, Amadora, Livraria Bertrand, 1983, p.90.

1. Objeto de estudo. Razões da sua escolha

Eric Hobsbawn considera que a desvalorização do passado constituiu um dos fenómenos mais característicos e lúgubres do final do século XX, por se ter instalado o que apelida de “presente contínuo”, pela simples razão de que os jovens crescem sem qualquer espécie de “relação com o passado da época em que vivem”⁴.

Para os humanistas – que tendem a ser, cada vez mais, em menor número – o estudo do passado assume enorme relevância, dado que, tal como a pessoa que não conhece a sua identidade, as sociedades hodiernas, que desconhecem o seu passado, tornam-se grupos de indivíduos desenquadrados e desenraizados que ignoram as suas origens e os antecedentes do seu tempo e que, por isso, não dispõem dos elementos necessários à percepção da própria atualidade e das suas circunstâncias. Assim, urge voltar a recuperar o lugar da História e, em particular, da História Local.

Se a História visa estudar o Homem no tempo⁵ e no espaço isto quer dizer que a sua vida inevitavelmente se desenrola em pequenos espaços – família e comunidade – que se convertem na base da sua vida social. Em nosso entender estes dois espaços são concomitantemente resultado e “fatores” do Mundo⁶.

Deste modo, ao defini-la como o estudo (a ciência) do homem no tempo e no espaço deu-se “um passo decisivo para a expansão dos domínios historiográficos”⁷. Neste âmbito, assume particular relevo a História Local, que cada vez mais se encontra na ordem “do dia”, por ter passado a constituir uma das novas possibilidades de investigação e interpretação históricas:

“Ao focalizar o peculiar, redimensionaria a análise do nacional, que ressalta as identidades e semelhanças, enquanto o conhecimento [...] do local insistira na diferença e diversidade, focalizando o indivíduo no seu meio sociocultural, político e geoambiental, na interação com os

⁴ Eric Hobsbawn, *A Era dos Extremos. História Breve do Século XX-1914-1991*, Lisboa, Editorial Presença, 1996, p.15.

⁵ Veja-se Marc Bloch, *Introdução à História*, 2.^a ed., Mem-Martins, Publicações Europa-América, 1974.

⁶ Cf. Francisco Ribeiro da Silva, “História Local: objetivos, métodos e fontes”, in <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3226.pdf> (consultado em 23-09-2009). Sobre o assunto, veja-se Luís Carlos Borges da Silva, “A Importância do estudo da História Regional e Local no Ensino Fundamental”, in <http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuhIII/luiscarlos.pdf> (consultado em 23-09-2009); José Amado Mendes, “História local e memórias: do Estado-nação à época da globalização”, in <https://estudogeral.sib.ucp/bitstream/10316/12801/1/José%20M.Amado%20Mendes%2034.pdf> (consultado em 20-11-2009); Luís Reis Torgal, “História ... que história? Algumas reflexões introdutórias à temática da história local e regional”, *Revista de História das Ideias*, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias/ Universidade de Coimbra, vol. 11, 1989, pp.843-867; Jorge Borges de Macedo, “Unidade de Poder e diversidade de Situação nas áreas regionais em Portugal consequências metodológicas”, in Álvaro Matos & Raul Rasga [coord.], *Primeiras Jornadas de História Regional e Local*, Lisboa, Edições Colibri, 1993, pp.11-33.

⁷ José d’ Assunção Barros, “História, Espaço e Tempo: interações necessárias”, *Varia História*, vol. 22, Belo Horizonte, 2006, jul/dez (36), pp.460-476 [462].

grupos sociais e todas as extensões, alcançando vencidos e vencedores, dominados, conectando o individual com o social”⁸.

Em suma, a História Local pode contribuir para enriquecer e até corrigir a história nacional, além de se tornar num poderoso suporte da identidade (amor à terra, o “espaço vivido e não um espaço imaginário ou simbólico”⁹). De “antídoto” face aos efeitos nefastos da globalização.

Tomando em atenção a ilha do Faial (Açores) e o espaço da cidade da Horta, que funcionou como ponto de partida para as páginas que se apresentam, a opção resulta do fraco desenvolvimento historiográfico verificado na matéria – um panorama desolador. Esta situação levaria Maria Olímpia da Rocha Gil, em 1979, a reconhecer a indispensabilidade do desenvolvimento da investigação histórica açoriana em duas linhas dissemelhantes e convergentes: “Em primeiro aquela que nos leva a considerar que a história do arquipélago se integra no longo processo da história do atlântico. Em segundo lugar, a que se orienta para o estudo da evolução histórica local tendo em conta as características que lhe são próprias”¹⁰.

Por isso, apesar das falhas e dos silêncios que esta dissertação possa evidenciar, resultantes tanto do próprio autor como da documentação consultada, ela representa um esforço no sentido de oferecer um contributo para a História Local e também para a História do arquipélago açoriano, enquanto parte integrante do Atlântico. Ainda assim apresenta-se como “uma obra inacabada e lacunar” que não tem a pretensão de ser nem definitiva nem perfeita, pela simples razão de que a História é “campo infindável”¹¹. Percorremos um caminho imbuídos da ideia de que tínhamos algo de novo a dizer. Todavia, temos que admitir que este novo não esquece a sua provisoriedade, porque como refere Mattoso “num futuro mais ou menos próximo ficará velho, tal como toda a História. Bastará que seja útil para o nosso tempo [...], porque é para ser usado. Até haver outro que o substitua”¹².

⁸ Erivaldo Fagundes Neves, *História Regional e Local no Brasil: fontes e métodos da pesquisa histórica regional e local*, Salvador, UEFS/Ed. Arcádia, 2002, p.89.

⁹ Durval Muniz de Albuquerque Júnior, “Receita Regionais: a noção de região como um ingrediente da historiografia brasileira ou o regionalismo como modo preparo historiográfico”, in <http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/contente/anais/durval.pdf> (consultado em 11-12-2008).

¹⁰ Maria Olímpia da Rocha Gil, *O Arquipélago dos Açores no Século XVII: Aspetos Socioeconómicos (1575-1675)*, Castelo Branco, Edição do Autor, 1979, p.5. Veja-se Avelino de Freitas de Meneses, “As Ilhas, os Arquivos e a História – o caso dos Açores”, *Revista Arquipélago. História*, 2.^a Série, vol. 5, Ponta Delgada, Universidade dos Açores 2001, pp.723-732 [723-724].

¹¹ Luís Reis Torgal & José Amado Mendes & Fernando Catroga [coord.], *História da História em Portugal. Sécs. XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp.672-673 [672].

¹² José Mattoso [dir.], *História de Portugal*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992, p.17.

Apesar deste reconhecimento, esta dissertação aspira, por um lado, ao conhecimento de um mundo diferente bafejado pela ideia de que valeu a pena passar alguns anos a procurar pontas para ajudar a construir algo de novo: “indagar as origens”; “procurar a identidade”; “fundamentar a diferença”; “aceitar o Outro face ao Mesmo”; “conservar o Património cultural”¹³. Seguimos o caminho trilhado por Silveira de Macedo que, em 1871, escrevia a respeito da sua *História das Quatro Ilhas que Formam o distrito da Horta*”:

“Reconhecendo o direito que a pátria tem a exigir de seus filhos todos os serviços compatíveis com as suas forças e desejando de alguma sorte satisfazer este imperioso dever, empreendi há vários anos organizar a história das ilhas que formam o distrito da Horta de que a minha pátria é a capital, a fim de remediar a extrema falta, de que nela neste ponto se ressentia”¹⁴.

Por outro lado, pretende-se também que possa constituir um ponto de partida para novas perspectivas e interpretações que permitam “formular ideias que ainda não foram pensadas”¹⁵.

Sentimos esta dissertação como uma “aventura” necessária. Temos plena consciência de “que só poderemos conhecer verdadeiramente a história tentando fazer a sua história”¹⁶. Por isso, esta nossa procura do passado faialense não foi uma tarefa que percorremos sós. Acompanhou-nos o presente. Foram as preocupações do presente que nos levaram a interrogar o seu passado, devido ao desconhecimento que dele se tem, mas também a riqueza da documentação, dos “vestígios” que nos disponibilizou. Nesta linha de discurso, António de Oliveira não deixa de salientar que o homem separado do passado não tem presente, nem futuro, esse projeto do presente¹⁷. Isto é, assegurar o futuro, combatendo o “presente contínuo” atrás referido, implica assumir, ter a consciência de que as coisas do Mundo se resolvem em três momentos: no passado, no presente e no vindouro.

¹³ António Oliveira, “Problemática da História Local”, in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1995, pp.11-29.

¹⁴ António Lourenço da Silveira Macedo, *História das Quatro Ilhas Que Formam o Distrito da Horta*, I vol., edição fac-similada da edição de 1871, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1981, pnn. António Lourenço da Silveira Macedo (Horta, 1818; Idem, 1891). Comissário dos Estudos, professor e reitor do Liceu da Horta (1871, 1879 e 1890-1891). Fez parte do primeiro corpo docente do Liceu da Horta, regendo as seguintes cadeiras: Aritmética, Geometria e Álgebra e Filosofia Racional e Moral e Princípios do Direito Natural. Da sua atividade literária, pedagógica e historiográfica destacamos as seguintes obras: *Elementos de Aritmética*, 1871; *História das Quatro Ilhas que Formam o Distrito da Horta*, 1871; *Noções Sumárias de Geografia e Corografia de Portugal para as escolas primárias*, 1871; *Noções de História Geral e especialmente do Reino de Portugal para as escolas primárias*, 1877. Em 1884 foi nomeado presidente da Comissão para elaboração dos Anais do Município da Horta. Por Em 1883, foi agraciado com a Comenda da Ordem Militar de Nosso Senhor Jesus Cristo. Em 1897, por determinação da Câmara da Horta, a antiga rua de Santo Elias passou a denominar-se rua do Comendador Macedo.

¹⁵ António Nóvoa, “Prefácio”, in Jorge Ramos do Ó, *O Governo de si mesmo – modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX – meados do século XX)*, Lisboa, Educa, 2002, pp.XIX-XXIV.

¹⁶ Luís Reis Torgal & José Amado Mendes & Fernando Catroga [coord.], *História da [...]*, já cit., p.14.

¹⁷ Cf. António Oliveira, “Problemática da [...]”, já cit., in *O Faial e [...]*, p.29.

O tempo em estudo, não deixa de coincidir com um período da História que tem várias analogias com o nosso tempo e ficou conhecido por *Belle Époque*, circunscrito nos limites cronológicos, evidentemente imprecisos, entre 1871 e o eclodir da I Guerra Mundial (1914-1918).

Período marcado pela consagração dos mitos do progresso científico e tecnológico, em que se acreditava como capazes de dar resposta a todos os problemas humanos. Em simultâneo, por uma vida mundana marcada pela frivolidade e cosmopolitismo. Disfrutavam os mundos europeu e americano desta mundividência quando a I Guerra Mundial surgiu. Iniciava-se o século XX o tão debatido “pequeno século XX”, nos seus limites cronológicos fluídos de acordo com as perspetivas de análise.

A afirmação e o despontar dos Estados Unidos, em que o prestígio de Nova Iorque se viria a impor ao anterior e incontestado prestígio de Londres, de Paris e de Viena, revela-se num tempo que não deixa de ser marcado, por um lado, pelas fragilidades da democracia liberal e pela ascensão dos autoritarismos e, por outro, pela prosperidade (frágil) dos anos 20 e que termina com a crise de 1929. É neste contexto que se afirma outro aspeto característico do pós-guerra americano: os “roaring twenties”¹⁸ (os loucos anos vinte) em que o movimento e a máquina, a ânsia, a pressa de viver e esquecer e o *jazz-band* se afirmam com símbolos de uma nova era (o “tempo dos excessos”¹⁹).

No seu reduzido espaço insular, a Horta, dentro da sua pequenez, pobreza e modéstia, descobre de súbito que está alinhada com a civilização, ao viver e sentir o desabrochar dessa modernidade, mesmo que de forma diluída e mitigada, o que naturalmente não deixaria de arrastar consigo alterações de costumes e mentalidades entre a população faialense. Ao lado de formas tradicionais de cultura popular (o profano e o sagrado geralmente envolvidos ao domingo) surgem alguns fenómenos que evidenciam os primeiros traços da cultura de massas: o gosto pelo futebol e pelo cinema²⁰.

Este tempo não deixou de constituir para a cidade do canal uma época a vários níveis pioneira através de um conjunto de iniciativas e empreendimentos que não só marcariam a vida faialense como distrital, açoriana, nacional e internacional. Se a Horta nunca conheceu o caminho-de-ferro (exceção feita à pequena linha férrea construída e utilizada

¹⁸ Georges Dupeux, “Guerra e Crises (1914-1947)”, in Pierre Léon [dir.], *História Económica e Social do Mundo*, vol. V, Tomo I, Lisboa Sá da Costa Editora, 1982, p.178.

¹⁹ Joaquim Vieira, *Portugal Século XX. Crónica em Imagens (1920-1930)*, Lisboa Círculo de Leitores, 1999, p.23.

²⁰ Cf. Nuno Severiano Teixeira, “Da belle époque à era do jazz-band”, in António Reis, *Portugal Contemporâneo*, vol. II, Lisboa, Publicações Alfa, 1990, pp.313-328 [313].

para a construção da doca) – um mito do progresso –, conheceu outros mitos desse mesmo progresso: as comunicações telegráficas por cabo submarino e as experiências de navegação aérea.

Cidade pequena que nunca ultrapassou, no tempo em estudo, os 7 700 habitantes, – no entanto orgulhosa de ser a mais alfabetizada do País (embora com níveis de analfabetismo altos), não deixaria de acompanhar essa modernidade que lhe entrava pela porta dentro diariamente através do telégrafo, graças ao facto de se ter transformado no centro nevrálgico das comunicações por cabo submarino. Neste particular, é necessário que se reafirme que esta importância estratégica da Horta resultou de um evento histórico e político exterior, e que muitas vezes escapa à avaliação dos seus habitantes. Deste modo, a grandeza daquele que em muito ultrapassa a realidade insular “fez com que os Açores não fossem sujeitos del[e], mas antes objeto usado por outros”²¹.

Dentro desta linha de discurso, era vulgar, na Horta, ouvir falar inglês, francês e alemão pelas ruas, situação resultante da “estrangeiridade” que passava por ela como pela presença contínua de ingleses, irlandeses, americanos, canadianos, escoceses e alemães que trabalhavam nas diferentes companhias de cabo (uma espécie de cidade “estrangeira” dentro da cidade). Esta presença reforçava o contacto dos faialenses com a diversidade cultural que forma o globo. Acabou mesmo por conferir à Horta um “certo modo cosmopolita”²², que aliava uma nota de matizes europeias e americanas com um viver semi-rural²³, como o testemunharam, entre outros, os americanos Alice Baker (1882)²⁴ e Lyman H. Weeks (1882)²⁵, o italiano Enrico D’Albertis (1886) e o terceirense Vitorino Nemésio (1918). O oficial italiano chegou mesmo a escrever a este propósito que a Horta “se pod[ia] considerar uma pequena cidade europeia ou norte-americana, viva, e alegre”²⁶.

Ao mesmo tempo, acentua-se a maneira hospitaleira, cordial e o trato delicado e atencioso com “que os faialenses sempre souberam receber quem os visitava”, atitude con-

²¹ José Medeiros Ferreira, *Os Açores na Política Internacional*, Lisboa, Tinta-da-China, 2011, p.10. Ainda sobre o assunto, adianta: “A importância internacional dos Açores foi-lhe sempre atribuída pelo jogo das potências, pela configuração das estradas comerciais e aéreas, pelo desenvolvimento técnico das artes da navegação, pelas invenções tecnológicas, em suma, pelo contexto da política internacional”.

²² Marcelino Lima, *Anais do Município da Horta. História da Ilha do Faial*, Famalicão, Grandes Oficinas Gráfica Minerva, 1943, p.451. Reeditado em edições fac-similadas em 1976 e 2005.

²³ Cf. Vitorino Nemésio, *Corsário* [...], já cit., p.54.

²⁴ Cf. Alice Baker, Um Verão nos Açores e a Madeira de relance”, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vols. 16 & 17, Angra do Heroísmo, 1958-1960, pp.142-181 [149-156] e 107-151.

²⁵ Veja-se João Emanuel Cabral Leite, *Estrangeiros nos Açores no século XIX. Antologia*, Ponta Delgada, Signo, 1991, pp.115-116.

²⁶ *Id.*, pp.117-118.

siderada por Ricardo Madruga da Costa como “um património da gente açoriana”²⁷. Situação corroborada pelo navegador solitário Joshua Slocum, quando relewa a sua estadia na Horta em 1895:

“Era a época da fruta quando cheguei aos Açores e, em breve, havia mais quantidade dela a bordo do que eu sabia o que fazer com ela. As pessoas destas ilhas são as mais simpáticas do Mundo e eu não encontrei ninguém mais amável do que os bons corações deste lugar. Fiquei quatro dias no Faial, mais dois do que tinha planeado. Foi a simpatia dos ilhéus e a sua comovedora simplicidade que me retiveram”²⁸.

Também Marcelino Lima destaca a capacidade do faialense em se adaptar às ideias, aos costumes e às pessoas vindas de fora o que explica essa maneira que faz com que os estranhos se sintam bem logo de entrada²⁹.

Naturalmente que um marinheiro ou um viajante, depois de dias e dias sem qualquer contacto com terra e sofrendo as intempéries do oceano, ficaria fascinado com a notícia de terra à vista, o tal “ponto minúsculo” que emergia desta grande “toalha líquida” e não deixaria de experimentar um dos “grandes momentos da sua vida”³⁰. A Horta, mercê do seu abrigado ancoradouro, era geralmente a primeira terra a que tanto navios, como tripulações, arribavam depois de uma viagem por mar, nas ligações entre o novo e o velho mundo e vice-versa. Graças a essa heterogeneidades de “gentes”, a Horta tornou-se também no cenário para o encontro de viajantes, de movimentações de um lado para o outro e de experiências – são os homens da ciência (naturalistas) à procura de novas descobertas e espécies; os jornalistas de reportagens; os doentes em busca de cura; os visitantes da família Dabney³¹; os turistas de paisagens exóticas; os aventureiros, marinheiros e baleeiros, enfim, gente que acabaria por se prender ao Faial e aos Açores, não só pela beleza e pelo pitoresco das suas paisagens como pela maneira de ser dos seus habitantes, o que estaria na origem do que Fátima Sequeira Dias chama “a redescoberta das ilhas: a construção de um

²⁷ Ricardo Madruga da Costa, *Western Islands. Um contributo para o estudo do turismo nos Açores*, Horta, Secretaria Regional do Turismo e Ambiente, 1989, p.26-27. Veja-se Marcelino Lima, *op.cit.*, pp.447-451.

²⁸ Joshua Slocum, *Sailing Alone Around the World*, Nova Iorque, Blue Ribbon Books, 1899-1900, pp.31-37. Depois de ter estado na ilha do Faial entre 20 de novembro de 1852 e 15 de abril de 1853, John Pierpont Morgan voltaria novamente em 1906 ao Faial. A maneira como foi tratado levou a que afirmasse: “Foram todos tão bons para mim”, *Ap. Joseph C. Abdo, No Limiar da História*, Lisboa, Tenht Island Editions, 2006, p.289. Sobre o assunto, veja-se “Recordações da Ilha do Faial”, *O Recreio*, 1882, setembro 3 (9), pp.2-3.

²⁹ Cf. Marcelino Lima, *Anais [...]*, já cit., p.451.

³⁰ George Monteiro, “O Faial de Thomas Wentworth Higginson (1855-1856)”, in *Conhecimento dos Açores através da Literatura*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 1988, pp.149-165 [162].

³¹ Veja-se Fátima Sequeira Dias, “A redescoberta das ilhas: a construção de um imaginário (a visão nem sempre politicamente correcta do viajante das ilhas)”, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. LVII, 1999, pp.171-203 [171-179]

imaginário insular (a visão nem sempre ‘politicamente correta’ do viajante das ilhas”³² Ocidentais ou *Western Islands*).

Se a *História dos Açores*, apesar das muitas obras que a têm enriquecido nos últimos anos, tanto por académicos como por “curiosos empenhados”, ainda apresenta graves lacunas nos aspetos económico, social, político, religioso, desportivo e cultural, então essa obscuridade é ainda mais evidente quando se toma por opção investigar uma parcela dessa realidade como é o caso da cidade da Horta.

Três razões podem, em nosso entender, ser avançadas para explicar ou justificar a lacuna assinalada.

Desde logo a “tirania” da *História de Portugal*, dando a impressão que os Açores seriam algo sem vida própria, ou, se a tinham, não era de tal modo significativa que merecesse atenção, escapando assim ao acolhimento dos historiadores, num claro “caso de centro e um caso de periferia”³³. Melhor dizendo, se os Açores eram um particular que podia ser representativo, o problema residiu sempre em precisar, em esclarecer o que representavam, como se deduz das palavras de Armelim Júnior, escritas nos inícios da centúria de XX: “O estranho e incrível afastamento em que o continente Portugal tem vivido, e vive, das formosas ilhas adjacentes inteiramente alheado do seu convívio, do seu estudo tem determinado esta cerebrina e delituosa indiferença, esta supina ignorância geral do que eles são, e do que eles valem!...”³⁴

Depois, a maior relevância política, económica e social de algumas ilhas em relação a outras deu azo a um maior tratamento historiográfico daquelas, contribuindo para “um seu melhor conhecimento”³⁵ em detrimento das ilhas pequenas. A consciência desta realidade, por parte de muitos estudiosos açorianos, esteve na origem de múltiplas iniciativas de que destacamos, entre outras, a realização, a partir de 1993, de quatro em quatro anos, do colóquio *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XIX*³⁶ organizado pelo

³² *Id.*, p.171. Sobre este assunto, Rui Sousa Martins escreve: “A realidade social e cultural é observada com curiosidade, comparada e julgada com simpatia ou reprovação, de acordo com os gostos, as ideias e os valores dos visitantes que realçam as diferenças consideradas mais significativas e pitorescas”, Rui Sousa Martins, “Os costumes populares e a construção oitocentista de identidades no arquipélago dos Açores”, *Patrimonia (Identidade, Ciências Sociais e Fruição Cultural)*, 1999, novembro (5), pp.35.

³³ A. H. de Oliveira Marques, “Periferia e História”, in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1998, pp.641-645 [641].

³⁴ M. V. Armelim Júnior, “Os Açores”, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, vol. XI, 1922 (1-6), pp.233-270.

³⁵ Artur Teodoro de Matos & Avelino de Freitas de Meneses & José Guilherme Reis Leite [dir.], *História dos Açores. Do descobrimento ao século XX*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2008, vol. I. p.11.

³⁶ A partir do 2.º encontro, 1997, o século XIX foi substituído por XX.

Núcleo Cultural da Horta (fundado em 1955)³⁷. Tem como objetivo o “aprofundamento da história e cultura local da periferia açoriana como tema de debate científico, proporcionando, por isso, o fortalecimento da nossa identidade”³⁸.

E, por fim, no caso estrito do Faial, tem-se feito sentir uma espécie de “marcelinomania” à volta dos *Anais do Município da Horta. História da Ilha do Faial*, de Marcelino Lima³⁹ – monografia que se imporia como uma obra de referência da historiografia faialense e açoriana – dando a sensação de que tudo estava escrito sobre o percurso do homem faialense, até 1943, como se mais nada de substancial ou significativo houvesse a registar. Isto quer dizer que a bibliografia sobre a cidade da Horta, entre 1880 e 1926, se caracteriza pela relativa escassez de estudos científicos, pela existência de algumas monografias e pela relativa abundância de trabalhos memorialistas e de divulgação cultural.

Todavia, o esforço feito nos Açores em geral, e na ilha do Faial em particular, representa uma tentativa por parte da periferia, mesmo que modesta, de correção desse estado de coisas. Ou seja, se o centro não se preocupa muito em conhecer a sua periferia, isto quer dizer que há que fazê-lo compreender tão-somente que um todo é composto por várias partes interligadas e que, neste caso concreto, o Faial não pode ser arredado deste todo, até pela importância que, em diversas conjunturas, assumiu na história de Portugal e do Atlântico.

Portanto, face a esta omissão, só resta à periferia dar-se a conhecer ao centro, este poder centralizado na capital do reino ou da república que não só esquecia aquela como não precisava dela para funcionar.

E o caminho é “contar-lhe a sua história”, lembrando-lhe que “a história da independência [de Portugal], a história da conquista da liberdade estão imarcescivelmente liga-

³⁷ Cf. Jorge Costa Pereira, “No Cinquentenário do Núcleo Cultural da Horta”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, Horta, Núcleo Cultural, 2005 (14), pp.57-73.

³⁸ Ricardo Madruga da Costa, “Discurso Inaugural”, in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Sécs. XV a XIX*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1995, p.9. Na mesma obra, veja-se “Voto de Louvor”, p.570.

³⁹ Marcelino de Almeida Lima (Horta, 1868; Lisboa, 1961). Um dos fundadores do Ginásio Club em 1891. Jornalista (dirigiu *O Bibliófilo*, 1885; *Revista Faialense*, 1893; *O Faialense*, 2.^a série, 1899-1902, este conjuntamente com Florêncio Terra e Rodrigo Guerra. Deixou uma vasta colaboração em jornais como *O Telégrafo*, *A Democracia*, *Correio da Horta*). Romancista (*Loucura de um Ideal: Miguelistas e liberais na ilha do Faial*, 1930; *Uma Freira que Pecou*, 1931; *A Discípula*, 1933). Investigador, Historiógrafo e Genealogista (*Francisco D’Utra Quadros*, 1920; *Famílias Faialenses: Subsídios para a História da ilha do Faial*, 1922; *Anais do Município da Horta: História da Ilha do Faial*, 1943; *Judeus na ilha do Faial*, 1956; *A História do Teatro na Ilha do Faial*, 1957; *Vocabulário Regional das ilhas do Faial e Pico*, 1957, entre outros. Funcionário dos CTT.

das à história dos Açores”⁴⁰. Que as suas particularidades resultantes da descontinuidade territorial, do desencanto à contestação de um centralismo que inviabilizou o desenvolvimento das ilhas – que, dizia-se, até pagavam mais do que recebiam – nunca levaram ao corte do cordão umbilical que as ligavam a Portugal. Que, os Açores nunca deixaram de contribuir com os seus impostos e de “angariar votos”, legitimando assim o próprio sistema de poder, que recrutava e fazia circular as suas elites⁴¹.

A (con)vivência, durante cinco séculos, na realidade do “insulamento” criou e acentuou ao longo dos tempos um sentimento de pertença à ilha que se foi tornando mais abrangente até atingir a globalidade do arquipélago como região solidária. No fundo, da identidade do faialense, do corvino, do micaelense...passa-se à identidade açoriana, uma identidade que não se afirma como exclusivista, pelo contrário, acolhe-se na identidade nacional, respalda-se na identificação com a ilha.

Considerando-se que as ilhas são periferia relativamente ao centro, à capital, mais concretamente, o “Terreiro do Paço”, isto não significa que a sua evolução histórica seja irrelevante, quer em termos locais e regionais, quer ao nível nacional e mesmo na história do Atlântico. Assim, toda a participação ou contributo para o conhecimento da periferia, neste caso a faialense, reforça-se naquilo que Oliveira Marques chama “fazer uma experiência revolucionária [...] escrever a história ao contrário, partindo da periferia para o centro”. Citando o referido autor: “A periferia pode converter-se em útil ferramenta de trabalho, capaz de trazer à História – e, eventualmente, a outras ciências, [...] – elementos renovadores notáveis, revolucionários até. [...]. Oxalá a boa semente tenha sido lançada e, do solo fértil, germine uma árvore frondosa e acolhedora”⁴².

No século XIX, esta preocupação quanto à obscuridade da história da ilha do Faial levou o padre Vitorino José Ribeiro, em 1861, a publicar no jornal *O Faialense* as *Breves Linhas Históricas sobre as Quatro Ilhas de que se compõe o Distrito da Horta*⁴³. Dez anos depois, com um título deveras semelhante, seria dado à estampa, a *História das Quatro*

⁴⁰ João da Câmara, “Álbum Açoriano”, in António Batista [Plano e dir.], *Álbum Açoriano*, Lisboa, Oliveira & Batista, 1903, pnn.

⁴¹ Cf. Paulo Silveira e Sousa, “Os Açores e as Elites da Monarquia Constitucional: ministros e altos funcionários públicos naturais do Arquipélago (1834-1910)”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2008 (17), pp.99-145 [100].

⁴² Cf. A. H. de Oliveira Marques, “Periferia e História”, já cit. in *O Faial e a Periferia* [...], pp.643-645.

⁴³ A sua publicação iniciou-se na edição de 3 de fevereiro de 1861 d’ *O Faialense* e terminou na edição do dia 11 de janeiro de 1862. Neste ano, seriam publicadas, na Horta, pela Tipografia Hortense.

*Ilhas que Formam o Distrito da Horta*⁴⁴, da autoria de António Lourenço da Silveira Macedo. Na década seguinte, surgem *Notas Açorianas*, de Ernesto Rebelo, publicadas no *Arquivo dos Açores* entre 1885-1887⁴⁵. No segundo quartel do século XX, em 1943, *Anais do Município da Horta (História do Faial)*⁴⁶, de Marcelino de Almeida Lima.

Os *Anais* tornaram-se no “best-seller” da História faialense, não pelo número de exemplares editados, mas sim por passarem a constituir, tanto no passado como no presente, apesar dos seus assinaláveis silêncios, uma autêntica “marcelinomania”, – como já foi referido –, pela simples razão de, e não tirando mérito ao seu incansável labor, por todos reconhecido, continuarem a ser citados acriticamente em trabalhos académicos ou não, o

⁴⁴ António Lourenço da Silveira Macedo, *História das Quatro [...]*, já cit., 3 vols; Marcelino Lima, *Anais do [...]*, já cit., pp.214-215, 3 vols., edição fac-similada da edição de 1871, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1981.

⁴⁵ Ernesto Rebelo, “Notas Açorianas”, *AA*, vol. VII, edição fac-similada da edição de 1885, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1982, pp.60-245; vol. VIII, ed. fac-similada da ed. de 1886, pp.6-96 e 281-376; vol. IX, ed. fac-similada da ed. de 1887, pp.19-97. Ernesto de Lacerda de Lavallière Rebelo (Lisboa, 1842-Horta, 1890). Funcionário da repartição da Fazenda distrital da Horta, desde 1860 e, a partir de 1862, amanuense extraordinário. Deixou uma vasta obra disseminada por jornais e revistas dos Açores e Continente. No teatro, os dramas *Amor Filial*, *Um Padre* (peça premiada pelo Conservatório do Rio de Janeiro) e *Noites de El-Rei* e a comédia *Dálias do Convento*; no romance, *Soror Maria* (publicado n’ *O Faialense*, 1880), *Cenas dos Açores* (Idem, 1880), *Aves de Arribação* (Idem, 1880, publicado em 1989 pela Câmara Municipal da Horta), *Urzes e Silvados* e *Matilde* (n’ *O Açoriano*, 1885-1886). No conto, *Excêntricos Faialenses* n’ *O Grémio Literário* (1880-1882). Nesta revista deixou a maior parte da sua produção poética. De toda a sua obra, *Notas Açorianas* é a mais conhecida. No jornalismo, fundador dos jornais *O Amigo do Povo* (1870) e *O Civilizador* (1878-1879). Redator d’ *A Luz* (1870-1874) e d’ *O Grémio Literário* (1880-1884). Deixou também a sua colaboração tanto em prosa como em verso em muitos outros jornais faialenses, nomeadamente n’ *O Faialense*, n’ *O Atlântico* e n’ *O Açoriano*. Em Lisboa colaborou no *Ramalhete do Cristão*, na *Revista Ilustrada* e n’ *A Civilização Cristã*. Cavaleiro da “Ordem de Cristo”, Comendador de “Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa”. Membro de várias sociedades científicas e literárias. Em 1890, o seu nome seria atribuído à parte da rua D. Pedro IV, entre o largo Duque de Ávila e Bolama e a travessa da Misericórdia.

⁴⁶ Pelo Diploma de 8 de novembro de 1847, estipulava-se que, “em cada uma das Câmara Municipais dos Concelhos do Reino e das Ilhas Adjacentes, haja um livro com a denominação de ‘Anais do Município’, no qual anualmente se consignem os acontecimentos e os factos importantes que ocorrerem e cuja memória seja digna de conservar-se”, *Ap.* José Amado Mendes, “História Local e Memórias. Do Estado-Nação à Época da Globalização”, in *Ernesto do Canto – retratos do homem e do tempo*, Ponta Delgada, Centro de Estudos Gaspar Frutuoso/Universidade dos Açores/Câmara Municipal de Ponta Delgada, 2003, pp.187-203 [191-192]. Sobre a história dos *Anais do Município da Horta*, veja-se “Comissão do Anais do Município da Horta”, *O Telégrafo*, 1907, janeiro 24 (3 911), p.2: “A Câmara em sessão de hoje, 24 de janeiro, sob proposta da presidência, nomeou uma nova comissão composta por José Maria da Rosa, Pe. José Osório Goulart, Pe. Manuel José de Ávila, Manuel Emílio Tomás da Silveira, Manuel Machado da Conceição e Florêncio José Terra. Deverá a comissão publicar anualmente, por conta da Câmara, o resultado dos trabalhos; ficarão assim coligidos, de forma a terem a necessária utilidade, muitos documentos interessantes para a história desta ilha”; Um Faialense, *Correio da Horta*, 1936, abril 28 (1 239), p.1; Marcelino Lima, *Anais do [...]*, já cit., pp.[5-8]; Fernando Faria Ribeiro, *Em dias passados. Figuras, Instituições e Acontecimentos da História Faialense*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2007, p.111. De Lima ainda *Famílias Faialenses (Subsídios para a História da Ilha do Faial)*, Horta, Tipografia Minerva Insulana, 1922; *História do Teatro no Faial*, Lisboa, Edição do Autor, 1957.

que comprova, em muitos casos, o desconhecimento do que se tem produzido no Faial pós-Marcelino Lima.

De facto, e como se pode verificar pela bibliografia, a investigação sobre a história contemporânea dos Açores tem assistido, nas últimas décadas, a um significativo desenvolvimento. Neste contexto, assume especial relevância a criação da Universidade dos Açores e o seu escol de jovens professores de História que, no decurso do seu labor de investigação, se afirmam como historiadores de nível superior. Há, porém, que não esquecer o papel das instituições culturais açorianas criadas sobretudo a partir da década de 40 do século XX e que durante décadas foram essenciais enquanto congregadoras do trabalho aturado de investigação histórica desenvolvido por intelectuais que, não sendo investigadores profissionais, dedicaram o seu tempo e os seus conhecimentos a estudos, muitos ainda hoje de consulta obrigatória.

O Faial teve – e tem – também cultores importantes em termos de investigação histórica. Referimos já António Lourenço da Silveira Macedo e Marcelino de Lima; outros, porém, podiam ser aqui citados, como se confirmará pela bibliografia. Note-se, todavia, que os trabalhos não têm os mesmos objetivos, metodologia e qualidade. Entre as simples obras de curiosidades históricas e as memorialistas ou de exaltação comemorativa de personalidades e acontecimentos encontra-se também a investigação de carácter científico, sobretudo a partir da década de 80 do século XX, como anteriormente se referiu. Todas, porém, têm interesse para o investigador, na medida em que fornecem informações úteis, perspectivas de análise diversificadas, factos desconhecidos. Mas a realidade é que, para o âmbito cronológico da nossa investigação, pouco pudemos encontrar quanto a investigação de carácter científico ou mesmo, não o sendo, que fornecesse informação relativamente sistematizada e aprofundada. Esta foi, aliás, uma das razões que nos levaram a optar pela temática e limites cronológicos definidos e transpostos para o título do fruto da nossa investigação: *Uma cidade portuária – A Horta entre 1880-1926: sociedade e cultura com a política em campo de fundo*.

De facto, como se deduz da bibliografia utilizada, é notório que, a partir década de 1980, um conjunto de iniciativas levadas a efeito por diversas entidades, de que não se deve descurar a iniciativa de autor, em muito tem contribuído para um melhor conhecimento da história da ilha do Faial e da sua cidade. Destaque-se, sem se ser exaustivo, a Câmara da Horta, Juntas de Freguesia, instituições culturais e desportivas, o Núcleo Cultural da Horta – quer através do seu boletim, quer das suas edições e das atas do Colóquio *O Faial*

e a *Periféria Açoriana* –, a Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta (com o seu empenhamento para um melhor conhecimento do Liceu da Horta, de Manuel de Arriaga e da importância da rede de cabos-submarinos instalada na Horta), o Clube de Filatelia da Escola Secundária Manuel de Arriaga, departamentos governamentais e o Observatório do Mar dos Açores. Algumas dessas iniciativas são realizadas em colaboração com a Universidade dos Açores.

2. Limites cronológicos

Relativamente ao arco cronológico do nosso estudo, partimos da comemoração do tricentenário de Camões levado a cabo pelo *Grémio Literário Faialense* e pela *Sociedade Humanitária de Literatura e Agricultura*, numa perfeita sintonia com o que ao mesmo tempo se passava em Lisboa. Também na Horta a comemoração era animada pelo recurso à memória de um passado glorioso para o opor à decadência que caracterizava a sociedade contemporânea, como se deduz do discurso de Miguel Street de Arriaga, proferido na sessão solene nos Paços do Concelho, quando referia a necessidade de se pagar o “tributo àquele que não era apenas um sublime poeta mas a maior das glórias do País”⁴⁷. No fundo, o passado de feitos gloriosos devia constituir exemplo a seguir pelas novas gerações visando uma “regeneração” da pátria diferente da que se iniciara em 1851.

As comemorações de tricentenário não surgem por acaso, ou melhor dizendo, constituem um dos vários momentos de afirmação da “*intelligentsia*” local que, ao ocupar uma “zona” adjacente ao centro continental, se havia imposto graças ao seu perfil social e cultural. Com efeito, essa elite culta afirmou a sua capacidade de intervenção cívica e cultural em suficientes publicações, porque era portadora de dois “vícios”: o do livro e o da letra “redonda” (jornalismo). Ora isto resultava de uma ambiência determinada tanto pelo Liceu como pela imprensa, passando pelas sociedades literárias, recreativas e musicais entretanto criadas. Impusera-se também devido às suas atividades profissionais e carreira política, às suas conexões interpessoais, às suas posições ideológicas, ao seu mérito individual e à sua procura incessante de soluções para os males humanos traduzida em iniciativas filantrópicas e de apoio social de largo alcance.

Por outro lado, o conhecimento do que se passava na Europa e nos Estados Unidos leva-a a constatar, com angústia, o atraso insular e arquipelágico, em nítido contraste

⁴⁷ *O Grémio Literário*, 1880, julho 1 (4), pp.25-27. Sobre as comemorações na Horta, veja-se Carlos Lobão, “A Horta e O Tricentenário de Camões”, in *O Faial e a Periféria Açoriana nos séculos XV a XX*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2011, pp.91-110.

com o desenvolvimento civilizacional por que passavam aquelas duas zonas do Mundo. Mas essa angústia ia mais longe, perante a maneira como as ilhas eram tratadas pelos senhores do Terreiro do Paço independentemente de usarem “coroa” ou “chapéu”.

No caso das comemorações faialenses, verificamos, pela leitura da imprensa local e demais documentação consultada, que não se quis ficar por uma simples comemoração literária. Foi-se mais longe. Esta iniciativa assumiu uma dupla ação:

1.^a - A promoção dos festejos que incluíram uma manifestação literária e artística (conferências, espetáculos de teatro – alguns para coadjuvar os festejos públicos –, folha completa para comemorar o tricentenário; uma manifestação popular: cortejo cívico e iluminação nocturna) e uma manifestação de solidariedade e de benemerência (adoção de exposto e almoço aos asilados do *Asilo de Mendicidade*).

2.^a - A consciência, no campo estritamente político, sobretudo das elites, de um “renascimento” ou de uma “regeneração”, indício de uma nova era na vida da Nação face à negatividade de um passado mais ou menos próximo.

Ao mesmo tempo, e para uma maior solenidade dos eventos, foi-se capaz de dar, de acordo com os respetivos programas, esse lugar de atores aos participantes de todas as classes sociais.

Por fim, quanto ao tema central das comemorações – Camões, além das notórias expressões referenciadas na imprensa e na demais documentação – o “grande épico português”, o “grande poeta português”, o “imortal poeta”, “uma das maiores glórias do País”, que apontam no sentido do grande homem merecedor de culto – não se deixava de salientar aquele que viveu e morreu na miséria ou que cantando as glórias do seu País, apenas soube conviver com a ingratidão dos seus contemporâneos.

Quanto ao ano de 1926, apesar de o golpe de 28 de maio do mesmo ano vir encerrar o agitado período aberto pela implantação da República, a 5 de outubro de 1910, aquela data passaria algo despercebida da maior parte dos faialenses, uma vez que os sismos de 5 de abril e depois o terramoto de 31 de agosto do mesmo ano fizeram com que as prioridades locais estivessem viradas para a resolução de um duplo problema: os sinistrados e a reconstrução do parque habitacional gravemente destruído.

Estes, sim, eram problemas que atingiam direta e duramente a vida dos açorianos e, do povo faialense, em particular. De resto, se a República e o 28 de maio de 1926 constituíram novos paradigmas políticos e ideológicos, isso não constituiu para os faialenses grande problema ou novidade. Em ambos os casos manteve-se discrição, isto é, não se foi

capaz de “pegar em armas” para defender tanto a Monarquia como a República. Mudar de regime ou de governo pouca diferença faria na vida quotidiana dos faialenses. Por isto mesmo, não se vislumbra significativo entusiasmo popular quer na implantação da República, quer na sua queda. O que se queria, no fundo, era que quem governasse a partir do Terreiro do Paço olhasse “com olhos de ver” para o sofrimento das populações e, mais do que isso, fosse capaz de dar respostas objetivas às grandes questões que embotavam o desenvolvimento local e a qualidade de vida dos seus cidadãos.

A imprensa faialense – a par das pequenas notícias locais, vida desportiva, palcos e salas, cartaz cinematográfico e teatral, movimento marítimo, artigos sobre interesses do Faial e outras informações de utilidade pública – iniciava o ano de 1926 destacando a tenebrosa falsificação das notas de 500 escudos, com a efígie de Vasco da Gama, levada a cabo por Alves dos Reis⁴⁸. O que levaria a que se perguntasse: “Quanto é que o comércio faialense havia perdido com essa situação?”⁴⁹. Mas, de repente, a partir de abril, concentra a sua atenção, a sua prioridade noticiosa e informativa, nas sequelas provocadas pelo sismo de 5 do mesmo mês. Deste modo, abria uma frente prioritária: a defesa dos sinistrados faialenses.

Foi, pois, de forma comedida e sem alarmismos que, em finais do mês de maio, a imprensa destacou a vitória da revolução militar, adiantando, com “fé” e com “confiança,” que “as Juntas militares salvarão o País”. Por isso, não havia qualquer problema em escrever: “Viva a República”⁵⁰.

Entre notícias locais, “ecos da revolução” extraídos da imprensa nacional, e a defesa dos sinistrados foi assim “vivendo” a imprensa faialense, até que chegaria a grande catástrofe: o cataclismo de 31 de agosto. A partir de então, a ordem do dia seria tudo fazer em benefício dos sinistrados e dar início ao processo de reconstrução ou de reedificação da Horta e das freguesias rurais atingidas, tarefa incumbida pelo Governo do Terreiro do Paço, ao Alto-Comissário da República do distrito da Horta, o coronel de cavalaria Mouzinho de Albuquerque, que chegou à Horta na manhã de 23 de setembro, a bordo do navio *Lima*, “aguardado com grande ansiedade, por ser a única esperança para melhorar da desgraçada situação que os povos do Faial há vinte dias vêm atravessando”⁵¹.

⁴⁸ “O escândalo do banco de Angola”, *O Telégrafo*, 1926, janeiro 5 (8 718), p.1.

⁴⁹ “500 000\$000 [*sic*] escudos”, *O Telégrafo*, 1926, fevereiro 8 (8 730), p.1.

⁵⁰ “A revolução militar venceu!”, *O Telégrafo*, 1926, maio 31 (8 778), p.1.

⁵¹ “Alto-Comissário”, *O Telégrafo*, 1923, setembro 23 (8 828), p.1; outubro 4 (8 830), p.1.

Considera-se, pois, que, no caso específico da Horta, estas quatro décadas e meia, apesar da sua aparente falta de unidade, resultante sobretudo da evolução da vida política nacional, não deixam, porém, de constituir uma conjuntura com alguns traços que, de algum modo, lhe conferem unidade interna.

Em primeiro lugar, a importância do porto, mesmo que as suas funções se tenham alterado e o seu movimento regredido, devido a fatores externos. Depois, e ainda no âmbito das comunicações, os anseios locais pela instalação do telégrafo por cabo submarino e sua concretização, o que, como se referiu anteriormente, contribuiu para acentuar um certo carácter cosmopolita da cidade. Finalmente, o papel das elites que – renovando-se e refazendo-se ao longo das décadas referidas – constituíram esteio fundamental de ação em prol dos mais desfavorecidos e desprotegidos e liderança fundamental no respeitante ao associativismo cultural. Para além disso, contribuíram de um modo significativo, por exemplo com a sua intervenção na imprensa, para a formação de uma mais esclarecida opinião pública. Mesmo assim, a nível político podemos encontrar uma constante: o alheamento da Horta relativamente às lutas autonomistas.

Contudo, em relação ao período em estudo, fazemos, sempre que necessário, alguns retrocessos, buscando a origem ou a informação necessária sobre o que se afirma, ou, então, ousamos avançar para lá do tempo considerado, buscando “a sua admissibilidade e reconhecimento”⁵².

3. Cidade-portuária

Numa observação elementar da cidade da Horta, verificamos que esta tem o “seu mar” e parte do que foi e é se deveu e deve a ele. Deste modo, a relação entre porto e cidade mais do que uma simples localização, proximidade e convivência constitui sobretudo uma valorização (económica, social, cultural, política, estratégica) de uma circunstância geográfica.

A edificação da estrutura portuária faialense, – “uma nova rua da cidade da Horta” –, como noutros locais, esteve ligada ou associada a estratégias de incentivo ao desenvolvimento económico e mercantil⁵³ e científico, o que nos permite afirmar, neste caso, que o

⁵² Maria de Lourdes Lima dos Santos, “Sociabilidade, comunicação e aprendizagem”, in António Reis [dir.], *Portugal Contemporâneo*, vol. I, Lisboa, Publicações Alfa, 1996, pp.365-388 [366].

⁵³ “Um dos objetos de maior importância e urgência é sem dúvida a construção de um porto de abrigo (ou doca) na baía da Horta. As vantagens [...], que hoje [1857] se dão com maior força, pelo grande desenvolvimento do comércio geral, já desgraçadamente pelas tristes e peculiares circunstâncias que afetam o distrito [agricultura que se vai definhando com as moléstias das batatas, pomares, e principalmente das vinhas], e

Faial tem, por exemplo, um lugar cativo na telegrafia submarina, independentemente da complexidade dos fatores que envolvem a história das comunicações ao tornar-se num dos mais importantes espaços geográficos e sociais desse novo fluxo comunicacional que mudou o Mundo.

Assim, então do que falamos quando nos referimos a cidade portuária?

O conceito, amplamente aceite, diz respeito ou pressupõe uma relação biunívoca entre o núcleo citadino e a estrutura portuária⁵⁴. É assim que deverá ser entendido ao longo desta dissertação. Entretanto, não deixa de ser um conceito que pode inclinar-se para qualquer um dos lados. E no caso faialense isso é notório. Ora, verificamos que a estrutura portuária ou é esquecida ou é considerada. Da cidade é vista como a porta por onde entram e saem mercadorias, homens e informações. Do ponto de vista do porto, a cidade não é mais do que um local de abrigo e de refúgio de marinheiros, de viajantes e de barcos, um espaço de vivências múltiplas, um lugar de cargas e descargas.

A baía, depois porto, foi um espaço conhecido e reconhecido durante cinco séculos não só por acontecimentos da mais variada referência histórica, como também alimentou uma cidade, muitas vidas, em particular “os ratos da doca”: gente pobre da freguesia das Angústias. Gente que fez do porto o palco para conseguir, face à escassez de trabalho ou às dificuldades em obtê-lo, a solução para as necessidades dos seus agregados familiares. Não se lhes exigia qualquer diploma ou outra qualquer qualificação, apenas a aptidão e a disponibilidade para trabalharem, independentemente da hora a que fossem chamados em especial para as descargas de carvão. Daí que o seu lema fosse: “Sempre prontos!”⁵⁵. Depois da soldada ganha, havia que encontrar outras coisas que se metiam no saco da comida, debaixo do casaco, do boné ou então devidamente escondidas de forma que se pudessem ir buscar quando caísse a noite. Mas esta situação também tinha a convivência das autoridades marítimas, porque quem vigiava também tinha o seu quinhão. Daí se ter vulgarizado a expressão “comida apanhada”⁵⁶: tudo servia desde que o “trabalho extra” fosse compensado com uns tostões para fazer face às dificuldades das famílias.

urgem no mais curto espaço aquela construção [...], um remédio heróico, que nos acuda e salve da inteira aniquilação”, “Consultas da Junta Geral [1857]”, *O Faialense*, 1857, dezembro 16 (38), p. 297.

⁵⁴ Cf. Inês Amorim, “Urbanismo e cidades portuárias: Aveiro na segunda metade do século XVIII”, *Análise Social*, vol. XXXV, 2000 (156), pp.605-650; Tomás de Albuquerque Lapa & Jenniffer dos Santos Borges, *A Cidade – Portuária: integrando espaços, estruturas e interesses numa perspetiva de desenvolvimento urbano sustentável*, Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada – Textos para a Discussão n.º4, Série Gestão da Conservação Urbana, s.d.

⁵⁵ Eduardo Bettencourt, *Os Ratos da Doca*, Horta, Edição do Autor, 2003, pp.9-10.

⁵⁶ Esta expressão juntou-se à vulgarmente famosa “terra da coisa rara”, da autoria de João José da Graça (1858), e que ainda acompanham o presente faialense. “A nossa terra é com efeito o País da coisa rara !”,

Por outro lado, esta relação cidade-porto resulta de uma configuração espacial que articula, devido à sua disposição em declive, a parte alta e a parte baixa ou ribeirinha.

Ao mesmo tempo, considerando a Horta como cidade-portuária e, por conseguinte, tendo em conta todo o enquadramento económico que se ramifica e reflete nas preocupações políticas e na vida social, cultural e quotidiana da cidade, a análise e reflexão incidirão, pois, no pensamento político e na atuação dos poderes, nas dinâmicas sociais associadas ao movimento cultural. Em ambos os períodos, Monarquia e República, o faialense, quando não se sentia amparado, não hesitava em emigrar com o objetivo de um dia regressar com o pecúlio necessário para se poder emancipar da pobreza em que nascera e que a sua ousadia evitava que assim continuasse nela mergulhado.

No século XIX, manifesta-se uma notória contestação ao centralismo de Lisboa ou do Terreiro do Paço, graças à ação da elite micalense, mais numerosa, mais rica e mais organizada, que numa primeira instância se opõe à anterior tutela angrense (Capitania Geral dos Açores), depois a Lisboa⁵⁷. Mas é no último quartel do século, em particular na última década, que se conquista a primeira autonomia com “o celebrado decreto de 2 de março de 1895”⁵⁸ (o conhecido “decreto autonómico”), sendo, por isso, o primeiro movimento autonomista considerado como um dos factos políticos maiores da história açoriana finissecular.

Na ilha do Faial, o certo é que esse movimento não conseguiu arrebatar, galvanizar a elite faialense, mesmo descontente com o tratamento desigual relativo aos interesses faialenses (açorianos) e continentais, nunca protagonizando um discurso autonomista⁵⁹, de descentralização entendida com uma forma de impedir a concentração do poder num único centro de decisão e de autoridade, permitindo assim que os poderes e as iniciativas locais pudessem dispor de autoridade e autonomia em algumas matérias, no caso administrativa e financeira, relativamente ao poder central tendentes à satisfação quotidiana de necessida-

como também aludia Manuel Zerbone, *Crónicas Alegres*, 1.º vol., Horta, Centro de Estudos e Cultura da Câmara Municipal da Horta, 1989, p.30.

⁵⁷ Cf. José Guilherme Reis Leite, “Os acertos da governação, a ilusão da autonomia e a continuidade do divisionismo”, in Artur Teodoro de Matos & Avelino de Freitas de Meneses & José Guilherme Reis Leite [coord.], *História dos Açores. Do Descobrimento ao século XX*, vol. II, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2008, pp.159-184.

⁵⁸ Avelino de Freitas de Meneses, “O Governo dos Açores das autonomias do passado à autonomia do presente”, in Id. [coord.], *Das Autonomias à Autonomia e à Independência. O Atlântico Político entre os Séculos XV e XXI*, Lisboa, Letras Lavadas edições, 2012, pp.15-31.

⁵⁹ Sobre o conceito de Autonomia, veja-se Carlos Pacheco Amaral, “Autonomia e Estado Autonómico – A Autonomia como Princípio de Organização Política do Estado”, in *Autonomia no Plano Político. I Centenário da Autonomia dos Açores*, vol. 5, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1995; José Reis Leite, “Autonomia”, *Enciclopédia Açoriana*, in <http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/enciclopedia/index.aspx> (consultado em 23-09-2009).

des coletivas. Isto, naturalmente, sem, pôr em causa a coesão nacional. Nunca os ideais micaelenses foram perfilhados, nem mesmo houve a capacidade de criar um rumo próprio. O movimento autonomista simplesmente não existiu, no sentido da defesa de uma identidade dinâmica ou que se traduzisse na defesa de um sistema autónomo e descentralizado consubstanciado na palavra de ordem “livre administração dos Açores pelos açorianos”. Ou seja, se a vida política local era uma reprodução fiel da fórmula do rotativismo monárquico e das suas incidências, depois, com a instabilidade da República, o que verificamos é que as incidências e o estigma do centralismo não deixaram de persistir.

Quais as razões? Exiguidade de receitas próprias? Bairrismo ilhéu? Receio da mudança? Falta de uma elite capaz de liderar o processo? Incapacidade de perceber que a autonomia era uma condição essencial para conviver com as incertezas que fazem parte da sociedade? Manutenção das benesses concedidas pelo Terreiro do Paço que não só recrutava as elites locais como as fazia circular nos cargos, particularmente, de deputados e de governadores, além de, por vezes, conceder títulos de conselheiro, de comendador, de barão? Pretensa inclinação para uma aproximação política ao vizinho e “amigo” americano (Estados Unidos) da outra margem do Atlântico?

Em suma, na Horta esse desinteresse quase total⁶⁰, manifestou-se, desde logo, aquando da publicação do decreto ditatorial de 2 de março de 1895 que institucionaliza o regime autonómico, uma vez que nunca requereu a sua aplicação. Mais tarde, o segundo movimento também não vingou na ilha do Faial, verificando-se apenas a publicação de uma série de artigos intitulados *Autonomia. Não queremos*, no jornal *O Telégrafo*, ao mesmo tempo que o Partido Republicano Nacionalista local se “metamorfoseava” em Partido Regionalista do distrito da Horta, pela ação de Manuel Francisco Neves Jr., notável e controverso “politicão cedrense”, conhecido pelos seus detratores como o “rato bubónico”,

⁶⁰ Sobre a forma de ser dos faialenses, escrevia-se no artigo “Pro Pátria”, *O Açoriano*, 1890, fevereiro 9 (48), pp.1-2: “Cremos que pouco disto entra como fator na vasta moleza geral que nos invade a todos, porque, ainda raciocinando assim, razões de justiça haveria em defender uma pequena parte da humanidade, fraca e desarmada, contra uma outra parcialidade tirânica despótica, desprezadora de todos os direitos [...]; quanto a nós porém o que determina e acentua aquela feição deste povo que assinalámos é a constante sequestração do mundo em que vivemos, isolados no meio do Grande Mar, sem as notícias vivas e palpitantes de todos os instantes, sem a vibração de espírito que dão os meios de forte atividade e intelectual, não tendo trabalho nem indústria, com a formosa baía despovoadas e quase morta, sem arte, sem emoção e sem a orientação sentimental e artística que desperta a Música, que não ouvimos nunca, o quadro que nunca vemos, a escultura que nos é desconhecida, enfim toda e qualquer manifestação de arte, que torna o espírito mais fino, mais delicada a sensibilidade, mais fresca a alma assim banhada na onda dos sons, das cores, da harmonia das linhas e da forma. Depois há a acrescentar a influência de um clima, clima húmido solo montanhoso, horizontes curtos, o mar sempre ante os olhos, o que nos dá uma certa tristeza e taciturnidade de carácter, o que explicará talvez a razão por que são tão monótonas e apagadas as nossas festas populares, onde como se sabe, não há vida, não há movimento, não há alegria...”.

o “caça-milho”, que passou pela Monarquia e pela República, acabando por aderir à Ditadura e ao Estado Novo. Viria a ser presidente da União Nacional no distrito da Horta. Nem mesmo a aproximação interinsular sob a designação de confraternização açoriana foi capaz de despertar nos faialenses essa intenção.

Por isso, esta “desunião açoriana” está bem patente no preâmbulo do decreto de 2 de março, quando se alude que se dava resposta às “vivas e instantes reclamações dos povos de um dos distritos açorianos (Ponta Delgada), no sentido do restabelecimento das Juntas Gerais, com largas atribuições e faculdades”⁶¹. Sendo assim, caía por terra a argumentação dos autonomistas que gostavam de falar nos Açores como um todo. Perante esta fragilidade, o Governo justificava que a título de ensaio ou experiência havia elaborado um “diploma de caráter excecional” (apenas podia ser executado nos distritos açorianos) que tinha como fundamentos para a descentralização a descontinuidade territorial (distância entre o Continente e as Ilhas) e a sempre “decantada” dificuldade de comunicações, que obstavam a ação “eficiente do poder central”⁶².

Continuando a olhar para a história da cidade, mais especificamente para os seus diferentes espaços de lazer e convívio (passeio público, jardins, casas de teatro, salões das diferentes associações recreativas, culturais e desportivas, litoral onde se desenvolvem as provas náuticas e se faz vilegiatura e campo de futebol e de ténis), é notório que se afirmam como territórios de sociabilidades, de novas elaborações sociais, reveladores de uma dinâmica urbana que se reflete no lazer e na diversão. A vida em sociedade foi um mote constante das colunas da imprensa faialense.

Ora, o título da presente tese parece pressupor uma separação nítida entre sociedade, cultura e política, com esta última a surgir “em fundo”. Trata-se somente de um modo de organização do trabalho, pois reconhecemos que cada uma dessas realidades está imbricada nas outras. Não há sociedade sem cultura, nem cultura sem sociedade e a política está presente nos próprios modelos de organização e atividades das duas. E, naturalmente, a economia que, não constando do título, está, como não podia deixar de ser, bem presente no desenvolvimento de vários capítulos, quer de uma forma direta, ou seja com um tratamento específico, quer indiretamente.

⁶¹ José Reis Leite [org], *A Autonomia dos Açores na Legislação Portuguesa (1892-1947)*, Horta, Assembleia Regional dos Açores, 1987, p.96.

⁶² Id., *Política e Administração nos Açores de 1890 a 1910. O 1.º movimento autonomista*, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1995, p.306.

4. Organização temática

Em termos de organização, convém salientar e fundamentar a estrutura da nossa dissertação, que dividimos em quatro capítulos. Em cada um deles optamos por uma narrativa sequencial em termos cronológicos, se bem que isto nem sempre aconteça quando o recuo ou o avanço no tempo contribui para um melhor esclarecimento do tema em análise.

Após a introdução, iniciamos o nosso percurso pela contextualização geográfica e histórica da cidade da Horta, nos âmbitos arquipelágico e internacional, numa envolverência marcada pelo binómio conjunturas de crise/conjunturas de progresso, cujos desequilíbrios marcados por uma realidade económica e social muito precária, acentuadamente marcada pela adversidade, seriam determinantes nas tomadas de decisão, que muitas vezes não chegavam ou não se coadunavam com a própria realidade.

Destaca-se, por outro lado, a inserção da Horta nos processos de “globalização”, quer através da importância do seu porto na navegação transatlântica, quer também pela instalação da estação internacional do telégrafo por cabo submarino e depois como ponto de escala de hidroaviões que atravessavam o Atlântico.

Há igualmente que relevar o “fenómeno” da emigração que, no fundo, resultava de uma complexa teia de causas, entre as quais assumia especial relevância a situação económica e social débil, conduzindo milhares de faialenses a procurar o sustento que escasseava na ilha em paragens longínquas que acenavam com a possibilidade de, ao menos, não lhes faltar o pão de cada dia. Tratava-se, aliás, de uma realidade estrutural que não se circunscrevia ao Faial, mas a todas as demais ilhas. Através da análise dos censos e dos mapas estatísticos do movimento de população do concelho da Horta, procurámos avaliar a evolução da população da Horta relativamente ao período em estudo, relacionando-a também com a emigração e a situação da saúde pública.

Não sendo entes imóveis, as cidades acompanham a evolução das sociedades e suas exigências, integram inovações técnicas e refletem novos gostos aos mais diversos níveis. Tendo em conta esta realidade, procurou-se acompanhar a evolução urbanística da cidade e as inovações que foi integrando no seu espaço.

O segundo capítulo resgata o fervilhar da política local, naquela que era “uma boa terra para eleições”, em que os antagonismos político-ideológicos do Continente também pela Horta se manifestaram sobretudo aquando das lutas eleitorais e da nomeação dos governadores civis. Ao mesmo tempo, alude-se à incapacidade política manifestada pela administração central, a par da distrital e municipal, denunciada com frequência e, por

vezes, com veemência, mas nunca despoletou nos faialenses o desejo da autonomia. Faz-se ainda uma breve incursão em torno dos principais ecos da vida política nacional na cidade faialense, concretamente o Ultimato, o Regicídio, a queda da Monarquia, a implantação da República, a eleição de Arriaga para presidente e o golpe de 28 de maio de 1926.

O terceiro capítulo é dedicado à educação e ao ensino, entendidos como um investimento no futuro, a chave do progresso, da civilização, do cidadão instruído e libertado das trevas e da ignorância pela luz das letras. Apesar de todo o esforço feito, tentando dotar a ilha de escolas para ambos os sexos (diurnas e noturnas) e de formação “profissional”, bem como do Liceu com um curso completo e da realização de conferências pedagógicas, os resultados alcançados acompanharam a “lenta ascensão dos níveis gerais de alfabetização”⁶³. Este esforço não foi suficiente para libertar a maioria dos faialenses “da escuridão” do analfabetismo, devido, em parte, à falta de uma cultura de escola vivenciada pelos pais, cujos filhos viviam como um pé na lavoura e outro na escola.

O quarto capítulo evidencia o movimento associativo num quadro de afirmação da cidadania em torno de atividades recreativas, culturais (literárias), musicais, desportivas e humanitárias (as preocupações para com a pobreza, em particular dos asilos da cidade da Horta: *Infância Desvalida e Mendicidade*). Neste contexto, impuseram-se alguns homens e algumas mulheres cuja ação, visibilidade e afirmação no interior do espaço público, não se ficou apenas pela sua ligação às diferentes sociedades então criadas. Por outro lado, no amplo jogo de relações sociais, é notório o gosto pelo lazer, pela festa, pelo teatro, pela música, pelas letras, pelo desporto e pelo culto cívico.

Antes das fontes, bibliografia e webgrafia, deixamos algumas considerações finais sobre a investigação e o tema estudado.

Finalmente, atendendo à avultada e rica documentação, a dissertação terá como suporte um apêndice documental.

5. Fontes e Bibliografia e Webgrafia

A relativa escassez de estudos científicos sobre estas matérias e a época em questão exigiu um exaustivo levantamento e pesquisa de fontes manuscritas e impressas, quer de fundos públicos, quer de fundos particulares. Assim, o estudo alicerçado na interpretação das fontes conjugada com uma análise e discurso narrativos, foi apoiado, sempre que

⁶³ Fernando Luis Gameiro, *Entre a Escola e a Lavoura*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 1997, p.187.

possível, em fundamentações quantitativas e seriais e enriquecido com iconografia da época.

A investigação privilegiou, em primeiro lugar, as fontes existentes na ilha do Faial, em particular na Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça. Nesta instituição demos particular ênfase aos fundos do Governo Civil – que, a propósito deste estudo, nos foi permitido consultar antes da sua abertura ao público –, da Câmara Municipal e da imprensa local, em particular das coleções dos jornais *O Faialense*, *O Açoriano* e *O Telégrafo*. A par destes, muitos outros jornais foram consultados como se alude nas fontes impressas, constituindo fontes indispensáveis para a compreensão do processo histórico do período e temáticas em estudo. Isto não só pelas informações concretas que disponibilizavam, mas também por possibilitarem o contacto com as análises e interpretações que os próprios contemporâneos faziam da realidade concreta que viviam. “Vozes” individuais, amiúde em discordância mútua, o certo é que, de algum modo, refletiam a opinião pública ou contribuíam para a formar.

Dispusemos ainda do acesso a outros arquivos locais, a saber: da Casa de Infância de Santo António; da Direção de Obras Públicas da Horta; da Escola do Magistério Primário; da Direção Escolar da Horta, à guarda da Escola António José de Ávila; do Liceu da Horta, hoje à guarda da Escola Secundária Manuel de Arriaga; das Juntas de Paróquia dos Flamengos, de Castelo Branco e das Angústias; das Paróquias dos Flamengos, das Angústias e de Castelo Branco; das filarmónicas *Artista Faialense*, *União Faialense*, *Nova Artista Flamenguense* e *Unânime Praiense*; dos clubes desportivos *Fayal Sport Club*, *Angústias Atlético Clube* e *Sporting Club da Horta*; das sociedades *Literária Artista Faialense* e *Amor da Pátria*; dos arquivos particulares do Padre Júlio da Rosa e das famílias de Thiers de Lemos, Moisés Benarús e Gabriel Batista de Simas.

Fora da ilha do Faial, e devido à insuficiência de alguns espólios –, em concreto as coleções incompletas de vários jornais consultados –, a Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, alguns fundos arquivísticos do Ministério da Educação, da Torre do Tombo e da Biblioteca Nacional foram também objeto da nossa consulta. Das fontes disponíveis *on-line*, recorremos aos arquivos da Assembleia da República, Central de Marinha, *Ellis Islands* e Biblioteca do Rio de Janeiro. Por fim, os Serviços de Documentação da Universidade dos Açores.

A nosso pedido, também foram consultados os arquivos da Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores e dos museus das Flores e da Graciosa.

Em suma, esta investigação permitiu-nos, também, reunir uma grande quantidade de informação que se encontrava dispersa, alguma dela referenciada, mas mal conhecida e em mau estado de conservação, que poderá ser usada, no futuro, para completar o que agora ficou em silêncio ou para outros trabalhos ou novas áreas de investigação.

Quanto à bibliografia, a preocupação determinante começou por partir de dentro, seleccionando as obras da mais variada natureza que dissessem respeito ao Faial ou aos Açores e que pudessem contribuir para o desenvolvimento da nossa investigação. Depois, consultámos a necessária bibliografia, acabando mesmo por investir naquelas obras entendidas como importantes quando não existiam na Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça e na Escola Secundária Manuel de Arriaga, onde exercemos a nossa atividade docente, que nos permitissem a necessária fundamentação e os respetivos enquadramentos graças aos trabalhos de vários historiadores.

No entanto, devemos salientar, como se verá ao longo do estudo, o recurso à obra literária, entendida por nós, como uma importante fonte documental salvaguardada a distância em relação ao lado ficcional. Não nos interessa entrar na discussão e na análise da qualidade “literária” das obras: o que queremos reafirmar é que a investigação histórica não pode descartar o seu papel e o seu contributo independentemente da forma com que se apresenta – romance, poesia, novela, crónica, conto, etc. –, porque não só ilustra perspetivas da realidade histórica, como facilita a ressurreição do passado, ao mesmo tempo que deteta e acentua os traços de carácter ou de mentalidade de uma época, de uma sociedade como também apreende os diferentes grupos sociais e as relações horizontais e verticais que se estabelecem entre eles⁶⁴, como se deduz das palavras de Alves Redol: “Este romance não pretende ficar na literatura como obra de arte. Quer ser, antes de tudo, um documentário humano fixado no Ribatejo. Depois disso será o que os outros entenderem”⁶⁵.

No caso açoriano, a fonte literária utilizada revela as marcas da vivência insular e arquipelágica, devido ao facto de os escritores tenderem a procurar os Açores “como foco de promoção da sua temática”⁶⁶.

Quanto à iconografia, optámos por uma seleção de tudo aquilo que fosse testemunho, reprodução com detalhe e rigor referente ao tempo em estudo. Todavia, a maior difi-

⁶⁴ Veja-se André Nouschi, *Iniciação às Ciências Históricas*, Coimbra, Livraria Almedina, 1977, pp.247-255; Carlos M. Rama, *Teoria da História*, Coimbra, Livraria Almedina, 1980, pp.29-37.

⁶⁵ Alves Redol, *Gaibéus*, 20.^a ed., Lisboa, Editorial Caminho, 2006.

⁶⁶ António Machado Pires, “As Culturas Insulares Atlânticas”, in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Sécs. XV a XIX*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1995, pp.559-567.

culdade que encontrámos na sua utilização residiu na datação rigorosa das imagens. Quando não foi possível, decidimos simplesmente pela sua não utilização⁶⁷.

Finalmente, quanto às referências bibliográficas, optou-se pela nota de rodapé, por entendermos que se torna não só mais cómodo à leitura como facilita o acesso a outras informações complementares que se fossem inseridas no texto o tornariam “pesado”. Ao mesmo tempo, algumas remetem ou para anexos ou para apêndices.

⁶⁷ Cf. Joaquim Vieira, *Portugal. Século XX. Crónica em Imagens (1900-1910)*, Lisboa Círculo de Leitores, 1999, p.5.

Capítulo I

A HORTA – CIDADE PORTUÁRIA E CAPITAL DE DISTRITO CRISES E SINAIS DE PROGRESSO (1880-1926)

HORTA: QUASE RÉQUIEM

“Como isto foi grande, dinâmico, mercantil, aventureiro!
Homens de todas as raças no porto da Horta,
todas as línguas e bandeiras
no porto da Horta.
178 navios baleeiros num dia!
E a esquadra do Czar.
A Home Fleet.
E navios à carga, vozes, gritos,
o gemer dos guindastes...
Vinho do Pico. Urzela. Laranjas.
Ship-chandlers.
Contrabando...
Só o Faial vale tudo
(e valia!)
pela janota que tem...
(E isto era o rosto ancorado
da civilização!
Era a mais alegre, a maior
cidade pequena do Mundo!
Era a riqueza de Londres
e de Nova Iorque!
Era o requinte de Paris, o luxo
de São Petersburgo!
Todos mercavam, vendiam.
Embarcavam.
Tornavam.)”¹.

¹ Pedro da Silveira, *Fui ao Mar Buscar Laranjas*, Angra do Heroísmo, Direção Regional da Cultura, 1999, pp.165-167.

1. A Horta no contexto arquipelágico e internacional: geografia e população

As ilhas dos Açores, conhecidas pela designação “oficial” de ilhas adjacentes, expressão “eufemisticamente carregada de humor negro”², designação atribuída à sua “colónia” por um Governo que “desgraçadamente” se tem mostrado de uma “imprevidência absoluta”³, constituíam como que a continuidade oceânica do litoral abrupto do Portugal europeu e continental, isto é, Portugal “encontra a ocidente a profundidade que lhe faltava do lado continental”⁴. As ilhas, com o tempo, tornar-se-iam não só em locais de acolhimento de marinheiros e náufragos, de ancoradouros seguros e abastecedores de cereais, plantas tintureira, vinho e outros produtos, mas também em laboratórios experimentais do seu Império na Ásia e na América.

O arquipélago dos Açores, a que a navegação deu, desde o século XV, uma realidade cartográfica, antropológica, portuguesa, numa altura em que “aquilo era de baleias, gaivotas e açores”⁵, localiza-se no atlântico norte sobre a dorsal média atlântica, ocupa uma área de 2 300 km² e estende-se por mais de 650 km, sendo constituído por nove ilhas divididas em três grupos em atenção à proximidade geográfica e à “afinidade genética”⁶ – ocidental (Flores e Corvo); central (Terceira, Graciosa, São Jorge, Pico e Faial) e oriental (Santa Maria e São Miguel).

Esta realidade levou Correia da Cunha a referir que a um fundo homogéneo marcado pela natureza geológica – instabilidade física, clima influenciado pela oceanidade – se vão sobrepor influências físicas e humanas determinantes na própria ocupação das ilhas. Adianta que existe um tipo de ilha ideal açoriana caracterizado por um cone

² José Enes, *O 25 de Abril e a Autonomia Regional dos Açores*, [Ponta Delgada], Direção Regional da Comunicação Social, [1984], p.10. A expressão ilhas adjacentes usada pela primeira vez no alvará de Lei e Regimento de 2 de agosto de 1766 que cria a Capitania-Geral dos Açores, cf. António Delgado da Silva, *Coleção da Legislação Portuguesa de 1763 a 177*, Lisboa, Tipografia Maigrense, 1829. Sobre o assunto, veja-se PORTUGAL, *Código Administrativo de 1878*, 8.^a ed., Lisboa, Imprensa Nacional, 1881; PORTUGAL, *Código Administrativo Aprovado por Decreto de 17 de Julho de 1886*, 4.^a ed., Porto, Livraria Cruz Coutinho Editora, 1887; Avelino de Freitas de Meneses, *Os Açores nas encruzilhadas de Setecentos (1740-1770). Poderes e Instituições*, vol. I, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1993; Ricardo Manuel Madruga da Costa, *Os Açores em finais do regime de Capitania-Geral (1800-1820)*, 2 vols., Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2005; José Damião Rodrigues, “Para o socego e tranquilidade publicadas Ilhas: fundamentos, ambição e limites das reformas pombalinas nos Açores”, *Dossier Ensino de História*, vol. 11, Tempo, Niterói, 2006 (21), pp. 157-183.

³ “As Ilhas dos Açores, sob o ponto de vista da navegação mercante”, *O Faialense*, 1860, novembro 25 (17), p.1.

⁴ António José Telo, “O papel dos Açores no posicionamento Português no Mundo”, *Atas do Colóquio Pensar os Açores hoje*, Ponta Delgada, Fórum Açoriano, 1977, pp.51-70 [51].

⁵ Nuno Sampaio, “Algumas opiniões críticas”, in Vitorino Nemésio, *Mau Tempo no Canal*, 6.^a ed., Amadora, Livraria Bertrand, 1980, p.26.

⁶ AAVV, “Açores”, *Enciclopédia Açoriana*, in <http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/enciclopedia/index.aspx> (consultado em 24-01-2009).

vulcânico, com alguma antiguidade, marcado pela erosão, terminando numa caldeira, cuja base, que se estende ao longo do litoral mais ou menos alto e recortado, é constituída por áreas de declive pouco acentuado. Deste modo, à faixa litoral povoada, localizada entre 300 e 350 metros, seguem-se, nas áreas mais elevadas, as zonas de mato, pastagem e baldio. Em seu entender, o Faial corresponde a este tipo morfológico de ilha⁷.

A localização do arquipélago na confluência de três placas litosféricas – eurasiática, americana e africana – está na génese de uma frequente atividade sísmica, de baixa e média magnitude, e vulcânica, o que significa que a sua origem é “resultado deste enquadramento tectónico”⁸. Por outro lado, periodicamente, as ilhas seriam fustigadas por ciclones devastadores, responsáveis por grandes estragos a que se associava, geralmente, mais uma crise alimentícia, por chuvas e neblinas que em muito prejudicavam as atividades agrícolas e que punham em perigo a faina marítima e as habitações e pessoas, cujos estragos ganhavam ressonância na imprensa: “Mais dois ou três dias de temporal de sueste e teríamos hoje a lamentar a ruína completa de uma importante parte da cidade”⁹.

A ilha do Faial situa-se no grupo central entre 38° e 33’ de latitude Norte e 28° e 38’ de longitude Oeste. Este calhau vulcânico emerso do mar é a quinta ilha em dimensão, com uma superfície de 173,1 km², um perímetro costeiro de 73 km, uma altitude máxima de 1 043 metros no Cabeço Gordo, situado na bordadura sudoeste da Caldeira e apresenta uma configuração pentagonal.

Do ponto de vista administrativo, é constituída por 13 freguesias que formam um único concelho – o da Horta¹⁰ –, nome da cidade homónima que engloba as freguesias da Conceição, Matriz e Angústias, as mais pequenas da ilha com uma área aproximada de 9 km². Curiosamente, a freguesia da Matriz apesar de ser a mais pequena em dimensão, afirmou-se como a mais importante da cidade Horta em efetivo demográfico e como centro político, cultural, recreativo, religioso, económico e social.

⁷ Cf. José Correia da Cunha, “Determinantes Geográficas do Povoamento dos Açores”, *Livro da II Semana de Estudos dos Açores*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura/Fundação Gulbenkian, 1963, pp.117 e 121.

⁸ José Madeira, António Brum da Silveira, “Tectónica e Paleossismicidade da ilha do Faial”, in AAVV, *Sismo 1998. Açores. Uma década depois*, 1.^a ed., [Horta], Edição C. Sousa Oliveira, Aníbal Costa, João C. Nunes, 2008, pp.171-184.

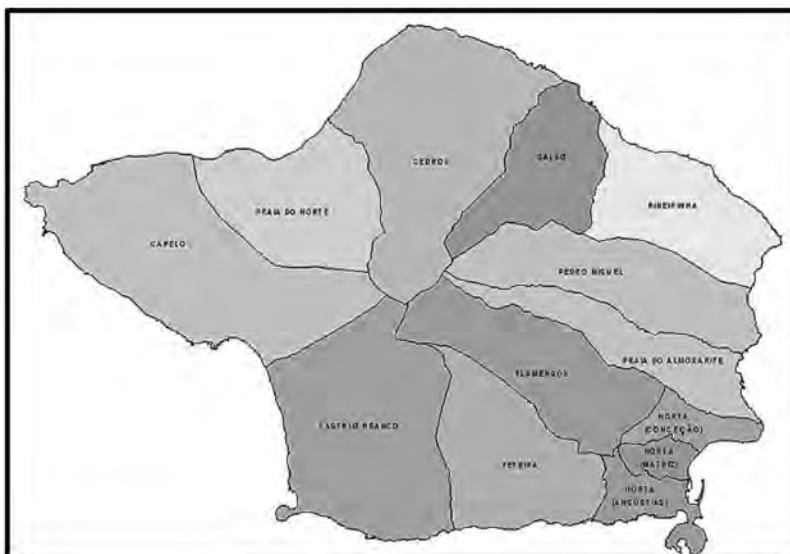
⁹ “Defesa da cidade”, *O Telégrafo*, 1905, janeiro 3 (3 312), p.1.

¹⁰ Sobre o “étimo” do topónimo Horta, veja-se AAVV, *Horta de Vila a Cidade*, Horta, Câmara Municipal da Horta, 1983, p.16; Osório Goulart, “Origem do nome da cidade da Horta”, in *Livro do Primeiro Congresso Açoriano que se reuniu em Lisboa de 8 a 15 de maio de 1938*, Lisboa, Casa dos Açores, 1940, pp.155-157; Id., “A Ilha do Faial e a Cidade da Horta, Relance Histórico, Filológico e Heráldico”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, vol. I, 1956, dezembro (1), pp.15-35; António Ferreira de Serpa, “Origem do nome ‘Horta, dado à cidade assim chamada”, in *Livro do Primeiro Congresso Açoriano* [...], pp.157-159; Marcelino Lima, *Anais* [...], pp.201-204.

Os limites do núcleo urbano hortense, situado a sudeste da ilha numa ampla baía que o envolve em quase toda a sua extensão, no tempo em estudo, compreendiam a sua zona baixa litorânea, circunscrita genericamente entre o forte de São Sebastião, a sul, na freguesia das Angústias e a ribeira da Conceição, a norte. Esta zona congrega os antigos núcleos da vila velha e das Angústias e a zona que sobe até meia encosta, “situada ao longo das três freguesias urbanas da cidade [...], em que há continuidade do tecido urbano”¹¹.

Por outro lado, não se nota uma grande expansão do espaço urbano, para lá da construção do porto, mas sim a condensação, isto é, as obras realizadas circunscreveram-se a ocupar antigos espaços não ermos, mas que antes tinham sido utilizados para outras funções. Todavia, é notória a deslocação do centro da cidade para sul graças à construção do porto (1876) e das instalações das diferentes companhias de cabo na rua Cônsul Dabney (1893-1928). Esta deslocação do centro para o sul da cidade irá marginalizar o núcleo norte, tornando-o periférico. A partir de então, aquele assumirá as funções de centro geográfico, histórico e funcional de todo espaço citadino.

Figura 1: Ilha do Faial – freguesias



Fonte: Instituto Geográfico Português, *Carta Administrativa de Portugal*.

Das 13 freguesias – Conceição (3 km²), Matriz (2 km²), Angústias (4 km²), Feteira (14 km²), Castelo Branco (25 km²), Capelo (27 km²), Praia do Norte (13 km²), Cedros (22 km²), Salão (12 km²), Ribeirinha (11 km²), Pedro Miguel (15 km²) e Praia do Almoxarife

¹¹ AAVV, *Horta. Faial. Inventário do Património Imóvel dos Açores*, [Horta], Direção Regional da Cultura/Instituto Açoriano de Cultura/Câmara Municipal da Horta, 2003, p.222.

(10 km²) – apenas a dos Flamengos (14 km²), como a lembrar os primeiros povoadores arribados à ilha vindos do Norte da Europa, Flandres, e que se estabeleceram nas margens da ribeira que se passaria a designar como tal, localiza-se no interior da ilha num vale bucólico e soalheiro, atravessado em toda a sua extensão por aquela que desagua junto à praia da freguesia da Conceição próxima da Espalamaca; as outras assumem um caráter litorâneo¹².

Apresenta a orla costeira, o limite entre a terra e o mar, alguma diversidade morfológica – costa baixa alternado com costa alta, pequenas baías, praias e enseadas. Algumas destas baías viriam a transformar-se em pequenos portos de pesca e/ou estações baleeiras – Porto Pim, freguesia das Angústias, Salão, Comprido, freguesia do Capelo –; enquanto as enseadas – Ponta Furada e entre montes (Queimado e Guia) eram dos locais mais propícios à emigração de salto (clandestina) para o Novo Mundo e/ou para as baleeiras da frota *yankee*¹³; outras zonas desta orla costeira transformaram-se em locais de vilegiatura marítima e banhos de mar – Varadouro, freguesia do Capelo, Fajã da Praia do Norte e Pasteleiro na freguesia das Angústias.

1.1. A cidade da Horta como ponto de confluência de processos globalizantes

“O Atlântico, segundo Artur Teodoro de Matos, tornar-se-ia entre o século XVI e finais do século XVIII, o centro da História de Portugal” e nesse cenário não deixariam de ter um papel de destaque e de protagonismo três espaços insulares, três participantes influentes – as ilhas dos arquipélagos dos Açores, da Madeira e de Cabo Verde – um atlântico português de arquipélagos¹⁴, o “rio atlântico”¹⁵.

No caso dos Açores, a sua (re) descoberta, em 1427, por Diogo de Silves ou Sunis constitui o primeiro momento da penetração dos portugueses no oceano profundo e desconhecido. Com o tempo, as ilhas não se alhearam do papel que Portugal desempenhou na abertura, na partilha e na exploração do Mundo, vindo a ganhar uma posição de “ponto de encontro de todos os regressos”, numa alusão à sua importância tanto na volta pelo

¹² Sobre o litoral, veja-se Maria Júlia Ferreira, “O Litoral Português. Contributos para uma Geografia das Regiões Litorais”, *III Congresso da Geografia Portuguesa*, Lisboa, Edições Colibri e Associação Portuguesa de Geógrafos, 1999, pp.57-66; Joana Gaspar de Freitas, “O litoral português, perceções e transformações na época contemporânea: de espaço natural a território humanizado”, *Revista de Gestão Integrada*, 2007, 7 (2), pp.105-115; Ana Ramos Pereira, “Sistemas Litorais: Dinâmicas e Ordenamento”, *Finisterra*, XLIII, 86, 2008, pp.5-29.

¹³ Cf. “Baleeiros”, *O Telégrafo*, 1896, setembro 19 (892), p.1.

¹⁴ Artur Teodoro de Matos, “Rotas Portuguesas do Atlântico”, *Revista Oceanos*, 1992, abril (10), pp.80-85.

¹⁵ Cf. Onésimo Teotónio de Almeida, *Rio Atlântico*, Lisboa, Salamandra, 1997.

largo – à volta de África, como do regresso da América tanto portuguesa como espanhola – o que as transformou no “ponto isolado [de farol atlântico] mais importante do primeiro sistema mundial”¹⁶. Com o tempo, esta realidade foi-se afirmando ao transformar as ilhas em portos de escala, de abrigo, de refresco, uma encruzilhada de opções e meios para quem, muitas vezes, se atrevera a fazer face às intempéries do mar. Mas também em locais de experiências aéreas e navais em resultado dos progressos da ciência e das disputas imperialistas.

Por outro lado, essa procura das ilhas levou a que muitas fossem apelidadas em atenção aos produtos que o seu mercado era capaz de oferecer, em particular a trilogia cereais (trigo), laranja e vinho, mas também plantas tintureiras (pastel¹⁷ e urzela¹⁸), que escasseavam e tinham procura mesmo fora do arquipélago.

Por conseguinte, a relevância das ilhas não se ficou apenas como uma “importante placa da expansão ultramarina dos povos ibéricos”¹⁹, mas também de países como a Holanda e a Inglaterra. Estas contrariando os propósitos de Portugal e Espanha, consideravam o arquipélago, de acordo com os seus intentos coloniais, uma “etapa da conquista do ultramar e base de desvio, legal ou ilícita, dos metais preciosos que sustentam a economia europeia”²⁰. Esta situação levaria Thomas Bentley Duncan a relevar as importâncias estratégica e económica do arquipélago dos Açores no século XVII, “na ótica do império inglês”²¹, independentemente da reduzida expressão dos seus recursos (produção de riqueza), da sua dimensão – territorial e demográfica – e do seu carácter periférico que o afasta do centro²²,

Contextualizando este discurso à ilha do Faial, deduzimos que a partir do mesmo século à emergência geoeconómica da ilha graças aos “indícios da uberdade vinícola

¹⁶ António José Telo, “O papel dos Açores [...]”, já cit., *Atas do Colóquio* [...], p.52.

¹⁷ Na toponímia faialense: Pasteleiro, na freguesia das Angústias. Até à segunda metade do século XVII, as plantas tintureiras (em particular o pastel) e os cereais (trigo) dominaram a primeira fase da economia açoriana., resultante da sua participação “no trato euro-ultramarino, resultante da habitual escala das armadas da Índia portuguesa e da América espanhola na baía de Angra”, AAVV, “Açores”, *Enciclopédia Açoriana*, in <http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/enciclopedia/index.aspx> (consultado em 24-01-2009).

¹⁸ Na toponímia da ilha de São Jorge, Urzelina, freguesia do concelho das Velas.

¹⁹ Avelino de Freitas de Meneses, *Estudos de História dos Açores*, vol. II, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1995, pp.43-64.

²⁰ *Id.*, p.47. Sobre a relação dos Açores com o segundo sistema mundial, veja-se António José Telo, “Os Açores [...]”, *Atas do Colóquio Pensar* [...], já cit., pp.54-55.

²¹ Avelino de Freitas de Meneses, *op. cit.*, vol. II, p.50.

²² Cf. T. Bentley Duncan, *Atlantic Islands: Madeira, the Azores, and the Cape Verdes in Seventeenth-Century Commerce and Navigation*, Chicago, The University of Chicago Press, 1972, pp.80-157. Veja-se Maria Olímpia da Rocha Gil, *O Arquipélago* [...], já cit.; António José Telo, *ob. cit.*, pp.51-53.

picoense”²³, a par da inicial preponderância das ilhas Terceira e São Miguel²⁴. Esta situação fará com que a da Horta se torne a partir do termo do século XVII “the first port in the Azores, and it was destined to play a great role in the international commerce”²⁵, devido a um encadeado de situações que marcarão de forma decisiva o seu contributo para a edificação insular bem como o papel que jogou no contexto da cena internacional, resultante da conjugação da história – vontade dos homens –; da geografia – mais do que a sua posição a importância da sua baía; – dos contatos internacionais – relacionamento entre diferentes povos e culturas, de que a instalação do cabo submarino, em 1893, e as primeiras experiências da navegação aérea, em 1919²⁶, que tiveram o Faial como cenário, são dois exemplos a considerar.

A emergência da sua baía, a partir do século XVII, fez da Horta um posto avançado no domínio do Atlântico, o que nos leva a concluir que a história da ilha do Faial não se pode entender sem o conhecimento das atividades que o seu porto permitiu, gerou, acolheu e que a conduziu a um plano de evidência que a sua pequenez jamais permitiria, como se deduz da seguinte citação: “O ato da divindade em atirar este ‘rochedo’ para o meio do Atlântico, tinha-lhe marcado desde logo o seu futuro no desenvolvimento da humanidade”²⁷.

Todavia, a sua importância foi marcada por períodos (ciclos) de grande dinamismo contrastando com outros de crise acentuada, regra geral *forçada*, por interesses alheios, pela apetência dos mercados externos pelas produções das ilhas (o vinho do Pico,

²³ AAVV, “Açores”, *Enciclopédia Açoriana*, in <http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/enciclopedia/index.aspx> (consultado em 24-01-2009). Sobre o assunto, veja-se Avelino de Freitas de Meneses, “A preponderância geo-económica do Faial na conjuntura açoriana de setecentos”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, Horta, Núcleo Cultural, vol. IX, 1989-90, pp.3-21. A propósito escreve: “De facto, o excelente posicionamento do Faial no seio do arquipélago, a prosperidade da viticultura e a carência cerealífera favoreceram na Horta o comércio com os britânicos, que se firma na troca de vinhos por víveres do Norte”, Id., *Estudos de História dos Açores*, já cit., vol. II, pp.78. Veja-se Bentley Duncan *Atlantic Islands*: [...], já cit., p.156.

²⁴ Cf. Avelino de Freitas de Meneses, *Os Açores nas encruzilhadas de Setecentos. Economia*, vol. II, Ponta Delgada Universidade dos Açores, 1993, p.97.

²⁵ T. Bentley Duncan, *op. cit.*, p.156.

²⁶ Veja-se Carlos Ramos da Silveira e Fernando Faria, *Apontamentos para a História da Aviação nos Açores*, [Angra do Heroísmo], Secretaria Regional dos Transportes e Turismo/Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1986.

²⁷ *O Faialense*, 1860, novembro 25 (17), p.1. Veja-se Carlos Lobão, *História, Cultura e Desenvolvimento numa Cidade Insular. A Horta entre 1853 e 1883*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2010, pp.61-65; Francisco Ferreira Drumond, *Apontamentos Topográficos, Políticos, Cívicos, e Eclesiásticos para a História das nove Ilhas servindo de suplemento aos anais da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1990, p.399. Ao reconhecer a complementaridade económica entre as duas ilhas, não deixa de salientar que “desta forma se pode considerar, que a não ser ela [Pico], o Faial valeria muito pouco, por ser uma das ilhas mais pequenas deste arquipélago.

conhecido por *Fayal Wine*), como se alude na seguinte quadra: “Adeus, ilha do Faial, / Terra de tanto dinheiro; / Terra que nada valera / Se não fora o estrangeiro //”²⁸.

As carências portuárias da ilha do Pico²⁹ desfavoráveis ao exercício da função mercantil, a responsabilidade da vereação hortense em assegurar o abastecimento frumentário picoense e as naturais relações de proximidade entre ambas as ilhas, fizeram que a primeira (Pico) se prolongasse na segunda (Faial), permitindo que entre ambas se estabelecesse “um perfeito binómio comercial”³⁰, uma espécie de complementaridade económica, uma solidariedade trazida pela vizinhança: “Lá vai um barco do Pico / Co’a gente do Faial; / Por amor d’um cesto d’uvas / Passam as ondas do mar //”³¹.

Enquanto um, o Pico, facultava os produtos, o vinho e a aguardente, o Faial disponibilizava os meios, o porto e muitos produtores, os senhores do Faial, a gente da governança faialense: “Estavam todos ali! Arriagas, Streets, Brum da Silveira; Labats [...]; o morgado Terra; e a viúva de Manuel Inácio de Sousa [...]”³²:

“O cais do Mourato é um dos mais interessantes termos do lindo litoral do Norte da ilha do Pico. [...]. Antigas famílias do Faial tiveram no cais do Mourato a fonte da abastança da sua secular grandeza senhorial [...]. Foi pelo porto do cais do Mourato, pequeno porto rudimentar, talhado na rocha viva, [...], que outrora se exportava anualmente de outubro a janeiro grande quantidade do afamado vinho do Pico, [...]”³³.

Na zona ocidental da ilha do Pico localizavam-se as principais famílias faialenses, região coincidente com a área vitícola virada para o Faial, concentrada sobretudo no concelho da Madalena, entre as freguesias da Candelária, São Mateus e Bandeiras. Deste modo, se o Pico se tornou na primeira “excelência” da ilha do Faial, aquele, por sua vez, passou a “ter como por Corte sua a nobilíssima ilha do Faial”³⁴.

²⁸ Teófilo Braga, *Cantos Populares do Arquipélago dos Açores*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1982, p.94; Ap. José de Almeida Pavão Jr., *Aspetos do Cancioneiro Popular Açoriano*, Ponta Delgada Universidade dos Açores, 1981, p.97.

²⁹ Sobre a falta de um porto de abrigo na ilha do Pico, veja-se “Não há um porto de refúgio na fronteira do Pico”, *O Telégrafo*, 1913, abril 24 (5797), p.1. Apêndice – Capítulo I, Documento n.º 1.

³⁰ Susana Goulart Costa, “A economia picoense entre os séculos XV e XVIII: um exemplo ambíguo de periferia”, in *O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XX*, Horta, Núcleo Cultural, 1998, pp. 81-101. Sobre o desenvolvimento da viticultura picoense, veja-se Ricardo Manuel Madruga da Costa, “Uma perspetiva da Vitivinicultura na Ilha do Pico nas duas Primeiras décadas do século XIX”, in *O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XX (Nos 550 anos do Descobrimento das Flores e do Corvo)*, Horta, Núcleo Cultural, 2004, pp.109-133; Paulo Silveira e Sousa, “Para uma história da vinha e do vinho nos Açores (1750-1950)”, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. LXII, 2004 (117), pp.115-217.

³¹ José de Almeida Pavão Jr., *Aspetos do Cancioneiro [...]*, já cit., p.98.

³² Ricardo Manuel Madruga da Costa, “Uma perspetiva da [...]”, in *op. cit.*, pp.109-133. Sobre um dos maiores vitivinicultores da ilha do Pico, o faialense, Manuel da Terra Brum, 3.º Barão da Alagoa (1825-1905), ver Fernando Faria Ribeiro, *Em Dias Passados*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2008, p.163.

³³ Francisco Nunes da Rosa [1870-1946], *Madrugada entre Ruínas*, Horta, Câmara do Triângulo, 1988, pp.53-57 [54].

³⁴ Padre António Cordeiro, *História Insulana das Ilhas a Portugal Sujeitas no Oceano Ocidental*, edição-fac-similada da edição princeps de 1717, Angra do Heroísmo, SREC, 1981, pp.467 e 475.

Por seu turno, o Padre Luís Maldonado³⁵ não deixa de relevar a importância do seu comércio em vinhos e aguardentes produzidos nos concelhos da Madalena e de São Roque³⁶ e de “todo este género que navega daquela Ilha, aos reinos do Norte, e conquistas”, em particular da Inglaterra que fará da vila da Horta um ponto de escala dos seus barcos que ligavam a pátria mãe às suas colónias americanas. Além disso, e por via das excelências do vinho do Pico e de uma situação geográfica vantajosa – segurança da sua baía e proximidade da ilha do Pico –, o porto faialense, na centúria de seiscentos, transformar-se-á no primeiro dos Açores, como já foi referido, enquanto a ilha se tornará numa importante plataforma das rotas transatlânticas provenientes da América do Norte, Brasil, Oriente e costa ocidental africana. Por conseguinte, o século XVIII faialense corresponderá a um período importante em que o porto da Horta atinge uma “projeção ímpar”³⁷, graças à produção de vinho do Pico, à afirmação e à importância que a colónia brasileira passa a ter no contexto do império colonial português e à supremacia ultramarina em crescendo da nova senhora dos mares: a Inglaterra³⁸.

Deste modo, conjugar-se-ão os interesses de ambas as partes. Os faialenses a troco do vinho do Pico, recebiam cereais, considerados “imprescindíveis à abolição da tradicional insuficiência frumentária das ilhas do Faial e Pico”³⁹, situação esta que se prolongaria até ao século XX, como se pode ler, em 1920, no jornal *O Telégrafo*: “Continua a não aparecer à venda, um alqueire de milho, apesar da última colheita ter sido abundantíssima. Que faz a autoridade competente?”⁴⁰.

Em suma, o vinho tornar-se-ia, por um lado, na mais importante riqueza da ilha do Faial, a sua função dinamizadora; por outro, na exportação açoriana mais significativa, uma vez que saía da ilha montanha a quase totalidade da produção vinícola do arquipélago

³⁵ Pe. Manuel Luís Maldonado, *Fénix Angrense*, vol. 2, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1990, pp.550-551.

³⁶ Os locais de maior produção de vinho eram o Cachorro, Cais do Mourato, Calhau, Lajedo, Lajinha, Madalena, Pé do Monte, Prainha Ruivo, Guindaste e Fogos (ambos na Candelária), São Mateus, cf. Avelino de Freitas de Meneses, *Os Açores nas [...]*, já cit., p.82.

³⁷ Ricardo Madruga da Costa, “A propósito da Horta dos Cabos Submarinos. A relevância da ilha do Faial na construção da ‘civilização atlântica’”, *Atas do Colóquio O Tempo dos Cabos Submarinos. O Porto da Horta na História do Atlântico*, Horta, Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta/Museu da Horta, 2011, pp.69-80 [74].

³⁸ Cf. Avelino de Freitas de Meneses, *Estudos de [...]*, vol. II, já cit., pp.43-64. Em *Os Açores nas [...]*, já cit., vol. II, p.97, chama a atenção para o facto da “historiografia tradicional” não dar destaque à importância do vinho na economia dos Açores. Justifica referindo que “a convergência da investigação nas ilhas de S. Miguel e Terceira eclipsa a importância da viticultura, considerando a contingente insuficiência micaelense e o tardio incremento terceirense. Contudo, particularmente no século XVIII, o vinho sustenta a tradicional inserção das ilhas nos preponderantes circuitos do comércio internacional, sobretudo do Atlântico Norte e Brasil, e ampara a emergência económica da vila da Horta, que garante o escoamento do produto picoense”.

³⁹ *Id.*, p.47.

⁴⁰ “Noticiário”, *O Telégrafo*, 1920, janeiro 13 (7686), p.3.

que se exportava para o estrangeiro⁴¹. Todavia, enquanto a produção vinícola do Pico era dominada por residentes na ilha do Faial, a sua comercialização estava nas mãos de um número limitado de comerciantes na sua maioria estrangeiros, destacando-se desde finais do século XVIII, embora sem o exclusivo do mercado faialense, em particular com as Antilhas⁴², a firma inglesa *Scott Idle de Sobradello & Comp.* que se fixara, entretanto, na ilha do Faial, o que significava que este comércio regular era feito por agentes externos que se foram fixando na ilha, atraídos pela importância do vinho e da aguardente por parte dos mercados internacionais e pelas condições do ancoradouro da Horta.

Talvez os mais conhecidos foram os Dabney, quando Jonh Bass Dabney (1876-1826), depois de uma passagem pela ilha entre dezembro de 1804 e maio de 1805, certamente para averiguar “in loco” das potencialidades do meio quanto a futuros negócios e da importância do vinho e da aguardente no contexto do comércio atlântico, se fixou na ilha em 1806⁴³, onde viria a fundar a casa comercial *Jonh Bass Dabney & Son*, que a partir de 1868 até 1892, data da saída da família da ilha do Faial, se passaria a designar *Charles William Dabney & Sons*.

Pela leitura de uma carta de 20 de fevereiro de 1811 remetida por John Dabney a Lemuel Bent, concluímos que a avaliação que fazia das vantagens da ilha do Faial sobre as outras ilhas – “o seu porto muito espaçoso e razoavelmente seguro para os propósitos do Comércio, reparações ou para refrescar⁴⁴” e o “valor das suas exportações (em vinho e aguardente, apenas) iguais em valor às exportações da bela ilha de S. Miguel – devem ter pesado na sua decisão em fixar-se na ilha, cujo dinamismo da sua casa comercial em muito contribuiu para que a Horta se transformasse no mais importante porto carvoeiro a meio do oceano⁴⁵.

⁴¹ Cf. Paulo Silveira e Sousa, “Para uma história da vinha [...]”, já cit., *Boletim do Instituto* [...], vol. LXII, pp.115-217. Veja-se Manuel José de Arriaga Brum da Silveira, *Memória Geográfica, Estatística, Política e Histórica sobre as Ilhas do Faial e do Pico Oferecida na Sessão de 2 de Novembro com os documentos que a ela se referem ao Augusto e Soberano Congresso pelo deputado das referidas ilhas*, Lisboa, Impressão de Alcobia, 1821.

⁴² Cf. Ricardo Manuel Madruga da Costa, *Os Açores em finais do Regime de Capitania-Geral – 1800-1820*, vol. I, Horta, Núcleo Cultural da Horta, Câmara Municipal da Horta, 2005, pp.329-337. Sobre outros nomes ligados ao comércio do vinho o mesmo autor destaca, entre outros, os cônsules de França, Inglaterra e Estados Unidos na Horta, respetivamente Sérgio Pereira Ribeiro, Thomaz Parkin e Jonh Bass Dabney, morgado José Francisco da Terra Brum; quanto aos destinos: Antilhas, América, portos do Báltico – Dinamarca, Bremen, Hamburgo e Estocolmo – e da Rússia – Riga, Arcangel e Sampetersburgo.

⁴³ Roxana Dabney, *Anais da Família Dabney no Faial*, vol. I, Horta, Instituto Açoriano de Cultura/Núcleo Cultural da Horta, 2004, pp.16-23.

⁴⁴ *Id.*, pp.42-43.

⁴⁵ Cf. Ricardo Manuel Madruga da Costa, “Nota Introdutória”, in Roxana Dabney, *Anais da Família* [...], vol. I, pp.XIII-XIX. Do mesmo autor, veja-se “Algumas notas sobre o 1.º cônsul geral dos EUA nos Açores e

Por outro lado, John Bass Dabney seria nomeado, ainda em 1806, pelo presidente Thomas Jefferson, 1.º cônsul geral dos EUA nos Açores (1806-1826)⁴⁶. Este cargo seria ocupado até 1892 respetivamente pelo seu filho Charles William Dabney (1826-1869) e pelo seu neto Samuel Dabney (1872-1891).

Finalmente, há a reter dois dados importantes para o qual chamam a atenção Ferreira Drumond e Paulo Silveira e Sousa.

O primeiro, além de reconhecer a complementaridade económica entre as duas ilhas, não deixa de salientar que “desta forma se pode considerar, que a não ser ela [Pico], o Faial valeria muito pouco, por ser uma das ilhas mais pequenas deste arquipélago”⁴⁷, o que nos leva a confirmar que os ciclos marcantes da história faialense foram sempre “forçados” pelos interesses alheios e que a ilha depois de “certa euforia” entrava num ciclo de marasmo, assim traduzido por Pedro da Silveira: “Como isto foi grande, dinâmico, mercantil, aventureiro!”⁴⁸. O segundo, opina que os Açores, por um lado, “nunca foram uma região de grande produção e exportação de vinho”, apesar da sua cultura assumir assinalável destaque em três das suas nove ilhas – Pico, Graciosa e São Jorge – e, embora se fale que o vinho picaroto tenha sido bebido na corte do Czar russo, este, como outros vinhos açorianos, nunca alcançou a notoriedade da maioria dos vinhos nacionais, “nem sequer se consubstanciaram em tipos próprios ou criaram as redes de comércio e de distribuição internacional que fizeram a fama de um Madeira, um Jerez ou, mais tarde, de um Marsala, ou mesmo de um Málaga”⁴⁹, por outro.

Além do vinho, os citrinos – limão, laranja – laranja da baía, laranja da terra e de Maio, expressões por que era conhecida a laranja faialense – nunca permitiram uma exportação quando comparada com a da ilha de São Miguel, apesar da abundância de pomares que se destacavam da paisagem envolvente, como retratou Raul Brandão durante

um contributo para uma Bibliografia sobre os Dabney”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, vol. X, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1991-92, pp.89-140.

⁴⁶ Na Horta, esta representação consular funcionaria até 8 de outubro de 1926, data do seu encerramento e de transferência de todo o serviço para Ponta Delgada, BPARJJG, *Consulado Americano na Horta*, “Ofício de 7 de outubro de 1926, ao governador civil do distrito da Horta” [d.a.]; BPARJJG, *Consulado Americano na Horta*, “Ofício, de 8 de outubro de 1926, do cônsul americano em Ponta Delgada, William F. Doty, ao governador civil do distrito da Horta” [d.a.], em que referia que “hoje fechou definitivamente, o consulado dos EUA na Horta e que, no “dia nove do corrente todos os serviços se executarão em Ponta Delgada”. Veja-se William F. Doty, *Esboço Histórico do Consulado Americano nos Açores*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2006.

⁴⁷ Francisco Ferreira Drumond, *Apontamentos Topográficos, Políticos, Cíveis, e Eclesiásticos para a História das nove Ilhas servindo de suplemento aos anais da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1990, p. 399.

⁴⁸ Pedro da Silveira, *Fui ao mar* [...], já cit., p.166.

⁴⁹ Paulo Silveira e Sousa, “Para uma história da vinha [...]”, já cit., *Boletim do Instituto* [...], vol. LXII, p.117..

a sua estadia na ilha do Faial, em 1924, e que depois viria a imortalizar no livro *As Ilhas Desconhecidas*:

“A terra dá-lhes a banana, [...], a laranja, [...]. Isto já foi muito mais animado e rico. Tudo à volta da Horta e dos Flamengos eram casas, quintas cheias de laranjais, de plantas e flores, a quinta de S. Lourenço, a quinta da Silveira, a quinta dos Dabney, depois abandonados quando a Inglaterra deixou de comprar os frutos no Faial indo buscá-los ao Cabo”⁵⁰.

A partir de meados do século XIX, a propagação de pragas⁵¹ responsáveis pela destruição, tanto das vinhas do Pico – em particular as latadas e as vinhas altas – como dos pomares e dos batatais da ilha do Faial, dará um rude golpe nas exportações locais que utilizavam a baía da Horta, contribuindo para a quebra de rendimentos dos morgados e lavradores mais abastados, da burguesia local, dos trabalhadores jornaleiros e artífices (tanoeiros) e da fazenda, para a desvalorização da propriedade e encoraja a emigração para o Brasil e para os EUA, sintomas da situação decadente em que mergulharia a economia faialense e picoense, porque apesar da articulação económica das duas ilhas, bastava que num lado houvesse qualquer sintoma de crise ou perda para provocar consequências assinaláveis no outro lado da comunidade do canal, como reconhecia João José da Graça:

“Promova-se conscienciosamente a agricultura no Faial e sobretudo na grande ilha do Pico, e para atenuar o flagelo que tem destruído as cepas e aniquilado o ramo mais importante do comércio açoriano e a doca na Horta mesmo sem concurso como as mais docas não deixará nunca de nos trazer uma riqueza incalculável”⁵².

No entanto, é necessário salientar que a produção de vinho e de aguardente no Faial nunca constituiu uma das riquezas agrícolas da ilha, mesmo assim existia um pequeno setor vitivinícola, situando-se a produção apenas nas freguesias do Capelo e da Praia do Norte, atingindo, em 1885, uma área de 71 hectares de um total de 1990, no conjunto das duas ilhas⁵³.

Ao mesmo tempo, a frota baleeira americana procurava cada vez mais o porto da Horta para fins diversos – baldeação de azeite, refresco, mantimentos, descanso, tratamento de doentes⁵⁴, recrutamento de tripulantes – o que trará à baía até aos primeiros anos do século XX um grande número de navios, cujas tripulações – turbulentas e desordeiras –, que deambulavam por ruas e travessas, na sequência de desembarques

⁵⁰ Raul Brandão, *Ilhas Desconhecidas - Notas e Paisagens*, S. l., Artes e Letras, 2009, pp.138-141.

⁵¹ O *oidium tuckeri* foi identificado por um jardineiro inglês em 1845-1846, William Tucker. Chega a Portugal em 1851; aos Açores em 1850 (S. Miguel). Nas ilhas o Faial e Pico no ano de 1852.

⁵² João José da Graça, “As Docas nos Açores”, *O Atlântico*, 1862, janeiro 23 (1), p.1.

⁵³ BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, “Produção vinícola, em litros, no Distrito da Horta no ano de 1885, Horta, 26 de Abril de 1887” [d.a.].

⁵⁴ Veja-se Manuel Greaves, “Baleeiros Providentes”, in Carlos Lobão [coord.], *Baleia à Vista!*, 2.^a ed., Horta, Clube de Filatelia *O Ilhéu*, 1988, pp.41-45, .

forçados, naufrágios, longas permanências ou deserção⁵⁵, punham em sobressalto a pacatez da pequena cidade graças às suas “monumentais bebedeiras” e cenas de pancadaria⁵⁶.

No caso dos navios baleeiros, provenientes dos Estados Unidos, verificamos que entre os anos de 1857 e 1866, o número de navios em escala na baía da Horta provenientes daquele País era, na sua maioria, constituído por barcas baleeiras. Assim, no primeiro daqueles anos o número total cifrou-se em 136 navios, dos quais 115 eram baleeiras; no segundo, 104 num total de 120⁵⁷.

Esta presença da frota baleeira americana no porto da Horta, que ficaria conhecido por *Whaling Bay*⁵⁸, proveniente primeiro de Nantucket, desde 1765, depois de New Bedford, associada à experiência de marinheiros açorianos que emprestaram ao empreendimento a sua experiência obtida a bordo das baleeiras americanas⁵⁹, estimulou a que localmente surgissem algumas armações baleeiras, mas que nunca foram capazes de ombrear com a exportação do verdelho picoense.

Por outro lado, essa presença estimulou a emigração clandestina, assunto que à frente se retomará, conhecida por emigração “de salto” geralmente pela calada da noite através das enseadas e locais recônditos da costa do sul da ilha do Faial, entre o Porto Pim e a freguesia de Castelo Branco ou então pelos portos do lado norte da ilha, como se deduz do seguinte testemunho:

“- Então, vamos lá saber, como é que vossa mercê foi dar consigo nas baleeiras?
- Como vão quase todos os rapazes daqui [freguesia da Ribeirinha], fugindo clandestinamente ao recrutamento, dei oito pesos a um engajador e numa bela noite embarquei da cidade, do sítio Entre os Montes, no patacho americano *Providence*, que andava a bordejar o sul do Monte da Guia”⁶⁰.

Isto quer dizer que a ilha do Faial, apesar dos efeitos decorrentes da crise económica que a afetava, continuou, graças à presença contínua da frota baleeira americana a manter um giro comercial assinalável.

Na segunda metade do século XIX, apesar dos sinais de declínio provocado pela devastação de vinhedos e pomares, verifica-se o início da construção do porto da baía da Horta que, em certa medida, manteve, pelos serviços que prestaria à navegação, “o recurso

⁵⁵ Veja-se Florêncio Terra, “A Primeira Viagem”, *O Grémio Literário*, 1881, janeiro 17 (17), pp.130-132; fevereiro 1 (18), pp.138-139. Apêndice – Capítulo I, Documento n.º 2.

⁵⁶ Ricardo Madruga da Costa, *A ilha do Faial na Logística da Frota Baleeira Americana no ‘Século Dabney’*, Horta, Centro de História de Além-Mar/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa/Universidade dos Açores /Observatório do Mar dos Açores, 2012.

⁵⁷ *Id.*, p.55.

⁵⁸ Francisco Gomes, “As Baleeiras no Porto da Horta”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, vol. X, 1991-1992, pp.145-149.

⁵⁹ Apêndice – Capítulo I, Gravura 1.

⁶⁰ Ernesto Rebelo, “There...She Blows!”, in Carlos Lobão [org.], *Baleia à..., já cit.*, p.59.

residual da sua moderada prosperidade”⁶¹. Ao mesmo tempo que, graças aos progressos então verificados nos transportes e comunicações, a ilha voltaria à ribalta, sendo “promovida a verdadeira plataforma de viabilização de iniciativas e empreendimentos de enorme alcance”⁶²: o tempo dos cabos submarinos (1893-1969, como mais à frente se referirá) e o tempo de navegação aérea (1919-1945). Neste caso, destaca-se o ato pioneiro, de primeira grandeza, quando a 17 de maio de 1919, pelas 13:23h amarava na baía hortense, após 15:18h de viagem, o hidroplano NC4 (*Curtiss Flier 4*) da marinha americana, sob o comando do capitão Albert Read, que fazia parte da esquadrilha que tentava fazer a ligação entre a América e a Europa. Ao NC4, seguir-se-ão outras experiências a cabo de ingleses, franceses e alemães até que, entre 1939 e 1945, a Horta se tornou a baía-aeroporto dos voos regulares dos *clippers* da *Pan American Airways* que ligavam a América à Europa e vice-versa⁶³.

1.2. População

Não temos o propósito de fazer um estudo exaustivo da população faialense do tempo em estudo. Apenas iremos considerar o tamanho da população e a sua evolução no tempo, identificando o principal fator relacionado com as mudanças verificadas.

A Horta não era só a mais pequena cidade do arquipélago em extensão, era também a mais pequena em efetivos demográficos.

Desde o século XV que a população da ilha não deixou de crescer. Contudo, verificamos, com base nos recenseamentos da população⁶⁴ e nos mapas estatísticos do movimento da população do concelho da Horta organizados pela respetiva administração concelhia (apenas até 1910) e confirmados pelo governo civil, que a população da cidade da Horta e da ilha do Faial começou, a partir de 1864⁶⁵, a decrescer, como se pode constatar pela leitura do gráfico 1 e do mapa n.º 1.

⁶¹ Ricardo Madruga da Costa, “A Propósito da Horta [...], já cit., in *O Porto da [...]*, p.78.

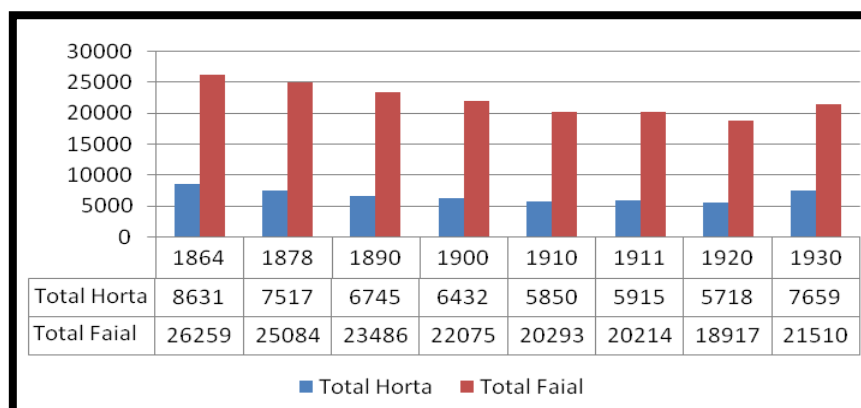
⁶² *Id.*, p.79.

⁶³ Veja-se “Os representantes da Imprensa Americana no Faial”, *O Telégrafo*, 1919, maio 20 (7 497), p.1; “A América na aviação transatlântica”, *O Telégrafo*, 1919, maio 17 (7 495), p.2; Carlos Ramos da Silveira e Fernando Faria, *Apontamentos para a História da Aviação nos Açores*, [Horta], Secretaria Regional do Transporte e Turismo/Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1986; Guy Warner, *Sob as Asas do Açor. História da Aviação nos Açores*, S. l., ANA Aeroportos de Portugal, 2008. Apêndice – Capítulo I, Gravura 2.

⁶⁴ Sobre os recenseamentos em Portugal, veja-se Nuno Valério [coord.], *Estatísticas Históricas Portuguesas*, vol. I, Lisboa, Portugal, Instituto Nacional de Estatística, 1991, p.34; Teresa Ferreira Rodrigues [coord.], *História da População Portuguesa*, Lisboa, Edições Afrontamento, 2009, pp.300-303 e 313; “O Recenseamento. A sua grande importância”, *O Telégrafo*, 1920, dezembro 20 (7 929), p.1.

⁶⁵ Cf. Maria Isabel João, *Os Açores no Século XIX. Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*, Lisboa, Edições Cosmos, 1991, pp.27-36.

Gráfico 1: População da ilha do Faial, por freguesias, entre 1864 e 1930



Fontes: PORTUGAL, *Censos de 1864, 1878, 1890, 1900, 1911, 1920, 1930*; BPARJJG, *Administração do concelho da Horta*, “Movimento estatístico da população do concelho da Horta em 1910”; DREPA, *Aspetos Demográficos dos Açores - 78*, Angra do Heroísmo, DREPA, 1981, p.76.

Mapa n.º 1: Mapa da população da ilha do Faial, por freguesias, entre 1878 e 1930

Freguesias	1878	1882	1886	1890	1893	1896	1900	1904	1910	1911	1920	1930
Angústias	2 393	2 336	2 196	2 119	1 939	1 967	1 916	1 866	1 768	1 988	1 767	2 981
Capelo	1 392	1 399	1 457	1 414	1 397	1 450	1 404	1 315	1 285	1 286	1 184	1 180
Castelo Branco	2 177	2 161	2 117	2 056	1 947	1 993	1 912	1 793	1 793	1 701	1 513	1 635
Cedros	3 276	3 187	3 412	3 399	3 293	3 314	3 280	3 000	3 014	3 014	2 706	2 801
Conceição	1 900	1 899	1 831	1 633	1 529	1 538	1 567	1 552	1 447	1 492	1 365	1 692
Feteira	2 418	2 425	2 449	2 231	2 110	2 222	1 999	1 892	1 763	1 760	1 717	1 980
Flamengos	2 450	2 273	2 129	2 039	1 969	1 907	1 889	1 787	1 730	1 693	1 617	1 773
Matriz	3 224	3 030	2 969	2 993	2 734	2 811	2 956	2 765	2 635	2 619	2 586	2 996
Pedro Miguel	1 665	1 763	1 709	1 663	1 574	1 531	1 488	1 413	1 312	1 277	1 172	1 194
Praia do Almocharife	1 217	1 229	1 144	1 060	959	962	936	895	900	843	840	900
Praia do Norte	719	709	692	649	632	642	639	641	661	658	547	582
Ribeirinha	1 196	1 135	1 133	1 110	1 102	1 066	1 002	971	985	1 018	985	960
Salão	1 057	1 103	1 163	1 120	1 103	1 098	1 087	1 016	1 000	1 013	918	836
Total	25 084	24 649	24 501	23 486	22 288	22 501	22 075	20 906	20 293	20 362	18 917	21 510

Fontes: PORTUGAL, *Censos de 1864, 1878, 1890, 1900, 1911, 1920, 1930*; BPARJJG, *Administração do concelho da Horta*, “Movimento estatístico da população do concelho da Horta em 1910”; DREPA, *Aspetos Demográficos dos Açores - 78*, Angra do Heroísmo, DREPA, 1981, p.76.

Apesar das margens de erro que eventualmente possam existir, verificamos que a população da ilha do Faial passou de 26 259 habitantes para 21 510, respetivamente em 1864 e 1930, o que significa que neste lapso de tempo a população faialense decresceu 18%, enquanto a da cidade se fixou pelos 11,2%. Mas se alargarmos o âmbito da análise, concluímos que o decréscimo populacional também se estendeu às freguesias rurais da ilha – 21,4%. No entanto, o valor mais baixo regista-se em 1920, com um descida global de 27,9 % e na cidade de 33,7%.

Perante os números do gráfico 1 e do mapa n.º 1, conclui-se que o decréscimo da população afetou mais o mundo rural faialense do que a cidade, porque se, em 1920, a população desta corresponde a 30,2% do total dos faialenses, a situação altera-se a partir do censo de 1930, ao atingir 35,5% da globalidade da população da ilha.

A freguesia mais populosa da ilha do Faial, do tempo em estudo, era a dos Cedros, que seria ultrapassada apenas pela freguesia citadina da Matriz em 1930, de acordo com os resultados do recenseamento daquele ano.

No caso da cidade da Horta, há a registar algumas diferenças demográficas. Assim, o volume populacional da freguesia da Matriz foi sempre superior, e particularmente distante em alguns anos, ao das outras duas freguesias urbanas; depois, enquanto a Conceição e as Angústias veem diminuir os respetivos efetivos, nota-se que nos censos de 1920 e de 1930 a segunda teve um crescimento de 41,1%, o que correspondia a um aumento de 1226 indivíduos, cujo total a tornava relativamente próxima da Matriz; finalmente, enquanto na Matriz e na Conceição os quantitativos mais elevados de todo o período se circunscrevem ao ano de 1864, o das Angústias, pelo contrário, diz respeito ao último ano considerado.

O fator determinante deste decréscimo reside nos números da emigração, porque e em atenção ao quadro I, verificamos que o total de perdas (óbitos) é inferior ao de entradas (nascimentos). Mas se àquele associarmos as “saídas perpétuas”⁶⁶ para o Brasil e para os EUA, concluímos que as perdas são superiores às entradas, exceção para o ano de 1886.

Ademais, esta tendência do fluxo emigratório deve ser entendido como o principal fator condicionante e ao mesmo tempo regulador do efetivo populacional faialense, porque comprova que tanto os números da fecundidade como os da mortalidade se mantêm elevados e constantes, embora as perdas tendem a ser superiores às entradas.

Quadro I: Comparação do movimento de nascimentos, óbitos e emigrados no concelho da Horta nos anos de 1882, 1886, 1890, 1900, 1904 e 1910

Ano	Nascimentos			Óbitos			Emigração		
	Total Cidade	Total Faial	%	Total cidade	Total Faial	%	Total cidade	Total Faial	%
1882	241	711	33,8	180	452	39,8	51	265	19,2
1886	215	705	30,4	152	441	34,4	54	178	30,3
1890	193	607	31,7	168	613	27,4	109	344	31,6
1900	155	588	26,3	140	522	26,8	64	315	20,3
1904	177	582	30,4	112	391	28,6	72	394	18,2
1910	160	554	28,8	139	479	29	53	342	15,4

Fontes: BPARJJG, *Administração do concelho da Horta*, “Mapas estatísticos do movimento da população na ilha do Faial nos anos de 1882, 1886, 1893, 1896, 1904 e 1910”.

⁶⁶ BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livro da Nota de mudanças de domicílio perpétuo 1844-1886 (3).

Verificamos ainda, com base no recenseamento de 1930, que enquanto a população da cidade voltava a atingir e ultrapassava (7 659) até os números de 1864 (7 517), o total da ilha sendo superior ao dos recenseamentos de 1911 e de 1920, é, no entanto, inferior aos dos outros anos considerados.

Na base desse aumento esteve a diminuição do número de emigrantes, devido ao facto de os EUA, na década de 1920, terem dado início a uma política de restrições à emigração, ao estabelecerem um sistema de quotas por nacionalidade (*The Quota Act* ou *Emergency Restriction Act*, de 19 de maio de 1921 e o *Johnson Read Act*, de 1924⁶⁷), como se pode ler num ofício do Comissariado Geral dos Serviços de Emigração enviado ao governador civil do distrito da Horta, em 1921:

“Em aditamento à minha circular de 23 de novembro, [...], a fim de V. Exa. tomar conhecimento e proceder de harmonia, cumpre-me comunicar-lhe que o consulado da República em Boston acaba de fazer saber a este Comissariado, que se acha completa a quota dos nossos concidadãos emigrantes, a quem era permitida a entrada pelos portos da América do Norte; não sendo admitido mais nenhum até junho de 1922 [...]”⁶⁸.

1.3. Saúde Pública

Numa abordagem aos valores da mortalidade expressos no quadro I, verifica-se que o número de óbitos em 1890 e 1900, respectivamente 613 e 522, estão muito para além dos outros valores considerados. Certamente que refletem que às mortes naturais se deve associar a morte resultante de doenças ou epidemias.

O grau de mortandade provocado por epidemias devastadoras – inimigo invisível – marcou a vida dos homens ao longo das diferentes épocas históricas.

As epidemias conhecidas ao longo do século XIX não se comparam com a violência mortífera dos surtos epidémicos que tinham grassado no arquipélago em séculos pretéritos. No concelho da Horta é notória a preocupação das diferentes corporações administrativas para controlar preventivamente as doenças ao mesmo tempo que demonstravam evidente incapacidade para evitar a propagação de moléstias várias devido à carência de meios humanos e financeiros.

As principais ameaças à saúde pública dos seus habitantes – disseminação de doenças e fácil contágio – eram, de acordo com a documentação consultada, as mudanças

⁶⁷ Veja-se Daniel Marcos, *op. cit.*; Carlos Lobão, *A Geração do Vulcão*, Horta, Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta, 2009; Georges Dupeux, “Guerras e Crises (1914-1947)”, in Pierre Léon [dir.], *História Económica e Social do Mundo*, Tomo I, vol. V, , Lisboa, Sá da Costa Editora, 1982, pp.176-177.

⁶⁸ BPARJJG, *Ministério do Interior* [Comissariado Geral dos Serviços de Emigração], “Ofício n.º 2 419, de 14 de dezembro de 1921, ao governador civil da Horta” [d.a.].

de estação⁶⁹, os charcos de águas estagnadas, os focos de matéria em putrefação, as ruas sujas, onde o lixo se acumulava e impregnava o ambiente, devido ao despejo indiscriminado de excrementos que se dispersavam também por ribeiras, falésias e praias⁷⁰, responsáveis por cheiros nauseabundos, provenientes ainda das cocheiras espalhadas pela cidade⁷¹, e pelo uso indiscriminado e indevido dos locais públicos, daí se relevar que os principais deveres de um município deviam ser o cuidar da limpeza e da boa iluminação da cidade, porque era sinal de zelo e de asseio⁷². Currais de porcos e galinheiros junto às habitações, em particular nas freguesias rurais, muitas das quais albergavam no piso inferior a atafona onde os animais passavam a noite, a falta de hábitos de higiene que se estendiam às casas de habitação – muitas de uma só divisão, sujas, húmidas e malcheirosas – e a proliferação de ratos, uma praga intolerável, na expressão de John Bass Dabney, que se infiltrava por toda a parte⁷³, seriam outras das preocupações das autoridades.

O rato temível e costumeiro passageiro de todo o tipo de embarcações era considerado um dos grandes inimigos da saúde pública e das colheitas, daí se promover por todos os meios a sua “extinção” através de campanhas de desratização. O *Serviço de Desratização do Concelho da Horta* atento ao problema, além de facultar veneno, fomentaria aquilo a que poderíamos chamar de caça direta, isto é, pagava todas as caudas de morganhos e de ratos que eram apresentadas para o efeito⁷⁴.

A isto acrescia o contacto com as tripulações ou passageiros dos barcos que demandavam o porto da Horta muitas vezes provenientes de portos suspeitos ou infectados não sendo por isso admitidos a livre prática⁷⁵, o que, por vezes, provocava algum mau estar entre o agente consular ao qual o navio vinha consignado e as autoridades

⁶⁹ “Numa quadra propensa a febres com esta”, a respeito de alguns casos de febres tifoides na freguesia de Castelo Branco, “Memorando [Saúde Pública]”, *O Faialense*, 1900, junho 17 (33), p.1. No ano seguinte pode ler-se no mesmo jornal, “Notícias da Semana”, *Ibid.*, 1901, setembro 29 (100), p. 3: “Como de costume, com a entrada do outono, começaram a manifestar-se as febres gástricas”, novamente na dita freguesia, “com tendência a propagarem-se”.

⁷⁰ “Memorando [Saúde Pública]”, *O Faialense*, 1902, agosto 3 (46), p.2.

⁷¹ “Memorando [Saúde Pública]”, *O Faialense*, 1900, junho 17 (33), p.1.

⁷² “Limpeza das Ruas”, *O Democrata*, 1885, julho 19 (29), p.2.

⁷³ Cf. Roxana Dabney, *Anais da Família [...]*, já cit., vol. 1, p.43. Sobre o assunto, veja-se p.27.

⁷⁴ De acordo com *O Telégrafo* foram mortos nos anos de 1906 e de 1907, quarenta e sete mil ratos e morganhos, “Saúde Pública”, *Ibid.*, 1908, dezembro 4 (4 455), p.1. Veja-se “Desratização”, *Ibid.*, 1919, abril 12 (7 469), p.1; “Serviço de Desratização do Concelho da Horta”, *Ibid.*, 1920, fevereiro 10 (7 709), p.3.

⁷⁵ BPARJG, *Vice-consulado da Espanha na Horta*, “Ofício, de 1 de março de 1883, ao governador civil do distrito da Horta” [d.a.]. Para o efeito, a Estação de Saúde da Horta organizou o *Livro para nele se lançarem as notas sobre o estado sanitário dos portos extraído dos respetivos boletins desde o n.º 1 em diante*, 1892, e que continha as seguintes referências: porto, moléstia, estado, boletim de sanidade (número, dia, mês e ano).

locais de saúde, e obrigados a quarentena [forçada]; outros ficavam em observação por falta de carta de saúde⁷⁶.

Finalmente, produtos adulterados, devido ao mau acondicionamento em granéis, botequins⁷⁷ ou em barcos de transporte⁷⁸, e falsificados, em particular o leite⁷⁹ que era misturado com água, o não cumprimento das posturas municipais e as dificuldades de acesso, sobretudo no inverno, às freguesias ou zonas das mesmas onde grassavam as febres e as epidemias por parte das autoridades de saúde e dos facultativos do partido da Câmara⁸⁰.

Por isso, no tempo em estudo, importa salientar que a ilha do Faial seria marcada com alguma “persistência” por focos de epidemias, provocando momentos de mortalidade excecional, algumas por vezes localizadas em certas freguesias, mas que na generalidade se difundiam por toda a ilha, devido à existência de condições que tornavam propício o seu desenvolvimento.

As principais medidas tomadas para obviar ou minorar esse mal passavam por deitar cal nos “sítios aonde a água exala mau cheiro”, visitas de sanidade aos domicílios da cidade e tomar as resoluções adequadas⁸¹ e impedir a exposição da cidade e dos seus habitantes ao contágio de marinheiros, viajantes e passageiros que, provenientes de portos diversos, alguns suspeitos, outros infecciosos, eram muitas vezes portadores do vírus. Esta situação de medo provocava muitas vezes alterações na ordem pública, isto é, quando se suspeitava que qualquer navio podia ser portador de doença, as populações juntavam-se e

⁷⁶ Sobre o serviço de quarentenas, ver *Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos distritos administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes*, 1863, Lisboa, Imprensa Nacional, 1865, p.4.

⁷⁷ Em 1916, durante a 1.ª guerra, na sequência da falta de milho na ilha do Faial, a firma António Pereira do Amaral & Filhos Lda. importara uma grande quantidade de cereal que a lastro nos granéis começou a criar borboletas que invadiram, positivamente, todas as casas da cidade, o que daria azo a que, José Garcia do Amaral [1853-1932], na época membro da comissão de subsistências, compôs, sob o pseudónimo Zé Careca, a sátira “Reclamação”.

⁷⁸ Em 1917, verificamos que na inspeção realizada à carga de cevada, a pedido do mesmo governador civil, transportada pela galera inglesa *Cumberland*, que a mesma se encontrava “fortemente gorgolhada”, BPARJJG, 27.ª *Secção Agrícola [Horta] da Circunscrição Agrícola do Sul da Direção Geral de Agricultura*, “Ofício n.º 215, de 14 de novembro, ao governador civil do distrito da Horta”.

⁷⁹ “Correio da Semana”, *O Açoriano*, 1890, julho 13 (22), p.3: “A polícia que tem muito que fazer começou, no dia 7, a examinar o leite que se expõe à venda, encontrando três amigos que deitavam água nas canecas a fim de lhe ser mais rendosa a indústria. Foram acusados e enviados para o poder judicial”.

⁸⁰ Sobre o estado sanitário das freguesias da Feteira e Castelo Branco em 1899, veja-se BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livro de Vereações, 1898-1900 (49), fls.164-164v.: “Ata da sessão de 3 de 30 de novembro de 1899”.

⁸¹ Em 1890, seriam incumbidos dessa tarefa os facultativos municipais Manuel Francisco de Medeiros e Nestor Augusto Xavier Mesquita, cf., “Correio da Semana”, *O Açoriano*, 1890, julho 20 (23), p.3.

impediam os desembarques ou que não fossem admitidos a livre prática, e quando alguma carga fosse admitida que “seja debaixo de quarentena”⁸².

Esta preocupação com a presença de barcos infectados na baía da Horta, como se pode ler através das consultas da Junta Geral e dos relatórios dos governadores civis, daria origem a que se pedisse, de forma insistente, que se criasse um “Lazareto neste porto”, considerado um “serviço de monta ao povo destas Ilhas”⁸³. Justificava-se que estava em causa não só a saúde pública, mas os graves transtornos que causava à navegação e ao comércio da ilha do Faial, apesar de se apontar mesmo o local onde deveria ser instalado – o forte da Greta situado no monte da Guia⁸⁴. Reivindicação que se foi perpetuando.

Mas à medida que se avança no tempo em estudo, e que perigosas moléstias ameaçavam a ilha e o distrito, notamos que as autoridades administrativas e sanitárias além de solicitarem providências também indicavam algumas medidas que deviam ser tomadas para tratar dos “contaminados”, a saber: oficializar as farmácias se dispunham dos necessários desinfetantes e medicamentos; escolher, na cidade, o Monte da Guia como local para tratamento dos doentes, devido ao seu isolamento, onde seriam montadas as “barracas” do hospital; alugar nas freguesias rurais casa, mesmo que provisória, para hospitalização dos doentes, o que era aconselhado pelos facultativos da Câmara, evitando-se assim deficiências de tratamento e de higiene⁸⁵; desinfetar as habitações contaminadas; escolher o local para enterrar os mortos quando não fosse possível fazê-lo quer no cemitério geral da cidade quer nos das freguesias; nomear comissões nas diferentes freguesias que coadjuvassem as autoridades na aplicação das medidas preventivas; solicitar ora à imprensa ora a comissões de “cavalheiros e damas” que se encarregassem, a primeira de abrir “mais uma” subscrição destinada a socorrer os doentes pobres⁸⁶; às segundas que angariassem donativos para prover a possíveis despesas⁸⁷; transferir, quando a situação o justificasse, verbas do Fundo de Assistência Pública para ocorrer às moléstias. Finalmente, registamos ainda a preocupação da Câmara em atribuir o pelouro da sanidade pública a um

⁸² BPARJJG, *Concelho do distrito da Horta*, Livro de Atas, 1884, fnn: “Ata da Junta Distrital de Saúde, de 26 de setembro de 1884”.

⁸³ *Consultas das Juntas Gerais dos Distritos Administrativos do Reino e Ilhas Adjacentes*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1854, p.1. Apêndice – Capítulo I, Documento n.º 3.

⁸⁴ *Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos distritos administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes, 1857*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1859, p.6.

⁸⁵ “Memorando [Febres Tifoides em Castelo Branco]”, *O Faialense*, 1899, novembro 26 (4), pp.1-3.

⁸⁶ “Memorando [Febres Tifoides]”, *O Faialense*, 1899, novembro 5 (1), p.1.

⁸⁷ BPARJJG, *Concelho do distrito da Horta*, Livro de Atas, 1892, flnn.: “Ata da Sessão da Sessão da Junta Distrital de Saúde, 3 de outubro de 1892”.

vereador que tivesse ligação direta com o assunto, como aconteceu em 1923, quando o farmacêutico Pedro Maria Lecoq assume tal cargo.

Como é óbvio, as autoridades sanitárias iam muito além das práticas tradicionais de tratar os doentes, isto é, o isolamento, a quarentena e a desinfecção.

1.3.1. A “influenza” espanhola

A partir de abril de 1918, tanto a Europa como a África eram assoladas por uma doença epidémica de origem desconhecida, cujo diagnóstico era incerto devido a confundi-la com outras doenças já conhecidas como a cólera e o tifo. No final do mês seguinte, numa notícia proveniente de Londres referia-se que se tratava de gripe ou *influenza*, designação adequada de acordo com a terminologia médica.

A denominação de espanhola derivou do facto de em Espanha não se fazer sigilo sobre as consequências que a mesma estava a provocar, situação que não se verificava noutros países, que tudo faziam para evitar o impacte da mesma no quotidiano. Segundo Adriana Goulart, a explicação para a sua denominação “tem raízes políticas”⁸⁸.

No entanto, o seu local de origem não tinha nada a ver com a Espanha. Pensa-se que a mesma tenha surgido nos Estados Unidos, em campos de treino militar. Observada pela primeira vez no estado norte-americano do Kansas, Fort Riley, a 4 de março de 1918 e, dias depois, a 11, em Quens, Nova Iorque. Os primeiros casos na Europa, surgiram no mês de abril. A “mãe” de todas as pandemias vitimou, em cerca de oito meses, em todo o mundo, entre vinte a quarenta milhões de pessoas⁸⁹.

Em Portugal, os que tinham ficado em casa, depois de dois anos de escassez de abastecimentos (1917 e 1918) viram-se atormentados com um novo flagelo, “a última das

⁸⁸ Adriana da Costa Goulart, “Revisitando a espanhola: a gripe pandémica de 1918 no Rio de Janeiro”, *Hist. Ciênc.Saúde-Manguinhos*, vol.12, Rio de Janeiro, jan.-abr. (1), 2005, in <http://scielo.Br/pdf/hcsm/v12n1/06.pdf> (consultado em 18-01-2010).

⁸⁹ Veja-se Maura Regina Petruski, “O inimigo invisível: a epidemia de gripe espanhola em Ponta Grossa, 1918”, *Analecta. Revista do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes*, vol. 2, Guarapuava, Paraná, 2001, jan.-jun. (1), pp.9-17; Liane Maria Bertucci-Martins, “‘Conselhos ao Povo’. Educação contra a influenza de 1918”, *Cadernos Cedes*, Campinas, vol. 23, 2003, abril (59), pp.103-117, in <http://www.cedes.Unicamp.br> (consultado em 12-04-2010); Id., “A onnipresença do medo da ‘influenza’ de 1918”, *Varia História*, vol. 25, Belo Horizonte, jul/dez, 2009 (42), pp.457-475; Paulo Silveira e Sousa et al., “Perante a Pneumónica – a epidemia e as respostas das autoridades de saúde pública e dos agentes políticos em Portugal” (1918-1919), *Varia História*, vol. 25, Belo Horizonte, jul/dez, 2009 (42), pp.377-402; Id. et al., “Responder à epidemia: Estado e Sociedade civil no combate à gripe pneumónica (1918-1919)”, *Revista da História das Ideias*, vol. 29, Coimbra, 2009, pp.443-475; Id., *A Pandemia Esquecida: olhares comparados sobre a pneumónica, 1918-1919*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2009; Maria Rita Lino Garnel, “Portugal e as Conferências Sanitárias Internacionais (Em torno das epidemias oitocentistas de *cholera-morbus*)”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 2009 (9), pp.229-251.

epidemias da história”, que deixaria atrás de si, entre maio de 1918 e a primavera de 1919, cerca de sessenta mil vítimas⁹⁰.

A epidemia também chegaria à ilha do Faial, como já acontecera em 1891 e pela mesma altura⁹¹ embora por um período curto de tempo entre novembro de 1918 e janeiro de 1919, tendo atingido o seu ponto crítico no mês de dezembro de 1918, com um aumento inusitado do número de óbitos, 215 num total de 584 óbitos, o que equivalia a uma percentagem de 36,8%, como se pode ver no quadro II, correspondentes a 326 indivíduos do sexo masculino (55,8%) e a 258 do feminino (44,2%). O total de óbitos em dezembro corresponde a uma percentagem de pouco menos de 8 vezes mais do que a média dos restantes meses.

Quadro II: Mortalidade no concelho da Horta em 1918

Sexo/Meses	1918												Total
	Jan.	Fev.	Mar.	Ab.	Maio	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	
Masculino	13	12	27	16	15	24	24	17	16	16	27	119	326
Feminino	18	12	18	14	18	21	12	15	12	6	16	96	258
Total	31	24	45	30	33	45	36	32	28	22	43	215	584

Fontes: BPARJJG, *Registo Civil da República de Portugal*, Livro de Registo de Óbitos do concelho da Horta em 1918.

Reportando ao quadro III, verificamos que no mês de janeiro se assiste a um valor da mortalidade acima dos outros meses do resto do ano, o que confirma que a durabilidade da doença se circunscreve a um período curto.

Quadro III: Mortalidade no concelho da Horta em 1919

Sexo/Meses	1919												Total
	Jan.	Fev.	Mar.	Ab.	Maio	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	
Masculino	32	15	10	14	14	16	12	8	20	21	15	17	194
Feminino	31	16	23	21	30	17	20	16	20	21	24	20	259
Total	63	31	33	35	44	33	32	24	40	42	39	37	453

Fontes: BPARJJG, *Registo Civil da República de Portugal*, Livro de Registo de Óbitos do concelho da Horta em 1919.

⁹⁰ Cf. Rui Ramos [coord], “Introdução”, in José Mattoso [dir.], *História de Portugal*, vol. VI, Lisboa, Círculo de Leitores, Lisboa, 1994, p.17.

⁹¹ “Breve Revista do ano de 1891”, *O Açoriano*, 1892, janeiro 3 (1), p.1; “Notícias do campo [Pedro Miguel]”, *Ibid.*, 1891, dezembro 13 (48), p.2. Em 1918, pode ler-se n’*O Telégrafo*: “Acha-se no nosso porto um vapor chegado de Norfolk, onde se encontram quase todos os habitantes atacados de doença infecciosa. Da tripulação do referido vapor que é composto por 90 pessoas, 70 acham-se atacadas, tendo já perecido duas. Para bordo foi pedido socorro médico. O caso é bastante grave e merecedor da maior atenção e vigilância”, “Noticiário”, *Ibid.*, 1918, outubro 10 (7 331), p.2.

Por outro lado, pela análise do *Livro de Registos de Óbitos do Concelho da Horta, 1918*, notamos que o primeiro caso, assim identificado, ocorreu no mês de outubro na freguesia da Matriz⁹², um indivíduo do sexo masculino; no mês de novembro são referenciados cinco casos de gripe – um em cada uma das seguintes freguesias: Feteira, Flamengos e Conceição e dois nas Angústias; em dezembro 41 – 16 na Matriz; nove na Conceição; 14 nas Angústias; um na Feteira; e outro em Castelo Branco. Em janeiro de 1919, quatro casos: dois na Matriz, um na Conceição e outro nos Flamengos⁹³.

Pela leitura dos jornais *A Democracia* e *O Telégrafo*, é possível lançar um olhar ao percurso da gripe na ilha do Faial que recaiu sobre uma população que, embora não sendo afetada diretamente pela guerra, não deixava de se debater com uma evidente falta de géneros e carestia de vida, além de não haver localmente uma resposta sanitária adequada ou medidas profiláticas para combater a *influenza*.

Perante o exposto, perguntamos: Que medidas tomaram para aconselhar as populações? Quanto às autoridades, como é que estas combateram a gripe ou *influenza* espanhola? O que se pode então ler mais na imprensa sobre o assunto?

À medida que o número de casos ia surgindo, notamos que seriam encerrados diferentes estabelecimentos, em que se incluíam escolas e as farmácias *Correia e Garcia*, ao mesmo tempo que o jornal *O Telégrafo*, momentaneamente, suspendia a sua publicação por doença dos seus tipógrafos e distribuidores. Por seu turno, a redação d' *A Democracia* alertava os seus leitores para a necessidade de ter que tomar idêntica medida, “tanto mais que parte do nosso pessoal se acha também doente”⁹⁴.

Mas mais importante do que o encerramento das tipografias locais, era o aumento do número de pessoas atingidas, sobretudo famílias pobres das freguesias das Angústias e Conceição que não tinham quem lhes prestasse qualquer socorro, uma vez que as autoridades se debatiam com a falta de medicamentos, de médicos e de locais para poderem hospitalizar os doentes.

Para colmatar estas faltas, o governador civil do distrito da Horta, Manuel da Câmara Velho de Melo Cabral (1918-1919⁹⁵), decidiu, perante uma certa contestação

⁹² BPARJJG, *Registo Civil da República Portuguesa*, Registo de Óbitos do concelho da Horta, 1918, “Registo n.º 312”, fl.157.

⁹³ BPARJJG, *Registo Civil da República Portuguesa*, Registo de Óbitos do concelho da Horta, 1919, “Registos n.ºs 3”, fl.1 v.; 18, fl.6 v.; 33”, fl.11 v.; 62, fl. 21.

⁹⁴ “A epidemia da influenza”, *A Democracia*, 1918, novembro 29 (779), p.2.

⁹⁵ Natural da Fajã de Baixo, ilha de São Miguel (1869-1939). Tesoureiro da Fazenda Pública do concelho da Horta, cargo que havia assumido a 2 de dezembro de 1913. Em 1918, foi nomeado governador civil do distrito da Horta. O seu mandato ficou assinalado por dificuldades com que teve de se confrontar, em

pública à sua atuação⁹⁶, enviar um telegrama ao Alto-Comissário da República nos Açores, general Simas Machado, solicitando-lhe médicos, enfermeiros e dinheiro e a devida autorização para ocupar as instalações da colónia alemã para servirem de hospital⁹⁷. Certamente que o Alto-Comissário depois de um olhar minucioso ao telegrama do governador, viria a corresponder aos seus pedidos, como se pode ler no telegrama resposta: “Vou providenciar para seguirem imediatamente. Pode contar com 4 500\$00 e pode em meu nome requisitar edifícios colónia alemã”⁹⁸.

Por outro lado, apesar da situação ser preocupante, verificamos que ainda havia tempo ou para criticar a primeira autoridade ou para publicamente se consignar os necessários e merecidos louvores a todos aqueles que se dispuseram para ajudar o próximo, entre outros as irmãs Francisca, Florinda e Ema Cristo e o Dr. Alberto de Medeiros.

O que nos leva a concluir que, desde os primeiros casos confirmados de gripe espanhola na ilha do Faial, a par das autoridades, houve um envolvimento solidário, desinteressado e dentro do mais nobre espírito de caridade cristã, de pessoas que não tendo responsabilidades diretas nas áreas da saúde e administração distrital e municipal se mobilizaram para o combate à epidemia, pondo em risco a própria vida. Uma solidariedade diversificada que cresceu sobretudo na cidade da Horta com o aumento do número de enfermos e que seria reconhecida pelas autoridades⁹⁹ como se pode ler na imprensa: “Se não fosse a iniciativa particular de algumas senhoras faialenses e continentais, as classes pobres tinham ficado completamente abandonadas”¹⁰⁰.

particular o abastecimento público de bens essenciais (milho, trigo, manteiga, açúcar, ovos). Os jornais *A Democracia* e *O Telégrafo*, várias vezes, demonstraram o seu desagrado perante as medidas tomadas, chegando mesmo o segundo a ser processado pelo governador, cujo julgamento decorreu em outubro ainda de 1918. A partir de então, votou o governador ao ostracismo, isto é, ao falar dele nunca menciona o seu nome, exceção feita a editais e outros documentos oficiais que publica. Seria demitido em fevereiro de 1919.

⁹⁶ “Carta”, *A Democracia*, 1918, dezembro 16 (786), pp.1-2.

⁹⁷ *A Democracia*, 1918, novembro 29 (779), p. 2. Veja-se BPARJJG, *Governo civil do distrito da Horta*, Livro de Ofícios, “Ofício, de 15 de março de 1919, do governador civil do distrito da Horta ao ministério do Interior”, 1918-1919, fl.172.

⁹⁸ “A Epidemia”, *A Democracia*, 1918, novembro 30 (780), p.2. Por um ofício enviado pelo Serviço da República nos Açores ao governador civil do distrito da Horta, verificamos que o Alto-Comissário pedia para ser informado como tinha sido usada a verba enviada para combater a epidemia de gripe no distrito, “a fim de o habilitar perante o Governo a prestar contas do modo como foi dispendida a referida quantia”, cf. BPARJJG, *Alto-Comissário da República nos Açores*, “Ofício, de 12 de fevereiro, ao governador civil do distrito da Horta” [d.a.]. Apêndice – Capítulo I, Quadro I.

⁹⁹ “Louvor da Câmara Municipal da Horta aos médicos Alberto Goulart de Medeiros, Nestor Xavier de Mesquita, Raul Rómulo de Oliveira e João Pereira de Lacerda Forjaz e às damas D. Francisca, D. Florinda e D. Ema Cristo, Maria Antonieta Cananas, esposa e filha do Sr. capitão do porto Rodrigues Bastos e José Pereira Macedo Jr., Manuel Tomás de Melo Pereira, Bento Joaquim Cordeiro, Jaime Ferreira da Gama e Guilherme Goulart da Costa pelos serviços prestados às pessoas atacadas pela gripe na cidade, cf. *O Telégrafo*, 1919, janeiro 11 (7 395), p.3.

¹⁰⁰ “Carta”, *A Democracia*, 1918, dezembro 16 (786), pp. 1-2. Apêndice – Capítulo I, Documento n.º 4.

Dos auxílios oficiais, registamos também a atribuição pelo governo civil de subsídios aos pobres das diferentes freguesias para ajuda de tratamentos¹⁰¹; por seu turno, a administração do concelho da Horta também levou a efeito o pagamento de uma série de despesas relativas a indigentes epidémicos: enterramentos, hospitalização de doentes pobres e distribuição de agasalhos a indigentes¹⁰².

Em meados de janeiro de 1919 a doença era dada como extinta na cidade da Horta, de acordo com um edital de 20 do mesmo mês e ano, do governador civil, publicado na imprensa faialense.

2. Urbanismo e insularidade atlântica

Dois factos marcam a história faialense na década de 1830, primeiro, a elevação da Horta à categoria de cidade por alvará do Ministério dos Negócios do Reino de 4 de julho de 1833, rubricado na cidade do Porto por D. Pedro e por Cândido José Xavier; segundo, a criação do distrito administrativo da Horta por decreto de 28 de março de 1836.

Certamente que a elevação a cidade, embora as primeiras tentativas nesse sentido remontem ao século XVII (época da Restauração), foi o acontecimento, em nosso entender, que teve mais impacte, porque significou não só o reconhecimento da consagração dos faialenses à causa liberal (“Causa da Legitimidade”), como se pode ler no alvará, e pelos argumentos que “na Minha Presença expôs o Doutor António José d’ Ávila, [...], na qualidade de Provedor do Concelho daquela Vila”, que “inclinaram a Minha Benignidade a lhes fazer honra e mercê”¹⁰³. Por outro lado, entendemos que seria, ao mesmo tempo, uma forma de compensar o Faial por ter ficado de fora da divisão do arquipélago em duas províncias: a Oriental (São Miguel e Manta Maria) e a Ocidental (as outras sete ilhas), esta com sede em Angra do Heroísmo (28 de junho de 1833).

Como se depreende, a “promoção” da Horta ao estatuto de cidade não teve como pano de fundo a sua importância económica, social, demográfica e política. Por isso, a mercê deve ser entendida como uma recompensa aos faialenses e a António José d’ Ávila, porque “o contentamento devia ser de todos os faialenses: mas a vitória era muito dele”¹⁰⁴.

¹⁰¹ “Comunicado”, *O Telégrafo*, 1919, janeiro 11 (7 395), p.2, pelo qual o regedor da freguesia da Feteira, Estulano Goulart Cardoso, agradecia ao governador civil a quantia atribuída para socorrer aos doentes pobres da mesma, no valor de 85 000\$000 réis.

¹⁰² BPRJJG, *Administração do concelho da Horta*, “Folha das despesas feitas pela Administração do Concelho da Horta, de 11 de janeiro de 1919 [Administrador interino: Guilherme Joaquim da Mota, [d.a.]]”.

¹⁰³ José Miguel Sardica, *Duque de Ávila e Bolama. Biografia*, Lisboa, D. Quixote, 2005, p.191.

¹⁰⁴ *Id.*, p.190. Veja-se Roxana Dabney, *Anais da Família [...]*, vol. 3, já cit., p.374.

Outro exemplo desta consagração dos faialenses à causa liberal, seria a atribuição, por D. Luís, pelo decreto de 3 de maio de 1865, do título honorífico de “Muito Leal” e brasão de armas¹⁰⁵, tendo a edilidade faialense, sob a presidência de José Curry da Câmara Cabral, decidido enviar ao rei D. Luís uma carta de reconhecimento, que seria aprovada na sua sessão de 19 de julho do dito ano, “por tão alta e especial mercê”¹⁰⁶.

Gravura 1: A cidade da Horta em 1910



Fonte: Foto Jovial.

Deste modo, e como foi referido, o critério que presidiu à sua elevação prende-se mais a uma mera classificação administrativa do que em atenção “a um duplo critério: numérico e funcional”¹⁰⁷, que a distinguisse de uma vila ou aldeia. Por conseguinte, se tivermos em atenção, o critério da dimensão quando comparada com as duas congéneres açorianas, não podia ser considerada como tal. Por isso, a sua pequenez estaria na origem do seguinte aforismo atribuído a João José da Graça: “A cidade [Horta] é tão pequena que, quando o vigário da Conceição espirra, o das Angústias diz ‘Dominus tecum’”¹⁰⁸.

¹⁰⁵ Cf. Marcelino Lima, *Anais [...]*, já cit., pp.193-194. Apêndice – Capítulo I, Gravura 3.

¹⁰⁶ Fernando Faria, “Horta, a mui leal cidade”, *Correio da Horta*, 2005, maio 3 (21 277), p.8.

¹⁰⁷ Vitorino Magalhães Godinho, *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, 3.^a ed., Lisboa Arcádia, 1977, p.26.

¹⁰⁸ *Ap.*, Carlos Silveira, *Horta Antiga*, Horta, Edição do Autor, 2007, p.79. João José da Graça Jr. (Horta, 1836-Idem,1893). Professor e reitor do Liceu da Horta (1892-1893). Em 1867 é nomeado professor das disciplinas de Inglês e Francês, regendo, entre 1873 e 1879, História, Oratória e Literatura Clássica. Apesar de não ter qualquer curso é nomeado professor vitalício da 2.^a Cadeira, em 27 de Julho de 1867, devido à sua competência pedagógica e ao seu brilhante espírito e professor definitivo em 1870. Também exerceu profissão de advogado, mesmo sem ter qualquer formação nesse sentido, em Vila Franca de Xira e na Horta. Introdutor de imprensa e do jornalismo no distrito da Horta em 10 de janeiro de 1857,

Todavia, entendemos que aquilo que reforça a sua importância advém de se ter tornado na capital do distrito ocidental dos Açores, a cabeça de um espaço geográfico que compreendia, além da ilha do Faial, as ilhas do Pico, das Flores e do Corvo. Isto quer dizer, se a Horta era uma cidade periférica, o estatuto de capital de distrito permitia-lhe ser o “centro” administrativo e político – pela centralização gradual de diversos serviços: Governo Civil, a Junta Geral e a Direção de Obras Públicas, e de algum funcionalismo especializado; cultural – sede do Liceu Nacional; e económico – papel desempenhado pela sua baía no quadro da navegação de cabotagem, insular e nas comunicações com o mundo, apesar do Faial nunca ter possuído uma riqueza industrial e agrícola capaz de sustentar uma dinâmica comercial digna de registo – exceção feita ao vinho do Pico –, o que nos permite afirmar com toda a verdade que o Faial foi sempre mais importador do que exportador de um conjunto de ilhas pobres.

Por fim, apesar do seu tão decantado carácter cosmopolita, exageradamente adjetivado ao admitir-se que quase se podia viajar à volta do mundo na cidade hortense, a partir da segunda metade do século XIX, graças à circulação de uma indigesta confusão de outras gentes e civilizações, na verdade, a Horta, apesar de apresentar matizes europeias e americanas, evidenciava um “quadro geral de ruralidade que penetra o seu espaço e ritmo de vida”¹⁰⁹. Um exemplo desta situação, ainda no presente, é a utilização da seguinte expressão pelos habitantes da freguesia citadina das Angústias: “Vou num instante à cidade”.

2.1. A cidade e urbanismo – enquadramento

A cidade da Horta, “pequena mas pitoresca”¹¹⁰, localiza-se na parte sudeste da ilha, voltada a nascente. Entre as duas baías que a constituem – a homónima e a de Porto Pim – erguem-se os montes da Guia e Queimado e a ponta da Espalamaca que a protegem dos ventos – norte e sul¹¹¹. Apresenta-se em anfiteatro com o seu casario branco reclinado

fundando *O Incentivo Faialense. Jornal de Comércio, Indústria e Agricultura*. Sócio fundador da *Sociedade Humanitária de Literatura e Agricultura*, em 1879. Da *Sociedade de Regeneração da Infância*, em 1884. Presidente da Câmara da Horta (1882 -1886). Membro da loja maçónica “Regeneração”.

¹⁰⁹ Maria Isabel João, *Os Açores no século XIX. Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*, Lisboa, Edições Cosmos, 1991, p.33.

¹¹⁰ Ernesto Rebelo, “Notas Açorianas [A cidade da Horta (Ilha do Faial)], *AA*, vol. VII, edição fac-similada da edição de 1885, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1982, p.75. Veja-se “A cidade da Horta [Descrição do Visconde Castilho], *O Telégrafo*, 1914, julho 25 (6 090), p.1.

¹¹¹ Sobre a génese e expansão do conjunto urbano da Horta, veja-se Gabriel César Barreira, *Um Olhar sobre a cidade da Horta*, Horta, Núcleo Cultural, 1995, pp.75-145; AAVV, *Arquitetura Popular dos Açores*, Lisboa, Ordem dos Arquitetos, 2000; José Manuel Fernandes, “Horta. Uma leitura da sua evolução Urbana”,

sobre a baía como a querer saudar os visitantes que a ela arribam¹¹². Mas esta excelente visão sobre a cidade alia-se à noção de vizinhança de ilhas que o mar ora afasta ora aproxima, e que corre entre as duas margens do (canal) Faial-Pico ou a “Comunidade do Canal”¹¹³.

Em frente a “muralha” vulcânica do Pico¹¹⁴, a “montanha soberba, a mais gentil do mundo”¹¹⁵, releva que a pequena cidade do oeste parece um camarote perante aquele palco não apenas de todo o ano mas de sempre; mais além a ilha de São Jorge – que constituem as chamadas ilhas do triângulo¹¹⁶, ou na feliz intuição do poeta faialense José Osório Goulart que, ao descrever a cidade, salienta, assim, a particular e pitoresca posição geográfica da Horta: “Ao sul a Guia, ao norte a Espalamaca, / O Pico ali, São Jorge mais além, / e quanto neste quadro se destaca / É graça e luz que a minha Terra tem //”¹¹⁷; o que significa que a cidade soube sempre conviver com a paisagem envolvente, daí se escrever que “o que cada ilha tem de mais belo é a ilha que lhe está em frente”¹¹⁸.

Sobre esta constante relação da cidade com o canal, com a baía e com o porto, Pedro Garcia chama a atenção para o facto de à Horta a “metáfora da frente marítima” corresponder “a de toda a cidade como espaço de estar aberto ao mar”. A cidade constitui-se como uma frente de mar em si, e não apenas como uma frente marítima enquanto pedra de soleira da cidade. Por isso, a frente de mar hortense tornou-se na porta

in AAVV, *Horta Faial. Inventário do Património Imóvel dos Açores*, 1.^a ed., s. l., Direção Regional da Cultura/Instituto Açoriano de Cultura/Câmara Municipal da Horta, 2003, pp.35-41; Pedro Nunes Garcia, “A Frente de Mar na cidade da Horta. Reflexão em torno de uma estratégia de intervenção”, in *A Cidade e o Porto. A frente de Mar na cidade da Horta*, Horta, Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta, 2007, pp.15-25.

¹¹² “O Faial”, *O Telégrafo*, 1914, agosto 13 (6 106), p.1.

¹¹³ Tomás Duarte Jr., *A Comunidade do Canal*, Madalena, Câmara Municipal da Madalena, 2004.

¹¹⁴ Mas a proximidade do Pico reveste-se também de grande importância meteorológica – meteorologia caseira – isto é, as nuvens que o cobrem, muitas vezes sob a forma de capelo – significam sinais do tempo que há de vir, cf. M.M. Sarmento Rodrigues, *Ancoradouros das Ilhas dos Açores*, 2.^a ed., Lisboa, Ministério da Marinha, 1960, pp.29-36.

¹¹⁵ Manuel de Arriaga, *Canto ao Pico*, edição fac-similada da ed. de 1887, [Ponta Delgada], Presidência do Governo Regional dos Açores/Direção Regional da Cultura, 2010, p.1. Apêndice – Capítulo I, Gravura 4.

¹¹⁶ Ricardo Manuel Madruga da Costa, Açores, *Western Islands. Um contributo para o estudo do Turismo nos Açores*, Horta, Secretaria Regional do Turismo e Ambiente/Direção Regional de Turismo, 1989, p.25.

¹¹⁷ “Osório Goulart”, *Boletim da Câmara Municipal da Horta*, 1989, janeiro (49), p.5. José Osório Goulart (Horta, 1868; Idem, 1960). Sacerdote (1892). Capelão Régio (1901). Depois solicitou a dispensa de todas as funções sacerdotais. Professor do Liceu da Horta e da Escola Normal da Horta. Poeta e escritor. Um dos fundadores do Núcleo Cultural da Horta (1955), e seu primeiro presidente Fundador e primeiro diretor do jornal *Correio da Horta* (1930). Presidente da Câmara da Horta (1918 e 1926) e da Junta Geral (1933 a 1936). Autor, entre outras, das seguintes: *Poemas da Ilha Azul*, *Murmúrios*, *Pastorinhos de Judá*, *Os Magos do Oriente*, *Polifonias*, *Um Lusíada*, *Figuras de Bronze*, *Nove Estrelas*, *Horta Florida na Ilha da Ventura e Obras Solenes*.

¹¹⁸ Raul Brandão, *Ilhas Desconhecidas*, já cit., pp.57 e 68.

principal de entrada da ilha, equivalente mesmo à importância que assumem as estradas que ligam a cidade à sua “periferia terrestre”¹¹⁹.

Ao dar-se relevo à sua geografia e à sua posição geográfica, especialmente ao estabelecer-se a dualidade terra/mar, reforça-se a importância do fator marítimo na história da ilha, porque como refere Schmitt “a dinâmica da história vai da Terra em direção ao mar. A Terra é o elemento a que o homem está destinado, mas o Mar é o elemento da liberdade, da sua possibilidade de um renascimento. Toda a civilização humana necessita de água para subsistir”¹²⁰.

O corpo principal da cidade da Horta corresponde ao modelo de cidade insular de raiz portuguesa – de traçado medievo-renascentista – junto à orla marítima, atlântica por isso aberto ao mar. O conjunto urbano teve a sua génese numa fonte de água a norte – a ribeira da Conceição – e a sul numa ermadinha – a de Santa Cruz – unidas pela enseada da baía, cujo crescimento se firmará “nas edificações robustas dos séculos XV ao XVIII, com a graciosidade que as arquiteturas dos séculos seguintes, do romantismo polícromo de Oitocentos ao modernismo inovador século XX, lhe souberam acrescentar”¹²¹.

Por isso, a Horta seria fundada numa zona ao mesmo tempo de condições geográficas privilegiadas tanto em relação ao mar quanto em relação aos montes que a circundam, que separam o litoral do interior, o que significa que, ao percorrermos a cidade, confrontamo-nos com uma paisagem plena de símbolos e significados, de um conjunto de tempos desiguais.

Deste modo, a partir da leitura dos textos dos visitantes estrangeiros e portugueses que ao longo dos séculos visitaram as ilhas na condição de simples turistas, cientistas, jornalistas e escritores, verificamos que a descrição da malha urbana, no geral, não era muito diferente da atualidade, acentuando-se nessa descrição a cidade com uma baía limitada por dois morros – o monte Queimado e a Espalamaca – e de uma só rua, “que é sempre estrada – ‘estreita passadeira de pedra’ – direita” ou do meio¹²². Embora longilínea

¹¹⁹ Pedro Nunes Garcia, “A Frente de Mar [...], já cit., in *A Cidade e o Porto*. [...], pp.17-18.

¹²⁰ Ap. Viriato Soromenho Marques, “Pensar a Paisagem. Da aventura interior ao campo da História”, *Finisterra*, vol. XXXVI (72), 2001, pp.154-155 [149-156]. N.º *O Faialense*, 1882, agosto 13 (2), p.1, pode ler-se a propósito: “Exulta, oh! marítima cidade, porque a natureza para contigo foi pródiga. Salve, oh! Senhora do Atlântico. O nauta que conduz seu batel lá parece dizer-lhe hospitalidade. [...]. Faz e parte desta bacia um belo porto”.

¹²¹ José Manuel Fernandes, *História Ilustrada da Arquitetura dos Açores*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2008, p.36.

¹²² Jean Gustave Hebbe, “Descrição das Ilhas dos Açores”, *AA*, vol. X, edição fac-similada da ed. de 1888, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, pp.528-529.

não se apresenta em linha reta¹²³. Todavia, ao dar a sensação de ser a rua principal, numa observação mais cuidada, conclui-se que se articula com outras ruas perpendiculares e oblíquas, e outros espaços públicos (largos, jardins, praças e travessas) e respetivos edifícios.

No entanto, o arquiteto José Manuel Fernandes chama a atenção para algumas “nuances” e diferenças em relação a esta primeira imagem, da Horta ficcionada e descrita pelos diferentes autores. Em sua opinião, a Horta é mais do que uma só rua. Por isso, contrapõe que a Horta se desenvolveu a “partir de um conjunto de dez arruamentos fundadores”, cinco no sentido nordeste-sudoeste e cinco no sentido noroeste-sudeste entre a ribeira da Conceição e o centro da cidade¹²⁴. Apesar desta realidade, podemos adiantar que a *rua Direita* tornar-se-ia, com o tempo, não só a rua principal como o eixo fundamental da cidade situação corroborada por Enrico d’ Albertis, em 1882 (“a longa rua de S. Francisco, a qual seguindo a curva da baía, forma a principal artéria da cidade”)¹²⁵ e por Raul Brandão, em 1924, (“é uma cidade de uma só rua, como eles dizem, a branco e cinzento. [...] Em frente da Horta, o Pico formidável”)¹²⁶.

Com o passar do tempo, a cidade foi crescendo, primeiro, em direção ao mar com a construção da doca; depois, em direção à sua área rural com a edificação de novas áreas habitacionais, de equipamentos e de serviços.

Sem a exuberância arquitetónica de outras cidades, a Horta vale sobretudo pelo seu conjunto espacial urbano, que conjuga um vasto, mas modesto, património constituído por solares, igrejas, edificações militares, casas e prédios de habitação além das suas praças e jardins e de alguma estatuária.

Assim, na orla marítima, que era protegida por uma (débil) muralha, como mais à frente de referirá, impunha-se a presença dos fortes de São Sebastião a sul, junto à entrada da baía de Porto Pim, da Greta, no monte da Guia, de Santa Cruz, na baía homónima, e a norte o Castelo Novo ou do Bom Jesus. Na baía de Porto Pim destacavam-se ainda a guarita, o Reduto da Patrulha e a bombardeira.

¹²³ Nesse percurso pode-se identificar as seguintes extensões: do largo do Bispo ao largo Duque de Ávila e Bolama, e deste a São Francisco, e daqui ao Forte de Santa Cruz e às Angústias.

¹²⁴ José Manuel Fernandes, *op. cit.*, pp.36-38.

¹²⁵ Enrico Alberto D’Albertis, “Horta: Cidade Cosmopolita”, in José Manuel Cabral Leite, *Estrangeiros nos Açores no Século XIX*, Ponta Delgada, Signo, 1991, p.117.

¹²⁶ Raul Brandão, *Ilhas [...]*, já cit., p.57. “Do Pico vejo o Faial / e do Faial vejo o Pico / dois irmãos e cada qual/ tem seu feitio desigual,/ um é raso outro é comprido //”, Osório Goulart, *Névoa Dourada*, Horta, 1955, p.36.

Ao longo da rua Direita¹²⁷, constituída pelas ruas Serpa Pinto, Walter Bensaúde, Conselheiro Medeiros, Vasco da Gama e Conde de Ávila, no sentido norte-sul, além do casario que se foi construindo, emergem pela sua imponência os conventos de São Francisco, do Carmo e dos Jesuítas, com as suas fachadas desafiando o mar, como se quisessem ver e ser vistos por quem aportava à Horta. Esta presença do edifício religioso distribuído pelas três freguesias citadinas é surpreendente em número de conventos, igrejas, ermidas e impérios do Espírito Santo.

Disseminadas por várias zonas da cidade, destacavam-se alguns solares, hoje transformados para diversos fins, nas ruas Ernesto Rebelo, Dr. Neves e Conceição; as casas residenciais da família Dabney, depois adquiridas pelas companhias de cabo e por particulares, com os seus então magníficos jardins, construídas em locais proeminentes viradas ao canal (*The Cedars*, *Bagatelle* e *Fredónia*); as casas comerciais das firmas Bensaúde e *Fayal Coal*, além do conjunto de edifícios que constituíam as instalações das companhias de cabo submarino – conhecido por estação central de cabos – que se foram implantando na cidade da Horta a partir de 1893. Na área do porto da Horta e envolências, predomina uma série de edifícios de vocação marítima: Obras Públicas com os seus armazéns e oficinas e a garagem da locomotiva; os armazéns do carvão; o edifício, hoje desaparecido, da primeira central elétrica (1910).

Ainda neste âmbito de vocação portuária da cidade, destacavam-se as casas, consideradas as mais bonitas e as melhores da zona, que albergavam as diferentes representações consulares, consulados, vice-consulados e agentes consulares, estabelecidas com finalidades várias, e que se distinguiam pela bandeira hasteada num poste e, em alguns casos, pelo brasão da nação, pintado ou esculpido em madeira, como ainda hoje se pode ver no edifício da representação consular da França na Horta, na rua Conde de Ávila¹²⁸.

As ruas, devidamente assinaladas, em cada esquina, são pavimentadas com pequenos paralelepípedos de pedra, sendo os passeios ou ladrilhos em lajes de pedra e em calçada à portuguesa.

Esse assinalar o nome das ruas, largos, praças, jardins e estabelecimentos públicos ao longo do período em estudo, significa que também na cidade da Horta descerrar uma placa era entendida como uma resposta, em cada momento considerado, a determinados

¹²⁷ Apêndice – Capítulo I, Gravura 5.

¹²⁸ Cf. Joseph C. Abdo, *No Limiar* [...], já cit., p.283.

condicionalismos históricos – mudanças políticas ou de acontecimentos pontuais – no sentido de um reconhecimento público digno de ser perpetuado. Neste âmbito, podemos afirmar que, na segunda metade do séc XIX, a consagração de figuras públicas na toponímia faialense levada a efeito pela respetiva edilidade é um exemplo predileto dessas intenções, isto é, localmente projetava-se, nos nomes escolhidos para identificação dos diferentes espaços, aspetos da sua realidade social, histórica e cultural, o que leva João Medina a escrever a propósito: ”A autarquia, através da toponímia, une e socializa valores, recordações, datas, mitos e vivências comuns. Em suma, rememora e ‘comemora’”¹²⁹.

Com a implantação da República, verificamos que esta postularia, por um lado, a rejeição de algumas reminiscências monárquicas e, por outro, a consagração de alguns dos seus heróis (locais) e do novo regime. Pode-se adiantar que na Horta não se verificou o revisionismo da toponímia citadina, tendo-se ficado apenas por algumas renomeações, casos do largo de Santa Cruz que passou a denominar-se largo Manuel de Arriaga e da praça D. Carlos I depois da República.

Estas denominações toponímicas conjugam, primeiro, nomes próprios de pessoas ligadas à igreja, na maioria santos: ladeira de Santo António...; à política: largo duque de Ávila...; à benemerência: rua cônsul Dabney; à realeza: largo D. Luís; à mitologia: largo Neptuno; depois, nomes não humanos que indicam lugares geográficos: rua das Angústias...; elementos concretos: lugar do Monte Carneiro...; que designam edifícios: largo do Colégio...; finalmente, nomes insuscetíveis de determinação: rua do Borratem ou abstratos: travessa da Glória.

No período entre 1880 e 1926, verificamos que muita da toponímia sofre uma secularização com renomeações nas três freguesias da cidade da Horta, algumas das quais relacionadas com o local de residência dos contemplados, casos, entre outros, de João José da Graça e visconde de Sant’Ana¹³⁰, em virtude de deliberações camarárias, em atenção ao n.º 28 do artigo 103 do código Administrativo de 1878 – “determinar a denominação das ruas e lugares públicos e a numeração dos prédios”¹³¹.

Essa secularização, anterior ao tempo em estudo, havia começado, em 1863, com

¹²⁹ João Medina, “A Toponímia - Local de Memória”, in *Atas das Primeiras Jornadas de História Local e Regional*, Lisboa, Edições Colibri, 1993, p.43.

¹³⁰ Cf. Luís M. Arruda, *Toponímia da Freguesia da Matriz da Horta*, Horta, Junta de Freguesia da Matriz, 2007.

¹³¹ PORTUGAL, *Código Administrativo aprovado por Carta de Lei de 6 de maio de 1878*, 2.ª ed., Coimbra, 1878, p.23. Competência que seria mantida pelo Código de 1886, de acordo com o n.º 17 do artigo 117, PORTUGAL, *Código Administrativo Português por Decreto de 17 de Julho de 1886*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1892, p.54.

a alteração do nome da rua do Beliago para rua do Cônsul Dabney¹³², na freguesia das Angústias, seguindo-se, em 1871, quando, na freguesia da Matriz, ao largo do Calvário se daria o nome de largo de D. Luís I, não passaria despercebida a José Machado Serpa, que, no seu humor muito cáustico, escrevia a propósito:

“Todas as ruas íngremes que partem de S. João eram e ainda algumas são, batizadas com nomes santificantes, ao estilo de épocas idas, ou segundo a mística religiosa de antanho, a saber: Sant’Ana, Santo Elias, Carmo, S. Bento, S. Pedro, S. Paulo e S. António. E se, em seguimento mais alguma houvesse, seria este o seu estigma – rua de Todos os Santos. Porém, com o evolucionar do tempo [...], esta rua secularizou-se e é hoje, por mercê municipal, a – rua do Comendador Macedo. Mais cá em baixo, [...], desemboca-se n rua do Comendador Ernesto Rebelo. Ao contrário de tantíssimos outros rotulados nas esquinas, os dois ilustres e ilustrados faialenses fizeram jus ao preito camarário, [...]. Simplesmente, apoucadíssima ou estragadíssima a homenagem, por se afigurar prestada não aos excelentes e vincantes títulos dos homenageados, mas ao corriqueiro o ali deslocadíssimo título de Comendador! Se os edis de então não estivessem já todos, detrás do Carmo, desfeitos em terra, pó, cinza e nada, dava vontade de alvejá-los deste teor: podem os meus caros senhores limpar as mãos à parede, pelo muito que a borraram. Basta de comendadores inscritos nas lápides nominativas das vias públicas. Basta, a não ser que se tenha de olho legitimar e documentar a atoarda de que a Horta é a terra da coisa rara!”¹³³

Em suma, apesar da curiosidade de muitas vezes não se saber nem se conhecer as pessoas homenageadas, é certo que os seus nomes entram diariamente em circulação no discurso e na visão das pessoas, ou então através de referências várias (leitura de endereços escritos, cartas, informações a transeuntes).

Finalmente, outra coisa que chamava a atenção dos visitantes eram os seus “bonitos” jardins cheios de flores, em particular o jardim Público [1857¹³⁴], situado num sítio aprazível, “vestido de arvoredo e flores”, e com excelente vista sobre a cidade, a baía e o Pico, como teve oportunidade de testemunhar e apreciar Alice Baker, cuja descrição lhe permitiu afirmar que a “Horta é, com razão, chamada o jardim de Portugal”¹³⁵; o que levaria Osório Goulart a escrever: “A minha terra tem o nome de ‘Horta’, / Se o sentido mudou, em nada importa: / Foi batizada para ser jardim //”¹³⁶.

¹³² Também conhecida por “rua dos Ingleses” devido à construção da central de cabos submarinos nos lados norte e sul da mesma rua. Apêndice – Capítulo I, Quadro II.

¹³³ José Machado Serpa, *A Fala das Nossas Gentes*, Ponta Delgada, Signo/Centro de Estudos e Cultura da Câmara Municipal da Horta/Direção Regional dos Assuntos Culturais, 1988, p.187.

¹³⁴ Veja-se “Apontamentos para a História do Passeio Público”, *O Faialense*, 1862, junho 15 (45), p.2; Carlos Lobão, *Liceu da Horta. Memória Institucional*, Horta, Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta, 2004, p.61.

¹³⁵ Alice Baker, “Um Verão [...], já cit. *Boletim* [...], vol. 16, 1958, p.150. Sobre os jardins na Horta, veja-se *O Grémio Literário*, 1883, março 15 (65), p. 1; Luís M. Arruda, *Jardins na Ilha do Faial (Açores)*, Horta, Câmara Municipal da Horta, 2009; Isabel Soares de Albergaria, *Parques e Jardins dos Açores*, Lisboa, Argumentum, 2005.

¹³⁶ José Osório Goulart, “Horta”, *Correio da Horta*, 1941, dezembro 31 (2 900), p. 1. “A Terceira é das touradas, / Faial um jardim de flores, / S. Jorge é a terra dos inhames, / Graciosa dos amores //”, in José de Almeida Pavão Jr., *Aspetos do Cancioneiro* [...], já cit., p.100.

O impacte dos jardins faialenses no quotidiano da cidade, como locais de encontro dos seus habitantes, onde se ia para se ver e ser visto ou para passear a tolete, para se escutar um concerto de uma banda de música ou da charanga de um navio militar estacionado na baía da Horta, ou para o arraial do Império que se armava a propósito¹³⁷, levaria o jornal *O Telégrafo*, na sua edição de 20 de outubro de 1913, a referir que entre as responsabilidades da nova Câmara que iria iniciar funções, a 1 de janeiro de 1914, estava a organização do serviço de jardins e largos, adiantando-se mesmo algumas intervenções que se entendiam necessárias para o respetivo funcionamento¹³⁸.

A cidade era defendida da fúria do mar por uma muralha construída durante os séculos XVI e XVII¹³⁹.

Os perigos decorrentes da sua fragilidade para se impor à violência e à investida das maresias – construída em pedra e barro – viriam a ser ultrapassados com a construção da avenida marginal, entre 1961 e 1965.

Esta construção surgiu, essencialmente, como solução para a necessidade de defesa do troço norte da orla marítima, frente correspondente ao núcleo nobre da cidade¹⁴⁰. Ao mesmo tempo que proporcionava melhores condições de segurança para as habitações localizadas nas proximidades da linha de água ao longo da rua da Areia. Com a construção do molhe do porto artificial, este passava a proteger o lado sul da muralha.

As fragilidades da muralha desde logo marcariam o quotidiano da vila da Horta depois da cidade, que a atravessa em quase toda a sua extensão e que podemos localizar entre o largo de Neptuno (depois do Infante D. Henrique), a sul, e o castelo do Bom Jesus (desaparecido), a norte.

Assim, as populações ou as autoridades perante as ondas alterosas, não deixariam de se sentir preocupadas, o que constituía para a imprensa faialense o retomar de um assunto já gasto, levando-nos a concluir que as constantes reclamações sobre a gradual degradação da “muralha da cidade” ou da “muralha da Horta”, resultavam do facto das intervenções subsequentes não constituírem uma solução definitiva, antes uma operação de “cosmética”.

¹³⁷ “Do meio-dia às 2 da tarde tocou ontem no largo D. Carlos a filarmónica da *Real Sociedade União Musical*. A direção desta sociedade resolveu que doravante vá tocar no jardim ou largo uma vez por mês”, “Noticiário”, *O Telégrafo*, 1908, janeiro 27 (4 203), p.2.

¹³⁸ “Jardins Municipais, *O Telégrafo*, 1913, outubro 20 (5873), p1. Veja-se “Um amigo do velhinho [Almeida, o jardineiro]”, *Ibid.*, 1913, outubro 22 (5875), p.1.

¹³⁹ Um morador da rua do Mar, “A muralha da cortina da cidade”, *O Telégrafo*, 1905, janeiro 7 (3 315), p.1. Sobre o assunto, veja-se António Lourenço da Silveira Macedo, *História das Quatro [...]*, já cit., I vol., p.119; Marcelino Lima, *Anais do [...]*, já cit., pp.214-215.

¹⁴⁰ Cf. Pedro Nunes Garcia, “A Frente de Mar [...], já cit., in *A Cidade e o Porto. [...]*, p.25.

Ademais, tinha-se consciência que o periódico desmoronamento da muralha só seria ultrapassado se fosse construída uma muralha sólida que se tornasse numa defesa “poderosa e estável”¹⁴¹. Esta ideia que começou naturalmente a ganhar força, tornou-se numa justa reivindicação que iria preencher muitas páginas dos jornais locais, e que se reforçaria com a construção do porto artificial, porque este, ao proteger parte da muralha sul, viria a desassorear a parte norte da mesma, sobretudo quando fustigada sem dó nem piedade pelos temporais do quadrante leste que punham em perigo iminente as cerca de quarenta casas existentes nessa zona¹⁴². Perante a constante indefinição face ao estado de ruína em que se encontrava a muralha, escrevia-se a propósito n’ *O Telégrafo*:

“Planos e projetos de melhoramentos vão passando à paleontologia cá da terreola, e aí para o ano 3000, os nossos vindouros hão de encontrá-los em perfeito estado de fossilização, e mandando construir ‘vitruvianas’ adequadas hão de expô-los à admiração do público daquela época, como exemplares de rara ‘atividade e laboriosidade’ deste século a vapor e eletricidade, nestas paragens pelo Atlântico banhadas. A fim de os nossos tetranetos não fazerem um mau juízo de nós, sempre aqui deixamos consignada uma atenuante: o clima... é que é a causa de tudo. Quando menos, valha-nos isto”¹⁴³.

2.2. Insularidade atlântica

“Enquanto os filhos dos Açores adstritos a alguns rochedos vulcânicos, ignorados, desconhecidos e pobres, sem coadjuvação para as suas ambições, ainda bem limitadas, nem incitamento para qualquer conquista de bem, do progresso e da educação popular, sucedem-se de geração em geração sem improficuamente, embora com a tenacidade do líquen das pedras da beira-mar”¹⁴⁴.

A insularidade ou isolamento do resto do Mundo ¹⁴⁵, apesar de ser considerada a razão a que se atribui a maior responsabilidade pela forma peculiar de ser-se açoriano, pelos constrangimentos ligados ao seu desenvolvimento económico, social e cultural e acesso à informação, não impediu que Ernesto Rebelo, ao referir-se a João José da Graça, introdutor da imprensa e do jornalismo na cidade da Horta, em 1857, afirmasse que o seu gesto abriu “uma larga clareira nas trevas do nosso o isolamento insular, nesta cristandade

¹⁴¹ H., “Temporal de 6 do corrente”, *O Telégrafo*, 1897, janeiro 21 (993), p.1. Sobre o atraso nas obras da muralha, veja-se BPARJJG, *Governo civil do distrito da Horta*, Livro dos Offícios aos Ministérios (menos do Reino), 1896-1908, fl.6v.: “Ofício, n.º 16 de, 5 de dezembro, ao ministério da Obras Públicas, que acompanha a representação de alguns moradores da cidade, pedindo a reconstrução da muralha”. Apêndice – Capítulo I, Gravura 6.

¹⁴² “A muralha da cortina da cidade”, *O Telégrafo*, 1905, janeiro 7 (3 315), p.1.

¹⁴³ “Cortina da cidade”, *O Telégrafo*, 1897, fevereiro 10 (1009), p.1; fevereiro 15 (1013), p.2.

¹⁴⁴ Costa Rebelo, “Oceanos”, *O Açoriano*, 1886, Julho 11 (5), p.1.

¹⁴⁵ Sobre o assunto, veja-se “Desisolamento”, *O Telégrafo*, 1909, junho 28 (4 610), p.1, a propósito de um ofício endereçado ao marquês de Ávila e Bolama, com data de 25 de junho de 1909, pela Comissão de Vigilância Local, solicitando-lhe que intervisse junto do Governo para que este levantasse o estado sanitário imposto ao Faial e por acréscimo à ilha do Pico, que deixara a ilha (em particular a sua atividade comercial) num “isolamento injustificável e abusivo em face da lei e do nosso estado sanitário”.

das ilhas de baixo”¹⁴⁶. Dito de outra maneira: “Dar ao Faial aquilo que precisava – muita Luz”¹⁴⁷.

O conceito tem-se de tal forma vulgarizado devido a se querer apenas assumi-lo como sinónimo de isolamento e de afastamento do Mundo, o que se revela redutor¹⁴⁸.

A insularidade é, em nosso entender, uma realidade histórica e geográfica e não uma condenação. Isto quer dizer que apesar da marginalidade das ilhas relativamente ao poder político, estas, graças ao seu isolamento viram-se envolvidas ao longo dos séculos numa intensa relação com gentes de diversas origens, o que reforça cada vez mais a ideia de que foi pelo mar que os Açores se fizeram, foi por essa estrada atlântica que o Mundo chegou às ilhas. Foi ainda por ela que os seus habitantes chegaram aos novos mundos. Os emigrantes ao Brasil e à América do Norte. Os alunos do Liceu da Horta por falta de um curso liceal completo aos Liceus de Angra, de Ponta Delgada¹⁴⁹ e de Lisboa e à Universidade de Coimbra. Os abastados às capitais europeias.

Ao contextualizarmos este discurso à cidade da Horta, verificamos que a condição de insularidade atlântica reforça a importância da sua baía que se constituiu como a porta principal de entrada e de saída.

Por isso, podemos afirmar que o faialense foi criado a olhar para a doca e para o canal onde lhe chegava o mundo embarcado, mas quando se voltava para terra, encontrava o mundo distante, a passar nas estações telegráficas estrangeiras. Como é óbvio, a descontinuidade geográfica começou a ser contrariada a partir do momento em que a história das ilhas açorianas passou a integrar um “destino histórico construído”¹⁵⁰ os sistemas mundiais de globalização, determinada tanto pela condições da natureza (regimes de vento e de correntes) como pelo carácter da navegação (marítima e a aérea) que fizeram das ilhas uma “escala indispensável das rotas de todas as épocas”¹⁵¹.

¹⁴⁶ Ernesto Rebelo, “Notas Açorianas [João José da Graça]”, *AA*, vol. IX, edição fac-similada da ed. de 1887, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1982, p.19-23.

¹⁴⁷ Carlos Lobão, *História, Cultura* [...], já cit., pp.159-162.

¹⁴⁸ Cf. Maria Isabel João, *Os Açores no Século XIX. Economia* [...], já cit., p.197; Carlos Cordeiro, *Insularidade e Continentalidade*, Coimbra, Minerva Histórica, 1992; Onésimo Teotónio de Almeida, “Geografia: Insularidade e Clima – A Suposta Influência Psíquica”, *Separata do Boletim Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLV, 1988, pp.143-169. Do mesmo autor, veja-se *Açores, Açorianos, Açorianidade*, Ponta Delgada, Signo, 1989.

¹⁴⁹ “No Funchal seguiram para S. Miguel, a continuar seus estudos no liceu central, António de Xavier Mesquita, Manuel Lacerda de Almeida, Adolfo do Nascimento Silva e José Carvalho de Lacerda Azevedo”, *O Telégrafo*, 1906, outubro 17 (3 832), p.1.

¹⁵⁰ António José Telo, “O papel dos Açores [...]”, in *Atas do Colóquio Pensar* [...], já cit., p.51.

¹⁵¹ Avelino de Freitas de Meneses, “Os Açores e os Impérios – Séculos XV a XX”, *Revista Arquipélago. História*, vol. XIII, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2009, pp.205-218 [206].

As ilhas, tanto no século XIX como no século XX, eram vistas como um conjunto de penedos inóspitos, longínquos e descontínuos entre si e a metrópole, perdidas no meio de um oceano tenebroso, isoladas pela distância do mar, periféricas em relação ao centro continental do poder, daí a dificuldade em compreender a ascensão política e a chegada ao topo da hierarquia social do “plebeu” faialense que pelos seus méritos seria um dia duque: António José de Ávila, cuja desfaçatez tanto dos seus amigos e admiradores como dos seus detratores, “nascidos com melhor apelido, maior fortuna ou em berço mais central, para quem ele nunca passou de ‘parvenu’, do ‘ilhéu’ ou do ‘rústico’”¹⁵²; ou então como testemunhou Sousa Costa, em 1929, sobre a maneira como eram tratados em Coimbra pelos ímpios do Continente que nas escolas e repartições, no tom dos gracejos, perguntavam aos pacientes ilhéus: “– Oh do Canto! Vocês, lá nas ilhas, quando cresce a maré, para onde fogem?– Ah! Não o duvideis. Pelo menos os de S. Miguel [...], têm muito para onde fugir – e para onde subir”¹⁵³.

Por seu turno, Urbano Bettencourt ao discorrer sobre a baleação na narrativa açoriana não deixa de chamar a atenção para o facto de mais do que se encontrar em *Moby Dick*, de Melville, “a mais credenciada carta de recomendação dos baleeiros açorianos”, se estava perante uma estruturação social baseada numa “metaforização de carácter anatómico”, isto é, enquanto ao ilhéu, o robusto camponês, se atribui o estatuto “de músculo” ao americano o estatuto de “cérebro”, daí o próprio Melville não saber como explicar por que razão “é dos ilhéus que saem os melhores baleeiros”¹⁵⁴.

No entanto, importa referir que a luta contra as adversidades a que os açorianos têm sido submetidos tanto pela natureza como pelos homens por vezes provoca perplexidade quanto às suas aptidões como as fez sobressair Júlio de Castilho ao salientar que o “insulano está em dia com as publicações europeias; assiste ao longe, mas não indiferente ao movimento intetual do mundo, acompanha as novidades científicas”, para logo concluir, talvez melhor dizendo lamentar: “Só a sua modéstia ou a sua timidez o impede de tomarquinhão nos trabalhos universais”¹⁵⁵, situação corroborada pelo jornal *O Faialense*, quando, em 1881, fazia eco sobre a tentativa de instalação de uma sociedade comercial na cidade da Horta:

¹⁵² José Miguel Sardica, *António José de Ávila. Presidente da Câmara Municipal da Horta (1831-1823)*, Horta, Câmara Municipal/Assembleia da República, p.10.

¹⁵³ Alberto Sousa Costa, *Ilhas das Três Formosuras*, Lisboa, 1929, p.60. Veja-se Vitorino Nemésio, *Corsário das Ilhas*, Amadora, Livraria Bertrand, 1983, p.41.

¹⁵⁴ Urbano Bettencourt, *O Gosto das Palavras II*, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1995, pp.57-58.

¹⁵⁵ Ap. Carlos Lobão [org.], *Às Lapas. Contos e Narrativas Faialenses*, Horta, Câmara Municipal, 1988, p.11.

“Há quem se acobarde com a nossa pequenez e isolamento no meio do oceano. Efetivamente, somos muito pequenos, e o mar que nos aperta no torrãozinho faialense vende-nos fatalmente o desenvolvimento, a que uma cidade marítima, como a Horta, podia aspirar, se tivesse um continente atrás de si. Não se considere porém que nos conservaremos estacionários no meio do movimento geral, que arrasta a humanidade. Havemos por força de caminhar e o nosso intento é habilitarmo-nos para acompanhar esse movimento, e aproveitar em nosso favor tudo quanto nas circunstâncias locais nos podem proporcionar”¹⁵⁶.

Por conseguinte, a necessidade sentida de abertura ao Mundo seria não só um imperativo de sobrevivência, mas também uma afirmação do amor à terra de nascença e de vivenda, porque viver seja em que ilha for foi sempre uma estranha e peculiar forma de vida: ter sempre o credo na boca – é o mar que se revolta, a terra que treme, um céu de nuvens permanentes, um constante [res]sentimento de orfandade face à continentalidade pátria, mesmo quando se recordava que a “história da independência, a história da conquista da liberdade estão imarcescivelmente ligadas à história dos Açores”¹⁵⁷. Daí se afirmar que a realeza portuguesa devia profunda gratidão aos açorianos, “a cujo valor de seus habitantes devem a estabilidade de seu trono”¹⁵⁸. Por outro lado, reconhecia-se que apesar da sua localização as ilhas açorianas nunca conseguiram ser verdadeiramente parte ativa, mas sim meras espetadoras, de uma história que lhes passava pela porta.

Por isso, Nemésio ao escrever em *O Corsário das Ilhas* que se pode morrer descansado numa ilha porque a cova não é mais curta do que num continente, punha a tônica naquilo que significa sentir-se ilha e assumir-se como ilhéu¹⁵⁹, ao mesmo tempo que evidencia uma determinada forma de estar e de ser que os continentais têm grandes dificuldades em compreender¹⁶⁰, na senda de António Cordeiro que, no século XVIII, consciente de uma identidade própria, por isso com direito à diferença, se assumia como insulano “das ilhas a Portugal sujeitas no oceano ocidental”¹⁶¹ (da ilha Terceira), o que significa, em nosso entender, que a periferia (Açores) define-se em relação ao centro (Lisboa), e mede-se por um dado concreto, objetivo: a distância marítima; a singularidade das “ilhas a Portugal sujeitas”, isto é, encara-se a realidade açoriana, este quem somos?, distinta do Continente e que vai além dos aspetos meramente geográficos.

¹⁵⁶ “Horta, 24 de setembro”, *O Faialense*, 1881, setembro 25 (8), pp.1 e 34.

¹⁵⁷ João da Câmara, “Álbum Açoriano”, in António Batista [dir.], *Álbum Açoriano*, fascículos 1 e 2, Lisboa, Oliveira & Batista, 1903, pnn.

¹⁵⁸ *Ibid.*

¹⁵⁹ “Sou ilhéu; e tanto ou mais do que a ilha, o ilhéu define-se por um rodeio de mar por todos os lados”, Vitorino Nemésio, *O Corsário* [...], já cit., pp.90 e 205.

¹⁶⁰ Cf. E. Aubert de La Rue, *L’homme et les îles*, Paris, Ed. Gallimard, 1956.

¹⁶¹ António Cordeiro, *História Insulana das Ilhas a Portugal Sujeitas no Oceano Ocidental*, Angra do Heroísmo, Região Autónoma dos Açores/Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1981.

Se as ilhas apresentam um fundo homogêneo baseado em fatores comuns ao arquipélago, no entanto, distinguem-se como as pessoas pelos nomes e pelas feições. O ilhéu dos Açores se quisermos usar a tipologia de Nemésio, não é um mas três: o picaroto, o micalense e o homem das ilhas de baixo, de que faz parte o faialense¹⁶². Contudo, cada ilha tem o seu universo muito particular, como se pode constatar no caso faialense pelas gírias ritmadas e tendenciosas, de apelação dos naturais de cada freguesia: Matriz: comerciantes; Angústias: amancebados; Feteira: ambiciosos; Castelo Branco: penteados; Capelo: demandistas; Praia do Norte: namoradores; Cedros: birrentos; Salão: folgazões; Ribeirinha: escarnentos; Pedro Miguel: lambareiros; Praia do Almoxarife: pescadores; Conceição: faladores; Flamengos: soberbos¹⁶³.

Assim, a conjugação do afastamento geográfico com a ideia de distância (o espaço definido pelo Atlântico era muito maior no século XIX do que no presente, devido ao facto de que as comunicações e os transportes eram muito mais demorados) no que diz respeito ao nível de vida em confronto com o centro estarão na origem, sobretudo ao longo da segunda metade de Oitocentos, no processo de “tomada de consciência regional” (noção “ressentida da diferença”¹⁶⁴) tarefa cometida às elites, que, dispondo de poder e da cultura, irão ter um papel primordial no desenvolvimento daquele processo.

Por outro lado, para “afrouxar um isolamento forçado” seria necessário resolver o problema das comunicações, um fator que naturalmente preocupava tanto as populações como as autoridades. O clamor dos faialenses nesse sentido é visível, como adiante se verá, a propósito da construção de uma doca, da iluminação da sua costa escura (construção de farol), da instalação do cabo submarino e da necessidade de construção de estradas no interior da ilha, consideradas fundamentais para o seu desenvolvimento económico, em particular a conclusão da estrada real que ligasse a cidade a todas as suas freguesias litorâneas¹⁶⁵.

¹⁶² Cf. Onésimo Teotónio Almeida, “Vitorino Nemésio e a Tipologia do Açoriano”, *Separata da Revista Arquipélago. Línguas e Literaturas*, vol. X, 1988, pp.13-25.

¹⁶³ Cf. António Ferreira de Serpa (introdução e anotações), *Dois inéditos acerca das ilhas do Faial, Pico, Flores e Corvo: Saudades da Terra (séc. XVI) por Gaspar Frutuoso e Espelho Cristalino em jardim de várias flores (séc. XVII) por Frei Diogo das Chagas*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921, p.33; José Machado de Serpa, *A Fala das [...]*, já cit., pp.119-120.

¹⁶⁴ Carlos Cordeiro, “Regionalismo e identidade açoriana – o debate dos anos 20”, *Atas do Congresso do I Centenário da Autonomia dos Açores [Autonomia no Plano Histórico]*, vol. 1, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1995, pp.277-278. Sobre o assunto, veja-se Carlos Enes, “A construção da Unidade e Identidade Regional”, *Atas do Congresso do I Centenário [...]*, vol. 1, pp. 289-305.

¹⁶⁵ “Estrada litoral”, *O Telégrafo*, 1906, maio 25 (3 714), p.1.

Como é óbvio, falar de insularidades não é um despropósito porque muitas vezes a falta de caminhos dentro da mesma ilha deixava sobretudo em épocas de calamidade – tremores de terra, epidemias ou temporais – algumas freguesias isoladas do centro urbano próximo, como nos elucida Florêncio Terra sobre a distância – 20 – que separa a cidade da Horta da freguesia dos Cedros:

“Na segunda metade do século passado [XIX], ainda a freguesia dos Cedros, a mais importante da ilha e o celeiro do Faial, não estava ligada à cidade da Horta pela ‘Estrada Real’, que se arrastava morosamente, a pé de boi, através dos terrenos ubérrimos do litoral. Por isso, quando qualquer pessoa daquela afastada freguesia rural necessitava de vir à cidade, a jornada tinha de ser feita por tortuosos e enormes caminhos, passando os ribeiros pelas velhas poldras, que ainda hoje aparecem, num ou noutro ponto, como marcos históricos da vida dos nossos avós. Era portanto bastante morosa e difícil a caminhada que, na ocasião de bom tempo, se fazia atravessando os matos por caminhos escuros e sombrios”¹⁶⁶.

A alternativa, a este problema, estava em usar o mar, aproveitando-se, para o efeito, da existência de pequenas baías e enseadas.

Em suma, entendemos que o arquipélago dos Açores apesar da sua importante posição oceânica, manifesta um inquietante isolamento geográfico, que se traduz no fato de se encontrar, de forma aproximada a cerca de 1 430 km de Portugal continental e a mais de 3 900 km da América do Norte. Ao mesmo tempo, apesar da sua matriz histórica, cultural e religiosa introduzida pelos povoadores, verifica-se que as ilhas não evoluíram de forma uniforme, devido à descontinuidade geográfica, ao divisionismo e aos localismos constantes; por outro lado, a proximidade entre ilhas acentuou afinidades económicas e sociais, de que o binómio Faial-Pico é um exemplo, porque este mundo fragmentário com certa unidade entre si “dá à noção de arquipélago uma conotação de vulnerabilidade e dependência”¹⁶⁷.

Outro fator a ter em conta, até mesmo decisivo, em nosso entender, era a maneira como as autoridades locais e centrais – estas raramente visitaram as ilhas – encaravam as necessidades das ilhas, daí se lamentar, na imprensa faialense, em 1906, que enquanto a cidade recebia com salva real o novo ano, e, “mais tarde, as dúzias de foguetes estalavam no ar, anunciando a chegada do presente chefe do Partido Progressista de volta da capital,

¹⁶⁶ Florêncio Terra, *Água de Verão*, Ponta Delgada, Signo, 1987, p.38.

¹⁶⁷ António Machado Pires, “As Culturas Insulares Atlânticas”, in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Sécs. XV a XIX*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1995, pp. 559-576 [560]. Sobre o assunto, consulte-se Daniel de Sá, “Insularidade”, *Enciclopédia Açoriana*, in <http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/enciclopedia/index.aspx> (consultado em 23-09-2010); Carlos Alberto Medeiros, *A Ilha do Corvo*, 2.^a ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1987, p.14; Jorge Gaspar, *As regiões Portuguesas*, Lisboa, Ministério do Planeamento e da Administração do Território/Secretaria de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional, 1993; AAVV, *Reflexão sobre Mundividência da Açorianidade*, Ponta Delgada Universidade dos Açores, 2009.

estavam dúzias de cidadãos hortenses a carpir as perdas que os ameaçavam com o desmoronamento da muralha”¹⁶⁸.

3. “A Horta dos Cabos Submarinos”

“A ‘The Eastern Telegraph Company’ quase envolve o mundo com os seus cabos sob o mistério dos oceanos. De Marrocos ao Cabo possui as costas d’África, envolve o Brasil, a Argentina até ao Peru, a Índia é dominada, a Ásia e parte da Oceânia comunicam pelas suas linhas. [...]. O galope do pensamento, o cavalo aéreo de que todas as narrativas da juventude nos falam não é nada como o positivo do cabo submarino, a linha das surpresas, que nos faz saber num espaço breve as revoluções da Rússia, os combates do Japão, os ciclones da América, as fomes da Índia, as misérias, as grandezas, os crimes, as virtudes do mundo pelo simples movimento de uns aparelhos dum extremo ao outro do universo. Por isso, ali, naquela sala larga da estação do telégrafo submarino, na quinta Nova de Carcavelos, diante dos rapazes que estavam atentos aos seus aparelhos, nós dizíamos com uma vaga inveja ao chefe que nos acompanhava: Os Senhores daqui dominam o mundo [...]”¹⁶⁹.

A força da geografia e da história contribuíram em larga escala para que a pequena cidade da Horta tenha um lugar cativo na história da telegrafia submarina. Num período marcado essencialmente por intensas relações internacionais a ilha do Faial participa mais uma vez na história do Atlântico, isto é, a história da “Horta dos Cabos Submarinos” (1893-1969) é “indissociável da história da rede global de cabos”¹⁷⁰. Esta deu à cidade “o arzito fresco, cosmopolita de porto apetrechado”¹⁷¹.

Por outro lado, importa referir que os territórios portugueses foram sempre, no contexto do lançamento de cabos transatlânticos, considerados úteis, como pontos de “aterragem ideais e de instalação de estações de *realay*”¹⁷².

Os cabos submarinos começaram a ser amarrados nos Açores em 1893, o terceiro vértice do triângulo nacional que ligaria Lisboa-Açores-América, depois de Lisboa e da ilha de São Vicente de Cabo Verde¹⁷³.

Nas duas décadas seguintes o seu número aumentou e, em 1928, 15 cabos ligavam a Horta, o principal ponto de amarração no território português, aos Estados Unidos (Nova Iorque), Canadá (Canso, Nova Escócia, Bay Roberts), Inglaterra (Porthcurno), Irlanda

¹⁶⁸ *O Telégrafo*, 1905, janeiro 3 (3 312), p.1.

¹⁶⁹ “O telégrafo submarino”, *Ilustração Portuguesa*, 1913, abril 28 (1913), pp.527-528.

¹⁷⁰ Ana Paula Silva, *A Introdução das Telecomunicações em Portugal (1855-1939)*, Tese de Doutoramento, Texto Policopiado, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2007, p.75.

¹⁷¹ Vitorino Nemésio, *O Corsário* [...], já cit., pp.122-123.

¹⁷² Ana Paula Silva, *op. cit.*, p.75. A primeira proposta apresentada ao governo português para o lançamento de um cabo submarino entre a Europa e Estados Unidos data de 1855.

¹⁷³ Cf. *Id.*, pp.75-103.

(Waterville), Escócia, França, Alemanha (Borkum), Espanha (Málaga), Cabo Verde (Mindelo) e Portugal (Carcavelos)¹⁷⁴.

Ao longo da segunda metade do século XIX, é visível que as diferentes corporações faialenses, a Associação Comercial e a imprensa manifestaram-se no sentido da cabo submarino tocar na ilha.

Com efeito, já em 1858 o governador civil do distrito da Horta, António José Vieira Santa Rita (1802-1877)¹⁷⁵, fazia algumas reflexões sobre o assunto por considerá-lo da maior importância para o arquipélago. No ano seguinte, retomava novamente o assunto. Para o governador, independentemente da ilha que fosse escolhida para amarrar o cabo, o que seria importante é que dela deviam partir ramais de ligação, pelo menos para as três capitais de distrito¹⁷⁶. Todavia, a par deste importante melhoramento, aproveitava para realçar também a necessidade de construção de outras estruturas de apoio à navegação: doca, lazareto e faróis¹⁷⁷.

Gravura 2. Instalação do cabo submarino cerca de 1891



Fonte: Coleção Thiers Lemos.

¹⁷⁴ Cf. Francis M. Rogers, *A Horta dos Cabos Submarinos*, Horta, Delegação de Turismo, 1983, pp.8-11.

¹⁷⁵ Governador civil do distrito da Horta por três vezes: 1842-1845; 1846-1847; 1875-1877, cf. Fernando Faria, “Governador António José Vieira Santa Rita”, *Tribuna das Ilhas*, 2012, janeiro 20 (499), p.14.

¹⁷⁶ Cf. *Relatórios Sobre o Estado da Administração Pública nos Distritos Administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1859*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1861, p.20.

¹⁷⁷ Veja-se *Relatório apresentado pelo governador civil do distrito da Horta [Visconde de Castilho] à Junta Geral Administrativa do mesmo distrito na sessão de 1877*, Horta, Tipografia Hortense, 1877, p.11; Carlos Cordeiro, *Insularidade e Continentalidade. Os Açores e as Contradições da Regeneração (1851-1870)*, Coimbra, Minerva Histórica, 1992, pp.112-114.

Mas é a partir da década de 1880 à medida que se ia tendo conhecimento dos contactos para se estabelecer um cabo que “tocasse” os Açores, que o assunto começou a ganhar cada vez mais atenção.

Assim, em janeiro de 1882, a Câmara da Horta, numa representação enviada ao governador civil, para que este, por seu turno, a remetesse ao Governo de Sua Majestade, “suplica que o cabo submarino que se projeta lançar entre a Europa e a América, toque nesta ilha do Faial de preferência”¹⁷⁸; em março do mesmo ano seria a vez da *Secção da Sociedade de Geografia de Lisboa*, na ilha do Faial¹⁷⁹, se debruçar sobre igual assunto¹⁸⁰.

Pela leitura da sua representação, com data de 20 de marco, publicada no quinzenário *O Grémio Literário*, notamos, que, tal como a da Câmara, os signatários além de defenderam que o cabo amarrasse nos Açores, logo adiantavam que o futuro cabo a ligar a Europa aos Estados Unidos tocasse na ilha do Faial. Naturalmente, que a pretensão não se ficava pelo desejo, isto é, entendiam que tanto razões internas como externas justificavam a realização de tão importante melhoramento não só para nacionais como para estrangeiros.

Efetivamente, como em circunstâncias semelhantes, vem à cabeça a posição geográfica, logo seguida pelo grande número de embarcações de guerra, mercantes e de recreio que constantemente afluíam ao seu abrigado ancoradouro e, finalmente, pelas excelentes condições existentes para a reparação de avarias, baldeação de mercadorias, refresco das tripulações e recrutamento de marinheiros. A todas estas razões juntou-se outra considerada “mais emocional” e “patriótica”. Se o cabo não tocasse a importante ilha do Faial deveria ficar registado nos fastos faialenses como mais uma injustiça praticada pelo Governo de Sua Majestade, certamente alheio ao facto de tanto os faialenses como os açorianos nunca terem regateado qualquer sacrifício a bem da pátria. Por isso, importava salientar se o patriotismo açoriano era sinónimo de sacrifícios, a respetiva recompensa seria algo provável por parte do Governo¹⁸¹.

Todavia, em 1892, numa intervenção de Manuel de Arriaga, pouco conhecida, na Câmara dos Deputados (30 de março), a respeito da discussão do projeto n.º 18, em que

¹⁷⁸ BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, “Ofício n.º 26, de 18 de janeiro de 1882, da presidência da Câmara Municipal da Horta ao governador civil do distrito da Horta” [d.a.].

¹⁷⁹ *O Grémio Literário*, 1882, abril 1 (43), p.147.

¹⁸⁰ “Secção da Sociedade de Geografia de Lisboa, na ilha do Faial”, *O Grémio Literário*, 1882, abril 1 (43), pp.145-148. Esta comissão conseguiu duzentas e vinte assinaturas. Veja-se BPARJJG, *Secção da Sociedade de Geografia de Lisboa, na ilha do Faial*, “Ofício, n.º 5, de 10 de janeiro de 1882, ao presidente da comissão Executiva da Junta Geral do distrito da Horta” [d.a]; “Horta, 25 de novembro de 1880”, *O Faialense*, 1880, dezembro 26 (21), p.1.

¹⁸¹ *O Grémio Literário*, 1882, fevereiro 1 (39), pp.113-114.

autorizava o Governo a tornar definitivo o contrato de estabelecimento e exploração de cabos submarinos entre Portugal, os Açores e a França, referia que o seu “parecer é absoluta e radicalmente oposto ao contrato”¹⁸². A sua posição resultava dos acontecimentos decorrentes do Ultimato (“nação que nos ultrajou com o Ultimato”), ao mesmo tempo que considerava que a sua discussão era “uma questão da mais alta política internacional, talvez uma das mais graves que [fora] ao parlamento português”. Como é óbvio, Arriaga relevava que mais uma vez o País se via ameaçado pela Inglaterra que pretendia apossar-se das ilhas dos Açores por meio de um cabo, cuja principal consequência ou perigo seria centralizar “nas suas mãos esse poder extraordinário que a civilização descobriu”. E concluía: “O triunfo e engrandecimento da grande ilha britânica deveu-se à custa de outros povos e designadamente da minha infeliz pátria”. Por isso, o veredito era simples: como republicano, opor-se-ia radicalmente ao contrato¹⁸³.

Quanto às cláusulas do contrato, opunha-se, sobretudo ao artigo 33.º que considerava a alma do negócio, isto é, onde avultavam, em seu entender, ora os interesses ocultos da Inglaterra ora os prejuízos para Portugal, devido à concessão “do direito de exclusivo por vinte e cinco anos de amarrar em qualquer ilha dos Açores, e explorar, [...], outras linhas submarinas”. No §2.º do mesmo artigo acentuava-se que o Governo português “obriga-se a não conceder a outra empresa autorização para o estabelecimento de linhas submarinas dos Açores à Europa”¹⁸⁴. Não deixaria também de focar outros artigos, que o levariam a propor algumas cláusulas que, no entanto, não tiveram qualquer efeito imediato no texto que agora se pretendia tornar definitivo¹⁸⁵.

Ao terminar a sua intervenção, Arriaga não deixava de recordar aos seus pares o papel das “ilhas, que foram as iniciadoras da regeneração e da independência da pátria e da liberdade e pelo povo”, ao mesmo tempo que considerava a amarração do cabo inglês “a imagem de uma pátria abatida e decadente que converteu os privilégios com que a natureza a dotara, em esteio para o engrandecimento e glória dos seus inimigos”¹⁸⁶.

Como se deduz da intervenção do faialense, este demonstrava uma frontal oposição ao assunto, o que contrariava os desejos locais. Todavia, na documentação compulsada, não encontrámos localmente qualquer contestação à sua posição. Entendemos

¹⁸² AAR, *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, “Ata n.º 55 de 30 de março de 1892”, 1890, pp.1-34 [9], in <http://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentação/Páginas/default.aspx> (consultado em 08-08-2009).

¹⁸³ *Id.*, p.10.

¹⁸⁴ *Id.*, p.11.

¹⁸⁵ *Id.*, p.15.

¹⁸⁶ *Ibid.*

ou que passou despercebida, em particular da imprensa, ou por qualquer outra razão que desconhecemos.

Não é nossa intenção descrever as diligências ou a conciliação de factos, a disputa do controlo geoestratégico pelas grandes potências, o jogo diplomático para a obtenção de pontos de amarração e as pressões a que foi sujeito o Governo português, que estiveram na tomada da decisão final. Assim, nesta circunstância da disputa política entre as potências mundiais para o estabelecimento de cabos intercontinentais é que seria assinado contrato de 17 de junho de 1893 com a *Telegraph Construction and Maintenance Company (TELCON)*, para ligação entre Carcavelos-Ponta Delgada-Horta. Significava afinal que estava assegurada a inclusão dos Açores na rede internacional de cabos¹⁸⁷.

Deste modo, o artigo 33.º, censurado por Arriaga, agora sob o n.º 32, – contrato de 17 de Junho de 1893 –, assinado pelo ministro das Obras Públicas, Bernardino Machado, e por Jules Despecher¹⁸⁸, para o estabelecimento e exploração do cabo submarino entre Lisboa e os Açores e de outras linhas telegráficas, continuava a assegurar a exclusividade inglesa cuja duração seria de vinte e cinco anos, ou seja, até 1918¹⁸⁹. Por outro lado, chegava-se, finalmente, ao cumprimento do primeiro contrato, depois de terem falhado sete tentativas de concessão entre 1870 e 1885, ou seja, esta importante decisão histórica, teve a precedê-la outras cujo insucesso resultara, segundo Frank Weston, do facto de os seus projetistas serem “sonhadores sem recursos financeiros e técnicos”, por um lado, e à mútua rivalidade e à existência no século XIX de poucas empresas habilitadas para o lançamento do cabo em alto mar mais interessadas em lugares que oferecessem mais vantagens financeiras ou políticas¹⁹⁰, por outro.

Depois, esta exclusividade dada à Inglaterra tem de ser entendida no contexto das suas estratégias de negação ou preempção, como alerta António José Telo, correspondentes ao período entre 1815 (Congresso de Viena) e a II Guerra Mundial, de que os cabos submarinos seriam considerados o melhor exemplo.

¹⁸⁷ Sobre os principais factos que assinalam a história dos cabos em Portugal e nos Açores, consulte-se Francis M. Rogers, *A Horta dos Cabos* [...], já cit.; Carlos M. Ramos da Silveira, *O Cabo Submarino e outras histórias faialenses*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2002; António José Telo, *Os Açores e o Controlo do Atlântico (1898/1948)*, 1.ª ed., Lisboa, Edições Asa, 1993; Ana Paula Silva, *A Introdução das [...]*, já cit.; AAVV, *O Porto da Horta na História do Atlântico. O Tempo dos Cabos Submarinos*, Horta, Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta, 2011.

¹⁸⁸ PORTUGAL, *Diário do Governo*, 1893, julho 9 (134).

¹⁸⁹ “Termo do contrato para o estabelecimento de um cabo telegráfico submarino, entre Portugal e as ilhas dos Açores”, *O Açoriano*, 1893, julho 23 (30), p. 3; julho 30 (31), pp.1-2; agosto 6 (32), pp.1-2; agosto 13 (33), p.2; agosto 27 (35), p.1.

¹⁹⁰ Cf. F. S. Weston, “Os cabos Submarinos no Faial”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, vol. 3, Horta, Núcleo Cultural, 1963 (2), pp.215-230.

Todavia, esta rede de cabos a nível mundial edificada pela Inglaterra, conhecida por *rede vermelha*, evidenciava uma particularidade: Portugal era a única exceção aos cabos que amarravam apenas em território inglês ou sob a sua tutela, o único País em que a Inglaterra parecia confiar o suficiente para permitir que amarrassem no seu território cabos da *rede vermelha*, a saber: em 1870 e 1874 os cabos que ligavam Londres à Índia e à América do sul amarravam respetivamente em Carcavelos e em Lisboa, Madeira e Cabo Verde¹⁹¹.

É neste contexto que as ilhas dos Açores entram na estratégia de preempção inglesa, porque desde 1870, que os ingleses tentam usar os Açores, não porque fossem necessários aos seus interesses, mas para impedir outros de o fazer. Daí se entender que o propósito inglês em cada contrato a elaborar com Portugal, como viria a acontecer, era conseguir o direito de exclusividade, um tempo pré-estabelecido (25 anos) e que o Governo português não concedesse “a outra empresa autorização para o estabelecimento de linhas submarinas dos Açores à Europa”¹⁹². Assim, esta exclusividade obrigava a que outros países – França, EUA, Alemanha e Itália – interessados em amarrar cabos na Horta tivessem que assinar contratos de subconcessão com a *TELCON*, cujos direitos passariam, em agosto de 1895, para a *The Europe and Azores Company*, que seria fundada em Londres a 19 do mesmo mês. No entanto, o processo de transferência iria arrastar-se no tempo cerca de dois anos, vindo finalmente a ser autorizado a 4 de abril de 1895.

Finalmente, a 23 de agosto de 1893, a amarração histórica do cabo no lado norte da Ribeira da Conceição, no sítio da Alagoa, lançado pelo navio *Seine*, ligando Carcavelos à Horta:

“23 de agosto de 1893

Um importante melhoramento, a telegrafia elétrica acaba de estabelecer-se entre nós, com imenso júbilo de toda a população açoriana. Depois de mil esperanças tantas vezes frustradas, conseguiu o Governo levar a efeito com a companhia inglesa *Telegraph Construction and Maintenance Company* [Telcon] o contrato que já neste jornal publicámos, em virtude do qual foi amarrado nesta cidade no dia 23 do corrente o cabo telegráfico submarino, que por via da capital nos põe em comunicação com o resto do mundo. Devemos reconhecer aqui a solicitude do governo português, que transparece na rapidez com que levou a efeito este melhoramento vital para os povos insulares. A data de 23 de agosto de 1893 será sempre memorável para estas terras como memoráveis serão os nomes de todos os que concorreram para esta nova regalia da vida moderna. Parece-nos que os grandes progressos de toda a ordem que facilitam a

¹⁹¹ Cf. António José Telo, “Os Açores e as estratégias do Atlântico”, in Artur Teodoro de Matos & Avelino de Freitas de Meneses & José Guilherme Reis Leite [dir.], *História dos Açores História dos Açores. Do descobrimento ao século XX*, vol. I, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2008, pp.217-264 [218]. Do mesmo autor, “A Horta e o Faial num período de conflitos globais”, in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Sécs. XV a XX*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1998, pp.233-268.

¹⁹² § 2.º do art. 32.º do “Termo do contrato para o estabelecimento de um cabo telegráfico submarino, entre Portugal e as ilhas dos Açores”, *O Açoriano*, 1893, agosto 13 (33), p.2.

vida por toda a parte, principiam a fazer sentir o seu influxo benefício sobres estas ilhas há tanto esquecidas no imenso isolamento do Atlântico”¹⁹³.

Mas este júbilo não seria suficiente para contentar quem frequentemente pedia. Desde logo, verificamos que satisfeita esta pretensão outra se vislumbrava, embora não sendo nova, isto é, a importância do cabo só se tornaria verdadeiramente útil quando as costas escuras das ilhas fossem iluminadas com a instalação de faróis, mas logo se adiantava “especialmente quando for aberto à navegação o canal de Panamá”¹⁹⁴.

No entanto, importa salientar que nos Açores a ideia que sobressai, sobretudo a partir da segunda metade de Oitocentos, é a de que a construção de docas e outras estruturas necessárias à navegação transatlântica não dizia respeito apenas ao arquipélago ou ao todo nacional, “respeitava a toda a humanidade”¹⁹⁵. Por isso, concluímos que, com a amarração, os faialenses tinham consciência plena de que com um clique apenas haviam entrado no “convívio dos povos civilizados”¹⁹⁶.

Depois de resolvido o lado nacional e regional deste processo, a exclusividade inglesa seria garantida e confirmada tanto pela Carta de Lei de 14 de julho de 1899¹⁹⁷ como pelo termo de contrato de 29 do mesmo mês e ano¹⁹⁸, numa altura em que tanto a Alemanha como os EUA tinham interesses em conseguir direitos de amarração na Horta de cabos que ligassem a Europa/América. Assim, a partir deste contrato a empresa inglesa, com o aval do Governo português, iria conceder subconcessões (entre 1900-1906, 1.ª fase das ligações) às companhias *Commercial Cable Company* (americana) e *Deutsch*

¹⁹³ *O Açoriano*, 1893, agosto 27 (35), p.1. Veja-se “Enfim!”, *O Faialense*, 1893, agosto 13 (46), p.1; “Horta, 26 de agosto [Cabo Submarino. 23 de agosto de 1893], *O Faialense*, 1893, agosto 27 (48), p.1 (a inauguração decorreu a 27 do mesmo mês e ano, domingo); Marcelino Lima, *Anais do [...]*, já cit., p.418, refere que a amarração se deu a 22 e não a 23 de agosto. O cabo seria lançado pelo navio inglês *Seine*, que amarara no lado norte da ribeira da Conceição, no extremo de uma antiga muralha que se estendia até à costa da Espalamaca (Fortim da Lagoa). A estação de cabos localizava-se numa casa que se situava entre a *Fredónia* e *Trinity House*, cf. F. S. Weston, “Os Cabos Submarinos [...]”, já cit., *Boletim do Núcleo [...]*, p.219.

¹⁹⁴ António Ferreira de Serpa, *Influência do Canal no Movimento dos Portos Portugueses*, Lisboa, Oficina Tipográfica, 1911. Veja-se Carlos Cordeiro, “O Projeto do Canal do Panamá e as expetativas açorianas”, in Mário Mesquita e Paula Vicente [coord.], *Potências emergentes e Relações Transatlânticas. II Fórum Açoriano Franklin D. Roosevelt*, Lisboa, Tinta-da-China, 2012, pp.71-80.

¹⁹⁵ Cf. *Id.*, p.73.

¹⁹⁶ *O Açoriano*, 1893, agosto 27 (35), p.1; setembro 17 (38), p.1.

¹⁹⁷ Cf. PORTUGAL, *Diário do Governo*, 1899, julho 19 (159), pp. 1 822-1 823: “Carta de Lei de 14 de julho; PORTUGAL, *Diário do Governo*, 1899, agosto 1 (170), pp. 1 959-1 961: “Termo do contrato [de 29 de julho]”. Sobre as companhias de cabo inglesa, veja-se D. De Cogan, “British Empire Cable Communications (1851-1930): The Azores Connection”, in *Arquipélago*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1988, pp.165-193.

¹⁹⁸ Cf. PORTUGAL, *Diário do Governo*, 1899, agosto 1 (170), pp. 1959-1961: “Termo do contrato para o estabelecimento e exploração de cabos submarinos entre as ilhas dos Açores e a América do Norte, a Grã-Bretanha ou Irlanda e a Alemanha”.

Atlantische Telegraphen Gesellschaft (vulgarmente conhecida por *D.A.T.*, alemã¹⁹⁹), o que nos leva a concluir, por um lado, que as negociações tinham aberto o cabo telegráfico a mais países, a mais empresas e a novos destinos situação possível graças ao facto de Portugal ter cedido “no campo dos cabos submarinos o controlo estratégico dos Açores” a uma companhia inglesa, com o direito de “negociar e entregar subconcessões aos EUA e à Alemanha”²⁰⁰; por outro, a concessão apesar de ter sido resolvida através da diplomacia²⁰¹, o anfitrião tornou-se refém dos interesses ingleses ao conferir-lhes o direito de exclusividade de amarração de cabos nos Açores, porque como salienta Ana Paula Silva: “O estabelecimento do terceiro vértice do ‘triângulo estratégico atlântico’, assim como a inclusão dos Açores na rede nacional de telegrafia elétrica foi um processo atribulado, pois foi realizado num contexto de grande tensão política entre Portugal e a Inglaterra e da luta da França contra a hegemonia inglesa”²⁰².

Por fim, as três companhias deviam funcionar “com as suas estações de retransmissão do sinal telegráfico, num mesmo edifício na Horta, que era propriedade da companhia inglesa” – *Trinity House* [Casa da Trindade] ou *Operating Room* – de acordo com o § 1.º da cláusula 3.ª, competindo a fiscalização do serviço à administração telegráfica do governo português²⁰³.

Quanto às datas em que os cabos deviam estar estabelecidos e abertos aos respetivos serviços telegráficos: dos Açores a Canso (Canadá) em 31 de dezembro de 1900; dos Açores a Nova Iorque e dos Açores a Emden (Alemanha) em 31 de dezembro de 1902 e dos Açores à Grã-Bretanha em 31 de dezembro de 1905.

No caso da *Cable*, esta iria explorar as ligações entre a Horta e Canso (Nova Escócia, Canadá), tendo o cabo entrado em funcionamento a 27 de julho de 1900. No ano seguinte, a 23 novembro, ligava a Horta a Waterville, na Irlanda; quanto à *DAT*, a ligação

¹⁹⁹ A respeito do prolongamento do cabo dos Açores e as concessões da *Europa & Azores à Commercial Cable Company* e à *Deutsch Atlantische Telegraphen Gesellschaft* (contrato de 29 de julho de 1899 e confirmadas pelo rei a 28 de dezembro do mesmo ano), veja-se Ana Paula Silva, *A Introdução das [...]*, já cit., pp.112-128.

²⁰⁰ António José Telo, *Os Açores e [...]*, já cit., p.174.

²⁰¹ Cf. Carlos Ramos da Silveira, “A Horta dos Cabos Submarinos”, *Horta*, Ponta Delgada, Publiçor, 1997, pp.49-54 [50].

²⁰² Ana Paula Silva, *A Introdução das [...]*, já cit., p.103.

²⁰³ PORTUGAL, *Diário do Governo*, 1899, agosto 1 (170), pp.1959-1961: “Termo do contrato para estabelecimento e exploração de cabos submarinos entre as ilhas dos Açores e a América do Norte, a Grã-Bretanha ou Irlanda e a Alemanha”; Termo do contrato para estabelecimento e exploração de cabos submarinos entre as ilhas dos Açores e a América do Norte, a Grã-Bretanha ou Irlanda e a Alemanha”..

entre a ilha de Borkum perto de Emden (Alemanha) e a Horta, realizou-se a 26 de maio de 1900²⁰⁴ e a 28 de agosto do mesmo ano da Horta a Manhattan Beach, Nova Iorque.

A partir da década de 1920, começaram a ser instalados novos cabos – conhecidos pelo “segundo grupo de cabos”²⁰⁵. Assim entre 8 de setembro de 1923 e 28 de setembro de 1928, registamos apenas a entrada na via açoriana da *Western Union Telegraph* (1924²⁰⁶), da *Compagnia Italiana dei Cavi Telegrafici Sottomari Italcable* (1924²⁰⁷); da *DAT* que retomava as suas operações em 1926²⁰⁸. O último cabo, da companhia *Western Union*, seria lançado em 1928, entre Bay Roberts, na Terra Nova, Canadá, e o Faial.

Em 1928, como já referimos, quinze cabos partiam da cidade da Horta para os continentes europeu, norte-americano e africano, a saber: quatro pertencentes à companhia inglesa *Eastern Telegraph*. Cabia-lhe ainda operar na Horta o cabo que ligava a cidade faialense a Málaga, pertencente à companhia italiana *Italcable*; quatro à americana *Commercial Cable*²⁰⁹, que administrava os cabos franceses que ligavam a Horta a Déclen (França) e a Nova Iorque, e que tinham sido instalados pela *DAT* em 1903 e 1909, respetivamente; um à alemã *Deutsche Atlantische*; e três à americana *Western Union*²¹⁰.

Em suma, apesar de Portugal ser considerado em todo este processo “efetivamente refém”²¹¹ das pressões inglesas, americanas, alemãs e italianas, isto não impediu a Horta de se tornar, embora tardiamente ligada à rede de cabos histórica, no ponto isolado mais

²⁰⁴ “Estação Central”, *O Faialense*, 1900, maio 27 (30), p.3. Sobre a instalação de outros cabos, veja-se “A bordo do ‘Anglia’”, *Ibid.*, 1900, junho 3 (31), p.1; Francis M. Rogers, *A Horta dos [...]*, já cit., pp.7-11; João Confraria e Luís Oliveira, “As concessões de cabos submarinos na Horta”, *Atas do colóquio O Porto da Horta na História do Atlântico. O tempo dos cabos submarinos* realizado na cidade da Horta, Horta, Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta, 2011, pp.41-55; Francisco Silva, “O ‘Tempo’ dos Cabos Submarinos Telegráficos na Horta”, *Atas do colóquio O Porto da Horta na [...]*, já cit., pp.57-68; “Cabo Alemão”, *O Faialense*, 1900, novembro 18 (55), p.2.

²⁰⁵ O último cabo lançado na primeira fase foi a 16 de agosto de 1906, entre a Horta e São Vicente (Cabo Verde).

²⁰⁶ PORTUGAL, *Diário do Governo*, I Série, 1924, março 12 (55), pp.381-383: “Lei n.º 1 549 [Contrato definitivo entre o governo e a ‘Western Union Telegraph Company’]”.

²⁰⁷ PORTUGAL, *Diário do Governo*, 1926, junho 30 (140): “Decreto n.º 11 816, de 30 de junho de 1926 [Aprova contrato provisório celebrado entre o Governo e a Companhia ‘dei Cavi Telegrafici Sottomari Italcable’ para estabelecimento e exploração dos cabos telegráficos submarinos entre o Faial e São Vicente, entre o Faial e a Itália e entre Lisboa e Málaga]”.

²⁰⁸ PORTUGAL, *Diário do Governo*, I Série, 1924, agosto 28 (194), pp.1162-1164: “Lei n.º 1 654, de 28 de Agosto de 1924 [Aprova o contrato celebrado pelo governo com a Companhia ‘Deutsche Atlantische Telegraphen Gesellschaft’ relativo à concessão da amarração e exploração na Ilha do Faial (Açores) de um cabo telegráfico submarino partindo de Emden (Alemanha)]”. Sobre a presença da *D.A.T* no Faial, veja-se Yolanda Corsépius; Ricardo M. Madruga da Costa, “Um contributo para a História da Companhia Alemã do Cabo Submarino do Faial”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, Horta, Núcleo Cultural, 2009 (18), pp.393-424 (em particular os anexos 1 e 2).

²⁰⁹ Para a história da *Commercial Cable Company*, veja-se [www.atlantic-cable.com/Cable\(os\)/ccc](http://www.atlantic-cable.com/Cable(os)/ccc).

²¹⁰ Cf. Francis M. Rogers, *A Horta dos [...]*, já cit., pp.8-11. Sobre a instalação deste segundo grupo de cabos e as peripécias à sua volta, veja-se Ana Paula Silva, *A Introdução das [...]*, já cit., pp.138-155.

²¹¹ *Id.*, p.150.

importante de cabos telegráficos do mundo, e de contribuir para a unidade do planeta criada pela rede de cabos, cuja importância foi assim apreendida por Ricardo Madruga da Costa: “[N]enhuma ilha dos Açores, como a ilha do Faial, revela uma tão persistente, ampla e íntima relação com o Atlântico ao longo da sua história, nomeadamente como testemunha e interveniente nas transformações tecnológicas essenciais que se operaram no rolar dos séculos, com verdadeiro alcance civilizacional”²¹².

3.2. Um intervalo de tempo – a I Guerra Mundial

Às 11h do dia 28 de julho de 1914, na sequência do assassinato do arquiduque austríaco, Francisco Fernando, a 28 de junho do mesmo ano, a Áustria declarou guerra à Sérvia (estava dado o mote para o início da I Guerra Mundial), a que se seguiram outras declarações idênticas, até 4 de agosto, entre os países da Entente Cordiale (Inglaterra, França e Rússia) e da Tríplice Aliança (Alemanha Áustria e Itália): a 1 e a 3 de agosto, a Alemanha declarou guerra respetivamente à Rússia e à França; a 4, seria a Inglaterra a declarar guerra à Alemanha²¹³.

Esta declaração de guerra da Inglaterra à Alemanha, levaria a que, nas primeiras horas do conflito, os ingleses cortassem os dois cabos alemães que ligavam a Alemanha (Emden) aos Açores²¹⁴. Todavia, não cortaram os cabos alemães que ligavam os Açores à América, para não criar incompatibilidades com os americanos. Apesar dos cortes, que isolaram a Alemanha das comunicações intercontinentais, esta continuou a manter comunicações via rádio, “ou explorando a boa vontade dos neutros”²¹⁵.

Que implicações teve a guerra na rede de cabos instalada na Horta?

Três dias depois da declaração de guerra da Inglaterra à Alemanha, pela leitura de seis ofícios, de igual teor, enviados pelo governador civil substituto do distrito da Horta, António de Simas Machado, a partir de instruções recebidas do Governo da República, aos vice-cônsules alemão, russo, austro-húngaro e inglês, ao agente consular francês na cidade da Horta e ao comandante da canhoneira *Açor*, depois de se evocar o artigo 15.º da Convenção de Haia, de 18 de outubro de 1907, referente aos direitos e aos deveres das potências neutras em caso de guerra marítima, verificamos que havia sido proibido: “Aos

²¹² Ricardo Manuel Madruga da Costa, “A propósito da Horta [...]”, *Atas do colóquio O Porto da Horta na [...]*, já cit., p.80.

²¹³ Cf. Marc Ferro, *História da Primeira Guerra Mundial –1914-1918*, Lisboa, Edições 70, 1992; Jacques Néré, *O Mundo Contemporâneo*, Círculos de Leitores, s.d., pp.333-354.

²¹⁴ Cf. Ana Paula Silva, *A Introdução das [...]*, já cit., pp.112-128.

²¹⁵ António José Telo, *Os Açores e [...]*, já cit., pp.180-181.

beligerantes servir-se dos portos e das águas neutrais com base de operações navais e contra os seus adversários, e especialmente instalarem-se ali estações de rádio telegráficas ou qualquer outro aparelho destinado a servir de meio de comunicação com forças beligerantes em terra ou no mar”²¹⁶.

Como seria óbvio, solicitava que nenhum dos navios dos países supra tanto em águas ou portos portugueses usasse a radiotelegrafia, devendo, assim, acatar as ordens vindas do Governo português em atenção às disposições internacionais.

Ainda no dia 7, o governador recebia um ofício resposta do vice-cônsul alemão, Herr Otto Schröder, informando que acabara de dar ordens aos dois navios alemães estacionados no porto da Horta para que desmontassem as suas telegrafias sem fios, o que acontecera sob fiscalização do patrão-mor da capitania do porto²¹⁷.

Ao mesmo tempo, é notória a preocupação com a defesa do porto da Horta e, em particular, com a zona de amarração dos cabos. Ademais, isto tornou-se mais evidente quando começaram a circular boatos, sem se saber bem qual a sua proveniência, como se pode ler num ofício, de 18 de outubro, enviado pelo capitão do porto, Francisco Eduardo dos Santos²¹⁸, ao governador civil, em que se mostrava preocupado por ter sido informado que num botequim da rua Walter Bensaúde, fora ouvida uma conversa entre alemães, certamente tripulantes dos navios surtos no porto, que planeavam a forma de cortarem os cabos submarinos ingleses e americanos que amarravam na ilha. Perante esta situação, adiantava que já havia feito diligências junto do comandante militar, major António Luís Serrão, para que se vigiassem os ditos cabos junto da praia ao mesmo tempo que dera instruções para que se averiguasse junto do dono do botequim – António Maria da Silva Leal – e testemunhas o “fundamento” de “tal conversa”.

²¹⁶ BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, “Ofícios n.ºs 69,70, 71,72,73 e 74 , de 7 de agosto de 1914, respetivamente aos vice-cônsules da Alemanha, Rússia, Áustria-Hungria e Inglaterra e agente consular de França e comandante da canhoneira ‘Açor’”[d.a]. Curiosamente, por um ofício de 6 de agosto, o vice-consulado inglês na Horta, já se antecipara sobre o assunto, ao clamar ao governador civil que estivesse atento ao navio alemão *Schaumburg*, entrado no porto “há dois dias”, não tanto pela tentativa de tomar carvão e água, mas sim com o argumento da tripulação do referido navio usar com frequência o seu “aparelho/instrumento *wireless* para enviar mensagens desde a sua chegada neste porto, e daquilo que sei, estava a comunicar com uma embarcação perto das Flores, há quatro dias, [...], cujo sinal ‘sinal’ não está na nossa lista oficial”, cf. BPARJJG, *Vice-consulado inglês na Horta*, “Ofício, n.º 19, de 6 de agosto, ao governador civil do distrito da Horta” [d.a.].

²¹⁷ BPARJJG, *Kaiserlich Deutsches Vizekonsulat Fayal*, “Ofício, de 7 de agosto de 1914, ao governador civil do distrito da Horta”[d.a.].

²¹⁸ BPARJJG, *Capitania do porto da Horta*, “Ofício de 18 de outubro de 1914, ao governador civil do distrito da Horta” [d.a.]. Sobre o assunto, veja-se, *Câmara Municipal da Horta*, Livro de Vereações, 1913-1915 (59), fl.54 v.: “Ata da sessão de 29 de outubro de 1914”. Nesta sessão seria analisado o conteúdo de um ofício do governador civil sobre o “propalado boato de haver quem planeia cortar os cabos submarinos americanos e ingleses”. Perante a falta de iluminação do local de amarração, o que tornava a vigilância difícil, o governador solicitava à Câmara se pudesse estender “até ali a iluminação elétrica”.

Face a este cenário, de boato ou realidade, tomava a liberdade de propor que se mandasse iluminar o local da praia entre as casas de amarração dos cabos e a linha de mar, “ou pondo boas luzes de acetileno ou levando até ali a iluminação elétrica“. A vigilância por mar ficaria, desde que as condições de tempo o não impedissem, a cargo da lancha *Rudder*. Para o efeito, verificamos que o comando militar disponibilizou uma guarda constituída por um cabo e nove homens durante a noite e seis durante o dia. Ao mesmo tempo, reclamava-se da conveniência de nessa vigilância se incluir um membro da guarda civil ou então algum empregado das companhias a fim de reconhecer os respetivos funcionários ali em serviço.

Esta preocupação, por que não desconfiança, chegou mesmo ao ponto dos ingleses interferirem junto do Governo português para que fosse afastado do cargo o secretário-geral do governo civil o Dr. Urbano Prudêncio da Silva (1852-1943), pela simples razão da sua filha, Branca, ser casada, desde 1910, com Herr Otto Schröder, diretor da *DAT* e vice-cônsul alemão na Horta²¹⁹, como é notório num ofício enviado, em novembro, pelo ministério do Interior ao governador civil. Todavia, apesar das diligências feitas nesse sentido para afastar o Dr. Prudêncio, este manteve-se no cargo até 1923²²⁰.

Todavia, volvidos alguns meses do início da guerra, verificamos que governador civil, António Emílio Severino de Avelar, pelo ofício de 3 de fevereiro de 1915, informava o diretor da *DAT* que o Governo português havia suspenso por tempo indeterminado todo o serviço telegráfico pelos cabos alemães entre a ilha do Faial e Nova Iorque, ao mesmo tempo que encarregara a superintendência da companhia inglesa, *Europe and Azores*, de fiscalizar o cumprimento dessa resolução²²¹. Adiantava o governador que a superintendência inglesa lhe recomendara que o melhor meio para resolver o assunto seria

²¹⁹ Yolanda Corsépius, *Algumas notas sobre aspetos socioculturais da Horta no tempo dos cabos submarinos*, Edição do Autor, 1999, p. 43; Id. & Ricardo Madruga da Costa, “Um contributo [...], já cit., *Boletim do [...]*, pp.393-424.

²²⁰ BPARJJG, *Ministério do Interior*, “Ofício n.º275, de 22 de novembro de 1914, ao governador civil do distrito da Horta”[d.a.]. Sobre o Dr. Urbano Prudêncio da Silva, veja-se Fernando Faria Ribeiro, *Em Dias Passados [...]*, já cit., p.216.

²²¹ Por um de 8 de dezembro de 1914, a Administração Geral dos Correios e Telégrafos dava a conhecer ao representante da companhia de cabos *Europe and Azores*, Carlos Ferreira dos Santos Silva, que o Governo português determinara que a mesma deveria tomar a seu cargo a “suspensão do tráfego por aquelas linhas fiscalizando o exato cumprimento desta determinação do Governo da República, cf. BPARJJG, *Administração Geral dos Correios e Telégrafos*, “Ofício, de 8 de dezembro de 1914, ao governador civil do distrito da Horta” [d.a.].

selar os cabos e a porta da barraca onde amarravam. Por isso, solicitava a sua colaboração de forma a facilitar o cumprimento das determinações recebidas²²².

Em resposta, o diretor da *Deutsche Atlantische*, referia que por parte da companhia seriam dadas todas as instruções para que o superintendente inglês pudesse cumprir o que lhe fora incumbido pelo Governo português. Todavia, não deixava de lamentar contra esta tentativa de selagem da porta da casa de amarração dos cabos alemães, pela simples razão de na dita casa estarem mais dois cabos submarinos e oito terrestres a que não se aludia na ordem do Governo português.

Entendemos este protesto como a confirmação de que a os alemães nunca agradou terem que depender da Inglaterra como já aludira a revista alemã *Illustrierte Zeitung*, de 6 de setembro de 1900²²³, porque para Schröder a intenção inglesa visava lançar mão sobre “estas propriedades da companhia alemã”, o que seria feito com a selagem da casa de amarração. Depois, a selagem dos cabos entre o Faial e Nova Iorque ia para lá das instruções do Governo português, uma vez que este apenas determinara a suspensão do serviço telegráfico dos ditos cabos. Por fim, ao reforçar o valor dos dois cabos não se conformava com as medidas tomadas pelo superintendente inglês.

No entanto, a colaboração alemã não deve ter sido tão imediata como seria de esperar porque, através de um ofício de 6 de fevereiro de 1915, enviado pela companhia *Europe & Azores* ao governador civil, verificamos que o serviço telegráfico entre os Açores e Nova Iorque não estava completamente suspenso, pelo simples razão dos cabos continuarem nas mãos dos empregados da companhia alemã e destes estarem a fazer tudo a “fim de poder continuar comunicando secretamente por estes cabos”²²⁴.

A par deste assunto, em fevereiro de 1916, o Governo inglês na ânsia de se apoderar dos 72 barcos alemães, entre paquetes, cargueiros e veleiros, que se haviam recolhido desde o início da guerra nos portos nacionais, então considerados neutros, e que de acordo com as regras em vigor estariam “a salvo” até ao fim da guerra, insinuava junto

²²² BPARJJG, Governo Civil do distrito da Horta, *Livro Registo da Correspondência expedida a diversos pela Secretaria do Governo Civil da Horta*, 1912-1916, fls.48-48v.: “Ofício, n.º 17, 3 de março [sic, fevereiro] de 1915, ao superintendente da estação de cabo alemã ‘DAT. Veja-se no mesmo, ofícios ao superintendente da companhia *Europe & Azores*, fls.48v.-49v.

²²³ Cf. Yolanda Corsépius & Ricardo Madruga da Costa, “Um contributo [...]”, já cit., *Boletim do [...]*, p.396.

²²⁴ BPARJJG, *The Europe and Azores Telegraph Company, Limited*, “Ofício, de 6 de fevereiro de 1915, ao governador civil do distrito da Horta” [d.a.].

de Lisboa, que a melhor forma de ajudar a Inglaterra, em nome da velha aliança, seria requisitá-los²²⁵.

Este pedido seria confirmado de imediato pelo decreto n.º 2 229, de 23 de fevereiro de 1916, que determinava que todos os barcos alemães surtos em portos portugueses fossem requisitados bem como as respetivas mercadorias, que seriam vendidas em hasta pública²²⁶, o que confirmava o disposto na Lei n.º 480 (Lei das Subsistências), de 7 de fevereiro de 1916. Ao mesmo tempo, se Portugal o levasse a efeito, em nome da aliança, podia abrir as portas do proclamado desejo do País entrar na Guerra. Duas razões moviam os dirigentes republicanos para que assim fosse – a defesa das colónias dos ataques das tropas alemãs e o reconhecimento internacional da jovem República, garantido agora pela “participação de Portugal ao lado das grandes potências”²²⁷.

No caso do porto da Horta, seriam apresados os vapores *Schaumburg*²²⁸ e *Sardinia*²²⁹ e a barca *Max*²³⁰, de acordo com o decreto n.º 2 243 que assim autorizava a sua requisição²³¹, e pela portaria n.º 616, de 15 do mesmo mês e ano²³², viriam a receber os nomes de *São Jorge*, *Horta* e *Flores* respetivamente. Seria também apresado o vapor *Mohican*²³³, com a designação de *Corning*.

Aos agradecimentos ingleses, pelo facto de a 23 de fevereiro o Governo português ter apreendido todos os navios alemães surtos em portos nacionais, seguiram-se os protestos alemães. Porque estes não satisfeitos nem com este desfecho nem com os argumentos portugueses, melhor dizendo “fartos de tolerar Portugal”, a 9 de março

²²⁵ A Inglaterra não deixaria de dar instruções aos seus navios de guerra que, entrando em portos portugueses, recolhessem todas as informações possíveis sobre os navios alemães aí surtos, como se pode ler na seguinte notícia publicada no jornal *O Telégrafo*: “Há dias quando estive no nosso porto o navio de guerra inglês [cruzador, sem referência ao nome], uma embarcação de seu bordo, andou colhendo o nome dos vapores alemães surtos no porto artificial”, “Noticiário”, *O Telégrafo*, 1914, setembro 9 (6128), p.2.

²²⁶ PORTUGAL, *Diário do Governo*, 1916, fevereiro 23 (34), pp.211-212: “Decreto n.º 2 229, requisitando para o serviço do Estado os navios surtos nos portos portugueses”.

²²⁷ Ana Paula Silva, *A Introdução das [...]*, já cit, pp.132.

²²⁸ AMH, *Livro de Registo de todo o movimento marítimo do Porto da Horta*, 1914-1937, fl.1v.: “Registo n.º 105”.

²²⁹ AMH, *Livro de Registo de todo [...]*, 1914-1937, fl.1v.: “Registo n.º 108”. Veja-se *O Telégrafo*, 1916, fevereiro 26 (6 558), p.2.

²³⁰ AMH, *Livro de Registo de todo [...]*, 1914-1937, fl.2: “Registo n.º 129”.

²³¹ PORTUGAL, *Diário do Governo*, 1916, março 1 (39), pp.211-212: “Decreto n.º 2 243, requisitando para o serviço do Estado os navios alemães fundeados nos portos de Ponta Delgada e Horta”. Sobre a cedência dos navios requisitados à Inglaterra, veja-se “Navios alemães”, *O Telégrafo*, 1920, fevereiro 26 (7 721), p.1; “Os navios cedidos à Inglaterra”, *A Democracia*, 1916, agosto 28 (102), p.1.

²³² PORTUGAL, *Diário do Governo*, 1916, março 15 (50), pp.248-249: “Ministério da Marinha, Portaria n.º 616, dando denominação portuguesa aos diferentes navios requisitados para o serviço do Estado”.

²³³ AMH, *Livro de Registo de todo [...]*, 1914-1937, fl.1v.: “Registo n.º 106”.

declaram-lhe guerra²³⁴. Daí o tão desejado convite da Inglaterra para Portugal participar na guerra, e que seria aceite pelo Parlamento português a 7 de agosto do mesmo ano.

Face à declaração de guerra do império alemão²³⁵, o Governo português tomou uma série de medidas, com força de Lei, com o objetivo de precisar a condição jurídica dos súbditos dos países inimigos, isto é, a necessidade de controlar e limitar a liberdade de circulação destes novos “inimigos” que viviam no seu território²³⁶.

Assim, por uma circular de 24 de abril do ministério do Interior ao governador civil do distrito da Horta, dava-se a conhecer que, pelo decreto de 25 de março de 1916²³⁷, as autoridades portuguesas deixavam de reconhecer como representantes consulares, em Portugal, ilhas adjacentes e colónias, todos os funcionários de nacionalidade alemã e austro-húngara. Perante esta decisão, tanto o império alemão como o austro-húngaro entregaram a defesa dos seus súbditos e dos seus interesses aos representantes consulares dos Estados Unidos e de Espanha, o que acontecera antes do governador civil receber a circular.

Deste modo, verificamos que a 17 de abril, o agente consular americano na Horta, Moisés Benarús, informava o governador civil que, a pedido do governo imperial alemão ao governo americano e com o consentimento das autoridades portuguesas, tinha sido encarregado dos arquivos e dos interesses alemães, durante a guerra, neste distrito²³⁸, o que vinha confirmar uma notícia d’ *O Telégrafo* que, na sua edição de 13 de março, referia que Otto Schröder encarregara “o agente consular dos Estados Unidos, Sr. Moisés Benarús, dos interesses dos súbditos alemães²³⁹. O mesmo viria a acontecer no mês de maio quando, a partir do dia 25, o vice-cônsul de Espanha, Alberto Ribeiro, assumiu os interesses do império austro-húngaro na ilha, em particular a recolha do arquivo, que já lhe havia sido

²³⁴ Cf. Rui Ramos [coord.], “A Segunda Fundação (1890-1926)”, in José Mattoso [dir.], *História de Portugal*, vol. VI, Lisboa Círculo de Leitores, p.515.

²³⁵ Sobre a declaração de guerra a Portugal, veja-se “Portugal na Guerra”, *O Telégrafo*, 1916, março 11 (6 568), p.1; “Declaração de Guerra da Alemanha a Portugal”, *Ibid.*, 1916, abril 4 (6 587), p.1; “A nota de guerra”, *Ibid.*, 1916, abril 5 (6 588), p.1; Nuno Severiano Teixeira, “Portugal e Grande Guerra”, in, Id. & Manuel Themudo Barata [dir.], *Nova História Militar de Portugal*, vol. 4, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, pp.14-34; Isabel Pestana Marques, “1914-1918. Comportamentos de Guerra”, in Nuno Severiano Teixeira & Manuel Themudo Barata [dir.], *op. cit.*, vol. 5, pp.99-135.

²³⁶ Cf. Sérgio Rezendes, “O Depósito de Concentrados Alemães na Ilha Terceira – as memórias de uma reclusão forçada”, *Insulana*, vol. LVII, Ponta Delgada, Instituto Cultural, 2002, pp.67-143 [68-69].

²³⁷ Cf. Valente Araújo, *O resgatar de uma memória. Subprefeitos, Administradores Gerais, Governadores Cíveis do Distrito da Horta*, Horta, Edição de Autor, 2007, pp.368-369. Pela leitura do ofício, verificamos que ficava aberta a possibilidade de aquisição de um imóvel para casa do Liceu da Horta, o que não se viria a verificar.

²³⁸ BPARJJG, *Americam Consular Service, Horta*, “Ofício, de 17 de abril de 1916, ao governador civil do distrito da Horta” [d.a.].

²³⁹ “Noticiário”, *O Telégrafo*, 1916, março 13 (6 569), p.3.

sugerida anteriormente pelo Dr. Edvigés Goulart Prieto, mas que não pudera satisfazer por falta de autorização superior²⁴⁰.

Finalmente, à data da declaração de guerra da Alemanha a Portugal, viviam na cidade da Horta cerca de 100 alemães entre funcionários da companhia de cabo e marinheiros dos navios que se encontravam surtos no porto da Horta e que viriam a fazer parte do “depósito de concentrados na cidade da Horta”²⁴¹, que pelo decreto n.º 2 350, de 21 de abril de 1916, passariam a estar abrangidos pela exceção decorrente do artigo 1.º § 1.º. Assim, todos os que tivessem idades compreendidas entre 16 e 45 anos – idades de cumprir serviço militar – deveriam “fixar residência”, conjuntamente com as suas famílias, em local previamente escolhido pelo Governo português²⁴². No caso dos alemães residentes nos Açores, as autoridades portuguesas escolheram o castelo de São João Batista em Angra do Heroísmo – *Campo de Concentrados da Terceira*²⁴³. Os alemães residentes na Horta deixaram a ilha a 29 de agosto do mesmo ano com destino à cidade de Angra²⁴⁴.

Depois da sua saída, seriam nomeados²⁴⁵, em setembro do mesmo ano, alguns faialenses na condição de depositários de bens alemães na Horta²⁴⁶. Em 1920, por despacho do ministro das Finanças, de 11 de setembro, seria “autorizada a licitação até ao limite máximo de 150.000\$00 para aquisição em hasta pública, das casas pertencentes à companhia telegráfica alemã da Horta”²⁴⁷.

Em síntese, a rede de cabos submarinos desenvolvida na segunda metade de oitocentos chegaria à ilha do Faial em 1893, com a ligação do cabo entre Carcavelos e a

²⁴⁰ BPARJJG, *Vice-Consulado de Espana en las Islas do Faial e Pico*, “Ofício, de 29 de março, ao governador civil do distrito da Horta” [d.a.].

²⁴¹ Cf. Sérgio Rezendes, “O Depósito de [...]”, já cit., *Insulana* [...], p.74.

²⁴² PORTUGAL, *Diário do Governo*, 1916, abril 21 (78), pp.341-344: “Decreto n.º 2 350, banindo do Continente da República todos os súbditos alemães de ambos os sexos e estabelecendo a condição jurídica dos súbditos inimigos”. Já havia sido publicado em Suplemento do *Diário do Governo*, de 20 de abril de 1916.

²⁴³ Cf. Sérgio Rezendes, “O Depósito de [...]”, já cit., *Insulana* [...], pp.69-77.

²⁴⁴ Cf. Jorge Costa Pereira, “Uma carta a Moisés Benarús. Subsídios para o estudo da presença alemã no Faial na primeira década do século XX”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, Horta Núcleo Cultural da Horta, 2011 (20), pp.185-203.

²⁴⁵ “Depositários”, *A Democracia*, 1916, setembro 28 (129), p.1; “Depositários”, *O Telégrafo*, 1916, setembro 28 (6 781), p.2. Seriam nomeados depositários dos bens dos alemães na Horta os seguintes cidadãos: José Rodrigues (da companhia DAT), Alfredo Borges da Silva (de Otto Schröder), Januário Correia de Melo (de Heinrich Sauer), João Goulart da Silva (de Willy Walter) e Tomás Goulart da Silva (de Ernest Stif, de Fritz Meyer, de Óscar Khul, de Hans Walter, de Wilhelm Ruhtz, de Verner Bodeck, de Wilhelm Harlot, de Karl Taube, de Max Corsépius, de Fritz Bruder, de Bruno Kräsner, de Rudolf Carl, de Wilhelm Schultz, de Erich Bergman, de Albert Winterberg, de Artur Heitz, de Max Meissner, de Adolf Corsépius, de Bruno Kaselow, de Richard Winterstein e de Willy Krauss).

²⁴⁶ BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, Copiador de Ofícios, 1918-1919 (2), fls.172-175: “Ofício, n.º46, de 15 de março de 1919, ao ministro do Interior”.

²⁴⁷ Valente Araújo, *Resgatar* [...], já cit., pp.87-388.

Horta. Esta seria depois, na sua condição de principal ponto intermédio da amarração de cabos submarinos no Atlântico Norte, o ponto de partida para outros projetos de lançamento de uma rede de cabos que ligaria a ilha a outras partes do mundo, entre 1893 a 1928: Portugal, Grã-Bretanha, Irlanda, Itália, Alemanha, Cabo Verde, Canadá e Estados Unidos.

Assim, entre 1893 e 1969 (o “tempo dos cabos submarinos”), diferentes companhias não só se mantiveram na Horta como a projetaram no circuito global das comunicações, embora o “Faial, sem nunca ter sido o grande centro estratégico para o controlo do Atlântico que poderia ser, foi fundamental na edificação da relação entre Portugal e os poderes marítimos na primeira metade do século XX”²⁴⁸.

4. Conjunturas de crise e de progresso

“Já que nada temos a esperar dos que se dizem, nossos representantes, e dos influentes políticos desta ilha que com o maior sangue-frio deixam o Governo pôr em prática o que há de mais prejudicial aos interesses deste distrito”²⁴⁹.

Ao longo da segunda metade do século XIX os açorianos começaram a ter cada vez mais a noção de que os interesses das ilhas seriam melhor tratados pelos próprios do que por entidades distantes e por pessoas que desconheciam e não sentiam os seus problemas com a mesma atenção e cuidado.

O que estava em causa não era apenas a decantada situação geográfica traduzida na distância, agravada pelas dificuldades das comunicações marítimas²⁵⁰, que separava as ilhas de Lisboa, mas sim o profundo desconhecimento que se tinha das ilhas que se poderia traduzir na seguinte questão: Como é que os governos viam os Açores? Raramente o visitaram, assim como os deputados do continente do Reino que eram escolhidos pelos partidos para representarem o círculo eleitoral da Horta, escolhas entendidas como uma beleza da centralização do Terreiro do Paço.

No primeiro caso, certamente que foi memorável a visita Régia ao Faial, em 1901, como se pode ler no *Álbum*, de Osório Goulart. Mas o que ganharam os Açores ou as ilhas visitadas? Umas condecorações? Uns títulos? No segundo, nenhum registo.

²⁴⁸ António José Telo, “A importância Estratégica do Porto da Horta do século XIX ao XXI”, in *O Porto da Horta na História do Atlântico. O Tempo dos Cabos Submarinos*, Horta, Associação dos Alunos do Antigo Liceu da Horta, 2011, pp.15-40 [40].

²⁴⁹ “Horta [Cabo Submarino para os Açores]”, *O Democrata*, 1885, novembro 15 (46), p.1.

²⁵⁰ O novo contrato de Navegação”, *O Açoriano*, 1893, novembro 19 (47), p.3.

Todavia, como à frente se verá, algo se fez e de muito útil e importante, mas sempre debaixo de um discurso contestatário centrado nas especificidades locais. Mas os lamentos contra a centralização do Terreiro do Paço, também motivaram críticas à capital de distrito, embora entendida como madrasta menos cruel ou “simplesmente uma questão de mudança de tutor” como se referia no jornal *O Lajense*, da vila da Lajes do Pico, em 1893²⁵¹.

Por outro lado, o Governo, por sua vez, também não estava atento a problemas semelhantes que se passavam em outras regiões do País, o que acentuava a macrocefalia de Lisboa. O poder central ao não estar atento às necessidades das suas regiões significava que os problemas com que os açorianos se debatiam articulavam-se com a falta de uma política centrada no desenvolvimento harmónico das potencialidades das diferentes áreas do País. Como é óbvio, muitas das medidas que foram postas em prática tanto pelos governos monárquicos como republicanos tinham muitas vezes como pano de fundo o sabor das conjunturas e os interesses em jogo, o que obrigava a quem pedia ser persistente face à sua impotência em não saber como ultrapassar os seus problemas mais graves²⁵².

É dentro destas circunstâncias que se compreende o repto lançado pelo jornal *O Telégrafo*, em 1920, para que se criasse na cidade da Horta uma *Liga Local* ou *Junta de Melhoramentos do Faial*, com a finalidade de “tratar, conseguir e fiscalizar os melhoramentos internos”, alguns dos quais há muito pedidos²⁵³.

Esta ideia não era nova. Já em 1893 se lamentava a indiferença dos faialenses perante um conjunto de melhoramentos necessários, quando comparados com os micaelenses e com os terceirenses que haviam criado comissões de vigilância com o objetivo de conseguirem, dos poderes públicos, “os melhoramentos que o progresso e a civilização desde há muito reclama[va]m”²⁵⁴, o que nos leva a concluir que na Horta, mesmo que não se quisesse assumir abertamente, também se tinha consciência que a culpa do atraso estrutural com que a ilha se debatia não residia só no poder central, mas também nas “forças vivas locais” muitas vezes mais enredadas nos interesses próprios do que no bem geral dos faialenses e do distrito. Deste modo, defender os interesses das ilhas significava, por um lado, cumprir um dever sagrado: pugnar pelo bem-estar dos faialenses

²⁵¹ *O Lajense*, 1893, abril 29, ap. Carlos Cordeiro, “Identidade e Autonomia: [...], já cit., *Boletim do [...]*, 2006 (15), p.241.

²⁵² “O novo contrato de Navegação”, *O Açoriano*, 1893, novembro 19 (47), p.3.

²⁵³ “Faial-melhoramentos e reclamo da ilha e do porto”, *O Telégrafo*, 1920, fevereiro 26 (7 721), p.1.

²⁵⁴ António de Lacerda Bulcão, “Indiferentismo”, *O Açoriano*, 1893, novembro 19 (47), p.3.

mesmo que as vozes ficassem sepultadas no vasto “abismo da política”²⁵⁵; por outro, se os melhoramentos desejados não fossem atendidos seriam pelo menos motivo importante para explicar a oposição entre as corporações administrativas, a imprensa e a elite local e o poder central.

4.1. A luta contra as adversidades (catástrofes naturais)

“O vento voltou ao norte, / Até faias arrancou; / Depois da perca já feita, / O vento norte abrandou //”²⁵⁶.

Sismos (muitas vezes sob a designação de “grande terramoto”, “cataclismo”, “grande catástrofe”), ciclones (palavra usada para designar “temporais violentos”, “terrível furacão”, “o grande temporal” e “abundantes chuvas”) e estiagens fazem parte da história da ilha do Faial, do quotidiano dos seus habitantes ao longo dos seus quinhentos anos de História, e que a imprensa faialense e as fontes oficiais não só perpetuam como demonstram a sua singularidade.

No período em estudo, o Faial seria assolado por duas crises sísmicas – 1882 e 1926. No entanto, por sismos que, de maior ou menor intensidade, afetavam a ilha. Vendavais e ciclones foram em maior número com particular incidência para os de 1889²⁵⁷, 1891, 1893, 1897²⁵⁸, 1905²⁵⁹, 1918, 1925²⁶⁰. No caso das estiagens, as de 1882, 1886 e 1890.

Todavia, de acordo com a documentação consultada, verificamos que, apesar do medo e da destruição ocasionados pelos sismos, o maior “inimigo” era o vento. Este temível flagelo era responsável não só pelos inconvenientes que provocava à livre circulação entre as ilhas, deixando a fronteira Faial-Pico muitas vezes, e por vários dias sem ligações, como pela destruição a que sujeitava as casas, a cortina de defesa da cidade (“o mar galgava por cima da muralha da cortina da cidade e batia de encontro às casas”²⁶¹), os barcos surtos na baía da Horta e as culturas, cuja depredação deixava atrás de si um

²⁵⁵ “Horta, 25 de julho de 1871”, *A Luz*, 1871, julho 26 (11), pp.1-2.

²⁵⁶ Armando Cortes-Rodrigues, *Cancioneiro Geral dos Açores*, 2 vol., Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura/Direção Regional dos Assuntos Culturais, 1982, p.364.

²⁵⁷ “O Ciclone”, *O Açoriano*, 1889, setembro 15 (27), p.1; dezembro 22 (41), p.1. Refere-se ao temporal violento que se abateu sobre a ilha nos dias 10 e 11 de setembro.

²⁵⁸ H., “Temporal de 6 do corrente”, *O Telégrafo*, 1897, janeiro 21 (993), p.1.

²⁵⁹ “Defesa da cidade”, *O Telégrafo*, 1905, janeiro 3 (3 312), p.1; janeiro 9 (3 316), p.3.

²⁶⁰ “Ciclone”, *O Telégrafo*, 1925, dezembro 7 (8 707), p.1.

²⁶¹ Neste violento temporal, tanto a força do vento como a ação do mar foram responsáveis pela destruição do parapeito da muralha numa extensão aproximada de 50 metros, pelo naufrágio da barca americana *Kennard*, pela destruição do muro de abrigo da doca numa extensão de mais de cem metros, um guindaste que seria levado pelo mar e toda a via-férrea do molhe, cf. “Correio da Semana”, *O Açoriano*, 1891, fevereiro 15 (5), p.3.

rasto de impotência, de miséria e de fome (a devastação dos campos era o sinal que anunciava mais uma crise de subsistências), como se pode ler no testemunho do correspondente d' *O Açoriano* na freguesia de Pedro Miguel:

“Parece que estamos atravessando um verdadeiro inverno! [...]. O ano começou com maus auspícios, oxalá não acabe deixando muitas pessoas reduzidas à miséria. A colheita de favas foi tão diminuta que muitos indivíduos nem pelo menos colheram para semente. Os trigos estão muito danificados que, segundo dizem os lavradores, não dão a terça parte do que se esperava [...]. Resta-nos a esperança de uma sofrível colheita de milho pelo bom aspeto que apresentava, mas vão-se tornando amarelos pelas contínuas chuvas [...]. Qual será o futuro que nos espera?”²⁶²

4.1.1.O ciclone de 28 de agosto de 1893

“Inundação – Navios e barcos perdidos – Casas destruídas – Campos devastados – Vítimas”²⁶³. Era assim que a imprensa faialense introduzia os seus leitores a respeito do violento ciclone – “enorme vendaval” – que caíra sobre a ilha do Faial na madrugada de 28 de agosto de 1893, e que causara um sem número de prejuízos e desolação tanto na cidade como no mundo rural, em particular no lado norte da ilha, entre as freguesias da Praia do Norte e Ribeirinha, enquanto no lado sul, de acordo com uma informação do presidente da Câmara ao governador civil, referia-se que se deveria considerar a freguesia da Feteira “talvez a mais sacrificada neste concelho”²⁶⁴.

Depois de um primeiro contacto com a realidade, levado a cabo tanto pelo presidente da Câmara (António Pimentel da Silveira) como pelo administrador do concelho da Horta (José Cândido de Bettencourt Furtado), a edilidade reuniria extraordinariamente no dia 30²⁶⁵, com o objetivo de tomar as medidas necessárias ao seu alcance de forma a minorar a situação de calamidade pública com que se confrontava, ao mesmo tempo que sancionava as medidas que tinham sido tomadas pelo presidente para acudir às necessidades imediatas, a saber:

“[Na Feteira] entendi pois dever socorrer imediatamente as oitenta e cinco infelizes vítimas daquele desastre e que das suas habitações nem puderam trazer os pobres fatos que os cobriam e mesmo ainda o parco alimento que existia nas suas mesmas habitações, [...] distribuir um pão de trigo e 400 réis em dinheiro, a cada um daqueles infelizes, tomando a responsabilidade deste

²⁶² “Notícias do campo [Pedro Miguel]”, *O Açoriano*, 1891, agosto 9 (30), p.3.

²⁶³ Veja-se “O Ciclone”, *O Açoriano*, 1893, setembro 3 (36), pp.1-3; setembro 10 (37), pp.1-2; setembro 17 (38), p.1; outubro 1 (40), pp.1-2; “Horta, 2 de setembro [Ciclone]”, *O Faialense*, 1893, setembro 3 (49), pp.1 e 3; setembro 10 (50), p.1; setembro 17 (51), p.1; Marcelino Lima, “Aniquilamento”, *O Telégrafo*, 1893, setembro 5 (3), p.1.

²⁶⁴ BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, “Ofício, de 29 de agosto de 1893, ao governador civil do distrito da Horta” [d.a.]; BPARJJG, *Administração do concelho da Horta*, “Ofício, n.º 93, de 29 de agosto de 1893, ao governador civil do distrito da Horta”[d.a.]; “Notícias do Campo”, *O Açoriano*, 1893, outubro 1 (40), p.3.

²⁶⁵ BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livro de Vereações, 1892-1894 (46), fls.129v.-134: “Ata da sessão de 30 de agosto”.

modo por que procedi até que na sessão extraordinária da Câmara que amanhã terá lugar para se representar aos poderes públicos sobre o auxílio de que carecem os povos deste concelho, me seja confirmado este meu ato, visto existir no orçamento ordinário uma verba que bem poderá ser aplicada para tais socorros. É o que tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Exa, solicitando-lhe o seu valioso auxílio junto do Governo por tão terrível acontecimento como informaria a V. Exa. o seu mui digno delegado neste concelho”²⁶⁶.

Nesta reunião a Câmara deliberou ainda que se enviassem duas representações, talvez seria melhor dizer “súplicas”, uma ao rei D. Carlos e outra à rainha mãe D. Maria Pia, por ser conhecida pelo epíteto de “Anjo da Caridade”.

Pela leitura da representação enviada ao Rei, verificamos que a edilidade depois de descrever o que se passara, clamava por “respostas” às cinco providências que considerava serem as mais urgentes e inadiáveis, a saber:

“1.^a- A livre admissão de todo o cereal e farinha necessária ao consumo que esta Câmara municipal importar com o fundo de reserva do seu cofre especial, destinado às crises alimentícias; 2.^a- Todo o desenvolvimento possível das Obras Públicas, procedendo-se desde já a largas reparações das estradas e à desobstrução dos portos e varadouros; 3.^a- Imediata reparação da cortina da cidade, pelo menos nos pontos onde as casas ameaçam ruína e se acham expostas à invasão das ondas; 4.^a- Construção de uma cortina de defesa, desde a Lajinha até além da igreja paroquial da Feteira para evitar a destruição desta, das casas ao longo da estrada real e do grande vale agricultado a oeste dessa estrada e que outro ciclone converterá em deserto, como agora acaba de fazer às casas, quintais e terras da rua d’Além da mesma freguesia²⁶⁷; 5.^a- Ordens e instruções do respetivo ministério para ser anulada a contribuição dos prédios destruídos ou devastados”²⁶⁸.

Além das corporações administrativas, também a elite faialense, na sequência de uma proposta de Costa Rebelo, se mobilizaria no sentido de acorrer à “situação dos povos das ilhas do Faial e Pico”²⁶⁹. Para o efeito, seria publicado na imprensa uma convocatória através da qual se convidada “todos os cavalheiros desta cidade e das freguesias rurais” para uma reunião que se realizaria no dia 3 de setembro (domingo) nos paços do concelho, pelas 11h. Adiantava-se ainda o motivo: medidas a adotar para “melhorar a situação dos povos das ilhas do Faial e Pico”²⁷⁰ (em particular as vítimas que o furacão deixara na miséria)²⁷¹.

²⁶⁶ BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, “Ofício, de 29 de agosto de 1893, ao governador civil do distrito da Horta” [d.a.].

²⁶⁷ *O Telégrafo*, 1894, janeiro 23 (117), p.2.

²⁶⁸ “Representações”, *O Açoriano*, 1893, setembro 10 (37), pp.1-2.

²⁶⁹ Veja-se “Convocatória”, *O Açoriano*, 1893, setembro 3 (36), p.3; “Anúncios [Convocatória]”; *O Telégrafo*, 1893, setembro 2 (1), p.3; “Reunião”, *Ibid.*, 1893, setembro 4 (2), pp.1-2.

²⁷⁰ Cf. “Convocatória”, *O Açoriano*, 1893, setembro 3 (36), p.3; “Anúncios [Convocatória]”; *O Telégrafo*, 1893, setembro 2 (1), p.3. Sobre o assunto, veja-se “Reunião”, *Ibid.*, 1893, setembro 4 (2), pp.1-2.

²⁷¹ “Ciclone”, *O Açoriano*, 1893, setembro 10 (37), p.1.

Da reunião, presidida por Costa Rebelo, sairia uma grande comissão [*Comissão Promotora de Socorros para as vítimas do Ciclone*]²⁷². Com base nas informações disponíveis, verificamos que a *Comissão* tinha, entre outros, os seguintes objetivos: fazer uma distribuição justa e equitativa dos donativos recebidos e alargar o seu âmbito geográfico de intervenção “para que a caridade viesse em auxílio dos nossos irmãos flagelados”²⁷³.

Todavia, apesar de todos os esforços das autoridades e do grande movimento de solidariedade, algumas das reivindicações da representação da Câmara continuaram por resolver, melhor dizendo adiadas para outra oportunidade, como foi o caso da muralha da cortina cidade²⁷⁴, ao mesmo tempo que se lamentava o facto de a Câmara ter posto à venda o milho vindo de Lisboa, para acorrer à crise alimentícia, não ao preço do custo – 320 réis o alqueire, como estava previsto, mas a 420 réis²⁷⁵.

4.1.2. Sismos devastadores

Na madrugada de 3 de maio de 1882, a ilha do Faial seria assolada por quatro tremores de terra, considerado o penúltimo, ocorrido às 2:15h, bastante violento e durador, sentindo-se de forma mais intensa na parte leste da ilha.

O susto provocado entre as populações seria grande, “saindo muitas pessoas de suas moradas, vestidas com o que mais de pronto puderam alcançar”, como noticiava *O Faialense*. Seguiram-se outros nos dias subsequentes, mas de fraca intensidade, despercebidos da maioria das gentes, alguns dos quais, rotulados pela imprensa como “filhos da imaginação” de uma população inquieta e intranquila²⁷⁶.

²⁷² Constituída por Alfredo Borges da Silva (vice-presidente da comissão distrital em exercício); António Pimentel da Silveira (presidente da Câmara Municipal da Horta); padre José Leal Furtado (presidente da junta de paróquia da Matriz); padre António de Oliveira Moraes (id. das Angústias); padre José Veríssimo Ribeiro (id. da Conceição); António da Cunha Menezes Brum (membro da *Sociedade Amor da Pátria*); Fernando Ribeiro de Oliveira (id. da *Sociedade Luz e Caridade*); Francisco Peixoto de Lacerda Costa Rebelo (id. da *Sociedade de Geografia de Lisboa* e da sua secção na Horta); José Garcia do Amaral (id. do *Grémio Literário Faialense*); José Inácio de Cristo (presidente do *Grémio Literário Artista Faialense*); Joaquim Rocha Bettencourt (id. do *Ginásio Clube*); os proprietários Dr. António Emílio Severino de Avelar, Joaquim Crisóstomo da Silveira, José Nestor Ferreira Madruga, Vitoriano da Rosa Martins; os jornalistas José Maria da Rosa, Luís da Terra e Manuel Ferreira da Silva; António Luís de Sena (representante da casa comercial Bensaúde); Jacinto Manuel da Silveira (idem da casa Silveira & Edwards); o comerciante José Rodrigues e o representante da ilha do Pico, Miguel António da Silveira.

²⁷³ Sobre o movimento solidário e das atividades da comissão, veja-se “Comissão de Socorros”, *O Açoriano*, 1894, fevereiro 18 (7), p.1; maio 20 (20), pp.2-3; “Comissão de Socorros”, *Ibid.*, 1893, dezembro 24 (52), p.1.

²⁷⁴ “Representação”, *O Açoriano*, 1893, dezembro 17 (51), p.1.

²⁷⁵ Sobre a polémica decorrente desta alteração de preço, veja-se Marcelino Lima, “A Questão do Milho”, *O Telégrafo*, 1893, outubro 21 (43), p.1; “Ainda a respeito do milho”, *Ibid.*, outubro 24 (45), p.1.

²⁷⁶ Cf. “Noticiário [Tremores de Terra]”, *O Faialense*, 1882, maio 7 (40), p.4.

Numa primeira análise ao acontecimento, verificamos que tanto a imprensa como as autoridades pensavam que apenas se tinha ficado por alguns desmoronamentos em pequenas habitações e por alguns estragos em edifícios de maior volumetria. Neste particular, adiantava-se que os efeitos da oscilação tinham-se feito sentir sobretudo nos edifícios das igrejas das freguesias das Angústias, Praia do Almoxarife, Feteira e Castelo Branco²⁷⁷.

Todavia, seria o “Cataclismo de 31 de agosto de 1926” (terça-feira), como ainda é conhecido, que ficaria registado nos anais da história faialense como um dos mais destrutivos e mortíferos. Aquele violento sismo, ocorrido às 8:40h, seria o culminar de um conjunto de abalos que tivera início a 5 de abril (responsável já por um grau assinalável de destruição nas freguesias dos Flamengos, Ribeirinha e Conceição) e da réplica de 9 de julho do mesmo ano²⁷⁸.

Pelo cadastro das casas danificadas pelos tremores de terra de 5 de abril e 9 de julho, elaborado pelo serviço de Obras Públicas do distrito da Horta, verificamos que em todas as freguesias do Faial se registaram danos nas habitações e que aquelas que foram mais atingidas, o que se voltaria a repetir em 31 de agosto, seriam, por ordem decrescente: Conceição (134), Ribeirinha (117), Salão (104) e Flamengos (65).

Ainda não refeitos da calamidade que lhes batera à porta, e num entretanto constituído por um assinalável movimento solidário²⁷⁹, os faialenses seriam novamente confrontados por uma violenta “agitação subterrânea”, considerada uma das mais destrutivas dos Açores, a 31 de agosto, cujo epicentro se localizou a 38,5.º N e 28,6.º W e a uma profundidade compreendida entre 1,6 e 4,8 km, tendo atingindo uma intensidade de X graus na escala de *Mercalli Modificada*.

Além da destruição material, provocaria nove mortos²⁸⁰, duas centenas de feridos e cerca de 12 000 desalojados, muitos dos quais se viram obrigados a fazer de praças e

²⁷⁷ Apêndice - Capítulo I, Quadro III.

²⁷⁸ Veja-se *A Democracia*, 1926, julho 10 (2 206), p.1; julho 15 (2 208), p.1; *O Telégrafo*, 1926, julho 14 (8 791), p.2; Apêndice - Capítulo I, Quadro IV.

²⁷⁹ Veja-se “Bando Precatório”, *O Telégrafo*, 1926, abril 16 (8 759), p.2; “Récita de caridade”, *A Democracia*, 1926, abril 29 (2 175), p.1. Para acorrer às subscrições a realizar na América do Norte, a Câmara da Horta solicitaria a todos os párocos do concelho que lhe enviassem relações dos sinistrados “que necessitem auxílios pecuniários”, cf. “Em favor dos sinistrados”, *Ibid.*, 1926, 9 de julho (8 795), p.1.

²⁸⁰ Do total de mortos seis eram do sexo feminino e três do masculino, assim distribuídos pelas seguintes freguesias: Matriz, três; Conceição, um; Flamengos, dois; Angústias, dois; Feteira, um.

jardins o seu novo e desconfortável lar ou então a acolher-se em barracas de madeira e de lona que entretanto haviam sido montadas²⁸¹.

Aquilo que distingue o sismo de 31 de agosto dos anteriores, foi o grau de destruição, cuja justificação pode ser deduzida das palavras do coronel Mouzinho de Albuquerque²⁸², Alto-Comissário da República no distrito da Horta, ao jornal *Diário de Notícias*, na sua edição de 26 de novembro de 1926, numa altura em que se encontrava em Lisboa a tratar de assuntos da reconstrução: “As casas da ilha do Faial são mal feitas: construídas por blocos de pedras mas não ligados com cal, de maneira que, ao mais pequeno abalo, tudo aquilo se desmorona”²⁸³. O que vinha ao encontro da descrição feita pel’ *O Telégrafo*, na sequência da grande catástrofe de 31 de agosto²⁸⁴:

“Flamengos em completa ruína, especial a rua Formosa, onde não ficou uma casa de pé. Feteira, Praia do Almoxarife, Espalhafatos e Salão, estragos enormes; Castelo Branco e Capelo e Praia do Norte, pouco prejuízo material e nenhuma vítima. Na cidade muitos prédios desmoronados e a igreja da Conceição arrasada. As restantes habitações, todas arruinadas, oferecendo em alguns pontos um verdadeiro perigo, não se fazendo a sua imediata demolição. Os mais templos da cidade todos sofreram importantes estragos não sendo exercido o culto”²⁸⁵.

Perante a catástrofe, o governador civil, Dr. Alberto Goulart Medeiros, apesar das medidas imediatas tomadas para socorrer os feridos e apoiar os desalojados, confrontou-se com uma triste realidade – não tinha os meios necessários para fazer face a tão grande calamidade. Esta exigia não só um grande esforço financeiro como uma “liderança única e dotada de poderes amplos e excecionais”²⁸⁶.

De imediato, o Governo do general Carmona, entendendo que ao Estado competia socorrer as vítimas da calamidade, abriu um crédito extraordinário de 2 000 contos, destinados a acorrer às despesas com os socorros reclamados pelo desastre sísmico – auxílio aos sinistrados, construções provisórias e abonos extraordinários (aos deslocados para prestação de socorros e outros serviços – vencimentos e despesas de transporte) e

²⁸¹ “Coleção” de telegramas enviados da Horta pela inglesa Peggy Wilkins, para o jornal *Herald Tribune*, de Nova Iorque, cf. Yolanda Corsépius, “Aconteceu há 80 Anos”, *Correio da Horta*, 2006, julho 12 (21 572), p.5.

²⁸² Fernando Mouzinho de Albuquerque (Campo Maior, 1874; Lisboa, 1942). Ingressou na carreira militar em 1891. Nomeado, em 1922, coronel. Exerce, além dos cargos militares, os de administrador da Companhia dos Caminhos de Ferro de Benguela, de presidente da Junta Geral do distrito de Coimbra e diretor da penitenciária da mesma cidade, Alto-Comissário no distrito da Horta (22 de setembro de 1926 a 4 de janeiro de 1927 e, finalmente, de Intendente Geral da Polícia de Segurança Pública. Na Horta, em 1930, a Câmara Municipal atribuiria o seu nome ao Bairro da Avenida ou de Porto Pim.

²⁸³ “Entrevista importante”, *A Democracia*, 1926, outubro 16 (2 236), p.1.

²⁸⁴ “Grande catástrofe”, *O Telégrafo*, 1926, setembro 4 (8 818), p.1.

²⁸⁵ “Notas sobre o terramoto de 31 de agosto”, *O Telégrafo*, 1926, setembro 4, p.1. Apêndice – Capítulo I, Gravura 7.

²⁸⁶ Fernando Faria, “Alto-Comissário e Governador Mouzinho de Albuquerque”, *Tribuna das Ilhas*, 2011, março 11 (457), p.12.

enviou para a ilha do Faial os cruzadores *Carvalho Araújo* e *Adamastor* com víveres, roupas medicamentos e tendas de campanha. Ao mesmo tempo nomeava, a 22 de setembro do mesmo ano, para a chefia do distrito o coronel Mouzinho de Albuquerque com poderes de Alto-Comissário.

Por seu turno, a comissão administrativa da Câmara da Horta, na sua primeira reunião após o sismo – 4 de setembro –, depois de lamentar os infortúnios provocados pela catástrofe, tomaria um conjunto de medidas baseadas no princípio de agir imediatamente e em conformidade como os meios disponíveis. Assim, a edilidade em atenção à segurança e à defesa da saúde pública, tomou as seguintes medidas: prestar socorro aos sinistrados; contrair um empréstimo para fazer face à “penúria” do tesouro municipal²⁸⁷; dar poderes ao presidente da comissão executiva da Câmara [Francisco Augusto da Costa Martins] para se avistar com o governador civil [Alberto Goulart de Medeiros] a fim de se combinar quais os socorros a prestar ou a pedir às instâncias superiores²⁸⁸.

Passando ao terreno, verificamos que o cadastro das casas derrubadas e em ruína atingiu os 4 138 imóveis, contabilizando-se uma verba necessária de 91 220 contos, para a reconstrução²⁸⁹. Face a estes números, o passo seguinte seria iniciar a reconstrução da cidade e das freguesias sinistradas.

Para o efeito, o Governo ordenou a reedificação imediata da ilha, nomeando, como já foi referido, para coordenar toda a tarefa de reconstrução o coronel Mouzinho de Albuquerque, a quem o jornal *A Democracia* chamaria “o ilustre depositário de todas as nossas esperanças em melhores dias”²⁹⁰. Entendia-se ser necessário colocar à frente “deste flagelado” distrito uma entidade sensata capaz de orientar e dirigir o processo de realojamento das populações e de reconstrução das áreas atingidas.

Assim, a repartição de engenharia da República na Horta, sob a sua direção, delinearia um plano de reconstrução em duas etapas: 1.^a- construção de habitações provisórias, que deviam estar concluídas até 31 de dezembro de 1926; 2.^a- a partir de

²⁸⁷ Na reunião de 5 de setembro, por proposta do vogal Gabriel Baptista de Simas, a comissão administrativa da Câmara aprovou, por unanimidade, que a edilidade realizasse um empréstimo junto da Caixa Geral de Depósitos, no valor de 10 mil contos amortizável “no maior número de anos possível”, depois de “abalizado” pelo Estado, BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livro de Vereações, 1925-1926 (65), fls.136-138v.: “Ata de 5 de setembro de 1926”. Veja-se ainda BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livro de Vereações, 1925-1926 (65), fls.139-142v.: “Ata de 7 de setembro de 1926”; atas de 9, 16, 23 e 30 de setembro e de 4 e 12 de outubro de 1926; “A Câmara Municipal da Horta e o terramoto”, *A Democracia*, 1926, setembro 11 (2 229), p.2.

²⁸⁸ BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livro de Vereações, 1925-1926 (65), fls.132-133v.: “Ata da sessão de 4 de setembro de 1926”.

²⁸⁹ Apêndice – Capítulo I, Quadro V.

²⁹⁰ “Alto-Comissário”, *A Democracia*, 1926, outubro 1 (2 230), p.2.

janeiro de 1927, primeiro a construção de bairros de casas definitivas a que se seguiria a reedificação e transformação da cidade da Horta.

Todavia, apesar das queixas provenientes dos sinistrados e da imprensa contra aqueles, em que se incluía o Alto-Comissário, que, com a desculpa de se haverem deslocado para o Faial, acabariam, a título de “engenharias várias”²⁹¹, por receber o que apenas tinha como destinatários as vítimas do sismo, a cidade ficaria reconstruída na década seguinte, graças aos apoios do Governo e à direção do engenheiro civil Jaime da Silva Real²⁹².

Em síntese, ciclones, vendavais, maresias, sismos são uma marca do quotidiano dos açorianos. No entanto, este nascer e viver entre “rudes crateras de extintos vulcões”, moldou uma mentalidade que tem sabido superar a intensa ansiedade provocada por estes fenómenos naturais que se apresentam, por vezes, de forma devastadora.

Aquilo que ressalta das descrições é a desorganização do quotidiano, prejuízos avultados em habitações, campos de cultivo, edifícios públicos e religiosos e na muralha que marginava a cidade da Horta, mortos, feridos e desalojados. Ao mesmo tempo emergem as dificuldades locais em meios materiais e financeiros para acorrer às necessidades imediatas (crises alimentícias). Mas é também um tempo de gestos de solidariedade e de recurso à “proteção divina” como os antepassados já haviam feito em idênticas circunstâncias. Um tempo onde emergem, novamente, velhas reivindicações.

4.2. O confronto face aos atrasos estruturais

“Já se vai sentindo nesta freguesia [Salão] a falta de braços para a lavoura, em consequência da emigração, que vai sempre tendo lugar em grande escala, pois bem pouco são os rapazes, que não desejam ir experimentar fortuna nos países estrangeiros”²⁹³.

No tempo em estudo, é notório um amplo debate à volta dos vários ramos da vida económica, social, cultural e política que mobilizaria as autoridades, imprensa, particulares e instituições comerciais e culturais, num esforço contínuo que nos deixa entrever que os

²⁹¹ Veja-se Marcelino Lima, *Anais do [...]*, já cit., pp.653-659; Fernando Faria, “Alto-Comissário e Governador Mouzinho de Albuquerque”, *Tribuna das Ilhas*, 2011, março 11 (457), p.12.

²⁹² Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal [1926-1935]*, vol. XIII, Lisboa, Verbo, 1997, p.354; PORTUGAL, *Diário do Governo*, II Série, 1926, setembro 10 (210), pp.3 075-3 077; “Uma grande obra reconstrutiva”, *Revista ABC*, Lisboa, 1929, novembro 21 (488), p.3; “Na Ilha do Faial – um ano depois do terramoto”, *O Telégrafo*, 1927, setembro 26 (8 983), p.1; Heitor Cabral, “Notas sobre a Repartição de Engenharia na Horta. Zonas da Feteira e Castelo Branco”, *Ibid.*, outubro 3 (8 996), p.1; outubro 12 (8 990), pp.1-2; “Notas sobre a Repartição de Engenharia na Horta. Outras Zonas”, *Ibid.*, 1927, outubro 14 (8 992), p.1; outubro 19 (8 993), p.1; outubro 26 (8 996), p.1; outubro 28 (8 997), p.1. Sobre o engenheiro Real, veja-se “Engenheiro Jaime Real”, *Ibid.*, 1928, maio 30 (9 088), p.1.

²⁹³ “Notícias do Campo [Salão]”, *O Faialense*, 1888, junho 3 (45), p.3.

principais melhoramentos considerados importantes a serem promovidos na ilha do Faial foram constantemente adiados ou se conseguidos apenas à frequência ou à repetição anual com que seriam colocados, no sentido do progresso e da modernidade locais e do bem-estar das populações.

Vários foram os temas que se destacaram nesse debate: crises alimentícias, emigração, conclusão da construção da doca, rede viária, iluminação pública da cidade, encanamento de água tanto à cidade como às freguesias rurais, construção de um farol e amarração do cabo submarino.

4.2.1. Das crises de subsistência à emigração

“Em cumprimento da circular de V. Exa sob n.º 76, de 17 de junho findo, tenho a honra de informar a V. Exa. que, ouvidas as respetivas juntas de paróquia deste concelho, julgo haver milho necessário para consumo até à nova colheita”²⁹⁴.

A agricultura faialense assentava na produção de cereais, de leguminosas, de tubérculos, de hortícolas e de frutícolas²⁹⁵, mas a produção, geralmente, ficava aquém das necessidades de consumo e do excedente necessário para as novas sementeiras, como nos comprovam, para os anos de 1884, 1888 e 1917, os correspondentes das freguesias dos Flamengos²⁹⁶ e do Salão do jornal *O Açoriano* e desta freguesia d’ *O Telégrafo*.

No primeiro caso, reconhecia-se que os grãos eram bons e são, mas que não tinham produzido “a quantidade que se esperava”²⁹⁷. No segundo, sem mais delongas, resumia-se que “a colheita de trigo nesta freguesia foi escassa”²⁹⁸. Quanto ao terceiro, apesar de se reconhecer que nos campos “tudo se apresenta de bom aspeto”, logo emergia o fator psicológico, isto é, o medo do vento que condicionava toda a atividade cerealífera,

²⁹⁴ BPARJJG, *Administração do concelho da Horta*, “Ofício, n.º 165, de 17 de agosto de 1899, ao governador civil do distrito da Horta” [d.a].

²⁹⁵ BPARJJG, *Administração do concelho Horta e Repartição de Agricultura*, “Relatório [de 28 de abril de 1882] acerca do serviço da agricultura oficial exercida no distrito da Horta desde outubro de 1881 até abril de 1882. José Joaquim de Azevedo, professor do Liceu Nacional da Horta, servindo de Agrônomo e de secretário”[d.a]. Sobre a produção de vinho e aguardente nas freguesias do Capelo e Praia do Norte, veja-se BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, “Mapa da produção e consumo de vinho, aguardente e vinagre, em litros, no distrito da Horta no ano de 1886”[d.a]; BPARJJG, *Administração do concelho da Horta*, “Mapa da produção e consumo de vinho e aguardente, em litros, no ano de 1906”. Quanto a outras produções, veja-se BPARJJG, *Administração do concelho da Horta*, “Mapa da Produção, em litros, dos seguintes géneros no Concelho da Horta, em 1890”[d.a].

²⁹⁶ Sobre a fertilidade dos terrenos e da importância cerealífera desta freguesia, ver Avelino de Meneses, *Estudos de [...]*, já cit., vol. II, p.95.

²⁹⁷ “Agricultura nos Açores [Notícias Agrícolas, Faial]”, *O Açoriano*, 1884, agosto 17 (2), p.3.

²⁹⁸ “Notícias do Campo [Salão]”, *O Açoriano*, 1888, agosto 26 (20), p.3.

situação corroborada pelo articulista, quando escrevia: “Espera-se uma boa colheita, se o vento não estragar”²⁹⁹.

Contudo, a par das condicionantes climatéricas, um tempo “caprichoso” que se traduzia na falta de uma estação definida, devido à existência, num mesmo dia, de uma mistura “encontrada de estações em que o inverno anda aos pontapés com o verão, e a primavera aos cachações com o outono”³⁰⁰, é evidente que se tinha a noção de que a verdadeira causa do atraso agrícola passava pela falta de preparação do agricultor responsável por uma agricultura atrasada e dependente, que não trazia nem vantagens nem para quem a trabalhava nem para os consumidores (géneros de fraca qualidade).

Naturalmente que a solução estava na urgente necessidade de se criarem as condições para que aquele abandonasse a rotina, se instrísse nos modernos processos agrícolas (uma agricultura racional, metódica e prática) que não só valorizariam os campos como contribuiriam para o aumento da produção como forma de prover o abastecimento do mercado local em “produtos abundantes e apreciáveis”³⁰¹, ou seja, conseguir uma produção capaz de responder às necessidades de consumo local e aos desafios da concorrência dos mercados externos. Mas não foi esse o caminho que a agricultura faialense seguiu. Continuou atrasada, rotineira, de baixa produção, como teve oportunidade de testemunhar Alice Baker: “A agricultura de hoje nas ilhas dos Açores é a mesma que era no tempo de David e dos profetas, de Homero e de Virgílio. A canga, o carro, o arado, a grade, a eira, a debulha e a joeira são precisamente os que vêm descritos no ‘Velho Testamento’”³⁰².

Deste modo, a “questão dos cereais”, a “questão do milho”, as “crises alimentícias”, são dos títulos que mais aparecem na imprensa faialense, todos convergentes no mesmo sentido: “manifestou-se no mercado desta cidade uma notável escassez de milho”³⁰³ ou então simplesmente “NÃO HÁ MILHO!”³⁰⁴.

²⁹⁹ “Pelo campo [Salão]”, *O Telégrafo*, 1917, julho 16 (6 967), p.1.

³⁰⁰ Pablo [Manuel Zerbone Jr.], “Crónica”, *O Açoriano*, 1887, julho 17 (10), p.1.

³⁰¹ X., “Pelos lavradores”, *O Telégrafo*, 1909, maio 10 (4 574), p.1.

³⁰² Alice Baker, “Um Verão [...]”, já cit., in *Boletim do Instituto [...]*, vol. 16, p.160. Sobre o atraso económico português, veja-se Jaime Reis, “O atraso económico português em perspetiva histórica”, *Análise Social*, vol. XX, 1984 (80), pp.7-28.

³⁰³ “Milho”, *O Telégrafo*, 1914, maio 20 (6 040), p.1.

³⁰⁴ *O Incentivo*, 1858, janeiro 30 (52), p. 1. Em 1867, Câmara da Horta criou um fundo de crises alimentícias, com o objetivo de ser usado apenas para minorar tanto na ilha do Faial como na do Pico o “flagelo da fome”, na sequência de uma proposta, com data de 24 de julho, que lhe fora apresentada pelas casas comerciais Charles W. Dabney & Sons e Bensaúde & Comp. Muitas vezes a Câmara, com a devida autorização dos subscritores, usaria verbas do fundo para acorrer a outras calamidades – geralmente epidemias – ou para poder realizar melhoramentos locais, como aconteceu com as obras de construção da praça de D. Carlos no antigo largo do convento da Glória, cf. “Largo do convento da Glória”, *O Faialense*, 1900, maio 27 (30), p.1.

Assim, se o aprovisionamento das populações sob a jurisdição das autoridades municipais e distritais dizia respeito ao pleno exercício de um dos seus mais importantes papéis, estas, como forma de garantir o abastecimento local e de evitar a carestia de preços, remetiam periodicamente às juntas de paróquia e aos regedores uma circular para que elaborassem mapas ou então informassem sobre as quantidades de trigo e de milho existentes em cada freguesia, a previsão de excesso e “do que se julga necessário até à próxima colheita”³⁰⁵ e aos proprietários dos diferentes granéis existentes da cidade da Horta, como se pode ver no mapa n.º 2.

Mapa n.º 2: Mapa do milho existente, em litros, nos seguintes granéis da cidade da Horta, em 1909

Granel	Milho em litros
António Pereira do Amaral e Filhos Lda.	10 112
Dr. Edviges Goulart Prieto	92 927
António de Sousa Ramos	92 997
Viúva de Miguel António da Silveira	134 872
Total	330 908

Fonte: BPARJJG, *Administração do concelho da Horta*, “Ofício de 22 de abril de 1909, ao governador civil do distrito da Horta”.

Em atenção ao exposto, verificamos que, em 1899, depois de ouvidas as Juntas de Paróquia, em cumprimento da circular n.º 74, de 17 de junho do mesmo ano, do Governo Civil, o administrador do concelho da Horta – João Paulino da Costa – na sequência das informações recebidas não tinha a certeza, mas julgava que o milho existente para consumo daria até à colheita seguinte. Adiantava que apenas na freguesia das Angústias faltavam 18 mil litros para consumo, mas seriam compensados com igual valor existente nas freguesias dos Flamengos e da Ribeirinha³⁰⁶. Esta situação permite-nos concluir que as informações recebidas não seriam muito fiáveis, uma vez que no ano seguinte o administrador do concelho da Horta – José Cândido Bettencourt Furtado – num ofício remetido ao governador civil, informava que havia grandes divergências nas notas que lhe haviam sido remetidas tanto por regedores como pelas juntas de paróquia, sobre o milho existente e o necessário até à próxima colheita, daí continuar a recolher dados que lhe permitissem uma melhor aproximação aos números da colheita havida, uma vez que entendia que achava os cálculos exagerados remetidos por algumas freguesias³⁰⁷.

³⁰⁵ BPARJJG, *Administração do concelho da Horta*, “Nota do milho existente neste concelho e do que se julga necessário para consumo até à próxima colheita, Horta 3 de janeiro de 1900” [d.a]. Apêndice – Capítulo I, Mapas n.ºs 1, 2 e 3.

³⁰⁶ BPARJJG, *Administração do concelho da Horta*, “Ofício, de 17 de agosto de 1899, ao governador civil do distrito da Horta” [d.a.].

³⁰⁷ BPARJJG, *Administração do concelho da Horta*, “Ofício, n.º 4, de 3 de janeiro de 1900, ao governador civil do distrito da Horta” [d.a.].

Deste modo, o que se precisava de saber era, por um lado, a quantidade em litros, alqueires, moios ou hectolitros – as várias medidas referidas na documentação compulsada, tanto de milho como de trigo – existentes no conjunto das freguesias do concelho e o cálculo provável de excesso ou de falta até à próxima colheita, por outro³⁰⁸.

Quanto aos granéis existentes na cidade da Horta, notamos que, por vezes, a quantidade de milho indicada era constituída por milho são misturado com “grãos bolorentos”, como aduzimos da vistoria feita aos três granéis de Manuel José da Cunha situados na rua do Carmo, na calçada do Livramento e na rua do Livramento, pelo administrador do concelho da Horta – Urbano Prudêncio da Silva – em novembro de 1886, em que nos três casos foi encontrado milho com “bolor”, “grãos bolorentos” e “grãos deteriorados” respetivamente. O que nos permite concluir que este não seria o único caso em que o “milho avariado” se encontrava misturado com o milho em bom estado³⁰⁹. Esta situação resultava certamente das precárias condições em que estavam acondicionados tanto o milho como o trigo, o que obrigava a que, periodicamente fossem alvo de “autos de varejo” determinados pelo governador civil e executados pelo administrador do concelho³¹⁰.

Para o abastecimento público na cidade além dos diferentes granéis, seria criado o *Celeiro Público* ou *Municipal* (1918?) ao qual competia a regulamentação do abastecimento da cidade, a medição das quantidades existentes nos diferentes granéis particulares³¹¹, nos barcos nacionais e estrangeiros e nas firmas locais³¹²; e em 1916, para garantir a maior regularidade do abastecimento público e obstar à incerteza das subsistências, seria criada pelo art. 9.º do decreto n.º 2 253, a *Comissão de Subsistências do Distrito da Horta*³¹³, sob tutela do governador civil, e que tinha as seguintes competências:

³⁰⁸ “Câmara Municipal da Horta”, *O Faialense*, 1880, fevereiro 29 (30), p.1.

³⁰⁹ BPARJJG, *Administração do concelho da Horta*, “Granéis existentes em 1886” [d.a.].

³¹⁰ BPARJJG, *Administração do concelho da Horta*, “Ofício, n.º 19, de 18 de maio de 1922, ao governador civil do distrito da Horta” [d.a.]. Este ofício acompanhava cinco autos de varejo.

³¹¹ Na cidade da Horta, entre 1910 e 1922, existiram os seguintes granéis: viúva de Miguel António da Silveira, António Pereira do Amaral e Filhos, António de Sousa Ramos, José Inácio da Silveira (Rua do Conselheiro Medeiros), Ávila e Comp., *Sindicato Agrícola Faialense*, João de Vargas Pereira, José da Rosa da Silva (Largo do Bispo D. Alexandre) e *Previdência Operária*.

³¹² “Edital”, *A Democracia*, 1918, outubro 19 (745), p.1. Pelo auto de 30 de junho de 1919, seria encerrado, cf. BPARJJG, *Administração do concelho da Horta*, “Auto de encerramento do Celeiro Municipal” [d.a.]. Sobre o diferendo entre a gerência do Celeiro Municipal e a direção da *Sociedade Cooperativa Previdência Operária*, veja-se “O Celeiro Municipal e a Previdência Operária”, *O Telégrafo*, abril 12 (7 469), pp.1-5.

³¹³ BPARJJG, *Comissão de Subsistências deste Distrito da Horta*, Livro de Atas das Sessões, 1916-1919, fls.lv.-2: “Ata da sessão de instalação, de 17 de abril de 1916”. Era composta pelos seguintes elementos: governador civil, Fernando Joaquim Armas, que assumia também a presidência; inspetor das finanças interino, João António Thoza; vice-presidente servindo de presidente da comissão executiva do município, Vitoriano da Rosa Martins (Barão da Ribeirinha); representantes da agricultura, Joaquim Crisóstomo da

arrolar o total de cereais existentes no distrito; controlar a quantidade entendida como necessária ao consumo até nova colheita; telegrafar à comissão Central, requisitando as remessas necessárias de trigo e de milho ou pedir que não deixasse exportar nenhum cereal ou apenas as quantidades que entendia possível e que deviam ser rateadas entre os exportadores; baratear o preço da farinha, solicitando à Câmara, e em atenção à conjuntura que a isso obrigava, que dispensasse o pagamento do imposto sobre as farinhas importadas; tabelar os preços.

Por fim, as autoridades tinham consciência do risco que constituíam as crises alimentícias, porque a falta de bens mesmo que não redundasse em motins e revoltas não afastava esse perigo, o que exigia daquelas o tempo e a astúcia necessários para acalmar lavradores, vendedores e consumidores, uma vez que se tinha consciência de que a fome era má conselheira³¹⁴. Por isso, perante uma situação não de todo pacífica tanto a decisão de se importar³¹⁵ as porções necessárias para o abastecimento público como a proibição da exportação de cereais eram duas formas usadas para sustentar as necessidades locais, a bem da ordem pública³¹⁶.

Por conseguinte, assegurar o abastecimento público vai ser uma das principais preocupações das autoridades, e constituirá um assunto quase efetivo da imprensa faialense, o que levaria Rodrigo Guerra a exclamar que o milho se tinha tornado, na sua condição de símbolo da “fatura e do trabalho!”, de principal (a par do trigo) sustento³¹⁷ ou alimento do nosso povo³¹⁸, num “Grão Político” ao ser alternadamente “regenerador” ou “progressista”³¹⁹. À falta de ambos, a alternativa passava pelo consumo da fava e da batata, o seu “pão secundário”³²⁰,

Silveira, da indústria, Manuel Peixoto de Ávila, do operariado, Vítor Lemos e Silveira, das profissões liberais, Carlos Alberto da Silva Pinheiro e do comércio a retalho, Domingos António Bettencourt; presidente da Comissão executiva da Junta Geral, Alfredo Borges da Silva.

³¹⁴ A. Rebelo, “Já é tarde [O varejo de milho nas freguesias]”, *O Telégrafo*, 1921, abril 4 (7 974), p.1.

³¹⁵ Para obviar este problema, o governo de José Luciano de Castro, ciente desta situação, determinava pelo decreto de 4 de junho de 1886: “Artigo 1.º- É proibido aos governadores civis dos distritos insulares permitirem, sob qualquer fundamento, sem prévia autorização superior, a livre admissão de cereais nos seus respetivos distritos”. Sobre o assunto, veja-se “Admissão de cereais”, *O Faialense*, 1886, junho 27 (48), p.1.

³¹⁶ PORTUGAL, *Código Administrativo de 1878*, já cit., pp.44-45.

³¹⁷ Emerson Ferreira, “O [sic] cereais e o Pico”, *O Telégrafo*, 1921, agosto 24 (8 035), p.1.

³¹⁸ Horta do Amaral, “Correspondência [Pedro Miguel]”, *O Telégrafo*, 1894, agosto 10 (273), p.1.

³¹⁹ Rodrigo Guerra, “Atualidades”, *O Faialense*, 1900, abril 1 (22), p.1. Veja-se “Exportação de milho”, *Ibid.*, 1887, janeiro 9 (24), p.2; “Exportação de cereais”, *Ibid.*, 1887, dezembro 26 (22), pp.1-2.

³²⁰ Horta do Amaral, “Correspondência [Pedro Miguel]”, *O Telégrafo*, 1894, abril 21 (187), p.1. Eram considerados géneros de primeira necessidade o trigo, o milho, as farinhas, as batatas, os ovos, o queijo, a manteiga, o gado, as aves, a banha de porco e o açúcar. Sobre o assunto, veja-se “Administração do concelho da Horta [Edital – Arrolamento de géneros de primeira necessidade, Horta, 21 de fevereiro de 1921]”, *Ibid.*, 1921, fevereiro 1921 (7956), pp.3-4. Os géneros previstos eram o trigo, o milho, o centeio, o arroz, o feijão, a fava, a batata e o grão de bico.

As crises alimentícias que se sucederam na ilha do Faial, entre 1880 e 1926, com alguma frequência, agravar-se-iam, naturalmente no período da I Grande Guerra, uma vez que à carência de farinha, motivada por circunstâncias diversas juntar-se-iam as faltas de açúcar³²¹, de queijo e de manteiga³²².

Em síntese, a agricultura foi uma atividade económica fundamental da ilha do Faial, ocupando, a maioria da população ativa. A este propósito, em 1916, 60, 2% da população ativa (12 278 indivíduos num total de 20 362 habitantes) dedicava-se às atividades agrícolas³²³. Apesar desta realidade, a evolução da agricultura faialense, ao longo do tempo em estudo, revela um balanço negativo. A produção dos bens de primeira necessidade ficava geralmente aquém das necessidades de consumo, “agravada” ainda pela necessidade de grão para semente.

Deste modo, a solução seria solicitar ao Governo a livre importação ou a proibição de exportação de cereal³²⁴, geralmente sob o pretexto de satisfazer as necessidades locais, atenuar a crise alimentícia “por que se está passando” e de acalmar os ânimos, mesmo quando se verificava que o abastecimento público era antes de tudo uma forma de favorecer os correligionários políticos em detrimento dos adversários, como o comprova um telegrama enviado pelo administrador substituto do concelho de São Roque do Pico ao governador civil do distrito da Horta: “Ontem ‘Açor’ deitou 700 sacas milho Câmara da Horta as recebeu João Bento Lima nega a venda pública só favorece eleitores progressistas”³²⁵. Ou então, quando ocorria uma calamidade provocada por um vendaval pedia-se ao governador civil a tomada de providências para evitar qualquer possibilidade

³²¹ “Edital do Governo Civil”, *O Telégrafo*, 1918, dezembro 30 (7 386), p.1. Veja-se ainda no mesmo jornal requisição de açúcar e de trigo pela Comissão de Subsistências para as quatro ilhas do distrito, cf. “Últimas Notícias”, *O Telégrafo*, 1921, março 2 (7 960), p.1; M.[anuel] G[reaves], “Questão do Açúcar”, *Ibid.*, 1921, janeiro 24 (7 944), p.1. Neste artigo, o autor escrevia sobre a atribuição de 140 gramas por mês “por cabeça” e da necessidade de se saber por que não se pedia mais açúcar e de quem o deveria pedir. Para Greaves, o que interessa é que “haja alguém que peça açúcar”.

³²² Sobre a escassez de manteiga no mercado geral da Horta às quintas-feiras e domingos, ver “Manteiga”, *O Telégrafo*, 1921, março 11 (7 964), pp.1-2.

³²³ “Estatística”, *O Telégrafo*, 1917, março 10 (6 864), p.2.

³²⁴ “Exportação de milho”, *O Faialense*, 1900, abril 8 (21), p.1. Da leitura deste artigo ressaltam duas ideias: 1.^a- a proibição de exportação de milho era considerada um estorvo para o comércio e um atraso para a agricultura, que necessitava de mercados para os seus produtos; 2.^a- a ligação telegráfica e a rapidez de comunicações permitiriam afastar o receio de que as crises alimentícias se pudessem dar. Sobre o assunto, veja-se “Câmara Municipal da Horta”, *Ibid.*, 1880, fevereiro 29 (30), p.1. Pela leitura da ata da sessão de 18 de fevereiro publicada pelo jornal, verificamos alguns proprietários e lavradores das freguesias dos Flamengos, Praia do Almoxarife e Ribeirinha haviam exposto à Câmara que se sentiam prejudicados pela proibição de exportação de milho uma vez que não conseguiam vender localmente o seu por falta de procuradores.

³²⁵ BPARJJG, *Administração do concelho de São Roque do Pico*, “Telegrama, n.º14, de 16 de janeiro de 1894, ao governador civil do distrito da Horta”[d.a.].

de revolução “de um povo agitado” ou simplesmente perante a falta de milho, face a uma grande “concorrência de povo”: “Socorra-me com toda a urgência”³²⁶.

Por outro lado, a produção de milho foi, com o tempo, ganhando terreno ao trigo por se adaptar melhor a climas húmidos como é o caso das ilhas. Ao mesmo tempo, a excessiva fragmentação da propriedade tornava a sua exploração mais rentável.

Os principais fatores de bloqueio da agricultura faialense eram a excessiva fragmentação da propriedade em pequenas parcelas, a rotina das práticas agrícolas, como já foi referido, o analfabetismo e a fraca preparação dos agricultores³²⁷, a irregularidade do trabalho agrícola³²⁸ e a falta de capital para investir tudo acompanhado de condições atmosféricas adversas, um tempo caprichoso.

Por isso, a questão das subsistências emerge como um tema de permanente atualidade, sempre na ordem do dia. A falta de subsistências ou a previsão delas, tornar-se-ia um fator psicológico, tanto para as corporações administrativas como para as populações. Para aquelas, a resposta passava por encontrar a melhor solução, por forma a evitar tumultos ou alterações da ordem pública. Para estas, o pavor decorrente da falta de bens essenciais ou então da possível carestia resultante da tentação dos comerciantes em aproveitar-se da situação em seu benefício devido quer ao monopólio quer à concertação dos preços. Daí a emigração constituir uma solução para a “gente acossada pela miséria”³²⁹.

4.2.1.1. Emigração

“[Emigração] de gente acossada pela miséria; pelas inclemências da natureza; pelos desastres, etc., procurando nas terras do Mundo Novo, a esperança de um melhor nível de vida. Discutível talvez considerar isto como uma forma de evasão; não é menos evidente, porém, quantas possibilidades se abriam deste modo para as famílias pobres e numerosas nas freguesias com excesso de gente em relação às velhas estruturas económicas e sociais que dominavam o arquipélago”³³⁰.

A emigração é um dos aspetos do processo de globalização, assumindo um papel de relevo na história das migrações internacionais desde o século XV.

³²⁶ BPARJJG, *Administração do concelho de São Roque do Pico*, “Telegrama, de 22 de janeiro de 1894, ao governador civil do distrito da Horta” [d.a.]. Pela leitura de um ofício do administrador do concelho da Horta ao governador civil, verificamos que o milho exportada do ilha do Faial para a do Pico desde 27 de novembro de 1897 até 15 de outubro de 1898, foi de 893 moios e 14 alqueires, BPARJJG, *Administração do concelho da Horta*, “Ofício, n.º 28, de 20 de fevereiro de 1900, ao governador civil do distrito da Horta” [d.a.].

³²⁷ Maria Isabel João, *Os Açores no século XIX*. [...], já cit., p.64.

³²⁸ Cf. Conceição Andrade Martins, “Trabalho e condições devida em Portugal (1850-1913)”, *Análise Social*, vol. XXXII, 1997 (142), pp. 483-535.

³²⁹ Cf. Maria Olímpia da Rocha Gil, *O Arquipélago dos Açores* [...], já cit., p.31.

³³⁰ *Ibid.*

Por isso, assume um carácter poliédrico, na medida em que obriga ao desenvolvimento de “olhares diversificados”, porque como refere Jorge Alves, ela é “mais do que a simples soma de atos aparentemente individuais que uma estatística, na sua agregação, oculta”³³¹.

Nos Açores, a emigração – legal e clandestina – entendida como um dos aspetos estruturais da sua história, remonta ao período da expansão quatrocentista. Daí ser uma temática que, pela sua importância, mereceu sempre a atenção, independentemente da sua abordagem oficial, literária ou jornalística”³³².

Na imprensa faialense é notório que este assunto promoveu um debate apaixonado pelo grande número de artigos publicados em que se confrontavam duas opiniões antagónicas. A que defendia que a emigração, do ponto de vista económico e social, era entendida como um mal, porque contribuía para o definhamento de riqueza pública, uma vez que os emigrantes ao deixarem a ilha iriam com a força dos seus braços contribuir para a riqueza alheia, em vez da mesma ser utilizada no desenvolvimento da sua pátria. A outra contrapunha que era um benefício³³³.

Mas quem defendia a emigração não se ficava por uma afirmação de retórica ou de circunstância, mas comprovada pela inexistência local de “trabalho organizado”³³⁴, de indústrias e de terrenos para cultivar, cuja consequência inevitável seria “uma importante

³³¹ Jorge Fernandes Alves, “Perspetivas sobre a emigração - os estudos locais e regionais”, *Atas das Segundas Jornadas de História Local*, Fafe, Câmara Municipal de Fafe, 1998, pp.413-424.

³³² Sobre a emigração açoriana, veja-se Gilberta Pavão Nunes Rocha, “Emigração e População Açoriana, *Arquipélago. Ciências Sociais*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1989 (3-4), pp.29-43; Artur Boavida Madeira, *População e Emigração nos Açores (1766-1820)*, Cascais, Patrimonia, 1999; Susana Serpa Silva, “*Em Busca de Novos Horizontes. Açores, Emigração e Aculturação nos finais do séc. XIX, inícios do séc. XX*”, *Arquipélago. História*, 2.ª série, vol. VI, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2002, pp.347-360; Id., “Emigração Clandestina nas Ilhas do Grupo Central em Meados do Século XIX”, in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX (Nos 550 anos do descobrimento das Flores e do Corvo)*, Horta, Núcleo Cultural, 2004, pp.275-283; Carlos Cordeiro, “A emigração açoriana para o Brasil nos debates parlamentares de meados do século XIX”, in Fernando de Sousa et al. [coord.], *Um passaporte para a terra prometida*, Porto, Fronteira do Caos Editores, 2011, pp.83-92; Carlos Cordeiro & Susana Serpa Silva, “Perspetivas sobre a emigração açoriana no século XIX”, in Maria Lucinda Fonseca [coord.], *Atas da Conferência Internacional Aproximando Mundos. Emigração, imigração e desenvolvimento em espaços insulares*, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 2010, pp.327-345. Quanto à emigração portuguesa, veja-se, entre outros, Joel Serrão, *Testemunhos sobre a emigração Portuguesa – Antologia*, Lisboa, Livros Horizonte, 1976; *A Emigração Portuguesa*, 4.ª ed., Lisboa, Livros Horizonte; Miriam Halpern Pereira, *A Política portuguesa de Emigração, 1850 a 1930*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1981; Sacuntala de Miranda, *A Emigração Portuguesa e o Atlântico – 1870-1930*, Lisboa, Edições Salamandra, 1999; Jorge Fernandes Alves, “Emigração e sanitismo - Porto e Brasil no século XIX”, *Ler História*, 2005 (48), pp.141-156.

³³³ R., “Emigração no distrito”, *O Açoriano*, 1887, janeiro 30 (34), p.1.

³³⁴ Por uma local do jornal d’*O Telégrafo*, 1903, janeiro 14 (2 734), p.1, verificamos que o governador civil havia remetido ao ministério da Obras Públicas uma representação da junta de paróquia da freguesia da Praia do Norte, “solicitando a abertura de trabalho no ramal da estrada real n.º17, que dava para o porto da Fajã, devido à necessidade de proporcionar algum trabalho aos habitantes da freguesia, os quais se acha[va]m lutando com a miséria em resultado da extraordinária escassez das colheitas do [...] ano”.

crise económica, que arrastaria fatalmente consigo uma grande pobreza”, acentuando anualmente o desequilíbrio entre o que se importava e o que se exportava³³⁵, situação assim sintetizada por João José da Graça: “Quando os salários são baixos; quando falta trabalho, quando a indigência e a miséria crescem – a emigração é um fluxo natural e benéfico. A emigração nestas circunstâncias é um bem para os que saem e um bem para os que ficam”³³⁶. Ademais, aquele desequilíbrio que persistiu no tempo em estudo, seria, em certa medida, compensado com as remessas enviadas quer do Brasil quer dos Estados Unidos, facto que ninguém podia contestar porque era sobejamente conhecido que se não fosse a “emigração que nos manda todos os anos uma grande soma de contos de réis, a nossa vida económica sofreria um abalo que não saberia curar-se”³³⁷.

Todavia, também não se deixava de reconhecer que as remessas diminuían gradualmente, em resultado da melhoria de vida que os imigrantes iam tendo nos países de acolhimento, porque aquela mais do que propiciar o regresso arrastava para lá as famílias, que se acabariam por estabelecer definitivamente.

Portanto, se a emigração constituiu a principal causa do decréscimo populacional da ilha do Faial, como já foi referido, traduzida em expressões como “o povo continua a emigrar em grande escala”³³⁸, “continua surdamente a despovoação destas ilhas”³³⁹, “a emigração destas ilhas para os EUA vai sempre aumentando espantosamente”³⁴⁰, “a emigração atinge de dia para dia proporções cada vez maiores”³⁴¹, essa situação viria a repercutir-se no número de casas desabitadas ou abandonadas no concelho da Horta, em 1891, devido à emigração, era de 396, sendo 135 na cidade e as restantes 261 distribuídas pelas outras freguesias da ilha, como se pode ver no mapa n.º 3. Da sua análise, destacamos na cidade da Horta a freguesia da Matriz com 69 (17,4%) e entre as freguesias rurais os Flamengos com 60 (15,1%).

³³⁵ D. [Manuel Joaquim Dias], “Economia Faialense”, *O Açoriano*, 1895, março 13 (10), p.1. O articulista reconhecia que nos Açores, e em particular “nas ilhas de oeste”, a emigração provocava a entrada de capitais, “com que nos temos equilibrado”.

³³⁶ João José da Graça, “A emigração”, *O Açoriano*, 1891, fevereiro 22 (6), p.1.

³³⁷ “Emigração no distrito”, *O Açoriano*, 1887, janeiro 30 (34), p.1.

³³⁸ João José da Graça, “A emigração”, *O Açoriano*, 1891, fevereiro 22 (6), p.1.

³³⁹ “Ainda a emigração”, *O Açoriano*, 1891, fevereiro 22 (6), p.1.

³⁴⁰ “Noticiário Local”, *O Açoriano*, 1884, abril 20 (33), p.3.

³⁴¹ “Aos que emigram”, *O Açoriano*, 1885, maio 3 (39), p.1.

Mapa n.º 3: Mapa das casas desabitadas no concelho da Horta em 1891

Freguesias	Número de casas	%
Matriz	69	17,4
Conceição	39	9,8
Angústias	27	6,9
Feteira	37	9,4
Castelo Branco	19	4,7
Capelo	20	5,1
Praia do Norte	8	2,1
Cedros	14	3,5
Salão	15	3,7
Ribeirinha	17	4,2
Pedro Miguel	44	11,1
Praia do Almoxarife	27	6,9
Flamengos	60	15,2
Total	396	100

Fonte: João José da Graça, “A emigração”, *O Açoriano*, 1891, fevereiro 22 (6), p.1.

O principal destino desta emigração, no tempo em estudo, foi os Estados Unidos sobretudo a partir das últimas décadas finiseculares de Oitocentos, tempo em que a emigração para o Brasil³⁴², destino tradicional, apesar da afinidade histórica e linguística, assumia já um papel cada vez mais residual. Esta “janela de oportunidades” começou primeiro nas ilhas do grupo ocidental, depois alastrou-se ao restante arquipélago³⁴³.

Esta mudança de destino resultava dos contatos estabelecidos entre aquela república e as ilhas dos Açores desde finais do século XVIII, particularmente através das baleeiras provenientes dos portos da Nantucket e de New Bedford³⁴⁴, cuja presença na baía da Horta se manteve até ao primeiro quartel do século XX, abastecendo-se não só de víveres como de tripulantes, muitas vezes recrutados de forma ilícita. Esta realidade

³⁴² Sobre a emigração para o Brasil, veja-se “Emigração no distrito”, *O Açoriano*, 1887, janeiro 30 (34), p.1; Herbert S. Klein, “A integração social e económica dos imigrantes portugueses no Brasil nos finais do século XIX e no século XX, *Análise Social*, vol. XXVIII (2.º), 1993 (121), pp.235-265; Walter F. Piazza, “Imigração dos Açores”, in Maria Beatriz Nizza da Silva [coord.], *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*, Lisboa, Editorial Verbo, 1994, pp.11-15; Maria Beatriz Nizza da Silva, “Família e Emigração: Açorianos no Brasil no Fim do Período Colonial”, in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Sécs. XV a XIX*, Horta, Núcleo Cultural, 1995, pp.391-406; Carlos Cordeiro e Artur Boavida Madeira, “A Emigração Açoriana para o Brasil (1541-1820)”, *Revista Arquipélago. História*, 2.ª série, vol. VII, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2003, pp.199-122; Beatriz Vasconcelos Franzen, “Açorianos no Rio Grande do Sul – a identidade açoriana nas obras de cronistas, viajantes e historiadores sul-rio-grandenses”, *Ibid.*, pp.123-142; Carlos Guilherme Riley, “A Emigração Açoriana para o Brasil no século XIX – braços e intelectuais”, *Ibid.*, pp.143-172.

³⁴³ São inúmeras as notícias referenciadas na imprensa faialense, que destacavam que a emigração das ilhas para os EUA ia aumentando “espantosamente”, cf. “Repórter, “Correspondência [Praia do Almoxarife]”, *O Telégrafo*, 1903, janeiro 3 (2 727), p.2; cf. Marcelino Lima, “Em Viagem”, in Carlos Lobão, *As Lapas [...]*, já cit., p.164; “Pelo Campo [Salão]”, *O Telégrafo*, 1915, abril 23 (6 308), p.1; AAR, *Câmara dos Deputados*, Diário da Câmara dos Senhores Deputados, 1905 (29), pp.7-8: “Ata da sessão de 9 de setembro de 1905”, in <http://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentação/Páginas/default.aspx> (consultado em 09-12-2009).

³⁴⁴ Veja-se Ricardo Madruga da Costa *A ilha do Faial na Logística [...]*, já cit.; *O Telégrafo*, 1901, outubro 28 (2 380), p.2: “Para a pesca saiu ontem do nosso porto a barca baleeira americana *President*, tendo obtido a tripulação que precisa”.

permite-nos afirmar que os faialenses chegaram aos Estados Unidos, antes de tudo, como marinheiros e baleeiros dos navios daquelas duas praças.

Deste modo, na ilha do Faial, quando se falava nos Estados Unidos, não se aludia a um país longínquo e ignorado. Dito de outra maneira, falava-se como se ele fizesse parte do quotidiano dos seus habitantes, estivesse ali a poucas léguas de distância, uma vinculação inevitável, o que os levava a afirmar: “Ali na Amerca, ali à Amerca... Ele asseste, ali em Betefe (New Bedford)... Nós lá para março vamos ali pr’á Amerca... Ali! como se fosse ao pé da porta”³⁴⁵.

Dentro desta interpretação, ir ou desejar ir para a América era, em nosso entender, seguir os passos dos avós, dos pais, dos irmãos, dos parentes, dos amigos, mesmo que essa decisão implicasse nunca mais se voltar à pátria (ilha). Porque ver-se um dia com o clássico relógio de algibeira de ouro da Califórnia³⁴⁶, o par de botas rangedeiras, uns centos de águias³⁴⁷, era algo com que todos sonhavam, que desejavam imitar. Este facto psicológico de se ver rico, capaz de gozar de outras possibilidades foi perpetuado pela poesia popular: “Não quero rapaz da terra, / Inda seja muito rico; / Meu amor é *Amaricano*, / *Amaricano* do [Faial] //”³⁴⁸.

Por outro lado, a existência de uma carreira regular de navios entre a Europa e a América que fazia escala, em média duas vezes por mês³⁴⁹, nas ilhas dos Açores, numa altura em que havia diminuído a navegação que se fazia entre as ilhas e o Brasil, apesar de algumas vantagens apregoadas tanto pelos proprietários dos navios como pelo governo brasileiro³⁵⁰, também contribuiu para esta mudança de destino.

Através da imprensa faialense, notamos que os agentes locais (Charles W. Dabney and Sons, Visconde de Sant’Ana, Bensaúde & Comp., Silveira Edwards & Comp., António

³⁴⁵ Cf. “Emigração”, *O Açoriano*, 1889, abril 7 (4), p.1. Apêndice - Capítulo I, Documento n.º 5.

³⁴⁶ Na poesia popular: “Quem me dera ser relógio / De ouro da Calafona, / Para andar a esse teu peito, / Debaixo dessa japona //”, ap. José de Almeida Pavão Jr., *Aspetos do Cancioneiro Popular Açoriano*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1981, p.91.

³⁴⁷ Veja-se “Aos que emigram”, *O Açoriano*, maio 3 (39), p.1; Manuel Joaquim Dias, “Os Açorianos na América”, *O Faialense*, 1902, junho 22 (138), p.1; Em “A Vingança”, *O Grémio Literário*, 1883, junho 1 (66), pp.35-36, pode ler-se: “O Chico da tia Tomázia tinha chegado havia pouco da Califórnia. Vinha um perfeito rapaz, com o seu fato de pano fino, chapéu de aba revirada em goteira, à moda da América, colete abotoado até cima, onde destacava uma enorme corrente de ouro com pendericalhos de marfim. As botas largas adiante, na ponta, rangiam asperamente. Dizia-se ali pelo sítio, que o Chico trazia bom dinheiro”.

Apêndice – Capítulo I, Gravura 8.

³⁴⁸ Cf. José de Almeida Pavão Jr., *ob. cit.*, p.91.

³⁴⁹ Apêndice – Capítulo I, Quadro VI.

³⁵⁰ Receção aos emigrantes e famílias por empregados do Estado à sua chegada ao Rio de Janeiro ou a Santos, concessão de agasalho gratuito por oito dias, nas hospedarias de emigrantes pertencentes ao Estado, transporte gratuito do porto de desembarque até às localidades mais próximas do lugar a que se dirigirem, por caminhos-de-ferro ou via fluvial e pagamento integral da passagem entre a terra de origem e o Brasil, e àqueles que se destinarem às fazendas, cf. “Ainda a emigração”, *O Açoriano*, 1891, fevereiro 22 (6), p.1.

Pereira do Amaral & Filhos Lda., Moisés Benarús) procuravam angariar clientes através de anúncios atrativos publicados na imprensa local, geralmente na última página. Pela sua leitura, informava-se os interessados do valor da passagem, do nome do comandante, da qualidade das acomodações e do tratamento. Prontificavam-se ainda em oferecer serviços como tratar dos passaportes e outros documentos: atestados e certidões. Todavia, nem sempre os anúncios correspondiam à verdade, uma vez que muitas das viagens eram feitas em navios superlotados e sem condições.

Para obstar a esta situação, as autoridades consulares remetiam ao governador civil do distrito da Horta, comprovativos de que os barcos em questão tinham chegado aos portos americanos com o número de passageiros constantes das listas que seguiam na posse dos respetivos comandantes e confirmadas pelo administrador do concelho, depois da assinatura do termo de vistoria ao navio.

As vistorias aos navios eram levadas a cabo pelo administrador do concelho, subdelegado de saúde, capitão do porto e por um empregado da alfândega com a dupla finalidade. Primeira, verificar se os mantimentos estavam nas devidas condições bem como a aguada; se tinha facultativo matriculado e botica de medicamentos; se os alojamentos dos passageiros tinham as condições de salubridade necessárias e qual o número máximo de passageiros a transportar, incluída a tripulação; se o espaço reservado à carga era compatível com a sua tonelagem e comprimento. Segunda, fazer prova de que o número de passageiros em trânsito e a embarcar estava de acordo com as listagens da “presente viagem”³⁵¹. Caso houvesse desconfiança de possíveis clandestinos, o navio era geralmente vistoriado por uma força da canhoneira *Açor*, ato que, apesar de tudo, não impedia a situação que nos descreve o administrador do concelho da Horta, em 1890, Ernesto do Canto Amaral:

“Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Exa. que na noite de 31 de maio último, em que saiu deste porto com destino aos Estados Unidos da América a barca americana *Kennard*, do capitão João Bettencourt, se deu um embarque clandestino de um avultado número de mancebos, na costa da freguesia da Praia do Almoxarife. Por ocasião da saída desse navio fiz proceder a uma busca rigorosa a bordo, por me constar que a guarda-fiscal que estava a bordo nos dias anteriores tinha deixado esconder no navio, na forma do costume um grande número de emigrantes clandestinos. Na noite anterior ao dia da busca vieram todos para terra por ter constado que eu estava disposto a dar a busca com o escrúpulo com que a dei, não me fiando na guarda-fiscal a bordo, e isso desde que é domínio público que até há bem pouco tempo embarcava sem passaporte quem o pretendia fazer a troco de alguns mil réis sem a menor sombra de moralidade. Recorri, pois ao comandante da canhoneira ‘Açor’ que da melhor

³⁵¹ BPARJJG, *Administração do concelho da Horta*, “Termo de vistoria do lugre americano ‘Moses B. Tower’, do capitão Narciso de Azevedo, em 12 de março de 1889” [d.a.].

vontade me mandou coadjuvar na busca, vigiando a guarda-fiscal a bordo e os emigrantes que por ventura tentassem embarcar clandestinamente”³⁵².

O tema da emigração quando se entra no século XX faialense deixa de ter o destaque que preencheria muitas páginas da imprensa local no século XIX.

No entanto, apesar desta situação, verificamos que se continuava a lamentar a saída de gente para os Estados Unidos pelo facto de acentuar a falta de braços para a agricultura. Por outro lado, é notório que se começava a dar destaque, a partir de informações provenientes da imprensa portuguesa dos Estados Unidos (*Correio Português*, de New Bedford), que a vida de delícias com que muitos sonhavam ou para a qual haviam sido aliciados se transformara antes num pesadelo, num tormento autêntico tormento para muitos. A este propósito, o jornal *O Faialense*, na sua edição de 14 de setembro de 1902, chamava a atenção para um artigo que transcrevia do jornal supra, tanto para a revelação que continha como pelo seu “irrecusável valor como opinião testemunhal”³⁵³. Muitos, a quem a sorte foi nefasta estendiam “a mão neste País à caridade pública”³⁵⁴. Em atenção a esta realidade, notamos que num jornal de New Bedford se lançava um duplo pedido para se evitar que o estado “de muitos patrícios nossos por este País [continue] bradando aos céus”³⁵⁵: à imprensa açoriana para que alertasse os possíveis candidatos a emigrar para as dificuldades então existentes nos Estados Unidos; e ao Governo português para que canalizasse “o excesso de população” para as possessões africanas onde aqueles podiam encontrar melhores condições de vida.

Dentro deste âmbito, verificamos por um ofício de 26 de julho de 1907, remetido ao governador civil do distrito da Horta, Augusto da Silva Carvalho Osório, pelo governador-geral interino de Angola, Paiva Couceiro, que se pretendia canalizar colonos faialenses para a África portuguesa (“ao longo da linha férrea de Benguela”). Não encontramos qualquer resposta nesse sentido por parte do governador civil, o que sugere, em nosso entender, que o mesmo não deve ter tido continuidade³⁵⁶.

A partir de 1920, ano em que saiu o maior contingente de emigrantes do período em estudo (597), o número cai de forma abissal, devido ao Governo americano limitar, como já foi referido, pela *The Quota Act* ou *Emergency Restriction Act*, de 1921, a entrada

³⁵² BPARJJG, *Administração do concelho da Horta*, “Ofício, n.º 144, de 23 de junho de 1890, ao governador civil do distrito da Horta” [d.a.].

³⁵³ Emigração, *O Faialense*, 1902, setembro 14 (150), p.1. Parte deste artigo constitui uma transcrição de outro de igual teor publicado no *Correio Português*, de New Bedford.

³⁵⁴ *Ibid.*

³⁵⁵ *Ibid.*

³⁵⁶ BPARJJG, *Governo Civil do Distrito da Horta*, Maio de 1907.

de emigrantes europeus no País. Três anos depois, pelo *Johnson Read Act*, estabelecia quotas de emigração por cada País³⁵⁷. Neste contexto, seria atribuída a Portugal uma quota de 500 emigrantes por ano. Este número pela sua escassez penalizava grandemente os açorianos, habituados a contingentes anuais entre quatro a oito vezes mais, e que de acordo com a lei “passaram a assistir à emigração de pouco mais de 200”³⁵⁸.

Por outro lado, na sequência do cataclismo de 31 de agosto de 1926, pela leitura de um artigo publicado no jornal *O Telégrafo* – “Em volta de um Problema. A quota de Emigração” –, deduz-se que o seu autor, ciente dos prejuízos causados pela catástrofe, depois de recordar o apoio vindo dos EUA, através da Cruz Vermelha, questionava se não estaria na disposição de facilitar a entrada no seu território de alguns pais, irmãos e filhos emigrados que “pela América lamentam o alto impedimento que com a fixação da quota se lhes interpôs para realizar este atendível ideal: reunir a família, reclama por uma mão amiga”. Ao mesmo tempo, clamava que à Horta sinistrada fosse atribuída uma parte da quota global do País³⁵⁹. Por aqui ficou o assunto, naturalmente por falta de continuidade.

4.2.1.2. Um fenómeno “incontornável”: a emigração clandestina ou “a pé enxuto”

“Foram presos na freguesia do Capelo dois rapazes que pretendiam emigrar clandestinamente para os Estados Unidos da América”³⁶⁰.

Paralelamente à emigração oficial, legal, controlada e quantificada, desenvolveu-se o negócio da emigração clandestina considerada mais fácil uma vez que contornava os obstáculos que surgiam, principalmente quando esse controle era feito no porto de destino, como se pode ler num ofício, de 3 de agosto de 1883, remetido pelo vice-cônsul de Portugal em Boston, João Jacinto Rebelo, ao governador civil do distrito da Horta, conselheiro Terra Pinheiro, em que certificava que a barca Inglesa *Paladin*, do capitão Combs, desembarcara no porto daquela cidade, no dia 1 de setembro de 1882, 77 passageiros constantes das listas enviadas pelas administrações dos conselhos de Ponta Delgada, Horta e Santa Cruz³⁶¹.

³⁵⁷ Cf. Carlos Lobão, *A Geração do Vulcão*, Horta, Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta, 2009, p.13. Apêndice – Capítulo I, Mapa n.º 4.

³⁵⁸ Susana Goulart Costa, *Açores: Nove Ilhas, Uma História*, Ponta Delgada, Presidência do Governo Regional dos Açores/Direção Regional da Cultura/Centro do Conhecimento, 2008, p.205.

³⁵⁹ Cf. “Em volta de um Problema. A quota de Emigração”, *O Telégrafo*, 1927, janeiro 3 (8 869), p.1.

³⁶⁰ “Noticiário Local”, *O Açoriano*, 1884, abril 6 (31), p.3.

³⁶¹ BPARJJG, *Vice-consulado de Portugal em Boston*, “Ofício de 3 de agosto de 1883, ao governador civil do distrito da Horta” [d.a.].

Por isso, partir sem passaporte, sem ter de o pagar bem como outras despesas, ou estar sujeito às diligências da polícia repressiva de emigração parecia ser mais fácil. No entanto, não era tanto assim, uma vez que muitos acabavam por se sujeitar a engajadores vorazes e sem quaisquer escrúpulos³⁶², quantas vezes a coberto das autoridades locais, que faziam vista grossa ao que se passava, e a agentes de viagens.

A emigração clandestina indocumentada regista-se tanto quando o transporte era feito ora em veleiros ora em vapores de carreira regular. Apesar destes não poderem dar-se ao luxo de esperar dias de forma a encontrar o momento propício para os embarques, é notório, pelas descrições do comandante da canhoneira *Açor* que, frequentemente, se desviavam da sua rota, bordejando tanto as costas da ilha do Faial com da ilha do Pico, o que levou à criação de estações fiscais, geralmente próximas das zonas mais acessíveis a embarques clandestinos, algumas localizadas em lugares ocultos e remotos, por isso mais necessárias de fiscalização³⁶³.

Esta situação obrigou a que os barcos em trânsito regular pela Horta, como já foi referido, para levar emigrantes, geralmente, com destino ao Estados Unidos, além da vistoria a que estavam sujeitos, fossem, por vezes, acompanhados pela canhoneira *Açor*, requisitada, neste caso, pelo agente da polícia repressiva da emigração³⁶⁴, a alguma

³⁶² Assim os descreve Ernesto Rebelo em “Notas Açorianas [No mar]”, *AA*, vol. VII, edição fac-similada da ed. de 1885, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1982, pp.134-152 [138-139]: “Engajar gente para embarcar clandestinamente para os Estados Unidos e receber bom tabaco que dali vem, são duas profissões congêneres e geralmente encarnadas no mesmo indivíduo. O engajador é, quase sempre, um homem esperto, que gira com alguns centos de patacas, proprietário para evitar suspeitas da proveniência do seu dinheiro, de algum estabelecimento de vendagem de géneros e bebidas, tendo a mulher ou o filho a vender ao balcão e durante uma parte do ano, de abril a novembro, dormindo de dia para de noite andar nas suas correrias. O engajador conhece toda a gente do mar das freguesias da ilha, é compadre de muitos marítimos, aparece subitamente ora numa ora noutra afastada localidade, é serviçal por natureza e necessidade, deseja estar bem com todos, distribui talhadas de tabaco ou mãos cheias de charutos às pessoas das suas relações, fala pelos cotovelos, bebe muito e dá muito a beber em todas as tavernas, e deixa-se calotear uma vez por outra ou empresta algumas patacas a certos indivíduos de quem sabe que nunca mais verá um real. Lá sabe o seu conto. Mas de há muito estabeleceu sucursais por toda a ilha, conhecendo todas as praias, enseadas, furnas e pedras”. Veja-se Carlos Cordeiro e Susana Serpa Silva, “Perspetivas sobre [...]”, já cit., in Maria Lucinda Fonseca [coord.], *Atas da Conferência [...]*, pp.327-345. A respeito ainda dos engajadores, pode ler-se n’*O Atlântico*, 1872, agosto 31 (11), p.4: “Engajador – apenas aqui chegado houve por bem retirar-se [...] para Nova Orleães. Que o ‘Insulano’ o leve para bem longe de nós é quanto lhe desejamos”.

³⁶³ Na ilha do Faial, as estações fiscais encontravam-se localizadas na cidade da Horta (três: Cais, Santa Cruz e Porto Pim) e nas freguesias do Capelo (duas: Varadouro e Comprido), Castelo Branco, Feteira, Salão e Praia do Almoxarife, cf. BPARJJG, *Divisão do Corpo de Fiscalização Externa das Alfândegas das Ilhas Adjacentes*, “Nota dos pontos do litoral onde estacionam guardas e localidades onde exercem fiscalização, Horta, 17 de janeiro de 1885. O chefe interino da Divisão, José de Serpa Miranda” [d.a.].

³⁶⁴ Sobre a criação de comissões de vigilância para a repressão da emigração clandestina, veja-se H. “Emigração Clandestina”, *O Telégrafo*, 1896, setembro 18 (891), p.1. Em 1896, pela Alfândega de Horta era distribuído um folheto contendo sete instruções como o objetivo de “providenciar a fim de que o movimento de pessoas entre esta cidade e os navios que demandam o porto a tomar emigrados, não facilite a emigração clandestina”, cf. BPARJJG, *Alfândega da Horta*, “Instruções, 27 de março de 1896. O diretor, Francisco Leite Pacheco de Bettencourt” [d.a.].

distância, evitando-se assim que mudassem de rota e se aproximassem de terra, como viria a acontecer em 1891 com o lugre americano *Moses B. Tower*³⁶⁵, em 1892 com o vapor português *Vega*³⁶⁶ e em 1906 com a barca americana *Bertha*³⁶⁷. Outras vezes, era a própria administração do concelho da Horta, como aconteceu em 1912, ciente do problema que requisitava ao governador civil “uma força de praças da armada” que o auxiliasse nas buscas aos navios baleeiros surtos no porto da Horta “próximos a sair para a pesca, visto o número de polícias ser insuficiente para uma fiscalização mais completa”³⁶⁸.

Outro aspeto a considerar, foram as tentativas de aliciamento levadas a efeito tanto por engajadores como por comandantes dos navios, a regedores, administradores do concelho, guardas-fiscais e à tripulação da canhoneira *Açor*³⁶⁹.

Todo este conjunto de situações, leva-nos a concluir que o assunto estava longe de ser resolvido³⁷⁰, mesmo com a vinda da canhoneira *Açor* e com o estabelecimento, pelo decreto de 3 de julho, do “Regulamento da Polícia Especial de Repressão da Emigração Clandestina”³⁷¹.

Se a causa principal desta corrente de emigração clandestina era, para uns, o desejo natural de fortuna, para outros, constituía também um meio de fuga ao recrutamento

³⁶⁵ BPARJJG, *Canhoneira Açor*, “Ofício n.º 117, de 10 de março de 1891, ao governador civil do distrito da Horta. O comandante-tenente, Francisco António Vieira”[d.a.].

³⁶⁶ BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, “Correspondência [Ofício, n.º 25, de 8 de março de 1892, ao administrador do concelho das Lajes do Pico. O governador civil, Dr. Manuel de Arriaga Nunes]” [d.a.]. Por um ofício de 4 de março, o governador civil era avisado pelo comandante da canhoneira *Açor* que tendo largado do porto da Horta, no dia 3, para New Bedford, o vapor português *Vega*, tentara abordar a parte sul da ilha do Pico [Silveira e Lajes]; e do Faial, frente a Castelo Branco, na tentativa de receber passageiros, cf. BPARJJG, *Canhoneira Açor*, “Ofício n.º 19, de 4 de março, ao governador civil do distrito da Horta” [d.a.]. Apêndice – Capítulo I, Gravura n.º 9.

³⁶⁷ *O Telégrafo*, 1906, setembro 25 (3 813), p.1. Já em 1887, o capitão do *Moses B. Tower* havia sido acusado de igual crime, pelo ministério Público. Apesar de ter respondido “nas próximas audiências gerais” no tribunal da Horta, seria absolvido por unanimidade. O capitão Bettencourt teve como advogado de defesa João José da Graça, cf. “Correio da semana”, *O Açoriano*, 1887, novembro 27 (29), p.3; dezembro 4 (30), p.3.

³⁶⁸ BPARJJG, *Administração do concelho da Horta*, “Correspondência [Ofício, n.º 100, de 7 de outubro de 1912, ao governador civil do distrito da Horta. O administrador, Guilherme Goulart Pamplona Corte Real]”[d.a.].

³⁶⁹ BPARJJG, *Canhoneira Açor*, “Ofício, de 8 de agosto de 1893, ao governador civil do distrito da Horta”, onde se relata a tentativa de aliciamento do respetivo comandante por parte do administrador do concelho de Santa Cruz das Flores, Francisco Diogo de Sá [d.a.]. Apêndice – Capítulo I, Documento n.ºs 7 e 8.

³⁷⁰ “Noticiário”, *O Democrata*, 1885, julho 12 (28), p.3: “Foi encontrado defronte do porto do Varadouro, freguesia do Capelo, [...], um barco de pesca abandonado, [...], tendo dentro um par de alparcas de couro e uma corda. Desconfia-se que pessoas para embarcarem clandestinamente o levaram do porto e entrando no navio, o abandonaram. Não se sabe a que porto pertence”.

³⁷¹ PORTUGAL, *Diário do Governo*, 1896, julho 9 (150), p.1 762: “Decreto de 3 de julho que estabelece o Regulamento da Polícia Especial de Repressão da Emigração Clandestina”. Sobre a criação do serviço de repressão clandestina, veja-se “Carta de Lei de 23 de abril de 1896”, PORTUGAL *Diário do Governo*, 1896, abril 25 (92), p.1 005. Sobre o assunto, no jornal *O Telégrafo*, 1899, maio 13 (1 665), p.1, pode ler-se: “No *Açor* vieram de Angra sob prisão sete rapazes desta ilha, que dali pretendiam seguir para América do Norte, clandestinamente. Acompanhou-os um cabo da polícia daquela ilha”.

militar, entendido como um tempo perdido pelo facto de terem de sair da sua terra, daí se reivindicar o estacionamento na cidade da Horta de uma força militar³⁷². Situação que se reforçaria na sequência da publicação da “Carta de Lei de 12 de outubro de 1887”, que estabelecia as novas regras do serviço de recrutamento militar, cujas disposições eram consideradas de uma dureza inconcebível, o que iria provocar um enorme mal-estar nos “povos do distrito da Horta”, cuja solução, como se escrevia n’ *O Faialense*, no mesmo ano, estaria na origem de um abalo indescritível, isto é, os mancebos recenseados não aprontavam as malas para se alistarem nas fileiras do exército, “mas para se porem a coberto do rigor da lei, emigrando”³⁷³.

Ademais, não se deixava de acusar a lei, pelo facto de a fuga representar o definhamento da atividade agrícola, pelos braços que lhe roubava, porque entendia-se que, enquanto a Nação nada sofreria com a falta do contingente de militares insulares, localmente seria difícilimo encontrar homens que quisessem trabalhar. Esta situação seria agravada pelo facto de muitos que, não tendo esperança de voltar à sua “pátria”, optavam por chamar para junto de si pais e toda a família, contribuindo assim para a diminuição de braços e de divisas que eram remetidas para a compra de terras, casas e trigos, o que, segundo o correspondente d’ *O Faialense* da freguesia da Praia do Almoxarife, “reduzirá também uma fonte de riqueza deste distrito”³⁷⁴. Pelo mesmo diapasão afinavam os correspondentes do jornal nas freguesias da Feteira e dos Cedros³⁷⁵, que confirmavam essa onda crescente de emigração para os EUA “dos rapazes recrutas”³⁷⁶. Por outro lado, além dos que fugiam outros havia que, mesmo recenseados, nem sequer se apresentavam à respetiva inspeção devido ao desconhecimento do seu paradeiro por parte das autoridades.

³⁷² A Lei do Recrutamento de 4 de setembro de 1887 determinava, no artigo 87, que os mancebos visivelmente aptos para o serviço militar, encontrados fora do concelho do seu domicílio, sem ressalva passada pela respetiva comissão de recrutamento, nos termos do artigo 68.º ou sem a cédula de que trata o mesmo artigo, fossem enviados aos respetivos concelhos. Na Horta, existem referências a mancebos da ilha de São Jorge e São Miguel.

³⁷³ Veja-se “Recrutamento”, *O Faialense*, 1888, março 4 (32), p.1; 1887, outubro 16 (12), p.1.

³⁷⁴ “Freguesias Rurais [Praia do Almoxarife], *O Faialense*, 1888, março 25 (35), p.3. O correspondente adiciona uma lista com o nome dos vinte e três indivíduos, dezanove solteiros e quatro casados, incluindo o nome dos respetivos progenitores, “que desde o princípio deste mês se evadiram [...] ao recrutamento, para voltar talvez tarde, e alguns nunca”.

³⁷⁵ “Freguesias Rurais [Cedros]”, *O Faialense*, 1888, julho 22 (52), p.3. Veja-se BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livro de Vereações, 1882-1885 (42), fl.8v.: “Ata de 4 de outubro de 1882”. Apêndice – Capítulo I, Documento n.º 8.

³⁷⁶ Cf. “Freguesias Rurais [Feteira], *O Faialense*, 1888, julho 15 (51), p.3. Apêndice – Capítulo I, Quadros VII e VIII.

Os números de clandestinos certamente seriam difíceis de apurar, mas não deixariam de ser elevados como admitiam em 1885 e em 1890, respectivamente, o jornal *O Faialense* e o administrador do concelho da Horta, Ernesto do Canto Amaral.

Para o semanário faialense, não era tanto o número que constituía fator de preocupação, embora reconhecesse que deveria rondar, sem exageros, cerca de um terço dos que legalmente saíam com passaporte (no entanto, não se fundamentava esta afirmação). A preocupação do articulista, que não era nova, tinha a ver com a tão decantada saída de jovens “na idade mais robusta e própria para o trabalho”³⁷⁷. Quanto ao administrador, este em ofício remetido ao governador civil, não só reconhecia que tinha saído da ilha “nos últimos anos um espantoso número de emigrantes clandestinos”, como chamava a atenção da primeira autoridade do distrito para o embarque de um avultado número de mancebos, na costa da freguesia da Praia do Almoxarife na barca americana *Kennard*, do capitão João [António de] Bettencourt³⁷⁸.

Mas o que, em nosso entender, mais preocupava as autoridades residia na existência de uma rede bem montada de engajadores, com pontos seguros na costa que alternavam periodicamente, e que contavam com a convivência das populações, das autoridades locais, principalmente regedores, administradores de alguns concelhos, dos comandantes e das tripulações dos navios que transportavam passageiros entre os Açores e a América. Por isso, será que poderemos concluir que à falta de trabalho e ao desejo de fuga ao recrutamento se deverá juntar o desleixo e a incúria das autoridades locais?³⁷⁹ Outros, para fugirem ao serviço militar, deslocavam-se geralmente de outras ilhas para o Faial ou, principalmente, para as Flores para conseguirem o almejado destino americano, como nos confirma um ofício do governador civil do distrito de Ponta Delgada, de 1885, enviado ao seu homólogo da Horta³⁸⁰.

Finalmente, como aconteceu com a emigração legal, verificamos também que as referências à emigração clandestina referentes ao século XX começam a rarear tanto na imprensa faialense como na documentação oficial.

³⁷⁷ “Horta, 25 de julho”, *O Faialense*, 1885, julho 26 (52), p.1.

³⁷⁸ BPARJJG, *Administração do concelho da Horta*, “Ofício, n.º 144, de 23 de junho de 1890, ao governador civil do distrito da Horta” [d.a.].

³⁷⁹ Cf. Carlos Cordeiro e Susana Serpa Silva, “Perspetivas sobre a emigração [...]”, já cit., in Maria Lucinda Fonseca [coord.], *Atas da Conferência [...]*, pp.327-345.

³⁸⁰ BPARJJG, *Governo civil do distrito de Ponta Delgada*, “Ofício, de 24 de janeiro de 1885, ao governador civil do distrito da Horta” [d.a.].

4.2.1.3. Emigração do concelho da Horta entre 1880 e 1926

A partir dos dados disponíveis nos livros de registo de passaportes do governo civil do distrito da Horta, apresentam-se os traços característicos do movimento emigratório do concelho da Horta. Foram recolhidos e analisados os dados que se seguem: sexo, estado civil, idade, estado de alfabetização, destino, freguesias de residência, profissão e tipo de saída (individual e acompanhada)³⁸¹.

No entanto, temos consciência que se levanta a questão da fiabilidade dos números uma vez que se põe o problema dos clandestinos³⁸². Mas entendemos que não é só, porque, e de acordo com um ofício remetido pelo diretor-geral de Estatística ao governador do civil em 1913, concluímos que os dados estatísticos sobre emigração do distrito da Horta remetidos revelavam lacunas, devido ao seu incorreto preenchimento. Por isso, aquele diretor chamava a atenção para tal facto “a fim de obviar a tão grande inconveniente”³⁸³.

O universo dos indivíduos que emigraram entre 1880 e 1926, como se pode ver no mapa n.º 4³⁸⁴ e no gráfico 2, era constituído por um total de 12 231 indivíduos, distribuídos pelas treze freguesias do concelho da Horta, sendo 6 013 masculinos (49,1%) e 6 218 femininos (50,9%). Quanto ao estado civil, 8 592 são solteiros (70,2%), valor que ultrapassa em muito o somatório dos outros elementos considerados: casados (2 992), viúvos (634), divorciados (oito) e sem qualquer referência (cinco). Quanto aos grupos etários, predomina a faixa compreendida entre os 15-64 anos (74,8%).

Mapa n.º 4: Mapa da emigração do concelho da Horta entre 1880 e 1926 - distribuição total por sexo, por estado civil e por idade

Ano	Sexo			Estado Civil					Idade			
	Mas.	Fem.	Total	Casado	Solteiro	Viúvo	Divorciado	S/R	0-14	5-65	65+	S/R
Total	6 013	6 218	12 231	2992	8 592	634	8	5	2 782	9 137	263	49

Fontes: BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta, Passaportes, Livros de Registo, 1876-1889 (7); 1889-1908 (8); 1908-1920 (9); 1920-1933 (10).*

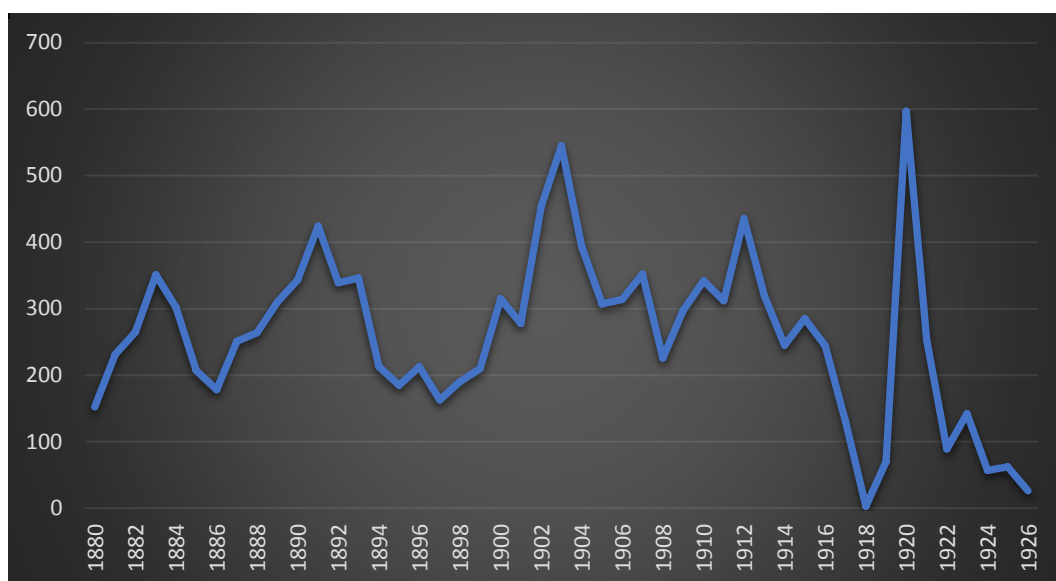
³⁸¹ BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta, Passaportes, Livros de Registo, 1876-1889 (7); 1889-1908 (8); 1908-1920 (9); 1920-1933 (10).*

³⁸² Cf. J. Costa Leite, “Emigração Portuguesa: a lei e os números (1855-1914)”, *Análise Social*, vol. XXIII, 1987 (97), pp.463-480.

³⁸³ BPARJJG, PORTUGAL, *Ministério das Finanças*, “Ofício, n.º 423, de 18 de abril de 1913, ao governador civil do distrito da Horta”[d.a.].

³⁸⁴ Apêndice – Capítulo I, Mapa n.º 4.

Gráfico 2 - Emigração do concelho da Horta entre 1880 e 1926



Fontes: BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, Passaportes, Livros de Registo, 1876-1889 (7); 1889-1908 (8); 1908-1920 (9); 1920-1933 (10).

Se compararmos os grupos etários com a sua distribuição por ramos de atividade, verificamos que é muito expressiva a percentagem de jovens quando comparada com a de idosos, ao mesmo tempo que é significativa a componente de ativos.

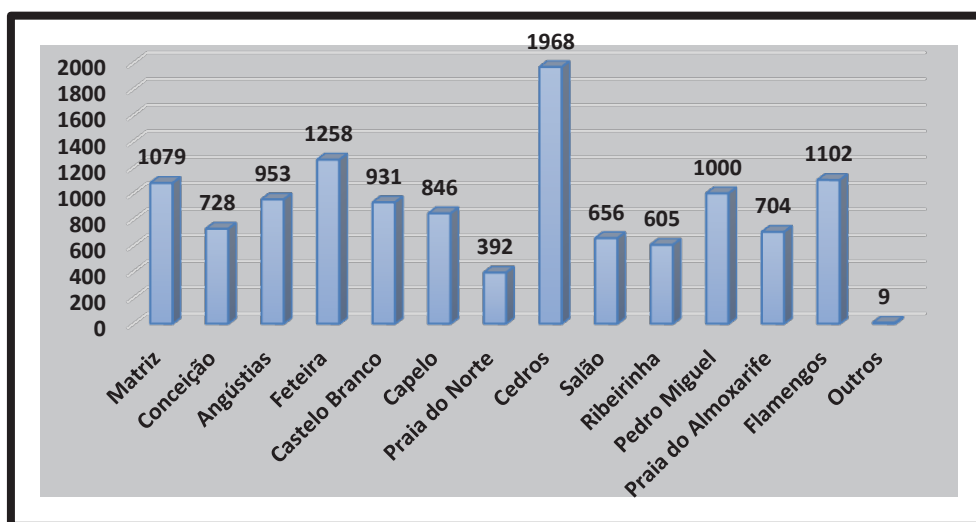
Em atenção aos dados dos livros compulsados, muitas vezes se atribui com profissão – trabalhador ou doméstica –, consoante o sexo, os que têm idades compreendidas entre os 10 e 14 anos. Notámos ainda, embora de forma residual, que são referenciadas com atividade crianças, de ambos os sexos, com 8 e 9 anos de idade, situação normal se tivermos em atenção, como mais à frente se referirá, o absentismo escolar, uma vez que para muitos pais as crianças são mais úteis nas tarefas “do dedal e da agulha” ou agrícolas. Por isso, os ativos ligados às atividades domésticas e agrícolas predominam, atingido, em conjunto, uma percentagem próxima dos 72%, logo seguidos pelos sem idade de trabalho (13,4%) e pelos sem qualquer referência (7,6%)³⁸⁵.

Quanto às freguesias de residência, como se pode ver no gráfico 3, estão todas representadas, sendo notório que cinco delas ultrapassam os mil indivíduos, a saber por ordem crescente: Pedro Miguel (1 000), Matriz (1 079), Flamengos (1 102), Feteira (1 258)

³⁸⁵ Apêndice – Capítulo I, Mapa n.º 5.

e Cedros (1 968)³⁸⁶. Por outro lado, estão representadas as duas freguesias mais populosas da ilha, como anteriormente já se fez referência, Cedros e Matriz, enquanto o menor contingente é representado pela freguesia da Praia do Norte, também ela a menos populosa da ilha.

Gráfico 3: Emigração do concelho da Horta entre 1880 e 1926 - distribuição total por freguesias de residência



Fontes: BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, Passaportes, Livros de Registo, 1876-1889 (7); 1889-1908 (8); 1908-1920 (9); 1920-1933 (10).

Quanto aos países de destino, como se pode ver no gráfico 4, é notório que os Estados Unidos constituem o destino prioritário, com 90,8 % dos indivíduos. O que confirma que, a partir da década de 1880, e particularmente na seguinte, o destino dos habitantes do concelho da Horta era o país “do tio Sam”, destronando assim o destino tradicional: o Brasil. Todavia, verificamos que em 1881, o número de saídas para o Brasil (121) é superior ao somatório dos outros três destinos – Estados Unidos, França e Uruguai, com um total de 110 indivíduos³⁸⁷.

Quanto a outros destinos, identificados no gráfico 4, estes dizem respeito a países da América do Sul (Argentina³⁸⁸ e Uruguai) e Central (Cuba), ao arquipélago do Havai ³⁸⁹

³⁸⁶ Apêndice – Capítulo I, Mapa n.º 6.

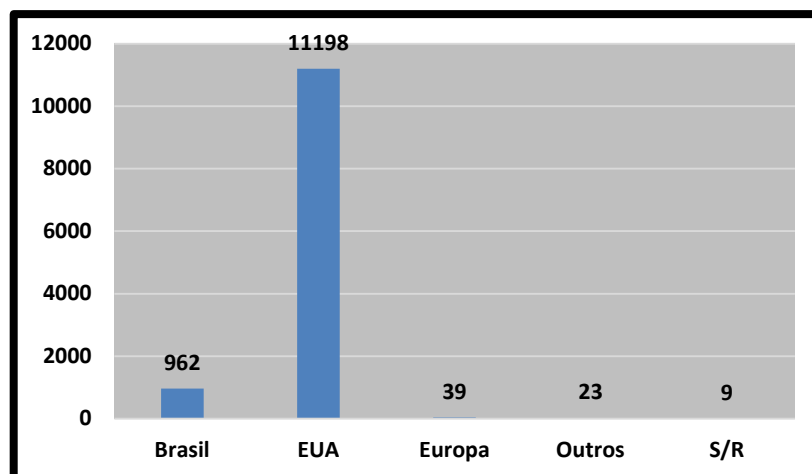
³⁸⁷ Apêndice – Capítulo I, Mapa n.º 7.

³⁸⁸ “Emigração para a República Argentina”, *O Açoriano*, 1889, outubro 6 (30), p.3.

³⁸⁹ Sobre a emigração para o arquipélago do Havai, verificamos pela leitura de um ofício do governador civil do distrito da Horta ao diretor-geral da Administração da Política e Civil, que aquele, depois de informar que dera publicidade à circular sobre o assunto, confirmava que a emigração com aquele destino não só era nula como constava que nunca se fizera qualquer diligência para “angariar emigrantes para ali, cf. BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, Livro de Ofícios do Ministério do Reino [1.ª Repartição], 1909-1916, fls.49- 50: “Ofício n.º 9, de 9 de dezembro de 1910, do governador civil do distrito da Horta ao diretor-geral da Administração Política e Civil”. Veja-se Joaquim Palminha Silva, *Portugueses no Havai. Sécs. XIX e XX (Da emigração à Aculturação)*, Ponta Delgada, Presidência do Governo Regional do Açores/Gabinete de

(Ilhas Sandwich) e a territórios portugueses na África (Moçambique)³⁹⁰ e na Ásia (Macau). No caso da Europa – Espanha, Inglaterra, França, Alemanha e Malta –, as saídas dizem respeito a viagens de “recreio e turismo”, negócios e assuntos diplomático ou consulares.

Gráfico 4: Emigração do concelho da Horta entre 1880 e 1926 - distribuição total por países de destino



Fontes: BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta, Passaportes, Livros de Registo, 1876-1889 (7); 1889-1908 (8); 1908-1920 (9); 1920-1933 (10).*

Quanto à distribuição de acordo com o estado de alfabetização, como se pode ver no mapa n.º 3, 49,7% dos indivíduos são analfabetos³⁹¹; 38,6 %, sabem ler e escrever. Quanto aos que não tem idade escolar – 0-5 anos –, essa percentagem fica-se pelos 8,2%. Realça-se ainda o facto de as mulheres apresentarem um estado de alfabetização superior ao dos homens.

Mapa n.º 5: Mapa da emigração do concelho da Horta entre 1880 e 1926 - distribuição total de acordo com o estado de alfabetização

	Sabe ler / escrever			Não Sabe ler / escrever			Sem idade escolar			S/R			
Sexo	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Total
Total	2 135	2 588	4 723	3 239	2 850	6 089	526	530	1 055	113	250	363	12 231

Fontes: BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta, Passaportes, Livros de Registo, 1876-1889 (7); 1889-1908 (8); 1908-1920 (9); 1920-1933 (10).*

Emigração e Apoio às Comunidades Açorianas, 1996. No tempo em estudo, apenas dez indivíduos saíram para o Havai.

³⁹⁰ Sobre o desejo de canalizar colonos para a África, em particular para Angola, veja-se Carlos Lobão, *A Geração [...]*, já cit, p.18; Cláudia Castelo, *Passagens para África. O Povoamento de Angola e Moçambique com naturais da Metrópole (1920-1974)*, Lisboa, Edições Afrontamento, 2007.

³⁹¹ Sobre a questão do analfabetismo da maioria dos emigrantes faialenses, veja-se J. de L.[acerda], “Os emigrantes”, *O Telégrafo*, 1903, março 13 (2 781), p.1; abril 3 (2 793), p.1; abril 18 (2 307), p.1. Apêndice – Capítulo I, Mapa n.º 8.

Finalmente, enquanto a emigração clandestina continuava a ser um fenómeno tipicamente masculino, incidindo sobre uma população jovem e apta para o trabalho, o movimento de emigrantes, no período em estudo, é constituído na sua maioria por saídas individuais de ambos os sexos, tanto casados como solteiros (6 091: 3 480 masculinos e 2 611 femininos³⁹²); quanto aos acompanhados, ou são constituídos por famílias inteiras ou por, geralmente, mulheres casadas com o objetivo de se juntarem aos maridos, levando, em ambos os casos, filhos e outros familiares e parentes dependentes – pais irmãos, avós, sogros –, o que confirma o desejo de uma fixação familiar mais duradoura ou definitiva. Adianta-se ainda que, por vezes, na identificação da naturalidade dos filhos estes ou são nascidos no Brasil ou nos EUA, o que poderá significar que o desejado regresso à terra natal não trouxe a melhoria de vida desejada.

Em síntese, se os Açores à data da sua origem foram ilhas de imigrantes, desde logo passaram a ilhas de emigrantes. Estes em atenção às limitações e contingências sociais e económicas do ambiente açoriano rumaram aos mais variados destinos à procura de um futuro que parecia arredado do meio insular.

Na realidade, a própria geografia do arquipélago dos Açores permitia essa mobilidade ao propiciar a emigração para diferentes destinos. À emigração controlada e contabilizada deverá juntar-se as saídas clandestinas que, pela maneira furtiva como se processavam, são difíceis tanto de contabilizar como de conhecer com precisão. Todavia, perante esta imprecisão, fazia-se eco de que se não excedesse a legal, ao menos não lhe era muito inferior.

Quanto à caracterização dos emigrantes, a investigação permitiu apurar que saíram de ambos os sexos, não existindo o predomínio de um sexo sobre outro. No entanto, o contingente feminino é superior ao masculino, sendo o grupo etário predominante constituído por emigrantes em idade ativa com profissão ou ocupação (domésticas seguidas de trabalhadores agrícolas). Apurou-se ainda que a maioria dos emigrantes era solteira e que a maioria, de acordo com o tipo de saída, saiu sozinha, tendo o maior contingente saído da freguesia dos Cedros. Quanto ao estatuto de alfabetização, a maioria era analfabeta e os Estados Unidos afirmam-se como o destino preferencial da esmagadora maioria dos emigrantes faialenses.

Por outro lado, se tivermos em atenção os dois anos em que saíram os maiores contingentes, 1903 (545) e 1920 (597), verificamos que em ambos os casos o número de

³⁹² Apêndice – Capítulo I, Mapa n.º 9.

saídas femininas é superior às masculinas, sendo o grupo etário predominante composto por gente com idade ativa. O maior contingente saiu da freguesia dos Cedros e quanto ao estado civil os solteiros são em larga maioria. Se em 1903, o número de mulheres apresenta uma escolaridade superior à dos homens, o mesmo já não se verifica em 1920. Se tivermos em atenção o número de navios que frequentaram o porto da Horta, notamos que 1920 apresenta o maior número, enquanto 1903, fica logo atrás dos anos de 1916, 1917, 1919, 1921, 1924 e 1926³⁹³. O ano 1918 representa, certamente na decorrência da I Guerra Mundial, apenas três saídas para os Estados Unidos.

Por fim, esta mobilidade foi a principal responsável no evoluir (decréscimo) da população do concelho da Horta.

4.3. Sinais de progresso: doca, estradas e caminhos, iluminação pública, água potável

No último quartel de Oitocentos e nos primeiros anos do século XX, fica sobejamente demonstrada a realização de um conjunto de obras apesar de algumas delas terem sido proteladas no tempo por motivos vários.

As grandes obras públicas realizadas foram da responsabilidade do Estado e outras do poder municipal. Neste caso, verificamos que as práticas urbanas municipais seriam salvaguardadas com a publicação de diferentes códigos de posturas, no sentido de fomentar a limpeza e a salubridade, de facilitar a fluidez da circulação com um traçado de ruas mais regulares, de regular a edificação e reedificação do espaço urbano e de construir os equipamentos necessários, com o objetivo de melhorar a estética da capital de distrito e de a tornar num local cada vez mais aprazível.

Em 1894, numa uma leitura atenta da imprensa faialense, conseguimos descortinar que a instalação de faróis, a conclusão das obras do porto da Horta, a continuação e a conservação da estrada litoral da ilha, o encanamento de “boa água” potável para abastecimento da cidade e de várias freguesias rurais e a iluminação pública da cidade eram algumas das obras reclamadas.

4.3.1. Uma “grande obra” – o porto artificial

“Na capital do distrito, nesta cidadezinha da Horta, bela, linda temos uma baía que foi, *à custa dos habitantes*, dotada com uma doca, que, de pouco a pouco, se foi, se vai enchendo de faróis. Há uns dez anos veio para aqui uma draga reumática que em pouco tempo, teve de baixar ao hospital onde tem estado a cargo de um enfermeiro com o que se tem gasto uns 6.000

³⁹³ Apêndice – Capítulo I, Mapa n.º 10.

escudos ou mais. No parlamento, se tem feito ‘Speeches’ a respeito disto, que os jornais da terra dão conta, mas que não registam o resultado útil da eloquência parlamentar”³⁹⁴.

A procura das ilhas dos Açores, devido à sua “providencial” posição geográfica, a meio caminho entre as duas margens do Atlântico – Europa e América do Norte – e em particular da ilha do Faial, não se adequava com as carências portuárias que se tornavam desfavoráveis ao exercício da função naval, apesar da riqueza, civilização e comércio que algumas das ilhas proporcionavam aos navegantes: refazer-se de mantimentos ou reparar quaisquer avarias.

O que significa que a “vantajosa posição geográfica” da ilha e do arquipélago era neutralizada nos seus mais benéficos efeitos, obstando ao desenvolvimento da agricultura, do comércio e da indústria, consideradas as atividades mais importantes da civilização e da riqueza pública, porque se entendia, em 1862, que a importância de tão grande melhoramento não se poderia circunscrever apenas ao Faial, mas sim a todo o distrito da Horta o que “não deixará nunca de nos trazer uma riqueza incalculável”³⁹⁵.

Por conseguinte, a construção de um porto de abrigo transformou-se numa prioridade entendida como a “única” esperança de renovação económica da ilha ao pensar-se que facilitaria a regularidade das ligações marítimas entre as duas margens do Atlântico, a melhoria das relações comerciais³⁹⁶ e o desenvolvimento local e distrital.

O Governo, ao autorizar a construção do porto artificial de Ponta Delgada, faria renascer nos faialenses a ideia de remota data e solicitada, mas sempre em vão, de se construir na baía da Horta um porto artificial que se tornasse num ancoradouro seguro para todo o tipo de navios. Por isso, o autor do projeto, o Eng. Tibério Blanc, não tinha qualquer dúvida que a sua construção era uma “providência além de ser altamente humanitária, não é menos de utilidade particular, para aqueles insulares, os quais têm direito por muitas considerações económicas e políticas, a terem todos os seus portos francos e abertos ao trato comercial com todas as nações”³⁹⁷.

Assim, começou-se, primeiro, pela realização de pequenas obras. Depois, na segunda metade do século XIX, pelo decreto de 20 de junho de 1864, o Governo era

³⁹⁴ O Nosso Distrito”, *O Telégrafo*, 1920, janeiro 12 (7 695), p.1.

³⁹⁵ João José da Graça, “As Docas nos Açores”, *O Atlântico*, 1862, janeiro 23 (1), p.1. Apêndice – Capítulo I, Mapa n.º 10.

³⁹⁶ Cf. *Artur Teodoro de Matos, Transportes e Comunicações em Portugal, Açores e Madeira (1750-1850)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1980, pp.349-350; “Ordem para a construção de um cais na ilha do Faial, in António Lourenço da Silveira Macedo, *História das [...]*, já cit., II vol., pp.430-431. Apêndice – Capítulo I, Gravuras 10 e 11.

³⁹⁷ AOPDH, Tibério Augusto Blanc, *Projeto Definitivo do Porto Artificial da Horta. Peças Escritas, Memória*, Lisboa 1871 (4 de dezembro), páginas não numeradas.

autorizado a levar a efeito uma grande obra portuária na baía da Horta, que só se iniciaria a 20 de março de 1876, demora que seria ridicularizada nos festejos do carnaval de 1865, quando numa mascarada se previa que “vai já começar no ano 3000”³⁹⁸.

O início da construção, em nosso entender, era, por um lado, a resposta do Governo aos desejos locais e a confirmação de um conjunto de predicados que desde cedo começaram a chamar a atenção para a situação geográfica privilegiada da ilha e para a extensão e profundidade da baía, abrigada nas suas extremidades pelos montes da Guia e Queimado a sul, e pela ponta da Espalamaca a norte e, por conseguinte, apenas suscetível aos ventos de leste a nordeste, por outro.

Todavia, à medida que ia crescendo, teria a contrariá-lo a falta de dinheiro para a continuidade da obra, alterações ao projeto³⁹⁹, o assoreamento e a falta de uma draga e, indiretamente, a inexistência de faróis que permitissem uma navegação segura.

Gravura 3: Construção do porto da Horta com o Pico em fundo



Fonte: Coleção Thiers Lemos.

Perante este cenário, as reclamações não se fizeram esperar. Assim, começou-se pela questão do constante assoreamento do porto e pela falta de uma draga que apesar de existir simplesmente não funcionava, situação confirmada, em 1924, pelo jornalista do

³⁹⁸ *O Faialense*, 1865, fevereiro 26 (30), p.4. Para um conhecimento da história do porto da Horta, veja-se Adolfo Loureiro, “História do Porto Artificial da Horta”, *O Telégrafo*, 1899, abril 10 (1 637), p.1; abril 11 (1 638), p.1; abril 14 (1 641), p.1; abril 17 (1 643), p.1; abril 19 (1 645), p.1; abril 22 (1 646), p.1; abril 28 (1 653), p.1; maio 2 (1 656), p.1; maio 5 (1 659), p.1; maio 8 (1 661), p.1; maio 13 (1 665), p.1; Id., *Os Portos marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1910; M. M. Sarmiento Rodrigues, *Ancoradouros das Ilhas dos Açores*, 2.^a ed., Lisboa, Ministério da Marinha, 1960, pp.183-184; Companhia Nacional de Construções, *Obra de Conclusão do porto artificial da Horta. Projeto de execução da cabeça do quebra-mar*, Horta, 5 de março de 1895. Apêndice – Capítulo I, Gravuras 12 e 13.

³⁹⁹ “Representação [da Associação Comercial da Horta ao Governo, de 28 de fevereiro de 1882]”, *O Faialense*, 1882, março 12 (32), p.1.

Diário de Notícias, Oldemiro César, que ao desembarcar, reparou que o navio em que viajava teve de ancorar longe, “graças ao assoreamento do porto, que em breve, pela simples falta de uma draga, se tornará inacessível à entrada de barcos, mesmo de pequena tonelagem”, o que em seu entender estava, “criminosamente”, a pôr em causa a importância do porto faialense devido incúria dos homens⁴⁰⁰.

Este estado de coisas não deixaria a comunidade local indiferente. Por isso, algo teria que ser feito. Dentro desta lógica, verificamos que a ideia que presidia àquele pensamento passava por publicitar a importância do porto da Horta no contexto nas rotas marítimas internacionais, por defender a proposta de porto franco e por dotar as costas do distrito com faróis.

No primeiro caso, notamos que pode ter servido de ponto de partida a publicação de uma notícia em inglês que seria reproduzida na imprensa faialense – *Porto Fayal, Azores* – em que se particularizava as virtudes da baía da Horta⁴⁰¹.

Neste contexto, em 1888, a comissão executiva da Junta Geral do distrito da Horta, dentro do princípio da necessidade de uma época de ressurgimento, deliberou, na sua reunião de 28 de maio, “tornar bem público em todo o mundo comercial as vantagens que encontram os navios que demandem o seu Porto”. Para o efeito seriam remetidos 130 ofícios aos agentes consulares portugueses espalhados pelo mundo⁴⁰², situação que se viria a repetir no ano seguinte pela “Circular n.º 15 de 16 de março de 1889”⁴⁰³. A cada ofício seriam anexados três exemplares com a vista do “porto artificial” e todas as informações respeitantes ao mesmo.

Certamente que os efeitos não devem ter sido muitos, porque notamos, dez anos depois – 1898 –, que se voltava a insistir na ideia dentro da máxima: “Toda a riqueza desta ilha reside no seu porto [...] incontestavelmente o melhor e mais abrigado dos Açores”.

É no seguimento desta ordem de ideias que a *Sociedade Luz e Caridade* faria publicar, em 1899, um pequeno “livrinho” intitulado *Folheto – reclame acerca do porto da*

⁴⁰⁰ Oldemiro César, *Terras de Maravilha – Os Açores e a Madeira. Notas de suas viagens de Estudo*, 2.ª ed., Lisboa, José Francisco de Oliveira, 1944, p.121.

⁴⁰¹ “Horta. Interesses Locais”, *O Democrata*, 1885, fevereiro 15 (7), p.1.

⁴⁰² BPARJJG, *Comissão Distrital da Horta*, Livro de Registo de Correspondência Expedida para Diversos, “Ofício a vários ...”, 1887-1890, fls.18-18v. e 21-23.

⁴⁰³ BPARJJG, *Comissão executiva da Junta Geral do distrito da Horta*, “Circular, n.º 15, de 16 de março de 1889, a diferentes cônsules portugueses espalhados pelos seguintes países...”[d.a.].

*Horta*⁴⁰⁴, editado pela Companhia Nacional Editora, de Lisboa, em inglês, justificando os seus autores esta opção apenas em língua inglesa por ser a mais usual no mundo marítimo.

Ainda como objetivo de divulgar e publicitar “as qualidades do porto” e a defesa dos interesses do distrito, é fundado em 15 de maio de 1902, o semanário *Porto da Horta*, em cujo editorial se pode ler: “Como indica o título desta folha, vimos à arena da imprensa [...] em prol dos interesses do nosso porto⁴⁰⁵; e em 3 de novembro de 1911, novo semanário com idêntico título⁴⁰⁶.

No segundo caso, outra forma encontrada, mas sem sucesso, de revitalizar o porto da Horta e a economia faialense, e por extensão a distrital, seria a transformação do porto da Horta em *Porto Franco*⁴⁰⁷, cujas receitas daí provenientes embora não resolvessem todos problemas financeiros, mas diminuiriam a humilhação insular de estar constantemente de mão estendida à espera das soluções para os seus problemas.

Assim, em 18 de junho de 1887, seria apresentada, na Câmara dos Deputados, um proposta de Lei (n.º 119) conjunta dos ministros da Fazenda, conselheiro Mariano Cirilo de Carvalho, e dos Negócios das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Emídio Júlio Navarro, do Governo presidido por José Luciano de Castro, em que o executivo era autorizado a declarar, como se pode ler no art. 2.º, “francos de direitos da alfândega, tanto na exportação como na importação, os portos e territórios das ilhas do Faial, Corvo e Flores”⁴⁰⁸. Depois de discutida seria aprovada com algumas alterações, de que registamos a que estendia igual benefício de porto franco à ilha do Pico⁴⁰⁹.

⁴⁰⁴ “A abrir: ‘O Faialense’”, *O Faialense*, 1899, novembro 11 (1), p.1. O folheto tinha na capa uma gravura do farol dos Capelinhos, a cores, e outras duas de costumes locais. Seguiam-se anúncios das casas comerciais Silveira Edwards & Comp. e Bensaúde & Comp. E os respetivos sinais de carvão. Depois de uma vista geral da cidade, seguiam-se 17 páginas de texto, com mais uma gravura do porto artificial e da baía, alguns anúncios, uma carta da baía e molhe com as respetivas sondagens em metros, “sendo as restantes páginas ocupadas com testemunhos honrosos de capitães e comandantes de vasos de guerra e mercantes, e com anúncios. No verso da capa, as ilhas do Faial, Pico e S. Jorge, ligadas pelo cabo submarino”, cf. “Folheto-reclamo do porto da Horta”, *O Telégrafo*, 1899, maio 17 (1 668), p.1.

⁴⁰⁵ “A que vimos”, *Porto da Horta*, 1902, maio 15 (1), p.1.

⁴⁰⁶ Marcelino Lima, “Porto da Horta”, *Porto da Horta*, 1911, novembro 3 (1), p.1.

⁴⁰⁷ Em 1866, António Correia Herédia pedia que se estabelecesse o regime de Portos Francos nas ilhas do Faial, Pico, Santa Maria, Flores, Corvo, Graciosa e São Jorge. No ano seguinte, a redação d’ *O Faialense* [Dr. Miguel Street de Arriaga], na edição de 28 de fevereiro, não só se pronunciava a favor dos portos francos como até sugeria a maneira como devia ser distribuída a verba líquida do rendimento da alfândega, cf. “Portos Francos”, *O Açoriano*, 1887, junho 26 (7), pp.1-2. A 1 de janeiro de 1877, foi fundado, por João José da Graça Jr., o semanário *Porto Franco*, com a finalidade de advogar a ideia. Número único.

⁴⁰⁸ AAR, *Câmara dos Deputados*, Diário da Câmara dos Deputados, 1887 (58), pp.1 309-1 310: “Sessão de 18 de junho de 1887”, in <http://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentação/Páginas/default.aspx> (consultado em 12-02-2010). Sobre o assunto, veja-se PORTUGAL, *Diário do Governo*, 1887, junho 20 (134).

⁴⁰⁹ Cf. António Ferreira de Serpa, *A Ilha do Faial, Porto Franco e Porto Militar. Algumas considerações*, Lisboa, Imprensa de Libânio da Silva, 1903, p.16. Sobre o assunto, veja-se Um Faialense, “O Porto da Horta. Breves Considerações”, *O Telégrafo*, 1906, abril 2 (3 673), p.1; Z., “Porto Franco”, *Ibid.*, 1903, abril 24 (2

No entanto, apesar desta iniciativa governamental de ter originado que a Câmara da Horta apresentasse ao Governo uma representação nesse sentido e a publicação na imprensa local de um grande número de artigos sobre o assunto⁴¹⁰, as coisas ficaram como estavam⁴¹¹.

Mas o assunto não ficou por aqui. Em 1896 seria retomado na Câmara dos Deputados, pelo então deputado do círculo da Horta, visconde de Leite Perry, que nas sessões de 12 e 20 de fevereiro daquele ano, apresentou um novo projeto pelo qual se deveriam considerar os portos das quatro ilhas do distrito francos de direitos aduaneiros, sendo, por isso, extintas a alfândega da Horta e as delegações existentes nas outras três ilhas⁴¹².

Mas a proposta seria mais uma desilusão, uma vez que não seria aprovada, apesar de ter sido admitida e enviada à comissão da Fazenda e do Comércio, ou seja, a proposta não passou disso mesmo, do papel, o que nos permite concluir que, mais uma vez, ficava pelo caminho uma solução capaz de decepar as misérias de que o distrito estava mergulhado, um antídoto que sendo resolvido favoravelmente, “passar[ia] a ser causa determinante de uma época de prosperidade e riqueza” para aquelas ilhas⁴¹³.

Entretanto, em 1903, o faialense António Ferreira de Serpa, no seu opúsculo *Ilha do Faial, Porto Franco e Porto Militar. Algumas considerações* retoma o assunto.

Depois de considerar a ilha do Faial a quinta em tamanho, a segunda em importância “comercial quanto à navegação”, a quarta em importância agrícola e exportação, e a primeira como estação central de cabos submarinos e com o mais amplo e

812), p.1. Ambos os articulistas falam da importância do livro de António Ferreira de Serpa, apesar do segundo referir que ainda não o lera.

⁴¹⁰ “Portos Francos”, *O Açoriano*, 1887, junho 19 (6), p.1; junho 26 (7), pp.1-2; julho 3 (8), p.1; julho 10 (9), p.1; julho 17 (10), p.1; julho 24 (11), p.1; agosto 7 (13), p.1; João Ratão, “Portos Francos”, *O Telégrafo*, 1909, julho 6 (4 616), p.1; julho 9 (4 619), p.1; Pró Pátria, “Portos Francos?”, *Ibid.*, 1909, julho 16 (4 625), p.1.

⁴¹¹ Cf. António Ferreira de Serpa, *op. cit.*, p.16.

⁴¹² AAR, *Diário da Câmara dos senhores Deputados*, 1896 (27), pp.279-280 e 293-296: “Sessões de 12 e 20 de fevereiro de 1896”, in <http://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentação/Páginas/default.aspx> (consultado em 12-02-2010). Sobre o visconde Perry, veja-se Fernando Moreira, “PERRY, José Bressane Leite (1862-1930)”, in Maria Filomena Mónica [coord.], *Dicionário Biográfico Parlamentar – 1834-1910*, vol. III, pp.245-246.

⁴¹³ *O Açoriano*, 1896, fevereiro 15 (282), p.1, p.2. Nesta edição, além de se referir que “a questão é velha e tem aparecido por várias vezes”, releva-se que o “atual” governador António Emílio Severino de Avelar, foi sempre um propugnador e entusiasta dessa ideia, cuja realização julgou ser, em todos os tempos, o único meio de levantar este distrito do empobrecimento a que chegou, desde longa data. Por isso, conclui-se que o visconde Perry ao apresentar no parlamento o projeto, “secunda assim a propaganda e a aspiração de seu sogro, o Sr. Avelar, sem receio de um desmentido, que o Sr. Visconde, se conseguir semelhante melhoramento para esta terra, terá o nome bem vinculado, para sempre, à coisa mais útil que aqui se tenha feito”.

seguro porto do arquipélago, entendia que o Governo, mesmo a título experimental, para convencer os mais incrédulos, decretasse para a ilha do Faial os portos francos, ao mesmo tempo que devia construir um porto militar. Explicava ainda que tanto o porto franco como o militar não só teriam vantagens para as demais ilhas dos Açores como até afastariam os “olhos cobiçosos” dos americanos sobre a ilha do Faial, uma vez que, em seu entender, aqueles aspiravam a ter uma estação naval próxima da Europa⁴¹⁴. Todavia, não encontrou qualquer eco.

Passados três anos, em 1906, o assunto voltaria à ribalta, como deduzimos de uma notícia d’*O Século* reproduzida pelo jornal *O Telégrafo*. Mas como se referia no diário faialense oxalá “que não tenhamos ocasião de registar mais uma desilusão”⁴¹⁵. O que realmente veio a acontecer⁴¹⁶.

Por fim, verificamos que nas diferentes propostas está sempre subjacente a ideia que num futuro não longínquo, mas sempre adiado, o Faial ocuparia, como localmente todos admitiam, o lugar que, pela sua importância, lhe competia. Por outro lado, para que qualquer projeto pudesse vingar, seria necessário o empenho, o esforço e o interesse de todos os que “amavam a sua pátria”. Concluindo o raciocínio, notamos que localmente se advogava que seria necessário e até urgente que os faialenses se unissem em torno das propostas conjuntas apresentadas pelas “ilustradas e patrióticas corporações”, não interessando de que partidos fossem⁴¹⁷.

Todavia, não sabemos se a representação conjunta aconteceu, porque a imprensa local apenas daria publicidade a uma representação da *Associação Comercial Faialense*,

⁴¹⁴ Cf. António Ferreira de Serpa, *A Ilha do Faial, Porto [...]*, já cit., pp. 22-24.

⁴¹⁵ “Faial Porto Franco”, *O Telégrafo*, 1906, setembro 25 (3 813), p.1.

⁴¹⁶ “Porto Franco I”, *O Telégrafo*, 1906, novembro 9 (3 851), p.1. Sobre a história e problemática dos portos francos nos Açores e no distrito da Horta, veja-se “Porto Franco”, *Ibid.*, novembro 12 (3 853), p.1; novembro 16 (3 857), p.1; novembro 20 (3 860), p.1; novembro 26 (3 865), p.1; dezembro 11 (3 877), p.1; dezembro 14 (3 880), p.1; dezembro 20 (3 884), p.1; dezembro 5 (3 873), p.1 (reposição de texto de Manuel Joaquim Dias sobre o projeto apresentado em 1897 pelo conselheiro Mariano de Carvalho, então ministro da Fazenda); “O Estabelecimento de Portos Francos nos Açores”, *Revista Micaelense*, 1916 (3), pp.235-245; António Ferreira de Serpa, *op. cit.*; Maria Isabel João, *Os Açores no séc. XIX. [...]*, já cit., pp.135-137; José Guilherme Reis Leite, “O Porto Franco da Horta. A Proposta do Visconde de Leite Perry”, in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Sécs. XV a XIX*, Horta, Núcleo Cultural, 1995, pp.225-230.

⁴¹⁷ Sobre as incongruências do porto da Horta – polo de desenvolvimento, porto abandonado, atraso agrícola e industrial, falta de braços e de bens essenciais, cf. “O Porto da Horta”, *O Telégrafo*, 1919, novembro 18 (7 664), p.1. “O Estado do Porto da Horta”, *Ibid.*, 1920 janeiro 8 (7 682), p.1. Ao debruçar-se sobre este assunto, Maria Isabel João, aponta quatro fatores, que, em seu entender, seriam “responsáveis” por os sucessivos projetos serem “arrumados na gaveta”, a saber: o medo da concorrência estrangeira aos produtos agrícolas (cereais) e industriais produzidos localmente; a ruína da agricultura e da indústria locais sem barreiras alfandegárias protecionistas, e consequente crise social e desvalorização da propriedade arruinada; as dificuldades em encontrar receitas alternativas às provenientes da alfândega; o bairrismo insular, isto é, o medo de que ilha ou ilhas fossem mais beneficiadas do que outra, ou então os interesses instalados, cf. Maria Isabel João, *Os Açores no séc. XIX. [...]*, já cit., pp.135-137.

datada de 25 de novembro do mesmo ano, enviada a sua “Majestade Fidelíssima”, o rei D. Carlos⁴¹⁸, onde se voltava a reforçar a ideia de que o porto franco seria o “futuro dourado” dos povos do distrito.

Finalmente, a questão dos faróis, ou na gíria da imprensa: iluminar “as nossas costas”. Este desiderato, depois de tanto a imprensa como as autoridades administrativas de forma objetiva terem clamado contra esta desatenção do Governo perante a “dark land”, como eram designadas as costas das ilhas, seria conseguido com a entrada em funcionamento ilha do Faial de dois faróis um em 1903⁴¹⁹ e outro em 1919⁴²⁰, respetivamente na ponta dos Capelinhos⁴²¹ e na freguesia da Ribeirinha.

Mas qual o problema da falta de iluminação das costas do distrito? A resposta é-nos assim dada num relatório apresentado à Junta Geral pela comissão executiva distrital da Horta, em 1882. A respetiva comissão entendia, por um lado, que a sua falta punha, pela sua demanda, a vida de muitos marinheiros em perigo e, por outro, que o conhecimento desta poderia ter um efeito nefasto: “ilhas ou rotas a evitar”⁴²².

Depois da aprovação do primeiro plano de farolagem para as ilhas adjacentes em 1870, verificamos que em 1883, perante o atraso de sinalização marítima das costas de Portugal e das ilhas, seria aprovado um novo plano de farolagem, que previa dezoito faróis para os Açores⁴²³.

⁴¹⁸ “Porto Franco”, *O Telégrafo*, 1906, novembro 27 (3 866), p.1.

⁴¹⁹ Inaugurado a 1 de agosto de 1903 (sábado). Veja-se “Farol dos Capelinhos”, *O Telégrafo*, 1903, agosto 3 (2 891), p.1. Apêndice – Capítulo I, Gravura 14.

⁴²⁰ A sua construção iniciou-se em maio de 1915. Inaugurado a 1 de novembro de 1919. Sobre o assunto, veja-se Carlos Ramos da Silveira, *Faróis dos Açores. Um património a preservar*, Horta, Direção Regional de Turismo, 2003.

⁴²¹ Sobre a construção deste farol, veja-se “Correspondente do Capelo” [Manuel Garcia de Souto Jr., *O Telégrafo*, 1897, junho 22 (1 111), p.1. Escrevia a propósito: “A torre do Farol pelo sua altitude excessiva e beleza de construção tem atraído romeiros de todas as freguesias de ilha como se fosse um santo milagroso”; *Marinha Portuguesa* [Direção de Faróis, Gabinete de Estudos], *O Farol dos Capelinhos*, 1903-2003, Lisboa, 2003; Carlos Ramos da Silveira, *op. cit.*

⁴²² BPARJJG, *Comissão executiva distrital da Horta*, “Relatório apresentado à Junta Geral na sessão Ordinária de novembro de 1882” [d.a.]. Sobre o naufrágio da barca italiana *Quinto*, veja-se “Noticiário”, *O Faialense*, 1880, junho 20 (46), p.4.

⁴²³ *O Faialense*, 1882, junho 25 (47), p.4, na sua secção “Noticiário” escrevia: “A Comissão encarregada de elaborar o plano de iluminação das costas do Reino e ilhas dos Açores” previa para o distrito da Horta a instalação de sete faróis: três no Faial (Ponta dos Capelinhos, Ponta da Ribeirinha e Monte da Guia), um no Pico e Corvo e dois nas Flores. O custo total era de 120 178\$100 réis, distribuído por edifícios (62 300\$000) e aparelhos (57 878\$100). Num ofício da Direção-Geral dos Correios, Telégrafos e Faróis ao governador civil do distrito da Horta, dava-se a conhecer que para o ano económico de 1883-1884, seriam construídos no distrito apenas quatro faróis: Ponta dos Capelinhos (Faial), Ponta dos Ilhéus (Flores), Pesqueiro Alto (Corvo) e Ponta da Cruz (Flores), cf. BPARJJG, *Ministério da Obras Públicas*, “Ofício, de 2 de agosto de 1883, ao governador civil do distrito da Horta” [d.a.]. O primeiro farol que entrou em funcionamento nos Açores foi o da Ponta do Arnel, na ilha de São Miguel, em 1876.

Conhecedora deste projeto “da proveitosíssima lei que ultimamente manda iluminar as costas de Portugal e ilhas”, a secção da Horta da *Sociedade de Geografia de Lisboa* através de uma representação, de 26 de abril daquele ano, pedia ao “Governo de Sua Majestade”, para que fosse levantado um farol no lugar denominado “Os Capelinhos”, mas não se ficava apenas pelo pedido. Pela leitura, notamos que os membros da secção entendiam que a sua colocação era antes de tudo um gesto humanitário que podia salvar vidas e centenas embarcações⁴²⁴.

No ano seguinte, seria a vez de Câmara da Horta, então presidida por João José da Graça, expor idêntico assunto ao Governo; em 1886 aquela secção voltaria ao assunto⁴²⁵; em finais da década, 1889, seria a vez do deputado pelo círculo da Horta, Miguel António da Silveira⁴²⁶; dez anos depois (1893) da aprovação do plano de farolagem, o oficial da armada, o faialense José de Almeida de Ávila, irmão do conde de Ávila, apresentava um estudo sobre a farolização dos Açores, adiantando as razões (que a navegação se continuasse a fazer “às apalpadelas e por uma maneira verdadeiramente prodigiosa!”⁴²⁷), a quantidade e onde deveriam ser construídos alguns farolins e os seis faróis que propunha: Flores⁴²⁸, Faial (ponta dos Capelinhos, ou na Ponta Negra, ou no Ilhéu Grande), Pico, Terceira, São Miguel e Santa Maria (ilhéu da Formigas).

Por fim, em abril de 1894 uma portaria do ministério das Obras Públicas autorizava a construção, no distrito da Horta, de dois faróis de 2.^a ordem: um nos Capelinhos e outro nas Lajes das Flores, ao mesmo tempo que disponibilizava a verba necessária para ambas as construções: trinta contos de réis insulanos (quinze para cada um)⁴²⁹. As obras do farol dos Capelinhos iniciaram-se, finalmente, a 18 do mesmo mês e ano.

A obra foi-se arrastando, de forma penosa, chegando mesmo o cônsul alemão, em Lisboa, a chamar a atenção dos marítimos que navegavam nos mares açorianos, através da revista *Shipping Gazette Weekly Summary*, de Hamburgo, edição de 20 de janeiro de 1899, que tinha sido informado pelo vice-cônsul do seu país na Horta que a luz (lanterna) encarnada e branca, visível a vinte e cinco milhas, ainda não tinha sido colocada no farol dos Capelinhos, o

⁴²⁴ “Representação”, *O Grémio Literário*, 1883, junho 1 (66), p.335.

⁴²⁵ “Secção da Sociedade de Geografia de Lisboa na ilha do Faial”, *O Açoriano*, 1886, junho 27 (3), p.1.

⁴²⁶ “Faróis”, *O Açoriano*, 1894, abril 8 (14), p.1.

⁴²⁷ José de Almeida de Ávila, “A iluminação das ilhas do arquipélago açoriano”, *O Açoriano*, 1893, julho 30 (31), p.2; agosto 6 (32), pp.2-3.

⁴²⁸ Sobre as peripécias de “Um Farolim”, na ilha das Flores, na sequência de uma representação da Associação Comercial da Horta, veja-se *O Faialense*, 1902, abril 27 (45), p.1.

⁴²⁹ “Os Faróis”, *A Discussão*, 1894, abril 15 (1), p.1.

que levaria a que num artigo publicado n' *O Telégrafo* se lamentasse tal imprevidência, porque muitos comandantes cientes de uma luz que não existia podiam ser vítimas de naufrágio”⁴³⁰.

Por isso, adiar tão importante melhoramento acabaria por levar a imprensa a fazer sorrir os seus leitores: “O Farol dos Capelinhos, a esplêndida obra que só tem um defeito – a falta de luz”⁴³¹.

4.3.2. Estradas e caminhos

As vias e meios de comunicação são fundamentais para o desenvolvimento económico de qualquer comunidade, daí o programa de fomento dos transportes e comunicações levados a cabo em Portugal pelo Fontismo na segunda metade de Oitocentos, cuja solução rodoviária era a “resposta” ao alvará de 28 de março de 1791, entendido com a primeira tentativa de resolver a carência de estradas e o mau estado das existentes.

Na ilha do Faial, certamente como nas outras ilhas, a rede de caminhos e estradas foi aberta ao sabor “dos terrenos tortuosos acidentados, orlados de silvas e ervaçal”⁴³². Por isso, as estradas da ilha tomaram direções imprevistas e fechadas.

Em 1874, o governador civil do distrito da Horta, Santa Rita, no seu relatório apresentado à Junta Geral, a 16 de novembro, também partilhava daquela ideia ao admitir que a “construção de estradas é hoje um melhoramento de reconhecida utilidade pública, e que os povos mais desejam”⁴³³. Isto significava que, ainda na segunda metade do século XIX, as ligações entre a cidade da Horta e as freguesias rurais eram bastante deficientes, devido ao carácter precário da rede viária existente, realidade confirmada tanto pelo regedor da freguesia dos Flamengos, em 1864, que num ofício remetido à Câmara, chamava a atenção para o mau estado da estrada que ligava a freguesia à Horta – ruas Formosa e São Lourenço, e dos precipícios junto à ribeira que nelas existiam⁴³⁴; como pelo dito

⁴³⁰ Veja-se António de Sousa Hilário, “Interesses Locais”, *O Telégrafo*, 1899, fevereiro 21 (1 600), p.1; P.E., “Faróis”, *Ibid.*, 1895, fevereiro 18 (430), p.1. Apêndice – Capítulo I, Documento n.º 9.

⁴³¹ Veja-se “Ao ar livre – no Capelo”, *O Faialense*, 1900, maio 27 (30), p.1; “Ecceiterum”, *O Telégrafo*, 1899, janeiro (1 578), pp.1-2. Neste artigo o seu autor referia-se ao facto de o farol estar identificado nas cartas náuticas. No entanto, como ainda não funcionava, os vapores inglês *Birechfield* e austríaco *Ragusa* e um navio de vela francês por pouco não haviam encalhado nas costas da ilha do Faial.

⁴³² Marcelino Lima, *Anais do Município* [...], já cit., p.143.

⁴³³ *O Faialense*, 1874, novembro 22 (15), p.1.

⁴³⁴ *O Atlântico*, 1864, dezembro 12 (27), p.3. No seu ofício, o regedor lamentava, ainda, que, caso nada seja feito, os reparos de futuros “serão mais dispendiosos”.

governador civil que, em 1867, referia que as estradas municipais estavam na sua maioria em péssimo estado⁴³⁵.

Naturalmente, e perante o cenário descrito, a solução passaria por, mais uma vez, se apelar à atenção dos poderes públicos, porque a sua conclusão, reclamada pelas populações, seria considerada um trabalho da maior urgência. E a razão residia nas verbas diminutas atribuídas pelo poder central ao distrito, incapazes de fazer face às despesas que a carência de estradas e pontes importava.

Mas apesar das obras que se iam fazendo, e que haviam contribuído para o melhoramento da rede viária, quer na estrada real quer nas estradas municipais⁴³⁶, o panorama não deve-se ter alterado substancialmente, porque, em conformidade com o sistema descentralizador decretado pelo *Código Administrativo de 1878*⁴³⁷, ao atribuir competências aos distritos, concelhos e paróquias no sentido de proverem os seus melhoramentos materiais, estes, por falta ou por limitação de recursos, recorriam ao auxílio do Governo, porque sem ele os melhoramentos necessários paravam e os concluídos acabariam por degradar-se, mesmo que fosse necessário esperar pela ocasião oportuna para serem satisfeitas as aspirações locais.

Nos finais da década de 70 inícios da de 80, verificamos, a partir da análise de três relatórios da Repartição das Obras Públicas do distrito da Horta sobre o desenvolvimento das estradas de 3.^a ordem⁴³⁸, que se estavam a construir um conjunto de lanços de estrada nas freguesias das Angústias, Flamengos, Feteira e Matriz com o objetivo de ligar a cidade à sua periferia rural, as diferentes zonas de uma mesma freguesia e as freguesias entre si, facilitando assim o acesso às zonas de maior atividade agrícola.

Contudo, no período em estudo, a par da construção e da reconstrução de estradas e de caminhos, notamos, pela leitura da documentação consultada, que, além das

⁴³⁵ BPARJJG, *Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo da Horta*, 1867, p.3. Veja-se Artur Teodoro de Matos, *Transportes e Comunicações* [...], já cit., pp.57-58.

⁴³⁶ BPARJJG, *Comissão Executiva distrital da Horta*, “Relatório apresentado à Junta Geral na sessão ordinária de novembro de 1882”, pnn.

⁴³⁷ Sobre o assunto, veja-se os artigos 60.º, ponto 2; 127.º, pontos 11 e 14; 167.º, ponto 10 do *Código administrativo aprovado por Carta de Lei de 6 de maio de 1878*, já cit., pp.14, 30 e 39. Pelo código administrativo de 1886 são anuladas as competências de construção de estradas às corporações distritais e municipais, mantendo-se apenas a competência das Juntas de Paróquia na “construção, reparação, conservação e limpeza dos caminhos vicinais” (Art. 202, ponto 15), cf. PORTUGAL, *Código Administrativo Português por decreto de 17 de julho de 1886*, já cit., p.9.

⁴³⁸ *Comissão Executiva distrital da Horta*, “Relatório apresentado à Junta Geral na sessão ordinária de novembro de 1882”, pnn. Em 1885, o distrito da Horta possuía 122 quilómetros de estradas, o que o colocava a par do distrito de Angra numa “posição cimeira a nível nacional, por possuírem mais metros de estradas reais por km²”, respetivamente, 136 e 251, cf. Carlos Enes, “Estradas”, *Enciclopédia Açoriana*, in <http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/enciclopedia/index.aspx> (consultado em 11-05-2009).

constantes reclamações contra o mau estado das estradas, realçava-se a necessidade de conclusão da estrada litoral (estrada à volta da ilha⁴³⁹, cerca de 2 900m) entre as freguesias da Praia do Norte e dos Cedros⁴⁴⁰, o que iria não só melhorar a vida das respetivas populações como permitir aos simples viajantes e turistas a possibilidade de apreciarem as paisagens e os costumes campestres, curiosos e originais⁴⁴¹. Ao mesmo tempo que se defendia a construção de uma estrada central (transversal) que atravessasse o interior da ilha no sentido leste/oeste, porque não estando concluída a estrada litoral, os habitantes das freguesias opostas, para se comunicarem entre si, eram obrigados a um longo circuito, que seria reduzido para metade se a estrada existisse. Assim, perante a insuficiência da rede viária e do estado lastimoso de alguns lanços da estrada litoral as freguesias para fazerem chegar os seus produtos à Horta acabariam por privilegiar a via marítima, caso da freguesia dos Cedros, considerada “a mais importante da ilha e o celeiro do Faial”⁴⁴².

Por outro lado, é notória a preocupação com algumas estradas pela sua importância turística, em particular a que conduzia à Caldeira⁴⁴³, considerada uma verdadeira maravilha dos caprichos vulcânicos, devido a ser visitada por muitos estrangeiros que aportavam à ilha. Todavia, era apenas acessível através de sendas perigosas, apesar de se recomendar que “ninguém dev[ia] deixar de ver a Caldeira”⁴⁴⁴, pela razão de que “do Cabeço Gordo vê-se toda a ilha à roda”⁴⁴⁵. Por isso, Weeks não tinha qualquer dúvida que a grandiosidade da paisagem [Caldeira] desde logo ganharia a preferência dos visitantes⁴⁴⁶.

Dentro desta interpretação, verificamos que em 1905 se lamentava o estado deplorável em que se encontravam alguns caminhos municipais, em particular os do Facho e Cima da Lomba (freguesias da Conceição e Praia do Almoxarife), intransitáveis tanto para os seus moradores e para os proprietários das terras vizinhas como para os “touristes” que deles desfrutavam de magníficos panoramas da cidade e da baía da Horta, dos vales

⁴³⁹ Cf. Alice Baker, “Um Verão [...]”, já cit., *Boletim do [...]*, vol. 16, pp.171-174; António de Sousa Hilário, “Melhoramentos”, *O Telégrafo*, 1903, abril 4 (2 798), p.1.

⁴⁴⁰ “Estrada litoral”, *O Telégrafo*, 1906, maio 25 (3 714), p.1.

⁴⁴¹ X., “Estradas de Turismo”, *A Democracia*, 1922, outubro 21 (1 626), p.1.

⁴⁴² Florêncio Terra, *Água de Verão [...]*, já cit., p.38.

⁴⁴³ Sobre o assunto, escreve o Cônego A. Homem de Gouveia: “Aquele vale dos Flamengos apreciado da estrada da Caldeira – que amenidade, que doçura, que lindeza!”, “Fala um alto Espírito”, *A Democracia*, 1922, setembro 2 (1 6039, p.1. Adjetiva a ilha do Faial de “risonha e hospitaleira”.

⁴⁴⁴ Alice Baker, “Um Verão [...]”, já cit., *Boletim [...]*, vol. 16, p.166.

⁴⁴⁵ Raul Brandão, *Ilhas Desconhecidas [...]*, já cit., pp.58 e 64-65.

⁴⁴⁶ Cf. Lyman H. Weeks, “Nos Açores”, *Revista Insulana*, vol. XIV, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1958 (1.º sem.), pp.119-124. A estrada foi construída entre 1947 e 1955.

dos Flamengos e da Praia do Almoxarife e do canal Faial-Pico com São Jorge ao longe, uma visão sem igualha⁴⁴⁷.

As estradas rurais, eram poucas as que estavam construídas em macadame, mas os desgastes provocados pelo trânsito de pessoas e animais (utilização de carros de bois com rodeiros de dentadura e pelo arrasto de lenhas), pela má conservação e pelas chuvas que destruíam em pouco tempo o piso, obrigavam a que tanto a Câmara como a repartição de Obras Públicas do distrito da Horta se vissem de mãos atadas pela simples razão de não estarem habilitadas com as verbas necessárias para acorrerem às obras de manutenção. Contudo, verificamos que a Câmara como forma de minimizar estas situações, decidiu aprovar posturas com o objetivo de proibir a utilização daquele tipo de rodeiro⁴⁴⁸ e nomear cantoneiros para o serviço e fiscalização das estradas municipais⁴⁴⁹ ao mesmo tempo que tentava envolver nas tarefas de vigilância e fiscalização as Juntas de Paróquia⁴⁵⁰ para que, assim, se evitassem os abusos cometidos pelos respectivos paroquianos.

Por seu turno, as ruas da cidade da Horta apresentavam-se geralmente sujas⁴⁵¹ e com o piso em mau estado, situação agravada com a abertura de valas para colocação do cabo submarino. Por vezes a morosidade das obras previstas, apesar da aprovação dos projetos e dos orçamentos, decorria da inexistência de calceteiros que garantissem qualidade das obras, porque os existentes, de acordo, com “a opinião corrente”, deixavam muito a desejar, por isso se defendia o recurso a calceteiros de outras ilhas, em particular da Terceira, por dois motivos: primeiro, eram a garantia de um bom trabalho; segundo, podiam os calceteiros locais aprender com os terceirenses, “o que permitiria que num futuro próximo pudessem reparar ou construir as estradas de forma satisfatória”⁴⁵².

A este propósito, destacamos a “campanha” d’*O Telégrafo*, nos anos de 1905 e 1906, em torno do estado de conservação de algumas ruas da cidade e de “grandes

⁴⁴⁷ “Caminhos Municipais”, *O Telégrafo*, 1905, janeiro 25 (3 330), p.1.

⁴⁴⁸ De acordo com o artigo 74.º das Posturas de 1886, verificamos que os carros de bois tinham que utilizar nas rodas não os rodeiros de dentadura, mas uma chapa de sete centímetros de largura, cf. Elmiro Rocha [Trans.e notas], *Posturas da Câmara* [...], já cit., p.348. Em 1906, perante os abusos do arrasto de lenhas, a Câmara para fazer face ao problema remetia uma circular às Juntas de Paróquia sobre o assunto, tentando assim responder ao clamor “contra este insignificante proceder” que danificava os caminhos. Por isso, pedia-se “a V. Exa. se digne à missa exortar os seus paroquianos fazendo-lhes sentir que a Câmara está disposta a corrigir, pelos meios judiciais, quem continuar a praticar tal abuso”, cf. BPARJJG, *Câmara Municipal da Hortasetembro*: Registos, 1906-1907 (62), fl.27.

⁴⁴⁹ BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, Livro de Cartas de Mercê, Alvarás e Patentes, 1891-1916, fl.26.

⁴⁵⁰ BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livro de Registos, 1850-1852 (27), fl.57.

⁴⁵¹ A limpeza das ruas seguia a máxima “lave a casa em véspera de visitas ou de festas”, cf. “Limpeza”, *A Democracia*, 1922, setembro 2 (1 603), p.1.

⁴⁵² “Grandes reparações”, *O Telégrafo*, 1905, dezembro 14 (3 589), p.1.

reparações” a realizar nas ruas Conselheiro Miguel António da Silveira, Conselheiro Medeiros, Walter Bensaúde e D. Pedro IV, consideradas as duas últimas como as mais importantes e principais da cidade, na travessa do Amor da Pátria e no largo de Santa Cruz⁴⁵³. Explicava o diário faialense que concluídas as reparações o “aspeto mesquinho de aldeia sertaneja que [...], nesse abandono de largos anos, a cidade oferec[ia]” desapareceria, porque os novos pisos construídos com paralelepípedos não só seriam mais agradáveis à vista como seriam resistentes ao tempo e ao uso⁴⁵⁴.

Por fim, é notória também a constante referência a obras mal executadas, sobretudo de grande dimensão, realçando-se como causa próxima a falta de empreiteiros habilitados, daí se socorrer da solução mais fácil: a interrupção dos trabalhos, como aconteceu com a ponte da freguesia dos Flamengos,

Esta constituiu um dos “grandes” projetos da rede viária faialense, nos inícios do século XX, por ser aquela freguesia atravessada, em toda sua extensão, por uma ribeira.

Ambas as margens da ribeira ligavam-se entre si através de poldras, pelos locais acessíveis quando estava seca ou então pelos “pelos arcos pitorescos de uma velha ponte de pedra” pedonal, que se supõe ter sido construída por volta de 1500, descrita como uma construção “de pedra tosca e musgosa, mas de aspeto pitoresco, que dava um toque de poesia àquele trecho da paisagem”⁴⁵⁵.

Em 1755, a Câmara, dentro de uma política de conservação da rede viária, decidiu realizar na ponte alguns consertos, que incluíram o fortalecimento da estrutura, a elevação dos pilares e a consolidação do patamar superior com ferro⁴⁵⁶. No século seguinte, de acordo com o relatório do governador civil, de 1867, concluímos que a primeira autoridade distrital ciente que a ponte era de “antiga construção, acanhada e deficiente”, entendia que deveria, por isso, ser substituída por outra, “que satisfaça as necessidades de trânsito”⁴⁵⁷.

⁴⁵³ Largo de Santa Cruz”, *O Telégrafo*, 1906, fevereiro 16 (3 683), p.2. Neste artigo não se clamava apenas contra o estado intransitável do largo, pedia-se à Câmara que o mandasse reparar, antes da chegada de “um navio com turistas, aquilo está simplesmente uma vergonha. Bem sabemos que toda a cidade carece de limpeza, mas ali é onde se recebe a primeira impressão, que esta ao menos não seja desoladora”. Sobre a proposta de construção de uma avenida marginal que “do Largo de Santa Cruz vá até ao forte do mesmo nome, correndo paralelamente à rua municipal, Tenente Valadim”, veja-se BPARJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, “Ofício, n.º 43, de 5 de março de 1910, ao presidente da Câmara Municipal da Horta” [d.a.].

⁴⁵⁴ Sobre o assunto, veja-se “Grandes Reparções”, *O Telégrafo*, 1905, dezembro 14 (3 589), p.1; *Ibid.*, 1906, abril 3 (3 674), p.1; “Rua Walter Bensaúde”, *Ibid.*, 1906, outubro 17 (3 832), p.1.

⁴⁵⁵ *O Telégrafo*, 1904, janeiro 2 (3 017), p.1; fevereiro 13 (3 051), p.1.

⁴⁵⁶ BPARJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livro de Vereações, 1751-1759 (21), fls.95-96: “Ata de 30 de abril de 1755”.

⁴⁵⁷ Cf. BPARJG, *Relatório do governador Civil de 1867*, p.13.

Deste modo, a Câmara, nos inícios de 1903, decidiu substituí-la, porque só dava passagem a peões, obrigando as carruagens e os carros de bois a darem a volta pela ponte de Santo Amaro ou então, quando não quisessem, teriam que usar o difícil e áspero leito da ribeira em ocasiões de estiagem.

Assim, na sua reunião ordinária de 26 de março do mesmo ano, autorizava o presidente – o flamenguense Joaquim Crisóstomo da Silveira – “a assinar a contrato da empreitada para a obra de construção da ponte dos Flamengos e bem assim a assinar a escritura do empréstimo a contrair para a mesma construção”⁴⁵⁸.

O contrato da empreitada, que deveria estar concluída no dia 30 abril de 1904⁴⁵⁹, foi assinado no dia 6 de abril de 1903, tendo a obra sido adjudicada a António Goulart Brum, oficial pedreiro da freguesia da Praia do Almoxarife, que se obrigava a fazer todo o trabalho de construção, pela quantia de 3 563\$000 réis.

À medida que a obra decorria, notamos que a ponte passou a fazer parte da luta política local. Assim, o órgão do Partido Progressista, o jornal *O Atlântico*, fez dela uma arma de arremesso constante à Câmara regeneradora. Ou seja, baseando-se no “dizer dos técnicos”, chamava a atenção para uma ponte que não oferecia segurança por falta de condições de estabilidade, que não tinha largura proporcional à sua altura e que depois de feita, além de não oferecer segurança, iria exigir avultados investimentos “para dar passagem pela direita e esquerda a quem da Praça dos Flamengos se dirige para as suas casas”⁴⁶⁰. Em 1904, o jornal insinuava que, sendo a ponte “o cavalo de batalha da Câmara”, a sua construção só era compreensível “se porventura o presidente não fosse o mais interessado nela”. Ao mesmo tempo voltava a insistir que por aquele “canudo”, como a designava, mal passariam dois carros em sentido contrário, “tendo já sido necessário apear os muros de suporte que ameaçavam ruína”, isto é, os flamenguenses passariam a dispor, segundo o jornal, de uma ponte, que se “desmorona antes de ser franqueada ao público”⁴⁶¹.

Por seu turno, a Câmara não ficaria imune às críticas do jornal, admitindo mesmo que seria necessário averiguar o estado da construção, salvaguardando assim as suas responsabilidades. Deste modo, a edilidade decidiu solicitar à Direção de Obras Públicas

⁴⁵⁸ BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livro de Vereações, 1902-1904 (51), fl.64v.: “Ata de 26 de março de 1903”.

⁴⁵⁹ Caso não estivesse concluída, o empreiteiro seria obrigado a pagar por cada mês além do prazo a quantia de três mil réis, salvo razões devidamente justificadas que o inibissem de concluir a obra no prazo estipulado. Por sua vez, o fiador do empreiteiro, João Inácio de Sousa, declarou que se obrigava por sua pessoa e bens a cumprir o contrato. Os trabalhos de fiscalização foram confiados ao “hábil” condutor da Obras Públicas Manuel Francisco da Silva Goulart, cf. *O Telégrafo*, 1903, maio 7 (2 823), p.1.

⁴⁶⁰ *O Atlântico*, 1903, dezembro 20 (1 947), p.1; dezembro 27 (1 948), p.1.

⁴⁶¹ *O Atlântico*, 1904, março 6 (1 958), p.2; julho 3 (1 974), p.2; julho 20 (1 975), p.1.

do distrito uma vistoria à ponte a fim de se verificar se a construção estava em conformidade com a planta apresentada pelo empreiteiro e se poderia ser aberta ao público “sem receio de qualquer sinistro”⁴⁶². A resposta que não deve ter sido satisfatória, porque na sessão ordinária de 15 de dezembro ainda de 1904, a presidência seria autorizada a recolher informações junto do fiador do empreiteiro, a fim de saber se estaria disposto a encarregar-se da demolição dos muros da ponte e da respetiva reconstrução⁴⁶³, o que nos permite concluir que a edilidade não só admitia a falta de segurança da ponte como dava razão á voz pública, certamente face ao esfregar de mãos de contentamento por parte dos responsáveis d’*O Atlântico*, que sempre haviam afirmado que o imóvel não reunia as condições necessárias de solidez, devendo sofrer novas obras, para que se evitassem, a bem do serviço público, quaisquer sinistros.

Todavia, a nova edilidade, entretanto eleita, presidida por Domingos Pereira Campos, que fizera parte do anterior elenco camarário, como vereador do pelouro “Largos, jardins e matadouro”, certamente ciente da falta de solidez da obra, principalmente dos muros de suporte que não tinham “a espessura devida, sem jorramento e cortes interiores e sem pedra de amarração, que pouco tempo depois saíram fora da linha de prumo ameaçando desabamento”⁴⁶⁴, decidiu mandar elaborar um novo “Projeto e orçamento para a demolição e reconstrução dos muros de suporte da ponte da freguesia dos Flamengos”, encarregando, para o efeito, o apontador de 3.^a classe Domingos António de Sousa. Depois de concluído, a 24 de novembro de 1905, seria considerado, pelos serviços da Direção das Obras Públicas do distrito da Horta como “um projeto muito bem elaborado”⁴⁶⁵.

Mas o tempo foi passando, e as obras não avançavam, porque o valor previsto era superior à capacidade financeira da edilidade. A conclusão da obra deve ter ocorrido em

⁴⁶² BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livro de Vereações, 1904-1906 (53), fls.190-191 e 193v.-195: “Atas de 3 e 10 de novembro de 1904”. Até que ponto a placa de mármore colocada na ponte, e que ainda hoje se mantém, dá razão ao jornal se tivermos em conta o seu conteúdo? “Ponte construída em 1904 pela Câmara Municipal, sendo seu presidente o cidadão Joaquim Crisóstomo da Silveira”. Todavia, não sabemos que edilidade a mandou colocar e em que ano. Mas sabemos que a proposta de colocação desta lápide foi apresentada pelo vereador Osório Goulart à Câmara na sua sessão de 9 de junho de 1904. Seria aprovada por unanimidade, cf. BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livro de Vereações, 1902-1904 (51), fl.170 v.-171: “Ata de 9 de junho de 1904.

⁴⁶³ BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livro de Vereações, 1904-1906 (53), fl.6v.: “Ata de 15 de dezembro de 1904”. No orçamento da edilidade para 1905, previa-se, para conclusão da obra, 463\$000 réis, cf. “Orçamento Municipal”, *O Telégrafo*, 1905, março 20 (3 372), pp.1-2; António de Sousa Hilário, “Câmara Municipal”, 1905, *Ibid.*, março 28 (3 378), p.1.

⁴⁶⁴ BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, “Projeto e orçamento para a demolição e reconstrução dos muros de suporte da ponte da freguesia dos Flamengos, Horta, 24 de novembro de 1905. O apontador de 3.^a classe, Domingos António de Sousa” [d.a.].

⁴⁶⁵ BPARJJG, *Direção das Obras Públicas do Distrito da Horta*, “Ofício n.º 16, de 10 de abril de 1907, ao governador civil do distrito da Horta. O encarregado, António da Cunha de Bem” [d.a.].

1908, se fizemos fé em duas notícias d’*O Telégrafo* publicadas em setembro de 1907⁴⁶⁶ e na leitura do orçamento da câmara para 1908⁴⁶⁷.

4.3.3. “Aparece[u]a luz em todo o seu brilho”⁴⁶⁸

A iluminação da cidade da Horta mereceu sobretudo ao longo da segunda metade de Oitocentos e inícios de Novecentos a atenção da edilidade, mas a decantada fragilidade do cofre municipal ou de arrojo foram obstando à sua solução⁴⁶⁹.

A 5 de maio de 1869, depois de muitos esforços que contaram com o apoio de dois beneméritos faialenses – Charles Dabney (1794-1871) e Walter Bensaúde (1850-1920)⁴⁷⁰ – inaugurava-se a iluminação pública (luz a petróleo) da cidade⁴⁷¹, que, na expressão de Marcelino Lima, “alumiou palidamente as ruas da Horta até ao ano de 1910”⁴⁷².

Ao longo da primeira década do século XX, é notória a existência de um conjunto de tentativas para dotar a cidade de iluminação elétrica, a saber:

1.^a – A da companhia americana *Electrical Construction and Gobbers* (a sua proposta também previa o fornecimento de água à cidade) representada na Horta pela casa comercial Silveira, Edwards & C.⁴⁷³. As coisas ficaram como estavam⁴⁷⁴;

2.^a - a da firma Lino J. Neves, de Lisboa (1903-1906)⁴⁷⁵. A Câmara da Horta face ao não cumprimento das condições contratuais por parte desta empresa decidiu rescindir o contrato de 26 de fevereiro de 1906, dando ao interessado conhecimento da sua decisão em 6 de novembro do mesmo ano;

⁴⁶⁶ A primeira referia que os trabalhos de reconstrução e de conclusão ficariam a cargo do condutor Frutuoso Ferreira da Silva, cf. *O Telégrafo*, 1907, setembro 3 (4083), pp.2-3; a segunda, que “à exceção dos arcos, [a ponte] será apeada até ao alicerce”, *Ibid.*, 1907, setembro 4 (4 084), p.3.

⁴⁶⁷ BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livro de Vereações, 1907-1908 (54), fl.49: “Ata de 12 de fevereiro de 1907. No orçamento de 1908, à semelhança do de 1907, estava prevista uma verba de 500\$000 réis. Para 1909, a Câmara não inscreveu qualquer verba para a obra. Apêndice – Capítulo I, Gravuras 15 e 16.

⁴⁶⁸ Cf. “A inauguração da luz elétrica”, *O Telégrafo*, 1910, abril 12 (4 812), p.1.

⁴⁶⁹ “Iluminação da cidade”, *O Faialense*, 1857, abril 22 (4), p.25.

⁴⁷⁰ O primeiro ofereceu setenta candeeiros e o segundo as hastes de suporte dos mesmos.

⁴⁷¹ Era constituída por 73 candeeiros a petróleo.

⁴⁷² Marcelino Lima, *Anais do Município [...]*, já cit., pp.166-168. Participou nos festejos a filarmónica “Amantes do Progresso”, formada por estudantes, houve foguetes e muita gente. Veja-se *O Telégrafo*, 1910, abril 12 (4 841), p.2; “A Iluminação da cidade da Horta”, *Ibid.*, 1910, abril 12 (4 841), p.2.

⁴⁷³ “Assunto Importante”, *O Faialense*, 1902, janeiro 19 (116), p.1; janeiro 26 (117), p.1; “Comparando”, *Ibid.*, 1902, março 9 (123), p.1; BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livro de Vereações, 1900-1902 (50), fl.140: “Ata de 16 de janeiro de 1902”.

⁴⁷⁴ Veja-se AAR, *Câmara dos Deputados*, Diário da Câmara Deputados, 1902 (35), p.3: “Ata da sessão de 14 de março de 1902”. Veja-se projeto de lei apresentado por João Joaquim André de Freitas, deputado pelo círculo da Horta, em que solicitava a dispensa “do pagamento dos direitos de importação todo o material que for necessário para a instalação da iluminação a luz elétrica, assim como para o abastecimento de águas na cidade da Horta, Ilha do Faial”.

⁴⁷⁵ *O Telégrafo*, 1904, janeiro 13 (3 025), p.1.

3.^a - o “Estudo preliminar de uma instalação para iluminação elétrica na cidade da Horta”, de Jorge da Cunha, do Porto, e antigo diretor da estação de correios da Horta⁴⁷⁶.

No entanto, mais uma vez nada se conseguiu, porque, como referia a imprensa faialense, não se tratava de “encanar águas políticas ou de eletrificação política”⁴⁷⁷, o que vinha ao encontro do desencanto do articulista do jornal *A Discussão* já expresso, em 1894, sobre o assunto: “Em toda a parte do mundo civilizado procura-se melhorar no sentido da qualidade e da quantidade a iluminação pública, aqui no Faial, no País da Coisa Rara, é ao contrário...”⁴⁷⁸.

A proposta que viria a vingar, seria a apresentada à edilidade, então presidida por Francisco Pereira Ribeiro Júnior, a 30 de julho de 1908, por João Raposo de Medeiros, engenheiro eletricista, como abaixo se apresenta:

“O abaixo-assinado, João Raposo de Medeiros, engenheiro eletricista, residente na cidade de Ponta Delgada, aceita as condições do concurso, com que concorda plenamente, e tendo feito o respetivo depósito, como consta do documento junto, obriga-se à iluminação pública da cidade da Horta, com o número de lâmpadas e arcos voltaicos mencionados na condição sexta do mesmo concurso pela quantia anual de cinco contos de réis insulanos, bem como a fornecer quaisquer lâmpadas ou arcos a mais que a Câmara pretenda estabelecer no futuro”⁴⁷⁹.

De acordo com o documento do contrato, constituído por trinta e três cláusulas, verificamos que se previa uma concessão exclusiva ao adjudicatário para fornecer luz elétrica para iluminação pública e privada tanto à cidade como ao restante concelho (1.^a cláusula) e que o contrato só começaria a vigorar a partir de 1 de janeiro de 1909 (33.^a cláusula)⁴⁸⁰.

Nos inícios de 1910, inicia-se a montagem do equipamento na central e a instalação da rede, que se compunha de 400 lâmpadas. A central elétrica seria instalada num terreno, com área de 600 m², localizado no terraplano das obras do porto artificial⁴⁸¹. Quanto à iluminação particular, obrigava-se a fornecer luz elétrica por avença e contador, de acordo com as orientações da Câmara, às seguintes instituições: Hospital, Asilos de Infância Desvalida e de Mendicidade e Tribunal Judicial, a expensas das mesmas.

⁴⁷⁶ “Iluminação elétrica da cidade da Horta”, *O Telégrafo*, 1903, janeiro 30 (2 748), p.1; maio 31 (2749), pp.1-2.

⁴⁷⁷ “Assunto Importante”, *O Faialense*, 1902, janeiro 19 (116), p.1.

⁴⁷⁸ “A Iluminação Municipal”, *A Discussão*, 1894, abril 15 (1), p.1.

⁴⁷⁹ “Proposta para o fornecimento de luz elétrica para iluminação pública e particular da Horta”, *O Telégrafo*, 1908, agosto 1 (4349), p.2. Veja-se Luís Augusto Teixeira de Simas, *Esboço Histórico da Eletrificação dos Açores*, Ponta Delgada, Empresa de Eletricidade dos Açores, 1996.

⁴⁸⁰ Esta concessão foi confirmada por decreto publicado no *Diário do Governo*, de 31 de outubro de 1908.

⁴⁸¹ Por portaria de 20 de março de 1909 seria deferida a intenção de localizar a central naquele espaço, cf. BPARJJG, *Obras Públicas do Distrito da Horta*, “Auto de 19 de abril de 1909” [d.a.]. Apêndice – Capítulo I, Gravura 17.

Em épocas festivas ou em outros acontecimentos relevantes, o adjudicatário ficava obrigado a ligar à rede a instalação elétrica requisitada pela Câmara, que, por sua vez, assumia as necessárias despesas. Mas os pedidos neste âmbito apenas contemplavam o perímetro da cidade nos edifícios, largos e jardins da autarquia.

Assim, a 11 de abril de 1910, segunda-feira, seria, finalmente, inaugurada pelas 20:30h a iluminação elétrica, considerada um “tão grande passo da civilização”⁴⁸². Após os preparativos necessários, dos apitos da Central (o de prevenção às 20h e o de execução 30 minutos depois) e perante o olhar estupefacto de milhares de faialenses, muitos deles localizados nos pontos altos da cidade, “apareceu a luz em todo seu brilho, e as filarmónicas *Artista* e *União* executam os hinos, sobem ao ar muitos foguetes e repicam os campanários de toda a cidade”⁴⁸³.

Em suma, numa terra desde sempre marcada mais por aspirações do que pela realização de melhoramentos de que carecia, já se prefigurava no horizonte das “clamações dos povos” a conclusão de outra velha aspiração: o abastecimento de água potável à cidade e às freguesias rurais.

4.3.4. Abastecimento de água potável

“[As Bicas] estão para ali quase esquecidas, constituindo pouco mais que uma recordação de um passado não distante em que desempenharam papel de alta valia”⁴⁸⁴.

Ao debruçarem-se sobre a ilha do Faial, tanto Gaspar Frutuoso como Frei Diogo das Chagas constataram que sendo a ilha “fértil de tudo”, não tinha fontes e ribeiras de águas perenes (“de água é estéril”). Mas ao referirem-se à freguesia dos Flamengos, não deixavam de anotar que tinha “algumas fontes” ou uma “fontezinha”⁴⁸⁵. Realidade confirmada pelo governador civil Santa Rita que ao referir-se ao assunto não deixava de notar que a ilha do Faial era “falha de águas”, sendo, das poucas as fontes existentes, “a mais notável é a da paróquia dos Flamengos”⁴⁸⁶.

As populações face à escassez de fontes recorriam à abertura de poços, a maioria de maré. Na cidade da Horta existiam vários, a saber: dos conventos de S. João e da Glória, da rua da Praça Velha, da Carrasca, do Pátio da Alfândega e da rua do Pasteleiro (dois).

⁴⁸² *O Telégrafo*, 1910, abril 8 (4 839), pp.1-2.

⁴⁸³ “A inauguração da luz elétrica”, *O Telégrafo*, 1910, abril 12 (4 812), p.1.

⁴⁸⁴ Manuel Gaudêncio, “As Bicas”, *Correio da Horta*, 1966, maio 10 (10 164), pp.2-3.

⁴⁸⁵ Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*, vol. VI, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1968, pp.271-272; Frei Diogo das Chagas, *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura/Universidade dos Açores, 1981, p.482.

⁴⁸⁶ BPARJJG, *Relatório do Governo Civil do Distrito Administrativo da Horta*, 1867, p.2.

Por seu turno, nas freguesias rurais, as populações socorriam-se também de poços batidos (cisternas) retangulares, com o “depósito coberto por uma abóbada cuja expressão exterior resulta num dorso no eixo da construção”⁴⁸⁷.

Aquela “fontezinha” deve ter sido a primeira a ser utilizada, uma vez que a freguesia dos Flamengos foi uma das primeiras localidades que se criou no princípio do povoamento⁴⁸⁸. Por isso, a sua importância levaria a Câmara da Horta a construir ali um depósito (1850-1852)⁴⁸⁹. Conseguida a sua construção, pôs-se logo a ideia de se abastecer a partir do mesmo a cidade da Horta. Todavia, nesta “secura” se passaram cerca de vinte anos.

Certamente que esta situação deve ter influído incontestavelmente no ânimo da Câmara que, em 1870, voltaria novamente ao assunto. Assim, apresentou ao Governo uma petição nesse sentido, solicitando um subsídio no valor de dez contos de réis para o encanamento de água potável da dita freguesia para a cidade. Mas nada de útil se conseguiu. No entanto, a Câmara não desistiu do seu propósito, como se verifica, em atenção à deliberação da sua sessão de 21 de setembro do mesmo ano, em que decidiu solicitar aos engenheiros da Direção de Obras Públicas do distrito, Miguel Henrique e João Cândido de Moraes, para que estudassem as nascentes das freguesias de Castelo Branco, Pedro Miguel e Praia do Norte, para tal fim. Mais uma vez nada resultou.

Face a este contínuo insucesso, verificamos que entre 1871 e 1872, seria a vez da daquela Direção organizar um projeto de encanamento de águas da freguesia dos Flamengos para a cidade elaborado pelo engenheiro João Cândido de Moraes e por João Arriaga Brum da Silveira, condutor auxiliar⁴⁹⁰, concluído a 24 de maio de 1872⁴⁹¹. Mas nada se adiantou.

Após uma comissão aprovada pela vereação camarária em 1885, que nada fez, e uma proposta presente à Câmara pela empresa americana *Electrical Construction and Gobbers* para o fornecimento de água à cidade, cujo assunto não teve continuidade, verificamos que, em 1903, o Governo ordenava que se procedesse ao projeto e orçamento de canalização de água da fonte dos Castelhanos (freguesia dos Cedros) para as freguesias de Castelo Branco, Feteira e para a cidade. Pouco depois seria suspenso.

⁴⁸⁷ AAVV, *HORTA FAIAL, Inventário* [...], já cit., p.103.

⁴⁸⁸ Cf. Marcelino Lima, *Anais do* [...], já cit., p.163.

⁴⁸⁹ Apêndice – Capítulo I, Gravura 18.

⁴⁹⁰ “Abastecimento de Água”, *O Açoriano*, 1885, julho 5 (48), p.1.

⁴⁹¹ *Ibid.*

No entanto, novamente por ordem do Governo, em janeiro do ano seguinte, notamos que agora a aposta de estudo recaía nas nascentes da Grotta dos Saquinhos e na Grotta do Lopo situadas na encosta leste da Caldeira, a cerca de oito quilómetros da cidade da Horta, com uma produção aproximada de 240 litros por minuto. A novidade deste estudo resumia-se ao facto da área geográfica prevista para a canalização se ficar apenas pela cidade da Horta. Tomou a responsabilidade da sua realização o condutor da direcção de Obras Públicas do distrito da Horta, António da Cunha de Menezes Brum (1846-1912⁴⁹²), mas que acabaria por ser arquivado.

Todavia, ainda em 1904, seria cometido um novo projeto a Manuel Francisco da Silva Goulart⁴⁹³, condutor de Obras Públicas, na sequência de um convite do então presidente da Câmara, Joaquim Crisóstomo da Silveira, que seria concluído a 28 de agosto do mesmo ano e que o jornal *O Telégrafo* publicaria na íntegra⁴⁹⁴. Depois de parecer favorável por parte do Conselho Superior de Obras Públicas e Minas, seria aprovado pelo Governo pela portaria de 8 de agosto de 1906.

O projeto referia-se apenas à canalização de águas da Caldeira para a cidade da Horta, escrevendo a propósito o seu autor:

“O projeto de condução de águas da Caldeira à cidade da Horta, aparece como uma obra insignificantiíssima; mas, se considerarmos essa obra relativamente ao meio pequeno e pobre, em que se pretende executar e às incalculáveis vantagens com que o vem enriquecer, ela toma as enormes proporções de um importantíssimo e valioso trabalho que estimula aos maiores sacrifícios para a sua inadiável execução”⁴⁹⁵.

Por isso, na edição de 7 de novembro, a redacção d’ *O Telégrafo* rejubilava com o projeto de abastecimento de água potável à cidade, sem, no entanto, deixar de lançar uma farpa às autoridades pela maneira desatenta com que haviam abordado o assunto, ao relevar que, finalmente, depois de quase três séculos sem resolução de uma necessidade tão antiga que se “perdia na noite dos tempos”, a Horta passaria a dispor de tão útil benefício.

⁴⁹² Cf. Fernando Faria, “O condutor de obras públicas António da Cunha de Menezes Brum”, *Tribuna das Ilhas*, 2008, maio 23 (313), p.12.

⁴⁹³ Segundo o autor, um projeto deste teor implicava estudar cuidadosamente a “quantidade de água para o consumo geral, a qualidade de água que se pretende utilizar e o modo mais conveniente de a trazer e distribuir”, Manuel Francisco da Silva Goulart, “Projeto de Canalização de Água para a cidade da Horta”, *O Telégrafo*, 1906, setembro 5 (3 796), p.2.

⁴⁹⁴ Manuel Francisco da Silva Goulart, “Projeto de Canalização de Água para a cidade da Horta”, *O Telégrafo*, 1906, setembro 3 (3 794), p.2; setembro 4 (3 795), p.2; setembro 5 (3 796), p.2; setembro 6 (3 797), p.2; setembro 7 (3 798), p.2; setembro 8 (3 799), p.2; setembro 10 (3 800), p.2; setembro 11 (3 801), p.2; setembro 12 (3 802), p.2; setembro 13 (3 803), p.2; setembro 14 (3 804), p.2; setembro 15 (3 805), p.2; setembro 18 (3 808), p.2.

⁴⁹⁵ Manuel Francisco da Silva Goulart, “Projeto de Canalização de Água para a cidade da Horta”, *O Telégrafo*, 1906, setembro 4 (3 795), p.2.

Para fazer face às despesas com tão avultado empreendimento, para o qual o cofre municipal não estava habilitado, a Câmara da Horta decidiu convocar os quarenta maiores contribuintes do concelho com a finalidade de darem o seu parecer sobre o abastecimento de água à cidade. Além de um grande número de pessoas estranhas à reunião, compareceram trinta e três dos quarenta contribuintes⁴⁹⁶, que de forma espontânea aprovaram, por maioria, a proposta municipal.

A presidência depois de elucidar os presentes dos esforços feitos ao longo do tempo para conseguir tão importante melhoramento, explicou que o objetivo da vereação era dar continuidade aos esforços anteriores, não desejando “arrogar para si a glória deste empreendimento”. Parte daí para realçar que a Câmara havia através de uma representação (28 de julho de 1906) solicitada ao Governo para que lhe fosse atribuída 20% sobre o rendimento telegráfico dos cabos submarinos. Embora ainda não tivesse qualquer resposta, esperava que a mesma correspondesse aos seus anseios. Por fim, esclareceu que a edilidade não tinha intenção em recorrer a qualquer imposto extraordinário para fazer face às despesas previstas com a canalização.

O Governo não correspondeu ao desejo da Câmara, mas autorizou-a a contrair um empréstimo. Três anos depois, em 1909, começou a distribuição de água ao público hortense.

Em síntese, a instalação de diferentes estruturas fundamentais e determinantes quer para o desenvolvimento económico quer na organização do quotidiano das populações, que se foram instalando, consideradas um sinal de progresso, desenvolvimento e bem-estar, tiveram sempre a comprometer as a falta de continuidade ou o adiamento dos projetos em atenção às fragilidades do cofre municipal e às condições políticas de cada momento. Isto quer dizer que em diferentes épocas as corporações administrativas faialenses, apesar de obstáculos de natureza vária, abalançaram-se para a concretização de úteis empreendimentos, obras de grande alcance.

5. A Horta: “olhares de fora”

“Os outros lugares são espelhos em negativo. O viajante reconhece o pouco que é seu descobrindo o muito que não teve e que não terá”, Italo Calvino⁴⁹⁷.

⁴⁹⁶ “Abastecimento de água”, *O Telégrafo*, 1906, novembro 6 (3 848), p.2; novembro 8 (3 850), p.2.

⁴⁹⁷ Ap. Andréa Vieira Zanella, “Sujeito e Alteridade: reflexões a partir da Psicologia Histórico-Cultural”, *Psicologia & Sociedade*, 2005, maio/agosto, 17 (2), pp.99-104.

A ilha do Faial foi visitada, durante os séculos XIX e XX, por viajantes estrangeiros (europeus e americanos) e nacionais – Jean Gustav Hebbe, irmãos Bullar, Thomas Higginson, Samuel Langhorne Clemens (Mark Twain), Fernand André Fouquet, Alberto do Mónaco⁴⁹⁸, Alice Baker, Lyman Weeks, Raul Brandão, Oldemiro César, entre muitos outros⁴⁹⁹.

Os objetivos que trouxeram estes viajantes deverão ser compreendidos em atenção ao estatuto, à proveniência (geralmente dos países que mantinham relações económicas mais estreitas com o arquipélago – Inglaterra e Estados Unidos⁵⁰⁰) e aos objetivos concretos da viagem (uma simples viagem para conhecer as ilhas, uma passagem ocasional, uma missão científica, a esperança de encontrar “remédio” para uma saúde abalada).

Contudo, não deixariam de registar, de forma minuciosa e até ilustrada, as suas experiências e as situações vivenciadas do quotidiano dos habitantes locais, o que constitui uma fonte de informação interessante para conhecer o Faial do período em estudo.

A Horta, graças ao seu ancoradouro, passou a constituir como que o “rosto da civilização”, espécie de cenário para o encontro de viajantes de todas as línguas e bandeiras. Enfim, a “maior pequena cidade do mundo” tornar-se-ia momentaneamente “grande, dinâmica e aventureira”⁵⁰¹.

⁴⁹⁸ “Os trabalhos do Príncipe de Mónaco no Atlântico Norte e nos Açores”, *O Telégrafo*, 1899, setembro 18 (1 767), p.1; setembro 18 (1 768), p.1; setembro 25 (1 773), p.1; setembro 26 (1 774), p.1.

⁴⁹⁹ Sobre a presença destes viajantes, veja-se Mary Theresa Silvia Vermette, *The Image of the Azorean: Portrayals in Nineteenth and Early – Twentieth Century Writings*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1984; Carreiro da Costa, “A Antiga Vila da Horta”, *Boletim Municipal*, 1986, julho (21), pp.6-7; João Paulo A. Pereira da Silva, “Os Açores em 1832. A Perspetiva do Comandante Edward Boid, Comandante Inglês e Romântico”, *Arquipélago. Número especial 1988: Relações Açores – Grã-Bretanha*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1988, pp.211-232; Ricardo Madruga da Costa, *Western Islands. Um contributo para o estudo do turismo nos Açores*, Horta, Secretaria Regional do Turismo e Ambiente, 1989; George Monteiro, “O Faial de Thomas Wentworth Higginson (1855-1856)”, in *Conhecimento dos Açores através da Literatura*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 1988, pp. 149-165; João Afonso, “Açores – conhecimento de duas ilhas ‘Atlantic Essays’, de T. W. Higginson”, in *Conhecimento dos Açores através da Literatura*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 1988, pp. 139-148; João Emanuel Cabral Leite, *Estrangeiros nos Açores no Século XIX – Antologia*, Ponta Delgada, Signo, 1989; João Carlos Fraga, *Porto da Horta*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1990; Fátima Sequeira Dias, “A redescoberta das ilhas: a construção de um imaginário (a visão nem sempre ‘politicamente correta’ do viajante das ilhas)”, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. LVII, 1999, pp.171-203; Carlos Cordeiro, “Os Açores e as Relações Transatlânticas: olhares do outro”, in Maria Manuela Tavares Ribeiro [coord.], *Ideias de Europa: Que fronteiras?* Coimbra, Quarteto, 2004, pp.297-328. Sobre as comunicações apresentadas no colóquio “Mark Twain – um viajante inocente? No Centenário do Escritor”, realizado na cidade da Horta, no dia 22 de outubro de 2010, ver *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, Horta, Núcleo Cultural, 2011 (20), pp.391-481.

⁵⁰⁰ Cf. Duarte Miguel Barcelos Mendonça, “Um olhar americano sobre as ilhas do Faial, Pico e São Jorge no século XIX, in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Sécs. XV a XX*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2011, pp.579-609.

⁵⁰¹ Pedro da Silveira, *Fui ao mar [...]*, já cit., pp.165-167.

Por isso, Alice Baker no prefácio do seu livro não deixaria de escrever: “Nos Açores tudo é novidade e nada é novo”⁵⁰², para logo traçar qual “o tom da pluralidade de objetivos que presidiram às viagens efetuadas aos Açores durante todo o século XIX”⁵⁰³: “O professor fatigado encontra aqui repouso forçado, com diversões constantes; o doente dos nervos, uma mudança completa de paisagem, com absoluto sossego, sem tentações nem motivo de pressas. Ao artista, ao botânico, ao geólogo e ao filólogo oferecem as ilhas um rico campo inexplorado”⁵⁰⁴.

Deste modo, a realidade social e cultural açoriana, de acordo com os gostos, as ideias e os valores dos visitantes que destacavam as diferenças mais significativas e exóticas, “é observada com curiosidade, comparada e julgada com simpatia ou reprovação”⁵⁰⁵. Esta redescoberta das ilhas dos Açores, as *Ilhas Ocidentais* ou *Western Islands* como passaram a ser designadas, estaria na origem da construção de uma visão nem sempre “politicamente correta do viajante das ilhas”⁵⁰⁶. Todavia, estas descrições sobre as ilhas e sobre as suas gentes devem ser entendidas “como uma visão do arquipélago entre muitas outras”⁵⁰⁷.

Por seu turno, Urbano Bettencourt perante este olhar forasteiro, o qual capta a alteridade, releva o facto se as limitações locais, naturalmente propícias a condicionar a “nitidez do olhar”, não poderão ser importantíssimas para percebermos, construirmos e até completarmos a imagem que temos de nós próprios? Seremos capazes de entender que “aquilo que somos é, afinal, a combinação entre o que pensamos ser e o que os outros pensam de nós”?⁵⁰⁸ Por exemplo, se considerarmos a descrição “quase cruel” que Mark Twain traça da sua passagem pelos Açores, em 1867⁵⁰⁹, a bordo do *Quaker City*, dos portugueses e dos faialenses⁵¹⁰, perguntamos: O olhar de Mark Twain o que nos mostra?⁵¹¹

⁵⁰² Alice Baker, “Um Verão [...]”, já cit., *Boletim* [...], vol. 16, p.160.

⁵⁰³ Urbano Bettencourt, “S. Jorge no Roteiro de Alguns Viajantes”, *Revista Insulana*, Ponta Delgada, Instituto Cultural, 1993, pp.385-402 [388].

⁵⁰⁴ Alice Baker, “Um Verão [...]”, já cit., *Boletim* [...], vol. 16, p.143. Veja-se João Emanuel Leite Cabral, *Estrangeiros nos Açores* [...], já cit., p.15.

⁵⁰⁵ Rui Sousa Martins, “Os costumes populares e a construção oitocentista de identidades no arquipélago dos Açores”, *Patrimonia (Identidade, Ciências Sociais e Fruição Cultural)*, 1999, novembro (5), pp.35-52.

⁵⁰⁶ Fátima Sequeira Dias, “A redescoberta das [...]”, *Boletim do Instituto* [...], vol. LVII, 1999, pp.171-172. Um desses viajantes, Mark Twain – Samuel Langhorne Clemens [1835-1910] – que passou pela Horta em Junho de 1867, deixaria em *The Innocents Abroad* (1869) um testemunho, não muito simpático, da sua “experiência faialense”.

⁵⁰⁷ João Paulo A. Pereira da Silva, “Os Açores em 1832. [...]”, já cit., *Arquipélago*. [...], p.221. Segundo Rui Sousa Martins, *op. cit.*, p.35: “Os textos de autoria estrangeira e continental sobre as ilhas contribuíram para a formação de uma consciência açoriana nas elites locais”.

⁵⁰⁸ Urbano Bettencourt, “S. Jorge [...]”, já cit., *Revista Insulana*, pp.385-402.

⁵⁰⁹ Sobre a sua presença na Horta, veja-se *O Faialense*, 1867, junho 30 (46), p.4; julho 7 (47), p. 4; *Folha Insulana*, 1888, agosto 28 (8), p.2; “Memorando [Mark Twain]”, *O Faialense*, 1901, fevereiro 3 (66), p.2;

Em primeiro lugar, na sua descrição utiliza uma linguagem que tem o poder de nomear e atribuir valores, reservando, para si, o patamar de superioridade, de modernidade, da qual a Horta estava ainda longe, relegando o “faialense” para o desconfortável lugar de “diferente”, de “exótico”, de “bárbaro”, de “inferior”.

Depois, ao interferir numa determinada existência, abordando aspetos, que muitos vezes os naturais não se apercebiam, não deixava de provocar nos seus sujeitos uma reflexão sobre a sua realidade humana, social e histórica, porque ao reagirem demonstravam que não haviam ficado indiferentes e que não são seres isolados e de consciência irreflexiva, como referia, em 1888, o articulista d’*A Folha Insulana* ao debruçar-se sobre o que escrevera Mark Twain:

“O tal Mark, pelo visto, é dos tais que escrevinham cem baboseiras em duas linhas. Mas como ‘amicus Platos et magis amica verita’ confessemos que, por entre o acervo de mentirolas avinhadas do Sr. Mark, alguma coisa há de verdadeira. Não mente nos pontos por nós sublinhados, em que pese aos sentimentos de patriotismo avariado, de patriotice. Também é verdade que os açorianos comeram e dormiram com um burro enquanto o Mark cá esteve...”⁵¹².

Por fim, apesar de constituírem um determinado olhar, estas narrativas, embora não construídas cientificamente, não são só um testemunho de um tempo como começaram a adquirir uma grande importância dentro da pesquisa histórica, uma vez que, ao serem analisadas pela historiografia, se transformaram num depoimento legítimo que analisa uma determinada realidade, mesmo que se refiram a uma relação de sociabilidades ou de confrontos, estes muitas vezes alimentados pelo preconceito e pela ignorância relativa ao que se desconhece geralmente entendido como exótico⁵¹³.

Não temos a intenção de focar ou enumerar todos os viajantes que passaram pela Horta. Limitar-nos-emos àqueles que visitaram o Faial no período em estudo, sem, no

Roberto de Mesquita, “A ilha do Faial julgada por Mark Twain (1867)”, *O Telégrafo*, 1903, janeiro 2 (2 725), p.1; Ricardo Madruga da Costa, “A Horta na Rota do mais famoso cruzeiro do século XIX”, *Horta*, 2.^a ed., S. l., Ediçor, 2000, pp.22-32; Roxana Dabney, *Anais da Família* [...], já cit., vol. 3, pp.321-325.

⁵¹⁰ Das várias considerações, destacamos: “A comunidade dos Açores é eminentemente portuguesa, quer dizer vagarosa, pobre, desamparada, sonolenta e preguiçosa”; “As pessoas mentem e enganam o estrangeiro, e são terrivelmente ignorantes e não têm quase nenhum respeito pelos mortos. Por esta última característica bem se vê que são pouco melhores do que os burros com quem comem e dormem”; “Todos maltrapilhos e descalços”; “Rodeados de todos os lados por aquela escumalha”, Mark Twain, *A Viagem dos Inocentes*, Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2010, pp.61 e 65.

⁵¹¹ Veja-se Carlos Lobão, “A Horta de Mark Twain – entre o relance e a realidade”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2011 (19), pp.437-451; Apêndice – Capítulo I, Gravura 19.

⁵¹² Jornal fundado a 10 de maio de 1888 por José Machado Serpa. Veja-se *Folha Insulana*, 1888, agosto 28 (8), p.2.

⁵¹³ Sobre o assunto, veja-se Maria de Fátima Outeirinho, “Representações dos outros na narrativa de viagem oitocentista” in <http://www.lettras.up.pt/upi/ilc/Outeirinho8> (consultado em 18-12-2009); Marc Augé, *O Sentido dos Outros*, Petrópolis, Editora Vozes, 1999; Rui Firmino Faria Nepomuceno, *A Madeira vista por escritores portugueses (séculos XIX e XX)*, Funchal, Empresa Municipal “Funchal 500 anos”, 2008.

entanto, procurarmos ser exaustivos, destacando apenas dois “viajantes” estrangeiros (americanos) – Alice Baker (1882) e Lyman H. Weeks (1882) – e dois portugueses – Raul Brandão (1924) e Oldemiro César (1924).

Em 1882, tanto Baker como Weeks publicariam na cidade de Boston o conjunto das suas impressões de viagem sobre o arquipélago. No primeiro caso, *Um verão nos Açores e a Madeira de relance* (*A Summer in the Azores with a Glimpse of Madeira*); no segundo, *Nos Açores* (*Among the Azores*), títulos de acordo com a tradução portuguesa, de João H. Anglin, de 1958.

Então, o que se encontra nessas descrições?

Como releva Baker, a importância de um grito bem vindo: “Terra à vista”⁵¹⁴. Certamente que as ilhas dos Açores, quando emergiam do oceano, representariam para os viajantes “um dos grandes momentos da sua vida”⁵¹⁵, porque a sombra que avistavam no horizonte não era uma nuvem, mas terra. As ilhas surgiam como que uma mãe carinhosa, gentil e sorridente que abria os braços aos seus cansados filhos (viajantes), aconchegando-os no seu regaço para que pudessem repousar.

Em segundo lugar, a magnificência e a beleza da paisagem natural, usando como adjetivação “soberbo”, “belo”, “grandioso”, “majestoso”, “gigantesco”, “maravilhoso”.

Deste modo, para Weeks, a primeira impressão que fica da baía (a “bela baía natural em frente da cidade está sempre cheia de navios”) e da cidade, vistas de mar, é “um sonho de beleza”; ou então, o “majestoso vulcão [da ilha] do Pico”⁵¹⁶; a Caldeira, situada no Cabeço Gordo, e que entendiam que ninguém devia deixar de ver (Baker) por ser o principal ponto de atração do Faial e por permitir uma “majestosa vista que dali se desfruta” (Weeks).

Em terceiro lugar, descrevem o sistema de calcetamento, o traçado das ruas, a muralha de proteção da cidade (“que se desmorona perante a violência do mar”, Weeks), os jardins (Baker, “A Horta é, com razão, chamada o Jardim de Portugal”⁵¹⁷), os largos (“amplos e bem pavimentados”, Weeks⁵¹⁸), as habitações, os edifícios religiosos, as vivências citadinas e os hábitos e os costumes dos seus habitantes, de que Baker não

⁵¹⁴ Alice Baker, “Um Verão [...]”, já cit., *Boletim* [...], vol. 16, p.149. Sobre o assunto, veja-se artigo da revista francesa *La Pêche Illustrée*, da autoria do visconde de Pitray que esteve na Horta, publicado na imprensa faialense: “Uma visita ao Faial”, *O Telégrafo*, 1912, julho 13 (5 495), p.1.

⁵¹⁵ George Monteiro, “O Faial de Thomas [...]”, já cit., in *Conhecimento dos* [...], p.162.

⁵¹⁶ Alice Baker, *op. cit.*, p.148.

⁵¹⁷ *Id.*, p.150.

⁵¹⁸ Lyman H. Weeks, “Nos Açores”, já cit., *Revista Insulana*, vol. XIV, p.111.

deixaria de registrar: “Não há nada mais pitoresco do que ver dois capotes, cochichando de lado na rua”⁵¹⁹ ou então a agitação decorrente da chegada dos barcos do Pico.

Em quarto lugar, ao mesmo tempo que criticavam a rudeza dos autóctones (“fazem um barulho dos diabos”, Weeks⁵²⁰; “não é compassivo com o animal [...] Condu-lo de aguilhão”; “não é possível ser-se mais ignorante [cocheiro]”; “estúpido boleeiro”, Baker⁵²¹), não deixavam de reconhecer o gosto pela música e pela dança, dando particular relevo ao baile a “chamarrita” e a maneira hospitaleira e cordial e o trato delicado e atencioso com que recebiam os viajantes (“são bondosos, corteses e prestáveis aos estranhos”, Baker)⁵²², que se tornou num “património da gente açoriana”⁵²³.

Baker, ao ficar impressionada perante esta forma de ser dos faialenses, e da sua “superioridade de maneiras e de moral [...], sobre os camponeses de outras ilhas”, tentou encontrar uma explicação para isso. E, em sua opinião, estava “ali mesmo”, na “excelente influência do cônsul [Dabney] e da sua família”⁵²⁴.

Por seu turno, Weeks não deixaria também de enaltecer o papel e o contributo da família Dabney, ao referir que nenhum estrangeiro ou residente se tornou tão querido para os locais como os Dabney graças aos seus atos de filantropia e à sua generosidade. Esta, em sua opinião, era extensiva aos visitantes que chegavam à Horta, porque uma estadia na ilha era “duplamente agradável pela urbanidade e hospitalidade da família do cônsul”⁵²⁵.

Finalmente, como encaravam e explicavam o atraso das ilhas ou dito de outra maneira, o afastamento das ilhas da modernidade?

Na organização política, na rotina das práticas agrícolas⁵²⁶, numa industrialização atrasada, nas superstições, no credo religioso, na tradição cultural do País, na indolência das pessoas, na geografia e na natureza, numa forma de ser fatalista expressa na palavra “Paciência!”, que Baker aproveitaria para, mais uma vez, evidenciar o distanciamento entre a forma de ser dos açorianos e a de “nós yankees ativos”, para logo acrescentar: “É na verdade necessário cultivar esta virtude para se ser feliz nos Açores”⁵²⁷; e no afastamento

⁵¹⁹ Alice Baker, “Um Verão [...]”, já cit., *Boletim [...]*, vol. 16, 1958, pp.149 e 155-156. Apêndice – Capítulo I, Gravura 20.

⁵²⁰ Lyman H. Weeks, *op. cit.*, vol. XIV, p.112.

⁵²¹ Alice Baker, *op. cit.*, pp.158-159 e 169.

⁵²² *Id.*, p.164.

⁵²³ Ricardo Madruga da Costa, *Western Islands [...]*, já cit., p.26-27.

⁵²⁴ Alice Baker, “Um Verão [...]”, já cit., *Boletim [...]*, vol. 16, p.166.

⁵²⁵ Lyman H. Weeks, “Nos Açores”, já cit., *Revista Insulana*, vol. XIV, p.115.

⁵²⁶ Alice Baker, *op. cit.*, pp.158-160.

⁵²⁷ *Id.*, p.161.

do mundo assim sintetizado por Baker: “Quase omitidas nas geografias”⁵²⁸, corroborando o que já escrevera Mark Twain sobre o assunto:

“Suponho que na América pouco se sabe dos Açores. De todos os passageiros do nosso paquete, não havia um único que soubesse o que fosse sobre estas ilhas. Alguns de nós, extremamente versados na maioria de outras terras, nada sabiam sobre os Açores a não ser que se tratava de um arquipélago de nove ou dez pequenas ilhas perdidas no Oceano Atlântico, mais ou menos a meio entre Nova Iorque e Gibraltar”⁵²⁹.

No que respeita aos viajantes nacionais, Raul Brandão e Oldemiro César, verificamos que ambos visitaram as ilhas no mesmo ano (1924), mas por razões diferentes⁵³⁰.

Em resultado de ambas as visitas, surgiram *As Ilhas Desconhecidas*, de Raul Brandão e *Terras de Maravilha*, de Oldemiro César, títulos bem significativos quanto ao objetivo de contribuírem para extirpar a secular ignorância portuguesa sobre os seus territórios insulares.

O que se nota em Brandão é a maneira entusiasmada como descreve a sensação de descoberta à medida que a ilha se vai aproximando da proa do navio, o deslumbramento da paisagem envolvente não se importando de ficar a bordo ou à janela contemplando o belo panorama que lhe oferecia a baía e a cidade da Horta, a Caldeira, o vale dos Flamengos tudo em tonalidades de azul (daí o epíteto de “Faial, a ilha Azul”) e, finalmente, o fascínio pela ilha em frente: “Já percebi que o que as ilhas têm de mais belo e as completa é a ilha que está em frente [...]”. Face a este deslumbrante panorama o autor não tinha qualquer dúvida: “Se eu vivesse aqui [Horta], queria uma casa e uma cama onde só se visse o Pico. Ele enchia-me a vida”⁵³¹.

Mas por que razão deu ao seu livro o título de *As Ilhas Desconhecidas*? Por que associou este adjetivo, capaz de provocar algumas interrogações, sobre a “especificidade do objeto visto e descrito (as ilhas)”? Desconhecidas de quem? Pensamos que ele próprio dá a resposta. O autor quer que o livro seja um convite para que os leitores visitem as ilhas para verem com os próprios olhos os sítios mais pitorescos das mesmas, cujas palavras não

⁵²⁸ *Id.*, p.143.

⁵²⁹ Mark Twain, *A Viagem dos [...]*, já cit., p.64.

⁵³⁰ Raul Brandão visitou os Açores e a Madeira, como simples viajante, cerca de dois meses: de 8 de junho a 24 de agosto de 1924. *As Ilhas Desconhecidas* são o produto das notas tiradas durante essa viagem. Na ilha do Faial esteve entre 16 e 25 de julho. Oldemiro César esteve na Horta integrado na Missão Intelectual que durante um mês visitou as ilhas dos Açores. Sobre a presença de Brandão na ilha do Faial, veja-se António Batista, *A Verdade Vence*, 2.^a ed., Ponta Delgada, Jornal de Cultura 1994, pp.101-107 (1.^a ed., Horta, 1924); “Raul Brandão”, *O Faialense*, 1924, junho 22 (16), p.1; julho 20 (22), p.1; “Raul Brandão (o autor de *Os Pescadores*)”, *A Democracia*, 1924, junho 20 (1 884), p.2; julho 17 (1 896), p.1.

⁵³¹ Raul Brandão, *As Ilhas Desconhecidas*, já cit., p.58.

são capazes de pintar, o que nos permite concluir que o próprio autor reconheceu “a impossibilidade de desvendá-las em toda a sua profundidade”⁵³².

Por seu turno, *Terras de Maravilha* é o título escolhido por Oldemiro César. Por um lado, pode ser entendido como o desejo de reduzir as ilhas a “um grau de diferenciação”, apesar de muitas se poderem afirmar “que são de maravilha”⁵³³ e, por outro, um certo intuito publicitário, comprovado em certa medida por aquilo que autor escreve em “Quatro Palavras”: “Graças à iniciativa [...] do Sr. Dr. José Bruno Carreiro, [...] uma missão de [...] partia em demanda das terras encantadas do arquipélago açoriano, num louvável propósito de propaganda das belezas e condições de vitalidade económica das nossas ilhas, que o Continente ingratamente despreza [...]”⁵³⁴.

Ao debruçar-se sobre a ilha do Faial, releva, antes de mais, o facto de o *San Miguel* ter ancorado longe, “devido ao assoreamento do porto, que em breve pela simples falta de uma draga, se tornar[ia] inacessível à entrada de barcos”⁵³⁵. De seguida realça o cosmopolitismo linguístico das tabuletas, certamente graças à comunidade estrangeira que vivia na Horta ligada às diferentes companhias de cabos⁵³⁶. Por fim, faz umas breves referências aos diferentes panoramas da ilha risonha de hortênsias, à ingenuidade de um bailado popular dançado numa eira – a chamarrita –, aos belos “exemplares” de mulheres que além de serem “infatigáveis bailarinas” eram “exímias bordadeiras com mercados certos em Nova Iorque, Chicago, Boston e Filadélfia”, e aos faialenses residentes nos Estados Unidos onde “honra[va]m a sua pátria e as ilhas”⁵³⁷.

⁵³² Urbano Bettencourt, S. Jorge no [...], já cit., *Revista Insulana*, p.392; No ano em que se publicou *As Ilhas Desconhecidas*, 1926, surge o *Mês de Sonho*, de José Leite de Vasconcelos, um dos membros da expedição dos intelectuais aos Açores, considerado mais um contributo para tornar as gentes e as ilhas açorianas mais conhecidas. Alerta também para o desconhecimento centralista, daí entender a necessidade de se estudar, investigar o folclore e a etnografia açorianos; no mesmo ano, Mário Moutinho, *As nossas Ilhas (Impressões de Viagem)*, Lisboa, Tip. dos Caminhos-de-Ferro, 1926. Veja-se ainda Eugénio Garcia, “O Faial”, *Ilustração Portuguesa*, 1914, julho 27 (440), pp.107-110. Neste artigo, ilustrado com sete fotografias, o autor faz um conjunto de referências sobre vários aspetos da ilha sempre adjetivadas de “soberbo” (passeio à Caldeira), “paisagem maravilhosa”; porto mais seguro”; “o panorama mais belo das três cidades açorianas”. A respeito deste artigo, ver “O Faial”, *O Telégrafo*, 1914, agosto 13 (6 106), p.1.

⁵³³ Urbano Bettencourt, *op. cit.*, p.393.

⁵³⁴ Oldemiro César, *Terras de Maravilha. Os Açores a Madeira. Notas de Duas Viagens de Estudo*, 2.^a ed., Lisboa, José Francisco de Oliveira, 1944, p.25. Sobre o Faial, veja-se pp.121-126.

⁵³⁵ *Id.*, p.121.

⁵³⁶ Apêndice – Capítulo I, Gravuras 21 e 22.

⁵³⁷ *Id.*, pp.123-125. Veja-se “Carta aberta ao Exmo. Sr. Oldemiro César, representante do ‘Diário de Notícias’ na Missão Intelectual ao Arquipélago dos Açores”, *O Faialense*, 1925, janeiro 25 (48), p.1. Neste artigo, o seu autor referia que o título do livro mais do que despertar uma ardente curiosidade, “resultou para alguns numa triste e amarga decepção por ver que o objetivo falhou”, isto é, além de pequenas inexatidões, muitos aspetos das ilhas haviam passado despercebidas ao autor. No caso faialense, a estrada da Caldeira, os vales dos Flamengos e do Chão Frio e a freguesia do Capelo.

Por outro lado, detetámos na imprensa faialense, em particular nos jornais *O Faialense*⁵³⁸, *O Açoriano*⁵³⁹ e *O Telégrafo*⁵⁴⁰, um conjunto de textos que evidenciam aquilo que se poderá designar de “intuito propagandístico ou publicitário da ilha do Faial no Mundo”.

Conclusão

Quando descrevemos a cidade da Horta, enquanto território existencial e patrimonial, somos confrontados com uma realidade muito peculiar: estamos perante a mais pequena cidade em tamanho e população dos Açores.

No entanto, a sua inserção numa baía homónima, reforçou a sua condição de cidade portuária ao tornar-se porta de entrada do mundo civilizado ao ser escolhida como referencial de segurança, de simultaneidade geográfica proporcionada pelo gosto de viajar, de hospitalidade, cujos relatos dos viajantes enaltecem a forma de ser dos seus habitantes.

Ao mesmo tempo, a sua história confunde-se com a conjuntura de expansão europeia, com os momentos de “fulgor” do arquipélago e com os avanços científicos e tecnológicos responsáveis por trazerem à sociedade faialense alterações profundas e irreversíveis, isto é, o seu ancoradouro guindou-a a um plano, por vezes, proeminente e com um lugar cativo na História do Atlântico, que o seu pequeno *hinterland* jamais possibilitaria (esta posição geográfica no Atlântico Norte não é só indissociável da sua história como se tornou a razão de ser da sua história).

Mas esta a presença constante do mar, que se ama e que se odeia, e de navios portugueses e estrangeiros, primeiro na baía, depois no abrigado porto artificial, teve o condão de aguçar o olhar ilhéu em determinadas direções e artimanhas, a saber:

- “*esta mania d’ ir p’r’Ámerca*”;

- os contrabandistas da “comida apanhada”, os que tudo faziam para extorquir uns “cobres” às tripulações e passageiros dos navios, daí a cantiga muito em voga: “Comida apanhada / Abre o apetite / Apanha-se dada / Sem prévio convite. / Comida apanhada / É

⁵³⁸ “Yatch Speedy”, *O Faialense*, 1902, outubro 19 (155), p.1.

⁵³⁹ “O Yorktown no Faial”, *O Açoriano*, 1890, junho 8 (17), p.1; junho 15 (18), pp.1-2; junho 22 (19), pp.1-2.

⁵⁴⁰ “O que dizem de nós”, *O Telégrafo*, 1910, abril 9 (4 840), pp.1-2. Em 1914, sobre a hipotética vinda à Horta do hidroplano *América*, veja-se “O hidroplano América”, *Ibid.*, 1914, julho 14 (6 080), p.1; “O Faial e o Hidroplano América”, *Ibid.*, 1914, julho 28 (6 092), p.1; julho 29 (6 093), p.1.

patenteava um evidente desejo de afirmação de modernidade, de desenvolvimento e de progresso, cujo mote seria o amor à pátria, o único astro que nos “guia nestas lides”.

De resto, as características históricas do espaço açoriano nunca deixaram de ser determinadas, em grande parte, pelo exercício do poder Central, cuja ação, muitas vezes, se confrontou com a resistência das populações, o que permite afirmar que tanto a sua capacidade de sobrevivência como a sua própria legitimidade dependeram da maneira como foi capaz de dar resposta aos desejos das comunidades decorrentes das alterações impostas pela evolução económica, política, social e cultural.

Por fim, a vivência nas ilhas dos Açores constituiu desde sempre uma notória perplexidade e inquietação não só para quem nelas vive, mas também para quem as visita. Se tivermos em atenção o atribuído desabafo a São Paulo “Cave ab insulae” (que se traduz por *livrai-vos dos ilhéus*), este ficou a atestar a constante incompatibilidade que se criou entre o natural das ilhas e o continental, incapaz de perceber a maneira de ser, de estar e de pensar dos ilhéus⁵³¹. Por isso, o que os Açorianos fizeram desde sempre foi saber usar aquilo que os diferenciava dos continentais no sentido positivo. Também na Horta o “isolamento”, que tanto amedrontara Raul Brandão⁵³², foi propício à criação literária, à inspiração poética e musical, porque a identidade açoriana sempre se alimentou da conciliação entre o elemento natural (território/clima), o histórico (origem e feitos relevantes), o cultural (valores e hábitos coletivos) e o social (atividade/motivação)⁵³³.

⁵³¹ Cf. José Guilherme Reis Leite, *Sobre a Autonomia dos Açores*, Ponta Delgada, Signo, 1990, pp.11-12. Sobre o assunto, veja-se Lucien Febvre, *La Terre et L'Evolution Humaine. Introduction Géographique A l'Histoire*, 2.^a ed., Paris, Éditions Albin Michel, 1924, p.244. O autor faz referência a um velho ditado referido por Jean Bodin no livro *V da República*, no mesmo sentido do desabafo de São Paulo: “Insulanos omnes infidos babere, isto é, os insulares são gente de quem é preciso desconfiar. Refere Febvre ainda, citando Montesquieu que “les peuples des îles sont plus porté a la liberté que les peuples du continent (os insulares são mais dados à liberdade que os continentais)

⁵³² Cf. Raul Brandão, *As Ilhas* [...], já cit., p.51.

⁵³³ Cf. Sérgio Alberto Fontes Rezendes, *A Grande Guerra nos Açores. Memória Histórica e Património Militar*, Tese de Mestrado, Texto Policopiado, Universidade dos Açores, 2008, p.12.

Capítulo II

O “FERVILHAR” DA POLÍTICA LOCAL: DO FIM DA REGENERAÇÃO À QUEDA DA I REPÚBLICA

“Levantemo-nos.

Temos andado abatidos, como escravos, sob o pingo deprimente de políticos ignóbeis. Temos sido duramente explorados, ignominiosamente escarnecidos. E por quem? Por gente ignara, sem critério e sem consciência, de espírito mesquinho e arrojo inaudito, perfeitos senhores da roça, analfabetos, incivis e desumanos, que um pontapé da fortuna arrojou do nada, e a simplicidade do povo consagrou alto, entre a indiferença condenável, senão a cumplicidade criminosa, dos homens cultos. O mal vem de longa data e radicou. Todos os achaques, os do corpo social e humano têm cura, cuidados oportunamente. Operadores a postos! Extirpai o cancro que corrói esta pobre terra; salvai-a da ruína total. Abaixo os políticos, sem senso e sem consciência! Abaixo os senhores da roça! Em campo homens dignos. Temos sede de justiça; necessidade de ordem. Para a África os aventureiros; para a escola os analfabetos; para um recinto próprio os pavões!... Cada qual ao lugar que lhe compete. E de novo seremos respeitados, como merecemos, porque nenhuma terra, assim pequena possui melhores elementos de vida para uma prosperidade nobre”¹.

¹ *O Telégrafo*, 1906, fevereiro 16 (3 638), p.1.

A vida política faialense, entre 1880 e 1926, assentou na existência de uma classe de políticos que entenderam que tanto a política como o poder eram dois meios importantes para a consecução de ambições pessoais, de desejos inconfessáveis.

Se alguns se destacaram graças ao mérito pessoal, a um perfil que “configurava os ideais de hombridade, retidão e honestidade”², permitindo-lhes ganhar a admiração e o reconhecimento públicos, outros, certamente a maioria, conseguiram a sua concretização ou “por via do caciquismo partidário ou pela promoção jornalística”³. Por isso, depois de se apoderarem dos cargos públicos dispunham deles como um meio de satisfação dos seus “lucrozinhos” pessoais.

As principais figuras que marcaram a política faialense eram detentoras de formação liceal e superior, de empregos do Estado e de posses económicas, o que pode explicar a maneira como tanto a República como o 28 de maio de 1926 foram aceites e encarados não dando, por isso, azo a grandes sobressaltos e incidentes.

Deste modo, a rápida integração dos velhos monárquicos no novo aparelho político deu-se de forma natural, certamente, como alude Susana Serpa Silva para o concelho de Ponta Delgada, e com toda aplicação no concelho faialense, “mais por conformismo do que por convicção ideológica”⁴. Isto significa que a elite política hortense, sem grande alarido acabou por perpetuar a sua importância social e económica, porque sabia que, tanto o novo regime como os novos políticos, alguns a coberto da expressão “um republicano da Horta”⁵, não podiam passar sem o seu contributo, em favor da grande obra de regeneração nacional, mesmo que, politicamente, muitos deles fossem uns fracos ou tivessem virado a casaca muitas vezes.

Na ilha do Faial entrar na vida política, como já foi referido, também significava ambição e “fazer parte de preeminência social”⁶. Assim, os políticos faziam parte de uma elite que dependia dos cargos públicos para obter rendimentos e exercer influência e das “fações políticas” a que pertenciam, “umas melhores outras piores, umas prometendo mais

² Susana Serpa Silva, “Sonhos e ideais de vida. Sonhos privados/sonhos globais”, in José Mattoso [dir.], *História da Vida Privada em Portugal*, vol. IV, Lisboa, Círculo de Leitores, 2010, pp.382-427 [412-413].

³ *Id.*, p.412.

⁴ Susana Serpa Silva, *Ponta Delgada. Roteiros Republicanos*; Lisboa, Comissão Nacional do Centenário da República, 2010, p.17. Segundo Carlos Cordeiro a estratégia da “não participação” seria seguida “pelos nomes de maior prestígio partidário a nível insular, nomeadamente pelos que mais se tinham salientado na luta autonomista da derradeira década do século XIX”, *Id.*, *Nacionalismo, Regionalismo e Autoritarismo nos Açores durante a I República*, Lisboa, Salamandra, 1999, p.32.

⁵ Osório Goulart, “Imprensa Periódica no Faial, *O Telégrafo*, 1916, setembro 26 (6 729), pp.1-2.

⁶ Rui Ramos [coord.], “A Segunda Fundação (1890-1926)”, in José Mattoso [dir.], *História de Portugal*, vol. VI, Lisboa, Círculo dos Leitores, 1994, p.114.

outras prometendo menos ou coisa nenhuma”⁷. Por isso, não se tinha dúvidas que o atraso e o definhamento locais, sem grandes negócios e perspectivas, resultavam desse “cancro”, dum vício que cegava os homens: “servir sua senhoria – a politicazinha”⁸. Ou simplesmente como se escrevia n’ *O Telégrafo*: “Treze anos depois estamos completamente desiludidos [com a República]”⁹.

1. Os partidos monárquicos tradicionais: a lenta desagregação e as dissidências. Os protagonistas locais

No período compreendido entre 1880 e 1910, numa réplica do que se passava a nível nacional¹⁰, predominavam também na cena política faialense os partidos Regenerador e Progressista¹¹. Se não eram considerados partidos políticos no sentido atual do termo, e se a política, como refere Rui Ramos, eram os partidos¹², então estes o que eram?

Os partidos eram “redes” de “notáveis”¹³ cujo prestígio dos seus membros foi conferido, primeiro, pela tradição familiar e pela condição económica. Depois, pela riqueza e pelo saber¹⁴. As suas qualidades – morais, fortuna (capacidade económica) e prestígio (influência junto das populações) – eram mais importantes do que o seu número. As suas relações assentavam em lealdades (amizades) pessoais e interesses locais além de disporem de influência sobre o eleitorado ou a “massa bruta dos eleitores” que era arrastada até à urna¹⁵.

Este grupo político, que gozava de uma fraca organização interna e de uma grande autonomia e girava em torno de um chefe parlamentar ou de um político importante quer a nível nacional quer a nível local, detinha uma verdadeira influência não só política como

⁷ “Autoridade de pedir”, *O Faialense*, 1901, fevereiro 24 (69), p.1.

⁸ *O Telégrafo*, 1901, outubro 25 (2 378), p.1.

⁹ “Treze anos depois estamos completamente desiludidos”, *O Telégrafo*, 1923, outubro 6 (8 367), p.1.

¹⁰ Tempo de um período mais vasto (1820-1926), que abrange dois dos quatro subperíodos em que Marcelo Rebelo Sousa o divide: a fase do bipartidarismo perfeito (1851-1890); a fase do multipartidarismo perfeito, ou pulverização partidária (1890-1910). Os outros dois, 1820-1851 (a fase da génese dos partidos) e 1910-1926 (a fase do multipartidarismo imperfeito), Marcelo Rebelo de Sousa, *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*, Braga, Livraria Cruz, 1983, pp.140-149.

¹¹ Em 1876, a união entre Reformistas e Históricos, decorrente do “Pacto da Granja”, deu origem ao Partido Progressista. Sobre o assunto, ver António Pinto Ravara, “Os Partidos Políticos Liberais na Primeira Fase do Rotativismo Parlamentar”, *Análise Social*, Lisboa, 1976 (46), pp.363-367.

¹² Cf. Rui Ramos [coord.], “A Segunda [...]”, já cit., in José Mattoso [dir.], *História de [...]*, vol. VI, p.115. De coordenação do mesmo autor, veja-se *História de Portugal*, 3.^a ed., Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010.

¹³ José Miguel Sardica, “Os partidos no Portugal oitocentista (discursos historiográficos e opiniões contemporâneas)”, *Análise Social*, vol. XXXII, 1997 (142), pp.557-601 [557]. Sobre o assunto, veja-se Jean-Yves Calvez, *Introdução à Vida Política*, Lisboa, Moraes, 1968.

¹⁴ Cf. Paulo Jorge da Silva Fernandes, “Elites locais e poder municipal”, *Análise Social*, Lisboa, 2006 (178), pp. 55-73 [73].

¹⁵ Zero [Rodrigo Alves Guerra Jr.], “Atualidades”, *O Faialense*, 1901, novembro 3 (105), p.1.

eleitoral nas comunidades em que vivia, de acordo com o seu poder económico, social, administrativo, cultural e simbólico¹⁶, além de constituir a fase intermédia de uma “cadeia de comando” piramidal, perfilhando-se no topo o círculo dos dirigentes nacionais vulgarmente designados na linguagem de então como os “marechais”¹⁷.

Por outro lado, é notório que os partidos seguiam uma “esclarecedora” orientação pragmática, isto é, mesmo que defendessem o princípio da tolerância para com os seus adversários, davam preferência aos seus correligionários para os diferentes cargos de “pública administração”¹⁸. Até para um simples regedor, como notaria, a propósito, o correspondente d’ *O Faialense*, na freguesia rural de Pedro Miguel: “Em razão da ascensão do Partido Regenerador acha-se exercendo o cargo de regedor desta freguesia o Sr. José Inácio de Vargas”¹⁹. Ou como se pode ler no programa do Partido Progressista Faialense, aprovado em assembleia geral de 4 de dezembro de 1901: “”Preferência aos correligionários para os lugares de pública administração, [...], sem contudo se excluïrem as provadas aptidões dos concidadãos, que, sem pertencerem a esta comunhão política, mostrarem reconhecida superioridade e competência para o desempenho de funções e cargos””²⁰.

A organização dos partidos, ou o “restaurante político local, que fica situado onde o leitor quiser”, na feliz expressão de Rodrigo Guerra, assentava numa comissão executiva constituída por um presidente e vários vogais, cujo local de reuniões era a casa do “líder ou caudilho local” ou de qualquer outro membro. Perante algum impedimento, utilizava-se, por vezes, uma das salas de qualquer instituição local para que este grupo de amigos se reunisse para cavaquear, falando de tudo e de nada, para combinar eleições e para escolher entre eles os “chefes”, os candidatos a deputados, embora predominem os candidatos continentais impostos pelas chefias nacionais ou os “marechais lisboetas”²¹, e os vereadores à Câmara.

Ademais, a posição de político impunha, quando se deslocava a Lisboa, acompanhamento ao cais num luzidio cortejo, ou então uma receção triunfante, no regresso, onde lá estavam todos, “rentes como sargentos, de chapéu alto e olhar

¹⁶ Pedro Tavares de Almeida, *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*, Lisboa, Difel, 1991, pp.121-122.

¹⁷ *Id.*, pp.122-123. Sobre os partidos de quadros, veja-se Jean-Yves Calvez, *Introdução* [...], já cit.

¹⁸ “Programa [Partido Progressista da Horta]”, *O Faialense*, 1902, janeiro 12 (115), pp.2-3 [2].

¹⁹ “Correspondências [Pedro Miguel]”, *O Faialense*, 1900, julho 29 (39), p.3.

²⁰ “Programa [Partido Progressista da Horta]”, *O Faialense*, 1902, janeiro 12 (115), p.2.

²¹ José Reis Leite, *Política e Administração nos Açores de 1890 a 1910. O 1.º Movimento Autonomista*, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1995, p.189.

cobiçoso”²², foguetes que se queimavam em diversos pontos da cidade e a presença de uma ou mais filarmónicas, enquanto no cais era “aguardado por um grande número de amigos, correligionários”²³. Estas manifestações públicas eram motivo de reportagem nos jornais, o que servia perfeitamente os intentos propagandísticos do partido ou facção do homenageado, situação assim apreendida por Guerra:

“Eu [Político e Eleitoral] iria à frente, ladeado de colegas importantes como eu, segredando-me coisas graves para o Senhor Hintze ou para o Senhor José Luciano, consoante o caso, é claro. Atrás ouviria os passos dos mais pequenos, dos que não participam ainda na magna confiança, a que, no entanto, aspiram, procurando em cada eleição subir um degrau. [...]. Mas, para todos havia sorriso, a todos havia saudado. Dei mesmo a alguns a confiança de um abraço – abraço invejado por muitos, e de que as folhas locais falaria”²⁴.

Isto quer significar que os interesses vitais da ilha do Faial e do distrito, a sua riqueza e desenvolvimento moral e material, a boa administração, o desejo de se caminhar na via de progresso e da civilização seriam ninharias face a um chefe político e eleitoral que embarcava ou que desembarcava, “ou de uma eleição que navega”²⁵.

Se este era o padrão característico dos partidos oitocentistas, o sistema político partidário faialense não deixaria de acompanhar o modelo português de política de “notáveis”²⁶. A contiguidade ideológica e programática possibilitou que a alternância do poder se processasse sem crises violentas, porque aqueles, com a sua rede de influências e alicerçados nos seus caciques espalhados pelas diferentes freguesias da ilha, estavam mais interessados em “autopreservar no restrito círculo do poder uma também restrita elite de notabilidades”²⁷.

Em suma, na Horta, como na província, um grupo de amigos com um chefe e um local de reunião era entendido como um “partido”²⁸. Por isso, então não se tinha quaisquer dúvidas que tanto regeneradores como progressistas eram “matematicamente, dois centros, que muito devem contribuir para centralizar todo este pagode de administração local que para aí vai!”²⁹.

Entre 1880 e 1910, no distrito da Horta, os chefes distritais dos Partidos Regenerador e Progressista foram, como se pode ver no quadro IV.

²² Zero, “Atualidades”, 1901, setembro 15 (99), p.1.

²³ *O Telégrafo*, 1905, janeiro 2 (3 311), p.1.

²⁴ Zero, “Atualidades”, 1901, agosto 4 (92), p.1; setembro 15 (99), p.1.

²⁵ Zero, “Atualidades”, 1901, agosto 4 (92), p.1.

²⁶ José Miguel Sardica, “Os partidos [...]”, já cit., *Análise Social*, vol. XXXII, pp.557-601.

²⁷ *Id.*, p.559.

²⁸ Rui Ramos [coord.], “A segunda [...]”, já cit., in José Mattoso [dir.], *História de [...]*, vol. VI, p.116.

²⁹ “Memorando [Melhoramento Local]”, *O Faialense*, 1901, setembro 29 (100), p.1.

Numa análise ao quadro, verificamos que, à exceção de Miguel António da Silveira, de seu filho e de Terra Pinheiro, os outros quatro chefes eram homens com formação académica superior. Terra Pinheiro ficou-se pelo curso liceal enquanto Miguel António frequentou apenas a escola de José Severino de Avelar e as aulas de Latim, Francês e Português da sua terra natal, a vila da Madalena³⁰.

Quadro IV: Distrito da Horta: chefes distritais dos Partidos Regenerador e Progressista

Partido	Nome	Naturalidade	Datas	Profissão	Cargos
Regenerador	Dr. António de Oliveira	----	1878-1879	Médico	Governador civil da Horta
	Conselheiro António Patrício da Terra Pinheiro (1837-1912)	Horta	1879-1886	Proprietário. Coursou o Liceu da Horta.	Governador civil do distrito da Horta ³¹ Presidente da Câmara da Horta
	Conselheiro Manuel de Arriaga Nunes (1843-1894)	São Mateus, Pico	1886-1893	Médico e jornalista	Governador civil da Horta
	Conselheiro António Emílio Severino de Avelar (1843-1917)	Conceição, Horta	1895-1910	Médico	Presidente da Comissão executiva da Junta Geral Deputado às Cortes Governador civil da Horta
Progressista	Conselheiro Manuel Francisco de Medeiros (1831-1895)	Horta	1879-1895	Bacharel em Filosofia e Medicina	Deputado às Cortes Governador civil da Horta
	Conselheiro Miguel António da Silveira (1852-1906)	Madalena, Pico	1895-1906	Negociante e proprietário	Deputado às Cortes Governador civil do distrito da Horta
	Miguel da Silveira (1833-1936)	Horta	1906-1910	Comerciante no negócio da pesca da baleia.	----

Fonte: José Guilherme Reis Leite, *Política e Administração nos Açores de 1890 a 1910. O 1.º Movimento Autonomista. Anexos*, Ponta Delgada Jornal de Cultura, 1895, p. 14; Fernando Faria Ribeiro, *Em dias passados. Figuras, Instituições e Acontecimentos da História Faialense*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2007, pp.64, 133 e 169.

A ascensão política destes “meninos bacharéis” ou senhores conselheiros, embora de contornos mal definidos, estaria associada à conjugação de fatores como a fortuna pessoal, o prestígio pessoal e familiar (nalguns casos eram reservas de família e passavam de pais para filhos), a habilidade (influência e capacidade de manobra política), a sorte e o controle da imprensa³². A “escolha” ocorria em reuniões que serviam apenas para confirmar a ascensão destes homens, sendo naturalmente publicitadas tanto pela imprensa independente como pela imprensa correligionária ou oficial.

³⁰ Fernando Faria, *Em Dias Passados* [...], já cit., p.64.

³¹ Apêndice – Capítulo II, Quadro I.

³² Manuel Francisco de Medeiros (Horta, 1831; Idem, 1895). Bacharel em Filosofia e Medicina pela Universidade de Coimbra. Médico municipal e do Hospital Santa Casa da Misericórdia da Horta. Diretor do jornal *O Atlântico* que se tornaria no órgão do Partido Progressista na ilha do Faial. Chefe do Partido Progressista desde a sua fundação 1879). Governador civil do distrito da Horta (1879-1881 e de 1886-1890). Membro da Maçonaria.

Por isso, ao olharmos para o quadro, verificamos que ambos os partidos se organizaram à volta destes “marechais locais”, oriundos da classe média da cidade: médicos, bacharéis, proprietários e homens de negócios. Todavia, tanto a sua origem como o papel relativo do seu peso político nunca lhes permitiu que aspirassem a grandes distinções, ficando-se apenas pelo título “do Conselho de sua Majestade Fidelíssima, o último na hierarquia de mercês régias”³³.

Numa breve análise aos líderes locais dos partidos Progressista e Regenerador, verificamos, no primeiro caso, que ao Dr. Medeiros, considerado um homem íntegro e escrupuloso por nunca ter querido acumular outras funções enquanto desempenhou o cargo de governador civil³⁴, viria a suceder-lhe na liderança Miguel António da Silveira, que nunca conseguiu grandes consensos, e que na década anterior havia “disputado os favores dos regeneradores”³⁵.

Político de poucos escrúpulos, belicoso e conflituoso, o “Botas” ou o “senhor Silveira”, como também seria conhecido na imprensa, acumulou uma série de escândalos decorrentes da sua atividade comercial (um “arrojado contrabandista”³⁶, “vendedor de passaportes, a troco de votos e de dinheiro”³⁷) e política (enquanto governador foi responsável por uma série de violações em assembleias de voto em que tudo era permitido, desde o roubo de urnas, troca de boletins, votantes não recenseados, chegando mesmo a impedir a Câmara eleita de tomar posse como aconteceu a 2 de janeiro de 1900, considerada a mais tumultuosa das sessões camarárias de que há memória nos anais da história da edilidade faialense³⁸).

³³ José Reis Leite, *Política e Administração* [...], já cit., p.53.

³⁴ Cf. António Batista [Plano e dir.], *Álbum Açoriano*, Lisboa, Oliveira & Batista, 1903, p.505. Miguel António da Silveira (Madalena, 1852; Horta, 1906). Administrador do concelho da Madalena (1879). Governador civil do distrito da Horta (1897-1899). Deputado pelo círculo da Horta (nas legislaturas de 1887-1889, 1894 e 1904). Chefe do Partido Progressista do ilha do Faial entre 1895 e 1906. Carta de Conselheiro em 1898.

³⁵ Fernando Faria Ribeiro, *Em dias Passados* [...], já cit., p.46. Apêndice – Capítulo II, Gravura 1.

³⁶ “Observações do Sr. conde de Paçô Vieira, em referência ao facto de ter sido agraciado com a carta de conselho o sr. Miguel António da Silveira, governador civil da Horta”, AAR, *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 1898 (61), pp.112-114: “Ata da sessão de 7 de maio de 1898”, in <http://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentação/Páginas/default.aspx> (consultado em 12-03-2011). Sobre o assunto, veja-se “O Sr. Miguel António da Silveira e a carta de conselho”, *O Globo*, 1898, junho 3 (443), pp.1-2; “O Sr. Miguel António (Conselheiro?)”, *Ibid.*, 1898, junho 4 (444), p.1.

³⁷ “A nossa atitude”, *O Telégrafo*, 1906, janeiro 25 (3 621), p.1; “Descrédito”, *Ibid.*, 1906, fevereiro 9 (3 632), p.1.

³⁸ BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livro de Vereações, 1898-1900 (49), fls.82-84: “Ata da sessão de 2 de janeiro de 1899”; fls.84-86: “Ata da sessão extraordinária de 2 de janeiro”; fls.97-102v.: “Ata extraordinária de 4 de maio de 1899. Sobre a troca de acusações entre os jornais afetos aos dois partidos, veja-se em defesa do governador civil: ”A Câmara”, *O Atlântico*, 1899, janeiro 3 (1 814), p.1; em defesa da edilidade, “A Câmara”, *O Globo*, 1899, janeiro 2 (532), p.1.

Todavia, apesar das acusações de que foi alvo, o Sr. Silveira³⁹ conseguiu que a chefia do Partido Progressista continuasse no interior da família, sucedendo-lhe o seu filho, Miguel da Silveira (1883-1936), à frente dos destinos do Partido entre 1906-1910. Ou seja, de acordo com os seus detratores, o Partido Progressista depois de ter “a ridícula celebridade duma Bota”, passava a ter “agora a de uma Fralda” (uma alusão ao filho de Miguel António)⁴⁰.

Quanto ao partido Regenerador, os principais chefes partidários locais foram o proprietário António Patrício da Terra Pinheiro (1837-1912⁴¹) e os médicos Manuel de Arriaga Nunes (1845-1894) e António Emílio Severino de Avelar (1843-1917).

Natural da Horta, o conselheiro António Patrício da Terra Pinheiro graças à sua ilustração tornou-se num dos políticos faialenses mais destacados⁴². O segundo, depois de fazer o Liceu da Horta, emigrou para o Brasil onde se viria a formar em medicina. Regressado a Portugal e após a devida equiparação para poder exercer a sua profissão, fixou-se na ilha do Faial, onde seria “aliciado” pela vida política, vindo a reorganizar o Partido Regenerador, de que foi seu líder entre 1886-1893. Por essa via, seria nomeado governador civil (1890-1893)⁴³.

Ao deixar a ilha do Faial (1893), notamos um certo vazio em torno do Partido Regenerador, decorrente da falta de chefia.

Em atenção ao conteúdo de uma carta sua dirigida ao conde de Ávila, com data de 28 de julho de 1889, verificamos que, depois de referir que nem era chefe dos regeneradores faialenses “nem acreditar que tal entidade exista”, os problemas que se punham a Arriaga Nunes, mais do que a oposição progressista, resultavam da existência de duas facções dentro dos regeneradores faialenses: uma comandada pelo Dr. Avelar⁴⁴, que,

³⁹ “Correio da Semana”, *O Açoriano*, 1888, dezembro 16 (36), p.3.

⁴⁰ “Política”, *O Telégrafo*, 1906, fevereiro 13 (3 635), p.1.

⁴¹ António Patrício da Terra Pinheiro (Horta, 1837; Idem, 1912). Governador civil do distrito da Horta (1881-1886). Presidente da Câmara da Horta (1874-1877).

⁴² António Batista [Plano e dir.], *Álbum [...]*, já cit., p.511.

⁴³ Embora a sua ação de médico tivesse sido mais relevante do que a de político, a Câmara da Horta, proposta do vereador Tomás Pereira da Silva, na sua sessão de 18 de fevereiro de 1893, deliberou atribuir o seu nome a uma artéria da cidade da Horta, antes designadas Travessas do Poiso Novo e da Glória, cf. Luís Arruda, *Toponímia da freguesia da Matriz*, já cit., pp.21-22

⁴⁴ António Emílio Severino de Avelar (Horta, 1843; Idem, 1917). Depois de realizar os seus estudos no Liceu Nacional da Horta, matriculou-se na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, onde completou o curso em 1866. Nomeado, em 1876, facultativo do partido municipal; em 1879, guarda-mór, da Estação de Saúde (em 1890, passou a subdelegado de Saúde); em 1887, médico da Santa Casa da Misericórdia (1887). Reitor do Liceu da Horta (1868-1871, 1872-1879 e 1881-1890). Como político, foi presidente da Comissão Executiva na Junta Geral (1879- 1880 e 1881-1885) e presidente da mesma (1882-1883 e 1886). Eleito deputado na legislatura de 1889 pelo círculo da Horta, como independente, mas com o apoio do Partido Progressista. Em 1895 foi eleito chefe do Partido Regenerador local, cargo que viria a exercer até ao final do regime monárquico.

“com a máscara de regenerador é mais progressista que os progressistas” e a fação “dirigida pelos Srs. Freitas e amigos” dedicada ao Dr. Arriaga Nunes⁴⁵.

Em 1894, esta situação de agitação no seio dos regeneradores é corroborada pelo jornal *O Açoriano*. Este ao noticiar a exoneração do governador civil Guilherme Read Cabral (1893-1894), no mesmo ano, relevava que o Partido Regenerador na ilha do Faial passava por dias de “duríssima provação” e que se devia queixar unicamente de si próprio, porque passara de uma força partidária constituída por “vultos respeitáveis” para um grupo sôfrego, irrequieto, sempre propenso para “malsinações”, sem organização intelectual, sem sentimento e coração: “Dizem-se poderosos, ricos, independentes e parecem esfomeados; supõem-se civilizados e são selvagens”. Daí não se estranhar que pela sua ação tivessem arrastado ao descrédito político dois nomes que o partido indigitara para chefes do distrito: Arriaga Nunes (1890-1893) e Read Cabral⁴⁶.

Em 1895, o Partido voltaria a reorganizar-se em torno do Dr. Avelar, que seria eleito, a 20 de outubro do mesmo ano, cargo que manteve até 1910. E tal como o seu antecessor, a posição de chefe político dar-lhe-ia o acesso ao cargo de governador civil do distrito da Horta (1896-1897 e 1910), estando nesta posição aquando da implantação da República, que também um dia o havia de nomear, embora o exercesse por pouco tempo, em 1915⁴⁷, e ao título de conselheiro (1897)⁴⁸.

Paralelamente, na vida política local ia-se refletindo a política nacional: o desgoverno dos partidos no poder, as quedas dos governos, a ingovernabilidade dos parlamentos, as cisões partidárias, conjunto de realidades retratadas pela imprensa local e assim designadas, entre outras, como a “comédia eleitoral”, a “política de campanário”, a “santa pagodeira”, o “teatro político”, cujo descrédito e a incapacidade de dar respostas tanto às necessidades do País como às locais levaria Henrique Dias, em 1902, a perguntar “Qual é a causa da ruína de Portugal?”, para logo adiantar a resposta: “- A coroa, o trono, o

Governador civil do distrito da Horta (1896-1897, 1910 e 1915). Agraciado, em 1897, com carta do Conselho. O seu nome seria dado, em 1896, pela Câmara da Horta a uma rua da freguesia da Matriz – “Médico Avelar”.

⁴⁵ Cf. Fernando Faria Ribeiro, *Em dias Passados* [...], já cit., p.169. Manuel de Arriaga Nunes (Pico, 1845; Lisboa, 1894). Depois dos estudos no Liceu da Horta viria a emigrar para o Brasil onde se formou em Medicina. Depois do ser regresso, foi chefe local do Partido Regenerador (1886-1893) e governador civil do distrito da Horta (1890-1893). Em 1893, por decisão da edilidade faialense, o seu nome seria dado a uma das artérias da cidade da Horta.

⁴⁶ “O governador civil que sai”, *O Açoriano*, 1894, janeiro 7 (1), p.1.

⁴⁷ Nomeado a 6 de janeiro de 1915 e exonerado a 30 do mesmo mês e ano. Veja-ser Zero [Raul Xavier], “Sábado”, *Correio da Horta*, 1960, novembro 12 (8 498), pp.1-4.

⁴⁸ J.R.M., “O Doutor António Emílio Severino de Avelar”, *O Telégrafo*, 1917, fevereiro 8 (6 838), p.1. Em 1896, a Câmara da Horta daria o seu nome a uma artéria da cidade, cf. Luís Arruda, *Toponímia da freguesia da Matriz*, já cit., pp.23-24. Apêndice – Capítulo II, Gravura 2.

etro, o manto real, etc.! – clamam os republicanos. - Os governantes, que não sabem governar, e que se vendem às nações estrangeiras! – bradam uns que se dizem independentes. - Os progressistas! Afirmam os regeneradores. - Os regeneradores! – contestam os progressistas. ... São todos, digo eu”⁴⁹.

Por isso, não se tinha dúvidas em considerar que entrar “num centro político [era o mesmo que entrar] para uma casa de batota, com meia dúzia de tostões na algibeira e a esperança de sair carregado de prata”, graças às maiores tropelias, aos maiores abusos, às maiores baixezas, à sombra de uma política nefasta, sob o patrocínio de “políticos corruptos e corruptores” que medrejavam livremente perante a desorientação pública e a indiferença e demissão da gente culta e séria⁵⁰.

Todavia, não é notória que as dissidências locais tivessem levado à formação de novos partidos ou a deserções de partido para partido. Talvez a maior dissidência que ocorreu na Horta entre 1880 e 1910, foi quando José Maria da Rosa, após 19 anos de destacado e entusiástico membro do Partido Progressista, bateu “com a porta”, vindo depois a ingressar no Partido Regenerador, em discordância com a “forma de fazer política” do então líder progressista Miguel da Silveira, como se pode ler numa carta que lhe endereçara, com data de 10 de março de 1897, e que de forma desafiadora divulgou na imprensa, quer independente quer regeneradora⁵¹, ao referir que “jul[ava] ser o chefe do Partido Progressista no distrito”.

Da leitura da dita carta, verificamos que José Maria da Rosa explicava que, com a sua saída, havia recuperado a sua intemerata liberdade política, ao entender que o triunfo do “seu credo [a sua dedicação à causa progressista] e o prestígio do seu nome” eram mais do que suficientes para declarar que não podia concordar com os atos despóticos levados a efeito pelo “ditador” da política progressista, Miguel da Silveira, devido ao seu comportamento ser nefasto tanto para o Partido pelo alheamento daqueles que sentiam a causa progressista como para vexar os faialenses. Parte daí para declinar a honra de continuar a ser “redator político” d’ *O Atlântico*, órgão progressista.

Todavia, esta decisão de Rosa não o levou a afastar-se da política ou abraçá-la como independente. Cerca de um mês depois, a 5 de outubro, passava a integrar a família regeneradora, quando numa assembleia geral do Partido Regenerador, seria apresentado aos seus novos correligionários. Depois de ingressar no Partido Regenerador, José Maria

⁴⁹ Henrique Dias, “O Nosso mal”, *O Faialense*, 1902, janeiro 12 (115), p.1.

⁵⁰ Cf. “A nossa atitude”, *O Telégrafo*, 1906, janeiro 25 (3 621), p.1.

⁵¹ “Prezadíssimo Colega”, *O Globo*, 1897, março 11, pp.1-2.

da Rosa viria a integrar o corpo redatorial, assumindo mesmo a chefia da respetiva folha *O Globo*, até 6 de março de 1899, dia em que se despedia dos seus leitores, alegando o seu débil estado de saúde que não lhe permitia acumular esta atividade com outras que lhe ocupavam o seu tempo⁵².

A par de regeneradores e progressistas, verificamos, até 1910, embora sem grande expressão, a existência do Partido Republicano Federal da Horta, do Partido Regenerador Liberal ou Franquista, chefiado em 1906, por Francisco Pereira Ribeiro Júnior e do Partido Nacionalista fundado em 1907 e chefiado pelo ouvidor eclesiástico do Faial, padre José Leal Furtado (1835-1914).

2. O debate político-ideológico: o surgimento e divulgação de novas correntes – o republicanismo

“Se o partido republicano não fizer um esforço supremo, a fim de acudir ao desastre para que vertiginosamente corre este malfadado País, em pouco consumir-se-á nele a sentença decretada contra todo o povo a quem a apatia escravizou”⁵³.

As novas doutrinas e correntes de pensamento – republicanismo, socialismo e positivismo – não deixariam de constituir, sobretudo, entre a elite faialense, motivo de conversa tanto nas sociedades existentes como nas tipografias dos jornais como se deduz do ambiente da redação d’ *O Açoriano*: “O que nós decidíamos sobre literatura, sobre filosofia, sociologia, política, teatro, música e sobre gastronomia também. [...]. Os tipógrafos, [...], olhavam-nos com certa admiração, imaginando-se em plena sessão de deputados!”⁵⁴.

Certamente que essas discussões, essas conversas permitiram o cruzamento de ideias, de convicções e de atitudes que acabariam por se refletir numa maior consciência da incapacidade da monarquia constitucional em dar respostas aos problemas com que se debatiam os faialenses.

Em 1879, e à semelhança do que se passava a nível nacional, seria fundado, na ilha do Faial, o Centro (Partido) Republicano Federal da Horta, como se pode ler na documentação compulsada⁵⁵, em particular na edição de 31 de janeiro de 1886, do

⁵² *O Globo*, 1899, março 6 (582), p.2.

⁵³ *O Democrata*, 1885, maio 24 (21), p.2.

⁵⁴ Manuel Garcia Monteiro, *A Trança*, Horta, Câmara Municipal da Horta, 1989, pp.21-22.

⁵⁵ Sobre este assunto, Fernando Catroga refere que em Portugal, na década de 1850 e nas seguintes, “a ideia de partido aparece com uma conotação polissémica: ‘fação’, ‘tendência’, ‘parcialidade’, ‘tomada de posição’, ‘movimento’ e ‘partido propriamente dito’”, cf. Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal. Da*

semanário *O Democrata*, órgão local do Partido (fundado a 4 de janeiro de 1885), que a propósito escrevia que “temos a observar ao colega [*O Atlântico*, órgão local do Partido Progressista] de que no distrito da Horta, não há só o Partido Progressista, há também o Partido Republicano que está constituído desde 1879”⁵⁶.

No ano seguinte, os faialenses também aderiram ao brado republicano de comemoração do Tricentenário de Camões, numa altura em que o “republicanismo alarga a sua rede urbana de influência através de numerosas agremiações”⁵⁷.

Todavia, apesar das comemorações terem contribuído para localmente dar alguma visibilidade àqueles que simpatizavam com os novos ideais, seria, no entanto, através da imprensa, de tendência republicana ou assumidamente defensora dos ideais republicanos, que se tentaria veicular os novos princípios e em particular a ideia de que em Portugal a Monarquia era sinónimo de incompetência, de impudor e de opressão⁵⁸, de que a fundação d’*O Democrata* é exemplo. Ou seja, os ideais republicanos haviam também chegado a um dos pontos mais recônditos do País.

Na década de 1880, verificamos que “os republicanos faialenses” demonstravam alguma dinâmica resultante, em nosso entender, da existência, no distrito, de tolerância política, concretamente em termos de liberdade de expressão, de reunião e de associação. As medidas de controlo e repressão da imprensa desafeta constantes quer da Portaria de 12 de outubro de 1881⁵⁹, quer de medidas legislativas que se lhe seguiram não devem ter constituído óbice ao seu papel contestatário⁶⁰.

Formação ao 5 de outubro de 1910, 3.^a ed., Alfragide, Casa das Letras, 2010, p.12. Veja-se Luís Vidigal, *Cidadania, Caciquismo* [...], já cit., pp.47-52; Ernesto Castro Leal, *Partidos e Programas – o campo partidário republicano português (1910-1926)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

⁵⁶ Fernando Catroga, *op. cit.*, pp.11-42.

⁵⁷ Amadeu Carvalho Homem, “O avanço do republicanismo e a crise da Monarquia Constitucional”, in José Mattoso [dir.], *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp.131-145 [139].

⁵⁸ Cf. José Hermano Saraiva, *História Concisa de Portugal*, 2.^a edição, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1978, p.321.

⁵⁹ Cf. Maria Manuela Tavares Ribeiro, “Imprensa: liberdade e censura nos meados de Oitocentos”, in Carlos Cordeiro e Susana Serpa Silva [coord.], *A História da Imprensa e a Imprensa na História: o Contributo dos Açores*, Ponta Delgada, Centro de Estudos Gaspar Frutuoso/Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra, 2009, pp.73-107. A autora considera ainda que “o estudo da imprensa no século XIX é um dos objetos fundamentais para compreender o sistema representativo dado que este necessariamente, de modo mais explícito ou menos implícito, devia radicar-se no exercício de uma opinião pública – instância legitimadora e controladora do seu próprio funcionamento”. Sobre o período em estudo, a autora afirma: “As últimas décadas oitocentistas seriam, de novo, campo vasto de inúmeras querelas. A legislação promulgada, nomeadamente a portaria de 12 de outubro de 1881 [...], o projeto de reforma da lei penal pelo qual o júri era substituído pelo juiz de direito, o contestado decreto de 29 de maio de 1890 –, a segunda *Lei das Rolhas*, e os projetos de 1896 e 1897, entre outros, desencadearam um novo período de perseguições e processos a periódicos, muitos deles republicanos, anarquistas e socialistas” [105].

⁶⁰ *O Faialense*, 1885, janeiro 11 (24), p.3.

Em 1885, faziam-se representar por Manuel de Arriaga no Congresso do Partido Republicano realizado em Lisboa⁶¹. Dois anos depois, em 1887, o Partido Republicano Federal da Horta através de um comunicado publicado na imprensa faialense – “Ao Povo – Senhores Eleitores do Distrito da Horta” – apelava aos eleitores para que votassem, nas eleições de 6 de março do mesmo ano, nos candidatos republicanos pelo mesmo círculo: Dr. Joaquim Teófilo de Braga e Dr. José Jacinto Nunes, argumentado se os regeneradores como os progressistas eram os responsáveis pelo estado de ruína em que o País se encontrava⁶², então, havia que dar oportunidade aos republicanos para uma nova política.

Ainda no mesmo ano, a comissão executiva do Centro Republicano Federal da Horta, aproveitando a presença de Manuel de Arriaga na ilha do Faial, ofereceu uma “ceia política” ao seu distinto correligionário, no dia 25 de setembro, numa das salas do *Grémio Literário Artista Faialense*⁶³.

Nas duas décadas que antecedem a implantação da república em 1910, verificamos uma certo retraimento da intervenção pública dos republicanos faialenses – que agora se intitulavam Partido Republicano do Distrito da Horta, seguindo a corrente unitária que venceu no congresso de 1883⁶⁴ – apenas interrompido pela aproximação dos atos eleitorais, que aproveitavam, como aconteceu 1892, para mandar publicar um manifesto, para ser distribuído por todo o distrito, sugerindo aos eleitores que dessem o seu voto aos candidatos republicanos – Manuel de Arriaga e Manuel de Brito Camacho, sob o pretexto de mostrar aos partidos do rei que a Nação os condenava⁶⁵.

Todavia, os resultados dos candidatos Partido Republicano Português nas eleições pelo círculo da Horta, em 1890, 1892, 1901 e 1908, não passariam de uma desgraça.

De realçar, ainda, duas tentativa jornalísticas efêmeras: em 1895, o semanário dos alunos do Liceu da Horta, *A Estudantina*, passou a designar-se como folha republicana a

⁶¹ Cf. Joana Gaspar de Freitas, *Manuel de Arriaga [...]*, já cit., p.29. Sobre o assunto, veja-se *O Democrata*, 1885, julho 5 (27), p.3.

⁶² “Ao Povo - Senhores Eleitores do Distrito da Horta”, *O Faialense*, 1887, março 6 (32), suplemento.

⁶³ “Correio da Semana”, *Açoriano*, 1887, outubro 2 (21), p.4.

⁶⁴ Cf. Amadeu Carvalho Homem, “O avanço do [...]”, já cit., in José Mattoso [dir.], *História de [...]*, vol. V, p.141.

⁶⁵ “Manifesto [10 de outubro de 1892]”, *O Açoriano*, 1892, outubro 16 (42), pp.1-2. Ainda em 1892, a *Filarmónica Nova Artista Flamenguense*, da freguesia dos Flamengos, de acordo com uma notícia publicada no jornal *O Açoriano*, viria a adotar *A Portuguesa* como hino filarmónico da instituição, *Ibid.*, 1892, janeiro 17 (3), p.3.

partir do número 30 (20 de abril de 1895). Jornal que encerraria a sua publicação quatro números depois, em 3 de julho do mesmo ano⁶⁶; a fundação em 16 de julho de 1908 do jornal *O Fayal*, tendo como redator principal J. Mendes de Araújo⁶⁷.

Então, quem e quantos seriam os republicanos faialenses?

O número de republicanos, certamente mais simpatizantes do que partidários, não seria numeroso, se tivermos em atenção a análise feita pelo jornal *O Democrata* quando em 1885, reconhecia que, na ilha do Faial, as facções políticas mais fortes eram os regeneradores e os progressistas, “republicanos poucos, miguelistas idem, ferreiristas um, constituintes só se fala de um ex-padre protestante que já foi republicano e regenerador; há um grande número de indiferentes e o resto topa tudo”⁶⁸.

O republicano faialense, de acordo com António Batista, seria um cidadão convicto e sincero; homem de propaganda “mansa mas constantes” e, a maioria, ligado à atividade comercial. Por isso, alguém que vivia do seu labor e “do crédito que soubera conquistar, cuja maior honraria que desejava não era a do mando, mas tudo o que pudesse derivar de uma boa administração pública”⁶⁹. Este perfil de quem vivia sobretudo na cidade, condiz perfeitamente com o republicano típico a nível nacional. Por isso, não se tinha quaisquer dúvidas que um verdadeiro republicano era todo aquele que possuísse uma “consciência esclarecida” pelo estudo e pela meditação (um corpo de ideias políticas claras e definidas, capazes de dar respostas a problemas do “presente”) e uma boa formação moral capaz de muita abnegação, desinteresse e disposição para todos os sacrifícios⁷⁰.

Naturalmente que não se pode descortinar o nome de todos os republicanos faialenses, porque havia os que sendo simpatizantes ou partidários preferiam manter-se no anonimato, muitas vezes sob a designação dos “nossos prestigiosos amigos correligionários”, evitando assim “prejudiciais represálias ou, então, pelo seu reduzido número ou por falta de credenciais políticas”⁷¹.

Todavia, há um nome que sobressai dos demais o comerciante António Gonçalves

⁶⁶ Cf. Carlos Lobão, *Liceu da Horta, Memória Institucional*, Horta, Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta, 2004, p.143.

⁶⁷ Raul Xavier, “Jornais e Revistas Publicados na ilha do Faial”, *Correio da Horta*, 1957, julho 24 (7 502), p.54.

⁶⁸ “Republicanos no Faial”, *O Democrata*, 1885, março 21 (12), pp.1-2.

⁶⁹ “Justiça, República”, *A Justiça*, 1910, outubro 12 (1), p.1.

⁷⁰ Cf. Bruno, “O que é ser republicano”, *O Democrata*, 1885, janeiro 11 (2), p.2.

⁷¹ Fernando Faria Ribeiro, “O Democrata, [...]”, já cit., *Boletim do Núcleo* [...], 2010 (19), p.87.

Viana da Silva, que embora sendo natural da ilha do Pico, era considerado pelo jornal *O Açoriano*, como um acreditado negociante “desta praça”⁷². Manteve-se fiel aos seus princípios, porque vamos encontrá-lo a presidir à comissão promotora dos festejos comemorativos da implantação da República que se realizaram na Horta, a 13 de novembro de 1910⁷³.

Nomes a quem também se pode aplicar a designação de históricos republicanos faialenses são Victor Amadeu Lemos e Silveira (?-1927), um operário que ainda no presente é homenageado a cada comemoração do 1.º de maio com a deposição de flores na sua campa no cemitério do Carmo, considerado um dos fundadores da *Associação Operária Faialense* e proprietário da tipografia *A Liberdade*, a quem o jornal *O Telégrafo* chamaria “um dos republicanos da velha guarda”, ao noticiar a sua morte⁷⁴; o fotógrafo João Augusto a Laranjo (1857-1932), com atelier fotográfico na Rua de São João, n.º 45; José Augusto Sequeira (1856-?), comerciante e proprietário, fundador, com Laranjo, do semanário *O Democrata*.

Em suma, o centro republicano faialense, apesar das suas debilidades e relativa adesão, também se constituiu num local de discussão ideológica, de comissão eleitoral e de acompanhamento e crítica à forma como marchavam as coisas locais e nacionais

3. Jornais e jornalistas

“São incomparavelmente mais para temer os males da ignorância, do que os perigos da publicação do pensamento; assim como os bens que se derivam da imprensa são incomparavelmente superiores ao mal que algumas vezes possam ter ocasionado”⁷⁵.

Em 1857, João José da Graça introduziu a imprensa no distrito da Horta, gesto que veio abrir “uma larga clareira nas trevas do nosso isolamento insular [...] nestas cristandades das ilhas de baixo”⁷⁶.

Quando se analisa o papel da imprensa faialenses através da leitura dos diferentes periódicos⁷⁷, independentemente do seu carácter, o que sobressai é que ela se configurou

⁷² *O Açoriano*, 1884, setembro 21 (7), p.3.

⁷³ “Convite”, *O Telégrafo*, 1910, outubro 10 (5 017), p.3.

⁷⁴ “Victor Lemos e Silveira”, *O Telégrafo*, 1927, julho 13 (8 951), p.2.

⁷⁵ Costa Rebelo, “A Imprensa”, *O Telégrafo*, 1896, setembro 10 (884), p.1.

⁷⁶ Ernesto Rebelo, “Notas Açorianas [Escritores e Homens de Letras]”, *AA*, vol. IX, edição fac-similada da ed. de 1887, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1982, p.20.

⁷⁷ Entre 1857 e 1879, fundaram-se na cidade da Horta 43 periódicos. No período em estudo, 97 (71 entre 1880-1910 e 26 entre 1911 e 1926), cf. Osório Goulart, “A Imprensa Periódica no Faial”, *O Telégrafo*, 1916, setembro 25 (6 728), p.1, setembro 26 (6 729), pp.1-2; setembro 28 (6 730), p.1; Santos Jr., *Relação dos Jornais que se publicaram na Horta*, Horta, 1934, pnn.; Marcelino Lima, *Anais do [...]*, já cit., pp.529-533;

sempre como uma “sentinela vigilante”, como um instrumento que trazia para a tribuna, para a opinião pública importantes informações sobre os diferentes contextos do debate à volta dos vários ramos da vida económica, social, cultural e política, como se pode ler no jornal *O Faialense Semanário da Horta*: “Amigos sinceros dos melhoramentos açorianos e com particularidade dos especiais do distrito da Horta, temos fé que a imprensa periódica é um dos elementos indispensáveis ao seu desenvolvimento”⁷⁸.

O que se pretendia era chamar a atenção das autoridades e dos portugueses em geral, “acordar o país a berros”⁷⁹: que olhassem para as ilhas dos Açores e que as vissem não apenas como penedos semeados “ao acaso no meio do Oceano, como uma “terra longínqua e medida de descontinua, isolada pela distância e pelo mar, periférica em relação aos centros continentais do poder”⁸⁰.

Deste modo, a imprensa periódica na cidade da Horta, tornar-se-ia, logo após a fundação do jornal *O Incentivo* (10 de janeiro de 1857), numa das atividades socialmente mais prestigiadas, projetando-se como agente ativo: “o procurador dos cidadãos” ou o “fabricante de opinião pública”⁸¹. Esta situação é corroborada por Rui Ramos quando destaca que a imprensa se tornou na “medida de todas as coisas”⁸² ao publicitar tudo o que se dizia “na Corte, nos ministérios, nos quartéis, nas câmaras municipais, nas oficinas, nunca poderia tornar opinião importante se não fosse publicada nos jornais”, noticiando o que “acontecia ao povo”, sob a designação, na imprensa faialense, de “pasmatório interior”, “noticiário local”, “correio rural”; “vida mundana do distrito”.

Por outro lado, o jornal era entendido como um “local” que não podia ser dispensado por quem gostava de escrever. Era a tribuna adequada onde se podiam apresentar ao público “os esboços do seu literário talento”, tanto em prosa como em verso, realidade assim resumida por Manuel Garcia Monteiro: “Este jornal [*O Açoriano*]

Raul Xavier [coord.], “Jornais e Revistas publicados na ilha do Faial”, *Correio da Horta*, 1957, julho 24 (7 502), p.54.

⁷⁸ *O Faialense Semanário da Horta*, 1858, Agosto 1 (1), p.417. Segundo Armelim, a imprensa desempenhava pelo menos sete funções: informação, vulgarização, instrução, educação, crítica, serviço económico-social (jornais angariadores de assistência ou beneficência pública) e exemplo, cf. M.V. Armelim Jr., *Papel da Imprensa na grande obra da regeneração nacional. Alvitres práticos. Memória da Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses*, Lisboa, Imprensa Lucas, 1909, pp.6-7.

⁷⁹ José Miguel Sardica, “O ‘Quinto Poder’. Imprensa e Opinião Pública na Época de Hintze Ribeiro”, *Colóquio Hintze Ribeiro, 1849-1907. Da Regeneração ao Crepúsculo da Monarquia*, Ponta Delgada, 2007, p.1.

⁸⁰ José Miguel Sardica, *António José de Ávila. Presidente da Câmara Municipal da Horta (1831-1832)*, Horta, Câmara Municipal da Horta/Assembleia da República, 2007, p.9.

⁸¹ José Miguel Sardica, “O ‘Quinto Poder’. Imprensa [...]”, já cit., *Colóquio Hintze Ribeiro*, [...], p.6.

⁸² Rui Ramos [coord.], “A Segunda [...]”, já cit., in José Mattoso [dir.], *História de [...]*, vol. VI, p.52.

publica-se afinal por uma razão muito simples: muitos gostam de possuir a sua casa, como muita gente que escreve gosta de ter o seu jornal”⁸³.

Por fim, a imprensa faialense apesar de dar ênfase às grandes causas e acontecimentos, ia apenas ao encontro de uma limitada amostra do “Faial real”: uma minoria de vanguarda, uma vez que a maioria da população, uma maioria iletrada, silenciosa, retrógrada, não sabia ler, escrever e contar. Por isso, se o jornal na ilha do Faial não passava dos limites da cidade devia-se ao facto de ainda não ser entendido como o “mais indispensável elemento da vida social”⁸⁴. Esta falta de gosto e de interesse pelo jornal⁸⁵ leva-nos a realçar que, na Horta, a leitura do jornal ficava restrita a um público cujo nível económico, social e cultural não só lhe permitia integrar o poder político como criar e dirigir associações de diferente tipo e finalidade, enquanto a maioria da população faialense continuou pobre, rural e analfabeta, “uma gigantesca maioria silenciosa, que não falava, não votava e por isso não participava”⁸⁶. No entanto, importa realçar que também havia muitos analfabetos “na elite da nossa terra”⁸⁷.

Por conseguinte, esta situação não impedia os proprietários dos jornais de avançarem firmes, fazendo todas as diligências no sentido de ampliar a utilidade dos periódicos, de renovar o material tipográfico, com a vinda de novas máquinas, confiantes no “apoio no apoio público”⁸⁸. Sabiam qual a importância e significado deste “quinto poder”, como se pode ler no jornal *O Faialense*: “A imprensa frutifica. A imprensa tornou-a [iluminação pública da cidade] um assunto que entrou nas discussões do dia, e de que toda a gente começa a falar com mais ou menos crença [...] das suas vantagens e das molas administrativas”⁸⁹.

⁸³ “Este jornal”, *O Açoriano*, 1883, setembro 9 (1), p.1.

⁸⁴ R., “Horta, 2 de agosto”, *O Faialense*, 1884, agosto 3 (1), p.1.

⁸⁵ Cf. *O Faialense*, 1884, agosto 1 (1), p.1. O primeiro diário faialense, *O Açor*, só surgiu em 1889. Sobre o assunto, veja-se *O Recreio*, 1882, julho 9 (1), p.1.

⁸⁶ José Miguel Sardica, “O ‘Quinto Poder’”, já cit., *Colóquio Hintze Ribeiro*, [...], p.2.

⁸⁷ Certamente que Rebelo se refere a uma “elite de sangue” detentora de riqueza, cf. Ernesto Rebelo, “Notas [...]”, já cit., *AA*, vol. VII, p.84.

⁸⁸ *O Telégrafo*, 1906, janeiro 2 (3 602), p.1. Sobre a melhoria do parque gráfico d’*O Faialense*, veja-se “Correio da Semana”, *O Açoriano*, 1887, dezembro 18 (32), p.3.

⁸⁹ *O Faialense*, 1857, abril 22 (4), pp.25-26. Sobre o assunto, veja-se António Lourenço da Silveira Macedo, “A imprensa no Distrito da Horta”, *O Grémio Literário*, 1883, dezembro 1 (59), p.278: “Tem sido publicado até hoje este periódico [*O Faialense*] com suma regularidade, mostrando-se sempre alheio a questões políticas e particulares, mas respeitador e defensor do Governo o que lhe tem dado um carácter oficial publicando-se nele as atas das corporações administrativas, bem como as consultas, relatórios e representações da junta geral, decretos, portarias e editais”. O que nos permite afirmar que, em muitos casos, os jornais se tornaram a “fonte primeira” da história cultural, económica, política e social da ilha do Faial: “Entendemos que a imprensa local tem a rigorosa obrigação de transcrever estes documentos oficiais [relatórios do governador civil, do comissário dos estudos e das Obras Públicas do distrito e atas da Junta

A segunda metade do século XIX, na ilha do Faial, foi fértil em periódicos de caráter variado como já foi referido. Todavia, apesar desta “avalancha de periódicos” a maioria teve curta mas significativa vida, ou seja, muitos acabavam “antes da ninhada do ano seguinte”⁹⁰. Malgrado esta situação, alguns destacaram-se tanto pela sua qualidade como pela projeção alcançada o que lhes permitiu uma diuturna vida: *O Faialense* (1857-1898), *O Atlântico* (1862-1910), *O Grémio Literário* (1880-1884), *O Açoriano* (1883-1896), *Gazeta Judicial* (1887-1904) e *O Telégrafo* (1893-2004).

No entanto, a duração e a projeção de alguns periódicos não se podem dissociar do talento e do desembaraço literário quer dos seus redatores quer dos seus colaboradores “efetivos e dedicados”⁹¹. Isto quer dizer que aquilo que contribuiu para consolidar a imprensa faialense tanto antes como durante e depois do período em estudo foi a constante presença de escritores que acabariam por ser reconhecidos graças a ela, uma “prometedora tendência para o amor às letras que de há algum tempo a esta parte vemos neste Distrito”, e que se traduzia, entre outras coisas, “pela publicação avulsa, ou na imprensa periódica, de escritos propriamente açorianos”⁹².

Daí se relevar a qualidade e a orientação dos redatores d’*O Açoriano* visto que com o seu surgimento se passou da “descompostura pessoal [para] o tratamento em primeiro lugar das questões locais”, tornando-se, por isso, no jornal mais lido, “necessário; as suas opiniões eram aceites; os seus contos lidos com agrado [...]; as suas crónicas finamente escritas, gargalham no seio pacato das famílias”⁹³. Daí ser considerado “o melhor semanário faialense do século XIX”⁹⁴.

Esta realidade permite-nos concluir que a criação dos diferentes periódicos tinha uma intenção explícita: dar voz às novas ideias e princípios, defender os interesses da ilha, do distrito da Horta, permitindo assim a afirmação de “uma cadeia de valores intelectuais faialenses”, que ficaram conhecidos pela expressão “jornalistas-literatos”, e, em muitos casos, a “fonte primeira” da história cultural, económica, política e social faialenses⁹⁵.

Geral e da Câmara Municipal], porque por eles se avalia o estado da administração e a marcha seguida pela autoridade”, *O Faialense*, 1860, Julho 15 (50), p.1.

⁹⁰ Rui Ramos [coord.], “A Segunda [...]”, já cit., in José Mattoso [dir.], *História de [...]*, vol. VI, p.48.

⁹¹ *O Grémio Literário*, 1882, julho 1 (49), p.197; *Ibid.*, 1883, setembro 15 (75) pp.389-390.

⁹² *O Recreio*, 1882, julho 9 (1), p.1. Apêndice – Capítulo II, Documento n.º 1.

⁹³ “Crónica”, *Revista Faialense*, 1893, maio 16 (8), pp.1-2. Sobre o assunto, veja-se Raul Xavier, “A Imprensa no Faial (Jornais e Jornalistas)”, *Correio da Horta*, 1964, março 24 (9 520), pp.1-2 e 4.

⁹⁴ Pedro da Silveira, “Sobre a Horta como centro literário: uma proposta de estudo”, *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX, Horta, Núcleo Cultural da Horta*, 1998, pp.597-602.

⁹⁵ *O Faialense*, 1860, julho 15 (50), p.1.

Pelo exposto, confirma-se que a iniciativa de João José da Graça teria continuidade, porque, no tempo em estudo, recenseámos noventa e sete periódicos: um mensário, sessenta e um semanários (o tipo de folha periódica mais comum), treze quinzenários, oito diários, seis números únicos, três sem qualquer referência, dois bissemanários e outros três de diversos formatos e tamanhos, com primazia das folhas literária (15,4%) e política (27,8 %) ⁹⁶.

A efemeridade dos periódicos resultava das dificuldades de sustentabilidade com que se debatiam, começando pelo número limitado de assinaturas, a fragilidade da publicidade, entendida como meio poderoso para se conseguir as receitas necessárias à sobrevivência de “significante iniciativa” ⁹⁷; depois, porque havia jornais que não “estavam alinhados partidariamente” ⁹⁸. Apesar de a maioria viver “uma existência anémica e então o equilíbrio entre a receita e a despesa [era] um problema tão difícil de resolver”, havia quem defendesse, mesmo que o “seu” jornal tivesse uma duração efêmera, seria, enquanto existisse, “um jornal limpo” ⁹⁹. Por conseguinte, reconhecia-se que existiam muitas dificuldades na manutenção de um jornal “desta índole” ao assumir-se “nada de política” ¹⁰⁰.

Contudo, apesar da convicção de que alguns dos projetos jornalísticos eram uma empresa destinada a desaparecer em breve tempo, outros apareceriam, satisfazendo esta necessidade do espírito, “tão grande como o pão e o ar” ¹⁰¹. Havia sempre cavalheiros desejosos de honrar com a sua assinatura mais um periódico ¹⁰². Com esta atitude se reconhecia o papel dos jornalistas como os primeiros “agentes construtores e porta-vozes da consciência coletiva”, formadores de opinião pública e os jornais numa alusão quotidiana “de referencial exterior da luta política e da agenda quotidiana” ¹⁰³.

Em suma, a proliferação de jornais na ilha do Faial esteve indubitavelmente associada ao “gosto pelas letras”, isto quer dizer que a feição literária da imprensa faialense contribuiu não só para a criação de uma consciência cultural como também se tornou o polo de partida à volta do qual se começou a desenvolver os elementos

⁹⁶ Apêndice – Capítulo II, Quadro II.

⁹⁷ Ernesto Rebelo, “Notas [...]”, já cit., *AA*, vol. VII, pp.84-85. Quanto à tiragem, apenas apurámos que a do semanário literário *O Biscuit*, fundado a 9 de julho de 1878, por Florêncio Terra e Manuel Zerbone, chegava aos 500 exemplares, cf. *O Biscuit*, 1878, julho 9 (1), p.1; enquanto a d’ *A Estudantina* se ficava pelos 400.

⁹⁸ Rui Ramos [coord.], “A Segunda [...]”, já cit., in José Mattoso [dir.], *História de [...]*, vol. VI, p.50.

⁹⁹ “O Açoriano. Este jornal”, *O Açoriano*, 1883, setembro 9 (1), p.1.

¹⁰⁰ José de Alvernaz, “Correspondência [S. Roque (Pico)]”, *O Faialense*, 1899, dezembro 10 (6), p.3.

¹⁰¹ “Horta, 7 de agosto”, *O Faialense*, 1880, agosto 8 (1), p.1.

¹⁰² *O Faialense*, 1867, agosto 18 (19), p.1. Veja-se *O Raio*, 1882, dezembro 3 (1), p.1.

¹⁰³ José Miguel Sardica, “O ‘Quinto Poder’. [...]”, já cit., *Colóquio Hintze Ribeiro [...]*, p.3.

“embrionários de um processo literário e consistente”: os jornais funcionavam como incentivo à escrita [“escrita-para-a-imprensa”]¹⁰⁴. “E não resta dúvidas que apareceram mais ou menos talentos vocações, aptidões dignas de muito apreço, ao lado de homens com valor já formado por trabalho de maior vulto”¹⁰⁵.

3.1. Imprensa militante na cidade da Horta

“Se as paixões políticas, por vezes, molham a pena do escritor no fel do ódio, se espíritos ignorantes ou perversos deslustram a imprensa com escritos parvos ou caluniosos, esses efeitos são infelizmente de natureza humana, e não da instituição, que foi criada para o bem e não para o mal. O abuso nela é tão próprio, como em todas as instituições, as mais sagradas, porque o homem é quem a dirige, e desgraçadamente quanto mais preponderante for a influência do jornalismo no ânimo do público, tanto mais se tornará notável o abuso que dela há de fazer-se”¹⁰⁶.

Na cidade da Horta, a criação de periódicos deveu-se à iniciativa do indivíduo isolado que fazia quase tudo, casos, entre outros, d’ *O Incentivo* (1857), de João José da Graça e d’ *O Açoriano* (1883), de Manuel Garcia Monteiro¹⁰⁷; de sociedades como o *Grémio Literário Faialense* (*O Grémio Literário*, 1880), o *Ginásio Clube* (*Revista Faialense*, 1893) e a *Sociedade Luz e Caridade* (*O Faialense*, 2.^a série, 1899); e de grupos de indivíduos que comungavam as mesmas ideias culturais (*O Biscuit*, 1878, *A Escola*, 1882) e políticas (*A Regeneração*, 1880; *O Democrata*, 1885; *A Democracia*, 1911).

Deste modo, e como já se referiu anteriormente, dos noventa e sete jornais fundados na cidade da Horta, entre 1880 e 1926, vinte e sete (27,8%) assumem um carácter político, o que nos permite concluir que alguns destes jornais embora políticos não estavam alinhados a nenhuma das facções existentes na Horta enquanto outros ou eram da mesma orientação ou por elas montados (“folha progressista”; “folha do partido progressista; “defendendo a política progressista”; “de política progressista”¹⁰⁸; órgão do Partido

¹⁰⁴ Urbano Bettencourt, *Contistas da Horta*, p.4 (inédito).

¹⁰⁵ Florêncio Terra, “Primeiras Palavras”, *O Açoriano*, 1895, março 2 (1), p.1.

¹⁰⁶ “Horta, 7 de agosto”, *O Faialense*, 1880, agosto 8 (1), p.1.

¹⁰⁷ Manuel Garcia Monteiro (Horta, 1859; Boston, 1913). Depois de cursar o Liceu da Horta, por falta de meios para continuar a estudar, empregou-se como amanuense da Câmara da Horta. Jornalista (funda os jornais *O Passatempo* – semanário satírico, burlesco, crítico e noticioso, 1878 – e *O Açoriano* – semanário literário e noticioso, 1883. No teatro, além de se distinguir como amador, também escreveu as comédias em um ato *Sem Cerimónia* – representada em 1880 – e *Um Presente de Anos*. Poeta (edita na Horta *Versos*, 1884, e, em Boston, *Rimas de Ironia Alegre*, 1896). Em 1884, deixou a Horta com destino aos Estados Unidos, onde se formou em Medicina. Em 1989, a Câmara da Horta publica um pequeno livro de poemas intitulado *A Trança*, descerra a sua fotografia no Salão Nobre dos Paços do Concelho e atribui o seu nome a um dos arruamentos da Canada das Acores. Membro da loja maçónica “Luz e Caridade”.

¹⁰⁸ “Imprensa Periódica nos Açores (Distrito da Horta - Ilha do Faial)”, *AA*, vol. VIII, ed. fac-similada da ed. de 1886, Ponta Delgada Universidade dos Açores, 1982, pp.534-540. Veja-se António dos Santos Pereira, *O Parlamento e a Imprensa Periódica Beirã em tempos de crise (1851-1926)*, Lisboa, Assembleia da República/Edições Afrontamento, 2002.

Regenerador), realidade que originaria acesos despiques entre periódicos. Ou então a maneira como acolhiam o aparecimento de uma folha de orientação política contrária, demonstrando uma clara falta “de pluralismo democrático”. Assim, nesta troca de “mimos, o jornal *A União*, simpatizante da política progressista, via desta forma o aparecimento da “fardeta” *A Sentinela*, órgão do Partido Regenerador:

“*Sentinela*. É o nome de um periódico que brevemente aparecerá defendendo o partido e a política dos regeneradores. Lastimamos as penas que o redigirem, porque a causa é ingrata, e a defesa impossível. Diz-se que vão colaborar na ‘Sentinela’ os Exmos. Srs. Dr. António Emílio Severino de Avelar. Laureano Pereira da Silva. Luís Teles de Barcelos. António Patrício da Terra Pinheiro. Tomás Pereira da Rosa! Diz-se mais que a redação principal será incumbida ao Exmo. João José da Graça, que na verdade é um talento e notável jornalista. Mas de coração desejamos que s. Exa. não entre em tal empresa, onde o seu grande talento não deixará de criar-lhe uma posição falsíssima, advogando uma causa condenada no tribunal da consciência de todos os homens sensatos”¹⁰⁹.

Como forma político-partidária, o jornalismo tornou-se um meio de formação doutrinária da opinião pública, mas também de dizer mal, de deitar abaixo, com os jornalistas incumbidos da tarefa de transmitir de forma criteriosa a doutrina dos partidos e de dirigir a opinião pública, o que levaria Costa Rebelo¹¹⁰ a lamentar o facto de se atribuir à imprensa, injustamente, e principalmente ao jornalismo periódico, uma grande parte dos males que afetavam “atualmente a sociedade”, devido à indiferença que então se observava “pelos bons princípios que devem ser respeitados como base da felicidade pública”¹¹¹.

Por isso, as polémicas “azedas” entre jornais levariam a que quando se quisesse explicar o carácter de um jornal, este ou era, segundo a divisa sacramental, “político, literário e noticioso, ou simplesmente político e noticioso ou só literário, ou político, ou todo descompostura”¹¹².

Na ilha do Faial é notória, a partir de 1880, a existência de um jornalismo político que assumiu, por vezes, um tom agressivo, violento, que malhava em tudo e em todos, que não saía do campo da descompostura pessoal, abstendo-se de espalhar ideias úteis, discutir assuntos de interesse local, pugnar por eles, para somente advogar questiúnculas particulares e individuais¹¹³. Deste modo, enquanto o *Porto da Horta* procurava amarrar na doca o partido regenerador; o *Século XX* tentava amarrar também o partido progressista.

¹⁰⁹ *A União*, 1879, julho 4 (4), p.3.

¹¹⁰ Francisco Peixoto de Lacerda Costa Rebelo (Horta, 1814; Pico, 1903). Um dos fundadores do jornal micalense *O Açoriano Oriental*. Redator de vários dos jornais *O Faialense*, *O Atlântico*, *O Grémio Literário* e *O Telégrafo*. Funcionário Repartição da Fazenda. Cadete da armada liberal de D. Pedro.

¹¹¹ Costa Rebelo, “A Imprensa”, *O Telégrafo*, 1896, setembro 10 (884), p.1.

¹¹² “Este jornal”, *O Açoriano*, 1883, setembro 9 (1), p.1.

¹¹³ Zero, “Atualidades”, *O Faialense*, 1900, março 4 (18), p.1.

Por seu turno, o velho *Faialense* “esfalfa-se em não amarrar nem desamarrar qualquer dos partidos”¹¹⁴.

3.1.1. Imprensa Regeneradora

O primeiro jornal regenerador que existiu na cidade da Horta intitulou-se *A Sentinela*, em cuja epígrafe se pode ler “Órgão do Partido Regenerador”, fundado a 1 de julho de 1879. Após de vinte e cinco números (28 de dezembro de 1879), sob aquele título, viria a continuar com nova designação – *A Regeneração* (11 de janeiro de 1880 até 30 de dezembro de 1884), por ser entender que estava mais de acordo com o pensamento que presidira à sua criação e ao “partido político, que depende”¹¹⁵. Eram seus redatores João José da Graça Júnior e por Luís Teles de Barcelos¹¹⁶.

Justificavam os seus redatores a sua origem pela necessidade de se estar atento à ação do novo governador civil, Dr. Manuel Francisco de Medeiros, o “malvado” que depois de ter sido servido pelo Partido Regenerador, “o renega hoje na hora da provação”. Por isso, questionavam em que se baseara o governo progressista de Anselmo Braamcamp ao nomear um homem “débil”, “doente”, sem prática de administração e que “seguia um programa” diferente do governo que o nomeara?¹¹⁷

Na década seguinte, seriam fundadas as folhas *Correio da Semana* e *O Globo* (diária depois semanal). A primeira fundada a 15 de março de 1896 apresentou-se no seu primeiro ano de existência como uma folha imparcial; a partir do segundo ano (14 de março de 1897), surgia encimada com a “declaração de folha regeneradora”. No editorial, sob o título “Surgimos”, passava-se de imediato à explicação por que surgia como folha regeneradora. A “nossa atitude”, ou melhor dizendo, a justificação da tendência política, residia simplesmente na necessidade da serem defendidos “os nossos correligionários oprimidos” pelo governador civil, António Miguel da Silveira, e seus lugares-tenentes e conselheiros, prometendo o jornal “a liquidação dessa odiosa ditadura”.

Por isso, apelava aos regeneradores da Horta que mostrassem ao governador que ele não se esquecesse do seu progenitor, um dos bravos do Mindelo, cuja ação estava

¹¹⁴ Id., “Atualidades”, *O Faialense*, 1902, agosto 24 (147), p.1.

¹¹⁵ *A Regeneração*, janeiro 11 (26), p.1. Segunda série entre 4 de janeiro e 4 de março de 1900.

¹¹⁶ Fundado pela Loja maçónica *Regeneração*, para o mundo profano, *Sociedade Humanitária de Literatura e Agricultura*. Veja-se João José Alves Dias, “O Amor da Pátria é o único astro que nos guia. A Maçonaria na Ilha do Faial em 1892”, in *O Faial e a periferia açoriana nos Séculos XV a XIX*. Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1995, pp.275-282; António Lopes, *A Maçonaria Portuguesa e os Açores – 1792-1935*, Lisboa, Ensaius, 2008.

¹¹⁷ *A Sentinela*, 1879, julho 6 (1), p.1.

“maculando a memória do seu venerando pai” e que a Horta era uma terra culta que não se tratava como a “Hottencia, ou a Guiné!”¹¹⁸.

Meses depois, a 3 de outubro de 1896, surgia a folha diária *O Globo*¹¹⁹ que, no entanto, só a partir de 13 de novembro de 1897, surgia como *Folha Diária Regeneradora* (n.º 287), mantendo-se como tal até 10 de agosto de 1899 (n.º 706).

Nos inícios do século XX, entre 1904 e 1905, surgia o semanário político regenerador *O Açoriano*.

3.1.2. Imprensa Progressista

O primeiro jornal a advogar a política progressista foi *O Atlântico*. Este semanário, “velho soldado” da imprensa militante faialense, usando a terminologia de Ernesto Rebelo¹²⁰, foi fundado a 1 de janeiro de 1862 e findou a 9 de janeiro de 1910. Depois de ter advogado a separação dos Açores em relação a Portugal, em 1872, e de inicialmente se assumir como apartidário, viria tornar-se em finais da mesma década no porta-voz do Partido Progressista¹²¹, sob a designação de “folha progressista” ou “folha do Partido Progressista”. Neste contexto, destacaram-se como redatores Dr. Manuel Francisco de Medeiros, José Maria da Rosa¹²², Dr. Urbano Prudêncio da Silva¹²³ e Manuel Greaves¹²⁴.

Além d’*O Atlântico* destacaram-se, ainda, na defesa da política progressista os semanários *A União* (1878)¹²⁵, *A Luta* (1882)¹²⁶ e *O Açoriano* (1883)¹²⁷.

¹¹⁸ “Surgimos, *Correio da Semana*, 1897, março 14 (1), pp.1-2.

¹¹⁹ “Apresentação”, *O Globo*, 1896, outubro 3 (1), p.1.

¹²⁰ Ernesto Rebelo, “Notas [...]”, já cit., *AA*, vol. IX, pp.45-46.

¹²¹ *A Sentinela*, 1879, julho 6 (1), p.1.

¹²² José Maria da Rosa (Horta, 1846; Idem, 1907). Professor e reitor do Liceu da Horta (1893-1894; 1900-1904; 1906-1907). Jornalista (*O Atlântico*, *A União*, *A Luta*, *O Debate*, *O Globo*, *O Açoriano*). Político, em que se destacou como membro do Partido Progressista, vindo depois a aderir ao Partido Regenerador (1897). Presidente da Câmara da Horta (1890-1893), procurador à Junta Geral e administrador do concelho da Horta (1904). Regente da Capela Matriz da Horta. Fundador do Colégio Pedro V (1884?).

¹²³ Foi-lhe entregue a chefia da redação a 25 de maio de 1884.

¹²⁴ Manuel da Silva Greaves (Horta, 1878; Idem, 1956). Jornalista (redator dos seguintes periódicos *A Horta*, *A Aurora*, *O Ocidente dos Açores*, *O Atlântico*, *O Telêgrafo* e *Jornal Açoriano*). Prestou a sua colaboração a outros jornais dos Açores, Continente, Brasil, e comunidades portuguesas na América do Norte. Autor de *Notas de Arte*, *Vigílias*, *De Bond*, *O Meu Tempo*, *Histórias que me contaram* e *Aventuras de Baleeiros*. Postumamente, *Outras História que Ouvi*. Fundador do Colégio *Silva Greaves*. Militante dos partidos Progressista e Regionalista.

¹²⁵ Cf. Ernesto Rebelo, “Notas [...]”, já cit., *AA*, vol. IX, pp.38-41.

¹²⁶ Jornal fundado, a 20 de outubro de 1882, por Alexandre Clímaco dos Reis.

¹²⁷ Jornal fundado, a 9 de setembro de 1883, por Manuel Garcia Monteiro.

3.1.3. Imprensa Republicana

Paralelamente, à imprensa ideológica regeneradora e progressista, verifica-se, a partir de década de 1880, o aparecimento de jornais republicanos, com orientação editorial estritamente política ou político-noticiosa.

No percurso da imprensa republicana faialense podemos falar de dois momentos:

O primeiro compreende os anos de 1880 a 1910, e cujo contributo residiu acima de tudo na divulgação da causa republicana: o segundo, entre 1911 e 1928, sendo notórios a defesa e divulgação dos novos valores, do novo regime e o alerta contra a política decorrente do golpe militar de 28 de maio de 1926.

À exceção d' *A Democracia* (1911-1927), o percurso destes jornais foi de curta duração, mas, mesmo assim, foram “um consistente meio de promoção do ideário republicano”¹²⁸.

No primeiro caso, verificamos que surgem na cidade da Horta jornais de tendência ou assumidamente republicanos. O primeiro jornal “republicano”, *O Raio*¹²⁹, surgiu a 3 de dezembro de 1882, seguindo-se 4 de Janeiro de 1885, o semanário político e noticioso *O Democrata*, que depois se assumiria como semanário do Partido Republicano Federal da Horta a partir do número 53, de 3 de janeiro de 1886, sendo seus fundadores o fotógrafo João Augusto Laranjo e o comerciante e proprietário José Augusto de Sequeira.

No artigo de apresentação, *O QUE SOMOS*, da responsabilidade de “R.” (certamente *Redação*), numa linguagem “sem papas na pena” clarificava-se claramente os objetivos do jornal ao defender abertamente o movimento republicano e o jornal como meio seguro de “desenvolver e vulgarizar na Horta os princípios da sã democracia que são na prática as legítimas aspirações dos homens honestos e esclarecidos do século XX”¹³⁰. Por isso, advogava-se que em pequenas localidades como a Horta, era necessário que existissem meios de propaganda que suportassem as ideias republicanas, pelejando pelo povo e pela República¹³¹.

¹²⁸ Fernando Faria Ribeiro “‘O Democrata’ [...]”, já cit., *Boletim do Núcleo* [...], 2010 (19), p.81.

¹²⁹ *O Raio* (1882-1883) apresentou-se como um semanário político, crítico e noticioso que começou a ser publicado na cidade da Horta a 3 de dezembro de 1882, passando de seguida a republicano, depois a progressista e finalmente a regenerador, cf., Marcelino de Lima, *Anais do* [...], p.533. Veja-se Luís Sá & Manuela Rêgo [coord.], *Jornais Republicanos (1848-1926)*, Lisboa, Biblioteca Nacional/Assembleia da República, 2011, p.177.

¹³⁰ “O QUE SOMOS”, *O Democrata*, 1885, janeiro 4 (1), p.1.

¹³¹ “Horta - O Nosso Aniversário”, *O Democrata*, 1886, janeiro 3 (53), p.1.

Na década seguinte, surgem os semanários de tendência republicana *A Discussão*¹³² e *A Estudantina*¹³³. Antes da proclamação da República, o diário *O Fayal*, a 16 de julho de 1908, fundado por J. Mendes de Araújo¹³⁴.

Após a proclamação de República, verificamos que, até 1928, surgiram as seguintes folhas republicanas¹³⁵: o diário político *Justiça*, fundado a 12 de outubro de 1910, por António Batista¹³⁶, a que se seguiu o semanário, depois diário e trissemanário, *A Democracia*, a 7 de maio de 1911, por Vicente Ferrer Arouca, que era o seu proprietário, diretor e editor¹³⁷. No editorial do primeiro número, intitulado *Ao que vimos*, apontavam-se os objetivos a que se propunha: a defesa “sem tibiezas a causa do regime infante”, a defesa dos interesses do distrito da Horta e das “justas aspirações dos açorianos do ocidente e pelos benefícios e bom nome da nossa terra, digna, em verdade, de melhor futuro”.

Na década seguinte, surgiram até 1928 seis periódicos republicanos. Mas à semelhança de outros pretéritos também se caracterizavam pela curta duração: *República*, fundado, em 1920, título que viria a ser substituído pelo d’ *O Campeão*; mas no ano seguinte, a 22 de março, voltaria a reaparecer como semanário e com a denominação inicial: *República*¹³⁸. No ano seguinte, a 1 de março de 1922, o quinzenário *A Crítica*¹³⁹.

¹³² Jornal fundado, a 15 de abril de 1894, por João Augusto Laranjo. Veja-se Marcelino Lima, *Anais do [...]*, já cit., p.531. Este autor considera-o um periódico republicano.

¹³³ Fundado a 27 de maio de 1895. Esta a folha começou por ser redigida pelos estudantes do Liceu Nacional da Horta com o objetivo de “advogar os interesses do Liceu da Horta a cujos alunos é dedicada”. Entre os números 25 e 29 surge como semanário independente. Do número 30 (20 de abril de 1895) ao 34 (3 de julho do mesmo ano) apresenta-se como “Folha Republicana da Horta”, com uma tiragem de 400 exemplares. O seu último número data de 3 de julho de 1895, cf. Carlos Lobão, *Liceu da Horta [...]*, já cit., p.143; “Ocorrências”, *O Telégrafo*, 1895, janeiro 4 (392), p.1, onde se pode ler: “Consta que suspendeu a publicação o nosso colega ‘Estudantina’”.

¹³⁴ Cf. Luís Sá & Manuela Rêgo [coord.], *Jornais Republicanos [...]*, já cit., p.99. Terminou em 1909.

¹³⁵ Luís Sá & Manuela Rêgo [coord.], *op. cit.*, p.125. Estes autores consideram o diário político *A Justiça*, fundado a 12 de outubro de 1910, como um jornal de cariz republicano. De acordo com o seu redator e proprietário, António Batista, nos considerandos que faz no editorial de apresentação do jornal – *Justiça, República* –, verificamos que não “nos confessamos republicano, como jamais nos declarámos monárquico. Somos e seremos, unicamente, pela Pátria. E pelo bem da Pátria, requeremos Justiça. [...] Por atropelar a Justiça, morreu a Monarquia em Portugal. Por amor da Justiça, viva a República portuguesa. Todos os regimes são bons quando os intuitos são nobres”. Depois, alertava contra o adesivismo dos “avejões monárquicos que ficavam esvoaçando em volta da República como já sofregamente o faziam em volta da Monarquia. Ao terminar escrevia: “Justiça, República... Que a República garanta a Paz por meio da Justiça; porque aliás, não temos nada feito. Liberdade ampla, Justiça segura, Limpeza perfeita. Assim, viva a República. Se não – não!”. Terminou a 31 de outubro de 1911, após a publicação de 306 números.

¹³⁶ Cf. *Ibid.*

¹³⁷ No número de abertura pode ler-se: “Foi *A Democracia* o segundo jornal do distrito da Horta nascido com a República, tendo merecido até hoje o apoio dos dirigentes políticos da Horta, sem distinção de grupos, nem de opiniões”, *A Democracia*, 1912, maio 5 (53), p.1. A 3 de dezembro de 1927, a propriedade do jornal foi transferida para a Diocese de Angra. Viria a interromper a edição a 30 de outubro de 1930, sendo, depois, por aquela, vendido ao Dr. Manuel Francisco Neves Jr., com o objetivo de se tornar o órgão do Partido Regionalista, o que não viria a acontecer, uma vez que o mesmo o cedeu à Empresa do *Correio da Horta*.

¹³⁸ “Nova Fase”, *A República*, 1921, março 22 (1), p.1.

¹³⁹ “Antes”, *A Crítica*, 1922, março 1 (1), p.1, Veja-se Marcelino Lima, *Anais do [...]*, já cit., p.532.

Dois anos depois, a 9 de março de 1924, a quinta série d' *O Faialense* que se apresentou, primeiro, como semanário independente até ao n.º 30 (28 de setembro de 1924) e depois como semanário republicano, a partir de 5 de outubro (n.º 31); em 1926, *O Fayal*.

No período que se seguiu ao 28 de maio de 1926, a fundação dos jornais *A Resistência*, a 1 de janeiro de 1927, número único, e *A Luta*, semanário, a 16 de dezembro de 1928.

Na sequência da edição do número único d' *A Resistência*, que a censura não conseguiu evitar que circulasse apesar da vigilância apertada por parte da Ditadura Militar a que estava sujeito o seu proprietário e diretor, Manuel José da Silva, este seria interrogado, preso e deportado, a 3 de março, para Angra do Heroísmo, como à frente se referirá, conjuntamente com outros republicanos da Horta que também tinham sido detidos, sem qualquer culpa formada, a 2 de março, ou como se refere no jornal *A Democracia*: “Ignora-se o motivo destas prisões”¹⁴⁰.

Quanto ao semanário republicano *A Luta*, registamos que a redação tinha como propósito, numa altura em que não existia nenhum jornal republicano na cidade da Horta, “a defesa e propaganda da República”¹⁴¹.

3.1.4. Imprensa Regionalista

A 27 maio de 1923, era formado na cidade da Horta o Partido Republicano Nacionalista da Horta¹⁴². Todavia, no ano seguinte, seria dissolvido e substituído pelo Partido Regionalista do Distrito da Horta¹⁴³.

Este teria no semanário *Novidades*¹⁴⁴ e no diário *O Telégrafo* os principais veículos de difusão e de defesa dos seus princípios e dos seus candidatos e de campanha contra o partido da situação, o *Democrático*, que, por seu turno, se escudava no semanário *O Faialense* (5.ª série, 1924), cuja linguagem usada, por ambos, violenta e insultuosa, em muitos casos descambava para o ataque pessoal direto, em particular o jornal *Novidades*

¹⁴⁰ *A Democracia*, 1927, março 3 (2 295), p.1.

¹⁴¹ “Ao que vimos”, *A Luta*, 1928, dezembro 28 (1), p.1. Foi publicado até 12 de maio de 1929 (n.º 22).

¹⁴² “Partido Republicano Nacionalista”, *O Telégrafo*, 1923, junho 1 (8 313), pp.1-2; junho 7 (8 316), p.1; junho 11 (8 317), p.1.

¹⁴³ *O Telégrafo*, 1924, junho 1 (8 313), pp.1-2.

¹⁴⁴ A não existência da coleção completa do jornal *Novidades*, na Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça, impede-nos de saber a data precisa da sua fundação, que não condiz com a data referida por Marcelino Lima, 5 de julho de 1925. A razão é simples porque na coleção referida, que começa com o n.º 3, esta data de 4 de junho do mesmo ano, o que significa que saiu à rua durante o mês de maio, cf. Marcelino Lima, *Anais do [...]*, já cit., p.533. Editado até 17 de janeiro de 1928 (?). Publicação semanal, pelo menos até 11 de abril de 1927, ano em que, a partir de janeiro, passou a denominar-se *As Novidades*.

que utilizava, sem qualquer pudor, expressões como “miserável escriba”¹⁴⁵ “pobre rocinante”, “grande asno”, “miserável criatura”¹⁴⁶, “empresário de touradas”¹⁴⁷, “Ladrões, Comilões, Incendiários e até Assassinos!”:

“O Partido Democrático é constituído, na sua grande maioria, e em quase todo o País, por homens sem patriotismo, sem escrúpulos e sem vergonha. [...]. Antes da implantação da República e da organização do ‘Partido Republicano Português’, eram os tubarões considerados como os animais mais vorazes que o sol cobria e tal voracidade era atribuída a que tais peixes possuíam sete andainas de dentes. Agora já os democráticos sobrelevam os tubarões em voracidade e rapacidade”¹⁴⁸.

4. As lutas eleitorais

“Procópio tem razão: em Ponta Delgada faz-se uma exposição de produtos insulanos; em Angra uma tourada de corda; na Horta uma eleição de deputados. E fica deste modo conhecida a feição predominante dos povos das três capitais de distrito. E como ele direi que nos parecemos um pouco com Angra; eles uma tourada de corda; nós uma eleição de deputados. São duas festas que parecendo, à primeira vista, diferentes, têm contudo bastantes pontos de contacto”¹⁴⁹.

A partir da década de 1870, na sequência de uma fase de estabilidade decorrente do movimento da Regeneração, verifica-se que se estabeleceu a bipolarização da vida política portuguesa, o “mecanismo de uma alternância ritmada”¹⁵⁰, a rotação de dois partidos de quadros que marcarão significativamente a vida política do País, tanto na mobilização dos eleitores como na seleção dos candidatos¹⁵¹ – o Regenerador e o Progressista –, que, alternadamente, asseguraram o poder graças a acordos políticos posteriormente confirmados por sufrágio.

O rotativismo foi-se esgotando e a partir da década de 1890, este bipartidarismo é alterado por dissidências e cisões que os dois partidos irão sofrer e que estarão na origem da perda da unidade partidária, particularmente decorrente do Ultimato inglês, e da pulverização partidária, destacando-se, neste contexto, o Partido Republicano Português

¹⁴⁵ “O Pânico Eleitoral invade o miserável escriba do artigo de fundo de ‘O Faialense’, no seu número 87, de agosto findo”, *Novidades*, 1925, outubro 24 (34), p.1.

¹⁴⁶ “A Um Infeliz...”, *Novidades*, 1926, julho 28 (63), p.1.

¹⁴⁷ Bilozó!, “Manuel José da Silva”, *Novidades*, 1926, janeiro 9 (46), p.1.

¹⁴⁸ *Novidades*, 1926, junho 10 (59), pp.1 e 3.

¹⁴⁹ Zero, “Atualidades”, *O Faialense*, 1901, abril 28 (78), p.1.

¹⁵⁰ José Miguel Sardica, “Os partidos políticos [...]”, já cit., *Análise Social*, vol. XXXII, pp.562.

¹⁵¹ Veja-se António Pires Ravara, “Os Partidos políticos liberais na primeira fase do rotativismo parlamentar (1851-1865)”, *Análise Social*, vol. XII (2.º), 1976 (46), pp. 363-367; Marcelo Rebelo de Sousa, *Os Partidos* [...], já cit.; Rui Ramos [coord.], “A Segunda [...]”, já cit., in José Mattoso [dir.], *História de [...]*; José Miguel Sardica, “Os partidos políticos [...]”, já cit., *Análise Social*, vol. XXXII, 1997 (142), pp.557-601; Fernando Farello Lopes e André Freire, *Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais. Uma Introdução*, Oeiras, Celta Editora, 1992; Janaína Carla S. Vargas Hilário, “História política – cultura e sociabilidade partidária: uma proposta metodológica”, *História Unisinos*, 2006, maio/agosto (10), pp.142-153; Luís Nuno Espinha da Silveira e Paulo Jorge Fernandes, *D. Luís*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006; Maria Cândida Proença, *D. Manuel II*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006; Rui Ramos, *D. Carlos*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006; Id., *História de Portugal*, já cit., pp.521-576.

que aproveitando a instabilidade social, política e económica, tomará o poder a 5 de outubro de 1910, vindo depois a tornar-se o único partido representado na Constituinte.

O Partido Republicano Português, que ficaria conhecido como Partido Democrático, tornar-se-ia na principal força política da 1.^a República, vencendo, à exceção de 1921, todos os atos eleitorais para o Congresso da República, e mantendo uma preponderância evidente na administração do Estado, restringindo o acesso ao poder de outras forças partidárias, a não ser em coligações efémeras. As outras duas forças políticas, emanadas do próprio Partido Republicano Português, que se destacaram no mesmo período foram os Partidos Evolucionista e Unionista.

Na ilha do Faial, o cenário não será diferente, porque aquilo que pode marcar a diferença entre regeneradores e progressistas não tinha tanto a ver com questões ideológicas, mas sim com objetivos imediatos e práticos e meios de realização da obra política, porque enquanto uns tudo faziam para manter o poder e as regalias daí decorrentes, outros tinham como intenção alcançá-lo.

Curiosamente, as alterações de poder faziam-se exclusivamente dentro de um grupo restrito de pessoas – grandes figuras da ilha, os notáveis – graças ao seu prestígio económico e social, o que permitia que tivessem um nível de vida que os distinguiu dos demais e que constituíssem grupos localmente dominantes, cujo comportamento era entendido como um péssimo terreno para lançar boa semente, porque, com a sua rede de influências e alicerçados nos seus caciques espalhados pelas diferentes freguesias da ilha, estavam mais interessados em “autopreservar no restrito círculo do poder uma também restrita elite de notabilidades”¹⁵².

Sendo fácil identificar os protagonistas políticos até à implantação da República como depois dela na cidade da Horta, é, geralmente, mais difícil identificar dentro da organização hierárquica quem seriam os “influentes” locais (assim conhecidos pelos amigos) ou “caciques” (assim chamados pelos inimigos) que podiam mobilizar os eleitores ao nível das freguesias¹⁵³: o regedor?, o vigário?, o lavrador abastado?, o professor?, o emigrante retornado que tinha o seu “vintém” e que à época se apresentava com ambições: presidir ou pelo menos pertencer à Junta de Paróquia ou estar à cabeça de várias

¹⁵² José Miguel Sardica, “Os partidos políticos [...]”, já cit., *Análise Social*, vol. XXXII, pp.557-601.

¹⁵³ Cf. Rui Ramos [coord.], “A Segunda [...]”, já cit., in José Mattoso [dir.], *História de [...]*, já cit., p.119.

irmandades, em particular do Santíssimo, e mais tarde por que não concorrer a vereador ou a deputado?¹⁵⁴

No entanto, apesar desta dificuldade existiam, de acordo com a documentação consultada, alguns aspetos comuns a todos os caciques: 1.º- consideravam os seus eleitores como “meus senhores”, a quem apertavam a mão e estendiam o seu braço de influentes “na [sua] qualidade de políticos”, e de forma manhosa adiantavam: ” - Não sei se escapou algum?”¹⁵⁵; 2.º- eram acompanhados pelas filarmónicas que ora os cumprimentavam à porta de casa ora os acompanhavam quando iam e vinham da “capital”; 3.º- acertavam eleições e trabalhavam o voto, nesta bela terra para “eleiçãozinhas da minha alma”¹⁵⁶; 4.º- viam o eleitor, a “boa ovelhinha”, o “carneiro votante”¹⁵⁷, a “massa bruta”¹⁵⁸ que votava em quem lhe punha a lista na mão ou então em quem lhe indicasse para votar, devido à sua “rendosa posição de Político e de Eleitoral”¹⁵⁹; 5.º- tinham um espaço geográfico próprio situado numa “estrutura intermédia entre uma vida local votada ao abandono e o longínquo poder político centralizado em Lisboa”¹⁶⁰.

Por isso, face à contiguidade ideológica e programática entre regeneradores e progressistas, em que a alternância partidária se fazia sem que acontecessem crises violentas, o Faial, apesar de não ver a solução para muitos dos problemas, ao menos podia gabar-se de estar rodeado de títulos ou de políticos por todos os lados:

“O bom governo devia mandar colocar um marquês na torre dos Capelinhos, colocar quatro viscondes ou quatro barões no porto artificial, à laia de boias, e criar um conde para as estradas, um duque para as águas, mais um barão para a rega das ruas, mais um visconde para a arborização dos largos, mais conselheiros e mais comendadores¹⁶¹... para outros melhoramentos locais... e que, estivessem certos, a cidade da Horta seria, por sua vez, elevada a marquesa [...]”¹⁶².

¹⁵⁴ Monteiro fala-nos da figura do Venâncio. Depois de regressar do Rio de Janeiro e de entrar num centro (político), achando-se com tal jeito “Que já fala em ser eleito... / (Pois!) deputado. E que feito! //”, Id., *Rimas de Ironia Alegre*, Boston, 1896, pp.83-84.

¹⁵⁵ Zero, “Atualidades”, *O Faialense*, 1900, julho 22 (38), p.1.

¹⁵⁶ Sobre as eleições para deputados (29 de junho de 1884), pode ler-se na imprensa faialense: “Cedros - Trabalha-se já por aqui as eleições, tanto do lado do Governo, como da oposição”, “Noticiário Local”, *O Açoriano*, 1884, Junho 1 (39), p.3.

¹⁵⁷ Zero, “Atualidades”, *O Faialense*, 1901, setembro 29 (100), p.1.

¹⁵⁸ Id., “Atualidades”, 1901, novembro 3 (105), p.1.

¹⁵⁹ Id., “Atualidades”, 1901, agosto 4 (92), p.1.

¹⁶⁰ Luís Vidigal, *Cidadania, Caciquismo e Poder. Portugal, 1890-1916. Estudos*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988, pp.20-22.

¹⁶¹ Sobre a figura do comendador, outro produto do merecimento de Manuel Garcia Monteiro, veja-se “O comendador Neves”, in Id., *Versos*, Horta, Imprensa Gutenberg, 1884, pp.19-25: “Mas isso... ele dispensa as belas faculdades... / Ora! O Neves possui várias propriedades, / trinta contos de réis a juro e em inscrições, / é sempre do Governo e ganha as eleições //”. Do mesmo autor, “O Comendador”, in Id., *Rimas* [...], já cit., pp.107-112.

¹⁶² Zero, “Atualidades”, *O Faialense*, 1901, setembro 15 (98), p.1.

Se analisarmos *A Eleição*, do poeta de *Rimas de Ironia Alegre*, Manuel Garcia Monteiro (1859-1913), vemos como o conceito surge incisivo e brilhante graças à pura ironia de sátira, que iluminava as figuras num fundo de verdade. Por isso, a graça e a espirituosa ironia são formas com que verdascou a banalidade, a comédia eleitoral plena de ódios, interesses e vaidades, tanto nas pessoas dos chefes políticos como dos seus “campónios” ou “ratos” locais, como assim os designava.

Frente a frente, duas figuras, perfeitas caricaturas do seu tempo e de todos os tempos: o regedor, António André Vale e o juiz de paz, apenas o Vargas. Basta o seguinte para o relevo destes dois figurões:

- António André do Vale, um campónio, que era regedor, que amaldiçoava os ratos (como designava o seu opositor), era um homem de fé, que usava o seu rosário, mas quando a luta chegava, não tinha qualquer receio em mandar bugiar os santos (apesar de alumiar um santo “sagaz que fosse do partido” e até o último que ganhara fora São Francisco) e o vigário. Antecipadamente trabalhava as eleições pagando às mãos largas. Depois, dobrava a parada de vinho, e se necessário juntavam-se uns queijos e carne assada, uma “fartura nunca vista”. Por fim, até deixar-se-ia despir desde que isso fosse necessário para vencer o adversário, assim classificado: “Qual cavalheiro? Apenas um farsante”; “‘Home’ de saber? Um bruto, um ‘ignorante’”).

- O Vargas, juiz de paz e grande proprietário, “um rato”, um hábil adversário que ia “furando”. Um cavalheiro porque fizera bem a muita gente, devido a ter terras e dinheiro. Sabia manejar as armas do suborno, distribuía bom tabaco (de contrabando) e tinha em casa sempre uma pipa de vinho. E dera para botar discurso, em particular sobre o cemitério. E perguntava: “- Que tinha arranjado o regedor, ‘esse urso’ p’r’o novo cemitério?”. Nada, então ele prometia numa terra capaz de dar dez carros de batatas, um bom chão para enterrar os mortos.

Mas à vista do dia da ida à urna, Monteiro resume assim a ação da “máquina eleitoral”, para que os candidatos caíssem nas graças dos eleitores, à força da vinhaça, da distribuição de tabaco, da intrujice, da mentira como meio de se arranjaram os votos, da brincadeira nas tabernas que saía cara, da vaidade: “Vou-lhes hoje mostrar o que é ‘habelidade!’ / Um home como eu [António] de cálculo e ardil / Mercia um dia ser... governador civil! / Deputado talvez... Nan pasmes criatura! / Muito bruto lá chega – e faz sua figura //”¹⁶³.

¹⁶³ Manuel Garcia Monteiro, *Rimas* [...], já cit., pp.29-36 e 91-92.

Mas as coisas não são sempre como se quer, e o Vargas foi eleito, enquanto António Vale, triste e desgraçado como havia sentenciado o Vargas¹⁶⁴ se ganhasse, limitou-se, depois da praga mais medonha, a pegar no Santo António de devoção da sua Rita, e a enviá-lo para a horta, berrando: “Nan quero mais este maldito em casa”¹⁶⁵.

Em suma, temos um influente que prolonga apenas um poder social que se baseava no predomínio da família e na posse da terra, e que geralmente dominava nas freguesias que constituem a assembleia de voto (cacique proprietário); outro, que, àqueles dois associa, por vezes, uma formação académica superior que lhe permitia dominar a máquina administrativa e que, em função da cor política a que pertencia, depois ascenderia naturalmente aos cargos mais importantes de que, certamente, o de governador civil e de deputado eram os mais ambicionados, ou seja, ao darem ao Governo a sua amizade, aquele, por seu turno, compensava-os com lugares bem remunerados (cacique burocrático).

Com o tempo é notória a conjugação na mesma pessoa destas duas categorias, resultante de características políticas, sociais e geográficas muito peculiares. Deste modo, a sua influência política alargava-se porque, por um lado, os seus recursos permitiam-lhes continuar a mantê-la e os cargos que dispunham na administração distrital e municipal eram propícios a dar benesses aos seus apaniguados¹⁶⁶, geralmente um cargo de amanuense numa qualquer repartição, cujo concurso era feito seguindo a máxima “a bem da velha prática”, mesmo que o candidato a vencedor, neste caso o “Eusébio”, fizesse no requerimento “onze erros de gramática, sete de ortografia e quatro de sintaxe”, um talento burocrático: “Em suma, é um zeloso, um ótimo empregado. / Foi acertada a escolha; e só me desconsola / Que não possa ser mais bem utilizado. / Que pena! Uma aptidão que dava um mestre-escola! //”¹⁶⁷.

¹⁶⁴ Monteiro, depois da vitória local do Vargas, voltaria novamente a fazer dele um candidato eleitoral, outra vez vitorioso, mas agora deputado a São Bento, cujo perfil se pode assim resumir, certamente extensivo a muitos outros deputados. O Vargas não tinha jeito para falar, “mas sabia ser grave e muito atento; / E, para exercer o seu talento, / Ia apoiando a banda, satisfeito”, / o que provocava o riso dos seus pares. / Um dia quando o Ferraz falava: “Pois é facto, há deputado / Que indo a classificar, daria... um urso /. Acode pronto o Vargas: ‘Apoiado’ //”, “Deputado”, Id., Monteiro, *op. cit.*, pp.77-78.

¹⁶⁵ Id., pp.29-36 e 91-92.

¹⁶⁶ Veja-se Luís Vidigal, *Cidadania*, [...], já cit., pp.20-25; Fernando Taveira da Fonseca, “Elites e classes médias”, in José Mattoso [dir.], *História de Portugal*, vol, V, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp.465-468.

¹⁶⁷ “Talento Burocrático”, in Manuel Garcia Monteiro, *Rimas* [...], já cit., pp.41-43. Nos Açores, como a nível nacional, também as gentes do campo tinham um sonho: emigrar; enquanto as da cidade sonhavam com empregos públicos “e não ir à repartição”. Sobre o assunto, ver Henrique das Neves, “O Nosso Mal”, *O Faialense*, 1902, janeiro 12 (115), p.1: “- Um oficial de alfaiate, bem afreguesado, com bons lucros, não fazia outra coisa, ao apresentar as contas dos fregueses, senão berrar contra as pautas aduaneiras, contra o aumento dos impostos, uma coisa de todos os dias, e que se estendia, como uma rede enorme, desde os diagonais e os cheviotes, até à sardinha assada que o seu aprendiz almoçava. E tudo para quê? – Para sustentar uma malandragem de empregados públicos, que não eram precisos, que não faziam nada, e que comiam o seu pão

4.1. As eleições

Os atos eleitorais realizados no concelho da Horta entre 1881 e 1910, à exceção das eleições de 1887¹⁶⁸ e 1889¹⁶⁹, foram estudados por Vítor Gaspar Rodrigues (1881 e 1884 e 1908 e 1910) e por José Guilherme Reis Leite (1890 a 1910)¹⁷⁰. Por isso, não é nossa intenção discorrer sobre os resultados, mas antes destacar os aspetos mais característicos que marcaram a ambiência que se vivia tanto antes como durante os atos eleitorais.

Quanto aos atos eleitorais do período do I República, foram estudados apenas os de 1921 e 1925, por Luís Menezes¹⁷¹, como mais à frente se referirá.

As eleições que se realizaram no distrito da Horta, no tempo em estudo, resultaram de uma prática regular do exercício da cidadania, daquilo que estava preceituado na Carta Constitucional e da evolução política da monarquia, funcionando, a partir da Regeneração, como elemento legitimador do poder político. Por isso, no constitucionalismo monárquico, as eleições desempenhavam grosso modo três funções: legitimação do poder político¹⁷²; controle social, em que os conflitos, “reais ou latentes”, eram canalizados para o “terreno legal”; recrutamento e seleção das elites políticas¹⁷³.

e bebiam o seu suor – tudo dele alfaiate e dos seus amigos. Isto dizia ele por um lado. Pelo outro lado tinha partido, tinha amigos influentes na política, pessoas capazes, muito honradas, muito honestas, incapazes de beber o suor de qualquer, que endireitavam tudo logo que os deixassem... Razão do feitio político do homem: - Tinha um filho a quem podia muito bem ensinar o seu ofício limpo e nada desonroso, criando-lhe uma posição independente na sociedade; e em vez disso tratava de fazer dele uma mosca da mesa do orçamento, com o diploma de aspirante da alfândega. E arranjou. Os casos análogos são trivialíssimos. Entrou-nos na massa do sangue a monomania do emprego público, e com ele o orgulho pelo favoritismo político, resultando daqui a falta de dignidade, a falta de independência de caráter e consequentemente a falta de orientação dos partidos no sentido de cuidarem do bem geral. Pleno reinado do egoísmo”.

¹⁶⁸ Saíram vencedores os candidatos da maioria (do Governo): Miguel António da Silveira (1852-1906, natural da Madalena do Pico) e Manuel Maria de Brito Fernandes (1846-1918, natural de Beja); pela minoria, Partido Regenerador, Francisco Severino de Avelar (1828?-1904, natural das Velas, ilha de São Jorge). Aquilo que sobressai destas eleições é o relevo dado pelo jornal *O Faialense* à candidatura, pela minoria, de Manuel de Arriaga Nunes, cf. Z. “Candidatura”, *Ibid.*, 1887, fevereiro 6 (28), pp.1-2. Apêndice – Capítulo II, Gravura 3; Apêndice – Capítulo II, Mapa n.º 1.

¹⁶⁹ Para este ato eleitoral o Governo progressista voltou a confiar novamente nos dois candidatos eleitos em 1887 pelo círculo eleitoral n.º 100 (Horta), Miguel António da Silveira e Manuel Maria de Brito Fernandes, cuja reeleição se viria a confirmar. Pela minoria, o candidato independente, António Emílio Severino de Avelar, cf. “Eleições”, *O Açoriano*, 1889, outubro 6 (30), p.1. Veja-se Apêndice – Capítulo II, Mapa n.º 2.

¹⁷⁰ Sobre o assunto, veja-se Vítor Rodrigues Gaspar Rodrigues, “As eleições de 1908 e 1910 nos Açores. Contributo para o seu estudo”, *Revista Arquipélago*, 1983 (número especial), pp.387-403; Id., *A Geografia Eleitoral dos Açores de 1852-1884*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1985 [eleições de 1852-1884]; José Guilherme Reis Leite, *Política e Administração nos Açores de 1890 a 1910. O 1.º Movimento Autonomista*, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1995 [eleições de 1890-1910].

¹⁷¹ Sobre o assunto, veja-se Luís Menezes, *As Eleições Legislativas de 1921 e 1925 no Arquipélago dos Açores*, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1992.

¹⁷² Na Inglaterra o rotativismo partidário implicava que o rei, após o respetivo ato eleitoral, entregasse o poder ao partido vencedor das eleições. Isto quer dizer que este representava a expressão da maioria. Todavia, em Portugal as coisas passavam-se exatamente ao contrário. Isto é, quem ganhava as eleições não

As eleições estavam reguladas por vários diplomas que podiam assumir formas diversas instruções, decretos e leis¹⁷⁴, cujo recenseamento eleitoral era revisto anualmente, por uma comissão nomeada, para o efeito, pela Câmara. Os eleitores inscritos eram apenas do sexo masculino.

Os atos eleitorais realizavam-se ao domingo, pelas nove horas da manhã, sendo, geralmente, as igrejas escolhidas como locais de escrutínio. Cada legislatura deveria durar quatro anos até que pelo Ato Adicional de 24 de julho de 1885 foi reduzida para três.

No dia das eleições, cada assembleia era constituída por um presidente, dois escrutinadores, dois secretários e dois suplentes, estando presentes ainda os párocos e os regedores das freguesias que constituíam a assembleia eleitoral, ou então alguém nomeado para fazer as vezes destes. No concelho da Horta, em regra havia cinco assembleias (mas também houve seis e quatro), cada uma composta por duas ou três freguesias: Matriz (Angústias), Conceição (Flamengos), Castelo Branco (Feteira e Capelo), Cedros (Praia do Norte e Salão) e Pedro Miguel (Praia do Almoxarife e Ribeirinha).

Após o presidente e os vogais terem exercido o seu direito de voto, procedia-se à chamada geral por ordem alfabética. Terminada a votação, o presidente questionava se havia mais alguém para votar. Não havendo, declarava que a partir daquele momento se principiava a contar as duas horas de espera previstas na lei. Findo este prazo, eram recebidas as listas daqueles eleitores que entretanto tinham vindo exercer o seu direito de voto. Não havendo, dava-se por encerrada a votação.

De seguida, procedia-se à contagem das listas entradas e à verificação se correspondiam às descargas nos cadernos eleitorais. Concluídas estas operações, afixava-se um edital na porta da assembleia onde constava o número total de votantes. De imediato, procedia-se ao apuramento dos resultados do qual se fazia público edital. Terminados estes atos, perante todos eram queimadas as listas entradas nas urnas., seguindo-se a redacção, em caderno próprio, da ata da eleição que era numerada e assinada pelos presentes. Toda a

subia ao poder, “mas sim quem subia ao poder é que ganhava as eleições”. A maneira estipulada para se obter esta concordância entre o Governo e o resultado eleitoral era muito simples: todas as vezes que o rei nomeava um novo ministério, dissolia as câmaras e marcava eleições. Destas saía sempre vencedor o partido do Governo nomeado pelo rei, cf. José Hermano Saraiva, *História Concisa* [...], já cit., p.285.

¹⁷³ Pedro Tavares de Almeida, “Comportamentos eleitorais em Lisboa (1870-1910)”, *Análise Social*, vol. XXI, 1985 (85), pp.111-152.

¹⁷⁴ Os dezoito atos eleitorais que se realizaram entre 1881 e 1910, regulamentaram-se pelas Leis de 8 de maio de 1878 (o primeiro); de 21 de maio de 1884 (1884, 1887, 1889, 1890, 1892 e 1894); de 28 de março de 1895 (1895); de 21 de maio de 1896 (1897); de 26 de julho de 1899 (1899 e 1900); de 8 de agosto de 1901 (1901, 1904, 1905, 1906 (2), 1908 e 1910), cf. Pedro Tavares de Almeida, *Legislação Eleitoral – 1820-1926*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Veja-se, na mesma obra, sinopse descritiva do sistema eleitoral (1820-1919), pp.772-731.

documentação, depois de fechada e lacrada, era entregue à comissão eleitoral para que esta depois procedesse ao apuramento geral.

A data das eleições era dada a conhecer por decreto governamental ao governador civil, que, por seu turno, por alvará, fixava a respetiva data. Por vezes, como se verá, isso nem sempre aconteceu. Por obviar a esta situação, em 1892, o governo de José Dias Ferreira, determinou pelo decreto de 15 de setembro:

“Os governadores civis dos distritos das ilhas adjacentes, quando deixem de receber a comunicação do presente decreto a tempo de poderem ser praticados os atos eleitorais nos períodos nele designados mandarão proceder às eleições nos círculos das suas jurisdições nas épocas e prazos que forem compatíveis com as distâncias e meios de comunicação”¹⁷⁵.

No círculo da Horta quatro atos eleitorais realizaram-se depois das datas inicialmente previstas (1881, 1890, 1892 e 1894¹⁷⁶). As razões invocadas para o adiamento resultaram das dificuldades de comunicação entre as ilhas do distrito ou devido ao atraso no vapor da carreira entre Lisboa e os Açores em cuja “mala” vinha o decreto que marcava o ato eleitoral.

A eleição geral de deputados tornou-se num acontecimento regular e frequente na vida portuguesa. No distrito da Horta realizaram-se entre 1880 e 1926, 25 atos eleitorais, 18 entre 1880 e 1910¹⁷⁷ e sete entre 1911 e 1925¹⁷⁸.

No primeiro período, nas eleições realizadas entre setembro de 1881 e agosto de 1910, houve em média uma eleição cada 19 meses; no segundo, entre maio de 1911 e novembro de 1925, uma eleição cada 25 meses.

Se a este grande número de atos eleitorais, resultantes da maioria das legislaturas não ter chegado ao fim, adicionarmos as eleições de vereadores para as Câmaras, de vogais para as Juntas de Paróquia, de juizes de paz, de procuradores à Junta Geral e dos diferentes corpos associativos (recreativos, desportivos e religiosos), “teremos uma ideia de como votar preenchia a participação de um cidadão no estado liberal”¹⁷⁹.

¹⁷⁵ “Eleições. Deputados”, *O Açoriano*, 1892, outubro 2 (40), p.1.

¹⁷⁶ Assim, as eleições de 1881 realizaram-se a 4 de setembro, enquanto no resto do País ocorreram a 21 de agosto; em 1890, previstas para 30 de março, a 20 de abril; as de 1892, marcadas para o dia 23 de outubro só se realizaram sete dias depois; as de 15 de abril de 1894 a 29 do mesmo mês.

¹⁷⁷ 4 de setembro de 1881; 29 de junho de 1884; 6 de março de 1887; 20 de outubro de 1889; 20 de abril de 1890; 30 de outubro 1892; 29 de abril de 1894; 17 de novembro de 1895; 2 de maio de 1897; 26 de novembro de 1899; 25 de novembro de 1900; 6 de outubro de 1901; 26 de junho de 1904; 12 de fevereiro de 1905; 29 de abril de 1906; 19 de agosto de 1906; 5 de abril de 1908; 28 de agosto de 1910.

¹⁷⁸ 28 de maio de 1911; 13 de junho de 1915; 28 de abril de 1918; 11 de maio de 1919; 10 de julho de 1921; 29 de janeiro de 1922; 8 de novembro de 1925.

¹⁷⁹ Rui Ramos [coord.], “A Segunda [...]”, já cit., in José Mattoso [dir.], *História de [...]*, já cit., p.118.

Quando se analisa os atos eleitorais no concelho da Horta, entre 1881 e 1910, de acordo com a documentação consultada, constatamos que o período “pré-eleitoral” era marcado pelas movimentações partidárias e por acordos pré-eleitorais.

No primeiro caso, mal se aproximava o “tempo das eleições”, os líderes partidários escreviam aos seus correligionários nas diferentes regiões do País para que localmente dessem início aos contactos com os seus eleitores [galopinar], lembrando-lhes as benesses que já haviam recebido. Neste contexto emerge a figura do cacique, “chefe local” que irá desempenhar um papel importante no contexto do sistema eleitoral português. Era ele quem mandava votar, porque este “cara-a-cara” com os eleitores significava que não só o influente os conhecia como “pastoreava-os ciosamente”¹⁸⁰. Tudo se prometia ao eleitor: estradas, portos, muralhas, pontes, chafarizes. Isto pelo que respeita ao interesse coletivo. Em matéria de favores pessoais não se hesitava. Era pedir por boca.

Naturalmente, com o passar dos anos, todos sabiam em que mãos estavam os votos de cada freguesia e, por isso, era fácil deduzir, apesar das naturais margens de erro, quem ia ganhar e quantos votos ia ter. Então, chegara a hora de lembrar aos eleitores o que o “Estado” havia gasto com eles bem como aquilo que alguns lhes deviam. Por isso, concluímos que naturalmente o Governo estava em melhores condições de satisfazer ambições e favores o que não acontecia com a oposição. Em suma, se as eleições, na sua modelar forma de fazer deputados, e os caciques (a crítica política via nesta figura a causa de todos os males da vida pública do País) se tornarem temas prediletos do sarcasmo e da caricatura nacional significavam a “própria politização da sociedade”¹⁸¹.

Quanto aos acordos pré-eleitorais, notamos, embora de forma excecional, em 1884, que os partidos locais na decorrência da consagração dos ciclos plurinominais, pela lei de 21 de maio do mesmo ano, e das clivagens internas, decidiram negociar uma espécie de acordo, para as eleições a realizar a 29 de junho ainda do mesmo ano, perante o agrado geral da imprensa faialense, visto que assim se evitava as lutas encarniçadas, “sempre prejudiciais, inimizades e malquerenças; e o acordo é portanto igualmente honroso para os dois partidos que o realizaram”¹⁸².

Deste modo, os lugares da minoria caberiam à oposição, e os lugares da maioria aos candidatos do Governo. Quando a situação se invertesse, mudavam-se apenas as condições de maioria e minoria. Isto é, regeneradores e progressistas não só dividiam entre

¹⁸⁰ *Id.*, p.119.

¹⁸¹ *Id.*, p.121.

¹⁸² *O Açoriano*, 1884, julho 7 (44), p.3.

si os deputados como se opunham de forma frontal e declarada a todos os potenciais interessados em acederem à arena política (republicanos e dissidente regeneradores e progressistas).

Anos depois, em 1892, verificamos que se pretendia fazer ressurgir novamente o assunto, mas agora a ideia de acordo eleitoral partia dos chefes de Lisboa o que não foi bem recebido localmente. Em consequência do desentendimento entre as chefias nacionais e locais resultou que tanto progressistas como regeneradores acabariam por apresentar duas listas: uma proposta pelas chefias nacionais e outra pelas chefias locais. No caso dos regeneradores, temos os “fiéis” que apoiavam a proposta governamental (Pedro Silveira da Mota de Oliveira Pires e o Dr. Manuel Soares de Melo e Simas (1870-1934, faialense), enquanto a outra facção, os “infiéis” regeneradores apoiava o candidato Dr. Teófilo Ferreira (1840-1893); por seu turno, os progressistas liderados pelo Dr. Medeiros, davam o seu apoio a Manuel Maria Bettencourt Fernandes, enquanto Miguel António da Silveira, um fiel servidor de José Luciano de Castro, apoiava o candidato da lista oficial: Frederico Ressano Garcia (1847-1911, Lisboa).

Em atenção à nota dos cidadãos votados para deputados nas assembleias do círculo da Horta, concluímos que, no final de toda esta comédia eleitoral, os candidatos propostos pelas chefias nacionais viriam a ser eleitos, o que constituía para os líderes locais não só uma traição como uma vergonha¹⁸³.

Mas a regra era um clima eleitoral marcado pela falta de honra e de consideração pelo bem público, situação que a imprensa não deixaria de criticar de forma severa, porque o que se pedia era que regeneradores e progressistas se entendessem. Mas mesmo que isso não acontecesse que a sua ação contribuísse para a credibilidade da vida política o que sendo difícil de conseguir não era, no entanto, impossível. Por isso, perante os desatinos de uns e de outros, perguntava-se: “Que pessoas eram estas que faziam parte das organizações partidárias locais? a) “Comilhões e sanguessugas?”; b) Gente interessada apenas nas suas comodidades pessoais e interesses pecuniários? Gente sem habilitações e ‘habilidade’, mas que por qualquer motivo, recebera a confiança do poder? c) “Pessoas, que para os chefes dos partidos eram apenas peças que eles dão corda como lhes dava na “real gana”?” d)

¹⁸³ BPARJJG, *Administração do concelho da Horta*, “Nota dos cidadãos votados para deputados no círculo da Horta, em 30 de outubro de 1892, e do número de votos respetivos, Horta, 8 de novembro de 1892. O administrador substituto do concelho da Horta, José Cândido Bettencourt Furtado”. Sobre o assunto, veja-se José Reis Leite, *Política e Administração* [...], já cit., pp.106-107; BPARJJG, *Comissão de Recenseamento Eleitoral do concelho da Horta*, “Atas da Eleição de deputados das assembleias eleitorais da Matriz, Conceição, Angústias, Pedro Miguel, Cedros e Castelo Branco”; Apêndice – Capítulo II, Mapa n.º 3.

Pessoas que sendo eleitas ou nomeadas para uma qualquer corporação, se apresentam como “servos honrados do público” ou então como senhores do povo e do seu dinheiro?¹⁸⁴.

Então como decorriam os atos eleitorais?

Apesar da desconfiança mútua entre os partidos concorrentes, havia, regra geral, uma satisfação, como deduzimos da leitura da documentação consultada: as eleições haviam decorrido “placidamente” em todas as assembleias eleitorais¹⁸⁵, visto que todas as operações eleitorais tinham sido fiscalizadas pelas diferentes “parcialidades políticas” não se dando qualquer protesto¹⁸⁶. Por isso, os atos correram de forma pacífica, sempre debaixo da melhor ordem, ideia corroborada tanto pelos governadores civis¹⁸⁷ como pela imprensa¹⁸⁸.

Por vezes, como se pode ler nas atas das diferentes assembleias eleitorais, concluímos que havia sempre uma exceção, um dos pequenos percalços habituais, no caso a invasão da assembleia de voto do Capelo por alguns homens “da oposição”, um bando de desordeiros, “guiados por um tal [...], chefe da oposição regeneradora na freguesia”¹⁸⁹. Estes haviam deitado por terra a mesa de voto, enviaram a urna para o cemitério e praticaram outros distúrbios¹⁹⁰.

Relativamente a este assunto, deduzimos ainda que apesar das eleições terem decorrido no meio do maior sossego (1895), “sem que houvesse oposição”, havia alguns eleitores que “não gostaram lá muito desta tranquilidade”, certamente por estarem habituados a outros desmandos ou então lançava-se o boato que os atos eleitorais (1894) estavam ameaçados por grandes desordens e até de mortes, apesar de se escrever na imprensa: “Amanhã abrem-se as urnas para que o povo vá livre e sem coação exercer o seu

¹⁸⁴ “A nossa política”, *O Telégrafo*, 1906, março 27 (3 668), p.1.

¹⁸⁵ Horta do Amaral, “Pedro Miguel”, *O Telégrafo*, 1904, julho 1 (3 157), p.1.

¹⁸⁶ BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, “Ofício, n.º 208, de 8 de novembro de 1892” [d.a.].

¹⁸⁷ BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, Livro de Registo de Ofícios dirigidos ao ministério do Reino, 1885-1890, fls.84-86: “Ofício, n.º 50, de 17 de dezembro 1889, à Direção-Geral da Administração Política e Civil”.

¹⁸⁸ Francisco Pedro da Rosa, “Pelo Campo [Salão]”, *O Telégrafo*, 1905, fevereiro 17 (3 348), p.2.

¹⁸⁹ Refere-se às eleições para deputados de 20 de outubro de 1889, ocorrida na assembleia da freguesia do Capelo, cf. BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, Livro de Registo de Ofícios dirigidos ao ministério do Reino, 1885-1890, fls.84-84v.: “Ofício, n.º 50, de 17 de dezembro 1889, à Direção-Geral da Administração Política e Civil”.

¹⁹⁰ BPARJJG, *Mesa da Assembleia de voto n.º 4 (Capelo)*, “Ata da eleição de três deputados na assembleia eleitoral composta pelas freguesias do Capelo, Castelo Branco e Praia do Norte”. Sobre o assunto, veja-se “Noticiário”; *O Açoriano*, 1889, outubro 27 (33), p.2; “Corpo de delito”, *O Atlântico*, 1889, outubro 19 (1 404), p.1; “A Urna do Capelo”, *Ibid.*, 1889, novembro 16 (1 407), p.1. Na assembleia n.º 5 (Cedros), os atos eleitorais decorreram nos dias 20 e 21 de outubro, em observação ao disposto no art. 10.º da Lei de 1884 e as formalidades do § 1.º do mesmo artigo, por não poderem continuar as operações depois do sol-posto (art. 74.º do decreto de 30 de setembro de 1852). Sobre o assunto, veja-se Pedro Tavares de Almeida, *Legislação Eleitoral [...]*, já cit., p.324.

direito de livre cidadão”¹⁹¹. Por seu turno, os republicanos locais, cômicos da sua pequenez face a estes “maneios das fações monárquicas”, que acusavam de dispor dos dinheiros públicos e das graças régias, para assim uns e outros, regeneradores e progressistas, aliciarem os eleitores e corromperem as consciências, prometendo o “reino dos céus”, num comunicado distribuído aos eleitores do distrito, datado de 22 de abril daquele ano, informavam que “os republicanos da Horta resolveram abster-se por completo da luta”¹⁹².

Mas a possibilidade das coisas correrem mal resultava da maneira como a imprensa militante se dirigia aos adversários, usando, a propósito, uma linguagem que indiciava uma notória provocação: “semelhante gente [regeneradores]”, “arruaceiros”, “cáfila” [regeneradores], ao mesmo tempo que se baseava no “diz-se que” (casas invadidas e mulheres que caíam por terra acometidas de ataques)¹⁹³ ou “damos esta notícia com a necessária reserva”¹⁹⁴.

Finalmente, nas eleições realizadas entre 1881 e 1910, concorreram pelo círculo eleitoral da Horta vinte e seis deputados, quinze dos quais apenas a um mandato, enquanto os outros onze, sete a dois, um a três e outro a quatro e dois a cinco (José Joaquim André de Freitas e Eduardo Frederico Schhwabach Lucci). Destes deputados, apenas nove eram naturais dos Açores (34,6%), sendo oito do distrito (quatro da ilha do Faial, dois das Flores e dois do Pico). No entanto, nem todos residiam nos Açores ou nas ilhas de nascimento. Os outros candidatos eram naturais de diferentes regiões do País, destacando-se a propósito a cidade de Lisboa com quatro candidatos¹⁹⁵.

5. A Horta anti-autonomista?

“Nós os açorianos, temos sido dedicados à Nação, como os mais dedicados dos nossos irmãos do Continente; partilhamos com eles sacrifícios, mas não todas as vantagens do regime económico-social que tão eficazmente concorremos para implantar”¹⁹⁶.

No período em estudo o notório descontentamento face à ineficácia com que as reivindicações locais eram tratadas por Lisboa levaria ao desencadeamento do movimento

¹⁹¹ “Notícias Locais”, *O Telégrafo*, 1894, abril 28 (191), p.2.

¹⁹² “Eleições”, *O Açoriano*, 1894, abril 12 (16), p.1.

¹⁹³ “Eleições”, *O Açoriano*, 1894, abril 15 (15), p.1; “Eleições”, *Ibid.*, 1894, abril 22 (16), p.1; “O final da comédia eleitoral”, *Ibid.*, 1894, maio 6 (18), p.1.

¹⁹⁴ *O Faialense*, 1900, novembro 25 (56), p.3.

¹⁹⁵ Cf. Paulo Silveira e Sousa, “Os deputados dos Açores (1834-1908): um retrato prosopográfico dos representantes da periferia, *Atas do Colóquio O Liberalismo nos Açores: do Vintismo à Regeneração. O Tempo de Teotónio de Ornelas Bruges (1807-1870)*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2008, pp.117-136. Cf. Apêndice – Capítulo II, Quadro III.

¹⁹⁶ Mariano Augusto M. de Faria e Maia, *Breves Considerações feitas na Câmara dos Senhores Deputados*, Ponta Delgada, Tipografia Minerva, 1894, pp.6-7.

autonómico e de ideias separatistas, que dariam ao movimento político açoriano uma carácter interessante e até original¹⁹⁷.

Autonomia é um termo de origem grega cujo significado se relaciona com a atribuição de poder por parte de um governo central em favor de uma das suas parcelas ao nível regional ou local, segundo o princípio da subsidiariedade. A fluidez do conceito levou a que à sua sombra tanto se possa falar de independência de um Estado como da simples descentralização “das funções do Estado”¹⁹⁸.

No caso açoriano, não nos interessa saber desde quando é que se pode falar de aspirações autonómicas, nem quantas opiniões possam estar em confronto. É nossa intenção referir ou falar sobre a sua evolução a partir do século XIX e da instauração do regime liberal tanto em Portugal como nos Açores¹⁹⁹.

¹⁹⁷ Cf. Álvaro Monjardino, “A Polémica sobre o destino dos Açores no Período 1918-19”, in Luís Nuno Rodrigues [coord.], *Franklin Roosevelt e os Açores nas duas Grandes Guerras*, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 2008, pp.81-106.

¹⁹⁸ José Reis Leite, “Autonomia”, *Enciclopédia Açoriana*, in <http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/enciclopedia/index.aspx> (consultado em 12-04-2011).

¹⁹⁹ Sobre o movimento autonómico açoriano, veja-se José Reis Leite [org., prefácio e notas], *A Autonomia dos Açores na Legislação Portuguesa (1892-1947)*, Horta, Assembleia Regional dos Açores, 1987; Id., *Sobre a Autonomia dos Açores*, Ponta Delgada, Signo, 1990; Id., *Política e Administração* [...], já cit., Id., *Os Editoriais do Jornal Autonomia dos Açores, 1893-1894*, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1996; Id., “Os acertos da governação, a ilusão da autonomia e a continuidade do divisionismo”, in Artur Teodoro de Matos & Avelino de Freitas de Meneses & José Guilherme Reis Leite [coord.], *História dos Açores. Do Descobrimento ao século XX*, vol. II, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2008, 159-184; Carlos Cordeiro, “Reflexões em torno do Decreto de 2 de Março de 1895”, *Separata da Revista Insulana* vol. XLVI, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1991, pp. 57-86; Id., “Autonomia e Identidade Nacional: Os Açores na Segunda metade do século XIX”, *Revista de História das Ideias*, vol. XIV, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias/ Universidade de Coimbra, 1992, pp. 263-280; Id., “Regionalismo e Identidade Açoriana. O debate dos anos 20”, in *A Autonomia no Plano Histórico – I Centenário da Autonomia dos Açores*, vol.1, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1995, pp.277-287; Id. [org.], *Na senda da Identidade Açoriana (Antologia de Textos do Correio dos Açores)*, Ponta Delgada, 1995; Id., “Regionalismo e antirrepublicanismo, 1910-1918. José Maria Raposo do Amaral”, *Revista Arquipélago. História*, vol. I, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1995 (2), pp.281-315; Id., *Nacionalismo, Regionalismo e Autoritarismo nos Açores durante a I República*, Lisboa, Salamandra, 1999; Id., “Nacionalismo e Cultura Política nos Açores de finais de Oitocentos à Primeira Guerra Mundial”, in *O Tempo de Manuel de Arriaga*, Centro de História da Universidade de Lisboa/Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta, 2004, pp.93-106; Id., “Identidade e Autonomia. Do discurso contestatário à afirmação da Identidade dos Açores”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, Horta, 2006 (15), pp.237-249; Id., “Da Proclamação da República à instauração do Estado Novo. Regionalismo e autonomia na imprensa açoriana”, in Avelino de Freitas de Meneses [coord.], *Das Autonomias à Autonomia e à Independência. O Atlântico político entre os séculos XV e XXI*, Ponta Delgada, Letras Lavadas edições, 2012, pp.205-219; Carlos, Enes, “A Construção da Unidade e Identidade Regional”, in *A Autonomia no Plano Histórico. I Centenário da Autonomia dos Açores*, vol.1, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1995, pp.289-305; Id., “A Autonomia dos Açores entre as Duas Guerras Mundiais”, in Luís Nuno Rodrigues [coord.], *Franklin Roosevelt e os Açores nas duas Guerras Mundiais*, Ponta Delgada, Governo Regional dos Açores/Fundação Luso-Americana, 2008, pp.41-60; Maria Isabel João, *Os Açores no século XIX. Economia, sociedades e movimentos autonomistas*, Lisboa, Cosmos, 1991; Id., “Origem e Causas dos Movimentos Autonomistas Açorianos”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, vol. X, Horta, Núcleo Cultural, 1991-1992, pp.3-31; Francisco Gomes, “A autonomia administrativa distrital”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, vol. XI, Horta, Núcleo Cultural, 1993-1995, pp.335-422; Susana Serpa Silva, “A Autonomia Vista pelas Primeiras Gerações Republicanas (1873-1920). Breve contributo com base na análise da imprensa”, in Avelino de Freitas de Meneses [coord.], *Das Autonomias à Autonomia e à*

Com o liberalismo, estabeleceu-se nos Açores, na década de 1830, a administração distrital, cujos distritos (três) eram constituídos por ilhas que se “julgava terem afinidades entre si”²⁰⁰. Por outro lado, pior do que esta divisão tripartida, foi a decisão de que a administração insular seria a “mesma da do Portugal Continental” já que, mais não fosse, para justificar a tese de que as ilhas não eram colónias.

Esta realidade manteve-se até 1890, altura em que um conjunto de medidas²⁰¹, entendidas nos Açores como lesivas e contrárias aos seus interesses tiveram o condão de fazer emergir um descontentamento latente, despoletando, particularmente na ilha de São Miguel, um movimento de opinião em torno do desejo de defesa dos interesses açorianos, numa altura em que o regime monárquico se encontrava doente, ferido de instabilidade política devido ao alvoroço provocado pelo Ultimato e pelo esgotamento das soluções liberais (rotativismo). Por isso, nos Açores emergia a ideia de que a autonomia era na verdade necessária²⁰².

Independência. O Atlântico político entre os séculos XV e XXI, Ponta Delgada, Letras Lavadas edições, 2012, pp.221-239.

²⁰⁰ José Reis Leite, *Sobre a Autonomia* [...], já cit., p.24.

²⁰¹ A tentativa de abolição da moeda insulana, decorrente de outra já tentada em 1887 e ambas pelo mesmo ministro da Fazenda, Mariano Cirilo de Carvalho (a unificação viria a penas a ocorrer em 1931). Sobre este assunto, veja-se “Igualdade da Moeda”, *O Açoriano*, 1890, agosto 24 (28), p.1; “Representação da Comissão da Junta Geral do Distrito ao Rei”, *Ibid.*, 1890, agosto 24 (28), p.1; “Representação da Câmara Municipal da Horta”, *Ibid.*, 1890, agosto 24 (28), pp.1-2; “Representação [de 13 de agosto] da Associação Comercial da Horta”, *Ibid.*, 1890, agosto 24 (28), p.2; João Vidago, *Memória Histórica sobre a Moeda na Ilha do Faial*, Horta, *O Telégrafo*, 1931. O monopólio do álcool, defendido pela *Lei de Meios* de junho de 1891, que punha em causa a sobrevivência dos produtores de batata-doce, cultura considerada fundamental para a economia das ilhas de São Miguel e da Terceira e os produtores de aguardente de frutas da ilha do Pico, em particular das freguesias de Santa Luzia e das Bandeiras. Veja-se “Questão do Álcool”, *O Açoriano*, 1891, julho 19 (27), p.1). A decisão de extinguir o Tribunal da Relação dos Açores (a relação dos Açores foi extinta em 1911. A extinção das Juntas Gerais (decreto de 6 de agosto de 1892).

²⁰² Neste clima de certo modo efervescente e conturbado, destacaremos a apresentação na Câmara dos Deputados em 1892, de um projeto de lei da autoria do deputado regenerador micalense Aristides da Mota, em que apresentava uma proposta de autonomia, que Reis Leite considera audaciosa “pela rasgada visão dos problemas”; a criação de jornais que propagandearam a autonomia, com particular destaque para o jornal micalense *Autonomia dos Açores* (1893-1895), cujo lema era *Livre Administração dos Açores pelos Açorianos*; a criação de comissões autonomistas nas ilhas de São Miguel e da Terceira; a criação de uma comissão que, no dia 30 de Junho de 1891, seria recebida pelo rei D. Carlos, com a finalidade de lhe apresentar as aspirações autonómicas; a apresentação na Câmara dos Deputados, na sessão de 31 de março de 1892, pelo deputado micalense Aristides Moreira da Motta, do projeto de lei sobre a autonomia dos Açores, que não viria, no entanto a ser discutido, o que significava que não havia encontrado eco tanto no parlamento como na comissão respetiva, naturalmente pelo facto de a mesma, entretanto, ter sido dissolvida; a criação do Partido Autonomista, entendido como uma resposta ao desinteresse dos partidos Progressista e Regenerador, face às ideias propostas. Nas eleições de 15 de abril de 1894, viria a eleger três deputados pelo círculo de Ponta Delgada (n.º 98): Duarte de Andrade Albuquerque Bettencourt, Francisco Pereira Lopes de Bettencourt Ataíde e Gil Mont’ Alverne Sequeira, considerado um marco fundamental “na evolução do futuro sistema político-administrativo açoriano”, cf., José Reis Leite [org., prefácio e notas], *A Autonomia* [...], já cit., p.15. Sobre o assunto, veja-se “Autonomia dos Açores”, *O Açoriano*, 1893, março 19 (12), p.1; José Reis Leite, *Os Editoriais* [...], já cit.; António Augusto Riley da Mota, *Aristides Moreira da Motta. Advogado, Professor, Político (Notas Biográficas)*, 2.ª ed., Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1995; Carlos Cordeiro, “Reflexões em

5.1. A “passividade” perante o primeiro movimento autonomista e a recusa de adesão ao Decreto de 2 de março de 1895

O recrudescimento do movimento autonomista, primeiro em Ponta Delgada depois em Angra do Heroísmo, com o objetivo de elaborar propostas de lei visando a *Livre Administração dos Açores pelos Açorianos*, iria culminar com um acontecimento inevitável: o “célebre” decreto ditatorial de 2 de março de 1895²⁰³.

Aquilo que sobressai da primeira campanha autonómica, como ficou conhecida na historiografia açoriana, é que ela resultou numa autonomia meramente administrativa de tom distritalista, respondendo assim o Governo às “vivas e instantes reclamações dos povos de um dos distritos açorianos”, salientando como único fundamento da descentralização a situação geográfica (“a distância a que ficam do continente”) e as dificuldades de comunicação. Voltava-se às Juntas Gerais à semelhança do modelo consignado no Código Administrativo de 1886, mas agora com faculdades e serviços mais amplos e mais importantes, implicando isso a concessão dos necessários meios financeiros e humanos para a sua execução²⁰⁴. Esta nova organização administrativa só seria aplicada distritalmente, quando requerida por dois terços dos cidadãos elegíveis para cargos administrativos.

Não obstante a entrega às Juntas Gerais de mais poderes e meios, o decreto minimizava a descentralização ao acentuar a tutela do Estado, que não só nomeava o respetivo presidente entre os procuradores eleitos como o seu representante, o governador civil, junto do poder distrital não só abria como encerrava as sessões ordinárias (duas anuais) ou extraordinárias em nome do rei como assistia às sessões, podendo mesmo fazer as propostas que achasse convenientes. Finalmente, a Junta devia reunir-se e funcionar no edifício do governo civil.

Apesar do decreto de 1895 ter ficado aquém das expectativas iniciais, não deixaria de ser requerida a sua aplicação, primeiro pelo distrito de Ponta Delgada (decreto de 18 de novembro de 1895²⁰⁵), e depois pelo de Angra do Heroísmo em 1898 (decreto de 6 de

torno [...]”, já cit., *Separata da Insulana*, vol. XLVI, pp. 57-86; Id., “Autonomia e [...]”, já cit., *Revista de História das Ideias*, vol. XIV, pp. 263-280.

²⁰³ PORTUGAL, *Diário do Governo*, 1895, março 4 (50). Sobre o assunto, veja-se José Guilherme Reis Leite, *Política e Administração* [...], já cit., pp. 298-317; “Autonomia Açoriana”, *O Telégrafo*, 1895, março (451), p.1.

²⁰⁴ Cf. José Reis Leite [org., prefácio e notas], *A Autonomia dos [...]*, já cit., p.96.

²⁰⁵ PORTUGAL, *Diário do Governo*, 1895, novembro 19 (262). Veja-se José Reis Leite [org., prefácio e notas], *op. cit.*, p.111.

outubro do mesmo ano²⁰⁶). Esta diferença de tempo, na solicitação da aplicação do decreto de 2 de março de 1895, parece significar que esta solução administrativa não obtivera fora da ilha de São Miguel grande entusiasmo, como se confirma como o caso do distrito da Horta que nunca requereu a sua aplicabilidade, nos termos daquele decreto.

O conhecimento que temos da maneira como o ideário autonómico foi encarado na cidade da Horta resulta de uma série de artigos que a propósito se foram publicando de forma espaçada nos jornais *O Açoriano*, *O Faialense*, *A Discussão* e *O Telégrafo*, em que os redatores, intelectuais e políticos expuseram as suas ideias, tentando promover o debate e até mesmo propor o caminho a seguir.

Pela sua leitura, notamos que as ideias expostas não evidenciam qualquer atitude de hostilidade à ideia de autonomia dos distritos açorianos, pelo contrário suscitaram curiosidade e até mesmo congratulação pela maneira “brilhante” como estava a ser defendida em particular pela imprensa micaelense, o que nos permite adiantar que em nenhum escrito é notória a ressalva a velhas “desconfianças seculares” entre ilhas ou melhor dizendo ao bairrismo insular. Por outro lado, as opiniões expressas não suscitaram qualquer mobilização.

Em nosso entender, pensamos que existem quatro razões que, de forma individual ou conjugada, podem explicar a razão de tal desinteresse: a falta de capacidade financeira do distrito da Horta, as convulsões da política local, a não existência de uma comissão autonómica local e a questão do separatismo.

.A falta de capacidade financeira do distrito da Horta

Em 1893, o jornal *O Açoriano* ao fazer eco, numa das suas edições, do *Projeto da Comissão Autonómica de Ponta Delgada*²⁰⁷, que seria apresentado em julho do mesmo ano na Câmara dos Deputados por Aristides da Motta, notamos que depois de se destacar que aparecera, finalmente, o referido documento e de se relevar a descentralização administrativa com a reconstituição das juntas gerais de distrito, assumia-se de forma

²⁰⁶ PORTUGAL, *Diário do Governo*, 1898, outubro 10 (226). Sobre este assunto, veja-se José Reis Leite [org., prefácio e notas], *A Autonomia* [...], já cit.; “Conversando”, *O Telégrafo*, 1898, outubro 11 (1 494), p.1; outubro 17 (1 499), p.1. Da leitura deste longo artigo, destacamos: “Dois dos três distritos administrativos em que o arquipélago açoriano está dividido, estão já sob um regime especial de descentralização administrativa. São eles o distrito de Ponta Delgada e o de Angra do Heroísmo. [...]. O distrito da Horta, no seu louvável costume de esperar que tudo lhe caia das nuvens, cruza os braços indolentemente, ergue um pouco as sonolentas pálpebras, espreita ao longe e ao largo a ver se o maná lhe cai no seu deserto e enquanto espera pelas cebolas do Egito, vai repetindo por entre dentes a conceituosa frase da raposa da fábula: Estão verdes...só os cães as podem tragar.... E...fica-se nisto. E nisto está há quatro anos”.

²⁰⁷ “Autonomia dos Açores”, *O Açoriano*, 1893, junho 11 (24), pp.1-2.

perentória que os dados disponíveis não eram “suficientes para dizer já se perdemos ou ganhamos com a autonomia”²⁰⁸.

Esta preocupação prendia-se, em nosso entender, com o facto das receitas previstas no art. 9.º, da proposta de projeto²⁰⁹, ficarem aquém “a querer dar-se algum impulso às obras públicas”, isto é, a maneira como a proposta era projetada, quanto à receita e despesa distrital, não vinha resolver a crise que o distrito atravessava de que “uma desmedida emigração acusa[va]”, porque se relembra que a dotação das obras públicas atribuída ao distrito da Horta, em 1892, apesar de ter chegado aos 30 864\$695 réis, era considerada um valor insuficiente e que mal chegara para limpar as valetas.

Por isso, entendemos que para ultrapassar a incapacidade financeira distrital, cujas despesas agora reservadas à Junta Geral e que esta não podia suportar, a solução para vencer o espírito geometricamente teórico do projeto passaria pela introdução de um conjunto de medidas de verdadeiro alcance, a saber: reduzir os impostos, fixar a população, ou pelo menos reduzir a emigração a “um termo razoável”, alterar as leis do recrutamento militar e aumentar os recursos necessários ao investimento em estruturas previstas no projeto como, por exemplo, em faróis e hospital de alienados.

Perante esta situação, não temos dúvida em afirmar que, por um lado, o projeto de autonomia respondendo pouco às (velhas) pretensões defendidas pela imprensa faialense e pelas diferentes corporações administrativas, foi, mesmo entre os possíveis adeptos locais, recebido com reservas e, por outro, que a autonomia administrativa só seria entendida como uma boa medida desde que a Junta Geral fosse contemplada com os recursos necessários, porque, se assim não fosse, não se tinha qualquer receio em afirmar que os diminutos recursos do distrito impediam, como se refere n’*O Açoriano*, “que aceitemos tal qual está no projeto”²¹⁰, pela simples razão de que não se adequava às realidades concretas da vivência distrital.

Curiosamente, verificamos que em 1894, o jornal *A Discussão*²¹¹, contrariando a ideia expressa supra no jornal *O Açoriano*, depois de elogiar o movimento autonómico nas ilhas de São Miguel e da Terceira, e de se assumir abertamente “também pela autonomia”, realçava que a autonomia defendida pelo jornal deveria ser mais ampla, mais completa e mais descentralizadora do que a proposta apresentada pelos autonomistas daquelas ilhas.

²⁰⁸ “O Projeto de Autonomia dos Açores”, *O Açoriano*, 1893, junho 11 (24), p.1.

²⁰⁹ Cf. José Reis Leite [org., prefácio e notas], *A Autonomia dos [...]*, já cit., pp.73-95.

²¹⁰ “A Autonomia do Distrito”, *O Açoriano*, 1893, julho 9 (28), p.1.

²¹¹ “A Autonomia dos Açores”, *A Discussão*, 1894, junho 3 (8), p.1.

No entanto, não adiantava nada que nos esclareça quanto ao sentido de ser mais ampla, completa e descentralizadora.

.As convulsões da política local

As divisões partidárias eram irreconciliáveis com a descentralização política, porque a principal crítica apontada aos políticos locais residia no facto de estarem mais preocupados com os seus interesses imediatos e com a sua preponderância social.

Daí perguntarmos: A não existência de uma Junta Geral Autónoma que benefícios trouxeram aos faialenses? Que benefícios tiveram os faialenses da sua “prisão a Lisboa resultantes da sua não adesão à Autonomia Administrativa?

As respostas não são fáceis de dar, porque a documentação compulsada é exígua. Todavia, entendemos que a sua análise deve ter como ponto de partida o que significava entrar na política. A classe política faialense mesmo opondo-se aos propósitos centralizadores de Lisboa, preferiu manter o *status quo* existente no quadro institucional então vigente, porque também tinha o desejo de “dividir e imperar”²¹²

Esta situação leva-nos a afirmar que ela estava ciente de que a ilha do Faial e o distrito da Horta continuariam “a merecer o constante desprezo da metrópole que lhe suga desalmadamente os últimos recursos”. Todavia, seria o Terreiro do Paço que lhe continuaria a assegurar “avejões” (representantes do governo, líderes locais dos partidos) e “cebolinhas” (as clientelas) ou um qualquer “glorificador ratão”, a troco de alguns “cinco tostões”²¹³ para a “explorar e deprimir”²¹⁴, usando as palavras de António Batista.

.A inexistência da comissão autonómica da Horta

Se assim era, naturalmente que o assunto nunca esteve na origem de qualquer movimento organizado que desencadeasse o necessário debate político em torno da questão autonómica, evitando-se que o mesmo pudesse até fazer perigar ou contrariar interesses políticos e pessoais, situação comprovada pelo jornal *Autonomia dos Açores*:

“A verdade, porém, é que o tempo vai passando, o parlamento abre a 15 de maio e ainda não estão constituídas as comissões centrais de Angra do Heroísmo e da Horta. [...]. Desta forma não sabemos a quem havemos de dirigir o relatório sobre a nossa autonomia nos distritos central e ocidental dos Açores, o que não impede que prossigamos na nossa tarefa, se o paquete

²¹² Rui Ramos [coord.], “A Segunda [...]”, já cit., in José Mattoso [dir.], *História de [...]*, já cit., p.107.

²¹³ *O Telégrafo*, 1919, janeiro 9 (7 393), p.1.

²¹⁴ “Uma manifestação significativa”, *O Faialense*, 1909, junho 21 (94), p.1.

Açor não nos trouxe notícia da constituição das referidas comissões nas cidades de Angra e da Horta”²¹⁵.

Em 1894, se se fizer fé num artigo d’ *O Telégrafo*²¹⁶, constata-se que na Horta nada se adiantara sobre o assunto. Naturalmente que esta situação seria, em nossa opinião, mais uma vez motivo de voltar a trazer à tona o velho aforismo de João José da Graça – *Faial, Terra da Coisa Rara* –, ao destacar-se que na ilha do Faial não havia ninguém que quisesse tomar a peito tanto os interesses da ilha – “nesta pobre terra nada conseguiu despertar a indiferença e o egoísmo de ninguém” – como do distrito, embora, de forma tímida, lá se ia escrevendo que ficava sempre em aberto a ideia de que um dia, talvez, o Faial pudesse também requerer a autonomia administrativa como o tinham feito os outros dois distritos²¹⁷.

No entanto, já em 1893, através da leitura d’ *O Açoriano* depreende-se a razão pela qual os faialenses não deviam estar muito preocupados em organizar a respetiva “comissão autonómica”. Tinham quem os representasse na comissão micaelense: “o nosso patrício Dr. Mont’Alverne de Sequeira²¹⁸, que não pouco tem contribuído para este movimento, já com os seus estudos nas ‘Questões Açorianas’, já com a palavra”²¹⁹.

Achamos abusiva esta situação por dois motivos: primeiro, Sequeira não era natural da ilha do Faial, embora fosse filho de pai faialense (freguesia da Matriz) e de mãe brasileira, mas de origem irlandesa²²⁰. Depois de regressar aos Açores, esteve matriculado no Liceu da Horta no ano letivo de 1878-1879. Daí que o articulista escrevesse: “Já, portanto, esta terra está representada naquele movimento; podemos, por isso, orgulharmo-nos de que não fomos estranhos a ele”.

Por fim, perante esta passividade dos faialenses, houve quem ousasse questionar se estes estavam devidamente preparados e aptos para exercer a descentralização administrativa, quando era sobejamente conhecido que “nós temos um mau preparo e uma difícil aptidão”, o que nos leva a concluir que a autonomia só poderia triunfar quando “o

²¹⁵ *Autonomia dos Açores*, 1893, maio 7 (10), p.1. Apesar de na Horta não se ter formado qualquer comissão autonómica, organizou-se uma subcomissão autonómica no concelho das Lajes do Pico em julho ou agosto de 1893, cf. Francisco Gomes, “A Autonomia Distrital. O decreto de Hintze Ribeiro”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, vol. X, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1993-1995, pp.355-422 [p.374].

²¹⁶ “Autonomia Açoriana”, *O Telégrafo*, 1894, junho 9 (222), p.1.

²¹⁷ “Uma questão interessante”, *O Telégrafo*, 1895, março 9 (446), p.1.

²¹⁸ Nasceu em Matriz de Óbidos, no Pará, Brasil, a 27 de junho de 1859 e faleceu em Ponta Delgada, a 10 de novembro de 1931. Veja-se W. “Questões Açorianas”, *O Açoriano*, 1891, novembro 1 (42), p.1.

²¹⁹ “Autonomia dos Açores”, *O Açoriano*, 1893, março 19 (12), p.1. Veja-se Gil Mont’Alverne Sequeira, *Questões Açorianas*, 2.ª ed., Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1994 (1.ª edição de 1894).

²²⁰ Os seus pais eram Manuel Victor de Sequeira (1837-1887) e Joana Elvira de Charmouth, cf. Jorge Forjaz & António Ornelas Mendes, *Genealogias das Quatro Ilhas: Faial. Pico. Flores. Corvo*, vol. 3.º, Lisboa, DisLivro Histórica, 2009, pp.2 387-2 388.

nosso povo [fosse] mais esclarecido e compenetrado dos seus deveres cívicos, e mais amigo de defender os seus interesses públicos”²²¹. Todavia, essa desconfiança ia mais longe, visto que publicamente não se via com muito bons olhos o organismo em que assentava a descentralização administrativa: a Junta Geral. E a razão dessa desconfiança era que a extinta Junta Geral (1892) deixara poucas saudades, assim justificada:

“A Junta Geral entre nós, nunca foi uma instituição local daquelas [... que] nos tornam aptos para a liberdade, fazendo-nos adquirir a inteligência, o juízo e a experiência política. Pelo contrário, eleita perante a lei e mandada eleger de facto, teve todos os defeitos da sua origem viciosa. Por isso, morreu sem um protesto nem mesmo daqueles a quem servia. São assim as inutilidades”²²².

.O separatismo

Inerente à análise do conceito de autonomia está a opção separatista, porque ela desenvolve-se em paralelo com a questão autonómica integradora no Estado Português. Por isso, os dois conceitos “muitas vezes se entrelaçaram”²²³.

Se nos inícios da década de 1870, num contexto de discussão sobre a questão ibérica, o jornal faialense *O Atlântico* (1872), defendia a separação dos Açores em relação a Portugal, só duas décadas depois, numa altura em que se iniciou a primeira campanha autonómica, é que na imprensa faialense se começa a dar algum destaque ao que na imprensa lisboeta se escrevia a ideia dos Açores se constituírem como estado independente. Contra esta campanha, maliciosa, levantou-se o semanário *O Açoriano*²²⁴, que não só refutava o que se escrevera em Lisboa como adiantava que no distrito da Horta não havia nem partido separatista nem propaganda nesse sentido.

Por outro lado, também não se escondia que “a massa do povo” teria (?) inclinação pelos Estados Unidos²²⁵. Ao adiantar esta ideia, podemos deduzir que o articulista certamente aludia a uma natural inclinação afetiva, devido à fixação de muitas famílias faialenses naquela república e dos proventos daí decorrentes.

Apesar da maneira como abordava o assunto, mostra que não advogava a separação. Mas deixava no ar não uma ameaça, mas um aviso à Metrópole, devido à maneira desrespeitosa como os Governos tratavam as ilhas, sempre sem a consideração que lhes deviam merecer os seus habitantes. Por isso, alertava que a ideia separatista podia

²²¹ “A Autonomia dos Açores”, *A Discussão*, 1894, junho 3 (8), p.1.

²²² “A Autonomia do Distrito”, *O Açoriano*, 1893, julho 9 (28), p.1.

²²³ José Reis Leite, “Autonomia”, *Enciclopédia Açoriana*, já cit.

²²⁴ “Independência dos Açores”, *O Açoriano*, 1891, setembro 13 (35), p.1.

²²⁵ Cf. Álvaro Monjardino, “A Polémica sobre o [...]”, já cit., in Luís Nuno Rodrigues [coord.], *Franklin Roosevelt [...]*, pp.81-106.

aparecer repentinamente, de um momento para o outro e de uma forma muito curiosa, como se tratasse de responder a um convite, isto é, podia os Estados Unidos “assoprarem, por que o povo recebe bem tudo o que lhe vem da América. Neste caso, porém, surgiriam dificuldades mesmo entre os Açores, que não é lícito esperar”²²⁶. O que nos permite afirmar que à semelhança da autonomia também esta questão não seria unânime entre os Açorianos.

Assim, para que esta ideia de desnacionalização (outra maneira de confrontar Lisboa perante o seu alheamento em relação à vivência insular e arquipelágica e não tanto sobre a questão do destino das ilhas) não vingasse, seria necessário que em Lisboa os homens de Estado fossem capazes de governar “bem e atender às queixas dos que moram longe”²²⁷. E para se evitar esta corrente antipatriótica, *O Telégrafo*, em 1902, avançava com a solução:

“Com pequenas modificações nas nossas coisas se punha o separatismo à divina. Por exemplo: recrutamento - alistamento livre e contratado; importação - pouca; exportação - sem peias; eleições - na bacia da doca com uma pedra ao pescoço; quanto às gerais, e às locais absolutamente livres; indústria - sem peias nem impostos de malho e bigorna; comércio - fomentado; instrução - para todos, etc., etc. E com tudo isto a nossa língua, as nossas tradições, os nossos hábitos e costumes, e a nossa índole pacífica e boa, paciente e meiga - éramos capazes de nos transformarmos, não digo em anjos, mas em gente de bem, ativa, laboriosa, empreendedora, de iniciativa”²²⁸.

Mas este assunto, este outro antídoto, como lhe chamou Reis Leite, ganharia na cidade da Horta maior fôlego nos inícios do século XX, com a publicação de artigos e a transcrição de outros²²⁹, em particular no jornal *O Telégrafo*, nos anos de 1901, 1902 e

²²⁶ “Independência dos Açores”, *O Açoriano*, 1891, setembro 13 (35), p.1. Em 1909, aquando da estadia do navio escola americano *Ranger* na baía Horta, a população da cidade, acompanhada pela filarmónica *Artista Faialense*, levou a efeito uma manifestação de apreço e simpatia aos oficiais e praças do navio. Se foi entendida como o “reflexo dos afetuosos sentimentos que inclinavam o povo desta ilha para a grande República dos EUA”, para a imprensa faialense, teve um duplo significado: uma demonstração do profundo ressentimento pelo governo metropolitano, “que nos sacrifica e despreza” e o “profundo reconhecimento para com aqueles que nos abrem os braços, nos protegem e honram”. Todavia, esta manifestação, não agradou a todos, em particular aos oficiais da canhoneira *Açor*, que a condenaram. Mas se a estes desagradou, releva-se que havia satisfeito a alma popular, a alma de um povo, que “acima de portugueses somos açorianos”, cf. “Uma manifestação significativa”, *O Faialense*, 1909, junho 21 (94), p.1; “A manifestação”, *Ibid.*, 1909, junho 25 (95), p.1. Num ofício do administrador do concelho da Horta, Francisco Correia Borges de Lacerda, ao governador civil, visconde de Leite Perry, depois de se referir que a manifestação correria de forma ordeira e dentro da lei, verificamos que, e de acordo com os dados colhidos pelo administrador, a razão da sua realização resultara do comandante “preferir o nosso porto ao de Ponta Delgada e demonstrar assim que nenhum fundamento há para que estejamos isolados de São Miguel, e sejamos recebidos por todas as nações que aqui mandam os seus navios”, BPARJJG, *Administração do concelho da Horta*, “Ofício, 21 de junho de 1909, ao governador civil do distrito da Horta”. Sobre o assunto, veja-se “Desisolamento”, *O Telégrafo*, 1909, junho 28 (4 610), p.1. Nesta altura o porto da Horta, por questões sanitárias, estava sujeito a um “isolamento forçado e injustificável”.

²²⁷ “Desisolamento”, *O Telégrafo*, 1909, junho 28 (4 610), p.1.

²²⁸ “O Separatismo”, *O Telégrafo*, 1902, agosto 13 (2 603), p.1.

²²⁹ *A Voz*, ilha do Pico; *A Ilha Graciosa*, ilha da Graciosa; *A União*, ilha Terceira; *As Flores*, ilha das Flores.

1903, e as razões são sempre as mesmas em nada diferentes das que estiveram na origem da descentralização administrativa de 1895, consagrada no decreto de 2 de março²³⁰.

Em nossa opinião o que era evidente e que ganhava cada vez maior visibilidade, não era só a maneira, por vezes, insensata como Lisboa encarava os problemas locais, um antes que fora dos progressistas quando governaram. Depois dos regeneradores e que tornou a ser dos progressistas, para voltar “agora” a ser outra vez dos regeneradores²³¹, mas sim a triste realidade da política local, definida por interesses mesquinhos ou em serviços particulares, “neste ou naquele amanuense, nesta ou naquela vigararia”. E o termo de comparação estava quando se olhava para as outras duas capitais de distrito, cujos políticos haviam compreendido a sua missão: tratar das coisas da terra com vista a garantir o seu progresso.

5.2. A rejeição da ideia de “autonomia integral” no segundo movimento autonomista

Como vimos, a primeira campanha autonómica (1895-1913), *A livre administração dos Açores pelos Açorianos*²³², assim conhecida, em cujo programa, como chama atenção Carlos Cordeiro, se divisam três componentes fundamentais: a pragmática (em torno dos problemas que afetavam o quotidiano dos Açorianos e que seriam responsáveis por um “rosário” de queixas e de lamentos perante uma Pátria madrasta); a legitimativa (baseada num intuito nacional e patriótico longe de tendências separatistas ou

²³⁰ Sobre o movimento separatista e independentista (ou inclinação pelos Estados Unidos) no distrito da Horta, veja-se “Independência dos Açores”, *O Açoriano*, 1891, setembro 13 (35), p.1; “Movimento Separatista”, *O Faialense*, 1901, outubro 20 (103), p.1; *O Telégrafo*, 1902, agosto 13 (2 603), p.1; Manuel Greaves, “Ideia Separatista [Razões Antigas]”, *Ibid.*, 1902, maio 22 (2 541), p.2; “A Ideia Separatista”, *Ibid.*, 1902, abril 17 (2 514), p.1; “Ideia Separatista [I - Razões Antigas]”, *Ibid.*, 1902, maio 22 (2 541), pp.1-2; “A Ideia Separatista [II - Novos reparos]”, *Ibid.*, 1902, maio 24 (2 543), p.1; “A Ideia Separatista [III - Treplica]”, *Ibid.*, 1902, julho 11 (2 581), p.1; julho 12 (2 582); p.1; “A Ideia Separatista [IV - O cidadão Will]”, *Ibid.*, julho 18 (2 587), p.1; “A Ideia Separatista [V - Outros reparos]”, *Ibid.*, 1902, agosto 5 (2 602), p.1; *Ibid.*, “A Ideia Separatista [VI - Últimos retoques]”, *Ibid.*, 1902, setembro 6 (2 629), p.1; “Ainda o Separatismo [VII - Finais]”, *Ibid.*, 1902, setembro 12 (2 634), p.1; “A Ideia Separatista [VIII - Prolongamento do fim]”, *Ibid.*, 1902, outubro 22 (2 668), p.1; “A Ideia Separatista [IX - Prolongamento do fim]”, *Ibid.*, 1902, novembro 21 (2 693), p.1; “Ainda o Separatismo [X - Liquidação]”, *Ibid.*, dezembro 27 (2 721), p.1; Carlos Cordeiro, “Identidade e Autonomia: Do discurso contestatário à afirmação identitária dos Açores”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, Horta, Núcleo Cultural, 2006 (15), pp.237-249.

²³¹ “Movimento Separatista”, *O Faialense*, 1901, outubro 20 (103), p.1.

²³² Veja-se Arnaldo Ourique, “O Governo das Ilhas Portuguesas no Final do Século XX”, *Revista Arquipélago. História*, 2.^a Série, vol. VII, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2003, pp.197-226. Segundo este autor, a história política e administrativa dos Açores divide-se em três períodos. Apenas nos iremos referir aos dois primeiros: 1.^o - antiguidade da autonomia administrativa, do século XVI a 1895; 2.^o - adaptação da autonomia administrativa, de 1895 a 1976 (dividido, por sua vez, em cinco fases: primeira, 1895-1913: primeiro movimento autonomista, *A livre administração dos Açores pelos Açorianos*; segunda, 1913-1928: primeira república; terceira, fevereiro a julho de 1928: segundo movimento autonómico, quarta, 1928-1974: unitarismo do Estado Novo; quinta, 1974-1976: transição para a democracia); José Reis Leite [org., prefácio e notas], *A Autonomia [...]*, já cit.

independentistas); a teórica (baseada num regime descentralizador fundamentado na ideia de o Estado ao transferir para os distritos açorianos competências que antes reservava para si libertava-se da tendência centralizadora de querer controlar toda a vida do País)²³³.

A proclamação da República, em 1910, entusiasmou os defensores da autonomia cientes que a nova realidade política podia conduzir à libertação do centralismo do Terreiro do Paço e que as aspirações autonómicas eram possíveis independentemente do regime político. Todavia, não foi isso que aconteceu uma vez que os distritos de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo continuaram a regular-se pelo decreto de 2 de março de 1895 (cujo conteúdo se manteve na Lei de 7 de agosto de 1913) e o da Horta pela lei geral²³⁴. Por outro lado, a chegada de novos dirigentes à administração açoriana e o ambiente político nacional não favoreceram grandes mudanças, ou seja, a organização administrativa não se alterou.

No entanto, isso não foi inibidor para que localmente (São Miguel) não se voltasse a pensar no assunto, agora numa perspetiva “de autonomia completa, ampla, sem peias”²³⁵ no sentido de se associar “à tese consagrada da ‘livre administração dos Açores pelos Açores’ [...], a da ‘representação política dos Açores e pelos Açores’”²³⁶. Ou seja, esta autonomia completa implicaria para lá das competências iminentemente executivas “a assunção de poderes em matéria legislativa que dissessem respeito ao arquipélago”²³⁷, o que permite realçar que não se queria ficar pela simples descentralização administrativa.

Por isso, a defesa dos interesses distritais passava agora pela existência do contributo de uma imprensa livre e pela ideia de que no Parlamento os Açores deveriam ser representados “pelos Açores” para assim melhor defenderem os seus interesses e, ao mesmo tempo, poderem contrariar as prepotências e a ignorância evidenciadas sobre os assuntos do arquipélago tanto pelo Terreiro do Paço como por São Bento²³⁸.

Por outro lado, era desejo que as corporações distritais fossem concedidas a pessoas “da terra”, que naturalmente melhor conheciam as incidências locais. Em suma, os interesses dos Açores e dos açorianos acima de toda e qualquer obediência partidária e clientelar.

²³³ Cf. Carlos Cordeiro, “Nacionalismo e Cultura [...]”, in *op. cit.*, pp.94-97.

²³⁴ Cf. Susana Goulart Costa, *Açores*: [...], já cit., p.84.

²³⁵ Carlos Cordeiro, “Da Proclamação da [...]”, já cit., in Avelino de Freitas de Meneses [coord.], *Das Autonomias* [...], p.206.

²³⁶ Susana Serpa Silva: “A Autonomia Vista [...]”, já cit., in Avelino de Freitas de Meneses [coord.], *Das Autonomias* [...], p.229.

²³⁷ *Ibid.*

²³⁸ *Ibid.*

Assim, a partir de 1917, a questão autonómica voltaria a ganhar nova projeção, nova vivacidade. Por um lado, o estabelecimento de uma base naval americana em Ponta Delgada (1917) viria a reacender entusiasmos e estimular pretensas “inclinações americanizantes dos açorianos”²³⁹. Uma possível ligação política dos Açores aos EUA encontraria eco na imprensa portuguesa da cidade americana de New Bedford²⁴⁰; por outro, este segundo movimento autonómico seria marcado por um declarado movimento regionalista em torno das especificidades do arquipélago, em que se deram os primeiros passos em torno de uma literatura e de uma arte açorianas.

A partir de 1921 o movimento autonomista reacendeu-se quando, em São Miguel, os regionalistas conseguiram eleger dois representantes, um para o Senado (Francisco de Ataíde Machado de Faria e Maia) e outro para a Câmara dos Deputados (António Hintze Ribeiro). A 17 de outubro aquele senador concluiu o seu projeto de lei para a autonomia administrativa dos distritos açorianos, mas que não seria debatido, pelo simples razão do Senado ter sido dissolvido três dias depois. Em 1925, seria fundado o Partido Regionalista micaelense.

Todavia pela leitura do preâmbulo, verificamos que se reafirma que o projeto é a concretização de uma “velha aspiração do povo micaelense”, ao mesmo tempo que não se faz qualquer alusão ao distrito da Horta, quando se refere que tanto as ilhas de São Miguel como da Terceira tinham o direito à emancipação “pelos seus recursos económicos e pelo espírito culto dos seus homens”.

Se podemos admitir aquela exclusão face quer à maneira como a Horta havia encarado a primeira campanha autonómica e à reação do jornal *O Telégrafo* sob o lema *Autonomia dos Açores. Não Queremos!* ao ressurgimento do ideal autonómico, entendemos que veio acentuar a distinção entre consciência açoriana e insular que nem o espírito de confraternização iniciado a partir da última década do século XIX fora capaz de concorrer para reforçar essa unidade entendida como imperiosa e necessária.

Na Horta, a agitação da imprensa portuguesa dos EUA, em torno da ideia de que os açorianos estavam “loucamente encaminhados para uma administração ou protetorado estranho, desencadearia no mês de julho de 1919 nos periódicos *A Democracia* e *O*

²³⁹ Carlos Cordeiro, “Da Proclamação [...]”, já cit., in Avelino de Freitas de Meneses [coord.], *Das Autonomias* [...], p.207.

²⁴⁰ Cf. Álvaro Monjardino, “A Polémica sobre [...]”, já cit., in Luís Nuno Rodrigues [coord.], *Franklin Roosevelt* [...], pp.81-106 [89-99].

Telégrafo a publicação de uma série de artigos em que os seus redatores se opunham de forma frontal ao modelo autonómico.

Numa primeira análise aos dois jornais, constata-se que enquanto para *A Democracia* a autonomia podia ser boa para Ponta Delgada e para Angra do Heroísmo, para Horta não servia, devido, sobretudo, aos fracos rendimentos do distrito (mais não se adianta); *O Telégrafo*, por seu turno, evidencia uma posição que podemos considerar radical, visto que o jornal vinculava bem a sua posição através de um conjunto de artigos (publicados entre 9 de julho e 1 de agosto daquele ano) sob o lema supra referido, que podíamos acrescentar por ser lesiva dos interesses do distrito da Horta. Estes artigos embora não sendo assinados, não temos quaisquer dúvidas que seriam do mesmo autor.

Pela leitura dos artigos, verificamos que assentavam em três ordens de razões:

- económicas - a insuficiência financeira do distrito.

- “de dignidade” - a oposição à quebra de solidariedade insular, primeiro face ao distrito da Horta por se recusar o seu concurso em favor da autonomia dos Açores [“principiar por nos ouvir”, porque também éramos interessados face à pátria portuguesa”], uma vez que se reafirmava a ideia de que a autonomia integral tinha um íntima ligação com a campanha, que ainda não cessara, “da Independência dos Açores”²⁴¹. Por isso, entendia-se que “no mal não pode haver solidariedade legitimamente defensável”²⁴², ou seja, não se deixava de destacar que açorianos e jornais dos distritos de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo tinham levado a cabo uma campanha, desde 1917, com o objetivo de conseguirem a independência do arquipélago, sob o protetorado americano. Todavia, adiantava-se que isso não era da responsabilidade de todos os açorianos daqueles distritos, ao mesmo que tempo que se classificava esses propagandistas:

“[Como] criaturas de moralidade e intelectualidade mais do que duvidosa, nas quais a impressão do dólar se gravou de uma forma que não se desvanece... enquanto o câmbio não se normalizar.... Esses constituem um partido com ligações internacionais : são os *panamistas* açorianos, classificação que diz tudo, e que é absolutamente legítima, quer pelo paralelo histórico que é fácil de estabelecer [...]”²⁴³.

- político-ideológicas - a equiparação de “independentismo” a “autonomia integral”, entendidas como coisas semelhantes, pelo que tanto uma como outra eram de repudiar.

Ademais, concluímos que não se apresentavam argumentos fortes para desmontar por que a Horta e o distrito deveriam recusar qualquer movimento em favor da autonomia

²⁴¹ “Autonomia dos Açores – Não Queremos!”, *O Telégrafo*, 1919, julho 18 (7 541), pp.1-2.

²⁴² “Autonomia dos Açores – Não Queremos!”, *O Telégrafo*, 1919, julho 9 (7 534), p.1.

²⁴³ “Autonomia dos Açores – Não Queremos!”, *O Telégrafo*, 1919, julho 18 (7 541), p.1.

dos Açores, independentemente dos princípios em que ela se viesse a definir. Sobre este aspeto, adiantava-se que a recusa significava, por um lado, salvaguardar os interesses morais e materiais do distrito e, por outro, que tudo se deveria fazer para prejudicar uma ideia (autonomia Integral) muito suspeitosa e, consequentemente, inoportuna²⁴⁴.

Face ao exposto, e ao debruçarmo-nos exclusivamente sobre o jornal *O Telégrafo*, deduzimos que para este apenas uma coisa conviria ao distrito da Horta: um governo absolutamente independente dos outros distritos. Ou seja, o diário faialense, que sempre fora um dos arautos na defesa dos interesses locais contra as prepotências de Lisboa, que frequentemente reconhecia que em muito haviam lesado tanto os interesses dos Açores como os do distrito da Horta, vinha defender agora um grande contrassenso, um retrocesso, quando realçava, de forma perentória, que recusava e repudiava toda e qualquer subordinação que não fosse ao Poder Central, admitindo apenas que o único traço de união que podia existir entre o distrito da Horta e o “Governo, é, como até aqui, o respetivo Governo Civil”, para logo se reforçar a ideia de que se o distrito da Horta não era os Açores, “os Açores sem nós não o são”²⁴⁵. Se consideramos que esta situação era demonstrativa de que a unidade açoriana estava longe de ser conseguida, notamos que em 1921 o mesmo jornal que antes reconhecera o vínculo que ligava os faialenses à mãe pátria voltava às velhas críticas ao centralismo de Lisboa ao reforçar que aos faialenses na sua contínua “falazada” apenas lhes faltava uma coisa nas costas: “uma albarda”²⁴⁶.

Se assim era, partia-se daí para realçar o evidente desacordo em relação ao modelo de autonomia administrativa defendido pelos outros dois distritos, embora entendemos que falava abusivamente em nome dos faialenses e do distrito e que para este só convinha um governo absolutamente independente dos outros dois distritos²⁴⁷.

Finalmente, a 4 e 5 do mês de agosto, num artigo assinado pelo advogado Rosa Jr. (José Maria da Rosa Jr., filho de outro homónimo, já referido), o seu autor, na linha do que já referira *O Telégrafo*, lamentava também o facto do assunto da autonomia se ter debatido

²⁴⁴ Cf. “Autonomia dos Açores. Não Queremos!”, *O Telégrafo*, 1919, julho 9 (7 534), p.1. Sobre este assunto, veja-se Álvaro Monjardino, “A Polémica sobre o [...]”, já cit., in Luís Nuno Rodrigues [coord.], *Franklin Roosevelt e [...]*, pp.81-106; Susana Serpa Silva, “A Autonomia Vista [...]”, já cit., in Avelino de Freitas de Meneses [coord.], *Das Autonomias [...]*, pp.221-239; Carlos Cordeiro, “Da Proclamação [...]”, já cit., in Avelino de Freitas de Meneses [coord.], *Das Autonomias [...]*, pp.205-219.

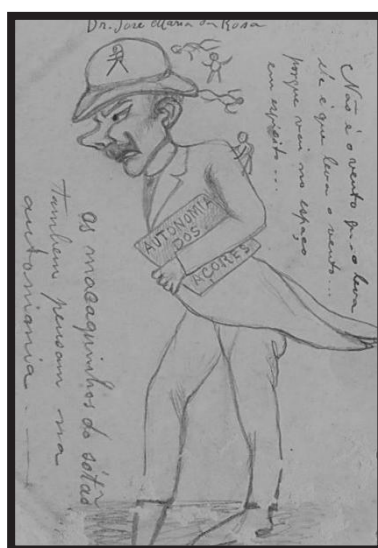
²⁴⁵ “Autonomia dos Açores. Não Queremos!”, *O Telégrafo*, 1919, julho 9 (7 534), p.1; julho 10 (7 535), pp.1-2; julho 11 (7 536), p.1; julho 15 (7 538), pp.1-2; julho 18 (7 541), pp.1-2; julho 19 (7 542), pp.1-2; “Autonomia dos Açores. Parêntesis”, *Ibid.*, 1919, julho 28 (7 549), pp.1-2.

²⁴⁶ Zé Povinho, “Gazetilha”, *O Telégrafo*, 1921, agosto 24 (8 035), p.1.

²⁴⁷ Sobre a vinda à Horta do farmacêutico angrense Frederico Lopes, em “propaganda da autonomia dos Açores, veja-se “Telegramas”, *O Telégrafo*, 1919, julho 26 (7 548), pp.1-2; Apêndice – Capítulo II, Documento n.º 2.

na Horta quando a imprensa terceirense e micaelense já havia tratado do assunto, censurando ambas por o terem feito à margem do que se pensava na Horta. Concluindo o seu raciocínio, Rosa considerava que um erro comum aos dois distritos fora o de terem olhado para a autonomia apenas do ponto de vista das suas dificuldades financeiras e buscarem apenas para o problema uma única solução: a política: "Não se explica de outro modo o absoluto mutismo que ambos conservaram, e ainda hoje mantêm, sobre o que seja essa decantada autonomia integral – quando, afinal, o que mais interessava era realmente saber-se isso"²⁴⁸.

Gravura 4: José Maria da Rosa Jr., caricatura de Helena da Graça Rodrigues



Fonte: Coleção do autor.

5.2.1. “É organizado o regionalismo n[os] distrito d[os] a Horta”²⁴⁹

Nos Açores, o espírito de confraternização açoriano vindo de finais do século XIX, vai ganhar particular incidência a partir da década de 1910, mas só na década seguinte é que este movimento regionalista ganha particular ressonância.

A este propósito, verifica-se que em 1912, João de Lacerda, na sequência da jornada de confraternização decorrente da ida de uma embaixada desportiva faialense a Ponta Delgada, deixa-nos um depoimento curioso como que antecipando o que devia ser o

²⁴⁸ Rosa Jr. “A Questão”, *O Telégrafo*, 1919, agosto 5 (7 556), p.1.

²⁴⁹ *O Telégrafo*, 1924, janeiro 21 (8 413), p.1. Sobre o regionalismo como ideologia, veja-se Carlos Cordeiro, *Nacionalismo, Regionalismo* [...], já cit., pp.213-222.

programa de ação em torno do regionalismo, da confraternização e da unidade açorianas (“unir o que a natureza havia separado”²⁵⁰).

O autor mostra que acreditava na confraternização açoriana mesmo sabendo que o combate a realizar era hercúleo. Por isso, entendia, que a aproximação dos açorianos constituía a melhor forma de combater a apatia, o isolamento, o atraso em que viviam os povos do arquipélago e obstar à diversidade regional (“algumas ilhas tratam-se entre si quase de nação para nação o mesmo sucede entre povoações da mesma ilha”²⁵¹). Como soluções adiantava a realização de congressos distritais ou concelhios a fim de preparar um congresso interinsular (por especialidades) que permitisse, depois das devidas discussões setoriais, encontrar a melhor orientação dos interesses açorianos para temas como finanças, instrução pública, serviços públicos, fomento agrícola. A concluir, depois de reconhecer que sendo importante a aproximação através do desporto, não se devia ficar por aí, isto é, considerava também como fundamental e adequado que se educassem as populações para que fossem capazes de tirar partido das riquezas com que a Natureza dotou o arquipélago.

Não é nossa intenção aprofundar o conceito de regionalismo quer na sua dimensão ideológica quer na sua evolução histórica. Num olhar reflexivo sobre o conceito constatamos que no seu sentido mais restrito ele está representado por tudo o que é peculiar a uma dada região em oposição a outras ou à totalidade nacional, fundamentando a originalidade geográfica e a história de uma sociedade.

Pretendemos, tão-só, referenciá-lo, enquanto movimento identitário, que alarga a sua intervenção a questões socioeconómicas e políticas, com evidentes críticas ao centralismo, com a intenção de atingir “a conquista da autonomia política, numa conceção do ordenamento político suportado no princípio da subsidiariedade”²⁵².

O movimento regionalista de aproximação interinsular só registou um “salto qualitativo a nível conceptual a partir de 1920”²⁵³. Altura em que se começou a reforçar a ideia de que a consecução dos interesses morais e materiais do arquipélago devia inevitavelmente passar pela criação de uma consciência açoriana: “Não é por nós que falamos, não é por nós que nos queixamos. Acima de nós estão os nossos filhos e muito

²⁵⁰ Carlos Enes, “A Autonomia dos [...]”, já cit., in Luís Nuno Rodrigues [coord.], *Franklin Roosevelt [...]*, p.46.

²⁵¹ João de Lacerda, “Confraternização Açoriana”, *A Democracia*, 1912, junho 16 (59), p.1.

²⁵² Carlos Cordeiro, “Da Proclamação da [...]”, já cit., in Avelino de Freitas de Meneses [coord.], *Das Autonomias [...]*, p.205.

²⁵³ Carlos, Enes, “A Autonomia dos [...]”, já cit., in Luís Nuno Rodrigues [coord.], *Franklin Roosevelt [...]*, p.43.

acima dos nossos filhos está a terra que nos foi berço. Terra querida. Terra abençoada dos nossos Avós”²⁵⁴.

Para lá da confraternização açoriana, na Horta o Regionalismo também se transformaria em partido político, em 1924, em torno da figura do Dr. Manuel Francisco Neves Jr.²⁵⁵. A propósito escrevia-se n’ *O Telégrafo*, que se viria a tornar no “órgão oficial” do regionalismo: “É organizado o Regionalismo na Horta”²⁵⁶.

Pela análise das suas principais figuras²⁵⁷, inferimos que o Partido Regionalista faialense era uma espécie de “grupo” híbrido na sua génese em atenção à proveniência (ou oportunismo) ideológica dos seus membros, assim descrito por António Batista: “estabeleceu-se na Horta o centro regionalista, precisamente com o mesmo chefe [soba] e os mesmos elementos que constituíam o grupo Republicano Liberal (“antigos unionistas de coleira e monárquicos de coração”) poucos meses antes organizado”²⁵⁸.

Deste modo, a estratégia utilizada foi a de associar em torno da “corrente de opinião, acentuadamente regionalista, que se formou no Horta” monárquicos, republicanos, católicos, comerciantes, industriais, agricultores, proprietários, artistas e operários, com um programa acentuadamente antirrepublicano, um vez que os Açores, pouco ou nada tinham a esperar dos partidos organizados da República e de uma nova moral sociológica, diversa da preconizada pelos galopins eleitorais²⁵⁹.

No ano seguinte, e certamente animado pela adesão e empolgação que o partido trouxera à vida política local (distrital), este apresentou-se a sufrágio tanto nas eleições para deputados de 8 de Novembro²⁶⁰, como nas eleições municipais (que viria a vencer²⁶¹) de 22 do mesmo mês.

Por isso, a sua organização era entendida como o melhor caminho para combater as inglórias lutas partidárias, para defender afincadamente os problemas de alto interesse da vida local e para integrar os faialenses no movimento regionalista açoriano, uma vez

²⁵⁴ Outro regionalista, “O Regionalismo ou A Boceta de Pandora, *O Telégrafo*, 1924, fevereiro 6 (8 420), p.1.

²⁵⁵ *O Telégrafo*, 1924, janeiro 7 (8 407), p.1.

²⁵⁶ “É organizado o regionalismo na Horta”, *O Telégrafo*, 1924, janeiro 21 (8 413), p.1.

²⁵⁷ Manuel Francisco Neves (ao tempo evolucionista, depois unionista e atualmente regionalista, como lembrava António Batista), José Osório Goulart (antigo capelão real), visconde de Leite Perry (velho governador civil e político regenerador), Joaquim Crisóstomo da Silveira (deputado pelo partido Nacional Republicano e senador na I República pelo distrito da Horta), Manuel Joaquim Dias (se não era republicano pelo menos era simpatizante da república) e João Augusto Laranjo (velho republicano).

²⁵⁸ António Batista, *A Verdade Vence*, já cit., p.21.

²⁵⁹ Joaquim Crisóstomo, “Política Regionalista”, *O Telégrafo*, 1924, setembro 29 (8 521), p.1.

²⁶⁰ “Ao Público”, *A Democracia*, 1925, novembro 7 (2 101), p.1.

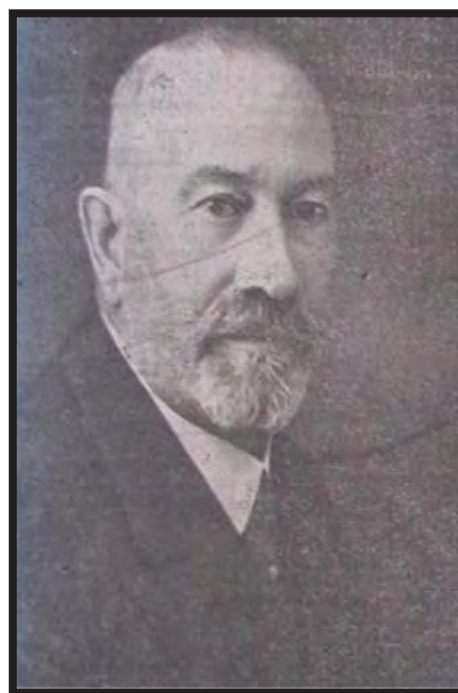
²⁶¹ “Ao Eleitorado da Horta”, *O Telégrafo*, 1925, novembro 16 (8 698), p.1.

que se os outros distritos já se haviam manifestado nesse sentido, o distrito da Horta não podia conservar-se indiferente a esse movimento

Gravura 5: Doutor Neves, caricatura de Helena da Graça Rodrigues



Gravura 6: Dr. Manuel Francisco Jr.



Fontes: Coleção do autor.

Por isso, Manuel Greaves não tinha qualquer dúvida ao escrever:

“As forças vivas de um País são as energias regionais. Todas elas juntas fazem o progresso de um País. [...]. A ação do progresso de um pequeno núcleo de força viva, nascida da competência e do trabalho, e estes desenvolvidos pela instrução e pela educação bem orientadas, e pela instrução profissional que prepara os bons artistas para a boa produção, vai conjugar-se com o dos outros núcleos e todos eles, atuando entre si com maior ou menor vigor, maior ou menor perfeição das forças, fatalmente irão criar uma Nação próspera e de brilhante futuro mundial”²⁶².

Se assim era, pela leitura da documentação compulsada, verificamos que na Horta, em 1924, o regionalismo era entendido como um “partido organizado” cuja principal finalidade passava pela defesa da localidade onde se estabeleceu. Por isso, como a própria palavra indica, visto como uma força política da região, com um programa definido. Por esse motivo, não devia ser dominado por qualquer partido organizado do País, porque os parlamentares regionalistas não poderão nem fazer política pessoal nem ter qualquer ideal político. Terão que ser apenas regionalistas. Desta situação, entendia-se,

²⁶² Manuel Greaves, “Pensamentos regionalistas”, *O Telégrafo*, 1924, fevereiro 1 (8 418), p.1. Veja-se “Ação regionalista, *Ibid.*, 1924, fevereiro 4 (8 419), p.1; X., “Orientações Políticas”, *Ibid.*, 1914, janeiro 9 (8 408), p.1.

decorria um perigo o de ser guerreado pelos partidos políticos organizados que “não o toleram, não o querem e procuram armar-se para o destruir onde aparece”²⁶³.

Daí não se ter quaisquer dúvidas que a política regionalista não seria só a melhor solução para os problemas do distrito como a melhor maneira de combater a falência dos partidos do Governo, a desorientação do eleitorado e as ideias loucas consubstanciadas em separatismo e outras invenções. Em suma, a melhor solução “popular e patriótica dentro das fórmulas representativas reconhecidas pela Constituição”²⁶⁴.

Por outro lado, havia quem (António Batista²⁶⁵) achava que, depois do primeiro pregão lançado aos quatro ventos da “Autonomia Integral”, seguido da “Autonomia Mais Ampla”, chegara a vez do Regionalismo, entendido como uma espécie de “decocação manhosa de dois tentames frustrados”, decorrentes dos erros acumulados dos governos da República, do desejo da independência dos Açores, “conforme plano esboçado na América do Norte” e do pretexto de umas festas de confraternização”. Por isso, António Batista, o irreverente “alma do diabo”²⁶⁶, como gostava de se apelidar, não tinha dúvidas que o Regionalismo, constituído por adesivos insatisfeitos, politiquinhos que mudam de partido com facilidade, pretendia apenas a troca de uns milhares de águias “a entrega dos Açores à América”²⁶⁷.

Mas esta não era a visão de Regionalismo que Batista professava. Mostra que acreditava no “Regionalismo puro”. E explicava que este era apenas “o culto tributado ao torrão natal” e, como tal, não precisava de marca política. Aqui Batista evidencia uma aproximação ao autor citado (Ilhéu) supra. Concluindo o seu raciocínio, considera que todos os açorianos eram regionalistas, na legítima aceção da palavra, porque se o regionalismo era o culto à terra de nascença e de vivenda, então “se [...] fins inconfessáveis, o não deturpam [...], trata unicamente de obter delas [instituições políticas], quaisquer que sejam, sem vilipêndio da mãe pátria, a maior soma de benefícios, os quais,

²⁶³ Ilhéu, “A propósito do Regionalismo”, *O Telégrafo*, 1924, fevereiro 11 (8 422), p.1.

²⁶⁴ “Partido Regionalista”, *O Telégrafo*, 1924, fevereiro 15 (8 424), p.1.

²⁶⁵ António Batista (Horta, 1865; Idem, 1927). Jornalista de combate. Temperamento de revoltado. Trabalhou por igual, com amor e arte o drama pungente e a comédia jocosa. As suas peças (*O Rapto das Sabinas*, 1900; *Fonte dos Namorados*, 1903; *De Calva à Mostra*, 1904; *O Mártir da Relva*, 1904, entre outras) representaram-se na Horta com invejável sucesso. Foi um amador dramático distinto, conhecedor de toda a técnica de bastidores. Como jornalista, “o de estilo mais lampejante que houve no Faial”, parafraseando Marcelino Lima, foi diretor e redator de um grande número de jornais e revistas. A sua obra de maior projeção foi o *Álbum Açoriano*, 1903. A sua morte interrompeu a obra regionalista *Faial, Jardim dos Açores*, que seria postumamente publicada.

²⁶⁶ António Batista, *A Verdade Vence*, já cit., p.194.

²⁶⁷ *Id.*, pp.20-22.

por sucessivas etapas, redundarão, afinal, no engrandecimento do País”²⁶⁸, corroborando o que já escrevera Greaves: “As forças vivas de um País são as energias regionais”²⁶⁹.

Durante os anos de 1926 e de 1927, é notório um “arrefecimento” da atividade dos regionalistas da Horta, voltando novamente a imprensa local, em particular o jornal *O Telégrafo*, a desempenhar um papel fundamental em torno dos interesses do distrito agora reforçados pelos constrangimentos e por um clima geral de pessimismo decorrentes dos sismos de 5 de abril e de 31 de agosto de 1926²⁷⁰. Além disso, com a instauração da Ditadura Militar, a partir de 28 de maio de 1926, a atividade política e intervenção pública dos partidos ficaram muito limitadas.

Em 1928, numa clara adesão ao movimento do 28 de maio de 1926, as comissões políticas do Partido Regionalista do distrito da Horta, numa reunião realizada a 20 de março, aprovaram dar todo o seu apoio para que fosse eleito presidente da República Portuguesa o “ilustre Chefe do mesmo Governo”, general António Óscar de Fragoso Carmona.

O Partido justificava a sua posição por entender que o Governo da República “já tinha satisfeito grande parte das aspirações dos povos das ilhas dos Açores e beneficiado este distrito”. Embora nada se adiante, mas entendemos que os regionalistas, no caso da ilha do Faial, se referiam aos subsídios atribuídos para a reconstrução da cidade e das freguesias destruídas pelos sismos referidos. Por isso, não se tinha qualquer receio em afirmar que comparecer ao ato eleitoral não era só um dever patriótico como uma homenagem de reconhecimento pelos benefícios recebidos, o que constituiria prestar um bom serviço ao distrito da Horta²⁷¹.

Por fim, após mais de quarenta anos, pelo Decreto-Lei n.º 37 501, de 31 de dezembro de 1940, que aprovava o *Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes*, o regime autonómico chegou finalmente ao distrito da Horta.

Em síntese, o movimento autonómico só teve, efetivamente, expressão na ilha de São Miguel e, em termos muito menos significativos, na ilha Terceira.

Na ilha do Faial nunca houve qualquer campanha de agitação e de propaganda, tanto de pessoas ou de grupos, sistematizada em torno dos problemas da ilha (distrito) através de

²⁶⁸ *Id.*, p.27.

²⁶⁹ Manuel Greaves, “Pensamentos regionalistas”, *O Telégrafo*, 1924, fevereiro 1 (8 418), p.1.

²⁷⁰ “Pessimismo? Porquê”, *A Democracia*, 1927 (2 271), p.1.

²⁷¹ As Comissões, “Nota Oficiosa do Partido Regionalista”, *A Democracia*, 1928, março 23 (2 432), p.1. A propósito destas eleições no distrito de Ponta Delgada, veja-se Carlos Cordeiro, *Nacionalismo, Regionalismo* [...], já cit., pp. 413-414. Segundo o autor, “a interpretação da generalidade da imprensa era a de que a participação de cerca de 80% do corpo eleitoral significava o ‘aplauso à obra patriótica e honesta da ditadura militar’, o ‘desejo de ordem e paz’, a ‘repulsa pela ação criminosa e nefanda dos políticos’”.

propostas de resolução dentro do tempo em estudo. Deste modo, o que verifica é a publicação de artigos na imprensa sobre o assunto e que, muitas vezes, evidenciam mais a posição dos redatores ou dos colaboradores dos diferentes jornais que, entendemos, de forma abusiva usam o “coletivo” para dizer regra geral “não queremos” ou então desancar tanto em personalidades²⁷² como em organizações político-partidárias.

Por outro lado, mesmo numa vivência conjuntural difícil resultante de uma situação institucional que não dava ou se dava respostas era sempre na sequência de um constante penar, os discursos (não inflamados) não se enraizaram ou não foram capazes de galvanizar a classe política local no sentido de se obter uma administração alternativa, capaz e eficiente, mas com homens capazes, não corrompidos. Mas caso não se conseguisse, então não se tinha qualquer dúvida em admitir antes o freio da metrópole.

Assim sendo, não admirou que os faialenses nunca fossem capazes de assumir a descentralização administrativa ou por, “no geral”, o faialense não ser político, nem entender de política, mas sim “jornaleiro, industrial, proprietário, capitalista, sintetizando: trabalhador, trabalhador honrado e sério”²⁷³. Ou então a autonomia (talvez melhor utopia) que se desejava, “incontestavelmente”, teria que ser completa, sem condições, para se fazer alguma coisa. Só assim é que se entendia que poderia ser um bem para o distrito²⁷⁴.

Quanto ao movimento regionalista, verificamos que na Horta as suas linhas programáticas assentavam num sentimento de esperança em torno do dever moral de aspiração face ao descrédito da República resultante dos contínuos embates das paixões políticas que a todos vitimava, da importância social dos intelectuais nas comissões de direção e de proselitismo do movimento e do progresso material da terra, entendida como uma realidade histórica, geográfica e cultural que se ama.

5.3. A “visita dos intelectuais”: entre a adesão e a crítica

Em 1922, deu-se na ilha do Faial um acontecimento desportivo notável, como mais à frente se retomará, uma “arrojada iniciativa para a época” da equipa do *Fayal Sport Club*²⁷⁵: a “apoteótica” visita da equipa de futebol do *Casa Pia Atlético Clube*, entendida

²⁷² “Soba”, “Dr. Micróbio”, “Espantalho” e “Avejão” eram os nomes com que António Batista “brindava”, nos seus constantes ataques, o Dr. Manuel Francisco Neves, com se pode ler na seguinte quadra: “Exulta, Faial, exulta, / terra formosa, sem par! / tens o famoso Avejão / por teu génio tutelar! //”, cf. “Manteiga, Manteiga, Manteiga!”, *Ibid*, 1919, maio 4 (5), p.2.

²⁷³ “A nossa autonomia”, *O Telégrafo*, 1902, abril 12 (2 510), p.1.

²⁷⁴ *Ibid*.

²⁷⁵ Cf. Fernando Faria Ribeiro, *Em Dias Passados [...]*, já cit., p.147.

pelo jornal *O Telégrafo* não como uma “brincadeira de rapazes”, mas um acontecimento com “fins úteis e altamente cívicos”²⁷⁶.

Além do programa desportivo – a realização de três jogos – e do vasto programa social – receções, copos-d’água, homenagens –, verificamos que aos desportistas casapianos e acompanhantes seriam oferecidos vários passeios tanto à ilha do Faial como à do Pico, o que nos permite afirmar que os organizadores tinham a intenção de fazer a propaganda das belezas das duas ilhas irmãs e reforçar a hospitalidade, a generosidade e a cordialidade dos faialenses. Esta arte de bem receber, sorrindo, seria assim sintetizada pelo capitão da equipa continental, Cândido de Oliveira, num depoimento dado a *O Telégrafo*: “A simpatia das damas faialenses”²⁷⁷.

A imprensa lisboeta também daria destaque a este intercâmbio desportivo entre as ilhas e o Continente, não só descrevendo o acontecimento desportivo, mas também reproduzindo fotografias geralmente acompanhadas “das mais amáveis e gentis referências ao grupo do FSC e aos aspetos encantadores desta linda terra”²⁷⁸.

Por isso, sem qualquer reserva escrevia-se no jornal *O Telégrafo* sobre o êxito deste esforço da “simpática mocidade desportiva” faialense: “O melhor e mais eloquente reclame para o Faial”²⁷⁹.

Por isso, perguntamos que imagens tinham os portugueses do Continente dos portugueses das Ilhas?

Numa época em que a instabilidade política era nota dominante da vida nacional e em que nos Açores se estava em plena segunda campanha autonómica, verificamos que em 1924, na sequência de um convite do diretor do jornal *Correio dos Açores*, Dr. José Bruno Carreiro, visitaria os Açores um grupo de intelectuais que, à época, se distinguiam no panorama científico, artístico, literário, económico e jornalístico (*Missão Intelectual*²⁸⁰), num intuito de propaganda para o exterior da realidade insular, com o objetivo de que a sua

²⁷⁶ ***, “O Jornal”, *O Telégrafo*, 1922, junho 16 (8 163), p.1.

²⁷⁷ “Casa Pia Atlético Clube”, *O Telégrafo*, 1922, julho 3 (8 170), p.1.

²⁷⁸ “O Casa Pia na Horta [Transcrição de artigo da autoria de Cândido de Oliveira publicado na revista *Futebol*, de 15 de julho]”, *O Telégrafo*, 1922, julho 26 (8 180), p.1.

²⁷⁹ *Ibid.*

²⁸⁰ Antero de Figueiredo (escritor); José Leite de Vasconcelos (etnólogo, filólogo); Teixeira Lopes (escultor); Luís de Magalhães (escritor e poeta, o último amigo de Antero de Quental); Henrique Trindade Coelho (jornalista do jornal *A Pátria*); Joaquim Manso (diretor do *Diário de Lisboa*); Armindo Monteiro (professor de Direito, especialista em questões económicas); D. Luís de Castro, Conde de Nova Goa (professor do Instituto Superior de Agronomia); D. Manuel Ribeiro de Bragança (agrónomo-zootécnico). Da lista de convidados faziam ainda parte outros nomes que, por razões diversas, não se deslocaram: Augusto de Castro, Manuel da Silva Gaio, Eugénio de Castro, Afonso Lopes Vieira, Rui Ulrich e Carlos Reis, cf. “A Propaganda dos Açores”, *O Telégrafo*, 1924, março 28 (8 442), p.1.

presença contribuisse para projetar a realidade açoriana através de “um olhar mais curioso e atento sobre as ilhas”²⁸¹.

Aquela ideia tinha a ver com a necessidade dos autonomistas e regionalistas açorianos saberem até que ponto eram vistas e acolhidas nos círculos políticos e “rabiscadores” (jornalistas) da capital as intenções descentralizadoras açorianas²⁸².

Então o que pretendia Bruno Carreiro com a sua iniciativa?

A missão devia constituir um motivo de propaganda dos Açores, enquanto a visita pelas diferentes ilhas constituiria o meio para se ver localmente o quanto estavam “tão injustamente ignoradas e esquecidas”, o que eram, o que valiam e o que seria ainda indispensável fazer-se “para que atinjam a situação que lhes compete pela sua riqueza e pelas fontes de prosperidade com que a Natureza as dotou”²⁸³.

Em suma, era desejo de proporcionar aos “intelectuais” uma visita que lhes permitisse o conhecimento de uma realidade geográfica e histórica tão desconhecida dos portugueses continentais, o que naturalmente se refletia na maneira como os Governos tratavam os Açores (esquecimento e ignorância), para que, depois, no plano nacional, favorecessem a compreensão da realidade insular nos seus diferentes aspetos. A presença de um grande número de jornalistas continentais na comitiva era bem demonstrativo do pretendido “objetivo de divulgação e propaganda”²⁸⁴.

Os “ilustres continentais” visitaram as ilhas durante os meses de maio e junho de 1924. Após a chegada à ilha de São Miguel²⁸⁵, no dia 27 do primeiro daqueles meses, rumaram em direção às ilhas do oeste, a 13 de junho, tendo chegado à capital do distrito ocidental – a Horta –, dois dias depois (domingo), a bordo do vapor *San Miguel*, onde permaneceram até ao dia seguinte.

²⁸¹ Carlos Enes, “A Autonomia nos Açores [...]”, já cit., in Luís Nuno Rodrigues [coord.], *Franklin Roosevelt* [...], p.47.

²⁸² Cf. Carlos Cordeiro, *Nacionalismo, Regionalismo* [...], já cit., pp.371.

²⁸³ Para um enquadramento da Missão Intelectual no segundo movimento autonómico, veja-se Carlos Cordeiro, *op. cit.*; Id., *A visita dos Intelectuais aos Açores em 1924* (inédito).

²⁸⁴ Urbano Bettencourt, “Talvez uma das imagens mais realistas que António Baptista – jornalismo e tiro ao alvo”. Texto que o autor nos facultou e que havia apresentado a 17 de dezembro de 2010, no Colóquio *A República e as Ilhas: História e Memória*, realizado na Universidade dos Açores. Do mesmo autor, veja-se “António Batista - Jornalista, escritor”, in António Batista, *A Verdade Vence*, já cit., pp.5-16. Quanto aos jornalistas que acompanharam a “seleta galeria de celebridades da inteligência e do pensamento lusitano”: Armando Boaventura (*A Época*), Oldemiro César (*Diário de Notícias*), Raposo de Oliveira (*O Século*), poeta micalense e o próprio José Bruno (*Correio dos Açores*), cf. “A chegada dos Continentais”, *O Telégrafo*, 1924, junho 16 (8 476), p.2. Raposo de Oliveira, a convite de António Batista, viria a coordenar o *Album Açoriano* (1903) comemorativo da visita régia aos Açores (1901).

²⁸⁵ *O Telégrafo*, 1924, junho 2 (8470), p.1.

A “missão intelectual”, ou como ironicamente lhes chamou António Batista, os “pobres *missionários* de um ideal caduco!”²⁸⁶, seria recebida na Horta por uma comissão, entretanto organizada (17 membros) entre a gente da elite faialense, que dominava e se destacava na vida política, económica, social e cultural local²⁸⁷, todas “honradíssimas, lá da banda: uma comissão de intelectuais, à altura”²⁸⁸.

No salão de bordo do *San Miguel* procedeu-se às apresentações, tendo o Dr. Neves, na sua condição de presidente da comissão, “cercado do seu estado-maior”²⁸⁹, saudado os continentais num “elegante e singelo improviso”²⁹⁰. Estes, através do Dr. Luís Magalhães e de Trindade Coelho, agradeceram com “sentidas palavras”²⁹¹.

Depois do desembarque, realizar-se-ia, pelas 21 horas, no *Teatro Faialense* um sarau literário, organizado pelo seu proprietário. Na segunda-feira, os visitantes percorreram a ilha do Faial, tendo assistido a “uma folga na freguesia de Castelo Branco”²⁹². À passagem pelas diferentes freguesias seriam ovacionados pelas populações, ao mesmo tempo que tanto os populares como as crianças das escolas lhes lançavam “uma profusão de flores”. A estadia terminaria com um chá, na residência do comendador Eduardo Bulcão, seguindo depois “os ilustres visitantes” para as ilhas do Corvo e das Flores²⁹³. E por aqui se ficou a visita de estudo e de propaganda ao Faial. Todos os relatos assim o indicam.

Enquanto os jornais *O Telégrafo* e *A Democracia* demonstram uma “adesão” à vinda dos continentais, é notório por parte d’ *O Faialense*, mais particularmente, do seu redator, António Batista, por vezes sob o pseudónimo D’Altamira, um constante glosar com a visita, embora pela leitura da notícia do sarau literário realizado no *Teatro Faialense*

²⁸⁶ António Batista, *A Verdade Vence*, já cit., p.53.

²⁸⁷ Major Álvaro Soares de Melo (governador civil), visconde de Leite Perry, José Osório Goulart, Manuel Joaquim Dias, Dr. José Maria da Rosa Jr., Manuel Greaves, Marcelino Lima, Humberto da Cunha Correia, Dr. Heitor Dias Cabral, Florêncio José Terra, Pedro Maria Lecoq, Manuel Francisco S. Goulart, Eduardo Bulcão, Barão de Roches, Fernando da Costa, Jaime Ferreira da Gama e Dr. Manuel Francisco Neves Júnior.

²⁸⁸ *Id.*, pp.35-36.

²⁸⁹ António Batista, *op. cit.*, já cit., p.71.

²⁹⁰ Ap. Osório Goulart, *Horas Solenes*, Porto, Cruz, Sousa & Barbosa, 1926, p.145.

²⁹¹ “A chegada dos Continentais”, *O Telégrafo*, 1924, junho 16 (8 476), p.2.

²⁹² Manuel Joaquim Dias, “Uma Folga em Castelo Branco”, *A Democracia*, 1924, junho 17 (1 883), p.1.

²⁹³ Veja-se “A chegada dos Continentais”, *A Democracia*, 1924, junho 17 (1 883), p.1; *A Democracia*, 1924, junho 20 (1 884), p.1; “A Visita dos Continentais. Os Discursos [A Bordo]”, *Ibid.*, 1924, junho 21 (1 885), p.1; junho 26 (1 887), p.1. No seu discurso de receção, o Dr. Manuel Francisco Neves Jr. afirmou: “A Bem dos Açores”, *ibid.*, 1924, junho 16 (8 476), p.1: “Depois de chegarem ao Continente não só farão a propaganda dos Açores, que não são mais do que o prolongamento de Portugal, como advogarão a nossa causa e farão com que a justiça nos seja feita e que os poderes do estado nos dispensem a proteção que merecemos a bem do nosso desenvolvimento e progresso e que não nos façam cumprir leis, que tendo oportunidade e aplicação no Continente, a maior parte das vezes são inadaptáveis, prejudiciais e mesmo vexatórias para os Açores”.

verificamos que Batista fizera parte do grupo de recitadores, em que era um dos mais destacados faialenses no género²⁹⁴.

Mas o que mais transparece desta visita é a maneira como Batista abordaria a missão, através de um conjunto de textos publicados n' *O Faialense*, e que depois seriam reunidos em livro sob o título *A Verdade Vence* (1924).

Como encarar a posição de Batista? Arrasar o núcleo regionalista da Horta? Atacar o “mentor” do convite aos continentais, Bruno Carreiro? Ou, simplesmente, alinhava com as posições dos “democráticos” do Partido Republicano Português, que no seu órgão local, *O Faialense*, consideravam, na generalidade, a “visita” como uma jornada de propaganda monárquica?

Pela leitura dos seus artigos, concluímos que tinha intenção em pôr a nu aquilo que, em seu entender, eram “as contradições e os propósitos recônditos e menos claros do autonomismo e dos seus paladinos”²⁹⁵. Assim, as ferroadas dirigiram-se ao jornal *O Telégrafo*, órgão do movimento regionalista faialense, ao Dr. Neves, presidente da comissão e chefe do Partido Regionalista local, e ao Dr. Bruno Carreiro, o “ambicioso”²⁹⁶ mentor da ideia da visita. Por isso, laconicamente se lamentava que havia pessoas que nunca tinham conhecido uma bebida chamada chá, “que embora não abunde nos Cedros [freguesia de que o Dr. Neves era natural] e em Portalegre [cidade onde Pedro Lecoq, o então presidente da comissão Executiva da Câmara da Horta, fora batizado²⁹⁷], é largamente cultivado em São Miguel” [Bruno Carreiro]²⁹⁸.

Entendemos que qualquer ataque à comissão e ao programa seria, primeiro, uma forma sempre de atingir o Dr. Manuel Francisco Neves, a quem Batista apelida de “Soba”, assim descrito: “Um soba? Sim, um soba! Porque, infelizmente, se a Monarquia tolerava a praga dos caciques, a República submete-se à calamidade dos sobas. O soba é a degenerescência do cacique”²⁹⁹. Depois, Bruno Carreiro. Todavia admitia, por um lado, que a sua intenção seria merecedora de incondicionais louvores e, por outro, não se

²⁹⁴ No *Teatro Faialense*, veja-se *A Democracia*, 1924, junho 28 (1 888), p.1; julho 1 (1 889), p.1; *O Telégrafo*, 1924, junho 18 (8 477), p.1; junho 20 (8 478), p.1; “A visita dos Continentais”, *O Faialense*, 1924, junho 22 (16), p.2.

²⁹⁵ Cf. Urbano Bettencourt, “António Batista [...]”, já cit., in António Batista, *A Verdade Vence*, p.9.

²⁹⁶ D’Altamira, “A verdade vence. I Através de um sonho”, *O Faialense*, 1924, agosto 31 (26), pp.1-2.

²⁹⁷ Cf. “Lecoq”, in Jorge Forjaz & António Ornelas Mendes, *Genealogias das Quatro [...]*, já cit., vol. 2.º, p.1359.

²⁹⁸ “Cada qual dá o que tem”, *O Faialense*, 1924, junho 15 (15), p.3. Sobre “um escândalo em perspectiva”, devido à instalação elétrica na casa do Dr. Neves na rua do Conselheiro Medeiros, a pretexto de que iria servir para alojamento “dos ilustres continentais, veja-se “Burgo Podre. A Câmara e a luz elétrica. Escândalo em perspectiva?”, *Ibid.*, 1924, julho 13 (19), p.2; “Entrevistando...”, *Ibid.*, 1924, julho 6 (18), p.2.

²⁹⁹ António Batista, *A Verdade Vence*, já cit., p.21.

conformava com a componente política da “Missão” devido à “exclusão sistemática de elementos republicanos”, o que viria a “contaminar” as “autoridades administrativas”, as comissões “hospedeiras” e a “seleção de hóspedes”³⁰⁰.

Pela análise de obras decorrentes da viagem aos Açores, verificamos que os visitantes cumpriram com a intenção de divulgarem, a nível nacional, os Açores, as suas belezas naturais, o esquecimento a que estavam votados pelo poder do Terreiro do Paço, o patriotismo das suas gentes e a “capacidade administrativa das suas elites”³⁰¹.

Deste modo, o jornalista Oldemiro César, em *Terras de Maravilha*, ao despedir-se da “terra sagrada dos Açores”, não deixaria de escrever a propósito:

“De joelhos, sim! E com gratidão eterna, a minha oração de todos os dias será por vós, açorianos, para que nunca a lepra ruim do Continente vos contamine, para que sempre vos conserve Deus assim como sois, limpos de toda mácula, impondo-vos a toda a nossa linda terra como os mais dignos, direi mesmo os únicos dignos de a habitem”³⁰².

Por seu turno, no prefácio do dito livro, Henrique Trindade Coelho, escreveria que uma “rapaziada” tomara conta da “coisa pública” geograficamente limitada a dez quarteirões situados entre o Rossio e o Terreiro do Paço, mas abstraída do resto: “Ora o resto é o País [...] que não conta, não marca, não fala, não intervém”³⁰³. A partir desta observação, Coelho não tinha dúvidas em afirmar que aquela abstração era “o ponto de origem do movimento de autonomia do Arquipélago açoriano”, que, apesar da sua “tão veemente [...] paixão avassaladora pela Pátria”³⁰⁴, era vítima do abandono, do centralismo e da desatenção da República. Por isso, se os Açores eram o exemplo de “resistência ao delírio”, à ignorância e ao desleixo de um poder central, a viagem (serviço) proporcionada pelo amigo comum – Bruno Carreiro – havia-lhe proporcionado “o serviço” de encontrar nos Açores “a emoção religiosa e a comoção patriótica”³⁰⁵, o Portugal do passado (“portugueses da velha raça”, como escrevera César³⁰⁶).

Em suma, o texto de Batista, tal como os que se podem ler nos jornais *A Democracia* e *O Telégrafo*, afinam todos pelo mesmo diapasão. Nem sempre são relatos desafetados e imparciais sobre a visita dos continentais. Por isso, o que se deve procurar é analisar até que ponto “uma leitura política dos acontecimentos e uma visão (crítica)

³⁰⁰ *Id.*, p.26.

³⁰¹ Carlos Cordeiro, *Nacionalismo, Regionalismo* [...], já cit., p.384.

³⁰² Oldemiro César, *Terras de* [...], já cit., p. 141.

³⁰³ Henrique Trindade Coelho, “Prefácio da Primeira Edição”, in Oldemiro César, *op. cit.*, pp.17-18.

³⁰⁴ *Id.*, p.21.

³⁰⁵ *Id.*, p.20.

³⁰⁶ Oldemiro César, *op. cit.*, p. 141.

condiciona a escrita”, o respetivo relato, porque, às vezes, e disso não temos dúvidas neste caso, por “detrás de um bom texto existe uma boa taça de veneno”³⁰⁷.

Mas ninguém pode negar que uma das intenções do autor era desacreditar o movimento autonomista e regionalista, acusando-o de só se entender com os monárquicos e de prometer muito, visto que os seus intuitos separatistas podiam levar que a troco de “uns milhares de águias”³⁰⁸ os Açores fossem entregues à América. Mas não consegue justificar, melhor dizendo sustentar esta afirmação.

6. Ecos da vida política nacional na cidade faialense

Na Horta, não obstante a distância face ao Reino, os acontecimentos da vida nacional, primeiro de forma demorada e tardia, depois quase na hora graças ao cabo telegráfico submarino, iam chegando como factos consumados (ultimato, tentativa fracassada da implantação da república em 31 de janeiro de 1891, na cidade do Porto³⁰⁹, Regicídio), não suscitando grandes comoções, nem lamento pelo fim da Monarquia nem num declarado apoio à República.

Todavia, dois acontecimentos marcaram os fastos da história faialense: a visita pela terceira vez à ilha do Faial de membros da família Real (os reis D. Carlos e D. Amélia), em 1901, depois do regente do reino D. Pedro IV, em 1832 e do infante D. Luís, em 1858; e a eleição de Manuel de Arriaga, a 24 de agosto de 1911, para Presidente da República Portuguesa.

6.1. O Ultimato e a eclosão do fervor nacionalista: manifestações locais

“Despenhou-se no abismo do tempo o ano de 1890, que a dizer verdade, não foi dos melhores, nem dos piores que temos tido. A política não teve descanso; logo em janeiro rebentaram as hostilidades inglesas; o ministério sucumbiu, subiu um outro regenerador com pretensões a resistir aos ingleses, viveu apenas oito meses, de vida enfezada e atribulada, por fim deu-se o facto original de estar o País sem haver quem o quisesse governar e nessa longa crise escaparam os ingleses ao Sr. Ferrão, e agora parecem querer vir às boas o que prova a necessidade que todos temos em nos fazermos fortes, ainda que sejamos muito fracos. Os republicanos brilharam em tudo isso, aproveitando o ensejo de se fazerem lembrados, pois que andavam realmente esquecidos. Grandes foram as manifestações patrióticas que inquietaram deveras os monárquicos. Inaugurou-se uma subscrição nacional para com o seu produto se fazer a compra de vasos de guerra e armas que seriam empregadas na defesa do País e das colónias, mas todo esse aparato bélico durou pouco. O entusiasmo quando é grande, depressa arrefece. Hoje se não falta tal subscrição nem se sabe que caminho tomará...”³¹⁰.

³⁰⁷ Urbano Bettencourt, “Talvez uma das imagens [...]”, já cit. Apêndice – Capítulo II, Documento n.º 3.

³⁰⁸ António Batista, *A Verdade Vence*, já cit., p.22.

³⁰⁹ Veja-se “Revolta Militar e Republicana no Porto”, *O Açoriano*, 1891, fevereiro 15 (5), pp.1-2; Maria Eugénia Mata, “A Atividade revolucionária no Portugal contemporâneo – uma perspetiva de longa duração”, *Análise Social*, vol. XXVI, 1991 (112-113), pp.755-769.

³¹⁰ X.[Florêncio Terra], “Breve Revista do Ano de 1890”, *O Açoriano*, 1891, janeiro 11 (48), p.1.

“O ano de 1890 foi terrível”, assim escreve Maria Filomena Mónica no seu livro *A Queda da Monarquia. Portugal na Viragem do Século*³¹¹. Terrível não só porque coincide com o agravamento da crise económica, mas pelo facto de o novo rei, D. Carlos, mal chegado ao poder (aclamado oficialmente a 28 de dezembro de 1889), se ver confrontado com o Ultimato inglês³¹² (11 de janeiro de 1890).

Este acontecimento viria desencadear uma crise política e um intenso movimento antibritânico e antimonárquico, porque se exigia que Portugal não só desistisse do projeto de tornar efetivo o célebre mapa-cor-de-rosa (abandonar a sua reivindicação de soberania sobre os territórios que ligavam Angola a Moçambique³¹³), como deveria dar cumprimento à exigência apresentada pelo governo de Lord Salisbury, através do seu representante em Lisboa, George Petre. Caso a resposta esperada por este não fosse satisfatória, levá-lo-ia a deixar a capital portuguesa com toda a sua legação, enquanto na cidade galega de Vigo, o navio *SM Enchetrass* aguardava ordens.

Perante este desígnio inglês, acompanhado da ameaça de corte de relações diplomáticas entre ambos os países, o desacreditado governo progressista de José Luciano de Castro não fez mais do que aceitar as exigências inglesas³¹⁴, podendo mesmo ler-se na imprensa internacional citada pel’ *O Açoriano* que “um conflito naval entre a Inglaterra e Portugal indignaria toda a gente”³¹⁵.

Na cidade da Horta, o Ultimato não provocou o clamor nacionalista e republicano que se verificou no Continente, sendo os acontecimentos acompanhados inicialmente através da imprensa. Numa segunda fase, os faialenses, embora não levando a efeito qualquer manifestação pública de retaliação contra o “brutal” (e outros adjetivos que a imprensa utilizava) procedimento da Inglaterra, aderiram à subscrição nacional para a aquisição de navios de guerra. Realizaram, apenas na noite de 29 de janeiro, “uma ‘marche aux flambeaux’, acompanhada pela filarmónica *Artista Faialense*, que percorreu algumas

³¹¹ Maria Filomena Mónica, *A Queda da Monarquia. Portugal na Viragem do Século*, 3.^a ed., Lisboa D. Quixote, 2010, p.19.

³¹² Cf. Damião Peres [dir.], *História de Portugal*, vol. VII, Lisboa, 1935, p.417.

³¹³ Cf. Francisco Bethencourt & Kirti Chaudhuri, *História da Expansão Portuguesa*, vol.4, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, p.502

³¹⁴ Cf. Rui Ramos [coord.], *História de Portugal*, já cit., pp.550-554. Sobre a situação política nacional, veja-se “Situação Política”, *O Açoriano*, 1890, fevereiro 2 (47), p.1; Diário de Notícias, *Primeira Página*, (1864-1984), Lisboa, Editorial Notícias, 1984, p.26. Na sequência da queda do Governo, por arrastamento, também seria exonerado o governador civil do distrito da Horta, Dr. Manuel Francisco de Medeiros, líder local dos progressistas, que seria substituído pelo regenerador Dr. Manuel de Arriaga Nunes, que tomou posse do cargo a 29 de janeiro, cf. “Correio da Semana”, *O Açoriano*, 1890, fevereiro 2 (47), p.3.

³¹⁵ “Ingleses e Portugueses”, *O Açoriano*, 1890, janeiro 19 (45), p.1.

ruas da cidade, parando em frente de algumas casas, tendo os participantes soltado “repetidas vivas a Portugal, a Serpa Pinto, ao partido regenerador, etc.”³¹⁶. Manifestaram ainda a sua indignação através da atribuição do nome de Serpa Pinto a uma rua da cidade da Horta (rua do Mercado, como mais à frente se referirá) e viriam a repudiar, na imprensa, o tratado [de Londres] entre Portugal e a Inglaterra, de 20 de agosto do mesmo ano.

6.1.1. A Horta adere à subscrição nacional

O Açoriano, citando a imprensa lisboeta de 15 de janeiro, começava a fazer eco, a partir da sua edição de 2 de fevereiro³¹⁷, da subscrição Nacional, considerando que era um assunto “altamente patriótico”, cuja finalidade seria “colocar o nosso País em estado de se defender das invasões da pirataria dos ingleses”³¹⁸.

No entanto, importa salientar embora tendo chegado à Horta “frouxos ecos” do patriotismo que eclodira em Lisboa e nas províncias, não se deixava de afirmar que a subscrição na ilha do Faial tinha todas as condições para avançar porque assentava num “santo e nobilíssimo sentimento”³¹⁹. Esta adesão à subscrição nacional para angariar fundos para reequipar a armada nacional, este protesto contra a Inglaterra transformou-se, na cidade da Horta, numa autêntica onda de “Pro Pátria”³²⁰. Assim, a 2 de fevereiro, um grupo de alunos do Liceu, assumindo-se como Comissão da Subscrição Nacional da Horta, levou a efeito um bando precatório nesse sentido³²¹.

Todos os relatos conhecidos a este propósito indicam que a sua iniciativa e empenho haviam encontrado por parte da opinião pública alguma relutância e até mesmo indiferença, o que que significara que a Comissão não encontrara o apoio esperado. Desses relatos transparece ainda que para erguer o espírito em torno do assunto, um grupo de cavalheiros³²², de todas “as parcialidades políticas”³²³, decidiu reunir-se no edifício dos Paços do Concelho da Horta, no dia 4 de fevereiro, com a finalidade de auxiliar a iniciativa patriótica da “comissão dos rapazes”, promotora daquela subscrição.

³¹⁶ “Noticiário da Semana”, *O Açoriano*, 1890, fevereiro 2 (47), p.3.

³¹⁷ “Subscrição Nacional”, *O Açoriano*, 1890, fevereiro 2 (47), pp.1-2.

³¹⁸ *Ibid.*

³¹⁹ *Ibid.*

³²⁰ “Pro Pátria”, *O Açoriano*, 1890, fevereiro 9 (48), pp.1-2.

³²¹ A comissão era constituída por António Alves de Oliveira Jr., Marcelino de Almeida Lima, Rodrigo Alves Guerra Júnior, Manuel Augusto Emílio, Carlos Mesquita, Joaquim Rocha Bettencourt e José de Lacerda Azevedo, cf. “Subscrição nacional”, *O Açoriano*, 1890, fevereiro 2 (47), p.1.

³²² “Pro Pátria”, *O Açoriano*, 1890, fevereiro 9 (48), p.1.

³²³ *Ibid.*

Da leitura da imprensa, verificamos que, por unanimidade, os presentes, reforçando o seu intuito exclusivamente patriótico, decidiram auxiliar a generosa iniciativa da “comissão dos rapazes”, criando para o efeito uma Comissão Auxiliadora com o simples objetivo de apoiar aquela comissão, constituída por 38 personalidades, gesto considerado relevante por permitir acordar no espírito público as grandes ideias cívicas, os deveres dos cidadãos para com o seu País, enfim tirar das “presentes circunstâncias históricas o máximo de ensinamento e lição”³²⁴.

No jornal *O Açoriano*, a Comissão, na sequência da reunião, publicaria um manifesto aos habitantes do distrito da Horta, em que se pode ler a determinado passo:

“Compatriotas! Concorramos todos para a subscrição aberta para a compra de armamentos! Concorramos com o dinheiro com que pudermos e fazendo a propaganda santa da defesa dos nossos lares e da nossa dignidade! Compatriotas! Cortemos, quanto possível, as nossas relações comerciais com um povo que nos espolia e nos explora há séculos! [...]. Não mais alianças fementidas”³²⁵.

Para igual fim, um grupo de senhoras, “compenetradas dos seus deveres cívicos e patrióticos”, reunidas a 6 de fevereiro, também se organizou em Comissão³²⁶ com o objetivo de levar a efeito uma subscrição, entre as “senhoras do distrito da Horta”, e a realização de um grande Bazar³²⁷, cujo produto final seria entregue ao Governo por via da “comissão da classe académica”³²⁸.

Em suma, todo este dinamismo em torno da angariação de fundos, seria motivo para se justificar na imprensa não só a importância da subscrição como chamar a atenção dos compatriotas de Horta para que soubessem acompanhar “o movimento patriótico da nação” contra a Inglaterra, demonstrando, mesmo “sem canhões”, que não se “extinguiu em nós o sentimento da nossa gloriosa nacionalidade, nem o patriotismo”³²⁹.

Na imprensa seriam publicados tanto os nomes dos subscritores, encabeçados pelo então governador civil Manuel de Arriaga Nunes, bem como o valor da respetiva quota³³⁰.

³²⁴ *Ibid.*

³²⁵ “Aos habitantes do distrito da Horta”, *O Açoriano*, 1890, fevereiro 9 (48), p.2.

³²⁶ *O Açoriano*, 1890, fevereiro 9 (48), p.2.

³²⁷ Veja-se “Relação das Exmas. Sras. que têm enviado prémios para o bazar em favor da subscrição nacional”, *O Açoriano*, 1890, março 16 (5), p.2; março 30 (7), p.2; abril 20 (10), pp.2-3; abril 27 (11), p.2; maio 4 (12), p.2; maio 11 (13), pp.2-3; maio 18 (14), p.2; maio 25 (15), p.2.

³²⁸ O bazar ou quermesse, como também se pode ler na imprensa, seria realizado no dia 4 de maio pelas 16h, na casa do comando militar da Horta, onde seriam montadas três barracas para o efeito. Abrilhou o bazar a filarmónica *Artista Faialense* e uma orquestra de 15 membros organizada por Germano Augusto da Silveira. O produto final atingiu os 194\$000 réis, cf. “Correio da Semana”, *O Açoriano*, 1890, maio 11 (13), p.3.

³²⁹ “Pro Pátria”, *O Açoriano*, 1890, fevereiro 9 (48), p.1.

³³⁰ “Subscrição aberta nesta ilha para se incorporar na grande subscrição nacional para defesa do País”, *O Açoriano*, fevereiro 9 (48), p.3; fevereiro 23 (2), p.3; março 3 (3), p.3; março 9 (4), p.2; março 16 (5), p.3; abril 13 (9), p.3; julho 27 (24), p.3; agosto 3 (25), p.3. A não publicação de outras listas nos números seguintes, leva-nos a deduzir que este seria o valor final.

A subscrição, em atenção às listas publicadas, renderia 305\$160 réis. Quanto ao bazar, de acordo com um relatório da autoria de Caetano Moniz Vasconcelos, o valor final remetido ao tesoureiro da grande comissão da subscrição nacional foi de 600\$365 réis³³¹, correspondentes a 485\$090 réis fortes.

No entanto, depois das energias desenvolvidas pelas várias comissões, verificamos que a “comissão de rapazes” convocaria a Comissão Auxiliadora para uma reunião a realizar a 15 de novembro de 1891, na sequência de outras duas realizadas anteriormente, uma, na Câmara Municipal e outra, na sede do *Amor da Pátria*, com o seguinte propósito: qual o destino a dar ao produto da subscrição no distrito?

Esta questão leva-nos a concluir que havia por parte da “comissão dos rapazes” algum desconforto, melhor dizendo, receios que o Governo pudesse apropriar-se indevidamente do dinheiro e não aplicá-lo no fim previsto, sumindo-o no sorvedouro sem fundo dos esbanjamentos usuais, como se alegava na reunião do *Amor da Pátria*. Perante este cenário, entenderam os presentes que o dinheiro só seria mandado à Grande Comissão da Subscrição Nacional quando localmente se conhecesse qual o seu destino final. Mas se não fosse aplicado na defesa nacional, então que fosse aplicado no distrito da Horta.

Assim, na reunião do dia 15 do mês supra, novamente nos Paços do Concelho, verificamos que o alferes Manuel Victor da Rocha propusera que, sem mais delongas, o valor fosse entregue ao *Ginásio Clube*, recentemente criado na cidade da Horta, para o auxiliar na formação de um corpo de bombeiros. Por seu turno, Caetano Moniz de Vasconcelos, um republicano dos quatro costados, insurgiu-se contra esta proposta que contrariava o espírito da Grande Comissão da Subscrição Nacional, justificando que esta em nada desmerecera a confiança que o País nela depositara³³². Entretanto, por falta duma resolução final, seria marcada uma nova reunião para o dia 22 de novembro, cujos presentes decidiram a favor da entrega do dinheiro ao *Ginásio Clube*.

³³¹ Caetano Moniz de Vasconcelos, “Conta da receita e despesa do bazar levado a efeito nesta cidade em favor da subscrição nacional”, *O Açoriano*, 1892, janeiro, p.3.

³³² Caetano Moniz Vasconcelos, “Carta [A subscrição nacional neste distrito]”, *O Açoriano*, 1891, dezembro 27 (50), pp.1-2. Por não ter estado presente na reunião do dia 22, apesar de se fazer representar, verificamos que Caetano Moniz na carta referida não deixaria de afirmar que seria sua intenção levar a comissão da Horta a Tribunal, reivindicando que o montante de 53\$030 réis deveria ser entregue à *Grande Comissão da Subscrição Nacional*, valor “que eu e os mais empregados e operários das obras do porto artificial contribuímos”.

Todavia, esta decisão desencadearia na imprensa local, mais propriamente no jornal *O Açoriano*, uma polémica que envolveu Caetano Vasconcelos, Marcelino Lima, o alferes Manuel Victor da Rocha e a “comissão dos rapazes”³³³.

Finalmente, o descontentamento provocado em todo o país pelo Ultimato inglês, de 11 de janeiro de 1890, também se manifestou na atividade da vereação hortense, que não deixaria de lavar o seu protesto e a sua indignação contra o procedimento inglês contra Portugal. Deste modo, no mês de fevereiro, a edilidade, na sua sessão do dia 13, daria provimento a uma proposta apresentada pelo vereador Manuel Greaves, para que “fique denominada ‘Serpa Pinto’ a rua do Mercado [antes designada, primeiro, por rua de Cima, depois por rua do Meio], desta cidade”.

O assunto não se ficaria por aqui. Assim, uma semana depois, a mesma Câmara viu reforçada a sua decisão quando na sequência de uma “Representação” que lhe havia sido dirigida por 96 cidadãos no mesmo sentido, “para que a rua do Mercado desta cidade passe a denominar-se rua ‘Serpa Pinto’”. De acordo com a leitura da respetiva “Representação”, verificamos que proponentes justificavam assim a sua pretensão:

“Os abaixo-assinados prestando o devido respeito aos patrióticos sentimentos com que o valoroso Major Serpa Pinto pugnando pela causa da Justiça, tem tentado desafrontar a nossa pátria do ato de selvajaria e prepotência com que a Inglaterra quer assenhorear-se de domínios nossos na África e, desejando que de uma maneira perdurável fique bem público, no Faial, uma demonstração de um protesto contra semelhante vilania daquela nação e estima pelo brioso militar que não dobrou o cerviz ante o colossal leopardo britânico”³³⁴.

O descerrar daquela placa como o nome do célebre africanista constitui, em nosso entender, a exaltação de um facto histórico considerado, no momento, digno de ser perpetuado. Se a partir da segunda metade de oitocentos a toponímia foi alvo predileto dessas intenções, a política, por seu turno, teria nesse domínio um papel fundamental, naturalmente ao sabor das circunstâncias³³⁵.

³³³ Sobre esta polémica, veja-se por ordem de publicação: Caetano Moniz Vasconcelos, “Carta”, *O Açoriano*, 1891, dezembro 27 (50), pp.1-2; Marcelino Lima, “A subscrição nacional na Horta”, *Ibid.*, 1892, janeiro 3 (1), pp.1-2; Manuel Victor da Rocha, “Comunicados”, *Ibid.*, pp.2-3; Joaquim Rocha Bettencourt, José de Lacerda Azevedo, Manuel Augusto Emílio, Marcelino Lima e Rodrigo Alves Guerra Jr., “Declaração”, *Ibid.*, p.3; Caetano Moniz de Vasconcelos, “Sr. Redator do ‘Açoriano’”, *Ibid.*, p.3; Manuel Victor da Rocha “A subscrição nacional neste distrito [resposta ao Sr. Marcelino de Almeida Lima]”, *Ibid.*, 1892, janeiro 10 (2), pp.1-3; Marcelino Lima, “Mais uma vez a respeito da subscrição nacional na Horta”, *Ibid.*, 1892, janeiro 17 (3), pp.2-3; Caetano Moniz Vasconcelos, “Ao Público [Duas palavras para finalizar]”, *Ibid.*, 1892, janeiro 24 (4), pp.1-2; Marcelino Lima, “Quem cala consente”, *Ibid.*, pp.2-3. Sobre este assunto, veja-se notícia transcrita da revista *Portugal, Madeira e Açores*, “A Subscrição Nacional”, *Ibid.*, 1901, janeiro 31 (5), p.2; “Subscrição Nacional”, *Ibid.*, 1902, fevereiro 7 (6), p.2.

³³⁴ BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livro de Vereações, 1889-1891 (44), fls.63-65: “Ata de 20 de fevereiro”.

³³⁵ Cf. José d’Encarnação, “A toponímia, fonte histórica também para a República”, *Biblos*, 2010 (VIII), pp.73-82.

6.2. O significado político e social da visita Régia de 1901

“Manda o dever, dever do mais justificado respeito e hospitalidade, começar por saudar os nossos Soberanos que nos distinguem com a sua visita. [...] É uma saudação aquela, a primeira saudação da Horta e também a primeira saudação dos Açores”³³⁶.

Em 1901, D. Carlos e D. Amélia de Orleães realizaram, entre 20 de junho e 14 de julho, uma visita oficial aos arquipélagos da Madeira e dos Açores, que nos anais da história dos povos insulares ficaria conhecida por “Visita Régia”, e que viria a constituir “um êxito tanto a nível político, como social e simbólico!”³³⁷. De repente o Faial, espaço periférico, transformou-se, transitoriamente no centro político do País.

A partir de dezembro de 1900, notamos que a imprensa faialense começava, com base em notícias da imprensa da capital e da província, a dar a sua atenção àquilo a que designava com o título sugestivo “A visita régia aos Açores” ou “a visita a esta parte do País”, cujas majestades eram “veneradas” pelos seus “filhos” destas “plagas atlânticas” pelo “altíssimo princípio que representam”³³⁸. Mas, e em atenção aos relatos sobre o assunto, estes mostram que o que estava em causa, mais do que a visita era o que dela podia resultar: a inauguração dos serviços meteorológicos e o “humanitário serviço de farolim desta ilha”³³⁹.

Este propósito seria logo aproveitado, localmente, para se reafirmar e fazer sentir o importante papel que o arquipélago podia vir a representar na meteorologia³⁴⁰ (conhecer com antecipação a formação das tempestades, ciclones e outros fenómenos atmosféricos) e na ciência, devido à sua excelente posição geográfica, tornando-se, assim, uma espécie de sentinela avançada entre os Velho e Novo Mundo. E para reforçar esta importância, aproveitava-se para se evocar as campanhas oceanográficas nos mares dos Açores do príncipe Alberto do Mónaco³⁴¹.

³³⁶ “A Primeira Saudação”, *O Faialense*, 1901, junho 28 (87), p.1.

³³⁷ Susana Serpa Silva, *Roteiros Republicanos* [...], já cit., p.16. Sobre o assunto ver Id., “Acheegas para Outras Leituras da Visita Régia ao Arquipélago dos Açores”, *Revista Insulana*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2001 (57), pp.19-56; Carlos Cordeiro, “Nos Bastidores da Visita Régia. Decadentismo e tensões autonomistas”, *Revista Insulana*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2001 (57), pp.5-18; Rui Sousa Martins, “Arquipélago de Símbolos da Visita Régia aos Açores – 1901”, in *D. Carlos e os Açores*, Ponta Delgada, Câmara Municipal, 2008, pnn. Apêndice – Capítulo II, Gravuras 4 e 5.

³³⁸ “A visita régia aos Açores”, *O Telégrafo*, 1900, dezembro 14 (2 131), p.1.

³³⁹ *Ibid.*

³⁴⁰ Dava-se relevo à criação de um Observatório Meteorológico Internacional nos Açores em atenção à proposta apresentado no congresso de meteorologia, realizado em Paris, pelo então capitão Afonso de Chaves, cf. “A visita régia aos Açores”, *O Telégrafo*, 1900, dezembro 14 (2 131), p.1.

³⁴¹ “Memorando [Príncipe do Mónaco], *O Faialense*, abril 14 (76), 1901, p.1.

A par das iniciativas em prol da viagem, transparece também pela leitura da empresa, por um lado, o receio dos organizadores da viagem que localmente faltassem alguns meios para ocorrerem às “mordomias reais” e para garantirem uma estadia mais agradável³⁴²; por outro, o desejo (local) de que o acontecimento pela sua relevância fosse perpetuado aos vindouros. Que não o deixassem no olvido. Assim, defendia-se que na Horta se fizesse algo de significativo de modo a que os faialenses não fossem vistos por “indiferentes à jubilosa honra que S. Majestades nos dispensam”³⁴³. Ao mesmo tempo que se defendia a organização de uma comissão³⁴⁴ que centralizasse todos os assuntos referentes à receção, como estava acontecer “nas outras terras açorianas, e que fosse composta por subcomissões especiais, cada uma encarregue de uma parte do respetivo programa, para que assim se evitassem a desordem e o atropelo dos trabalhos.

Esta estratégia, em nosso entender, significava que, pensar na vista régia, era também pensar, antes de tudo, no bom nome da “nossa” terra, isto é, a Horta teria que mostrar os pergaminhos que lhe haviam dado bom nome: os deveres, “em toda a parte sagrados”, da cortesia, da hospitalidade, da delicadeza, da afabilidade e da correção no proceder. Por isso, mais do que riquezas e de ostentações de que a ilha carecia, o mais

³⁴² “Visita Régia”, *O Faialense*, 1901, fevereiro 3 (66), p.2. Sobre o assunto, verificamos que haviam chegado à Horta no vapor *Funchal*, diferentes objetos de mobiliário, para guarnecer o edificio do governo civil: 90 volumes de mobília; 10 fardos de tapetes de juta; 14 fardos de alcatifas de lã; uma caixa de louça de sacavém; dois fardos de oleado; uma caixa de ferragens; duas caixas com fogões; uma caixa com louça de zinco; um fardo com tapetes e fronthas; três caixas com 32 vãos reposteiros; um barril de vinho; um saco com vassouras; uma caixa com mercearias; e uma caixa com macarrão, cf. “Visita Régia”, *O Telégrafo*, 1901, maio 29 (2 357), p.2

³⁴³ M., “Comunicado [4 de abril]”, *O Faialense*, 1901, abril 21 (77), pp.2-3.

³⁴⁴ Para o efeito, criaram-se não uma, mas várias comissões com essa finalidade. Embora não tivéssemos conseguido apurar a responsabilidade da entidade organizadora dos festejos, pensamos que esta deve ter pertencido ao governador civil, Leite Perry, que presidia à comissão Central, tendo como vogais Simão de Roches, presidente da Câmara Municipal; capitão António Martins, comandante militar interino; Ramos Coelho, diretor das Obras Públicas). Além desta comissão organizaram-se outras, a saber: de Decoração e Iluminação na baía e cais (presidente: Amaro de Azevedo Gomes, comandante da canhoneira *Sado*; vogais: capitão do porto, Jorge Fradesco Salazar Moscoso; João Álvaro da Silva, diretor da alfândega; tenente Melo e Simas, comandante do destacamento de artilharia; António da Cunha Menezes Brum, António Luís da Sena e Francisco Pereira Ribeiro Jr.); de Decoração e Iluminação das ruas da freguesia da Matriz (presidente: conselheiro António Emílio Severino de Avelar; vogais: António da Cunha de Menezes Brum e Augusto César de Sá Linhares); de Decoração e Iluminação das ruas da freguesia da Conceição (presidente: Padre José Veríssimo Ribeiro; vogais: Vitorino da Rosa Martins e Simão Luís Cordeiro); de Decoração e iluminação das ruas da freguesia das Angústias (presidente: Padre José Francisco da Silva Grilo; vogais: João Carlos Romano de Freitas e Vitorino Rodrigues de Sousa); da Regata (presidente: Amaro de Azevedo Gomes, comandante da canhoneira *Sado*; vogais: tenente António da Rosa Martins; João Álvaro da Silva, diretor da Alfândega, António Luís da Sena, Florêncio José Terra, Francisco Pereira Ribeiro Jr. e Rodrigo Alves Guerra); de Inauguração do Observatório Meteorológico (presidente: capitão Francisco Afonso de Chaves; vogais padre Manuel José da Silva e João Pereira Gabriel); do Passeio ao Capelo (ainda não estava definida). Para a decoração e iluminação do largo da Matriz, foi encarregado o comerciante António Carvalho Alua; para o largo do Bispo D. Alexandre e Alameda da Glória, os estudantes do Liceu da Horta, cf. “Visita de S. S. M.M. a esta ilha”, *O Telégrafo*, 1901, maio 15 (2 248), p.2.

importante e somente era “receber com afeto e de braços abertos, dentro das tradições que esta ilha sempre teve no meio do Atlântico”³⁴⁵.

6.2.1. Os reis de Portugal nesta ilha³⁴⁶

A visita régia, como já foi referido, iniciou-se a 20 de junho, tendo a comitiva real chegado à cidade da Horta no dia 28, sexta-feira³⁴⁷, pelas 10 horas, um dia antes do que estava inicialmente previsto.

A ilha do Faial seria a primeira do arquipélago a ser visitada pela família real portuguesa, vinda da Madeira a bordo do cruzador *D. Carlos*, quer era acompanhado pelos cruzadores *S. Gabriel* e *D. Amélia* e pelo iate real com o mesmo nome.

Ao aproximarem-se da baía da Horta, seriam cumprimentados pelos cruzadores ingleses *Austrália* e *Severn* e espanhol *Vitória* (que tinham vindo às águas açorianas prestar as devidas homenagens à família real portuguesa) e pela canhoneira portuguesa *Sado*. Por seu turno, o castelo de Santa Cruz salvou três vezes e da cortina da cidade,

³⁴⁵ *Ibid.* Adiantava-se que, “consta-nos”, o governador civil iria reunir na sua casa uma comissão para a organização do programa.

³⁴⁶ Sobre os diferentes atos e cerimónias, veja-se “Os reis de Portugal nesta ilha”, *O Telégrafo*, 1901, julho 2 (2 281), pp.1-2; “[Notas]”, *Ibid.*, julho 3 (2 282), pp.1-2; “[A entrada da esquadra]”, *Ibid.*, julho 4 (2 283), p.1; [O passeio ao Capelo], *Ibid.*, julho 6 (2 285), p.1; [Na cidade da Horta], *Ibid.*, julho 8 (2 286), p.1; “Ainda a visita régia”, *Ibid.*, 1901, julho 16 (2 292), p.1; “O que se diz de nós – a propósito da visita de S. S. Majestades”, *Ibid.*, 1901, julho 16 (2 292), p.2; “O que se diz de nós – a propósito da visita de S. S. Majestades [A regata; Posto Meteorológico; Caldeira, Pilar; Telegramas]”, *Ibid.*, 1901, julho 18 (2 293), p.2; “O que se diz de nós – a propósito da visita de S. S. Majestades [Telegramas]”, *Ibid.*, 1901, julho 19 (2 294), p.1; Osório Goulart, *Álbum da Visita Régia à Ilha do Faial. Memória Narrativa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1902. Sobre a passagem pela freguesia de Pedro Miguel, escrevia o correspondente d’*O Telégrafo*: “Apesar de serem já decorridos sete dias que S.S. Majestades deixarem esta ilha, a população desta aldeia, parece ainda repleta de júbilo, pois que não se ocupa de outra coisa sempre que se reúne em grupo. Ficaram todos verdadeiramente impressionados com os festejos e encantados com as maneiras simpáticas dos nossos bondosos reis”, cf. Horta do Amaral, “Correspondência [Pedro Miguel]”, *Ibid.*, 1901, julho 8 (2 286), p.2.

³⁴⁷ Programa da visita: **Dia 28 de junho** (sexta-feira): 8h, passagem entre São Jorge e Pico; 10h, chegada à Horta; desembarque e receção com o devido cerimonial; cortejo até à igreja Matriz, e solene *Te-Deum*; Ida para o “Paço Real”; 12h, almoço; 14h, receção oficial na sala do “Trono dos Paços Reais”; 17h, “garden party”, na Fredónia, organizado pelas companhias cabográficas (inglesa – *Europe & Azores*; americana – *Comercial Cable* e alemã – *Deutsch Atlantische*); 20h, jantar no “Paço.”; 22:30h, baile de gala no Salão da *Sociedade Amor da Pátria*. À noite iluminação geral. **Dia 29** (sábado): 10h, visita aos navios de guerra estrangeiros surtos no porto da Horta (cruzadores britânicos *Severn* e *Austrália* e espanhol *Vitória*); 11h, regata; 12h, almoço; 14h, visita aos *Grandes Armazéns Faialenses* seguida da inauguração do posto meteorológico; 15:30h, passeio à Estrada da Caldeira e Pilar, seguido de visita ao Asilo de Infância Desvalida; 20h, jantar de gala. **Dia 30 (domingo)**: 10h, missa seguida de passeio à freguesia do Capelo; 12h, almoço no farol dos Capelinhos, dado pela Câmara Municipal, e inauguração do respetivo posto semafórico, danças e descantes populares; 20h, jantar; 22:30h, embarque. **Dia 1 de julho** (segunda-feira), 5h, partida para a ilha Graciosa, cf. “Programa das festas a realizar por ocasião de S. S. Majestade nesta cidade”, *O Telégrafo*, 1901, junho 26 (2 278), p.3; “Visita Régia [Programa das solenidades, festejos e diversões que terão lugar nesta ilha do Faial por ocasião da visita de Suas Majestades nos dias 28, 29 e 30 do corrente mês de junho]”, *O Faialense*, 1901, junho 9 (84), p.2; Osório Goulart, *Álbum da Visita* [...], já cit.

particularmente na zona de Santa Cruz, subiram ao ar imensas girândolas de foguetes, tudo sob o olhar de “imenso povo”.

Por seu turno, *O Telégrafo*, apesar da dificuldade que os jornalistas haviam experimentado em descrever o que se estava a passar em simultâneo, vai ao pomenor quando salientava que “onze horas batiam no relógio da torre” quando a galeota, construída na Horta de propósito, “tomava rumo da terra”, acompanhada por um grande número (mais de 80) de pequenas embarcações (botes baleeiros na sua maioria) dispostas em duas filas³⁴⁸.

Em atenção à documentação consultada, verificamos que a visita obedeceu a uma rotina, a uma ritualidade e a uma simbologia próprias, isto é, a chegada da família real iria produzir uma “reconfiguração comunicacional sonora e visual do espaço exterior público”, permitindo assim o “encontro e a identificação afetiva” dos monarcas com uma população entusiasta mas respeitosa de toda a teatralização à volta do poder régio e da monarquia de Bragança.

Assim, depois da receção à chegada no cais de Santa Cruz pelas autoridades civis, militares e religiosas (onde se incluía Bispo de Angra, D. Francisco José Ribeiro de Vieira e Brito, 1892-1901), os monarcas dirigiram-se em cortejo até à igreja matriz do Santíssimo Salvador onde se realizou uma missa com solene *Te-Deum* de ação de graças, por ser dia de São Pedro”³⁴⁹. Seguiu-se a instalação nos “apostos reais” no edifício do Governo Civil que havia sido escolhido para o efeito pelo próprio rei³⁵⁰.

Nos dias seguintes, os monarcas cumpriram um vasto programa constituído por sessões solenes. Receções (no Palacete do Pilar, do Dr. António Emílio Severino de Avelar

³⁴⁸ “Os reis de Portugal nesta ilha”, *O Telégrafo*, 1901, julho 2 (2 281), p.1.

³⁴⁹ No trajeto podiam ver-se vários arcos triunfais (o primeiro, dos baleeiros com a legenda: *A SS.MM. os baleeiros do Faial e Pico*; o segundo, junto do castelo de Santa Cruz; o terceiro, junto à casa dos funcionários da companhia de cabo alemã, ao largo do Infante, com o dístico *Willkommen*), um grande concurso de povo e ouvir-se o som das seis filarmónicas existentes então na ilha, assim dispostas ao longo do percurso: cais de Santa Cruz, *Artista Faialense*; no antigo cais, *Lira Angustiense*; no largo do Infante D. Henrique, *Nova Artista Flamenguense*; no adro de São Francisco, *Unânime Praiense*; no canto de D. Joana, *Recreio Praiense*; no jardim da Matriz em frente ao paço real, *União Musical*, cf. “A visita de Suas Majestades”, *O Faialense*, 1901, julho 7 (88), p.1; “Os reis de Portugal nesta ilha”, *O Telégrafo*, 1901, julho 2 (2 281), p.1.

³⁵⁰ Acompanhavam a família real, 85 pessoas: ministros (dois); pessoal superior (12); quarto do rei (três); quarto da rainha (quatro); quartos do pessoal superior (13); pessoal da mordomia (dois); pessoal do almoxarifado (quatro); pessoal da real manutenção (um); pessoal de mesa (30); pessoal de cozinha (14), cf. “Visita régia”, *O Faialense*, 1901, abril 7 (75), pp.2-3; “Os reis de Portugal nesta ilha”, *O Telégrafo*, 1901, julho 2 (2 281), p.1. Sobre a presença de Hintze Ribeiro na comitiva real, veja-se “Hintze Ribeiro”, *O Faialense*, 1901, maio 5 (79), p.1. Os jornalistas que estiveram no Faial a cobrir a visita régia: Alfredo Mesquita, do *Diário de Notícias*; São Boaventura, do *Século* e Acácio Pereira, do *Comércio do Porto*.

e no *chalé* do conselheiro Terra Pinheiro, na freguesia do Capelo)³⁵¹. Visitas a estabelecimentos de natureza vária (*Grandes Armazéns Faialenses* e *Asilo de Infância Desvalida Infante D. Luís*³⁵²) e passeios pitorescos (Caldeira e Capelo). Inaugurações (primeira pedra do Observatório Meteorológico). Jantares (50 talheres) e almoços (30 talheres³⁵³). Bailes de gala e récitas. Festival náutico (regatas). Nos diferentes percursos por onde passou a família real, esta seria sempre vivamente vitoriada, havendo até a oportunidade para um encontro, na freguesia de Castelo Branco, entre os monarcas e um velho “mindeleiro”³⁵⁴.

Se a visita régia constituiu uma manifestação de júbilo e de regozijo para a maioria dos faialenses, até que ponto é que estes ganharam com ela? E o rei e a rainha? E o Governo através do seu chefe Hintze Ribeiro?

Se atentarmos aos discursos oficiais, começando pelo presidente da Câmara da Horta, Barão de Roches, verificamos que, depois dos evidentes cumprimentos de “mil vezes bem-vindos” por terem escolhido a ilha do Faial, a primeira dos Açores para desembarcar, aproveitaria a propícia ocasião para lembrar aos monarcas e aos seus acompanhantes o quanto “este pequenino torrão, quase perdido na amplidão do Atlântico” havia sido infelizmente esquecido “de auxílios da mãe pátria”³⁵⁵. Certamente que Roches esperaria que o rei fosse capaz de algum gesto que correspondesse “à dedicação do povo desta terra”. E como que para avivar a memória do rei, adiantava que a dedicação dos faialenses à causa liberal e à monarquia de Bragança, havia sido reconhecida por seu pai, quando pelo decreto de 3 de maio 1865, concedera não só o brasão de armas à cidade da Horta como a mercê do título de “Muito Leal”. Por isso, a concluir, reforçava a ideia de que se os reis se haviam dado ao incómodo de “uma travessia por mar”, natural que estivesse subjacente à visita o desejo de conhecer as necessidades dos seus súbditos como a possibilidade de apreciar as belezas “destas preciosíssimas joias da Coroa Portuguesa”³⁵⁶.

³⁵¹ De acordo com uma notícia d’*O Faialense*, a rainha D. Amélia, depois do jantar de gala ocorrido no dia 29, cumpriu o desejo de receber “todos os funcionários do distrito com os quais conversou de vários melhoramentos e necessidades públicas”, cf. “A visita de Suas Majestades”, *Ibid.*, 1901, julho 7 (88), p.1.

³⁵² Cf. Osório Goulart, *Album da Visita [...]*, já cit., pp.37-39.

³⁵³ “A visita de Suas Mejestades [Terceiro dia]”, *O Faialense*, 1901, julho 7 (88), p.1.

³⁵⁴ A propósito deste assunto, a comitiva real antes de chegar ao Capelo seria alvo de uma apoteótica manifestação popular na freguesia de Castelo Branco, durante a qual o respetivo pároco Silveira apresentou ao rei uma “velha relíquia” que fizera parte dos 7 500 bravos do Mindelo – António de Oliveira, de 94 anos, “ao qual Suas Majestades cumprimentaram efusivamente”, cf. “A visita de Suas Majestades [Terceiro Dia]”, *O Faialense*, 1901, julho 7 (88), p.2.

³⁵⁵ Osório Goulart, *Album da Visita [...]*, já cit., p.20.

³⁵⁶ *Ibid.*

Por seu turno, o rei num discurso, muito parco, mais de ocasião, talvez compreendendo a situação, ficou-se por aquilo que “na hora presente” podia ter mais impacto. O monarca, apelando à história, limitou-se a relevar os notáveis e eficazes serviços prestados pelos habitantes da cidade da Horta “à minha dinastia” e à maneira jubilosa como recebiam a família real. E por aqui se ficou³⁵⁷. O que nos permite perguntar: O rei desconhecia por completo a realidade insular? O Governo não tivera o cuidado de informar o rei ao que vinha e ao que podia encontrar?

Perante o exposto, concluímos que aquilo que mais se temia acabou por acontecer. A visita ficou-se apenas por receções, jantares de gala, bailes e passeios, porque “os magnânimos corações” de D. Carlos e de D. Amélia não se inspiraram no muito que reclamava e urgentemente precisava “a vida económica deste povo”³⁵⁸.

A maioria dos textos publicados antes e durante a visita redundaram em discursos de regozijo pela presença da família real na ilha, a coberto de uma linguagem laudatória e adjetivamente exagerada: “uma rainha de espírito religioso e de caridade”; “anjo de bondade, que os faialenses tiveram a felicidade de ver nesta ilha”; “o rei liberal, mui ilustrado e justo”, entre outros³⁵⁹, encenando assim um verdadeiro clima de patriotismo, harmonia e lealdade de um “povo unido em torno do seu rei”³⁶⁰.

Todavia, após a partida na imprensa faialense levantavam-se as seguintes questões. O rei e os membros do Governo tinham tido tempo de tomar “nota” das faltas,

³⁵⁷ *Id.*, p.21. A visita teve também um carácter beneficente, em atenção ao espírito civilizador e filantrópico muito característico de Oitocentos. Assim, o governador civil do distrito da Horta receberia dos monarcas a importância de 1 250\$000 réis, ficando a primeira autoridade distrital com o ónus da sua distribuição. Deste modo, o visconde Leite de Perry entendeu proceder como se segue: *Hospital da Santa Casa da Misericórdia*, que na decorrência desta visita se passaria a designar de *Real Santa Casa da Misericórdia* (625\$000 réis); *Asilo de Mendicidade* (200\$00 réis); *Asilo de Infância Desvalida* (idem); *Projetada Cozinha Económica* (100\$000 réis); pobres que apresentaram durante a visita petições aos monarcas (125\$000 réis), cf. *id.*, p.56. Também passariam a usar a designação de *Real* a Ermida de Nossa Senhora do Pilar e a filarmónica *União Musical*. Para assinalar a visita, seriam cunhadas duas medalhas, que, na Horta, se podiam adquirir nos estabelecimentos de António Carvalho Alua e Campos & Andrade. Seriam agraciados com diferentes mercês os seguintes indivíduos: Grande Cruz da Ordem de Nossa Senhora da Conceição, visconde Leite de Perry (governador civil) e o Barão de Roches (presidente da Câmara da Horta); Título de Barão Freitas Henriques, Augusto Cristiano Henriques (proprietário e capitalista); Título de Barão da Ribeirinha, Vitoriano da Rosa Martins (administrador do concelho da Horta); Título de (3.º) Barão da Alagoa, Manuel Maria da Terra Brum (proprietário); Carta de Conselho, João Álvaro da Silva (diretor da Alfândega da Horta); Capelão Fidalgo da Casa Real, Pe. José Osório Goulart (professor da Escola Normal); Comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Francisco de Sá (director das Obras Públicas do distrito da Horta); Grande Cavaleiro da Real Ordem Militar de Nosso Senhor Jesus Cristo, João Carlos Romano de Freitas (professor primário); Grau de Cavaleiro da Ordem de Nossa Senhora da Conceição, Adriano Augusto da Conceição Ramos (1.º aspirante das Alfândegas), João Pacheco da Silva (comerciante) e Manuel Caetano de Sousa (comerciante), cf. *Id.*, p.57.

³⁵⁸ “Visita de Suas Majestades à ilha do Faial – Açores”, *O Telégrafo*, 1901, junho 28 (2 279).

³⁵⁹ Costa Rebelo, “Tributo de Respeito”, *O Telégrafo*, 1901, julho 3 (2 282), p.1.

³⁶⁰ Carlos Cordeiro, “Nos Bastidores [...]”, já cit., *Revista Insulana*, pp.16-17.

dos esquecimentos e das queixas há muita desatendidas, como já foi referido no capítulo anterior, por parte dos governos de Lisboa face ao atrofiamento “em que vegetamos?”³⁶¹. Tinham consciência de que os açorianos apesar de viverem numa área geográfica distante pertenciam à mesma Pátria comum: a Portuguesa?

A propósito, Rodrigo Guerra não tinha qualquer dúvida em afirmar que “o melhor da festa é esperar por ela”. Nesta interpretação não deixava de lamentar que, durante alguns meses até à chegada da família real, a “distração” da vida faialense e dos seus “conterrâneos” ficara-se pelo almoço, pelo jantar, pela ceia, pelas horas de balcão, pelos graves momentos de secretaria, pelas escolhas de sedas e provas de casacas e de saias, pelo ensaio de discursos e frases e das filarmónicas, pela limpeza e conserto das ruas, pelo fazer de arcos e de bandeira e também, como não podia deixar de ser, pela guerra das filarmónicas e das pequenas intrigas. Enfim, a “festa” fora uma distração que servira para esconder a muralha da cidade que continuava arrombada, a estrada que circundava a ilha que se encontrava interrompida, a água que se bebia que continuava a ser de poços e de cisternas e as reclamações das corporações locais que não passavam de letra morta.

Em síntese, se o reforço de unidade nacional e o hipotético aprofundamento do conhecimento das “potencialidades e limitações da vivência insular³⁶²,” foram localmente entendidos como os principais objetivos da visita régia³⁶³, na prática estiveram ausentes do discurso oficial, tanto por parte das autoridades locais como do rei. Por isso, apesar dos relatos assim o indicarem, o País estando de olhos postos nos Açores não foi capaz de o redescobrir, uma vez que os problemas que afetavam o quotidiano das ilhas mantiveram-se muito para lá daquele ano e do tempo em estudo.

³⁶¹ “Esta Terra [Melhoramentos Possíveis – As Nossas Queixas]”, *O Telégrafo*, 1901, julho 12 (2 290), p.1.

³⁶² Carlos Cordeiro, “Nos Bastidores [...]”, já cit., *Revista Insulana*, p.6.

³⁶³ Quanto à inoportunidade da viagem em atenção à precariedade do tesouro público, à crise da monarquia e ao “reforço da soberania nas ilhas no cenário das novas relações internacionais” (a importância geoestratégica do arquipélago e da cobiça e do interesse de outros países no mesmo), nada se alude na visita à Horta, certamente realidades que eram conhecidas apenas das “cúpulas governamentais”, veja-se Susana Serpa Silva, “Acheegas para Outras [...]”, já cit., *Revista Insulana*, pp.19-56; Carlos Cordeiro, “Nos Bastidores [...]”, já cit., *Revista Insulana*, pp.5-18; António José Telo, *Os Açores [...]*, já cit., pp.43-51.

6.3. “Gravíssimo atentado contra a família real”³⁶⁴: o Regicídio

“Os acontecimentos que ontem nos transmitiu o telégrafo contristaram sobremodo a população pacata desta cidade e fazem-nos refletir na triste situação a que tem chegado o País”³⁶⁵.

A 1 de fevereiro de 1908, o rei D. Carlos e o príncipe herdeiro, Luís Filipe, foram assassinados no Terreiro do Paço³⁶⁶, acontecimento que deve ser considerado, independentemente do ângulo político por que seja analisado, “como uma página de sangue que não enobrece a história nacional”³⁶⁷. A sua morte pôs fim ou melhor fez desaparecer o último obstáculo que contrariava a mudança do regime, visto que mudara a sorte do rei e o “destino do País”³⁶⁸.

O Regicídio era como que uma tragédia anunciada tão acirrados andavam em Portugal, os ódios políticos contra o rei. Toda a efervescência que se vivia na capital, acentuar-se-ia, sobretudo no seio dos republicanos, e em particular entre os seus membros mais extremistas, agrupados na Carbonária, com a publicação do decreto de 31 de janeiro do mesmo ano, assinado de forma hesitante pelo monarca quando se encontrava “no seu refúgio predileto (Vila Viçosa)”³⁶⁹. Por ele autorizava-se o Governo, depois de deliberado em conselho de ministros, a expulsar ou a deportar para qualquer província ultramarina todos os indivíduos que em tribunal fossem pronunciados pelo crime de conspiração contra a defesa, a segurança e os superiores interesses do Reino³⁷⁰.

Sem qualquer dúvida o Regicídio é o acontecimento marcante de 1908. Por isso, as palavras proferidas, em 1907, numa reunião do conselho de Estado, por Júlio de Vilhena, então chefe do Partido Regenerador, não podiam ser mais premonitórias: “Isto

³⁶⁴ *O Telégrafo*, 1901, fevereiro 10 (4 214), p.1.

³⁶⁵ “Morte do Rei e do Príncipe Real”, *O Telégrafo*, 1901, fevereiro 3 (4 208), p.1.

³⁶⁶ Sobre o assunto, veja-se Jorge Couto [apres.] & Manuela Rêgo [coord.], *Do Regicídio à ascensão do Republicanismo – Mostra Bibliográfica / 18 de fevereiro a 24 de maio de 2008*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2008; Maria Alice Samara & Rui Tavares, *O Regicídio*, Lisboa, Tinta-da-China, 2008; Rui Ramos, *D. Carlos*, já cit., p.304-334; David Evans & Manuel Filipe Canaveira [coord.], *Regicídio e República – Olhares Britânicos e Norte-Americanos*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2010.

³⁶⁷ Joaquim Verríssimo Serrão, *História de [...]*, vol. X, já cit., pp.126-131.

³⁶⁸ Rui Ramos, *op. cit.*, p.315.

³⁶⁹ Jorge Couto [apres.] & Manuela Rêgo [coord.], *op. cit.*, p.17.

³⁷⁰ Este decreto foi apresentado ao rei pelo ministro da Justiça, Teixeira de Abreu, cf. PORTUGAL, *Diário do Governo*, 1908 (25), pp.361: “Decreto de 31 de janeiro, estabelecendo várias providências para a repressão de crimes previstos no artigo 1.º do decreto de 21 de novembro de 1907”: “Nessa ordem de ideias procuramos com o presente diploma habilitar também o Governo com a faculdade de expulsar do Reino ou fazer transportar para uma província ultramarina aqueles que, uma vez reconhecidos culpados pela autoridade judicial competente, importe à segurança do Estado, tranquilidade pública e interesses gerais da Nação afastar sem mais delongas do meio com que se mostraram e tornaram perigosa e contumazmente incompatíveis”.

termina, fatalmente, por um crime ou por uma revolução”³⁷¹. Terminou, realmente, em crime. A alternativa não aconteceu de imediato, mas apenas 32 meses depois com a proclamação da República em 5 de outubro de 1910³⁷².

Como é que na Horta se reagiu ao acontecimento? As autoridades? A igreja? A imprensa? Dedicou-lhe espaço significativo? Os textos expressam “a comoção” dos seus autores face ao nefando acontecimento ou a justificação do Regicídio?³⁷³

A primeira reação local, depois de conhecido o sucedido, foi a colocação no mastro das repartições públicas, do castelo de Santa Cruz, da canhoneira *Açor*, dos consulados e vice-consulados e do edifício jornal *O Telégrafo* das respetivas bandeiras “em funeral” (meia-haste)³⁷⁴.

Das autoridades locais descortinámos apenas a aprovação, por unanimidade, pela comissão administrativa da Câmara da Horta, na sua sessão de 4 de fevereiro, de uma proposta da presidência (Francisco Pereira Ribeiro Jr.) para que se consignasse na ata da sessão “um voto de profundo sentimento por tão infeliz sucesso” e que a comissão enviasse as condolências ao rei D. Manuel II, “em seu nome e nos povos que representa”³⁷⁵. Por seu turno, a igreja faialense, através da respetiva ouvidoria, por despacho, de 3 do mesmo mês, enviado aos padres das paróquias da ilha, dava instruções para que se dessem, durante três dias, “os sinais fúnebres pela morte de Sua Majestade e Alteza”³⁷⁶. Quanto à imprensa local, verificamos que o jornal *O Telégrafo* deu ao acontecimento o destaque merecido através de artigos da responsabilidade da redação. Mas aquilo que se destaca no diário faialense é o facto de mantendo a sua intenção de independente face ao espetro

³⁷¹ Ap. Jorge Couto [apres.] & Manuela Rêgo [coord.], *op. cit.*, p.21. 1908 foi ainda o ano em que os republicanos venceram as eleições legislativas e municipais em Lisboa, respetivamente em abril e em novembro.

³⁷² Cf. Joaquim Romero Magalhães, *Vem aí a República!: 1906-1910*, Coimbra, Almedina, 2009, p.17.

³⁷³ Sobre o assunto na imprensa açoriana, veja-se Carlos Cordeiro, “O Regicídio na Imprensa Açoriana: Entre a Compaixão e a Justificação”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, Horta, Núcleo Cultural, 2010 (19), pp.47-59.

³⁷⁴ “Assassinatos de El-Rei D. Carlos e de S. Alteza o Príncipe Real”, *O Telégrafo*, 1908, fevereiro 3 (4 208), p.2.

³⁷⁵ BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livro de Vereações, 1907-1908 (54), fl.85: “Ata da sessão de 4 de fevereiro de 1908”.

³⁷⁶ “Manifestações de sentimentos”, *O Telégrafo*, 1908, fevereiro 3 (4 208), p.3. Sobre o assunto, veja-se “Pelo campo [Praia do Almoxarife]”, *Ibid.*, 1908, fevereiro 6 (4 211), p.2: “Foi grande o abalo causado por tão triste e inesperado sucesso em todos aqueles que dele tiveram notícia”. No mês seguinte, informava que se havia realizado uma missa cantada por alma dos falecidos. Compareceram ao ato os professores oficiais com os seus alunos, junta de paróquia e irmandades, cf. Correspondente, “Pelo Campo [Praia do Almoxarife]”, *Ibid.*, 1908, março 5 (4 233), p.1; na freguesia do Salão, dia 14 de fevereiro, missa de Réquiem, cantada num templo quase repleto de fiéis. Compareceram a comissão paroquial, regedor, professorado oficial com mais 100 crianças e a irmandade do Santíssimo. Ao responso a irmandade assistiu com tochas acesas, cf. Correspondente, “Pelo Campo [Salão]”, *Ibid.*, 1908, março 24 (4 248), p.2.

político-partidário, ter aberto as suas páginas a colaboração diversa tanto de monárquicos como de republicanos em artigos de opinião, alguns transcritos de jornais da metrópole³⁷⁷.

Assim, dois dias após o acontecimento, o jornal dedicava ao regicídio a sua primeira página, numa notícia enquadrada por uma tarja preta, num evidente sinal de luto, e “coroadada” com o escudo nacional³⁷⁸.

A redação do jornal, mais do que lamentar as mortes do rei e do príncipe herdeiro, entendidas como um verdadeira “cena de horror como não há memória na história portuguesa”, não tinha escrúpulos em afirmar, mesmo sem possuir os dados suficientes para uma melhor análise, que os acontecimentos além de entristecerem os habitantes da pacata cidade da Horta eram motivo mais do que suficientes para que todos refletissem na triste situação a que tinha chegado o País. Depois, ao noticiar a aclamação de D. Manuel³⁷⁹, não deixava de lhe augurar “um reinado tão venturoso como o do primeiro D. Manuel”, mas para tal seria necessário que os seus conselheiros seguissem uma nova orientação. Por fim, o articulista, como que invadido por um sentimento de angústia, referia que desconfiava que “um mau fado pesa sobre este desgraçado País”³⁸⁰.

Quanto à leitura dos vários artigos publicados, verificamos que se lamentava ter caído sobre a Pátria uma tragédia conseguida à ponta da bala por portugueses que tanto “apregoam liberdades” como “aniquilavam vidas, derramando sangue, semeando mágoas”³⁸¹. Ao mesmo tempo reconhecia-se que os erros e as virtudes dos “assassinados” só a História os podia julgar. Ao mesmo tempo que se considerava Regicídio como o culminar de um capítulo trágico da “nota decadentista da política portuguesa”³⁸², uma longa história de insensatez que se vinha desenrolando no País devido ao desacerto da governação e dos partidos, vistos como responsáveis pelo seu extermínio, então importava que se soubesse tirar conclusões “desta lição severa” porque se entendia que a tragédia que não só escurecia qualquer espírito que a tentasse justificar como não devia realçar que “somente a catástrofe tem voz que se ouça neste País”³⁸³.

³⁷⁷ Veja-se “Morte do Rei e do Príncipe Real”, *O Telégrafo*, 1908, fevereiro 3 (4 205), p.1; Manuel Rosa, “Pela Pátria”, *Ibid.*, fevereiro 5 (2 210), p.1; “Um artigo do ‘Século’”, *Ibid.*, 1901, fevereiro 13 (4 217), p.1; Brito Camacho, “Rei morto – rei posto”, *Ibid.*, 1908, fevereiro 18 (4 221), p.1.

³⁷⁸ “Morte do Rei e do Príncipe Real”, *O Telégrafo*, 1908, fevereiro 3 (4 205), p.1.

³⁷⁹ “El- Rei D. Manuel II”, *O Telégrafo*, 1908, fevereiro 11 (4 215), p.1. Veja-se Maria Cândida Proença, *D. Manuel II*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.

³⁸⁰ “Morte do Rei e do Príncipe Real”, *O Telégrafo*, 1908, fevereiro 3 (4 205), p.1.

³⁸¹ Agnelo Casimiro, “Carta de Coimbra”, *O Telégrafo*, 1908, fevereiro 10 (4 214), p.1.

³⁸² Carlos Cordeiro, “O Regicídio na [...]”, já cit., *Boletim do Núcleo* [...], p.55.

³⁸³ D., “Lições”, *O Telégrafo*, 1908, fevereiro 8 (4 213), p.1.

6.4. A Horta e a proclamação de República: o “adesivismo”

“Morreu a monarquia, mas não morreu o povo português nem a nação, apesar dos seus sete séculos e meio de existência. A nossa pátria é nova ainda, os seus recursos são imensos. Com a república venha a educação, venha a ilustração que dá confiança; que todos se resolvam a contribuir para a prosperidade nacional defendendo o que é justo, nobre e reto condenando tudo o que nos possa corromper e desmoralizar. Sirva-nos o passado de lição útil para nos guiar num futuro próspero, generoso e respeitável”³⁸⁴.

Nos anais da História de Portugal 1910 significa o ano em que a monarquia de Bragança foi substituída por uma República decorrente dos acontecimentos que culminaram no dia 5 de outubro do mesmo ano, quando, cerca das 10 horas da manhã, o novo regime era proclamado na varanda da Câmara Municipal de Lisboa pelo diretório do Partido Republicano Português (José Relvas e Eusébio Leão), fugindo D. Manuel II e a restante família real para nunca mais voltarem.

Na ilha do Faial, a notícia da proclamação da república foi recebida às 16:25h na agência de *Cabo Telegráfica da Horta* (telegrama n.º 47), o que confirma a profecia de João Chagas que defendia ser suficiente que em Lisboa se proclamasse a República, pois esta seria implantada no resto do País pelo telégrafo.

Através da leitura daquele telegrama, endereçado pelo ministro do Interior, António José de Almeida, ao Dr. José Machado Serpa (1864-1945³⁸⁵), verificamos que não só havia sido nomeado governador do distrito da Horta pelo “governador [*sic*] provisório da República Portuguesa”, e que deveria assumir de imediato o cargo³⁸⁶. A nomeação deixou-o surpreso por vir a ocupar um poder cujos cordéis haviam sempre pertencido a um grupo de caciques de “chapéu alto e a fumar charuto”³⁸⁷, padres (e o seu fabuloso órgão de comunicação: o púlpito) e burocratas, rodeados por pedintes a solicitar-lhes favores e empregos.

No dia seguinte, o diário independente *O Telégrafo*, sem grandes machetes, apenas por uma pequena notícia, menos de meia coluna, inserida na primeira página da

³⁸⁴ Emerson Ferreira, “República”, *O Telégrafo*, outubro 11 (4 990), p.1.

³⁸⁵ José Machado (Prainha do Norte, Pico, 1864; Horta, 1945) Formado em Direito pela Universidade de Coimbra (1886). Delegado do procurador régio. Conservador de Registo Predial e Juiz. Governador civil do distrito da Horta (1910-1911). Deputado (1911) e senador (1911-15, 1915-1917, 1919-1921, 1922-1925 e 1925-1926). Autor de *A Indústria Piscatória no Faial e Pico* (1886) e *Monografia do Concelho do Nordeste* (1889) e, da edição póstuma, *A Fala das Nossas Gentes*, 1987. Sócio Honorário do Fayal Sport Club (1924). Em 1914, o seu nome seria dado a uma artéria da freguesia da Conceição. Em 1914, a Câmara Municipal da Horta, então presidida por Florêncio José Terra, aprovou, na sessão de 6 de abril, a proposta do vereador Henrique Pereira de Macedo para que fosse dado o nome do Dr. Serpa à avenida então em construção no lado norte da ribeira da Conceição, em sinal “de reconhecimento do mesmo município pelos relevantes serviços que S. Exa. tem prestado como senador deste Distrito”. Apêndice – Capítulo II, Gravura 6.

³⁸⁶ BPARJJG, *Ministério do Interior*, “Telegrama, n.º 47, de 5 de outubro de 1910, dirigido ao Dr. José Machado Serpa” [d.a.].

³⁸⁷ Rui Ramos [coord.], “A Segunda [...], já cit., in José Mattoso [dir.], *História de [...]*, vol. VI, p.475.

respetiva edição, informava os seus leitores que havia sido proclamada a República³⁸⁸. Por isso, o destaque ia para um artigo, a três colunas, de Amílcar de Sousa que discorria sobre “Exercício Físico [Para se conservar a saúde é preciso que os músculos se movimentem]”. A página completava-se com a secção “Aniversários” e “Notícias do Brasil”³⁸⁹.

Aliás a notícia do jornal permite-nos concluir que se a notícia foi bem recebida na Horta, todavia não provocou grande euforia, especiais comoções, porque se estava perante uma ato consumado e perante o qual nada mais havia a fazer se não “desejar dias melhores ao nosso querido País”. Se não se nota qualquer atitude de hostilidade ao novo regime, isso não impediu que o articulista referisse, como que pré-anunciando o clima de instabilidade geral que viria a marcar a I República ao escrever: “Vão agitar-se graves problemas na vida nacional e eles exigem o concurso de todos os homens de valor intelectual ou moral. Desta circunstância dependiam sobretudo a tranquilidade e o progresso”³⁹⁰. As vantagens e as desvantagens que a República seria portadora, o tempo encarregar-se-ia de mostrá-las³⁹¹.

Também de forma breve, mas na página seguinte, noticiava que o novo governador civil, Dr. José Machado Serpa, tomava posse pelas 16h, adiantando-se que a nomeação tinha sido bem recebida pelos faialenses, devido ao reconhecimento público dos “altos dotes de carácter daquele cavalheiro”³⁹².

A tomada de posse de Machado de Serpa³⁹³, este picoense, natural da freguesia da Prainha, e não um “distinto faialense”, como, por lapso ou por ignorância, se escrevia n’*O Telégrafo*³⁹⁴, significou a necessidade que o regime republicano tinha, para se afirmar, de começar a reorganizar todo o aparelho administrativo do Estado, da base ao topo³⁹⁵.

³⁸⁸ “Proclamação da República”, *O Telégrafo*, 1910, outubro 6 (4 986), p.1.

³⁸⁹ *O Telégrafo* só nas suas edições de 12 e 13 de outubro é que deu conta dos acontecimentos ocorridos em Lisboa entre 3 e 5 de outubro, cf. “A República em Portugal. Lisboa Revolucionada. Últimas notícias trazidas pela canhoneira Açor”, *Ibid.*, 1910, outubro 12 (4 991); pp.1-2; “A República em Portugal. Ecos da Revolução. O faialense Dr. Manuel de Arriaga nomeado procurador da República”, *Ibid.*, 1910, outubro 13 (4 992), pp.1-2.

³⁹⁰ *Ibid.*

³⁹¹ Cf. Fátima Sequeira Dias, “A notícia da implantação da República através da leitura dos jornais publicados no arquipélago dos Açores”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, Horta, Núcleo Cultural, 2010 (19), pp.97-121.

³⁹² “Noticiário”, *O Telégrafo*, 1910, outubro 6 (4 986), p.2.

³⁹³ Sobre Machado Serpa, veja-se *Correio da Horta*, 1946, dezembro 17 (4 351), pp.1 e 4; Manuel Greaves, *In Memoriam. José Machado Serpa. Coletânea de originais e extratos da imprensa sobre a figura do ilustre açoriano*, Horta, Edição do Autor, 1948; Id., *Outras Histórias que ouvi. Obra Póstuma*, Horta, Edição da Família do Autor, 1958; José Machado Serpa, *A Fala das [...] já cit.*; José Miguel Sardica, “As Ilhas e a República. José Machado de Serpa, Governador civil da Horta e Deputado Constituinte”, in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2011, pp.69-89.

³⁹⁴ Machado Serpa antes de aceitar o cargo, havia conferenciado com os membros do Partido Republicano da Horta, certamente para perceber como encaravam a sua nomeação, cf. “Governador civil da Horta”, *O Telégrafo*, 1910, outubro 7 (4 987), p.1.

³⁹⁵ Cf. José Miguel Sardica, “As Ilhas [...]”, in *op. cit.* [...], p.75.

Por outro lado, na Horta não existiam republicanos históricos, por isso, as novas autoridades não descartaram a necessidade de terem que se socorrer das sensibilidades locais para que fossem elas a propor “quem iria republicanizar o que ainda não era propriamente republicano”³⁹⁶. Isto quer dizer que na Horta, como certamente nas outras capitais de distrito, os lugares administrativos e políticos não seriam preenchidos pelas clientelas de Lisboa. Se a intenção dos novos dirigentes, em particular de António José de Almeida, a quem coube a maioria das nomeações, era pôr a administração do arquipélago nas mãos de verdadeiros ilhéus, esta atitude do novel ministro não passou despercebida a Manuel Greaves que entendeu a nomeação de Serpa como um gesto de boa vontade por parte daquele governante, que assim reconhecia respeito por um “povo desde séculos legitimamente ambicioso de possuir autonomia”³⁹⁷.

Mas o que esteve na origem da nomeação daquele que foi considerado um dos mais importantes “mediadores entre a nova Lisboa republicana e as chamadas ‘ilhas de baixo’” (o distrito ocidental dos Açores)³⁹⁸?

Podemos ajuizar que estiveram na origem da sua escolha os seus dotes morais, humanos e profissionais, o seu afastamento por completo dos partidos militantes da Monarquia, o que levou a que se escrevesse a propósito: “A nomeação do Sr. Dr. José Machado Serpa, [...], foi acertada e bem recebida. É um faialense [*sic*] ilustre pelo coração e pelo talento, um magistrado sabedor e correto – um homem de bem às direitas. Andou sempre arredado da política monárquica, o que mais o recomenda para a vida republicana”³⁹⁹.

Quanto à tomada de posse, verificamos que o jornal *Ihe* reserva uma coluna na primeira página e meia na segunda. O que sobressai da sua leitura?

Notamos que foi uma cerimónia extraordinariamente concorrida por gente de todas as classes⁴⁰⁰. E a maneira como se abordou a presença destas gentes não deixava, em nosso entender, de ser curiosa. Aceitamos, com naturalidade, que muitos lá foram certamente por simpatia e amizade para com Machado Serpa. Mas afirmar-se que era uma demonstração de “simpatia para com o novo sistema de governo implantado em Lisboa no dia quatro [*sic*] do corrente”⁴⁰¹. Afirmção que nos leva a ter algumas dúvidas.

³⁹⁶ *Ibid.*

³⁹⁷ Manuel Greaves, *In Memoriam*. [...], já cit., p.10.

³⁹⁸ José Miguel Sardica, “As Ilhas [...]”, já cit., in *O Faial e [...]*, p.70.

³⁹⁹ “Justiça, República”, *Justiça*, 1910, outubro 10 (1), p.1.

⁴⁰⁰ “Governador civil da Horta”, *O Telégrafo*, 1910, outubro 7 (4 987), p.1.

⁴⁰¹ *Ibid.*

Ao tomar a palavra, Machado Serpa começou por se dirigir de forma amistosa a todos os que o haviam antecedido no cargo, para logo adiantar que estava convicto de poder considerar aderentes ao novo regime todos os presentes, o que revela, em nosso entender, astúcia, admirável tato e espírito conciliador. Ao terminar, confiante, talvez, no princípio de uma república para todos, exortou-os para que não lhe dificultassem o exercício do cargo, porque só contando com o apoio dos seus administrados é que poderia levar a cabo uma “profícua e progressiva administração local”⁴⁰².

Esta atitude de Serpa não convencera António Batista, visto que demonstrava uma grande desconfiança em relação aos novos aderentes ao regime, porque certamente se havia apercebido, como muitos outros açorianos, que, para os republicanos, começou por vigorar o princípio de “que o País era para todos, mas o Estado era para os republicanos”, como afirmara José Relvas, daí afirmar que na Horta “os avejões monárquicos” esvoaçavam já em volta de República, como antes o haviam feito durante Monarquia. Por isso, perguntava: “Como provar a sinceridade [dos novos aderentes]?”. E a resposta não podia ser mais irónica: “Com atestado de limpeza. Quem o não tiver, escusa de apresentar-se”⁴⁰³. Isto significava que na Horta, ao preencher o vazio político deixado pela monarquia, ninguém (as elites) lhe havia resistido, porque sendo feita para todos então por todos seria aceite, os “adesivos não se fizeram esperar”⁴⁰⁴. Por isso, Batista não tinha dúvidas que o novo regime devia ser norteado por três grandes princípios: “Liberdade ampla. Justiça segura. Limpeza perfeita”. Se fossem cumpridos, não tinha quaisquer dúvidas em afirmar: “Viva a República! Se não – não!”⁴⁰⁵.

Na ilha do Faial, se o fenómeno pode ser considerado de adesivagem coletiva, é bom não esquecer que não seria fácil ao novo regime conseguir os quadros necessários para a administração pública. Se houve mudança de casaca também é verdade que os dirigentes republicanos não deixaram de perceber que não podiam dispensar, na sua globalidade, os pesos pesados locais. E um exemplo desta situação foi a nomeação do antigo dirigente local do Partido Regenerador, António Emílio Severino de Avelar, em 1915, para o cargo de governador civil.

⁴⁰² “Governador civil da Horta”, *O Telégrafo*, 1910, outubro 7 (4 987), pp.1-2.

⁴⁰³ “Justiça, República”, *Justiça*, 1910, outubro 10 (1), p.1.

⁴⁰⁴ João Medina [dir.], *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, vol. X, Lisboa, Ediclube, 2001, p.87. Sobre o assunto, veja-se “Os Aderentes”, *Justiça*, 1910, novembro 16 (30), p.1.

⁴⁰⁵ “Os Aderentes”, *Justiça*, 1910, novembro 16 (30), p.1.

Em suma, aquela atitude de Serpa, que podemos chamar de “integradora”⁴⁰⁶, não obviou a que alguns, por comodismo, para mais facilmente “usufruírem” das benesses da nova realidade política, se submetessem aos princípios republicanos, atitude que seria designada de “adesivagem”, “ser adesivo”, “os adesivos”, “os aderidos”, os “cristãos-novos da República”, “republicanos arranjistas”⁴⁰⁷. Dentro desta interpretação, se aplicarmos à Horta o quadro particularizado por Carlos Cordeiro para São Miguel, verificamos que apenas ficamos pelo predomínio de posições não radicais, isto é, os adesivos (detestados por monárquicos e por republicanos), os indiferentes (os que acreditavam que nenhum regime político mudava a sua sorte), os expectantes (que aguardavam o desenrolar dos acontecimentos para depois optarem pela decisão mais conveniente) e os que aceitavam o novo regime que, sem compromissos de colaboração futura, preferiam que a sua implantação tivesse ocorrido em resultado de uma vitória nas urnas⁴⁰⁸. Deste modo, só na condição de ter havido adesivos é que a República foi possível.

De imediato, Serpa, sem esperar por qualquer autorização do Terreiro do Paço, deu seguimento à montagem da máquina administrativa distrital⁴⁰⁹. No espaço de uma semana nomeou os novos administradores do distrito, dando logo de começo um grande prestígio ao novo regime no distrito da Horta⁴¹⁰, visto que apesar de se antecipar ao

⁴⁰⁶ Carlos Lobão, *Roteiro Republicano. Horta*, Horta, Clube de Filatelia *O Ilhéu*/Câmara Municipal da Horta, 2012, p.23.

⁴⁰⁷ Veja-se Fernando Farelo Lopes, *Poder Político e Caciquismo na 1.ª República Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, pp.41-50. Sobre o termo ‘adesivismo’, escreve: “Exprime o processo de conversão de políticos, fações e jornais monárquicos ao regime implantado em 1910. Enquanto fenómeno maciço, o ‘adesivismo’ é inseparável das relações clientelares”; João Medina [dir.], *História de Portugal [...]*, vol. X, já cit.; Rui Ramos [coord.], *História de [...]*, já cit., p.587; Fátima Sequeira Dias, “A notícia da implantação [...]”, já cit., *Boletim do Núcleo Cultural [...]*, pp.99-100.

⁴⁰⁸ Cf. Carlos Cordeiro, “Regionalismo [...]”, , já cit., *Revista Arquipélago. História*, vol. I, 1995 (2), pp.281-315 [290]. Sobre o assunto, veja-se Susana Serpa Silva, *Ponta Delgada. [...]*, já cit., p.17.

⁴⁰⁹ Foram indigitados os seguintes administradores para os concelhos do distrito: João Pereira Gabriel (proprietário e empregado público, a 7 de outubro, Horta); Abílio Augusto Durão (ajudante de farmácia, a 7 de outubro, Madalena, Pico); Joaquim Rocha Bettencourt (aspirante da fazenda da Horta, dia 8 outubro em comissão de serviço, Lajes do Pico); Manuel Augusto Emílio (professor de ginástica do Liceu da Horta, dia 8 em comissão de serviço, São Roque do Pico). Quanto aos dois concelhos das Flores, foram despachados no dia 10 para o concelho de Santa Cruz, Caetano Moniz de Vasconcelos (condutor da Obras Públicas da Horta, em comissão de serviço) e, no dia 14, Urbano Lino de Freitas (ajudante de farmácia). Para o Corvo, no dia 10, Pedro Penedo da Rocha (professor primário). Depois, seguir-se-iam as comissões administrativas das câmaras, os regedores e as comissões paroquiais, certamente por sua sugestão e das nascentes comissões republicanas. Também nomearia os regedores das freguesias da Matriz, Angústias e Conceição respetivamente Carlos Pinheiro, Domingos Bettencourt e José Nunes de Moraes. Todavia, as nomeações dos administradores de concelho só a 8 de novembro é que seriam ratificadas pelo ministro António José de Almeida, cf. *Justiça*, 1910, outubro 12 (1), p.3; Fernando Faria, “No Centenário da República [Governador Dr. José Machado de Serpa], *Tribuna das Ilhas*, 2010, julho 23 (425), p.12. Sobre a tomada de posse do administrador do concelho da Horta, veja-se “Noticiário”, *O Telégrafo*, 1910, outubro 7 (4 987), pp.2-3.

⁴¹⁰ *O Arauto*, 1915, fevereiro 1 (4), pp.3-4. Revista quinzenal fundada, a 15 de dezembro de 1914, por António Batista, que era ao mesmo tempo proprietário, diretor e editor.

Governo, as suas nomeações não deixaram de estar em consonância com o espírito do telegrama de 12 de outubro, assinado pelo ministro do Interior, António José de Almeida:

“Chamo atenção de V. Exa e espero que envidará todos os seus esforços a fim de que os velhos e leais republicanos não sejam preteridos pelos republicanos de última hora no provimento dos lugares de administração quer distritais, municipais ou paroquiais lembro mais o quanto é indispensável evitar o ser por servidores do antigo regime pervertidos à nascente república”⁴¹¹.

A 12 de outubro seria a vez da Câmara da Horta⁴¹² aderir à República, em sessão realizada no mesmo dia, que contou com a presença do governador civil. Presidiu à sessão o vereador mais velho, José Inácio Cristo, por impedimento do presidente (Francisco Pereira Ribeiro Jr.)⁴¹³.

Depois de aberta a sessão, tomou a palavra o novo governador civil que afirmou esperar da Câmara da Horta toda a colaboração, evitando-se assim quaisquer embaraços que a mesma lhe pudesse causar à sua administração. Todavia, não deixaria de acentuar que a edilidade podia contar com a sua franca, leal e oficial coadjuvação.

De seguida, tomou a palavra o vereador Cristo que agradeceu, em nome da Câmara, a presença do governador civil, congratulando-se com a acertada escolha do Governo Provisório da República, por ter recaído num cidadão à altura de desempenhar tão elevado cargo. Depois, questionou os outros vereadores se estavam de acordo com a exposição feita pelo governador a que todos anuíram⁴¹⁴. Após a saída do governador civil, a vereação ao retomar os trabalhos deliberou indigitar a presidência a oficial o governador que a Câmara da Horta aderiria “oficialmente” ao novo regime.

Por isso, pelo consignado na ata da respetiva sessão, verificamos que na cidade da Horta quase não sentiu a transição entre a Monarquia e a República, graças à esclarecida e ponderada governação do Dr. José Machado Serpa, que soube criar, sem recorrer a atos de violência, um clima de admirável apaziguamento político, desarmando assim os ânimos mais fanáticos, a tal ponto que se atribuíu, “a alguém mais exaltado com os

⁴¹¹ BPARJJG, *Estação do cabo da Horta*, “Telegrama, n.º184, de 12 de outubro, do ministro do Interior, António José de Almeida, ao governador civil do distrito da Horta” [d.a.].

⁴¹² A partir da sessão extraordinária de 13 de novembro de 1910, inicia-se uma nova terminologia preambular. A expressão “ano de nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo” foi substituída por “aos treze dias do mês de novembro de mil novecentos e dez, nesta cidade da Horta e Sala dos Paços do Concelho, sendo doze horas compareceram os cidadãos”, BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livro de Vereações, 1910-1911 (57), fl.117: “Ata de 13 de novembro 1910”.

⁴¹³ BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livro de Vereações, 1910-1911 (57), fl.110: “Ata da sessão de 12 de outubro de 1910”. Veja-se “Noticiário”, *O Telégrafo*, 1910, outubro 13 (4 992), p.3: “Ontem o Exmo. Chefe do distrito foi à Câmara Municipal apresentar os seus cumprimentos e manifestar o seu leal apoio em tudo o que seja a bem desta terra”.

⁴¹⁴ BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Vereações, 1910-1911 (57), fls.110-111: “Ata da sessão de 12 de outubro de 1910”.

acontecimentos, o seguinte dito: ‘Em Lisboa mataram o Rei e aqui nem ao menos se prende um padre’”⁴¹⁵.

Em nossa opinião, registamos três momentos que puseram termo, a quaisquer dúvidas, sobre a adesão dos faialenses ao novo regime: a alteração do nome da Praça D. Carlos I para Praça da República, por proposta vereador José Augusto de Sequeira, na sessão da Câmara de 19 de outubro, “comemorando-se por esta forma a implantação do auspicioso regime da República em Portugal”⁴¹⁶; a nomeação, por alvará de 12 de novembro, do governador civil, dos vogais efetivos⁴¹⁷ e substitutos⁴¹⁸ da primeira comissão administrativa (ou executiva, como por vezes se lê na documentação consultada) da Câmara Municipal da Horta, que tomaria posse no dia seguinte⁴¹⁹; e a realização, no dia 13 de novembro, dos festejos oficiais da proclamação da República na cidade da Horta⁴²⁰.

Estes festejos que se revestiram de desusada pompa e circunstância, contaram com a participação de Machado Serpa que, na sua condição de primeiro magistrado do distrito, ocupou um lugar de destaque tanto no grande cortejo cívico, que atravessou as ruas engalanadas da cidade, desde o largo de Santa Cruz até aos Paços do Concelho, como na sessão de proclamação da República que se realizou no Salão Nobre dos Paços do Concelho, tarefa que foi cometida a Manuel Joaquim Dias⁴²¹, na sua condição de presidente

⁴¹⁵ Zero, “Sábado”, *Correio da Horta*, 1960, novembro 11 (8 492), pp.1 e 4.

⁴¹⁶ A praça de República teve como primeira designação largo da Glória; depois, e no contexto da visita régia de 1901, a Câmara solicitou ao Monarca a devida autorização para que se passasse a chamar praça D. Carlos I, cf. BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livro de Vereações, “Ata de 19 de outubro de 1910”, 1910-1911 (57), fls.115-115v.

⁴¹⁷ Manuel Joaquim Dias (pelouro (s): instrução e matadouro), José Machado Teixeira (viação), José da Silva Cardoso (iluminação), Caetano Moniz Vasconcelos, Carlos Alberto da Silva Pinheiro (limpeza de ruas), Henrique Garcia Monteiro (mercados, cemitério, expostos e praça do gado) e Manuel Peixoto de Ávila (limpeza de fontes, poços, etc.). Estes dois últimos pertenciam à anterior vereação, cf. BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livro de Vereações, 1910-1911 (57), fl.117: “Ata de 13 de novembro de 1910”.

⁴¹⁸ Olímpio Raposo de Oliveira, Joaquim José de Azevedo, José Nunes de Morais, António Pacheco da Silva, António Maria Martins, Manuel Rodrigues Luís e Virgílio Augusto da Silva, cf. BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livro de Vereações, 1910-1911 (57), fls.110-111: “Ata de 13 de novembro de 1910”.

⁴¹⁹ Por proposta do vogal Carlos Pinheiro da Silva aprovada, por unanimidade, foram nomeados presidente e vice-presidente da comissão os vogais Caetano Moniz Vasconcelos (só a 23 de novembro é que viria assumir o cargo, cf. “Noticiário”, *O Telégrafo*, 1910, novembro 23 (5 026), p.3) e Manuel Joaquim Dias, respetivamente, cf. BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livro de Vereações, 1910-1911 (57), fls.110-111: “Ata de 13 de novembro de 1910”.

⁴²⁰ *Ibid.* Veja-se “Convite”, *O Telégrafo*, 1910, novembro 8 (5 013), p.3.

⁴²¹ Manuel Joaquim Dias (Horta, 1852; Idem, 1930). Amanuense e depois secretário da administração do concelho da Horta. Em 1873, fundou e dirigiu, até 1875, o jornal *A Voz do Povo*, de que era além de proprietário o tipógrafo. Por isso, a sua “entrada no mundo das letras” fez-se pela porta do jornalismo. Como poeta, estreou-se, em 1881, com o livro *Margarida*, a que se seguiram *Apoteose Humana* (1907), *Telas da Vida* (1920) e *Ao Cair das Sombras* (1928). Durante a sua vida foi um assíduo colaborador de jornais como *O Faialense*, *O Açoriano*, *A Gazeta Judicial*, *O Grémio Literário* e *O Telégrafo*, muitas vezes assinando a sua colaboração sob o pseudónimo “D”. Mas a sua pena não limitou à poesia, deixou disseminados pela imprensa uma série de escritos que abordavam temáticas como Filosofia, História, Ensino, Religião, além dos inevitáveis temas sobre o quotidiano da sua Horta. Em prosa deixou-nos *A Lição dos Factos* e *A Questão da*

em exercício da comissão executiva municipal⁴²². Tomaram ainda a palavra o padre Osório Goulart⁴²³, Marcelino Lima⁴²⁴ e o governador civil⁴²⁵. De seguida, reorganizou-se o cortejo que se dirigiu à Praça da República, onde se inaugurou a respetiva lápide. À noite, várias filarmónicas abrilhantaram os festejos, dando concertos na referida praça. Pelas 21h, realizou-se uma marcha *aux-flambeaux* que percorreu a cidade, por entre os gritos entusiásticos de milhares de faialenses que entoavam *A República vive*, num claro sinal de que haviam aderido aos festejos e, sem qualquer relutância, ao novo regime:

“[Na] Horta fez-se a honra de um festejo modelo onde o júbilo do cidadão não foi manchado por uma rixa, nem pela mais pequena expressão de desagrado da parte de ninguém. Foi cumprido o programa da comissão dos festejos e o cortejo foi o mais imponente e demonstrativo que o Faial tem tido. [...]. Seriam onze horas quando principiou o desfile, indo à frente a filarmónica ‘Recreio Praiense’ seguida pela figura alegórica da República representada pela Sra. D. Ema Maciel Cunha, que conduzia uma grinalda de louros, à qual se achavam presas duas grandes fitas vermelha e verde tendo as palavras *Pátria e Liberdade*”⁴²⁶.

Todavia, apesar de tudo ter corrido muito bem, para um dos colaboradores do jornal a *Justiça*, só houve uma maldição ou, melhor, uma nota discordante: “Cortejo mais imponente! / Tudo em ordem realçado / O exército aderente; / O povo entusiasmado. [...] // Digna representação. / A marinha triunfante... / O diabo do Avejão [Dr. Manuel Francisco Medeiros] / Foi a nota discordante //”⁴²⁷.

Se nos Açores não houve manifestações públicas em favor da monarquia, o que se nota é que a vida quotidiana foi-se fazendo sem sobressaltos e que os novos “donos do poder nas ilhas”, como se verificou na Horta, foram habilmente promovendo a crença na importância da paz e que sem esta o progresso da Nação sob o novo regime dificilmente caminharia no sentido de um futuro promissor.

Atlântida. Foi, sobretudo, um autodidata, porque apenas fez a 4.^a classe, não podendo prosseguir estudos, devido a ser filho de pais humildes. Presidente interino (1910) e depois presidente da Comissão Administrativa da Câmara da Horta (1912-1913). Em 1939, a Câmara presidida por Álvaro de Melo, atribuiu o seu nome a uma artéria da freguesia da Matriz.

⁴²² “Proclamação da República”, *O Telégrafo*, 1910, novembro 14 (5 018), p.1. Veja-se “Os festejos de ontem”, *Justiça*, 1910, novembro 14 (28), p.1.

⁴²³ Osório Goulart, “Alocução Patriótica”, *O Telégrafo*, 1910, novembro 19 (5 023), p.1.

⁴²⁴ Marcelino Lima, “Alocução Patriótica”, *O Telégrafo*, 1910, novembro 26 (5 029), pp.1-2.

⁴²⁵ Do discurso do governador civil, registamos o seguinte parágrafo: “Esta festa, eminentemente republicana, é coincidente da posse da comissão municipal administrativa por mim nomeada para reger os destinos deste concelho até que o eleitorado escolha os seus representantes. Que a vossa gerência, ilustre comissão, não enfebre de tibieza ou de incerteza. Nesta sala, que é a sala por excelência de todos os faialenses, estudaí as aspirações dos faialenses. E concertai-as sob o influxo da nova ordem das coisas e de processos, pois nestes rochedos, tisnados pelo fogo dos vulcões, há ainda terra que baste para nela crescer e frutificar a prometidora árvore da República”, cf. José Machado Serpa, “Alocução Patriótica”, *O Telégrafo*, 1910, dezembro 3 (5 035), p.1.

⁴²⁶ “Proclamação da República”, *O Telégrafo*, 1910, novembro 14 (5 018), pp.1-2.

⁴²⁷ Miramontes, “Nota discordante”, *Justiça*, 1910, novembro 15 (29), p.1.

Por outro lado, se a imprensa faialense se mostrou expectante, em particular o velho *O Telégrafo* (fundado em 1893) perante o novo regime, sem grandes manchetes como vimos, dentro da lógica, dar tempo ao tempo, isto é, mostrar as vantagens ou as desvantagens do novo regime quando comparado com a Monarquia, notamos que na freguesia de Pedro Miguel, de acordo com o correspondente do dito jornal, Horta do Amaral, a proclamação da República não tinha sido mal recebida. Mas logo adiantava que todos haviam notado um pequeno problema: “o da separação da igreja do Estado”⁴²⁸. O que permite concluir que os habitantes da freguesia, de vivência religiosa muito arraigada, não aceitaram muito bem algumas medidas entretanto tomadas que testemunhavam a política anticlerical da República, que considerava o “catolicismo onnipresente nas escolas, na educação, na vida familiar e nos atos quotidianos” como o principal obstáculo à emancipação “mental” do País⁴²⁹ (a expulsão das ordens religiosas, 10 de outubro; o encerramento de casas de caridade, colégios e centros de caridade dirigidos por congregações religiosas e a abolição do ensino da doutrina cristã nas escolas primárias e normais primárias, 22 de outubro). Por isso, a população receava que o País fosse entregue a homens sem fé, anticlericais convictos e adversários declarados da Igreja⁴³⁰.

Se esta era uma nota dissonante, por outro lado, os habitantes da dita freguesia se fizemos fé no que escrevia o seu correspondente, eram unânimes em afirmar “que os cavalheiros escolhidos para os primeiros cargos do distrito [Machado Serpa] e do concelho [João Gabriel]” possuíam as qualidades necessárias para o bom desempenho das suas funções⁴³¹.

Conscientes, certamente do que se passara em Pedro Miguel, os novos senhores do poder perceberam que seria necessário promover a “propaganda republicana” nas diferentes freguesias da ilha. Logo em novembro, as comissões republicanas da cidade da Horta levaram a efeito uma campanha de sensibilização política⁴³² pelas freguesias do norte da ilha. Ou então, como aconteceu em maio de 1911, na freguesia da Feteira. Nesta ação de campanha em que estiveram presentes, entre outros, o governador civil, Augusto Goulart de Medeiros, e o Dr. José Machado de Serpa, não deixou de ser curioso que o dia e o local escolhidos fossem o domingo e o adro da igreja para a divulgação do novo catecismo republicano (a santa religião do dever e da verdade), o que não impediu que se levantassem

⁴²⁸ Horta do Amaral, “Pelo Campo [Pedro Miguel.]”, *O Telégrafo*, 1910, novembro 4 (5 010), p.2.

⁴²⁹ Cf. José Miguel Sardica, *O Século XX Português*, já cit., pp.29-30.

⁴³⁰ Cf. Susana Serpa Silva, *Ponta Delgada*. [...], já cit., pp.16-17.

⁴³¹ Horta do Amaral, “Pelo Campo [Pedro Miguel.]”, *O Telégrafo*, 1910, novembro 4 (5 010), p.2.

⁴³² “Noticiário”, *O Telégrafo*, 1910, novembro 21 (5 024), p.3.

entusiásticas vivas aos oradores, “à República e ao Governo os quais foram calorosamente correspondidos pelo povo”⁴³³.

6.5. Um faialense na Presidência da República: reações locais

“A democratização do País estava feita: homens de envergadura intelectual de Teófilo Braga [micaelense], Eduardo de Abreu [terceirense], Manuel de Arriaga [faialense], [...] e outros, correndo o País haviam-no democratizado, e, em comícios e conferências, haviam mostrado ao povo que só a Revolução o poderia salvar”⁴³⁴.

A 24 de agosto de 1911, o insulano, como por vezes se intitulava, Manuel José de Arriaga Brum da Silveira e Peyrelongue⁴³⁵ era eleito presidente da República Portuguesa. Em finais da década de cinquenta foi para Coimbra⁴³⁶, onde a 25 de maio de 1866 concluiu o ser curso de bacharel em Leis. Na cidade do Mondego viria a conhecer um conjunto de figuras – Eça de Queirós, Teófilo Braga, Antero de Quental entre outros –, em cujo convívio “formou a sua consciência política e conheceu os grandes ideais do republicanismo”⁴³⁷.

Arriaga tornar-se-ia membro ativo do Partido Republicano. Nesta condição seria eleito membro do 1.º Diretório do Partido, em 1881 e deputado pelos círculos do Funchal (1882) e Lisboa (1890). Em 1882, redigiria o *Projeto de Organização definitiva do Partido Republicano*.

Cansado da mesquinhez e intrigas constantes dos homens e das lutas intestinas entre os seus correligionários⁴³⁸, resignaria, em 1898, ao cargo de presidente do Diretório do Partido Republicano e entre 1899 e 1907 afastou-se da militância política, tendo-se dedicado à advocacia ao mesmo tempo que publicava a maior parte da sua obra literária. Todavia, na sequência da revolução de 5 de outubro de 1910, Arriaga seria nomeado, a 18

⁴³³ “Correspondência [Feteira], *Justiça*, 1911, junho 5 (187), p.2. Paralelamente, a estas ações de propaganda, verificamos ainda em 1910, alguma atividade por parte das comissões paroquiais da três freguesias da cidade da Horta que convocavam os seus filiados para se reunirem na sala de sessões do Cento Republicano da Horta, sito ao largo do Infante D. Henrique, n.º 2, a fim de tratarem dos festejos comemorativos da proclamação de República ou então de “assuntos de interesse do Partido”. Assinam geralmente as convocatórias os presidentes João Inácio da Silva, Manuel Rodrigues Luís e José Nunes de Moraes, cf. “Convocatória”, *O Telégrafo*, 1910, novembro 8 (5 013), p.3.

⁴³⁴ Machado dos Santos, *A revolução portuguesa: 1901-1910*, Lisboa, Sextante Editora, 2007, pp.15-16.

⁴³⁵ Manuel José de Arriaga Brum da Silveira e Peyrelongue, oriundo de uma aristocrática família faialense, nasceu na cidade da Horta, freguesia da Matriz, a 8 de julho de 1840 e faleceu em Lisboa, a 5 de março de 1917. Família com origens flamengas (de Bruyn), francesa (Peyrelongue) e bascas (Arriaga), cf. Joana Gaspar de Freitas, *Fotobiografia de Manuel de Arriaga*, Horta, Câmara Municipal da Horta, 2011, p.14.

⁴³⁶ Depois de ter saído do Faial para Coimbra, voltaria à ilha três vezes (1866, 1887 e 1905).

⁴³⁷ Joana Gaspar de Freitas, *Bibliografia de Manuel de Arriaga*, Horta, Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta, 2003, p.14. Da mesma autora, *Manuel de Arriaga, um homem de múltiplos olhares*, Horta, Junta de Freguesia da Matriz, 2011.

⁴³⁸ “Sôfregos de um emprego, de uma colocação, de uma coisa qualquer que renda dinheiro”, *Ap.* Joana Gaspar de Freitas, *Manuel de Arriaga, um homem [...]*, já cit., p.17.

do mesmo mês, pelo ministro do Interior, António José de Almeida, Reitor da Universidade de Coimbra⁴³⁹ e procurador geral da República⁴⁴⁰ e eleito deputado da Constituinte.

6.5. A eleição de Manuel de Arriaga, o “grande caudilho republicano”⁴⁴¹

“Esta Assembleia Nacional Constituinte acaba de depositar nas minhas débeis mãos um tesouro quatro vezes precioso: o da Liberdade, em nome da qual trataremos de, com auxílio de todos os que vierem em volta de nós, eliminar todos os privilégios que para mim são malditos. Depositou além da Liberdade, uma coisa sagrada acima de todas: a Honra da Pátria. [...]. Não de vir para nós os que de nós fugiram. Em nome da Pátria e da Liberdade, aqui estamos para os receber”⁴⁴².

“É ELEITO PRESIDENTE DA REPÚBLICA O FAIALENSE DOUTOR MANUEL D’ ARRIAGA”⁴⁴³. Era com este título que a redação do jornal *O Telégrafo* abria a sua edição de 25 de agosto.

Perante tão importante acontecimento, o corpo redatorial do jornal entendia que a sua nomeação teria que ser acolhida por todos com o mais cordial entusiasmo, não só por ter ascendido a este novo cargo criado pela República, mas pelo seu carácter íntegro e imaculado e pelo seu talento, cujo exemplo de vida era a mais nobre encarnação do ideal democrático, a mais alta expressão de civismo e o mais belo remate à consolidação da República⁴⁴⁴.

Depois de conhecida, a notícia provocou, por volta das 17:30h, em toda a cidade uma enorme onda de entusiasmo, anunciada com o estourar de foguetes e do tremular de muitas bandeiras⁴⁴⁵.

Desde logo, a comissão republicana da Horta tratou de organizar uma manifestação pública de regozijo, o que aconteceu por volta das 20h. Incorporaram-se, além do governador civil – Augusto Goulart de Medeiros –, “todos os republicanos sinceros”⁴⁴⁶, demais autoridades, praças e oficiais do destacamento de artilharia e

⁴³⁹ Cf. Luís Reis Torgal, “Manuel de Arriaga, António José de Almeida e a Universidade”, *Atas do colóquio Manuel de Arriaga, o primeiro Reitor da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2001, pp.25-53 [44-45].

⁴⁴⁰ “Manuel de Arriaga”, *O Telégrafo*, 1910, outubro 13 (4 992), p.1. Veja-se “A República em Portugal. Saudemos os Filhos do Distrito. Dr. Manuel de Arriaga e capitão de fragata Amaro Gomes [1.º ministro da Marinha da República], *Ibid.*, 1910, outubro 17 (4 995), p.1.

⁴⁴¹ “Dr. Manuel de Arriaga”, *A Democracia*, 1911, julho 9 (10), p.3. Apêndice – Capítulo II, Gravura 7.

⁴⁴² *O Telégrafo*, 1911, setembro 4 (5 250), pp.2-3.

⁴⁴³ *O Telégrafo*, 1911, agosto 25 (5 242), pp.1-3.

⁴⁴⁴ *O Telégrafo*, 1911, agosto 25 (5 242), p.1. Veja-se Joana Gaspar de Freitas, *Manuel de Arriaga, Percurso Intelectual e Político de um Republicano Histórico (1840-1917)*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2011, p.119.

⁴⁴⁵ “Noticiário”, *O Telégrafo*, 1911, agosto 26 (5 253), p. 2.

⁴⁴⁶ “Manuel de Arriaga”, *Justiça*, 1911, agosto 25 (231), p.1.

infantaria, as filarmónicas *Artista Faialense* e *União Faialense* e um “enorme acompanhamento de povo”⁴⁴⁷.

O préstito, designado de uma grande marcha *aux flambeaux*⁴⁴⁸ ou de um “cortejo deslumbrante”⁴⁴⁹, percorreu as principais artérias da cidade, ao som dos hinos patrióticos e à luz de archotes, dando vivas à República e ao seu Presidente. Depois, os manifestantes dirigiram-se ao solar da família Arriaga situado na travessa de São Francisco, n.º 2, onde viviam as suas irmãs e cunhado, realçando a *Justiça*, que o entusiasmo dos manifestantes redobrou assim que avistaram a casa onde nascera⁴⁵⁰. Em nome da comissão distrital republicana, falou o seu presidente Alberto Goulart de Medeiros que se dirigiu de forma entusiástica à multidão presente. Em nome da família, discursou Augusto César de Sá Linhares, cunhado de Manuel de Arriaga.

Do solar dos Arriagas, o préstito rumou em direção à Praça da República, onde o governador civil, em breves mas “vibrantes palavras”, agradeceria à população “a patriótica solidariedade do seu sentir com as gloriosas ideias da República”⁴⁵¹. Ao mesmo tempo que se congratulava, assim como todos os republicanos convictos e sinceros, com a eleição de Manuel de Arriaga. A terminar pediu a união de todos os “bons republicanos em serviço dos sagrados interesses da Pátria”⁴⁵². Por volta das 23h os manifestantes dispersaram⁴⁵³.

Passados alguns dias, mais propriamente a 29 de agosto, seria a vez da Câmara da Horta⁴⁵⁴ “levar a efeito uma sessão solene de homenagem ao presidente Arriaga”⁴⁵⁵. No mês

⁴⁴⁷ *Ibid.* Apêndice – Capítulo II, Gravura 8.

⁴⁴⁸ “Manuel de Arriaga”, *Justiça*, 1911, agosto 25 (231), p.1.

⁴⁴⁹ “Os festejos em honra do Dr. Manuel de Arriaga 1.º Presidente da República”, *A Democracia*, 1911, agosto 27 (17), p.3.

⁴⁵⁰ “Manuel de Arriaga”, *Justiça*, 1911, agosto 25 (231), p.1.

⁴⁵¹ *O Telégrafo*, 1911, agosto 25 (5 242), pp.1-2.

⁴⁵² “Manuel de Arriaga”, *Justiça*, 1911, agosto 25 (231), p.1.

⁴⁵³ Em todos os edifícios públicos, sociedades e outros foi arvorada a bandeira nacional; o Castelo de Santo Cruz salvou com vinte e um tiros; a *Padaria Açoriana*, de José Peixoto de Ávila, um antigo republicano, expôs na sua montra, ornado de flores, um retrato, ampliado, de Manuel de Arriaga, cf. “Notas”, *Justiça*, 1911, agosto 25 (231), p.1. Também a *Sociedade Cooperativa Previdência Operária* iluminou a gás cetileno a fachada do seu edifício em sinal de regozijo pela eleição de Manuel de Arriaga.

⁴⁵⁴ BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livro de Vereações, 1911-1913 (58), pp.1 v.-2: “Ata de 29 de agosto de 1911”.

⁴⁵⁵ BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, “Convite remetido ao governador civil do distrito da Horta [26 de agosto de 1910, d.a.]”. Sobre o assunto, veja-se “Dr. Manuel de Arriaga”, *A Democracia*, 1911, setembro 3 (18), p.2; *O Telégrafo*, 1911, agosto 30 (5 246), p.1.

seguinte, a edilidade, na sua sessão ordinária do dia 27, deliberou “dar ao largo de Santa Cruz o nome de Largo Manuel de Arriaga”⁴⁵⁶.

A eleição de Arriaga seria o mote para os festejos que a cidade da Horta levaria a efeito – entre os dias 5 – quinta-feira – e 8 de outubro – domingo – pela passagem do 1.º aniversário da proclamação da República, que, segundo o jornal *A Democracia*, “prometem ser imponentíssimos”⁴⁵⁷. O que seria confirmado se se fizer fé na leitura de um artigo na edição do dia 8 do mesmo jornal:

“Aqui na Horta os festejos pelo aniversário da República foram ruidosos, existindo sempre no povo e nas classes que o constituem a maior alegria e contentamento. Ruas e casas festivamente engalanadas com arcos, flores e bandeirolas. [...]. Cortejos cívicos, músicas, iluminações, fogos-de-artifício, discursos patrióticos, nada faltou para abrilhantar esta festividade puramente nacional, que nenhuma nota discordante veio interromper [...] com grande desespero de alguns sebastianistas curiosos e despeitados. A sessão da Câmara foi imponente, assim como o cortejo cívico e as demais manifestações de alegria popular”⁴⁵⁸.

Arriaga viria a resignar a 26 de maio de 1915⁴⁵⁹ (quatro dias depois do falecimento de sua irmã Maria Cristiana Arriaga, na cidade da Horta), na sequência do movimento de 14 do mesmo mês contra a “afrontosa ditadura de Pimenta de Castro e Manuel de Arriaga”⁴⁶⁰. Daí ter persistido, durante muitos anos, um estranho alheamento historiográfico, tanto sobre os princípios da sua política como sobre os vários percursos da sua intervenção social.

⁴⁵⁶ BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livro de Vereações, 1911-1913 (58), fls.6-7: “Ata de 27 de setembro de 1911”. Sobre estes atos, veja-se “Ata de 5 de outubro de 1911, fls.8-8v.”; “O aniversário da proclamação da República [Os festejos realizados na Horta]”, *A Democracia*, 1911, outubro 8 (23), p.3.

⁴⁵⁷ “O aniversário da proclamação da República”, *A Democracia*, 1911, outubro 11 (20), p.2.

⁴⁵⁸ L., “5 de outubro de 1910”, *A Democracia*, 1911, outubro 8 (23), p.1. Situação confirmada no artigo “Primeiro aniversário da proclamação da República”, *O Telégrafo*, 1911, outubro 9 (5 278), p.1. Do programa, realçam-se no dia 5 de outubro a colocação de duas lápides, uma na casa onde nasceu: “CASA ONDE NASCEU / O PRIMEIRO / PRESIDENTE DA REPÚBLICA PORTUGUESA / DR. MANUEL DE ARRIAGA”, e outra no Largo de Santa Cruz, que se passaria a designar “LARGO MANUEL DE ARRIAGA”; no dia 6, seis regatas de canoas baleeiras; no dia 7, na Praça da República, com a presença de 260 crianças do sexo feminino e 230 do sexo masculino, a *Festa Escolar*; no último dia, as atividades foram organizadas pelo *Fayal Sport Club* e abrilhantadas pela *Artista Faialense*. Neste mesmo dia, o *Fayal Sport Club* distribuía o jornal *Sport*, número único, comemorativo da passagem do 1.º aniversário da implantação da República. Para uma leitura pormenorizada dos festejos, ver “Primeiro aniversário da proclamação da República”, *O Telégrafo*, 1911, outubro 9 (5 278), pp.1-2; “O aniversário da proclamação da República [Os festejos realizados na Horta]”, *A Democracia*, 1911, outubro 11 (20), p. 2. Apêndice – Capítulo II, Gravuras 9 e 10.

⁴⁵⁹ Sobre as atribuições do seu mandato, veja-se Joana Gaspar de Freitas, *Fotobiografia de Manuel de Arriaga*, já cit.; *Manuel de Arriaga: percurso intelectual* [...], já cit.; *Manuel de Arriaga, um homem* [...], já cit.; José Guilherme Reis Leite, “Manuel de Arriaga Como Presidente da República ou a Missão Impossível”, in Sérgio Campos de Matos, *O Tempo de Manuel de Arriaga*, Lisboa, Centro de Estudos de História da Universidade de Lisboa/Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta, 2004, pp.343-350; “República Portuguesa”, *O Telégrafo*, 1915, fevereiro 13 (6 256), p.1. Neste artigo, depois de um breve intróito, o jornal publicava a “brilhante carta” que Arriaga havia endereçado a Pimenta de Castro para que organizasse um governo extrapartidário.

⁴⁶⁰ Joana Gaspar de Freitas, *Manuel de Arriaga, um homem* [...], já cit., p.27.

Na imprensa local, tanto os acontecimentos que estiveram na origem da demissão de Castro como da resignação de Arriaga só teriam algum destaque, cerca de quinze dias depois, com a publicação, sem grandes comentários, de duas cartas de Manuel de Arriaga, uma dirigida ao presidente interino do Ministério, Dr. José de Castro, e outra às duas Câmaras do Congresso da República, respetivamente de 16⁴⁶¹ e 26 de maio⁴⁶². A sua renúncia foi o fim do aviso premonitório que fizera aos seus correligionários quando o indicaram para presidente, porque entendia que já não tinha nem saúde nem idade para que o lançassem num vespeiro político pleno de raivas, de ódios e de paixões⁴⁶³.

A 5 de março de 1917, faleceu em Lisboa, com 76 anos de idade⁴⁶⁴, tendo-lhe, a propósito, o jornal *O Telégrafo* dedicado a sua edição do dia 6, com textos da autoria de Osório Goulart e de Euclides Costa⁴⁶⁵.

7. A consagração do novo poder: a Horta e as atribuições da I República

“Um dos mais dissolventes aspetos da crise administrativa e moral que atravessamos traduz-se na facilidade com que se acusa. Em Portugal fazem-se sem hesitar as mais tremendas acusações, esgotando-se nesse esforço todo o espírito da moralidade política. Acusa-se demais e prova-se de menos. A principal razão do descrédito e da suspeição pública vem daí, porque o português cultiva com predileção, na vida pública, o escândalo”⁴⁶⁶.

Em 1923, o jornal diário *O Telégrafo*, “a folha mais antiga da Horta, mais noticiosa, de maior tiragem no distrito e de maior circulação na cidade”, ostentava na primeira página, a duas colunas, o seguinte título: “Treze anos depois estamos completamente desiludidos”⁴⁶⁷. Isto significa que o regime republicano, globalmente considerado, não trouxe muito ao Faial.

Não temos dúvidas que concorreu para este lamento o que Oliveira Marques apelidou de “caraterística geral da vida política portuguesa desde 1910” decorrente, sem dúvida, de uma endémica e crónica instabilidade “parlamentar, presidencial e

⁴⁶¹ “Carta do Sr. Manuel de Arriaga ao Sr. presidente do ministério”, *A Democracia*, 1915, junho 20 (216), p.1. Sobre o assunto, veja-se Emerson Ferreira, “As três cartas do ex-presidente”, *O Telégrafo*, 1915, julho 29 (6 383), p.1.

⁴⁶² “Renúncia do Dr. Manuel de Arriaga da Presidência da República”, *O Telégrafo*, 1915, junho 12 (6 345), p.1.

⁴⁶³ Cf. Manuel de Arriaga, *Na Primeira Presidência da República. Um rápido relatório*, Lisboa, 1916. Traça o que foi o seu percurso como presidente, esclarecendo todos os factos importantes da sua ação, evitando, assim, falsas interpretações e críticas infundadas.

⁴⁶⁴ Em 1918, o Liceu da Horta, pelo decreto n.º 4 470, de 12 de junho, passou a denominar-se “Liceu do Dr. Manuel de Arriaga”, designação que se manteria até 1947, ano em que o Liceu voltaria a ter a sua designação inicial. Em 1994, o seu nome voltaria a ser dado a Escola Secundária da Horta.

⁴⁶⁵ O.G., “Manuel de Arriaga”; Euclides Costa, “Notas Breves”, *O Telégrafo*, 1917, março 6 (6 860), p.1.

⁴⁶⁶ “Acusar”, *O Telégrafo*, 1923, janeiro 24 (8 258), p.1.

⁴⁶⁷ “Treze anos depois estamos completamente desiludidos”, *O Telégrafo*, 1923, outubro 6 (8 367), p.1.

governamental”⁴⁶⁸. Esta situação resultou sobretudo das dissensões que marcaram a família republicana, bem patentes ao grande público aquando das eleições presidenciais de 24 de agosto de 1911 uma vez que o pluripartidarismo, configurado por várias identidades políticas⁴⁶⁹, embora sem diferença significativa, resultante do desmembramento do Partido Republicano Português evoluiu “para um pluripartidarismo de partido dominante”, cuja “vocação hegemónica assumiu identificação com a própria República”⁴⁷⁰.

Deste modo, a posição alcançada pelo Partido *Democrático* na estrutura do poder republicano foi de tal ordem – influência eleitoral e detentor dos recursos necessários para a compra do voto e das consciências –, que empurrou os pequenos partidos (Unionista e Evolucionista) para o “conspirativismo e para a cumplicidade com forças antirrepublicanas”⁴⁷¹ perante uma República que teoricamente se apresentava como multipartidária, mas que na prática esteve mais perto de “um sistema de monopólio partidário”⁴⁷².

A sua hegemonia podia cingir-se à fórmula: “contra ele era muito difícil governar, sem ele era igualmente muito difícil governar”⁴⁷³, uma vez que o partido política constituía ainda o “mecanismo nuclear da organização de opiniões e votos do eleitorado”⁴⁷⁴.

Efetivamente, ao assumir-se como o principal herdeiro da máquina eleitoral e do caciquismo dos velhos partidos monárquicos, e demonstrando uma tentação de partido dominante, o Partido Democrático tornar-se-ia no principal partido governamental. Ao ser responsável pela realização dos atos eleitorais da I República, viria a ganhar, sem grandes surpresas, todas as eleições parlamentares que se realizaram, exceção para a de 19 de julho de 1921. Deste modo, se pelas eleições a oposição não conseguia destronar os democráticos, cujo monopólio se mostrava difícil de derrubar, a solução para a substituição do lugar ou acontecia pela via da força, do golpe militar, ou, na eminência daquele, afastava-se de acordo com as suas conveniências. Mas também seria pela força que

⁴⁶⁸ A. H. Oliveira Marques, *A Primeira República Portuguesa (Alguns Aspectos Estruturais)*, 3.ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1980 (1.º ed., 1971), p.80. Do mesmo autor, veja-se *História de Portugal. Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*, 4.ª ed., vol. II, Lisboa, Palas Editora, 1977, p.260.

⁴⁶⁹ Cf. Ernesto Castro Leal, *Partidos e Programas. O campo partidário republicano português (1910-1920)*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p.11.

⁴⁷⁰ João B. Serra, “Caraterização do Sistema Político da 1.ª República”, *Atas do Seminário A Crise do Sistema Liberal e a Implantação da República*, Moita, Câmara Municipal da Moita, 2002, p.14 (9-15).

⁴⁷¹ José Miguel Sardica, *O Século XX Português*, já cit., p.33

⁴⁷² *Ibid.* Sobre assunto, veja-se Ernesto Castro Leal, *op. cit.*, p.11.

⁴⁷³ João B. Serra, “Caraterização do [...]”, *op. cit.*, p.14.

⁴⁷⁴ Kathleen Schwartzman, “Contributo para a sistematização dum aparente caos político: o caso da Primeira República Portuguesa”, *Análise Social*, vol. XVII, 1981 (65), pp.153-162 [153].

recuperaria o poder perdido. Face a esta situação, não restavam quaisquer dúvidas de que existia um ambiente propício para a instabilidade política e uma ameaça constante de subversão do regime⁴⁷⁵. Ademais, a natureza da instabilidade política fez-se sentir ao nível do aparelho de Estado e da administração civil e militar, o que tornou a república portuguesa no regime parlamentar mais instável da Europa ocidental.

Deste modo, entre 1910-1926, numa Nação impreparada para a modernidade, que cedo desacreditou o regime instaurado a 5 de outubro, verificamos que o poder do eleitorado foi três vezes redefinido pela legislação eleitoral⁴⁷⁶, que o País teve sete presidentes (apenas um conseguiu completar o respetivo mandato – António José de Almeida: 1919-1923), que, por sua vez, nomearam quarenta e cinco governos (“com uma duração média de quatro meses” e de diverso tipo⁴⁷⁷), trinta primeiros-ministros diferentes, sete eleições gerais para deputados (1911, 1915, 1918, 1919, 1921, 1922 e 1925) e quase todos os anos houve invasões monárquicas, intentonas e revoltas civis e militares⁴⁷⁸.

Tudo isto significou que os republicanos, para lá das suas intenções e dos seus ideais generosos, foram, por um lado, incapazes de criar um sistema estável e progressista e, por outro, capazes de abrir, graças às suas ferrenhas paixões tanto pessoais (rivalidades pessoais de chefia) como ideológicas, o caminho à intervenção militar na vida política e à instauração da ditadura, porque de acordo com Costa Pinto três clivagens sociopolíticas bastaram para envenenar o regime republicano ou dito de outra maneira, questões de fundo que possibilitaram uma melhor compreensão do falhanço da primeira experiência liberal democrática no Portugal do século XX: a questão (guerra) religiosa; a questão política ou de regime (a oposição monárquica e operária e as divisões e dissidências republicanas); e a questão sociocultural (o dualismo entre mundo urbano e o rural)⁴⁷⁹.

⁴⁷⁵ João de Lacerda, “Monarquia ou República”, *O Telégrafo*, 1921, agosto 3 (8 026), p.1.

⁴⁷⁶ Cf. Pedro Tavares de Almeida, *Legislação Eleitoral [...]*, já cit., pp.730-731.

⁴⁷⁷ Tipos de gabinetes: partidário (38%), militar (7%), independente (2%), de coligação (47%) e de concentração (7%), cf. Kathleen Schwartzman, “Contributo para a [...]”, já cit., *Análise Social*, vol. XVII, p.157.

⁴⁷⁸ Cf. Maria Eugénia Mata, “A atividade revolucionária em Portugal no Portugal contemporâneo – uma perspetiva de longa duração”, *Análise Social*, vol. XXVI, 1991 (112-113), pp.755-769. Sobre o assunto, veja-se Kathleen Schwartzman, “Contributo para a [...]”, *op. cit.*, p.155-156 e 162; Douglas L. Wheeler, “A Primeira República Portuguesa e a História”, *Análise Social*, vol. XIV, 1978 (56), pp.865-872; António Costa Pinto, “Muitas Crises, Poucos Compromissos: A Queda da Primeira República”, *Penélope*, 1998 (19-20), pp.43-70; José Miguel Sardica, *O Século XX Português*, já cit., p.33; Rui Ramos [coord.], *História de [...]*, já cit., pp.833 e 837-838.

⁴⁷⁹ Cf. António Costa Pinto, “Muitas Crises, Poucos Compromissos [...]”, já cit., *Penélope*, pp.57-58.

Se “esta República atribulada foi o prólogo do ‘Estado Novo’”⁴⁸⁰, a partir de 1926 em Portugal um “superlativo” dava lugar a “outro”: o sistema “parlamentar mais indisciplinado da Europa deu lugar ao sistema autoritário mais longo da Europa”⁴⁸¹. Por conseguinte, o desejo de um novo caminho explicou, mesmo que isso implicasse “engolir a necessidade de uma ditadura”, como resignadamente afirmara Raul Proença, que o pronunciamento de Braga, de 28 de maio de 1926, não tivesse suscitado resistência visível, ao mesmo tempo que punha fim ao agitado “processo agónico do liberalismo português, agora na sua final expressão republicana”⁴⁸².

Por isso, depois de ter baqueado em 1917 com o sidonismo, viria a soçobrar face à alternativa autoritária – a Ditadura Militar – imposta pelo movimento militar de 28 de maio de 1926, e a partir de 1933/1934 com o Estado Novo.

7.1. A Horta e a administração distrital entre 1910-1926

Como vimos anteriormente, a notícia da implantação da República na cidade da Horta não terá constituído uma grande surpresa. Primeiro, porque se apresentou como um facto já consumado. Depois, a distância geográfica em nada ajudaria qualquer reação contrária. Finalmente, como já foi referido, a nomeação de Machado de Serpa⁴⁸³ para governador civil foi entendida como um gesto “nobre, justo e democrático”⁴⁸⁴ do Governo Provisório em “confiar o arquipélago a autênticos ilhéus”⁴⁸⁵, gente com o perfil adequado, para estabelecer a ponte entre a República e as realidades do distrito ocidental.

Durante os cerca de 16 anos em que prevaleceu a I República, o distrito da Horta, viria a conhecer dezanove governadores nomeados, havendo alguns que o foram por mais do que uma vez, destacando-se a propósito o nome do Manuel Francisco Neves⁴⁸⁶, que

⁴⁸⁰ Douglas L. Wheeler, A Primeira República [...], já cit., *Análise Social*, vol. XIV, p.865.

⁴⁸¹ Ap. José Miguel Sardica, *O Século XX Português*, já cit., pp.52-53.

⁴⁸² Fernando Rosas, “A Crise do Liberalismo Português e a I República”, *Atas do Seminário A Crise do Sistema Liberal e a Implantação da República*, Moita, Câmara Municipal Moita, 2002, pp.65-78 [72]. Sobre o assunto, veja-se António Reis, “Epílogo: o Fim da Primeira República”, in Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo [coord.], *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-China, 2009, pp.569-582.

⁴⁸³ Apêndice – Capítulo II, Quadro IV.

⁴⁸⁴ Euclides Costa, “Uma carta”, in Manuel Greaves [dir.], *In Memoriam*. [...], já cit., p.10. Sobre o assunto, veja-se José Miguel Sardica, “Um Açoriano entre três Regimes Políticos. José Machado de Serpa (1864-1945)”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, Horta, Núcleo Cultural, 2010, pp.180-224.

⁴⁸⁵ Manuel Greaves, *op. cit.*, p.29.

⁴⁸⁶ Manuel Francisco Neves Jr. (Cedros, Horta, 1870; Idem, 1953). Depois de fazer os seus estudos primário e liceal, em apenas quatro anos, ingressou na Universidade de Coimbra, onde se formaria no ano de 1901, em Medicina. Diretor do serviço clínico do Hospital da Santa Casa da Misericórdia da Horta. Na Horta iniciou a alta cirurgia abdominal. Membro do Partido Regenerador, vindo depois a ser dirigente local do Partido

ocupou por cinco vezes a cadeira. Apenas mais dois governadores repetiram o mandato e por outras tantas vezes: Alberto Goulart de Medeiros e Gabriel Batista de Simas⁴⁸⁷. Aquele número era demonstrativo de que a nomeação indistinta de governadores refletia a instabilidade política que marcou a República e que, apesar do seu número, este ficou aquém da totalidade dos ministros do interior (trinta) que os nomeavam.

Após a vitória de 5 de outubro, e com a necessidade de consolidar o novo regime em todo o País, os novos donos do poder não puseram em causa a figura do governador civil (em que se incluíam naturalmente as suas competências) nem os distritos (criados pela lei de 25 de abril de 1835). Esta situação significava que, mais uma vez, a administração territorial portuguesa voltaria a assentar no “compromisso entre o Estado e os novos notáveis”⁴⁸⁸. Se os novos governadores eram pessoas de confiança do ministro que os nomeava então apenas se exigiam deles bons serviços partidários como elo entre o poder central e as comunidades locais e “como elemento de um novo sistema clientelar” agora com outros galopins cuja continuidade na I República é por demais confirmada⁴⁸⁹.

A maioria destes cidadãos, nascidos e residentes no distrito, escolhidos pela República Velha e Nova eram geralmente figuras conhecidas e de prestígio no meio local, vindo alguns da velha “aristocracia monárquica”, como foram os casos de Augusto e Alberto Goulart de Medeiros, filhos do deputado, governador civil e dirigente local do Partido Progressista, Dr. Manuel Francisco Medeiros; pessoas com formação académica superior ou então ostentavam “galões de oficiais das forças armadas”⁴⁹⁰.

Unionista e um dos fundadores do Partido Republicano Nacionalista da Horta, em 1923, depois, 1924, Partido Regionalista do distrito da Horta. Após 1926, viria a aderir tanto à Ditadura Militar como ao Estado Novo. Governador do distrito da Horta durante a 1.^a República por cinco vezes (1917 -1918; 1919; 1920-1921; 1921; 1923). Em 1916, a comissão Executiva da Câmara da Horta, aprovou que fosse atribuído o seu nome a uma artéria da freguesia da Matriz. Em 1931, a Câmara deu o seu nome à antiga rua das Areias, freguesia dos Cedros).

⁴⁸⁷ Gabriel Baptista de Simas (São Miguel Arcanjo, São Roque do Pico, 1890; Horta, 1966). Depois de cursar o Liceu da Horta, viria a concluir, na Universidade de Lisboa, em 1913, o Curso Superior de Letras. Em 1920, torna-se professor efetivo de Francês do Liceu da Horta. Reitor do mesmo liceu entre 1923 e 1925. Diretor a Escola Industrial e Comercial da Horta (1925). Administrador do Concelho de São Roque do Pico (1914). Governador civil do distrito da Horta por duas vezes (1921 e 1921-922). Presidente da Comissão Distrital de Estatística (1921) e da Junta Geral do Distrito da Horta (1942). Em março de 1927, seria deportado para Angra do Heroísmo conjuntamente com outros cinco republicanos “faialenses”, por ordem do então governador civil da Horta, José Gomes Ferreira Soares de Mesquita.

⁴⁸⁸ João B. Serra, “*Elites locais [...]*”, já cit., *Análise Social*, vol. XXIII, pp.93-94.

⁴⁸⁹ Cf. Fernando Farelo Lopes, *Poder Político e Caciquismo na 1.^a República Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, p.23. Sobre o assunto, veja-se António José de Almeida, “Galopins”, *Justiça*, 1910, outubro 22 (10), p.1; outubro 24 (11), p.1.

⁴⁹⁰ Fernando Faria, “No Centenário da República [Governadores civis do distrito da Horta]”, *Tribuna das Ilhas*, 2010, julho 9 (423), p.12.

A tomada de posse desta nova elite, numa altura em que ninguém lamentava os velhos senhores da Monarquia desalojados das cadeiras da administração pública, era um ritual que decorria na presença dos funcionários do Governo Civil, de amigos, admiradores e correligionários políticos. A posse era dada pelo secretário-geral do distrito ou pelo governador cessante, que em poucas palavras, depois de breves e “justas” referências ao empossado⁴⁹¹, deixava no ar a ideia de que se tratava da nomeação de uma personalidade “de quem muito tinha a esperar o distrito”. Depois da apresentação e dos cumprimentos aos funcionários “da repartição”, o novo governador agradecia as palavras que lhe haviam sido dirigidas. Ao terminar afirmava que era sua intenção dar continuidade aos serviços prestados aos habitantes do distrito pelos seus antecessores, reforçando, assim, a sua obra ou, então, que “desejava fazer uma livre administração, pois não era político”⁴⁹². Por vezes, na euforia, do momento, os presentes, depois de assinarem o respetivo auto de posse, acompanhavam o novo governador à sua residência.

Estes novos inquilinos da governação distrital eram nomeados pela sua relação direta com os novos senhores de Lisboa, contando para isso com os amigos “faialenses” que residiam na capital, que ora propunham o nome ora intercediam nesse sentido.

A este propósito, verificamos que na tomada de posse do Dr. Manuel Francisco Neves, em 1921, esta situação está bem patente, porque nas palavras do secretário-geral do governo civil, Dr. Urbano Prudêncio da Silva (1852-1943), o distrito da Horta muito teria a ganhar “pela situação de destaque em que o Sr. Dr. Neves se encontra perante o Governo do Sr. Tomé de Barros Queirós”⁴⁹³. Por isso, o articulista d’ *O Telégrafo*, ao desejar votos de um bom mandato, pela sua passagem pelo governo do distrito, não tinha qualquer dúvida em afirmar que fosse “prolongada e próspera, para o bem destes povos”⁴⁹⁴; ou pela leitura de uma carta, de 5 de fevereiro de 1921, enviada ao Dr. Gabriel Batista de Simas pelo seu amigo Dr. Manuel José da Silva, escrita em papel timbrado do *Congresso da República-Câmara dos Deputados*, em que este refere, a determinado passo, que havia

⁴⁹¹ “Novo governador civil da Horta”, *O Telégrafo*, 1914, abril 29 (6 023), p.1. Por vezes era a própria imprensa que adjetivava o empossado, usando expressões como “um dos homens mais prestigiosos desta terra”.

⁴⁹² “Novo governador civil da Horta [Dr. José Charters de Azevedo Lopes Vieira]”, *O Telégrafo*, 1914, abril 29 (6 023), p.1; “O novo governador civil [Augusto Goulart Medeiros]”, *Ibid.*, 1911, maio 12 (5 160), p.1.

⁴⁹³ “O Sr. Dr. Neves toma posse do governo civil do distrito”, *O Telégrafo*, 1921, junho 13 (8 004), p.1.

⁴⁹⁴ *Ibid.*

indicado o seu nome para governador civil da Horta, “exigindo a tua nomeação imediata, e autorização telegráfica para a posse”. O que viria a acontecer ainda em 1921⁴⁹⁵.

Aquando da nomeação, era praxe os novos governadores remeterem às diferentes corporações locais um ofício em que davam conta de que haviam assumido o distrito, referindo, entre outras coisas, que estariam sempre disponíveis para cooperar no bem da terra e do distrito. Por seu turno, as diferentes corporações, de forma cordial, afinavam pelo mesmo diapasão, incluindo a Ouvidoria Eclesiástica da Horta, mesmo no período mais agudo das relações entre a República e a Igreja. A Ouvidoria defendia mesmo que entre ambas as partes o apoio e a cooperação deveriam ser mútuos⁴⁹⁶.

7.2. A Horta e os atos eleitorais entre 1911 e 1925

Pela Constituição de 1911 ficou definido o regime político que caracterizou a I República. Era um regime parlamentar, com uma acentuada predominância do poder legislativo.

A Câmara dos Deputados e o Senado compunham o Congresso, sendo escolhidas por voto direto e secreto. Eram eleitores os cidadãos masculinos maiores de 21, que soubessem ler e escrever e que fossem chefes de família⁴⁹⁷.

Isto significa que, com a implantação da República, o sufrágio universal passou a ter por parte dos republicanos um fraco acolhimento, por isso sucessivamente adiado, o que contrariava a velha propaganda que aqueles haviam feito no tempo da Monarquia, como se pode ler no jornal republicano, *O Democrata*, editado na cidade da Horta, em 1885: “Queremos governar todos, sermos todos reis pelos nossos votos. Queremos o voto universal. Queremos eleger quem nos governe, arrancá-lo do poder se governar mal, e

⁴⁹⁵ AFGBS, Manuel José da Silva, *Carta de 5 de fevereiro de 1921*. Por outra de A (?) Amaral, de igual data proveniente do Cais do Pico, é notório que, passados alguns dias, da sua nomeação, este propusesse os nomes para a administração dos concelhos das Flores e do Corvo. Relativamente a esta ilha escrevia que “para o Corvo não sei de outrém que te indique, porque do Corvo pouco ou nada conheço”. Depois, solicitava que contactasse o padre Avelar da Praia do Almoxarife, corvino, no sentido de lhe poder dar outros nomes. Finalmente, caso não se sentisse satisfeito, que nomeasse alguém que já tivesse sido no tempo do governador civil Dr. António Mesquita, evitando-se assim pessoa afeiçoada ao grupo do Neves, visto no Corvo haver adeptos e não poucos”.

⁴⁹⁶ *Ouvidoria Eclesiástica da Horta*, “Ofício, n.1, de 14 de janeiro de 1915, ao governador civil do distrito da Horta [Dr. António Emílio Severino de Avelar]”. Depois de se acusar a receção da circular n.º 2, de 9 do corrente, em que se dava a conhecer a nomeação do cargo, de se congratular por “ver V. exa à frente do nosso distrito” e de se agradecer a leal cooperação que o novo governador “me franqueia”, escrevia: “Garanto da minha parte também encontrar lealdade e diligência em prestar o que estiver ao meu alcance a bem do serviço e interesses da nossa pátria. Ouvidor Manuel Augusto Xavier”.

⁴⁹⁷ Cf. Pedro Tavares de Almeida, *Legislação Eleitoral* [...], já cit., pp.729-731.

conservá-lo se cumprir o que impuser no seu programa. [...]. A República é o governo do povo e pelo povo”⁴⁹⁸.

Paralelamente, às restrições que excluía muitos cidadãos, os mais pobres e menos instruídos, de elegerem e de serem eleitos, muitas vezes sob a presunção de se conhecer as opções políticas dos eleitores, havia como que uma espécie de medo latente de que influências nefastas pudessem prejudicar o sentido de voto. A este respeito importa sublinhar que esta intenção de proteção do sentido de voto reafirmou o domínio dos notáveis que tiveram, na expressão de Maria Antonieta Cruz, um papel decisivo “para a impenetrabilidade da vida política nacional”⁴⁹⁹. Isto é, se os eleitos continuavam a ser escolhidos num âmbito social muito restrito, as eleições, para lá das tradicionais funções “de legitimação e de integração sociopolítica”, apresentaram-se também “como mecanismos de recrutamentos e de seleção das elites dirigentes”⁵⁰⁰. A este impedimento de participação da maioria dos cidadãos nas instituições políticas eletivas, somavam-se ainda as deficiências dos recenseamentos e o número dos que votavam ficava muito aquém do total de eleitores recenseados.

Quanto aos eleitos, a base de recrutamento era pequena, uma vez que se definiu que não se podia ser senador ou deputado, com idades inferiores a 35 e 25 anos respetivamente.

Entre 1911 e 1925 realizaram-se sete eleições gerais para deputados (28 de maio de 1911, 13 de junho de 1915 (no círculo da Horta só se realizaram a 4 de julho), 28 de abril de 1918, 11 de maio de 1919, 10 de julho de 1921, 29 de janeiro de 1922 e 8 de novembro de 1925)⁵⁰¹ e, em simultâneo, cinco para senadores (1915, 1919, 1921, 1922 e 1925).

⁴⁹⁸ “República”, *O Democrata*, 1885, janeiro 25 (4), pp.1-2. Como chama a atenção Fernando Farelo Lopes, que considera um paradoxo, seria a República Nova de Sidónio Pais que iria instituir, pela primeira vez em Portugal, o sufrágio universal masculino, cf. Id., “Clientelismo, ‘crise de participação’ e deslegitimação na I República”, *Análise Social*, vol. XXVI, 1991 (111), pp.404-405. Aquele seria estabelecido pelo decreto n.º 3 907, de 11 de março de 1918, e confirmado pelo decreto n.º 3 997, de 30 do mesmo mês e ano, cf. Pedro Tavares de Almeida, *Legislação Eleitoral* [...], já cit., pp.661-703. No preâmbulo [p.661] pode ler-se: “O presente decreto realiza uma aspiração do antigo Partido Republicano Português, em cujo programa, elaborado em 11 de janeiro de 1891 pelos Srs. [...], Manuel de Arriaga e Teófilo Braga, expressamente se consignava, entre as liberdades políticas ou garantias, o sufrágio universal”.

⁴⁹⁹ Maria Antonieta Cruz, “Eleições da Regeneração à República – participação e exclusão”, in Id. [org.], *Eleições e Sistemas Eleitorais: perspetivas históricas*, Porto, Universidade do Porto, 2009, pp.85-124 [p.101].

⁵⁰⁰ *Id.*, p.104.

⁵⁰¹ Cf. Pedro Tavares de Almeida, *Legislação Eleitoral* [...], já cit., p.744. Em 1913, realizaram-se eleições suplementares.

O sistema eleitoral para o Senado era plurinominal (exceção para as eleições de 1918), elegendo cada círculo três senadores, embora os eleitores tivessem o voto limitado apenas a dois nomes (sistema de lista incompleta o que permitia a representação das minorias). Depois do apuramento, eram escolhidos os três nomes mais votados. A legislatura era de seis anos, mas em cada triénio, correspondente às eleições para deputados, metade dos seus membros devia ser renovada.

Quanto às leis eleitorais, verificamos que a Lei n.º 3, de 3 de julho 1913 [Código Eleitoral]⁵⁰² e as alterações que se lhe seguiram, em particular pela Lei n.º 314, de 1 de junho de 1915⁵⁰³, foi o principal documento legislativo regulador dos atos eleitorais verificados durante a I República.

O círculo da Hora, constituído pelos sete concelhos do distrito, pela lei n.º 290, de 11 de janeiro de 1915, elegia um deputado (círculo uninominal) para uma legislatura de três anos. Todavia, pela lei n.º 1 352, de 24 de fevereiro do mesmo ano, passaria a eleger quatro deputados, legislação que seria entretanto revogada pela Lei n.º 314, de 1 de junho ainda do mesmo ano, que restabelecia o círculo uninominal. Situação que se manteria na legislação subsequente (1918 e 1919). Quanto à eleição de senadores, os círculos correspondiam tanto aos distritos do Continente como das ilhas, exceto no período sidonista em que pelo decreto n.º 3 997, de 30 de março de 1918, se estabelecia que o Senado seria constituído por 77 membros, distribuídos por círculos provinciais (quarenta e nove) e por categorias profissionais (vinte e oito), sendo dois eleitos pelo círculo das ilhas adjacentes, constituído pelos Açores e pela Madeira, com capital em Ponta Delgada⁵⁰⁴.

.A eleição de 1911

No círculo da Horta (n.º 49) estas eleições, marcadas para 28 de maio, à semelhança de outros vinte círculos, assumiram um princípio inédito. Os candidatos não foram legitimados pelo voto popular, mas sim proclamados automaticamente de acordo com o art. 39.º, do decreto-lei de 5 de abril de 1911, que assim o estipulava: “Quando o

⁵⁰² *Id.*, pp.615-644.

⁵⁰³ *Id.*, pp.653-660.

⁵⁰⁴ Cf. Maria Isabel João, “Deputados e Senadores pelos Círculos de Angra do Heroísmo e da Horta na Congresso (1911- 1926). Breve análise prosopográfica”, in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX*. Horta, Núcleo Cultural, 2011, pp.47-68 [49-52]. Veja-se Pedro Tavares de Almeida, *Legislação Eleitoral [...]*, já cit., pp.729-731; Biblioteca Nacional, *Materiais para a História Eleitoral e Parlamentar Portuguesa, 1820-1926*, in <http://purl.pt/5854> (consultado em 12-12-2009).

número de candidatos [...], não exceder a representação parlamentar do círculo, [... estes consideram-se] eleitos”⁵⁰⁵.

Por conseguinte, dos 220 candidatos, 82 seriam logo “proclamados” deputados, em que se incluíam os três pelo círculo da Horta: Dr. José Machado Serpa, major Manuel Goulart de Medeiros⁵⁰⁶ e o capitão-tenente da armada José António Arantes Pedroso Jr.⁵⁰⁷.

.A eleição de 1915

Até meados de 1915 não se realizaram eleições legislativas gerais, chegando mesmo a ler-se na imprensa faialense que, por determinação do conselho de ministros, de 19 de fevereiro, se havia adiado as eleições “sine die”, “para o mais tarde possível, as eleições gerais que estavam marcadas para 7 de março próximo”⁵⁰⁸. Todavia, passado um mês sobre o golpe revolucionário de 14 de maio, que levou à prisão de Pimenta de Castro e à resignação de Manuel de Arriaga, as eleições realizar-se-iam a 13 de junho. Porém no círculo da Horta, o ato eleitoral só aconteceu a 4 do mês de julho.

No entanto, na ilha do Faial, registamos a formação no início do dito ano, da União Republicana do distrito da Horta, que seria presidida pelo médico Dr. Manuel Francisco Neves Jr., que numa reunião, muito participada, realizada no dia 10 de fevereiro, no *Teatro Faialense*, referiu que se tinha filiado no Partido da União Republicana, por achar que era o que melhores serviços podia prestar ao País⁵⁰⁹.

Às eleições para deputados, e em simultâneo para senadores, que se realizaram no mesmo dia, os unionistas apresentaram os seguintes candidatos pelo círculo da Horta. Para deputado, o Dr. Jacinto de Freitas; e para senadores, o capitão-de-mar-e-guerra Amaro Justiniano de Azevedo Gomes, que seria eleito⁵¹⁰, e o capitão de artilharia José Augusto Pereira Gonçalves Júnior. Por seu turno, os democráticos apresentaram para deputado,

⁵⁰⁵ Pedro Tavares de Almeida, *op. cit.*, p.555. Sobre o assunto, veja-se António Pinto Ravara, “Acerca das eleições de 1911”, *Clio – Revista de Centro de História da Universidade de Lisboa*, vol. 3, 1981, pp.127-151.

⁵⁰⁶ Sobre a seu projeto de Constituição apresentado a 1 de julho de 1911, veja-se João Bosco Mota Amaral, “Um Açoriano na Fundação da República: Manuel Goulart de Medeiros e o seu Projeto de Constituição”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2010 (19), pp.135-145. Como constituinte de 1911, maçom e ministro, veja-se “Manuel Goulart de Medeiros”, *Arauto*, 1915, fevereiro 15 (5), p.3; António Ventura. *Os Constituintes de 1911 e a Maçonaria*, Círculo de Leitores, 2011, pp.257-258.

⁵⁰⁷ L. “Os nossos deputados às constituintes”, *A Democracia*, 1911, maio 21 (3), p.1.

⁵⁰⁸ “Eleições”, *O Telégrafo*, 1915, fevereiro 25 (6 264), p.1.

⁵⁰⁹ Presidiu à reunião Francisco Carrilho, sendo secretariado por Humberto da Cunha Correia e Jaime de Melo, cf. “Noticiário”, *O Telégrafo*, 1915, fevereiro, 11 (6 254), pp.2-3. O partido já tinha comissões políticas nas seguintes freguesias da ilha do Faial: Praia do Norte, Feteira, Castelo Branco, Cedros, Salão, Ribeirinha, Praia do Almoxarife e Flamengos, cf. “União Republica”, *Ibid.*, 1915, fevereiro 8 (6 251), pp.1-2].

⁵¹⁰ “[Resultados das Eleições], *O Telégrafo*, julho 5 (6 362), p.3; julho 6 (6 363), p.2.

Américo Olavo Correia de Azevedo (1881-1927, Funchal), oficial do exército (eleito); e para senadores: José Machado Serpa, juiz de Direito e Manuel Soares de Melo e Simas⁵¹¹ oficial do exército e astrónomo, ambos eleitos⁵¹². Apesar de o Partido Democrático ter ganho as eleições no círculo da Horta, ao Partido Unionista caberia a maioria de votos no concelho faialense⁵¹³.

.A eleição de 1918

Este ato realizou-se na sequência do golpe de Sidónio Pais, de 5 de dezembro de 1917, que assim abria as portas à “República Nova”, cujo parlamento seria dissolvido no dia seguinte. No mesmo dia em que se realizaram as eleições para a presidência da República⁵¹⁴, a 28 de abril, decorreram também eleições gerais para deputados e senadores⁵¹⁵, que obedeceram ao princípio do sufrágio universal, numa República que se queria aberta a todos (católicos, monárquicos e sindicalistas). No entanto, os “partidos republicanos” recusaram-se a participar.

Pelo círculo da Horta, seria eleito, apenas, o deputado independente Joaquim Crisóstomo da Silveira Jr. (1876-1939, Horta), que nas quatro assembleias do concelho da Horta totalizou 1 724 votos⁵¹⁶. Para senadores pelo círculo eleitoral das ilhas Adjacentes, seriam eleitos Adolfo Augusto Batista Ramires (1868-1952, Bragança) e Alberto Correia Pinto de Almeida (1872-1859, Braga), que tiveram ambos no concelho da Horta uma votação inferior aos outros dois candidatos André de Freitas e António Vitorino Soares⁵¹⁷.

⁵¹¹ Manuel Soares de Melo e Simas (Horta, 1870; Lisboa, 1934). Depois de concluir na Universidade de Coimbra os preparatórios, ingressou na Escola Militar, no curso de Artilharia e depois na Escola Politécnica, onde tirou a cadeira de Astronomia. Oficial do exército. Fez parte do Corpo Expedicionário Português e comandou o Batalhão de Artilharia de Ponta Delgada. Professor do Liceu Antero de Quental. Astrónomo do Observatório da Tapada da Ajuda. Deixou uma vasta obra científica, tendo mesmo colaborado em revistas estrangeiras. Sócio da Academia de Ciências de Lisboa. Ministro da Instrução do governo de António Ginestal Machado (1923). Senador pelo distrito da Horta em 1915. Militante da Federação Nacional Republicana, pela qual viria a concorrer como deputado pelo círculo de Ponta Delgada, em 1921, mas não seria eleito.

⁵¹² “[Resultados das Eleições], *O Telégrafo*, julho 5 (6 362), p.3.

⁵¹³ “Eleições”, *A Democracia*, 1915, julho 11 (219), p.2.

⁵¹⁴ Sidónio Pais obteve, respetivamente, nas assembleias da Matriz, Angústias, Pedro Miguel e Castelo Branco 124, 59, 369 e 141 votos, cf. “As eleições de ontem”, *O Telégrafo*, 1918, abril 29 (7 201), p.1; abril 30 (7 203), p.3.

⁵¹⁵ Cf. “Decreto n.º 3 907, de 11 de março de 1918” e “Decreto n.º 3 997, de 30 de março de 1918”, in Pedro Tavares de Almeida, *Legislação Eleitoral* [...], já cit., pp.661-664 e 665-703.

⁵¹⁶ “As eleições de ontem”, *O Telégrafo*, 1918, abril 29 (7 201), pp.1-2; abril 30 (7 203), p.3.

⁵¹⁷ “As eleições de ontem”, *O Telégrafo*, 1918, abril 29 (7 201), p.1. Sobre o assunto, veja-se A.H. Oliveira Marques [coord.] et al., *Parlamentares e Ministros da 1.ª República*, Lisboa, Assembleia da República, 2000, pp.80, 361 e 411.

Ato que a imprensa faialense não deu grande destaque, limitando-se o jornal *O Telégrafo* a dar o resultado dos diferentes escrutínios e a referir que em quase todas as assembleias foram lavrados protestos, levantando-se conflitos em algumas”, sem no entanto dizer quais⁵¹⁸.

.A eleição de 1919

Por falta de dados do arquivo do Governo Civil da Horta e da imprensa⁵¹⁹, verificamos, com base na obra *Parlamentares e Ministros da 1.ª República (1910-1926)*, coordenada por Oliveira Marques, que foram eleitos, a 11 de maio, para deputado Jacinto de Freitas pela União Republicana e para senadores João Joaquim André de Freitas (1860-?), José Machado de Serpa⁵²⁰ e Amaro Justiniano de Azevedo Gomes⁵²¹.

Todavia, nas vésperas do ato eleitoral, num artigo – “Seara Alheia” – publicado no jornal *O Telégrafo*⁵²², notamos que o seu autor evidencia uma posição declaradamente contra o monopólio do poder por parte de um partido e contra a pulverização partidária, ao considerar que, em ambos os casos, os resultados às vezes se confundiam, “sempre deploravelmente com manifestações de força”. Naturalmente, que tinha presente os exemplos próximos da “miserável seara da política portuguesa”: o assassinato de Sidónio Pais (14 de dezembro de 1918) e a guerra civil entre monárquicos e republicanos em janeiro e fevereiro do mesmo ano (Monarquia do Norte).

Em nosso entender, o articulista, perante as desilusões da República, ambicionava que se organizasse um “partido forte”, capaz de salvaguardar a segurança, o bem-estar, a estabilidade e o desenvolvimento do País, cuja força deveria assentar, antes de mais nada, na seleção de competências capazes de combater a enfermidade partidária da república decorrente de políticos que viviam entretidos com “jogos inabalares de fórmulas e de personalismos e exibicionismos”, esquecendo-se dos graves problemas que se “agitam à superfície e no subsolo da sociedade portuguesa”⁵²³.

⁵¹⁸ “As eleições de ontem”, *O Telégrafo*, 1918, abril 29 (7 201), p.2. Nas assembleias da Matriz e das Angústias tanto para deputados como para senadores entraram listas com nomes de outros candidatos sem a devida cobertura partidária.

⁵¹⁹ No jornal *O Telégrafo*, encontramos apenas um artigo de apoio às candidaturas a deputado de Jacinto de Freitas e a senador de Amaro Justiniano de Azevedo Gomes, cf. “Duas candidaturas pela Horta”, *Ibid.*, 1919, maio 8 (7 487), p.1.

⁵²⁰ “Dr. José Machado de Serpa”, *O Telégrafo*, 1919, julho 21 (7 521), pp.1-2.

⁵²¹ Cf. A.H. Oliveira Marques [coord.] et al., *op. cit.*, pp.223-224, 232-233 e 395.

⁵²² “Seara Alheia”, *O Telégrafo*, 1919, maio 9 (7 488), pp.1-2.

⁵²³ *Ibid.*

.A eleição de 1921⁵²⁴

Na sequência da grande instabilidade política que o País conheceu, com a formação de 11 governos entre 30 de junho de 1919 (Governo democrático de Alfredo de Sá Cardoso) e 23 de maio de 1921 (Governo liberal-republicano de Tomé José de Barros Queirós), o presidente da República, António José de Almeida, marcaria eleições para 10 de julho⁵²⁵.

No círculo da Horta, enquanto as eleições se realizaram nas ilhas do Faial e do Pico, na data supra, nas ilhas do grupo ocidental, Flores e Corvo, apenas uma semana depois, justificando-se mais uma vez com a falta de comunicações entre a capital do distrito e aquelas duas ilhas, situação provocada pelo mau tempo que se fazia sentir naquela parte do ao arquipélago.

Ao ato concorreram três organizações partidárias que apresentaram os seguintes candidatos a deputados: Partido Republicano Português, Manuel José da Silva; Partido Republicano Liberal, José Augusto Pereira Gonçalves Júnior, candidato governamental, que seria eleito, e que localmente contava com o apoio do influente no círculo da Horta, Dr. Manuel Francisco Neves, então líder dos republicanos liberais faialenses⁵²⁶ e recém-nomeado governador civil; Partido Reconstituente, Jacinto de Freitas.

Para senadores, seriam eleitos Amaro Justiniano Azevedo Gomes e João Joaquim André de Freitas⁵²⁷ candidatos do Partido Republicano Liberal⁵²⁸ e Joaquim Teixeira da Silva.

Paralelamente, e como, já acontecera nas eleições de 1915, verificamos, mais uma vez que no círculo da Horta se apresentaram às urnas de vários candidatos a deputados sem cobertura partidária⁵²⁹.

Finalmente, no círculo eleitoral da Horta, o Partido Democrático estava acometido de uma crise interna, cuja cisão se dera durante o mês de abril, entre os partidários de Domingos Pereira e os partidários do diretório nacional. Naquele mês, havia sido formada na Horta uma comissão para tratar da organização e propaganda no distrito do Grupo Dissidente Democrático ou Republicano (como também se lê na imprensa), e que seria

⁵²⁴ Sobre as eleições de 1921, veja-se Luís Menezes, *As Eleições Legislativas [...]*, já cit., pp.103-138.

⁵²⁵ Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, [1910-1926], já cit., vol. XI, pp.236-262.

⁵²⁶ Em outubro de 1919, na sequência da fusão de unionistas e de evolucionistas, que formaram o Partido Liberal, os unionistas faialense viriam a transformar-se no Partido Republicano Liberal do distrito da Horta.

⁵²⁷ Eleições no Faial e Pico”, *O Telégrafo*, 1921, julho 11 (8 016), p.1.

⁵²⁸ Se existiam evolucionistas na Horta, a imprensa não lhes faz qualquer referência.

⁵²⁹ Sobre os resultados dos deputados, cf. Luís Menezes, *As Eleições Legislativas [...]*, já cit., pp.115 e 124; *O Telégrafo*, 1915, julho 5 (6 362), p.1.

presidida pelo diretor da Alfândega, Luís Augusto de Aragão e Brito⁵³⁰. Todavia, o Grupo Dissidente Democrático acabaria por não se apresentar ao sufrágio.

.A eleição de 1922

A instabilidade política agravada com os acontecimentos de 19 de outubro de 1921 (noite sangrenta)⁵³¹ levou à realização de eleições, 29 de janeiro, cujo resultado, no círculo da Horta, seria em tudo semelhante ao das eleições de 1911, isto é, de acordo como o artigo 13 da lei n.º 314, de 1 de junho de 1915, seriam pelo Juiz de Direito da comarca da Horta considerados eleitos os candidatos apresentados a sufrágio: “[Para senadores] Dr. Joaquim Crisóstomo da Silveira Jr.⁵³²; Dr. José Machado Serpa; Joaquim Teixeira da Silva⁵³³; para deputados: Tomé José de Barros Queirós (1872-1925). Por consequência deste facto não se realizará nenhuma operação eleitoral”⁵³⁴.

.A eleição de 1925⁵³⁵

A partir de finais de 1923, a instabilidade política, a sucessiva queda e ascensão de ministérios e consequente desgaste das principais figuras partidárias, o descontentamento da população e a aprovação, em 11 de fevereiro de 1925, de uma moção de censura que esteve na origem da queda do Governo esquerdista de José Domingos dos Santos, iam paulatinamente dando azo a uma ambiente propício à intervenção militar, o que viria a acontecer em 1925, a 5 de março, 18 de abril e 19 de junho, mas sem sucesso. Todavia, era já um prenúncio do desejo dos militares em intervirem na vida do País. Mais notório foi o facto de os militares que se envolveram no golpe de junho terem sido absolvidos por Óscar Carmona, então Promotor de Justiça, que a propósito afirmaria que

⁵³⁰ “Grupo Dissidente Democrático”, *Ibid.*, 1921, abril 29 (7 986), p.1.

⁵³¹ Designação pela qual ficou conhecida a revolta, ocorrida em Lisboa, levada a cabo por marinheiros e arsenalistas, na sequência da qual foram assassinados, entre outros, António Granjo, então presidente do Ministério, Machado dos Santos e José Carlos Maia.

⁵³² Joaquim Crisóstomo da Silveira (Flamengos, Horta, 1876; Lisboa, 1939). Depois de cursar o Liceu da Horta viria a formar-se em Direito na Universidade de Coimbra. Conservador de Registo Predial. Delegado do Procurador da República. Juiz de direito nas comarcas dos Açores e do Funchal. Juiz desembargador da Relação de Lisboa. Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça. Presidente do Tribunal de Defesa Social. Em 1918 e 1922 e 1925, seria eleito deputado e Senador pelo círculo da Horta, respetivamente. Presidente da Câmara Municipal da Horta (1901-1905). Em 1925, a Câmara da Horta na sua sessão de 31 de dezembro, decidiu atribuir o seu nome ao Largo do Infante D. Luís I. No entanto, a placa toponímica ainda hoje existente continua a ostentar o nome inicial.

⁵³³ Joaquim Teixeira da Silva (Terceira, 1879/?). Funcionário Público. Governador civil de Angra (1917). Senador pelo círculo da horta nas legislaturas de 1921, 1922 e 1925.

⁵³⁴ “Noticiário”, *O Telégrafo*, 1922, janeiro (8 103), p.1.

⁵³⁵ Sobre as eleições de 1925, veja-se Luís Menezes, *As Eleições Legislativas* [...], já cit , pp.151-190.

só uma pátria doente é que poderia acusar e julgar em tribunal os seus filhos “mais diletos”. Em suma, seria com este pano de fundo, que se marcaram eleições para o dia 8 de novembro de 1925.

No círculo da Horta, apenas se apresentou a votos o candidato independente pelo Partido Republicano Português, Manuel José da Silva, que seria eleito com 2 312 votos (50,8%)⁵³⁶. Apesar de contar com o apoio do Partido Regionalista da Horta, o candidato pelas listas do Partido Republicano Nacionalista, João Paulino de Azevedo e Castro (1888-1970)⁵³⁷ acabaria por desistir. Justificou o seu ato devido a não terem sido atendidas, por parte do Governo, as suas reclamações contra a eliminação de cerca de 700 a 800⁵³⁸ eleitores que não sabiam ler nem escrever nos concelhos da Madalena e das Lajes do Pico⁵³⁹:

“Ao Público. O Partido Regionalista do distrito da Horta resolveu não ir às urnas na próxima eleição de deputado, como protesto contra o partido democrático, por este lhe ter violenta, traiçoeira e ilegalmente feito eliminar do recenseamento eleitoral cerca de 700 eleitores regionalistas e ainda não estarem resolvidos os recursos que, a tal respeito, foram interpostos. Cumpre, pois, o dever de tornar público esta sua solução e pede a todos os seus correligionários que se abstenham de votar nesta eleição, pois que já está sobejamente demonstrado que o partido democrático, para poder mandar um deputado ao parlamento por este círculo, precisou tirar o direito do voto a tão avultado número de cidadãos, entre os quais muitos que possuem diplomas de exame”⁵⁴⁰.

Todavia, o jornal republicano *O Faialense*, não se preocupando com esta possível fraude, preferiu valorizar a vitória (maioria absoluta) de Manuel José da Silva⁵⁴¹, entendido

⁵³⁶ Sobre a campanha eleitoral do Dr. Manuel José da Silva, veja-se “Pequenas Notícias”, *O Telégrafo*, 1925, novembro 4 (8 693), p.1. Sobre a sua eleição, “por obra e graças das patifarias e roubalheiras eleitorais do Sr. Simas Cardoso”, veja-se “Manuel José da Silva”, *Novidades*, 1926, janeiro 9 (46), p.1; “As Eleições de Ontem”, *Ibid.*, 1925, novembro 9 (8 693), p.1.

⁵³⁷ Licenciado em farmácia. Sobre o requerimento apresentado por Castro reclamando contra a eliminação de eleitores ao Conselho Superior Judiciário, veja-se “Aquestão eleitoral da Horta”, *Novidades*, 1925, junho 4 (3), p.1.

⁵³⁸ A este respeito o jornal regionalista *Novidades* adiantava que desses cerca de 100 diziam respeito ao concelho da Horta, 401 ao da Madalena e cerca de 200 ao das Lajes, cf. *Novidades*, 1925, novembro 14 (36), p.2.

⁵³⁹ “As Eleições de Ontem”, *O Telégrafo*, 1925, novembro 9 (8 693), p.1.

⁵⁴⁰ “Ao Público”, *Novidades*, 1925, novembro 7 (35, suplemento), p.1. Sobre a viciação dos recenseamentos no distrito da Horta, veja-se *Ibid.*, 1925, dezembro 22 (40), p.1.

⁵⁴¹ Manuel José da Silva (Selmo, condado de Fresno, estado da Califórnia, 1892; Horta, 1935). Aos dois anos de idade veio com os seus progenitores viver para São Roque do Pico. Nos liceus da Horta e Ponta Delgada concluiu o ensino secundário. Depois, matricular-se-ia na Universidade de Coimbra, onde não concluiu qualquer curso superior. Apenas viria a concluir, em 1919, o Curso do Magistério Secundário. Seria a política que mais o atraiu. Desde novo aderiu ao republicanismo, o que lhe permitiu ter uma vida política marcada pelo desempenho de vários cargos durante a governação republicana, entre outros, o de chefe de gabinete do Ministro da Instrução, Júlio Martins (2 de março de 1921 a 23 de Maio de 1921). Eleito deputado, em 1919 e em 1925, respetivamente pelos círculos de Oliveira de Azeméis e da Horta, no primeiro caso pelas listas do Partido Evolucionista e no segundo como independente pelas do Partido Republicano Português. Ao manter-se fiel aos seus princípios, depois da Revolução de 28 de maio de 1926, seria deportado para Angra em março de 1927. Funda o jornal *A Resistência* (1927, número único, suspenso pela censura). Em 1930, seria um dos fundadores da Associação de Futebol da Horta, de que seria seu presidente. Membro da Loja

como o “único valor moral e mental” que o distrito podia enviar à Câmara dos Deputados⁵⁴². Ao mesmo tempo que dava o devido destaque à sessão que o mesmo levava a efeito *Teatro Faialense*, onde, perante uma assistência considerável, agradeceu ao eleitorado a confiança com que o havia distinguido nas “últimas eleições”, aproveitando, ao mesmo tempo, para lamentar o comunicado do Diretório do Partido Regionalista, referindo, a propósito que naquele tudo faltava: “gramática, verdade e lógica política”: “A primeira falta pode ser notada por qualquer, medianamente instruído; quanto à segunda, vai provar o que afirma. [...]. Quanto à terceira parte demonstra o ilustre deputado que não é aconselhando a abstenção aos filiados que os partidos podem afirmar os seus princípios políticos”⁵⁴³.

Para senadores, seriam eleitos, José Machado Serpa, Joaquim Crisóstomo e Joaquim Teixeira da Silva.

A elevada taxa abstenção às eleições de novembro (48,6%⁵⁴⁴), certamente decorrente do apelo feito nesse sentido pelo Partido Regionalista da Horta, seria motivo para que, num artigo publicado no mesmo jornal, se demonstrasse uma evidente preocupação perante o assunto, uma vez que o abstencionista era visto como um cidadão que não tinha o direito (autoridade) de queixar-se do mau rumo que, porventura, tomassem os negócios públicos⁵⁴⁵. Considerava-se essa atitude como a mais triste das inconsciências, um crime “lesa-Nação” por contribuir para a falência dos princípios democráticos. Em contrapartida, o cidadão que votava era alguém que, de forma consciente, usava o voto como uma das maiores conquistas dos tempos modernos e jogava “implicitamente na vida do País”. Deste modo, não havia qualquer dúvida que o voto se não fosse exercido com independência representava uma mentira e o “ato eleitoral uma comédia perigosa”⁵⁴⁶.

Por coincidência na mesma edição apelava-se ao recenseamento eleitoral, considerado um dos primeiros deveres cívicos, ao reforçar-se a ideia de que o cidadão recenseado, entendido como um patriota, pelo seu voto governava, manifestava as suas opiniões, formulava um programa político administrativo. Por seu turno, o cidadão que não se recenseava declarava-se indiferente perante a vida do País, contribuindo com o seu gesto

maçónica “Amor da Pátria”. Entre 1931 e 1935 fez parte do “Triângulo de Flamengos”, que funcionou nesta freguesia.

⁵⁴² “Tem a palavra o Concelho”, *O Faialense*, 1925, novembro 15 (90), p.1.

⁵⁴³ “A sessão de sexta-feira”, *O Faialense*, 1925, novembro 15 (90), p.1.

⁵⁴⁴ Cf. Luís Menezes, *As Eleições Legislativas* [...], já cit., p.174.

⁵⁴⁵ “No campo dos princípios I”, *O Faialense*, 1925, fevereiro 8 (50), p.1.

⁵⁴⁶ “No campo dos princípios II”, *O Faialense*, 1925, fevereiro 22 (52), p.1.

para o mal-estar geral. Daí se apelar a todos os verdadeiros republicanos que se recenseassem por que só assim é que se podiam apresentar “para a luta eleitoral”⁵⁴⁷.

Finalmente, numa breve análise ao quadro V, sobre as características sociodemográficas dos deputados e senadores eleitos pelo círculo da Horta, ente 1915 e 1925, verifica-se que dos 11 eleitos, sete eram naturais dos Açores, sendo seis do distrito da Horta (três do Faial, dois do Pico e um das Flores) e um do distrito de Angra do Heroísmo (Terceira), dois do Continente, um da Califórnia e outro da Madeira. A maioria

Quadro V: Características sociodemográficas dos deputados e senadores eleitos pelo círculo da Horta entre 1915 e 1925

Deputados/ Legislatura	Registo biográfico	Senadores/ Legislatura	Registo biográfico
Américo Olavo Correia de Azevedo (1881-1927) 1915-1917	Natural do Funchal Oficial do Exército Bacharel em Direito Membro da loja maçónica Montanha, com o nome simbólico de <i>Babeuf</i>	José Machado de Serpa (1863-1945) 1915-1917; 1919-1921; 1922-1925; 1925-1926	Natural da ilha do Pico Bacharel em Direito Governador Civil do distrito da Horta (1910-1911)
Joaquim Crisóstomo da Silveira Júnior (1876-1939) 1918-1919	Natural dos Flamengos, Horta Bacharel em Direito Presidente da Câmara	Amaro Justiniano de Azevedo Gomes (1853-1928) 1915-1917; 1919-1921; 1921-1922	Natural da ilha do Pico. Oficial de Marinha Ministro da Marinha (1910-1911)
Jacinto de Freitas (1887-1839) 1919-1921	Natural de Avis Bacharel em Direito	João Joaquim André de Freitas (1860-1929) 1919-1921; 1921-1922	Natural da ilha das Flores Engenheiro de Obras Públicas Governador Civil do distrito da Horta
José Augusto Pereira Gonçalves Júnior (1874-?) 1921-1922	Natural do Faial Engenheiro Professor do Instituto Superior Técnico	Joaquim Teixeira da Silva (1879-?) 1921-1922; 1922-1925; 1925-1926	Natural da ilha Terceira Funcionário Público
Tomé José de Barros Queirós (1872-1925) 1922-1925	Natural de Ílhavo Comerciante e Funcionário Público Membro da loja maçónica <i>Acácia</i> com o nome simbólico de <i>Garibaldi</i>	Joaquim Crisóstomo da Silveira Júnior 1922-1925; 1925-1926	-----
Manuel José da Silva (1892-1935) 1925-1926	Natural de Selmo, Califórnia Funcionário Público Chefe de Gabinete do ministro da Instrução, Júlio Martins (1921)	Manuel Soares de Melo e Simas (1870-1934) 1915-1917	Natural do Faial Oficial de Artilharia Professor Astrónomo Ministro da Instrução Pública (1923)

Fontes: A. H. Oliveira Marques [coord.] et al., *Parlamentares e Ministros da 1.ª República*, Lisboa, Assembleia da República, 2000; Maria Isabel João, “Deputados e Senadores pelos Círculos de Angra do Heroísmo e da Horta no Congresso (1911-1926). Breve análise prosopográfica”, in *O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XX*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2011, p.68.

possuía formação superior (direito ou engenharia) ou a frequência das escolas militares. Deste modo, quanto à atividade profissional, sobressaem os advogados (3) e os militares (3). Quanto aos cargos públicos, destacam-se os de ministro, chefe de gabinete ministerial, governador civil e presidente de câmara. Finalmente, dos onze eleitos, dois eram filiados em outras tantas lojas maçónicas.

⁵⁴⁷ “O Recenseamento Eleitoral”, *O Faialense*, 1925, fevereiro 8 (50), p.1; fevereiro 22 (52), p.1.

8. O golpe de 28 de maio de 1926 e a instauração da Ditadura Militar

Na sua edição de 31 de maio de 1926, o jornal *O Telégrafo*, órgão dos regionalistas faialense, destacava em título “A revolução militar venceu”. Mas logo em subtítulo “Confiamos em que as Juntas Militares salvarão o País”⁵⁴⁸.

Pela sua leitura, constatamos que os regionalistas através do “seu” jornal receberam muito bem o golpe de 28 de maio, adiantando mesmo que já aguardavam este desenlace, porque “por cá também se tinha a noção que os militares se preparavam para a revolução”.

Por isso, aproveitava-se a ocasião para apontar a razão que havia trazido os militares para “a rua” e para a tomada do poder: a administração democrática, responsável, em menos de 16 anos por quarenta e cinco governos, trinta primeiros-ministros, outros tantos golpes e intencionas, escândalos (as notas falsas de 500 escudos⁵⁴⁹, do Banco de Angola e Metrópole (Alves dos Reis) e o regime de monopólio dos tabacos), sete parlamentos e oito presidentes da República, situação entendida mais como um bolchevismo do que um regime republicano constitucional.

Face a esta incapacidade dos democráticos, em atenderem aos clamores públicos e aos superiores interesses da Nação, o articulista não se fazendo rogado pedia aos militares que salvassem o País da derrocada para o extremismo e que restabelecessem o respeito pelas leis; a honestidade e a competência na administração dos serviços do Estado; o desenvolvimento da indústria e do comércio; o equilíbrio orçamental entendido como base de uma boa administração, cortando com todas as despesas supérfluas, entre as quais a supressão de serviços e lugares inúteis. Daí concluir que o encargo que o novo Governo tomara era grande e pesado, mas seria necessário para salvação de Portugal, porquanto era urgente pôr fim “à desavergonha imoralíssima do acidentado período orgíaco que tanto se tem feito sentir entre nós e contra a marcha tantas vezes temos protestado”⁵⁵⁰.

Por seu turno, os democráticos e os simpatizantes da República, no período que se seguiu ao 28 de maio, limitaram-se, pontualmente, a alguma atividade política de

⁵⁴⁸ “A revolução militar venceu. Confiamos em que as Juntas Militares salvarão o País. Viva a República”, *O Telégrafo*, 1926, maio 31 (8 778), p.1.

⁵⁴⁹ “A Tenebrosa Falsificação”, *O Telégrafo*, 1926, fevereiro 20 (8 722), p.1; “Notas falsas”, *Ibid.*, 1926, março 15 (8 745), p.1; “Notas de 500\$00”, *Ibid.*, 1926, março 20 (8747), p.1; março 22 (8 748), p.1; março 31 (8 752), p.1; “As notas de 500\$00 e ‘O Faialense’”, o órgão dos Nunos Simões do distrito”, *Ibid.*, abril 28 (8 764), p.1. Sobre uma carta enviada ao jornal o *Século*, que havia acusado Manuel José da Silva de envolvimento na burla de Alves dos Reis, veja-se “O caso das notas de 500 escudos”, *O Faialense*, 1926, abril 1926 (111), pp.1-2.

⁵⁵⁰ “A hora da justiça”, *O Telégrafo*, 1926, junho 7 (8 781), p.1.

“resistência”, sem assumir qualquer carácter pró-insurrecional (reviralhismo) de que a fundação dos jornais *A Resistência*, a 1 de janeiro de 1927, número único, por Manuel José da Silva⁵⁵¹, e *A Luta*, a 16 de dezembro de 1928, são dois exemplos, como já foi referido, e a prisão de Manuel José da Silva e de outros republicanos faialenses que seriam deportados para a ilha Terceira, foram os factos mais relevantes.

Os deportados, a partir de fins de março, foram regressando “isoladamente e espaçados por períodos de quinze dias”⁵⁵². Todavia, o último a regressar à Horta foi Manuel José da Silva, que chegaria no dia 15 de agosto do mesmo ano. De acordo com o jornal *A Democracia*, seria recebido no cais por muitos amigos e admiradores, que depois o acompanharam até à casa onde se hospedou⁵⁵³. Ao reportar este assunto, *O Telégrafo*, ficava-se apenas por uma notícia mais “seca”: “De Angra chegou no vapor ‘Lima’ o Sr. Manuel José da Silva, ex-deputado pelo círculo da Horta”⁵⁵⁴.

Por seu turno, perante estes acontecimentos, entendidos como uma forma de censura e de coação que se fazia sentir sobre a imprensa, o semanário republicano *O Faialense* decidiu suspender a sua publicação

Por conseguinte, se nas ilhas a República foi encarada sem sobressaltos e incidentes, sem manifestações especiais quer de apoio à nova realidade política quer de lamento pelo fim da Monarquia, o mesmo se passaria em relação ao fim da I República, porque também aqui as elites já o pressentiam. Se tal como a República que foi aceite mais por conformismo do que por convicção ideológica, o mesmo se passou com a nova ordem política que gradualmente foi tomando conta do País, porque o que todos esperavam era um futuro mais promissor, agora agravado pelos estragos decorrentes dos sismos que abalaram a ilha do Faial a 5 de abril e a de 31 de agosto de 1926.

Nos Açores, a República tal como a Monarquia, também se mostrou incapaz de perceber o viver insular e as suas inúmeras dificuldades, sendo notória, mais uma vez, a evidente incapacidade do Terreiro do Paço em corresponder à efetivação do progresso almejado pelos açorianos.

⁵⁵¹ Apêndice – Capítulo II, Gravuras 11 e 12.

⁵⁵² Fernando Faria, “Republicanos faialenses deportados para Angra do Heroísmo”, *Tribuna das Ilhas*, 2009, maio 22 (365), p.14. Sobre políticos continentais deportados para a ilha do Faial, veja-se “Político deportados na Horta”, *O Telégrafo*, 1927, agosto 1 (8 959), p.1. O jornal refere-se aos seguintes militares: general Sá Cardoso, coronel Helder Ribeiro, tenente-coronel Cortês dos Santos e coronel Vitorino Guimarães.

⁵⁵³ *A Democracia*, 1927, agosto 16 (2 363), p.1.

⁵⁵⁴ “Pequenas notícias”, *O Telégrafo*, 1927, agosto 16 (8 965), p.2.

O desencanto decorrente desta situação está bem expresso num artigo, já referido, publicado na edição de 6 de outubro de 1923 do jornal *O Telégrafo*, sob o título “Treze anos depois estamos completamente desiludidos”.

Da sua leitura, verificamos que o articulista chamava a atenção do leitor se tinha ideia “do que seja uma república”, porque, adiantava, “a forma do governo que nos administra há treze anos não é coisa nenhuma nesta vida que jeito tenha”. Além disso, entendia que a derrocada nacional tinha muito a ver com a crassa ignorância dos estadistas (“maus portugueses”) que tomavam o poder de assalto – “o regime do ódio e da perseguição” –, que desconheciam os mais elementares rudimentos de economia política, homens “que por interesses inconfessáveis arredaram das cadeiras do poder os republicanos honrados e inteligentes”. Se um dia havia acreditado na República isso devera-se ao conhecimento que tinha da probidade de homens como Manuel de Arriaga, Sampaio Bruno, entre outros⁵⁵⁵.

Outro exemplo de desencanto para com a República foi o fulgor que as comemorações do 5 de outubro foram perdendo à medida que os anos iam passando.

Assim, até à I Guerra Mundial a efeméride revestiu-se de grande brilhantismo, recebendo da imprensa um espaço de relevo. Durante a Guerra, a cerimónia como aconteceu em 1917, ficou-se, regra geral, pelo encerramento (feriado) de todas as repartições públicas e de quase todos os estabelecimentos comerciais, estes da parte da tarde, pelo embandeirar dos edifícios públicos, consulados, associações, casas particulares e os navios surtos no porto e pela tradicional salva de vinte e um tiros. À noite, ou uma récita no *Teatro Faialense* ou um concerto na Praça de República e a iluminação de edifícios públicos e alguns particulares. Quanto à cobertura do acontecimento por parte imprensa, ou não se fazia qualquer referência ou então remetia-se o leitor para uma pequena notícia na segunda página⁵⁵⁶.

Este cenário manteve-se até 1923. Nos dois anos seguintes, verificamos que a comemoração do 5 de outubro viria a ganhar novamente lugar de destaque⁵⁵⁷. Nesse contexto, destacamos a participação da Câmara no evento, sobretudo com a realização, pelo menos em 1924, de uma sessão solene nos Paços do Concelho (1924), para a qual a edilidade, com o intuito de que o ato se revestisse do maior brilhantismo, convidava,

⁵⁵⁵ *O Telégrafo*, 1923, outubro 6 (8 367), p.1.

⁵⁵⁶ “Aniversário da República”, *A Democracia*, 1917, outubro 6 (444), p.2.

⁵⁵⁷ “O 5 de outubro na Horta”, *A Democracia*, 1920, outubro 7 (1 307), p.1. Em 1921, a comemoração foi levada a efeito pela companhia mista n.º 4 da Guarda Republicana que contou com a colaboração da filarmónica *Artista Faialense*, veja-se “Guarda Nacional Republicana”, cf. *Ibid*, 1921, outubro 4 (1 402), p.2.

através da imprensa, as autoridades civis e militares, corpo consular, funcionários públicos, damas e cavalheiros a assistir à mesma⁵⁵⁸.

Mas, em nosso entender, dois factos em muito contribuíram para isso: a integração no programa das comemorações da *Festa da Flor*, que permitia que grande número de meninas e senhoras percorressem as ruas da cidade, vendendo flores em benefício da Cruz Vermelha; e o envolvimento dos clubes desportivos locais nas comemorações – *Fayal Sport* e *Sporting da Horta* –, que realizavam certames desportivos e quermesses, estas em favor das casas de caridade da Horta, em particular o Asilo de Mendicidade⁵⁵⁹.

Por outro lado, é notório na imprensa local (*O Telégrafo*, *Novidades* e *O Faialense*) que aquilo que os unia – a defesa dos interesses do distrito –, quando era necessário servia de arma de arremesso visando tanto personalidades como as corporações administrativas locais, já que o debate de ideias e de princípios ficava-se geralmente pela visão unilateral dos assuntos. Por isso, qualquer coisa era pretexto para visar pessoas, particularmente Manuel Francisco Neves⁵⁶⁰ e Manuel José da Silva, o que nos leva a concluir que nas ilhas também eram evidentes as mesmas misérias que iam pelo Continente: rivalidades político-partidárias, o caciquismo eleiçoeiro e o desinteresse da maioria pela “res publica”, isto é, os interesses pessoais sobrepujaram-se frequentemente ao interesse coletivo, como bem se sintetizou, em 1922, num artigo intitulado “O mal português e o mal açoriano. Os partidos políticos”, publicado no jornal *O Telégrafo*⁵⁶¹. O articulista chegava a comparar os partidos políticos a uma “terrível mortalha” que iria sepultar o País e por inerência os Açores. A origem da pavorosa derrocada financeira, política e moral em que Portugal ia ruindo.

Para uma melhor compreensão dos seus propósitos, e para assim justificar os momentos difíceis em que o País vivia, fazia uma abordagem aos partidos, analisando-os em três campos:

⁵⁵⁸ “Câmara Municipal da Horta – convite”, *O Telégrafo*, 1924, outubro 4 (8 523), p.1. Sobre as comemorações, veja-se “Comemoração do 14.º aniversário da República”, *Ibid.*, 1924, outubro 6 (8 524), p.1. A partir deste ano, a imprensa voltaria a recuperar a expressão “o feito glorioso da implantação da república”, “Aniversário da República”, *A Democracia*, 1924, outubro 5 (1 930), p.1.

⁵⁵⁹ “Aniversário da República”, *A Democracia*, 1925, outubro 3 (2 086), p.1; outubro 6 (2 087), p.1. De acordo, com a notícia do dia 6, verificamos que o mau tempo não permitiu que se realizassem as festas promovidas pelo *Fayal Sport* e pelo *Sporting da Horta*.

⁵⁶⁰ Em 1919, o grupo afeto ao dr. Neves era assim designado pelo jornal *O Náutilo*, cujo redator se intitulava “capitão Nemo” [António Batista]: “avejões-germanófilos/monárquicos camachistas”, *Ibid.*, 1919, fevereiro 23 (1), p.1. Mas este jornal também fez d’ *O Telégrafo* um inimigo de estimação. .

⁵⁶¹ “O mal português e o mal açoriano. Os partidos políticos”, *O Telégrafo*, 1922, dezembro 13 (8 240), p.1.

1.º - Generalidades: a este respeito assegurava que os membros de qualquer organização partidária tinham como principal finalidade não governar, mas sim governarem-se. Justificava a sua ideia ao relevar que depois das vitórias nas urnas os partidos eram tomados pela indecisão dos seus atos e pela negação das suas afirmações, dando azo ao triunfo das paixões, ao afastamento das capacidades, trazendo para arena política a violência, a iniquidade, o ódio e a vingança. A este respeito escrevia:

“Não há inimigos políticos em que se reconheçam virtudes, nem correligionários em que se descubram vícios; porque não se defendem dos adversários com o valor dos seus princípios ou com a força das suas razões, mas atacam inimigos, feroz e encarniçadamente, nada lhes importando à escolha das armas: dos atos mais vergonhosos, às campanhas mais infamantes, da calúnia mais torpe, ao suborno mais ultrajante, tudo nos partidos circula sem escrúpulo e sem reserva porque todos os meios são legítimos desde que o fim se alcance: VENCER”⁵⁶².

2.º - Filosofia política: entendia que os membros, sobretudo as chefias, eram déspotas por natureza, uma vez que a disciplina partidária era um dogma. Ou seja, de acordo com o texto que vimos seguindo, “um militante, era antes de tudo, caso desejasse ter sucesso, aquele que aprendia rapidamente a esquecer, a renunciar à sua razão, à sua vontade, à sua liberdade. Por isso, “correr por fora” (qualquer gesto de independência) de acordo com o conselho da sua consciência era entendido como uma ato de revolta que a disciplina logo condenava, uma traição, que a irradiação logo castigava.

3.º - Ciência: certificava que desde a sua constituição orgânica aos atos mais simples da sua atividade, os seus membros não se irmanavam em atenção a uma identidade de ideias e de interesses legítimos, mas tornavam-se num corpo constituído por um amontoado de elementos heterogéneos apenas ligados entre si pelo fortíssimo laço de disciplina partidária.

Finalmente, em 1927, a sociedade faialense, já irmanada como o novo regime, também se mobilizou em torno do apelo nacional – “Pró Pátria – A nossa dívida de Guerra” – feito ao País pela guarnição militar de Braga, e considerado “o facto da atualidade portuguesa que mais prende a atenção do País”⁵⁶³. Tinha como objetivo obter os meios necessários para que o País pudesse pagar a dívida de guerra à Inglaterra.

⁵⁶² *Ibid.*

⁵⁶³ “Pro Pátria - A Nossa Dívida de Guerra”, *O Telégrafo*, 1927, março 23 (8 903), pp.1-2.

Conclusão

“Que bela terra [Faial] para eleições!”, escrevia o “maldizente” cronista faialense Rodrigo Alves Guerra Jr.⁵⁶⁴ Expressão que tem o condão de despertar ou suscitar a ideia de como seria a vida política local: uma paródia, uma risada cómica, uma santa pagodeira, apresentando-se, muitas vezes, com ar grave, independente de atitude de quem vai combater por uma causa, pelo benefício público.

Aquela, dentro da sua própria realidade, não deixava de afinar pelos desacertos que se passavam a nível nacional. Assim, quando se fala de política e de políticos, a imagem caricatural coloca suas excelências perante uma enorme “pastagem de carneiros”.

Deste modo, numa terra assolada, com alguma periodicidade por ciclones e sismos, as eleições comparavam-se-lhes porque os partidos e os seus dirigentes (influentes/caciques) em vez de se disporem a defender os interesses da terra e do distrito, o seu bem-estar, o seu progresso civilizacional, ficavam-se, sim, pelos interesses pessoais, pela ganância dos “lucrozinhos” particulares e pelas vinganças mesquinhas.

Por isso, a infelicidade muitas vezes resultava de se entrar para a política, de se ser regenerador, progressista, republicano, o que significava ou que se perdia ou que se vencia. Ora se era o Grande Vencedor ou o Desgraçado do Adversário Político.

De resto, é dentro desta politiquice que devemos começar a entender a razão por que falharam na Horta o movimento autonomista, isto é, enquanto os distritos de Ponta Delgada e Angra reconheceram a utilidade de um sistema autonómico administrativo, entendido como um avanço, o distrito ocidental dos Açores ficou-se pela suprema ventura do discurso fúnebre do rotativismo regenerador e progressista e depois republicano e regionalista: “Experimente o leitor a morrer progressista ou regenerador, que lhe não faltarão, na folha respetiva, a doce consolação de o chamarem ‘valente caudilho’ ou ‘fiel soldado’, mesmo que nada disso tenha sido, mesmo que, politicamente, fosse um fraco ou tivesse virado a casaca muitas vezes”⁵⁶⁵.

Por isso, a 30 de dezembro de 1900, o referido Guerra, numa das suas *Atualidades*, peça que o século XX trouxesse ao Faial, aos Açores e ao País uma vida nova

⁵⁶⁴ Rodrigo Alves Guerra Jr. (Criação Velha, Pico, 1861; Lisboa, 1924). Escrivão da Fazenda. Funcionário das Alfândegas (Horta, Lisboa e Porto). Escritor, tendo colaborado em jornais e revistas literárias da Horta (*O Açoriano*, *O Faialense*, *Revista Faialense*) de Angra do Heroísmo, de Ponta Delgada e de Lisboa (*O Século*, *Ilustração Portuguesa*). Muitos dos seus textos eram assinados sob os pseudónimos Valentim e Zero. Depois da sua morte, foram publicados as seguintes obras: *A Americana*, *Trutas e Atualidades* (vol. I), edições da Secretaria Regional da Educação e Cultura (1980), Câmara Municipal da Horta (1988) e Clube de Filatelia O Ilhéu da Escola Secundária Manuel se Arriaga (2013).

⁵⁶⁵ Zero, “Atualidades”, *O Faialense*, 1900, agosto 12 (41), p.1.

mais proveitosa, com melhor gente, com uma opinião pública que não correspondesse apenas à dos seus homens públicos (os chefes partidários), com os governos responsáveis perante a Nação, porque já bastava o quanto árduo fora para todos o último quartel do século XIX, devido à santa inutilidade da política.

Os faialenses aceitaram tanto a República como o regime saído do golpe de 28 de maio de 1926, porque, certamente, estavam mais preocupados com a solução dos problemas que afetavam o seu quotidiano (em particular os decorrentes do sismo de 31 de agosto de 1926), do que se envolverem em combates políticos estéreis, porque como referiu o governador civil Dr. Joaquim Gualberto da Cunha Melo, aquando das comemorações do 14.º aniversário da república, “não basta dizer-se sou republicano, é preciso mostrar por que o somos”⁵⁶⁶. E no seu entender era todo aquele que dispunha de um elevado espírito de dedicação, de moral cívica, de lealdade e de patriotismo. Ao admitir que estes princípios haviam faltado afirmava, na sua condição de republicano e de representante do Governo, que a República até então tinha sido “uma obra de dispersão e não de união”, porque os homens com os seus atos desmentiram as suas palavras.

Por isso, evocava um desejo sentido pela generalidade dos portugueses: o ressurgimento nacional. De acordo com as suas palavras, verificamos que para a sua efetivação seria necessário, por um lado, o saneamento social de que Portugal carecia, “sob pena de nos perdermos irremediavelmente” e a aplicação dos princípios do 5 de outubro, numa República onde todos, sem exceção, podiam viver sob o sol vivificador das liberdades democráticas, por outro.

Todavia, alguns faialenses não deixaram de se distinguir na política. O primeiro presidente da República, Manuel de Arriaga. Os três ministros da Instrução Pública: Manuel Goulart Medeiros (em 1915, no Governo presidido por Joaquim Pimenta de Castro), Manuel Lacerda de Almeida (1890-1955, em 1921, no Governo de Manuel Maria Coelho) e Manuel Soares de Melo e Simas (em 1923, no Governo de António Ginestal Machado).

⁵⁶⁶ “O 14.º aniversário da República. Evocação e Compromisso”, *A Democracia*, 1924, outubro 9 (1 932), p.1.

Capítulo III

UM INVESTIMENTO NO FUTURO E NO PROGRESSO: A EDUCAÇÃO E O ENSINO

“Um povo mergulhado na ignorância desconhece os seus direitos e seus deveres; e esse estado só pode convir aos governos despóticos em que se teme o clarão da inteligência; mas nos governos livres e ilustrados o primeiro cuidado é ministrar ao povo o pão do espírito, promovendo a instrução pública”¹.

¹ Cf. Costa Rebelo, “[Discurso proferido na abertura da escola noturna]”, *O Faialense*, 1860, novembro 11 (15), p.4.

A transição do século XIX para o século XX, da monarquia constitucional para a I República (1910-1926), deve ser entendida com um dos períodos mais significativos da História da Educação em Portugal, porque apesar das dificuldades económicas que afetaram a vida do País houve sempre a ideia de que era urgente que a instrução [primária] chegasse a todas as crianças.

No tocante à política educativa, destacam-se a criação do ministério da Instrução Pública por D. António da Costa de Sousa Macedo, a 12 de junho de 1870, “considerada uma data cimeira do nosso ensino”² e as diferentes reformas que iam do ensino primário ao superior, algumas das quais não tiveram grande aplicabilidade, porque geralmente a “realidade resistia às medidas legislativas”³.

Em 1880, na cidade da Horta constatava-se que apesar de na ilha do Faial a instrução pública ter melhorado, muito havia ainda que fazer para que a sua generalização atingisse ambos os sexos⁴.

Paralelamente é notória a atenção dada à educação da mulher porque se entendia que era a primeira educadora dos seus filhos. Por isso, “sem homens de saber e mulheres instruídas não pode haver povo livre nem feliz, seja quais forem as instituições políticas que regerem o País”⁵. Situação corroborada pelo jornal *O Recreio* que numa das suas edições escrevia que “objeto algum se nos afigura mais importante do que a educação do sexo feminino”⁶. E revelando uma “ideologia maternal”, justificava-se que aquela que um dia for mãe deverá possuir conhecimentos que lhe permitam incutir nos filhos as ideias do bem, do justo e do honesto (“educadora por excelência”). Dentro desta interpretação, terminava que só uma mãe ilustrada é que podia dignamente desempenhar tão nobre

² Seria recriado em 1890, com a designação de ministério da Instrução Pública e Belas-Artes, e extinto em 1892. Com a República seria criado, em 1913, pela Lei de 7 de julho, o ministério da Instrução Pública, cf. Rómulo de Carvalho, *História do Ensino Em Portugal. Desde a Fundação da Nacionalidade até ao fim de Regime de Salazar – Caetano*, 2.^a ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1996, pp.599-604, 627 e 662-663.

³ Maria João Mogarro, “Cultura material e modernização pedagógica em Portugal (séculos XIX-XX)”, *Educatio Siglo XX*, vol. 28, 2010 (2), pp.89-114 (93).

⁴ Costa Rebelo, “A Instrução do Povo”, *O Grémio Literário*, 1880, dezembro 1 (14), pp.106-107.

⁵ *Ibid.* Sobre o assunto, pode ler-se no jornal *O Telégrafo*: “Nos três estados caraterísticos da mulher como filha, esposa e mãe, grandes são as glórias que ela pode conseguir, porque o heroísmo em qualquer destas fases é sempre no benefício da humanidade. Pudesse a sociedade promover-lhe uma educação e instrução adequadas à grandeza dos fins para que a Providência a fundou”, Maria Adelaide da Silva, “A Mulher”, *Ibid.*, 1903, janeiro 14 (2 371), p.1; Ignotus [Florêncio Terra], “O ensino da mulher”, *Ibid.*, 1908, junho 10 (4 307), p.1, que escrevia: “A divisão do trabalho de modo que o homem se ocupe da vida pública, desempenhe cargos e a mulher administre a sua casa, seria o belo ideal da sociedade, digam o que quiserem as feministas. [...] O feminismo é uma febre que passa, e só fica o verdadeiro conceito de mulher, protegida, ilustrada e sem pretender uma igualdade que a natureza lhe recusou”.

⁶ *O Recreio*, 1883, março 5 (35), p.1.

missão⁷, ou então como salientava Ignotus (pseudónimo de Florêncio Terra), “educando-a bem para o lar dão-se-lhe os instrumentos de luta”⁸.

A preocupação com a escola pública⁹ (primária, elementar e secundária) na ilha do Faial, no tempo em estudo, foi também motivo de um amplo debate expresso através da heterogeneidade de textos na imprensa local, que até lhe dedicaria um jornal consagrado ao ensino primário: *A Escola* (1882, semanário) e seis jornais da responsabilidade dos alunos do Liceu da Horta: *Liceu da Horta* (1875-1877, quinzenário literário), *A Primavera* (1892, semanário literário e noticioso); *A Aurora* (1894); *A Estudantina* (1894-1895, semanário); *Liceu da Horta* (1908, semanário académico); *O Estudante* (1925-1926, quinzenário literário dos estudantes do liceu Dr. Manuel de Arriaga), além de se ter tornado numa das importantes preocupações das autoridades distritais, concelhias e paroquiais e associações laicas e religiosas.

Da proliferação de escritos e de documentos oficiais detetam-se os seguintes objetivos e/ou preocupações locais: a instrução como ideal de cultura, de civilização, de ilustração e de regeneração da sociedade; a crença no poder da escola como fator de progresso local e nacional. Isto é, entendia-se a escola como um local de realização de um processo civilizacional no sentido de acertar os ponteiros com o relógio global. A propósito, verificamos que, em 1908, o poeta e autodidata faialense Manuel Joaquim Dias [D.] reconhecia que a instrução, o teatro, a igreja e a imprensa eram os quatro pilares em que devia assentar a educação do povo. Mostra que isto era o que ele, em seu entender, desejava¹⁰.

Todavia já, em 1882, Ernesto Rebelo admitia que o progresso da sociedade só seria possível “quando à instrução se reúna a educação”, porque antes da escola existia a educação materna, cuja mãe, na linha do que pensava seu pai, Francisco Peixoto de Lacerda Costa Rebelo (1814-1903), de acordo com as suas palavras era “a divindade da infância”, por suster nos seus braços o destino da humanidade. Explica que antes da instrução que viria iluminar a “alma da mocidade”, seria necessário que o terreno fosse preparado para o bem, “para que a ciência mais tarde adquirida conduza o homem na senda

⁷ *Ibid.* Veja-se António Nóvoa, *Evidentemente. Histórias da Educação*, Porto, Edições Asa, p.61.

⁸ Ignotus [Florêncio Terra], “O ensino da mulher”, *O Telégrafo*, 1908, junho 10 (4 307), p.1.

⁹ Apesar de ser uma expressão que assume um caráter polissémico, devemos entendê-la neste estudo como um serviço público, cf. Ernesto Candeias Martins, “Ideário da Escola Pública Portuguesa entre os séculos XIX e XX”, *Revista do Centro Universitário Moura Lacerda*, 2010, pp.12-28.

¹⁰ D. [Manuel Joaquim Dias] “A respeito da instrução”, *O Telégrafo*, 1908, julho 14 (4 332), p.1.

do dever e dos seus princípios”¹¹.

Assim, a conjugação da instrução sem educação, de ciência sem moralidade e de existência sem religião eram consideradas poderosas alavancas para o mal¹².

Por fim, a escola entendida não só como espaço onde se aprendia a ler, a escrever e a contar, mas também como o campo onde o aluno devia aprender a cumprir o seu dever, assimilando o espírito de obrigação, seria uma constante nos escritos de reflexão e de crítica sobre matérias quanto à educação e à instrução (Ernesto Rebelo, Costa Rebelo, Manuel Garcia Monteiro, Lacerda Bulcão, Manuel Joaquim Dias, entre outros).

Somos a concluir que, apesar de os termos educação e instrução nos remeterem, por vezes, para um uso indistinto, aqui é notório que se pretendia, mesmo que não seja nosso intuito definir o sentido de um e do outro, reforçar a ideia de que a educação é um conceito mais amplo do que a instrução, isto é, envolve todos os meios necessários ao desenvolvimento, ao aperfeiçoamento e ao cultivo integral e harmónico das faculdades humanas (intelectuais, físicas e morais), enquanto a instrução é um desses meios que conduz ao exercício das suas faculdades intelectuais¹³.

Deste modo, se a lição da escola primária vinha tradicionalmente atada ao duplo significado de espaço de instrução e de preparar condutas, observar costumes e projetar a vida dos outros integrando-os no meio social, na Horta não se deixava de reconhecer que esse desiderato dificilmente seria atingido pela simples razão de o absentismo escolar levar a que escola primária “aprontasse” poucos alunos, enquanto os poucos que frequentavam os cursos secundários e superiores apenas se instruíam para padres, bacharéis e militares.

Se assim era, então questionava-se: será que “esta gente” poderia ser o suporte da prosperidade da Nação? E às forças vivas do País, em particular aos lavradores e aos operários, o que se ensinava? Manuel Joaquim Dias era de opinião que não se ensinava nada cujos resultados, funestos, facilitavam, assim, a “conquista industrial pelos povos do norte”¹⁴. Pelo mesmo diapasão afinava outro vulto da cultura faialense, António Lacerda

¹¹ Ernesto Rebelo, “Sobre Educação”, *O Grémio Literário*, 1881, novembro 15 (34), pp.74-75. Veja-se “A Instrução”, *A Primavera*, 1892, janeiro 21 (2), p.1.

¹² *Ibid.*

¹³ Cf. Luís Reis Torgal, “A Instrução Pública”, in José Mattoso [dir.], *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp.609-611. Sobre o assunto, veja-se C[aetano]. M[oniz]. V[asconcelos]., “Educação”, *O Faialense*, 1902, agosto 10 (145), p.1. A propósito escrevia: “Extirpar a ignorância é redimir a humanidade do grande pecado original. A redenção está na ciência; o apostolado da civilização é o professorado. A instrução é o verbo divino humanado que chama a humanidade de inteira à mesa da comunhão da civilização. A terra prometida é a civilização. A falta de educação é o tenebroso bátrio da humanidade. Cruzemo-nos para o combater”.

¹⁴ D. “A respeito da instrução”, *O Telégrafo*, 1908, julho 14 (4 332), p.1.

Bulcão ao escrever: “É devido à instrução e ao trabalho, que a grande e opulenta república dos Estados Unidos da América do Norte, se tem rapidamente engrandecido”¹⁵. Isto quer dizer que também na Horta se fazia eco, no contexto do pensamento liberal português, da importância da instrução como “salvadora dos povos”¹⁶. Da base de todo o desenvolvimento económico, social e político.

De facto, ao analisarmos os *Estatutos da Irmandade do Império da Beneficência da Cruz do Bravo* e da *Confraria de Nossa Senhora do Rosário*, respetivamente das freguesias dos Flamengos e de Pedro Miguel, ambos de 1885, verificamos que, no primeiro, dos 63 irmãos subscritores apenas quatro sabiam assinar o seu nome, enquanto os outros 59 declararam “não saber ler nem escrever”¹⁷. No segundo, nenhum dos 22 subscritores sabia escrever: “Assino a rogo dos 22 irmãos retro por não saberem ler – Francisco José do Amaral [professor da escola primário do sexo masculino]”¹⁸.

Manuel Joaquim Dias, na esteira de Bulcão, enfatizava a propósito que a instrução ministrada tanto nas escolas primárias como nos liceus era elementar, para logo mostrar que acreditava que a “vontade individual e o trabalho é que fazem o resto” e que os meios complementares à obra pedagógica seriam, em seu entender, as bibliotecas (“procurar a instrução que precisa ou que é mais do seu gosto”), as conferências e a circulação barata de livros de bons autores (“poderosa influência da leitura no domicílio”)¹⁹.

Assim, estes vultos da cultura faialense constituíam um grupo de intelectuais, identificados e reconhecidos publicamente pelo seu mérito, por serem vozes privilegiadas que num determinado contexto social escreviam, falavam e pensavam sobre assuntos de interesse geral, apesar de muitas vezes as suas opiniões não serem apreendidas ou consideradas por parte dos poderes públicos. Por outro lado, insistiam que a cultura, mais do que constituir uma luta contra a natureza, era o meio propício para colocar o homem frente ao seu tempo, fazendo dele um indivíduo privilegiado da História, numa época em que muitas localidades se apresentavam como espaços habitados por uma “população

¹⁵ António Lacerda Bulcão, “A Instrução”, *O Açoriano*, 1893, agosto 13 (8), p.1.

¹⁶ Luís Reis Torgal, “A Instrução Pública”, já cit., in José Mattoso [dir.], *História de [...]*, vol. V, p.609.

¹⁷ BPARJJG, *Irmandade do Império da Beneficência da Cruz do Bravo*, Estatutos, 1885, fls.7v.-8.

¹⁸ BPARJJG, *Confraria ou Irmandade de Nossa Senhora do Rosário*, Estatutos, 1885, fl.4. Veja-se Y. (Florêncio Terra?), “A Instrução Popular”, *O Telégrafo*, 1906, maio 25 (3 714), p.1. “Ser analfabeto não implicava que não se tivesse bom coração que não se fosse capaz de cultivar bons sentimentos, apesar de se reconhecer que isso era o melhor serviço que se podia fazer. Isto vem a propósito de José Joaquim, jovem analfabeto, que salvou um cão de se afogar junto às Pedras dos Frades. Este gesto valeu-lhe um diploma da Associação Protetora dos Animais, de Lisboa, que lhe seria entregue por Domingos Mendes de Faria, uma subscrição aberta em seu nome por José de Simas Garcia que por sua vez pagou a um professor para ensinar à noite o jovem Joaquim”, *O Açoriano*, “Noticiário Local”, *Ibid.*, 1884, abril 6 (31), p.2.

¹⁹ D. “A respeito da instrução”, *O Telégrafo*, 1908, julho 14 (4 332), p.1.

boçal e analfabeta governada por uns caciques medíocres e incultos que manipulavam as eleições ao serviço da sua carreira política ou das clientelas dos partidos no poder”²⁰. Dito de outra maneira, o que pretendiam era que se desse ao “povo” instrução através da abertura de escolas e de oficinas, porque a ignorância não só prejudicava as famílias como corrompia os costumes, arrastando as suas vítimas para o vício e para o crime. Por isso, em 1906, em atenção ao que se escrevia no jornal *O Telégrafo*, não temos qualquer dúvida de que se tinha a consciência de que pelo ensino se havia de aperfeiçoar o homem e a sociedade, porque a “instrução cria filhos dedicados, chefes de família exemplares, homens morigerados, soldados briosos, cidadão úteis e funcionários honestos”²¹.

Ao mesmo tempo, para se conseguir a promoção plural da instrução, reforçava-se a ideia de que “a este respeito nada pode dizer-se feito, enquanto não houver em cada paróquia [da ilha] uma escola para ambos os sexos”²². Neste contexto é lícito afirmar que foram determinantes as iniciativas das elites, das corporações civis e religiosas²³, das sociedades, da iniciativa particular e da execução do Estado.

No entanto, apesar do afã posto no desenvolvimento da instrução e do seu alargamento, na prática o que se verificava era que todo o esforço acabava por se confrontar com inúmeros desafios expressos de forma inequívoca na falta de edifícios escolares adequados para casa da escola e de moradia do professor e do respetivo mobiliário; no pagamento irregular (tardio) dos vencimentos dos professores e das rendas das casas das escolas²⁴; na falta de formação dos professores; no elevado grau de absentismo²⁵ dos alunos que frequentavam o ensino primário; o reduzido número dos que

²⁰ Miguel António Dias Santos, “Antiliberalismo e contra-revolução na I República (1910-1919)”, Coimbra, 2009, in <https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/bitstream/10316/12380/3/MiguelSantostese.pdf> (consultado em 12-04-2011).

²¹ Y. (Florêncio Terra), “A Instrução Popular”, *O Telégrafo*, 1906, maio 25 (3 714), p.1.

²² IANTT, *Ministério do Reino*, Relatório do Comissário dos Estudos do distrito da Horta [António Emílio Severino de Avelar], 1872-1873, maço 3 853.

²³ “Artigo 25.º - “A confraria compromete-se, segundo as suas possibilidades, e se for preciso, a subsidiar o ensino primário paroquial”, APF, *Confraria de Nossa Senhora da Luz*, Estatutos [1894], fl.3v.

²⁴ Em 1905, o correspondente d’ *O Telégrafo* na freguesia da Praia do Almoxarife, escrevia, a propósito: “No nosso concelho ainda não há pagamento da renda de casas da escola pelo 2.º semestre de 1905, nem limpeza e expediente das escolas desde o 3.º trimestre do mesmo ano. Também o professor oficial desta freguesia está ainda à espera da diferença dos seus vencimentos por efeitos de promoção de classe, com relação ao período de 1 de julho de 1903 a 31 de dezembro de 1904”, “Pelo Campo [Praia do Almoxarife]”, *Ibid.*, 1906, junho 21 (3 734), p.1.

²⁵ A propósito deste assunto, que será referido mais à frente, notamos que no recenseamento escolar de 1908, realizado na freguesia Praia do Almoxarife, dos 45 alunos masculinos recenseados 28 (62%) não frequentavam a escola “oficial” nem recebiam ensino doméstico. Quanto ao sexo feminino, das 53 alunas recenseadas, apenas nove (16,9%) frequentavam a escola regularmente. Assim, dos 98 alunos recenseados de ambos os sexos, 72 não frequentavam a escola (73,4%), cf. “Pelo Campo [Praia do Almoxarife]”, *O Telégrafo*, 1908, setembro 3 (4 376), pp.1-2.

frequentavam o secundário, o que se refletia nas altas taxas de analfabetismo existentes; na dificuldade em equiparar o Liceu da Horta aos outros dois liceus açorianos (liceu central²⁶).

Todo este conjunto de situações não invalidava que as comunidades, no caso concreto os “chefes de família da freguesia do Capelo”, mesmo cientes das dificuldades de natureza vária com que se confrontava a instrução pública, através de uma petição, de 20 de dezembro de 1903, assinada por 39 indivíduos, onde figuravam também os nomes do pároco (José Ferreira da Silva) e do regedor (José Francisco da Rosa), e enviada ao governador civil para que interviesse junto do Governo de Sua Majestade:

“Para a grande conveniência que resultará à instrução da mesma freguesia da nomeação definitiva para a cadeira do sexo masculino da atual professora interina Luísa Zulmira Goulart Ramalho, porque desde que rege a mesma cadeira tem sido manifesto o progresso no adiantamento dos alunos, cuja frequência espontânea aumentou sensivelmente depois da sua nomeação, sendo notório o aproveitamento”²⁷.

Ou então, como aconteceu em 1911, aquando da instalação, no dia 2 de janeiro, do curso noturno em benefício das classes desvalidas, na escola do sexo masculino da freguesia de Castelo Branco, promovido pelo respetivo professor, Gaspar de Castro Neves. Este além de assumir a iniciativa, prontificou-se pelas despesas necessárias, enquanto tanto a comissão administrativa paroquial como a municipal não orçassem as verbas para a sua coadjuvação, e por lecionar gratuitamente.

Este gesto ganhou foros de destaque no jornal *O Telégrafo* que, de forma pormenorizada, descreveu o ato de inauguração. Como era praxe do jornal relativamente a tudo o que constituía um bem para os povos do distrito, endereçava as felicitações do jornal “ao Sr. Neves, que é digno de todo o elogio pelo amor que dedica à instrução pública”²⁸.

Dois dias depois, pela leitura de outro artigo que pormenorizava ainda mais aquela inauguração, verificamos que os oradores estavam todos de acordo com os seguintes princípios, sendo, por isso muito aplaudidos: “a instrução é indispensável ao viver do homem” (Gaspar Neves); “um útil melhoramento para a freguesia” (João de Vargas Pereira, presidente da comissão administrativa paroquial); “um homem analfabeto contribui para a decadência das localidades” (António de Sousa Hilário Jr.)²⁹.

²⁶ Uma das causas da luta para que o Liceu da Horta fosse dotado com um curso completo seria evitar que “no Funchal segui[ssem] para S. Miguel, a continuar seus estudos no liceu central, António de Xavier Mesquita, Manuel Lacerda de Almeida, Adolfo do Nascimento Silva e José Carvalho de Lacerda Azevedo”, cf. *O Telégrafo*, 1906, outubro 17 (3 832), p.1.

²⁷ BPARJJG, “Petição de 20 de dezembro de 1903 enviada ao governador civil do distrito da Horta” [d.a.].

²⁸ “Curso Noturno em Castelo Branco”, *O Telégrafo*, 1911, janeiro 2 (5 058), p.2.

²⁹ *O Telégrafo*, 1911, janeiro 4 (5 060), p.2.

Perante a grande animação que reinava entre os habitantes daquela freguesia face a tão importante melhoramento³⁰, é possível concluir que, independentemente das diferentes abordagens relativas à instrução, a imprensa faialense contribuiu em muito para a difusão daquilo que de proveitoso ela podia proporcionar, o que levaria António Lacerda Bulcão a escrever, em 1882, sem qualquer dúvida: “A missão mais importante e da qual deve a imprensa da localidade ocupar-se constantemente, é a da instrução pública deste distrito em vista do seu estado menos lisonjeiro”³¹. Pelo mesmo diapasão afinava o correspondente da freguesia do Salão do jornal *O Telégrafo*, em 1903, Francisco Pereira da Rosa, professor oficial do sexo masculino na dita freguesia, ao propor que o jornal devia abrir uma secção relativa à instrução primária, onde se expusesse, além de outros assuntos sobre instrução, tudo o que dissesse respeito a portarias, despachos ou quaisquer outras disposições da lei, legislação, que no seu entender, era só lida por alguns e que liam devido ao seu elevado preço. A concluir, afirmava que para o sucesso da iniciativa existiam cidade da Horta “competentíssimos para se encarregarem desta secção”³².

Por isso, pode afirmar-se que ressaltava, como ideia norteadora, o desejo de que a instrução se devia “derramar a mãos largas por todas as classes”³³. Só assim é que cada um, sem exceção, podia conhecer os seus direitos e deveres de cidadão, acedendo, por isso, ao exercício da cidadania. Ao mesmo tempo que se dava ênfase ao papel da escola como espaço de excelência para a socialização dos alunos “nos valores, regras e comportamentos considerados legítimos”³⁴ e para o desenvolvimento de atividades como a agricultura e as indústrias, principalmente numa terra em que a primeira continuava rotineira e as segundas desaproveitadas.

Enfim, se a instrução era entendida como a salvadora dos povos, um meio poderoso que a civilização esperava para a resolução dos grandes problemas sociais³⁵, “um meio para o homem ser feliz”³⁶, então a melhor forma para combater a ignorância, a ociosidade e a falta de educação, entendidas como as causas dos males sociais, era simplesmente ensinar o povo a ler. Mas para que isso fosse possível, evitando-se, assim, que tanto o livro como o jornal não fossem algo apenas ao dispor dos mais abastados, seria

³⁰ O jornal *O Telégrafo*, em 1906, ao referir-se ao estabelecimento de uma escola mista no lugar da Lombega, na mesma freguesia, destacava o grande regozijo que tinha constituído para os habitantes da localidade tal acontecimento, tendo, a propósito, “subido ao ar muitos foguetes”, *Ibid.*, 1906, maio 25 (3 741), p.1.

³¹ *O Recreio*, 1882, setembro 3 (9), p.1.

³² F[rancisco]. P[edro]. [da] R[osa]., “Correspondência [Salão]”, *O Telégrafo*, 1903, fevereiro 12 (2 758), p.1.

³³ “Instrução Pública na Horta”, *O Faialense*, 1858, outubro 17 (12), p.89.

³⁴ *O Grémio Literário*, 1881, agosto 1 (27), pp.1-2.

³⁵ *A Escola*, 1882, outubro 27 (1), p.1.

³⁶ Costa Rebelo, “O Ensino”, *O Grémio Literário*, 1883, julho 1 (68), p.350.

conveniente que se abrissem bibliotecas que fossem frequentadas pelos pobres filhos do povo. Daí não se ter qualquer dúvida que “instruir é moralizar: abrir escolas é fechar as portas às cadeias”³⁷.

1. O Ensino Primário

“A instrução primária deve ser facultada ampla e gratuitamente ao povo, sem que tenha de despender em matrículas e livros elementares: o ensino obrigatório para todos: os professores remunerados condignamente em termos a que o magistério da infância não seja mais mal pago do que o exercício de qualquer ofício mecânico, como está sendo”³⁸.

“Ontem passou o 4.º aniversário da implantação da República Portuguesa, a cuja bandeira o povo português se acolheu na esperança do início de uma vida nova. Quatros anos volvidos [...] nem tudo correspondeu ao que esperava, alguma coisa se melhorou, [...]. A instrução pública desenvolveu-se muito, com especialidade a primária”³⁹.

Com a implantação do liberalismo em Portugal (1820) impôs-se a ideia de uma escola primária para todos os portugueses e a exigência de que só se conseguiria atingir a condição de cidadania plena quando se fosse portador do conhecimento da leitura, da escrita e das quatro operações da aritmética.

Deste modo, seriam várias as reformas que “abalaram” o ensino primário em Portugal desde 1835 (ano em que se estabelece a escolaridade obrigatória) até 1926, de que se registam apenas as que se enquadram no período em estudo: as reformas do período da monarquia constitucional de Rodrigues Sampaio (1878-1881⁴⁰), de João Franco

³⁷ “Discurso apresentado por ocasião da abertura das aulas do ‘Grémio Literário Artista Faialense’”, *O Grémio Literário*, 1880, outubro 1 (10), pp.73-75.

³⁸ Costa Rebelo, “O Magistério Primário”, *O Grémio Literário*, 1882, agosto 15 (52), p.222.

³⁹ “5 de outubro”, *O Telégrafo*, 1914, outubro 6 (6 150), p.1.

⁴⁰ Pelo “Regulamento de 28 de julho de 1881” pôs-se em execução a reforma da instrução primária decretada pelas leis de 2 de maio de 1878 e 11 de junho de 1880. Visava descentralizar o ensino ao atribuir às Câmaras Municipais toda a despesa com o professorado e às Juntas de Paróquia o fornecimento de casa e mobília para as escolas; mandava criar escolas para ambos os sexos em todas as freguesias (uma complementar para cada um dos sexos em cada concelho e uma normal para cada um dos sexos nas capitais de distrito); reforçava o princípio do ensino obrigatório ao dividir a instrução primária obrigatória, dos 6 aos 12 anos, em dois graus, elementar e complementar; criava uma Junta Escolar em cada concelho, para auxiliar a Câmara na direção e fiscalização das escolas e um delegado paroquial em cada paróquia, com atribuições de fiscalizar o desempenho dos professores, organizar com estes a matrícula, no princípio do ano letivo, visar-lhes os mapas mensais e denunciar à Câmara os omissos e os pais que deixavam de enviar filhos à escola para lhes ser imposta a respetiva multa; estabelecia circunscrições escolares, à frente das quais estava um inspetor e subinspetor com atribuições de visitar as escolas, inspecionar o desempenho dos professores, convocá-los para as conferências pedagógicas, presidir aos exames de professores e alunos, informar as Câmaras sobre a aptidão dos candidatos ao magistério e participar às mesmas os que deixavam de cumprir os seus deveres. Este regulamento seria publicado, de forma alternada, no jornal *O Faialense* entre 21 de agosto de 1881 e 15 de janeiro de 1882.

(1894-1896⁴¹) e de Hintze Ribeiro (1901⁴²) e as republicanas de 29 de março de 1911⁴³ e de 10 de maio de 1919⁴⁴.

Daqueles diplomas apenas o Regulamento de 28 de julho de 1881 e o decreto de 24 de dezembro de 1901 seriam motivo para alguma discordância por parte da imprensa hortense.

No primeiro caso, não se deixaria de acusar, no jornal *A Escola*, os defeitos da lei⁴⁵ porque se na “parte escolástica” se considerava a reforma “de algum modo aceitável”, o mesmo já não se passava na parte económica. Isto é, o Governo cometendo aos municípios e às Juntas de Paróquia as despesas com os professores e com as casas da escola, revelava uma “atitude absurda e imprevidente” ao vexar os municípios e ao agravar a sorte dos professores que em grande número de concelhos vivia na miséria. Depois, a maioria daqueles não dispunha dos meios financeiros necessários para o efeito, porque se entendia que existiam dois tipos de concelhos: os pobríssimos e os de administração desleixada “que se deixam atrasar nos pagamentos ou que cessam absolutamente de

⁴¹Data de 22 de dezembro de 1894. Só seria regulamentada a 18 de junho de 1896. Desta reforma registam-se a divisão do ensino primário em elementar e complementar, cf. Rómulo de Carvalho, *História do Ensino Em Portugal*. [...], já cit., pp.628-629.

⁴² “Decreto, n.º 8, de 24 de dezembro de 1901” (Reforma do Ensino Primário). Constituiu a base do ensino primário até à proclamação da República. Manteve o ensino obrigatório e gratuito dividido em quatro classes. As primeiras três terminavam com o exame do 1.º grau (3.ª classe). A 4.ª classe que correspondia ao exame do 2.º grau ficava reservada apenas aos que pretendiam ser admitidos ao curso dos liceus; mantinha a separação de escolas de ambos os sexos (escolas centrais), lecionadas por professores do respetivo sexo; quanto às escolas mistas (paroquiais), excecionalmente, mas lecionadas por professoras; mantinha a centralização do ensino; decretava a obrigatoriedade de frequentar o ensino normal para aceder ao magistério primário. Uma das ideias que presidia à Lei era combater a fuga da escola pública para a escola particular, cf. PORTUGAL, *Diário do Governo*, 1901, dezembro 28 (294), pp.3 703-3 707: “Decreto de 24 de dezembro de 1901”.

⁴³ PORTUGAL, *Diário do Governo*, 1911, março 30 (73): “Decreto, n.º 9 223, de 29 de março de 1911, que reorganizava os serviços da instrução primária”. Considerado por Rómulo de Carvalho um documento notabilíssimo, se tivesse sido posto em prática colocaria Portugal ao nível dos países mais avançados no que dizia respeito à instrução. Dessa reforma, que legislava sobre os ensinos infantil, primário e normal, ressaltam-se o estabelecimento do ensino oficial livre e gratuito e uma escolaridade obrigatória entre os sete e os dez anos para todas as crianças que residissem até 2 km do edifício escolar. Período em que o aluno frequentava o ensino primário que se dividia em três escalões: o elementar (obrigatório para as crianças de ambos os sexos com idades entre o 7 e os 14 anos), o complementar e o superior, ambos facultativos. Reforçava a necessidade de se efetuar anualmente, no mês de agosto, o recenseamento de todas as crianças em idade escolar, tarefa incumbida às Juntas de Paróquia (mais tarde de freguesia). Quem não o fizesse incorria numa multa. A par das escolas oficiais também se admitia as escolas particulares, cf. Rómulo de Carvalho, *História do Ensino Em Portugal*. [...], já cit., pp.663-675 e 893-895 [Documento XLV].

⁴⁴ Era ministro da Educação Leonardo José Coimbra, então professor liceal, do governo presidido por Domingos Pereira. Manteve grande parte do articulado anterior. A principal novidade, considerado um grande progresso, caso fosse rigorosamente posta em execução: a obrigatoriedade escolar passava de três anos para cinco, isto é, dos 7 aos 12 anos. Agora fundiam-se os ensinos primário elementar e complementar que passaram a designar-se de ensino primário geral de cinco anos. Depois deste, o aluno podia matricular-se no ensino primário superior de três anos, cf. Rómulo de Carvalho, *História do Ensino Em Portugal*. [...], já cit., pp.681-682.

⁴⁵ Horta”, *A Escola*, 1882, novembro 1 (2), pp.1-2.

pagar”. Todavia, o Estado, com esta atitude descentralizadora, entendia que as corporações podiam satisfazer os seus encargos ou através de novos impostos (diretos e indiretos) ou contar com o recurso de “imaginários legados, heranças e doações”. Então perguntamos: Por que razão o Estado não teve coragem de os lançar? uma vez que, e de acordo com artigo que vimos citando, se entendia que era sempre a Nação que os pagava, quer através das Câmaras quer através da “Repartição de Fazenda”⁴⁶. Por fim, lamentava-se que mais uma vez em Portugal se procurava copiar leis estrangeiras, imitar “legislação estranha sem discernimento e sem previsão do futuro”⁴⁷.

No segundo caso, a reforma de 1901, também se debruçou sobre o ensino particular (Capítulo X - Do ensino particular, artigos 102 a 107⁴⁸), que apesar de considerar o seu exercício livre, adiantava-se, por um lado, que só podia ser exercido por pessoas que estivessem devida e legalmente habilitadas e inscritas na respetiva circunscrição escolar” (art. 102.º). Por outro lado, que a escola particular tivesse as necessárias condições pedagógicas e higiénicas e que fossem fornecidos os dados para a “organização rigorosa da estatística dos serviços de instrução primária” (art.105.º), porque se assim não fosse o Governo mandaria encerrá-la (art. 107.º).

A crítica feita localmente a este decreto incidiu apenas sobre aquele este tipo de ensino, uma vez que, e em atenção aos artigos que vamos citar, concluímos que se tinha na ilha do Faial uma opinião positiva sobre a importância que representava a oferta do ensino particular. Depois, se uma das ideias que presidia à Lei era combater a fuga da escola pública oficial para a escola particular, o legislador demonstrava um grande desconhecimento das realidades locais, isto é, a Lei ao aplicar-se a todo o País não tinha em consideração que o ensino particular muitas vezes constituía a única oferta de instrução pública em certas localidades.

Por isso, António de Sousa Hilário não deixaria de lamentar o articulado da Lei, porque entendia que o legislador não reconhecia que a instrução oficial só por si não cobria todo o ensino, sendo por isso necessário o auxílio da instrução particular. Daí salientar que não se poderia melhorar a primeira aniquilando a segunda. Sendo assim, chamava a atenção do Governo e das autoridades para que reconhecessem a importância do ensino particular que em muitas localidades “tem foros adquiridos” ao mesmo tempo que

⁴⁶ Horta”, *A Escola*, 1882, novembro 1 (2), pp.1-2.

⁴⁷ *Ibid.*

⁴⁸ PORTUGAL, *Diário do Governo*, 1901, dezembro 28 (294), p. 3 706: “Decreto, n.º 8, de 24 de dezembro de 1901”.

discordava que se exigissem documentos de capacidade “àqueles” que os “povos reconheciam por mestres”, do registo criminal “àqueles” contra quem nunca houve queixa, de bom comportamento “àqueles” sobre quem se não insurgem “maléovolas insinuações!”⁴⁹.

Por seu turno, a professora Maria Adelaide da Silva⁵⁰, defendendo a mesma perspetiva, não deixava também de reconhecer as vantagens da escola particular para as populações, apesar da desconsideração que haviam recebido do professorado oficial, sobretudo pela maneira como faziam a avaliação dos seus alunos. Por isso, a articulista insurgia-se contra essa atitude uma vez que tanto os pais como o público tinham consciência de que na escola pública oficial a aprendizagem era notoriamente insuficiente. Por isso, se sujeitavam a pagar o ensino a professores particulares.

Por outro lado, lamentava que o legislador ao pôr de parte o ensino particular demonstrava uma visão redutora uma vez que não pusera sequer a hipótese de considerar que nas escolas particulares “sempre entrou e haverá de entrar com os maiores e melhores contingentes na instrução pública” e que havia ainda localidades onde não existiam escolas oficiais ou se existiam eram em número insuficiente, cuja falta seria preenchida pela escola particular.

A terminar, depois de confirmar que a reforma de 1901 obrigara os professores a apresentar uma série de documentos [abonatórios da sua atividade], entendia que esta atitude era positiva na medida em que se a lei se debruçava, mesmo que mal, sobre ensino particular isso queria significar, de acordo com as suas palavras, que as escolas particulares haviam servido para alguma coisa. Adelaide reforçava esta ideia quando, de forma frontal, comparava o nível do professorado oficial com o do professor particular. Em seu entender, muitos não tinham em consideração os seus deveres profissionais, nem ensinavam com tanta diligência como o professor particular. Por isso, concluía que não se podia elevar o nível do professor oficial “com arteirismos, com classificações imerecidas que no público deixam má impressão, uma vez que os alunos habilitados a exame pelos professores particulares serão sempre avaliados pelo professor oficial”⁵¹.

⁴⁹ António de Sousa Hilário Jr., “Pela Instrução”, *O Telégrafo*, 1903, março 5 (2 774), p.1.

⁵⁰ Maria Adelaide da Silva, “Escolas Particulares”, *O Telégrafo*, 1903, agosto 6 (2 894), p.2.

⁵¹ *Ibid.* A propósito dos exames primários de 1883, dos 22 alunos admitidos de ambos os sexos, seis pertenciam à escola particular do sexo feminino da Matriz, da professora Maria Angélica Oliveira, e três do ensino particular individual, que representavam 40,9 %, cf. BPARJJG, *Comissão Inspetora dos exames finais de Instrução Primária*, Livro de Atas, 1882, fls.4-4v.

Todavia, as reformas não foram capazes de fazer baixar substancialmente o analfabetismo, acabar com um ser “imperfeito, inacabado, incompleto”⁵².

Assim, no fim da I República, havia um profundo desalento face ao analfabetismo, isto é, tanto as medidas como a retórica republicana à volta do assunto mostravam apenas que a descida verificada se assemelhava “ao lentíssimo ritmo da monarquia”⁵³.

Em 1930, a taxa de analfabetismo em Portugal atingia um número extraordinário – 67,8 % –, o que significava, como já se referiu, que a aposta e o investimento no ensino primário, como se pode ver no quadro VI, fora manifestamente insuficiente, apesar da qualidade e pertinência de alguns documentos, que tiveram como finalidade dar resposta ao estado de abandono a que tinha sido votada a escola pública, uma vez que entre 1870 e 1930, um período de sessenta anos, a taxa de analfabetismo decresceu apenas 10,8%. Apesar de tudo, quando a I República chegou ao fim, mais de metade dos portugueses eram analfabetos. Todavia, o distrito da Horta era o que apresentava, a nível nacional, a mais baixa percentagem de analfabetismo, 37,6%, de acordo com o Censo de 1920⁵⁴.

Quadro VI: O analfabetismo em Portugal entre 1870 e 1930

Datas	% de analfabetismo	Datas	% de diminuição de analfabetismo
1900	78,6	1870-1890	3,8
1911	75,1	1900-1911	5,3
1920	70,5	-----	-----
1930	67,8	1911-1930	7,3

Fonte: Pedro Almiro Neves [coord.], *Cadernos de História – História A – 11.º Ano (3.ª Parte)*, 1.ª ed., Porto, Porto Editora, 2008, p.133.

No distrito da Horta, de acordo como censo de 1890, 42 734 habitantes (72,8%) num total de 58 685 eram analfabetos⁵⁵. Mas se particularizarmos à ilha do Faial, capital de distrito, onde demoram as autoridades, repartições públicas e com um relativo número de pessoas ilustradas, verificamos que dos 23 630 habitantes, 16 012 (67,7%) eram analfabetos. Se o cenário era alarmante, todavia o analfabetismo não colidia com a ideia

⁵² António Nóvoa, *Evidentemente* [...], já cit., p.59.

⁵³ *Ibid.*

⁵⁴ Veja-se *Correio da Horta*, 1931, setembro 8 (112), p.1; António Candeias & Eduarda Simões, “Alfabetização e escola em Portugal no século XX: Censos Nacionais e estudos de caso”, *Análise Psicológica*, vol. XVII, 1999 (1), pp.163-194.

⁵⁵ “O Censo de 1890”, *O Telégrafo*, 1895, maio 3 (488), p.1. Sobre o assunto, veja-se “O Censo de 1890 (Retificação)”, *Ibid.*, 1895, maio 7 (491), pp.1-2; “Notas Estatísticas”, *Ibid.*, 1908, abril 21 (4 268), p.1.

sempre presente de se ampliar por todos os meios a “instrução popular”, porque se reconhecia que o “nosso povo” não era refratário à instrução⁵⁶.

Em 1911, no distrito da Horta a população de facto ou presente era de 50 055 indivíduos, dos quais 31 851 eram analfabetos (63,6%), sendo 14 774 do sexo masculino (46,4%) e 17 077 do feminino (53,6%). Enquanto os que sabiam ler se ficavam pelos 18 204 indivíduos (36,4%): 7 392 masculinos (40,6%) e 10 812 femininos (59,4%).

No caso da ilha do Faial, e de acordo com o quadro VII, verificamos, em primeiro lugar, que dos 20 362 indivíduos que constituíam a população da ilha, 12 369 eram analfabetos (60,7%), dos quais 6 282 masculinos (50,7%) e 6 087 femininos. Dos que sabiam ler, 7 993 (39,3%), 2 875 eram masculinos (36%) e 5 118 femininos (64%). Se o quadro mostra que a percentagem de analfabetos se equiparava entre ambos os sexos, quanto à taxa dos que sabiam ler a diferença em favor do sexo feminino é evidente (28% de diferença positiva). Todavia, verificamos que a população do distrito da Horta e da ilha do Faial desceu em ambos os casos devido à emigração, respetivamente 8 630 e 3 272 indivíduos.

Quadro VII: Censo de 1911- a instrução no concelho da Horta

Freguesias	Total de habitantes	Analfabetos			Sabem ler		
		Sexo masculino	Sexo feminino	Total	Sexo masculino	Sexo feminino	Total
Angústias	1 988	520	513	1 033	437	518	955
Capelo	1 286	383	461	844	184	258	442
Castelo Branco	1 701	576	509	1 085	180	436	616
Cedros	3 014	1 117	1 028	2 125	247	622	869
Conceição	1 492	414	458	872	253	367	620
Feteira	1 760	635	486	1 121	178	461	639
Flamengos	1 693	572	512	1 084	205	401	606
Matriz	2 619	456	582	1 038	643	938	1 581
Pedro Miguel	1 277	385	379	764	197	356	553
Praia do Almoxarife	843	278	206	484	107	250	357
Praia do Norte	658	278	264	542	97	71	168
Ribeirinha	1 018	332	292	624	121	268	389
Salão	1 013	335	392	727	114	172	286
Total	20 362	6 282	6 087	12 369	2 875	5 118	7 993

Fonte: PORTUGAL, *Censo da População de Portugal no 1.º de dezembro de 1911, I Parte*, Lisboa Imprensa Nacional, 1913, pp.254-255.

Apesar da modéstia no combate ao analfabetismo, é notório verificar que o distrito da Horta, em 1900, era o que apresentava a mais baixa taxa de analfabetismo e o terceiro

⁵⁶“Acerca da Instrução”, *O Telégrafo*, 1895, agosto 19 (572), p.1; agosto 20 (573), p.1.

do País; em 1920, era o distrito do País que apresentava a taxa mais baixa, verificando-se, nesse período, um recuo de 34,6%. Outro dado, que consideramos importante, é o facto de tanto no distrito de Angra do Heroísmo como no de Ponta Delgada a taxa de analfabetismo apresentar um recuo significativo, respetivamente de 30,8% e de 30,6%⁵⁷.

Mas este insucesso, que se arrastou por várias gerações de açorianos e faialenses, e que marcou tanto a Monarquia como a República, não pode ser explicado apenas pela ineficácia da acção do Estado e das corporações locais (falta de instalações escolares, fracasso no combate ao absentismo escolar, precários orçamentos destinados à instrução pública, pagamento tardio salários dos professores (“maré de calotes”⁵⁸) e outras subvenções que lhes eram devidas, situação considerada, em 1919, como uma “pândega” ou “a respeito dos vencimentos do professorado primário do último trimestre de 1918, nada de novo”⁵⁹). Explica-se também pela mentalidade de muitos pais para os quais a escola era entendida como um meio desnecessário, um objecto de luxo, o que explica que a maioria dos faialenses continuasse inculta, presa à escuridão provocada pela ignorância.

Em suma, entendemos que durante a I República a indisciplina partidária e a permanente instabilidade política arrastaram consigo os Governos que se sucediam em “catadupa”, o que viria a determinar a não exequibilidade de algumas reformas e o combate efetivo ao analfabetismo, considerado um dos grandes atrasos ou males com que o País enfrentava, isto é, todo o conjunto de diplomas e de regulamentações que tinham em vista provocar alterações de fundo na instrução pública, entendida esta como um fator decisivo de progresso, ficaram aquém das expectativas dos seus mentores.

1.1. Escolas públicas e particulares

A partir da criação o Liceu da Horta, em 1836, e depois da sua abertura em 1853, verificamos que na ilha do Faial é notório o desvelo no sentido de se difundir a instrução por toda a ilha quer pela iniciativa das corporações oficiais quer pela iniciativa particular. São inúmeros os testemunhos nesse sentido junto das autoridades competentes. Deste modo, além das escolas oficiais (a cargo do Estado ou da Câmara e Juntas de Paróquia) existentes na ilha, para ambos os sexos, também se verifica igual iniciativa particular.

⁵⁷ Apêndice – Capítulo III, Quadro I.

⁵⁸ Correspondente, “Pelo Campo [Praia do Almoxarife]”, *O Telégrafo*, 1923, fevereiro 23 (8 271), p.1.

⁵⁹ Correspondente, “Pelo Campo [Praia do Almoxarife]”, *O Telégrafo*, 1919, janeiro 9 (7 393), p.2.

1.1.1. Escola pública

Em 1881, existiam na ilha do Faial 23 escolas primárias de ambos os sexos (12 masculinas e 11 femininas) espalhadas por 12 das suas 13 freguesias⁶⁰. Dois anos depois, verificamos que o número de escolas havia subido para 27 e que todas as freguesias já estavam dotadas com escolas de ambos os sexos, situação que se mantinha em 1890⁶¹.

Todavia, as populações, por vezes, em atenção sobretudo às distâncias entre as localidades e o edifício da escola e aos números do recenseamento escolar, evidenciavam o desejo para que fosse criada mais uma nova escola.

Deste modo, o pedido teria que estar em consonância com o articulado na portaria de 17 de outubro de 1859, da Direção-Geral da Instrução Pública. Assim, quer a Câmara quer as Juntas de Paróquia que tivessem intenção de requerer a criação de alguma cadeira de instrução primária, deveriam fazer acompanhar a sua “representação” dos seguintes requisitos entendidos como importantes no sentido de servirem de base à decisão a tomar: o total da população da freguesia; o número crianças de ambos os sexos existentes até aos 14 anos; a distância do lugar mais próximo onde havia escola primária; o estado dos caminhos que conduziam à escola mais próxima e a facilidade ou dificuldade do trânsito no inverno; as freguesias que poderiam aproveitar da escola que se solicitava e o número de habitantes ou de fogos a que se poderia estender o benefício de instrução; a casa e os utensílios necessários à nova escola e subsídio para a sua manutenção a cargo da Câmara ou da Junta de Paróquia.

Assim, pela leitura do processo apresentado à Junta Escolar do concelho da Horta pela respetiva Câmara, então presidida por João José da Graça Jr., que também assumia o pelouro da instrução, em 1884, para a criação da nova escola do sexo feminino no lugar do Cascalho, freguesia dos Cedros, apurámos que a edilidade seguiu “à risca” os requisitos anteriormente referenciados⁶².

Depois de se referir que a dita freguesia havia, por várias vezes, demonstrado a necessidade de criação de mais uma escola, adiantava-se que a mesma era a mais populosa de todo o concelho, com uma população de 3 276 habitantes distribuídos por 909 fogos.

⁶⁰ Cf. Carlos Lobão, *História, Cultura* [...], já cit., p.79. Em julho de 1881 não existiam escolas femininas nas freguesias da Conceição e do Capelo e masculina na primeira.

⁶¹ Apêndice – Capítulo III, Quadro II.

⁶² BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, “Documentos Diversos [Processo para a criação de nova escola da freguesia dos Cedros no lugar da Cascalho – 26 de novembro de 1884]”. Sobre o assunto, veja-se BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livro de Vereações, 1882-1885 (42), fls.280-282v.: “Ata de 26 de novembro de 1884”.

De seguida, destacava-se que nas duas escolas elementares existentes estavam matriculados 330 alunos, número que era superior ao do recenseamento (322) e que durante o ano escolar a grande maioria dos alunos abandonavam a escola, cuja justificação a Câmara havia atribuído “às grandes distâncias que têm a percorrer, os que ficam nos pontos extremos da freguesia”. Em nosso entender, com a abertura desta escola pretendia-se, por um lado, fazer face ao absentismo existente e, por outro, mais do que aplicar a lei aos infratores, disponibilizar-lhes condições de proximidade à escola, encurtando as distâncias e os maus caminhos a percorrer. Por isso, por parte da edilidade, não havia qualquer dúvida em concordar com tão legítima aspiração de criação de mais uma escola naquela freguesia.

Deste modo, a Câmara propunha a sua criação nos seguintes termos:

“1.º - É criada mais uma escola elementar do sexo feminino, na freguesia dos Cedros, com ordenado de 125\$000 réis e gratificações; 2.º - Esta escola deve ficar situada no lugar do Cascalho e quanto possível no extremo deste a fim de aproveitar aos moradores da Ribeira Funda, da mesma freguesia; 3.º - Esta escola passará a ser mista logo que do Governo baixe a necessária autorização; 4.º - Com a criação desta escola há a necessidade de haver um ajudante na antiga escola do sexo feminino; 5.º - A despesa a fazer com esta escola é o ordenado da professora na importância de 125\$000 réis e a gratificação de frequência que pode rondar os 19\$500 réis, o que atinge um total de 144\$500 réis e descontando desta quantia a de 80\$000 réis que se doa à ajudante o novo encargo é de 64\$500 réis; 6.º - A renda da casa devia ser encargo da Junta de Paróquia; mas como esta já tem o encargo das outras duas escolas e a Câmara tem sobre si a renda das casas para escolas em algumas outras freguesias, não é certo que tome sobre si mais a renda desta escola que quando muito pode chegar a 48\$000 réis ano; 7.º - A mobília para a nova escola demanda pequena despesa, tanto mais que há utensílios sobresselentes na escola da Matriz que podem ser adquiridos por pouco dinheiro quando para tal fim não seja doada. A despesa a consignar para a mobília é de 36\$000 réis”⁶³.

A Junta Escolar, constituída então por Luís Teles de Barcelos, Manuel Francisco da Silva Goulart e Manuel Furtado da Silva Jr., na sua reunião de 3 de dezembro do mesmo ano, corroborando a proposta supra que lhe havia sido remetida pela Câmara, dava “parecer afirmativo para o estabelecimento da mencionada escola”⁶⁴. No mesmo dia, a edilidade depois de ter conhecimento do parecer da Junta deliberava que fosse criada a referida escola.

Anos depois, em 1895, verificamos que no jornal *O Telégrafo* o articulista, ao debruçar-se sobre a futura abertura de novas escolas no concelho da Horta, dava particular

⁶³ *Ibid.*

⁶⁴ BPARJJG, *Junta Escolar do Concelho da Horta*, “Documentos Diversos [Parecer de 3 de dezembro de 1884]”.

destaque aos locais onde aquelas se deviam instalar: Pasteleiro e Santa Bárbara⁶⁵ (freguesia das Angústias), Norte Pequeno ou Cantinho (freguesia do Capelo), Espalhafatos (Ribeirinha), Cabeço Redondo (Pedro Miguel), Chão Frio (Praia do Almoxarife) e Cimo da Lomba⁶⁶ (Conceição)⁶⁷, em atenção ao ponto 2.º do pedido anterior, isto é, tinha-se sobretudo como justificação a dispersão geográfica das freguesias e as distâncias a que ficava a escola dos diferentes lugares da mesma freguesia ou da(s) mais próxima(s) e a qualidade das estradas⁶⁸.

Em 1912, seria a vez da Junta de Paróquia da freguesia da Praia do Almoxarife apresentar à Câmara uma representação em que se pedia a criação de uma escola mista no lugar do Chão Frio, e a permanência das existentes na Praia, pedido secundado por muitos habitantes da mesma que fizeram questão de estar presentes na sessão da edilidade em que o assunto foi debatido.

Por seu turno, inspetor do Círculo Escolar da Horta, Joaquim Machado Tristão, atento ao conteúdo desta representação, deixaria no jornal *O Porto da Horta*⁶⁹ um longo artigo sobre o assunto. O inspetor começava por destacar que desde a sua tomada de posse, havia sido confrontado por várias pessoas sobre o assunto. De seguida relevava que, para um melhor conhecimento da situação, se havia deslocado àquele local para, assim, poder ajuizar não só da proposta como se inteirar dos caminhos e de se apetrechar dos dados convenientes. Por fim, depois munido dos dados que entendia necessários, acabaria por propor à Câmara apenas a conversão das escolas da freguesia em mistas em favor de um “povo que urge instruir e libertar”⁷⁰. Então, qual o significado da proposta?

⁶⁵ “Acerca da instrução”[Cursos noturnos], *O Telégrafo*, agosto 26 (578), pp.1-2. Neste local já havia existido uma escola mantida pela Câmara, que também era muito frequentada por crianças do sítio das Courelas ou Feteira de Cima, cf. “Acerca da Instrução”, *Ibid.*, 1895, agosto 19 (572), p.1; agosto 20 (573), p.1.

⁶⁶ Nesta freguesia também era manifesta a carência de uma escola do sexo feminino, apesar de já ter uma destinada àquele sexo, que funcionava no lugar de Santo Amaro e que pela sua distância e acidentado do terreno (situada na parte alta da freguesia) o “que não deixa de ser dificultoso às crianças da cidade irem àquele sítio”, cf. “Acerca da Instrução”, *Ibid.*

⁶⁷ *Ibid.*

⁶⁸ Através de uma representação da Câmara da Horta ao Governo para a criação de uma escola feminina na freguesia do Capelo e duas, de ambos os sexos, na dita da Praia do Norte, verificamos que as razões evocadas prendiam-se com a distância da escola mais próxima e do mau estado dos caminhos, principalmente no período do inverno: “Acha-se esta [Praia do Norte] à distância de nove quilómetros da escola mais próxima que é a dos Cedros, mas comunicando dificilmente por um caminho inacessível às crianças e intransitável no inverno. A freguesia do Capelo demora a dez quilómetros do local em que se acha colocada a escola mais próxima do sexo feminino, que é a de Castelo Branco, distância em que corre a estrada real mas verdadeiramente grande para ser diariamente percorrida por crianças”, BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livro de Registos, 1879-1880 (49), fls.124v.-125v. e 126. Ainda sobre o assunto, veja-se fls.151v.-152v. e 188v., representação para a criação de uma escola do sexo feminino na freguesia da Conceição.

⁶⁹ Joaquim Machado Tristão, “Uma representação”. *O Porto da Horta*, 1912, janeiro 30 (72), p.1.

⁷⁰ Cf. *Ibid.*

Ao mostrar que acreditava que na sua posição de funcionário público perante assuntos desta natureza não podia ter “amigos nem inimigos”, afirmava que o que lhe interessava era que a escola fosse criada, mas antes de se tomar qualquer decisão final haveria a necessidade de se caracterizar a freguesia (constituída por dois núcleos: o da Praia, zona baixa perto do mar e o do Chão Frio, zona alta, cuja rivalidade levou a que os da parte baixa chamassem aos da alta de *rocas* ou *guedelhas* e os desta àqueles de *sargos* ou *garajaus*, apelidos que ainda se mantêm), a sua população escolar e o movimento das suas escolas. Parte daí para realçar que, apesar da população escolar ser constituída por 116 crianças (62 do sexo masculino e 54 do feminino), a sua frequência era muitíssimo baixa (em 1910, a frequência média masculina foi de 7,7% e a feminina de 12%; no ano seguinte, a masculina subiu para 10% e a feminina para 14%,). Por isso, admitia que as conclusões não seriam muito favoráveis às pretensões dos reclamantes.

Em nosso entender, o significado da sua proposta residia no facto de em vez de se criar uma escola mista no Chão Frio e de se manter as duas existentes, a solução passava pela sua transformação em duas escolas agora mistas, localizadas, e aqui é que está a novidade da sua proposta, uma em cada núcleo, porque só assim se podia satisfazer as exigências (facilitar e difundir) do ensino, atendendo às condições da freguesia. E para reforçar a sua proposta, adiantava mesmo que se abrissem as escolas apenas junto ou nas imediações da estrada nacional (divisória dos dois núcleos), para se evitar que durante o inverno as crianças de dois terços da freguesia ficassem impossibilitadas de frequentar a escola.

Dois anos depois, na sequência das respostas dos regedores das 13 freguesias da ilha às perguntas – “Quantas escolas foram fundadas pelo regime republicano nessa freguesia? Se já funcionam?” –, da circular n.º 62 do administrador do concelho da Horta, de 14 de fevereiro de 1914, verificamos que tinham sido criadas algumas escolas nas seguintes freguesias: Angústias, Feteira⁷¹, Castelo Branco, Capelo, Cedros e Flamengos.

⁷¹ Sobre esta escola, verificamos que a sua abertura contara com o apoio da iniciativa particular como se pode ler na edição do jornal *A Democracia*, de 22 de outubro daquele ano: “A 15 de outubro de 1911, na freguesia da Feteira, no lugar das Grotas, pelas 12h, perante o governador civil e várias autoridades, em sessão solene, decorreu a entrega de mobiliário novo para a escola que se pretende ali abrir, na sequência de um ato de benemerência pública de Manuel Faria, cavalheiro esclarecido e abastado que procura dotar a terra que o viu nascer com elementos para mais uma escola, em que se ministrem os rudimentos da instrução à mocidade. É ao mesmo tempo um incentivo e uma lição de civismo. A filarmónica ‘União Musical’ abrilhantou o ato”. Ao referir-se a este acontecimento, o articulista do jornal escrevia: “Instruir e educar, deve ser na hora atual a preocupação de todos os bons cidadãos. Todas as classes são povo e por isso todos os cidadãos são iguais perante a lei. Na hora atual é indispensável na República combater e desbravar o analfabetismo geral, promovendo largamente a instrução do povo, a fim de criar cidadãos instruídos, educados em princípios de moral e civismo”.

Não encontramos qualquer referência à freguesia da Praia do Almoxarife, o que nos pode levar a concluir ou que o regedor não fez caso da circular ou que as duas escolas existentes na freguesia eram as mesmas que existiam em 1912, e que já vinham da Monarquia, não se tendo, portanto, concretizado a proposta do inspetor Tristão do mesmo ano.

1.1.2. Escolas móveis

Em 18 de maio de 1882 foram criadas as escolas móveis, numa iniciativa do republicano Casimiro Freire (1843-1918)⁷². Esta iniciativa não deixaria de contar com o apoio de vultos destacados do seu tempo: Bernardino Machado, Jaime Magalhães Lima, Ana de Castro Osório.

De acordo com a escritura da sua constituição, tinham como principal objetivo ensinar a ler, escrever e contar pelo método de João de Deus, nas localidades onde não havia escolas fixas, colmatando assim a inexistência de instituições escolares em diversas zonas do País e das ilhas adjacentes.

Seria também uma das medidas da República usadas para combater o analfabetismo, sendo consagradas pelo Governo *Provisório* no decreto de 29 de março de 1911, que reorganizava os “serviços da instrução primária”. Todavia, não tiveram execução imediata, vindo a sua abertura a concretizar-se apenas em 1913, pelo decreto de 25 de outubro, ano em que seria criadas 172 escolas móveis, apenas para adultos.

Pela leitura de um artigo no jornal *O Telégrafo*⁷³, de 1908, sobre o assunto, verificamos que o seu autor, depois de reconhecer, de forma efusiva, a importância que “de há vinte e cinco anos a esta parte” a associação das escolas móveis vinha lutando “tenazmente em prol da instrução do ”povo luso”, lamentava que tinham vindo preencher “uma lacuna que ele [Estado] abriu nos anais da pedagogia nacional, mercê da incúria e do desleixo a que tem reduzido o ensino primário”⁷⁴. Por isso, pelo papel desempenhado no combate ao analfabetismo e na divulgação, ainda que rudimentar, da leitura, da escrita e

⁷² João Carlos Paulo, “Casimiro Freire”, in António Nóvoa [dir.], *Dicionário de Educadores Portugueses*, Porto, Edições Asa, 2003, pp.599-600.

⁷³ Cardoso Valadão, “Escolas Móveis”, *O Telégrafo*, 1908, setembro 3 (4 376) p.1. Apesar de não termos encontrado nada sobre a criação de escolas móveis no concelho ou no distrito da Horta, por uma notícia do mesmo jornal, notamos que numa das salas do *Grémio Literário Artista Faialense* se realizara, no dia de 28 de dezembro de 1906, uma conferência pelo professor das Escolas Móveis de Lisboa, José Salazar, perante uma numerosa plateia, que “apresentou com rapidez e clareza as vantagens do método de João de Deus”, cf. *Ibid.*, 1906, dezembro 28 (3 889), p.2; dezembro 29 (3 890), p.2.

⁷⁴ *Ibid.*

das quatro operações da aritmética, não tinha dúvidas que haviam ganho um lugar de destaque na pedagogia nacional graças à iniciativa particular.

Mas à medida que se vai lendo o artigo, que vimos citando, a atitude inicial transformou-se em crítica face à desconsideração e falta de apoio de que aquela associação era alvo por parte do Estado, à maneira como era utilizado o dinheiro dedicado à instrução, muitas vezes para outros fins e à inexistência de qualquer verba destinada pelo Governo, por mais insignificante que fosse, àquela associação.

Para reforçar essa incúria governamental face ao assunto, relevava o papel de Manuel Joaquim de Sousa, que vindo do Brasil, havia legado às escolas móveis a “bonita soma” de quinze contos de réis. Atitude que registava e enaltecia, porque, em seu entender, havia posto acima dos mesquinhos interesses individuais, os da coletividade. Face a este donativo, apelava para que todos dentro das suas possibilidades auxiliassem tão útil instituição, que “representa no nosso País um meio seguro de exterminar o analfabetismo”⁷⁵.

Na ilha do Faial, a instituição de escolas móveis só viria a formalizar-se com a I República, para ambos os sexos, mistas e noturnas. As duas primeiras escolas móveis, para o sexo masculino, abriram no ano letivo de 1913-1914, respetivamente nas freguesias da Ribeirinha e da Praia do Almoxarife (lugar da Lomba), tendo como professores respetivamente Manuel Dionísio e José de Macedo Pereira Júnior⁷⁶.

As escolas móveis no concelho da Horta, se fizemos fé nas folhas de vencimentos de cada ano económico duraram até ao ano letivo de 1929-1930⁷⁷, e diziam respeito sobretudo ao sexo feminino. Quanto às masculinas, depois das duas já referidas, notamos que seriam criadas mais quatro no ano letivo seguinte. Anos depois, no ano letivo de 1919-1920, seria criada a do Pasteleiro, freguesia das Angústias, que se manteria até ao ano letivo de 1925-1926. Quanto às mistas (Angústias, Cima da Lomba e Carmo, freguesia da Matriz⁷⁸) e noturnas (Castelo Branco e Pedro Miguel), funcionaram apenas no ano letivo de 1915-1916. Da lista de freguesias que foram contempladas com tal instituição apenas ficaram de fora as freguesias da Conceição e da Praia do Norte, o que significa que chegaram a 11 das 13 freguesias da ilha do Faial.

⁷⁵ *Ibid.*

⁷⁶ AEBIAJA, *Escolas Móveis*, Ano Económico de 1913-1914.

⁷⁷ Apêndice – Capítulo III, Quadro III.

⁷⁸ Sobre a posse, em 1914, do professor da escola masculina da Matriz, Joaquim Machado Tristão, então inspetor escolar da Horta, veja-se BPARJJG, *Administração do concelho da Horta*, “Auto de posse do cidadão Joaquim Machado Tristão, do cargo de regente da escola Móvel da cidade da Horta, em 4 de fevereiro de 1914” [d.a.].

Além dos mapas de vencimento, apenas pontualmente a imprensa dá alguma informação sobre o assunto, como aconteceu em 1914 e em 1915. No primeiro caso, noticiava *O Telégrafo*⁷⁹, que se havia deslocado à Horta, a bordo do navio *San Miguel*, João Bernardo Gomes, em “inspeção às escolas móveis”. No segundo, referia-se no mesmo jornal que se achava aberta a matrícula na escola móvel do Pasteleiro, “tanto para a frequência diurna como noturna do sexo feminino”⁸⁰.

Através das respostas dadas a um questionário, solicitado pelo governador civil, os professores das escolas móveis mistas de Cima da Lomba (José Pereira de Macedo Jr., de 17 de abril de 1915), do Carmo (Florêncio José Terra Jr., de 26 de abril do mesmo ano) e de Santa Bárbara (José Ribeiro Teles, sem data), verificamos qual o horário de funcionamento, a frequência e as localidades que estas escolas serviam. Todavia, o professor da escola de Santa Bárbara, certamente não desejando perder a ocasião, remeteria conjuntamente um “Memorando” sobre a situação da sua escola, cuja primeira conclusão a que se chega depois da sua leitura, é que a escola que lhe tinha sido atribuída estava “muito longe de satisfazer às condições exigidas”, por não funcionar em casa própria. Adiantava que, embora tivesse mudado o horário diurno para as 16h, só compareciam a partir da mesma hora cinco alunos, enquanto a maioria só chegava a partir das 17h, justificando tal comportamento “por deles necessitar a família para os amanhos da lavoura, por isso não frequentam a escola diurna oficial primária, aproveitando a móvel pelo bem lhe convir”⁸¹

1.1.3. Boas Iniciativas que não passaram disso

.Escola de Artes e Ofícios e Aula Comercial

A 11 de agosto de 1919, o senador pelo distrito da Horta, José Machado Serpa apresentou no Senado um projeto de lei para a criação na capital do distrito de uma “Escola de Artes e Ofícios e Aula Comercial”.

Logo que teve conhecimento desta iniciativa o jornal *O Telégrafo* não deixaria de a secundar, como publicou a intervenção de Serpa no Senado⁸².

Pela leitura da sua intervenção, verificamos que o senador começava por salientar que ninguém podia licitamente pôr em causa a criação de qualquer tipo de escola. E a razão que justificava a sua utilidade e multiplicação era muito simples: rasurar o

⁷⁹ “Noticiário”, *O Telégrafo*, 1914, julho 1 (6 069), p.3.

⁸⁰ “Noticiário”, *O Telégrafo*, 1915, outubro 21 (6 454), p.2.

⁸¹ BPARJJG, *Escola móvel mista de Santa Bárbara*, “Memorando remetido pelo professor ao governador civil do distrito da Horta”, s. d. Apêndice – Capítulo III, Quadro IV.

⁸² “Distrito da Horta [conclusão]”, *O Telégrafo*, 1919, setembro 3 (7 580), p.1.

analfabetismo nacional, uma vez que se tinha a noção de que em algumas escolas se saía não lendo mas treslendo. Por outro lado, advogava a ideia de que, como chamava, a “febre eruptiva” da criação de escolas onde se ensinava a ler e a escrever, ainda não dera azo a igual entusiasmo pela criação de escolas onde se ensinasse a trabalhar: “Destas nem uma, para amostra sequer, em todo o distrito que represento no Senado”.

Assim, apesar de reconhecer que nem uma só chaminé de fábrica existia em todo o distrito, não queria acreditar que isso se devesse “por desdém oficial”, porque não fazia sentido, de acordo com as suas palavras, “desprezar terras portuguesas, invejadas por gentes estrangeiras”. Então, se não era por desdém, por que seria? E aqui Serpa retoma uma expressão muito comum na relação da Pátria para com as “filhas atlânticas”: “talvez por esquecimento”⁸³.

Por isso, seria de pedir e projetar uma Escola Industrial. Mas não era este o objetivo que pretendia. Serpa o que desejava, como ousa referir, era uma coisa “mais modesta” e menos dispendiosa que pudesse estimular (recuperar) antigos ofícios e práticas laboriosas, que haviam outrora integrado “em outras tantas e tão creditadas modalidades de trabalho e artes locais” (reparação naval, fabrico de rendas – os bordados em pita e palha – e “as obrinhas” em miolo de figueira).

Pela leitura da sua intervenção, verificamos que Serpa às perguntas “o que se pretende?” e “para quê?” Respondia simplesmente que desejava que se criasse na cidade da Horta uma “escola de artes e ofícios e uma escola [aula] comercial” para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de certas “variantes laboriosas” das ilhas do distrito.

Em suma, tinha como fim com o seu projeto de lei o desenvolvimento local e o aproveitamento de “tão desperdiçadas vocações” que deviam ser guiadas e concertadas pelo ensino⁸⁴. Pois nada mais legítimo, nada mais justificável, porque, o injustificável seria que se deixasse ao abandono e desamparo quem, “como os povos açorianos”, quer trabalhar, quer progredir. Perante os argumentos apresentados, Serpa não tinha dúvidas que se ensinar a trabalhar era ensinar a progredir, a escola que se pretendia criar seria um polo dinamizador do progresso local.

⁸³ *Ibid.*

⁸⁴ “Projeto de Lei – Artigo 1.º - Serão criadas na cidade da Horta uma Escola de Artes e Ofícios e uma Aula Comercial; Artigo 2.º - O quadro da Escola de Artes e Ofícios será constituído da seguinte maneira: um professor de desenho; um mestre de carpintaria naval; um mestre de serralharia; uma mestra de trabalhos femininos; um guarda jornaleiro. Aula comercial – um professor; Artigo 3.º - Fica revogada a legislação em contrário”, AAR, *Diário do Senado*, 1919 (27), p.3: “Sessão do Senado de 11 de agosto de 1919”; AAR, *Diário do Senado*, 1919 (29), p.3: “Sessão do Senado de 13 de agosto de 1919”, in <http://www.parlamento.pt/Arquivo/Documentação/Páginas/default.aspx> (consultado em 12-03-2010). 3 (7 580), p.1.

Em fevereiro do ano seguinte voltaria novamente ao plenário (dia 20). Esta sessão serviu apenas para confirmar que o ministro das Finanças não havia aprovado o projeto, por razões de contenção da despesa pública⁸⁵. Este seria, a par de muitos outros, mais um projecto ou intenção que não passaria do papel.

.Escola Industrial e Comercial da Horta

Em 1924, pelo decreto n.º 9 829, de 19 de junho⁸⁶, seria criada na cidade da Horta a Escola supra, porque de acordo com o texto do decreto, a Horta era a única capital de distrito nos Açores que não possuía uma escola de ensino técnico, comercial e industrial. Admitia-se ainda, por um lado, que tanto o seu tráfego comercial como a sua indústria exigiam que essa lacuna fosse preenchida e, por outro, que a sua abertura não iria constituir um grande dispêndio para o Estado desde que se recorresse, dentro do possível, a “pessoal adido ou já colocado em outros serviços”⁸⁷.

A escola seria constituída por duas secções: a industrial e a comercial (artigo 1.º). Na primeira seria ministrado o ensino de marcenaria e carpintaria, serralharia e trabalhos femininos. Na segunda, o ensino das escolas comerciais⁸⁸.

Quanto à atribuição da sua “paternidade”, esta seria envolta em alguma polémica, numa luta em que se confrontavam de forma acesa os partidários do regionalismo e os republicanos. Deste modo, conhecido o decreto na cidade da Horta, notamos logo que o jornal *O Telégrafo*, partidário dos regionalistas, parte daí para realçar que a sua criação se devera à iniciativa e à alta influência política, que “mais uma vez se afirmou”, do senador pelo distrito Joaquim Crisóstomo da Silveira Júnior⁸⁹.

⁸⁵ AAR, *Diário do Senado*, 1909 (39), pp.1, 20, 26 e 29: “Sessão de 20 de fevereiro de 1920”, in <http://www.parlamento.pt/Arquivo Documentação /Páginas/default.aspx> (consultado em 12-03-2010).

⁸⁶ PORTUGAL, *Diário do Governo*, I Série, 1924, junho 19 (136), p.863: “Decreto, n.º 9 829, de 19 de junho de 1924”.

⁸⁷ O quadro de pessoal seria constituído por um diretor; um professor de Desenho Geral e especializado; um de língua Pátria e Francês; um de Inglês; um de Aritmética Comercial, Escrituração e Contabilidade Comercial; um de Elementos de Teoria do Comércio, Direito Comercial e Economia Política, Geografia Comercial e Transportes; um de Aritmética e Geometria e Princípios da Física e Química e Noções de Tecnologia e Mercadorias; um mestre de Caligrafia, Estenografia e Datilografia; um de Marcenaria; um de Serralharia; uma mestra de Trabalhos Femininos; um contínuo.

⁸⁸ *A Democracia*, 1924, julho 19 (1 879), p.1. Sobre o desejo de se criar uma escola industrial na Horta, verificamos que em 1907, na sessão da Câmara de 7 de março, o vice-presidente, Florêncio Terra, proporia à edilidade para que se representasse ao Governo e ao parlamento, pedindo que se criasse uma Escola de Desenho Industrial e igualmente de ensino oficial. Ao mesmo tempo, adiantava que se atribuisse à escola a criar, à semelhança do que se passava no País em escolas idênticas, o nome de Duque de Ávila, “e assim se torne mais uma comemoração do centenário do seu nascimento”, “Escola Industrial Duque de Ávila”, *O Telégrafo*, 1907, março 14 (3 949), p.1. Sobre o assunto, veja-se BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livro de Vereações, 1906-1907 (53), fls.117-120v.: Ata da sessão de 7 de março de 1907.

⁸⁹ “Interesses Açorianos”, *O Telégrafo*, 1924, agosto 18 (8 503), p.1.

Por seu turno, o semanário republicano *O Faialense* reagiria à posição d' *O Telégrafo*, acusando-o de dar lugar a uma transcrição de torpe especulação e falsa, atribuindo a criação da escola a Crisóstomo da Silveira, quando a iniciativa havia pertencido a Manuel José da Silva, à época deputado por Oliveira de Azeméis, “que na sua visão levantada de político tem servido os interesses açorianos e muito especialmente os do distrito da Horta”⁹⁰.

Aquele não querendo alimentar a polémica entre os dois jornais, solicitava a *O Telégrafo* que publicasse uma carta em que dava conta dos seus esforços nesses sentido, ao mesmo tempo que juntava uma carta que escrevera a Nuno Simões, ministro do Comércio, certamente de agosto do mesmo ano, em que o questionava sobre o assunto, porque entendia que só ele é que podia “pôr termo homenageando a verdade. Só tu o podes fazer com autoridade”. Em resposta, com data de 30 de agosto, Nuno Simões escrevia:

“[...] Tenho o prazer de declarar-te, [...], que a ti apenas se deve, por sugestões e pedidos, anteriores até à minha entrada para o Ministério, tal melhoramento. De resto, até ao envio para o ‘Diário do Governo’ do decreto respetivo, além de mim, e do diretor-geral que tão solícito foi, só tu o conhecias, até pela direta cooperação que no caso tiveste”⁹¹.

Por aqui se ficou o assunto ou a polémica.

Quanto à sua abertura, o jornal *A Democracia*, depois de se congratular por o Governo ter reconhecido que a Horta era a única cidade dos Açores onde não havia ensino profissional, técnico elementar, relevava que a novel escola era muito mais útil do que a escola primária superior que entendia ser uma duplicação do Liceu, uma vez que o ensino ministrado nela podia sê-lo no Liceu Manuel de Arriaga.

Mas o fim do artigo era outro, como o próprio articulista referia: “Há, porém, uma circunstância digna de reparo. [...], a principal riqueza local é constituída pela agricultura e a escola não tem uma secção agrícola!...”⁹². Em defesa desta posição d' *A Democracia*, veio o jornal *O Faialense*, que considerava justos os considerandos daquele “jornal noticioso”. Aproveitando a embalagem, o articulista do semanário independente repisava que, sendo o Faial uma “terra essencialmente agrícola”, por que razão a escola não tinha uma “secção

⁹⁰ “Restabeleça-se a verdade”, *O Faialense*, 1924, agosto 17 (24), p.2. Neste mesmo número, o jornal não deixaria de criticar o senador Crisóstomo, cf. “Senador Crisóstomo”, p.2. Veja-se “A carta do senador Crisóstomo ao ‘Faialense’”, *Ibid.*, 1924, setembro 7 (27), p.2.

⁹¹ “Escola Comercial e Industrial da Horta”, *O Telégrafo*, 1924, setembro 12 (8 514), p.1.

⁹² “A Escola Industrial e Comercial criada para a Horta”, *A Democracia*, 1924, julho 22 (1 898), p.1.

agrícola?”⁹³. E por aqui se ficou, explicando apenas que tudo o que chegava ao Faial era tarde e a más horas (tarde), incompleto e falho do essencial”⁹⁴.

Todavia, o tempo foi passando e perante a insensibilidade de Lisboa, pensamos que a escola ficou onde já estava: “no papel”.

1.2. Escolas particulares

Em 1881, na resposta da Câmara da Horta a um questionário que lhe havia sido remetido pelo governador civil a respeito das escolas de adultos e escolas de aprendizagem⁹⁵, deduzimos que na ilha do Faial, existiam cinco escolas noturnas, duas fundadas e mantidas pela *Sociedade Amor da Pátria* (uma na Matriz, 1860, e outra nos Flamengos, 1879), uma pelo *Grémio Literário Artista Faialense* e duas pelos próprios professores respetivamente nas freguesias de Pedro Miguel e do Capelo⁹⁶.

De acordo com a resposta ao segundo quesito – “Qual a sua frequência e aproveitamento dos alunos?” –, que se ficou apenas pela primeira parte da questão, também neste tipo de escola era notória a grande diferença entre os matriculados e a frequência, como se pode ver no quadro VIII:

Quadro VIII: Escola noturnas de adultos existentes no concelho da Horta em 1881

Escola	Data da criação	Matriculados	Frequência	Média	Professores	Despesa anual (réis)	Apoio da Câmara (réis)
Amor da Pátria, Matriz	1860	121	63	52%	José Maria da Rosa	200\$000	---
Idem, Flamengos	1870	123	40	32,5%	José Garcia Duarte	130\$000	---
Grémio Literário	1879	82	55	67%	Manuel da Silva Greaves	200\$000	---
Pedro Miguel	1869	75	25	33,3%	António Patrício de Sousa Vargas	120\$00	50\$000
Capelo	1877	43	24	55,8%	João Dutra Gomes	120\$00	50\$000

Fonte: BPARRJJG, *Câmara Municipal da Horta, Livro de Registos, “Quesitos sobre escolas de adultos, bibliotecas populares e escolas de aprendizagem no concelho da Horta”, 1881-1882 (50), fls. 17-18.*

⁹³ “Escolas de ensino técnico na Horta”, *O Faialense*, 1924, julho 27 (21), p.2.

⁹⁴ *Ibid.* Veja-se ***, “Escolas Técnicas Elementares”, *A Democracia*, julho 31 (1 902), p.1.

⁹⁵ BPARRJJG, *Câmara Municipal da Horta, Livro de Registos, “Quesitos sobre escolas de adultos, bibliotecas populares e escolas de aprendizagem no concelho da Horta”, 1881-1882 (50), fls.17-18.*

⁹⁶ A partir de 1 de abril de 1882, a Câmara da Horta, por proposta do vereador Vila-Lobos, suspendeu o apoio que dava a estes cursos, decisão assim justificada: “Eram encargos que existiam antes da Câmara ter sido obrigada a sustentar as despesa da instrução primária e que agora não têm razão de ser, por haver naquelas freguesias escolas oficiais, que podem alterar o seu horário das escolas à noite”, cf. BPARRJJG, *Câmara Municipal da Horta, Livro de Vereações, 1879-1882 (41), fls.251-252: “Ata de 8 de março de 1882”; “Ata de 22 de março”, fls.259-299v. Veja-se BPARRJJG, Câmara Municipal da Horta, Livro de Registos, 1881-1882 (50) fls.151-151v.*

Quanto às escolas de aprendizagem, ou escolas-oficinas como ficaram conhecidas, seria criada uma em 1880, pelo *Grémio Literário Artista Faialense*, em que se ensinava os ofícios de marceneiro, carpinteiro, ourives, latoeiro e funileiro.

Esta situação significava, em nosso entender, que, a par da escola pública, também existiam escolas particulares no concelho da Horta, cuja fundação se integrava numa missão nobre tanto de pessoas individuais como coletivas que também desejavam facultar a todos o acesso a uma aprendizagem básica: saber ler, escrever e contar e, depois de adquirida esta competência, permitir-lhes o estímulo profissional.

Não nos resta quaisquer dúvidas que a sua criação constituiu, por um lado, uma resposta perante o desinteresse dos Governos não só pelo ensino primário, como pelo “técnico” e, por outro, inseria-se na sequência do movimento associativo que marcou a segunda metade de oitocentos⁹⁷, cujo sucesso só seria conseguido se as mesmas fossem “dirigidas por professores competentemente habilitados”⁹⁸.

Em suma, no concelho da Horta, esta fé no papel da instrução como “salvadora dos povos” não se ficaria apenas pela escola pública, seria também secundada pela escola particular, competindo com ela, antecipando-se até em algumas freguesias com a abertura de escolas nocturnas, cujas referências se encontram na imprensa e nos relatos das autoridades locais.

Todavia, nem todos os projetos se viriam a concretizar, como aconteceu com a proposta de criação da *Escola Faialense*, numa iniciativa da redação do jornal *O Açoriano*, apesar do acolhimento favorável traduzido nas assinaturas assumidas por diversas pessoas para esse fim, no contributo de outras que haviam pago as respectivas mensalidades e nas palavras amáveis da imprensa faialense⁹⁹.

Em atenção ao tipo de escola, à entidade proprietária e aos objetivos que presidiam ao seu funcionamento, podemos identificar, no período em estudo, as seguintes escolas particulares no concelho da Horta, “as outras escolas”, parafraseando Luís Pereira

⁹⁷ Cf. Maria de Lourdes Lima dos Santos, “A elite intelectual e a difusão do livro nos meados do século XIX”, *Análise Social*, vol. XXVII, 1992, pp.539-546.

⁹⁸ BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, Livro de Registo das diferentes Corporações, 1871-1883, “Estatutos do Grémio Literário Artista Faialense”, fl.59 v.

⁹⁹ *O Açoriano*, 1885, janeiro 4 (22), p.1. Sobre o assunto, pode ler-se no jornal republicano *O Democrata*: “Exalta a ideia dos inteligentes redatores d’ ‘O Açoriano’ que tiveram a ideia de criar a expensas do seu jornal uma aula de instrução primária pelo método João de Deus. Espera o jornal o apoio da nossa inteligente municipalidade e [d]o público a [...] tão levantada como filantrópica ideia. Sabemos que a direção da ‘Sociedade Humanitária de Literatura e Agricultura’ (que se havia mudado para a Rua de São João) reconhecendo as vantagens da escola franqueou-lhe com a melhor vontade as salas do seu edificio. Louvamos”, “Noticiário”, *Ibid.*, 1885, Janeiro 11 (2), p.3.

Dias¹⁰⁰: colégios, escolas de instituições de beneficência, escolas, aulas ou explicações por iniciativa individual de professores e escolas noturnas e diurnas de associações locais.

1.2.1. Colégios

Na década de 1880 existiam na cidade da Horta quatro colégios: o colégio masculino *Pedro V* (1883), o colégio feminino *D. Maria Pia* (abril de 1884), o colégio fundado, ainda em 1884, pelo faialense, vindo do Brasil, Francisco Silveira de Ávila Pimentel, estabelecido na Alameda da Glória¹⁰¹ e o colégio de Instrução Primária, grau elementar e complementar, de Francisco de Paula Carvalho Júnior¹⁰². Estes vinham juntar-se ao *Colégio Faialense*, que era dirigido por António José de Medeiros e Manuel Greaves¹⁰³.

No *Colégio Pedro V*, inicialmente uma aula de instrução primária¹⁰⁴, que tinha como diretor e proprietário José Maria da Rosa, situado na Rua de São João, 15, lecionavam-se os cursos de instrução primária elementar e complementar e de instrução secundária¹⁰⁵, cujo principal objetivo era preparar o maior número de alunos aos exames das diversas disciplinas, visando a sua admissão ao Liceu.

No tocante ao *Colégio D. Maria Pia*, cuja abertura anual ocorria a 1 de outubro, estabelecido no 1.º andar, da casa n.º 17 da Rua do Livramento, transitando depois para a

¹⁰⁰ Luís Pereira Dias, *As outras Escolas. O Ensino Particular das Primeiras Letras entre 1859-1881*, Lisboa, Educa, 2000.

¹⁰¹ Cf. Ernesto Rebelo, “Notas [...]”, já cit., *AA*, vol. IX, p.24.

¹⁰² *O Democrata*, 1885, agosto 16 (33), p.3. Situava-se na rua de São Francisco 25. Data de abertura das aulas: 1 de setembro. Professor do Liceu da Horta desde 1881.

¹⁰³ Não conseguimos apurar a data da sua fundação. Funcionava no edifício do *Grémio Literário Artista Faialense*, situado no Largo Marquês de Ávila, casa n.º 12. Lecionava dois cursos: instrução primária – constituído pelas seguintes disciplinas: Gramática, Dicionário, Caligrafia, Aritmética, Sistema Métrico, Desenho Linear, História, Física, Química, Moral Bíblica e Princípios de Higiene; secundário – com as disciplinas de Latim, Francês, Inglês, Matemática e Filosofia. No primário, o curso funcionava de manhã e de tarde, enquanto no secundário as disciplinas de Latim e Francês eram lecionadas diariamente. As outras três em dias alternados, cf. “Anúncios (Colégio Faialense)”, *O Faialense*, 1879, setembro 28 (8), p.4.

¹⁰⁴ *O Açoriano*, 1883, dezembro 30 (17), p.2.

¹⁰⁵ **Instrução Primária** – curso elementar: Disciplinas: Leitura, Escrita, Aritmética e Sistema Métrico, Elementos de Gramática Portuguesa, Princípios de Desenho, Princípios de Moral e Doutrina Cristã, Ginástica (facultativo); **Curso Complementar** – disciplinas: Leitura e recitação de prosa e verso; Caligrafia e exercícios de escrita; Aritmética e Geometria Elementar e suas aplicações mais usuais; Gramática e exercícios de Língua Portuguesa; Sistema Legal de Pesos e Medidas; Elementos de Cronologia, Geografia e História Geral e Pátria; Desenho Linear e suas aplicações mais comuns; Moral e História Sagrada; Noções Elementares de Higiene; Noções Elementares de Agricultura (facultativo); Ginástica (facultativo); Canto Coral (facultativo); Direitos e Deveres do Cidadão. “N.B. Pode este curso, logo que apareçam alunos suficientes a formar classe, ser ampliado com Escrituração Comercial, Princípios de Economia Industrial e Comercial; Princípios de Física, Química e História Natural”; **Instrução Secundária** – disciplinas: Português (do 1.º ao 3.º ano); Francês (1.º e 2.º ano); Matemática (do 1.º ao 4.º ano); Desenho (1.º e 2.º ano; do 3.º e 4.º ano abrir-se-á curso logo que apareçam alunos em número superior a seis), cf. “Colégio Pedro V”, *O Açoriano*, 1884, setembro 7 (6), p.4.

Rua de São João, n.º 36, freguesia da Matriz, verificamos que embora sendo proprietário Manuel Rocha de Almeida, considerado “um brioso trabalhador e um finíssimo cavalheiro bastante ilustrado”¹⁰⁶, a “valiosíssima presidência” ficava a cargo de Clara Dabney.

Ao contrário do colégio *Pedro V*, oferecia às alunas uma situação de internato. Além das disciplinas de Português (lecionada diariamente, cujo valor da propina mensal era de 1\$000 réis¹⁰⁷), Francês (três vezes por semana; propina, 1\$200 réis) e Inglês (duas vezes por semana; propina, 1\$200 réis), lecionava ainda, duas vezes por semana, a disciplina de Piano (2\$200 réis, tendo primeiro como professor José Cândido Furtado, também professor das disciplinas de Inglês e Francês, e depois Emília Morisson¹⁰⁸ e Maria Rebelo¹⁰⁹ através de um “ensino prático segundo os mais recentes melhoramentos”)¹¹⁰.

Pela leitura da imprensa faialense, concluímos que não se tinha quaisquer dúvidas a respeito deste instituto de educação do sexo feminino, visto que, apesar da sua fundação no ano anterior, já ganhara o acolhimento do público e das famílias, certamente por estar convenientemente preparado e apetrechado para poder admitir alunas internas pelo “módico” preço de 12\$000 réis anuais¹¹¹. Por isso, a receção de alunas internas, em nosso entender, representava uma grande vantagem e comodidade para as famílias de fora da cidade ou da ilha que assim podiam dar às suas filhas uma educação moral e literária¹¹².

No fim da mesma década (1890?)¹¹³, os irmãos Manuel (professor) e Abílio Greaves (padre) fundaram o *Colégio de Instrução Primária Silva Greaves*. Este funcionava na mesma casa da rua de S. João, 15, onde funcionara o colégio *Pedro V*. Nos inícios de 1895, o jornal *O Telégrafo* noticiava, a propósito, que se previa a sua mudança para a *Bagatella*, até então ocupada pelo *Ginásio Clube*.

À semelhança do colégio *D. Maria Pia*, também abria as suas aulas no dia 1 de outubro. Admitia tanto alunos internos como externos (pagavam uma mensalidade de 1\$250 réis) e previa a frequência de aulas fora do colégio.

¹⁰⁶ “Noticiário Local”, *O Açoriano*, 1884, outubro 5 (9), p.1.

¹⁰⁷ “Colégio D. Maria Pia”, *O Faialense*, 1889, setembro 28 (9), p.4.

¹⁰⁸ Sobre o assunto, escrevia-se, em 1884, no jornal *O Açoriano*: “A par do seu mérito como pianista, tem um delicadíssimo trato, que a torna muito própria para o ensino a que se destina e no qual já contava com um bom número de discípulas”, *Ibid.*, 1884, setembro 21 (8), p.3.

¹⁰⁹ “Noticiário Local”, *O Açoriano*, 1884, outubro 5 (9), p.1.

¹¹⁰ *Ibid.* Lavoros (Ana G. Rebelo); Bordados (Domitília Bulcão); Instrução Primária (Manuel da Rocha); Trabalhos de Agulha (Sofia Monteiro) eram outras disciplinas que se lecionavam no colégio.

¹¹¹ “Noticiário Local”, *O Açoriano*, 1884, outubro 5 (9), p.1.

¹¹² Noticiário, *O Faialense*, 1885, setembro 27 (9), p.3.

¹¹³ “Correio da Semana”, *O Açoriano*, 1890, outubro 12 (35), p.2.

A partir do século XX, verificamos que seriam fundados, até ao fim do período em estudo (1926), mais cinco colégios.

Em 1900, o *Colégio do padre Osório Goulart*, situado na rua do Colégio n.º 21, 2.º, com aulas de ensino primário elementar e complementar, cujas referências apenas dizem respeito aos anúncios publicitados no jornal *O Faialense*¹¹⁴.

Em 1902, seria fundado o *Colégio Visconde de Castilho*, que funcionava na Rua de S. Paulo, 5, numa iniciativa dos professores João Romano de Freitas, professor efetivo do ensino normal e Ana do Carmo da Silva, professora diplomada para o magistério elementar, “com distinção e prémio”, cuja abertura aconteceu a 1 de outubro daquele ano¹¹⁵.

Romano de Freitas justificava a sua designação pelo muito que Castilho legara à instrução portuguesa, “cuja memória muito venero”¹¹⁶. Na Horta, enquanto governador civil (1877-1878), pusera a sua casa à disposição para que se dessem aulas a estudantes pobres.

O seu plano de estudos era constituído pelas disciplinas que constituíam o 1.º e o 2.º graus de instrução primária elementar¹¹⁷ e “outras especiais”, habilitando os alunos, de ambos os sexos, com idade de seis anos “em diante”, que pagavam uma mensalidade de 1\$250 réis, para exames de admissão aos liceus.

O tipo de ensino, tanto teórico como prático obedecia, segundo os seus responsáveis, aos mais modernos processos pedagógicos. Deste modo, a instrução seria dividida por classes regidas simultaneamente pelos professores do colégio, permitindo, assim, observar-se “uma rigorosa disciplina e a máxima economia de tempo”. As atividades escolares tinham o seu início às 9h e terminavam às 14. Entre as 12 e as 12:30, fazia-se um intervalo para lanche e recreio ao ar livre, sob a vigilância de um professor. Com o objetivo de um contato com os pais, previa-se o envio mensal do boletim de aproveitamento e comportamento dos alunos, que podiam, ainda, desde que entendessem, dirigir-se à instituição apenas nas horas de aula. Finalmente, previam os seus fundadores a atribuição anual de um prémio, no valor de 10\$000 réis, ao aluno que no fim de cada ano

¹¹⁴ *O Faialense*, 1900, outubro 28 (52), p.3; novembro 4 (53), p.3.

¹¹⁵ “Colégio Visconde Castilho”, *O Faialense*, 1902, agosto 31 (148), p.3.

¹¹⁶ João Romano de Freitas, “Comunicado”, *O Faialense*, 1902, outubro 5 (153), p.2.

¹¹⁷ Língua Portuguesa; Aritmética e Contabilidade; Geometria; Desenho e Caligrafia; História Geral e Pátria; Moral e Doutrina Cristã; Elementos de História Natural e Física; Economia, Direitos e Deveres; Língua Francesa; Lavoros; Canto; Ginástica, cf. “Colégio Visconde Castilho”, *O Faialense*, 1902, agosto 31 (148), p.3.

letivo obtivesse a melhor classificação no exame de admissão ao Liceu¹¹⁸.

Dias depois da sua abertura, o seu diretor João Romano de Freitas, num comunicado, publicado no jornal *O Faialense*¹¹⁹, justificava a baixa frequência pelos muitos atritos levantados à sua iniciativa, não deixando de apontar o dedo ao professor da escola masculina da Matriz, José Garcia Duarte¹²⁰. Esta acusação estaria na origem de uma azeda e insultuosa troca de palavras entre ambos, a que se viria juntar em defesa de Duarte, o jornal *O Século XX*¹²¹.

No ano seguinte (1903), seria criado o **Colégio Emerson Ferreira**¹²², “do nosso inteligente colaborador”, como lhe chamava *O Telégrafo*, com duas classes – Francês e Inglês (cada uma com 36 lições) – inicialmente para o sexo masculino.

As inscrições, que podiam ser feitas na livraria *O Telégrafo* e no estabelecimento comercial de António Carvalho Alua, constituíram um sucesso tal que, perante mais 274 inscrições do que as inicialmente previstas, Ferreira (1850-1932) viu-se obrigado, para que o “resultado do curso fosse satisfatório”¹²³, a adiar a sua abertura para poder preparar convenientemente a “sala” para que se adequasse tanto para os alunos noturnos como diurnos, elaborar o horário definitivo¹²⁴ e solicitar aos inscritos que tivessem atenção às propostas de alteração apresentadas, por forma a que todos pudessem assistir às duas classes¹²⁵. Esta situação impediria a concretização de uma ideia inicial: a de poder lecionar aulas em casa dos alunos que assim o desejassem.

Depois da designação inicial, passaria a chamar-se **Colégio Faialense**¹²⁶, tendo como professores Maria Emília Stattmiller, Abílio Greaves e José Garcia Duarte.

Por volta de 1904 ou 1905, surgiu o **Colégio do Largo do Infante D. Henrique, 2**. Este instituto particular de educação e ensino foi fundado pela professora efetiva da Escola Distrital da Horta (ensino normal), Maria Francisca Ferreira Stattmiller, que era ao mesmo tempo proprietária e diretora. Inicialmente instalado na casa n.º 2 do mesmo largo,

¹¹⁸ “Colégio Visconde Castilho”, *O Faialense*, 1902, agosto 31 (148), p.3.

¹¹⁹ João Romano de Freitas, “Comunicado”, *O Faialense*, 1902, outubro 5 (153), p.2.

¹²⁰ José Garcia Duarte, “Comunicado”, *O Faialense*, 1902, outubro 12 (154), p.2. Veja-se João Romano de Freitas, “Comunicado”, *Ibid.*, 1902, outubro 19 (155), pp.2-3; José Garcia Duarte, “Comunicado”, *Ibid.*, 1902, outubro 26 (156), pp.2-3.

¹²¹ “Desforço”, *O Século XX*, 1902, outubro 19 (78), p.3.

¹²² “Colégio Emerson Ferreira”, *O Telégrafo*, 1903, abril 14 (2 803), p.2; maio 18 (2 832), p.3.

¹²³ “Cursos Práticos”, *O Telégrafo*, 1903, março 21 (2 787), p.3.

¹²⁴ “Nota”, *O Telégrafo*, 1903, fevereiro 25 (2 767), p.2.

¹²⁵ As aulas iniciaram-se no dia 12 de março de 1903. O curso para senhoras no dia 24 do mesmo mês e ano.

¹²⁶ “Cursos Práticos”, *O Telégrafo*, 1903, março 21 (2 787), p.3; “Cursos Práticos - masculino e feminino [Curso Prático de Emerson Ferreira]”, *Ibid.*, 1903, maio 6 (2 822), p.1.

¹²⁶ *O Telégrafo*, 1903, setembro 28 (2 938), p.3.

verificamos que em 1906, havia sido transferido para a Rua Serpa Pinto, 15 e em 1909 encontrava-se estabelecido na rua de S. Bento.

Este instituto legalmente habilitado pela inspeção da 1.^a circunscrição escolar do Reino apresentava-se “com excelentes condições higiénicas, bom ar, muito asseio, boa alimentação, extremoso cuidado não só no bem-estar dos alunos como no seu adiantamento”¹²⁷ e mensalidades moderadas, habilitando, tanto em regime de internato como de externato, os alunos para exames do 1.º e 2.º graus (ensino primário). Possuía ainda uma aula infantil e facultava também a lecionação prática e teórica das Línguas francesa e inglesa, Solfejo e Canto Coral, Ginástica sueca e Lavoros.

A população escolar era constituída por alunos de ambos os sexos, que podiam ser internos, semi-internos e externos, com turmas mistas desde que a idade dos alunos do sexo masculino não excedesse os 10 anos. Funcionava diariamente das 9 às 14.

O corpo docente do colégio, “completamente habilitado”, exercia a sua atividade sob fiscalização “imediata” da sua diretora¹²⁸.

Finalmente, em 1917¹²⁹, seria estabelecido, na Rua do Conselheiro Medeiros, num prédio dos herdeiros de José da Silva Correia¹³⁰, o **Colégio Insulano**, fundado por Silvina Furtado de Sousa (Iracema), Maria Emília Stattmiller de Saldanha e Albuquerque, Berta Furtado da Silveira e Lídia Correia de Bettencourt Furtado¹³¹, onde se ministrava

¹²⁷ “Colégio”, *O Telégrafo*, 1905, setembro 28 (3 525), p.3.

¹²⁸ “Abertura e Matrículas”, *O Telégrafo*, 1906, setembro 24 (3 812), p.3.

¹²⁹ Veja-se “Colégio Insulano”, *O Telégrafo*, 1917, outubro 25 (7 053), p.1; novembro 2 (7 059), p.3; Lições de Inglês pela professora Lídia Furtado no *Colégio Insulano*, “Noticiário”, *Ibid.*, 1918, outubro 1 (7 325), p.2. A anteceder a sua abertura pode ler-se no jornal *O Telégrafo*: “Colégio – Ouvimos que dentro em pouco começará a funcionar nesta cidade um estabelecimento de ensino em que serão ministradas às crianças várias disciplinas. Segundo nos consta a ideia partiu de um grupo de professoras de reconhecida competência que assim facultam o meio de qualquer criança aprender, num só lugar, todas as matérias exigidas para exames de Português, bem como Francês, Inglês e Música, Piano e Lavoros de todos os géneros, Pintura, etc., por uma mensalidade relativamente módica. A falta de uma casa neste género de há muito se fazia sentir, que esta ideia não afrouxe e se realize o mais breve possível são os nossos desejos”, Um admirador, “Colégio”, *Ibid.*, 1917, outubro 13 (7 044), p.2. Embora nada mais se diga sobre o assunto, não temos dúvidas de que este artigo dizia respeito ao futuro *Colégio Insulano*. Este seria inaugurado a 1 de dezembro do mesmo ano, entrando em funcionamento regular a 3 do mesmo mês, cf. “Colégio Insulano”, *Ibid.*, 1917, novembro 28 (7 081), p.1

¹³⁰ Certamente nas instalações do *Salão Éden*, também por ela fundado, se se fizer fé na placa que seria colocada na fachada do mesmo: “Silvina Furtado / Iracema / Aqui viveu e ensinou / 25-8-1965”.

¹³¹ “Colégio Insulano”, *O Telégrafo*, 1917, Outubro 27 (7 055), p.1. As aulas funcionavam da 9 às 14h. O *Colégio* praticava as seguintes mensalidades (fixas): Inglês (lições diárias), 2\$000 réis; Francês (lições diárias), 2\$000 réis; Português (três lições por semana), 1\$5000 réis; Música: Piano, Canto e Harmónio (três lições por semana), pagando o aluno por cada disciplina 2\$5000 réis; Pintura (três lições por semana), 2\$000 réis; Arte Aplicada (três lições por semana), 2\$000 réis; Lavoros (cinco lições por semana), 2\$000 réis. Para os que desejassem frequentar duas disciplinas previa-se um abatimento de 20%. Para os que quisessem frequentar mais do que duas disciplinas, o preço da mensalidade era de 5\$000 réis. Quanto à instrução primária de ambos os graus, com lições diárias, 1\$000 réis. Para Inglês e Francês prático, 1\$500 réis. Se houvesse dois irmãos a frequentar o Colégio, estava previsto um abatimento na mensalidade de 10%, cf.

“educação intelectual e de sensibilidade”, através do ensino prático e teórico das seguintes disciplinas: Português, Francês, Inglês, Música (Piano, Canto e Harmónio), Pintura, Arte Aplicada e Lavoros de todo o género. Ao mesmo tempo, também se lecionava o 1.º e 2.º grau de instrução primária. Previa-se ainda a inscrição “somente de uma ou mais disciplinas”¹³². Aquilo que sobressai, de acordo com a sua mentora, era o facto de reunir “num só instituto um núcleo de disciplinas” consideradas a base da educação moderna¹³³. A sua abertura, como a maioria dos institutos similares, ocorria a 1 de outubro.

No ano da sua fundação, não se tinha qualquer dúvida que a sua criação vinha preencher uma lacuna que há muito se notava na cidade da Horta, ao mesmo tempo assumia-se que, pela sua ação, “já tem firmado os seus créditos”, sendo, por isso, recomendável como um instituto de educação moderna¹³⁴.

Para o ano letivo de 1919-1920, anunciava a direção que, além do quadro das disciplinas a leccionar no *Colégio*, iria funcionar uma classe de habilitação para exames de instrução secundária, dirigida pela professora Ema Nóia de Medeiros¹³⁵.

Como acabámos de ver, estes colégios situavam-se todos na capital do distrito, acentuando assim o seu carácter urbano, característica comum às instituições similares criadas no País¹³⁶ e funcionavam como institutos destinados aos filhos da elite local, detentora dos meios económicos necessários ao pagamento de todas as despesas (mensalidades, alojamento e livros).

A sua direção competia geralmente ao professor proprietário.

A fundação deste tipo de estabelecimento congregava três aspetos que podiam surgir em conjunto ou de forma isolada:

1.º - Ministravam a instrução primária elementar, preparavam os alunos com vista aos exames de admissão aos liceus e facultavam individualmente disciplinas do secundário (línguas) e outras “matérias díspares” como a Dança, a Música, o Canto, Corte (costura) e Lavoros.

“Colégio Insulano”, *Ibid.*, 1917, novembro 2 (7 059), p.3. Para as alunas, o Colégio disponibilizava, desde que a desejassem frequentar, a disciplina de Dança, sob a orientação de Emília Morisson.

¹³² “Colégio Insulano”, *O Telégrafo*, 1917, outubro 27 (7 055), p.1.

¹³³ *Ibid.*

¹³⁴ “Noticiário”, *O Telégrafo*, 1919, fevereiro 14 (7 424), p.2.

¹³⁵ “Colégio Insulano”, *O Telégrafo*, 1919, outubro, 4 (7 607), p.3. O corpo docente para o ano letivo de 1920-1921, de acordo com uma nota publicada na imprensa assinada pelas suas diretoras, Silvina Furtado de Sousa e Lídia Correia Bettencourt Furtado, seria constituído por Francisca de Cristo (Instrução primária); Lídia Furtado (Canto e Inglês); Silvina de Sousa (Piano, Pintura e Francês); José Maria de Simas (Disciplinas do Liceu); Alice Ataíde Novais (Dança); Olga Silos (Corte); Maria Alice (Lavoros), cf. “Colégio Insulano”, *Ibid.*, 1920, setembro 28 (7 892), p.2.

¹³⁶ Cf. Luís Pereira Dias, *As Outras Escolas*: [...], já cit., pp.82-85.

2.º- Recebiam alunos internos e externos, havendo até um – *D. Maria Pia* – que previa a frequência de aulas fora do Colégio.

3.º- Praticavam a pluridocência, isto é, muitas das disciplinas eram asseguradas por professores do Liceu da Horta (a título de exemplo, refira-se que o diretor e proprietário do Colégio Pedro V, José Maria da Rosa, era professor de História e de Geografia daquele) e da Escola Normal da Horta¹³⁷.

1.2.2. Escolas de instituições de beneficência

Em finais de 1899, foi criada a *Sociedade de Beneficência e Instrução da Cidade da Horta* que tinha como fins plasmados nos seus Estatutos, “a prática da Caridade e o derramamento da Instrução” (art. 2.º), assumindo-se como uma “congregação” de todos os indivíduos de ambos os sexos que para tal se quisessem reunir em associação (art. 1.º)¹³⁸.

De acordo como os seus fins, a sociedade tinha intenção de “esmolar” anualmente 12 indivíduos, considerados os mais pobres do distrito, que seriam escolhidos pelos órgãos da sociedade em atenção ao seu fundo pecuniário (§ 1.º do art. 2.º). Depois, abrir durante seis meses de cada ano civil uma aula de instrução primária gratuita e noturna (pela sociedade seriam atribuídos para os trabalhos escolares livros, “penas”, ardósias, tinta e papel, art. 17.º) para alunos até aos 14 (§ 2.º do art. 2.º), cuja gratuidade resultava de fazerem prova que não tinham meios para “pagar a professor” e que não podiam frequentar as escolas oficiais diurnas (1.º e 2.º do § 2.º do art. 2.º). De acordo com o art. 16 dos estatutos, que vimos citando, ao aluno que no final do ano “melhor leia, escreva e faça as quatro operações aritméticas” seria atribuído um prémio pecuniário de 1\$000 réis; e uma escola de Ginástica “para desenvolvimento físico dos seus sócios e alunos”. Por fim, previa a instalação de um gabinete de leitura, bem como jogos “lícitos” para instrução e recreio dos sócios (art. 10.º).

Para fazer face às suas despesas, a *Sociedade* contava com as quotas (mensais) dos seus sócios e com heranças e legados pios (art. 13.º).

Perante a análise dos respetivos estatutos, podemos concluir que esta associação teve origem no gesto filantrópico de um conjunto de pessoas (neste caso 22) que, agindo coletivamente, e sem qualquer apoio estatal, pretendia esmolar a pobreza e instruir aqueles a quem a fortuna não havia bafejado.

¹³⁷ Sobre uma breve referência ao *Colégio D. Maria Moitoso*, veja-se Osório Goulart, *Horas Solenes*, já cit., p.114.

¹³⁸ BPARJJG, *Sociedade de Beneficência e Instrução da cidade da Horta*, Estatutos, 1899, fnn.

No entanto, esta associação não deve ter funcionado, ou se funcionou eclipsou-se rapidamente, uma vez que tanto no fundo do Governo Civil da Horta como na imprensa faialense não encontramos nada que contrarie esta observação.

Outro tipo de escola identificado neste contexto foram os asilos de educação, que na ilha do Faial assumiria a designação *Asilo de Educação de Expostos do Sexo Masculino da cidade da Horta*, cuja gestão e a fiscalização ficaram a cargo respectivamente da Câmara Municipal e de uma comissão nomeada pela Junta Geral do distrito.

Em 1882, a Câmara da Horta em atenção à Lei de 2 de maio de 1878, que cometia às edilidades e às Juntas Gerais a tarefa de criarem *Asilos de Educação*, de acordo como o n.º 8 do art. 128.º do código administrativo, e à existência de um asilo na cidade para o sexo feminino, decidiu criar um asilo para crianças do sexo masculino, “que desse abrigo e educasse as crianças abandonadas e vítimas dos erros dos seus pais, algumas de tenra idade (5 e 6 anos) que andavam pelas ruas estendendo a mão à caridade pública”¹³⁹.

Com o propósito de dar todo o impulso a esta iniciativa, seria nomeada uma comissão composta por cinco elementos, a saber: João José da Graça Jr., presidente da Câmara; comendador Guilherme Read Cabral (vice-presidente); António Guilherme Saldanha e Albuquerque, subinspetor de instrução primária do círculo da Horta (secretário); Samuel William Dabney (presidente da comissão) e Walter Bensaúde. Esta comissão, na reunião de 27 de outubro de 1882, aprovaria as bases da sua organização, constituída por cinco pontos:

“1.º- O Asilo Municipal de Educação recolherá e educará crianças do sexo masculino que tenham sido expostas ou abandonadas por seus pais e mães. 2.º- Da idade de 3 a 6 anos receberão um ensino intuitivo auxiliar como ensino provisório ou consequente. 3.º- Da idade de 6 a 10 anos receberão o curso de instrução primária dentro ou fora do instituto. 4.º- Da idade de 10 a 12 anos receberão o ensino complementar quando o não tenham já frequentado e poderão habilitar-se para o magistério ou aprender um ofício conforme as vocações; depois deste tempo a Câmara deliberará acerca do destino dos asilados conforme a lei. 5.º- Este estabelecimento deverá ser dirigido e administrado pela Câmara Municipal, delegando para isso num dos seus vereadores que tomará o lugar de mordomo ou provedor conforme os regulamentos”¹⁴⁰.

Todavia, apesar de a Câmara justificar a sua adesão a tão temerária empresa, a “esta grande causa da humanidade”, estava ciente do estado em que se encontravam os seus recursos ordinários. Por isso, não bastava que contasse “com o império da lei que impôs às Juntas a Gerais e ao próprio Governo a obrigação de prestar auxílio e subsídios a institutos desta ordem”, em atenção ao § único do artigo 68.º da citada lei e ao artigo 18.º

¹³⁹ BPARJJG, *Comissão Instaladora do Asilo Municipal de Educação*, “Ata de instalação, de 27 de outubro de 1882”[d.a.].

¹⁴⁰ *Ibid.*

da Lei de 11 de junho de 1880 ou com outros apoios e donativos provenientes da caridade pública tanto no País como no estrangeiro. Deste modo, para se conseguir o donativo do Estado previsto na legislação supra, seria necessário que se juntasse à representação que solicitava a sua criação, documento legal onde constasse a verba votada e autorizada para custear o Asilo, tanto por parte da Câmara como por parte da Junta Geral do distrito.

Assim, no cumprimento do decreto de 20 de setembro de 1881, a Câmara consignaria, para esse fim, no seu orçamento ordinário para 1883¹⁴¹, uma verba de 200\$000 réis, ao mesmo tempo que solicitava, à Junta Geral¹⁴², um subsídio “por pequeno que fosse”, compatível com as “forças do distrito”, mas que não fosse inferior ao da Câmara, porque só assim é que a edilidade ficaria habilitada a dirigir-se ao Governo a solicitar idêntica concessão, porque o valor estimado pela comissão, para a admissão de apenas seis crianças, seria de 470\$000 a 500\$000 mil réis.

Em suma, apesar deste pensamento humanitário apresentado pela Câmara e secundado pela comissão e dos esforços feitos nesse sentido para alcançar o fim proposto – um instituto de caridade para as crianças abandonadas e não um monumento de outro tipo qualquer de grandeza –, nada se conseguiu.

Isto leva-nos a concluir duas coisas. Primeira, muitas vezes a lei não se compadece com as realidades locais porque o legislador ou não fazia caso delas ou então, e disso temos a certeza, desconhecia pura e simplesmente, ficando assim as boas intenções pelo caminho; segunda, a Câmara da Horta demonstrava uma ingenuidade tal, apesar de não deixarmos de reconhecer o seu propósito civilizador a “bem da nossa pátria”¹⁴³, ao acreditar que seria desta vez que Lisboa lhe iria consignar os valores necessários para pôr de pé tal empreendimento.

¹⁴¹ BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livro de Vereações, 1882-1885 (42), fls.27v.-41: “Ata da sessão de 15 de novembro de 1882”. O orçamento da Câmara era de 24 934\$372 réis, o que aquela verba representava cerca de 8,02% daquele valor.

¹⁴² BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, “Ofício, nº 3, de 8 de novembro de 1882, enviado pela comissão ao presidente e procuradores da Junta Geral”, em que se dava a conhecer a existência da comissão e da ata da reunião de 27 de outubro, que se remetia junto [d.a.]; BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, “Representação enviada à Junta Geral pela Câmara Municipal, aprovada na reunião de 2 de novembro de 1882” [d.a.]; BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Ofício, nº 1, de 3 de novembro de 1882, enviado pela Câmara ao governador civil do distrito da Horta”, [d.a.]; BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livro de Vereações, 1882-1885 (42), fls.17-19v: “Ata de 2 de novembro de 1882”.

¹⁴³ *O Grémio Literário*, 1880, outubro 1 (10), pp.73-74.

1.2.3. Escolas, aulas ou explicações por iniciativa individual de professores

Os dados disponíveis, a partir dos anúncios publicados na imprensa¹⁴⁴, tornam-se praticamente extensivos a todo o período em estudo. Através deles é possível verificar o que se ministrava, os horários de funcionamento, os honorários ou mensalidades, a sua localização e o nome dos professores, geralmente do ensino público tanto primário como liceal, o que nos permite ajuizar que os honorários recebidos seriam um complemento ao vencimento, que no caso do ensino primário, como já fizemos referência, eram pagos tardiamente, como chamava frequentemente a atenção para o assunto o correspondente da Praia do Almoxarife, em 1914:

“Segundo a respetiva legislação atualmente em vigor, os vencimentos do professorado primário devem ser pagos adiantadamente até ao dia 5 de cada mês. Ora entre nós, dá-se o caso de que ainda se acham em dívida os vencimentos de dezembro e janeiro último. Estamos a mais do meio do corrente mês e ainda se não pagou ao professorado primário os vencimentos do mês anterior”¹⁴⁵.

Surpreendente é o número de anúncios de explicações relativos tanto ao ensino primário e secundário como para o ensino da música e outras disciplinas díspares.

Todavia, para lá das escolas diurnas e noturnas¹⁴⁶ relativas ao primário e secundário, registamos o que consideramos um caso único: a preocupação do gerente da empresa de *Iluminação Elétrica da Horta*, João Pereira Gabriel, quando em 1914, desejando em contribuir para elevar o nível profissional do pessoal operário da mesma empresa, decidiu estabelecer um curso noturno, que seria regido por Florêncio Terra Jr.¹⁴⁷.

Quanto à abertura de aulas e explicações de Música, Canto, Piano e Guitarra¹⁴⁸, daremos particular ênfase à “Aula de Música, Piano, Canto e Harmonia”, da Lídia Correia Bettencourt Furtado (sobrinha), na Rua do Conselheiro Medeiros, 16.

¹⁴⁴ “António de Sousa Hilário continua exibindo ao público a sua prestabilidade no ensino dos cursos de instrução secundária, com habilitação legal; também habilita candidatos ao magistério primário, e faculta lições de Escrituração Comercial e Música Vocal. Para lecionar em classe de mais de três alunos, os preços poderão ser resumidos. Horta, rua de Jesus, 30”, cf. *O Açoriano*, 1885, fevereiro 1 (26), p.2; “Instrução Secundária. Explicador, Padre Osório Goulart”, *O Faialense*, 1901, setembro 29 (100), p.1; “Cursos de adultos pelo 1.º tenente da Armada, Sales Henriques, comandante da canhoneira *Açor*, considerado um republicano convicto e um dos maiores lutadores contra o analfabetismo, empregando o tempo que lhe sobra, não só para ensinar os seus marinheiros como tem regido um curso noturno para adultos na ilha do Faial, além de ter feito palestras nas escolas noturnas da ilha”, cf. “Pela Instrução”, *O Telégrafo*, 1911, agosto 31 (5 247), p.1; “Maria Elisa Correia, professora diplomada pela Escola Normal da Horta, leciona crianças dos dois sexos, de 1 de outubro em diante, na sua casa, rua do Arco, portão de ferro”, *Ibid.*, 1917, setembro 29 (7 002), p.2.

¹⁴⁵ Correspondente, “Pelo Campo [Praia do Almoxarife]”, *O Telégrafo*, 1914, fevereiro 6 (5 960), p.1.

¹⁴⁶ Sobre a escola particular do padre José Daniel da Silveira, veja-se Visconde de Borges da Silva, “A Escola do Padre José Daniel”, in António Batista, *Álbum Açoriano*, já cit., pp.507-508.

¹⁴⁷ “Noticiário, *O Telégrafo*, 1914, abril 3 (6 003), p.2.

¹⁴⁸ “Lições de Piano e Música. Maria Arouca Vieira Massano, diplomada pelo conservatório de Lisboa, dá-as em sua casa ou na das alunas. Praça da República 2”, *O Telégrafo*, 1919, setembro (7 602), p.3.

O plano de estudos era constituído por duas lições semanais para qualquer dos cursos, sendo admitidas crianças a partir dos 8 anos que pagavam as seguintes mensalidades de acordo com as disciplinas em que se inscreviam: Rudimentos de Música, 1\$250 réis; Rudimentos de Piano, 1\$500; Ensino Complementar, 2\$000; Canto (Solfejo Entoadado), \$875; Exercícios de Vocalização, 2\$500. Também se previam aulas em casa dos alunos “pelo preço do costume” e lições de aperfeiçoamento por ajuste particular¹⁴⁹.

Em 1909¹⁵⁰, na sequência da abertura daquela aula, o jornal *O Faialense* dava grande destaque à audição musical oferecida pela professora Silvina Furtado em que tomarem parte “as mais adiantadas das suas alunas” e à atuação do sexteto constituído pela dita professora, Francisco Xavier Simaria, Guilherme Mesquita, Jaime Mesquita, Manuel Jacinto Norte e Tomás Francisco Medeiros, que o jornal apelida como “distintos amadores” e com razão, porque de forma individual (Simaria, Tomás Medeiros e Silvina)) ou coletiva marcaram o panorama musical faialense desde finais de Oitocentos e durante as primeiras décadas de Novecentos, como mais à frente se verá.

Por outro lado, é necessário salientar que muitas vezes se publicitava a abertura de mais um curso ou aula, mas na prática ou isso acabava por não se concretizar ou simplesmente tinha uma duração efêmera como aconteceu, em 1884, com a *Escola Restauração*, de que era diretor o professor Liceu da Horta João Ernesto Dia¹⁵¹.

1.2.4. Escolas noturnas e diurnas de associações locais

Neste âmbito antecedem ao período em estudo as quatro escolas particulares criadas e mantidas pela *Sociedade Amor da Pátria* entre 1860 e 1885¹⁵².

A sociedade estabeleceu a sua primeira escola noturna de ensino primário sexo masculino, em 1860, na freguesia da Matriz, cuja inauguração ocorreu no dia 5 de novembro, numa sessão presidida pelo comissário dos estudos e com a presença de um grande concurso de “povo”.

Certamente animada pelo sucesso da escola cidadina, marcado pelo bom aproveitamento e pela boa frequência¹⁵³, viria na década de 1870, a estabelecer outras três

¹⁴⁹ “Aula de Música, Canto, Piano e Harmonia”, *Telégrafo*, 1903, setembro 22 (2 933), p.1.

¹⁵⁰ “Audição Musical”, *O Faialense*, 1909, junho 21 (94), p.1.

¹⁵¹ “Noticiário Local”, *O Açoriano*, 1884, novembro 23 (16), p.3.

¹⁵² Veja-se António Lopes & Carlos Lobão & Maria Calado, *Amor da Pátria*. [...], já cit., pp.89-92.

¹⁵³ “Noticiário [Escola Noturna]”, *O Açoriano*, 1881, novembro 6 (14), p.3. Em 1884, estavam matriculados na escola da cidade 65 alunos (frequência média de 28 alunos), cf. “Escola Noturna”, *Ibid*, 1884, outubro 5 (10), p.3.

escolas em outras tantas freguesias: Flamengos (31 de janeiro de 1870¹⁵⁴), Praia do Almoxarife (1872) e Capelo (Lugar da Ribeira do Cabo¹⁵⁵. Não conseguimos apurar a data de abertura).

Outra questão que se põe é a de saber quando encerraram. Sabemos que em 1884, ainda funcionavam a dos Flamengos e a da cidade. Esta, de acordo com uma decisão da direção da Sociedade deve ter sido encerrada nos inícios de 1885¹⁵⁶.

A Sociedade ao abrir estas escolas, não fazia mais do que dar cumprimento ao art. 2.º dos estatutos – “auxiliar com os meios ao seu alcance a instrução pública” –, considerada uma despesa obrigatória (art. 69.º), porque, e de acordo com o art. 71.º, “a verba da instrução deve ser aplicada com preferência na criação, manutenção de escolas noturnas [...] e na compra ou construção de edifícios próprios para esse fim, quando os meios comportarem a despesa, e esta for julgada de utilidade”¹⁵⁷ o que estava em consonância com a sua divisa: *Amor da Pátria*.

As informações disponíveis sobre o funcionamento das escolas provêm da imprensa, uma vez que o seu arquivo foi consumido por um incêndio a 13 de agosto de 1930. Apesar desta lacuna, é possível vislumbrar, por um lado, que a frequência e o movimento de alunos eram comprovativos da sua importância e da conveniência da sua existência, daí que a iniciativa se tivesse alargado a várias freguesias da ilha do Faial e que constituíam uma resposta para aquela parte da população que estava privada do ensino, porque não tinha um lugar onde fosse aprender de noite, uma vez que durante o dia empregava o seu tempo nos amanhos da terra e em outros afazeres.

Na década de 1870 seriam fundados na cidade da Horta mais três grémios ou sociedades marcantes pelas suas atividades, como mais à frente se verá. Em relação ao tempo em estudo, daremos destaque apenas aos cursos abertos pelo *Grémio Literário Artista Faialense* e pela *Sociedade Humanitária de Literatura e Agricultura*.

No primeiro caso, o *Grémio* dando cumprimento ao art. 2.º dos estatutos – “promover por todos os meios [...] o derramamento da instrução” e o gosto pelas letras em

¹⁵⁴ *O Açoriano*, 1884, setembro 7 (5), p.3.

¹⁵⁵ *O Faialense*, 1875, dezembro 12 (18), p.3; 1882, abril 9 (36), p.4. Sobre a escola estabelecida na freguesia da Praia do Almoxarife, veja-se *Ibid.*, 1872, março 10 (30), p.1.

¹⁵⁶ “Escola Noturna, *O Faialense*, 1884, setembro 14 (7), p.3; “Noticiário Local”, *O Açoriano*, 1884, dezembro 28 (21), p.3; 1885, janeiro 11 (23), p.3; António Lopes & Carlos Lobão & Maria Calado, *Amor da Pátria*. [...], já cit., p.92.

¹⁵⁷ BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, Livro de Registo dos Estatutos das diferentes Corporações, 1871-1883, fl.32: “Estatutos da Sociedade Amor da Pátria, 1875”.

geral¹⁵⁸ – abriu dois cursos noturnos: o Literário, que durou de 17 de fevereiro de 1879 até 28 de igual mês de 1883, constituído pelas seguintes disciplinas: Português, Francês, Inglês, Matemática, Aritmética, Desenho Linear e Geometria¹⁵⁹; e o Artístico, este com escolas-oficinas de Marcenaria, Alfaiataria, Carpintaria, Serralharia, Tipografia e Ourivesaria, que funcionou de 8 de julho de 1880 até dezembro de 1881¹⁶⁰.

Os seus dirigentes mostravam acreditar, com a sua abertura, que estes cursos permitiriam cimentar a instrução e preparar a classe dos artistas para que fosse capaz de desempenhar a sua “nobilíssima missão como os braços da sociedade”, ao mesmo tempo que reconheciam que este “amor ao estudo” e desejo de nobilitação por parte dos artistas faialenses podia “servir de exemplo aos de outras terras”¹⁶¹.

Para manter as ditas escolas, em particular o curso artístico, o *Grémio* solicitaria apoio à Junta Geral do distrito. Esta então presidida por Silveira Macedo, que ao compreender o fim a que se destinava, não deixaria de conceder uma verba, a partir de 1 de julho de 1880, de 120 mil réis, distribuída por 12 mensalidades, decisão considerada, na época, como uma medida “boa e de grande alcance”¹⁶².

Mas os propósitos dos dirigentes do *Grémio* não se ficariam por aqui. Deste modo, dando seguimento a uma proposta do professor Manuel da Silva Greaves, fundaram uma *Caixa Económica Escolar*, para apoio aos filhos dos seus sócios, acreditando que, com esta iniciativa, podiam desenvolver nas crianças ideias de ordem e de economia, iniciativa que a imprensa faialense considerou como um “novo tentame civilizador” e “uma prova de cordura e sensatez que preside aos seus atos”¹⁶³.

No entanto, dificuldades de tesouraria (falta de receitas próprias) agravadas pelo corte do subsídio da Junta Geral, decidido na reunião desta corporação de 5 de maio de 1881, e a existência de escolas noturnas gratuitas, tornaram a vida do *Grémio* difícil, que se viu a braços com enormes dificuldades para sustentar os cursos. Perante esta situação, os seus dirigentes decidiram encerrar os mesmos, primeiro, o curso artístico, depois o literário.

¹⁵⁸ BPARH, *Governo Civil do distrito da Horta*, Livro de Registo dos Estatutos das diferentes Corporações, “Estatutos do Grémio Literário Artista Faialense, 1879”, 1871-1883, fl.59v.

¹⁵⁹ Foram professores deste curso Manuel da Silva Greaves, António de Sousa Hilário, António José de Medeiros e António Cristiano da Silva Jr. O ano letivo iniciava-se a 1 de outubro e terminava a 31 de julho.

¹⁶⁰ Foram professores das escolas-oficinas Gabriel Samora Moniz, Manuel Augusto da Silva, Cândido Inácio de Cristo, Jerónimo Gomes de Oliveira e Francisco Machado da Silveira.

¹⁶¹ Costa Rebelo, “Alocução”, *O Grémio Literário*, 1880, outubro 1 (10), pp.74-75. Veja-se *Ibid.*, 1880, julho 15 (5), pp.34-35; Manuel Greaves, “Discurso”, *Ibid.*, 1880, outubro 1 (10), pp.73-74.

¹⁶² Ernesto Rebelo, “Notas Açorianas”, já cit., *AA*, vol. IX, p.51.

¹⁶³ “Caixa Económica Escolar”, *O Grémio Literário*, 1880, dezembro 1 (14), pp.107-108.

Como referimos, a decisão da Junta Geral foi particularmente nefasta para o *Grémio*, porque, e de acordo com a decisão revogatória, a principal razão a que assistiu à decisão dos procuradores da Junta foi a fraca frequência, entendendo aqueles que os poucos alunos poderiam aprender os mesmos ofícios nas próprias oficinas dos artistas sem quaisquer custos e que a verba do subsídio seria mais útil se fosse aplicada ao fundo de reserva destinado à construção do novo hospital da Santa Casa da Misericórdia da Horta ou a quaisquer outras necessidades do mesma instituição.

Naturalmente que esta decisão não foi muito bem recebida. Sobre o assunto, enquanto Ernesto Rebelo opinava que mais uma vez na terra faialense uma boa medida e de grande alcance durara pouco tempo, obrigando a que o *Grémio* encerrasse as suas portas “aos numerosos discípulos que ali recebiam ensino literário e profissional”¹⁶⁴, o jornal *O Atlântico* erguia-se numa cruzada contra o “insultador dos artistas faialense”¹⁶⁵. Mais do que a defesa da manutenção de um subsídio, e o contributo tido para o progresso da civilização da classe artista, tornou-se num confronto político entre regeneradores (*A Regeneração*) e progressistas (*O Atlântico*) locais, como se deduz da sua leitura:

“Infeliz Regeneração! [...]. Em ti figuram atualmente umas capacidades, que silenciosas melhor papel fariam! [...]. Enquanto à frequência das escolas-oficinas, a Junta Geral devia informar-se melhor, como nós, que em dois dias da semana passada as fomos visitar, [...], tendo um suficiente número de alunos. Assim em ourivesaria achamos uma frequência de oito, em funilaria quatro e em carpintaria dois”¹⁶⁶.

Finalmente, a *Sociedade Humanitária de Literatura e Agricultura*, fundada a 1 de dezembro de 1879, que estabeleceu também uma escola noturna de ensino primário para beneficiar “a “indigência” e promover o progresso da agricultura, dando assim cumprimento a um programa que se plasmava em diferentes secções que correspondiam a outros tantos fins: Literário, Agrícola e Humanitário.

A secção literária da *Sociedade* abriu, a 3 de maio de 1881, uma escola noturna para adultos (com 11 alunos, a maioria com idade superior a 17 anos, pertencentes às classes dos remadores e dos artistas), tendo como desejo “manter um ou mais cursos noturnos de instrução primária”¹⁶⁷. Esta escola não trazia despesas à sociedade, uma vez que os custos com papel, penas, tinta e livros eram por conta do presidente da instituição – João José da Graça –, e a regência das aulas era gratuita uma vez que estava a seu cargo e do sócio Manuel Pombo.

Por outro lado, a mesma secção, numa altura em que cada vez mais se verificava o

¹⁶⁴ Ernesto Rebelo, “Notas [...]”, já cit., *AA*, vol. IX, p.51.

¹⁶⁵ “Ao insultador dos Artistas Faialenses”, *O Atlântico*, 1881, maio 19 (47), pp.3-4.

¹⁶⁶ *Ibid.*

¹⁶⁷ “Relatório da Sociedade Humanitária de Literatura e Agricultura”, *O Faialense*, 1881, janeiro 16 (24), p.3.

incremento pela música, criou também uma escola de música regida pelo sócio e “reputado” músico faialense, José Cândido Furtado, e tinha intenção de abrir uma aula de Inglês e um curso gratuito de Literatura, duas vezes por semana, “para habilitar meninos e senhoras à declamação, poesia e discurso oratório”¹⁶⁸. A falta de elementos não nos permite confirmar se chegaram a abrir.

Já em pleno século XX, e no ano da proclamação da República, em 1910, por uma ocasional notícia d’ *O Telégrafo* verifica-se que na cidade da Horta, o *Núcleo da Horta da Liga Nacional de Instrução Primária* deliberou, na sua sessão de 30 de janeiro do mesmo ano, a expensas da mesma *Liga*, criar um curso noturno pelo método João de Deus, que funcionaria numa das salas da *Associação de Socorros Mútuos Artista Faialense*, fixar em 12\$500 réis o ordenado do professor e autorizar o pagamento do *Álbum de ensino pelo método João de Deus*, no valor de 6\$250 réis¹⁶⁹. Era objetivo dos seus diretores, eleitos a 6 de janeiro¹⁷⁰, levar a cabo uma intensa propaganda, com o objetivo de interessar o maior número de pessoas no combate ao analfabetismo.

Assim, a escola noturna do sexo masculino seria estabelecida na freguesia da Matriz, em fevereiro de 1910, numa das salas da *Associação de Socorros Mútuos*, confiada ao professor diplomado Manuel de Brum Nunes, que com muito zelo e assiduidade, ministrava as aulas aos 50 inscritos.

De acordo com o relatório de gerência de 1911-1912¹⁷¹, e, certamente, entendemos nós, ao sucesso da sua iniciativa, o Núcleo propunha-se, por um lado, a aumentar o número de sócios e o valor da quota mensal, porque só assim é que poderia conseguir as receitas necessárias para os fins em vista, uma vez que o valor das quotas existentes mal dava para pagar as despesas com o curso. Mas entendiam os dirigentes que o seu valor tinha que ser variável, para que todos pudessem concorrer na medida dos seus haveres e do seu amor pela instrução. Daí que se estabelecesse uma quota mínima no valor de 50 réis. Este propósito seria conseguido com resultados magníficos, isto é, dos 135 sócios iniciais o *Núcleo* passou a contar com 489; dos quais 100 (20,4%) se inscreveram com uma quota mensal de 250 réis; 277 (56,6%), de 125; 16 (3,4%) de 100; 95 (19,6%), de 50.

¹⁶⁸ *Ibid.*

¹⁶⁹ “Liga Nacional de Instrução – Núcleo da Horta”, *O Telégrafo*, 1910, fevereiro 4 (4 792), p.1.

¹⁷⁰ José Pacheco da Costa Salema (presidente), Augusto Emílio (secretário), Manuel Peixoto de Ávila (tesoureiro) e Alberto Silveira Leal e Domingos Machado Gomes (vogais), cf. *O Telégrafo*, 1910, janeiro 7 (4 770), pp.1-2.

¹⁷¹ Veja-se *O Telégrafo*, 1912, dezembro 3 (5 614), pp.1-2; dezembro 6 (5 617), pp.1-2; dezembro 9 (5 619), pp.1-2.

Conseguido o aumento do número de sócios que equivalia a dizer aumento de receitas, desde logo os seus dirigentes se abalançaram, naquilo que designavam de cruzada contra o analfabetismo, a abrir mais escolas (cursos noturnos) em várias freguesias do concelho para o ensino primário elementar, proporcionando assim às classes trabalhadoras um meio fácil, seguro e gratuito de adquirirem os conhecimentos que os prejuízos da sua vida de pobres não lhes permitiriam colher nas escolas diurnas.

Ainda pela leitura daquele relatório, verificamos que o *Núcleo* tinha a funcionar no ano letivo de 1911-1912, cinco cursos na cidade: três nas Angústias (dois masculinos e um feminino), um na Conceição (feminino) e outro na Matriz (masculino) e quatro masculinos em outras tantas freguesias rurais (Capelo, Castelo Branco, Flamengos e Salão), estes últimos, assegurados pelos professores oficiais das mesmas freguesias Manuel de Brum Nunes, Jaime Romano de Freitas, Gaspar de Castro Neves e Francisco Pedro da Rosa, respetivamente. A competência profissional e a maneira zelosa e hábil com que haviam posto na lecionação das suas aulas levariam a direção a fixar a gratificação dos professores oficiais em 6\$000 réis e para os professores “não colocados oficialmente” em 10\$000 réis¹⁷².

Notória ainda a sua intenção de estenderem os benefícios da instrução à mulher, porque não só tinha os mesmos direitos do homem como a ela competia, na sua condição de mãe, guiar e fortalecer os passos dos seus filhos no caminho da sua primeira escola, a família. Mas para o cumprimento deste desiderato seria necessário que soubesse ler, escrever e contar, se assim não fosse não poderia ser nem a futura auxiliar do professor, nem a “doce” guia dos seus filhos. Por isso, entendemos que sendo a mãe analfabeta, os filhos raramente seriam letrados, de forma que a instrução dos filhos correspondia diretamente à instrução das mães.

Se este era o mote, então o *Núcleo* abriu dois cursos noturnos do sexo feminino, um na freguesia das Angústias e outro na da Conceição.

Nos cursos mantidos pela *Núcleo* inscreveram-se 412 (83%) indivíduos do sexo masculino e 84 do feminino (17%), num total de 496 “analfabetos”, a quem foi proporcionado os meios de receberem a instrução elementar para serem na sociedade homens e mulheres livres e na Pátria cidadãos úteis. Daqueles, 113 (22,7%) aprenderam a

¹⁷² Liga Nacional de Instrução, “Relatório da gerência de 1911-1912”, *O Telégrafo*, 1912, dezembro 6 (5 617), p.1.

ler e a escrever o suficiente para entenderem um jornal e uma carta e tomarem um apontamento ou darem de si notícia sem necessitarem do auxílio de outrem.

O empenho, o aproveitamento e a assiduidade de alguns (18) levaram os professores a premiar essa dedicação pelo estudo, habilitando-os para o exame do 1.º e do 2.º grau. Pelo facto de os habilitados terem tido nota igual ou superior a Bom, o Núcleo decidiu louvar os respetivos professores: Maria Adelaide da Silva, Francisca Cristo, Manuel de Brum Nunes e Jaime Leal Páscoa.

Em suma, estas escolas eram entendidas com fundamentais para cultivar e desenvolver a razão do homem, para de forma progressiva fazer a transição da ignorância para a ciência, porque se a ignorância e a falsa educação eram entendidas dois males sociais, o ensino, por seu turno, era a coisa mais importante que existia. Dele dependia a sorte do homem e em geral o bem das sociedades humanas”¹⁷³. Dito de outra maneira, o objetivo destas escolas inseria-se no desejo de promoção, por todos os meios, do “derramamento” da instrução, só possível através do estabelecimento de cursos, particularmente os noturnos, capazes de atingir os seguintes públicos: os adultos, depois dos trabalhos (geralmente agrícolas), combatendo assim a sua “não frequência da escola em crianças”¹⁷⁴; e as crianças, pela irregular frequência às aulas, permitindo-lhes que pudessem consolidar os princípios da instrução elementar.

Deste modo, a instrução não era só perspectivada como uma das maiores riquezas que os pais podiam deixar aos filhos, mas também um sinal de progresso e de amor à Pátria (ilha), porque, entendemos, que gradualmente se começa a assumir que um filho instruído em todos os seus deveres era não só a alegria dos pais como da sociedade. Assim, ao assumir-se que “abrir escolas é fechar as portas às cadeias”, como já foi referido, pode concluir-se da importância social concedida à instrução pública pela elite faialense.

Todavia, apesar deste empenho, notámos uma voz discordante, o professor António de Sousa Hilário (1842-1918)¹⁷⁵. Este não partilhava da euforia da abertura de curso noturnos, justificando a sua oposição seguindo o aforismo da “experiência do povo”: “Deitar cedo e cedo erguer, dá saúde e faz crescer”, porque só assim é que as pessoas evitavam “aflições mórbidas”, mantinham a “saúde física” e se aplicavam ao trabalho. Por isso, Hilário partia daí para realçar que, em vez de se promoverem cursos noturnos para a aprendizagem das letras, se preferissem as “aulas matinais”, porque as faculdades do corpo

¹⁷³ Costa Rebelo, “O Ensino”, *O Grémio Literário*, 1883, julho 1 (68), p.350.

¹⁷⁴ Luís Pereira Dias, *As Outras Escolas*: [...], já cit., p.94.

¹⁷⁵ António de Sousa Hilário, “Cursos Noturnos”, *O Telégrafo*, novembro 30 (1 829), p.1.

e do espírito permitiam um melhor aproveitamento, isto é, “uma hora de lição nestas condições dá mais resultado que três ou quatro no adiantado do dia”, momento em que “forças corporais e mentais reclamam o sossego e descanso”¹⁷⁶.

Em síntese, da análise dos pedidos de criação de escolas que se deviam a iniciativas várias, verificamos que na ilha do Faial o desejo de difundir a instrução não se ficaria apenas pela abertura do ensino público. Esta “fé na instrução” também seria secundada pela iniciativa particular e associativa, competindo com ele, e antecipando-se mesmo, com a abertura de escolas noturnas de ensino primário e de escolas-oficinas.

1.3. O “parque escolar” e as suas deficiências

“[Quanto] aos edifícios escolares [...] notámos que, alguns estão em más condições, como os de Castelo Branco, muito principalmente [o da escola do] do sexo feminino que ameaça ruína, sendo de toda a urgência remover-se a escola daquele edifício, para que não se lamente um sinistro. Nos edifícios da escola do Capelo, nota-se no do sexo feminino, uma absoluta urgência de casa cômoda [...]. Na escola masculina da Praia do Norte, nota-se muito acanhamento no edifício [...]. Algumas destas escolas carecem também de mobília, [...], de mesas e quadros”¹⁷⁷.

Numa primeira análise ao excerto supra, deduz-se que as casas da escola existentes no concelho da Horta não possuíam edifício próprio, o que acontecerá por muito tempo, obrigando a que fossem “albergadas em sítios mais diversos”¹⁷⁸ (casas dos professores ou particulares), arrendados pela Fazenda Pública, pela Câmara e pelas Juntas de Paróquia.

Por isso, as condições da casa da escola, que na linguagem de oitocentos correspondia a uma dupla realidade: sala organizada para receber alunos e habitação do professor, melhor dizendo um espaço doméstico que se havia transformado “num espaço especificamente pensado para o ensino”¹⁷⁹. As suas deficiências tornaram-se presença constante nas notícias da imprensa, nos relatos e na correspondência das diferentes autoridades e na documentação das entidades fiscalizadoras pela maneira como afetava tanto o trabalho dos professores como dos alunos.

A propósito, os diferentes correspondentes d’ *O Telégrafo*, em algumas freguesias da ilha, de forma frequente corroboram o que se refere anteriormente. As escolas, no geral, funcionavam em edifícios insuficientes e bastante impróprios, a mobília e os “utensílios

¹⁷⁶ *Ibid.*

¹⁷⁷ Junta Escolar da Horta, “Ofício, nº 26, de 6 de dezembro de 1881, ao presidente da Câmara Municipal da Horta”, *O Faialense*, 1882, janeiro 8 (23), p.1.

¹⁷⁸ António Nóvoa, *Evidentemente*, [...], já cit., p.63.

¹⁷⁹ Carlos Manique, “A ideia de ‘casa da escola’ no século XIX português”, *Revista História*, III Série, vol. 6, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 2005, pp.291-312.

uma lástima”. Daí a pergunta inevitável: “[Como pode] a escola primária preencher os fins a que é destinada se não lhe fornecerem os meios indispensáveis à sua regular marcha?” Melhor resposta não se poderia dar: “Impossível”¹⁸⁰.

Isto quer dizer que, enquanto na legislação se previa que as escolas fossem estabelecidas em lugares saudáveis e em casas públicas, na prática isso não acontecia, porque pelo Regulamento de 1881 que atribuía aquela responsabilidade às Câmaras e às Juntas de Paróquia, no concelho da Horta a precariedade dos cofres municipal e paroquial não comportava as verbas suficientes para isso. Apesar desta realidade, verificamos que as autoridades distrital, concelhia, paroquial e escolar, como abaixo se verá, assumiam e tinham consciência de que a instrução primária só poderia desempenhar a sua missão se a casa da escola correspondesse rigorosamente aos preceitos da pedagogia. Naturalmente, se o cofre era débil nunca contemplou verbas no sentido da construção de qualquer escola¹⁸¹.

Entretanto, pelo decreto de 6 de agosto de 1892, que reformava os serviços da administração, notamos que se transferia para as Câmaras um conjunto de atribuições relativas à instrução primária até aí cometidas às Juntas de Paróquia. Com efeito, por uma circular, de janeiro de 1893, remetida ao governador do distrito da Horta, a Direção-Geral de Instrução Pública solicitava que desse conhecimento às câmaras do distrito para que levassem a efeito uma pormenorizada fiscalização por forma a que fossem entregues às edilidades todos os fundos ou cobranças ainda a cargo da Juntas com vista a serem usados rigorosamente com a casa da escola e habitação do professor, expediente do recenseamento escolar, biblioteca escolar e auxílio da comissão de beneficência¹⁸².

Esta realidade permite concluir que uma das mais instantes exigências a que importava atender para que a instrução pudesse desempenhar a sua missão, dizia respeito à casa da escola. Ou seja, o importante não residia no facto de no distrito existir muitas escolas, com professores suficientes e habilitados, o que importava era que o local da escola reunisse por “acertada e inteligente disposição todas as condições, todas as comodidades pedagógicas e higiénicas”:

¹⁸⁰ *O Telégrafo*, 1897, agosto 9 (1 149), pp.2-3.

¹⁸¹ “Câmara Municipal da Horta”, *O Açoriano*, 1887, abril 3 (43), p.3

¹⁸² BPARJJG, *Ministério do Reino*, “Circular de 18 de janeiro de 1893 remetida aos governadores civis” [d.a]. A este propósito, pela circular n.º 47 do administrador do concelho da Horta, de 27 de fevereiro do mesmo ano, remetida às Juntas de Paróquia, verificamos que se pedia que as respetivas Juntas entregassem à Câmara todas as receitas, cobranças ou fundos destinados à instrução primária, cf. BPARJJG, *Administração do concelho da Horta*, “Circular, n.º 47, de 27 de fevereiro de 1893, remetida às Juntas de Paróquia”; BPARJJG, *Administração do concelho da Horta*, “Ofício, n.º 69, de abril de 1893, ao governador civil do distrito da Horta”.

“Mudou de casa a escola oficial do sexo masculino desta freguesia, sendo esta a sétima vez que tal sucede desde o ano de 1865, data do seu provimento. Seguindo a ordem cronológica tem a dita escola funcionado nas casas dos Srs. António Estácio da Costa, Manuel Estácio da Costa e Silveira, José Cipriano da Silveira Nóbrega, Rosa Inácia Pinheira, Manuel de Sousa Sequeira, Jacinto Pereira da Rosa, José Óscar da Silveira e José Inácio de Sousa. Inconvenientes de se não instalarem as escolas em edifícios próprios”¹⁸³.

Ou então, havia situações em que apesar das escolas terem sido criadas, não funcionavam pela simples razão de não terem casa, porque muitas vezes, perante o pagamento tardio da respetiva renda, o senhorio simplesmente denunciava unilateralmente o arrendamento, como aconteceu, em 1882, na freguesia da Praia do Norte¹⁸⁴, situação que levaria a que na imprensa se acusassem quer a Juntas de Paróquia, estas de incúria no tratamento do assunto, quer a Junta Geral por não incluir no seu orçamento a verba necessária para acorrer à sustenção das escolas, não dando assim cumprimento a uma obrigação da lei. Deste modo, conclui-se que os orçamentos da corporação distrital e das paróquias seriam certamente vegetativos, incapazes de suportar a manutenção dos edifícios escolares, os vencimentos dos professores, a dotação do material necessário para as aulas e as rendas das casas da escola e dos professores.

Todavia, esta situação acontecia porque nas representações apresentadas ao Governo para que autorizasse a criação de uma escola, tanto a Câmara como as juntas de paróquia assumiam o compromisso de fornecer casa, mobília e utensílios, o que depois não se verificava. A este propósito, notamos por um despacho do ministro do Reino, de 29 de setembro de 1899, remetido ao governador civil do distrito da Horta, que este devia tomar providências para que a Câmara da Horta, a Junta Geral e as Juntas de Paróquia da Praia do Norte, Castelo Branco, Cedros, Flamengos, Pedro Miguel e Ribeirinha desse cumprimento aos compromissos assumidos na ocasião em que se criaram as escolas face às condições péssimas onde funcionavam as casas da escola da Praia do Norte e de Castelo Branco, que deviam ser mudadas para “outra casa em termos satisfatórios”, e à falta de mobília que obrigava a que as crianças se sentassem no chão nas escolas do sexo feminino dos Cedros (Cascalho), Flamengos, Pedro Miguel e Ribeirinha¹⁸⁵.

Perante este cenário, é notório que os articulistas faialenses quando discorriam sobre determinados assuntos, neste particular da instrução pública, não se ficavam apenas

¹⁸³ Repórter, “Correspondência [Praia do Almoxarife]”, *O Telégrafo*, 1903, março (4 770), p.2.

¹⁸⁴ “Noticiário Local”, *A Escola*, 1882, novembro 19 (4), p.4. Sobre o assunto, verificamos, ainda em 1882, que se lamentava na imprensa faialense que a escola da Praia do Norte não funcionava por falta de casa, pela simples razão do “senhorio não aceitar continuar com o arrendamento”, *O Faialense*, 1882, novembro 12 (3), p.1.

¹⁸⁵ BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, Livro de Portarias e Ofícios recebidos do Ministério do reino, 1893-1905, fls.59v.-66.

pela constatação vivencial da realidade envolvente, socorriam-se tanto de documentação vária como no “espírito da lei”. Deste modo, em 1897, chamava-se a atenção das autoridades para que estivessem atentas aos artigos 2.º e 8.º do decreto de 5 de novembro de 1896. No primeiro especificava-se quais as despesas com a instrução que os orçamentos deviam contemplar para lá das relativas aos vencimentos dos professores: verbas necessárias para a aquisição de mobília e material de ensino (livros). No segundo, relevava-se que os administradores do concelho não deviam dar andamento a requisições de despesas “quando no orçamento da instrução primária não estiver consignada verba para tal fim”¹⁸⁶.

As insuficiências e a precariedade da casa da escola, apesar da vontade política das elites locais, do otimismo dos legisladores e do espírito reformista, na prática remetem-nos para uma situação de atraso, isto é, as casas da escola eram, na sua maioria, impróprias e sem o material necessário ao bom funcionamento das aulas, como nos confirmam tanto os “relatórios” da junta escolar, do subinspetor do círculo escolar da Horta e do vereador responsável pelo pelouro da instrução da Câmara como as atas desta e das juntas de paróquia.

A este propósito, em 1905¹⁸⁷, pelo auto de vistoria à casa onde funcionava a escola do sexo masculino da freguesia dos Flamengos, de 28 de janeiro, os três peritos nomeados pela Câmara da Horta, o facultativo municipal, Nestor Augusto Xavier Mesquita, o carpinteiro Manuel Francisco da Silva, que não pôde assinar o mesmo por não saber ler e escrever, e o subinspetor interino, José Garcia Duarte, foram unânimes em considerar que não “pode continuar a escola na referida casa pelo estado de ruína em que se encontra”, além de ser insuficiente para comportar os 73 alunos matriculados, de um total de 113 crianças recenseadas do dito sexo e de ficar desviada do centro da freguesia, mas nada se diz em que parte da mesma se localizava¹⁸⁸. Pela leitura do auto que vimos seguindo, notamos que se dava relevo à existência na dita freguesia de outras casas que ofereciam melhores condições para serem adaptadas a escola e a residência do professor.

¹⁸⁶ Praia do Almoxarife, *O Telégrafo*, 1897, agosto 9 (1 149), pp.2-3.

¹⁸⁷ “O digno subinspetor escolar deste círculo, Dr. Leite Monteiro, vai expandir a todos os professores um questionário referente às casas da escola”, *O Telégrafo*, 1905, abril 26 (3 400), p.2.

¹⁸⁸ BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livro de Vereações, 1904-1906 (52), fls.27v.-29v.: “Ata de 9 de março de 1905”. Em 1882, na sequência de uma visita à escola da Praia do Norte, realizada pelo subinspetor escolar acompanhado pelo vereador da Câmara da Horta, Furtado Júnior, este não só reconheceria, na reunião da vereação de 6 de setembro, que a casa não tinha capacidade suficiente para servir de moradia ao professor e à sua família nem para escola, cf. *O Faialense*, 1882, outubro 1 (9), p.1. Veja-se BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livro de Vereações, 1879-1882 (41), fls.313-313v.: “Ata de 6 de setembro de 1882”.

Embora as evidências não sejam muitas, temos, porém, a consciência de que uma das causas que explicava o estado de ruína das casas da escola estaria nas queixas constantes dos respetivos proprietários por não receberem no fim de cada semestre as rendas devidas, o que certamente impedia a realização de melhoramentos. Entedia-se que a situação poderia ser resolvida desde que as folhas de pagamento fossem organizadas de maneira a que nos princípios de janeiro e julho se fizesse o pagamento, “mas como são coisas que se relacionam com a instrução não há necessidade de muitas agonias”¹⁸⁹.

Em atenção a este assunto, nota-se que em 1908, os proprietários das casas de escola e de habitação dos professores, se iriam reunir a fim de requerer ao Juízo de Direito mandato de despejo, na sequência de não terem sido atendidos nas suas queixas por falta de pagamento das rendas de vários semestres “já vencidos”¹⁹⁰. Isto é, como se pode constatar, os atrasos continuavam, mas a paciência dos proprietários chegara ao fim. Não sabemos quais as conclusões ou as decisões tomadas, ou se a mesma se realizou, porque não se faz mais eco do assunto¹⁹¹.

Curioso é o que se passou em 1910, com a escola masculina da freguesia da Conceição. Esta havia simplesmente deixado de funcionar por uma única razão: por falta de casa. Casas para aquele fim certamente que existiam na freguesia, mas passaram a faltar porque os proprietários preferiam não alugá-las, livrando-se assim do constante atraso em que as autoridades os haviam habituado no que às rendas dizia respeito¹⁹².

Paralelamente é notória a conveniência de se procurar casas adequadas, face a um constante diagnóstico de casa em ruínas ou de sofrível utilização, cuja solução seria a da sua remoção urgente para “casas cómodas”, para que não se lamentasse um “sinistro”¹⁹³, resultante destas autênticas “casas-ratoeiras”¹⁹⁴.

As condições precárias da maioria dos edifícios das casas da escola espalhadas pelas 13 freguesias da ilha, no tempo em estudo, mantiveram-se sem grandes alterações: não

¹⁸⁹ Um assinante, “Correspondência [Cedros]”, *O Telégrafo*, 1903, março 11 (2 779), p.2.

¹⁹⁰ Sobre o assunto, escrevia, em 1907, o correspondente d’ *O Telégrafo* na freguesia de Praia do Almoxarife: “Em novembro de 1905, por ocasião da organização do orçamento municipal, oficiou à Câmara o proprietário da casa de escola do sexo feminino desta freguesia, dizendo que, a partir de janeiro de 1906, lhe não convinha arrendar a dita casa por menos de 45\$000 réis anuais. A Câmara tomou conhecimento do ofício em sessão e resolveu atender a exigência, por achar justo o pedido. Sucede, porém, que tendo chegado no ‘San Miguel’, a folha de renda de casas relativas ao 1.º semestre de 1906, nela se encontra a quantia de 18\$000 réis pela renda da mencionada casa, quer era a verba antiga, em vez de 22\$500 réis! Como se explica isto? [...]. Hoje ficamos por aqui, mas não largaremos da mão o assunto”, Repórter, “Pelo Campo”, *Ibid.*, 1907, fevereiro 7 (3 922), pp.1-2.

¹⁹¹ “Noticiário”, *O Telégrafo*, 1908, maio 18 (4 581), p.2.

¹⁹² *O Telégrafo*, 1910, janeiro 24 (4 784), p.1.

¹⁹³ “Câmara Municipal da Horta”, *O Faialense*, 1882, janeiro 8 (23), p.1.

¹⁹⁴ Manuel Garcia Monteiro, “A higiene nas Escolas”, *O Açoriano*, 1883, outubro 28 (8), p.1.

possuíam as indispensáveis comodidades de espaço (salas pequenas para o número de alunos existentes), de luz e de ar. Mas à falta de “sentir este regalo: ar! ar!”¹⁹⁵, tanto os alunos como os professores se confrontavam com a falta do mobiliário necessário¹⁹⁶, quadros, mesas, bancos e livros¹⁹⁷. Certamente, a exiguidade do espaço também podia explicar a quantidade de material existente, ao mesmo tempo que se tornava um fator influente na frequência.

A par desta penúria, assinalamos uma prática muito elogiada pela imprensa como pelos poderes públicos: serem os professores os fornecedores dos recursos da sala de aula¹⁹⁸, como aconteceu em 1903, na freguesia dos Cedros, quando a professora oficial Senhorinha do Amaral abriu uma subscrição a fim de recolher donativos para a compra de papel, livros e roupas para as crianças pobres, e que devido a essa falta não podiam frequentar a escola. Como em outras recidivas, a imprensa sempre atenta, não deixaria de louvar o “procedimento que bem demonstra os humanitários sentimentos daquela dama”¹⁹⁹. O que permite concluir que a pobreza das famílias traduzida na sua incapacidade de aquisição de livros redundava no facto de as “crianças pobres”, devido a essa falta, não poderem frequentar a escola. Por isso, não se tinha qualquer receio em afirmar que estas iniciativas dos professores deveriam servir de estímulo “às corporações e ao público para lhe prestarem um franco apoio e coadjuvação”²⁰⁰.

Outros havia que, de forma gratuita, cediam parte da sua casa de habitação para escola²⁰¹, prestando assim um benefício à freguesia, como aconteceu em 1883, com a escola do sexo masculino do Salão. Todavia, face ao magro ordenado que auferia, verificamos pela leitura de uma petição enviada pelo professor, António José Rodrigues, à Junta de Paróquia, e dada a conhecer ao inspetor escolar, António Albuquerque, em que informava que não podia continuar a prestar aquele benefício, uma vez que tencionava

¹⁹⁵ *Ibid.*

¹⁹⁶ Direção-Geral de Instrução Pública, *Modelos de Mobília para Escolas de Instrução Primária*, Lisboa, 1877. Sobre os edificios das escolas, veja-se PORTUGAL, *Diário do Governo*, 1901, dezembro 28 (294), p.3 707.

¹⁹⁷ Em 1903, noticiava-se na imprensa faialense que a todas as escolas primárias ia ser ofertado o retrato do rei D. Carlos a cores e em ponto grande, do pintor Roque Gameiro, cf. *O Telégrafo*, 1903, abril 14 (2 803), p.2. Fica o registo.

¹⁹⁸ José Carlos de Magalhães Loureiro, “Objetos, escolas e identidades dos professores no Noroeste de Portugal, entre a segunda metade do século XIX e a Primeira República”, in <http://web.Letrasup.pt/aphes29/dat> (consultado em 20-02-2011). Apêndice – Capítulo III, Quadro V (A e B).

¹⁹⁹ F. J. Amaral, “Correspondência [Cedros]”, *O Telégrafo*, 1903, julho 24 (2 883), p.2.

²⁰⁰ “Noticiário”, *O Faialense*, 1885, novembro 8 (15), p.3.

²⁰¹ No ano letivo de 1888-1889, as entidades que ministravam os edificios escolares do ensino primário oficial eram o Estado (0,9%); as câmaras municipais (12,6%); as Juntas de Paróquia (76,1%); os professores (4%); outras entidades (6,4%), cf. Carlos Manique da Silva “A Ideia de ‘Casa da [...]’, já cit., *Revista História* [...], p.301.

arrendar a casa onde “tem residido e lecionado [na canada D. Catarina]”. Por isso, solicitava que a Junta lhe fornecesse outra casa para a escola e sua habitação, dando assim cumprimento à carta de Lei de 19 de abril de 1881, que previa que as juntas seriam obrigadas a fornecer casa para escola e de habitação para os professores²⁰². O que se verifica neste contexto é que o professor pretendia sair de fornecedor do espaço, ao assumir o discurso do défice das suas condições materiais para se transformar num professor utilizador do espaço²⁰³.

Por isso, compreender a história da escola primária no concelho da Horta implica questionar os desafios tanto materiais como financeiros e contratuais que a mesma teve de enfrentar. Ou seja, enquanto para os alunos e os professores estava em causa as condições de trabalho, para quem arrendava, o pagamento tardio das rendas que curiosamente deveriam ser pagas no fim de cada semestre.

Deste modo, apesar de se acreditar na instrução como civilizadora dos povos, também se tinha a consciência de que este desiderato só seria conseguido se houvesse capacidade de contrariar a escassez de verbas aplicadas à instrução pública, a precariedade dos edifícios escolares e a insuficiência da mobília escolar:

“A mobília escolar. Ora histórias. Se não existem edifícios escolares condignos, que fará a mobília. Continua a ser em várias escolas, uns bancos emprestados, uma mesa emprestada, umas cadeiras emprestadas... E quando não há quem empreste, quando não há uma copeira do Espírito Santo que ceda gostosamente a mesa e os bancos dos jantares das suas festas, então as crianças sentam-se no chão que é um gosto! E talvez fosse realmente um gosto perfeito se não houvesse uns certos trabalhos que o ensino exige e que naquela posição não se podem executar. A verdade deve dizer-se: quando a vereação atual tomou conta do município, a mobília, na maior parte das escolas, era naquele género má, e até nenhuma”²⁰⁴.

As escolas do ensino primário no concelho da Horta não possuíam edifício próprio, funcionando, regra geral, em casas particulares arrendadas pela Fazenda Pública ou pelas Juntas de Paróquia, exceção para a escola da freguesia da Angústias²⁰⁵. Por isso, a realidade leva a que, por vezes, se confunda a casa da escola “com outros lugares da

²⁰² BPARJJG, António José Rodrigues, *Petição, de 20 de julho de 1882, à Junta de Paróquia do Salão*. António José Rodrigues, *Petição, de 20 de dezembro de 1883, ao subinspetor escolar do círculo da Horta* [d.a.].

²⁰³ José Carlos de Magalhães Loureiro, “Objetos, escolas e [...]”, já cit.

²⁰⁴ *O Telégrafo*, 1910, janeiro 24 (4 784), p.1.

²⁰⁵ Sobre esta escola veja-se “Edifício Escolar”, *O Telégrafo*, 1917, dezembro 5 (7 087), p.1. Neste artigo da autoria de “Um paroquiano”, refere-se que a Junta de Paróquia das Angústias havia consignado um voto de louvor e agradecimento ao presidente da Comissão Municipal da Horta, Vitoriano da Rosa Martins (Barão da Ribeirinha) pelo interesse que pusera no restauro do edifício escolar da freguesia (de ambos os sexos). De acordo com o articulista, esta casa da escola, “a única nesta ilha construída para aquele fim”, encontrava-se em lastimável estado de conservação, ameaçando ruína. Por isso, não tinha qualquer dúvida em afirmar, por um lado, “o desleixo e o desamor com que se trata tudo o que é nosso” e, por outro, entendia que o Estado devia tratar com desvelo os edifícios escolares que mandara construir porque “são os templos da instrução em cada paróquia”.

sociedade”. Com efeito, as casas arrendadas eram, na sua maioria, impróprias e em estado precário, e sem o material necessário ao bom funcionamento das aulas. Todavia, apesar do aumento do número de escolas, durante a I República, como já foi referido, o quadro anteriormente descrito não foi substancialmente alterado, ou seja, a escola como o templo republicano seria caracterizada também como “pseudo-escola” devido às precárias condições materiais tanto para o exercício da docência como para a aprendizagem dos alunos.

As casas da escola continuaram a ser alugadas e muitas estavam instaladas em “imundos pardieiros” ou em instalações que tinham “nos baixos” uma garagem, uns “depósitos com gasolina”, uma loja regra geral estabelecidos depois de instaladas as escolas²⁰⁶. Nenhuma casa da escola foi construída durante o período em estudo.

A solução para o problema foi-se tornando cada vez mais difícil em atenção à falta de casas em condições e à relutância dos proprietários em alugar devido ao constante atraso do pagamento das rendas, passando-se, embora de forma menos esporádica, o mesmo com os salários dos professores.

Em síntese, esta carência de tudo quanto era necessário ao ensino contrariava a ideia de que este só seria benéfico e proveitoso se as casas da escola fossem espaços adequados, arejados e higiénicos, lugares cómodos ao estudo e dotados de livros, papel, penas e tinta, e que dispusessem dos necessários instrumentos didáticos que facilitassem uma mais fácil compreensão das lições. Quando não o fossem, a lógica seria a sua transferência para outro mais adequado.

1.4. O absentismo escolar: hipótese de compreensão do fenómeno

”Nas freguesias rurais os pais não dispensam os filhos dos trabalhos dos campos em certos períodos do ano, e daqui vem que estes perdem muitos e muitos dias com grande desvantagem”²⁰⁷.

“[Foram oferecidos] livros para algumas crianças pobres que por essa falta não têm podido frequentar a escola do sexo feminino do Cascalho”²⁰⁸.

A existência de escolas de ambos os sexos espalhadas pelas 13 freguesias da ilha do Faial, no tempo em estudo, não viabilizou a extensão dos objetivos básicos da instrução

²⁰⁶ BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livro de Vereações, 1016-1917 (60), fls.180v.-181: “Ata de 17 de abril de 1917”.

²⁰⁷ *Relatórios Sobre o Estado da Administração Pública nos Distritos Administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1857*, “Governo Civil do Distrito Administrativo da Horta”, Lisboa, Imprensa Nacional, 1859, p.3.

²⁰⁸ F. J. Amaral, “Correspondência [Cedros]”, *O Telégrafo*, 1903, julho 24 (2 883), p.2.

escolar: saber ler, escrever e contar²⁰⁹. Ou seja, se o absentismo era elevado, certamente que, para um grande número de crianças em idade escolar, aqueles passavam ao lado em atenção a condicionalismos estruturais, mesmo quando fazia a apologia da instrução como a “santa religião do saber”. Daí se perguntar no jornal *A Primavera*, redigido pelos alunos do Liceu da Horta: “Que há na vida mais precioso, mais encantador, mais simpático do que a instrução?”²¹⁰

Com o tempo, verificamos que esta situação depois de ser apreendida pelas autoridades passou de lamento a preocupação. Porque se começou a ter a perceção que a criação de escolas não casava com a fraca assiduidade de alunos de ambos os sexos, daí se pretender, mais do que enumerar as causas que obstavam à regularidade da frequência escolar, debelar o mal, por forma a conseguir “a povoação das escolas no mais breve espaço de tempo”²¹¹.

Gravura 7: Lugar de Santa Bárbara, freguesia das Angústias (cerca de 1880-1885): “Os pais não dispensam os filhos dos trabalhos dos campos”



Fonte: João A. Gomes Vieira, *Família Dabney – 1804/1892. Memória de um legado*, S. l., Edição do Autor, 2005, pnn.

Assim, para garantir a frequência regular dos alunos e obstar àquela melindrosa situação, seria necessário que se conhecesse o recenseamento escolar para se saber quais as crianças que deviam ser compelidas à frequência das aulas²¹², em atenção ao artigo 3.º do

²⁰⁹ Cf. Fernando Luís Gameiro, *Entre a Escola* [...], já cit., p.23.

²¹⁰ “A Instrução”, *A Primavera*, 1892, janeiro 21 (2), p.1.

²¹¹ BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Conferências Pedagógicas, 1886, fnn.

²¹² “Correspondência [Praia do Almoxarife]”, *O Telégrafo*, 1897, agosto 9 (1 149), pp.2-3.

Regulamento de 18 de julho de 1896, situação que levaria a que se escrevesse, em 1891, n' *O Açoriano*:

“Esforça-se a Junta de Paróquia para fazer recenseamentos, empenham-se os professores como fazem para instruir e educarem os seus alunos, mas enquanto os pais não forem obrigados rigorosamente a mandarem os filhos para a escola é sempre trabalho quase inútil; porque há uma negação para a instrução que preferem mais viverem nos densos nevoeiros da ignorância do que instruírem-se”²¹³.

Isto significa que o número de alunos que ia à escola era muito inferior aos oficialmente recenseados em idade escolar, daí se concluir que a escolaridade obrigatória foi uma “intenção longamente incumprida”²¹⁴ e, por vezes, uma medida irrealista, como aconteceu com a reforma de ensino primário de 1919 que ao aumentar a escolaridade de três para cinco anos não teve em conta uma realidade estrutural que marcou significativamente a contemporaneidade do Portugal continental e insular: o trabalho infantil²¹⁵.

Embora os mapas escolares possam evidenciar algumas deficiências²¹⁶, é possível afirmar-se, em certos casos, que metade ou mais das crianças não frequentava a escola, o que nos permite concluir que os resultados no combate ao analfabetismo em Portugal foram modestos.

A partir da análise do mapa n.º 6, inferimos que, para ambos os sexos, a frequência regular é inferior ao número de alunos matriculados, situação que fica muito aquém do número de alunos recenseados em idade escolar. Perante este cenário tanto as autoridades como a imprensa não tinham quaisquer dúvidas que variadas razões obstavam à efetiva articulação entre a teoria e a prática, visto que as múltiplas resistências à cultura

²¹³ Correspondente, “Notícias do Campo [Pedro Miguel]”, *O Açoriano*, 1891, novembro 1 (42), pp.2-3. No ano letivo de 1896-1897 na freguesia da Praia do Almoxarife estavam recenseadas 123 crianças, sendo 65 do sexo masculino e 58 do feminino. Das 40 crianças matriculadas do sexo masculino apenas sete frequentavam regularmente a escola; enquanto no sexo feminino, das 40 apenas 11 o faziam com regularidade, cf. “Correspondente [Praia do Almoxarife, 29 de dezembro]”, *O Telégrafo*, 1898, janeiro 27 (1 292), p.2.

²¹⁴ António Nóvoa, *Evidentemente*. [...], já cit., p.25.

²¹⁵ Sobre este assunto, pela leitura da ata da Câmara de 14 de fevereiro de 1883, o vereador Luís Teles de Barcelos deu a conhecer que na sua visita à escola masculina do Capelo havia constatado que apenas frequentavam a escola quatro alunos. Ao perguntar a causa, o professor respondeu-lhe que “as crianças se empregavam nos trabalhos agrícolas”. Adiantava ainda o docente que se a aula fosse noturna a frequência nunca seria inferior a 20 alunos. Na sequência desta visita, a Câmara resolveu que se reabrisse o curso noturno naquela freguesia e na dita escola e que a despesa fosse paga pela verba n.º 48 do orçamento ordinário, destinada a despesas imprevistas com a instrução, cf. BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livro de Vereações, 1882-1885 (42), fls.86v.-87: “Ata de 14 de fevereiro de 1883”.

²¹⁶ Em 1886, a Câmara decidiu oficial os professores sobre o facto de “perante os mapas de frequência do último trimestre das escolas públicas do concelho” ter concluído não haver harmonia entre o número de dias letivos, mesmo nas escolas da mesma freguesia, cf. BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livro de Vereações, 1885-1889 (43), fl. 64v.: “Ata de 28 de julho de 1886”. Veja-se *O Faialense*, 1886, agosto 8 (2), p.1.

escolar naturalmente que evidenciavam que “a geografia do atraso cruza-se sempre com a geografia da ignorância e da pobreza”²¹⁷.

Mapa n.º 6: Mapa das escolas primárias oficiais, de ambos os sexos, existentes na ilha do Faial e frequência no ano letivo de 1898-1899

Freguesia	Sexo masculino			Sexo feminino		
	Matriculados	Média da frequência diária	Crianças recenseadas	Matriculados	Média da frequência diária	Crianças recenseadas
Matriz	27	17	96	42	20	100
Pedro Miguel	30	5	89	41	16	117
Ribeirinha	14	8	70	19	7	80
Salão	11	8	80	37	19	96
Cedros	48	14	247	92	67	--
Idem, Cascalho	--	--	--	66	26	120
Capelo	22	14	76	30	15	100
Praia do Norte	22	14	56	24	12	68
Angústias	21	14	84	19	16	96
Feteira	22	5	108	30	13	120
Castelo Branco	16	2	90	20	15	92
Praia do Almoxarife	34	6	58	25	10	56
Conceição	37	25	64	66	57	76
Flamengos	71	24	110	65	42	---
Idem, da Cruz do Bravo	---	---	---	63	33	---

Fonte: BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, “Mapa das escolas primárias oficiais, de ambos os sexos, existentes na ilha do Faial e frequência no ano letivo de 1898-1899, Horta, 12 de fevereiro de 1900”.

Se absentismo escolar não podia ser explicado pela falta da vontade política das elites locais e da iniciativa particular e associativa, porque os testemunhos da sua insistência junto das Governo e das suas iniciativas com a abertura de escolas (diurnas e nocturnas) e colégios. Então de quem era a culpa?

Se o Governo autorizava a abertura de escolas, se os professores cumpriam a sua missão, mesmo lutando, em particular nos meios rurais, com muitas dificuldades para ministrar a instrução, pois havia muitos pais que não mandavam os filhos à escola, preferindo, sim, empregá-los unicamente nos trabalhos do campo”²¹⁸. Alguns até eram filhos dos vogais das comissões promotoras da beneficência e ensino das paróquias como aconteceu em 1906, na freguesia da Praia do Almoxarife²¹⁹. E aqui residia o problema: o papel dos pais e encarregados de educação.

A sua incompreensão adequava-se muito bem com a necessidade ou o hábito do uso da mão-de-obra infantil, daí não se ter qualquer dúvida em afirmar que o estado da

²¹⁷ António Nóvoa, *Evidentemente* [...], já cit., p.25.

²¹⁸ “Correspondência”, *O Telégrafo*, 1901, outubro 18 (2 372), p.2.

²¹⁹ Correspondente, “Pelo Campo [Praia do Almoxarife]”, 1906, julho 5 (3 741), pp.1-2.

instrução nas diferentes freguesias não era muito lisonjeiro, porque se havia descurado a instrução “dos seus filhos”, particularmente do sexo masculino, apesar de se deixar no ar a máxima: “havia tempo para tudo”²²⁰. Ou seja, o preço por se pegar no arado e na enxada era entendido pelos pais como algo mais útil do que a instrução, porque essa utilidade significava dar continuidade a uma tradição de gerações – “antes de tudo o trabalho” –, mesmo que fosse, como acontecia muitas vezes, o professor a fornecer os livros e mais aprestes escolares, para que assim as crianças chegassem a aprender o essencial para os usos da vida, iniciativa que, muitas vezes, era desconsiderada e mordida “por línguas viperinas que empregam todos os meios para o aniquilar, deturpar, rebaixar e até roubar!”²²¹.

Esta iniciativa dos professores era uma forma de minimizar a carência de meios ou a pobreza das famílias que impediam a aquisição dos livros e dos utensílios necessários aos exercícios escolares²²².

A propósito, destacamos, em 1882, as publicamente consideradas relevantes iniciativas dos professores das escolas masculinas dos Cedros, Francisco Grilo, que havia conseguido 3\$360 réis em favor dos alunos pobres da mesma escola, e dos Flamengos, João Ernesto Dias, que, por seu turno, havia instituído a confraria dos *Santos Inocentes*, de que só seriam “irmãos” os “filhos [alunos] da escola”, com o objetivo de se conseguir os meios necessários para subsidiar aqueles que eram pobres, cujo propósito, mais do que um ato de benemerência, era o de se contribuir para aumentar a frequência escolar²²³; em 1899, do professor da escola masculina de Pedro Miguel, para a fundação de uma Biblioteca Escolar a favor das crianças pobres que frequentavam a mesma escola²²⁴; e, em 1903, pela professora oficial da escola feminina do lugar do Cascalho, freguesia dos Cedros, Senhorinha do Amaral, como já foi referido, com o finalidade de colher donativos para a

²²⁰ *Ibid.*

²²¹ *O Telégrafo*, 1901, outubro 18 (2 372), p.2.

²²² Veja-se *Relatórios Sobre o Estado da Administração Pública nos Distritos Administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1861*, “Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo da Horta”, Lisboa, Imprensa Nacional, 1863, p.6; BPARJJG, *Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo da Horta*, 1867, p.13.

²²³ *O Faialense*, 1882, setembro 10 (6), p.1. Sobre a confraria dos *Santos Inocentes*, existente na freguesia dos Flamengos, pode ler-se no mesmo jornal, na edição de 10 de outubro do mesmo ano, p.4: “[É] uma associação bem dirigida, por isso um elemento incalculável de progresso, porque depois de fazer face às suas despesas, começa a cumprir o seu utilíssimo fim de fornecer à escola os livros, o papel e mais preparos de que carece”.

²²⁴ *O Telégrafo*, 1899, novembro (1 824), p.2.

compra de papel, livros e roupas para as crianças pobres que, por falta deles, não podiam frequentar a escola²²⁵.

Esta situação leva-nos a concluir que, para minimizar a realidade supra, era bem demonstrativa a boa vontade dos professores que, dentro dos limites do possível, iam suprimindo muitas das deficiências da lei, certamente com muitos incômodos e sacrifícios pessoais, daí entenderem que tudo deviam fazer para obstar a essa falta de livros e outros materiais escolares.

Como o problema não se resolvia pela simples razão de que a maioria das famílias continuava duplamente pobre: em espírito e nas suas condições materiais, ao levantar-se a questão dos livros para as crianças pobres que frequentavam a escola primária, na imprensa, sem qualquer receio, chegou-se a solicitar à Câmara da Horta que incluísse uma pequena verba destinada àquele fim, no seu orçamento de 1904:

“Ao elaborarem os seus orçamentos, tinham um magnífico ensejo para se acentuar a utilidade do seu mandato, fazendo distribuir pelas crianças pobres de cada freguesia os livros necessários à sua educação, obviando ao inconveniente de uma grande falta de que se ressentia o ensino – porque é manifestamente claro que os pais não adquirem os livros por não poderem a tanto chegar os minguados recursos de que dispõem, e quiçá pela indisposição que a contínua mudança de compêndios lhes tem gerado nos espíritos. [...]. Se as câmaras são essencialmente populares, o seu papel na obra grandiosa da instrução, poderia prestar um serviço nesse sentido”²²⁶.

A propósito, notamos que já em 1880, para se fazer face à falta de manuais e utensílios para distribuir gratuitamente pelos alunos pobres, se havia criado uma comissão encarregada do fornecimento de livros e utensílios para as escolas públicas de ensino primário do distrito da Horta, cuja ação não deve ter sido eficaz, porque na análise ao livro de atas verificamos que apenas se reuniu três vezes (29 de maio de 1880, 8 e 20 de janeiro de 1881)²²⁷.

Então se os trabalhos no campo como os domésticos (da “agulha”) retinham os alunos fora da escola, seria necessário que crianças em idade escolar fossem compelidas à frequência das aulas. Este problema da assiduidade era de tal maneira preocupante que, como já se referiu, mais do que abrir novas escolas, o mais importante seria criar as condições de frequência. E o apelo que se fazia era que se desse cumprimento às Leis de 2 de maio de 1878 e 11 de junho de 1880, que haviam consagrado uma velha aspiração: a obrigatoriedade do ensino.

²²⁵ Um assinante, “Correspondência [Cedros]”, *O Telégrafo*, 1903, março 11 (2 779), p.2. Sobre o assunto, veja-se F. J. Amaral, “Correspondência [Cedros, 17 de julho]”, *Ibid.*, 1903, julho 24 (2 883), p.2.

²²⁶ *Ibid.*

²²⁷ AESMA, *Liceu da Horta*, Livro de Atas da Comissão Encarregada do fornecimento de livros e utensílios para as escolas públicas de ensino primário deste distrito, 1880-1914.

Todavia, verifica-se que a aplicação destas leis seria motivo de muita preocupação pela simples razão de que falar em ensino obrigatório significava assumir a ideia de que “o legislador começou por onde devia ter terminado”²²⁸. E a razão era muito simples. Entendia-se que a alfabetização e a frequência escolar não se promoviam com uma lei, isto é, por muito pensada e estruturada que aquela estivesse, o legislador havia ignorado a realidade ao não atender ao problema da falta de edifícios para a instalação das escolas, não regulara de forma clara o fornecimento de mobiliário e demais aprestes ao conveniente trabalho do professor em atenção dos respetivos programas de ensino, não tivera em atenção outro problema incontornável: as distâncias percorridas diariamente pelos alunos entre os locais de residência e o local da escola²²⁹, situação agravada nos meses de inverno devido à existência de maus caminhos que se tornavam autênticos lamaçais²³⁰ e a condição socioeconómica da maioria das famílias.

Perante esta situação, o que se fez? Impôs-se logo aos pais a obrigação de mandarem os filhos à escola, sem inquirir se haveria edifícios escolares em condições de os receber, e sem se preocupar com a valorização do tempo de ensino pela adoção dos meios necessários ao professor. Por isso, não se tinha dúvidas em afirmar que havia sido um erro tremendo que ninguém escapava: o Estado, as autoridades administrativas locais e as famílias.

Face ao apelo que o mundo do trabalho exercia sobre as crianças em idade escolar, é notório que se tentou encontrar soluções, embora pontualmente, com a finalidade de atenuar as quebras de assiduidade tentando compatibilizar as tarefas agrícolas com a ida das crianças à escola.

Assim, nesta interpretação uma medida ensaiada pelas autoridades, em particular pela Câmara da Horta, e solicitada pelos professores, foi a mudança do horário das aulas do período da tarde, considerado o de menor frequência, para o da noite, permitindo deste

²²⁸ Cf. Repórter, “Pelo Campo [Praia do Almoxarife]”, *O Telégrafo*, 1903, novembro 10 (2 975), p.2.

²²⁹ Em atenção ao recenseamento escolar da freguesia da Praia do Almoxarife de 1906, verificamos que foram recenseadas 91 crianças, sendo 43 do sexo masculino e 48 do feminino. Das primeiras, 16 residiam a mais de três km da respetiva escola oficial, e quatro frequentavam a escola particular; das últimas havia oito nas primeiras condições e igual número frequentava a escola particular, cf. Repórter, “Pelo Campo [Praia do Almoxarife]”, *O Telégrafo*, 1906, agosto 28 (3 780), p.1. A este propósito, em 1894, o governador civil do distrito da Horta, José de Almeida Ávila, remetia ao inspetor escolar uma representação de vários moradores da dita freguesia em que pediam “que a Escola do sexo masculino da mesma freguesia continuasse a funcionar onde atualmente funciona por ser o ponto mais central da freguesia”, BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, “Ofício, n.º 13, de 12 de fevereiro de 1894, enviado ao inspetor escolar da Horta” [d.a.].

²³⁰ A este propósito, em 1914, a respeito da abertura da escola mista do Chão Frio, a 14 de janeiro, localidade da freguesia da Praia do Almoxarife, salientava-se o “péssimo estado em que acham quase todas as ruas desta freguesia, havendo lugares que é impossível o trânsito nos dias mais húmidos”, “Pelo Campo [Praia do Almoxarife]”, *O Telégrafo*, 1914, janeiro 20 (5 946), p.2.

modo que os alunos pudessem não só participar nos trabalhos agrícolas como frequentar as aulas²³¹. A este propósito, a Câmara, na sua sessão ordinária de 5 de abril de 1882, na sequência da apresentação de dois ofícios remetidos pelos delegados paroquiais das freguesias do Capelo e de Pedro Miguel que informavam qual a hora mais conveniente para os curso noturnos, depois da sua análise aprovou os seguintes horários:

“**Capelo**: Manhã - das 9 às 12h; Noite – das 20 às 22h, nos meses de março a outubro; nos restantes meses de manhã à mesma hora e à noite das 18 às 20h; **Pedro Miguel**: Manhã – das 8 às 11h; Noite – das 20 às 22h. Nos meses de março a outubro; nos restantes meses de manhã à mesma hora e à noite das 18 às 20h”²³².

Dentro deste âmbito, notamos que três anos depois, em 1885, os professores das freguesias do Salão, Praia do Almoxarife, Conceição, Ribeirinha e Flamengos solicitavam à Câmara que “feriasse” antes em agosto do que em setembro, certamente em atenção a ser um mês estival e mais propício aos trabalhos do campo²³³.

Por outro lado, ao reconhecer-se que as medidas por falta de fiscalização e dos necessários meios de persuasão para resolver o problema não resultavam, notamos que as autoridades, não se fazendo rogadas, apelariam, como em outras circunstâncias desde que estivesse em causa o interesse público, aos párocos para que, dentro da sua autoridade eclesiástica, alertassem os seus fregueses para cumprirem a sua obrigação moral de pais, mandando os filhos à escola, e que lhes fizessem ver as vantagens da instrução. A este propósito, seriam afixadas, em 1903, na porta da igreja de Nossa Senhora da Graça, freguesia Praia do Almoxarife, duas listas com o nome das crianças em idade escolar que não se haviam matriculado nas escolas oficiais e que não estavam recebendo qualquer tipo de instrução ou em outras escolas ou em família²³⁴.

Em suma, pretendia-se “experimentar” todas as soluções no sentido de envolver as famílias, reforçando-se cada vez mais a ideia de que os pais tinham o dever e a obrigação de enviarem os filhos à escola, porque se tivessem cientes do valor da instrução certamente que verificariam que esta se podia tornar certamente num poderoso “capital” de grandes lucros, ou um futuro com todas as probabilidades de êxito. Mas, em contrapartida, o que se nota é que, para muitas famílias, a escola era reconhecida como um meio

²³¹ Veja-se BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livro de Vereações, 1879-1882 (41), fl.262: “Ata de 5 abril de 1882”; BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livro de Registos, 1881-1882 (50), fls.160-160v.; “Câmara Municipal da Horta”, *O Faialense*, 1882, abril 23 (39), p.1. Apêndice – Capítulo III, Quadro VI.

²³² Veja-se BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livro de Vereações,” 1879-1882 (41), fl.262; “Ata de 5 abril de 1882; “Câmara Municipal da Horta”, *O Faialense*, 1882, abril 23 (39), p.1.

²³³ Veja-se BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livro de Vereações, 1882-1885 (42), fl.64v.: “Ata da sessão de 29 de julho de 1885”; *O Faialense*, 1885, agosto 9 (2), p.1.

²³⁴ Repórter, “Pelo Campo [Praia do Almoxarife]”, *O Telégrafo*, 1903, novembro 10 (2 975), p.2.

desnecessário e um objeto de luxo, o que entendemos ser revelador do analfabetismo existente e do baixo número de crianças alfabetizadas, porque quem nunca frequentou a escola não a conhece. Neste contexto, o que restava? Que as autoridades fizessem cumprir as determinações exigidas pela legislação. No entanto, esta realidade leva-nos a concluir que o grau de incumprimento mantinha-se elevado e as penalizações, como acontecia, nunca foram postas em prática.

Esta preocupação com o absentismo escolar também seria alvo do programa das *Conferências Pedagógicas* (quesito n.º3²³⁵), edição de 1886, que se realizaram na Horta entre 13 e 25 de outubro. A comissão encarregada de dar parecer sobre o quesito supra, o que aconteceu na sessão do dia 21 de outubro, entendia que o problema teria que ser analisado em consideração às seguintes questões: 1.ª- Quais as causas do mal?; 2.ª- Quais os meios para o combater?; 3.ª- Qual a atitude dos professores face a este levantado fim?

Quanto à primeira questão, entendia a comissão que as causas que obstavam à boa ou à má frequência escolar, apesar de serem múltiplas, podiam resumir-se ao papel da família, das autoridades e da própria escola. Na análise das três causas que determinavam a frequência, verificamos que iniciavam a sua abordagem pela família, que consideravam a mais importante e influente, ao justificarem que eram os hábitos domésticos aqueles que mais “predomínio têm nas crianças”, porque era na família que as crianças recebiam as “primeiras impressões”²³⁶. Deste modo, se a mãe e os restantes familiares demonstrassem uma atitude de “amantes da instrução” e se atraíssem a atenção das crianças para a escola, falando dela convenientemente como um lugar e um bem imprescindível para o cultivo da inteligência, não se tinha qualquer receio em afirmar que a família havia cumprido uma boa parte da sua missão e “haverá contribuído como um poderoso capital de grandes lucros num período mais ou menos próximo”²³⁷.

Depois deste otimismo inicial, verificamos que os professores que a constituíam tornam-se críticos ao afirmarem que sobre a família havia pouco a esperar, uma vez que muitas ainda viam a “escola como um objeto de luxo e por coisa desnecessária” para logo adiantarem se cada um só dá o “que tem não é presumível que venham conselhos e

²³⁵ Veja-se BPARJJG, *Círculo Escolar da Horta*, Conferências Pedagógicas, 1886, Quesito n.º 3, fnn. “Estudadas as causas que obstem à regularidade da frequência escolar e tendo-se em vista os meios e recursos consignados e previsto a legislação vigente: 1.º- Como se conseguirá a povoação das escolas?; 2.º- Que pode o professorado fazer neste sentido para debelar este mal?; “Noticiário”, *O Faialense*, 1886, novembro 7 (15), p.3.

²³⁶ BPARJJG, *Círculo Escolar da Horta*, Conferências Pedagógicas, 1886, Quesito n.º 3, fnn.

²³⁷ *Ibid.*

persuasões sobre as vantagens e necessidade da instrução, de quem não a teve nem a conhece²³⁸.

Perante este cenário, reforçavam a ideia, entendida como a mais eficaz de todas para se chegar ao fim desejado, como já anteriormente se fez referência, que os párocos pudessem ter um papel importante junto das famílias através da catequese e da missa conventual, dentro da máxima “ensinai todos os povos”, convidando e instando os paroquianos a enviarem os seus filhos à escola. Mas não se ficariam por aqui, entendiam que o papel dos padres deveria ser supervisionado pelo bispo diocesano e que aqueles tivessem “em cada um dos nossos colegas [professores] um auxiliar”²³⁹.

Quanto às autoridades, depois de removida a primeira causa, não tinham qualquer problema em declarar que se tornaria mais fácil a missão daqueles que tinham sido investidos no poder de fazer cumprir e fazer observar as leis e os regulamentos da instrução primária. Se assim era, então qual o papel que, no seu entender, deveria caber aos homens do poder? A sua resposta era muito simples, visto que seriam defensores da ideia de que as dificuldades com que os professores se debatiam, particularmente o absentismo e as péssimas condições das escolas, não tinham sido tomadas em conta pelos legisladores: “O seu papel estaria mais em premiar e recompensar os obreiros da civilização por meio da escola, patrocinando a família, o padre e o professor [ambos chamados pela comissão como apóstolos da religião do ensino], do que em castigar e punir”²⁴⁰. Por isso, refutavam a ideia do exclusivo cumprimento da lei, considerado um “triste remédio! Triste recurso”, contrapondo a ideia de que aos meios coercitivos preferiam a “propaganda da autoridade, instruindo, movendo, convencendo, persuadindo”²⁴¹.

Finalmente, a escola. Partiam de uma citação de Michael Bréal, do colégio de França: “É pela escola que o carácter de uma Nação pode modificar-se”. Assim, mostravam que acreditavam que, para se transformar a vida moral, o meio poderoso seria dirigir o esforço reformador sobre a criança através da escola, assim justificado: Só através da escola é que se poderia dominar o futuro. Mas que escola advogavam para esse fim? E a sua proposta era muito simples. Que deveria ser atraente por funcionar em edifício saudável, pela mobília e utensílios, pelos seus métodos, sistemas e modos de ensino – que não se ficariam apenas pelo “magister dixit”, pelos compêndios – e pela qualidade dos seus

²³⁸ *Ibid.*

²³⁹ *Ibid.*

²⁴⁰ *Ibid.*

²⁴¹ *Ibid.*

professores, que deveriam ser tanto mestres da escrita e do cálculo como educadores dos seus alunos:

“No ensino das matérias do programa escolar seja o professor [no seu augusto sacerdócio] o pai da família que educa e instrui amavelmente, sem os arrebatamentos de cólera, sem o aborrecimento e as irritações da explicação que não foi compreendida. O mais que sobre isto se poderia dizer é tão trivial que não consente repetições”²⁴².

Por fim, os professores depois de reconhecerem a sua tremenda responsabilidade perante Deus e a sociedade (“um apóstolo sem mácula, como exigia a nobreza da sua profissão”), não deixariam também de relevar o papel que caberia à mulher que, no santuário da família, dirigisse e educasse os frutos do amor conjugal. Em suma, enfatizavam que tanto o professor como a mulher (que também designavam de mestra) deviam ser modelos em toda a parte e em todas as ocasiões.

Depois de todos os considerandos anteriormente referidos, davam particular destaque a “uma verdade nua e crua, que bem pese à nossa vontade”, que tinha como pano de fundo o observado nas respetivas paróquias e que em muito se assemelhavam²⁴³.

Assim, de acordo com as suas palavras, excetuando nas diferentes paróquias as famílias cultas, as restantes afinavam pelo mesmo diapasão: “os nossos filhos serão o que têm sido os nossos pais”, porquanto “temos comido pão sem saber ler e escrever. Os nossos rapazes hão de fazer o mesmo”²⁴⁴.

Perante este facto, a comissão assumia uma atitude bastante crítica ao declarar que não tinha quaisquer dúvidas em realçar que apesar da propaganda feita na imprensa, nos livros, no púlpito e na tribuna política, os resultados obtidos eram poucos. E por quê? Porque faltara o elemento da autoridade que mais se impunha às consciências. Dito de outra maneira, entendiam que as reformas da instrução primária, desde o marquês de Pombal e as que se lhe seguiram, haviam contribuído para a secularização do ensino, temendo assim a influência do padre que podia afastar a infância das novas doutrinas. Se assim era, a comissão não tinha qualquer relutância em afirmar que o seu afastamento do ensino, “graças à propaganda que em muito o ofendeu”, tivera o condão de o remeter a um papel “de favorecer fracamente o movimento escolar ou a assistir impassível a uma grande experiência”²⁴⁵.

A concluir, a comissão defendia que, para se conseguir o fim expresso no quesito, seria necessário valorizar a missão civilizadora do clero; vencer a relutância que a família

²⁴² *Ibid.*

²⁴³ *Ibid.*

²⁴⁴ *Ibid.*

²⁴⁵ *Ibid.*

ignorante e analfabeta tinha à escola; desenvolver uma perfeita aliança entre as autoridades e os professores”²⁴⁶.

Curiosamente, apesar dos muitos artigos publicados na imprensa faialense sobre educação e instrução, pontualmente é que os articulistas se debruçariam sobre o assunto.

Deste modo, em 1903, perguntava-se, a propósito, no jornal *O Telégrafo*: “Querem os [...] os senhores regateadores da instrução saber quem tem a culpa de as escolas serem pouco frequentadas e de os professores não cumprirem com os seus deveres escolares? E a resposta não se fazia esperar: as autoridades e todos os que têm ingerência sobre a instrução. Mas logo se apontavam as soluções. E estas passavam por dar corpo à lei, pondo-se em prática o ensino obrigatório, castigando-se e se necessário suspendendo os professores que não quisessem cumprir com os seus deveres escolares, o que diferia da posição da comissão supra. Ao mesmo tempo, entendia-se que o progresso da instrução só aconteceria no dia em que se deixasse de “regatear com aquilo que é tão necessário como o alimento e como o ar que respiramos”²⁴⁷. A propósito o articulista recorria à comparação com outros países – França, Bélgica, Alemanha, Inglaterra, América – que haviam dado grande impulso à instrução, para salientar que em Portugal o que se procurava fazer era “vendar os olhos aos povos. Esperam pelas consequências que não tardarão”²⁴⁸. Se assim era, então a sua conclusão não podia ser mais óbvia: em Portugal, a nível da instrução pública, o indicador comum consistiu no abismo entre as propostas reformadoras e a realidade educativa concreta.

Durante a República, apesar da falta de quadros de frequência, embora não possamos partir para nenhuma conclusão, todavia deduzimos pela leitura de uma ata da Câmara da Horta de 17 de abril de 1917, que, pelo decreto de 25 de novembro de 1916, havia sido autorizado o desdobramento da escola mista das Grotas, freguesia da Feteira em duas escolas, uma masculina e outra feminina e pelo decreto de 18 do mesmo mês e ano se havia criado o 2.º lugar de professor na escola masculina da freguesia dos Flamengos, o que pode ser um indicador que tanto a frequência escolar como o número de alunos recenseados aumentara²⁴⁹.

²⁴⁶ *Ibid.*

²⁴⁷ Repórter, “Pelo Campo [Praia do Almoxarife]”, *O Telégrafo*, 1903, novembro 10 (2 975), p.2.

²⁴⁸ *Ibid.*

²⁴⁹ BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livro de Vereações, 1016-1917 (60), fls.141-141v.: “Ata de 17 de abril de 1917”.

1.5. O balanço das Conferências Pedagógicas

“É grande a satisfação que não posso deixar de manifestar-vos por ver pela primeira vez reunidos em congresso os membros do magistério primário deste distrito. [...]. Que será do professor da aldeia se não forem os inspetores, se não forem as conferências?! [...]. Eis uma poderosa ligação com o mundo exterior, com o mundo das ideias, de que eles podem algumas vezes julgar-se como exilados. [...]. Saúdo-vos pois, senhores professores e professoras deste distrito, [...], saúdo-vos a todos, meus senhores, que concorreis com a vossa presença neste recinto para dar uma importância solene à abertura do primeiro congresso de instrução primária”²⁵⁰.

Entre 1882 e 1887²⁵¹, no cumprimento do título “V – Das Conferências Pedagógicas” (artigos 236.º a 248.º), do Regulamento de 21 de julho de 1881, realizar-se-iam na capital do distrito ocidental dos Açores as ditas conferências, na sua condição de sede do 2.º círculo da 11.ª circunscrição escolar dos Açores. O círculo escolar da Horta era constituído por quatro ilhas: Faial, Pico, Flores e Corvo, que correspondiam a sete concelhos.

De acordo com a legislação supra, definia-se que, a par da formação inicial dos professores do ensino primário elementar e complementar nas escolas normais, os professores seriam alvo de uma formação permanente (anual, no mês de outubro) através de Conferências Pedagógicas cujos objetivos plasmados no art. 236.º eram o “aperfeiçoamento dos métodos, modos e processos de ensino; a organização material e disciplinar das escolas; a estatística de todos os assuntos que dissessem respeito ao desenvolvimento da instrução popular”²⁵².

Na primeira edição das conferências o programa seria elaborado pelo subinspetor do círculo escolar que depois seria submetido ao inspetor da circunscrição para aprovação. Os programas das edições seguintes eram elaborados pelos professores presentes na última sessão, cuja publicitação na imprensa e a sua distribuição por todos os professores do círculo escolar só aconteciam depois do inspetor os achar em condições de serem aprovados (art. 237.º).

Por outro lado, de acordo com o art. 242.º daquele Regulamento, os professores públicos do círculo escolar eram obrigados a assistir às conferências. Aos que faltassem

²⁵⁰ “Horta-Conferências”, *A Escola*, 1882, novembro 12 (3), pp.1-3; novembro 19 (4), pp.1-2.

²⁵¹ Apesar de programada não se realizou a edição de 1888. Sobre o assunto, ver “Elaboração do programa para as Conferências Pedagógicas que se hão de realizar em 1888”, cf. BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Conferências Pedagógicas, “Correspondência – ano de 1887”. Datas da sua realização nos Paços do Concelho da Horta: 1882, de 16 a 20 de outubro; 1883, de 10 a 19 de outubro; 1884 (?); 1885, de 15 de outubro a 5 de novembro. Realizaram-se na escola masculina da freguesia das Angústias: 1886, de 13 a 25 de outubro; 1887, de 3 a 11 de outubro.

²⁵² “Parte Oficial [Regulamento para execução das Leis de 2 de maio de 1878 e 11 de junho de 1880]”, *O Faialense*, 1881, dezembro 11 (19), p.2.

sem motivo devidamente justificado (art. 243.º), teriam que pagar uma multa correspondendo cada falta a um dia de vencimento. Todavia, adiantava-se (art. 244.º) que as professoras podiam não comparecer desde que apresentassem, até ao dia imediatamente anterior à abertura, o relatório e o programa das suas escolas em relação aos pontos em análise na conferência²⁵³.

Regra geral, a maioria dos professores presentes era da ilha do Faial e os restantes da ilha do Pico. No caso dos professores que não compareciam ou invocavam razões de saúde ou justificavam-se que as Câmaras não lhes haviam concedido, de acordo com o art. 248.º, os meios necessários de transporte e residência. Esta situação permite-nos concluir que a falta de dinheiro das autarquias para financiarem as estadias dos seus professores servia de justificação de faltas, o que entendemos como uma forma de contornar as multas previstas no art. 243.º²⁵⁴.

Em atenção à documentação compulsada, só em 1885 é que encontrámos referências aos doze professores que trabalhavam nas duas ilhas do grupo ocidental (dez nas Flores e dois no Corvo). No entanto, nenhum compareceu, havendo apenas três (dois do concelho de Santa Cruz e um das Lajes das Flores²⁵⁵) que justificaram a sua ausência. Em nosso entender, a ausência dos professores daquelas duas ilhas teria como justificação uma dupla precariedade: o cofre municipal e os transportes inter-ilhas, resultantes do afastamento geográfico das ilhas entre si.

Mas esta situação não se colocava apenas em relação aos professores das Flores e do Corvo. O mesmo se passava com muitos professores da vizinha ilha do Pico, como se confirmava na ata da 2.ª sessão do ano de 1883. Pela sua leitura, notamos que as dificuldades dos caminhos, a falta de meios de transportes e a irregularidade dos correios, que fazia chegar tardiamente as convocatórias e outras informações enviadas aos professores da sede do círculo escolar da Horta, eram as razões invocadas para justificar a sua ausência²⁵⁶.

²⁵³ *Ibid.* Sobre o assunto, veja-se BPARJJG, Crescência Amélia de Escobar [professora da escola feminina da freguesia dos Cedros], *Carta de 8 de outubro de 1883, enviada ao subinspetor do Círculo Escolar da Horta*. A carta anexou a “Solução dos quesitos do programa da conferência pedagógica para 1883”.

²⁵⁴ No referido artigo escrevia-se: “Cada professor e professora que assistir às sessões da conferência, recebe uma gratificação fixada e paga pela Câmara Municipal em atenção à distância que residia do local da reunião e a outras quaisquer circunstâncias que devam ser tomadas em consideração”, “Parte Oficial [Regulamento para execução das Leis de 2 de maio de 1878 e 11 de junho de 1880]”, *O Faialense*, 1881, dezembro 11 (19), p.2.

²⁵⁵ BPARJJG *Círculo Escolar da Horta* (n.º 2), “Nota dos Professores oficiais que compareceram às Conferências Pedagógicas e dos que justificaram a não comparência no ano de 1885-1886” [d.a.].

²⁵⁶ BPARJJG, *Círculo Escolar da Horta*, Conferências Pedagógicas: “Ata da 2.ª sessão das Conferências Pedagógicas do círculo escolar da Horta no ano de 1883”, fnn. Apêndice – Capítulo III, Mapa n.º 1.

Todavia, ainda referente às conferências de 1883, encontrámos uma carta do professor da Prainha do Norte, ilha do Pico, em que informava o subinspetor escolar que não poderia estar presente por motivos de saúde²⁵⁷ e dois atestados passados pelos doutores António Emílio Severino de Avelar²⁵⁸ e Manuel Francisco de Medeiros²⁵⁹ em que “atestavam” que os professores, respetivamente, das escolas feminina e masculina da freguesia da Conceição, por motivos de saúde não podiam estar presentes.

No círculo escolar da Horta, a primeira edição das Conferências Pedagógicas realizou-se entre 16 e 20 de outubro de 1882, no Salão Nobre dos Paços do Concelho²⁶⁰. As conferências realizaram-se de forma ininterrupta até 1887, apesar de se ter elaborado o programa para o ano de 1888²⁶¹, na sessão de 10 de outubro de 1887, pela comissão constituída pelos professores Clara Carolina Soares, António Maria Peixoto de Melo, António Duarte da Rosa e João Ernesto Dias²⁶². Isto significou, em nosso entender, mais do que a falta de financiamento, que os professores não foram capazes de mostrar ao poder que, mesmo sem os necessários apoios, seriam capazes de as continuar em torno de um duplo objetivo: o reforço dos seus conhecimentos e a procura de soluções para os diversos problemas com que se debatiam.

Esta situação não se ficou apenas pelo círculo escolar da Horta. De acordo com Aires Diniz, o mesmo se passou em Coimbra, Covilhã e Aveiro. Se a razão residia na falta de financiamento, certamente que se alastrou a todo o País²⁶³.

A este propósito, verificamos que na sessão de encerramento das conferências referentes ao ano de 1885, presididas pelo subinspetor Álvaro da Fonseca Peres, os

²⁵⁷ BPARJJG, João Pereira Machado, *Carta, de 7 de outubro de 1883, ao subinspetor do círculo escolar da Horta*.

²⁵⁸ BPARJJG, António Emílio Severino de Avelar, *Atestado, de 10 de outubro de 1883, passado a Emília Silveira da Rosa*: “Doença: Abcesso entre os dedos do pé direito, [...], que a impossibilita de andar”.

²⁵⁹ BPARJJG, Manuel Francisco de Medeiros, *Atestado, de 9 de outubro de 1883, passado a António Pereira de Lacerda*. “Doença: Reumatismo que ultimamente se tem exacerbado, não podendo sem grave risco para a sua saúde sair de casa”.

²⁶⁰ De acordo com a legislação, as conferências deviam ter lugar na escola mais espaçosa e apropriada que houvesse na sede do círculo escolar. Ao realizarem-se nos Paços de Concelho, concluímos que localmente não havia casa apropriada para esse fim e que a Câmara da Horta dava cumprimento ao ponto único do art. 246.º do “Regulamento”, que assim o estipulava: “Não havendo casa escolar nas devidas condições, a Câmara Municipal destinará para esse fim uma das salas do edifício municipal, ou qualquer outra que julgar mais conveniente”, “Parte Oficial” [Regulamento para a execução das Leis de 2 de maio de 1878, de 11 de junho de 1880 e de 28 de julho de 1881], *O Faialense*, 1881, dezembro 11 (19), p.2.

²⁶¹ BPARJJG, *Círculo Escolar da Horta* (n.º 2), Conferências Pedagógicas. Programa de 1888, aprovado na sessão de 10 de outubro de 1887. Apêndice – Capítulo III, Quadro VII.

²⁶² Veja-se *Ibid.*; BPARJJG, *Círculo Escolar da Horta*, Livro das Sessões das Conferências Pedagógicas. Atas de 1885-1887 do Círculo Escolar da Horta; BPARJJG, *Círculo Escolar da Horta*, Conferências Pedagógicas. Correspondência.

²⁶³ Cf. Aires Antunes Diniz, *Conferências Pedagógicas de Aveiro*, in www.prof2000.pt/users/avcultura/airesdiniz/conferenciaspedaveiro.htm (consultado em 01-03-2013).

presentes, por proposta de José Maria da Rosa, deliberaram que os professores do círculo escolar da Horta passariam a reunir-se mensalmente em conferências particulares, para entre si estudarem o melhor método de ensino. Todavia, não encontrámos quaisquer referências sobre o assunto, o que nos leva a concluir que não passou da intenção, apesar da de se corroborar a ideia, considerando-a muito digna.

Numa análise à imprensa faialense que se debruçou sobre esta proposta, conclui-se que se tinha fé que os resultados do ensino seriam tanto mais vantajosos quanto maiores fossem as habilitações do professorado e que as conferências seriam mais úteis se não tivessem carácter oficial. Isto é, os professores sem quaisquer constrangimentos fariam das suas necessidades e dos seus incómodos, fugindo assim ao figurino das conferências pedagógicas cujo programa obedecia a “um certo preceito e a uma certa ordem de trabalhos, para que o professorado em geral não está habilitado e instruído”²⁶⁴. Por isso, não se tinham quaisquer dúvidas que nestas “reuniões em família”, autêntica escola de ensino normal, o professor se habilitaria cada vez mais para o cabal desempenho da sua tarefa, “vindo por este modo a merecer o conceito que esta respeitável classe do funcionalismo público deve ter no meio da sociedade”²⁶⁵.

Passados alguns anos, em 1894, o professorado faialense voltaria novamente a reunir-se, depois de “bastante paralisado”²⁶⁶. O objetivo era eleger uma comissão a fim de tratar dos seus interesses, cuja intenção seria apresentar ao Governo uma representação. Mas a ideia ficou-se por aqui.

Esta movimentação não passaria despercebida à imprensa faialense. Da sua leitura, destacamos que se considerava uma “pena” o fim das conferências, o que certamente iria inibir o professor ao estudo e ao trabalho autónomos, entendidos como a condição essencial para que ele fosse verdadeiramente profícuo. Por outro lado, defendia-se a aproximação dos professores, entendendo-se que todos ganhavam, isto é, velhos e novos teriam a lucrar, pondo em comum “uns a sua maior instrução, e outros a sua experiência”²⁶⁷. Por fim, defendia-se sem qualquer constrangimento que todo o professor que não cumprisse com as suas obrigações devia ser castigado ou até suspenso, mas que

²⁶⁴ “Noticiário”, *O Faialense*, 1885, novembro 8 (15), p.3.

²⁶⁵ *Ibid.*

²⁶⁶ “Causas da Instrução Popular”, *O Telégrafo*, 1894, janeiro 8 (105), p.1.

²⁶⁷ *Ibid.*

isso nunca constituísse motivo para o encerramento de uma escola, porque seria “vendar os olhos ao povo e conservá-lo na ignorância”²⁶⁸.

Qual, então, o papel desempenhado pelas conferências pedagógicas realizadas na década de 1880 no círculo escolar da Horta?

As primeiras conferências, como já foi referido, iniciaram-se a 16 de outubro de 1882, dia de aniversário da Rainha D. Maria Pia de Sabóia. A cerimónia de abertura, presidida pelo subinspetor do círculo escolar da Horta²⁶⁹, António Guilherme de Saldanha e Albuquerque, aconteceu pelas 19h, sendo o Salão dos Paços do Concelho o palco das operações, num ato que seria abrilhantado pela filarmónica dos *Artistas*.

Abriu as conferências, o dito subinspetor que “recitou”, na expressão do jornal *A Escola*, um discurso adequado ao ato²⁷⁰. Seguiram-se a professora da escola elementar da freguesia da Matriz, Ana Mendonça Ferreira, o vice-presidente da Câmara Municipal da Horta, Luís Teles de Barcelos, que além de ter pronunciado um “discurso brilhante sobre o valor da instrução” propôs que se consignasse em ata um voto de sentimento pelo “passamento do nobre ministro e secretário de estado honorário, conselheiro António Rodrigues Sampaio” e que se enviasse uma mensagem de cumprimentos ao ministro do Reino e ao diretor-geral de Instrução Pública, que seriam aprovados. Terminou este período de discursos, o professor José Maria da Rosa, que começaria por propor que se enviasse uma mensagem a José Luciano de Castro, por ter promovido a Carta de Lei de 11

²⁶⁸ *Ibid.*

²⁶⁹ Às conferências presidia o subinspetor do círculo escolar, que era coadjuvado por dois secretários (art. 238.º). Na sua condição de presidente, incumbia-lhe dirigir os trabalhos, enquanto os secretários deveriam redigir as atas das sessões e tudo o mais que às conferências dissesse respeito (art. 241.º). Para a análise e parecer de cada um dos quesitos do programa eram eleitas comissões compostas por três membros, que, entre si, escolhiam o presidente, o secretário e o relator (§ único do art. 249.º). As conferências teriam uma duração nunca inferior a cinco ou superior a oito dias úteis (art. 247.º), com sessões diárias de três a seis horas (§ único do art. 250.º), cf. Parte Oficial [Regulamento para execução das Leis de 2 de maio de 1878 e 11 de junho de 1880], *O Faialense*, 1881, dezembro 11 (19), p.2.

²⁷⁰ “Horta - Conferências [Discurso do subinspetor escolar do círculo da Horta]”, *A Escola*, 1882, novembro 12 (3), pp.1-3. Sete dias, após o termo das primeiras conferências pedagógicas, seria criado na cidade da Horta o hebdomadário dedicado à instrução primária *A Escola*. Apesar de só terem saídos quatro números (de 27 de outubro a 19 de novembro de 1882, constituídos por quatro páginas. Cada número avulso custava 30 réis. Impresso na tipografia do jornal *A Regeneração*, sita à na rua D. Pedro IV, n.º 9. Não conseguimos descortinar os seus fundadores.), verificamos que são quatro páginas de extraordinária riqueza informativa para a história do ensino primário na ilha do Faial. Os seus fundadores entendiam que a sua publicação era, em primeiro, lugar dedicada aos interesses da instrução primária, “por entendermos que é indispensável haver quem zeles os sacrifícios do povo na sustentação das escolas”. Depois de se discorrer sobre a importância da instrução pública como um poderoso meio de civilização, defendia-se a necessidade de dotar cada freguesia com uma escola aberta a todos e que a todos se proporcionasse o desenvolvimento da inteligência e a atração “para os elementos da verdade e da justiça”. Mas para que a escola fosse útil, a redação não tinha dúvidas que seria indispensável dotá-las de “indispensáveis mestres”, dotados de conhecimentos, mas que os soubessem transmitir. A terminar, realçamos ainda, que os seus fundadores afirmavam contar com o apoio do subinspetor escolar.

de junho de 1880. De seguida, usando a terminologia da época, pronunciou “um discurso primoroso” em que defendeu os interesses dos professores.

Numa análise ao discurso do subinspetor, verificamos que começou por se congratular por ver reunido, pela primeira vez, em congresso os membros do “magistério primário do distrito”. Mas a sua satisfação ia mais longe, porque para lá dos professores primários de ambos os sexos presentes, salientava que estava cercado de “membros, distintíssimos do magistério secundário”, da magistratura administrativa, da imprensa, das sociedades literárias, enfim por todos aqueles “que trabalham na grande obra da moralização da sociedade atual”²⁷¹.

De seguida, debruçou-se sobre os fins das conferências. De acordo com as suas palavras, notamos que o subinspetor acreditava que as conferências mais do que um fórum de debate dos problemas do professorado deviam promover a melhoria das competências didáticas e pedagógicas dos professores para que tivessem à altura da sua missão. Por isso, pedia aos presentes que não se ficassem por discursos “onde se realcem as flores da retórica e a beleza das imagens”²⁷².

Depois de afirmar para que serviam as conferências (aproximar e pôr os professores do mesmo círculo escolar em contacto uns com os outros, através da discussão de assuntos comuns), questionava o auditório: Qual era o maior perigo, o maior inimigo do professor primário [no círculo escolar da Horta]? Qual a sua prova? Em seu entender, o maior inimigo do professor primário era o “isolamento!”, um como que exílio forçado, realidade incontornável dada a geografia do distrito e às dificuldades de transporte existentes entre ilhas e até dentro de uma mesma ilha (más estradas).

²⁷¹ “Horta - Conferências [Discurso do subinspetor escolar do círculo da Horta]”, *A Escola*, 1882, novembro 12 (3), pp.1-3. De acordo com a reportagem dos jornais *A Luta* e *A Escola*, verificamos que nesta cerimónia estiveram presentes os representantes do *Grémio Literário Artista Faialense* e da *Sociedade Amor da Pátria*, dos jornais *O Faialense*, *O Atlântico* e *A União*, da Câmara da Horta e da Junta Escolar, de 25 professores, 11 do sexo feminino e 14 do masculino, das ilhas do Faial e do Pico e de alguns “cavalheiros” que para o efeito tinham obtido bilhetes de admissão. Ao mesmo tempo, lamentava-se a ausência do governador civil. Segundo *A Luta*, que citava *A União*, “só não tivemos o gosto de ver a alta individualidade do governador civil, homem pacato sim, mas sempre atarefado com a solução de intrincadíssimos problemas da alta política; por isso, ou porque, como disse o colega d’ ‘A União’ o chefe do distrito [Terra Pinheiro] não morre de amores pelas letras, o certo é que S. Exa. honrou a sessão com a sua apreciável ausência”, “Edital” e “Aviso”, *A Luta*, 1882, outubro 13 (43), pp.2-3. Sobre o assunto, concluimos, pela leitura de um ofício, que o governador seria convidado a estar presente na sessão de abertura pelo subinspetor escolar: “Cumpr-me ter a honra de comunicar a V. Exa. que as sessões das conferências pedagógicas de professores deste distrito, na conformidade dos artigos 236 e 254 do Regulamento de 28 de julho de 1881, devem ser inauguradas no dia 16 do corrente mês de outubro, pelas 11h da manhã, na Sala dos Paços do Concelho da cidade da Horta”, BPARJJG, *Círculo Escolar da Horta*, “Ofício, n.º 113, 3 de outubro de 1882, do subinspetor escolar ao governador do distrito da Horta”.

²⁷² Cf. “Horta - Conferências”, *A Escola*, 1882, novembro 12 (3), pp.1-3.

Dentro desta interpretação, e de acordo com as suas palavras, qualquer professor (a) lançado [a] “numa pequena aldeia, só”, depressa lamentaria a opção tomada de ser professor. Deste modo, o trabalho solitário inibia-lhe as iniciativas, por não poder dar a “conhecer as suas observações, os seus estudos, os seus resultados”²⁷³.

Por isso, parte desta constatação para realçar a missão do inspetor, que intitula “do amigo e vigilante do professor”²⁷⁴:

“Pôr os professores de um concelho, de um círculo escolar, de um distrito em condições de receberem simultaneamente do seu chefe instruções comuns, acomodados às condições locais, fortificados os conhecimentos próprios de sua profissão, discutindo os assuntos em comum, comunicando entre si as ideias e o fruto dos seus estudos e da sua experiência”²⁷⁵.

Ao mesmo tempo que devia empenhar-se na criação de bibliotecas, de gabinetes de leitura, de museus escolares e de escolas normais para habilitar os professores e realizar inspeções periódicas às suas atividades.

Concluindo o seu raciocínio, se era verdade que a instrução pública exercia uma grande influência sobre os povos, se era a base essencial da vida política das nações (o elemento preponderante da vitalidade das nações mais avançadas²⁷⁶), entendia então que só os professores verdadeiramente educados podiam satisfazer as necessidades públicas. Face a esta situação, apelava a todos os amigos da Pátria que havia chegada hora de se reunirem, lutando para que a instrução fosse colocada fora das diatribes das lutas inglórias da política partidária, a bem da “ilustração” do povo e para “glória” do País. Isto é, Portugal se quisesse “figurar a par dos países mais avançados”²⁷⁷ tinha que ganhar a “aposta” da instrução, porque esta comparação com os países ditos “desenvolvidos” fora uma referência constante da nossa história “sempre em função de uma medida e de uma relação ao *outro* que se quer imitar ou superar”²⁷⁸.

²⁷³ *Ibid.*

²⁷⁴ *Ibid.*

²⁷⁵ *Ibid.*

²⁷⁶ O subinspetor afirmava a este respeito se Portugal quisesse figurar ao nível da instrução pública a par dos países mais avançados teria que criar escolas nas freguesias que ainda não tinham sido dotadas de tal melhoramento; habilitar os professores nas escolas normais; realizar com frequência conferências pedagógicas; criar bibliotecas; tornar o ensino obrigatório; uniformizar os métodos de ensino. Embora não refira, mas certamente não deixaria de pensar na necessidade de dotar as freguesias com casa de escola e de habitação do professores adequadas e respetivo material e melhorar a condição salarial dos professores, cf. “Horta-Conferências”, *A Escola*, 1882, novembro 12 (3), pp.1-3; novembro 19 (4), pp.1-2.

²⁷⁷ Veja-se “Parte Oficial”, *O Faialense*, 1881, dezembro 18 (20), p.1.

²⁷⁸ António Nóvoa, *Evidentemente* [...], já cit., p.37.

Das conclusões transcritas das atas²⁷⁹ das diferentes conferências, ficamos a saber não só os assuntos que foram tratados como quais as recomendações sugeridas pelas comissões encarregadas dos diferentes quesitos dos programas.

Assim, os conferencistas estavam de acordo que:

- o ensino teórico e abstrato devia aliar-se ao ensino prático²⁸⁰;
- o professor era o primeiro sustentáculo e o garante da disciplina escolar, tanto pelo seu carácter como pelas suas atitudes;
- o pároco e o professor, sendo em cada freguesia, os dois principais instrumentos de toda a cultura intelectual e moral, deviam estabelecer entre si relações de harmonia no que dizia respeito à educação moral e religiosa da infância. Assim, os deveres do professor seriam entender-se com o pároco em matéria de adoção de compêndios de doutrina, abster-se completamente de fazer propaganda política ou manifestar publicamente quaisquer paixões partidárias, de se envolver de forma direta ou indireta na gestão das confrarias e irmandades existentes e de censurar os atos do pároco independentemente da sua natureza e, finalmente, devia comparecer à missa e solenidades religiosas e sempre que possível acompanhado dos seus alunos, “ensinando-lhes a respeitar e estimar o seu pároco para que este encaminh[asse], por seu turno, a povoação a respeitar o professor”²⁸¹;
- a organização pedagógica das escolas devia ser dividida em quatro classes, evitando assim a sua acumulação num só grupo;

²⁷⁹ As atas lavradas e demais trabalhos deveriam ficar arquivados na biblioteca escolar da sede do círculo, ou na Câmara da Horta quando aquela não existisse (§ 1.º do art. 254.º). Em 1883, ficamos a conhecer, através da ata da última sessão dos trabalhos (dia 19 de outubro), que não existia na Horta uma biblioteca na sede do Círculo Escolar. Por isso, o presidente “consultava a conferência” para saber qual o melhor local para arquivar os trabalhos, se na Câmara da Horta ou se na biblioteca da escola masculina da freguesia da Matriz. Na sequência da proposta dos professores dos Flamengos e da Matriz, seria decidido, por unanimidade, que os mesmos deviam ser arquivados na escola da Matriz, de forma a tornar mais fácil o acesso aos professores do distrito. Por sua vez, o subinspetor teria que remeter ao inspetor da sua circunscrição um relatório geral bem como todos os trabalhos realizados até 30 dias depois do encerramento das conferências (§ 2.º do art. 254.º).

²⁸⁰ Na primeira classe os professores deviam insistir nos exercícios de redação (ditados de ortografia etimológica) e composição oral; na 2.ª classe: escrita ditada de requerimentos, atas, etc.; explicação oral do sentido das lições de leitura e exercícios de análise gramatical; na 3.ª classe: análise e explicação oral da lição de leitura e exercícios ditados de ortografia com auxílio do quadro negro; na 4.ª classe: correção de pronúncia nas lições de leitura. No caso do ensino da História e da Geografia, o método devia ser exclusivamente prático, empregando-se simultaneamente processos mnemónicos e intuitivos.

²⁸¹ Veja-se BPARJJG, *Círculo Escolar da Horta*, Conferências Pedagógicas: “Ata da 6.ª e última sessão da conferência pedagógica do círculo da Horta no ano de 1883”, fnn.; BPARJJG, *Círculo Escolar da Horta*, Sessões das Conferências Pedagógicas. Atas de 1883-1887 do Círculo Escolar da Horta.

- a escrituração escolar devia ser elaborada de forma regular e metódica, de maneira a permitir com rigor o conhecimento estatístico da frequência e do aproveitamento dos alunos²⁸²;

- o absentismo escolar sendo uma das causas que impedia a regularidade da frequência escolar. Por isso, seria necessário não só encontrar as razões como ajuizar do papel do professor no sentido de debelar aquele mal²⁸³.

2. O Ensino Liceal

“[Quem visitar] o Liceu da Horta [edifício situado no Largo do Bispo] cai-lhe o coração aos pés ante tamanha lástima, e sem mais um ato de pergunta desanda às de vila Diogo, deixando lá o coração entristecido, com nojo, talvez, de o levantar! Ao transpor os umbrais daquele edifício (melhor para convento do que para casa de estudo), o aspeto daquele chão emporcalhado, daquelas paredes enegrecidas, daquelas portas escangalhadas, aqueles corredores estreitos e escuros, um cheiro especial a terra e de atmosfera morta, acorda-nos logo a ideia de uma preciosidade arqueológica exumada há pouco de alguma escavação e não restaurada ainda. É único! No género de Liceu, efetivamente, é uma raridade. Até chamar Liceu àquilo... só por troça. Dão-se também o grande luxo de apregoar de gabinete de Física uma aula, onde parece que existem três ou quatro aparelhos, que se supõe terem sido bons no seu tempo. É que hoje, se os tirasse, de lá, fariam uma falta do diabo às moscas. Enfim... O Governo se quisesse podia muito bem melhorar aquilo. [...]. Porque quem visitasse o Liceu certamente sairia com a viva impressão de que tinha visto uma espelunca”²⁸⁴.

Os liceus em Portugal foram criados no ano de 1836, pelo decreto de 17 de novembro, todavia a sua instalação foi-se processando de forma lenta e só por meados do século é que os liceus se apresentavam instalados e organizados, o que nos permite concluir que a história dos liceus em Portugal foi marcada por certas afinidades em volta de problemas comuns.

O Liceu da Horta não fugiu àquele figurino, porque, tal como a maioria dos outros, confrontou-se certas realidades – sem casa, sem professores –, o que certamente explicou a sua organização e abertura apenas na década de 1850, o que significa que também não deixou de se confrontar com problemas e desafios alguns dos quais vinham desde a sua abertura, e outros que se perpetuam para lá de 1926, o que não o impediu de levar a cabo um conjunto de realizações marcantes.

A sua história remete-nos, por um lado, para “os tempos” do liceu, numa cidade que, à semelhança das outras capitais de distrito, de acordo com o legislador viria a ser

²⁸² Devia ser constituída por cinco livros: *Inventário da Mobília e Utensílios*, a rubricar pelo presidente da Junta de Paróquia; *Matriculas*; *Frequência Escolar*; *Notas Semanais acerca do comportamento e aproveitamento dos alunos*; e *Registo da Correspondência Oficial e nota das visitas feitas à escola por qualquer autoridade*.

²⁸³ BPARJJG, *Círculo Escola da Horta*, Conferências Pedagógicas, 1886, Quesito n.º 3, fnn.

²⁸⁴ Bois l'Eau, “O Liceu da Horta”, *O Telégrafo*, 1894, julho 10 (247), p.1.

contemplada com um Liceu, e que, por tal privilégio institucional, acolheria no seu regaço, em pensões e casas de família ou de acolhimento, tantas gerações de jovens (em particular) do Corvo, do Pico, do Faial, das Flores, da Graciosa, de São Jorge e para o papel que teve na definição de grande parte da vida sociocultural faialense, através de atividades várias dinamizadas por professores, alguns de “grande envergadura intelectual”, e por alunos.

Por isso, esta realidade em cidades como a Horta, como nos chama atenção António Nóvoa, permite-nos identificar a existência de “dois liceus”:

“Liceu de dentro, composto por planos de estudo, por aulas, por edifícios, por reitores, por professores, por alunos, por funcionários; e o liceu de fora formado por práticas de socialização juvenil, por casas de acolhimento, por redes locais, por práticas culturais. O liceu constitui um elemento central no dia-a-dia das cidades, em particular das mais periféricas. Por isso, a história interna do liceu só ganha sentido à luz da sua história externa (e vice-versa)”²⁸⁵.

Em suma, a história do Liceu da Horta é, indelevelmente, um capítulo não só da história da sua cidade, mas também das ilhas do ex-distrito da Horta, Pico, Flores e Corvo e de outras do arquipélago e de tantas localidades que viram os seus filhos, por um motivo ou outro, estudarem no liceu faialense, o que significa que a sua influência educativa assume um certo sentido “universalista”, estando para lá dos limites da cidade, capital de distrito, e da própria ilha.

Da legislação (reformas ou outros diplomas) que foi saindo em torno dos liceus, referente ao período em estudo, registamos o impacto que localmente tiveram na luta contra aquilo que ficou conhecido como “em desfavor do liceu”: a sempre adiada elevação de categoria do liceu a central; a atribulada transferência das instalações do liceu, em finais de 1889, e a tentativa de extinção (1926-1928).

2.1. A elevação de categoria do Liceu da Horta

“Partem no próximo *Carvalho Araújo* para Angra, onde vão frequentar o curso complementar os briosos académicos: Frederico de Menezes Avelino Machado, Henrique Goulart de Ávila e Gabriel Azevedo de Serpa Bulcão”. Acrescentava-se ainda o nome de mais sete alunos que iam estudar para o Liceu de Ponta Delgada. Por isso, o articulista terminava assim: “São 10 alunos distintos que a terras estranhas vão buscar aquilo que falta na nossa... Que lástima!...”²⁸⁶

Esta aspiração dos habitantes do distrito da Horta, que podemos considerar uma solução que se arrastou numa surpreendente duração no tempo, em ter um curso liceal completo, depois de uma luta incessante, só se viria a concretizar em 1957, pelo decreto-lei

²⁸⁵ António Nóvoa, “Prefácio”, in Carlos Lobão, *Liceu da Horta* [...], já cit., p.IX.

²⁸⁶ *Mocidade Académica*, 1933, setembro 15 (42), p.1.

n.º 41 280, de 20 de setembro²⁸⁷. Assim, o Liceu da Horta acedia ao estatuto de “liceu central”, com a criação do 3.º ciclo, ficando equiparado aos outros dois liceus açorianos.

Mas esta velha pretensão remontava ao decreto de 31 de março 1873, que mantinha a classificação de 1860²⁸⁸, mas introduzia um plano de estudos diferenciado, de quatro (liceus de 2.ª classe) e seis anos (liceus de 1.ª classe), situação que se viria a acentuar a partir das reformas de 1880²⁸⁹ e de 1894 (decreto de 22 de dezembro²⁹⁰) e com a elevação a centrais dos liceus de Ponta Delgada (1901) e Angra do Heroísmo (1916), o que gerava desigualdade entre os distritos açorianos, ao mesmo tempo que seria uma reclamação da elite local interessada na equidade no acesso ao ensino superior²⁹¹.

Deste modo, verificamos que a partir da década de 1880, com o objetivo de evitar a onerosidade decorrente da deslocação dos filhos para outros liceus onde completariam o curso liceal, defendia-se a descentralização do ensino, através da criação de liceus com a mesma categoria nas três capitais de distrito dos Açores, combatendo-se, assim, a desigualdade na sua distribuição. Por isso, o desejo de elevação de categoria do liceu faialense tornar-se-ia inseparável das reivindicações e pressões locais, encabeçadas geralmente pela Câmara da Horta e Junta Geral, com o apoio da imprensa local, que mais uma vez se apresentava como o principal “veículo de divulgação das reivindicações locais, constituindo uma importantíssima força de pressão sobre as autoridades (locais e centrais)”²⁹² e de mobilização da comunidade a que se associavam os sucessivos jornais académicos.

Essa cruzada seria iniciada, em 1882, pelos próprios alunos que, perante a manutenção de um curso incompleto, decorrente do decreto de 14 de junho de 1880²⁹³, decidiram enviar ao Governo de sua majestade o que consideravam uma súplica, cujas razões tinham a ver com a equidade na distribuição do ensino (os alunos ficavam privados dos conhecimentos das disciplinas essenciais para os diversos usos da vida); a pobreza das

²⁸⁷ Cf. Carlos Lobão, *Liceu da Horta* [...], já cit., p.11.

²⁸⁸ Pelo decreto de 10 de abril de 1860, de Fontes Pereira de Melo, assistimos à primeira tentativa para se estabelecer uma classificação diferenciada para os liceus, que passariam a ser divididos em duas classes. Eram de primeira classe os de Lisboa, Porto, Coimbra, Braga e Évora; de segunda, os restantes, entre eles, o da Horta.

²⁸⁹ Pelo decreto de 14 de junho de 1880, os liceus foram classificados em centrais ou nacionais centrais (Lisboa, Porto e Coimbra sedes de cada uma das três circunscrições académicas então criadas) e em nacionais (os que se localizam nas capitais de distrito e em Lamego), cf. PORTUGAL, *Diário do Governo*, 1880, junho 21 (138).

²⁹⁰ PORTUGAL, *Diário do Governo*, 1894, dezembro 24 (292).

²⁹¹ Carlos Cordeiro, *Insularidade* [...], já cit., p.72.

²⁹² António Nóvoa & Ana Teresa Santa-Clara [coord.], *Os Liceus de Portugal – História, Arquivos, Memórias*, Porto, Edições Asa, 2003.

²⁹³ PORTUGAL, *Diário do Governo*, 1880, junho 21 (138).

famílias (a maioria da “mocidade hortense”, por falta de meios, não pode ir “tomar estudos” nos liceus centrais, bem como os alunos das restantes ilhas do distrito que já com grandes sacrifícios vinham à Horta cursar, cuja falta de meios não lhes permitia ir mais além); a geografia do distrito (o mais extenso, o mais distante da metrópole e o mais pobre); a frequência de alunos considerada a maior dos três liceus açorianos (?). Face a estas razões, os suplicantes “mui respeitosamente rogam a V. Majestade a graça de elevar este Liceu a primeira classe, a fim de poderem os hortenses receber a instrução complementar, que a todos é hoje extremamente necessária”²⁹⁴.

Ainda no mesmo ano, tanto a Câmara da Horta como o Conselho Escolar do Liceu debateram o assunto. Em ambos os casos, verificamos que afinavam pelo mesmo diapasão.

Assim, a edilidade, presidida por João José da Graça, na sua reunião extraordinária de 15 de abril, aprovou que se enviasse à Câmara dos Deputados uma representação, cujo teor era em tudo semelhante à dos alunos. Mais uma vez lamentava-se que no projeto da reforma da instrução secundária que se achava pendente na mesma Câmara, e que previa a elevação a liceus de 1.^a classe os outros dois liceus açorianos, “com única isolada preterição do liceu nacional desta cidade”²⁹⁵. Acentuava-se também o papel da geografia do distrito, adiantando-se que nenhum dos outros dois distritos apresentava “uma atividade intelectual, em associações e movimento literário como tem inquestionavelmente” o da Horta²⁹⁶. Curiosamente, notamos que este desejo de elevação do Liceu não devia ser feito à custa de qualquer outro distrito, isto é, a pretensão dos vereadores faialenses era que se obtivesse a equidade na distribuição do ensino secundário (descentralização do ensino), não se pedindo, por isso, a exclusão desse benefício a nenhum dos outros dois liceus (solidariedade institucional e insular), embora houvesse quem defendesse, mas sem justificar, que “é de imperioso dever que o distrito da Horta seja preferido para sede do liceu central”²⁹⁷.

Finalmente, pela leitura da representação, nota-se que os seus redatores não deixariam de introduzir o texto com a expressão a “câmara municipal desta muito leal cidade da Horta”, talvez no intuito de relembrar aos “senhores deputados da nação” o papel desempenhado pelos faialenses à causa liberal. Mas aqueles não foram sensíveis.

²⁹⁴ *O Grémio Literário*, 1883, fevereiro 15 (63), p.313.

²⁹⁵ Veja-se BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livro de Vereações, 1879-1882 (41), fls.264v.-266: “Ata da sessão extraordinária de 15 de abril de 1882”; “Câmara Municipal da Horta”, *O Faialense*, 1882, maio 7 (40), p.1

²⁹⁶ *Ibid.* Veja-se *O Faialense*, 1882, maio 7 (40), p.1.

²⁹⁷ *O Faialense*, 1894, dezembro 2 (47), p.1.

Por seu turno, o Conselho Escolar, na sua reunião de 20 de novembro, aprovou que se se dirigisse também ao Governo de sua Majestade uma representação com idêntica finalidade²⁹⁸.

Todavia, as reformas seguintes (1886, 1894²⁹⁹ e 1895³⁰⁰) não trouxeram nada de novo, porque a partir de novembro de 1901, inferimos pela leitura da imprensa faialense que o assunto depois de “adormecido” alguns anos, voltaria novamente a figurar nas primeiras páginas do diário *O Telégrafo* e do semanário *O Faialense*³⁰¹.

Em nosso entender, esta nova “cruzada” resultaria, certamente, do pedido feito pelo reitor do Liceu, José Maria da Rosa, em nome das “mães pobres” dos Açores, à rainha D. Amélia, por ocasião da visita régia à ilha Faial em junho daquele ano, tendo esta prometido dispensar o auxílio necessário para a resolução do problema.

O reitor na abertura do ano escolar, em 1 de outubro, voltou a focar o assunto pela sua relevância para a ilha e para todos os habitantes do distrito, apelando às entidades e às pessoas de valor que se unissem para que o distrito conseguisse tão importante melhoramento³⁰² certamente animado pela posição da Rainha.

²⁹⁸ Veja-se AESMA, *Liceu Nacional da Horta*, Livro de Registo da Correspondência Oficial Expedida, 1881-1895, fl.30; AESMA, *Liceu Nacional da Horta*, Livro de Atas do Conselho do Escolar, 1882-1896, fl.3: “Ata de 20 de novembro de 1882”. Pela leitura de um artigo publicado no semanário da Angra do Heroísmo, *O Imparcial*, verificamos que, em 1884, o par do reino, Francisco Costa, havia apresentado na Câmara dos Pares uma representação da Junta Geral de Angra para que fosse criado no liceu angrense o mesmo número de cadeiras que existiam nos liceus de Lisboa, Porto e Coimbra. O articulista, talvez para que aquela representação tivesse maior expressão, argumentava que as juntas gerais de Ponta Delgada e Horta atuassem no mesmo sentido. Todavia, adiantava “os governos não estão no costume de atender às representações das juntas gerais”. Por outro lado, não deixaria de criticar o antigo deputado pelo círculo da Horta [não refere qual], que se havia oposto a tal intenção, por considerá-la absurda, porque mesmo que não fosse atribuído à Horta um curso completo, os alunos do distrito ao virem a Angra evitariam maiores incómodos e maiores despesas do que se tivessem que prosseguir estudos nos liceus centrais de Lisboa e Porto, cf. “Liceus dos Açores”, *O Imparcial*, 1884, fevereiro 16 (16), p.1; F. de S., “A instrução secundária nas ilhas dos Açores e Madeira”, *Ibid.*, 1884, novembro 11 (853), p.2; “Angra do Heroísmo”, *Ibid.*, 1885, janeiro 4 (62), p.1; Leandro Ávila, *O Liceu Nacional de Angra do Heroísmo: de Nacional a Central. Percurso da instituição liceal terceirense de 1916 a 1933*, Tese de Mestrado, Texto Policopiado, Angra do Heroísmo, Universidade dos Açores, 2008.

²⁹⁹ Veja-se *O Faialense*, 1894, dezembro 2 (47), p.1; *O Açoriano*, 1895, março 8 (6), p.1; março 16 (13), p.1.

³⁰⁰ Em 1895, pelo *Regulamento Geral do Ensino Secundário*, aprovado pelo decreto de 14 de agosto, de Jaime Moniz, estabelecia-se um novo plano de estudos, agora de sete anos, dividido em dois cursos: o geral de cinco anos e o complementar de dois anos. Esta divisão correspondia à classificação dos liceus prevista no mesmo Regulamento (nacionais e centrais), cf. PORTUGAL, *Diário do Governo*, 1895, agosto 17 (183). Pela Carta de Lei de 1896, mantém-se a divisão dos liceus em nacionais e nacionais centrais (art. 1.º), cf., PORTUGAL, *Diário do Governo*, 1896, junho 5 (125), pp.1 465-1 456.

³⁰¹ “Liceu Central”, *O Faialense*, 1901, janeiro 27 (65), pp.1-2.

³⁰² Cf. AESMA, *Liceu Nacional da Horta*, Livro de Atas das Sessões do Conselho Escolar, 1900-1911, fl.21: “Ata de 1 de outubro de 1901”.

No mês seguinte, o assunto seria apresentada na sessão ordinária da Câmara da Horta, realizada no dia 7 de novembro, pelo vereador Manuel Agostinho Fernandes da Fonseca, “ilustrado professor do liceu”³⁰³. Fonseca opinava que se consultassem as outras Câmaras do distrito acerca das verbas que pudessem dispensar para a sua efetivação. A este propósito, pela leitura de uma ata de vereação da Câmara de Santa Cruz das Flores, confirmamos que a Câmara da Horta em janeiro de 1902, havia remetido um ofício a solicitar à dita ajuda para que o Liceu da Horta fosse elevado à categoria de central, à semelhança dos liceus de Ponta Delgada e do Funchal. De acordo com o teor do ofício, que vimos citando, adiantava-se que o valor da comparticipação anual seria de 220\$000 réis, que depois subiria para 420\$000 réis. Perante este cenário, a edilidade santacruzense, depois de reconhecer as vantagens “que tal categoria poderia ter para os alunos do concelho” florentino, concluía que as suas dificuldades financeiras impediam tal participação”³⁰⁴.

A proposta do vereador seria secundada pelos jornais *O Telégrafo* e *O Faialense*. No primeiro, verificamos que se apelava para que, tanto a imprensa independente como a partidária, cooperassem para “essa ordem de coisa”, porque o que interessava não era quem havia alvitado este melhoramento, mas que se conseguisse a sua concretização.

Depois, de se elogiar o procedimento da Câmara, “a qual é de carácter político por ter derivado do partido ora na situação”, não se deixaria de considerar menos relevante o procedimento do Partido Progressista local, que também prometera envidar todos os esforços junto dos poderes públicos nesse sentido³⁰⁵.

De seguida, o articulista retomava a “velha razão” que assistia a tal pretensão: “O nosso Liceu está privado [...] de poder dispensar à mocidade estudiosa a parte complementar da instrução secundária, que, só com sacrifício de muitas famílias, pode ser, fora do distrito, adquirida por nossos filhos, que se destinem a outros cursos ou que, pelo menos, desejem possuir conhecimentos mais desenvolvidos”³⁰⁶.

Mas o assunto não ficaria por aqui, dias depois seria novamente retomado pelo jornal *O Telégrafo*.

³⁰³ “Liceu Central”, *O Faialense*, 1901, novembro 17 (107), p.1.

³⁰⁴ ACMSCF, *Câmara Municipal de Santa Cruz*, Livro de Vereações, 1901-1902, fls.38-38v.

³⁰⁵ Sobre o assunto, veja-se “Programa [Partido Progressista]”, *O Faialense*, 1902, janeiro 12 (115), pp.2-3. A propósito pode ler-se: “Como melhoramento inadiável que reclama os mais sérios cuidados do patriotismo local [está a] reorganização do seu liceu fazendo-o elevar a central”.

³⁰⁶ “Liceu Central”, *O Telégrafo*, 1901, novembro 11 (2 391), p.1.

O articulista depois de se regozijar com a elevação do Liceu de Ponta Delgada a central (decreto de 29 de agosto de 1901), ao considerar que constituía um melhoramento muito útil e profícuo para aquele distrito, lamentava que o mesmo que não tivesse ocorrido com os de Angra e da Horta, que continuariam amarrados aos sacrifícios de sempre, isto é, apenas os filhos dos ricos e dos abonados de fortuna é que poderiam continuar com os seus estudos, vendo-se os pobres fatalmente privados desse recurso de ensino, “que os públicos poderes pela última reforma de instrução secundária, lhes regatearam cortando-lhes a aquisição de mais úteis e completos conhecimentos”³⁰⁷.

Perante tal situação, perguntava-se: “Que fazer perante um mal tão grave, que, inevitavelmente motiva atraso nos diversos ramos da educação?”³⁰⁸. De acordo com a leitura da documentação compulsada, inferimos que a solução passava por fazer desaparecer “esse mal” pelo qual haviam pugnado, de forma incessante, as autoridades locais, os homens de prestígio, os alunos e a reitoria do Liceu, neste caso a quem a rainha prometera dispensar auxílio neste desiderato, e a imprensa, “à qual bom quinhão cabe como órgão de opinião, em contato direto com o público”³⁰⁹. Por isso, o jornal *O Faialense*, a propósito, registava, por um lado, que a principal vantagem da elevação do Liceu a central seria minorar as despesas das famílias e consequente possibilidade de “prosseguimento da carreira”³¹⁰; por outro, o agrado que havia deixado em todos a proposta do vereador Fonseca³¹¹.

Todavia, terminava com um “oxalá se leve a efeito”, o que em nosso entender era como que uma premonição de que o assunto se iria continuar a arrastar, o que veio a acontecer. Esta situação seria confirmada na legislação subsequente (1905, 1914, 1917, 1918, 1920³¹²). Nada se refere sobre o assunto. Assim, a manutenção de um curso *incompleto* manteve-se até 1926, quando, pelo decreto-lei n.º 12 425, de 2 de outubro³¹³, que aprovava o *Estatuto da Instrução Secundária*, de Ricardo Jorge, passaram a funcionar no Liceu da Horta, de forma excecional, nos anos letivos de 1926-1927, 1927-1928 e

³⁰⁷ “Liceu Central”, *O Telégrafo*, 1901, novembro 11 (2 391), p.1; novembro 15 (2 395), p.1.

³⁰⁸ *Ibid.*

³⁰⁹ *Ibid.*

³¹⁰ Em 1902, os alunos apresentaram uma proposta ao reitor para que criasse uma *Caixa de Socorros para auxílio aos Alunos Pobres* “no curso de estudos secundários”, a partir de uma ideia apresentada por José Serpa, cf. “No Liceu”, *O Faialense*, 1902, abril 6 (127), p.1.

³¹¹ “Liceu Central”, *O Faialense*, 1901, novembro 17 (107), p.1.

³¹² Veja-se PORTUGAL, *Diário do Governo*, 1905, agosto 30 (194): “Decreto de 29 de agosto de 1905”; 1914, maio 6 (471): “Decreto n.º 471 de 6 de maio”; 1917, abril 17 (60): “Decreto n.º 3 091 de 17 de abril de 1917”; 1918, julho 14 (157, 2.º suplemento): “Decreto n.º 4 650 de 14 de julho de 1918”; setembro 12 (198): “Decreto n.º 4 799 de 8 de setembro de 1918”; 1920, junho 12 (121), “Decreto n.º 6 675 de 12 de junho de 1920”.

³¹³ Veja-se PORTUGAL, *Diário do Governo*, 1926, outubro 2 (220).

1928-1929, as classes complementares de Letras e de Ciências, o que contribui para o aumento do número de alunos (de 53 em 1926-1927 passou-se para 96 e 97, respetivamente, em 1927-1928 e 1928-1929)³¹⁴.

Em suma, esta pretensão, um autêntico caso de centro e de periferia, pela sua urgência, mobilizou as “forças vivas” da sociedade faialense em torno de um único propósito: atender a “uma necessidade geral”, proporcionando, assim, aos habitantes do distrito da Horta uma completa habilitação secundária, independentemente de quem havia tomada a iniciativa, isto é, o inconformismo das “forças vivas” faialenses significava a denúncia do desconhecimento que se tinha das realidades locais por parte das autoridades centrais. Daí que se pedia, em 1902, que todos os que haviam aplaudido a ideia de Fonseca, não “recuem um passo nesse caminho. Assim, o esperamos do seu critério e honradez de carácter. Ficamos na expectativa”³¹⁵. E com razão porque a solução que se arrastou numa surpreendente duração no tempo, como já foi referido, permite ajuizar que seria difícil de calcular as despesas, os transtornos e os incómodos que trouxe às famílias do distrito da Horta por falta de um liceu central.

2.2. A tumultuária transferência do Liceu da Horta

“Funciona de novo o Liceu Nacional da Horta, na mesma casa; no entanto a gravidade do facto subsiste, pelo que ele encerra de má orientação política e de péssimo exemplo na marcha da nossa administração”³¹⁶.

Em 1945, o Governo português adquiriu, por 3 600 libras, a então messe dos Solteiros da companhia de cabos submarinos *Eastern Telegraph Company Limited (Cable & Wireless)*, que havia arrendado em 1935, para aí funcionar o Liceu da Horta, situação que se manteve até à transferência da atual Escola Secundária Manuel de Arriaga para as novas instalações (2007). Este seria o primeiro edifício adquirido para tal fim.

Esta realidade significa que também na Horta a falta de edifício público adequado ao ensino liceal foi uma das causas responsáveis pela sua instalação tardia, à semelhança do que se passava também no resto do País³¹⁷. Perante este facto, a solução passou pelo

³¹⁴ Cf. Carlos Lobão, *Liceu da Horta* [...], já cit., p.52.

³¹⁵ “Na Brecha”, *O Faialense*, 1902, abril 13 (128), p.1.

³¹⁶ Ap. Manuel Emílio, “Arquivando”, *O Telégrafo*, 1900, janeiro 27 (1 874), p.1.

³¹⁷ Veja-se José Benarús [coord.], *O 1.º Centenário do [...]*, já cit.; Carlos Lobão, *Liceu da Horta* [...], já cit., pp.31-46; Áurea Adão, *A Criação e a Instalação dos Primeiros Liceus Portugueses – Organização Administrativa e pedagógica, 1836-1860, Contribuição Monográfica*, Oeiras, Instituto Gulbenkian, 1982; João Barroso, *Os Liceus. Organização Pedagógica e Administrativa (1836-1960)*, 2 vols., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995; António Nóvoa & Ana Teresa Santa-Clara [coord.], *Liceus de Portugal* [...], já cit.

aluguer de casas particulares, muitas vezes sem grandes condições, que não correspondiam àquilo que se previa na legislação sobre o assunto, visto que os liceus deviam funcionar em edifícios públicos bem situados, com cinco ou seis salas, com instalações para Biblioteca e Laboratórios e um jardim experimental.

O Liceu da Horta começou por funcionar, provisoriamente, por volta de 1851, no rés-do-chão do edifício do Governo Civil³¹⁸, situado no lado sul do antigo Colégio dos Jesuítas. Impropriamente instalado é transferido, em 1852, para um edifício, “adquirido por via executiva”³¹⁹, na rua da Praça Velha, freguesia da Matriz, que apesar das obras de adaptação continuava a ser muito limitado e insuficiente tanto para Liceu como para a regularidade do serviço escolar.

Desde logo, uma das preocupações manifestadas pela reitoria, professores e alunos, corporações locais e imprensa foi a falta de qualidade das instalações e de materiais para os diferentes laboratórios, porque se considerava, em 1876, que a casa onde funcionava o liceu da Horta era “a vergonha dos estudantes faialenses”³²⁰.

Aquela situação, associada ao desejo de concentrar as salas de aula e a Biblioteca num só edifício e o desejo de instalações mais amplas adequadas às exigências crescentes do ensino, levaram à sua transferência para uma casa arrendada no largo do Bispo D. Alexandre da Sagrada Família, propriedade do então reitor Severino de Avelar, tendo a instalação definitiva ocorrido somente a 1 de janeiro de 1882. O Liceu manteve-se neste edifício até ao terramoto de 31 de agosto de 1926 (cerca de 44 anos), cujas instalações, depois de uma vistoria foram abandonadas.

2.2.1. O edifício do largo do Bispo

Entre 20 de julho de 1899 e 29 de junho de 1900, exerceu funções de governador civil do distrito da Horta o bacharel Diogo de Barcelos Machado Bettencourt, natural da ilha Terceira, sendo nomeado pelo Partido Progressista então no poder, com o objetivo de serenar a clima político em torno do líder local, o “homem da botas”, o conselheiro Miguel António da Silveira, que havia sido destituído do cargo. Por seu turno, o Partido Regenerador local encontrava-se organizado em torno do Dr. Severino de Avelar, proprietário da casa onde funcionava o Liceu da Horta.

³¹⁸ Cf. Marcelino Lima, *Anais do [...]*, já cit, p.542.

³¹⁹ *Id.*, p.543.

³²⁰ *O Liceu da Horta*, 1876, abril (12), pp.89-90.

Em 1899, foram marcadas eleições para deputados para o dia 26 de novembro de 1899, mas que no círculo da Horta só se realizariam a 11 de fevereiro do ano seguinte. Pensamos que é dentro deste clima eleitoral, que viria a culminar com a vitória dos regeneradores, que o governador Barcelos cometeria o desvario de mandar executar a transferência da casa do Liceu, que na gíria local ficou conhecida pela “mudança tumultuária do Liceu” ou uma mera “turra política”³²¹. Este ato de acordo com a imprensa faialense era demonstrativo da lamentável “administração, [...], do Sr. governador, Dr. Barcelos”³²².

A história tem o seu início a 6 de novembro de 1899, quando pela leitura de um ofício, com igual data, do governador civil, enviado ao reitor do Liceu, Edviges Goulart Prieto, verificamos que se dava a conhecer que a Fazenda Nacional não estava interessada em manter o arrendamento da casa onde o Liceu se encontrava instalado, uma vez que o contrato terminava no dia 31 de dezembro do mesmo ano, e que o proprietário já fora notificado judicialmente. Ao terminar, o primeiro magistrado do distrito ordenava que, para conhecimento público da decisão da Fazenda, fossem “postos escritos na mencionada casa”³²³.

Cerca de mês e meio depois, a 30 de dezembro, véspera do dia em que cessava o arrendamento, o reitor recebia outro ofício, em que se afirmava:

“Findando no dia trinta e um do corrente o arrendamento da casa em que tem funcionado o Liceu desta cidade, e achando-se arrendada para instalação desse estabelecimento a casa do Sr. Escolástico Maciel da Cunha, na rua Nova de Porto Pim, assim o venho a comunicar a V. Exa., a fim de que se digne a dar as ordens necessárias para que a mobília e mais pertences do Liceu, sejam imediatamente mudados para a nova casa”³²⁴.

Nesse mesmo dia, o reitor, em resposta ao governador, comunicava que lhe era “completamente impossível” satisfazer o ordenado, em atenção ao facto do pessoal do Liceu estar em gozo de férias, não podendo, por isso, obrigá-los a fiscalizarem o transporte de mobílias e mais pertences. Adiantava, ainda, que o governador lhe indicasse quem iria ficar encarregue da mudança porque não assumia “a responsabilidade por qualquer extravio”³²⁵. O governador perante esta atitude do reitor fazia-lhe chegar ainda no mesmo dia novo ofício em que dizia, numa autêntica posição de força:

³²¹ Cf. José Benarús [coord.], *O 1.º Centenário do [...]*, já cit, p.26.

³²² Manuel Emílio, “Arquivando”, *O Telégrafo*, 1900, janeiro 27 (1 874), p.1.

³²³ AESMA, *Liceu Nacional da Horta*, Livro de Registo de Correspondência Expedida, 1899-1905 (3): “Ofício do governador civil de 6 de novembro 1899”.

³²⁴ AESMA, *Liceu Nacional da Horta*, Livro de Atas das Sessões do Conselho Escolar, 1896-1900, fl.133v.: “Ata extraordinária de 5 de janeiro de 1900.

³²⁵ *Ibid.*

“Que do 1.º de janeiro em diante o Estado só pagará a renda da nova casa; que está pronto pessoal para operar a mudança até amanhã à noite e a polícia prevenida para exercer a necessária vigilância; que as férias são para os trabalhos escolares e não podem ser invocadas para[os professores] não comparecerem nestas circunstâncias extraordinárias; que, nestes termos, não se encontrando a mudança antes de findar o arrendamento, por embaraços suscitados por V. Exa. ou pelo pessoal do Liceu, a responsabilidade por quaisquer prejuízos e pela renda que haja a pagar ao antigo senhorio, irá a quem der lugar a que se não cumpram as ordens superiores”³²⁶.

Perante esta imposição, ou melhor esta ameaça, o reitor deu ordens ao secretário do Liceu, o professor Manuel Greaves, para que fossem cumpridas aquelas determinações, procedendo-se deste modo à entrega da mobília, utensílios, biblioteca e arquivo (“onde se acham documentos importantes de fácil extravio”).

Entretanto, em reunião extraordinária do Conselho Escolar, pela leitura da devida ata, inferimos que, apesar da intenção de se cumprir as ordens do governador, tanto o reitor como o secretário, não deixariam de levantar muitas dúvidas quanto à mudança. O segundo não deixaria de declarar que, depois da entrega das chaves, “declinava a responsabilidade de qualquer extravio, danos ou prejuízos dos livros e papéis confiados à sua guarda”³²⁷.

Ainda naquela reunião, verificamos que o mesmo Conselho, por falta de casa própria se havia reunido em casa do reitor³²⁸, depois de confirmar os seus receios quanto à maneira como a mudança estava a ocorrer (mobília danificada, livros e outros objetos colocados sem qualquer critério), tomou conta de decisão do conteúdo do ofício enviado pelo reitor à Direção-Geral da Instrução Pública, em que dava a conhecer que por motivo da mudança, as aulas do Liceu estavam interrompidas, uma vez que passados seis dias após o seu início ainda não recebera a chave da nova casa.

Mas o reitor não se ficou por aqui, tomou a liberdade de informar que havia constatado que “a nova casa precisa de grandes reparos para as aulas funcionarem os quais demandam muito tempo”. Perante este facto, não tinha qualquer dúvida em afirmar que mesmo depois das obras realizadas, estas não poderiam “ampliar a capacidade do edifício para o exercício de todas as classes”³²⁹.

Notamos ainda através das suas palavras que pretendia saber qual a opinião do Conselho quanto à interrupção das aulas, que muito o afligia pelo receio de que podia provocar a perda do ano escolar aos 77 alunos matriculados (70 masculinos e 7 femininos),

³²⁶ *Ibid.*

³²⁷ *Ibid.*

³²⁸ Estiveram presentes, além do reitor, os professores José Maria da Rosa, Florêncio José Terra, Barão de Santa Ana, Rodrigo, Barão de Roches, Manuel Batista da Silva, José Veríssimo Ribeiro, João Sérgio Ribeiro e Manuel Agostinho Fernandes da Fonseca, cf. AESMA, *Liceu Nacional da Horta*, Livro de Atas das Sessões do Conselho Escolar, 1896-1900, fl.136: “Ata de 5 de janeiro de 1900”.

³²⁹ *Ibid.*

ao local onde se situava a nova casa, à sua capacidade (insuficiente) e às suas condições higiénicas, para depois informar quer o governador quer aquela Direção-Geral “no intuito de se obviar às consequências inevitáveis da prolongada interrupção do ensino”³³⁰.

Gravura 8: Edifício do largo do Bispo (1882-1926)



Fonte: Coleção do autor.

Depois de aturada discussão, o Conselho, quanto ao local onde se encontrava a nova casa considerou-o um dos mais insalubres e impróprios por se situar no extremo sul da cidade, na parte ocidental do monte Queimado, pouco acessível à maioria dos alunos. Justificavam que era um local muito exposto aos ventos sul e sudoeste, “varrido” por constantes salseiradas de água do mar, privado na maior parte do dia da ação dos raios solares e que se situava junto de um bairro de pescadores a pouca distância “do lugar do monte da Guia, onde se cortam e derretem cetáceos”, de que resulta mau cheiro, agravado sobretudo durante a primavera e o estio.

³³⁰ *Ibid.* Para evitar que os alunos ficassem sem aulas, o professor Manuel Greaves apresentou um requerimento ao conselho escolar para que fosse autorizado a lecionar as suas aulas no seu *Colégio de Instrução Primária*, na Rua de S. João, 15. Para não abrir exceções, o conselho não viabilizou o pedido, mas louvou-o pela sua iniciativa, cf. AESMA, *Liceu Nacional da Horta*, Livro de Atas das Sessões do Conselho Escolar, 1896-1900, fls.136-136v.: “Ata de 9 de janeiro de 1900”.

Finalmente, o inconveniente de muitos alunos terem que atravessar a linha férrea da doca, o que poderia ocasionar algum desastre. Quanto à capacidade da casa, os membros do Conselho consideravam que não era suficiente, por só comportar três salas regulares (piso único), sem suficiente pé direito. Depois, entendiam que seria necessário construir um segundo andar para as restantes classes, faltando ainda salas para biblioteca, secretaria, sessões solenes e gabinete de Física.

Perante as insuficiências da casa e das obras a realizar e do tempo necessário para isso, deduzimos que o conselho seria tomado de pânico pelo facto desta interrupção involuntária poder trazer, aos alunos, “a perda de ano”. Face a esta situação e ao prejuízo que podia acarretar aos estudantes e às suas famílias, e tendo em conta o “queixume geral que por aí vai, sabendo-se mesmo que se trata de representar contra este estado de coisas”³³¹, o Conselho era de opinião que o reitor contactasse tanto o governador civil como a Direção-Geral supra, para que se encontrasse uma solução para o assunto.

Dando cumprimento à deliberação anterior, por ofício de 6 de janeiro de 1900, o reitor informava a Direção-Geral que as atividades escolares se encontravam interrompidas, “porque se não acha em condições, a nova casa, por falta dos grandes reparos de que carece, os quais ainda não começaram e demandam de muito tempo”³³². Quanto ao governador, não encontrámos qualquer ofício enviado, mas não temos dúvidas disso, porque a 18 de janeiro, remetia um ofício ao reitor, dando-lhe conta de que havia sido vendida a casa da rua Nova³³³. Face a esta situação, e por não ser possível encontrar outra com “a suficiente capacidade”, as aulas voltariam a funcionar no edifício do largo do Bispo, “já no próximo sábado”. Perante este facto consumado, ainda a 18, a secretaria do Liceu publicava uma aviso na imprensa local informando que as aulas iriam reabrir no dia 20, sábado³³⁴.

Da análise do que se acaba de referir conclui-se que a ação do governador não pode deixar de ser considerada intempestiva, pouco clarividente, tudo pelo “crime” de ser regenerador o proprietário da casa do Liceu. Se era intenção terminar com o arrendamento,

³³¹ AESMA, *Liceu Nacional da Horta*, Livro de Atas das Sessões do Conselho Escolar, 1896-1900, fls.135v.-136v.: “Ata de 5 de janeiro de 1900”.

³³² *Ibid.*

³³³ A propósito, escrevia *O Telégrafo*: “Acabam de nos informar que a casa para onde se mudava o liceu, e na qual atualmente se acham os móveis respetivos e os livros da biblioteca, na rua Nova das Angústias, foi vendida ao nosso amigo Sr. Luís de Almeida de Ávila, digno tesoureiro da nossa alfândega”, *Ibid.*, 1900, janeiro 10 (1 859), p.1.

³³⁴ *O Telégrafo*, 1900, janeiro 18 (1 866), p.2.

nenhum mal vinha ao mundo por isso, desde que se apresentasse uma solução para que o Liceu fosse colocado num edifício apropriado e “em sítio central”³³⁵.

Na prática não foi isso que veio a acontecer, porque o que esteve por detrás da situação foram as tricas locais entre progressistas e regeneradores, então em plena luta eleitoral, que provocariam na “opinião pública, censura, queixume, reclamação”, dito por outras palavras, “todos” lastimavam a atitude do governador porque não tivera em conta a comodidade dos alunos, as condições do novo edifício que não fora preparado para o efeito, a data da mudança que coincidia com o período de férias e de aulas e as barbaridades e vandalismos cometidos com o transporte dos móveis e dos livros da secretaria e da biblioteca nos dias 30 e 31 de dezembro³³⁶, cujas cargas e descargas tumultuosas contribuíram para o “gáudio e expectativa do público, que já não via prejuízos, que o Governo tem de pagar, mas sim uma perfeita comédia representada ao ar livre”³³⁷. A razão era muito simples: toda a operação havia sido entregue a “um analfabeto” que entrava pela biblioteca como quem entrava por uma terra, carregando os livros para carroças, como se fossem estrume, chegando os homens de serviço a calcá-los sob os pés, daí se exclamar que “melhor seria determinar que se fechasse para todo o sempre o nosso primeiro estabelecimento de ensino!”³³⁸.

Por fim, a evidência. Como não se conseguiu atingir o “inimigo político”, privando-o do aluguer, o Liceu voltaria de novo a funcionar no edifício do largo do Bispo ou largo do Liceu como era mais conhecido, cujo contrato de arrendamento seria renovado³³⁹. Que sorriso não deve ter dado Severino de Avelar perante toda esta mascarada, falta de critério e de reflexão. Porque ao voltar a funcionar novamente na sua “velha” casa provava, à evidência, que a sua mudança não obedecera a nenhum ato de boa administração. Ou seja, não se deixaria de relevar que quem tudo havia planeado e realizado, o governador civil, na sua curta administração “pode jactar-se de ter deixado assinalado o seu nome na sua passagem pelo governo civil da Horta”³⁴⁰. Ou então como se escrevia n’ *O Faialense*:

“Não nos admirava, a continuar este estado de coisas, que fosse determinada, superiormente, a eliminação do Liceu Nacional da Horta, como protesto contra um povo que não se sabe governar, e

³³⁵ “A nossa reclamação”, *O Faialense*, 1900, janeiro 7 (10), p.1.

³³⁶ Manuel Emílio, “A Mudança do Liceu”, *O Telégrafo*, 1900, janeiro 4 (1 855), p.1.

³³⁷ Manuel Emílio, “O Liceu da Horta”, *O Telégrafo*, 1900, janeiro 13 (1 862), p.1.

³³⁸ Ap. Manuel Emílio, “O Liceu da Horta”, *O Telégrafo*, 1900, janeiro 13 (1 862), p.1.

³³⁹ Veja-se BPARJJG, Domingos Machado Soares [Notário], *Livro de Notas*, 1909 (55), fl.1v.: “Escritura de arrendamento duma loja, entre o conselheiro Doutor António Emílio Severino de Avelar e o Estado, de 1 de janeiro de 1909”.

³⁴⁰ Ap. Manuel Emílio, “O Liceu da Horta”, *O Telégrafo*, 1900, janeiro 13 (1 862), p.1.

que sofre pacientemente os embates das desorientações políticas, [ou seja] um mau ato de administração local, que nada tem a desculpá-lo, e que compreendemos agora ter sido simplesmente uma questão de politiquice indígena”³⁴¹.

2.3. Mobilização pública mediante a extinção do Liceu da Horta

“A extinção, pois, do Liceu da Horta, se porventura se decretar, representa um grande prejuízo para este distrito e uma insignificante economia para o Estado, que tem obrigação de atender às necessidades e interesses dos povos, favorecendo as suas aspirações e mantendo as suas regalias”³⁴².

No *Estatuto da Instrução Secundária*, aprovado pelo decreto n.º 12 425, de 2 de outubro de 1926, pode ler-se no art. 3.º: “Serão extintos os liceus que durante três anos letivos consecutivos não tenham obtido uma frequência média anual de 120 alunos. § único: Ficam excetuados da disposição deste artigo os liceus a que se refere o artigo 2.º [Em cada capital de distrito haverá um liceu]”³⁴³.

No entanto, já em 1924 se previa o encerramento dos liceus cuja frequência mínima não atingisse os 80 alunos, sendo um dos condenados a desaparecer, de acordo com a disposição legal, o da Horta, que tinha apenas 69 alunos, apesar de no ano letivo seguinte este número subir para 81³⁴⁴.

Se tivermos em atenção aos dados do quadro IX, verificamos que o Liceu da Horta, no período em estudo, nunca ultrapassou os 88 alunos matriculados (1881-1882), acusando como matrícula mais baixa 41 alunos (1907-1908), o que prova que os números ficavam aquém dos valores de 1924 e do decreto supra.

Quadro IX: Evolução do número de alunos matriculados no Liceu da Horta entre 1880 e 1928

Ano	Total	Ano	Total	Ano	Total
1879-1880	84	1899-1900	77	1923-1924	69
1881-1882	88	1904-1905	44	1924-1925	81
1884-1885	51	1907-1908	41	1925-1926	80
1889-1890	60	1910-1911	50	1926-1927	70
1895-1896	45	1915-1916	62	1927-1928	95

Fonte: Carlos Lobão, *Liceu da Horta, Memória Institucional, Horta, Antigos Alunos do Liceu da Horta*, 2004, pp.115-116.

³⁴¹ Ap. Manuel Emílio, “Arquivando”, *O Telégrafo*, 1900, janeiro 27 (1 874), p.1. Veja-se C.F., “O Liceu da Horta mudado [Lisboa, 3 de janeiro de 1900]”, *Ibid.*, p.2: “Todos concordam em que o Liceu deve estar em qualquer ponto compreendido entre o largo do Bispo D. Alexandre e o largo do Infante D. Henrique, nunca devendo ir além destes limites. [...]. Estejam os faialenses alerta, não seja isto preparativos para obrigar a mocidade estudiosa a ir frequentar outro liceu; por exemplo: o Liceu da Angra, e depois... e de outro distrito”.

³⁴² “Liceu da Horta”, *O Telégrafo*, 1927, agosto 8 (8 962), p.1.

³⁴³ PORTUGAL, *Diário do Governo*, I Série, 1926, outubro 1 (220), p.1 458: “Decreto n.º 12 425, de 2 de outubro”.

³⁴⁴ Cf. Carlos Lobão, *Liceu da Horta* [...], já cit., p.116.

Todavia, a primeira ameaça (1924) não se viria a concretizar devido à intervenção de Manuel José da Silva, membro da Comissão de Economias”³⁴⁵, mas não deixaria de ser considerada localmente um propósito desastroso para o “desenvolvimento intelectual dos nossos rapazes”³⁴⁶. Este, notando os perigos da medida remeteria ao Governo uma petição solicitando que o Liceu da Horta merecesse exceção. Graças a esta intervenção, não seria encerrado, certamente em reconhecimento do seu percurso político e dos cargos desempenhados, entre eles, em 1921, o de chefe de gabinete do ministro da Educação do Governo de Concentração de Bernardino Machado, Júlio Martins. Por isso, esta “sentinela vigilante”, como lhe chamaria *O Faialense*, jornal pródigo em elogios a Manuel José da Silva, ao salvar da derrocada o Liceu da Horta, de que também fora aluno, merecia todos os protestos de imensa gratidão dos povos do distrito, mais uma vez devedores dos relevantes serviços prestados tanto ao distrito como à causa açoriana.

Apesar da legislação de 1926 determinar que os liceus das capitais de distrito se iriam manter (art. 2.º), verificamos que a partir de meados de 1927, os jornais *A Democracia* e *O Telégrafo*, com base em notícias publicadas na imprensa lisboeta, que davam como certa a extinção do Liceu da Hora, entendida como uma forma de reduzir a despesa pública³⁴⁷, iniciam o que podemos designar de “autêntica cruzada” contra o que chamariam “o caso do dia – contra a extinção do liceu da Horta”³⁴⁸.

Naturalmente que perante esta frequência “da ida do cântaro à fonte”, e antes que partisse, somos confrontados com a circulação de um conjunto de notícias contraditórias sobre a “sem razão de ser do balão de ensaio que é a hipotética extinção do Liceu da Horta”³⁴⁹. Ou falavam na extinção como um facto consumado ou adiantavam que o Governo havia resolvido adquirir o edifício do Liceu (largo do Bispo) e do terreno anexo, “aguardando apenas a remessa da respetiva planta, para celebrar-se o contrato”³⁵⁰.

Face a este cenário, pela leitura do jornal *A Democracia*, notamos que no sentido de se inclinar a balança para o lado da “tranquilidade dos espíritos”, mesmo que se pusesse a hipótese da [legal] extinção, “seria esta de efémera duração”³⁵¹. No entanto, não se

³⁴⁵ *Ibid.*

³⁴⁶ “Interesses Regionais”, *O Faialense*, 1924, junho 8 (14), p.1.

³⁴⁷ Veja-se José Maria da Rosa Jr., “O Liceu da Horta” *A Democracia*, 1927, agosto 18 (2 366), p.1; agosto 20 (2 367), p.1 [Artigo transcrito do jornal *O Século*, de 28 de julho].

³⁴⁸ *Ibid.*

³⁴⁹ *Ibid.*

³⁵⁰ *Ibid.*

³⁵¹ *Ibid.*

justificava esta afirmação, preferia-se, sim, antes que acontecesse, demonstrar a Lisboa que não havia razões legítimas de qualquer espécie, que justificassem “tal violência”.

Por seu turno, *O Telégrafo*, embora continuasse a focalizar a sua atenção na possível extinção do Liceu da Horta, o seu articulista informava os seus leitores que se sentia confortado, pelo facto de estar arredada a hipótese de extinção para o ano letivo de 1927-1928, adiantando que “nem por isso deve de nos deixar de preocupar”³⁵², porque o perigo ainda subsistia, e viria mesmo a concretizar-se.

A toda esta movimentação da imprensa juntar-se ia a Câmara da Horta que, na sua sessão de 11 de agosto de 1927, trataria, entre outros assuntos, um considerado “de capital importância o que se refere ao Liceu desta cidade”³⁵³.

Depois de a edilidade de ter representado por diversas vias sobre os inconvenientes resultantes de tal facto, o presidente, Fernando Leal da Costa decidiu remeter ao ministro da Instrução “um bem elaborado [e algum tanto violento³⁵⁴] telegrama, com data de 10 de agosto, que o mesmo havia “pago do seu bolso”, o que quer dizer que se antecipara a qualquer decisão que pudesse ser tomada nesse sentido na sessão da edilidade do dia seguinte. Na dita sessão, o mesmo seria mereceu a aprovação tanto da vereação como dos demais cidadãos que se achavam presentes e que ali tinham ido com o fim de pedir a mais enérgica intervenção da Câmara em favor da conservação do Liceu da Horta.

De acordo com a respetiva ata, verificamos que em nome dos presentes falaria Pedro Maria Lecoq. Este referiu que o fim que os conduziu à sessão era simplesmente pedir à comissão administrativa da Câmara que intercedesse junto do Governo para que não fosse levado a efeito a extinção. Acrescentou ainda que muitos dos presentes eram pais de alunos que cursavam o Liceu e que não lhes seria possível continuar a educar os seus filhos “visto que sendo pobres ainda assim arruinados pelos prejuízos causados pelo terramoto”. Por isso, concluía que a falta de recursos seria incompatível com uma matrícula em outro liceu que não o da Horta. A terminar, afirmou que confiava na dita comissão que iria saber defender os interesses legítimos dos seus munícipes.

De seguida, tomou a palavra o presidente da comissão administrativa que, depois de breves considerandos, deixou claro que este prejuízo não seria só para o município da Horta, mas igualmente para os restantes municípios do distrito. Referiu ainda que, perante

³⁵² X.X.X., “Ainda a possível extinção do Liceu da Horta”, *O Telégrafo*, 1927, setembro 16 (8 979), p.1.

³⁵³ “Liceu da Horta”, *O Telégrafo*, 1927, agosto 12 (8 964), p.2.

³⁵⁴ BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livro de Vereações, 1927 (68), fls.69v.-70v.: “Ata de 11 de agosto de 1927”.

esta situação, a Câmara enviara uma representação ao ministro da Instrução, pelo vapor norueguês *Hellen*, em que solicitava ao Governo não só a sua manutenção como se pedia que autorizasse que se passasse de um curso de cinco anos para o complementar de sete anos.

Antes de terminar não deixaria de lamentar a circulação de notícias desconexas, muitas vezes inspiradas, não tanto na má-fé, mas na ignorância daqueles que, com mais cuidado, deveriam “orientar” melhor a opinião pública³⁵⁵.

Por isso, deixava claro aos presentes que a Câmara tudo iria fazer no sentido da defesa dos interesses do Faial. Mas concluía que ficasse bem claro no espírito de todos os presentes que a comissão não almejava qualquer “popularidade”, porque lhe bastava apenas como recompensa do seu esforço, a firme convicção de ter conseguido o seu dever”³⁵⁶.

Em atenção à documentação consultada, verificamos que, de forma unânime, se entendia que qualquer decisão sobre a extinção do Liceu da Horta, embora se continuasse a insistir que não existia nenhuma razão que a justificasse, devia ter em conta:

- as condições económicas das famílias, agora agravadas pelas prejuízos ocasionados pelo terramoto de 31 de agosto de 1926;

- os quadros que saíam do Liceu para os corpos administrativos do distrito;

- a residência na Horta, por ser a primeira estação mundial de cabos submarinos, de cerca de 300 alemães, ingleses e franceses, na sua maioria gente “de cultura média acima do vulgar”, o que pode constituir um autêntico fator de desnacionalização;

- os prejuízos incalculáveis à instrução no distrito, porque uma vez extinto o Liceu, apenas se ficaria pela instrução primária, reafirmando-se, a propósito que a instrução mais do que uma das maiores necessidades públicas, era o fulcro de todo o desenvolvimento de um povo;

- o balancete das despesas e receitas do distrito entre 1923 e 1926 apresentava um saldo anual em benefício dos cofres do Estado de 12 164 520\$50 escudos, o que só por si cobria, em mais de 50%, toda a despesa do Estado com o ensino secundário em Portugal, Madeira e Açores³⁵⁷.

³⁵⁵ Veja-se “Liceu da Horta, *A Democracia*, 1927, agosto 2 (2 359), p.1; “Liceu da Horta”, *O Telégrafo*, 1927, agosto 10 (8 963), p.1.

³⁵⁶ BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livro de Vereações, 1927 (68), fls.69v.-70v.: “Ata de 11 de agosto de 1927”.

³⁵⁷ Veja-se “O Liceu da Horta (conclusão)”, *A Democracia*, 1927, agosto 20 (2 367), p.1 [Artigo transcrito do jornal *O Século*, de 28 de julho].

Por fim, releva-se que nesta cruzada tanto as corporações locais como a imprensa faialense contavam com a solidariedade da imprensa açoriana e continental, que acompanhavam “no seu protesto a imprensa da Horta”³⁵⁸.

Ainda em 1927, a academia faialense seria visitada pelo coronel Feliciano António da Silva Leal (1875-1961), na qualidade de Delegado Especial do Governo da República³⁵⁹ nos Açores (1927-1930). Ao dirigir-se ao corpo docente e discente afirmou que estava autorizado a declarar em nome do ministro da Instrução e do Governo: “Que o Liceu da Horta não é extinto; que o número de anos que legalmente constitui o curso liceal, não é reduzido; que este edificio é adquirido pelo Governo desde que os senhores professores o considerem em condições de ser adaptado a Liceu”³⁶⁰.

Estas declarações seriam confirmadas pelo telegrama de 19 de março de 1928, enviado ao reitor, em que reafirmava todo o seu empenho e do Governo da Ditadura “em conservar o Liceu da Horta, dotando-o de casa própria”³⁶¹.

Como encarar estas palavras do coronel Silva Leal? Com é que ele se posicionou perante o contraditório?

Apesar da falta de dados, todavia entendemos que o próprio delegado seria ultrapassado pelas circunstâncias. Por outro lado, notamos que se manteve fiel ao seu propósito de tudo fazer no sentido da revogação do decreto que extinguiu o Liceu, se fizermos fé na decisão do Conselho Escolar do Liceu, que, na sua reunião de 30 de setembro de 1930, ao reconhecer os seus esforços naquele sentido, deliberou, unanimemente, com o fim de despertar no espírito dos alunos o sentimento da gratidão, aproveitar a abertura solene das aulas (dia 7 de outubro do ano letivo de 1930-1931) para inaugurar “nesta sala nobre do Liceu o retrato de Sua Exa.”³⁶².

Nesta cerimónia, que contou com a presença de Silva Leal, verificamos que este depois de historiar as diligências que empregou junto do Governo da Ditadura para que o Liceu da Horta fosse restabelecido, salientou “que fizera o que qualquer outro também o faria em iguais circunstâncias, por isso achava imerecida a homenagem que acabava de ser-lhe tributada”, porque desde que fora nomeado para as funções de delegado do

³⁵⁸ “Liceu da Horta – Contra a sua anunciada extinção”, *A Democracia*, 1927, julho 26 (2 356), p.1 [Transcrição de artigo do jornal micalense *Diário dos Açores*].

³⁵⁹ Cf. Fernando Faria, *Em dias passados* [...], já cit., p.16.

³⁶⁰ “O Liceu da Horta não é extinto!”, *A Democracia*, 1928, abril 7 (2 438), p.3.

³⁶¹ AESMA, *Correios e Telégrafos da Horta*, “Telegrama de 19 de março de 1928”.

³⁶² AESMA, *Liceu Nacional da Horta*, Livro de Atas das Sessões Solenes realizadas no Liceu Nacional da Horta, 1930-1936, fnn.: “Ata da sessão solene de abertura das aulas do ano letivo de 1930-1931 [7 de outubro de 1930]”.

Governo nos Açores, sempre aceitara servir, com dedicação e lealdade, tanto aquele como os interesses dos açorianos³⁶³.

2.3.1. A confirmação de boatos alarmantes

“Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte: [...]. art. 2.º - É igualmente extinto o Liceu da Horta [...]”³⁶⁴.

O Liceu da Horta, pela imperiosa necessidade de redução das despesas públicas, seria extinto pelo decreto n.º 15 365, de 12 de abril de 1928.

A publicação na imprensa local do telegrama que dava conta da irreversível extinção do Liceu da Horta e da Escola Normal de Ponta Delgada levou a que, num artigo intitulado *Extinção do Liceu da Horta*, publicado no jornal *A Democracia*, o articulista escrevesse:

“Lemos e pasmámos! Sim, porque após o cataclismo que assolou o Faial, só faltava mais esta surpresa para os filhos desta infeliz terra e de todo o distrito! Que mais nos virá ainda? Pelos domingos se tiram os dias santos diz o ditado popular, e porque assim é, qualquer dia já não teremos de que nos admirar se novamente o telégrafo nos informar que foi também extinto o Distrito da Horta e incorporado no de Angra, ou que a cidade baixou de categoria passando a denominar-se vila da Horta!”³⁶⁵.

Por isso, não se tinha qualquer dúvida em afirmar que o dia da extinção do Liceu da Horta devia ser considerado como uma data negra na história da instrução pública do distrito. Face a tão nefasta decisão, chegou mesmo a imprensa a lançar um repto ao comércio local para que encerrasse as suas portas em sinal de protesto³⁶⁶. Mas a indignação perante tal ato, não assume apenas um carácter local. Assim, os responsáveis da revista de ensino secundário *Labor* também se opuseram à supressão do Liceu da Horta, relevando a ideia de que em certos locais do País eram os liceus os únicos centros de cultura. Apesar da sua frequência, segundo a revista, começar a confinar-se “aos protegidos da sorte, dos ricos, [a Horta passa a constituir] o único distrito do País que não possui estabelecimento liceal, o que representa uma injustiça para os habitantes do distrito, e uma enorme falta de visão política”³⁶⁷.

Quanto às corporações locais, apenas registamos a reunião extraordinária da comissão administrativa da Câmara da Horta, de 13 de abril, que contou com a presença de

³⁶³ *Ibid.*

³⁶⁴ PORTUGAL, *Diário do Governo*, I Série, 1928, abril 14 (85), pp.922-923: “Decreto n.º 15 365, de 12 de abril”.

³⁶⁵ “Extinção do Liceu da Horta”, *A Democracia*, 1928, abril 10 (2 439), p.1; Sobre o assunto, veja-se M. S. Medeiros Jr., “Faialenses, sejamos unidos”, *O Telégrafo*, 1928, abril 30 (9 076), p.1.

³⁶⁶ Veja-se “O Liceu da Horta”, *O Telégrafo*, 1928, abril 7 (9 066), p.1.

³⁶⁷ *Revista Labor*, 1928, Julho (14), p.275.

cinco dos sete vogais (vereadores), do chefe de secretaria, do presidente da comissão administrativa da Junta Geral, das comissões administrativas das Juntas de Freguesia, da *Associação Comercial da Horta e da Sociedade Amor da Pátria*³⁶⁸.

Depois de uma troca de impressões sobre o assunto, a “assembleia” deliberou, por unanimidade, que se enviasse um “telegrama circular” para as seguintes entidades, personalidades, associações e imprensa: presidentes da República e do Ministério, ministro da Instrução e delegado especial do Governo da República nos Açores; coronel Mouzinho de Albuquerque; *Grémio dos Açores*; *O Século* e *Diário de Notícias*:

“Constando Liceu esta cidade foi extinto com fundamentos economia protestamos contra tal medida nome população distrito profundamente alarmada visto ser único estabelecimento ensino que possui stop nossa situação insular dificulta e onera instrução nossos filhos outra localidade sendo injusto sejamos privados única regalia que possuímos porquanto somos portugueses e contribuimos mais que suficiente para exigir mesmo grau instrução nossos compatriotas stop confiamos Governo atenda nosso justo pedido mantendo liceu Horta curso completo sete anos e que pondere atenção estrangeiro sobre esta ilha mantendo grau de instrução devido a fim de evitar desnacionalização resultante povos abandonados”³⁶⁹.

Entretanto, na sequência dos protestos, o Governo pelo decreto n.º 15 747, de 19 de julho de 1928, restabelecia o Liceu da Horta, revogando toda a legislação em contrário e reconhecia que não existiam quaisquer motivos para que tal tivesse acontecido, o que significa que a extinção, que entendemos *sui generis*”, durou pouco mais de três meses (12 de abril a 19 de julho), pela simples razão de que nunca deixou de haver aulas. Ainda em junho do mesmo ano, numa altura em que o Liceu já havia sido extinto, recebia o reitor uma circular emanada da Direção-Geral do Ensino Secundário em que se determinava “que se realizem ainda este ano exames de admissão ao Liceu”³⁷⁰.

O Governo ao restabelecer o liceu faialense, considerava, de acordo com o texto do decreto, que praticava um ato de justiça, ao reconhecer que o seu encerramento por motivos meramente economicistas e pela diminuta frequência era um “errado raciocínio”. Deste modo, reforçava-se que o seu restabelecimento não podia ser outra coisa senão um “ato de justiça”, isto é, libertava-se, assim, “do tremendo pesadelo que há quatro meses vinha [torturando] a alma dos faialenses, que agora podem respirar a plenos pulmões”³⁷¹.

³⁶⁸ Veja-se BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livro de Vereações, 1928 (70), fls.32-35v.: “Ata da sessão extraordinária de 13 de agosto de 1928.

³⁶⁹ *Ibid.*

³⁷⁰ AESMA, *Liceu Nacional da Horta*, Livro de Registo de Correspondência Expedida, 1886-1907 (3): “Circular do Ministério da Instrução Pública [Direção-Geral do Ensino Secundário], de 23 de maio de 1928, remetida ao reitor do Liceu Nacional da Horta”. Recebida a 16 de junho de 1928.

³⁷¹ PORTUGAL, *Diário do Governo*, I Série, 1928, julho 19 (164), p. 1523: “Decreto n.º 15 747, de 19 de julho de 1928”; agosto 15 (186), 1719-1720: “Decreto n.º 15 747, de 19 de julho de 1928”.

Além desta razão, acrescentavam-se outras, em nada diferentes dos argumentos locais: o ensino secundário não podia ser negado a portugueses tão prejudicados pela descontinuidade geográfica; o nome de Manuel de Arriaga figurava entre os portugueses ilustres que haviam estudado no liceu [*sic*]³⁷²; os faialenses não podiam ser colocados numa situação de inferioridade em relação aos habitantes dos outros distritos; os faialenses não deviam pensar que o encerramento do liceu fosse “uma ingratidão da mãe Pátria”³⁷³.

Em síntese, à semelhança do processo de elevação do liceu a central, também a sua extinção mobilizou a comunidade no sentido de pressionar as autoridades para que fosse restabelecido. Em todo este processo deve-se salientar o papel dos jornais *A Democracia* e *O Telégrafo*, sobretudo este, na organização do movimento *pró-Liceu*, na realização do primeiro abaixo-assinado, entregue ao governador civil e na *Carta Aberta* dirigida ao então ministro da Instrução, Duarte Pacheco, para a revogação do decreto considerado “uma infeliz medida do ministro Alfredo de Magalhães”³⁷⁴.

Apesar de toda a indignação, a generosidade dos faialenses ficou bem patente, após a publicação do decreto de 19 de julho, como se pode ler no jornal *A Democracia*: “Com o restabelecimento do nosso liceu, fica reparada uma injustiça que o Governo, embora na melhor das intenções e pelo motivo único de uma imperiosa e urgente redução de despesas, ia cometendo para connosco”³⁷⁵. Por seu turno, *O Telégrafo* preferia salientar o nome do ministro Duarte Pacheco para lembrança das futuras gerações de faialenses, porque se entendia que o Governo não fazia mais do que reparar um mal, uma medida, altamente prejudicial para os interesses e “bom nome desta cidade, que ficou justamente inquieta e de certo modo indignada, ao ver-se tão bruscamente privada do seu melhor estabelecimento de ensino”³⁷⁶.

³⁷² Manuel de Arriaga nunca foi aluno do Liceu da Horta.

³⁷³ PORTUGAL, *Diário do Governo*, I Série, 1928, julho 19 (164), p. 1 523: “Decreto n.º 15 747, de 19 de julho de 1928”; agosto 15 (186), pp.1 719-1 720: “Decreto n.º 15 747, de 19 de julho de 1928”.

³⁷⁴ Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal (1926-1935)*, vol. XIII, Lisboa, Editorial Verbo, 1997, p.354. No caso do Liceu da Horta, apenas a respetiva *Associação dos Professores* tomaria posição, em reunião havida no dia 18 de abril do mesmo ano. O seu protesto junto do Governo, seria feito por intermédio da *Federação da Associação dos Professores dos Liceus Portugueses*, em cuja ata se considerava que a extinção a manter-se acarretaria inúmeros prejuízos às populações de todo o distrito, reduzindo-o apenas à instrução primária, uma vez que, graças à sua posição geográfica, era um dos que maior receitas dava ao Estado, cf. AESMA, *Associação dos Professores do Liceu Manuel de Arriaga*, Livro de Atas das Sessões da Assembleia Geral, fls.10-12: “Ata de 18 de abril de 1928”.

³⁷⁵ “O Liceu da Horta – o seu restabelecimento”, *A Democracia*, 1928, agosto 4 (2 481), p.1.

³⁷⁶ “O nosso Liceu”, *O Telégrafo*, 1928, agosto 10 (9 120) de 1928, p.1: “Fomos nós, foi o velho *Telégrafo* que tomou a iniciativa do movimento pró-Liceu, promovendo o primeiro abaixo-assinado que foi entregue ao Exmo. Governador Civil. Foi *O Telégrafo*, foi o seu Diretor uma das primeiras pessoas que, em plena Câmara Municipal da nossa cidade, romperam o ataque contra o Decreto da sua extinção. Foi ainda *O Telégrafo* que muito se honrou em dirigir-se a sua Excelência o atual ministro da Instrução, em uma ‘Carta

Finalmente, e numa questão mais afetiva, não se deixava de reconhecer que a situação havia tomado tal proporção pela simples razão de não haver em Lisboa faialenses de estirpe, homens como o Duque de Ávila e Manuel de Arriaga, capazes de defender os interesses do Faial e de manter em respeito um ministro que tomara uma medida que pusera em causa a existência do único estabelecimento de ensino secundário do distrito. Concluía-se relevando que essa decisão ministerial devia-se mais ao desconhecimento que o Terreiro do Paço tinha da realidade local do que por uma simples medida económica³⁷⁷.

2.4. A evolução do número de alunos matriculados: o início da presença feminina

“Nesta casa receberam preparação para a vida inúmeras figuras que foram ilustres pelo seu saber, contribuindo poderosamente para a elevação do nível intelectual e moral das nossas Ilhas e que todos nas suas profissões, modestas ou elevadas, procuraram ser úteis às suas terras, bem servindo a sua e a nossa Pátria”³⁷⁸.

A condição indispensável para se ser aluno de um liceu era a inscrição no livro de matrícula, onde deviam constar, além da assinatura do aluno e do encarregado de educação, “o nome, idade, filiação, naturalidade, data de admissão, classe, ano e aulas que frequenta, e morada de seus pais ou pessoa a quem está confiada a sua educação”³⁷⁹. Os alunos matriculados pela primeira vez eram provenientes “do próprio liceu, de outros liceus [e] do ensino particular e doméstico”³⁸⁰.

Até 1880 os alunos dos liceus dividem-se em ordinários e voluntários, ano em que pela Reforma de José Luciano de Castro estes desapareceram, passando a haver apenas uma única classe, que seguia de forma uniforme o plano de estudos. Regra geral o número de voluntários era superior ao de ordinários. Esta realidade, que não era específica do liceu faialense, resultava das facilidades concedidas àqueles, entre elas a isenção de propinas³⁸¹.

Depois de um Liceu exclusivamente masculino, notamos que no ano letivo de 1870-1871 se matriculou a primeira aluna, que o iria frequentar até ao ano de 1873-1874. Após um interregno de 14 anos, o liceu faialense iria conhecer a presença feminina até ao ano letivo de 1903-1904. Assim, no ano de 1898-1899, matriculam-se seis alunas, cinco do Cultural da Horta, 2004, pp.16-23.

Aberta’, a pedir-lhe a revogação do Decreto tão abominável. [...]. E esse Decreto da revogação, que tem o n.º 15 747, cujo relatório, honrando-nos, honra os Ministros que o subscreveram, terá no próximo dia, o melhor lugar do nosso jornal [...] e quanto ao outro, o da extinção, que sobre ele se faça o perpétuo silêncio”. Sobre o assunto, veja-se “Carta Aberta a Sua Excelência o Ministro da Instrução”, *Ibid.*, 1928, maio 30 (9 088), p.1

³⁷⁷ Veja-se “O nosso Liceu”, *O Telégrafo*, 1928, agosto 10 (9 120), p.1.

³⁷⁸ Discurso proferido pelo governador civil do distrito da Horta, na sessão de abertura do Liceu em 1957, *Correio da Horta*, 1957, outubro 10 (7562), pp.1e 3.

³⁷⁹ Áurea Adão, *A Criação e Instalação* [...], já cit., p.168.

³⁸⁰ AESMA, *Liceu Nacional da Horta*, Anuário. Ano escolar de 1908-1909, Horta, Tipografia d’ O Telégrafo, 1909, pnn.

³⁸¹ Cf. Áurea Adão, *op. cit.*, p.168.

Faial (três da freguesia da Matriz e duas das Angústias e uma do Pico, Madalena). Após uma pequena interrupção, a partir do ano letivo de 1909-1910, a presença feminina tornou-se ininterrupta, embora em número reduzido. Esta particularidade, nacional, em que o universo dos estudantes se apresentava quase exclusivamente masculino, seria uma condicionante que limitava tanto as perspetivas do seu crescimento como a sua afirmação junto das localidades que serviam³⁸².

Este “lugar feminino”³⁸³ nos liceus decorria da nova atitude das famílias, abastadas, em relação quer à educação quer à instrução das suas filhas, isto é, do gradual “reconhecimento do direito da mulher à instrução”³⁸⁴ o que contribuiu de forma poderosa para a acrescida profissionalização do trabalho feminino (professora) e para a progressiva abertura à mulher de espaços dantes estritamente masculinos, ou dito de outra maneira à sua “progressiva incorporação no espaço público”³⁸⁵: o teatro, o clube, a imprensa, graças à dinamização do movimento associativo. Neste contexto, saliente-se o crescente número de artigos na imprensa local que advogavam a sua emancipação e que valorizavam o seu importante papel social de mulher (instruída e educada) como mãe (educadora dos seus filhos) e esposa³⁸⁶.

Esta abertura, melhor dizendo estas “brechas”, ao usurpar de atividades exercidas desde tempos longínquos pelos homens³⁸⁷, levam-nos a afirmar que, ao cortar com as amarras do lar, a mulher libertava-se para um convívio social mais amplo, expondo-se então aos olhos dos curiosos³⁸⁸, passando-se a relacionar em alegres convívios com os

³⁸² A partir da década de 1930 a presença feminina aumenta no Liceu da Horta, atingindo, nas décadas seguintes, a paridade ou ultrapassando o número de alunos, como aconteceu, pela primeira vez, no ano letivo de 1953-1954, em que o número de alunas (144) é superior ao dos alunos (136), situação que se repete no ano seguinte, cf. AESMA, *Liceu Nacional da Horta*, Relatório do Reitor de 1953-1954, p.3. Apêndice – Capítulo III, Quadros VIII e IX.

³⁸³ Veja-se Adília Fernandes, *O lugar feminino no Liceu Sá de Miranda – Braga (1930-1947)*, Palimage, Coimbra, 2009; Ana Maria da Costa Lopes, *Imagens da mulher na imprensa de oitocentos. Percursos de Modernidade*, S. I., Quimera Editores, 2005. Apêndice – Capítulo III, Gravuras 1 e 2.

³⁸⁴ Irene Vaquinhas, *Nem Gatas Borralheiras, nem bonecas de luxo. As mulheres portuguesas sob o olhar da Histórias (séculos XIX-XX)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, p.21.

³⁸⁵ *Ibid.*

³⁸⁶ Em 1880, Costa Rebelo num artigo publicado na revista faialense *O Grémio Literário*, 1880, outubro 1 (14), p.74, salientava a importância da instrução tanto para o homem como para a mulher. Para o primeiro, representava a liberdade e a emancipação para a segunda. Em seu entender, aos olhos de Deus, tanto o homem como a mulher, “sua companheira, têm iguais direitos e iguais deveres”. Por isso, defendia que uma “mulher instruída e bem-educada é a que melhor sabe guardar-se e fazer-se respeitar: é a única capaz de educar bem os seus filhos e agradar verdadeiramente o seu marido”.

³⁸⁷ Cf. Maria Irene Vaquinhas, “As mulheres na imprensa regional. O caso da comarca de Arganil”, *Revista Ler História*, 2003 (45), pp. 63-90.

³⁸⁸ Veja-se Carlos Lobão, *História, Cultura* [...], já cit., p.200; A.H. de Oliveira Marques [coord.], “Portugal da monarquia para a República”, in Joel Serrão & A. H. de Oliveira Marques [dir.], *Nova História de Portugal* vol. XI, Lisboa, Editorial Presença, 1991, pp.537-540.

homens, parceiros do mesmo jogo. Passavam “hoje a figurar”³⁸⁹, isto é, passavam gradualmente a estar no seu tempo. Todavia, apesar de fazerem parte de uma minoria intelectual que havia beneficiado de preparação educativa que passava ao lado da maioria das mulheres, isto quer dizer que a reivindicação oitocentista do acesso da mulher à instrução mobilizou também os espíritos mais esclarecidos da sociedade faialense.

Dentro desta interpretação, verificamos que o reitor do liceu da Horta, Simão de Roches, na sessão solene de abertura do liceu em 1930-1931, não tinha qualquer dúvida em destacar a importância que atribuía ao número de alunas matriculadas no Liceu nesse ano, 31, “proporcionalmente muito maior do que na maioria dos outros liceus”, situação que entendia ser não só um forte indício de que as famílias confiavam no “paternal carinho com que neste Liceu se vela pelas suas filhas”, mas também pelo primordial papel que a mulher desempenhava na sociedade, particularmente como mãe, na formação do carácter dos seus filhos. De acordo com as suas palavras, para que ela o cumprisse bem necessitava de receber “uma sólida instrução e educação moral”³⁹⁰.

Deste modo, apesar do número reduzido de alunas que frequentaram o Liceu da Horta, no período em estudo, é notório que, na ilha do Faial, desde a segunda metade de Setecentos, existia por parte das famílias abastadas uma preocupação com a educação e instrução das suas filhas, a cargo dos frades franciscanos e carmelitas, com o ensino das “matérias de concepção mental”, de línguas estrangeiras – Inglês e Francês –, de Desenho, de Música, de Canto e de Piano³⁹¹.

O acesso ao ensino secundário era caro e dependia, em grande parte, das possibilidades económicas do respetivo agregado familiar ou então de parentes ou educadores, o que limitava a frequência dos liceus a um número reduzido de alunos de idade compreendida entre os 11 e 17 anos, originando uma escolaridade selecionada e estritamente burguesa.

³⁸⁹ Veja-se Maria Antónia Lopes, *Mulheres, Espaço e Sociabilidades*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989, p.195-199; Irene Vaquinhas, “Linhas de investigação para a história das mulheres nos séculos XIX e XX. Breve esboço”, *História, Revista da Faculdade de Letras*, III Série, vol. 3, Porto 2002, pp.201-221.

³⁹⁰ AESMA, *Liceu Nacional da Horta*, Livro de Atas das Sessões Solenes realizadas no Liceu Nacional da Horta, 1930-1936, fnn.: “Ata da sessão solene de abertura das aulas no ano letivo de 1930-31”.

³⁹¹ De entre essas mulheres, destacamos Francisca Cordélia de Sousa (1771-184?), Teresa de Moraes Pereira (1791-?), Maria Cristina de Arriaga (1835-1915), Hermenegilda de Lacerda (1841-1895), Helena da Graça Rodrigues (1870-1949) que no panorama cultural faialense se afirmaram, traduzindo muito bem o Inglês, o Francês e o Italiano e escrevendo composições poéticas, novelas e peças de teatro, algumas publicadas nos jornais locais e outras em revistas e jornais do Continente. A respeito do gosto pelo piano, escrevia António Batista, *A Verdade Vence*, já cit., p.34: “Na mesma ordem de ideias, as raparigas, quando abandonam as bonecas, em vez de uma máquina de costura, pedem um piano. E, assim, há mais pianos na Horta do que máquinas de costura”.

No distrito da Horta, ao baixo nível económico da maioria das famílias que condicionava a matrícula no Liceu, juntava-se a própria dispersão geográfica, que obrigava a despesas suplementares com a deslocação, alojamento e alimentação, como se pode confirmar através da leitura tanto dos relatórios dos reitores como dos governadores civis: “A escassez de meios [...] coarta a vontade e limita os desejos de grande parte [...] dos habitantes [das ilhas do distrito] pela instrução superior [daí o número reduzido] de mancebos que daqui saem para completar a sua instrução nas escolas superiores do Reino”³⁹².

Mas a tudo isto, juntavam-se ainda um curso liceal incompleto e o baixo número de alunos que terminavam o ensino primário depois de fazerem exame do 2.º grau³⁹³. Destes, alguns faziam o exame de admissão, mas nem todos os que eram admitidos acabariam por se matricular, como aconteceu, entre exemplos vários, em 1894, com três alunas da freguesia dos Flamengos, apesar de aprovadas com as classificações de “distinta” (uma) e se “bom” (duas)³⁹⁴.

Esta situação levaria o subinspetor de instrução secundária das ilhas adjacentes, o terceirense Teotónio Simão Paim de Ornelas Bruges (1842-1929), a reconhecer no seu relatório de 1880-1881 que a frequência nos liceus insulares não era grande, adiantando que se se conhecesse o número de “mancebos” em idade escolar e o número dos que frequentavam o ensino secundário, “o saldo contra a instrução há de ser enorme”³⁹⁵.

Teotónio de Bruges era de opinião que esta “enfermidade” ou esta “chaga social”, como designava a baixa frequência dos liceus, se devia a dois grandes males que afetavam o corpo social: a falta de educação (“educação defeituosa”) e a descida do nível moral.

Explicitava a sua ideia ao afirmar que, regra geral, as famílias pouco faziam para dar aos filhos uma instrução sólida, capaz de os tornarem cidadãos úteis e prestantes. Dentro desta interpretação, opinava que os pais desejavam uma coisa muito simples: que os filhos passassem nos exames com uma única finalidade a se poderem alcançar “um papel”, que os habilitassem documentalmente a um lugar de contínuo, que parecia ser “mais honroso [...] do que ser um industrial honrado ou um laborioso lavrador”³⁹⁶. Para reforçar esta afirmação, adiantava que durante o ano escolar as famílias nunca estabeleciam

³⁹² IANTT, *Liceu Nacional da Horta*, Relatório do Comissário dos Estudos do distrito da Horta de 1875-1876, p.2, maio 3 847.

³⁹³ Cf. Apêndice – Capítulo III, Quadro VIII.

³⁹⁴ “Notícias”, *O Açoriano*, 1894, julho 25 (21), p.3.

³⁹⁵ José Carlos Morais da Cruz, *A Inspeção dos Liceus no Portugal, 1836-1892*, vol. 1, Tese de Mestrado, Texto Policopiado, Lisboa, Universidade Lusófona, 2002, p.102.

³⁹⁶ *Id.*, pp.103-104.

qualquer contato com os responsáveis do liceu (diretores de classe) para conhecimento do andamento dos educandos. Todavia, não deixaria de realçar que, quando era chegada a época de exames, a vida do professorado transformava-se num “verdadeiro martírio devido às constantes importunações de que eram alvo”³⁹⁷.

Atento à diminuição do número de alunos em meados da década de 1880, o Governo decidiu questionar os liceus sobre o assunto.

De acordo com o parecer do Conselho Escolar do Liceu da Horta, que se havia reunido em assembleia magna, no dia 26 de agosto de 1885, para tal fim, verificamos que os professores da “academia” foram unânimes em declarar que as principais causas, que não coincidem com as do subinspetor, eram o valor excessivo das propinas, que apenas podia ser suportado num distrito em que o número de abastados era pequeno enquanto os de minguados recursos eram numerosos e o estabelecimento dos exames por classe, porque se um aluno pretendia fazer exame da 1.^a ou 2.^a classe preferia pagar a um “lecionista” (explicador) particular e lucrar dois anos, o que não sucederia caso frequentasse o Liceu, na qualidade de interno³⁹⁸.

Todavia, apesar daquele número de alunos matriculados se refletir depois no diminuto número dos que prosseguiram estudos, não invalidou que António Lourenço da Silveira Macedo, em 1871³⁹⁹, e o reitor Simão de Roches, no seu relatório de 1927-1928, relevassem que “muitos alunos que daqui levaram só o curso geral conseguiram obter, nos cursos complementares dos outros liceus açorianos e de Portugal, as melhores qualificações”⁴⁰⁰.

Enquanto não se vislumbrava por parte do Governo qualquer iniciativa que pudesse colmatar esta situação, localmente não se tinha qualquer dúvida de que aquela passava pela criação no Liceu da Horta de um curso completo, considerado um benefício para os pais dos estudantes ao proporcionar-lhes que os filhos completassem o curso liceal na Horta sem despesas avultadas e transtornos de deslocação para os Liceus de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo ou do Continente.

³⁹⁷ *Id.*, p.104.

³⁹⁸ AESMA, *Liceu Nacional da Horta*, Livro de Atas do Conselho Escolar, 1882-1896, fls.29-31v.: “Ata de 26 de agosto 1885”

³⁹⁹ António Lourenço da Silveira Macedo, *História das Quatro* [...], III vol., já cit., p.71: “Não impede que esta ilha [produza] muitos varões distintos em ciência, que por seus conhecimentos literários se tem enobrecido e honrado a sua pátria [...]. Grande número de doutores e bacharéis formados em várias faculdades, os quais têm exercido e continuam a exercer importantes cargos na magistratura judicial e administrativa”.

⁴⁰⁰ AESMA, *Liceu Manuel de Arriaga*, Relatório do Reitor de 1927-1928, pp.5-6.

A este propósito escrevia o reitor no seu relatório de 1927-1928, o que nos permite afirmar que as suas palavras confirmavam aquela pretensão: “Apenas o Liceu Manuel de Arriaga, na Horta, teve nestes dois últimos anos os cursos complementares, nos termos do decreto n.º 12 425, [de 2 de outubro de 1926], logo a frequência passou a mais do dobro do que era antes”⁴⁰¹.

Todavia, notamos que dentro do próprio Liceu se tentou encontrar soluções para apoiar e subsidiar os alunos de famílias carenciadas (quem era “inteligente e pobre, desprotegido da fortuna”⁴⁰²). Isenção total ou parcial de propinas, ofertas de material escolar e “subsídios” em dinheiro, permitindo-lhes assim a continuação dos estudos, porque “sem este auxílio veriam as suas aspirações destruídas pela dura realidade das suas condições materiais”⁴⁰³, foram algumas das iniciativas que a academia faialense levou a cabo para conseguir tal desiderato, isto é, permitir que o maior número possível de alunos frequentasse a instituição,

Assim, e para o efeito, seria criada, em 1903 (?), uma caixa escolar no Liceu da Horta sugerida por José Machado Serpa. O então reitor, José Maria da Rosa, secundando a ideia, viria a organizar a *Caixa de Socorros para Estudantes Pobres*. Apesar dos seus esforços, teve uma vida muito curta, cuja(s) causa(s) não conseguimos apurar⁴⁰⁴.

Mas esta ideia não morreu. Anos depois, em 1927, numa iniciativa do professor de Geografia, tenente José Batista Barreiros, que contou com a cooperação dos restantes docentes e alunos, surgiu, a 10 de fevereiro, a *Caixa Escolar do Liceu do Dr. Manuel de Arriaga*, que seria vulgarmente conhecida no meio liceal pela sua anterior designação: “Caixa de Socorros a Estudantes Pobres”⁴⁰⁵. Os fundos da Caixa provinham das quotas dos

⁴⁰¹ AESMA, *Liceu Manuel de Arriaga*, Relatório do Reitor de 1927-1928, p.1. De acordo com a evolução do número de alunos, verifica-se que existe algum exagero nas palavras do reitor. Assim, no ano letivo de 1926-1927, o número de alunos matriculados foi de 70 contra os 80 do ano anterior. No seguinte, verificamos que houve uma ligeira subida de 25 alunos, atingido um total de 95 matriculados, cf. Carlos Lobão, *Liceu da Horta* [...], já cit., p.116.

⁴⁰² AESMA, *Liceu Nacional de Manuel de Arriaga*, Livro de Atas das Sessões Solenes realizadas no [...], já cit.: “Ata da sessão solene de abertura do ano letivo de 1933-1934”.

⁴⁰³ AESMA, *Liceu Provincial de Manuel de Arriaga*, Relatório do Reitor de 1938-1939, p.9.

⁴⁰⁴ Veja-se “No Liceu”, *O Faialense*, 1902, abril 6 (127), p.1. Nesta artigo dava-se conta de que os estudantes do liceu pensavam fundar uma caixa de socorros para auxílio dos alunos pobres, e que já haviam solicitado ao reitor, José Maria da Rosa, a necessária autorização.

⁴⁰⁵ AESMA, *Liceu do Dr. Manuel de Arriaga*, Relatório do Reitor de 1927-1928, p.4. A caixa tinha como objetivos, de acordo com os Estatutos (constituídos por 9 capítulos e 33 artigos) aprovados a 3 de março de 1928, e subscritos por 12 professores e 88 alunos: “1.º- Socorrer os alunos pobres do Liceu, naturais do distrito da Horta, durante os seus cursos, através do pagamento das propinas de matrícula, fornecimento de livros e material de estudo; 2.º- Auxiliar monetariamente, nos cursos superiores [e nos] cursos técnicos, os alunos que pelas classificações obtidas no curso liceal e comportamento moral, mostrem ser distintos e merecedores desse auxílio; 3.º- Prestar aos alunos do Liceu outros auxílios de que reconhecidamente careçam para poderem frequentar este estabelecimento de ensino; 4.º- Conceder um prémio pecuniário ao aluno que,

sócios, do produto líquido de saraus, quermesses, conferências ou de quaisquer outras festas promovidas pelos sócios efetivos (professores e alunos o Liceu) e de dádivas de beneméritos⁴⁰⁶ e de subsídios de natureza vária

À iniciativa anterior, juntar-se-ia, na década de 1910, a criação da *Associação Académica do Liceu*, que a partir de 1920 se passaria a designar de *Associação de Alunos do Liceu*⁴⁰⁷. Assumia-se claramente, em ambos os casos, que havia sido instituída para promover a educação dos seus “sócios”, auxiliando os alunos “reconhecidamente pobres” através da constituição de uma Caixa Escolar, da realização de festas, de excursões escolares e de exercícios desportivos⁴⁰⁸. Por isso, em 1917 (dezembro), ao lançar mão da realização de uma quermesse, a *Associação* apelava na imprensa ao auxílio das Damas e dos Cavalheiros faialenses porque só assim é que poderia ajudar a que frequentassem o Liceu “todos os que se sintam animados de vontade e dotados de inteligência, fornecendo-lhes livros e pagando-lhes propinas”⁴⁰⁹.

Como já foi referido, o número de alunos matriculados no Liceu da Horta era baixo, e mais seria se não o frequentassem outros das restantes ilhas do distrito e também de São Jorge e da Graciosa, razão que levaria a que o liceu faialense também ficasse conhecido pela designação de “um liceu de ilhas”⁴¹⁰.

Esta frequência, de quem deixava o seu mundo habitual, não deixaria de constituir uma imagem da cidade faialense, assim descrita, reportando-se ao ano de 1925, pelo aluno Manuel Linhares de Andrade:

“A cidade da Horta era uma cidade acolhedora, alegre, as ruas sempre cheias de gente, com muitos e modernos estabelecimentos comerciais, onde sobressaíam já (certamente influência britânica) trajes e artigos desportivos que atraíam os visitantes. No movimento citadino, influíam muito o grande número de estrangeiros (cerca de 200), ligados ao cabo submarino que aqui residiam; e, também, em certa medida, a grande procura do porto pela navegação do Atlântico Norte, onde, constantemente, entravam navios a abastecer-se de carvão, água e frescos. O Liceu estava situado ao tempo, no largo do Bispo D. Alexandre [...], então em razoável estado de conservação. [...]. A nossa sala de convívio era a praça da República,

Cultural da Horta, 2004, pp.16-23.

em qualquer classe, obtenha a classificação de 18 ou mais valores, o qual terá a designação de “*prémio do Dr. Manuel de Arriaga*”, AESMA, *Liceu Manuel de Arriaga*, Estatutos da Caixa Escolar do Liceu de Manuel de Arriaga, 1928, fl.1.

⁴⁰⁶ BPARJJG, *Liceu Manuel de Arriaga*, Estatutos da Caixa Escolar do Liceu de Manuel de Arriaga, 1928, fl.4.

⁴⁰⁷ A primeira direção da Associação era constituída por João Figueiredo Velho Melo Falcão (presidente), João Xavier Ramos (vice-presidente), António de Freitas Pimentel (secretário), Caetano Luís de Mendonça (tesoureiro) e Carlos Alberto da Cunha (vice-tesoureiro), cf. *O Estudante*, 1925, novembro 1 (1), p.1.

⁴⁰⁸ [Direção da Associação Académica do Liceu], “Quermesse”, *O Telégrafo*, 1917, novembro 15 (7 070), p.2.

⁴⁰⁹ *Ibid.* Sobre o assunto, veja-se “Quermesse”, *Ibid.*, 1917, dezembro 12 (7 092), p.1.

⁴¹⁰ Cf. Apêndice – Capítulo III, Quadros VIII e IX.

convívio dos rapazes porque as raparigas tinham um quarto próprio e a guarda de uma contínua”⁴¹¹.

Este trauma do lançamento na cidade da Horta constituiu para muitos o princípio de uma nova experiência em que o “estudante adolescente abria a rota da vida e a grande prova do seu mundo interior”⁴¹². Por isso, não temos dúvidas de que aquele início de uma nova vida numa casa que recebesse alunos (alojamento, alimentação e roupa lavada), “com regresso a prazo”, iria não só marcar-lhes a vida como definir-lhes o seu futuro. Mas aquele trauma também se aplicava a alunos (as) de algumas freguesias rurais mais afastadas da cidade da Horta, que só iam a casa ao fim de semana, Tal como aqueles, também alugavam um quarto, ou então estabeleciam-se em casas de familiares.

Mas este “lançamento” na cidade da Horta constituiu também, em nosso entender, a capacidade, a largueza de sonhar de muitos pais para que os seus filhos tivessem um futuro menos difícil que o seu presente, porque para muitos o “tempo do liceu” foi um dos “períodos mais felizes da minha vida”⁴¹³.

Em síntese, o Liceu, fruto das primeiras reformas educativas liberais, é uma instituição de referência quando se pretende reconstruir a história da instrução secundária em Portugal. Apesar de enquadrados na mesma legislação, os liceus apresentariam particularidades próprias de acordo com as regiões onde foram instalados. O Liceu da Horta não fugiu à regra, sobretudo por ter sido responsável por uma zona de influência pedagógica, muito para lá dos limites da cidade e da própria ilha. Muitos dos seus alunos, independentemente de lhes ter aberto o caminho para estudos superiores ou para o desempenho de cargos profissionais, nunca deixaram de assinalar essa vivência marcante das suas vidas.

Tal como a maioria dos outros liceus, o Liceu da Horta, andou de casa em casa arrendada pelo Estado, situação que estaria na origem de um dos casos mais rocambolescos da sua história como atrás se referiu (uma “mudança atribulada”). A evidência é que essas casas não tinham as condições previstas na legislação, mesmo quando adaptadas, continuavam muito aquém do fim a que se destinava: insalubres e demasiado acanhadas.

Portanto, esta realidade daria azo a uma cruzada em favor da melhoria das suas instalações, que partiu, primeiro, do seu interior, mas logo se tomou uma preocupação

⁴¹¹ Manuel Linhares de Andrade [picoense, entrou para o Liceu da Horta no ano letivo de 1925-1926], “A primeira Noite de Natal fora de casa”, *O Telégrafo*, 2001, maio 24 (26 672), p.5.

⁴¹² Machado Pires, “Nota de Abertura”, in Fernando Melo, *Fragmentos da Memória*, Horta, Câmara Municipal da Horta, 1993, p.8. Veja-se também pp.95-96.

⁴¹³ Manuel Linhares de Andrade, “A primeira Noite de [...]”, já cit., *O Telégrafo*, 2001, maio 24 (26 672), p.5.

tanto das corporações administrativas como da imprensa.

A par desta reivindicação, surge outra, o desejo do Liceu da Horta possuir um curso liceal completo evitando, assim, a onerosidade decorrente da deslocação dos filhos para os Liceus centrais. Naturalmente que esta reivindicação local interessava sobretudo “à elite local desejosa da equidade no acesso ao ensino superior”, ou seja, defendia-se a descentralização do ensino secundário, através da criação de liceus com a mesma categoria nas três capitais de distrito, evitando-se, assim, “desigualdade na sua distribuição. A par desta situação, outra mais gravosa se iria concretizar em 1928, quando, temporariamente, seria extinto. Esta decisão, por todos condenada, levaria o Governo a revogar a decisão anteriormente tomada.

Numa primeira análise da evolução da frequência escolar é notório que se está perante um Liceu eminentemente masculino, mas de reduzido número de alunos. No período em estudo dar-se-ia um passo decisivo na afirmação do feminino no Liceu da Horta.

3. O professorado do ensino secundário: recrutamento, formação e categorias profissionais

“A escola é o altar do homem inteligente, honesto e desinteressado; e o professor do futuro será o sacerdote da religião do bem. [...]. O professor é o obreiro mais útil da sociedade; sem ele a civilização não progride, o homem não se liberta e a sociedade não se moraliza. Deles dependem os outros trabalhadores. [...]. Por isso, povo descobri-vos respeitosamente ante o professor porque é o sacerdote que nos ensina a religião mais sublime: o culto às ciências, às letras e às artes”⁴¹⁴.

O Liceu da Horta iniciou as suas atividades, a 1 de outubro de 1853, com quatro professores, sendo três proprietários e um temporário.

Os candidatos admitidos à docência, cuja autorização era concedida por diploma, deviam ter bom comportamento moral, civil e religioso e apresentar certidão comprovativa de idade (mínima de 21 anos), documentos passados pelo pároco, pela Câmara Municipal e pela administração do concelho da sua residência, atestando a regularidade da sua conduta, comprovativo médico informando de que não sofriam de doenças contagiosas e prova de não terem incorrido em crime⁴¹⁵.

O acesso ao Magistério oficial do secundário até 1880 podia fazer-se ainda ou por simples nomeação do ministro do Reino⁴¹⁶ ou por merecerem a confiança do Governo⁴¹⁷.

⁴¹⁴ Eurico Marques de Oliveira, “Pedagogia”, *O Telégrafo*, 1921, abril 11 (7 978), p.1.

⁴¹⁵ Cf. Áurea Adão, *A Criação e Instalação* [...], já cit., p.208-209.

⁴¹⁶ Cf. Vasco Pulido Valente, *O Estado Liberal e o Ensino. Os Liceus Portugueses (1834-1930)*, Lisboa, Gabinete de Investigações Sociais, 1973, p.138.

⁴¹⁷ Cf. José Carlos Morais da Cruz, *A Inspeção dos Liceus* [...], já cit., p.136.

Através das diferentes reformas de ensino são introduzidas modificações na organização do pessoal docente com o estabelecimento de diferentes categorias de professores (1895: efetivos e provisórios; 1917: efetivos, agregados, provisórios e supranumerários).

Paralelamente, ao desejo de estabilidade dos quadros de professores previstos para os liceus, fazia-se sentir a necessidade de os mesmos serem dotados com docentes portadores das devidas habilitações. Todavia, é notório, até finais do século XIX, que muitos professores, tanto do ensino primário como do secundário, com ou sem as devidas habilitações, não tinham quaisquer problemas em exercer outras funções que acumulavam com a docência: medicina, advocacia, jornalismo, explicações e lições particulares, o que lhes permitia “superar” os baixos salários, e quantas vezes pagos com atrasos consideráveis. Outros, ou por questões financeiras ou certamente por solidão, lecionavam até idade muito avançada, chegando a ultrapassar mesmo a barreira dos oitenta anos. Neste particular, registamos o nome António Lourenço da Silveira Macedo, professor do Liceu da Horta, como teve oportunidade de constatar o subinspetor Teotónio de Bruges nos seus relatórios de 1880-1881, 1882-1883 e 1883-1884. Pela sua leitura, concluímos que o subinspetor considerava os professores proprietários pessoas “adiantadas em anos de idade e de serviço, duas condições pouco favoráveis à instrução” e que Macedo era um homem “cansado e gasto no penoso ofício de ensinar”⁴¹⁸.

Por outro lado, verificamos que o subinspetor perante a evidência da fraca preparação dos docentes, particularmente a falta de método pedagógico, sugeria que, caso não fosse possível criar uma escola que “educasse” convenientemente os futuros docentes dos liceus, os professores “nos concursos quando não fossem dispensados deviam ser interrogados sobre pedagogia”. Situação que seria corroborada por Ferreira Deusdado, em 1887. Este depois de reconhecer que sendo o ensino principalmente o professor lamentava que as diferentes reformas não haviam atendido à instituição “urgentíssima” de uma escola normal de instrução secundária, que permitisse “ao professor um período de aprendizagem, que o habilite a entrar capaz e dignamente no exercício das suas funções”⁴¹⁹. Esta falta explicava o estado calamitoso e deplorável dos liceus do País, onde pululavam professores

⁴¹⁸ O subinspetor considerava que os professores provisórios eram, na sua grande maioria, pessoas incapazes de tal tarefa, cf. José Carlos Morais da Cruz, *A Inspeção dos Liceus* [...], já cit., pp.118-119, 136-137, 156 e 171.

⁴¹⁹ *Ap.*, António Nóvoa, *Evidentemente*. [...], já cit., p.41.

provisórios que se iam eternizando, evidenciando grande incompetência, falta de gosto e de afeto pelo magistério liceal⁴²⁰.

Certamente em atenção a todas estas fragilidades que marcavam o ensino secundário, no Regulamento de 14 de agosto de 1895 apontava-se a necessidade de haver uma seleção criteriosa quanto à escolha dos reitores e dos professores, porque, e de acordo com art.º 46, o sucesso do ensino liceal só seria conseguido quando a docência fosse assegurada definitivamente por indivíduos capazes e competentes. Ou então, provisoriamente, por indivíduos com habilitação (Curso Superior de Letras ou certidão de aprovação no curso secundário) para regência interina⁴²¹.

Dentro desta interpretação, os candidatos teriam que se submeter a provas públicas que os habilitassem a tal, sendo as mesmas constituídas por duas partes: uma geral e outra específica da cadeira a que o candidato se propunha lecionar⁴²².

Esta preocupação com a formação de professores, num País onde ainda “mal se ensina a ensinar”⁴²³, seria colmatada em 1901, quando, pelos decretos n.ºs 4 e 5, de 24 de dezembro, se consagra o lançamento do Curso de Habilitação para o Magistério Secundário, no Curso Superior de Letras⁴²⁴, com uma duração de quatro anos, com a finalidade capacitar os liceus com um corpo docente capaz. Foram introduzidas, pela primeira vez, as componentes de formação teórica (da especialidade e da pedagogia) e prática. Assim, os primeiros três anos eram reservados à preparação científica e o quarto ano à preparação pedagógica, “com forte componente prática”⁴²⁵. Esta situação, como constatou Joaquim Veríssimo Serrão, veio contribuir para o prestígio do ensino dos liceus graças a um conjunto de professores que se impuseram pela “competência do magistério”⁴²⁶.

Mas apesar disto, como chama a atenção Vasco Pulido Valente, “os não efetivos predominam”⁴²⁷. Esta situação de recurso a professores contratados trazia muitas contrariedades à vida e gestão da instituição liceal, porque havia muitos professores que faltavam frequentemente devido a anteporem à docência a sua função principal e outros

⁴²⁰ Ap. Rómulo de Carvalho, *História do Ensino* [...], já cit., pp.620-621.

⁴²¹ Veja-se PORTUGAL, *Diário do Governo*, 1895, agosto 17 (183).

⁴²² Em 1896, pela Carta de Lei de 28 de maio determinava-se que se regulamentassem as condições de acesso ao magistério dos liceus, os programas de estudo e os métodos e processos de ensino, cf. PORTUGAL, *Diário do Governo*, 1896, junho 5 (125), pp.1 465-1 456.

⁴²³ Ap. António Nóvoa, *Evidentemente*. [...], já cit., p.41.

⁴²⁴ PORTUGAL, *Diário do Governo*, 1901, dezembro 24 (294).

⁴²⁵ António Nóvoa, *op. cit.* p.41.

⁴²⁶ Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal [1890-1910]*, já cit., vol. X, p.446.

⁴²⁷ Vasco Pulido Valente, *O Estado Liberal* [...], já cit., p.139.

não possuíam a formação necessária, sobretudo em disciplinas como o Português, o Inglês e a História, o que perturbava o ensino, apesar da sua boa vontade.

O Liceu da Horta não ficou imune a tão dramático problema. Por isso, a solução passava por se recrutar localmente ou indivíduos sem a necessária formação ou com formação superior, mas sem a habilitação para o magistério liceal. Este constrangimento ocasionaria, com alguma frequência, a abertura tardia do ano escolar⁴²⁸, o que provocava a redução do ano letivo com graves prejuízos para a preparação dos alunos, nomeadamente, nas disciplinas com continuidade nos anos seguintes, e a alterações constantes dos horários.

Com o tempo, começamos a verificar que os liceus açorianos, sem exceção, além da dificuldade em recrutar, localmente, docentes devidamente habilitados, confrontaram-se com outro grave problema: os professores do Continente colocados nos Açores apenas permaneciam o tempo necessário para conseguirem ou a sua transferência ou arranjam uma comissão de serviço, não chegando, por isso, a serem colocados⁴²⁹. Esta realidade levaria o professor do liceu de Angra, Braga Paixão, em 1926, a escrever num artigo publicado na revista *Labor*, quão grande era a dificuldade de recrutamento de professores para os liceus insulares, e a necessidade do constante recurso a funcionários públicos:

“Vão-se sucedendo no ‘Diário do Governo’ as nomeações de professores para as ilhas. Os nomeados tomam posse por procuração, esperam a primeira vaga do Continente para se transferirem antes de ter de vir cá. Se a não topam ou se não logram ser providos delongam quanto podem a partida – e algum que aí aparece vem pelos cabelos e fica sempre de mala feita à espera do primeiro ensejo de se pôr na perna”⁴³⁰.

Depois de considerar que o pessoal docente dos liceus açorianos era quase todo provisório, o que em seu entender não só impedia a progressão do ensino como era desprestigiante para os liceus, perguntava, ao comparar o papel do Estado face a um militar e a um professor colocado nas ilhas: "Porquê estas deprimentes exceções com os professores dos liceus, quando a oficiais do exército [...] paga o Estado a viagem do transferido, da família, do cavalo e até a ida e regresso do impedido que o vem acompanhar?"⁴³¹.

⁴²⁸ A gravidade desta situação é visível nos anos letivos de 1928-1929, quando os alunos do Liceu da Horta não tiveram algumas disciplinas durante o primeiro período, devido ao facto dos professores provisórios propostos pelo Conselho Escolar nunca terem sido nomeados, cf. Carlos Lobão, *Liceu da Horta* [...], já cit., p.88. Mas esta situação continuaria a arrastar-se nas décadas seguintes, sendo apenas ultrapassada a partir da década de 1990.

⁴²⁹ *Id.*, pp.85-93.

⁴³⁰ Braga Paixão, “Professores das Ilhas”, *Revista Labor*, 1926, janeiro (1), pp.276-278.

⁴³¹ *Ibid.*

Em suma, estes problemas em muito explicavam situações graves que, no caso do liceu faialense, marcaram o seu quotidiano, mas não se deixaria de apontar o dedo, refugiando-se num velho lamento, isto é, mais do que usar a distância e o isolamento das ilhas em relação a Lisboa, como desculpa, não se tinha qualquer receio em admitir que a falta de respostas aos seus problemas e anseios resultavam, antes de tudo, do desconhecimento que o centro tinha da periferia, porque ficavam esquecidos “nas altas esferas da administração pública, onde os ecos das suas petições não têm chegado, ou por se perderem pelo caminho, ou por virem já tão apagados, tão cansados e diluídos da longa viagem, que não conseguiram fazer-se entender”⁴³².

Todavia, estes constrangimentos e inconvenientes não eram impeditivos de os reitores, geralmente através dos seus relatórios anuais, dedicarem palavras de elogio, de reconhecimento e de homenagem à maneira empenhada como os docentes e funcionários, “esses colaboradores leais”, exerciam as suas tarefas “para que o prestígio de que o Liceu estava a gozar no Arquipélago não desaparecesse”⁴³³. Ou então como recordava os professores do seu tempo o aluno Manuel Francisco Neves Jr. (1890-1895): “[Num Liceu] onde tudo faltava menos a competência dos professores”⁴³⁴.

Apesar de enfatizarmos um conjunto de dificuldades que marcaram os liceus açorianos, isto não foi impeditivo de que se fizesse pública referência à imagem e ao papel exemplar, de sacerdócio, desempenhados por professores de ambos os sexos, que graças à sua competência científica, pedagógica e aos seus méritos pessoais, através da imprensa ou das corporações administrativas, com a atribuição dos seus nomes a ruas⁴³⁵ e largos.

Um dos professores, entre muitos outros, que mais marcou a vida do magistério faialense, foi o “lente” de Francês, João José da Graça, de quem um dos seus biógrafos, escrevia: “Extraordinária vocação pedagógica afervora-se aos dezasseis anos no lecionamento de Português e Francês, e arrebanha mais discípulos e discípulas que todos os outros professores encanecidos do mister de ensino”⁴³⁶. Pela fama com que escrevia e

⁴³² Ap. Fátima Sequeira Dias, “A Visão Oficial do [...]”, já cit., in *O Faial e a Periferia* [...], p.231.

⁴³³ AESMA, *Liceu Provincial Manuel de Arriaga*, Relatório do Reitor de 1945-1946, p.16.

⁴³⁴ José Benarús [coord.], *O Centenário* [...], já cit., pp.85-90.

⁴³⁵ Em 1897, a Câmara da Horta pelos serviços prestados à causa do ensino, deliberou atribuir à rua de Santo Elias o nome de rua Comendador Macedo (António Lourenço da Silveira Macedo) e à ladeira de São João o nome de rua Advogado João José da Graça. Propostas apresentadas à edilidade, respetivamente, pelo vereador padre Manuel José de Ávila e pelo administrador do concelho da Horta, Vitoriano da Rosa Martins, cf. BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livro de Vereações, 1896-1898 (48), fls.136-136v.: “Ata de 28 de janeiro de 1897”.

⁴³⁶ José Machado Serpa, “João José da Graça”, *Correio da Horta*, 1942, junho 13 (3 025), p.1; junho 22 (3 032), p.1; junho 23 (3 033), p.1.

falava aquela língua, “como um parisiense”, levou a que um seu discípulo, José Machado Serpa, escrevesse que o Graça “almoçava costelas à Racine, jantava sopa e cozido à Bossuet e merendava chá e torradas à Victor Hugo”⁴³⁷.

Por isso, a sua morte, a 14 de setembro de 1893, seria entendida como uma grande perda à causa da “instrução e da literatura, na nossa terra”. E a razão era muito simples, desde cedo havia posto o seu talento ao serviço do ensino, proporcionando aos seus discípulos métodos de ensino adequados à aprendizagem dos “rudimentos da ciência ou língua que pretendesse[m] estudar”⁴³⁸.

Em suma, tal como Graça, muitos professores, mais do que o magistério, afirmaram a sua inteligência em suficientes publicações, na imprensa e nas corporações públicas e associações culturais, recreativas, religiosas, beneficentes e desportivas a que pertenceram. Não negavam a sua colaboração a tudo o que tivesse utilidade.

4. Uma iniciativa efémera: a Escola Distrital de Habilitação ao Magistério Primário

“Como se poderá encontrar mestres aptos para o ensino público, habilitados para tão importante mister, quando a remuneração que recebem pelo seu assíduo e fatigante trabalho, dificilmente chega, quando chega, para ocorrerem às mais indispensáveis necessidades da vida? O resultado é, que muitas vezes o pessoal que se sobrepõe ao ensino, não possui os precisos conhecimentos, nem as boas maneiras e educação, que tanto, devem influir de futuro no carácter dos educandos”⁴³⁹.

“O professor tem de se manter em permanente formação. E como se afirma com frequência, não há verdadeira formação se não houver autoformação”⁴⁴⁰.

Na segunda metade de oitocentos e primeiros decénios do século XX assiste-se no burgo faialense a uma notória (intensa) atividade cultural, recreativa e desportiva marcada também pelas questões educativas. A crença na escola não se ficava apenas pela sua importância como fator gerador de progresso e desenvolvimento, ela era entendida como o espaço adequado para a formação de cidadãos mais cultos, mais lúcidos e participativos na vida geral da sociedade.

Deste modo, o debate educativo, consubstanciado em diferentes reformas, foi marcado, entre outros, pelo combate ao analfabetismo e ao absentismo e pela urgente

⁴³⁷ *Ibid.* Das obras publicadas com vista ao ensino, destacamos *Novo método para aprender inglês pelo sistema de Olendorff adaptado aos portugueses* (1860); *As primeiras letras – Método racional para aprender a ler* (1866); *Compêndio de gramática francesa – método prático* (1869); *Aritmética oral e escrita* (1870).

⁴³⁸ Manuel José de Ávila, “Preito de Saudade”, *O Telégrafo*, n.º 1, 1893, setembro 18 (14), p.1.

⁴³⁹ Costa Rebelo, “O Magistério Primário”, *O Grémio Literário*, 1882, agosto 15 (52), p.222.

⁴⁴⁰ José António Marque Moreira, “Formação de Professores em Portugal no século XX”, *O Professor*, 2003, novembro-dezembro (83), pp.48-56.

necessidade de formação de professores tanto do ensino primário como do ensino secundário.

Em 1882, o subinspetor escolar da Horta, António de Guilherme Saldanha e Albuquerque, ao dirigir-se ao presidente da Junta Geral do distrito, sobre um assunto de interesse capital – a Instrução Primária – não deixava de lamentar que teria que expor a verdade para que fosse conhecida “em toda a sua nudez”⁴⁴¹. E a verdade era muito simples. O subinspetor, cónscio da sua missão, não deixava de enfatizar que o professorado primário do distrito da Horta estava longe de satisfazer “o desenvolvimento do programa de estudos necessários à época em que vivemos”⁴⁴². Por isso, era de opinião que, se as ciências pedagógicas como todas as outras caminhavam para o seu aperfeiçoamento, a maior parte das escolas oficiais do distrito achavam-se dirigidas por professores mal preparados e ignorando os princípios mais rudimentares de pedagogia.

A citação anterior remete-nos para um discurso em que se procurava valorizar a profissão docente. Por isso, era desejo que as reformas tivessem como principais objetivos a dignificação tanto da sua missão como do seu papel. Mas para que isto fosse possível seria necessário que os docentes dispusessem dos necessários conhecimentos específicos, para que o exercício da docência se tornasse a tempo inteiro ou, pelo menos, a ocupação principal. Assim, o ensino foi-se tornando cada vez mais o modo de vida de um grupo profissional cada vez mais especializado – “os professores”⁴⁴³. Profissão que se foi constituindo graças à intervenção e ao enquadramento do Estado⁴⁴⁴.

Face a esta necessidade, seria necessário que se criassem instituições específicas e habilitadas para a formação de professores, permitindo assim criar um grupo profissional detentor de um corpo de saberes e de saber-fazer adequados à profissão (“aprender para ensinar”). Deste modo, para os professores de ensino primário a formação pedagógica surgiu na segunda metade do século XIX, enquanto para os do secundário foi mais tardia, como já foi referido. No primeiro caso, as primeiras escolas de formação de professores – escolas normais – surgiram em Portugal na década de 1860, com a abertura das escolas

⁴⁴¹ BPARJJG, *Subinspeção Escolar Primária do distrito da Horta*, “Ofício, n.º 138, de 2 de novembro de 1882, à Junta Geral do distrito da Horta” [d.a.].

⁴⁴² *Ibid.*

⁴⁴³ Carlos Loureiro, *A docência como profissão*, Porto, Edições Asa, 2001, p.40.

⁴⁴⁴ Veja-se António Nóvoa, “Formação de Professores e profissão docente”, in <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4758/1/FPPD> (consultado em 18-01-2013).

normais primárias de Lisboa (sexo masculino, em 1862; sexo feminino, em 1866)⁴⁴⁵.

Este desejo de formação do professorado, em nossa opinião, era uma forma de combater ideias pré-concebidas de que para se ser professor bastava, ou ter uma grande cultura académica sem formação pedagógica ou então bastava uma boa formação pedagógica sem necessidade académica. Ou simplesmente como se referia em 1885, no jornal *O Democrata*, a propósito da vaga existente para a escola da freguesia da Matriz:

“Consta que vai abrir concurso por quinze dias, para o provimento de lugar de professor da escola de ensino elementar e complementar da freguesia da Matriz desta cidade. Desejávamos que uma cadeira de ensino como é a do curso complementar fosse dada a pessoa com habilitações suficientes, e não a certos ‘peralvilhos’ que nos dizem ter requerido e afirmado que lhe está de há muito prometida”⁴⁴⁶.

Dentro desta interpretação, em 1894, pelas reformas da instrução primária⁴⁴⁷, reafirmava-se a necessidade da sua formação, dando-se particular relevo para a abertura de cursos de habilitação para o Magistério Primário, em todos os distritos, de acordo com o Regulamento de 18 de junho de 1896, que dispunha que os candidatos que desejassem obter o diploma de professor primário deveriam optar por uma das seguintes opções: cursar as escolas normais de Lisboa⁴⁴⁸, Porto e Coimbra, independentemente de serem alunos pensionistas ou não; frequentar os cursos das Escolas complementares distritais; fazer exame, na condição de externos, em qualquer uma destas escolas⁴⁴⁹.

Porém, e em atenção à documentação compulsada, constata-se que em 1896, a edilidade faialense, presidida então pelo visconde Leite de Perry, na sua sessão ordinária de 30 de maio, havia deliberado, por proposta do vereador responsável pelo pelouro da instrução, padre José Veríssimo Ribeiro, que se fizesse chegar ao Governo uma representação solicitando a criação de uma escola distrital de habilitação ao magistério primário. Deliberou ainda, a consulta prévia às outras câmaras do distrito para saber se estavam dispostas a custear as despesas de tal empreendimento “em proporção dos seus

⁴⁴⁵ BPARJJG, *Escola Normal de primeira classe da cidade de Lisboa, para o sexo masculino*, “Edital de 28 de fevereiro de 1890”. As primeiras instituições criadas neste âmbito, em Portugal, remontam ao ano de 1835.

⁴⁴⁶ “Noticiário”, *O Democrata*, 1885, janeiro 25 (4), p.3.

⁴⁴⁷ Veja-se PORTUGAL, *Diário do Governo*, 1894, dezembro 24 (292): “Decreto de 22 de dezembro de 1894 [Jaime Moniz]”. Para a matrícula em cada uma destas escolas, aos candidatos era exigido ou o exame elementar do 2.º grau ou o exame de admissão à escola.

⁴⁴⁸ Veja-se Joaquim Pintassilgo & Lurdes Serrazina, *A Escola Normal de Lisboa e a Formação de Professores. Arquivo História e Memória*, Lisboa, Edições Colibri, 2009.

⁴⁴⁹ Cf. Urbano Mendonça Dias, *História da Instrução nos Açores*, Vila Franca do Campo, Empresa Tipográfica Lda., 1928, pp.98-99.

rendimentos”, oportunidade aproveitada para se reafirmar que a sua utilidade era “geral para todos os concelhos do distrito”⁴⁵⁰. Por aqui se ficou.

Quatro anos depois (ano letivo de 1899-1900⁴⁵¹) abria na cidade da Horta a tão desejada Escola de Habilitação ao Magistério Primário. Durante os vinte e um anos de existência matricularam-se 281 alunos. Destes, obtiveram o respetivo diploma para exercer o magistério 260 (92,5%), sendo 83 diplomados do sexo masculino (31,9%) e 177 do feminino (68,1%). A estes números deverá adicionar-se 20 candidatos que durante os dois primeiros anos fizeram exames como externos.

Pela evidência dos dados mencionados, o número de diplomados do sexo feminino⁴⁵² permite concluir que a docência se afirmara como um campo de trabalho daquele sexo, situação, aliás, que já vinha desde a segunda metade de Oitocentos. Por isso, a Escola Distrital de Habilitação ao Magistério Primário surgia como um espaço não elitista e não interdito às mulheres, certamente jovens das principais famílias do distrito. Ao mesmo tempo que esta gradual superação do número de mulheres em relação aos homens na profissão docente constituía como que uma resposta à necessidade de se manter um corpo professoral estável, cujo salário não constituísse apenas a razão do seu ofício.

Este apelo à mulher, libertando-a do “currículo” tradicional, que dava ênfase aos trabalhos da agulha e da tesoura, e da sua posição secundária resultou de um discurso público que apelava à substituição dos homens pelas mulheres na “missão civilizadora”, “patriótica” e “nobre” de educar. Por isso, a entrada da mulher no campo de docência significava também uma oportunidade, com a aprovação da sociedade, de ela poder mais facilmente alcançar e comunicar com o espaço público, situação geralmente concedida apenas pelo casamento.

Todavia, a ilha do Faial apesar de ter uma Escola de Habilitação ao Magistério Primário, apenas formava professores do ensino primário elementar. Esta situação levaria o jornal *O Faialense*, em 1901, dentro da lógica “pugnar por todos os interesses do distrito e da ilha”, a reclamar por aquilo que considerava “de importância intelectual e social dos

⁴⁵⁰ BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livro de Vereações, 1896-1898 (48), fl.89: “Ata de 30 de maio de 1896”.

⁴⁵¹ Cf. O[sório] G[oulart], “Escola Normal da Horta”, *A Democracia*, 1921, outubro 18 (1 408), p.1; Ap. Osório Goulart, *Horas Solenes*, já cit., pp.136-137. A Escola Distrital de Habilitação para o Magistério Primário, de acordo com o jornal *O Faialense*, começou por funcionar na *Bagatelle*, cuja abertura e inauguração decorreu a 3 de novembro de 1900, pelas 10h. Pronunciou um discurso adequado àquele ato o padre Osório Goulart que, no impedimento do diretor, assumiu o lugar como o mais velho dos professores efetivos daquele instituto, cf. “Memorando [Escola Distrital]”, *Ibid.*, 1900, novembro 4 (53), p.2.

⁴⁵² No ano escolar de 1905-1906, dos 27 alunos matriculados na escola, 20 eram do sexo feminino, cf. “Escola Distrital”, *O Telégrafo*, 1905, novembro 3 (3 555), p.1.

povos do distrito”⁴⁵³: a necessidade de que na Horta se estabelecesse um curso normal de habilitação para o dito magistério, uma vez que nas escolas normais é que se obtinha o diploma que conferia as habilitações de professor primário complementar, o que também permitia “a aprovação em qualquer curso de instrução superior ou mesmo a aprovação no curso dos liceus”⁴⁵⁴.

Gravura 9: Professores e alunos da Escola Normal da Horta (1921)



Fonte: Coleção Thiers Lemos.

De acordo com a leitura do artigo que vimos citando, constatamos que o articulista não deixava de acusar a Câmara da Horta por não ter a mesma ponderação sobre o assunto que haviam tido as de Angra do Heroísmo e de Ponta Delgada. Em seu entender, enquanto estas trataram de conseguir tal benefício, faialenses ficaram, nesta como noutras circunstâncias, numa atitude de ver para crer:

“Empoleirados no alto do nosso indiferentismo olhámos de soslaio para a atividade dos nossos vizinhos, sem ligarmos importância a um elemento que tantas vantagens traria à instrução primária nesta ilha e em especial àqueles que para exercerem o magistério têm de ir dispendiosamente dar provas de habilitação para alcançarem o respetivo diploma”⁴⁵⁵.

Mais uma vez se relevava a importância do fator económico, porque qualquer aspirante ao magistério primário, caso não possuísse os meios de fortuna, para viver longe da sua terra a fim de cursar as escolas normais distritais, ficava impedido de tal. Como argumento da necessidade da sua instalação, adiantava-se que eram alunos da escola

⁴⁵³ “Escola de habilitação para o magistério”, *O Faialense*, 1901, julho 29 (39), p.1.

⁴⁵⁴ Urbano Mendonça Dias, *História da Instrução [...]*, já cit., pp.98-99.

⁴⁵⁵ “Escola de habilitação para o magistério”, *O Faialense*, 1901, julho 29 (39), p.1.

distrital de Angra do Heroísmo “cerca de meia dúzia de filhos do distrito, alguns da Horta”⁴⁵⁶. Concluía, acrescentado que aquele número seria maior se os constrangimentos económicos não constituíssem um embaraço para muitos pretendentes⁴⁵⁷.

No entanto, a designação inicial passou a Escola Normal da Horta, porque se fizemos fé numa notícia de *O Telégrafo* referente ao ano letivo de 1914-1915, já havia três classes na Escola, o que significava que já preparava professores tanto para os curso elementar como complementar⁴⁵⁸. Porém, não encontrámos qualquer referência sobre a data da mudança de designação.

Finalmente, entendemos que a instalação da escola supra tinha um duplo objetivo: preparar e aperfeiçoar os que, por vocação, desejavam dedicar-se a uma profissão tão difícil e importante; disponibilizar um curso bem organizado no caminho da instrução popular e do progresso social, contribuindo assim combater o vergonhoso número do analfabetismo em Portugal. A este propósito, o professor da Escola Normal da Horta⁴⁵⁹, padre José Osório Goulart, não tinha qualquer dúvida em afirmar que uma coisa ressaltava da sua atividade: o grande contributo que dera par o decréscimo do analfabetismo no distrito da Horta⁴⁶⁰.

De acordo com as informações que apresentava sobre o assunto, baseadas nos dados do recenseamento de 1911, verificamos que no decénio anterior à fundação da escola a percentagem dos indivíduos que sabiam ler no distrito da Horta havia descido de

⁴⁵⁶ *Ibid.*

⁴⁵⁷ *Ibid.*

⁴⁵⁸ “Noticiário”, *O Telégrafo*, 1914, outubro 20 (6 162), p.3. Para o ano letivo de 1914-1915, a que se reportava esta notícia, estavam matriculados na escola 68 alunos, assim distribuídos: 1.ª classe: 30; 2.ª classe: 19; 3.ª classe: 19. No ano de 1907-1908, foi frequentada por 23 alunos, sendo 6 das Flores, 6 do Pico, 7 do Faial, 1 de S. Jorge, 2 da Terceira e 1 de S. Miguel, cf. “Ensino Normal”, *O Telégrafo*, 1907, outubro 15 (4 119), p.1.

⁴⁵⁹ Com o tempo verificamos, pela leitura da imprensa, que a designação inicial passou para Escola Normal da Horta. Não vislumbrámos qualquer documento ou referência oficial a essa alteração: “Escola Normal da Horta abre amanhã [21] pelas 10 horas”, “Noticiário”, *O Telégrafo*, 1915, outubro 20 (6 453), p.2. Sobre o funcionamento da Escola, veja-se BPARJJG, *Alto-Comissário da República nos Açores*, “Ofício, nº 37, de 17 de agosto de 1918, enviado ao diretor da Escola Normal da Horta” [d.a.]. Nele pode ler-se: “Tendo chegado ao meu conhecimento queixas [de um aluno] contra o funcionamento da Escola Normal da Horta e havendo graves acusações contra o modo como naquela Escola são dadas as classificações; no uso dos poderes que confere o decreto n.º 3 986, de 26 de março de 1918: Nomeio para fazer uma sindicância à dita Escola o professor do Liceu da Horta Alexandre Fernandes da Costa Feijão, a fim de que investigue tudo o que se relacione com o modo como na referida Escola é ministrado o ensino e como nela são dadas as classificações finais, averiguando se tais classificações correspondem ao grau de aproveitamento e instrução dos alunos e se estes saem da escola em condições de exercer convenientemente o magistério” *A Democracia*, 1918, agosto 30 (703), p.2. Quanto a explicadoras ligadas ao ensino normal, veja-se “Ana Adelina Bettencourt, Professora diplomada. Explica todas as disciplinas do Ensino Normal, Rua do Conselheiro Medeiros, n.º 2”, *O Telégrafo*, 1916, setembro 25 (6 728), p.2; “Maria de Melo e Silva, professora diplomada pela Escola de Ensino Normal da Horta, prontifica-se a lecionar crianças de ambos os sexos e a dar explicações para a Escola Normal na casa n.º 5 da rua do Arco”, *Ibid.*, 1917, outubro 8 (7 038), p.2.

⁴⁶⁰ Cf. Osório Goulart, *Horas Solenes*, já cit., pp.136-137.

27,18% (1890) para 24,56% (1900); enquanto no decénio a que se seguiu à sua fundação, aquela percentagem subira para os 36,37% (1911, enquanto nos distritos de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo se ficavam pelos 24,44% e 29,33% respetivamente). Por isso, regozijava-se que o distrito da Horta fora único do País que no, mesmo período, o analfabetismo sofrera maior redução, afirmando que isso se devera ao aumento do número de candidatos diplomados para o magistério e pela maior difusão do ensino primário graças à criação de novas escolas.

A terminar, não deixava de alertar o Governo para dar às novas Escolas Primárias Superiores, que vinham substituir aquelas, “uma organização prática, de reconhecida utilidade regional, oferecendo àqueles que as frequentarem garantias de superioridade económica na luta pela vida”⁴⁶¹.

Em 1919, na sequência da organização do ensino primário e de harmonia com o disposto no artigo 1.º e § 1.º, 2.º e 3.º do mesmo, do decreto de 5 de maio de 1919, do ministério da Instrução Pública⁴⁶², a Escola Normal da Horta deixaria de funcionar em 1921⁴⁶³, uma vez que a partir de 1 de julho do mesmo ano, as antigas escolas de ensino

⁴⁶¹ *Id.*, p.137. Sobre o assunto, veja-se J[oa]o. L[acerda], “A extinção das escolas distritais”, *O Telégrafo*, 1913, março 26 (5 702), p.1. O autor ao referir-se à extinção das escolas distritais de habilitação ao magistério primário, não deixava de reconhecer que a sua concentração em Lisboa, Porto e Coimbra tornaria o ensino mais eficiente, perfeito e mais intenso. Depois de lamentar, mais uma vez, na linha da pobreza do distrito e consequente situação económica dos candidatos e ao afastamento geográfico, que a sua extinção viria causar uma série de transtornos para os habitantes dos Açores: “transtornos para as passagens pagas pelo Estado aos alunos que tenham de ir ao Continente cursar as escolas normais, de forma alguma compensam”. Finalmente, defendia que, se os liceus apenas preparavam para a burocracia ou para cursos superiores, situação apenas possível para alguns, estes deveriam converter-se em institutos que poderiam ministrar, além dos cursos de letras e de ciências, os cursos pedagógico, técnico elementar e de desenho industrial, apenas com uma pequena despesa, presentemente, com as escolas normais distritais. Por isso, chamava a atenção dos interessados (estudiosos) e da imprensa para tão momentoso assunto, “na esperança de que não deixarão passar a ocasião de agitar e meditar assunto de importância educacional e económica”.

⁴⁶² Cf. PORTUGAL, *Diário do Governo*, 1919, maio 5 (93), pp.741-742: “Decreto n.º 5 504, de 5 de maio de 1919”.

⁴⁶³ Foram seus professores: Simão de Roches da Cunha Brum, que também foi seu diretor; Padre Osório Goulart; José Maria Soares de Melo; João Romano de Freitas; Maria Elvira Pereira da Silva Ferreira. Sobre a casa desta Escola, veja-se Emerson Ferreira, “A Escola Distrital e o Ensino Primário”, *O Telégrafo*, 1905, novembro 18 (3 568), p.1; “Escola Distrital”, *Ibid.*, 1905, novembro 10 (3 561), p.1. Ao debruçar-se sobre a rua onde funcionava (?), Serpa Pinto, afirmava que esta, devido à sua atividade comercial e ao barulho daí decorrente, era imprópria para a existência de tal escola, porque, no seu entender, deveria funcionar, sim, num local “sossegado, salubre, e por razões que bons pedagogos conhecem, deve ter terreno seu contíguo”. Quanto ao aluguer da *Bagatelle* pela Câmara para ser usado para tal fim, advogava que se devia alugá-la uma vez que não tinha qualquer dúvida que a sua aquisição acarretaria mais de “dez contos de réis” para a sua transformação “num edifício próprio para uma escola”; “Escola Distrital”, *Ibid.*, 1905, novembro 3 (3 555), p.1. Neste artigo, lamentava-se, primeiro, as condições do edifício da escola e a necessidade de uma decisão da Câmara por parte das exigências do dono da mesma: o pagamento de uma renda anual de 600\$000 réis e morar em parte da casa da escola. Depois, o facto de a Câmara desejar comprar o edifício por um valor elevado tendo em conta as condições do mesmo. Por fim, defendia que a Câmara usasse aquela verba para adquirir “uma casa escolar nas condições devidas, ampliando o edifício do antigo Liceu, situado no largo de D. Carlos”. Veja-se “Escola Distrital”, *Ibid.*, 1905, novembro 10 (3 561), p.1.

normal de Lisboa, Porto e Coimbra e as de habilitação ao Magistério do Ensino Primário existentes nas sedes dos outros distritos do País seriam transformadas em escolas primárias superiores.

Todavia, apesar da extinção da Escola Distrital de Habilitação ao Magistério Primário, esta seria substituída pela Escola Primária Superior depois denominada do Dr. Freitas Pimentel⁴⁶⁴, cujos dados compulsados (oficiais e da imprensa), são muito escassos⁴⁶⁵, e que passaria a funcionar a partir do ano letivo de 1921-1922⁴⁶⁶.

Todavia, pela leitura de um artigo publicado no jornal *O Faialense*, verificamos que o articulista demonstrava um desespero angustiante, porque as diferentes secções previstas para funcionarem em cada escola, de acordo com as necessidades de cada região, comercial, agrícola, doméstica, industrial e marítima, se haviam ficado apenas pela secção geral, o que contrariava o que havia sido decretado.

Porém, não deixaria de reconhecer a generosidade do documento reformista, ao entender que, caso se passasse do papel à prática “como tudo leva a crer”⁴⁶⁷, as escolas tonar-se-iam em centros educativos de grande alcance, onde, graças à sua gratuidade, todos poderiam conseguir os meios de futuro, alcançando assim uma vida mais desafogada. Por isso, a concluir, não tinha dúvida de que uma nova época se apresentava ao ensino no distrito, “sendo justo que todos, no seu próprio interesse, a aproveitem”⁴⁶⁸.

⁴⁶⁴ Veja-se “Escola Primária Superior da Horta”, *O Telégrafo*, 1919, setembro 4 (7 581), p.1; “A reorganização da Escola Primária Superior”, *Ibid.*, 1924, dezembro 5 (8 350), p.1; “As aspirações do Regionalismo Açoriano”, *Ibid.*, 1922, outubro 25 (8 219), p.1; Urbano Mendonça Dias, *História da Instrução* [...], já cit., pp.118-119.

⁴⁶⁵ “Escola Primária Superior”, *O Faialense*, 1924, novembro 9 (36), p.3. Na sequência da suspensão do funcionamento das escolas do magistério primário em 1936, pelo decreto n.º 27 279, de 24 de novembro, seria criada, em 1945, pelo decreto n.º 35 227, de 7 de dezembro do mesmo ano, a Escola do Magistério Primário da Horta, cf. Carlos Melo, *A Escola do Magistério Primário da Horta no Estado Novo (1945-1974)*, Tese de Mestrado, Texto Policopiado, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2007.

⁴⁶⁶ Cf. PORTUGAL, *Diário do Governo*, 1919, maio 5 (93), pp.741-742: “Decreto n.º 5 504, de 5 de maio de 1919”. No artigo 3.º referia-se que “a partir de 1921-1922 não se ministrará nestas escolas senão o ensino primário superior”. O Ensino Primário Superior fora criado pelo decreto com força de Lei de 29 de março de 1911, mas só seria regulamentado pelo ministro da instrução Leonardo Coimbra em 1919 (Regulamento de 10 de maio), vindo a entrar em funcionamento no ano letivo de 1919-1920. Em 1924, voltaria a ser reorganizado pelos decretos n.º 9 763 e n.º 10 248 de 4 de junho e de 4 de setembro respectivamente, cf. Carlos Manique da Silva, *O Ensino Primário Superior em Sintra (1919-1926)*, in <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/6229/1/ensino%20primario%20superior.pdf> (consultado em 06-02-2013).

⁴⁶⁷ “Escolas de ensino técnico na Horta”, *O Faialense*, 1924, julho 27 (21), p.2.

⁴⁶⁸ *Ibid.*

Conclusão

Se dotar a cidade da Horta com uma doca era entendido como um projeto fundamental para o desenvolvimento e engrandecimento local e distrital, a importância do derramamento da instrução equivalia a outro tanto.

Não só constitui uma referência do tempo em estudo como continuava a ser um assunto merecedor de grande preocupação, porque também se entendia na cidade da Horta que o primeiro “ponto” para se entrar na civilização era a instrução. Por isso, o desejo de fazer desaparecer a mais terrível das desigualdades – a ignorância – também motivou um amplo debate com a publicação de inúmeros textos na imprensa faialense, que até lhe dedicaria um jornal *A Escola* (1882), semanário consagrado ao ensino primário, e livros dedicados ao ensino, da autoria de homens como João José da Graça (1836-1893) e António de Sousa Hilário (1841-1918⁴⁶⁹).

De resto, libertar o homem das amarras da ignorância, fazendo dele um ser instruído e civilizado era não apenas um projeto pessoal, mas entendido também como a base de todo o desenvolvimento económico, social e político. Deste modo, todo o esforço redundou em dotar a ilha com escolas de ambos os sexos, com cursos noturnos e diurnos, “técnicas” e de formação de professores (o desejo de formação de uma classe docente habilitada) e o Liceu com um curso completo. Esta responsabilidade foi cometida não só à iniciativa pública mas também à iniciativa privada e associativa.

No entanto, esse esforço de derramamento da instrução ao permitir, primeiro, uma aprendizagem imprescindível (ler, escrever e contar); depois, adquirida esta competência, o estímulo profissional ou liceal, deparou-se com muitas dificuldades. Isto é, esta centralidade atribuída à escola coexiste com um discurso cuja aplicação prática é dificultada no terreno pela pobreza do cofre e de outros recursos por parte do Estado, das Câmaras e das Juntas de Paróquia, que se traduziam em edifícios escolares precários e despojados do material necessário, no pagamento tardio das rendas das casas e dos salários dos professores); pelas elevadas taxas de absentismo, decorrentes da mentalidade das

⁴⁶⁹ António de Sousa Hilário (Norte Grande, São Jorge, 1842; Horta, 1918). Depois de concluir o Liceu da Horta, tornou-se oficial da biblioteca do mesmo (1866-1879). Guarda-livros da *Caixa Económica Faialense* (1864-1873). Professor particular, explicador e jornalista. Além da sua colaboração em jornais como *O Faialense*, *O Atlântico*, *A Verdade* e *O Telégrafo*, foi proprietário e redator do *Direito Popular* (1871-1872), *O Imparcial* (1876) e, novamente, *Direito Popular* (2.ª série, 1879-1881). Autor das obras: *Educação Paterna*, *Breves discursos* (1876) e *Breves soluções dos programas oficiais para os exames de instrução primária e secundária* (1878).

famílias, para quem o trabalho infantil é uma fonte suplementar importante e a escola era algo desnecessário e luxuoso. Por isso, o baixo número de crianças alfabetizadas era sinónimo de taxas de frequência liceal reduzidas e revelador do analfabetismo existente. O que significava que a maioria dos faialenses continuava presa à “escuridão” provocada pelo analfabetismo.

Em suma, se não houvesse equidade na educação jamais haveria igualdade de direitos.

Capítulo IV

VIDA SOCIAL:

FORMAS DE ASSOCIATIVISMO E ESPAÇOS MUNDANOS

“Também nós neste pequeno e ignorado cantinho de Portugal temos associações humanitárias que tendem ao desenvolvimento intelectual e bem-estar destes povos e se tornam dignas de menção pelos serviços que têm prestado a esta ilha. Entre elas ocupa lugar de honra a ‘Sociedade Amor da Pátria’, associação ilustrada e benemérita. Instituída em 1859, tem-se tornado credora dos Faialenses dum eterno reconhecimento por duas razões: 1.^a - Instituída uma ‘Caixa Económica’ que além de muitos serviços, decepou com mão robusta a usura, cancro social que envolveu na miséria tantas e tão abastadas famílias; 2.^a - Promovendo a instrução por meio de escolas gratuitas noturnas, nas quais o filho do povo, após o diurno lidar da vida acha nos salutareis princípios da instrução muitos exemplos para o seu viver futuro. É que senhores, se um dos primordiais princípios da caridade consiste em dar alimento àqueles que dele necessitam, essa caridade não é menos bela, nem menos sublime é o seu encargo, quando espalha com exuberância a instrução pelas classes populares; fazendo muitas vezes do filho do povo, uma das glórias da Pátria e do seu berço natal. Bem-haja pois semelhante associação, e todas as que tendem ao progresso e ilustração de nossos irmãos, que trilhemos mais alguns passos no caminho da civilização: as ideias progressistas do século XIX”¹.

¹ Ernesto Canto do Amaral, “[Sociedade Amor da Pátria]”, *A Pátria*, 1875, agosto 1 (15), p.2. Sobre a importância do associativismo, veja-se João José da Graça, “Associação”, *O Atlântico*, 1862, fevereiro 6 (3), pp.1-2; Maurice Agulhon, *Pénitents et franc-maçons de l’ancienne Provence*. Paris, Seuil, 1968 (nova edição em 1984 da Fayard, Paris); Id., “Le cercle dans la France bourgeoise (1810-1848)”, *Cahier des Annales*, Paris Armand Colin, 1977 (36); Costa Goodolphim, *A Associação*, Lisboa, Seara Nova, 1974 (edição original de 1876); Fernando Piteira Santos, “Direito de Associação”, in Joel Serrão [dir.], *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, Lisboa Iniciativas Editoriais, 1979, pp.236-238; Maria de Lourdes Lima dos Santos, “Sociabilidade, comunicação [...], já cit., in António Reis [dir.], *Portugal [...]*, vol. I, pp.365-388; Jean-Louis Guereña, “Espacios y formas de la sociabilidad en la España contemporánea. Introducción”, *Hispania, Revista Española de Historia*, vol. LXIII/2, 2003, maio-agosto (214), pp.409-414; Susana Serpa Silva, “Aspetos da Vida Social e Cultural Micaelense na segunda metade do séc. XIX”, *Revista Arquipélago. História*, 2.^a Série, vol. IV, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2000 (2), pp.299-357; Id., “Associativismo e Filantropia no Tempo de Ernesto do Canto”, in *Ernesto do Canto – retratos do homem e do tempo*, Centro de Estudos Gaspar Frutuoso/Universidade dos Açores/Câmara Municipal de Ponta Delgada, 2003, pp.49-71; Paulo Silveira e Sousa, “Gerir o Dinheiro e a Distinção. As caixas económicas de Angra do Heroísmo e os seus corpos gerentes (1845-1915)”, *Revista Arquipélago. História*, 2.^a Série, vol. VI, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2002, pp.293-346; Id., “As elites, o quotidiano e a construção da distinção no distrito de Angra do Heroísmo durante a segunda metade do século XIX”, *Revista Arquipélago. História*, 2.^a Série, vol. VIII, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2004, pp.113-170; BRITO, Sandra, “Associativismo recreativo-cultural: sentidos de uma prática. O Clube Fenianos Portuenses”, *Revista da Faculdade de Letras do Porto. História*, III Série, vol. 5, Porto, 2004, pp.79-100; Carlos Lobão, *História, Cultura [...]*, já cit.

1. O associativismo² e a sociabilidade³ – reflexos de um espírito de cidadania

“Sendo o homem um ente essencialmente sociável, tudo quanto for coartar o direito que assiste a unir-se com os seus semelhantes para qualquer fim, que não seja manifestamente oposto ao bem geral da sociedade, é uma abuso contrário não só à liberdade natural, mas igualmente ao progresso da humanidade. Pouco podendo isoladamente [...], carece o homem, desde que vem ao mundo [...] da coadjuvação de outros seres; e da confraternidade em que vive com estes é que lhe advém o desenvolvimento do espírito e todos os benefícios da civilização que o distinguem do irracional. [...]. É, pois, do espírito de associação, que tem vindo o bem da humanidade, e quando maior for a tendência para a união mais se aperfeiçoará o estado social e maiores serão os benefícios que gozará a espécie humana”⁴.

O movimento associativo, ou uma sociabilidade organizada de tipo associativo, entendido como uma forma de intervenção social, encontrou na cidade da Horta, no tempo em estudo, um terreno fecundo donde brotou uma série de associações com diferentes objetivos de organização e de sociabilidade, cuja filiação remonta às instituições assistenciais, às irmandades do Espírito Santo, às confrarias religiosas, às lojas maçónicas⁵ e às atividades realizadas em espaços domésticos de sabor aristocrático (saraus músico-literários, bailes, concertos e audições musicais)⁶.

Na ilha do Faial, ainda perduram no presente nove sociedades de índole vária, quatro clubes desportivos e dois asilos fundados antes e durante o período em estudo⁷:

Deste modo, na Horta, as diferentes associações, em atenção aos seus sócios, estatutos, património material e simbólico, composição e atuações sociais diversificadas constituem tema privilegiado – suficiente para outro estudo mais aprofundado e ainda por

² Nesta dissertação deve-se entendê-lo como a forma de organização voluntária de pessoas (geralmente designadas de sócios) através da fundação e gestão de uma multifuncionalidade de espaços com vista à obtenção de determinadas finalidades específicas, que podiam passar por uma maior ou menor dinâmica interventiva na sociedade ou apenas pelo simples prazer de estar juntos.

³ Este termo, que fez a sua entrada, primeiro, nas Ciências Sociais com Georges Gurvitch (*A Vocação Atual da Sociologia*) e depois no campo da pesquisa histórica, em 1966, com Maurice Agulhon (1968 e 1977), deve ser entendido como a disposição das pessoas e dos grupos para viverem de forma mais ou menos intensa as múltiplas relações que definem qualquer sociedade [estatutariamente] organizada, o que significa que são capazes de aceitar determinadas “regras de convivência e alienando uma parte da sua liberdade pessoal”. Por isso, qualquer modelo de sociabilidade configura um espaço que delimita as suas atividades e relaciona-se pela interação entre iguais.

⁴ “O Direito de Associação”, *O Civilizador*, 1878, dezembro (1), p.1.

⁵ Veja-se Ernesto Rebelo, “Notas Açorianas [Ramos de Acácia], *AA*, vol. IX, edição fac-similada da ed. de 1887, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1982, pp.89-92; António Lopes, *A Maçonaria Portuguesa e os Açores – 1792-1935*, Lisboa, Ensaius, 2008.

⁶ Consultar Jean-Pierre Chaline, “Les rites de sociabilité chez les élites urbaines en France au XIXe.siclé”, *Memória y Cilización* 3, 2000, pp.187-205.

⁷ As filarmónicas *Artista Faialense* (1858), *Artista Flamenguense* (1881), *Unânime Praiense* (1881), *União Faialense* (1897), *Euterpe de Castelo Branco* (1912), *Lira Feteirensense* (1921) e *Recreio Ribeirinhense* (1924); as sociedades *Amor da Pátria* (1859) e *Grémio Literário Artista Faialense* (1879); os clubes *Fayal Sport* (1909), *Centro de Recreio e Fraternidade* (1917), *Angústias Atlético* (1922) *Sporting da Horta* (1923); e os asilos de *Mendicidade* (1843), no presente *Asilo da Santa Casa da Misericórdia da Horta*, e de *Infância Desvalida*, atual *Casa de Infância de Santo António* (1858).

fazer – para se conhecer não só a realidade cultural e mental em que se inserem, como as pessoas e os grupos sociais determinantes e emergentes num tempo em análise.

Embora a maioria tenha perdido o fulgor inicial, no entanto são demonstrativas de todo um conjunto de iniciativas que fizeram da Horta, num determinado período, um foco artístico, literário, intelectual, recreativo e desportivo digno de registo, sobretudo quando comparada com algumas das cidades portuguesas da província, porque os diferentes espaços de sociabilidade muitas vezes escudados em atividades muito semelhantes que decorriam ao sabor do calendário cívico, religioso e agrícola, transformaram-se não só numa das mais importantes dimensões da vida quotidiana como foram decisivos “nas estratégias pelas quais as pessoas se identificavam e se distinguiam uma das outras”⁸.

Auxiliar a instrução pública, proporcionar a prática da educação física, desenvolver o gosto pela música, promover a educação moral e intelectual, atos de beneficência e os exercícios e as práticas religiosas, pensamos que consubstanciam os fins do movimento associativo faialense. Já em 1876, Costa Goodolphim, um dos paladinos do associativismo português, referindo-se à multiplicidade de instituições associativas existentes nas designadas “ilhas adjacentes”, destacava relativamente à cidade da Horta, a sociedade *Amor da Pátria*, como “uma das mais importantes do País”, bem como a *Caixa Económica Faialense* cujos fins eram “auxiliar o desenvolvimento da instrução e os estabelecimentos de beneficência e instituir um cofre de pensões e socorros”⁹.

Por outro lado, o maior ou menor sucesso dos diferentes organismos associativos deveu-se também à visibilidade pública de muitos dos seus membros, sendo, por isso, alvo de elogios vários, o que nos permite afirmar que foram não só determinantes na afirmação, legitimação e consolidação de posições sociais, mas também, independentemente dos seus fins consignados nos estatutos, associações (instituições positivas) de grande vocação cívica, graças à maneira como sempre concorreram para tudo o que dizia respeito ao bem-estar e ao progresso dos faialenses e dos açorianos, marcando de forma decisiva “uma viragem no modo de conceber e de viver em sociedade, tendo feito emergir a consciência de cidadania”¹⁰ que seria facilitada pela ideia de que os indivíduos só seriam cidadãos no sentido pleno do termo quando fossem capazes de conjuntamente tudo fazerem na defesa

⁸ Paulo Silveira e Sousa, “As elites, o quotidiano [...], já cit., *Revista Arquipélago*. [...], vol. VIII, pp.113-114. Do mesmo autor, veja-se “Burguesia, classes médias e elites locais nos Açores (1850-1910)”, *Penélope*, 2004 (30/31), pp.135-159.

⁹ Costa Goodolphim, *A Associação*, já cit., p.196.

¹⁰ Irene Vaquinhas [coord.], *A Época Contemporânea*, in José Mattoso [dir.], *História da Vida Privada*, vol. IV, Lisboa, Círculo de Leitores, 2011, p.13.

do bem e dos interesses comuns. Por isso, esta dimensão comunitária do indivíduo fará com que as diferentes associações se tornassem locais privilegiados onde se debatiam, para lá dos problemas inerentes a cada uma, as questões públicas, se exercia a crítica e onde se divulgavam ou difundiam as ideias e a informação. Isto é, se a ideia de associação assentava no interesse comum, na cooperação e na interajuda, estes são assegurados estatutariamente uma vez que o seu funcionamento assenta na equidade entre os seus sócios.

Por fim, estas associações muitas vezes deram respostas a um poder público (Estado) alheado das coisas da cultura, da instrução, das artes e da benemerência, o que evidenciava a afirmação da liberdade individual, da iniciativa privada numa sociedade liberal que abominava a intervenção excessiva do Estado, porque este quando não fosse capaz de fazer, ao menos que deixasse fazer. Ademais, mitigaram o marasmo cultural, recreativo e social em que a comunidade faialense vivia. Deste modo, a construção de uma “Horta civilizada”, de acordo com os novos valores emergentes, passava pelo “combate aberto à realidade” que estes homens consideravam “oposta, não civilizada ou comprometedora de progresso”. Homens que, vivendo ao pé de um porto, achavam que não só estavam mais perto do “mundo” como este lhes chegava através daquele, agora pelo cabo submarino¹¹.

Perante o exposto, constata-se que na cidade da Horta, em conformidade com o espírito da época, também se tinha a plena consciência de que o “princípio associativo” era considerado como “uma alavanca do progresso, um fator de incitamento para tudo o que é útil [...] uma soma de bem para uma coletividade qualquer”¹². Mas esta citação não nos remete apenas para a constatação da sua utilidade. Vai-se mais longe, integrando um discurso que pretendia, em nosso entender, valorizar e reconhecer que as diferentes associações faialenses, na sua devida dimensão, haviam sido muito úteis quer para o que foram criadas¹³, quer pelo modo como contribuíram para nobilitar e honrar a ilha do Faial¹⁴.

As diferentes associações criadas estatutariamente assentavam em redes de “sócios” que estavam ligadas entre si por objetivos bem definidos e por um conjunto de bens, cujo património material e simbólico seria herdado de geração em geração. Mesmo quando as dificuldades de tesouraria podiam ameaçar a sua continuidade, os seus

¹¹ Cf. Carlos Lobão, *História, Cultura* [...], já cit., pp.111-117.

¹² “Interesses locais”, *O Telégrafo*, 1895, janeiro 4 (393), p.1.

¹³ *Ibid.*

¹⁴ Cf. Costa Rebelo, “Alocução”, *O Grémio Literário*, 1880, outubro 15 (11), pp.73-74.

dirigentes, cômicos das dificuldades, não tinham qualquer problema em afirmar que tudo fariam para “sustentar uma associação que tem provado a sua utilidade”¹⁵. No caso do movimento filarmónico é notória a estreita relação que se estabelecia entre o músico e a instituição. A vida dos filarmónicos sempre se dividiu entre a sala de ensaios e as atuações nos coretos, nas arruadas, nas procissões, nos saraus, nas representações teatrais e nas manifestações de carácter cívico e patriótico, o que nos permite afirmar que muitos deles “nasciam” na banda, e esta os acompanharia até à sua derradeira morada.

Em suma, o associativismo, enquadrado como uma forma de intervenção social e comunitária, também encontrou na ilha do Faial, e em particular na cidade da Horta, um terreno propício, quando os homens e mulheres, numa lógica de cidadãos úteis e dinâmicos se organizaram em torno de sociedades várias que funcionaram como formas de intervenção social coletivas que se interpunham entre as pessoas e o Estado:

“Entre nós a iniciativa particular tem tomado por ponto de mira um sem número de coisas. Temos caixas económicas, temos grémios, clubes e outros lugares onde se conversa, joga, fuma e dança de tempos a tempos. Ora tudo isto é muito bom do ponto de vista do agradável e também do útil, porque as diversões são outros tantos oásis no sáfaro labutar dos desertos da vida. Nenhuma destas instituições, porém, tira o lugar a outras que podiam também existir. Todas essas instituições devem a sua existência ao princípio associativo”¹⁶.

A vivência das diferentes associações faialenses, no tempo em estudo, regia-se, grosso modo, pelo “calendário agrícola e litúrgico, pelas estações do ano, pelos dias santificados e festivos, pelos nascimentos e funerais, pela vida e pela morte”¹⁷.

Sendo assim, em setembro/outubro começava a subir o pano do palco dos ensaios das filarmónicas e do teatro, dando-se início às respetivas temporadas artística, cinematográfica e dançante ao mesmo tempo que a bola começava a saltitar, com o início da época de futebol, enquanto a doca se enchia de navios baleeiros à procura de novos “açorianos” embarcações. Após o Natal e a festa de Reis¹⁸, entrava-se no signo do “rei momo” (entrudo), com muita água, farinha, ovos, bailes e assaltos, havendo ainda tempo para se ir à festa votiva do Senhor Santo Cristo da Praia (1 de fevereiro), decorrendo assim o inverno. O cheiro da primavera trazia o entoar dos foliões, o som das bandas e das folgas

¹⁵ *O Açoriano*, “Noticiário Local”, 1883, dezembro 16 (15), p.3.

¹⁶ “Interesses locais”, *O Telégrafo*, 1895, janeiro 4 (393), p.1.

¹⁷ Maria Teresa Tomé, *Ernesto do Canto – Os Açores na Problemática da Cultura do Século XIX*, Ponta Delgada, Signo. 1989, p.46.

¹⁸ Veja-se “Ocorrências”, *O Telégrafo*, 1895, janeiro 2 (391), p.2: “Para festejar o ano novo o vinho correu em abundância. Houve desaguizados nos dois extremos da cidade, chegando para os lados das Angústias a haver *bandeira vermelha*. Ontem, alguns ranchos de máscaras, das freguesias rurais, percorreram as ruas da cidade, dançando, apresentando assim uma diversão agradável ao povo que sempre folga com estes brinquedos que nenhum mal fazem; e também grande concorrência às casas onde armam presépios e altarinhos do Menino Jesus”.

na casa do Imperador, e a distribuição de pão, carne e vinho. Elas aí estavam para gáudio de todos: as festas populares em honra do “Sr. Esp’rito Santo” e o voto do Pentecostes, seguindo-se as ladainhas do mês de maio e as romarias de São João e de São Pedro. No verão, enquanto uns colhiam os milhos e os trigos, outros uns peixes e umas baleias, os “abastados” debandavam para o Pico, para o Capelo, para a Praia do Almocharife e para os Flamengos em direção às suas quintas e vivendas, tudo com muitas festas religiosas, *garden-parties*, certames atléticos (atletismo e ténis de campo) e uma doca plena de atividades náuticas pelo meio. No outono, voltava a rotina.

Assim, era neste quotidiano, marcado pela sazonalidade, pela repetição anual, que surgiram uma multifuncionalidade de espaços e de formas de sociabilidade (onde se reza, se comunica, se baila, se toca, se joga, se lê, se conversa, se mexerica), onde se confrontavam a força da tradição (que marcava o relógio cultural sobretudo das freguesias rurais) com a da modernidade¹⁹, que mais do que uma rutura se poderá falar mais em coabitação, porque por muito tempo, e em alguns aspetos, a “nossa experiência ainda servirá aos nossos filhos”, porque na realidade em cada grupo combinam-se várias manifestações da sociabilidade cujas relações e as “diferentes intensidades variam, não só em função [...] das estruturas globais ou parciais em presença, mas ainda segundo conjunturas concretas”²⁰.

2. A questão social e o associativismo beneficente e mutualista

“Que a ‘Associação de Socorros Mútuos Artista Faialense’, cõscia da sua utilidade, proceda sempre com energia e justiça, não esquecendo nunca que a união faz a força, e não só a classe operária, como toda a ilha lhe deverá ainda importantes serviços”²¹.

A existência de “tantos infelizes que por aí se encontram”²² seria alvo de frequentes notícias na imprensa faialense, o que dava azo a que localmente, tanto a

¹⁹ Cf. Jean-Marie Domenach, *Dinâmica da Modernidade. Abordagem à modernidade*, Lisboa, Instituto Piaget, 1995.

²⁰ Georges Gurvitch, *A Vocação Atual da Sociologia*, vol. I, Lisboa, Edições Cosmos, p.156.

²¹ “Associação de Socorros Mútuos Artista Faialense”, *O Telégrafo*, 1905, novembro 22 (3 571), p.2. Sobre o mutualismo em Portugal, veja-se D. Cruz, *A Mutualidade em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934; Jorge Silveira [coord.], *O Mutualismo em Portugal*, Lisboa, Montepio Geral, 1986; Nuno Valério, “Mutualismo”, in António Barreto & Maria Filomena Mónica [coord.], *Dicionário de História de Portugal*, vol. 8, Lisboa, Figueirinhas, 1999, pp.586-587; Ana Paula Rocha Costa Saraiva, *Associativismo Mutualista em Lisboa na segunda metade do século XIX*, Tese de Mestrado, Texto Policopiado, Lisboa, Instituto Universitário de Lisboa, 2011. Nos Açores, Frederico Lopes Jr., “Memória Histórica sobre o Montepio Terceirense (Associação de Socorros Mútuos). Na Comemoração do 1.º Centenário”, *Atlântida*, vol. IV, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 1960, março-abril (2), pp.67-104; José M. Teixeira Dias, “Mutualismo nos Açores”, *Enciclopédia Açoriana*; Id., *História da Associação de Socorros Mútuos de Ponta Delgada*, Ponta Delgada, Associação de Socorros Mútuos, 2003.

²² “Correspondência [Pedro Miguel]”, *O Telégrafo*, 1894, novembro 19 (357), p.1.

iniciativa particular como associativa empregassem todos os meios ao seu alcance a fim de tornar a triste sorte daqueles “infelizes” o menos gravosa possível. Esta situação permite concluir que existiam, no período em estudo, situações de extrema pobreza, o que, naturalmente, despertava sentimentos de caridade concretizados em práticas de assistência para com os mais carenciados. Por isso, noticiava-se com alguma frequência que se havia distribuído pela “pobreza” bodos de pão e carne ou esmolas de milho pelos necessitados da freguesia de...²³. Outras alertavam e apelavam para a caridade de famílias, crianças e idosos que viviam muito para lá do limiar da pobreza, retidos pelas mais pungentes privações, decorrentes da impossibilidade de serem recolhidos e tratados em devida instituição humanitária, suavizando assim os seus padecimentos.

Ao identificarem-se os indicadores de pobreza material (insuficiência de rendimentos) e espiritual (baixa educação e instrução), verifica-se que a falta de meios levaria as pessoas a recorrerem a respostas de carácter assistencialista, para proverem às suas necessidades básicas, em particular a sua alimentação. No entanto, os estabelecimentos caritativos existentes na cidade da Horta além de serem poucos possuíam também poucos recursos, dependendo, regra geral, da caridade dos particulares.

Em 1891, de acordo com o quadro X, existiam na cidade da Horta duas instituições que se prestavam a praticar atos de beneficência e instituir um cofre de socorros e pensões para auxílio tanto dos seus sócios como das respectivas famílias. A estas duas, juntar-se-ia, em 1905, a *Associação de Socorros Mútuos Artista Faialense*, que duraria até 1927.

Quadro X: Associações de Socorros Mútuos existentes, em 1891, no concelho da Horta e as que deixaram de existir

Denominação	Data do diploma que aprovou os últimos estatutos	Localidade	Associações de socorros mútuos que deixaram de existir
Sociedade Amor da Pátria	21 de junho de 1875 ²⁴	Rua D. Pedro IV, 28	Montepio Artista Faialense ²⁵
Sociedade Luz e Caridade	28 de janeiro de 1886 ²⁶	Rua de São Francisco, 35	----

Fonte: BPARJJG, *Administração do concelho da Horta, Relação das Associações de Socorros Mútuos existentes no concelho da Horta e as que deixaram de existir*, Horta, 11 de agosto de 1891.

²³ *O Faialense*, 1883, maio 20 (42), p.3. Apêndice – Capítulo IV, Mapa n.º 1.

²⁴ *Governo Civil do distrito da Horta*, Livro de Registo dos Estatutos das diferentes Corporações, 1871-1883 (1), fls.25-33 [33]: “Estatutos da Sociedade Amor da Pátria, 1875”. Apêndice – Capítulo IV, Quadro I.

²⁵ *Montepio Artista Faialense*, criado em 1881, pelo *Grémio Literário Artista Faialense*, com a finalidade de prestar socorro “de médico e botica” aos seus associados, cf. Carlos Lobão, *História, Cultura* [...], já cit., p.125. Sobre o mesmo assunto, veja-se “Montepio Geral”, *O Telégrafo*, 1921, abril 18 (7 981), p.1.

²⁶ Cf. BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, Livro de Registo dos Estatutos das diferentes Corporações, 1883-1893 (3), fls. 57v.-67v. [67-67v.]: “Estatutos da Sociedade Luz e Caridade, 1886”.

Na ilha do Faial o associativismo mutualista pode não ter tido grande expressão, mas não deixou de contribuir para minorar as dificuldades quotidianas dos sócios das diferentes instituições e respetivas famílias. Estas associações prestavam auxílio aos sócios que dele careciam, de acordo com regras previamente estabelecidas pelos órgãos sociais e consagradas nos respetivos estatutos. Isto era possível pela existência de um fundo comum garantido pelas quotas dos sócios, subscrições, doações e produtos de atividades várias (bandos precatórios e festas).

Se nos dois primeiros casos, não temos os números dos sócios que foram beneficiados pelos respetivos fundos de socorro e pensão, no segundo, se se fizer fé em Marcelino Lima, este adianta que a *Associação* chegou a ter inscritos 1 017 sócios, mas que apenas 600 (58,9%) haviam beneficiado dos seus apoios. Justificava que essa situação se devia ao facto de anualmente muitos sócios serem eliminados por três ordens de razões: não pagamento da quota anual, ausência e falecimento²⁷.

A loja maçónica *Amor da Pátria*, fundada a 28 de novembro de 1858²⁸, consignava nos seus estatutos, aprovados superiormente em 1875, os seguintes fins (entre outros): praticar atos de benemerência e instituir um cofre de pensões e de socorros, bem como os meios para consegui-los²⁹.

O objetivo de instituir um cofre de socorros e pensões era o de proteger os seus sócios e familiares quando caíssem “em desgraça”³⁰. Para isso, qualquer proposta de socorro ou pensão presente à direção teria que ser apresentada por três sócios da sociedade. Depois de ouvidos, a sua proposta seria submetida à provação ou rejeição pela assembleia geral. Dentro desta interpretação, a concessão da totalidade do socorro ou da pensão estava prevista apenas para todo o sócio que contasse com três ou mais anos de admissão. Para os

²⁷ Cf. Marcelino Lima, *Anais do [...]*, já cit., p.596. Veja-se BPARJJG, *Associação de Socorros Mútuos Artista Faialense*, “Relatório de contas da gerência de 1907” [d.a.]. Pela sua leitura, verifica-se que em 1 de janeiro de 1907, a *Associação* era composta por 654 sócios. Durante o ano haviam sido admitidos 33, eliminados 39 por atraso no pagamento de quotas, 37 eram dados como ausentes e 13 haviam falecido. Assim, em 31 de dezembro do mesmo ano, o total de sócios era de 598. Veja-se Armando de Castro, “Mutualismo”, in José Pereira da Costa [coord.], *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, vol. II, Lisboa, Publicações Alfa, 1990, pp.23-24

²⁸ Sobre esta loja, veja-se João José Alves Dias, “O Amor da Pátria é o único astro que nos guia. A Maçonaria na Ilha do Faial em 1892”, in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XIX*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1995, pp.275-282; António Lopes, *A Maçonaria Portuguesa e os Açores – 1792-1935*, Lisboa, Ensaios, 2008; António Lopes & Carlos Lobão & Maria Calado, *Amor da Pátria. 150.º Aniversário (1859-2009)*, Horta, Sociedade Amor da Pátria, 2009.

²⁹ BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, Livro de Registo dos Estatutos das diferentes Corporações, 1871-1883 (1), fl.25: “Estatutos da Sociedade Amor da Pátria, 1875”.

³⁰ *Id.*, fl.30.

que ainda não tivessem completado três anos, o valor a atribuir não podia exceder metade do estabelecido para ambos os casos³¹.

A pensão de carácter mensal não podia exceder os 6\$000 réis. Apesar de não poder ser concedida por mais de cinco anos, previa-se que tanto o sócio pensionado como a família, caso continuassem a carecer de ajuda, aquele período podia ser prorrogado.

Por seu turno, o socorro, tinha um carácter imediato, isto é, era uma quantia concedida por uma única vez, cujo valor estipulado era de 180\$000 réis. Todavia, previa-se, por um lado, que o socorro prestado ao sócio não privaria a sua família de, por sua morte, receber uma pensão desde que a mesma fosse necessária; por outro, por morte do sócio, caso a família pedisse e recebesse o socorro, ficaria inibida no futuro de “exigir a pensão”³².

Os rendimentos do cofre, que era administrado pela direcção, eram os seguintes: juros dos seus capitais depositados na *Caixa Económica Faialense* (fundada em 1862); parte que lhe pertencia do rendimento anual da caixa económica; donativos e subscrições; e “taxas” (quotas) dos sócios estabelecidas em assembleia geral³³.

Por seu turno, a loja maçónica *Sociedade Luz e Caridade* (fundada a 22 de novembro de 1874³⁴), talvez por desmembramento da loja *Amor da Pátria*, também previa, entre os vários fins a que se propunha, “praticar atos de beneficência, instituir um cofre de socorros e pensões”³⁵.

No primeiro dos casos, a prática da beneficência, visava socorrer as famílias indigentes facultando-lhes médico e medicamentos e vestuário para as crianças pobres que frequentassem as escolas. Este socorro também previa o apoio a todos os males e prejuízos decorrentes de calamidades públicas. No segundo, o objectivo era auxiliar todo o sócio que se achasse impossibilitado de trabalhar por doença temporária ou permanente; que fosse empregado público e não recebesse ordenado; que não fosse empregado público e não tivesse os rendimentos necessários para se manter assim como à sua família; e que fosse preso por motivos políticos e religiosos, situação considerada equivalente a “como se estivesse doente”³⁶. Paralelamente, a *Sociedade* auxiliava os familiares dos sócios

³¹ *Id.*, fl.30v.

³² *Ibid.*

³³ *Id.*, fl.30.

³⁴ João José Alves Dias, “O Amor da Pátria [...]” já cit., in *O Faial [...]*, 1995, pp.275-282. Veja-se António Lopes, *A Maçonaria [...]*, já cit.

³⁵ BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, Livro de Registo dos [...], 1883-1893 (2), fl.58v.: “Estatutos da Sociedade Luz e Caridade, 1886”.

³⁶ *Id.*, fls.61v.-63.

falecidos: viúvas enquanto “não passarem a segundas núpcias”, filhas solteiras e filhos menores e órfãos. Quando um sócio falecido não tinha condições para assegurar a “decência do ato” (enterro), a sociedade responsabilizava-se por tal despesa³⁷. Ainda, numa medida que entendemos notável, a *Sociedade* contemplava com parte ou a totalidade da despesa necessária para “a formação dos filhos dos sócios em algumas faculdades mais úteis à localidade”³⁸.

Os sócios só podiam receber a totalidade da pensão – 7\$200 réis mensais concedida por um período de cinco anos, prorrogada pela assembleia geral se se provasse que o beneficiário continuava a necessitar da mesma, mas só após três anos de admissão³⁹.

As pensões e socorros atribuídos aos sócios pelo cofre, administrado pela direção da sociedade, eram aprovados em assembleia geral, cuja decisão tinha em atenção as circunstâncias especiais das famílias e “as forças do cofre”. Para evitar reclamações, a mesma assembleia não só designava, em documento próprio, o montante atribuído como deixava expresso os motivos da sua atribuição⁴⁰.

Pela leitura do relatório de conta e receita de gerência da sociedade *Amor da Pátria*, referente ao ano de 1882, verificamos que a receita em favor da beneficência foi de 742\$350 réis (25,2 % do total da receita realizada), e a despesa foi de 715\$710 (24,3 % do total da despesa), o que significa que houve um saldo positivo de 26\$640 réis. Quanto às pensões e socorro, temos uma receita de 551\$625 réis (18,7%) e uma despesa de 393\$540 réis (13,3%), o que permite concluir que se chegou ao fim do ano com um saldo positivo de 158\$085 réis⁴¹.

Na primeira década do século XX, seria criada a *Associação de Socorros Mútuos Artista Faialense*, instituída por alvará do ministro das Obras Públicas de 16 de novembro de 1905. A 1 de janeiro de 1906, procedeu-se à sua inauguração⁴², depois de vencidas uma série de contrariedades⁴³ constantemente referidas, em particular pelo jornal *O Telégrafo*, mas que não adianta quais. Depois da novel associação ter sido cumprimentada pelas filarmónicas *Artista Faialense*, *União Musical* e *Recreio Praiense*, realizou-se à noite uma marcha *aux flambeaux* que percorreu as ruas da cidade, com os corpos gerentes da

³⁷ *Id.*, fls.62-62v.

³⁸ *Id.*, fl.63v.

³⁹ *Id.*, fls.62-62v.

⁴⁰ *Id.*, fls.62v.-63.

⁴¹ Apêndice – Capítulo IV, Quadro II.

⁴² “Associação de Socorros Mútuos Artista Faialense”, *O Telégrafo*, 1905, dezembro 12 (3 592), p.2. Apêndice – Capítulo IV, Gravura I.

⁴³ Sobre as contrariedades provocadas “pelas exigências da política faialense” à instalação da sociedade, veja-se “Associação de Socorros Mútuos Artista Faialense”, *O Telégrafo*, 1905, agosto 12 (3 486), p.1.

associação precedidos da sua bandeira acompanhados pela primeira daquelas filarmónicas. A sua sede situava-se no largo do Bispo D. Alexandre, n.º 4⁴⁴.

Pela leitura da ata da sua instalação, verificamos que, na presença da direção e de muitos sócios, seria aprovado um voto de agradecimento e reconhecimento “por valiosos auxílios” a diversos cavalheiros que concorreram para o bom êxito da iniciativa, em particular o grande vulto de espírito associativo e sócio Victor de Lemos e Silveira, incansável obreiro da iniciativa, e Manuel Joaquim Dias⁴⁵, “cujo poderoso concurso levou à prática” a iniciativa de Silveira⁴⁶.

Tinha como fins principais: acudir aos sócios inibidos de trabalhar por doença com socorros médicos e farmacêuticos; conceder aos sócios inibidos o valor diário de 125 réis; subsidiar a família do sócio em 10\$000 réis, no caso de falecimento⁴⁷.

De acordo com os relatórios que abaixo se apresentam no quadro XI, deduzimos que os apoios prestados aos seus associados passavam pelo subsídio de funeral, medicamentos e diversos que não se esmiúça. Todavia, pela leitura do parecer do conselho fiscal referente ao ano de 1907, é notório que os conselheiros, depois se congratularem com as contas apresentadas, considerando que tudo estava “na maior clareza”, não tinham qualquer dúvida que isso se devia à maneira como a direção se esforçara pelo engrandecimento da associação⁴⁸.

Quadro XI: Relatórios da direção da *Associação de Socorros Mútuos Artista Faialense* referentes aos anos de 1906 e 1907

	1906	1907
Capital na <i>Caixa Económica Faialense</i>	---	1 373\$260.
Receita	1969\$515	2 748\$035 (Fundo de reserva, quotas, donativos)
Despesa	912\$949	1 331\$170 (subsídio de funeral: 130\$000; medicamentos: 250\$130; diversos: 951\$040)
Ativo da Caixa em 31 de dezembro	----	2 103\$075

Fontes: “Associação de Socorros Mútuos Artista Faialense”, *O Telégrafo*, 1907, fevereiro 26 (3 936), p.2; “Associação de Socorros Mútuos Artista Faialense”, *Ibid.*, 1908, março 27 (4 250), pp.1-2.

⁴⁴ BPARJG, *Associação de Socorros Mútuos Artista Faialense*, “Ofício, de 28 de abril de 1906, remetido ao governador civil do distrito da Horta” [d.a.].X

⁴⁵ Autor dos estatutos, cf. “Sociedade de Socorros Mútuos Artista Faialense”, *O Telégrafo*, 1905, abril 14 (3 393), p.1.

⁴⁶ “Sociedade de Socorros Mútuos Artista Faialense”, *O Telégrafo*, 1906, janeiro 16 (3 638), p.2. Veja-se “Associação de Socorros Mútuos Artista Faialense”, *Ibid.*, 1905, novembro 22 (3 571), p.2; dezembro 12 (3 592), p.2.

⁴⁷ Para conduzir ao cemitério os sócios falecidos, mandaria construir uma carreta, cf. *O Telégrafo*, 1913, janeiro 2 (5 637), p.2

⁴⁸ “Associação de Socorros Mútuos Artista Faialense”, *O Telégrafo*, 1908, março 27 (4 250), pp.1-2.

A *Associação* viria a soçobrar a 30 de dezembro de 1927, e a razão, de acordo com Marcelino Lima, foi muito simples. Haviam desaparecido os “fanáticos” da instituição, porque, perante a desistência ou o afastamento dos associados, dentro de uma lógica muito faialense – o “não te rales” –, a receita tornou-se praticamente nula e a “nobre ideia faliu”⁴⁹.

Em suma, este tipo de associação que se desenvolveu na capital de distrito, não sendo inédita, não deixaria de agregar sócios das mais variadas profissões e grupos sociais⁵⁰. A troco do pagamento de uma quota, os associados, e quando necessário os respetivos familiares, podiam usufruir de pensões e de socorros vários com vista a fazer face à doença, à invalidez e até mesmo à prisão.

2.1. A proteção aos desvalidos – os Asilos de Mendicidade e de Infância Desvalida

“Velhos!... São dignos de todo o respeito, de todo o carinho, de toda a esmola e os asilos são instituições dignas de toda a proteção, têm uma missão nobre e proveitosa. Os da infância salvam moralmente pobres crianças, dão-lhes vida digna, dão-lhes instrução; os de mendicidade garantem aos velhos um caldo e uma enxerga onde repousem o pobre corpo, doente muitas vezes moral e fisicamente. Que todos os que podem nunca deixem de socorrer asilos com a sua esmola”⁵¹.

No tempo em estudo, à semelhança de outras cidades e ilhas, os asilos de *Mendicidade* (1843) e de *Infância Desvalida* (1858) constituíram duas iniciativas assistenciais criadas na cidade da Horta em meados do século XIX, e que perduraram até ao presente, como já foi referido.

No primeiro caso, a instituição elegera como seus destinatários todos os inválidos de ambos os sexos, que recebiam os seguintes auxílios: alojamento, alimentação, vestuário, cuidados de saúde e de higiene; no segundo, a infância desvalida feminina abandonada e exposta, órfãs e filhas naturais e filhas de mães solteiras, que recebiam alojamento, alimentação, vestuário, cuidados de saúde e de higiene, instrução básica, religiosa e trabalhos femininos.

No seu relatório de 1867, o governador Santa Rita, depois de reconhecer a existência de carenciados, entendia salientar que “no distrito da Horta não há uma extrema e avultada

⁴⁹ Marcelino Lima, *Anais do [...]*, já cit., p.596.

⁵⁰ Relativamente a associações de classe, destacamos algumas referências à *Associação de Classe dos Marítimos Faialenses*, cf. “Associação de Classe dos Marítimos Faialenses”, *O Telégrafo*, 1918, dezembro 12 (7 359), p.2; 1926, março 12 (8 744), p.2; e à *Associação União Operária*, cf. “Noticiário”, *Ibid.*, 1921, janeiro 5 (7 939), p.2.

⁵¹ “Asilo de Mendicidade”, *O Telégrafo*, 1906, março 16 (3 660), p.1.

miséria”⁵². Justificava a sua análise pela grande divisão da propriedade que permitia que todos tivessem uma pequena porção de terra e pelo fenómeno da emigração. Àqueles que considerava verdadeiramente pobres, os indigentes, não tinha problema em afirmar “que hão necessidade de recorrer à caridade pública”⁵³. Esta situação seria testemunhada por Lyman H. Weeks, aquando da sua passagem pela ilha do Faial em 1882, referindo que “a esmola de um simples cinco réis provoca torrentes de bênçãos sobre as nossas cabeças: seja pelas almas de seu pai e de sua mãe”⁵⁴.

Então, quem seriam estes indigentes?

- Falsos pobres e vagabundos, gente muitas vezes apta para o trabalho, mas voluntariamente ociosa.

- Pobres hábeis para o trabalho, mas incapazes de se sustentarem e aos seus dependentes – desempregados⁵⁵, mães indigentes, viúvas⁵⁶, “pobres envergonhados”⁵⁷ e trabalhadores com prole numerosa. A este propósito, no jornal *O Telégrafo*, em 1917, numa das suas edições, depois de se lamentar a morte do “infeliz artista pedreiro” para cuja família havia implorado a caridade pública, escrevia-se:

⁵² BPARJJG, *Relatório do Governador civil do distrito administrativo da Horta, 1867*, pp.58-59.

⁵³ *Ibid.*

⁵⁴ Lyman H. Weeks, “Nos Açores”, já cit., *Revista Insulana*, vol. XIV, 1958-1959, p.303. Um dos indigentes mais conhecidos da cidade da Horta, falecido em 1939, foi o mestre Tomás, carpinteiro, que depois de regressar dos EUA, passou a ser conhecido pelo *Manacitra* (denominação que resultara de em tribunal quando o ameaçavam com o degredo para a África, retorquir: “Ah! pai respeitável, manda-me antes para a América [Califórnia], que tenho lá a mana e a cítara), o alcoólico vadio, a quem *O Telégrafo* chamaria “o verdadeiro filósofo da Rua”. Não pedia nem pão nem roupa, apenas “dereisinhos p’ra aguardente, senhor doitor”, porque entendia que em Portugal toda a gente ou era bacharel ou não era nada, cf. Pablo [Manuel Zerbone Jr.], “Crónica”, *O Açoriano*, 1887, junho 19 (6), p.1; José Machado Serpa, “Notas do banco... dos réus”, in Carlos Lobão [org.], *As Lapas* [...], já cit., p.122. Veja-se na mesma obra Euclides Goulart da Costa, “O Manacitra”, pp.202-205.

⁵⁵ “O mestre [...], pedreiro, implora a caridade pública para si e sua consorte, que se encontram atualmente impossibilitados de trabalhar. Residem na rua de Jesus, 26”, *O Telégrafo*, 1917, janeiro 11(6 815), p.3.

⁵⁶ Manuel Garcia Monteiro, “A Surpresa”, in Carlos Lobão [org.], *As Lapas* [...], já cit., pp.91-93. O autor descrevia a história da tia Ana “Morcega”, que, após a morte do marido, o “tio Manuel Morcego”, um cesteiro, vinha “de ordinário à quinta-feira, à cidade pedir esmola”. Após a fuga do neto para a América, viria a conhecer toda “uma série de privações e vivia na miséria”. Veja-se BPARJJG, *Relatório do Governador civil do distrito administrativo da Horta, 1867*, pp.8 e 58-59.

⁵⁷ Os pobres envergonhados eram “pessoas que, tendo vivido na abundância, haviam perdido as suas fontes de rendimento, não se atrevendo, por razões culturais, a exercer certos ofícios ou a mendigar”, cf. Maria Antónia Lopes, “Os pobres e a assistência pública”, in José Mattoso [dir.], *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, Círculo de Leitores, pp.501-515. Sobre o assunto, veja-se Maria Lourdes Akola Meira do Carmo Neto, “Assistência Pública”, já cit., in Joel Serrão [dir.], *Dicionário de [...]*, vol. I, pp.234-235. A assistência pode ser entendida como o auxílio prestado a uma pessoa ou pessoas em situação de indigência ou carência. O auxílio prestado pode variar entre um bem material ou uma prestação de carácter moral. Tanto pode ser prestada por indivíduos como por instituições. A sua característica reside no facto de não haver qualquer contrapartida ou retribuição por parte do auxiliado. A assistência pode assumir um duplo carácter: oficial quando da responsabilidade do Estado ou pelas autarquias e particular quando está a cargo, no todo ou em parte, por um indivíduo ou por uma entidade particular, cf. “Assistência”, in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 2, Lisboa, Editorial Verbo, 1964, pp.1606-1611.

“Não foi em vão que o fizemos, pois de momento a momento chega-nos o óbolo da caridade para mitigar um pouco a dor daquela pobre viúva e sete filhinhos, um dos quais está entre a vida e a morte. Esses desgraçados residem numa das casas do morgado, ao Livramento”⁵⁸.

- Gente que não podia assegurar o seu sustento: velhos enfermos⁵⁹, alienados, inibidos para o trabalho (inválidos), e crianças, muitas delas, órfãs que percorriam as ruas estendendo a mão, como o testemunhou António Batista:

“Vi-o [Manuel Zerbone] um dia, há muitos anos já, acariciar a cabecita duma pequerrucha andrajosa, que brincava, à solta pela rua, e depois dar-lhe dinheiro. Pouco o conhecia então, mas esse ato despretenso impressionou-me deveras e foi a causa da sincera simpatia que lhe tributei”⁶⁰.

Estes eram pobres que a sociedade reconhecia como legítimos (eram tolerados e aceites como pobres e mendigos) para sobreviverem da caridade, visto que eram amparados pelas comunidades e pelas respetivas autoridades, chegando estas a conceder-lhes “livre-trânsito” para que em certas zonas previamente definidas pudessem mendigar ou então inibiam-lhes de tal prática⁶¹, o que nos leva a salientar que das várias práticas que regiam a conduta dos cristãos estavam as obras de caridade, entendida esta na “aceção do amor universal [... do] amor que promove o bem do próximo”⁶². Por isso, a igreja, desde a Idade Média, recomendava a sua prática entre os seus fiéis por considerá-la uma das condições para a salvação eterna.

De acordo, com o que se acaba de expor, era usual na Horta pedir esmolas pelas ruas, às portas das igrejas, em particular nos dias santificados, de festas e romarias, mendigando pelo “amor de deus” ou vagabundeando de freguesia em freguesia. Mas esta prática da mendicidade tinha o seu reverso, na medida em que propiciava a ociosidade. O Governo Civil da Horta não se alheou deste mal. Através do edital de 8 de julho de 1893, dava cumprimento a um dos grandes objetivos do programa social oitocentista: a extinção de mendicidade, ao tentar “deprimir a ociosidade que a título de mendicidade se observa principalmente na capital do distrito”⁶³. Se o liberalismo erigia o trabalho como o valor

⁵⁸ *O Telégrafo*, 1917, janeiro 18 (6 821), pp.2-3.

⁵⁹ Sobre o assunto, veja-se pedido “às almas caridosas recomendamos uma pobre criatura por nome [...], que doente de sua moléstia cancerosa se vê a braços com a miséria, [...]”, *O Telégrafo*, 1895, janeiro 24 (410), p.2.

⁶⁰ António Baptista, “Manuel Zerbone”, *O Telégrafo*, 1905, março 31 (3 382), p.1.

⁶¹ C. Apêndice – Capítulo IV, Documento n.º 1.

⁶² Alcileide Cabral do Nascimento, “Frutos da castidade e da lascívia: as crianças abandonadas no Recife (1789-1832)”, *Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 15 (1), 2007, janeiro-abril (280), p.72.

⁶³ BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, “Edital de 8 de julho de 1893”.

fundamental de uma sociedade desenvolvida e civilizada, era natural que a tendência fosse a de reprimir todos os que se se lhe eximiam⁶⁴.

Pela leitura do edital, inferimos, primeiro, que os mendigos, naturais ou residentes, cuja prática atingisse os dois anos, deviam apresentar-se na sede da administração do concelho. Aqui deviam fazer prova da naturalidade e residência (não podiam mudar de residência sem dar prévio conhecimento ao regedor) para assim serem inspecionados por meio de um exame de sanidade. O segundo diz respeito à tentativa de combater os falsos mendigos e os ociosos obrigando todos os que fossem considerados válidos a assinar “a declaração de abandonar a mendicidade, e buscar trabalho honesto”, sendo apenas seriam considerados os que pela sua idade ou padecimentos fossem entendidos como inválidos ou inibidos para o trabalho. Por isso, receberiam gratuitamente uma licença reconhecida pela autoridade (regedor) e que funcionaria como “identidade do mendigo”, que devia ser acompanhada por uma chapa metálica com a inscrição: “Pobre inválido e o concelho a que pertence”⁶⁵. E, por fim, proibia-se que se pedisse sem andar acompanhado pela licença visada pelo regedor ou com a placa que devia ser colocado no lado direito do peito, depois do pôr-do-sol; acompanhado de crianças; dentro dos templos e das repartições públicas e no cais de embarque; e fazendo alarido e perseguindo os transeuntes com súplicas inoportunas.

Aos mendigos que não fossem naturais ou residentes no concelho da Horta previa-se que fossem intimados a abandoná-lo. Caso reincidissem, seriam entregues ao juízo correcional “a fim de serem punidos como vadios”.

A concluir, é evidente que o concelho da Horta tinha os seus pobres, dos quais alguns eram pobres tolerados como mendigos, desde que cumprissem com o que se determinava superiormente. Por outro lado, este combate ao abuso de “estender a mão” visava também fiscalizar e controlar os vadios que, pelo seu carácter itinerante e ocioso, eram vistos como uma ameaça aos “mendigos da lei” e ao quotidiano das comunidades. Esta dicotomia estendia-se, afinal, a toda a Europa desde, pelo menos, os alvares da época moderna. Uma coisa eram os mendigos sumamente pobres e incapazes de trabalhar; outra eram os mendigos e vadios trapaceiros, que fugiam ao trabalho para o qual ainda se achavam aptos. Por isso, havia que separar vadios de mendigos. Enquanto os primeiros eram vistos como marginais, perigosos e falsos pobres; os segundos eram aceites e

⁶⁴ Cf. Maria Antónia Lopes, “Os pobres e [...]”, já cit., in José Mattoso [dir.], *História* [...], vol. V, pp.501-515 [511].

⁶⁵ *Ibid.*

reconhecidos pelas comunidades como parte integrante do seu quotidiano (uma figura legítima num mundo da pobreza)⁶⁶.

Perante esta situação, é notória a preocupação das autoridades em controlar os falsos mendigos e de proteger aqueles que as circunstâncias consentiam a sua existência, como se pode no ler alvará de 2 de outubro de 1871⁶⁷, do governador civil e numa notícia local do jornal *O Açoriano*: “Ontem foram recolhidos na estação de polícia todos os mendigos que se encontraram pela cidade pedindo esmola, a fim de se reconhecer da sua necessidade e ser-lhes distribuído um distintivo, para usarem à vista, não sendo doravante permitido mendigar pelas portas senão a quem tiver aquele distintivo”⁶⁸.

Deste modo, para obviar aos inválidos, alienados, doentes vítimas de moléstias várias (curáveis e incuráveis) e a crianças abandonadas ou em risco moral seriam criadas instituições na cidade da Horta com a finalidade de acolherem exclusivamente a velhice de ambos os sexos e a infância desvalida, apenas do sexo feminino.

Em suma, esta prática de estender a mão, significava que mendigos e vadios continuaram omnipresentes no quotidiano hortense, porque a sua detenção não resolvia o problema. Aquela prática decorria de uma vida de miséria e de pobreza e de ambientes propícios à mendicidade, à ociosidade e à vagabundagem, a saber: “famílias anormalmente constituídas”, “abandono moral dos filhos”, “alcoolismo”, as crises de subsistência⁶⁹, toda uma engrenagem que “fabricava” os pobres, o que significava que estas causas profundas da “miséria e da mendicidade não foram atacadas”⁷⁰.

2.1.1. Asilo de Mendicidade da Horta

“O Asilo de Mendicidade luta com dificuldades para se manter, sendo a sua situação financeira bem precária, tornando-se por isso merecedor do auxílio e da comiserção pública. É de lamentar que um estabelecimento de caridade que hoje funciona em edificio próprio se ache na contingência de fechar a porta por não ter rendimento suficiente para a sua manutenção”⁷¹.

O *Asilo de Mendicidade* (1843) foi a primeira das instituições beneficentes, inaugurando assim uma “nova era para a velhice”. A partir de então a velhice desamparada

⁶⁶ Veja-se Bronislaw Geremek, *A Piedade e a Força. História da Miséria e da Caridade na Europa*, Lisboa, Terramar, 1995.

⁶⁷ Cf. Apêndice – Capítulo IV, Documento n.º 1.

⁶⁸ “Correio da Semana”; *O Açoriano*, 1890, julho 20 (23), p.3. Veja-se Maria de Fátima Coelho, “Mendicidade”, in José Costa Pereira [coord.], *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, vol. I, Lisboa, Publicações Alfa, 1990, pp.462-463; Maria Antónia Lopes, “Os pobres [...]”, já cit., in José Mattoso [dir.], *História de [...]*, vol. V, p.511.

⁶⁹ *Id.*, pp.514-515. Apêndice – Capítulo IV, Documento n.º 1.

⁷⁰ *Ibid.*

⁷¹ J.R.M., “Pela caridade”, *O Telégrafo*, 1923, maio 2 (8 300), p.1. Apêndice – Capítulo IV, Gravura 2.

surgia como uma categoria institucionalizada na medida em que passava a ser alvo de uma prática assistencial, a dispor de um “locus privilegiado” (instituição⁷²), que iria permitir arrancar os infelizes que viviam em “moradas infectas onde se estiolam”⁷³ e das ruas um bom número de desprotegidos que comiam e vestiam da esmola, mas que não podiam morar da esmola.

A sua institucionalização permite concluir que a velhice desamparada e desprotegida de ambos os sexos se tornava numa categoria da população que passava a ser encaminhada para o interior de uma instituição total⁷⁴, criada especificamente para o cumprimento de tal fim: receber velhos que passariam a dispor de “abrigo”, alimento, vestuário, médico e até, embora modesto, um enterro decente⁷⁵.

Numa iniciativa do então governador civil António José Vieira Santa Rita e do provedor da Santa Casa da Misericórdia da Horta, Sebastião de Arriaga Brum da Silveira⁷⁶, – somando o poder público à iniciativa associativista – a 13 de junho de 1843 seria inaugurado o *Asilo de Mendicidade*, dia em que davam entrada na instituição 57 mendigos – 36 do sexo masculino e 21 do sexo feminino. A sua administração ficava a cargo daquela instituição, pois as suas instalações faziam parte do edifício do hospital da Santa Casa da Misericórdia (antigo convento de São Francisco).

Se tivermos em atenção, a data da constituição dos asilos de mendicidade referenciados por Maria Antónia Lopes (Lisboa, 1836; Porto 1846; Angra do Heroísmo,

⁷² Veja-se Daniel Groisman, “Duas abordagens aos asilos de velhos: da Clínica de Santa Genoveva à História da institucionalização da velhice”, *Cadernos PAGU*, 1999 (13), pp.161-190; Erwing Goffman, *Manicómios, Prisões e Conventos*, 5.ª ed., Rio de Janeiro, Perspetiva, 1996.

⁷³ Manuel Joaquim Dias, “Hospício para pobres”, *O Telégrafo*, 1906, fevereiro 8 (3 631), p.1.

⁷⁴ “Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho, onde pessoas, com situação semelhante, separadas da sociedade mais ampla, por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada [asilos de órfãos, de mendicidade, roda dos expostos], cf. Erwing Goffman, *Manicómio* [...], *op. cit.*, p.11.

⁷⁵ “Horta, 12 de dezembro”, *O Faialense*, 1885, dezembro 15 (20), p.1. A redação do jornal aludia a “um dos atos de beneficência pública, o de prestar sepultura gratuita aos indivíduos falecidos em completa pobreza”, por parte da Câmara da Horta.

⁷⁶ O Asilo ficava subordinado à administração da Santa Casa da Misericórdia da Horta, cf. BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, Livro de Registo dos Estatutos das diferentes Corporações, 1871-1883 (1), fls.149v.-157v.: “Estatutos da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Horta, Estatutos, 1882; “Apontamentos para a história da Santa Casa da Cidade da Horta”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, vol. 6, 1975-1979 (2-3), pp.185-228. Em 1910, na sua reunião de 7 de dezembro, a comissão administrativa da Santa Casa discutiu uma proposta para desintegrar o Asilo de Mendicidade da sua administração, dando-lhe assim vida própria ao mesmo tempo que desonerava a instituição dessa obrigação. Em janeiro do ano seguinte, a assembleia geral da irmandade da Santa Casa, na sua reunião de 22 daquele mês, votou a separação. A 5 de julho do mesmo ano, a presidência da nova mesa, entretanto eleita, José Machado Teixeira, fazia a entrega ao presidente e ao tesoureiro do Asilo de todos os valores e livros de escrituração do mesmo.

1853; Coimbra e Viseu, 1855; Ponta Delgada, 1876⁷⁷), verificamos que a Horta anos depois de Lisboa também havia antecipado as “bases para a extinção da mendicidade”⁷⁸.

No entanto, a sua história filia-se no intento do decreto de 6 de abril de 1835. Por este, o Governo criava o Conselho Geral de Beneficência com comissões filiais nos restantes distritos do País com o objetivo de socorrer a pobreza desamparada (recolher todos os mendigos). Cada um devia receber, de acordo com a sua situação, “socorro, educação ou trabalho”⁷⁹.

De acordo com as bases da sua constituição, previa-se que, para fazer face às despesas e manutenção do Asilo, a Santa Casa passaria a dispor de um valor designado “sobras” (décima parte) das confrarias existentes nas diferentes freguesias dos concelhos da Horta e do Pico⁸⁰, de um subsídio anual da Junta Geral (300\$000 réis⁸¹) e de donativos em géneros e dinheiro e de outros favores particulares e públicos. Com o tempo, a Santa Casa também afetou, ao seu orçamento anual, uma verba para igual fim (300\$000 réis⁸²).

Todavia, estes valores foram insuficientes para fazer desaparecer “um problema crónico” na história da instituição: as dificuldades financeiras” ou as suas “depauperadas

⁷⁷ Inaugurado a 23 de julho de 1876, cf. Susana Serpa Silva, *Violência, Desvio e Exclusão na Sociedade Micaelense Oitocentista (1842-1910)*, Ponta Delgada, Centro de História de Além-Mar/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa/Universidade dos Açores, 2012, p.596-601.

⁷⁸ Maria Antónia Lopes, “Os pobres [...]”, já cit., in José Mattoso [dir.], *História de [...]*, vol. V, p.514.

⁷⁹ *Id.*, p.513.

⁸⁰ Nos anos económicos de 1905-1906 e 1909-1910, o Asilo de Mendicidade e o Asilo de Infância Desvalida receberam, respectivamente, 169\$813 e 191\$034 e 158\$155 e 172\$987 réis, cf. BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, “Nota Indicativa da distribuição pelos Asilos de Mendicidade e de Infância Desvalida, da décima parte para beneficência, das corporações e estabelecimentos de piedade e beneficência do distrito da Horta, no ano económico de 1905-1906”; BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, “[...] no ano económico de 1909-1910”. Apêndice – Capítulo IV, Quadro III

⁸¹ Cf. BPARJJG, *Junta Geral do distrito da Horta*, Subsídios [Instrução Pública e Beneficência], 1893 [d.a.]. Neste mesmo ano, foi atribuído o mesmo valor para a manutenção do Asilo de Infância Desvalida. À Santa Casa, 250\$000 réis para a manutenção dos doentes e 700\$000 réis para o fundo de reserva destinado à construção do novo hospital. Nos anos económicos de 1922-1923 e 1923-1924, tanto o Asilo de Mendicidade como o de Infância Desvalida receberam, da Comissão distrital de Assistência do distrito da Horta, 1000\$00 em cada um daqueles anos, cf. BPARJJG, *Comissão Distrital de Assistência*, “Orçamento para o ano económico de 1922-1923 [aprovado por despacho ministerial de 17 de abril de 1923]”; BPARJJG, *Comissão distrital de Assistência do distrito da Horta*, “Orçamento para o ano económico de 1923-1924 [aprovado pela comissão executiva nacional de assistência, em 26 de junho de 1924].

⁸² Cf. BPARJJG, *Relatório do Governador civil do distrito administrativo da Horta*, 1867, p.60. No ponto 3.º do art. 4.º, dos Estatutos de 1882, previa-se “contribuir anualmente com uma quota [não se adianta o valor] segundo for fixada pela mesa em orçamento ordinário para coadjuvação das despesas do Asilo de Mendicidade”, BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, Livro de Registo dos Estatutos das diferentes Corporações, 1871-1883 (1), fls.149v.-157v. [150v.]: “Estatutos da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Horta, 1882”. Sobre o mesmo assunto, veja-se BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, Livro de Registo dos Estatutos das diferentes Corporações, 1883-1893 (2), fls.101-111, “Estatutos da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Horta, 1891. Em ambos os estatutos consagrava-se o direito de preferência na admissão ao Asilo dos Irmãos da Santa Casa, e para os doentes tratados no Hospital que forem considerados incuráveis ou impossibilitados de conseguir os necessários meios de subsistência e a cessação do subsídio anual.

finanças”, situação que não foi suficiente para fazer soçobrar o *Asilo*, que se manteve no tempo graças à energia e ao esforço daqueles que, num meio parco de recursos, foram capazes de conjugar boas vontades e de levar a cabo uma administração sensata e operosa. Por isso, não temos dúvidas de que esta é a marca de honra de uma instituição que ao longo do tempo não se extinguiu graças à ação das diferentes mesas administrativas e de todos os que com as suas ofertas e donativos compreenderam o seu alcance social e humano, em consonância com um velho diapasão local: “Depressa o novo se transforma em velho”.

Neste contexto, relevamos o papel da imprensa faialense na sensibilização da sociedade para contribuir com os seus donativos e esmolas para a sua manutenção e na publicitação de iniciativas a seu favor. Assim, em 1913, o jornal *O Telégrafo*, para conhecimento de todos, publicava a ata da reunião extraordinária da mesa administrativa do asilo em que se consignava, por proposta do mesário Manuel Peixoto de Ávila, aprovada por unanimidade, um voto de louvor ao presidente da dita mesa, “cidadão Augusto Terra, e ao secretário, Guilherme Pereira Madruga, pelo zelo do primeiro e bem de tudo que diz respeito a este pio estabelecimento e pela dedicação com que o segundo tem desempenhado o seu cargo”⁸³. E a razão deste público louvor resultava da maneira como Terra havia gerido o asilo, uma vez que, e em atenção ao quadro XIII, durante os três anos de mandato a gestão financeira nunca conheceu qualquer défice, daí ter alcançando uma relevante visibilidade:

Quadro XII: Evolução da conta de receita e despesa e do movimento dos asilados entre 1909 e 1912

Ano económico	Receita em réis	Despesa	Saldo	Movimento dos asilados		
				Entrados	Saídos	Falecidos
1909-1910	1 297\$065	1 295\$815	1\$250	8	4	9
1910-1911	1 465\$810	1 375\$570	90\$240	11	3	9
1911-1912	2 409\$694	1 380\$296	1 029\$398	9	5	9

Fonte: “Asilo de Mendicidade-conclusão”, *O Telégrafo*, 1913, maio 9 (5 739), pp.1-2.

Mas esta crónica debilidade financeira funcionou, em nosso entender, como o despertar para constantes gestos solidários tanto pelo movimento associativo como pelas corporações local e distrital (ais), como se pode ler na seguinte circular enviada pela direção da *Liga Operária* ao governador civil do distrito: “Levamos ao conhecimento de V. Exa. que está definitivamente organizada a ‘Liga Operária’ angariadora de donativos para

⁸³ “Asilo de Mendicidade-conclusão”, *O Telégrafo*, 1913, maio 9 (5 739), pp.1-2.

as casas de Caridade da Horta, com sede provisória na ‘Associação de Socorros Mútuos Artista Faialense’. Mais rogamos a V. Exa. a sua benévola proteção”⁸⁴.

Por isso, é frequente ler-se na imprensa o agradecimento público das mesas administrativas, que referem tanto os benemerentes como as respetivas ofertas em dinheiro ou em géneros⁸⁵.

Não obstante a boa vontade, os infortúnios aconteciam. A 4 de maio de 1899, um “pavoroso incêndio” viria a destruir por completo não só o hospital da *Santa Casa* como o *Asilo de Mendicidade* que se situava no mesmo edifício, o que levaria a que se escrevesse n’ *O Telégrafo*:

“Com dois séculos e um quarto a passar-lhe por cima, batido pelos vendavais e abalado pelos terramotos, provou o velho edifício em que funcionava o hospital e o Asilo de Mendicidade, que os frades franciscanos eram construtores de primeira ordem. Foi preciso que o fogo, em suas ondas rubras, o envolvessem para ruírem as enfermarias e camaratas em que tinham sido convertidas as celas dos filhos de São Francisco de Assis. Mas lá estão as paredes firmes, mostrando-nos, a nós vaidosos obreiros da moderna civilização, quanto podiam mendicantes, inspirados no acrisolado amor de Deus e do próximo”⁸⁶.

Dos 30 asilados, apenas uma asilada seria vítima, tendo sido encontrada carbonizada⁸⁷. Por isso, o eco do jornal citado era muito simples: se o hospital estava em ruínas, “vamos construir um novo”, que, interinamente, por falta de melhores instalações, passaria a funcionar, por cedência do município, na *Casa da Roda*.

No dia 19 de abril de 1903, cerca de dois anos depois do lançamento da primeira pedra (2 de janeiro de 1901⁸⁸), seria inaugurado o novo edifício do hospital da Santa Casa da Misericórdia da Horta, que depois viria a ser denominado hospital *Walter Bensaúde* (a partir de 9 de janeiro de 1921), onde hoje se localiza o Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores.

O novo hospital seria levantado graças a uma grande onda de solidariedade e, em particular, ao espírito lúcido e empenhado do então provedor Manuel Joaquim da Silva Menezes Júnior (?-1933), defensor da criação de um hospital independente do Asilo⁸⁹.

⁸⁴ BPARJJG, *Liga Operária*, “Circular, de 8 de novembro de 1923, ao governador civil do distrito da Horta” [d.a.].

⁸⁵ “[Ofertas aos Asilo de Infância Desvalida]”, *O Telégrafo*, 1914, janeiro 7 (5 935), p.2.

⁸⁶ “O Hospital da Horta”, *O Telégrafo*, 1899, maio 6 (1 660), p.1. Sobre os pormenores do incêndio e à construção do novo hospital, veja-se “Medonha Catástrofe”, *Ibid.*, 1899, maio 9 (1 663), pp.1-2; “Horta. Pavoroso Incêndio”, *O Atlântico*, 1899, maio 6 (1 876), pp.1-2; maio 13 (1 878), pp.1-3; maio 17 (1 879), pp.1-2; maio 20 (1 880), p.1; maio 27 (1 881), p.1.

⁸⁷ “Horta. Pavoroso Incêndio”, *O Atlântico*, 1899, maio 6 (1 876), p.1.

⁸⁸ “Novo Hospital. Ata do lançamento da primeira pedra para a construção do novo Hospital da Misericórdia da Horta”, *O Faialense*, 1901, janeiro 6 (62), pp.1-2.

⁸⁹ Cf. Fernando Faria Ribeiro, *Em dias passados* [...], já cit, pp.11, 104 e 114.

Passados sete dias da sua inauguração, depois de apresentar o relatório de contas⁹⁰, Menezes Júnior passaria a expor as condições para que a Santa Casa contraísse um empréstimo com uma dupla finalidade: concluir o novo hospital e reconstruir o Asilo de Mendicidade, cuja planta, da responsabilidade de António de Cunha Menezes Brum, diretor da Obras Públicas do distrito da Horta, já estava concluída.

No entanto, as obras só se iniciariam nos inícios de 1902. À medida que o novo edifício ia nascendo, não se tinha qualquer dúvida em afirmar que tanto o edifício do Asilo como o do hospital eram “os mais belos edifícios da nossa terra”⁹¹.

O novo imóvel do Asilo seria inaugurado a 16 de abril de 1906, sobre as cinzas do antigo edifício de S. Francisco, num cerimónia muito concorrida pelo elemento militar e civil, e muitas damas e cavalheiros. Ao noticiar de forma desenvolvida a inauguração, pedia o articulista d’ *O Telégrafo* que “a caridade pública não deixe de auxiliar aquele estabelecimento, digno de toda a proteção”⁹².

Pela leitura da documentação compulsada, verificamos, como já se referiu, que apesar da substancial melhoria das condições do edifício, de alguns anos em que as receitas foram superiores às despesas, – em boa parte, graças à caridade pública e filantrópica de que era alvo –, a instituição continuava a ter uma condição financeira muito precária. Esta situação viria a agravar-se com a aprovação, pelo Governo Provisório da República, da Lei da Separação da Igreja do Estado, de 20 de abril de 1911.

Na sequência da Lei, os dirigentes percebendo o agravamento da situação futura da instituição não ficaram de mãos atadas. Para começar, criaram a *Irmandade do Asilo de Mendicidade da Horta*, que passaria a gerir a instituição, cujos estatutos seriam aprovados, a 4 de maio de 1911, pelo governador civil substituto, António de Simas Machado⁹³. Pela sua leitura ficamos cientes de que os subscritores demonstravam uma atitude inabalável de tudo fazer, “nesta espinhosa missão”, para contrariar uma realidade local pobre em recursos e de energias, ao mesmo tempo que entendiam o Asilo como uma instituição santa, humanitária e patriótica, em favor dos inválidos do trabalho e desgraçados da sorte”⁹⁴. De seguida, o provedor do Asilo, Augusto Terra, num ofício enviado ao

⁹⁰ “Inauguração do Asilo de Mendicidade”, *O Telégrafo*, 1906, abril 17 (3 683), p.1.

⁹¹ “Asilo de Mendicidade”, *O Telégrafo*, 1906, janeiro 4 (3 604), p.1.

⁹² “Asilo de Mendicidade”, *O Telégrafo*, 1906, abril 17 (3 683), p.2.

⁹³ Seriam aprovados por 70 “irmãos na sessão de 5 de março de 1911”. Reconhecidos pelo notário Domingos Machado Soares, a 20 do mesmo mês e ano. Aqueles repartiam-se pelas freguesias da Matriz (50), Conceição (8), Angústias (7), Flamengos (1) e outros (4), cf. BPARJJG, *Asilo de Mendicidade*, “Caderno de Recenseamento dos irmãos eleitores e elegíveis do Asilo de Mendicidade da Horta, 1911, maio 13”, fls.1-3.

⁹⁴ “Inauguração do Asilo de Mendicidade”, *O Telégrafo*, 1906, abril 17 (3 683), p.1.

governador civil, Augusto de Medeiros, em dezembro do mesmo ano⁹⁵, lamentava que, na sequência da dita Lei, as Juntas de Paróquia tivessem ficado inibidas de despendar quaisquer verbas dos seus rendimentos na manutenção do culto, o que iria agravar as dificuldades económicas com que lutava a sua administração. Adiantava que o Asilo, para oferecer albergue nas devidas condições, obrigava a que algo mais fosse feito. E a medida tomada, que considerava contrária à vontade de todos os mesários, “foi a dispensa de todos os serventes, cujo vencimento anual chegava aos 330\$000 réis pagos até à data da separação deste instituto da Santa Casa (ocorrido a 30 de junho) pela administração daquele estabelecimento”⁹⁶. Por isso, solicitava ao governador para que fosse possível obter das referidas corporações um subsídio anual para a instituição. Não encontrámos qualquer resposta do governador sobre o assunto.

2.1.2. Asilo de Infância Desvalida [do Infante D. Luís]

“Um asilo de infância é depois da escola pública, a instituição mais importante que a sociedade pode criar e manter. Um asilo, para qualquer um dos sexos é a proteção mais segura que a sociedade possui contra o aumento da desmoralização de futuras gerações, contra o aumento do número de mulheres perdidas nos lodaçais da prostituição, contra o crescer do exército já tão grande de homens miseráveis ignorantes e vis que vão dar ou às penitenciárias ou aos presídios do degradado”⁹⁷.

Por carta de 25 de abril de 1859, a comissão administrativa do *Asilo de Infância Desvalida*, nomeada por alvará de 28 de janeiro de 1858, do governador civil, Santa Rita [1842-1846; 1847-1848; 1857-1877], dava a conhecer ao bispo da diocese de Angra e Ilhas dos Açores, D. Frei Estevão de Jesus Maria [1827-1870], que na cidade da Horta havia sido criada e instalada tal instituição para o sexo feminino ao mesmo tempo que se alertava o bispo para a importância pública da sua criação: proteger, abrigar e educar contra o vício e a degradação a que estariam sujeitas as crianças do sexo feminino desvalidas do concelho da Horta. Também se pedia autorização para a criação da irmandade de Santo António de Pádua, que teria como responsabilidade a sua gestão⁹⁸. Por carta de 20 de maio do mesmo ano, o bispo de Angra autorizava a sua criação.

Contudo, a comissão não deixaria de salientar que dificuldades económicas haviam retardado a sua instalação, o que nos leva a presumir – e uma vez mais – que desde

⁹⁵ BPARJJG, *Asilo de Mendicidade da Horta*, “Ofício, n.º 21, de 4 de dezembro de 1911, ao governador civil do distrito da Horta” [d.a.].

⁹⁶ *Ibid.*

⁹⁷ Emerson Ferreira, “Asilo de Infância”, *O Telégrafo*, 1901, janeiro 16 (3 322), p.1.

⁹⁸ Sobre o assunto, veja-se BPARJJG, *Confraria de Santo António de Pádua*, “Cópia da ata da eleição da mesa administrativa da Confraria de Santo António de Pádua e do Asilo de Infância Desvalida para o biênio de 1913-1915, realizada no dia 15 de junho de 1913” [d.a].

cedo a precariedade financeira se tornou no “calcanhar de Aquiles” da gestão das diferentes mesas administrativas, ou seja, a constante carência de meios pecuniários e materiais necessários para acudir às despesas de manutenção e custeamento da instituição⁹⁹.

A instalação do Asilo havia decorrido a 28 de dezembro de 1858, dia simbólico por coincidir com a festa dos *Santos Inocentes*¹⁰⁰. Nesse dia, davam entrada nas instalações da novel instituição seis crianças do sexo feminino, localizada no alto da cidade, “varrido de luz e ar”, dominando o largo panorama da baía da Horta e do Pico em frente, no extinto convento de Santo António. Aquela data assinala, na história da assistência pública faialense, o momento em que a cidade da Horta passaria a dispor de um estabelecimento de hospitalidade e de educação capaz de receber crianças expostas e desvalidas do sexo feminino¹⁰¹. O que nos leva a concluir que o êxito do discurso filantrópico iniciado pelo governador Luís Teixeira de Sampaio [1852-1857] transformar-se-ia na resposta oportuna a uma necessidade social bem visível em prol da infância em risco.

Por isso, o fim da instituição era preparar aquelas jovens para um dia serem úteis, capazes de se inserirem na sociedade pelo mundo do trabalho (geralmente como empregadas domésticas para casas de família) ou pelo casamento (a instituição também procurava casar as jovens asiladas, certamente numa relação que seria mais um contrato do que alicerçada no amor e na atração física).

O intuito de criação de um *Asilo de Infância Desvalida* na ilha do Faial nascera, da necessidade de se sanear e de se dar resposta ao que assustava no concelho da Horta – o elevado número de crianças abandonadas¹⁰². Pretendia-se combater o seu número e a sua

⁹⁹ Veja-se “Asilo de Infância Desvalida”, *O Faialense*, 1859, junho 12 (46), pp.362-363; Carlos Lobão, *História, Cultura* [...], já cit., pp.173-183. Em Lisboa, a partir de 1834, já tinham sido lançados os fundamentos da “Sociedade das Casas de Asilo de Infância Desvalida”, com a criação do primeiro estabelecimento a 8 de maio do mesmo ano. A partir da segunda metade de Oitocentos espalharam-se por todo o País, cf. Maria Antónia Lopes, “Os pobres [...]”, já cit., in José Mattoso [dir.], *História de* [...], vol. V, pp.503-507. “Em 1863, existiam nas seguintes localidades asilos de infância desvalida: Viana do Castelo (2), Braga (2), Porto (4), Aveiro (2), Lisboa (4), Coimbra (1), Vila Real (1), Portalegre (1) e Évora (1)”, cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal [1851-1890]*, vol. IX, já cit., pp.319-321.

¹⁰⁰ “[Festa dos Santos Inocentes]”, *O Telégrafo*, 1911, janeiro 2 (5 058), p.2.

¹⁰¹ Crianças pobres com família, cujos pais, órfãos de fortuna, as não podiam sustentar de forma conveniente, apresentando por isso uma existência miserável e sem proteção; ou então filhas de pais falecidos, abandonadas sem outros familiares que as socorressem, que sobreviviam da mendicância e da vadiagem. A partir de 1932, na sequência de contactos estabelecidos com as Irmãs Franciscanas Hospitalares Portuguesas, estas, pela competência e zelo reconhecidos para dirigir uma instituição da natureza do Asilo, assumiram a sua administração. A partir de 1970, em resultado da aprovação dos novos estatutos, passaria a designar-se “Casa de Infância de Santo António”(padroeiro da instituição), vindo, na atualidade, a tornar-se uma Instituição de Solidariedade Social equipada com creche, jardim de infância e lar para jovens.

¹⁰² De acordo com a consulta da Junta Geral do distrito da Horta de 1852, as razões desta realidade residiam na “desmoralização pública”, “na prostituição escandalosa”, “filhos de pessoas solteiras ou casadas”, a que

multiplicação ao mesmo tempo que se dotava a cidade de um espaço adequado que lhes pudesse conceder o necessário conforto material e espiritual, arrancando assim ao desamparo e à “perdição” o maior número de crianças. Com efeito, a consciência do problema e a tentativa de lhe dar resposta anunciam as modernas políticas de intervenção social e de combate à exclusão¹⁰³.

Consciente desta situação, em 1852, o então governador civil, Luís Teixeira de Sampaio, não tinha qualquer relutância em propor a criação de um Asilo para crianças, à semelhança do que acontecera, em 1843, para a velhice (*Asilo de Mendicidade*). Em nosso entender, esta atitude do governador era reveladora, por um lado, da maneira como se posicionava perante a assistência às crianças desvalidas e abandonadas e, por outro, qual era, em seu entender, a solução mais adequada ao problema.

Todavia, seria o seu sucessor, Santa Rita, perante a ineficácia de uma comissão anteriormente nomeada, que iria despoletar todo o processo que levaria à sua criação e instalação, graças a uma nova comissão, nomeada pelo alvará de 28 de janeiro de 1858¹⁰⁴ e que depois se tornaria na primeira mesa administrativa, constituída pelo padre João Pedro de Ávila (presidente, entre 1853-1883), José Maria de Sequeira (vice-presidente), António Jacinto de Melo (secretário), João Pedro da Silveira de Mesquita Pimentel (tesoureiro) e Manuel Inácio de Sousa Brasil (vogal)¹⁰⁵.

Com este propósito, o governador não fazia mais do que dar cumprimento e execução à portaria do ministério do Reino de 28 de julho de 1857, que não só aprovara a sua criação, como também cedia o edifício do convento de Santo António para a sua instalação.

naturalmente se juntava a pobreza, cf. *Consultas das Juntas Gerais dos distritos Administrativos do Reino e Ilhas Adjacentes no Ano de 1852*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1855, pp. 1-6 [1]: “Consulta da Junta Geral do distrito da Horta. Ano de 1852”.

¹⁰³ Cf. Pierre Léon [dir.], *História Económica e Social do Mundo*, Tomo II, vol. IV, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1982, pp.336-337. Sobre crianças abandonadas no concelho da Horta, veja-se “Arbítrio. Para se poder acudir ou socorrer aos meninos desamparados, da Ilha do Faial”, *AA*, vol. VII, edição fac-similada da ed. de 1885, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1982, pp.301-304; Fátima Sequeira Dias, “A visão oficial [...]”, já cit., in *O Faial e [...]*, já cit., pp.279-280.

¹⁰⁴ “Asilo de Infância Desvalida”, *O Faialense*, 1859, janeiro 9 (24), pp.190-191. Sobre a sua fundação, veja-se ACISA, Raimundo Lemos, *Álbum Comemorativo do Centenário do Asilo de Infância Desvalida*, Horta, 1958; Carlos Lobão, *Casa de Infância de Santo António. Subsídios para uma História*, Horta, Casa de Infância de Santo António, 1998; Aurélia Armas de Sousa Fernandes, *Uma Obra Ímpar Abençoada por Santo António. Casa de Infância de Santo António – Horta*, 2.^a ed., S. l., Edição do Autor, 2004.

¹⁰⁵ Ao padre Ávila seguiram-se António Pimentel da Silva (1833-1899), Francisco Júlio de Medeiros (1899-1901), Manuel Rocha de Almeida (1901-1910), Alexandre Lacerda (1910-1917), Augusto Terra (1917), José Rodrigues (1917-1919), Jaime Maria Soares de Melo (1919-1930), cf. ACISA, Raimundo Lemos, *op. cit.* Os primeiros estatutos foram aprovados em 1860, pelo rei D. Pedro V, por Carta Régia de 9 de maio do mesmo ano. Em 1875, seriam remodelados. Infelizmente não se conseguiu ter acesso a qualquer um dos documentos referidos.

.A precariedade financeira

Desde a sua abertura, é notório que os gestores do Asilo defenderam que a maneira mais racional para assegurar a sua sustentação seria a esmola graças à caridade e à filantropia, através das quais se obteriam parte dos meios necessários “para ampliar e estender ao maior número de crianças indigentes e desvalidas o benefício que oferece este pio estabelecimento”¹⁰⁶. Mas para se conseguir esse desiderato defendia-se a criação de uma irmandade, que por vezes aparece sob a designação de confraria, de irmãos sob a proteção de Santo António, o que viria a acontecer com a devida autorização do bispo dos Açores¹⁰⁷, como já foi referido.

Assim, presume-se que a principal preocupação, companheira do dia-a-dia das diferentes mesas administrativas, em particular do mordomo-presidente, que passavam esse legado umas às outras, residiu nas dificuldades financeiras que estariam na origem de diversos contratemplos, como abaixo se verá, principalmente a primeira mesa, uma vez que a abertura do Asilo coincidiu com “anos de calamidades, como são estes porque passamos”¹⁰⁸.

Depois de conseguidos os indispensáveis melhoramentos no edifício, tornando-se assim “numa morada cómoda, salubre e adaptada”¹⁰⁹, verificamos de acordo com a imprensa¹¹⁰ e a leitura de alguns orçamentos da instituição, que esta seria “presenteada” anualmente com um grande número de esmolas tanto particulares como oficiais. No entanto, a generosidade era insuficiente para colmatar as despesas da instituição, situação que se tornaria crónica a partir da década seguinte, dando a sensação que as dificuldades por que começava a passar resultavam do arrefecimento do entusiasmo inicial em torno da instituição e da confraria de Santo António, em parte devido ao número reduzido de irmãos.

Na década de setenta, perante o acentuar das dificuldades económicas, havia dentro da instituição quem defendesse, particularmente entre os irmãos da confraria de Santo António, ou que se encerrasse o Asilo ou que se entregasse a sua administração à sociedade *Amor da Pátria*. Todavia, apesar de uma abordagem feita à sociedade, os irmãos

¹⁰⁶ “Asilo de Infância Desvalida”, *O Faialense*, 1859, junho 12 (46), p.363.

¹⁰⁷ “[Carta do Bispo da diocese à comissão do ‘Asilo de Infância Desvalida’]”, *O Faialense*, 1859, junho 12 (46), pp.363-364.

¹⁰⁸ “Asilo de Infância Desvalida”, *O Faialense*, 1859, janeiro 9 (24), pp.190-191.

¹⁰⁹ “Asilo de Infância Desvalida”, *O Faialense*, 1859, junho 12 (46), pp.363.

¹¹⁰ Em 1907, um grupo de praças da canhoneira *Açor* levou a cabo uma récita no *Teatro União Faialense* em favor dos dois asilos da Horta, cujo saldo foi de 115\$855 réis, cf. *O Telégrafo*, 1907, janeiro 16 (3 904), pp.1-2.

da confraria, em reunião de 24 de março de 1872, contrariando a ideia inicial, reafirmaram o seu firme propósito de continuar com a sua administração¹¹¹. Contudo, cerca de onze anos depois, em 1883, a partir da leitura de uma ata da mesa administrativa¹¹², concluímos que a situação económica do Asilo era de tal maneira precária (a dívida ia engrossando de ano para ano), que à mesa administrativa não lhe restava outra solução do que pedir ao governador civil a exoneração do cargo para a qual havia sido investida¹¹³. A exoneração foi aceite pelo governador civil que, por alvará de 27 de setembro, viria a nomear uma nova comissão, novamente presidida por António Pimentel da Silva, cujo primeiro passo, com vista a fazer face às urgentes necessidade da instituição, foi o de alterar os estatutos, o que não conseguiu.

Volvidos sete anos, deduzimos que persistia a difícil situação precária das finanças do Asilo continuava, mas agora com uma novidade: um melhor equilíbrio entre a receita e a despesa, devido à gestão criteriosa de Pimentel da Silveira, apesar de publicamente se reconhecer que era de todas as instituições de beneficência da ilha do Faial a que dispunha de menos recursos pecuniários. Assim, a sua receita média anual ficava-se pelos 450\$000 réis, o que permitia fazer face às suas despesas (345\$000, em 1890), com a manutenção de vinte e quatro educandas, órfãs e desvalidas (dos seis aos dezasseis anos)¹¹⁴.

Apesar das dificuldades, conseguiu sobreviver por entre um complexo equilíbrio entre as despesas¹¹⁵ e as receitas ordinária (foros e juros) e eventual (décima das receitas das confrarias de piedade existentes nos concelhos das ilhas do Faial e Pico), produto das esmolas das caixas da igrejas e do mercado geral e dos trabalhos de costura produzidos na oficina anexa ao Asilo¹¹⁶. No entanto, a instituição seria ainda contemplada com um

¹¹¹ “Noticiário”, *O Faialense*, 1872, março 31 (33), p.4.

¹¹² BPARJJG, *Asilo de Infância Desvalida*, “Ata de 27 de outubro de 1883”.

¹¹³ A mesa administrativa era constituída por António Pimentel da Silveira (mordomo), Francisco Leal de Brito Júnior, José Nestor Ferreira Madruga, Manuel Batista da Silva, Vítor Martiniano Fraião, Manuel Joaquim da Silva Menezes Júnior (secretário) e António Fernando de Carvalho.

¹¹⁴ X., “Asilo de Infância Desvalida”, *O Açoriano*, 1891, fevereiro 1 (3), p.1.

¹¹⁵ BPARJJG, *Asilo de Infância Desvalida e Confraria de Santo António de Pádua*, “Orçamento Ordinário para o ano económico de 1903-1904”. As despesas diziam respeito à manutenção (alimentação, medicamentos, roupas e calçado, mobílias, iluminação, combustível, roupas e outros artigos domésticos); ao pessoal do asilo (diretora, lavadeira e servente); ao culto e legados (festividades de Santo António e dos Santos Inocentes, Prémio Santa Rita e legados pios); aos encargos diversos (expediente, contribuição predial, retelhar e cair o edifício).

¹¹⁶ Sobre a inauguração desta oficina de trabalho, a 26 de janeiro de 1902, veja-se Marcelino Lima, “Asilo de Infância”, *O Faialense*, 1902, fevereiro 2 (118); p.2, que escrevia a propósito: “Não se pratica ali um determinado ramo de costura. Fabrica-se tudo quanto o manuseamento da agulha em mãos femininas alcança. [...] Para o fundo permanente da manutenção da oficina naquele dia solene, houve dois donativos monetários

conjunto de apoios extraordinários, a saber: do Estado, um subsídio anual no valor (350\$000¹¹⁷); dos barões, conselheiros e viscondes locais¹¹⁸ donativos vários; o produto de récitas levadas a cabo no *Teatro União Faialense* (o chamado saco de beneficência, que durante os intervalos passava por entre os espectadores), de quermesses e de rifas; de legados deixados em testamento.

Contudo, sendo diversificados os apoios particulares e oficiais¹¹⁹, pensamos que a manutenção desta instituição se deveu, e muito, ao empenho das mesas administrativas e à sua permanente visibilidade veiculada pela imprensa faialense que não deixaria de salientar o seu esforço para salvar do naufrágio social muitas crianças do sexo feminino, dando-lhes abrigo sustento de corpo e alma e do espírito, para as restituir ao mundo fortalecidas pela instrução, pelo amor ao trabalho pela compreensão da virtude¹²⁰. Por seu turno, a sociedade civil não deixaria de corresponder, dando provas de que o destino das crianças desvalidas mobilizava as sensibilidades e provocava gestos solidários em defesa da sua proteção, educação e instrução¹²¹.

Ainda em torno da proteção à infância no concelho da Horta, registamos várias iniciativas, mais ou menos efémeras:

- A criação a 27 de dezembro de 1884, por acção de João José da Graça, da *Sociedade de Regeneração da Infância*. Tinha como fins: recolher e alimentar os expostos do concelho; promover a frequência às escolas através da distribuição de roupas e de livros e orientando-as de acordo com a sua vocação, ao mesmo tempo que se previa o estabelecimento de uma creche.

feitos pelos Srs. barão da Alagoa e visconde Borges da Silva. Eis aqui uma utilíssima criação, digna de todo o respeito e de todo o auxílio, num recolhimento de infância desvalida”.

¹¹⁷ BPARJJG, *Ministério da Fazenda* [Direção Geral da Tesouraria], “Ordem de pagamento, de 22 de julho de 1904, remetida ao governador civil do distrito da Horta” [d.a.]. Por esta ordem punha-se “à disposição do ‘Asilo de Infância Desvalida da Horta’ a quantia de 350\$000, importância do subsídio que lhe foi conferido pelo ministério do Reino para a sua manutenção durante o ano de 1902-1903”.

¹¹⁸ De entre os seus principais benfeitores destacamos o Infante D. Luís, Bárbara Street de Arriaga, Maria Madalena Ribeiro, Manuel Alves Guerra, Charles Dabney, o governador Santa Rita, Henrique e Walter Bensaúde, António Teles de Lacerda, José Maria de Sousa, viscondessa da Praia, Ana Teodora do Canto Medeiros, Barão de Castelo de Paiva, Barão da Alagoa e visconde Borges da Silva.

¹¹⁹ “[Luís Augusto de] Aragão e Brito [1833-?]”, *O Telégrafo*, 1922, julho 14 (8 175), p.1. Neste artigo referem-se as verbas conseguidas por este senador eleito, em 1922, pelo círculo de Angra do Heroísmo, para os asilos da cidade da Horta e para as misericórdias da Horta, Santa Cruz das Flores e Lajes do Pico. Foi diretor da Alfândega da Horta. Sobre o assunto, veja-se Manuel Greaves, “Casas de Caridade da Horta. Encerrá-las, não! É preciso acudir-lhes. Apelemos para os que podem socorrê-las”, *Ibid.*, 1923, outubro 10 (8 369), p.1. O autor depois de acentuar as dificuldades financeiras com que se debatiam as casas de caridade da Horta a partir de 1914, sugeria um conjunto de iniciativas para ultrapassar ou minorar as mesmas.

¹²⁰ Marcelino Lima, “Asilo de Infância”, *O Faialense*, 1902, fevereiro 2 (118), p.2.

¹²¹ “Os nossos asilos”, *O Telégrafo*, 1915, abril 30 (6 314), p.1.

- A criação da *Sociedade Protetora da Infância Faialense*, em 1920, cuja fundação, orientação e responsabilidade estava a cargo das principais senhoras da “melhor sociedade”, que haviam dado corpo à ideia de proteção à infância defendida pelos Drs. Lacerda Forjaz e José Azevedo¹²², o que significava que o problema do grande número de crianças indigentes e abandonadas ainda não fora resolvido. A presidência foi conferida à viscondessa de Leite Perry¹²³, D. Antónia Avelar (1871-1959). Para o cumprimento do seu programa, festas e sarausom músico-literários eram os meios previstos para a angariação de donativos necessários para fazer face “às despesas caridosas”¹²⁴.

- As iniciativas do jornal *O Telégrafo* durante a quadra do Natal.

A partir de 1896, a redação dava início a uma série de subscrições que continuariam nos anos seguintes. Neste ano a subscrição foi em favor “dos pobrezinhos”, sendo a importância conseguida distribuída equitativamente pelos dois asilos da cidade. Neste primeiro ano, caberia, a cada um, o valor de 4\$690 réis¹²⁵. Entendia a redação que proteger estes dois estabelecimentos era uma maneira de recordar e dar a conhecer “aos nossos concidadãos uma época inolvidável para esta ilha do Faial”¹²⁶. Certamente animado com a correspondência do público, o jornal, anos depois de ter dado início àquela subscrição anual, levou a efeito mais duas iniciativas, também pelo Natal, com o mesmo propósito.

Uma em favor dos pobres (1905)¹²⁷ e outra que ficaria conhecida pela “Nossa Festa – O Natal dos Pequenos ou dos Pequeninos” (1908). Pretendia-se como esta festa, como referia a redação, “fazer compartilhar da alegria do Natal as criancinhas menos bafejadas pela sorte”¹²⁸. O financiamento decorria do produto da venda avulsa do jornal, do auxílio particular espontâneo traduzido na oferta de vestidos, fatos, brinquedos, a que se juntaria, anos depois, uma subscrição pública com igual finalidade¹²⁹.

¹²² “Sociedade Protetora da Infância Faialense”, *O Telégrafo*, 1921, maio 21 (7 995), p.1.

¹²³ “Proteção à Infância”, *O Telégrafo*, 1920, março 18 (7 739), p.1. Na mesma página, veja-se Lacerda Forjaz, “Proteção à Infância”. Faziam parte ainda da direção Palmira Menezes (vice-presidente), Maria Guerra Sant’ Ana Amaral (sec.), Maria de Roches, Júlia Lima Vilas, Maria Silveira Amaral, Eugénia Quintanilha, Alice Salema, Maria Leonor Rosa, Maria Lacerda e Ângela Ávila Leal Costa (vogais). Viriam a aderir Silvina Furtado de Sousa e Palmira Vila Lobos Menezes, cf. “Sociedade Protetora da Infância Faialense, ibid., 1921, maio 21 (7 995), p.1

¹²⁴ Cf. “Sociedade Protetora da Infância Faialense”, *O Telégrafo*, 1921, maio 21 (7 995), p.1; maio 25 (7 996), p.1.

¹²⁵ “Entrega”, *O Telégrafo*, 1897, janeiro 23 (995), p.1.

¹²⁶ *Ibid.*

¹²⁷ “A Favor dos Pobres”, *O Telégrafo*, 1905, dezembro 28 (3 599), p.1.

¹²⁸ “Natal dos Pequeninos”, *O Telégrafo*, 1939, janeiro 4 (11 821), p.1.

¹²⁹ Em 1908, foram contempladas 206 crianças com vestidos, camisolas, meias, lenços, carne e pão; em 1909, foram distribuídos 155 vestidos, 150 fatos, camisolas, bonés, mais lenços, carne e pão; em 1910,

Esta iniciativa em favor das crianças órfãs e pobres realizava-se no dia 25 de dezembro nas instalações da livraria do jornal ou nas instalações do *Salão Éden*, à qual concorriam muitas damas e cavalheiros. Às crianças eram distribuídas roupas, brinquedos, rações de carne e de pão e livros¹³⁰.

A festa manter-se-ia até 1925, numa altura em que já não se levavam a efeito as outras duas subscrições. Neste ano, a redação lamentava que a experiência do tempo havia demonstrado que a sua iniciativa, “além de não encontrar o acolhimento desejado, quase sempre encontrou embaraços na sua execução”. Por isso, “e porque a nossa idade e saúde não permitem cansaço, declaramos ao público que ‘O Telégrafo’ nos futuros anos não torna a realizar a festa do ‘Natal dos Pequeninos’”¹³¹.

2.2. A sociabilidade caritativa e o protagonismo feminino

“Avante pois; e não desanimeis, / Ó nobre Dama, ó Mãe dos Pobrezinhos! //”¹³²

As iniciativas e as práticas assistenciais no concelho da Horta conheceram particular destaque a partir da segunda metade do século XIX. Nesse contexto assistencial, do cuidar e tratar das franjas mais desprotegidas da sociedade faialense, ganhou particular relevo a ação “das damas da primeira sociedade faialense”, que lhe dedicavam grande parte do seu tempo (a prática da caridade, além de um dever cristão, era uma forma de prestígio e de distinção social). Aliás, tal como sucedia no País e em outras ilhas, as damas da elite local dedicavam-se às boas práticas pois estas eram apanágio da sua condição¹³³. De entre as senhoras faialenses, sobressai o nome da Maria Cristina de Arriaga (1835-1915).

foram distribuídos 370 artigos de vestuário e brinquedos; em 1911, foram distribuídos 354 vestidos e fatos, e cerca de 200 brinquedos; em 1913, foram contempladas 409 crianças com roupa, pão e brinquedos, cujos donativos para tal fim chegaram aos 149\$275 réis; em 1923, distribuídos 152 vestidos e fazenda, 97 fatos a “rapazinhos”, mercê da subscrição pública cujo produto final atingiu os 4 099\$65 escudos, cf. “Natal dos Pequeninos”, *O Telégrafo*, 1939, janeiro 4 (11 821), p.1.

¹³⁰ “A nossa festa”, *O Telégrafo*, 1908, dezembro (4472), p.1. Veja-se ainda “Natal dos Pequeninos”, *Ibid.*, 1925, dezembro 26 (8 715), p.1.

¹³¹ “Natal dos Pequeninos”, *O Telégrafo*, 1925, dezembro 26 (8 715), p.1. Neste ano, a subscrição atingiu os 6 352\$625 réis. Foram contempladas 483 crianças. Para as que “nos merecem comiserção”, foi dividida a verba de 171\$375 réis., cf. *Ibid.*, 1926, fevereiro 22 (8 736), p.1. Em 1912, a festa viria a realizar-se graças ao apoio do filantropo e capitalista faialense radicado nos Estados Unidos, Rafael Silveira. Por isso, a redação escrevia “temos esperança de que não faltarão, como nos demais anos, corações bondosos a prestarem-nos o seu valioso auxílio”, cf., “O Natal dos Pequeninos”, *Ibid.*, dezembro de 1915 (6 947), p.1.

¹³² Saudade, “À Exma. Senhora D. Maria Cristina de Arriaga”, *O Telégrafo*, 1903, dezembro 30 (3 015), p.1.

¹³³ Veja-se, por exemplo, Susana Serpa Silva, *Margarida de Chaves, a benemérita. Notas sobre a sua vida e o seu legado*, Ponta Delgada, Instituto Margarida de Chaves, 2010; Id., “Dar de comer aos famintos – subsídios para a história da Cozinha Económica de Ponta Delgada (S. Miguel-Açores)”, in Maria Marta Lobo de Araújo e Alexandra Esteves [coord.], *Marginalidade, Pobreza e Respostas Sociais na Península Ibérica (séculos XVI-XX)*, Braga, CITCEM, 2011, pp. 217-231.

A ação destas mulheres em prol da prática da virtude da caridade que consagrava, em nosso entender, o princípio “a união faz a força”, não se ficou apenas por dádivas em géneros e dinheiro (subscrições) ou angariação de esmolas, através de quermesses¹³⁴, bazares, saraus músico-literários e bandos precatórios em favor tanto das diversas instituições criadas para tal fim como para socorrer diretamente os pobres e desvalidos. Foram mais longe, isto é, em conjunto ou isoladamente¹³⁵ organizaram-se para apoiar as instituições existentes ou criarem elas mesmo instituições para socorro dos pobres ou desvalidos, de que o *Albergue Noturno*, a *Cozinha Económica* e a *Sociedade de Proteção à Infância Faialense* são três exemplos¹³⁶.

A sua ação constituía, em nosso entender, uma resposta a um estado liberal que pouco intervinha e que não tinha políticas em prol da saúde, da habitação, do lazer, da previdência – políticas e conceitos, aliás, ainda extrínsecos à acção do próprio Estado. Por outro, a sua intervenção individual ou associativa institucionalizada, manifestada em jantares, doações e outras benfeitorias “funcionava como um meio dos indivíduos conquistarem e exercerem os seus direitos como cidadãos”¹³⁷. Ao mesmo tempo constituía uma excelente forma de visibilidade pública, de prestígio social, numa altura em que a elite local, corporizada nas figuras do visconde (essa), do barão (ronesa) e do conselheiro, não deixaria de juntar, ao desejo inegável de fazer bem, a utilidade do prestígio social¹³⁸.

Ciente do importante papel que a mulher podia desempenhar neste contexto assistencial, verificamos, pela leitura dos estatutos da *Irmandade do Asilo de Mendicidade da Horta*, que, de entre as atribuições da mesa administrativa (art. 27, pontos 11.º, 12.º e 13.º) constava a designação, anual, de cinco senhoras pertencentes à mesma Irmandade

¹³⁴ Cf. Irene Vaquinhas, *Nem Gatas Borralheiras* [...], já cit., pp.55-70.

¹³⁵ Uma das iniciativas mais frequentes era a oferta de um jantar, como aconteceu, por exemplo, no dia 12 de junho de 1917, quando Rosa Goulart ofereceu um aos recolhidos do Asilo de Mendicidade em comemoração pelo 9.º aniversário do falecimento do marido ou então pelas festas do Espírito Santo, cf. “Noticiário”, *O Telégrafo*, 1917, junho 13 (6 939), p.2.

¹³⁶ Em 1915, um conjunto de senhoras, Catarina Arouca Vieira, Francisca Machado Brum, Ana do Carmo da Silva, Maria Massano, Maria Soares Faria e M. de Faria Pereira, organizaram-se em comissão para, através de uma subscrição, angariarem donativos “para confeccionar roupas para ofertar aos nossos soldados que vão para os campos de batalha”, iniciativa a que o jornal *O Telégrafo* deu grande visibilidade, cf. *Ibid.*, 1917, maio 30 (6 927); junho 14 (6 940), p.1.

¹³⁷ Cf. Vítor da Fonseca, “Beneficência e auxílio mútuo no associativismo português: Rio de Janeiro, 1903-1920”, in Beatriz Padilla e Maria Xavier [org.], *Revista Migrações – Número Temático Migrações entre Portugal e América Latina*, Lisboa, Acidi, 2009, outubro (5), pp.221-237 [224].

¹³⁸ Veja-se Jorge Costa Pereira, “A vida em Ponta Delgada em 1880 através do Jornal ‘Diário dos Açores’ – Subsídio para o estudo do século XIX micaelense”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, vol. 8, Horta, 1985-1988 (1-2-3), pp.27-44; Cláudia Santos, “Dar a quem precisa – o significado da caridade para a elite micaelense oitocentista”, *Revista Arquipélago. História*, 2.ª Série, vol. V, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2001, pp.193-210; Susana Serpa Silva, “Associativismo e Filantropia [...]”, já cit., in *Ernesto do Canto* [...], pp.49-71.

para comporem o conselho protetor do mesmo asilo. Este conselho tinha por fins, segundo os estatutos, nomear uma senhora inspetora para visitar, nos dias que lhe aprouvesse, a casa do asilo, observar o tratamento dos internados e informar o presidente da mesa administrativa de qualquer irregularidade que encontrasse e diligenciar donativos a favor da instituição¹³⁹.

O seu exemplo não passaria despercebido a uma imprensa faialense sempre atenta a tudo aquilo que era entendido como progresso e civilização, que não só publicitava com rasgados elogios a sua generosidade, como exaltava quer as suas iniciativas quer os seus predicados pessoais, o que em muito contribuiu para a sua afirmação social e para a estima que a mesma sociedade lhes devotava, cuja “fidalga ação” era entendida como uma “honra para esta ilha”¹⁴⁰. Esta atitude levaria Emerson Ferreira a escrever que os serviços prestados em favor dos outros, em particular dos desfavorecidos da sociedade deviam “ser registados e reconhecidos pelo público e pelo Governo [...], deverão merecer distinção social e títulos honoríficos”¹⁴¹.

2.2.1. O exemplo de Cristina Arriaga - “um verdadeiro anjo da caridade”¹⁴²

“Aos louváveis e filantrópicos sentimentos de uma dama faialense, D. Maria Cristina Arriaga, distinta, por sua constante caridade e nobreza das suas ações, se deve a projetada obra de beneficência, de esmolar os pobres com uma alimentação diária [Sopa Económica]”¹⁴³.

“Senhora de primorosas virtudes, duma bondade completa e inexcedível, inspirada nos mais belos ideais humanos, advogando sempre a causa dos vencidos, passou pela terra de olhos postos na esperança e exercendo sempre a caridade”¹⁴⁴.

Cristina Arriaga nasceu na freguesia Matriz a 17 de outubro de 1835. Viveu e faleceu (1915) no solar da família Arriaga, situado na travessa de São Francisco, n.º 2. Esta irmã de Manuel de Arriaga deixaria uma marca assistencial assinalável na sociedade faialense pelo seu elevado sentimento de amor aos pobres e desvalidos, o que levaria

¹³⁹ BPARJJG, *Asilo de Mendicidade da Horta*, “Estatutos, 1911”, pnn. Em 1911, este conselho era presidido por D. Joaquina Del Rio Berquó, cf. *A Democracia*, 1911, dezembro 3 (31), p.3.

¹⁴⁰ Costa Rebelo, “Festa de Caridade”, *O Telégrafo*, 1900, dezembro 12 (2 129), p.1. Sobre o assunto, veja-se “Corporações locais”, *O Faialense*, 1900, maio 27 (30), p.2. Neste artigo publica-se extrato de uma ata da mesa administrativa da Santa Casa da Misericórdia em que se agradece a todos as pessoas que contribuíram para a realização da Festa do Desagravo promovida pela instituição. De entre os nove nomes de damas faialenses, “protetoras dos diversos altares [da igreja de São Francisco] e que muito se esforçaram para que eles fossem devidamente restaurados não se poupando a esforços e a sacrifícios na realização daquele fim”, estava o de Maria Cristina de Arriaga.

¹⁴¹ Emerson Ferreira, “Asilo de Infância”, *O Telégrafo*, 1905, janeiro 16 (3 322), p.1.

¹⁴² “Albergue Noturno”, *O Telégrafo*, dezembro 28 (4 472), p.1.

¹⁴³ *Ibid.*

¹⁴⁴ Osório Goulart, “D. Maria Cristina de Arriga”, *O Telégrafo*, 1915, maio 26 (6 332), p.1.

Osório Goulart a escrever que foi no exercício (permanente) da caridade que mais luziu a “fidalguia do seu carácter e a grandeza da sua alma”¹⁴⁵.

O seu nome esteve sempre associado a múltiplas iniciativas, quando não ela mesma as promovia através de subscrições, bazares, festas, jantares¹⁴⁶ e donativos próprios, em que se incluiu o produto líquido da venda do seu livro de poesia, publicado em 1901, *Flores d'Alma*¹⁴⁷. O produto da venda dos 400 exemplares deste livro foi destinado, pela autora, à fundação duma *Cozinha Económica*¹⁴⁸, o que nos permite concluir que Maria Cristina de Arriaga seguia o princípio de que bastava que todos dessem, pouco ou muito não interessava, mas que dessem.

Seria a *Cozinha Económica* ou a *Sopa dos Pobres*, uma das iniciativas que mais espaço ganharia na imprensa faialense, a partir de 1900, certamente inspirada naquilo que fizera a *Sociedade Humanitária de Literatura e Agricultura* quando, no cumprimento dos seus estatutos (ponto 5 do art. 20), a sua secção humanitária ou de socorros levou a efeito, durante alguns domingos, um jantar a vinte pobres¹⁴⁹ e em idêntica iniciativa levada a efeito em cidades como Lisboa, Porto ou Ponta Delgada.

Se para uns a “caridosa iniciativa de Maria Cristina de Arriaga” recebeu os maiores encómios, para outros foi encarada com indiferença¹⁵⁰.

Maria Cristina de Arriaga deve ter percebido a situação, porque desde logo é notório que com o dinheiro conseguido para a *Cozinha Económica*, 700\$000 réis, e ciente das dificuldades que a mesma estava a levantar decidiu, “de acordo com as pessoas que a t[í]nham auxiliado”, destinar aquela verba para a instalação de um *Albergue Noturno*¹⁵¹. Por isso, não se tinha dúvida em afirmar que esta decisão ou intenção em muito sobvrelevava a ideia inicial, não só pelos resultados como pela facilidade com que podia ser executada: “O Albergue Noturno é preferível. Há muita gente do campo e do Pico, do Pico principalmente, gente pobre, que pelos seus afazeres ou tomados do tempo não podem

¹⁴⁵ Osório Goulart, *Horas Solenes*, já cit., pp. 37-41 e 131. Maria Cristina de Arriaga (Horta, 1835; Idem 1915). Dedicou toda a sua vida ao exercício da caridade. Dinamizadora da *Cozinha Económica* e fundadora do Albergue Noturno (1908). Poetisa, *Flores da Alma* (1901). Promotora de inúmeras festas em prol dos asilos da Horta.

¹⁴⁶ Sobre o jantar dado a 25 crianças pobres, no solar dos Arriagas, a 27 de dezembro de 1903, e que a própria serviu, veja-se “Festa de caridade”, *O Telégrafo*, 1903, dezembro 28 (3 013), p.1.

¹⁴⁷ Maria Cristina de Arriaga, *Flores d'Alma*, Horta, 1901.

¹⁴⁸ Costa Rebelo, “Festa de Caridade”, *O Telégrafo*, 1900, dezembro 12 (2 129), p.1.

¹⁴⁹ BPARJJG, *Governo Civil*, Livro de Registo dos Estatutos das diferentes Corporações, 1871-1883 (1), pp.113v.-114: “Estatutos da Sociedade Humanitária de Literatura e Agricultura, 1880”.

¹⁵⁰ J.A., “Cozinha Económica”, 1901, dezembro 14 (2 420), p.1.

¹⁵¹ “Albergue Noturno”, *O Telégrafo*, 1906, janeiro 9 (3 607), p.1.

recolher aos seus casebres; – a estes, bem como a alguns desamparados, o Albergue Noturno será uma providência”¹⁵².

Um dos mais fervorosos defensores da instalação do *Albergue* e da iniciativa de Cristina Arriaga foi o jornalista António Batista. Depois de demonstrar a sua frontal oposição à instituição da *Cozinha Económica*, em relação à qual não punha em causa o seu fim altruísta¹⁵³, perguntava: “Quereis valer aos Pobres? Quereis ser úteis aos desgraçados?” Assim, se a verdadeira caridade era, em seu entender, “aquela que Deus abençoa e recompensa”¹⁵⁴, então não se devia perder tempo e esforços com a instituição de cozinhas económicas para logo adiantar que isso devia ser deixado aos taberneiros e aos comerciantes de “comes-e-bebes”. Perante este raciocínio, para se atingir aquela, defendia a existência de asilos e hospitais, a formação de sociedades de beneficência e a ida aos “domicílios miseráveis distribuir pão e roupa às criancinhas e à mães famintas e rotas”¹⁵⁵.

Dentro desta interpretação, e depois de chamar a atenção para que na Horta não se deixassem arrastar pelo espírito de imitação, não tinha qualquer preconceito em afirmar que se devia proceder de acordo com as necessidades da ilha. Se assim era, então seu empenho em estabelecer o dito albergue, como se deduz das suas palavras, devia merecer, “de todo o coração“, quer o seu aplauso quer o seu “acompanho”.

Depois de ultrapassados todos os contratempos, o *Albergue Noturno e Recolhimento*¹⁵⁶, seria inaugurado a 25 de dezembro de 1908, nos baixos do *Asilo de Mendicidade*, cuja abertura era a concretização da intenção de Cristiana Arriaga que naturalmente havia contado com o apoio público. Esta data revestiu-se de um natural simbolismo em atenção ao acontecimento que a mesma aludia: a fraternidade e o amor entre os homens. Por isso, no diário *O Insular* não se deixaria de escrever, a propósito, que naquele natal de 1908, era enternecedor ver que entre o turbilhão de paixões, havia ainda lugar para “o Bem, desejo para a Virtude, Amor para a Caridade”¹⁵⁷.

A inauguração de mais este estabelecimento, a par dos asilos de *Mendicidade* e de *Infância Desvalida*, – onde tanto a velhice como as crianças desvalidas e desamparadas encontravam a permanência, o abrigo e o “pão nosso de cada dia”, considerado como os

¹⁵² *Ibid.*

¹⁵³ António Batista, “Cozinhas Económicas”, *O Telégrafo*, 1906, fevereiro 5 (3 628), pp.1-2.

¹⁵⁴ *Ibid.*

¹⁵⁵ *Ibid.*

¹⁵⁶ Em 1936, passou para a responsabilidade da Junta Geral do distrito da Horta.

¹⁵⁷ *O Insular*, 1908, dezembro (111), p.2.

demais bastante necessário à “nossa terra” –, aconteceu pelas 11 horas da manhã. A partir de então, a cidade da Horta passava a dispor de um estabelecimento destinado ao acolhimento temporário de indigentes inválidos e desamparados, de mendigos ou de jovens em risco de “perigo moral”, que, depois de devidamente tratados, seriam institucionalizados ou não de acordo com o destino mais adequado¹⁵⁸.

A cerimónia seria, como era usual nestas circunstâncias, abrilhantada pela filarmónica *Artista Faialense*, que executou o *Hino Faialense*, tendo as instalações sido benzidas pelo padre José Leal Furtado. Depois de usarem da palavra vários oradores, seguiu-se o descerramento da fotografia daquela que ficou conhecida como a benemérita senhora e protetora dos pobres e dos desprotegidos¹⁵⁹. A terminar, foi servido um jantar aos recolhidos por algumas damas presentes¹⁶⁰.

Pelas notícias da imprensa, concluímos que o dinheiro adquirido por Cristina Arriaga para a *Sopa Económica* contribuiu decisivamente para desbloquear toda uma série de entraves e relutâncias que se puseram à rápida efetivação da iniciativa¹⁶¹.

Em síntese, é, sobretudo, através da imprensa faialense que ficamos a conhecer, no período em estudo, as múltiplas iniciativas levadas a cabo pela elite faialense no sentido de contribuir para minorar as necessidades tanto de indivíduos como de associações de índole vário. Por isso, os “notáveis locais” e as “senhoras da elite” nunca se eximiram da prática da caridade e de atos de filantropia em favor dos mais desfavorecidos. Esta “intervenção cívica e humanitária”¹⁶² era entendida como um dever decorrente da sua posição social e constituía uma estratégia “de construção de uma imagem de prestígio social e económico”¹⁶³ graças ao reconhecimento que lhes era manifestado pelos pobres, pelos seus pares e pela imprensa. Esta através de elogios emoldurados com todo o género de adjetivação.

Por outro lado, o dever de contribuir para modificar as condições de vida dos mais desafortunados, como vimos, passava também, para lá das responsabilidades do Estado, pela ação e pela iniciativa de pessoas que ou unidas em associações ou a título individual dispunham de meios e tempo para agirem em diferentes frentes (pobres, doentes,

¹⁵⁸ “Albergue Noturno”, *O Telégrafo*, dezembro 28 (4 472), p.1.

¹⁵⁹ “Albergue Noturno”, *O Telégrafo*, 1908, dezembro 28 (4 472), p.1.

¹⁶⁰ BPARJJG, *Real Santa Casa da Misericórdia da Horta*, “Ata de 18 de dezembro de 1908”[d.a.]. Sobre o assunto, veja-se “Albergue Noturno”, *O Telégrafo*, 1908, dezembro 28 (4 472), p.1.

¹⁶¹ BPARJJG, *Real Santa Casa da Misericórdia da Horta*: “Ata de 18 de dezembro de 1908”.

¹⁶² Susana Serpa Silva, “Sonhos e ideais de vida. [...]”, já cit., in José Mattoso [dir.], *História da Vida [...]*, vol. IV, p.396.

¹⁶³ Cláudia Santos, “Dar a quem precisa [...]”, já cit., *Revista Arquipélago. História*, vol. V, pp.193-210 [194].

analfabetos, órfãos), sem esquecer os vários donativos (géneros e dinheiro) que concediam a instituições assistenciais e religiosas¹⁶⁴.

2.3. As Caixas Económicas

Nos inícios do século XX (1901) existiam na cidade da Horta quatro caixas económicas. Duas constituídas nos termos da lei de 12 de março de 1845: a *Caixa Económica Faialense* (estabelecida, em 1862, pela sociedade *Amor da Pátria*) e *Luz e Caridade* (estabelecida, em 1875, pela sociedade *Luz e Caridade*); e as sociedades anónimas de responsabilidade limitada: *Caixa de Crédito Distrital da Horta* (1881¹⁶⁵) e *Caixa Económica Comercial Faialense* (1892)¹⁶⁶.

Em plena República, seriam fundados na cidade faialense mais dois estabelecimentos de crédito, a *Caixa Económica da Sociedade Cooperativa Previdência Operária*¹⁶⁷, por decreto de 22 de junho de 1912, subscrito pelo então presidente da República, o faialense Manuel de Arriaga¹⁶⁸, e o *Banco do Faial*, sociedade anónima de responsabilidade limitada, fundado em 1922, por escritura de 5 de junho do mesmo ano¹⁶⁹.

As caixas económicas, enquanto instituições destinadas a recolher as pequenas poupanças dos grupos sociais menos favorecidos, remontam à Idade Moderna e podem ser entendidas como instituições humanitárias e de auxílio mútuo. Um dos primeiros exemplos mais próximos deste conceito terá sido o *Frugality Bank*, fundado em 1797, em Inglaterra,

¹⁶⁴ Cf. *Id.*, p.201.

¹⁶⁵ Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, por escritura de 2 de junho de 1881, dando assim cumprimento os estatutos da sociedade: “Estabelecer, quando lhe seja possível, com estatutos aprovados pelo Governo um montepio que segura a subsistência da família dos sócios desvalidos, cf. BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, Livro de Registo dos Estatutos das diferentes Corporações, 1871-1883 (1), fls.110-116 [113v.-114]: “Estatutos da Sociedade Humanitária de Literatura e Agricultura, 1880”. Veja-se BPARJJG, *Caixa de Crédito Agrícola da Horta*, “Respostas ao questionário do Ministério da Fazenda sobre a instituição, 1891”; *Governo Civil do distrito da Horta*, Livro de Registo dos Estatutos das diferentes Corporações, 1883-1893 (2), fls.18v.-25: “Estatutos da Caixa de Crédito Distrital, 1881”; PORTUGAL, *Diário do Governo*, “Escritura de outorga dos estatutos da Caixa de Crédito Distrital da Horta, Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada”, 1881, junho 23 (138), p.1 530.

¹⁶⁶ PORTUGAL, *Diário do Governo*, 1892, maio 19 (112). Constituída com o capital inicial de 20 000\$000 réis, correspondente a mil ações.

¹⁶⁷ A *Sociedade Cooperativa Previdência Operária* foi constituída por escritura de 2 de junho de 1907, exarada pelo notário Domingos Machado Soares, publicada no *Diário do Governo* n.º 213 de 23 de setembro do mesmo ano, cf. *Sociedade Cooperativa Previdência Operária de Responsabilidade Limitada, Estatutos*, Horta, Tipografia Liberdade, 1926, p.2.

¹⁶⁸ PORTUGAL, *Diário do Governo*, Ministério das Finanças, 1912, junho 26 (148), p.2 267: “Decreto de 22 de junho de 1912”. Veja-se António Maio [coord.], *Recordar Cem Anos – Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo, 1896-1996*, Angra do Heroísmo, Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo, 1999.

¹⁶⁹ *O Telégrafo*, 1922, junho 21 (8 165), pp.1-3. Nesta edição do jornal seriam publicados os estatutos do Banco. Sobre o Banco, ver *Ibid.*, 1923, fevereiro 23 (8 271), p.1; “Noticiário”, *Ibid.*, 1921, maio 2 (7 986), p.1.

por Jeremy Bentham¹⁷⁰. Em Portugal, as primeiras tentativas de criação de caixas económicas remontam a 1836, sendo os maiores defensores desta causa figuras como António Oliveira Marreca e Costa Goodolphim que as considerava os “mealheiros dos pobres”. Estas instituições também chegariam aos Açores antes da primeira metade do século XIX, e à cidade da Horta, em 1862¹⁷¹, entendidas com uma das maneiras destinadas a promover operações bancárias (poupança e empréstimo de capitais a baixo juro para diferentes tipos de investimento produtivo, “hipotecas sobre propriedades e gestão dos depósitos”¹⁷²) e operações de seguro. Dentro desta interpretação, estas instituições seriam espaços onde confluíam “o giro monetário, o exercício da influência e as redes dos negócios e da política”¹⁷³.

Na ilha do Faial as carências económicas, sociais e culturais constituíram um terreno fértil para um tipo de associativismo em que algumas sociedades acabariam por “administrar” caixas económicas. Parte dos lucros, era usado com fins de beneficência e de socorro e pensão dos associados e para a manutenção de escolas noturnas. Ao mesmo tempo, que a emulação do capital económico também se converteu em capital simbólico traduzida no “exercício do poder político ou na afirmação social”¹⁷⁴ e em “demonstrações públicas de paternalismo, de caridade e de apoio ao desenvolvimento de muitas iniciativas locais”¹⁷⁵.

Por isso, entre os acionistas, naturalmente, estaria “gente grada” e distintos cavalheiros, uma espécie de combinação entre o poder financeiro e o poder do saber. Uns davam a sua fortuna. Outros o seu conhecimento como garantia fundamental para a sua constituição. A este propósito, quando se analisam os primeiros nove acionistas da *Caixa Económica Faialense* nota-se que à cabeça daqueles estava Manuel Maria da Terra Brum¹⁷⁶, cuja fortuna era uma das maiores do distrito, certamente por ser o maior viticultor

¹⁷⁰ Cf. Vasco Rosendo, *O Mutualismo em Portugal. Dois séculos de história e suas origens*, Lisboa, Montepio Geral / Multinova, 1996, pp. 229-230.

¹⁷¹ A primeira caixa fundada em Portugal, no ano de 1844, foi o *Montepio Geral de Lisboa*. Nos Açores, no ano seguinte seria fundada a *Caixa Económica de Angra do Heroísmo*.

¹⁷² Paulo Silveira e Sousa, “Gerir [...]”, já cit., *Revista Arquipélago. História*, vol. VI, pp.293-346 [296].

¹⁷³ *Id.*, pp.293-p.293.

¹⁷⁴ António Lopes, *A Maçonaria [...]*, já cit., p.122.

¹⁷⁵ Paulo Silveira e Sousa, “Gerir [...]”, *op. cit.*, vol. VI, p.297.

¹⁷⁶ Manuel Maria da Terra Brum (1825-1905). Fidalgo da casa real, por alvará de 18 de novembro de 1898, barão (da Alagoa) por carta de 2 de setembro de 1901, membro da loja maçónica *Amor da Pátria*, com o nome simbólico de *Viriato*. Cofundador da sociedade *Amor da Pátria* e da *Caixa Económica Faialense*, de que seria seu presidente. Uma das maiores fortunas do distrito da Horta, com vasto património imobiliário nas ilhas do Faial e do Pico, conseguido certamente pelo seu negócio de vinho. Após a crise dos vinhedos, na década de 1850, provocada pelo *oidium* e pela *filoxera*, viria a introduzir na mesma ilha a casta americana *Isabela* (vinho de cheiro).

da ilha do Pico, detentor de cinquenta (20,8%) das 240 ações da instituição. No caso da *Caixa de Crédito Distrital da Horta* é notória a simbiose entre o capital e o saber como se pode ver no quadro XIII, dos subscritores da escritura de constituição.

Quadro XIII: Subscritores da Caixa de Crédito Distrital da Horta

Nome	Profissão
João José da Graça Jr.	Professor do Liceu da Horta e Advogado de Provisão
Francisco Leal de Brito Jr.	Proprietário e tesoureiro da Junta Geral do distrito da Horta
António Francisco Correia Jr.	Comerciante
Francisco Leal de Brito Sénior	Comerciante
Gabriel Samora Moniz	Proprietário e alfaiate
José Cândido de Bettencourt Furtado	Proprietário
João José Simas Vila Lobos Jr.	Comerciante
João Sérgio Álvares Cabral	Proprietário
João Carlos Romano de Freitas	Comerciante
José Maria de Oliveira Pereira	Escrivão e Tabelião da comarca da Horta
Luís Teles de Barcelos	Professor do Liceu da Horta
Laureano Pereira da Silva	Proprietário
Manuel Peixoto da Silveira	Proprietário
Manuel Joaquim da Silva Menezes	Farmacêutico
Manuel Furtado da Silva Jr.	Comerciante
Manuel Gonçalves Pombo	Aposentado (antigo funcionário do ministério da Fazenda)

Fonte: PORTUGAL, *Diário do Governo*, “Escritura de outorga dos estatutos da caixa de crédito distrital da Horta, Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada”, 1881, junho 23 (138), p.1 530.

A primeira Caixa existente na cidade da Horta foi instituída pela sociedade *Amor da Pátria*, em 1862, ou pela “parte sensata dos Hortenses”¹⁷⁷. Nascera da execução de uma ideia propalada pelo ex-governador civil conselheiro Nicolau Anastácio de Bettencourt¹⁷⁸, e repetidas vezes defendida pela imprensa faialense.

Ao contrário das suas outras congéneres faialenses, – daí darmos mais desenvolvimento à sua atividade uma vez que das outras escasseia a necessária documentação, exceção feita aos estatutos –, a *Caixa Económica Faialense* constituiu um exemplo de longevidade e persistência, ao ser capaz de resistir às mais diversas adversidades, mesmo quando, em 1930, o edifício da sociedade *Amor da Pátria*, situado na Rua D. Pedro IV, foi destruído por um violento incêndio, no dia 13 de agosto. Em 1975, após cerca de 112 anos de atividade ininterrupta, a *Caixa* seria desanexada da sociedade *Amor da Pátria*, passando a designar-se *Caixa Económica Faialense, SARL*¹⁷⁹.

¹⁷⁷ António Lourenço da Silveira Macedo, *História das Quatro* [...], vol. II, já cit., p.296.

¹⁷⁸ Foi governador civil da Horta entre 6 de junho de 1848 e 8 de setembro de 1849.

¹⁷⁹ António Lopes & Carlos Lobão & Maria Calado, *Sociedade Amor da Pátria*, [...], já cit., pp.77-78.

A sua constituição e estatutos seriam aprovados pelo alvará de 20 de março de 1862. A 12 de agosto, ainda do mesmo ano, a caixa, que se localizava então numa das dependências do Governo Civil, abria as suas portas, com um capital inicial de 2 400\$000 réis, valor que correspondia a 240 ações distribuídas por nove indivíduos.

A gerência da instituição era cometida a uma direção constituída por três membros, – presidente, secretário e tesoureiro –, “eleitos por escrutínio secreto entre os sócios”. Conjuntamente com a direção funcionava um conselho composto por quatro membros, também eleitos por escrutínio secreto, que tinha, entre outras, as seguintes competências: organizar os regulamentos e alterar os existentes, fixar os juros, fazer o orçamento das despesas anuais e consultar a direção sobre todos os casos que por esta lhe forem apresentados¹⁸⁰.

Por seu turno, à direção competia receber os depósitos, e restituí-los aos depositantes, negociar com os fundos da *Caixa*, fazer as despesas da gerência da *Caixa*, dirigir toda a correspondência e escrituração e apresentar anualmente, durante o mês de janeiro, um relatório de gerência do ano civil findo à assembleia geral da sociedade *Amor da Pátria*”¹⁸¹. Esta, por seu turno, com o objetivo de se analisar minuciosamente toda a documentação da *Caixa*, nomeava uma comissão revisora das contas composta por três membros, para assim emitir o seu parecer.

Para conhecimento público e do governador civil, conforme estipulavam os estatutos, tanto o relatório da direção como o parecer da comissão e parte da ata da sessão da assembleia geral referente ao assunto seriam publicados nos jornais locais e remetidas as devidas cópias ao primeiro magistrado do distrito.

Pela leitura do parecer ao relatório da *Caixa* de 1882, verificamos que a comissão, revisora destacava que toda a escrituração se achava feita com clareza e bom método e que, entendiam, por isso, que as contas eram merecedoras de serem aprovadas¹⁸², o que significava que a Caixa não só firmara a sua credibilidade como também contribuía para a “prosperidade da nossa pátria”¹⁸³. Neste caso devido ao contributo dado à instrução

¹⁸⁰ Cf. BPARJJG, *Governo Civil, Livro de Registo dos Estatutos das diferentes Corporações*, 1871-1883 (1), pp.27v.-30: “Estatutos da Sociedade Amor da Pátria, 1875”.

¹⁸¹ *Ibid.*

¹⁸² Cf. *Sociedade Amor da Pátria*, Gerência de 1882, Horta, Tipografia Hortense, 1883, pnn. Pela leitura de parte da ata da assembleia geral, referente às contas de 1905, e realizada a 22 de abril de 1906, apuramos que a mesma decidiu, por unanimidade, atribuir um voto de louvor “à direção e pessoal do escritório pelo seu zelo e assiduidade no desempenho das suas respetivas funções”, BPARJJG, *Sociedade Amor da Pátria*, “Cópia de parte da Ata da sessão da assembleia geral da sociedade ‘Amor da Pátria’” [d.a.].

¹⁸³ “Horta, 6 de maio”, *O Faialense*, 1865, maio 7 (39), p.1.

pública aos estabelecimentos de beneficência (hospital da *Santa Casa da Misericórdia* e asilos de *Mendicidade* e de *Infância Desvalida*).

Em 1911, numa altura em que já havia encerrado a sua actividade, a *Caixa Económica Comercial Faialense* e em que o distrito da Horta vivia mais uma das suas “graves” crises económicas, – o que não deixaria de se refletir na vida das instituições de crédito locais –, o senador Manuel Goulart de Medeiros (1861-1947), ciente desta realidade e das dificuldades das instituições de crédito, advogava num artigo publicado na imprensa local e intitulado “Bases para a reorganização dos estabelecimentos de crédito”, que tais estabelecimentos existentes na cidade da Horta se deviam fundir, dando assim lugar a um novo estabelecimento, que se deveria chamar *Caixa União Faialense, Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada*, com um capital de 200 000\$000 réis insulanos, repartido por vinte mil ações de 10\$000 réis cada¹⁸⁴.

Em agosto de mesmo ano, numa reunião presidida pelo governador civil, Augusto Goulart de Medeiros (1911-1913), o assunto seria debatido, numa iniciativa do delegado especial do Governo da República, consciente da difícil situação económica do distrito e das dificuldades económicas com que se debatiam. Esta reunião contou ainda com a presença do referido delegado, encarregado de analisar a situação das caixas económicas existentes na ilha do Faial, Eng. José Maria de Melo de Matos¹⁸⁵, e dos representantes das três caixas económicas existentes na cidade da Horta, a saber: Manuel Emílio Tomás da Silveira e Guilherme Pamplona Corte Real, da *Caixa Económica Faialense*; José Inácio Cristo, Joaquim Rocha Bettencourt e Alberto Silveira Leal, da *Caixa Económica Luz e Caridade*; e padre José Veríssimo Ribeiro, António Severino Avelar e António Ramos, da *Caixa de Crédito Distrital da Horta*).

Pela análise da documentação consultada¹⁸⁶, nota-se que o delegado estava ciente da situação em que se achavam as caixas e da crise do distrito da Horta (a intensa emigração, a suspensão de pagamentos de todos os estabelecimentos de crédito do concelho da Horta, a falta de indústrias e de navegação no porto, responsável pela diminuição de mais de 50%

¹⁸⁴ Cf. Manuel Goulart de Medeiros, “Bases para a reorganização dos estabelecimentos de crédito”, *O Porto da Horta*, 1912, abril 25 (138), p.1; abril 26 (139), p.2.

¹⁸⁵ Tinha sido encarregado do assunto pelas portarias de 17 e 22 de junho de 1911. Esta iniciativa do Governo tinha em conta um pedido de sindicância que lhe fora solicitado pelas caixas *Económica Faialense* e *Luz e Caridade*.

¹⁸⁶ BPARJJG, José Maria de Melo de Matos, *Bases para a reorganização dos estabelecimentos de crédito da cidade da Horta*, pnn.

do rendimento dos impostos municipais cobrados pela alfândega desde finais de 1910)¹⁸⁷. Assim, propôs aos presentes, tal como defendia o senador Medeiros, a fusão das caixas existentes num único estabelecimento de crédito¹⁸⁸. Para uma melhor análise da sua proposta, distribuiu pelos presentes os necessários documentos sobre as bases da nova organização, certamente com a dupla finalidade: facilitar a sua análise e possibilitar aos representantes das diferentes caixas apresentarem as devidas alterações.

Por seu turno, estes depois de analisarem a documentação distribuída, foram unânimes em reconhecer que as circunstâncias impunham a substituição das caixas existentes por um único estabelecimento de crédito que devia ser organizado de “acordo com as bases aprovadas¹⁸⁹ e que se passaria a denominar *Caixa União Faialense, Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada*, com um capital social de 200 000\$000 réis insulanos, repartido por vinte mil ações de 10\$000 réis cada. Este projeto ia novamente ao encontro da proposta do senador Goulart, mas apesar do empenho de todos, não foi avante.

Todavia, no ano seguinte, seria constituída a *Caixa Económica da Sociedade Cooperativa Previdência Operária*, por decreto de 22 de junho, de cariz operário e mutualista, numa altura em que o clima económico e social faialense não era propício a um tal empreendimento. Depois da primeira reunião da assembleia geral realizada a 25 de agosto, e da direção a 30 do mesmo mês, a nova instituição de crédito faialense abria as suas portas ao público no dia 2 de setembro¹⁹⁰.

Finalmente, enquanto as caixas *Distrital da Horta e Luz e Caridade* e o *Banco do Faial* soçobraram, as caixas *Económica Faialense* e *Económica da Sociedade Cooperativa Previdência Operária* mantiveram-se. A primeira seria desanexada da sociedade *Amor da Pátria*, em 1975; a segunda viria, a 14 de dezembro de 1990, a integrar a *Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo*, concluindo-se assim uma velha aspiração dos corpos gerentes da caixa faialense, a braços com problemas de consolidação, fruto da sua reduzida dimensão.

¹⁸⁷ BPARJJG, José Maria de Melo de Matos, *Finanças Municipais* [documento apresentado na reunião]. Apresentou ainda mais dois documentos intitulados *Emigração e Impostos*.

¹⁸⁸ BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*: “Ata, de 22 de agosto de 1911, sobre a reorganização dos estabelecimentos de crédito da cidade da Horta” [d.a.].

¹⁸⁹ BPARJJG, José Maria de Melo de Matos, *Bases para a reorganização* [...], já cit.

¹⁹⁰ Cf. António Maio [coord.], *Recordar Cem Anos* [...], já cit., pp.37-39. Em 1921, viria a adquirir o edifício da *Cooperativa Artista Faialense*, no largo do Bispo, cf. “Noticiário”, *O Telégrafo*, 1921, outubro 24 (8 061), p.1.

3. O associativismo recreativo, cultural e desportivo

“Queixam-se para aí de que não temos divertimentos, de que passamos uma vida estúpida e insípida. Não é tanto assim. Temos quatro estações do ano [...]. Na primavera chove e venta; no verão venta e chove; no outono, para variar chove e venta, e no inverno, venta e chove. Estas estações, perfeitamente definidas pela rotação da Terra em volta do Sol, subdividem-se em estações muito pequeninas, também definidas pela rotação da vida local, em volta de nós. A primavera subdivide-se em novenas e festas do Espírito Santo, que marcam na nossa terra uma época de filarmónicas e foguetes; o verão subdivide-se na colheita dos trigos, e na ida para a ilha do Pico de muitas famílias, veranearem, no intuito louvado de se divertirem; o outono subdivide-as na vinda, da ilha do Pico, dos vinhos e das famílias, que os jornais noticiam terem regressado das praias de banhos e pedras do Lajido, do Cachorro, da Madalena, do Calhau, da Areia Larga, sempre no muito intuito louvável de se divertirem; o inverno subdivide-se no voltarete e no jogo do gamão dos clubes; nas noites escuras e tempestuosas das nossas ruas, que o petróleo municipal chega a empregar uma força hercúlea para iluminar; nas horas intermináveis de uma noite que chega às nove ou às dez, e esta subdivisão do inverno, ainda tem uma outra divisão, que é perfeitamente assimilada pelos dias do Carnaval, que vão do sábado à terça-feira – os bailes [com quadrilhas, *polkas*, valsas à mistura com fofas e chá...]. E digam que não temos divertimentos!”¹⁹¹.

Na Horta, como em muitas outras localidades, o associativismo vindo substituir, em parte, as reuniões e os serões literários e musicais nas casas da “aristocracia local”, tornar-se-ia, neste contexto, numa forma de intervenção social, assim reconhecida, certamente com exagerada adjetivação, tanto por Lima, como pelo jornal *Correio da Horta*. Enquanto o primeiro destacava que no “decorrer do segundo e terceiro quartel do século [XIX] havia abastança, havia espírito fidalgo, havia cultura”¹⁹²; o segundo relevava a excelência das realizações da sociedade *Amor da Pátria*: “serões de encanto, exposições inolvidáveis, bailes sumptuosos, conferências memoráveis”¹⁹³.

Por isso, os diferentes espaços tornar-se-ão como que um espécie de placa giratória da vida social e cultural faialense, ou seja, numa revolução que tanto se manifestou na rua como no conforto dos salões de festas particulares e associativas, que viriam a constituir, ao mesmo tempo, uma notória importância simbólica e uma marca de classe. Se assim era, então possuir um salão significava um sinal evidente de mundanidade e de sociabilidade, duas características notadamente burguesas, porque, tanto no caso familiar ou particular como no associativo, o salão era como que uma espécie de sala de visitas que se abria “ao desfile” da sociedade, onde se recebiam os convidados, se dançava, se falava, se jogava ou se discutia política, teatro, literatura, frivolidades quotidianas ou

¹⁹¹ Rodrigo Guerra, *Trutas*, já cit., pp.11-113.

¹⁹² Marcelino Lima, *Anais do [...]*, já cit., pp.449-450.

¹⁹³ *Correio da Horta*, 1956, dezembro 4 (7 007), p.13.

simplesmente se afinava a má-língua. O lugar privilegiado da exibição do eu, onde se colocava no centro do “espectáculo” o espetador¹⁹⁴.

Mas à medida que se avança para as décadas finisseculares e primeiras do novo século, a vida local começou cada vez mais a organizar-se em redor das sociedades culturais, recreativas, desportivas e musicais que promoviam inúmeras atividades em atenção às suas características e do público frequentador: saraus músico-literários, bailes, récitas, concertos. Toda esta dinâmica vai incrementar-se com o surgimento do cinematógrafo, que passará a ser exibido no *Teatro União Faialense*, a partir de 1897, dois anos depois de ter surgido pela primeira vez, em Paris, a 28 de dezembro de 1895. A primeira sessão pública, “deste curioso aparelho”, no *Teatro União Faialense* ocorreu a 27 de agosto de 1908, com uma série de quadros da vida de Jesus, perante “uma plateia cheia”¹⁹⁵.

O cinema (mudo¹⁹⁶) afirma-se na Horta como uma nova discursividade, cuja natureza e singularidade era desconhecida. O cinema, mais do que destacar a modernidade da tecnologia, reforçava a ideia da abertura da cidade ao mundo através de uma porta que lhe poderia permitir a sua posse. A Horta passava a ter acesso ao tudo o que de mais espetacular se passava lá fora numa perfeita simbiose de civilização, modernidade e progresso, ou então como se escrevia no jornal *O Fayal*: “É uma distração que o público sobremodo apreciará, não só pela novidade, como pela visão emocionante”¹⁹⁷.

Se a experiência cinematográfica também tomou conta da Horta portuária, empolgando a noite faialense com mais esta manifestação cultural e recreativa, responsável também pela alteração das formas de sociabilidade e para sempre o quotidiano dos seus habitantes, o interesse pela imagens em movimento levou, em 1915, à inauguração do *Salão Éden*, o que significava, em nosso entender, que os faialenses, e em particular os hortenses, não só acompanharam o surgimento do cinematógrafo, como lotaram as salas, ao mesmo tempo que fez a sua entrada no vocabulário a expressão “fitas” (facto dos filmes se apresentarem em rolos contínuos).

¹⁹⁴ Cf. Mário Vieira de Carvalho, “O Teatro de S. Carlos: de ‘Teatro de Corte’ para a burguesia a ‘Passeio Público’ do Romantismo, in Instituto de Sintra [dir.], *Romantismo – da mentalidade à criação artística*, Sintra, 1986, p.387.

¹⁹⁵ Esta expressão seria substituída na imprensa por “plateia à cunha” ou “por uma enchente à cunha, tendo ficado muita gente sem lugar”, “Cinematógrafo [sic]”, *O Fayal*, 1908, agosto 28 (31), p.3; “Noticiário”, *O Telégrafo*, 1908, agosto 28 (4 371), p.2; dezembro 7 (4 456), p.2.

¹⁹⁶ A 30 de dezembro de 1933, o *Teatro Faialense* inaugurava o cinema sonoro, cf. “Bodas de Prata do Cinema sonoro”, *Correio da Horta*, 1958, dezembro 30 (7 935), p.1.

¹⁹⁷ “O cinematógrafo”, *O Fayal*, 1908, agosto 21 (31), p.3.

Por outro lado, foi graças ao movimento associativo que se verificou uma nova forma de aproximação das ilhas entre si, para lá das atividades comerciais: a cultural e a desportiva. Primeiro, pela ilha do Pico, naturalmente pela proximidade, quando alguns agrupamentos filarmónicos e musicais foram convidados para abrilhantar festas da igreja e do “povo” (Espírito Santo) e eventos profanos (récitas). Depois, pela ilha Terceira, quando em 1901, por ocasião da visita régia, a filarmónica *Nova Artista Flamenguense* foi convidada a deslocar-se à dita ilha para participar nos festejos. O sucesso foi tão grande, chegando mesmo o regente, Francisco Xavier Simaria, a andar às costas dos entusiastas da música na ilha Terceira, que a filarmónica seria convidada, a expensas dum abastado local, a deslocar-se no ano seguinte para abrilhantar uns festejos do Espírito Santo¹⁹⁸. Finalmente, passou pela ilha de São Miguel, quando a 6 de abril de 1912, se realizou o primeiro confronto desportivo inter-ilhas entre o *Sport Club Académico* e o *Fayal Sport Club*¹⁹⁹.

De registar ainda, na segunda metade do século XIX, a existência de duas formas distintas de sociabilidade que, apesar das suas diferenças não deixaram de coabitar: uma assente na tradição decorrente de um passado cujas vivências se ligam a uma evidente ruralidade, religiosidade (devota) e analfabetismo; a outra, de cariz mais urbano, resultante do surgimento de uma nova elite não apenas de sangue, mas de saber.

No primeiro caso, é notória a existência de uma sociabilidade que alia vivências e práticas que misturam uma religião onnipresente, em que todos eram batizados, casavam na igreja e na hora da morte são por ela assistidos, com vivências profanas, de que as festas do Espírito Santo são exemplo (secular) mais evidente. No segundo, os marasmos económico, social e cultural foram um campo fértil para o surgimento de formas de associativismo que “tinham em conta os mais carenciados [entre eles os próprios sócios], o apoio à cultura ou apenas o convívio social”²⁰⁰.

À parte desta organização formal e estatutária, verifica-se o vivenciar de uma sociabilidade informal que se desenvolveu em diferentes espaços de reunião: os salões das casas da elite local (Palacete de Santana, Casa do Pilar), as “soirées”, os saraus músico-literários, com finalidades diversas, cafés, botequins e tabernas. Por seu turno, os

¹⁹⁸ Cf. Manuel Correia Gaudêncio, “Nova Artista Flamenguense”, in Carlos Lobão [dir.], *Filarmónicas do Faial, Subsídios para o seu estudo*, 1.º vol., Horta, Centro de Estudos e Cultura da Câmara Municipal da Horta, 1987, p.27. Em “Notícias da Semana”, *O Faialense*, 1900, maio 27 (30), p.3, pode ler-se sobre o assunto: “Por telegrama, foi convidada a filarmónica ‘Flamenguense’ para as festas da Trindade na Terceira. Segue no ‘Condor’”.

¹⁹⁹ Cf. José Bettencourt Brum, *Fayal Sport Club, Subsídios para a sua História*, Horta, Centro de Estudos e Cultura da Câmara Municipal da Horta, 1988, pp.145-147.

²⁰⁰ António Lopes, *A Maçonaria [...]*, já cit., p.122.

locais de vilegiatura possibilitaram que a elite faialense se aproximasse de forma gradativa dos espaços litorais visto que o mar e a “invenção social da praia”²⁰¹. Estes tornaram-se a partir do último quartel do século XIX num verdadeiro fenómeno social (a “descoberta dos banhos de mar”²⁰² e as práticas marítimas associadas, como o remo, a vela, o *water-polo*, a natação), o que levaria a que, tanto Luís Goulart em 1884, e a secção naval do Sporting da Horta, em 1923, montassem, respetivamente, nas praias de Porto Pim e de Santa Cruz, barracas de madeira para aluguer aos banhistas²⁰³ e recreio dos seus sócios²⁰⁴.

Em suma, a busca da sociabilidade relaciona-se não só com uma multiplicidade de diferentes aspetos da vida social, política, cultural, desportiva e religiosa, mas também com a existência de uma multiplicidade de espaços onde ela se gera²⁰⁵. Isto significa que subjacente àquela está a promoção de um estilo de vida saudável, a procura de convívio, a partilha de comportamentos de carácter identitário e associativo²⁰⁶.

3.1. Sociedades e Grémios

“As sociedades literárias estabelecidas nas três importantes capitais dos distritos açorianos, quando animadas de verdadeiro amor pátrio e dedicação cívica, muito podem concorrer para minorar os males que advêm do obscurantismo [...]. As sociedades literárias a que nos referimos, [...] lutam] com enormes dificuldades, umas resultantes do meio em que existem, as outras provenientes da indiferença, quando não é da oposição, [bem como das] questiúnculas de campanário, as pequenas rivalidades das fações partidárias”²⁰⁷.

O faialense desde cedo percebeu que o homem não se basta a si mesmo. Só se torna verdadeiramente homem quando se associa ao seu semelhante, partilhando, assim uma forma de vida comum. Foi dentro deste pressuposto que se organizaram na cidade da Horta diferentes sociedades e grémios, alguns a coberto do ideal maçónico²⁰⁸. Aliás, nas

²⁰¹ Joana Gaspar de Freitas, “O litoral português,[...], já cit., *Revista de [...]*, 2007, 7 (2), p.110.

²⁰² *Id.*, p.109.

²⁰³ *O Açoriano*, 1884, Julho 6 (44), p.3.

²⁰⁴ Sobre a praia de banhos que o Sporting da Horta estabeleceu na praia de Santa de Cruz, veja-se Carlos Lobão, *Sporting Club da Horta – Subsídios para a sua História*, Horta, Sporting Club da Horta, 1994, p.175. Numa local, sobre o assunto, pode ler-se: “Os banhistas queixam-se contra o abuso que está sendo praticado, permitindo-se a lavagem de mures na cortina da cidade, antes das 8h da manhã como é de lei”, “Noticiário”, *O Telégrafo*, 1915, Julho, p.3.

²⁰⁵ Sobre espaço público, noção muito utilizada nas ciências humanas e sociais, veja-se Jürgen Habermas, *L’ espace public: archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise*, Payot, Paris, 1997.

²⁰⁶ Cf. Henrique Melo Barreiros, “Desporto”, *Enciclopédia Açoriana*, in <http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/enciclopedia/index.aspx> (consultado em 24-03-2011).

²⁰⁷ *O Grémio Literário*, 1881, agosto 1 (27), p.1.

²⁰⁸ Sobre a maçonaria na ilha do Faial, veja-se Ernesto Rebelo, “Notas Açorianas (Ramos de Acácia)”, já cit., *AA*, vol. IX, pp.89-92; Zero [Raul Xavier], “Sábado”, *Correio da Horta*, 1959, novembro 28 (8 213), pp.1-2 e 4; Francisco Carreiro da Costa, “O Faial ao longo de 5 séculos”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, vol. 2, Horta, 1959, pp.50-52; João Alves Dias, “A Maçonaria na Ilha do Faial no ano de 1892”, in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Sécs. XV a XIX*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1995, pp.275-282; António Lopes,

ilhas, a prática associativa teve, de início, uma feição política e maçónica e, só na segunda metade centúria, parece ter obedecido às premissas iluministas e positivistas que incentivavam práticas de cidadania²⁰⁹.

A primeira destas sociedades hortenses foi a loja *Amor da Pátria*, fundada a 29 de novembro de 1859, ano que assinala o último grande facto de relevância de uma década de grandes empreendimentos, cujas atividades marcaram não só “o pulsar da cidade” como lhe auguraram um exemplo de longevidade e de persistência.

Os seus fundadores considerados “todos de ideias arejadas e de condição”²¹⁰, reuniram-se, pela primeira, vez no palacete do Morgado Terra, o que nos permite concluir que este tipo de iniciativa associativa emergiu no decorrer de reuniões restritas e informais que se realizavam em casas particulares, evoluindo depois para uma instituição organizada juridicamente.

Ao lado desta iniciativa coletiva, outras resultaram do apelo particular, que depois seria “sufragado” pelos respetivos sócios, de que o *Grémio Literário Artista Faialense* é o caso. Dentro deste pressuposto, a 6 de dezembro de 1877, na sequência de uma reunião convocada pelo padre Francisco Inácio Cristo, onde estiveram presentes alguns oficiais de diferentes artes e ofícios estabelecidos na Horta, seria criado o dito Grémio, cuja fundação partira de uma proposta que lhe fora feita em Lisboa por João Francisco Rebelo, faialense, estabelecido na capital, que, depois de uma vivência no Brasil, onde fizera fortuna, lhe afirmara que o “amor e as saudosas recordações da sua pátria” o haviam impelido a ofertar uma biblioteca, com quatro mil volumes, através da qual tanto os “seus irmãos na arte” como os filhos do povo pudessem adquirir a necessária instrução, porque, de acordo como seu entender, era através dela que se distinguiam as nações civilizadas²¹¹.

Porém, não deixaria de realçar para que o seu propósito se pudesse concretizar seria necessário que se criasse uma sociedade, estatutariamente organizada, e que deveria chamar-se *Grémio Literário Artista*²¹². Os presentes, não só aclamaram a ideia como

A Maçonaria [...], já cit.; António Lopes & Carlos Lobão & Maria Calado, *Sociedade Amor da Pátria* [...], já cit.

²⁰⁹ Ap. Susana Serpa Silva, “Aspetos da Vida Social [...]”, já cit., in ” *Revista Arquipélago. História*, vol. IV, 2000 (2), p.314.

²¹⁰ Tomás Duarte, “A Horta em [...]”, já cit., *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, vol. 8, pp.27-44.

²¹¹ Sobre este *Grémio*, veja-se Emerson Ferreira, “Grémio Literário Artista Faialense”, *O Telégrafo*, 1906, fevereiro 7 (3 630), pp.1-2.

²¹² Cf. AGLAF, *Grémio Literário Artista Faialense*, Livro de Atas, fls.1-2: “Ata de 6 de dezembro de 1877”. Todavia, os fundadores optaram por 1 de janeiro de 1878, por coincidir com a sua inauguração na casa n.º 5 da Travessa da Misericórdia, cf. BPARH, *Governo Civil*, Livro de Registo dos Estatutos das diferentes Corporações, 1871-1883 (1), fl.60v.: ”Estatutos do Grémio Literário Artista Faialense, 1879”.

aprovaram que fosse remetido ao dito João Rebelo um voto de agradecimento que deveria ficar consignado na ata da reunião.

Finalmente, notamos, em 1874, ano da fundação do *Grémio Literário Faialense* (nome profano da loja maçónica *Luz e Caridade*), que este resultara da iniciativa “de uma dúzia de rapazes”, alguns dos quais com menos de vinte anos de idade, situação assim descrita pel’ *O Faialense*: “Alguns mancebos estudiosos promovem a criação de um grémio literário nesta cidade. É um bom pensamento, para o qual todos devem concorrer a fim de ser levado à execução”²¹³.

A estas três sociedades juntar-se-ia, em 1879, a *Sociedade Humanitária de Agricultura e Literatura*, nome profano da loja *A Regeneração* (1879), cuja instalação ocorreria a 1 de dezembro do mesmo ano²¹⁴. Organizou-se em três secções (agrícola, literária e humanitária ou de socorros²¹⁵) correspondentes aos seus diversos fins, realidade simbolicamente sintetizada no ecletismo que presidira à denominação da sociedade, mas que para Manuel Zerbone dizer *Sociedade Humanitária de Literatura e Agricultura* era o mesmo que dizer “uma sociedade que protege as flores da retórica e as flores da batata”²¹⁶.

Em suma, verificamos que estas sociedades confluíam num mesmo sentido, isto é, todas estavam irmanadas no mesmo propósito de trabalharem para o progresso da ilha através do “derramamento” da instrução, da promoção das letras, da prática da benemerência, da criação de caixas económicas e de bibliotecas e gabinetes de leitura, como se deduz das palavras de Manuel Maria de Terra Brum, na sessão solene comemorativa do 25.º aniversário da sociedade *Amor da Pátria* e da inauguração do seu “novo templo maçónico”, em 11 de março de 1885: “Em todo o caso, podia afirmar que durante 25 anos tinham trabalhado todos constantemente na sua tarefa sacrossanta e desinteressada. [...], dizendo sempre aos seus adeptos: Sede honrados, justos, caritativos e

²¹³ “Noticiário”, *O Faialense*, 1874, abril 19 (36), p.4. Fundado a 22 de novembro de 1874 e instalado a 2 de janeiro de 1875.

²¹⁴ “Noticiário”, *A Sentinela* [órgão do Partido Regenerador], 1879, novembro 16 (20), p.2.

²¹⁵ Entendeu a devida secção assegurar um jantar de carne, todos os domingos, aos doze pobres mais necessitados das três freguesias da cidade da Horta (Conceição, Matriz e Angústias), que apesar do empenho da direção e da colaboração de um grande número de senhoras, não teria continuidade, devido à falta dos recursos necessários. Esta confraternização entre a elite local e os indigentes, era entendida pela imprensa, como digna de ser presenciada, cf. “Noticiário”, *A Regeneração*, 1880, janeiro 18 (27), p.4.

²¹⁶ Manuel Zerbone, *Crónicas Alegres (1884-1885)*, 1.º vol., Horta, Centro de Estudos e Cultura da Câmara Municipal da Horta, 1989, p.31.

sobretudo amai-vos uns aos outros! A recompensa, encontrá-la-eis na vossa consciência²¹⁷.

Por outro lado, nem mesmo as suas limitações impediram de levarem a efeito as suas atividades com esplendor, ganhando, por isso, o reconhecimento tanto público como oficial, o que nos leva a concluir que o quanto fizeram e o quanto foram úteis, se deveu a terem usufruído, durante algum tempo, “das primeiras capacidades literárias da terra”²¹⁸. Indivíduos que para além da sua designação de sócios ou de dirigentes “incluíam no seu ‘curriculum vitae’ muitos outros títulos”, cujas experiências de vida não deixariam de concorrer e influenciar os fins dos grêmios ou das sociedades “em causa”²¹⁹.

Destas sociedades criadas antes do período em estudo, apenas a *Sociedade Amor da Pátria* e o *Grémio Literário Artista Faialense* perduraram para lá de 1926, mantendo-se ainda no presente.

Verificamos, através da imprensa faialense e de alguma documentação encontrada no arquivo do Governo Civil do distrito da Horta, que outras se constituíram e rapidamente desapareceram: as sociedades *Orquestra João de Deus* (1892)²²⁰; *Troupe de Amadores Carlos Posser* (fundada a 4 de junho de 1896²²¹); *Literária Almeida Garrett* (1903)²²²; *Nove de novembro de 1904*²²³; *Recreio e Instrução União Operária*; e *Recreativa Lombense*²²⁴; a *Associação de Salvação Pública da cidade da Horta* (1903)²²⁵; e o *Clube Recreativo Faialense* (1911). Extrapolando para fora da cidade da Horta, temos o *Grémio Recreativo Feteirense* (1917)²²⁶ e o *Salão Recreio Flamenguense* (1925)²²⁷.

²¹⁷ “A Festa do ‘Amor da Pátria’”, *O Açoriano*, 1885, março 15 (32), pp.2-3. Veja-se “25.º Aniversário”, *O Democrata*, 1885, março 15 (11), p.3; Manuel Zerbone, *op. cit.*, 1.º vol., já cit., pp.24-25.

²¹⁸ *A Regeneração*, 1880, Abril 17 (38), p.3.

²¹⁹ Sandra Brito, “Associativismo recreativo-cultural [...]”, já cit., *Revista da Faculdade de Letras do Porto. História*, vol. 5, pp.97-98. Sobre o assunto, veja-se Paulo Silveira e Sousa, “As elites, o quotidiano [...]”, já cit., *Revista Arquipélago. História*, vol. VIII, p.113.

²²⁰ BPARJJG, *Governo Civil*, Livro de Registo dos Estatutos das diferentes Corporações, 1883-1893 (2), fls. 134-138v.: “Estatutos da Sociedade Orquestra João de Deus, 1892”.

²²¹ Cf. José Manuel M. Garcia, *Ditos e Escritos sobre João Garcia Júnior*, Horta, Edição do Autor, 2009, p.22.

²²² BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livro de Vereações, 1902-1904 (51), fl.62: “Ata de 5 de março de 1903”. Veja-se ainda “Ata de 5 de maio de 1903”, fls.78-86.

²²³ *O Telégrafo*, 1906, fevereiro 17 (3 639), p.3.

²²⁴ “Noticiário”, *O Telégrafo*, 1922, maio 2 (8143), p.1.

²²⁵ BPARJJG, *Associação de Salvação Pública da cidade da Horta*, “Ofício, de 9 de junho de 1903, ao governador civil do distrito da Horta” [d.a.].

²²⁶ BPARJJG, *Grémio Recreativo Feteirense*, “Ofício, de 15 de fevereiro de 1917, ao governador civil do distrito da Horta”[d.a.]. Por este ofício dava-se ao conhecer ao governador que se havia organizado a dita sociedade de recreio na freguesia da Feteira, com sede na rua da Igreja.

²²⁷ *Novidades*, 1925, novembro 28 (39), p.1.

3.2. As novas e velhas filarmónicas

“Padre-Nosso dos músicos: Padre-Nosso que organizais festas, santificado e bem pago seja o nosso trabalho, venham a nós os vossos convites e respetivo arame, seja a feita a vossa vontade tanto na igreja como no coreto, a remuneração de cada festa nos dai logo, perdoai-nos alguma nota desafinada ou algum toque falso como nós vos perdoamos pedirdes abatimento no preço, não nos deixeis perder a embocadura nem a firmeza na execução, livrai-nos dos ensaios, festas gratuitas e alvoradas, Ámen”²²⁸.

As filarmónicas são indissociáveis da história da música e do associativismo insular. Segundo Joaquim Maria Cabral, estas terão surgido na década de 40 de oitocentos resultando da influência exercida pela introdução das bandas marciais que acompanharam D. Pedro IV, no período das lutas liberais, bem como das bandas militares dos batalhões de Caçadores²²⁹.

No caso da Horta, na sequência da chegada de Joaquim Alberto Lança, em 1847, seria aberta uma aula de música que estaria na origem da formação da *Filarmónica Alta*, assim designada por integrar “figuras da nossa aristocracia”. Ao mesmo tempo, sob a direção do professor de piano João Inácio Quaresma, seria organizada a *Filarmónica Baixa*, composta por membros da burguesia e dirigida tanto por ele como pelo “Sr. Bento Cordeiro”²³⁰.

Depois de se manterem, por algum tempo, devido à mútua rivalidade, viriam a soçobrar na década seguinte²³¹. Todavia, este cenário desanimador seria contrariado quando a 22 de fevereiro de 1858, novamente na cidade da Horta, seria fundada a decana das filarmónicas faialenses: a filarmónica dos *Artistas*²³². Esta além de se ter tornado o gérmen que propiciaria o florescimento de outras sociedades musicais, resultou também do entusiasmo que então dominava a classe artista faialense, porque para lá do amor às artes, estaria, ainda, o desejo de afirmação social ou a procura de ascensão cultural ou ilustração. As filarmónicas tornaram-se para a classe média e operária, instituições à semelhança do que eram as sessões musicais em casas aristocráticas para audiências de convidados²³³.

²²⁸ Texto cedido ao autor, em 1989, por Manuel Correia Gaudêncio.

²²⁹ Cf. Joaquim Maria Cabral, *Filarmónicas da Ilha de S. Miguel*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 1985.

²³⁰ Cf. António Lourenço da Silveira Macedo, “A Cultura das Belas Artes”, *O Grémio Literário*, 1883, junho 15 (69), pp.358-359. Veja-se “A Filarmónica Artista”, *O Açoriano*, 1891, janeiro 18 (1), pp.1-2. À sua chegada, a atividade musical na ilha do Faial reduzia-se ao canto sagrado, ao toque de órgão e de piano (este sobretudo ligado à instrução e à educação feminina), enquanto alguns curiosos se dedicavam ao toque da “rabeca”, “rabecão”, flauta, clarinete, viola e guitarra.

²³¹ “Pasmatório do Interior”, *Incentivo*, 1857, junho 13 (19), p.2; julho 27 (21), p.1.

²³² “A Filarmónica dos Artistas”, *O Telégrafo*, 1913, fevereiro 22 (5 678), pp.1-2.

²³³ Cf. João de Freitas Branco, *História da Música Portuguesa*, Mem Martins, Publicações Europa-América, pp.287-290. Em Portugal, o primeiro agrupamento de “filhos de Euterpe”, surgiu em 1822, a sociedade

Na ilha do Faial, podemos dividir em dois os períodos de formação de filarmónicas: o primeiro coincide com os anos de 1847 a 1880, e diz respeito apenas à fundação de filarmónicas na cidade da Horta que vivia não só os ideais liberais como os novos valores de uma burguesia emergente; o segundo, de 1881 a 1927, coincide com a criação de sete filarmónicas em seis freguesias rurais, a par de outras que se fundaram na cidade. Das sete ainda se mantêm seis no presente, numa longevidade não apenas ao serviço da música, mas também como principal agente de formação cultural e de recreio das respetivas freguesias²³⁴.

Dentro desta interpretação, algumas tornaram-se, com o tempo, das mais prestigiadas filarmónicas da ilha do Faial e dos Açores, graças à sua qualidade musical e artística e ao carinho que lhe devotam os habitantes das diferentes freguesias que correm para ver passar esses artistas. Todos sorriem orgulhosos da “sua” filarmónica. Este triunfo de *Euterpe*, a deusa grega que presidia à divina arte dos sons, casa com a criação de uma grande número de filarmónicas tanto na cidade da Horta como nas freguesias rurais.

As localidades começaram a vivenciar uma nova forma de sociabilidade: a banda filarmónica ou a banda de música, constituída por um conjunto tocadores (amadores) que utilizavam instrumentos de sopro e de percussão (poucos) organizados estatutariamente em coletividades, que se identificavam por uma farda semelhante à militar, e que se apresentavam em público em determinados locais e momentos num grande número de manifestações, patrióticas, profanas religiosas e de beneficência. Mas tornaram-se mais do que isto. Elas constituem um espaço selecionado de sociabilidade, de reafirmação da identidade do grupo, de transmissão de valores e de circulação de práticas e de “formas de comportamento que se tornam referências internas para o próprio grupo e para o exterior”²³⁵. Porém, é só na segunda metade de oitocentos que as bandas filarmónicas se tornaram num género de associação muito em voga.

A história das filarmónicas da ilha do Faial integra-se, assim, na dinâmica cultural faialense da segunda metade de oitocentos devido ao alargamento da música aos meios

filarmónica de Lisboa, fundada por João Domingos Bomtempo (1775-1842). Nos Açores, a mais antiga referência ao assunto data de 1818. Neste ano, o graciosense, Timóteo Espínola de Sousa Bettencourt, regressou ao arquipélago vindo do Brasil, sendo acompanhado por uma filarmónica constituída por negros. Anos depois, em 1832, fazia-se referência à “filarmónica” da armada do imperador D. Pedro, que, a 22 de fevereiro daquele ano, aportara a Ponta Delgada.

²³⁴ Apêndice – Capítulo IV, Quadro IV.

²³⁵ Susana Bilou Russo, *As Bandas Filarmónicas Enquanto Património: Um Estudo de Caso no Concelho de Évora*, Lisboa, ISCTE, 2007, p.42.

rurais, que pareciam ter sido contaminados por uma espécie “de micróbio filarmónico”²³⁶. Este gosto pela música deu origem à formação de agrupamentos musicais em que os seus membros ocupavam o seu tempo, depois do trabalho, “civilizadamente”, cuja atualização das competências coabitava com o reconhecimento público dos seus saberes²³⁷. Por outro lado, ao permitir o convívio interclassista através do desenvolvimento de afetos e do gosto pela música, verificamos que se assumiram como uma forma de educar as pessoas, numa altura em que muitas estavam ainda arredadas da escola, o que nos permite concluir que a sua origem também deve ser entendida com uma resposta às necessidades dos indivíduos, com a criação de secções recreativas, com sala de leitura, ou quaisquer outros entretenimentos, tendentes ao maior grau de ilustração tanto dos sócios com do público em geral, e quando “haja conveniência uma orquestra anexa à mesma filarmónica”²³⁸.

Por conseguinte, as filarmónicas contribuíram para a valorização musical das comunidades onde se inseriam, tornando-se, deste modo, a música na “arte” que melhor se adaptou a todas as condições sociais, pertencendo tanto em igual grau ao pobre e ao rico, ao letrado e ao ignorante, à criança e ao adulto²³⁹, porque o filarmónico não era “um ente à parte da história da civilização”²⁴⁰ “reproduzia-se” em todas as classes sociais como em todas as profissões conhecidas. Realidade que nos leva a afirmar que a vida dos filarmónicos sempre se dividiu entre a sala de ensaios e as atuações nos coretos²⁴¹, nas arruadas, nas procissões, nos saraus, nas representações teatrais e nas manifestações de carácter cívico e patriótico, e que muitos deles “nasciam” na banda, e esta os acompanharia até à morte, o que, para Avelino de Meneses, significa que as filarmónicas assumiram “por décadas a função de principal ponto de encontro comunitário”²⁴².

²³⁶ Rui Cascão, “Vida quotidiana e sociabilidade”, in José Mattoso [dir.], *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p.524.

²³⁷ Cf. Maria de Lourdes Lima dos Santos, “Sociabilidade, comunicação [...]”, já cit., in António Reis [dir.], *Portugal Contemporâneo*, vol. I, p.369. Para Eunice Relvas, a generalização das filarmónicas estaria associada “à crença de que a música não era só um instrumento de civilidade, mas também fundamental para a harmonia e paz sociais”, Id., “Bandas, Filarmónicas e Coretos Volantes. A Festa na Rua”, in *A Cidade. Jornadas Inter e Pluridisciplinares*, vol II, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, p.238.

²³⁸ BPARJJG, *Sociedade Filarmónica União Faialense*, Estatutos, 1918.

²³⁹ Cf. Eunice Relvas, “Bandas, Filarmónicas [...]”, já cit., in *A Cidade-Jornadas* [...], vol. II, p.237; Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal [1851-1890]*, vol. IX, Lisboa, Editorial Verbo, 1986, pp.368-370.

²⁴⁰ Cf. Rui Cascão, “Vida quotidiana e sociabilidade”, in José Mattoso [dir.], *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp.517-541 [524].

²⁴¹ “Noticiário”, *O Telégrafo*, 1908, janeiro (4003), p.2: “Do meio-dia às 2 da tarde tocou ontem no largo de D. Carlos a filarmónica da ‘Real Sociedade União Musical’. A direção desta sociedade resolveu que doravante vai tocar no jardim ou largo uma vez por mês”.

²⁴² Avelino de Freitas de Meneses, *As Lajes da Terceira – aspetos da sua história*, Angra do Heroísmo, BLU, 2001, p.103.

Após os primeiros ensaios, a 23 de junho de 1858, a filarmónica dos *Artistas*, sob a regência de João Quaresma, professor de piano, percorreria as ruas da cidade, executando o passo dobrado *O Artista Faialense*. Foi acolhida pelos hortenses com grande entusiasmo, apesar de ser constituída apenas por 16 executantes. No ano seguinte, já existia mais uma filarmónica na cidade da Horta, a *Euterpe*, na freguesia das Angústias. A partir daqui, seriam criadas outras filarmónicas, mas de duração efêmera: 1860, *Harmónica Faialense* (também denominada *Rival Faialense* e *Recreativa Faialense*); 1861, *Lira Faialense*²⁴³ ou *Nova Lira*; *Nova Artista* (?); 1868, *Filarmónica Harmonia Faialense*; 1869, *Filarmónica Amante do Progresso Musical*.

O carácter efêmero de muitas filarmónicas, era desde logo identificado e reconhecido com a “sabida dificuldade” económica em manter numa terra pequena como o Faial uma filarmónica, exceção para a “antiga e prestante “Filarmónica dos Artistas”, a única na cidade da Horta, que se havia conservado desde a sua fundação, uma vez que as outras tentativas feitas não passariam de uma efêmera duração²⁴⁴. Situação que depois seria extensiva às filarmónicas das freguesias rurais, como reconhecia, em 1895, a direção da *Artista Flamenguense*, em artigo publicado no jornal *O Telégrafo*, sob o título (apelo) angustiante: “Ao Público Faialense”²⁴⁵.

Como se deduz da sua leitura, à cabeça dessas dificuldades encontramos as despesas que não eram compensadas com as receitas. Essa falta de meios financeiros repercutia-se sobretudo em matérias como a aquisição de instrumental e de fardamento, o pagamento do regente e as despesas de expediente.

As que não se dissolveram mantiveram a porta aberta graças ao esforço inquebrantável e à dedicação e carolice dos sócios e ao apoio de dedicados protetores²⁴⁶.

Se estes protetores generosos contribuíram para a sua manutenção, não é menos certo que muitos deles, na sua condição de caciques locais, de abastados proprietários, de simples beneméritos, não deixariam de lhes ficar a dever a sua projeção e crédito junto das populações, como se pode comprovar através das seguintes referências da imprensa: “andaram cumprimentando os seus sócios”; “os seus protectores”; “as pessoas das suas relações”²⁴⁷. Esta situação permite concluir que as filarmónicas faziam parte, de facto, “da

²⁴³ *O Faialense*, 1861, agosto 11 (2), p.1.

²⁴⁴ “Ao Público Faialense”, *O Telégrafo*, 1895, março 1 (439), pp.1-2.

²⁴⁵ *Ibid.*

²⁴⁶ *Ibid.*

²⁴⁷ *O Telégrafo*, 1910, janeiro 3 (4 767), p.2.

simbologia, da expressão e do contexto político social da época”²⁴⁸: “A *Unânime Praiense* foi à cidade dar não só as boas festas aos seus sócios protetores, mas igualmente às dignas damas e cavalheiros da Horta, implorando-lhes a valiosa proteção, com a oferta de qualquer prémio para o Bazar que a mesma tenciona realizar na próxima primavera”²⁴⁹.

O desinteresse manifestado pelos próprios membros da filarmónica, devido à não comparência regular ao ensaios e a falta de casa de ensaios adequada foram outras preocupações que se puseram também aos dirigentes das filarmónicas.

Deste modo, bazares²⁵⁰, quermesses e o “favor do público faialense” eram algumas das formas que as filarmónicas se socorriam para conseguir os fundos necessários para fazer face às suas necessidades:

“Ora o atual fardamento que não está completamente pago, acha-se totalmente incapaz de aparecer em público, e por isso a nova direção pretende socorrer-se do favor do público faialense para adquirir novo uniforme [...]. Espera pois a direção que ao solicitar em breve a proteção do público, ele não lhe regateará o seu auxílio: e por isso agradece desde já a todos os cavalheiros que se dignarem coadjuvária-la com os seus generosos donativos”²⁵¹.

Ao entramos no segundo período de formação de filarmónicas na ilha do Faial, verificamos que, em 1881, antes e depois da referência d’*O Atlântico à Filarmónica Regeneração*²⁵², dá-se um acontecimento importante no movimento filarmónico faialense: a fundação de duas filarmónicas rurais – as sociedades filarmónicas *Artista Flamenguense* (denominada *Nova Artista Flamenguense* a partir de 1891²⁵³) e *Unânime Praiense*, respetivamente, a 23 de janeiro e a 3 de outubro, nas freguesias dos Flamengos e da Praia do Almoxarife. Se a primeira pode ser explicada pela proximidade à Horta, que a tornaria uma estância de veraneio de famílias da cidade; no segundo caso, graças ao impulso do cônego Silva Reis e dos professores Jacinto Pereira da Rosa, Constantino Magno do

²⁴⁸ David Santos, *Ateneu Artístico Vilafranquense. Da Monarquia Constitucional à Adesão Europeia*, Lisboa, Edições Colibri/Museu Municipal/Câmara municipal de Vila Franca de Xira, 2008, p.98.

²⁴⁹ Ignotus, “Correspondência [Praia do Almoxarife]”, *O Telégrafo*, 1897, janeiro 7 (1891), pp.2-3.

²⁵⁰ “Noticiário”, *O Telégrafo*, 1922, fevereiro 8 (8 108), p.1: “As Exmas. Sras. D. Maria de Bettencourt Bulcão, D. Júlia de Simas Vilas, D. Lina de Aragão e Brito, D. Ângela Ávila Leal da Costa, D. Eugénia Bettencourt Severino, D. Maria Guerra Amaral, D. Adelaide Garcia Monteiro, D. Mary de Roches, Mrs. H. T. Mooners, Mrs. G.E. Davies, D. Maria do Carmo Menezes, D. Ida Rocha do Amaral, D. Palmira Vila Lobos Menezes, D. Branca Avelar de Leite Perry Nava, D. Albertina Ataíde Serafim, D. Ana Neves Simpício e D. Maria Rodrigues Neves acabam de se constituir em comissão com o fim de organizarem um Bazar em benefício da simpática sociedade ‘União Faialense’ desta cidade. Atendendo às distintas damas, que compõem aquela comissão e que pertencem à nossa primeira sociedade, é de prever um resultado brilhante”.

²⁵¹ “Ao Público Faialense”, *O Telégrafo*, 1895, março 1 (439), pp.1-2.

²⁵² *O Atlântico*, 1881, agosto 7 (1); p.2; agosto 15 (2), p.2.

²⁵³ Cf. “Ao Público Faialense”, *O Telégrafo*, 1895, março 1 (439), pp.1-2. BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, Livro de Registo dos Estatutos das diferentes Corporações, 1883-1893 (2), fls.116v.-118v.: “Estatutos da Filarmónica Nova Artista Flamenguense, 1891”.

Amaral e Vítor Martiniano Fraião²⁵⁴. Mas esta iniciativa conjugada do vigário local e do professor primário, ou de um deles apenas, secundada por outros entusiastas locais, daria frutos também nas freguesias das Angústias, Castelo Branco, Feteira e Cedros, respetivamente, em 1897²⁵⁵, 1912²⁵⁶, 1921²⁵⁷ e 1927²⁵⁸. Somos a concluir, que a música acabaria por “ganhar” as freguesias rurais e o gosto popular, por meio das filarmónicas, que numa primeira fase se exibiam sobretudo aos domingos e dias festivos.

Em meados da década de 1890, existia apenas uma filarmónica na cidade da Horta, a dos *Artistas*, e duas em outras tantas freguesias rurais²⁵⁹. Este panorama, considerado desolador, permite-nos concluir, por um lado, que tanto os festejos cívicos como religiosos já não passavam sem a sua presença, porque elas davam-lhes vida, e que, numa cidade como a Horta, uma filarmónica seria entendida como uma das necessidades do quotidiano, por outro. Entretanto, na segunda metade da mesma década sugeriram as filarmónicas *Sociedade Filantrópica União Musical da Horta*, em 1896²⁶⁰, *União*

²⁵⁴ “Noticiário”, *O Faialense*, 1882, fevereiro 2 (27), p.4. Veja-se Carlos Lobão, *125 Anos – Sociedade Filarmónica Unânime Praiense*, Praia do Almoxarife, Unânime Praiense, 2006.

²⁵⁵ Na freguesia das Angústias a 17 de maio seria fundada a filarmónica *União Faialense*, devido ao entusiasmo do padre António de Oliveira Morais, cf. Carlos Lobão, *Sociedade Filarmónica União Faialense. Subsídios para a sua História*, Angústias, União Faialense, 1994. Por lapso de informação prestada na época ao seu autor, em vez de António de Oliveira Morais, foi dito que se chamava Roque de Morais. Em finais de 1900, “a filarmónica da freguesia das Angústias passou a denominar-se ‘Lira Angustiense’”, *O Telégrafo*, 1900, dezembro 20 (2 136), p.2. Viria ainda a coexistir com a filarmónica *A Voz do Operário*, entretanto criada na freguesia, cf. *O Telégrafo*, 1901, julho 15 (2 292), p.2. Em 1903, a *Lira* deu novamente lugar à designação inicial: *União Faialense*, o que irá coincidir com uma das mais importantes iniciativas da filarmónica: a criação do corpo de *Bombeiros Voluntários da Horta*, constituído pelos sócios tocadores, que viria a ser instalado a 7 de junho de 1903. Sobre o assunto, veja-se “Bombeiros Voluntários”, *O Telégrafo*, 1903, junho 8 (2 847), p.1: “Ontem instalou-se a ‘Associação de Bombeiros Voluntários’, organizada pela banda ‘União Faialense’, na casa onde esta tem tido aberto o seu bazar”. Nesta sequência, surgiria, embora de forma fugaz, a *Fanfarrã* (também denominada *Charanga* ou *Filarmónica*) da *Associação dos Bombeiros Voluntários*.

²⁵⁶ Na freguesia de Castelo Branco, o professor Gaspar Neves com o apoio de outros albicastrenses, cf. Fernando Faria Ribeiro, *Nos 100 anos da Filarmónica da Euterpe de Castelo Branco*, Horta, Filarmónica Euterpe, 2012.

²⁵⁷ Fundada a 1 de outubro de 1921, na freguesia da Feteira. O principal impulsionador foi o professor José Faria de Goulart Vargas que contou com o apoio de um grupo de feteirenses e do maestro Francisco Xavier Simaria, cf. Jandira Zeferino e Alexandre Fraga, *Sociedade Filarmónica Lira e Progresso Feteirense. Subsídios para a sua História*, Horta, Câmara Municipal da Horta/Centro de Estudos e Cultura, 1989.

²⁵⁸ Na freguesia dos Cedros, em 1927, foi fundada a *Associação Educativa União e Progresso*, designada também por *Associação de São José*, seu patrono. Esta associação, cujo nascimento se deveu ao padre José da Rosa Dutra e aos professores João Pereira Dutra Júnior e Constantino Magno do Amaral, organizou a 2 de fevereiro de 1927 a filarmónica *Lira Campesina Cedrense*, que se estrearia a 19 de março do mesmo ano, dia de S. José, cf. António da Rosa Gomes, *Lira Campesina Cedrense*, in Carlos Lobão [org.], *Filarmónicas do Faial. Subsídios para a sua História*, 1.º vol., Horta, Câmara municipal da Horta, 1987, pp.97-106.

²⁵⁹ “Domingo último (11) fez-se a procissão do Triunfo, que era acompanhada pelas três filarmónicas desta ilha”, “Notícias”, *O Açoriano*, 1894, março 18 (11), p.3.

²⁶⁰ Por volta de 1903, a *União Musical* desorganizou-se, vindo alguns dos seus tocadores a integrar a *Charanga dos Bombeiros Voluntários da Horta*, cf. *O Telégrafo*, 1903, junho 23, p.3. Anos depois, finais de 1906, voltaria a apresentar-se ao público na madrugada de 1 de janeiro de 1907, a tocar a alvorada,

Faialense, em 1897 e *Recreio Praiense*, em 1899, na sequência de uma cisão ocorrida no seio da filarmónica *Unânime Praiense*²⁶¹, passando desde então a freguesia da Praia do Almoxarife a dispor de dois agrupamentos musicais²⁶². Esta cisão viria a acentuar a separação social existente entre os habitantes da Praia, parte baixa da freguesia junto à orla marítima, e os da Lomba e Chão Frio, parte alta, situação já referida no capítulo anterior, o que nos leva a salientar, em atenção à documentação compulsada, que as rivalidades musicais eram tão ou mais assanhadas do que as próprias rivalidades políticas.

Até ao seu desaparecimento, que deve ter ocorrido entre 1912²⁶³ e 1914²⁶⁴, rivalizou com a *Praiense* em número de atuações anuais, repartindo as suas atividades entre as festividades da freguesia e eventos de natureza vária que se realizavam, geralmente, na cidade da Horta.

Gravura 10: *Filarmonía Nova Artista Flamenguense* regida pelo maestro Simaria (1901?)



Fonte: Coleção do autor.

A *União Musical* teve como principal obreiro, Francisco Xavier Simaria (1870-1946), “recentemente” estabelecido na ilha do Faial, depois de deixar a regência da

executando o ordinário *O Soldado Português*, graças ao empenho de alguns rapazes e do seu fundador o maestro Francisco Xavier Simaria.

²⁶¹ “Notícias da Semana”, *O Faialense*, 1899, novembro 5 (1), p.3.

²⁶² “Comunicado”, *O Telégrafo*, 1899, novembro 9 (1 811), p.2.

²⁶³ “O voto a Santo Cristo”, *O Telégrafo*, 1912, fevereiro 3 (5 371), p.2.

²⁶⁴ Em 1914, o correspondente da freguesia da Praia do Almoxarife do jornal *O Telégrafo*, ao abordar a festa de Nossa Senhora das Candeias, que se realizou a 2 de fevereiro, apenas aludia à participação da *Unânime Praiense*, cf. “Pelo Campo [Praia do Almoxarife]”, *Ibid.*, 1914, fevereiro 6 (5 960), p.1.

Companhia de Opereta Santos Jr., que se desmembrara durante uma visita à Horta, em 1896²⁶⁵, e justamente considerado como um dos melhores regentes da história do movimento filarmónico faialense.

A sua presença, veio provocar no meio musical faialense um autêntico milagre musical. Até aí as filarmónicas arrastavam-se entregues a boas-vontades, executando reportórios pobres, mas incapazes de progredir por falta de mestre capaz de “dinamizar, de insuflar vida e vida nova àquele punhado de homens”²⁶⁶. Agora tinham visto cair-lhes do alto o chefe [ensaiador e regente] que careciam.

O maestro Simaria, como era conhecido na gíria local, viria a tornar-se numa das emblemáticas figuras do meio musical faialense: filarmónico, orquestral, sacro e académico. Isto é, foi aquele que em primeiro lugar contribuiu para o desenvolvimento da educação artística do povo faialense, cuja ação ficou assim traduzida nas palavras do então professor de Canto Coral do Liceu Manuel de Arriaga, Manuel de Melo: “Educou a mocidade no Liceu; a plebe nas Filarmónicas e a nobreza nos Teatros, à frente da sua orquestra”²⁶⁷. Por isso, à data da sua morte, escrevia-se: “Morreu Simaria. Nele perdeu o Faial o vulto que mais contribuiu para o progresso desta terra no domínio da arte Musical”²⁶⁸.

Quanto à razão da onomástica das filarmónicas faialenses, apesar desta nem sempre ser possível de descobrir – homenagem à musa *Euterpe* (uma das nove musas da mitologia) que presidia às manifestações da música e da poesia lírica e que era representada por uma flauta simples ou dupla, temos termos que referem virtudes e qualidades sociais: união, unânime, amizade, lealdade, harmonia, regeneração, progresso, real; que identificam uma localidade ou freguesia (área geográfica): Feteira, Cedros, Faial(ense), Flamengos, Ribeirinha, Praia do Almoxarife, Castelo Branco; que notabilizam corpos profissionais: artista, operário, camponês, bombeiro; que têm origem musical: lira, harmonia, musical, harmónica; que revelam espírito associativo e comunitário de pessoas

²⁶⁵ A companhia chegou à Horta a 29 de março de 1896.

²⁶⁶ Manuel Gaudêncio, “[Palestra]”, in Carlos Lobão [org.], *Francisco Xavier Simaria. In Memoriam*, Horta, Câmara Municipal da Horta/Centro de Estudos e Cultura, 1989, p.23. Integrada nas comemorações do primeiro centenário do seu nascimento, realizadas na *Sociedade Amor da Pátria*, em 1970. Já em 1923, dia 14 de janeiro, o maestro Simaria fora homenageado com um sarau músico-literário, que se realizou no Teatro Faialense.

²⁶⁷ Manuel de Melo, “Notas e Considerações sobre a vida do Maestro Simaria”, in Carlos Lobão [org.], *op. cit.*, p.8.

²⁶⁸ Manuel Dionísio, “Simaria”, in Carlos Lobão [org.], *op. cit.*, p.3.

com interesses comuns: união, recreativo, *Fayal Sport*, bombeiros; que evidenciam rivalidades de natureza política: regenerador versus progressista²⁶⁹.

Em síntese, as filarmónicas tiveram, enquanto prática social, um papel notório junto das suas comunidades, ao terem sido capazes de envolver os seus membros em torno de um duplo princípio comum: o gosto pela arte musical e pela prática da solidariedade entre eles. Não temos qualquer dúvida em referir que o papel mais importante desempenhado pelas filarmónicas junto das respetivas comunidades foi o da formação musical, porque foram, e ainda são, em muitas localidades, a grande rede de ensino da música nos Açores, cuja grande curiosidade residia no facto da maioria dos amadores musicais ser analfabeta, o que nunca impediu esta espécie de soldadinho de chumbo que marchava cadencialmente de ler uma partitura numa pauta de música²⁷⁰.

Marcaram (marcam) o quotidiano das ilhas, cujas principais notas da sua sobrevivência residiram e ainda residem na dedicada carolice (melhor dizendo sacrifícios quantas vezes familiares e profissionais), no amor à música (arte) e na transversalidade social que envolvem dirigentes, músicos, sócios e familiares, tornando-se tanto um símbolo de identidade como de orgulho das freguesias e da ilha.

Deste modo, a máxima das filarmónicas faialense foi, de acordo com o nosso entendimento, bem servir a terra e o interesse comum. E não deixou de ser cuidadosamente observada e cumprida, porque, além de servirem a música e de contribuírem para a elevação moral e cultural dos seus filarmónicos e das comunidades a que pertencem, assumiram desde sempre uma carácter de onnipresença e de ambivalência.

Desde a sua criação as filarmónicas tornaram-se importantes ao colorir e abrilhantar festas e romarias que delas se socorriam para alegrar os seus programas profanos e abrilhantar atos e festividades religiosas, bem como as manifestações de carácter patriótico, cultural e de beneficência, quantas vezes dispensando o seu concurso de forma gratuita, em que apresentavam um variado reportório que não só agradava pela sua execução, sendo os tocadores muito aplaudidos, como eram muito concorridos²⁷¹,

²⁶⁹ Cf. Rui Cascão, “Vida quotidiana [...]”, já cit., in José Mattoso [dir.], *História de [...]*, vol. V, p.526. As filarmónicas também festejavam o dia da virgem e mártir romana Santa Cecília, 22 de novembro, considerada a advogada ou padroeira dos músicos: “A filamónica ‘Euterpe’, coadjuvada pela dos Artistas, festejou o dia de Santa Cecília, [...] dando à noite um concerto público, em um coreto iluminado, construído junto à casa das suas reuniões, no largo do Paul [atual largo do Bispo D. Alexandre]. Apesar da noite estar pouco agradável o largo estava cheio de pessoas. Ambas as filarmónicas rivalizaram no desempenho de várias peças, que bastante agradaram”, “Gazetilha [Festa Musical]”, *O Faialense*, 1859, novembro 27 (18), p.3. Sobre o assunto, veja-se *A Democracia*, 1922, outubro 21 (1 626), p.1.

²⁷⁰ Cf. David Santos, *Ateneu Artístico Vilafranquense*. [...], já cit., pp. 92-93.

²⁷¹ Sobre o assunto, veja-se “Notícias da Semana”, *O Faialense*, 1900, agosto 12 (41), p.3.

pedindo-se mesmo que se repetissem estas diversões que vinham cortar a monotonia viver local²⁷².

3.2.1. O papel da música na vida social e cultural

“Não há um único ser humano no planeta que não tenha uma relação qualquer com a música. A música, sob a forma de canto ou da performance instrumental, parece verdadeiramente universal. É a linguagem fundamental para comunicar sentimentos e significações. A maior parte da humanidade não lê livros, mas canta e dança”²⁷³.

Torna-se impossível pensar o quotidiano musical faialense, no tempo em estudo, sem nos referirmos, a par do movimento filarmónico, à existência de agrupamentos orquestrais e orfeónicos para a atuação amadora e profissional dos músicos e à educação musical, o que significa que também na ilha do Faial a música começava a envolver cada vez mais público quer ouvinte quer executante.

Deste modo, a transmissão da música e do conhecimento musical eram entendidos como uma ideia civilizacional na medida em que contribuía para educar musicalmente a sociedade. Por isso, a propósito da apresentação da *Orquestra Tomás de Medeiros* escrevia-se: “Foi uma festa de que todos se retiram bem impressionados e oxalá que de futuro se realizem outras de igual género [, permitindo, assim,] reviver o gosto pela música na nossa terra”²⁷⁴.

Este gosto pela música e pela excelência da sua execução estariam na origem de expressões que de forma transversal atravessam toda a imprensa faialense: “festa de uma rara elegância e de um requintado sabor artístico”; “sala repleta com o que há de mais distinto da nossa primeira sociedade”, “a orquestra Simaria dominou o auditório”; “no Teatro passaram-se horas de um inefável gozo espiritual”; “as toiles de gala punham uma nota aristocrática”; “o emocionante sentimento artístico de [Silvina de Sousa] chega para sacudir uma cidade imersa na sonolência de um pesado marasmo”²⁷⁵.

Este gosto pela música levou à dinamização de formas de sociabilidades que saíram do espaço doméstico, do espaço familiar para o espaço público (interior e exterior). Os saraus, as soirées, os bailes e os convívios musicais que gravitavam à volta do piano, instrumento musical que não só se generalizou no meio das famílias abastadas, tanto aristocráticas como burguesa (ou endinheiradas), levou a que casando com outros

²⁷² “Música no passeio”, *O Faialense*, 1900, abril 8 (23), p.2.

²⁷³ Ap. David Santos, *Ateneu Artístico* [...], já cit., p.7.

²⁷⁴ “Orquestra Tomás Medeiros”, *O Telégrafo*, 1914, março 23 (5 995), p.1.

²⁷⁵ Osório Goulart, *Horas* [...], já cit., pp.126-129.

instrumentos estivesse na origem de um grande número de agrupamentos orquestrais, cujo conhecimento, da maioria, é residual, situando-se ao nível da pequena notícia que assinala, grosso modo, três coisas: a sua existência ou o seu desaparecimento; o nome dos seus dirigentes e regentes ou diretores artísticos; algumas das suas iniciativas.

Verificamos ainda a constante referência na imprensa a inúmeros anúncios sobre a venda de diferentes instrumentos musicais²⁷⁶ e a habilidosos artistas “fabricantes” e reparadores de instrumentos, de que sobressaíram o construtor e afinador de pianos João de Deus Teixeira, fundador da *Orquestra João de Deus*, e o artífice (distinto) de instrumentos musicais José de Serpa da Silva²⁷⁷.

Será que se pode afirmar que na Horta, entre os abastados era mais comum ter um piano do que possuir livros? Ter piano e mandar sobretudo as filhas, aprender seria uma das aspirações da aristocracia e burguesia locais? Seria um sinal de prestígio social?²⁷⁸

O gosto pela música e pela execução musical (piano, violino) ao incentivar a divulgação de peças musicais de consagrados compositores, os exercícios como então se dizia, mais breves e ligeiras do que os originais, permitiu a familiarização do público com a música instrumental e vocal, ao mesmo tempo que abriu as portas a aulas ou lições particulares tanto de música²⁷⁹ como de instrumentos²⁸⁰, muitas das vezes a cargo de nomes conhecidos do meio musical faialense (José Cândido Furtado, Francisco Xavier Simaria, Tomás Francisco de Medeiros, Silvina de Sousa, Maria Arouca Vieira Massano, esta diplomada pelo Conservatório de Lisboa, entre outros), o que, em alguns casos, era uma

²⁷⁶ “Vende-se um piano americano de ‘Steinway’ em excelentes condições [...]. Também se vende dois harmónicos em estilo ‘Vesper’”, *O Atlântico*, 1881, novembro 17 (21), p.4.

²⁷⁷ “Notícias Locais [Rabecão]”, *O Telégrafo*, 1894, janeiro 16 (111), p.2: “Para a ‘Orquestra 4 de novembro’, o Sr. José de Serpa da Silva, fez um destes instrumentos, que na récita passada ouvimos tocar no ‘Teatro União Faialense’. O Sr. Serpa é um artífice distinto e se já não fosse conhecido como tal por outras obras que tem feito, seria com justiça agora que apresentou um trabalho que decerto rivaliza com os dos melhores artistas”.

²⁷⁸ Veja-se Irene Vaquinhas [coord.], “Introdução”, in José Mattoso [dir.], *História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea*, vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, 2011, p.17.

²⁷⁹ *O Telégrafo*, 1903, dezembro 28 (3 014), p.3: “Lições de Música, Tomás Francisco de Medeiros de janeiro em diante começa a lecionar música dando duas lições por semana, podendo ser às 4 horas da tarde ou às 6 e meia, conforme melhor convier ao discípulo. Mensalidade 1\$000 réis”.

²⁸⁰ Veja-se “Januária Laemmert Bulcão, principia a lecionar piano no próximo mês de março”, *O Democrata*, 1885, fevereiro 22 (8), p.3; “Óscar Ribeiro. Dá lições de violino”, *O Faialense*, 1900, novembro 4 (53), p.3; “Aula de Música, Piano, Canto e Harmonia por José Cândido Furtado, Silvina Furtado de Sousa e Lídia Correia Bettencourt Furtado, rua do Conselheiro Medeiros, n.º 16. Duas lições por semana para qualquer dos cursos. Admitem-se também crianças desde a idade de oito anos. Mensalidades: Rudimentos de Música, 1\$250 réis; Rudimentos de Piano, 1\$500; Ensino Complementar, 2\$000; Canto: Solfejo Entoadado, 1\$875; Exercícios de Vocalização, 2\$500. Lições em casa dos alunos pelo preço do costume. Lições de aperfeiçoamento por ajuste particular”, *O Telégrafo*, 1903, setembro 22 (2 933), p.1.

forma de fazer face às limitações do “cofre familiar”, aos modestos vencimentos que dificilmente cobriam os encargos familiares.

Ao mesmo tempo, a educação musical e a execução de instrumento foram duas formas de libertação da jovem faialense “reclusa”, votada pela injustiça dos costumes aos aborrecimentos de um verdadeiro gineceu. E a forma de visibilidades inicial destas jovens, antes de integrarem uma orquestra, um quarteto ou um sexteto que participavam nas diferentes atividades recreativas e culturais ou no acompanhamento de artistas nacionais e estrangeiros, foi a realização de “atraente[s] e deveras encantadora[s]”²⁸¹ audições anuais de música o que constituiu, em nosso entender, um momento marcante da história musical faialense, promovidas pelas professoras de piano Silvina Furtado de Sousa e Maria Arouca Vieira Massano²⁸².

Neste contexto, verificamos que, em 1909, a pianista Silvina Furtado levaria a efeito a primeira audição musical em que tomaram parte 15 das suas alunas mais adiantadas, nas classes de piano e canto²⁸³. No ano seguinte, voltaria a realizar-se nova audição, a 7 de julho, agora sob a orientação das duas primas, Lídia e Silvina, num espetáculo em tudo semelhante ao anterior, constituído por duas partes (piano, individual e a quatro mãos, e canto)²⁸⁴.

Por outro lado, o movimento associativo em torno de orquestras, tunas e orfeões, no tempo em estudo, foi significativo no concelho da Horta. Descortinámos os seguintes agrupamentos orquestrais²⁸⁵: as orquestras *da Sociedade Humanitária de Literatura e Agricultura* (1879²⁸⁶), *João de Deus* (década de 1880²⁸⁷), *União Faialense*²⁸⁸, *Recreio Hortense* (1897), *Simaria, 4 de novembro, Horta Band* (1910)²⁸⁹, *Tomás Medeiros* (1913)²⁹⁰, *Sexteto do Salão Éden, Hoc Opus Hic Labor Est, do Fayal Sport Clube* (1925),

²⁸¹ “Audição musical”, *O Faialense*, 1909, junho 21 (94), p.1.

²⁸² As audições desta professora remontam à década de 1930.

²⁸³ “Audição musical”, *O Faialense*, 1909, junho 21 (94), p.1.

²⁸⁴ Um Convidado, “Audição”, *O Telégrafo*, 1912, julho 8 (5 490), p.1

²⁸⁵ Na imprensa existem algumas referências a orquestras improvisadas, cujos membros, num momento se organizavam para uma determinada finalidade e que, certamente, a seguir a mesma se desfazia: “Na noite de ontem um grupo de rapazes amadores de música organizou uma pequena orquestra indo cumprimentar o Sr. Miguel António da Silveira, deputado eleito por este círculo”, “Notícias Locais”, *O Telégrafo*, 1894, maio 8 (193), p.2.

²⁸⁶ *A Regeneração*, 1880, junho 20 (42), p.2. Fez-se ouvir pela primeira vez no dia 1 de janeiro de 1880.

²⁸⁷ BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, Livro de Registo dos Estatutos das diferentes Corporações, 1883-1893 (2), pp.134-138v.: “Estatutos da Sociedade ‘Orquestra João de Deus, 1892”.

²⁸⁸ “Notícias Locais”, *O Telégrafo*, 1894, agosto 2 (267), p.2; agosto 8 (271), p.2.

²⁸⁹ *Porto da Horta*, 1911, dezembro 5 (29), p.1: “Os empregados da companhia telegráfica alemã acabam de organizar uma orquestra sob a direção do distinto amador faialense Sr. Tomás Francisco de Medeiros”.

²⁹⁰ *A Democracia*, 1913, junho 22 (112), p.2.

Brithis Sports Club Dance Band (1926-1927)²⁹¹, *Orquestra-Jazz Sem Rei nem Roque* (1927), *Alea Jacta Est*, do *Sporting Clube da Horta* sob a regência de Luís Simaria (1929)²⁹², e *de Salão*, do mesmo clube, sob a direção de Laurindo Carreiro (1942).

No segundo caso, verificamos a existência de três tunas na cidade da Horta: *Tuna Faialense*²⁹³, *Tuna União Académica*²⁹⁴ e *Tuna Luís Proença*²⁹⁵; e de duas na freguesia da Feteira: *Tuna Portelense* e *Tuna das Grotas* (1926).

Finalmente, quanto ao movimento orfeónico, destacamos, em 1921, a tentativa para se estabelecer um orfeão na cidade da Horta, que deveria depois ser denominado *Orfeão Faialense*. Todavia, esta iniciativa ficou-se pela intenção, o que invalidou a pretensão da redação d' *O Telégrafo* em dar “oportunamente [...] mais notícias circunstanciadas acerca deste [assunto]”²⁹⁶.

No entanto, em 1924, estreava-se, no dia 16 de fevereiro, numa festa em benefício do Hospital Walter Bensaúde, o *Orfeão do Sporting Clube da Horta*. Deve-se ter ficado pela estreia porque na imprensa nem nos anais do clube consta mais referências à sua continuidade.

Como vimos, na ilha do Faial o aumento de número de agrupamentos, quer filarmónicos quer orquestrais, apesar da efemeridade de alguns deles, é em nosso entender um sinal de que a música passava a ter cada vez mais executantes como se dirigia a um público mais vasto do que alguma vez conhecera.

Para isto, contribuiu também a passagem pela Horta de músicos ou companhias de opereta ou de zarzuela, tanto nacionais como estrangeiros, que muitas vezes se socorriam dos amadores ou dos profissionais locais para a realização dos seus concertos, recitais instrumentais ou de canto lírico, regra geral no *Teatro União Faialense*²⁹⁷.

A sua presença foi considerada um acontecimento de notoriedade no pacato meio social e cultural hortense, contribuiu tanto para deliciar uma plateia ávida de bons

²⁹¹ Cf. Yolanda Corsépius, *Alguns notas sobre [...]*, já cit., p.27.

²⁹² Sporting Clube da Horta, *Album (1923-1951)*, Horta, Sporting Club da Horta, 1951.

²⁹³ “Memorando [1.º de dezembro]”, *O Faialense*, 1900, dezembro 9 (58), p.2.

²⁹⁴ Veja-se “Noticiário”, *O Telégrafo*, 1910, dezembro 1 (5 033), p.2; “Récita de Caridade”, *Ibid.*, 1917, maio 11 (6 914), p.1. Em 1917, a tuna, sob a regência de Garcia de Lemos Jr., era constituída por alunos do Liceu da Horta e da Escola Normal.

²⁹⁵ “Tuna Luís Proença”, 1916, janeiro 24 (6 530), pp.1-2. Realizou o seu primeiro sarau no dia 23 de janeiro de 1916, domingo, sendo o seu desempenho magistral. Em 1917, escrevia-se a propósito: “Com uma enchente verdadeiramente à cunha, deliciou-nos com um destes saraus que deixam de si as mais gratas recordações”, Aliquis, “Tuna Luís Proença”, *O Telégrafo*, dezembro 3 (7 085), p.1. Apêndice – Capítulo IV, Gravura 3.

²⁹⁶ “Orfeão Faialense”, *O Telégrafo*, 1921, março 21 (7 968), p.1.

²⁹⁷ Apêndice – Capítulo IV, Quadros V e VI.

espetáculos como para a divulgação de áreas de importantes compositores como Chopin Liszt, Mendelson, Debussy, Brahms, Beethoven, entre outros²⁹⁸.

Por fim, com alguma frequência atuavam no jardim público agrupamentos musicais dos vasos de guerra surtos no porto da Horta, muitas vezes correspondendo ao apelo da devida representação consular que, assim, atendia ao pedido que lhe era feito pela imprensa local: “Ao digno vice-cônsul alemão pedimos em nome do público que obtenha a vinda a terra, da música da corveta ‘Stosch’”²⁹⁹; outras vezes, quando se tinha conhecimento de que a bordo de algum navio de passagem pela Horta, estava algum músico ilustre, localmente mobilizavam-se vontades para que o mesmo pudesse dar um concerto numa das salas de espetáculo da cidade, ou quando isso, por qualquer razão, não se pudesse efetivar, que se realizasse a bordo. Neste caso, destacamos os dois concertos dados pelo harpista italiano Sevasta, de passagem pela Horta com destino a Nova Iorque, um a bordo do navio *Archimede*, no dia 18 de setembro de 1901, quarta-feira³⁰⁰ e outro na sala do *Grémio Literário e Ginásio Clube*, no dia 22 de setembro, domingo³⁰¹.

Os dois concertos foram considerados, “na nossa típica pasmeira de votos e milho”³⁰², um acontecimento, um achado, algo que veio de muito longe, de outro” céu, de outra civilização que não a nossa”³⁰³. Por isso, e para memória futura, escrevia-se n’ *O Faialense*: “Uma festa distinta a todos os respeitos, e que nos deixou a mais bela recordação”³⁰⁴.

3.3. O Teatro União Faialense: o simbolismo do monumento e a arte dramática profissional e amadora

“É na noite de 6 do próximo mês de abril [que será inaugurado o Teatro Faialense]. Profere o discurso de inauguração, em a cedência ao instante pedido dos amadores, o Sr. Manuel da Câmara Velho de Melo Cabral [...]. Ele fechou o velho teatro com o grito *abaixo a ratoeira!* Ele abrirá o novo teatro com o entusiasmo de prestimoso açoriano que vê a consecução de mais um importante melhoramento numa das terras que constituem a pátria Açoriana”³⁰⁵.

Na cidade da Horta, a irradiação da arte teatral, desde inícios do século XIX, torná-la-ia não só numa diversão pública de primeira ordem como também numa expressão da vida cultural tanto das elites como das camadas populares.

²⁹⁸ Cf. Marcelino Lima, *O Teatro na Ilha* [...], já cit., p.112.

²⁹⁹ *O Telégrafo*, 1906, agosto 24 (3 786), p.1.

³⁰⁰ “Memorando [Concerto a bordo do ‘Archimede]”, *O Faialense*, 1901, setembro 22 (99), p.1.

³⁰¹ “Sarau Musical”, *O Faialense*, 1901, setembro 29 (100), p.2.

³⁰² “Memorando [Concerto a bordo do ‘Archimede]”, *O Faialense*, 1901, setembro 22 (99), p.1.

³⁰³ *Ibid.*

³⁰⁴ *Ibid.*

³⁰⁵ “Teatro Faialense”, *O Telégrafo*, 1916, março 28 (6 581), p.3.

Dentro desta interpretação, considerava-se a arte da Talma como um elemento poderoso na sua dupla ação de “agente socializador”, ao criar e reforçar os laços de sociabilidade e de pertença dos elencos que geralmente se identificavam por relações de vizinhança, de categoria profissional ou de amizade muitas vezes proveniente desde os bancos da escola e que, por razões várias, a vida quotidiana reforçava e de “difusor da ilustração e da educação dos povos” à luz da cultura letrada³⁰⁶. Ou seja, o teatro visto na sua dupla condição de “escola” (aprendizagem) e de “recreio” (entretenimento).

Se o ato educativo decorre de várias realidades sociais: família, escola, teatro, desporto, cinema, trabalho, entre outras, ao atribuir-se ao teatro um *status* importante diante da sociedade, queria-se significar que ele era não só sinónimo de uma escola de ensinamentos educativos, mas também um instrutivo entretenimento cultural. Dito de outra maneira, em sentido amplo, o teatro além de gerar ensinamentos vários (culturais, lúdicos, sociais e morais) constituiu-se num local por excelência de sociabilidade e de trocas culturais e simbólicas³⁰⁷.

Por conseguinte, as diferentes representações realizavam-se também com fins filantrópicos e beneficentes, o que levaria Rui Cascão a afirmar que este teatro de amadores se situava no âmbito do “cruzamento da ocupação dos tempos livres, dos interesses culturais e da prática de filantropia”³⁰⁸.

Na Horta, a atividade teatral decorria entre os meses de outubro e de junho, de preferência aos sábados e aos domingos. Sofria a sua interrupção no período estival, cujo calor levava à ausência das melhores famílias, principalmente as que frequentavam de forma assídua os espetáculos, e que agora iam a “banhos” ou rumavam às suas casas de campo, ou então para as suas propriedades na fronteira picoense.

Por outro lado, se a partir de metade do século XIX, o teatro passou também a representar o alargamento da vida social feminina dantes circunscrita aos espaços domésticos, familiares e religiosos, com a viragem do século o cinema veio suplantar a atividade teatral em representação social e os antigos espaços dos teatros passam a também a comportar e a divulgar “as fitas”. Surgia o cineteatro.

³⁰⁶ Rui Cascão, “Vida quotidiana [...]”, já cit., in José Mattoso [dir.], *História de [...]*, vol. V, p.530.

³⁰⁷ Veja-se Sónia Maria de Oliveira Othon, *A Arte Teatral como instância educativa dos natalenses (1914)*, in [www.faced.ufu.br.colubhe06/anais/.../423 Sónia Maria Oliveira Othon.pdf](http://www.faced.ufu.br.colubhe06/anais/.../423_Sónia_Maria_Oliveira_Othon.pdf) (consultado 02-03-2013).

³⁰⁸ Rui Cascão, “Vida quotidiana [...]”, já cit., in José Mattoso [dir.], *História de [...]*, vol. V, p.532.

A palavra teatro deriva do vocábulo grego *theatron*. Significa “o local onde se vê”. Por isso, na Horta em 1882³⁰⁹ existiam quatro casas de espetáculo: *Teatro União Faialense*³¹⁰, *Teatro Dramático*³¹¹, *Teatro União Hortense* e *Teatro da Sociedade Terpsicore*³¹² e os palcos do *Grémio Literário Faialense* e da *Sociedade Humanitária de Literatura e Agricultura*, vulgarmente conhecido por *Teatro Luís de Camões*³¹³. Eram espaços sociais onde se desenvolviam atividades cénicas (artísticas e culturais), perante uma plateia voluntariamente reunida. No caso do *Teatro União Faialense*, a partir de 16 de setembro de 1897, passaria a albergar representações cinematográficas, transformando-se em cineteatro³¹⁴.

A primeira casa de teatro, digna desse nome, que existiu na cidade da Horta foi o *Teatro União Faialense*, inaugurada a 16 de setembro de 1856, dia do aniversário de D. Pedro V, na Praça Velha, atual Alameda Barão de Roches (assim designada desde 28 de dezembro de 1901). Por isso, era também conhecido pelo teatro da Alameda.

O teatro era propriedade única do então reitor do Liceu da Horta e Comissário dos Estudos, João de Bettencourt Vasconcelos Correia e Ávila, considerado um cavalheiro de destaque, cuja iniciativa ao meter ombros a tamanha empresa era uma demonstração das suas “doutas” capacidades.

Todavia, esta iniciativa que fez do *Teatro União* o primeiro teatro regular da Horta e dos Açores, não nos pode levar a pensar, que o teatro na ilha do Faial não existia. Ele foi o corolário de uma intensa atividade que já vinha desde o início do século XIX e

³⁰⁹ Fora da cidade da Horta, registamos o teatro particular da freguesia dos Flamengos, cuja estreia, a 12 de novembro de 1881, não só esteve muito concorrida como agradou, considerado pel’ *O Atlântico* como “uma distração civilizadora para a freguesia”, *Ibid.*, 1881, novembro 17 (21), p.3. Na notícia citada, escrevia-se ainda: “A freguesia dos Flamengos vai seguindo a caminho da civilização que é sempre um prazer para todos os que amam a sua terra natal. Já há um ano tem esta freguesia uma música, e agora um pequeno teatro, [...]. Folgamos”.

³¹⁰ BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, Relatório apresentado pela Comissão nomeada por alvará de 20 de janeiro de 1882 para o exame dos teatros e casas de espetáculo nesta cidade da Horta, pnn.

³¹¹ “Teatro Dramático [vulgo *Teatro Dramático de S. Francisco*, inaugurado a 8 de janeiro de 1882], cf. *Ibid.*

³¹² “Situado na Rua do Livramento”, cf. *Ibid.* Pertencia à *Sociedade de Terpsicore Beneficente Artista Faialense*. Sobre esta sociedade, veja-se BPARJJG, *Sociedade Terpsicore Beneficente Artista Faialense*, Estatutos, 1882. Tinha como principal fim socorrer os artistas pobres por se acharem impossibilitados de trabalhar por doença.

³¹³ Estes dois “teatros” apresentavam um mesmo figurino “repartido entre o sarau literário, a representação de peças, a recitação de poesias, a música a cargo de uma filarmónica ou de uma orquestra, o “saco da benemerência” e a dança, cf. Carlos Lobão, *História, Cultura*, já cit., p.135.

³¹⁴ Veja-se José Manuel M. Garcia, *Ditos e Escritos* [...], já cit., p.47; Marcelino Lima, *O Teatro na Ilha do Faial*, Lisboa, Edição do Autor, 1957, p.36.

que estivera na origem da criação de um conjunto de pequenos espaços teatrais, muitas vezes sem qualquer conforto tanto para os curiosos como para o público³¹⁵.

Deste modo, ao dotar a ilha Faial com uma casa adequada à arte da Talma, João Bettencourt pretendeu, em nossa opinião, criar um espaço nobre propício não só ao teatro como a outras atividades³¹⁶.

Depois da sua morte (22 de janeiro de 1868), sucedeu-lhe à frente da gestão do teatro sua esposa, a Baronesa da Alagoa, D. Francisca Emília Terra Brum de Bettencourt (1812-1900), e os filhos José de Bettencourt (1844-1910), este a par das suas funções públicas (administração do concelho, presidência da Câmara e governador civil substituto), e Francisca Emília (1845-1934).

Entretanto, verificamos que, em 1882, o governador civil, Terra Pinheiro, pelo alvará de 20 de janeiro do mesmo ano, nomeara uma comissão constituída por cinco membros (João José da Graça, António Maria de Oliveira, José Joaquim de Azevedo, Tomás da Silva Ribeiro e ilegível) com a dupla finalidade de estudar o estado “atual” dos teatros no concelho da Horta e de propor as providências que, em relação a cada casa de espetáculos ou de reunião, deviam desde logo ser adotadas, em atenção não só ao método de iluminação, mas também a depósitos de água e à regularização do serviço para a extinção de fogo³¹⁷.

No preâmbulo do relatório, a comissão relevava que seguia o que se passava na Europa com o objetivo de evitar sinistros sendo, por isso, necessário dar às casas de espetáculos da Horta as devidas condições de segurança para poderem funcionar. Mas, e de acordo como os documentos que vimos seguindo, a análise da comissão sobre as mesmas era arrasadora que admitir que se “quisesse ser rigorosa no seu parecer, ver-se-ia obrigada a dizer que nem uma das casas de espetáculos existentes no concelho, reúne as condições necessárias para o fim a que se destina”³¹⁸. Porém, e como seria óbvio, a comissão adiantava as modificações a realizar e um conjunto de disposições policiais que tanto as empresas como os proprietários deviam observar rigorosamente.

³¹⁵ Veja-se Costa Rebelo, “O Teatro no Faial”, *O Faialense*, 1877, outubro 21 (11), p.2; Marcelino Lima, *op. cit.*

³¹⁶ Sobre a sua inauguração, veja-se S.[treet] Arriaga, “Literatura [Elogio Dramático]”, *O Faialense*, 1857, abril 15 (3), pp.19-21; António Lourenço da Silveira Macedo, *História das Quatro [...]* já cit., II vol., p.127; Marcelino Lima, *op. cit.*, pp.21-22 e 121-127.

³¹⁷ BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, Relatório apresentado pela Comissão [...], já cit.

³¹⁸ *Ibid.*

O governador civil em atenção ao parecer da comissão, informava a proprietária, pelo ofício de 17 de março de 1882, que determinara proibir a realização de espetáculos no teatro até à realização de todos os melhoramentos indicados no relatório da comissão.

Os proprietários do *Teatro União* Faialense cientes que este não satisfazia as necessidades do meio, decidiram, então, levar a efeito os melhoramentos achados por convenientes, o que viria a acontecer entre 1882-1884, período em que assumiu essa responsabilidade a sua filha, Francisca Emília da Terra, conjuntamente com o marido, João de Arriaga Brum da Silveira (1842-1920). Viriam ainda a contar com o apoio dos amadores locais, entre eles João Francisco de Eça Leal, cunhado do comediógrafo Gervásio Lobato, entretanto chegada à Horta vindo de Lisboa para exercer as funções de escrivão da Fazenda, cuja atividade em prol do teatro faialense seria assim descrita por Lima:

“Marcou, sem dúvida, a época mais brilhante que teve o teatro faialense de amadores. [...]. Eça Leal congregando [os curiosos] fez coisas extraordinárias. Aquilo que menos o preocupava eram as obrigações do seu emprego. Ele escrevia peças, traduzia autores, escolhia trechos dos melhores músicos para adaptar a essas produções, ensaiava, ele mesmo representava”³¹⁹.

Depois das devidas obras, o *Teatro União Faialense* reabria a 24 de março de 1884, com um espetáculo constituído pela opereta em dois atos, de Eça Leal, *Rapaziadas de Belford Júnior* e pela comédia em um ato, de Alfredo Ataíde, *Uma Excentricidade*. A imprensa faialense descrevia que a reabertura constituiu um assinalável êxito devido à grande presença de público, “uma autêntica enchente e nem era de esperar menos”³²⁰. E esta explicava-se pela dupla curiosidade do público: ver o teatro depois de reparado e “confirmar” o êxito da opereta que já tinha sido aplaudida em espetáculo anterior no teatro do *Grémio Literário Faialense*, que mais uma vez “conservou os espetadores em hilaridade, é um disparate completo, uma legítima pachada, mas faz rir a bandeiras despregadas”³²¹.

No ano seguinte, Zero (Rodrigo Guerra) não deixava de reconhecer que o *Teatro União Faialense*, “o único que nós temos, se encontrava razoavelmente arranjado para a terra em que vivemos”³²². E foi assim que se manteve até ao momento em se tornou deficiente, acanhado, impondo, por isso, a necessidade de construção de uma nova casa de espetáculo que satisfizesse as necessidades do meio.

³¹⁹ Marcelino Lima, *Anais do [...]*, já cit., p.519.

³²⁰ *O Açoriano*, 1884, março 23 (29), p.2; março 30 (30), p.3.

³²¹ *O Açoriano*, 1884, abril 13 (32), p.3.

³²² Rodrigo Guerra, *Trutas*, já cit., p.148.

Foi então que José de Bettencourt (1873-1940), neto do fundador, por morte do seu pai ocorrida 14 de maio de 1910, então único proprietário, depois de ter adquirido as partes pertencentes aos seus familiares (tios, irmã e cunhado), decidiu meter ombros a tão a uma iniciativa de tão grande alcance.

Assim, Bettencourt, estimulado pela situação do edifício e “pelo peso da simbólica herança familiar”³²³, tomou a iniciativa, considerada uma rápida e ousada decisão, de demolir o velho edifício, fazendo erguer outro de acordo com a projeto do Eng. Francisco Assis Coelho Borges, então diretor das Obras Públicas do distrito da Horta³²⁴. Esta iniciativa não deixou de contar como o apoio de um “grupo de dramáticos” faialenses³²⁵, do dramaturgo e encenador António (Nico) Batista³²⁶, a que se juntaria depois Manuel da Câmara Melo Cabral³²⁷, dos comerciantes locais de fazendas e do mecenas Walter Bensaúde (1850-1920), que lhe facultou “uma apreciável oferta monetária e de materiais”.

As obras iniciaram-se sob a orientação do mestre Guilherme Augusto da Silveira³²⁸, a 2 de julho de 1915, e culminaram com a sua inauguração a 6 (quinta-feira) de abril de 1916³²⁹, com a opereta regional, em três atos, *A Fonte dos Namorados*, original de António Batista e música do maestro Francisco Simaria. Esta iniciativa de José Bettencourt seria assim reconhecida:

“Foi inaugurado o teatro! Parece mentira, mas o facto deu-se. Finalmente, [...], tivemos a felicidade de ver ‘um teatro’. Da velha ratoeira bolorenta nada resta, nem mesmo a recordação, porque o que é mau depressa esquece. Ora este trabalho grandioso não se fez por si. [...]. Não foi feito com cantigas, mas sim com grande dispêndio do seu proprietário. É por isso bem justo que todos nós correspondamos ao grandíssimo sacrifício que José de Bettencourt fez para dotar a sua terra que é nossa, com um melhoramento de todos bem reconhecido, mas de que ninguém quis tomar a iniciativa a não ser ele”³³⁰.

³²³ Fernando Faria, *Em dias passados* [...], já cit., p.215.

³²⁴ Cf. Marcelina Lima, *op. cit.*, pp.30-33; Fernando Faria, *Em dias passados* [...], já cit., p.215.

³²⁵ “Teatro Faialense”, *O Telégrafo*, 1916, março 22 (6 577), p.2.

³²⁶ Depois da saída de Eça Leal do Faial, em 1885, o seu “lugar” foi ocupado por António Batista (1865-1927), que na opinião de Lima, “não direi que Batista o ultrapassasse em competência; mas em continuidade e fecundidade segui-lhe as pegadas”. Debutou desde 1888 até 1927, ano da sua morte”. Na produção de originais ou na adaptação de dramas de alguns romances em voga, “sabia pôr em cena, fazendo realçar os conflitos e tirar partido de minudências que constituem o principal segredo da arte dramática”, além do “faro” apurado em descobrir elementos de grande talento, Marcelino Lima, *O Teatro na Ilha* [...], já cit., pp.29-30. Apêndice – Capítulo IV, Gravuras 4 e 5.

³²⁷ Cf. Um faialense, “A reconstrução do nosso teatro”, *O Telégrafo*, 1916, abril 6 (6 589), p.2.

³²⁸ Um espetador, “Récita inaugural”, *O Telégrafo*, 1916, abril 8 (6 591), p.2.

³²⁹ “Teatro Faialense”, *O Telégrafo*, 1916, março 22 (6 577), p.2; março 28 (6 581), p.2.

³³⁰ B.S., “Novo teatro”, *O Telégrafo*, 1916, abril 8 (6 591), p.2.

Ali estava o novo *Teatro Faialense*, como se passaria a denominar, lá se “fora a ratoeira”. Entre a demolição e a inauguração da obra, mediarão apenas dez meses, o que levaria a que se exclamasse: “Isto diz tudo, até custa a crer!”³³¹.

A redação do jornal *O Telégrafo* perante tão distinta iniciativa, tão brilhante ato civilizador, dedicou a sua edição de 6 de abril à efeméride, convidando algumas penas consagradas no panorama cultural faialense para escreverem sobre o assunto, das quais corresponderam quatro³³². Todavia, não deixava de lamentar uma falta involuntária que havia cometido. Não colocara a fotografia encomendada de José Bettencourt para figurar na primeira página por não ter chegado a tempo, “mas esperamos que em breve se proporcionará ocasião de o fazer”³³³.

Numa cidade como a Horta, falha de distração, a arte da Talma, apesar da existência de algumas (más) casas de espetáculo, de alguns palcos e de um teatro digno desse nome e de não ser uma atividade sustentada por profissionais, não deixou de constituir um serviço público assinalável pela repercussão que teve na pacata vida cultural hortense, pela ambivalência dos elencos e pela relativa frequência de representações nos “diferentes palcos”. Com efeito, para se conseguir essa frequência de representações, entendemos que era necessário reunir duas condições. Primeira, a existência de um número considerável de autores e de “habilitados” ou “curiosos dramáticos”; segunda, o seu empenhamento e gosto em ensaiar constantemente, estando assim “preparados” para os diferentes espetáculos. A estreia de novas peças e as de maior sucesso levadas várias vezes à cena, permite-nos concluir que os amadores provinham todos do mesmo círculo de amigos e de relações próximas, unidos por um mesmo desejo – o gosto pela representação.

Os autores e atores exibiam os seus dotes e os seus originais e /ou imitações perante uma plateia ansiosa que ocorria a ver os espetáculos, ou um reportório dos mais “seletos”, que integravam as “melhores peças dramáticas do nosso tempo, tanto do País como do estrangeiro”³³⁴. Por isso, ir ao teatro era, regra geral, frequentar um espaço “literalmente cheio”³³⁵; ou uma “casa [que estava] quase toda passada”³³⁶.

³³¹ Marcelino Lima, *O Teatro na Ilha* [...], já cit., pp.32-33 e 70.

³³² Marcelino Lima (*Teatro Faialense*), Florêncio Terra Júnior (*O grande melhoramento*), “Van Huerta” (*Querer é Poder*) e “Um faialense” (*A reconstrução do nosso teatro*).

³³³ “A falta involuntária”, *O Telégrafo*, 1916, abril 6 (6 589), p.2.

³³⁴ *O Telégrafo*, 1896, janeiro 17 (1 121), p.1.

³³⁵ *Ibid.*

³³⁶ “Notícias”, *O Açoriano*, 1894, janeiro 14 (2), p.3.

Ao mesmo tempo que se apresentava como um poderoso elemento de civilização e de socialização³³⁷, o teatro era também entendido como uma escola de bom gosto, um “lugar de conversa, de apresentação, de oportunidade para cada um tentar alargar criteriosamente as suas relações”³³⁸. Mas ainda o local em que se reconhecia o talento dos autores e intérpretes que eram aplaudidos e vitorizados. Isto quer dizer que todo e espetáculo que deixasse bem impressionados os espetadores quanto ao mérito e desempenho dos artistas, estes eram aplaudidos calorosamente, muitas vezes, “com bravos e palmas”³³⁹. A este propósito, escreveu Garcia Monteiro sobre Eça Leal: “Mas eu que prezo e admiro o teu talento e penso / Que – sem nunca arranjar talvez coisa decente / Havia de entalar nos versos o bom senso, / Permite que te envie um ‘bravo’ simplesmente! //”³⁴⁰.

Por outro lado, quando o único teatro que “nós temos”, frequentado pela “primeira sociedade faialense”, na expressão de Guerra, era assaltado por atores de ocasião, geralmente vindos de fora, “impingindo-nos uns espetáculos perfeitamente estúpidos sem arte, sem qualquer coisa de bom que nos agrade, então saio altamente aborrecido”³⁴¹, o que significava que ao mesmo tempo em que se manifestava entusiasmo, também não se perdia a ocasião para reprovar os maus artistas ou a pobreza das representações, como a propósito se escreveu sobre a representação da peça *Má Sina* pela Companhia Dramática das Colónias que apesar de trazer magníficos cenários: “A companhia é melhor do que se dizia, e a peça muito pior do que se julgava”³⁴².

Os “diferentes palcos” além de estimularam uma atividade teatral conhecida por “Teatro de Amadores”, deram azo a uma escola de talentos desejosa de seguir o seu caminho, ao entender o teatro como meio de valorização cultural e de promoção social, dos quais sobressaíram, entre outros, os nomes de autores como Miguel Street de Arriaga, Ernesto Rebelo, Florêncio Terra, Manuel Zerbone, Garcia Monteiro, Rodrigo Guerra, Osório Goulart, Eça Leal, António Batista, e Marcelino Lima e de mulheres como

³³⁷ Cf. Rui Cascão, “Vida quotidiana [...]”, já cit., in José Mattoso [dir.], *História de [...]*, vol. V, p.529.

³³⁸ Maria de Lourdes Lima dos Santos, “Sociabilidade [...]”, já cit., in António Reis [dir.], *Portugal Contemporâneo*, vol. I, p.380.

³³⁹ *O Telégrafo*, 1894, janeiro 17 (112), p.1.

³⁴⁰ Cf. Manuel Garcia Monteiro, *A Trança*, Horta, Centro de Estudos e Cultura da Câmara Municipal da Horta, 1989, p. 4. No mesmo sentido se pronunciaria o jovem Florêncio Terra, acerca de um espetáculo realizado, em janeiro de 1881, no teatro do palacete do visconde de Sant’Ana. Depois de considerar o espetáculo “uma bela noite”, perguntava: “Os Srs. conhecem Eça Leal?” De forma concisa daria a seguinte resposta: “Mais do que um escrivão da Fazenda, é sobretudo um artista, um distinto escritor dramático”, cf. “Ecos da Semana”, *O Atlântico*, 1881, janeiro 13 (30), pp.3-4.

³⁴¹ Rodrigo Alves Guerra Júnior, *Trutas*, já cit., pp.148-149.

³⁴² “Teatro Faialense”, *O Telégrafo*, 1916, abril 14 (6 596), p.2.

Hermenegilda Lacerda e Helena da Graça Rodrigues; e de amadores como Cândido Maria Furtado, José Garcia do Amaral, Luís Teles de Barcelos, José Patrício Viana, Francisco Augusto da Silveira³⁴³, “rigoroso na dicção e no recorte das figuras”³⁴⁴, António Batista, Florêncio Terra Júnior, Marcelino Lima, Humberto Correia, Joaquim Viana e Emília e Luísa Vieira, Catarina e Celisa dos Santos³⁴⁵, Lucília Bettencourt e Hercília e Maria Batista (a primeira esposa e as duas últimas filhas António Batista)³⁴⁶. Por isso, Florêncio Terra não tinha qualquer constrangimento em escrever que a cidade da Horta se havia distinguido, em diferentes épocas, graças aos seus amadores dramáticos – os da “velha guarda” e os novos – como pelos espetáculos que se realizaram com brilho por “artistas de profissão – e dos melhores”³⁴⁷. Dentro desta interpretação, lembrava a expressão entusiástica com que se referiu o seu amigo Henrique das Neves, depois de assistir a um espetáculo no *Teatro União Faialense*: “Em poucos teatros de Lisboa se representa melhor, palavra”³⁴⁸.

Dentro deste contexto, é notória a presença na Horta de companhias profissionais do Continente³⁴⁹ e de artistas estrangeiros³⁵⁰, o que significava que a descontinuidade territorial entre os Açores e o Continente não fora impeditiva de se receberem na Horta companhias profissionais em “tournée”, que por cá ficavam durante uma temporada, grosso modo entre setembro e abril. Ao mesmo tempo permite-nos adiantar que apesar do gosto pelo teatro na ilha, nunca se dera o passo para criar uma companhia que fosse capaz

³⁴³ F.[lorêncio] T.[erra], “Francisco Augusto da Silveira”, *O Telégrafo*, 1906, maio 9 (3 701), pp.1-2.

³⁴⁴ Marcelino Lima, *O Teatro na Ilha* [...], já cit., p.27.

³⁴⁵ A *Luta*, 1882, janeiro 16 (2), p.3. Na sequência da desorganização das respetivas companhias alguns artistas acabariam por ficar na ilha, situação que lhes permitiu dar um importante contributo ao teatro local. Neste âmbito, destacaram-se Domingos Mendes de Faria, que se desligaria da “Companhia Dramática Lisbonense”, em 1865, e Paulo de Castro e as irmãs Catarina e Celisa dos Santos, Lucília e Maria Batista, em consequência do desmembramento da “Companhia Teatro de Artistas”, em 1868. Talvez o nome mais sonante, foi o de Francisco Xavier Simaria, já referido. Sobre Domingos Mendes de Faria, veja-se Fernando Faria, “Domingos Mendes de Faria: ator, jornalista e advogado”, *Tribuna das Ilhas*, 2008, julho 11 (321), p.12.

³⁴⁶ Cf. Marcelino Lima, *O Teatro na Ilha* [...], já cit., pp.27 e 30.

³⁴⁷ F.T., “Francisco Augusto da Silveira”, *O Telégrafo*, 1906, maio 9 (3 701), pp.1-2.

³⁴⁸ *Ibid.*

³⁴⁹ Veja-se “Sociedade Dramática Atores Silva”, Justus, “Revista de Teatros”, *O Açoriano*, 1884, outubro 5 (9), p.1; “Companhia de Ângela Pinto”, *O Telégrafo*, 1907, janeiro 9 (3 898), p.1; “Companhia Maria Matos de Mendonça Carvalho”, Marcelino Lima, “Teatro”, *Ibid.*, 1921, julho 18 (8 019), pp.1; Id., *O Teatro na Ilha* [...], já cit., pp.98-113. Algumas companhias nacionais visitaram a Horta mais do que uma vez, a saber: *Taveira* (1888 e 1889), *Santos Júnior* (1893, inicialmente designada *Companhia de Declamação e Opereta*, 1895 e 1896), *Dramática* (1918, 1919 e, 1922). Estas companhias permaneciam regra geral entre 15 dias a dois meses e meio e realizavam entre nove e vinte e dois espetáculos. Apêndice – Capítulo IV, Quadro V.

³⁵⁰ Veja-se Marcelino de Lima, *op. cit.*, pp.98-113.

de estar “em cartaz “ sobretudo na época de inverno, período em que as distrações não abundavam, ficando essa tarefa a cargo de “curiosos”³⁵¹.

A par do teatro, saraus e outras atividades, verifica-se que a partir de 16 de setembro de 1897, rodou pela primeira vez um animatógrafo no *Teatro União Faialense*. Aparelho adquirido na América por João António Rodrigues. Realizou apenas seis sessões.

Mas foi só a partir de 1908 que este novo entretenimento começou gradualmente a fazer parte do quotidiano cultural e recreativo do faialense. Assim, naquele ano, o picoense João Garcia Júnior (1878-1943) depois de receber um animatógrafo em janeiro, começou a apresentar alguns filmes mudos, a que o público acorria com regularidade tanto no *Teatro* como em algumas freguesias rurais para que os seus habitantes se acostumassem a uma nova diversão: o gosto pelas fitas. Em agosto do mesmo ano, em conjunto com António Pinho e Romano de Freitas, adquiriu um novo animatógrafo.

O proprietário do *Teatro União Faialense*, José Bettencourt, percebendo o gosto do público pelas “fitas” e possuindo um bom trunfo – uma casa de espetáculos – propôs a Garcia um acordo, que desde logo aceitou, para a exploração cinematográfica conjunta na Horta, o que estaria na origem da empresa Ávila & Garcia, cujas sessões ocorriam geralmente às quintas, sábados e domingos. A primeira sessão da nova empresa ocorreu a 27 de agosto do mesmo ano. Garcia seria substituído mais tarde por José Jacinto Nunes. Por fim, ficou apenas senhor desta nova indústria o proprietário do *Teatro*³⁵².

3.4. Uma alternativa: o Salão-Teatro Éden

A 25 de novembro de 1915, em plena I Guerra Mundial, e numa altura em que a imprensa local concentrava as suas atenções no conflito, era inaugurado na rua do Conselheiro Medeiros, n.º 17, num prédio dos herdeiros de José da Silva Correia, o *Salão Teatro-Éden*, numa iniciativa das primas Silvina Furtado de Sousa³⁵³ e Lúcia Correia Bettencourt Furtado.

³⁵¹ Registamos apenas uma tentativa levada a cabo pela *Troupe Carlos Posser* ou *Sociedade de Amadores Carlos Posser*, fundada no dia 4 de junho de 1896, cf. “Troupe Carlos Posser”, *O Telégrafo*, 28 de fevereiro de 1905. Da sua atividade, cuja única informação reside na imprensa faialense, destacamos o número de espetáculos em benefício de diferentes obras de caridade, da abertura de uma aula de ginástica (1903) e da criação de um jornal *O Proscénio*. Este surgiu a 9 de janeiro de 1903, sexta-feira. “No seu cavaco explica que se interessará pelas questões do progresso local, não tendo cor política. É o órgão da sociedade ‘Carlos Posser’, de amadores de teatro, ‘O Proscénio’”, *Ibid.*, 1903, janeiro 9 (2 730), p.1. Tinha como redator principal Humberto Correia. A pobreza do seu cofre levaria a que soçobrasse em 1905 (?), cf. “Troupe Carlos Posser”, *Ibid.*, 1905, fevereiro 28 (3 357), p.1.

³⁵² Cf. Marcelino de Lima, *op. cit.*, p.36.

³⁵³ Apêndice – Capítulo IV, gravura 6. Silvina Furtado de Sousa (Horta, 1877; Idem, 1973). Professora, Poetisa (adotou como pseudónimo Iracema), fundadora do *Colégio Insulano* e do *Salão Éden*. Grande parte

Por isso, ao contrário de outras iniciativas semelhantes, a notícia da sua inauguração surgiu no mais telegráfico possível, quase que nem se dava por ela. Todavia, ficamos a saber que a sua inauguração decorreu com uma casa repleta de público, ressaltando-se que entre a assistência se encontravam um grande número de damas³⁵⁴.

A partir de então, embora sempre de forma concisa, a imprensa começou a dar destaque não só às suas atividades (“esplêndidas sessões cinematográficas”) como publicitava com anúncios próprios as diferentes sessões³⁵⁵, que se realizavam às quartas, sextas e domingos³⁵⁶, com a exibição de filmes de grande “valor artístico”, sinal de que o novo espaço de recreio, entretenimento e de espetáculo ganhara a simpatia dos espetadores³⁵⁷.

Todavia, antes da sua abertura verificamos que Lídia Correia Bettencourt Furtado, na sua condição de proprietária do *Salão Éden*, em carta dirigida ao governador civil substituto do distrito, António de Simas Machado, que, com data de 10 de novembro, solicitava a devida licença para funcionamento de “um animatógrafo ou com outros géneros de espetáculo público”³⁵⁸.

O governador depois de reunir os necessários pareceres do delegado de saúde, António Emílio Severino de Avelar³⁵⁹, da Direção de Obras Públicas do distrito da Horta³⁶⁰ e do comandante da *Associação do Corpo de Bombeiros Voluntários da Horta*, Jaime Ferreira da Gama, passaria uma licença provisória com data de 19 de novembro, com data de termo em 31 de dezembro. Na mesma constava que a empresa requisitória, para cada noite de espetáculo, ao corpo de bombeiros um piquete de três homens, “mediante a devida

da sua produção literária tanto em verso como em prova encontra-se disseminada em jornais como *O Telégrafo*, *Correio da Horta*, entre outros. Em 1960, editou o livro de poesias *Saudade*. Na casa onde ensinou e onde funcionou o Éden, seria colocada uma lápide em 1965 com a seguinte dedicatória: “Silvina Furtado de Sousa / ”Iracema”/Aqui viveu e ensinou / 21-8-1965. Recebeu a o grau de cavaleiro da Ordem da Instrução Pública”.

³⁵⁴ *A Democracia*, 1915, novembro 28 (239), p.3.

³⁵⁵ *A Democracia*, “Salão Éden”, dezembro 5 (240), p.2; dezembro 12 (241), p.3.

³⁵⁶ Havia também aos domingos e dias santificados sessões diurnas, ao meio dia, para crianças e “gente do campo”, cf. *A Democracia*, 1915, dezembro 19 (242), p.3. No ano seguinte, numa local d’ *O Telégrafo*, 1916, janeiro 3 (6 513), p.2, pode ler-se: “Domingo próximo, ao meio dia em ponto, haverá no ‘Salão Éden’ sessão cinematográfica [com o filme *Dionísia*], destinada aos moradores de fora da cidade e às pessoas que lhe cause transtorno ir à noite”.

³⁵⁷ *A Democracia*, 1915, dezembro 5 (240), p.3.

³⁵⁸ Cf. BPARJJG, *Salão Éden*, “Carta, de 10 de novembro de 1915, dirigida ao governador civil do distrito da Horta”[d.a].

³⁵⁹ BPARJJG, *Delegação de Saúde da Horta*, “Ofício, de 13 de novembro de 1915, em resposta a outro do governador civil do distrito da Horta, sob o n.º 82, de 11 do mesmo mês” [d.a.].

³⁶⁰ BPARJJG, *Direção de Obras Pública do distrito Horta*, “Ofício, de 13 de novembro de 1915, em resposta a outro do governador civil do distrito da Horta, sob o n.º 83, de 11 do mesmo mês a que se junta o auto de vistoria do salão cinematográfico Éden” [d.a.]; BPARJJG, *Direção de Obras Pública do distrito Horta*, “Auto de vistoria, de 12 de novembro”.

retribuição”, e adotaria as providências de segurança determinadas pela autoridade policial presente no *Éden*³⁶¹.

Pela leitura dos pareceres, transpirava que enquanto os dois primeiros entendiam que a casa estava nas devidas condições higiénicas para os fins a que se destinava, o dos bombeiros era perentório: só poderia funcionar se fossem cumpridas as sugestões apresentadas e se a proprietária se responsabilizasse em fazer as modificações apontadas³⁶², o que viria a acontecer, porque, em finais de dezembro, aquela solicitava ao governador civil que lhe fosse passada a “competente licença para funcionamento pelo prazo de um ano, a começar no 1.º de janeiro de 1916”³⁶³.

Em 1919, o *Éden* sofreu o primeiro de dois melhoramentos. Depois das obras efetuadas, que o transformaram “numa esplêndida casa de espetáculos, num dos melhores cinematógrafos do País, amplo, elegante e confortável”, abria ao público a 26 de outubro³⁶⁴.

Anos depois, em agosto de 1924, o agora designado de *Salão-Teatro Éden*³⁶⁵, reabria ao público completamente transformado (“bom material técnico, magnífica luz, boa ventilação, o pano de fundo avançado ao ecrã, todo um conjunto de material que bem dispõe o espírito”, sendo a decoração, sob a forma de painéis, da responsabilidade de Silvina Furtado) para iniciar “mais uma época cinematográfica, de há muito encerrado a toda a atividade cénica”³⁶⁶ a cargo da nova empresa constituída por Lídia Furtado e António da Rosa Martins.

O *Éden* levava cerca de 300 espetadores, distribuídos pela plateia e pelo balcão. Além de um palco de regulares dimensões, tinha ainda uma cabine de projeção, um amplo “hall” e um bar. Por isso, a nova época cinematográfica, com sessões às quartas, sextas,

³⁶¹ BPARJJG, *Salão Éden*, “Carta, de 10 de novembro de 1915, dirigida ao governador civil do distrito da Horta” [d.a.].

³⁶² De acordo com o parecer dos *Bombeiros*, entendia-se necessário, para evitar qualquer sinistro “que todas as portas sejam de abrir para fora, as da rua do Conselheiro Medeiros e as do lado norte que dão para a quinta do mesmo prédio; que a janela junto do balcão ou galeria, seja rasgada, isto é, sem peitoril, abrindo também para fora para facilitar a saída rápida visto que a escada que lhe dá acesso, é estreita e não haver espaço para a alargar; que deve ter uma boca-de-incêndio junto à vidraça da galeria”, cf. BPARJJG, *Associação do Corpo de Bombeiros Voluntários da Horta*, “Parecer, de 18 de novembro de 1915, em resposta a outro do governador civil do distrito da Horta, sob o n.º 84, de 16 do mesmo mês a que se junta o auto de vistoria do salão cinematográfico Éden” [d.a.].

³⁶³ BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, “Processo para a concessão de licença para funcionamento de uma animatógrafo e outros quaisquer géneros de espetáculos, no Salão Éden’ situado na Rua do Conselheiro Medeiros, n.º 17, da cidade da Horta, ilha do Faial” [d.a.].

³⁶⁴ “Salão Éden, *O Telégrafo*, 1919, outubro 23 (7 623), p.3.

³⁶⁵ M., “Um cinema que ressuscita — ‘O Salão-Teatro Éden’ vai reabrir completamente transformado”, *O Telégrafo*, 1924, agosto 13 (8 501), p.1.

³⁶⁶ *Ibid.*

sábados e domingos³⁶⁷, foi encarada com grande entusiasmo tanto pelos proprietários como pelo público.

A par do cinema (mudo) que era acompanhado pela sua orquestra³⁶⁸, de que fez parte o violinista continental, Raul de Oliveira, que para o efeito fora contratado, a direção do *Éden* também abriu as suas portas a outros serões de arte: récitas e concertos³⁶⁹.

Em épocas, certamente de maior dificuldade, o *Éden* seria explorado indistintamente pelo *Fayal Sport Club*, *Sporting da Horta* e *Sociedade Filarmónica Artista Faialense*, que lá realizaram todo um conjunto de iniciativas culturais e recreativas.

Dificuldades várias, a pequenez do meio, o novo conflito mundial, levaram ao seu encerramento na década de 1940³⁷⁰.

3.5. Os clubes desportivos: a nova atração das massas

“A fundação desta simpática sociedade [*Fayal Sport Club*] marca o início de uma época de rejuvenescimento físico para o nosso meio. E na verdade [o clube] tem despertado [...] um apaixonado interesse pelos jogos de campo e exercícios físicos. Constitui isto um grande, um superior benefício para a educação dos filhos desta formosa terra. [...]. As festas desportivas merecem hoje a atenção de todos. Ao recinto dos jogos ocorre toda a cidade e com um interesse e entusiasmo que bem revela que a cidade já criou a necessidade destas diversões. Mas não é este magnífico facto o único que temos a registar nesta singela notícia comemorativa [passagem do 4.º aniversário da sua fundação]. Outro mais alto é necessário lembrar. Foi o *Fayal Sport Club* que levou às outras capitais dos Açores o nosso abraço de irmãos o nosso desejo de confraternização. E a ideia da confraternização ergueu-se do seu sono de anos, floriu pomposamente enchendo o arquipélago de novos perfumes [...]”³⁷¹.

Nos Açores o estudo da prática desportiva está ainda estar por fazer, isto é, “carece de uma historiografia que penetre as suas dimensões antropológica, socioeconómica e cultural”³⁷². No entanto, é possível adiantar que, no tempo em estudo, é notória a prática na cidade da Horta de várias modalidades desportivas: futebol, ténis, basquetebol, natação, water-polo, vela, entre outras, o que levaria a que, com algum exagero, se escrevesse na imprensa faialense que a “Horta [fora] o berço de diversas modalidades desportivas no arquipélago e considerada, muito justamente, a cidade

³⁶⁷ “Palcos & Salas [*Salão Teatro-Éden*]”, *O Telégrafo*, 1924, novembro 12 (8 542), p.1. *Palcos & Salas* rubrica iniciada no jornal *O Telégrafo* em 1923, através da qual se passava em revista todas as iniciativas cinematográficas, teatrais, musicais, matinés e reuniões familiares levadas a cabo pelo *Teatro Faialense*, *Salão Éden*, *Grémio Literário Artista Faialense* e *Sociedade Amor da Pátria*.

³⁶⁸ “Salão-Éden”, *O Telégrafo*, 1924, setembro 24 (8 519), p.1. Por vezes, os filmes eram também acompanhados pelo sexteto Heitor Pimentel.

³⁶⁹ “Concertos de Canto no Salão Éden”, *O Telégrafo*, 1924, dezembro 1 (8 548), p.1.

³⁷⁰ Veja-se José Bettencourt Brum, *Coisas da Nossa Terra* [...], já cit, pp.101-102; Fernando Faria, *Em dias passados* [...], já cit., 262.

³⁷¹ “Fayal Sport Club”, *O Telégrafo*, 1913, janeiro 31 (8 661), p.1.

³⁷² Henrique Melo Barreiros, “Desporto”, *Enciclopédia Açoriana*, já cit.

açoriana do desporto por excelência”³⁷³. As novas modalidades passariam a concorrer com os tradicionais ou populares jogos do pião³⁷⁴, do pingalhão³⁷⁵ e do bilhar.

Todavia, se à família Dabney se atribui a “paternidade” da introdução da “atividade desportiva” na ilha do Faial: equitação, remo, vela e ténis, considerando-se a *Bayader* primeira chalupa que “passeou” pelas águas do canal³⁷⁶.

Mas tudo indica que é a partir de 1889 que a sua afirmação se concretiza com a fundação, a 18 de maio, da primeira agremiação desportiva (literária e educativa) com tais propósitos: o *Ginásio Clube*, por um grupo de “rapazes amigos e harmónicos no pensar”³⁷⁷: Frederico Rodrigo Labescat (que acabara de regressar de França onde fizera os seus estudos), Marcelino de Almeida Lima Jr., a quem seria acometida a tarefa de elaborar os estatutos da secção naval do clube³⁷⁸, Guilherme Dart Ribeiro, Joaquim Rocha Bettencourt, João de Menezes, José de Lacerda Azevedo, Manuel Augusto Emílio (professor de Educação Física do Liceu que daria o seu apoio à iniciativa de Labescat) Eduardo Laemmert Bulcão, Óscar Bettencourt Ribeiro, Alberto Silveira Leal, Rodrigo Alves Guerra Júnior e Roque Maria Neves³⁷⁹, que seriam os subscritores dos seus estatutos aprovados em 24 de dezembro de 1891, pelo Governo Civil do distrito da Horta.

Em atenção às ideias inovadores – “a importância do desporto e do exercício do corpo [...] dentro de um ideal de vida saudável e higiénico”³⁸⁰ – trazidas por Labescat, podemos, concluir que na ilha do Faial figurava uma agremiação desportiva antes de se aderir ao futebol, marcando assim o início de uma estrutura que já podia organizar e

³⁷³ “O Futebol no Faial”, *Correio da Horta*, 1955, dezembro 4 (7 007), p.20; “O Desporto Faialense”, *Ibid.*, 1957, julho 24 (7 502), p.41.

³⁷⁴ Em 1894, verificamos numa local que se pedia a intervenção do administrador do concelho da Horta que “pela sua autoridade” proibisse o jogo do pião nas principais ruas da cidade da Horta, principalmente na alameda da Glória e rua do Conceição, que em muito perturbava os transeuntes, cf. “Notícias Locais”, *O Telégrafo*, 1894, abril 9 (174), p.1.

³⁷⁵ *O Telégrafo*, 1894, outubro 27 (339), p.2. Nesta local, referia-se que os estudantes jogavam este tipo de jogo, sem no entanto referir do que se tratava.

³⁷⁶ Em 1891, o *Ginásio Clube* levou a efeito uma regata, considerada a primeira grande atividade do clube, em honra da família Dabney, que se realizou a 24 de junho, cf. “A Regata”, *O Açoriano*, 1891, junho 28 (24), pp.1-2. Veja-se *O Atlântico*, 1892, maio 22 (1 539), p.1.

³⁷⁷ Veja-se F[lorêncio]. Terra, “Clube Ginástico”, *O Açoriano*, 1891, março 8 (8), p.1; José Machado Serpa, “Ginástica nos Açores [Transcrição do jornal *Correio dos Açores*, de Ponta Delgada]”, *O Açoriano*, 1891, maio 24 (19), pp.1-2.

³⁷⁸ Foi criada e aprovada em assembleia geral de 29 de maio de 1896, exclusivamente para utilidade dos seus sócios, sendo o seu primeiro diretor António Furtado da Silva Jr., f. cO *Açoriano*, 1896, junho 1 (348), pp.1-2; junho 2 (349), p.1; junho 3 (350), pp.1-2.

³⁷⁹ Foram ainda fundadores do clube: António Lopes de Amorim, Carlos Mesquita, José Lopes de Amorim, Manuel Augusto de Ávila e Roberto cf. Mesquita, Marcelino Lima, *Anais do [...]*, já cit., p.512.

³⁸⁰ Susana Serpa Silva, “Sonhos e ideais de vida. [...], já cit., in José Mattoso [dir.], *História da Vida [...]*, vol. IV, pp.382-427.

desenvolver atividades várias como se pode ler nos seus estatutos: “Visa este clube principalmente proporcionar aos seus associados diversos meios de educação física, pelo estudo e prática de todos os exercícios físicos [ginástica, jogos ao ar livre, esgrima, natação, velocipedia, remo, passeios de resistência] capazes de conservar e desenvolver o seu organismo” [art.2.º]³⁸¹.

Para atingir estes fins, o clube não só previa manter um curso regular de ginástica para todos os seus associados [art.4.º], a criação de diferentes secções com vista à regularidade dos exercícios [art. 5.ª] (em ambos os casos previa-se que fossem fiscalizadas por regulamentos próprios [art.6]) e de um conselho técnico, constituído por três elementos, eleitos em assembleia geral [art. 36.º], que entre si nomeariam o presidente, o secretário e o vogal [art. 37.º]. Competia-lhe dar pareceres à direção sobre as atividades das secções e inspecionar e fiscalizar a organização dos cursos instituídos e “formular os programas de ensino”³⁸².

Este passo civilizador da “juventude faialense”, melhor dizendo destes *sportsman* faialenses, viria a interessar a imprensa que não só valorizou a iniciativa como também se transformou num elemento de propaganda do clube junto do público. Por isso, Florêncio Terra, num escrito, n’*O Açoriano*, perante tão louvável iniciativa pedia apenas aos céticos, se ainda tivessem dúvidas, em relação ao que afirmara: “Vão ver”³⁸³.

Com o tempo, a atividade do *Ginásio* assumirá um carácter eclético, em que se combinará a actividade desportiva com projectos de âmbito cultural, e que se reforçará, aquando da sua junção à *Sociedade Luz e Caridade*, na senda do ideal clássico *ad eternum* de “Mens Sana in Corpore Sano”, característica depois prosseguida pelos clubes que adiante se falará: órgão informativo³⁸⁴, saraus e soirées dançantes (duas por ano, uma pelo carnaval (máscaras) e outra pelo Natal), *garden-parties*.

Em 1896, como se referiu no parágrafo anterior, o *Ginásio Clube*, por decisão da direção havia decidido a sua junção com a sociedade supra, com o nome profano do

³⁸¹ BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, Livro de Registo dos Estatutos das diferentes Corporações, 1883-1893 (2), fls.118v.-126v. [119-119v.]: “Estatutos do Ginásio Clube, 1891”.

³⁸² *Ibid.*, fls.124v.-125.

³⁸³ F. Terra, “Clube Ginástico”, *O Açoriano*, 1891, março 8 (8), p.1.

³⁸⁴ A 1 de fevereiro de 1893, sob a direção do *Ginásio*, saía à rua o primeiro número da *Revista Faialense*, publicação quinzenal literária, científica e recreativa, que viria a ser suspensa temporariamente a 9 de julho. Para fazer face às suas despesas e atividades, notamos que em 1894, as mensalidades praticadas, 250 réis, seriam elevadas para 375.

Grémio Literário Faialense, o que se manteria até 31 de janeiro de 1915, data em que ambas as “sociedades” encerraram³⁸⁵.

Ainda em 1896, a 29 de maio, seria criada a secção naval, inaugurada com o escaler *Alcyon*, oferecido pelo Governo, o que em muito contribuiu, depois de aparelhado e armado com seis remos por banda, para a instrução de vela e remo. No ano seguinte, achavam-se inscritas nove embarcações de recreio na secção naval, das quais conseguimos identificar seis: *Alice*, *Rio Tejo*, *Maçarico*, *Augusto Castilho*, *Espadarte* e *Colibri*³⁸⁶.

A secção, de acordo com o artigo 2.º do regulamento, destinava-se a habilitar todos os seus membros na arte de navegar à vela e a remar, a desenvolver o gosto pelas diversões marítimas, a promover e a efetuar a realização de regatas e de passeios marítimos e, caso fosse possível, criar um posto de socorros a náufragos³⁸⁷.

Esta dinâmica naval do *Ginásio* seria secundada por dois acontecimentos que viriam a marcar a vela e remo faialenses, a instalação do cabo submarino, em 1893, cuja influência desportiva, principalmente dos ingleses se fez sentir também nestes desportos³⁸⁸ e a criação, em 1903, da *Junta Local da Liga Naval Portuguesa*³⁸⁹, denominada como uma “agremiação patriótica”, que, graças ao empenho do então capitão do porto da Horta, Jorge Salazar Moscoso, teve uma divulgação ativa de tudo o que pudesse interessar o público pelas coisas do mar.

Doravante, e sobretudo após a I Grande Guerra, os desportos náuticos vão sofrer um enorme incremento, com a organização regular de regatas, em que participam não só portugueses, mas também equipas constituídas pelos telegrafistas das companhias inglesa e alemã, que dispunham de canoas próprias de seis remos, o que originou a realização da que ficou famosamente conhecida por “regata anual”, em que eram, geralmente, contendores as “fortes” equipas do *Fayal Sport* (que possuía duas canoas a *Doris*, que fora da companhia alemã³⁹⁰, e a *Sirius*) e do *Eastern Sports Club*, cujo vencedor era sempre uma incógnita³⁹¹.

³⁸⁵ *O Telégrafo*, “Noticiário”, 1915, fevereiro 1 (6 246), p.2.

³⁸⁶ Cf. Luís Menezes, *A Horta das Regatas e dos Desportos Náuticos*, Horta, [Clube Naval da Horta], 1987, p.4; “Ginásio Clube”, *O Telégrafo*, 1897, julho 7 (1 116), p.2.

³⁸⁷ “Secção Naval do ‘Ginásio Clube da Horta’. Regulamento”, *O Açoriano*, 1896, junho 2 (348), p.1.

³⁸⁸ Sobre a preparação dos remadores da equipa da companhia de cabo inglesa com vista à regata integrada no programa comemorativo da visita régia, veja-se *O Telégrafo*, 1901 maio 20 (2 251), p.2.

³⁸⁹ Os estatutos da *Liga Naval Portuguesa* foram aprovados a 24 de dezembro de 1902 e publicados no jornal *O Telégrafo*, entre 4 de julho (2 866) e 14 (2 874) do mesmo mês de 1903.

³⁹⁰ Os botes da companhia alemã foram adquiridos pelo *Fayal Sport* na sequência dos seus bens terem ido a hasta pública em conformidade com o Tratado de Versalhes, *O Telégrafo*, 1920, março 15 (7 736), p.2; junho 21 (7 809), p.2; julho 10 (7 824), p.3.

³⁹¹ Sobre o certame náutico, que dava início à época desportiva de 1919-1920, organizado pelo *Fayal Sport* e em que participaram o *Sport Club Hortense* e o *Eastern Sports Club*, veja-se “Festa Desportiva”, *O*

Por isso, a sua realização impunha um grande interesse e emoção em toda a cidade, cuja presença “em massa” de público, que se manifestava ruidosamente ao longo da muralha da cortina da cidade, era o melhor exemplo do despique “na toalha líquida da baía embandeirada, a lembrar de algum modo o Tamisa de Oxford e Cambridge!”³⁹². Paralelamente, despertou grande entusiasmo as regatas de remos por tripulações femininas, cuja primeira equipa data de 1905, sendo constituía por Alice Magalhães, Maria Furtado, Hortense Câmara e Helena Câmara, sendo timoneiro Vasco Furtado.

Os programas dos festivais náuticos, geralmente acompanhados por uma filarmónica, eram compostos por provas de remo, de botes catraios, de corridas de canoas baleeiras, de chatas com pás, de jogos aquáticos (caça ao pato, pau ensebado, mergulhos, “pillow-fight”, entre outros) e de natação³⁹³, que contavam também com equipas femininas, de que se destacaram, entre outras, as atletas Maria Pacheco e Margarida Câmara.

O interesse despertado pelos certames náuticos e atléticos levou a que se fizesse uma grande divulgação dos programas, para lá do anúncio da imprensa³⁹⁴.

Todavia, antes de entrarmos, no tempo de expansão dos clubes locais, primeiro quartel do século XX, verificamos que a intenção de se formar um “club-sport” era já anterior à data da fundação do *Ginásio*. Em 1886, por uma local, inserida no jornal *O*

Telégrafo, setembro 7 (8041), p.1. A propósito escrevia-se: “Com o nosso clima entorpecedor e a cavalcada de vícios que desfila por entre a mocidade do meio social moderno, o esforço dos nossos rapazes representa uma obra profícua que já criou raízes, e que se impõe como um baluarte a defender o futuro das nossas gerações”.

³⁹² Tomás Duarte, “Nasceu para ser Grande”, in Armando Amaral & José Bettencourt &, *Fayal Sport Club (1904-1984). 75 Anos. Álbum Comemorativo*, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura/Direção Regional de Educação Física e Desportos, 1988, p.34.

³⁹³ O programa de natação era composto pelas seguintes provas: 84m (livres, costas, bruços e consolação); 100m (livres); 168m (livres e bruços); 200m (livres); 252m (livres); 420m (livres); Estafetas 3X84 e 4X84m, cf. José Bettencourt Brum, *Fayal, Sport Club*, já cit., p.341. Em 14 de setembro de 1924, realizou-se a primeira travessia da doca, numa prova organizada pelo *Fayal Sport*, em regime de competição, que seria ganha pelo atleta C. F. Wrigth, do *Eastern*, com o tempo de 8:13m, seguido dos atletas do clube M. Cândido e José Nóbrega. Participaram ainda mais oito atletas (cinco do *Fayal*, dois do *Sporting* e um do *Eastern*). Dois anos depois, a 2 de agosto, o Faial e o Pico assistiriam à primeira travessia do canal que liga as duas ilhas, proeza conseguida pelo americano S.A. Gustafson, em 5:32h. Este tempo seria substancialmente reduzido, em 1929, quando a atleta do *Sporting*, o surdo-mudo, Manuel Lima percorreu igual distância, a 31 de julho, em 3:6h, cf. Carlos Lobão, *Sporting Club da Horta*, já cit., pp.177-178. Apêndice – Capítulo IV, Gravura 7.

³⁹⁴ “Regata [Programa]”, *O Telégrafo*, 1908, outubro 17(4 414), p.2. O modelo de programa usado, certamente criado pelos ingleses e depois copiado pelos portugueses, assemelhava-se a espécie de folha volante (desdobrável de quatro páginas) de baixo custo para assim mais facilmente chegar a “todos”. Na primeira página, constavam as seguintes referências: clube organizador, prova, dia, hora, membros do júri e árbitros (no atletismo cronometristas e fiscais de pista); na segunda, a lista, por ordem alfabética dos concorrentes e respetivos clubes; na terceira e quarta páginas o programa das provas em que haviam espaços demarcados para quem entendesse colocar o nome do vencedor e respetivo resultado. Na quarta, constava ainda um aviso sobre quem podia estar nos espaços reservados às provas.

Açoriano, notamos que se projetava inaugurar na cidade da Horta um clube com o objetivo de promover a equitação, o “lawn-tennis”, o tiro e outros jogos³⁹⁵.

Gravura 11: Desportistas participantes num festival náutico promovido pelo FSC (1923)



Fonte: Coleção Thiers Lemos.

Nos inícios do século XX, a actividade desportiva ira conhecer grande incremento ao mesmo tempo que se dá a popularização do desporto, em particular, as modalidades com bola – o futebol e o ténis – e a natação. Por outro lado, quando o futebol começou a ser jogado na ilha do Faial, por volta de 1901, graças aos empregados das companhias de cabo³⁹⁶ que desde logo contaram com a cumplicidade de alguns jovens faialenses ou com a oposição da imprensa³⁹⁷, já outros desportos haviam galvanizado, arrebatado o interesse e a paixão de uma determinada faixa dos jovens filhos da elite faialense. Esta também reconhecia no espírito desportivo uma forma de afirmação “do pendor aristocrático de costumes e de regras”³⁹⁸ e de promoção social.

³⁹⁵ “Correio da Semana”, *O Açoriano*, 1886, janeiro 24 (29), p.3.

³⁹⁶ Cf. H.M.W., “Soccer in the Azores”, *The Venture*, Official Organ of the Commercial Cables Staffs’ Association [Azores number], 1928, vol. 2, June (3), p.122.

³⁹⁷ *O Telégrafo*, 1901, outubro 17 (2 972), p.2. Veja-se Henrique Parreirão, As origens do futebol e de outros desportos em Portugal”, in António Reis, *Portugal Contemporâneo*, vol. I, Lisboa, Edições Alfa, 1996, pp.767-772.

³⁹⁸ Henrique Melo Barreiros, “Desporto”, *Enciclopédia Açoriana*, já cit.

Por isso, numa local publicada no jornal *O Faialense*³⁹⁹, verificamos que alguns empregados da estação telegráfica e “alguns rapazes da sociedade faialense” pretendiam associar-se com a intenção de arrendar um terreno onde “possam apropriar para o estabelecimento do football”⁴⁰⁰. A nova modalidade já ganhara os seus adeptos.

Todavia, esta iniciativa, ou melhor intenção, não passaria disso, mas não desmobilizaria os praticantes estrangeiros e faialenses, que escolheriam um sítio, bastante central, propício a sintonizar uma prática mais regular com o gradual interesse manifestado pelo público: o largo do infante D. Henrique, sem antes terem de se confrontar com a oposição do jornal *O Telégrafo*:

“Pedimos à polícia que faça proibir no largo do Infante D. Henrique o jogo de ‘football’, ou coisa assim, em que se ocupam alguns menores. Isto, em benefício das pobres arvorezinhas que tanta vontade têm de crescer, em benefício dos bamboleantes fios telegráficos e candeeiros de iluminação, e se, nos permite, em benefício também das caras dos transeuntes”⁴⁰¹.

O entusiasmo à volta de uma modalidade que ia “dando boa conta de si”⁴⁰² convidava a que se encontrasse um sítio mais adequado para se construir um campo. Mas nem os mais afoitos se abalançaram a tal. Por uma única razão: a falta dos meios financeiros necessários.

No entanto, o local viria a surgir na freguesia das Angústias, conhecido por Relvão da Doca, que oferecia todas as condições. Mas havia dois problemas: a devida autorização para ser utilizado e a necessidade de regularizar o piso e de limpar todo o espaço, tarefas que seriam, no entanto, consideradas não só trabalhosas como dispendiosas.

Em 1909, dois dias depois da fundação do *Fayal Sport* (fundado a 2 de fevereiro), o jornal *O Telégrafo* fazia eco de que ao grupo *Sport Faialense* (assim designado pelo jornal) fora concedido um terreno no aterro das pedreiras da Doca “para jogo de futebol”⁴⁰³. Tudo se fez e parece que bem, vindo o clube a receber a devida autorização para utilizar o espaço supra. A sua limpeza e regularização constituíram nos anais da história do *Fayal Sport* uma incomensurável dose de amor ao desporto e ao clube tanto por sócios, adeptos e não adeptos, que se mobilizaram para tal fim.

Em 1921, uma comissão de sócios do *Fayal Sport* organizou-se no sentido de conseguir os fundos necessários para realizar melhoramentos no “campo do ‘Foot-Ball’

³⁹⁹ “Memorando [Foot-Ball]”, *O Faialense*, 1901, fevereiro 10 (67), p.2.

⁴⁰⁰ *O Telégrafo*, 1901, fevereiro 11 (2 176), p.2.

⁴⁰¹ *O Telégrafo*, 1901, outubro 17 (2 972), p.2.

⁴⁰² Henrique Parreirão, “A expansão do futebol e as Olimpíadas”, in António Reis, *Portugal Contemporâneo*, vol. II, Lisboa, Publicações Alfa, 1996, pp. 329-336 [329].

⁴⁰³ “Noticiário”, *O Telégrafo*, 1909, fevereiro 4 (4 301), p.3.

nas Angústias”⁴⁰⁴. A aposta deve ter sido ganha, porque no ano seguinte, e a propósito do resultado da nova intervenção no recinto, iniciada a 8 de março⁴⁰⁵, o clube inaugurava, no dia 16 de outubro de 1921, e não a um de setembro como estava inicialmente previsto, o “seu campo de jogos, com a realização de um certame de ‘Sports Atléticos’, provas de natação, futebol e regata”⁴⁰⁶.

Mas queria-se mais: a cedência definitiva daquele espaço. Este desejo levaria os seus dirigentes a solicitar a intervenção nesse sentido tanto do senador José Machado de Serpa como do Dr. Manuel José da Silva, o que viria a acontecer pela Lei n.º 1 736, de 5 de fevereiro do mesmo ano: “Ao ‘Fayal Sport Club’, [...], é definitivamente cedido o terreno conhecido por Relvão da Doca e que há muito serve de campo de futebol”⁴⁰⁷.

Independentemente das polémicas à volta da introdução do Futebol na ilha do Faial, este estava lançado na cidade da Horta, cujo impulso associativo materializou-se a 2 de fevereiro de 1902, data que assinala a fundação do segundo clube faialense, entretanto, o primeiro clube dedicado ao “Foot-Ball Association”, devido a uma solidariedade já existente: o grupo de amigos. Ou seja, o *Fayal Sport Club* era o resultado do “crer e querer” (divisa adotada depois pelo clube) de um grupo de 21 amigos (“14 estudantes, 3 cabografistas, 1 empregado comercial, 1 tipógrafo, 1 maquinista e 1 barbeiro”⁴⁰⁸). Amigos dos bancos do liceu. Amigos da rua. “Amigos do coração”⁴⁰⁹ que haviam iniciado uma caminhada “tecendo sonhos de glória / [...] / P’ra o nosso lindo FAYAL //”, como se pode ler no hino do clube, da autoria de Ana Adelina Bettencourt da Costa Nunes. Ou então como testemunha, em 1934, o sócio n.º 1, Manuel de Medeiros Tânger:

“Em 2 de fevereiro de 1909, alguns rapazes reuniram-se na cidade da Horta e resolveram fundar um clube para a prática do futebol ‘Associação’, tendo-se tido, desde essa data, a ideia de adicionar outros desportos tais como a natação, remo ‘lawn-tennis’, etc., à medida que o novo clube se fosse consolidando e progredindo”⁴¹⁰.

Apesar da organização de um clube dedicado à prática do futebol vir a tardar na ilha do Faial, notamos que três coisas marcaram o futebol faialense no tempo que medeia o

⁴⁰⁴ Cf. “Sport”, *O Telégrafo*, 1920, dezembro 29 (7 933), p.1.

⁴⁰⁵ Cf. *O Telégrafo*, 1921, março 9 (7 963), p.1.

⁴⁰⁶ Cf. “Faial Sport Club”, *O Telégrafo*, 1921, agosto 3 (3 026), p.1.

⁴⁰⁷ PORTUGAL, *Diário do Governo*, 1.ª Série, 1925, fevereiro 5 (27): “Lei n.º 1 736, de 5 de fevereiro de 1925”. O terreno tinha 120 metros de comprimento e 94 de largura, o que correspondia a 10 400 m². Foi utilizado até o dia 12 de dezembro de 1939, data em que se realizou o último jogo ali efetuado entre o *Sporting da Horta* e o *Atlético*, a contar para a taça Dr. Manuel José da Silva.

⁴⁰⁸ Fernando Faria, “Retalhos da Nossa História - XLIII [Nos 100 anos do Fayal Sport Club]”, *Tribuna das Ilhas*, 2009, janeiro 30 (349), p.9.

⁴⁰⁹ Henrique, Parreirão, “As origens do futebol [...], já cit. in António Rei [dir.], *Portugal Contemporâneo* [...], vol. I, p.771. Sobre o futebol em Portugal, veja-se Homero Serpa e Vítor Serpa, *História do Futebol em Portugal*, [Lisboa], CTT Correios de Portugal, 2004, pp.9-19.

⁴¹⁰ Fayal Sport Club, *Album comemorativo das Bodas de Prata do Fayal Sport Club*, Horta, 1934.

período compreendido entre a fundação do *Fayal Sport Club* e o termo cronológico deste estudo (1926).

Primeira, e como já referimos, o jogo do pontapé na bola espalhou-se, o que significa que a semente fora espalhada em boa terra. Ao espalhar-se o futebol entrara nos hábitos da comunidade, invadira tanto a Horta como as freguesias rurais. O número de praticantes depressa cresceu, assim como a concorrência aos jogos que era enorme. Em suma, o Faial começava a jogar à bola. É neste sentido que se deve entender o clube desportivo, essa afinidade territorial, ideológica, geracional, socioprofissional, simbólica que implica um conjunto de determinações múltiplas, orientadas no sentido de estabelecer laços ou redes de afinidades: “centro de aproximação cívica e de identidade comunitária”⁴¹¹. Esta estrutura organizada, que se assume como um fenómeno social do século XX, irá afirmar-se como o agente intermediário entre a regulamentação e o praticante, assumindo uma cada vez maior complexidade a partir do momento que deixa o ninho da freguesia, da rua, para se ligar à liga (associação) ou à federação de futebol⁴¹².

Segunda, o surgimento de vários agrupamentos que ou tentavam fusões ou soçobravam devido, geralmente, à precariedade organizativa, à falta de campo, aos fracos conhecimentos de ordem técnica e aos problemas de tesouraria.

Terceira, a vulgarização de estrangeirismos que passaram a fazer parte do quotidiano desportivo local, em particular da imprensa: *backs, club, court, football, footballer, forward, goalkeeper, half-back, hockey, lawn-tennis, match, shot, sport, sportman*⁴¹³ e *team*.

Por isso, é inegável que a institucionalização associativa jogou um papel crucial para o desenvolvimento da prática desportiva, e no caso faialense, é imprescindível referir também a influência de pessoas vindas de outros meios (França, Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha⁴¹⁴).

Se no período em que se manteve em atividade (1889-1915), o *Ginásio Clube* realizou uma obra assinalável, sobretudo por ter sido capaz de galvanizar os “rapazes”,

⁴¹¹ Henrique Melo Barreiros, “Desporto”, *Enciclopédia Açoriana*, já cit.

⁴¹² Cf. Xavier Pujadas & Carles Santacana, “El Club Deportivo como Marco de Sociabilidade en Espana. Uma Visión Histórica (1850-1975)”, *Hispania*, vol. LXIII (2), 2003 (214), pp.505-522 [507]; Henrique Melo Barreiros, “Desporto”, *Enciclopédia Açoriana*, já cit.

⁴¹³ “O moderno *sportsman* era encarado como o indivíduo com tempo e meios disponíveis para actividades que promoviam a saúde, enquanto se divertia”, Susana Serpa Silva, “Sonhos e ideais de vida. [...], já cit., in José Mattoso [dir.], *História da Vida* [...], vol. IV, p.419.

⁴¹⁴ Cf. Xavier Pujadas & Carles Santacana, “El Club Deportivo [...], já cit., *Hispania*, vol. LXIII (2), 2003 (214), pp.505-506.

primeiro, depois a restante sociedade hortense, o *Fayal Sport Club* fez escola⁴¹⁵ pela sua actividade ecléctica, pela sua solidez organizativa e pelas figuras de relevo que o dirigiram. Criou raízes. Por isso, justamente considerado, pela sua “obra eminentemente educativa pela prática e propaganda científica dos desportos”, instituição de utilidade pública, por despacho de 22 de julho de 1926⁴¹⁶. A sua atividade eclética passou a fazer parte integrante dos rapazes da Horta, ao mesmo tempo que os incentivou a novos projetos associativos.

O futebol tornou-se a primeira modalidade praticada, mas outras estavam na mente dos seus fundadores – o remo, o ténis⁴¹⁷, como o seu emblema bem indica –, o hóquei em campo⁴¹⁸, o atletismo, outra página de ouro na história do clube, que o levaria, logo em 1911, à realização de uma série de torneios anuais, e a bola batida, considerado um jogo genuinamente faialense⁴¹⁹.

O entusiasmo que o *Fayal Sport* despertou na mocidade hortense, levou a que, em 1910, se fundasse um novo clube na cidade da Horta, o *Horta Futebol Club*, cuja curiosidade residia no facto de ter também um “team” infantil⁴²⁰; e que em 1912 (abril) se deslocasse à ilha de São Miguel, numa digressão saldada por um êxito tanto desportivo⁴²¹ como social, no que viria a constituir o “primeiro” confronto desportivo inter-ilhas. No mês seguinte, rumaria em direção à ilha Terceira a convite do *Angra Futebol Club*, numa excursão que integrou também um grupo de teatro⁴²².

No ano seguinte, voltaria novamente à ilha do Arcanjo, onde participou no congresso da confraternização açoriana. Conquista o título de 1.º campeão açoriano de futebol, depois de vencer o *Angra Sport* e o *Sport Club A Sombra*, respetivamente, por 4-1 e 3-0. A chegada à Horta revestiu-se de grande brilhantismo. Ali estava o I Campeão dos Açores.

O entusiasmo, embora cortado pelo deflagrar da I Guerra Mundial, viria a recrudescer a partir dos inícios da década de vinte. Assim, em 1921 (junho), deslocar-se-ia

⁴¹⁵ “Faial Sport Club”, *O Telégrafo*, 1921, fevereiro 4 (7 949), p.1.

⁴¹⁶ PORTUGAL, *Diário do Governo*, II Série, 1926, julho 29 (76).

⁴¹⁷ Em 1933, existiam na cidade da Horta nove campos de ténis: dois do *Fayal Sport*, um do *Sporting da Horta* e seis das companhias de cabo (*Western*, dois; alemã, um, *Eastern*, dois e *Commercial*, um), cf. *O Desporto na Horta*, Horta, Horta Desportiva, 1933, p.13. Na imprensa faialense existem referência a outras atividades como o *rugby* e o *baseball*, cujos intervenientes utilizavam o campo do Relvão da Doca. Sobre a partida de *baseball* entre marinheiros e tripulantes do vaso de guerra americano *Ranger*, veja-se “Noticiário”, *O Telégrafo*, 1912, junho 12 (5 471), p.3.

⁴¹⁸ “Noticiário”, *O Telégrafo*, 1912, maio 22 (5 462), p.3; maio 31 (5 465), p. 2.

⁴¹⁹ *O Telégrafo*, 1921, março 30 (7 972), p.3.

⁴²⁰ *A Justiça*, 1911, janeiro 2 (92), p.2.

⁴²¹ “Festa interinsular”, *Porto da Horta*, 1912, abril 23 (138), p.1.

⁴²² Cf. “Confraternização açoriana”, *Porto da Horta*, 1912, junho 28 (186), pp.1-2; “Excursionismo. Sport”, *Porto da Horta*, 1912, maio 21 (138), pp.1-2.

à ilha Terceira, a convite da *União Sportiva dos Empregados do Comércio de Angra*⁴²³; em 1924 (abril), a Ponta Delgada, a convite da *Associação de Futebol* local⁴²⁴. Acompanhou o clube nesta deslocação a filarmónica *Artista Faialense*; no ano seguinte, 1925, depois de receber a *Seleção da Liga de Educação Física de Angra*, em abril, o *Fayal Sport* realizava uma nova deslocação à Terceira.

Em 1926, seria a vez do *Sporting Clube da Horta* entrar nestas andanças desportivas interinsulares, quando, em maio, se deslocou à ilha de São Miguel, a convite do *Clube União Sportiva*⁴²⁵.

Realçamos ainda a presença de equipas da ilha do Faial que, por diversas vezes, se deslocaram à ilha do Pico, em particular a inauguração do campo de futebol do *Pico Sport Clube*, na vila da Madalena, cujo primeiro encontro aí realizado pôs frente a frente o *Fayal Sport Club* e o *Eastern Sports Club*⁴²⁶; e à ilha de São Jorge (vila das Velas), em 1919, com o objetivo de ali “exibirem o referido jogo e tentarem organizar um grupo para futuros trabalhos neste género de ‘sport’”⁴²⁷.

Todavia, verificamos, dentro deste propósito de confraternização interinsular, que em maio de 1924 se realizou em Ponta Delgada, o primeiro campeonato açoriano de futebol entre os três Liceus do arquipélago: Manuel de Arriaga⁴²⁸ (Horta), Antero de Quental (Ponta Delgada) e D. João de Castro (Terceira). Saiu vencedor o Liceu Antero de Quental⁴²⁹.

O alvitre para a sua realização partiu do reitor do liceu micaelense, Dr. Jeremias da Costa, que tinha como objetivos que o campeonato, mais do que um confronto desportivo, constituísse, à semelhança do que já acontecera a nível de clubes, um meio de criar entre todas as ilhas dos Açores, representadas pelos estudantes das três academias, “os laços de camaradagem e de amizade que hão de nortear depois os que, hoje moços, serão os dirigentes de amanhã”⁴³⁰. Esta seria mais uma forma de aproximação de um

⁴²³ “Fayal Sport Club”, *A Democracia*, 1921, maio 24 (1 405), p.1.

⁴²⁴ Cf. João Pacheco de Melo, *Subsídios para a História da Associação de Futebol de Ponta Delgada. A Associação de Foot-Ball de San Miguel*, Ponta Delgada, Associação de Futebol, Ponta Delgada, 2006, pp.20-21; “Vida Desportiva. A ida do Faial Sport Clube a Ponta Delgada”, *O Telégrafo*, 1924, março 26 (8 441), p1.

⁴²⁵ Cf. Carlos Lobão, *Sporting Club da Horta* [...], já cit., p.161.

⁴²⁶ Cf. José Bettencourt Brum, *Fayal Sport Club* [...], já cit., p.169.

⁴²⁷ “Confraternização açoriana. Em S. Jorge”, *O Telégrafo*, 1919, agosto 5 (7 556), pp.2-3.

⁴²⁸ A primeira referência a uma equipa do Liceu da Horta data de 1909, “Noticiário”, *O Telégrafo*, 1909, novembro 2 (4 717), p.2. Apêndice – Capítulo IV, Gravura 8.

⁴²⁹ Sobre o assunto, veja-se *Os Açores. Revista Ilustrada*, 1925, abril (11), pnn.; *O Telégrafo*, 1924, junho 2 (8 470), p.1. O jornal referia apenas que de Ponta Delgada regressara “o ‘team do nosso liceu, que perdeu”.

⁴³⁰ *Ibid.*

“povo” que a descontinuidade territorial havia mantido e conservado “num lamentável isolamento”⁴³¹.

Para o sucesso desta iniciativa, o reitor Jeremias da Costa havia apresentado um projeto de estatutos da *Associação Desportiva Inter-Ilhas Açorianas* aos congêneres da Horta e Angra do Heroísmo. Visavam os estatutos, caso fossem aprovados, regular as festas escolares a realizar entre os alunos dos três liceus. A este propósito, o Conselho Escolar do liceu faialense, na sua reunião de 15 de maio, aprovou a proposta que lhe fora enviada⁴³². Esta “interessante iniciativa”⁴³³ de confraternização insular (escolar) ficou-se apenas pelo ano de 1924, um vez que, sobre o assunto, nada mais se disse.

Por outro lado, verificamos que a ilha do Faial também viria a receber duas embaixadas desportivas da ilha Terceira, uma em 1922 e outra em 1925.

Mas talvez, o maior acontecimento desportivo nos anais do *Fayal Sport Club* e do desporto faialense, um dos maiores registos da sua história, foi a apoteótica visita⁴³⁴ em junho de 1922⁴³⁵, da equipa continental do *Casa Pia Atlético Club*, vencedora, na época de 1920-1921 do campeonato distrital de Lisboa (sem qualquer derrota), numa altura em que era dada como certa a vinda do *Sporting Clube de Portugal*, campeão nacional⁴³⁶.

O *Fayal Sport Club* encarou a vinda de uma equipa continental com muito cuidado, começando desde logo a sua direção por convidar R. A. Peck para dirigir a preparação da equipa⁴³⁷. Este em entrevista ao jornal *O Telégrafo*, afirmaria que o clube teria muito a ganhar, isto é, se o *Fayal* jogasse bem, passaria a ser conhecido nos centros desportivos do País, despertando em outros clubes o desejo de nos visitar”⁴³⁸.

Na véspera do primeiro jogo, num pequeno artigo da sua autoria, Peck deixava um conjunto de recomendações tanto aos jogadores como ao público.

Aos primeiros, pedia uma exemplar conduta em campo, ao recordar que tal como eles, os jogadores casapianos “são vossos hóspedes no campo de futebol, tanto quanto o

⁴³¹ *Ibid.*

⁴³² Cf. José Benarús, *O 1.º Centenário* [...], já cit., p.58.

⁴³³ *Ibid.*

⁴³⁴ Cf. José Bettencourt Brum, *Fayal Sport Club* [...], já cit., pp.160-167; “Três grandes desafios de ‘football’ no Faial!”, *A Democracia*, 1922, junho 10 (1 370), p.1; “O Casa Pia Atlético Club vem este mês ao Faial”, *Ibid.*, 1922, junho 14 (1 371), p.1.

⁴³⁵ A equipa do *Casa Pia* chegou à Horta no dia 23 de junho, a bordo do navio *Roma*, e deixou o Faial a 1 de julho, no vapor *Lima*, cf. “Casa Pia Atlético Club no Faial”, *O Telégrafo*, 1922, junho 22 (8 166), p.1; “A chegada do Casa Pia à Horta”, *Ibid.*, 1922, junho 30 (8 169), p.1; “Casa Pia Atlético Club”, *Ibid.*, 1922, julho 3 (8 170), p.1.

⁴³⁶ “Sporting Club. Desafio Sensacional”, *O Telégrafo*, 1922, maio 8 (8 146), pp.1-2.

⁴³⁷ “Football”, *O Telégrafo*, maio 26 (8 154), p.1.

⁴³⁸ “Sporting Clube de Portugal no Faial [conclusão]”, *O Telégrafo*, 1922, maio 31 (8 156), p.1.

seriam em vossas próprias casas”, evitando, por isso, qualquer atitude hostil. Ao público, chamava a atenção, por um lado, para que sendo a equipa continental “nossa visitante”, qualquer atitude menos correta podia contribuir para que levasse má impressão da ilha e das suas gentes, e, por outro, que apoiassem e aplaudissem os jogadores de ambas as equipas. Se assim fosse, não teria dúvidas que as boas fases dos jogos iriam merecer do público faialense os devidos elogios e aplausos. Quanto às atuações de cada jogador, de cada setor e da equipa no seu conjunto eram assim descritos:

“Aos avançados direi: passagens rápidas, ‘shots’ rápidos em todas as oportunidades. Aos médios: marcai bem os adversários; o médio direito, o extremo avançado esquerdo; o extremo avançado direito, o médio centro, o avançado centro. Auxiliai bem os defesas, e no ataque apoiiai bem os avançados e chutai sempre que haja uma boa ocasião. Aos defesas: sangue frio, rapidez. Ao guarda-redes: os olhos bem abertos!”⁴³⁹.

Por isso, o ambiente à volta da presença da equipa e das três partidas previstas era de grande entusiasmo e euforia, como o atestam tanto as diferentes homenagens e manifestações de cortesia que foram feitas à equipa⁴⁴⁰ como a presença do público em todos os jogos que encheu por completo o Relvão da Doca, mas também as imediações do campo (cabeço das Moças, pedreiras da Doca e monte Queimado). O que era importante era apreciar o jogo. A distância não seria obstáculo.

De acordo com as crónicas, calculou-se que a assistência ao primeiro jogo ultrapassou as cinco mil pessoas⁴⁴¹; no segundo, “uma assistência de alguns milhares de pessoas”⁴⁴²; e no terceiro, “uma assistência ainda superior à de domingo [1.º jogo]”⁴⁴³. Estas “multidões” demonstram que os faialenses foram sensíveis à presença da equipa continental, ocorrendo em massa aos diferentes “matches” ao mesmo tempo que constituiu um prova evidente de que a Horta foi, como já se referiu anteriormente, a capital do desporto açoriano, devido a uma prática desportiva que atingia um nível superior às outras duas cidades capitais de distrito, particularmente no futebol como atestam os confrontos futebolísticos entre o *Fayal Sport* e as equipas de São Miguel e Terceira, o que levaria Cândido de Oliveira, a propósito, numa longa entrevista ao jornal *O Telégrafo*, a declarar:

“O futebol no Faial, pelo que dele conheci e pelo que foi possível observar nestas três agradáveis partidas, adquiriu já um desenvolvimento que muito deve lisonjear os faialenses. E levo, até, desta visita, a impressão que dentro em alguns anos o futebol faialense não

⁴³⁹ R.A. Peck, “Ao primeiro grupo do ‘Fayal Sport Club’ e ao Público”, *O Telégrafo*, 1922, junho 22 (8 166), p.2.

⁴⁴⁰ “Em honra do Casa Pia”, *A Democracia*, 1922, julho 1 (1 578), p.1.

⁴⁴¹ “Football”, *O Telégrafo*, 1922, junho 26 (8 167), p.1.

⁴⁴² *A Democracia*, 1922, junho 30 (1 577), p.1.

⁴⁴³ “O Casa Pia Atlético Clube no Faial”, *A Democracia*, 1922, junho 30 (1 577), p.1.

representará não só um valor que não devemos desprezar, no Continente, mas, também um dos mais vigorosos esteios deste belo desporto no nosso País”⁴⁴⁴.

A equipa casapiana realizou três jogos na cidade da Horta, obtendo duas vitórias (2-0 e 4-1) e um empate (0-0)⁴⁴⁵. Da leitura da imprensa registam-se a boa réplica dada pelos faialenses, confirmada pelo empate conseguido no terceiro jogo; e a emoção que despertou o golo marcado por Júlio de Andrade (2.º jogo) que, a vinte minutos do fim do encontro, como nos relata, de forma minuciosa e deliciosa, o articulista do jornal *A Democracia*:

“[Depois de se apoderar da bola], foge pela esquerda numa corrida vertiginosa, e sempre em linha reta sem se desviar de ninguém, passa além dos defesas do Casa Pia e com um pontapé soberbo, cola a bola às redes casapianas. A assistência que de pé, eletrizada, delira de entusiasmo, e até que a bola volta ao centro, as palmas parece não terem fim”⁴⁴⁶.

... e a maneira cordial e as muitas manifestações de estima de que foi alvo a equipa continental, o que levaria Cândido de Oliveira a escrever num postal endereçado, de bordo do vapor *Lima*, a Luís Morisson: “Passamos bons bocados a recordar-vos e à vossa terra [...]. Todos eles têm muitas saudades daí e comigo sucede outro tanto. Muito gostaria que em vez de nove dias aí pudéssemos passar um ou dois meses”⁴⁴⁷.

Numa altura em que a localmente a realidade futebolista se ficava pela rivalidade ou pela rotina entre portugueses e estrangeiros ou entre portugueses e portugueses, melhor dizendo um círculo vicioso em que os intervenientes se esforçavam em suadas tardes no Relvão da Doca, verificamos que em 1921 surgiu o *Sport Club Hortense*, que seria saudado efusivamente pela imprensa faialense⁴⁴⁸.

Se a fundação deste clube despertou novos entusiasmos, a vinda do *Casa Pia* seria, em nosso entender, o novo “fogo” que permitiu incendiar o amor pela prática futebolística e que serviu de rastilho para lançar novas sementes, novos empreendimentos associativos de que viriam a resultar em 1922, o *Angústias Atlético Clube*; em 1923, o *Sporting Club da Horta* e o grupo dos *Bombeiros Voluntários Faialenses*; em 1924, o *Sport Operário Lusitano*⁴⁴⁹, o *British Football Club*⁴⁵⁰ e o *Western Union Athletic Club*⁴⁵¹, e a

⁴⁴⁴ “Casa Pia Atlético Club”, *O Telégrafo*, 1922, julho 3 (8 170), p.1. Apêndice – Capítulo IV, Gravura 9.

⁴⁴⁵ “No 1.º encontro, domingo o Casa Pia vence o F.S.C. por 2-0”, *A Democracia*, 1922, junho 27 (1 576), p.1; “No 2.º encontro o Casa Pia vence o Fayal Sport Club por 4 bolas a 1”, *Ibid.*, 1922, junho 30 (1 577); p.1; “Casa Pia Atlético Club – Fayal Sport Club. 3.º encontro – empate a 0 golos”, *O Telégrafo*, 1922, junho (8 169), p.1. Os jogos realizaram-se nos dias 25, 27 e 29 de junho.

⁴⁴⁶ *A Democracia*, 1922, junho 30 (1 577), p.1.

⁴⁴⁷ “A presença do Casa Pia no Faial”, *O Telégrafo*, 2003, março 17 (29 118), pp.1 e 7.

⁴⁴⁸ *O Telégrafo*, 1921, março 21 (7 968), p.2.

⁴⁴⁹ “Acaba de constituir-se mais uma associação desportiva na cidade da Horta o *Sport Operário Lusitano*, presidida por Leonildo Peixoto da Silva. Fins: desenvolver a educação física, moral e intelectual dos seus associados”, *O Telégrafo*, 1924, setembro 12 (8 514), p.2.

reorganização do *Eastern*; em 1925, o *Lombeguense Futebol Clube* (da freguesia de Castelo Branco), o *Grupo do Areeiro* (freguesia do Capelo), o *Grupo da Praia do Norte* e o *Commercial Cable Company*; em 1926, o *Vitória Sport Clube* e o *Rasga Sport Clube* (ambos na cidade da Horta), o *Grupo da Ribeirinha*, o *Grupo de Pedro Miguel* e o *Grupo dos Cedros*.

De todos eles daremos apenas particular relevo, e em atenção à documentação disponível, ao *Angústias Atlético Clube* e ao *Sporting Clube da Horta*, que a par do *Fayal Sport* ainda se mantêm no presente.

O *Angústias Atlético Clube* emergiu no seio da “populosa e laboriosa” freguesia das Angústias, de características acentuadamente populares, ao qual estaria reservado um brilhante futuro. Meses depois, no coração da cidade da Horta, na freguesia da Matriz, um grupo de jovens, novamente eles, formaram uma sociedade desportiva, o *Sporting Clube da Horta*, de forte pendor eclético, não só dedicada à prática de várias modalidades desportivas e, ponto de honra, com uma forte vertente virada para as atividades intelectuais e artísticas.

O primeiro foi, de acordo com a nossa investigação, constituído a 31 de dezembro de 1922⁴⁵⁰. Todavia, na tradição do clube a data oficial da fundação é 6 de janeiro de 1923, confirmada pelos primeiros estatutos, de 28 de agosto do mesmo ano⁴⁵³. Não conseguimos apurar a razão.

⁴⁵⁰ BPARJJG, *British Football Club*, “Ofício, de 8 de outubro de 1924, enviado ao governador civil do distrito da Horta”. Neste ofício o presidente da direção informava, de acordo com o preceituado na Lei de 14 de fevereiro de 1907, “que existe organizada nesta cidade, tendo a sua sede na rua Cônsul Dabney, uma associação desportiva denominada ‘British Football Club’”.

⁴⁵¹ BPARJJG, *Western Union Athletic Club*, “Ofício, de 2 de outubro de 1924, enviado ao governador civil do distrito da Horta”. Neste ofício o presidente da direção, G. Mackay, informava, de acordo com e preceituado na Lei de 14 de fevereiro de 1907, “que se acha constituído nesta cidade uma associação desportiva denominada [...], com sede no lado norte do edifício da ‘Fayal Coal’, na rua Vasco da Gama”.

⁴⁵² Num convite publicado no jornal *A Democracia*, 1922, dezembro 30 (1 656), p.2, convocavam-se para uma reunião a realizar “amanhã pelas 12 horas, nos baixos da casa n.º 50 da Rua Conde de Ávila”, todos os indivíduos que se quisessem “inscrever no “clube de sport, que se está organizando nas Angústias”. Com data de 5 de janeiro, no mesmo jornal escrevia-se: “A nova sociedade desportiva que se organizou na freguesia das Angústias denomina-se Angústias Atlético Clube e já tem formado dois ‘teams’ de futebol”, *A Democracia*, 1923, janeiro 5 (1 659), p.1.

⁴⁵³ BPARJJG, *Angústias Atlético Clube*, Estatutos, 1923, fls.1-2. Estatutos aprovados pelo alvará do governador civil substituto, Delfim José Rodrigues Braga, de 28 de agosto de 1923. De acordo com os estatutos eram do clube: “Promover por todos os modos o desenvolvimento e a prática dos desportos atléticos pela criação de escolas de prática e teoria (art. 1.º)”. “As escolas podiam ser frequentadas, além dos associados do clube, por todos os alunos das escolas de instrução primária geral tanto oficiais como particulares da freguesia (art. 3.º). Tipos de sócios: honorários, efetivos, correspondentes e protegidos (todos aqueles que pela sua situação económica não puderem pagar a quota mensal, e que a direção entenda serem úteis ao clube, perdendo só a qualidade de eleitores e de elegíveis (art. 4.º). Apêndice – Capítulo IV, Gravura 10.

O *Angústias*, vulgarizado *Atlético* ou alvinegros, tornou-se o pulmão respiratório e tonificante do meio social da freguesia das Angústias. A sua afirmação, como prova a concessão, pelo decreto de 20 de agosto de 1925, do título de Instituição de Utilidade Pública, resultou de ter sido capaz de enredar tudo e todos com os seus tentáculos, como o já fizera o *Fayal Sport* e como o fará o *Sporting da Horta*, num ecletismo, que passou pelo desporto, pelo teatro, pela música, pelo convívio social, pela filantropia. O que nos permite concluir que o “sport” também comportava um significado cultural para além do sentido desportivo.

A partir da década de trinta do século XX, o clube impor-se-ia aos seus pares, vindo nas décadas seguintes a ser considerado uma das maiores expressões do associativismo faialense e açoriano, ao tomar, em particular, a dianteira desportiva.

Por outro lado, a 28 de maio de 1923, bem no centro da cidade da Horta, um grupo de “novos deliberou fundar uma nova agremiação desportiva, um clube de “Elite”, com secções de ciências, letras, arte e desporto, com o nome de *Sporting Club da Horta*. Isto é, tinham como principal preocupação que o clube não estagnasse numa simples agremiação desportiva, o que se tornou no traço diferencial que o distinguiu das outras agremiações congêneres faialenses e açorianas, bem vincado na sua divisa: “Mens Sana in Corpore Sano”, assim consagrada no artigo 4.º dos seus estatutos: “São fins deste clube promover e desenvolver a educação física, moral e intelectual dos seus sócios e da sociedade portuguesa em geral, quer agindo isoladamente quer colaborando com outras entidades e associações congêneres”⁴⁵⁴. Mas para a sua realização logo se adiantavam, em atenção aos seus recursos, as atividades a desenvolver que passavam pela organização de conferências, aulas de ginástica⁴⁵⁵, jogos recreativos e desportivos e a instituição de uma “Caixa de Assistência aos associados pobres, com a finalidade de os acudir em caso de doença”⁴⁵⁶.

Apesar das dificuldades, os dirigentes do *Sporting* foram sempre capazes de nunca perder o justo equilíbrio ente o corpo e a mente, fazendo companhia da força a

⁴⁵⁴ ASCH, *Sporting Club da Horta*, Estatutos, 1923, fls.1-1v.

⁴⁵⁵ Atividade desde logo acarinhada pelo clube. Em 1925, o clube convidou o tenente Henrique Galvão, professor de Educação Física da Escola de Mafra, a ministrar um curso que seria constituído por três partes: Preparação pedagógica; Preparação Desportiva; Ginástica Médica. A sua presença, entre 15 de setembro e 16 de outubro, além do curso, permitiu ainda a realização de diversos saraus e palestras, cf. Carlos Lobão, *Sporting Club da Horta* [...], já cit., pp.165-166.

⁴⁵⁶ ASCH, *Sporting Club da Horta*, Estatutos, 1923, fls.2-3.

fraternidade⁴⁵⁷, do amor a igualdade, da dedicação a lealdade como bem explicitou tanto o poeta Osório Goulart⁴⁵⁸ como o major Álvaro Soares de Melo:

“Fazia-se sentir na nossa terra a falta de um clube que praticasse diversos ‘sports’ por uma forma racional, metódica e científica. Porque a prática exclusiva de um exercício, desenvolvendo certos órgãos em detrimento de outros, em vez de corrigir e melhorar, deforma. O ‘Sporting’ veio preencher essa lacuna. Concretizando: teremos uma secção de ciências, letras e artes e outra de ‘sport’. Praticaremos o ténis, o futebol, o ‘crocket’, a patinagem, a equitação, canoagem, natação, tiro e ciclismo, etc.”⁴⁵⁹

Sintomático dessa estratégia foi a organização da estrutura diretiva e das diferentes secções, da direção presidida pelo major Melo, para o ano de 1924-1925, que seriam constituídas por nomes sonantes e destacados do meio faialense. Assim, ficaram constituídas as seguintes comissões técnicas do clube, a saber: remo, atletismo, futebol, natação, ténis⁴⁶⁰ e tiro. A secção de ciências, letras e artes ficaria a cargo de Silvina de Sousa, Marcelino Lima, Francisco Garcia da Rosa e Heitor Cabral⁴⁶¹.

Outra consequência da vinda do *Casa Pia* à Horta, da fundação do *Angústias* e do *Sporting* e da reorganização das equipas das companhias de cabo, foi a fundação, em novembro de 1924, da *Liga de Futebol da Horta*. Isto quer dizer que localmente se sentia a necessidade de um organismo de base associativa que pudesse orientar o futebol faialense, dando assim a necessária estabilidade aos clubes existentes, ao mesmo tempo que permitiria a organização regular de competições.

Até à sua constituição, deparamos que os jogos não “passavam” no essencial de simples encontros de amigos, de relação de semelhantes⁴⁶², e de portugueses com estrangeiros (equipas das companhias de cabo e de navios que faziam escala no porto da Horta). Todavia, pela leitura da imprensa faialense, apurámos ainda mais quatro circunstâncias que estariam na origem da realização de jogos: 1.^a- Quando um *team*

⁴⁵⁷ Numa festa filantrópica realizada, a 5 de outubro de 1924, em favor das três casas de caridade da cidade, remetia a verba de 560\$04 escudos fortes ao governador civil, cf. BPARJJG, *Sporting Club da Horta*, “Ofício de 17 de outubro de 1924, ao governador civil do distrito da Horta” [d.a.].

⁴⁵⁸ “Sporting Club da Horta. Seu emblema. Sua divisa. Sua ação”, *Boletim do Sporting Club da Horta*, 1948, maio 28, p.1. Pelo decreto de 14 de março de 1925, seria considerado Instituição de Utilidade Pública

⁴⁵⁹ “O sport na Horta e a sua evolução [Uma entrevista com o presidente do *Sporting Club da Horta*, Sr. Major Álvaro Melo]”, *A Democracia*, 1923, novembro 8 (1 790), p.1.

⁴⁶⁰ A 30 de março de 1925, iniciou a construção do seu campo de ténis, num terreno cedido pelo Estado.

⁴⁶¹ “Sporting Club da Horta”, *O Faialense*, 1924, julho 20 (20), p.2.

⁴⁶² A este propósito a equipa do *Fayal Sport* tinha quatro categorias que chegavam a jogar umas contra as outras. Dentro da 3.^a categoria, existiam seis equipas, cf. José Bettencourt Brum, *Fayal Sport Club* [...], já cit., p.169. Antes da criação da *Liga*, a época futebolística começava em outubro e terminava em maio por iniciativa do *Fayal Sport*, para, a partir daí, se iniciar a época “naval”. Sobre o início da época de futebol de 1917-1918 (14 de outubro), veja-se “Noticiário”, *O Telégrafo*, 1917, outubro 13 (7 043), p.2.

aceitava o “desafio que lhe fez há dias um grupo”⁴⁶³; 2.^a- quando um *team* pedia desforra (“amanhã desforra entre...”⁴⁶⁴); 3.^a- reatamento de relações entre clubes desavindos⁴⁶⁵; 4.^a- divulgação da modalidade e das suas regras⁴⁶⁶.

Em suma, o novo caminho do futebol faialense era o das competições organizadas por uma entidade que passava a congregar os diferentes clubes. Isto quer dizer que se passara de uma atividade desportiva ligada a um “tempo de ócio”, para outra cuja institucionalização obrigava a novas formas de organização (diretores, arbitragem, associativa)⁴⁶⁷.

A *Liga*, presidida pelo Dr. Luís Caldeira Mendes Saraiva, era constituída por dois delegados de cada um dos diferentes clubes da cidade da Horta que a compunham: *Angústias Atlético Clube*, *British Football Club*, *Fayal Sport Club* e *Sporting Clube da Horta*, e tinha como fins: “Manter a boa prática das regras do futebol *association*, com funções de fiscalização e disciplinares sobre esses clubes e de equilíbrio entre os mesmos”⁴⁶⁸. Entre as épocas de 1924-1925 e 1926-1927, à *Liga* competiu a organização dos campeonatos distritais de 1.^a, 2.^a, 3.^a e 4.^a categorias e das taças *Eduardo Bulcão*, *Faial* e *Carlos Cunha*⁴⁶⁹.

Dificuldades de natureza vária, insubordinação desportiva (abandono de campo das equipas em discordância com o árbitro⁴⁷⁰), inoperância da própria *Liga* (a defesa dos interesses clubísticos em detrimento dos interesses do futebol faialense) e o estado deplorável em que o mesmo futebol ia mergulhando levaram à não realização de provas nas épocas de 1927-1928 e 1928-1929 e à necessidade de se encontrar uma nova

⁴⁶³ “Noticiário”, *O Telégrafo*, 1917, novembro 11 (7 066), p.2; novembro 16 (7 071), p.2; novembro 29 (7 083), p.2.

⁴⁶⁴ Sobre o pedido de desforra ao (2.º team) do FSC por outro constituído pelos melhores jogadores do *Sport Clube Hortense*, veja-se “Football”, *O Telégrafo*, 1921, dezembro 16 (8 085), pp.1-2.

⁴⁶⁵ No caso entre o *Fayal Sport* e o *British*, cf. *O Telégrafo*, 1924, maio 9 (8 460), p.1. O assunto foi resolvido graças à “simpática e inteligente” mediação da direção do *Sporting da Horta*. Por isso, o conflito existente “há meses” entre os dois clubes foi solucionado com “honra para ambas as partes”

⁴⁶⁶ Jogo entre o *Fayal Sport Club* e o *Praiense Sport Club*, realizado a 4 de dezembro de 1910, que serviu “como exercício para o ‘Praiense’, o qual desconhece o campo de jogo e algumas das suas regras”, “Noticiário”, *O Telégrafo*, 1910, dezembro 3 (5 035); p. 3; *Ibid.*, 1910, dezembro 5 (5 036), p.3.

⁴⁶⁷ Cf. Homero Serpa e Vítor Serpa, *História do Futebol [...]*, já cit., pp.9-19.

⁴⁶⁸ BPARJJG, *Liga de Foot-Ball da Horta*, “Ofício n.º1, de 4 de dezembro de 1924, ao governador civil do distrito da Horta [d.a.]. Veja-se Carlos Lobão, *Angústias Atlético Clube [...]*, já cit., p.190.

⁴⁶⁹ No período compreendido entre 1913 (4.º aniversário do FSC, cf. “Football”, *O Telégrafo*, 1913, março 17 (5 697), p.1) e a constituição da *Liga de Futebol da Horta*, verificamos que se disputavam, como forma de dar mais competição ao futebol, anualmente o bronze Machado Serpa (troféu oferecido ao clube pelo senador José Machado de Serpa, para ser disputado pelo seu aniversário, Apêndice – Capítulo IV, Gravura 11) e, periodicamente, as taças “das Damas (1914) ou “das Senhoras “ (1915), “Comércio” (1917), “Rodrigues” (infantis, 1921) e Augusto Terra Jr. (1922). Apêndice – Capítulo IV, Quadro VII.

⁴⁷⁰ Sobre a “insubordinação da equipa do AAC”, veja-se “Vida Desportiva [Futebol]”, *O Telégrafo*, 1926, março 29 (8 751), p.2.

alternativa associativa e organizativa. É assim que surge a *Associação de Futebol da Horta*, fundada a 21 de outubro de 1930⁴⁷¹.

Em síntese, os homens do desporto faialense não se ficaram pela preocupação exclusiva com o desenvolvimento físico, procuraram também que as suas iniciativas assumissem um carácter eclético, com a criação de secções desportivas e culturais, o que significa que tanto o desporto como a cultura estiveram sempre presentes no projeto associativo iniciado pelo *Ginásio Clube* e continuado, principalmente, pelos ditos três clubes da cidade da Horta: *Fayal*, *Angústias* e *Sporting*.

Este ecletismo dos clubes faialenses corrobora o que escrevera Euclides Costa, em 1923, sobre os fins que nortearam a fundação do *Sporting da Horta*. Depois de salientar que o novo clube “não pretende fazer uma coisa nova, mas desenvolver e completar uma obra já iniciada”⁴⁷² e de elogiar o entusiasmo da mocidade pela prática desportiva e pelas suas iniciativas em prol das mesmas, de que relevava a construção de “um campo de jogos tão bom”, adiantava que só por si a prática do “exercício físico deforma e atrofia o espírito”⁴⁷³. Dentro desta interpretação, regozijava-se pelo facto do *Sporting da Horta* visar para lá da formação desportiva a formação de “jovens cultos, inteligentes e morais”, de uma nova geração “para a reivindicação da cidade e do distrito”⁴⁷⁴. De acordo com as suas palavras, “o prestígio das localidades ascende ao valor das suas elites”⁴⁷⁵.

A este espírito não seria alheia a festa que também se assumiu como um fator determinante na vida dos clubes. E esta não significou apenas um meio de proporcionar aos sócios e famílias lazer, distrações, bailes e outros entretenimentos. Assumiu-se também como comemoração (aniversário do clube; implantação da república); como benefício em cujo produto dos seus espectáculos era oferecido iam a quem precisava, principalmente, aos asilos da cidade; e como cultura ao contribuir para a divulgação de artistas e autores locais e nacionais.

Por outro lado, uma agradável nota: a distinta e delicada presença feminina nos *courts* de ténis, no campo de *croquet* e nas provas náuticas, sintoma de que as damas, “senhoras” ou “elegantes” iam gradualmente cortando com a monotonia da vida caseira.

⁴⁷¹ Cf. Carlos Lobão, *Angústias Atlético Clube* [...], já cit., pp.192-193; Manuel Faria de Castro, *Associação de Futebol da Horta. 75 anos ao Serviço do Futebol (1930-2005)*, Horta, Associação de Futebol da Horta, 2005.

⁴⁷² Euclides Costa, “A Minha Opinião”, *O Telégrafo*, novembro 23 (8 388), p.1. Veja-se Zeda, “Crónica Corriqueira!”, *Ibid.*, 1923, dezembro 14 (8 379), p.1.

⁴⁷³ Euclides Costa, “A Minha Opinião”, *O Telégrafo*, novembro 23 (8 388), p.1.

⁴⁷⁴ *Ibid.*

⁴⁷⁵ *Ibid.*

Por isso, onde pararia a vida desportiva, cultural e social dos faialense se os seus clubes não tivessem nascido?

Será difícil dar uma resposta satisfatória. Todavia, não temos dúvidas em afirmar que foram, no tempo em estudo, coletividades que honraram e marcaram a terra e os Açores⁴⁷⁶; que eram formadas por todas as classes sociais; que contribuíram não só para o aperfeiçoamento físico dos “nossos rapazes e dos nossos homens”, como foram sempre um fator educativo e amistoso para a união de todas as classes; que se mostraram sempre disponíveis para todas as iniciativas (filantrópicas e altruístas⁴⁷⁷), servindo até, no caso do *Fayal Sport*, o seu campo de futebol, o relvão da Doca, como destino do “passeio habitual do nosso público além dos dias marcados para os jogos”⁴⁷⁸; que tiveram o condão de aproximar os açorianos. Por fim, foram coletividades que pela tamanha latitude de ação mereceram mais do que a simpatia pública, visto que foram merecedoras do auxílio generoso de todos, do Estado e das comunidades⁴⁷⁹.

3.6. Festividades. Os convívios interinsulares e a “Fraternidade Açoriana”

“Segunda-feira, como sabem, teve lugar nos Flamengos a festa de S. Pedro - aquele velho e bom santo que abre as ‘sortes’ que as meninas deixam ao relento nas vésperas do seu dia, e que abre também, segundo dizem, as portas do céu àqueles que não comeram carne nas sextas-feiras e nos mais dias de preceito. [...] Gostei da procissão. Era de um efeito extraordinário toda aquela grande multidão”⁴⁸⁰.

O calendário é o referencial em relação ao qual colocamos os dias, os meses e os anos. Ele como que ritma e assegura, para lá da temporalidade linear, a regularidade da atividade individual e coletiva. Por isso, as suas divisões estão em consonância com a periodicidade de ritos, de festas e de cerimónias públicas, realidade que levou Jacques Le Goff a relevar que a vida quotidiana de qualquer comunidade depende do seu calendário⁴⁸¹, porque as datas das festas e das comemorações, independentemente da sua natureza, foram fixadas.

⁴⁷⁶ “Clubes Desportivos”, *O Faialense*, 1924, outubro 19 (33), p.2.

⁴⁷⁷ “Clubes Desportivos. Sua influência na Sociedade Faialense”, *O Telégrafo*, 1924, outubro 10 (8 528), p.1.

⁴⁷⁸ “Apelo à Exma, Câmara”, *O Telégrafo*, 1922, janeiro 28 (1 542), p.1.

⁴⁷⁹ Marcelino Lima, “Faial Sport Club”, *O Telégrafo*, 1921, abril 27 (7 985), p.1.

⁴⁸⁰ Manuel Zerbone, *Crónicas Alegres*, 1.º vol., já cit., p.57.

⁴⁸¹ Cf. Jacques Le Goff, *História e Memória*, Campinas, UNICAMP, 1994, pp.245-268. Sobre o assunto, veja-se Rui Cascão, “Vida Quotidiana e Sociabilidade”, já cit., in José Mattoso [dir.], *História de [...]*, vol. V, pp.517-541.

Se assim foi, isto quer significar que elas não são apenas um momento para se festejar, implicam também “civilizar, divulgar, inaugurar”⁴⁸². A festa não é apenas um momento de descontração, de divertimento é também um momento de aprendizagem (carácter pedagógico), de reflexão, de apelo, uma vez que cada data evoca valores e virtudes associados à história, aos “fundamentos do vínculo colectivo” e ao quotidiano de cada sociedade⁴⁸³. Indicam o que deve ser lembrado.

Por isso, a festa, como uma das várias formas de sociabilidade, caracteriza-se pela rutura que instala na ordem dos dias comuns, um tempo fora do tempo, sendo presidida por uma outra forma de experimentar a vida social marcada pelo lúdico, pela exaltação dos sentidos e das emoções, pela lógica do excesso, uma válvula de escape contra a rotina e monotonia do dia-a-dia e pela reunião de grandes contingentes de população, gente (romeiros/peregrinos) que vem de longe e que invade ruas e largos onde se realiza.

A festa é marcada por dois polos que se conjugam no momento da sua efetivação: a cerimónia (o rito propriamente dito) e o da festividade (a efervescência), ou seja, a festa combina em “proporção desigual o júbilo e a finalidade grave”⁴⁸⁴. Tudo é festa durante o tempo da festa.

3.6.1. Festividades Religiosas

A religiosidade dos faialenses e dos açorianos, em geral, é indissociável da presença da igreja (católica) como força estrutural, cujo contributo na organização do espaço e da vivência insular remonta aos inícios do povoamento. Por isso, tornou-se omnipresente nos atos do quotidiano, na educação, na vida familiar, na escola⁴⁸⁵.

Por outro lado, o isolamento das ilhas, as ameaças de vulcões e de tremores de terra não só conduziram ao fortalecimento da sua fé, como permitiram congregar a sociedade insular em torno das paróquias, uma vez que estas se identificavam como espaços sacralizados detentores de ritos, de culto e de orago protetor, cujas festividades ofereciam (em) uma profunda interação entre o profano e o religioso, ao mesmo tempo que motivou novas expressões de religiosidade de que a devoção ao Espírito Santo é exemplo.

⁴⁸² Marcus Levy Albino Bencostta & Ana Paula Martins Pereira, “História, Cultura e Sociabilidades: Representações e Imagens das Festas escolares (Curitiba, 1903-1971)”, in www.facedufu.br/colubhe06/anaais/arquivos346/MarcusLevyAnaPaulaPereira.pdf (consultado em 05-10-2011).

⁴⁸³ CF. Léa Freitas Perez, “Antropologia das efervescências coletivas”, in Mauro Passos [org.], *A Festa na Vida*, Petrópolis, Editora Vozes, 2002, p.15-58 [18].

⁴⁸⁴ *Id.*, p.23.

⁴⁸⁵ Cf. José Miguel Sardica, *O Século XX* [...], já cit., p.29.

Por isso, a sociabilidade religiosa faialense está intimamente relacionada com as “festas do padre” ou da igreja e com as “festas do povo” ou do Espírito Santo,⁴⁸⁶ isto é, a consagração da união que o espaço estabeleceu com a sociedade que o habita, ou como salienta Halbwachs “não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial”⁴⁸⁷.

A religiosidade, a par da insularidade, da ruralidade e da emigração, pode considerar-se um dos eixos estruturadores da história açoriana. A religião, como já foi referido, é omnipresente, é proclamada de uma maneira incontestável, visível no grande número de igrejas, conventos e ermidas.

.As festas do Espírito Santo

“A gente havia de dizer festa da Páscoa ou festa do Natal. Mas Festa, sem mais nada era a do Divino Espírito Santo”⁴⁸⁸.

“É hoje dia de festa rija na Horta. Disseram-nos que há muito tempo fizeram os insulanos voto de que, no caso de se não repetir um tremor de terra que causara grandes prejuízos, seria distribuída anualmente aos pobres, durante certo número de anos, determinada porção de pão, carne, e vinho. O abalo de terra cessou e o voto não só tem sido escrupulosamente cumprido pelos promitentes e pelos seus descendentes, [...]”⁴⁸⁹.

O Espírito Santo está presente na História dos Açores desde os inícios do povoamento.

As festas do Espírito Santo (ou simplesmente a Festa) – apesar da sua diversidade traduzida na máxima popular “Em cada canto o seu Espírito Santo” –, mantêm uma matriz de devoção semelhante ao longo de sete semanas que no entanto se prolongaram de forma abusiva até ao fim do verão. Trata-se de um ritual organizado em honra e louvor à memória da Terceira Pessoa da Santíssima Trindade, representada por uma coroa encimada por uma pomba e uma atitude comunitária de dar um pouco de alegria aos “lares escuros” (prática do exercício da Caridade, esmolando os mais necessitados), porque de acordo com a sabedoria popular “do Espírito Santo ao Natal não há fome, nem frio, mas depois do Natal é que as canas assobiam”⁴⁹⁰. Ou nas loas dos foliões: “Esta mesa está composta / com

⁴⁸⁶ Em 1980, pelo decreto regional n.º 13/80/A, de 21 de agosto, reconhecia-se no culto do Espírito Santo a afirmação da identidade açoriana, da sua filosofia de vida e da sua unidade regional, o que levaria a que se estabelecesse como dia dos Açores a segunda-feira de Espírito Santo, cf. AÇORES, *Jornal Oficial*, I Série, 1980, setembro 9 (30), p.320: “Decreto Regulamentar Regional n.º 13/80/A, de 21 de agosto”.

⁴⁸⁷ Ap. Filomena Silvano, *Antropologia do Espaço*, Oeiras, Celta Editora, 2001, p.13.

⁴⁸⁸ Nunes da Rosa, *Madrugada Entre Ruínas*, já cit., p.70.

⁴⁸⁹ Joseph e Henry Bullar, *Um Inverno nos Açores e um Verão no Vale das Furnas*, 3.ª ed., Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2001 (edição original em inglês de 1841, tradução de João Hickling Anglin), pp.197-200.

⁴⁹⁰ Ap. Carlos Lobão, *Freguesia dos Flamengos* [...], já cit., p.166.

boas toalhas de linho / Em cima delas não falta / Nem pão, nem carne, nem, vinho //”, numa clara “alusão à fertilidade e ao ciclo agrícola de maior produtividade⁴⁹¹.”

Os devotos (irmãos) do Espírito Santo estão organizados em irmandades, entendidas como sociedades, congregações de fins religiosos, constituídas por homens, mulheres e crianças, fiéis católicos, em número ilimitado, que se “assentam” como irmãos independentemente do grau de riqueza, e que mantêm uma relação baseada na vizinhança ou no parentesco. Isto significa que a base sociológica destas irmandades reside numa população que se junta ou por ruas ou por zonas, para celebrar a Festa, o que se tem mantido inalterável ao longo dos tempos.

As irmandades possuem insígnias próprias: coroa (s), estandartes, bandeira e varas e um edifício onde se realizam a maioria das cerimónias no dia da Festa, que tanto podia ser de alvenaria ou em madeira desmontável, e um estatuto regulador da sua atividade, o que as torna independentes da igreja oficial, mas situadas na sua esfera.

A Festa obedece a um ritual preciso e bem elaborado, constando de um conjunto de cerimónias que giram à volta do cortejo (procissão), da missa da coroação, da distribuição de esmolas, do jantar e do arraial e que se circunscreve à volta de três espaços distintos, mas que se complementam: o Império⁴⁹² (onde estão as insígnias da irmandade em altar próprio) e a copeira onde se dá o jantar; o Largo ou a rua onde se realiza, espaço de múltiplas vivências porque permite toda uma espécie de trocas culturais, comerciais e agonísticas, o que levaria Machado Serpa a escrever a propósito: “Ser aquela maré de festa para [as meninas e moças da cidade ou do monte] boa para a pesca com engodo cupidíneo e isca casamenteira”⁴⁹³; e a Igreja Paroquial onde decorrem as cerimónias da Festa, em espacial o ato da coroação.

No concelho da Horta o temor provocado pelas “bocas-de-fogo” do vulcão da Praia do Norte (1672) e das súplicas das populações traduzidas na expressão “livrai-nos, Jesus, do fogo, e dos abalos de terra”, deu origem a que a Câmara da Horta houvesse instituído, pelo auto de 18 de maio daquele ano, a festividade votiva do *Império de Reconhecimento e de Beneficência* vulgo *Império dos Nobres*⁴⁹⁴, que se deveria realizar

⁴⁹¹ Susana Goulart Costa, *Açores. Nove* [...], já cit., p.236.

⁴⁹² No contexto das festas do Espírito Santo a palavra pode significar as festividades dedicadas ao Divino; as irmandades que as promovem; e as diferentes construções em alvenaria ou madeira.

⁴⁹³ José Machado Serpa, *A Fala* das [...], já cit.,

⁴⁹⁴ Considerada a maior e mais alegre festa da cidade, não só pelo aparato, de que se revestia, mas sobretudo porque nela participavam a gente mais rica, mais considerada e mais nobre da população e pelo grande número de esmolas que se distribuía. Em 1894, depois se referir que a festa havia sido bastante concorrida, assistindo a Câmara Municipal, o governador civil substituto e muitos convidados, lamentava-se o facto das

todos os anos, no domingo de Pentecostes, enquanto o mundo durar, a expensas da edilidade (despesas com o culto, procissão, império e distribuição de esmolas pelos pobres e instituições assistenciais da Horta), tomando assim “todos” os moradores da ilha por seu protetor e padroeiro dela o Divino Espírito Santo, o que nos leva a concluir que apesar das circunstâncias, a vida religiosa não deixava de atingir um grau excecional de intensidade, porque como se escrevia em 1912, no jornal *O Telégrafo*:

“A crença e a fé religiosa de um povo não está sujeito [*sic*] a demonstrações científicas e matemáticas. Pode depender da educação; pode a educação modificá-la, mas o que a história clara e terminantemente demonstra é que no meio do perigo eminente, quer no mar ou em terra quando os elementos em pavorosa luta avançam e deixam ruína e morte no seu rasto, o mais cético e descrente dos homens, junta-se ao crente e com ele prostra-se reverente em súplica a um Poder desconhecido, único refúgio naquela hora solene. É a natureza humana. Faltando a esperança, com raras exceções, desaparece coragem e bravata”⁴⁹⁵.

Gravura 12: Império dos Nobres (inícios do século XX)



Fonte: Coleção Thiers Lemos.

A partir de 1912, na sequência da Lei da Separação da Igreja e do Estado de 20 de abril de 1911, que suprimiu quaisquer despesas com o culto (católico) em atenção aos artigos 4.º (“A República não reconhece, não sustenta nem subsidia culto algum”) e 7.º (“[...] os corpos administrativos [...] não podem cumprir direta ou indiretamente quaisquer encargos culturais”), a Câmara da Horta deixou de assumir a sua responsabilidade secular. No entanto, o voto manteve-se uma vez que as despesas passariam para a responsabilidade direta da Irmandade do Império que havia sido constituída em abril de 1845, de acordo

esmolas de pão, carne e vinho que se encontravam sobre as respetivas mesas, terem sido alagadas pela chuva que copiosamente se abateu sobre a cidade, estragando todo o pão que ia ser distribuído pela pobreza, cf. “Notícias”, *O Açoriano*, 1894, maio 27 (21), p.3.

⁴⁹⁵ “O voto a Santo Cristo”, *O Telégrafo*, 1912, janeiro 31 (5 370), pp.1-2.

com os artigos 16.º e 17.º da mesma lei⁴⁹⁶. Quando esta, por qualquer motivo, não podia levar a efeito o cumprimento do voto, verifica-se que a iniciativa passaria para uma comissão de cidadãos organizada para tal fim⁴⁹⁷. Apesar desta situação tanto a presidência e vereação da Câmara como o governador civil nunca deixaram de assistir aos atos inerentes ao voto (distribuição de esmolas, procissão e missa).

Por outro lado, ainda em 1912, por uma Circular da Direção-Geral dos Eclesiásticos, de 19 de agosto, remetida aos governadores civis, constatamos que as Irmandades seriam obrigadas a reformar os seus estatutos⁴⁹⁸, em atenção à nova terminologia decorrente das Leis de 20 de abril de 1911 e de 10 de julho de 1912.

Assim, pela análise de uma série de estatutos aprovados a 3 de maio de 1913, pelo então governador civil do distrito da Horta, Edviges Goulart Prieto, inferimos que em aditamento (constituído por três artigos), comum a todos, estas instituições culturais passavam a ter funções de assistência e de beneficência, socorrendo os pobres da respetiva paróquia. Prevvia-se ainda que as suas despesas com o culto não podiam ultrapassar um terço dos rendimentos totais ou dois terços do que fora gasto com o dito culto, em média, nos últimos cinco anos económicos (art. 39.º da Lei de Separação de 20 de abril de 1911). Finalmente, quanto aos casos omissos, a “Irmandade reger-se-á pelas leis e regulamentos gerais em vigor e especialmente pelo decreto com força de Lei de 20 de abril de 1911”⁴⁹⁹.

⁴⁹⁶ Portal da História de Portugal, in www.arqnet.pt/portal/portugal/.../separaçãodasigrejas.html (consultado em 13-08-2012).

⁴⁹⁷ Em 1915, na sessão da Comissão Administrativa da Câmara da Horta, de 29 de abril, pela leitura da respectiva ata, verifica-se que estiveram presentes “os cidadãos João de Almeida Lima e Manuel Augusto de Ávila” que informaram a edilidade que conjuntamente com “outros cidadãos haviam constituído uma comissão “para realizarem as festas do Espírito Santo, no presente ano, “visto a Câmara não o poder fazer em face da Lei”. Por isso, vinham pedir por empréstimo o edifício do Império de Reconhecimento e Beneficência pertencente ao município, bem como todos os pertences do mesmo Império. A Comissão acedeu ao pedido como tem feito nos anos anteriores”, BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livro de Vereações, 1913-1915 (59), fls.118-126 [125v.-126]. Sobre o cumprimento do voto, veja-se “Noticiário”, *O Telégrafo*, 1915, maio 22 (6 331), p.2; maio 26 (6 332), p.3.

⁴⁹⁸ BPARJJG, *Direção-Geral dos Eclesiásticos*, “Ofício, de 29 de agosto de 1912, ao governador civil do distrito da Horta” [d.a.]. Sobre o assunto, veja-se *Ministério dos Negócios da Justiça e dos Cultos*, “Parecer, de 23 de março de 1915, enviado ao governador civil do distrito da Horta”, [d.a.]; Fernando Catroga, “O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911)”, *Análise Social*, vol. XXIV, 1988 (100), pp.211-273; Arnaldo Madureira, *A Questão Religiosa na I República. Contribuições para uma autópsia*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003; Vítor Neto, “A Questão Religiosa: Estado, Igreja e conflitualidade sócio religiosa”, in Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo, *História da Primeira República* [...], já cit., pp.129-167.

⁴⁹⁹ BPARJJG, *Confraria do Santíssimo e mais reunidas da freguesia de Castelo Branco*, Estatutos, 1913; Estatutos das Irmandades do Divino Espírito Santo da Ramada (Flamengos), do Santíssimo das freguesias do Capelo e dos Cedros, de *Nossa Senhora da Boa Viagem* (Matriz), de *Nossa Senhora das Angústias* e do Santíssimo (Angústias) e de *Santa Bárbara* (Angústias).

Todavia, esta determinação não só não afetou a realização das festas no concelho da Horta como daria azo a que se criassem oito irmandades do Espírito Santo em sete das treze freguesias faialenses⁵⁰⁰.

.As festas da Igreja Católica

Duas formas de expressão do culto católico foram as procissões e as romarias, que constituíam também um momento de convívio para largas camadas da população, ou seja, ao lado da festa privada e familiar (o baptismo, as comunhões e o casamento) e da festa pública, temos a festa em honra dos santos e padroeiros.

Neste contexto, de acordo com Susana Goulart Costa, a religiosidade açoriana manifestou-se ainda em outras duas formas de devoção. Uma em torno da “figura de Cristo”⁵⁰¹ e a segunda na “devoção mariana”⁵⁰²

No primeiro caso, representada na ilha do Faial no culto ao Senhor Santo Cristo que se realiza na freguesia da Praia do Almoxarife, desde 1718 ininterruptamente. No segundo, ilustrada nas diferentes festividades que se realizam em Honra de Maria, sob as designações de Senhora do Rosário (todas as paróquias da ilha), Senhora da Graça (Praia do Almoxarife), da Luz (Flamengos), do Socorro (Salão), das Dores (Praia do Norte), das Angústias (Angústias) e da Ajuda (Pedro Miguel), e que se identificavam com a designação inicial das freguesias.

No primeiro caso, o culto de Santo Cristo, que se realiza na igreja de Nossa Senhora da Graça, seria instituído pela Câmara da Horta pelo auto de 20 de abril de 1718, quando as bocas-de-fogo do vulcão de Santa Luzia ameaçavam a ilha do Faial naquele ano. Por isso, a “sacrossanta e miraculosa imagem se tornou, pelos prodígios que tem obrado, no amparo desta ilha, e refúgio dos seus moradores”⁵⁰³.

Curiosamente, tal como a festividade de Pentecostes, corria por conta da Câmara não só a sua realização como as decorrentes despesas, e deveria realizar-se no dia 1 de fevereiro, considerado dia feriado, “enquanto o mundo durar”. Assim, a festa era constituída por uma missa solene, sermão a preceito, *Te-Deum*, tudo sob os sons de uma “boa orquestra” que acompanhava a capela, uma procissão, entendida como protecção da comunidade, em que a imagem do Cristo Crucificado percorria um caminho, entre a porta

⁵⁰⁰ Matriz (1914 e 1926), Flamengos (1914?), Pedro Miguel (1918), Praia do Almoxarife (1918), Cedros (1921), Conceição (1923) e Angústias (1926).

⁵⁰¹ Cf. Susana Goulart Costa, *Açores. Nove* [...], já cit., p.238.

⁵⁰² *Ibid.* Apêndice – Capítulo IV, Quadro VIII.

⁵⁰³ Veja-se “O Voto de Santo Cristo”, *O Telégrafo*, 1913, janeiro 31 (5 661), p.1.

do templo até ao seu retorno a esse mesmo local, acompanhada pela filarmónica da freguesia, e que “durante o seu inteiro percurso teve o sol a iluminá-la e uma aragem de primavera a bafejá-la! Com prazer, vimos ali o Sr. governador civil, o Sr. administrador do concelho e um avultado número de pessoas de toda a ilha”⁵⁰⁴.

Tal como acontecera com o voto do Petencostes de 1672, também na sequência do art. 4.º da Lei da Separação, verifica-se que em 1912, após 194 anos de cumprimento ininterrupto do voto, a edilidade via-se inibida de representar os munícipes crentes no solene ato. Esta situação não foi impeditiva de se continuar a cumprir a promessa, porque, como se constata através da imprensa local, independente ou republicana, a responsabilidade da festa passaria a ser assumida pela igreja paroquial graças ao empenho do então vigário da freguesia, cônego Feliciano António da Silva Reis (1836-1920⁵⁰⁵), que encontrou os devotos necessários que não desejaram que o voto, por falta de meios, deixasse de ser cumprido, e que se prestaram a assumir as necessárias despesas⁵⁰⁶. A realização continuou “com todo o esplendor perante numerosa assistência de devotos de toda a ilha”⁵⁰⁷. Por seu turno, a comissão executiva municipal, como representante do povo da ilha do Faial, nunca deixou de ser convidada a estar presente ao ato, “a quem os seus antepassados em sinal de *gratidão perpétua*, tinham legado o cumprimento daquele voto”⁵⁰⁸.

O não cumprimento das promessas por parte da edilidade, levaria, em 1927, e numa altura em que estava bem presente na memória de todos o impacto provocado pelo terramoto de 31 de agosto do ano anterior, um grande número de cidadãos, de todas as classes, a apresentar à edilidade uma representação, pedindo “para que sejam integralmente cumpridos os votos feitos pela Câmara [...] em suas sessões de 18 de maio de 1672 e 20 de abril de 1718”⁵⁰⁹.

⁵⁰⁴ “O Voto a Santo Cristo”, *O Telégrafo*, 1912, janeiro 31 (5 370), pp.1-2; fevereiro 3 (5 371), pp.1-2.

⁵⁰⁵ “O Cônego Vigário Silva Reis”, *O Telégrafo*, 1920, junho 26 (7 813), p.1.

⁵⁰⁶ Cf. *O Telégrafo*, 1918, janeiro 8 (7 139), p.2. Nesta edição, o jornal informava que havia recebido a quantia de 1 \$250 réis para auxílio das festas de Santo Cristo da Praia do Almoxarife, e que já a havia feito chegar ao pároco daquela freguesia. Em 1916, no mesmo jornal, e a propósito deste voto, o articulista relevava que a sua realização era sinal de que a fé do povo faialense não se extinguiu ao dar continuidade ao voto dos seus antepassados. Por outro lado, vinha “generosamente com o seu óbolo concorrer para que tal festa votiva se celebre com todo o esplendor”, Um assinante, *Ibid.*, 1916, fevereiro 3 (6 539), p.1.

⁵⁰⁷ Correspondente, “Pelo Campo”, *O Telégrafo*, 1913, fevereiro 9 (6 252), pp.1-2.

⁵⁰⁸ “O Voto a Santo Cristo”, *O Telégrafo*, 1912, fevereiro 3 (5 371), pp.1-2.

⁵⁰⁹ BPARJJG, Câmara Municipal da Horta, Livro de Vereações, 1927 (67), fls. 65v.-73v. [71-72]: “Ata de 21 de abril de 1927”. Veja-se “Pequenas notícias”, *O Telégrafo*, 1927, abril 27 (8 918), p.2. Depois de se congratular com esta iniciativa, “um ato digno de registo”, o articulista escrevia: “[É] de esperar que muito em breve a Câmara da Horta, mande proceder à reconstrução do edificio a que dão o nome de Império dos ‘Nobre’”.

Na sequência desta iniciativa pública de gente de “todas as fações políticas”, a comissão administrativa da Câmara, congratulando-se com tal facto, decidiu solicitar ao governador civil que consultasse o ministro do Interior, se poderia de futuro incluir, legalmente, nos seus orçamentos as verbas necessárias para o cumprimento de ambos os votos. Depois da consulta feita, o governador informava que o ministro havia autorizado a mesma “a cumprir tais votos religiosos”⁵¹⁰.

Assim, a Câmara voltaria a assumir a sua realização a partir do ano seguinte⁵¹¹. Até ao presente, independentemente dos regimes políticos, os mesmos têm sido cumpridos sem interrupções.

No segundo caso, é notória a realização, além das festividades em honra dos respetivos oragos, de outras em honra de Santos e Santas existentes nas paróquias (Senhora do Rosário, São Pedro, de Passos, Corpo de Deus, Sagrado Coração de Jesus, entre outras).

De uma forma geral, estas festividades eram entendidas como edificantes manifestações de religiosidade, cuja afluência à Igreja de pessoas de todas as condições económicas e sociais, as quais percorriam, por vezes, a pé grandes trajectos, era significativa.

A estrutura destas “brilhantes festas” obedecia a um programa composto pelas partes religiosa e profana. Depois da ornamentação do templo e do espaço dos festejos (adro da igreja), do tríduo preparatório, de uma “surpreendente” iluminação à veneziana acompanhada por um bonito fogo-de-artifício e pelos sons de uma ou duas filarmónicas, perante um grande concurso de povo, no dia da festa, realizava-se a missa solene a grande instrumental e sermão alusivo, *Te-Deum*, a que se seguia uma “esplendorosa” procissão que percorria o “costumado giro” vistosamente ornamentado, acompanhada ao som de várias filarmónicas e por uma grande concorrência de povo. Por vezes, acabava por não se realizar devido ao “tempo se haver transtornado”⁵¹². Por isso, ao aproximar-se, em particular as festas do orago, a imprensa realçava: “Reina entusiasmo”⁵¹³.

Apesar da *Lei da Separação* reconhecer a liberdade de culto (o catolicismo deixava ser, de acordo com o art. 2.º, a religião oficial do Estado) e a igreja católica

⁵¹⁰ BPARJJG, Câmara Municipal da Horta, Livro de Vereações, 1927 (67), fls. 86v.-97 [93-95]: “Ata de 12 de maio de 1927”.

⁵¹¹ BPARJJG, Câmara Municipal da Horta, Livro de Vereações, 1927-1928 (69), fls. 77v.-85v. [83-83v.]: “Ata de 26 de janeiro de 1928”. BPARJJG, Câmara Municipal da Horta, Livro de Vereações, 1928 (70), fls. 42-45 [44.]: “Ata de 10 de maio de 1928”.

⁵¹² Veja-se “Noticiário”, *O Telégrafo*, 1921, maio 9 (7 989), p.2.

⁵¹³ “Grandes Festas de Nossa Senhora das Angústias”, *O Telégrafo*, 1921, abril 22 (7 983), p.2.

passar a ser vista como uma agremiação particular a quem aquele concedia, através das autoridades administrativas, a prévia licença para a realização de cerimónias em edifícios que agora lhe pertenciam (art. 89.º, a título precário e gratuito) e de procissões e de outras manifestações exteriores do culto (art. 57.º), verificamos que no concelho da Horta entre 1 de julho de 1911, data em que entrou em vigor a *Lei da Separação*, até 1926, o número de manifestações públicas da igreja católica não diminuiu. Entendemos que isso se deveu àquilo que a própria Lei não deixava de salientar: as autoridades só podiam conceder as devidas autorizações para realização de procissões e outras manifestações de devoção religiosa desde que constituíssem um costume bastante antigo da maioria dos cidadãos (art. 57.⁵¹⁴), o que estava em consonância com a vivência religiosa faialense.

3.6.2. Festividades profanas: o Carnaval

No calendário festivo, deparamos, geralmente, no mês de fevereiro, com o Entrudo⁵¹⁵, ou o Santo Entrudo como era conhecido, uma das formas mais populares de se brincar ao “patife do Carnaval”⁵¹⁶. Festividade que a imprensa faialense não deixaria de assinalar. Ora referia que “o Carnaval promete ser mais animado este ano do que no ano passado”⁵¹⁷. Ora que “foi para nós de um procedimento exemplar”, melhor dizendo “quase que não tivemos entrudo senão na imaginação e nos almanaques; [e, por isso], parece-nos que a cinza, cá para nós, começou este ano no domingo gordo”⁵¹⁸. Se assim era, se o domingo gordo era de cinza, significava que o Carnaval não passara de um “escândalo de pacatez como este não se tinha ainda dado nesta terra”⁵¹⁹.

Outras vezes era entendido e apreciado por ser uma época ruidosa, um perfeito tempo de guerras, em que os “malditos” dos rapazes, como eram apelidados pelos mais sisudos, passeavam pelas ruas constituindo grossos batalhões armados de seringas, a terrível seringa, de limas, de cascas de ovos, de farinha, de feijão, de estalos, devidamente enfileirados e organizados⁵²⁰. A par deles, muitas casas preparavam-se para o combate. Das

⁵¹⁴ Portal da História de Portugal, in www.arqnet.pt/portal/portugal/.../separaçãodasigrejas.html (consultado em 13-08-2012).

⁵¹⁵ Sobre o carnaval faialense, veja-se “Noticiário Local”, *O Açoriano*, 1884, março 2 (26), p.3.

⁵¹⁶ Manuel Zerbone, *Crónicas Alegres*, 1.º vol., já cit., p.18.

⁵¹⁷ “Correio da Semana”, *O Açoriano*, 1890, fevereiro 16 (1), pp.2-3.

⁵¹⁸ “Noticiário Local”, *O Açoriano*, 1884, março 2 (26), p.3.

⁵¹⁹ *Ibid.*

⁵²⁰ “Uma novidade carnavalesca para 1895. No estabelecimento de J. Urbano Gonçalves na rua do Mercado. Máscaras finas para todos os gostos. a saber: – de frades Bernardos Franciscanos, com olhos que arrefiam, bocas que arremedam, etc. Viseira e bigodes. Bisnagas de vários tamanhos contendo finas essências, caixinhas com brilhantina, canudos com papel picado de mil cores, surpresas, estalos chineses, bichas de

janelas despejava-se a água com tudo o que se podia desde púcaros a potes. Em resumo, um dilúvio, uma gritaria, uma autêntica correria e um estalar dos “busca-pés”, uma vez que o objetivo era mesmo molhar e sujar o adversário, num autêntico salve-se quem puder.

Paralelamente surgiam grandes ranchos de mascarados que percorriam as ruas e uma “crítica” (dança), terminando os dias próprios com bailes que, por tradição, acabavam geralmente ao amanhecer para nas noites seguintes tudo renascer com o mesmo entusiasmo. Por isso, quando se acordava na quarta-feira de cinzas tudo era uma tristeza insuportável, uma nostalgia dos dias alegres, “despreocupados dias, estes de galhofa e de divertimento, em que a mocidade se bota por essa ruas a brincar estouvadamente”⁵²¹.

Por outro lado, o medo da água, dos estalos, dos pós, melhor dizendo, o medo de uma diversão dominada pela liberdade e pela ausência momentânea de regras, levaria a que as autoridades administrativas interviessem no sentido de regular a festa carnavalesca através da proibição de certas práticas, sendo penalizados os que desobedecessem. Por isso, na imprensa faialense era usual as autoridades, em particular a administração do concelho da Horta, mandarem publicar editais, através dos quais pretendiam regular as festividades e proibir os excessos, demonstrando-se, assim, uma preocupação com a preservação da ordem e da segurança pública, como se pode ler no de 21 de fevereiro de 1895:

“1.º- É proibido atirar nas ruas ou das janelas, água, ovos, cascas dos mesmos, cheias de qualquer substância, estalos próximo de animais e em geral praticar atos que possam molestar as pessoas ou danificar as propriedades; 2.º- É proibido também o uso de máscaras e trajos ofensivos da moral, da religião e dos bons costumes”⁵²².

A regular publicitação na imprensa e nos lugares próprios de editais sobre o assunto quer significar que apesar deste instrumento de controlo os excessos continuavam⁵²³, mesmo quando a sua popularidade baixou. Por outro lado, não temos quaisquer dúvidas que estas tentativas de proibição em muito contribuíram para tornar o carnaval faialense sensaborão, pondo fim às inocentes “esfuziadelas” de troça.

faraó, estrelinhas, bombas e busca-pés, etc. Ao Gonçalves, rapaziada; ao Gonçalves!”, *O Telégrafo*, 1895, fevereiro 26 (436), p.1.

⁵²¹ “Memorando [Carnaval]”, *O Faialense*, 1902, fevereiro 9 (119), p.1.

⁵²² BPARJJG, *Administração do concelho da Horta*, “Edital de 21 de fevereiro de 1895” [d.a.].

⁵²³ “Edital [de 14 de fevereiro de 1896]”, *O Telégrafo*, 1896, fevereiro 15 (282), p.2.

Em 1917, os festejos carnavalescos, por ordem superior, seriam proibidos “nas ruas e mais lugares públicos deste distrito”, situação compreensível em atenção ao curso da guerra⁵²⁴.

Mas esta “coisa” de proibir, não deixaria de encontrar oposição daqueles que lamentavam “a proibição dos brinquedos próprios do Carnaval e bem assim dos ovos e pós de que se costuma fazer uso nesta época do ano”⁵²⁵. Pablo (Zerbone), face a estes problemas carnavalescos, numa das suas crónicas semanais publicada n’ *O Açoriano*, não deixaria de se opor com veemência, ao mesmo tempo, que no seu humorismo cáustico, aproveitava para glosar a decisão do “nosso administrador do concelho substituto, ou por outras palavras o administrador substituto do concelho da Horta”⁵²⁶.

Pablo, depois de reclamar contra “proibir a alegria” e perguntar “em que diabo de terra estamos nós?”, remetia ao administrador uma série de perguntas, face às “cócegas provocadas” pela proibição obscura dos ovos (“ovos de quê? e em que circunstâncias? são ovos de melro?, são ovos de perua?, são ovos de pomba?, são ovos de pata? ou são ovos de tartaruga? ovos de uma gema?, de gema e clara?, de duas gemas?, são ovos estrelados?, são moles? ou são de Colombo?”) e dos pós (“de goma? de sapatos? de talco?”). Face a este grande número de questões, entendia que o público precisaria de saber que ovo e pós a autoridade “embirrava” e não simpatizava. Daí concluir que não tinha dúvida de que esta era uma proibição bárbara.

No entanto, apesar de todas estas tropelias, verificamos que no geral imperava a ordem, por vezes interrompida, como aconteceu em 1888, entre uns soldados e uns “paisanos”⁵²⁷.

3.6.3. Festividades cívicas e patrióticas

.A celebração de figuras simbólicas ou heróis pátrios

Os faialenses também aderiram ao “culto dos mortos”, quando, periodicamente, na conjugação do que se passava a nível nacional, foram capazes de levar a efeito, com maior ou menor expressão, um conjunto comemorativo através do qual se pretendia

⁵²⁴ BPARJJG, “Fernando Joaquim Armas, Governador Civil do Distrito da Horta. Por ordem superior faço público que sob, as penas legais de desobediência, se acha proibido o Carnaval nas ruas e mais lugares públicos deste distrito. Dado e selado no Governo Civil da Horta, em 2 de fevereiro de 1917” [d.a.].

⁵²⁵ Manuel Zerbone, *Crónicas Alegres*, 2.º vol., já cit., pp.97-99.

⁵²⁶ *Ibid.*

⁵²⁷ *O Açoriano*, 1888, fevereiro 19 (41), p.3.

ensinar ao povo a “santa trindade” da civilização moderna: Pátria, Paz e Liberdade. Enfim, demonstrar que o acontecimento rememorado, em razão do seu valor simbólico, visava sobretudo celebrar a identidade e o devir⁵²⁸.

Dentro desta interpretação, notamos que localmente se tinha consciência de que as principais manifestações do culto público diziam apenas respeito ao sentimento religioso. Por isso, a este pretendia-se associar o sentimento cívico e patriótico.

Deste modo, na sequência da jornada de “gloriosa” das comemorações do *Tricentenário de Camões*, começa a notar-se na cidade da Horta o entusiasmo pelo mérito dos grandes homens que se ia “transladando das páginas da história para o respeito do sentimento popular; e as virtudes cívicas vão também adquirindo a sua santificação no altar da Pátria”⁵²⁹. Ao mesmo tempo que se enfatizava que era, por um lado, uma forma de notabilizar Portugal aos olhos da velha Europa e do Mundo e, por outro, de encontrar no passado a legitimidade necessária para reforçar a memória coletiva.

O mesmo é dizer que esta evocação dos mortos significava o reconhecimento e a legitimação “do presente” face aos grandes vultos pátrios, pessoas que se haviam distinguido ao serviço da Pátria e da Humanidade. Por isso, esta consagração do “grande homem” como chama Catroga, uma nova aristocracia não de sangue mas de mérito, levaria a que se escrevesse a respeito da homenagem ao Duque de Ávila e Bolama, realizada na Horta, em 1907:

“Demonstra a homenagem e o respeito para com aquele que pelos seus méritos soube adquirir o respeito e a veneração pública. Mal vai a terra que perdeu a virtude da admiração pelo valor dos seus filhos. Por isso, a homenagem a António José de Ávila, significa, patenteia a gratidão dos seus concidadãos, o carinhoso reconhecimento das boas obras que fizeram. É esta lição moral que reveste esta comemoração. Não é só pelos melhoramentos materiais que se avalia o grau de civilização de uma comunidade, mas também pelo afeiçoamento moral do seu carácter”⁵³⁰.

Se o reconhecimento dos mortos era um momento auspicioso nos fastos dos povos, isto quer significar que também na Horta (tal como noutras cidades do arquipélago) se tinha consciência que o culto cívico era entendido não só como um caminho para o

⁵²⁸ Veja-se Fernando Catroga, “Festa Cívica, História e Política”, *Revista Vértice*, 1990, julho (28), pp.25-32; “Morte Romântica e religiosidade cívica [As Comemorações Cívicas: o Centenário de Camões], in José Mattoso [dir.], *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp.595-607; Paul Connerton, *Como as Sociedades Recordam*, Oeiras, Celta Editora, 1993; Maria Isabel João, “Percursos da memória: centenários portugueses no século XIX”, *Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, 2000, janeiro-março (8), pp. 124-138; Maurizio Ridolfi, “As festas da nação: religiões da Pátria e rituais políticos na Europa liberal do longo século XIX”, *Revista Ler História*, 2004 (46), pp.7-18.

⁵²⁹ H., “O Culto Cívico”, *O Telégrafo*, 1894, fevereiro 22 (141), p.1.

⁵³⁰ “Comemoração Cívica”, *O Telégrafo*, 1907, fevereiro 28 (3938), p.1.

progresso social e para a regeneração da humanidade, mas também uma generosa lição que se prestava principalmente à juventude.

Dentro desta interpretação, mais do que festejar os grandes homens, como um dever patriótico, pretendia-se que as comemorações assumissem um carácter pedagógico em que se chamava a atenção dos povos, particularmente através da imprensa considerada o “órgão universal da publicidade”⁵³¹, para um duplo fim: glorificar e honrar “os heróis” e estimular o presente e os vindouros a imitar-lhes os exemplos. Por isso, em 1894, o padre Manuel José de Ávila, na sua condição de redator do jornal *O Telégrafo*, escrevia com todo o propósito a respeito da celebração dos “centenários”: “Celebração que afirma sempre a vitalidade dos povos em cujo seio se levem a efeito estas apoteoses do mérito, que são um passo mais no progredir das sociedades que almejam sentar-se à mesa lauta ágape da civilização”⁵³².

Neste percurso cívico, os faialenses – acompanhando o centro continental e outras ilhas – comemoraram o tricentenário de Camões (1880)⁵³³, o I centenário da morte do Marquês de Pombal (1882)⁵³⁴, o V centenário do nascimento Infante D. Henrique (1894)⁵³⁵, o centenário Santo António de Lisboa⁵³⁶ (1895), o IV centenário da chegada de Vasco da Gama à Índia (1898)⁵³⁷ e o I centenário do nascimento de António José de Ávila, Duque de Ávila e Bolama (1907)⁵³⁸ e os aniversários da implantação de República. Homenagearam Alexandre Herculano (1880 e 1910)⁵³⁹ e Almeida Garrett (1903)⁵⁴⁰.

Na Horta estas comemorações revestiram-se, como já foi referido, de maior ou menor brilho, e assumiram “uma enformação próxima do ritualismo dos atos religiosos evocativos”⁵⁴¹. Os presentes, representados pelo poder, pelo saber, pelo capital e pelo trabalho, não deixariam de participar numa manifestação geralmente constituída, regra

⁵³¹ H., “O Culto Cívico”, *O Telégrafo*, 1894, fevereiro 22 (141), p.1.

⁵³² M.J.A., “Centenários”, *O Telégrafo*, 1894, fevereiro 27 (141), p.1.

⁵³³ Veja-se Ignotus [Florêncio Terra], “Águas Passadas...O Centenário de Camões”, *O Faialense*, 1900, junho 24 (34), p.1. Em 1925, pela Lei n.º 1 783, de 25 de maio, é que o dia 10 de junho passou a ser considerado nacional a festa de Portugal (art.1.º).

⁵³⁴ *O Faialense*, 1882, maio 7 (40), p.1.

⁵³⁵ “Comemorações Cívicas [O Centenário do Infante D. Henrique]”, cf. *O Açoriano*, 1894, fevereiro 25 (8), p.1. Veja-se no mesmo jornal “Notícias”, p.3.

⁵³⁶ *O Telégrafo*, 1895, janeiro 3 (392), p.1.

⁵³⁷ “Centenário da Índia”, *O Telégrafo*, 1898, abril 27 (1 359), p.1.

⁵³⁸ Veja-se “Homenagem ao Duque de Ávila e Bolama”, *O Telégrafo*, 1907, março 8 (2 944), pp.1-4; “Centenário do Duque de Ávila”, *Ibid.*, 1907, março 9 (2 945), pp.1-2; “Festejos do centenário do Duque de Ávila”, *Ibid.*, 1907, março 11 (2 946), pp.1-2; “Comemoração Cívica”, *Ibid.*, 1907, fevereiro 28 (3 938), p.1; José Miguel Sardica, *Duque de Ávila – Biografia*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 2005, pp.587-590.

⁵³⁹ “Alexandre Herculano”, *O Grémio Literário* [suplemento ao n.º 2], 1880, novembro 1 (12).

⁵⁴⁰ Sobre o programa de homenagem da Câmara Municipal da Horta ao visconde Almeida Garrett, ver *O Telégrafo*, 1903, abril 23 (2 811), p.1; abril 30 (2 817), p.1; maio 1 (2 818), pp. 1-2.

⁵⁴¹ Fernando Catroga, “Morte Romântica [...]”, já cit., in José Mattoso [dir.], *História de [...]*, vol. V, p.605.

geral, por um préstito que percorria várias ruas da cidade⁵⁴²; por uma sessão solene levada a cabo pela Câmara da Horta ou pela sociedade ou grémio promotor do evento, em que se fazia ouvir uma variedade de oradores; por um *Te-Deum* com Oração congratulatória, na igreja da matriz da Horta; por uma iluminação (à veneziana) dos Paços do Concelho ou da praça ou largo onde decorriam os festejos. Ocasão também considerada, oportuna, para atribuir o nome dos homenageados a uma artéria, praça ou largo da cidade, e que ainda hoje se mantêm na toponímia faialense, como são os casos das ruas Almeida Garrett e rua D. Vasco da Gama⁵⁴³ e largos Duque de Ávila e Bolama e Infante D. Henrique.

.A festa da Árvore

O culto da árvore foi um dos novos símbolos que a implantação da República trouxe à sociedade portuguesa, naturalmente associado a outros valores do republicanismo como o culto da pátria, da fraternidade e da educação.

Ao culto da árvore associaram-se a realização da denominada Festa da Árvore. Todavia, as primeiras festas da árvore realizaram-se em Portugal nos fins da Monarquia. Assim, a 26 de maio de 1907 realizou-se no Seixal a primeira Festa da Árvore, promovida pela Liga Nacional de Instrução. No ano seguinte, a Direcção-Geral de Instrução assumiu a responsabilidade de promover a generalização da Festa a todas as escolas do País. Até 1912, a sua dinamização esteve a cargo da Liga Nacional de Instrução, de que era presidente Bernardino Machado.

Para a preparação desta festa cívica, cuja iniciativa pertenceu ao *Século Agrícola*, o Diretor-Geral Interino de Instrução Primária, João Augusto Caldeira Rebolo Caldeira, remeteu aos inspetores dos diferentes círculos escolares do País, uma circular, com data de 16 de setembro de 1912⁵⁴⁴, onde se recomendava que se queria fazer dela algo que se tornasse de uma utilidade prática “que é lícito esperar do patriótico” esforço conjugado do inspetor escolar e dos professores⁵⁴⁵.

⁵⁴² De acordo com o jornal *O Telégrafo*, o préstito realizado em homenagem de Garrett “foi imponente tanto ou mais numeroso que o que se realizou por ocasião de tricentenário de Camões”, cf. *Ibid.*, 1903, maio 6 (2 822), p.1.

⁵⁴³ “Centenário da Índia”, *O Telégrafo*, 1898, abril 27 (1 359), p.1.

⁵⁴⁴ “Festa da Árvore”, *O Telégrafo*, janeiro 29 (5 651), p.1. Sobre o assunto, veja-se “A Festa da Árvore”, *Ilustração Portuguesa*, 1913, março 17 (369), p. 321; Maria Manuela P. F. Rodrigues, “Festas Escolares: As Festas da Árvore no Barreiro”, *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPEl, vol. 14, Pelotas, 2010, maio-agosto (31), pp.95-119.

⁵⁴⁵ Em atenção à documentação do arquivo do Governo Civil do distrito da Horta, verificamos que em 1924, também se realizou a Festa da Flor, BPARJJG, “Festa da Flor. Relação das Exmas. damas que procederam à venda da Flor e quantias realizadas” [d.a.].

Por isso, perante este movimento em prol da natureza face à artificialidade da vida, ideal regenerador já propagandeado pelo Mundo, Portugal, como “País agrícola” não podia ficar alheio a um projeto essencialmente destinado às novas gerações que deviam ser educadas no amor e no conhecimento da natureza. Dentro deste pressuposto, entendemos que as autoridades perceberam que a melhor instituição que podia levar a efeito esse desiderato era escola [primária].

Quanto ao seu incremento no distrito da Horta, notamos que a mesma, por vezes designada como “a festa das escolas”, também se viria a realizar, em 1913, “com pompa e circunstância”, com grande concorrência e animação, “cumprindo-se o programa que pela inspeção escolar fora determinado”⁵⁴⁶.

Assim, no dia 16 de março do ano supra, a festa começou por se realizar num terreno marginal à ribeira da Conceição, com a plantação de árvores, seguida de uma intervenção do governador civil, Edviges Goulart Prieto e outra do professor oficial da escola da Conceição, Manuel Silveira de Medeiros. Daqui saiu um cortejo que percorreu algumas ruas da cidade, tendo-se plantado algumas árvores no largo Duque de Ávila, tarefa cometida aos alunos da escola da Matriz e no relvão da Doca, já na freguesia das Angústias, o que nos leva a concluir que o cortejo “foi de uma ponta à outra” da cidade da Horta. Aqui tomou a palavra o inspetor escolar do distrito, Joaquim Machado Tristão, que se debruçou sobre o significado daquela simpática festa, mas que a imprensa não diz qual.

Todo o percurso foi acompanhado pela filarmónica *Artista Faialense*, sob a regência do maestro Simaria, que executou o *Hino da Árvore*. Por seu turno, quer durante o trajeto quer no momento da plantação das árvores, os alunos das escolas cantaram os hinos *Das Árvores* e *A Árvore*, respetivamente, de Olavo Bilac e Olímpio Raposo. A cerimónia seria encerrada pela *Artista* que tocou o hino nacional, aproveitando os presentes para levantarem vários vivas⁵⁴⁷.

Em síntese, tanto a festa como a comemoração, espaços de excelência de reunião das diferenças, “contribuíram”, no concelho da Horta, para despertar na alma das populações a nobreza de dois grandes sentimentos: o amor à pátria e o espírito de fraternidade.

⁵⁴⁶ Cf. “A Festa das Escolas”, *O Telégrafo*, 1913, março 17 (5 697), p.1.

⁵⁴⁷ “A Festa das Escolas”, *O Telégrafo*, 1913, março 17 (5 697), p.1; março 28 (5 704), p.1. Em 1914, a festa realizou-se no dia 8 de março sobre o incitamento da *Liga Nacional de Instrução*. Sobre as festas realizadas na cidade e nas freguesias rurais (Pedro Miguel, Salão, Ribeirinha e Capelo), veja-se *O Telégrafo*, *Ibid.*, 1914, março 10 (5 985), pp.1-2; março 11 (5 986), pp.1-2; março 12 (5 987), pp.1-2; março 20 (5 993), p.1; março 21 (5 994), p.1; março 23 (5 995), pp.1-2; março 30 (6 000), p.1.

As festas assumiram sempre um carácter simbólico. Elas evocam qualquer coisa, mesmo que seja irrelevante, porque a função do símbolo não é significar o objeto, mas sim celebrá-lo, fazer emergir o seu valor e significado⁵⁴⁸.

A tentativa de laicização da vida portuguesa empreendida pela República incluía várias práticas simbólicas entendidas como alternativa às manifestações exteriores do culto católico, mas, no fundo, estavam também impregnadas de religiosidade cívica.

Por fim, ao substituir nas escolas o culto religioso, a Festa da Árvore não fez mais do que substituir as “peças e as palavras do jogo”⁵⁴⁹. No entanto, a essência manteve-se o exemplo do préstito católico. A festa da Árvore organizava-se em cortejo cívico em direção ao local onde as árvores deviam ser plantadas, mas o seu condutor, em vez de ser o padre, era o professor.

3.6.4. Os convívios interinsulares e a “Fraternidade Açoriana”

O movimento de fraternidade ou confraternidade açoriana segue a par do movimento autonómico da última década de oitocentos no sentido da construção “de um sentimento de corregionalidade que forja a identidade regional”⁵⁵⁰. Entendido como uma forma de combater o divisionismo interinsular considerado um malefício que impedia o alcance de medidas “descentralizadoras-administrativas”⁵⁵¹.

Esta ideia de que só a unidade açoriana é que seria benéfica na defesa dos interesses comuns dos Açores, levaria a que, na segunda década do século XX, o jornal republicano micaelense *O Repórter* recuperasse novamente o projeto da confraternização açoriana e da solidariedade interinsular.

Assim, o ano de 1912 assinala o ponto de partida para um conjunto de iniciativas, que se repetiram em anos subsequentes, que tinha como objetivos desenvolver o sentimento de fraternidade, de subsidiariedade, de espírito açoriano e de unidade entre as diversas ilhas fundamentais para a defesa de tudo aquilo que dizia respeito aos interesses (morais e materiais) do arquipélago, como bem consubstanciava o presidente da *Comissão Iniciadora da Confraternização Açoriana* no distrito de Ponta Delgada, o então governador civil, Caetano Moniz Vasconcelos, num ofício endereçado ao seu homólogo da Horta [Augusto Goulart Medeiros], a respeito da deslocação ao Faial de uma representação

⁵⁴⁸ Maria Manuela P. F. Rodrigues, “Festas Escolares [...]”, já cit., *História da Educação* [...], vol. 14, p.118.

⁵⁴⁹ *Ibid.*

⁵⁵⁰ Carlos Cordeiro, *Nacionalismo, Regionalismo* [...], já cit., p.27.

⁵⁵¹ *Id.*, pp. 25-26.

micaelense, em agosto de 1912: “Animada da melhor boa vontade para o fim a que nos propomos cimentar, cada vez mais os laços de união entre os povos insulanos, concorrendo assim para o seu maior desenvolvimento e progresso e para a união que deve existir entre todos os portugueses”⁵⁵².

Esta componente importante do regionalismo açoriano ganhou especial acuidade, no tempo em estudo, principalmente nos anos de 1912, 1913, 1924 e 1926⁵⁵³, mas ficou-se sobretudo pelo triângulo Faial-Terceira-São Miguel.

Com já foi referido, este movimento iniciou-se em 1912 quando a equipa de futebol o *Fayal Sport Club* se deslocou, em abril, à ilha de São Miguel, dando início àquilo a que José Bettencourt Brum chamou “o momento há tanto desejado, de um confronto desportivo inter-ilhas mais propriamente entre as ilhas do Faial e São Miguel”⁵⁵⁴, o que permite afirmar que o intercâmbio desportivo foi a solução encontrada para se conseguir “desinsular povos isolados”⁵⁵⁵.

No mesmo ano, agosto, seria a vez da equipa da equipa micaelense do *Sport Club Académico* retribuir a visita dos faialenses⁵⁵⁶. Esta presença na Horta do *Académico*, levaria João de Lacerda, um dos articulistas do jornal *A Democracia*, sem qualquer espécie de constrangimento a salientar que a festa promovida por ambos os clubes tivera a vantagem de despertar os apologistas da confraternização açoriana. Por isso, os certames desportivos (um “motivo feliz”⁵⁵⁷) podiam constituir, de acordo com a sua opinião, o alicerce necessário “para a consolidação da fraternidade açoriana”⁵⁵⁸. Esta, por seu turno, era entendida como o orgulho legítimo das relações entre todos os açorianos e que ia ao encontro, em nosso entender, daquilo que o próprio e, certamente, o jornal defendiam: “Fomos sempre pela aproximação das populações açorianas”⁵⁵⁹.

⁵⁵² BPARJJG, *Governo Civil do Distrito de Ponta Delgada*, “Ofício, de 9 de agosto de 1912, ao governador civil do distrito da Horta” [d.a].

⁵⁵³ A ideia defendida pelos iniciadores da confraternização açoriana era para que se realizasse anualmente uma “grande festa desportiva”, cf. “Confraternização Açoriana [Transcrição d’O Repórter]”, *Porto da Horta*, 1912, junho 5 (169), p.1.

⁵⁵⁴ José Bettencourt Brum, *Fayal Sport Club* [...], já cit., pp.145-153.

⁵⁵⁵ Carlos Cordeiro, *Nacionalismo, Regionalismo* [...], já cit., p.271. Sobre o assunto, veja-se Susana Serpa Silva, *Ponta Delgada*. [...], já cit., pp.62-68.

⁵⁵⁶ BPARJJG, *Comissão Iniciadora da Confraternização Açoriana do Distrito de Ponta Delgada*, “Ofício de 24 de agosto de 1912, ao governador civil do distrito da Horta” [d.a.], convidando-o a estar presente.

⁵⁵⁷ O autor, em atenção à máxima “Mens Sana in Corpore Sano”, entendia os “exercícios desportivos” como complemento da educação física (formação de homens robustos e sãos), intelectual e moral “e, até, como elemento de disciplina”, J[oa]o. de Lacerda, “Confraternização Açoriana”, *A Democracia*, 1912, junho 16 (68), p.1.

⁵⁵⁸ Carlos Cordeiro, *op. cit.*, pp.270-271.

⁵⁵⁹ J.de Lacerda, “Confraternização Açoriana”, *A Democracia*, 1912, maio 5 (53), p.1.

Se assim era, então os três distritos tinham que se mobilizar em torno da máxima “todos por um e um por todos”, e o primeiro passo a dar nesse sentido era pôr de lado as antipatias e os mal-entendidos que separavam as ilhas, porque já bastava o isolamento “em que vivem, com prejuízo geral”⁵⁶⁰. Daí se apregoar que nada havia a perder com a aproximação.

Pelo contrário, a confraternização era o mote necessário para o progresso dos Açores, para o desenvolvimento da sua riqueza pública, para a melhoria das condições de vida da população, constituindo ainda um meio de combater os velhos do Restelo, designados localmente de “rotineiros” e de “incrédulos”, que pelos seus impulsos apaixonados, egoístas e calculados haviam contribuído para o seu isolamento e atraso, “com um prejuízo incalculável e sem proveito justificável”⁵⁶¹. Enfim, para Lacerda desenvolvimento era sinónimo de riqueza, de comércio e de fraternidade.

No entanto, defendia que seria necessário ir mais longe. Isto é, se os certames desportivos tinham sido o motivo inicial de aproximação, esta também deveria contribuir para que os açorianos se conhecessem mutuamente em particular os seus diferentes costumes, o que iria permitir o aperfeiçoamento da “idiossincrasia e da psicologia açorianas, assim como o seu progresso económico”⁵⁶².

Por fim, Lacerda não tinha quaisquer dúvidas em afirmar que não havia motivos para deixar de louvar e exortar os iniciadores do movimento de aproximação entre as populações açorianas – o jornal *O Repórter* de Ponta Delgada –, “de que poderá resultar não só o progresso económico, como a regeneração física da raça e o seu aperfeiçoamento intelectual, para o que há excelente matéria-prima”⁵⁶³.

No ano seguinte, as equipas de futebol e de remo do *Fayal Sport Club* voltariam a deslocar-se a Ponta Delgada, para tomar parte no *Congresso da Confraternização Açoriana*, cujas festas decorreram entre 26 e 30 do mesmo mês e ano, o que viria a acontecer novamente em 1924, a convite da Associação de Futebol de Ponta Delgada⁵⁶⁴.

Pela leitura da imprensa faialense – *O Telégrafo* e *A Democracia* – a respeito desta deslocação, verificamos que se voltava a insistir na importância destes intercâmbios (excursões) entre São Miguel e o Faial, entre o norte e o sul dos Açores, considerados, por

⁵⁶⁰ *Ibid.*

⁵⁶¹ *Ibid.*

⁵⁶² *Ibid.*

⁵⁶³ *Ibid.*

⁵⁶⁴ “Vida Desportiva [A ida do ‘Fayal Sport Club’ a Ponta Delgada]”, *O Telégrafo*, 1924, março 26 (8 441), p.1; março 28 (8 442), p.1; abril 4 (8 443), p.1.

José Bruno Carreiro, como um bom serviço prestado “por todos os motivos, à causa do estreitamento das relações entre os povos das diferentes ilhas”, aos quais está destinado um papel preponderante para o desenvolvimento mútuo⁵⁶⁵.

Por isso, ao dar-se conta da visita dos faialenses à ilha de São Miguel, enfatizava-se n’*O Telégrafo* que a mesma, longe de ser entendida como um simples passeio e barato de uns “rapazes irresponsáveis” e independentemente dos resultados desportivos, assumia um significado moral, que a ninguém devia ser indiferente, visto que a aproximação e o reforço dos laços afetivos entre açorianos devia contribuir para esbater rivalidades: “Nós, açorianos isolados, perdidos entre o velho e o novo Mundo, vivendo tão próximos uns dos outros e uns dos outros tão ignorados, devíamos tornar mais íntimas as nossas relações, para que, conhecendo-nos melhor, nos estimássemos mais...”⁵⁶⁶.

Gravura 13: Equipa do *Fayal Sport Club* que se deslocou a Ponta Delgada em 1913



Fonte: Coleção Thiers Lemos.

Se assim era, e de acordo com o articulista que vimos seguindo, esta “embaixada de novos” era sem dúvida a melhor propaganda da sua pátria, “pelos meios ao seu alcance – os desportos – que consiga o que até hoje pouco mais tem sido do que uma aspiração

⁵⁶⁵ “Os Faialenses em São Miguel”, *O Telégrafo*, 1924, abril 25 (8 451), p.1.

⁵⁶⁶ “Vida Desportiva”, *O Telégrafo*, 1924, março 26 (8 441), p.1. Veja-se na mesma edição e página “A Confraternização Açoriana – dois incidentes desagradáveis”. Da leitura deste artigo, concluímos que, apesar dos resultados apreciáveis da aproximação entre as ilhas do Faial e São Miguel, tinha-se a consciência de que embora “tão próximos, quase se não conhecem”.

nunca realizada de quase todos os açorianos”⁵⁶⁷. Daí a pergunta: A presença de um “grupo da mocidade faialense” não conquistaria mais simpatias para a causa da confraternização açoriana do que os longos e enfadonhos discursos de “velhos diplomatas rabugentos sisudos e austeros”?⁵⁶⁸

Por fim, verificamos que, em 1924, o jornal *A Democracia* defendia a ideia da realização de um congresso da *Imprensa Açoriana*. Corroborando esta ideia (“uma melhor orientação”) na defesa (“chamando-a ao cuidado”) das questões de interesse geral e local do arquipélago, o jornal *O Telégrafo*, na sua “condição de porta-voz” do regionalismo faialense, entendia que este congresso seria um meio precioso de aproximação das populações das “regiões dos Açores” no “sentido de as ligar num pensamento de amizade e de interesses comum, favorecendo-se mutuamente pela troca dos seus produtos e pelo auxílio no desenvolvimento das condições da riqueza local”⁵⁶⁹.

Conclusão

A abertura do Liceu da Horta, em 1853, apesar de ser frequentado por um reduzido número de alunos, teve um enorme impacto na sociedade e na cultura hortenses, nas dinâmicas desenvolvidas e na afirmação de uma plêiade de talentos, vocações e aptidões dignas de muito apreço e valor para a cidade e a ilha. No papel que teve em várias expressões dessa cultura /liceu de fora) graças ao espírito inovador de professores e alunos.

Por isso, muitos destes jovens não haviam escapado ao sarampo literário dos quinze anos, sendo portadores de dois “vícios”: o do livro e o do gosto pela letra redonda (jornalismo). Todavia, a partir de finais da década de 1880, àqueles dois juntar-se-ia o gosto pelo exercício físico, de que a fundação do *Ginásio Clube* seria o ponto de partida para a criação de outras associações em cuja actividade prevalece o eclectismo, convivendo actividades de âmbito desportivo e cultural, graças também a um certo sopro europeu e yankee da cidadezinha faialense, devido à fixação de uma colónia estrangeira (funcionários e famílias das diferentes companhias de cabo submarino que se foram fixando, desde 1893, na ilha), uma espécie de cidadezinha dentro da cidade, que em muito contribuiu para a divulgação de novos gostos, difusão de informação, o que foi decisivo para modificar, alterar costumes e mentalidades. Todavia, este “arrito” cosmopolita coabitava com um viver rural.

⁵⁶⁷ “Os Faialenses em São Miguel”, *O Telégrafo*, 1924, abril 25 (8 451), p.1.

⁵⁶⁸ *Ibid.*

⁵⁶⁹ “Um Congresso da Imprensa Açoriana”, *O Telégrafo*, 1924, maio 30 (8 469), p.1.

De resto, a dinâmica associativa faialense, responsável pelo desenvolvimento de diferentes formas de sociabilidade, era também entendida como um meio de intervenção social e de defesa dos interesses pessoais e coletivos. Deste modo, as diferentes sociedades foram capazes de congregar a família hortense no prazer coreográfico e em práticas de intelectualidade, de convivialidade e de benemerência. Enfim, civilizar, recrear, instruir e apoiar os sócios. O que confirma que a dinâmica recreativa, cultural e desportiva não é um ato isolado e estático, isto é, está intimamente ligada à história do movimento associativo e marcou o quotidiano das respetivas comunidades. Por isso, em 1924 o jornal *O Telégrafo*, referindo-se à participação do *Fayal Sport* e do *Sporting da Horta* nas comemorações do 14.º aniversário da implantação da República, não tinha qualquer dúvida a esse respeito: “A ação que [ambos] acabam de evidenciar nas festas comemorativas [...] é bem de molde a fazer convergir as simpatias públicas e dos poderes constituídos sobre as agremiações desportivas locais, como fatores importantes de civilização e progresso”⁵⁷⁰.

Esta situação leva-nos a afirmar que algumas associações marcaram tanto o pulsar da cidade da Horta como o de algumas freguesias rurais, cujos fundadores, “homens decididos e clarividentes”⁵⁷¹, lançaram ombros a um conjunto de iniciativas de longo alcance. Por isso, algumas das quais ainda perduram.

Por outro lado, a beneficência, entendida como uma medida de civilização e de progresso, incorporada no espírito associativista, também foi uma prática significativa no Faial de oitocentos e de novecentos ao conseguir os meios necessários para evitar a mendicidade pública, com a criação de asilos, associações de socorros mútuos e de um albergue.

Finalmente, a insularidade atlântica associada a um certo sentimento de abandono também, na cidade da Horta, foi propícia à criação e à afirmação de um conjunto de talentos, independentemente da sua maior ou menor visibilidade quer no panorama açoriano quer no panorama nacional.

⁵⁷⁰ ***, “Clubes Desportivos – Sua influência na sociedade faialense”, *O Telégrafo*, 1924, outubro 15 (8 528), p.1.

⁵⁷¹ Tomás Duarte Júnior, “A Horta em meados do séc. XIX-Subsídios para a sua análise”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, vol. 8, Horta, 1985-1988 (1-2-3), pp.27-44.

Considerações Finais

Até que ponto esta dissertação, que tendo como tema central uma cidade portuária, se pode converter num útil instrumento de trabalho, capaz de trazer à História Local e à Geral um contributo, por modesto que seja?

Esta pergunta não é inocente, quando temos plena consciência, como se diz na introdução, que apesar de se terem publicado algumas abordagens ao tema, não existe nenhum estudo sistemático da história do concelho da Horta, para o período a que se reporta esta dissertação, talvez por não ter tido por parte dos historiadores a devida atenção. Daí nos ter parecido oportuno contribuir para o aprofundamento desta análise, contrariando algumas evidências criadas à sua volta e que ainda o presente continua a acarinhar, evidenciando, por um lado, a “amnésia do excesso” que se traduz “na presença duma glória passada que nunca existiu tal como se pensa” ou a verdade conveniente. Por outro, a “amnésia da ausência”¹ que não compreende o que se passou. Tem medo de olhar para trás, para o que realmente aconteceu.

Por outro lado, também na génese desta dissertação está ainda o desejo de perceber como o carácter específico do viver insular influiu no quotidiano faialense, destacando as “resistências à mudança” e, em simultâneo, as “dinâmicas de transformação” e a discernir o que se fez, o que se modificou e o que ainda hoje se mantém na nossa realidade cultural, social e económica².

Se assim é, terminado este trabalho, estamos conscientes, por um lado, que temos “algo de novo a dizer”³. Por outro, este produto final não esquece o seu carácter provisório, porque a História é, de acordo com a própria natureza, “uma forma de cultura de atualidade temporária”, de “incessante renovabilidade”⁴. Sendo certo que é circunscrito o objeto da investigação que se encetou, não obstante, o que aqui se afirma e fica dito está muito aquém do que haveria para afirmar e para dizer. Independentemente disso, esta opção, como qualquer outra que tomássemos, não deixará de ser julgada, apesar do nosso esforço para modificar as maneiras de pensar e para introduzir novas perspetivas e interpretações. Num universo histórico de contornos cada vez mais ilimitados tentámos “fazer bem aquilo que outros podiam fazer melhor; mas não fizeram”⁵. Conseguimos sim, preencher um pouco mais os espaços vazios e as falhas nos conhecimentos desta imensidão que é a História Contemporânea da ilha do Faial e em particular da sua cidade.

¹ António Nóvoa, “Prefácio”, in Jorge Ramos do Ó, *O Governo de si* [...], já cit., pp.XX-XXI.

² Veja-se Susana Serpa Silva, *Violência* [...], já cit., p.669.

³ António José Saraiva [dir.], *História de Portugal*, vol.1, Lisboa, Publicações Alfa, 1984, p.1.

⁴ José Mattoso [dir.], *História de* [...], já cit., vol. I, p.17.

⁵ Charles Maccio, *As Ciências Humanas em Movimento*, Lisboa, Instituto Piaget, 1998, p.326.

Por isso, entendemos que possa constituir alguma utilidade para o nosso tempo. Que seja usado até “haver outro que o substitua”⁶.

Ao chegarmos ao fim, será altura de evidenciar alguns aspetos que consideramos essenciais para a compreensão do tempo em estudo, não repetindo apenas o que já foi dito, uma vez que se foram sucedendo pequenos momentos conclusivos, mas convidando a olhar em direcções inesperadas, porque as conclusões parciais não assumem um carácter definitivo como o próprio título parecer sugerir.

O cruzamento de fontes não deixa quaisquer dúvidas de que as elites locais tinham a consciência de que os Açores são a pátria dos açorianos e que o verdadeiro patriotismo se filiava no desejo de promoção do bem-estar “da nossa pátria”, pronto a assegurar a felicidade e a proteger os direitos de homens livres e independentes. Se assim era, então o mote estava dado. Contra isto o povo faialense devia protestar de um modo que se fizesse sentir, porque se as ilhas eram leais a Portugal, este devia corresponder de igual maneira como uma mãe que acode às necessidades dos seus filhos. Mas quando não havia essa correspondência, não se deixava de lembrar o que Portugal devia às suas ilhas, e quase a elas só: a Constituição e a liberdade de que o País gozava. Não bastava apregoar, quando convinha, a valentia e o heroísmo dos açorianos em momentos importantes e decisivos da história moderna e contemporânea portuguesa, era preciso ir mais longe. Mas não se foi.

Isto quer dizer que, apesar de um cenário fortemente condicionante, marcado pela pobreza e pela ruralidade, o Faial também foi pródigo em “bolsas de uma intelectualidade e de modernismo”⁷. Houve figuras que marcaram não só o panorama local, mas também regional e nacional. Todavia, é preciso não esquecer que a vida da comunidade faialense não se fez apenas com nomes sonantes, fez-se também com outras pessoas anónimas, mas tão reais, e quando se aprofunda a investigação notamos que muitas delas aparecem, saltam à vista por esta ou por aquela razão.

Na Horta também sobressaiu uma plêiade de nomes, aberta à inovação e aos valores da época, face a uma maioria iletrada, pobre e contrária à mudança. Esta elite deve ser entendida na sua expressão plural de “elites próprias de cada uma das funções sociais:

⁶ José Mattoso [dir.], *História de [...], já cit.*, vol. I, p.17.

⁷ Susana Goulart Costa, *Açores [...], já cit.*, p.258.

a política, religiosa, intelectual, económica, judicial”⁸. Esta “vanguarda esclarecida”⁹ assumiu também outros contornos: políticos, económicos, culturais e sociais. Era constituída por aqueles que usufruíam ou se reproduziam nos mais importantes cargos do poder local e nas funções públicas e nas mais notórias associações culturais, desportivas, cívicas e recreativas, devido ao sangue, à fortuna, aos estudos e ao mérito individual, sendo, regra geral, reconhecidos publicamente. Isto levou Tomás da Rosa a enfatizar: “A Horta, nesse espaço de mais de 40 anos, distinguiu-se como foco artístico, intelectual e literário, de envergadura digna de nota, no conjunto das cidades portuguesas da província”¹⁰.

Então o que falhou numa ilha marcada por um porto, pelo cabo submarino?

Ao longo de quarenta e seis anos, a vida faialense pautou-se por uma tripla luta: contra os elementos naturais, contra os homens tanto do centro continental como da periferia e contra a pobreza (realidade que marcou a vida sobretudo das populações rurais quase até aos nossos dias), numa terra jogada no Atlântico norte. A dualidade centro/periferia sentia-se na Horta e no Faial através do contraste entre os sinais de atavismo e marasmo e os sinais de progresso e mudança. A singularidade faialense foi marcada por uma simbiose que conjugava de forma nítida evidentes sinais de modernidade e civilização, de relativo cosmopolitismo e ruralidade¹¹.

As causas dos constantes lamentos não residiam apenas nas contingências da vida insular, nos obstáculos que notoriamente marcavam o seu quotidiano e que naturalmente não deixavam de penalizar a sua existência e no desconhecimento e na incompreensão do Terreiro do Paço. Vai-se mais longe. Depois de se assumir que existiam alguns cavalheiros amantes do progresso da sua terra, do bem público, mas que eram insuficientes para contrariar um notório indiferentismo perante a maneira como a ilha era tratada, porque, regra geral, os faialenses ficavam no seu muito louvável e típico costume de esperar que tudo lhes caísse das nuvens, “cruza[m] os braços indolentemente, ergue[m] um pouco as sonolentas pálpebras, espreita[m] ao longe e ao largo a ver se o maná lhe cai no seu deserto”¹². Fenómeno que a imprensa não deixaria de destacar, pela sensação latente de que faltavam homens capazes de impor ao Governo as necessidades e as reivindicações locais,

⁸ Cf. Fernando Taveira da Fonseca, “Elite e Classes Médias”, in José Mattoso [coord.], *História de [...]*, vol. V, pp.459-477 [459-460].

⁹ Cf. Carlos Cordeiro, *Insularidade [...]*, já cit., p.171.

¹⁰ Tomás da Rosa, *Alguns Estudos*, já cit., p.87.

¹¹ Cf. Susana Goulart Costa, *Açores [...]*, já cit., pp.257-258.

¹² “Conversando”, *O Telégrafo*, 1898, outubro 11 (1 494), p.1; outubro 17 (1 499), p.1.

por estarem mais preocupados com as lutas eleitorais e com os interesses mesquinhos dos contendores, habituados a pôr em relevo as faltas do próximo o que não parecia decoroso, muito menos para pessoas sensatas¹³.

No entanto, apesar do que se afirma, é evidente que face aos melhoramentos inadiáveis que reclamavam os mais sérios cuidados do patriotismo local, houve quem pôs (deputados, governadores civis, vereações camarárias, juntas de paróquia, filantropos), a par da imprensa, o seu desvelado empenho em difundir e a perfeição a instrução pública no distrito, pugnando pela criação de escolas diurnas e noturnas e pela reorganização do Liceu, fazendo-o elevar a central, a fim de que os alunos não tivessem que sair para outros liceus para realizar os exames de acesso à Universidade. Houve quem se preocupasse em promover a colocação de um regimento na cidade da Horta que, por esta forma, conseguisse acabar de vencer a relutância da mocidade à vida militar, combatendo assim, implicitamente, a vertiginosa corrente de emigração. Houve ainda quem lutasse por conseguir a construção de um farol e a aquisição inadiável de amarrações fixas e de uma draga para o porto da Horta, fazendo a justa e conveniente propaganda das vantagens que à navegação oferecia. Finalmente, houve quem conseguisse a conclusão da estrada real, ou que circunda a ilha, a melhoria da viação municipal, a conclusão da muralha urbana, o encanamento de água potável à cidade e às freguesias que dela careciam, a iluminação da cidade e dotar as freguesias com cemitérios capazes de acolher todos aqueles que anualmente eram vítimas de epidemias e outras moléstias.

Naturalmente, que perante os necessários melhoramentos, alguns conseguidos e concretizados no tempo em estudo, emerge o evidente dualismo campo/cidade, isto é, a incapacidade das elites em promover o incremento do seu *hinterland* rural. Não só não o promoveram como não foram capazes de lhe infundir o seu modelo de vida, certamente devido ao seu reduzido número, porque, e a título de exemplo, quando se considera o maçon faialense o que se nota é a coabitação, no mesmo indivíduo, do avental e da opa. Algo muito próprio dos meios pequenos, de acentuados preconceitos e de apertado controlo social: “Não houve anátema ou ameaça de excomunhão que impedisse aventais escondidos sob as casulas dos clérigos, sob as opas dos confrades do Santíssimo, sob as togas dos magistrados e tabeliães, sob as casacas negras dos proprietários terra-tenentes”¹⁴.

Mas aquilo que se evidencia com particular perceção e que assume um efeito

¹³ Veja-se Manuel Garcia Monteiro, “Carta aos meus conterrâneos”, *O Faialense*, 1902, outubro 6 (45), p.1.

¹⁴ António Manuel Saldanha, *A Horta no Século do Duque de Ávila*, Horta, Junta de Freguesia da Matriz, 2013, p.20.

perverso sobre a sociedade – o principal inimigo do progresso, uma autêntica forma de escravatura –, foi o analfabetismo, melhor dizendo, esta situação decorrente da escassez de alunos nas escolas que contrariava os esforços das elites locais que tudo fizeram para dotar a ilha com as necessárias escolas, situação confirmada pelos inúmeros testemunhos da sua constante insistência junto das autoridades, pelos inúmeros textos publicados na imprensa a advogar a importância da educação e da instrução e pelos exemplos de mecenato para promover o incremento da instrução na ilha, em particular dos habitantes do campo que viviam num estado de ignorância quase absoluta.

A vida política local alternou com o rigor pendular dos dois partidos – Progressista e Regenerador. É o rotativismo e isto quer dizer que se vivia o mesmo duopólio nacional. Notam-se algumas “dissidências”, o que não significou mudar a maneira de fazer política. Nem com a implantação da República. Se os ideais eram outros, no entanto, a realidade insular não mudou substancialmente. As questões locais continuavam a ser tratadas ao sabor dos novos senhores (e das conjunturas) que, tal como os monárquicos, perante a indiferença da maioria e dos brados da imprensa, prosseguiram de forma irredutível a sua desenfreada luta pelo poder.

Todos viviam na cumplicidade da conservação e partilha do poder, uma dança mascarada de caciquismo. Realidade que não deixaria de ser combatida pela imprensa que clamava contra uma politiquice de campanário, em que a competência e os interesses locais eram ultrapassados pelos mesquinhos desígnios pessoais e partidários, uma autêntica ambição desenfreada, entendida como o maior inimigo do bem-estar, do progresso e do desenvolvimento. Preferia-se viver do “galopinar”.

Por isso, o amor “por esta terra!” e a “esperança no futuro” deram lugar à desilusão porque a sociedade não se remodelou, os discursos, em vez de defenderem as boas causas e os interesses dos eleitores e das comunidades, não passavam de frases inúteis e palavrosas, sinal de que se deixava correr à revelia as coisas úteis para a ilha e para o distrito ao caminhar-se para a irrisão de toda a administração distrital, municipal e local.

Em suma, se as discussões políticas e o debate em volta do desenvolvimento e do progresso locais passavam ao lado da maioria da população, havia também quem clamasse localmente, como acontecia a nível nacional, por seriedade, por moralidade e por autoridade, enfim, por uma sociedade que tinha necessidade de uma remodelação completa.

A sociedade hortense, graças aos seus diferentes locais de encontro – sociedades, algumas eram o rosto visível das várias lojas maçónicas que então pululavam um pouco pela Horta, grémios, cafés (alguns com bilhar), clubes –, experimentaria o gosto pela vida mundana e pela animação cultural (e pela folia), através de novas possibilidades de convivência que de certas práticas reservadas à elite local (ténis, natação, teatro, música), começou a abrir-se a novos grupos sociais, com a chegada de outras modalidades (o futebol) e de outras distrações (animatógrafo). É certo que não deveremos exagerar quanto à variedade e intensidade dessas vivências, mas não temos qualquer receio em afirmar que a cidade seria tomada como que por uma “febre” de espetáculos de teatro e concertos, de saraus e de bailes, de diferentes jogos desportivos, e pela inevitável formação de agrupamentos filarmónicos e musicais e clubes desportivos. A culminar, a fundação de uma nova sala de espetáculos: o *Salão Éden*.

A isto impõe-se também, entre as elites, – e à semelhança das congéneres europeias – a ocupação dos tempos livres. São os *garden-parties*, a vilegiatura para o campo ou para o litoral, afirmando-se alguns espaços que ainda perduram no presente, casos do lugar do Varadouro, na freguesia do Capelo e a Fajã da freguesia da Praia do Norte, além de diferentes locais da vizinha ilha do Pico, em particular a Criação Velha.

Se o espetáculo se torna indispensável, comprova-o o *Teatro União Faialense*, primeiro, depois conjuntamente com o *Salão Éden*, com os dramas e comédias a cargo de um conjunto de qualidade de amadores dramáticos faialenses que podiam ser comparados com os profissionais das companhias continentais que, com alguma frequência, atuavam na Horta. Mas havia também os que escreviam, e não eram poucos. Um nome impôs-se: o do continental, João Francisco Xavier de Eça Leal, escrivão da Fazenda, que pela Horta andou entre 1880-1885, e que viria a marcar, sem dúvida, a época mais brilhante que teve o teatro faialense de amadores. Este dramaturgo e ator deixaria boa semente, que teria em António Batista, o conhecido *Nico* Batista, um fiel continuador, que fez escola.

Tanto os amadores como os profissionais, regra geral, esgotavam as bilheteiras, muitas vezes em atenção aos fins a que o espetáculo se destinava, em particular a prática da benemerência porque se entendia que a “beneficência não tem pátria, e a miséria nacionalidade, porque são cosmopolitas”¹⁵.

Seriam, no entanto, as fitas (animatógrafo/cinematógrafo) que começariam a ganhar terreno. Crescem em popularidade. O público começa a esgotar as bilheteiras

¹⁵ Roxana Dabney, *Anais da Família* [...], já cit., vol. 2, p.415.

sessão após sessão. A novidade, melhor o culto, consagra-se. O Faial passa a ir ao cinema, pela simples razão de que este fervor cinéfilo, além dos muitos prazeres que proporcionava, era barato¹⁶.

E foi este gosto pela arte da representação e pelo cinema que estaria na origem das aberturas do *Teatro União Faialense*, em 1856, das duas remodelações que se seguiram (1884 e 1916) e do *Salão Éden* (1915). Neste ano, a Horta passava a dispor de duas salas de teatro e cinema, onde se passaria a consumir todo o género de espetáculos.

O cinema afirmou-se na Horta como uma discursividade, cuja natureza e singularidade era desconhecida. A sedução pelas fitas depois do animatógrafo levou a que se obtivesse um cinematógrafo, cujos objetivos eram não só mostrar o que se passava como também associar a modernidade da tecnologia enfatizando a ideia da abertura da cidade aos ideais de civilização, de modernidade e de progresso. Se a Horta estava tão perto do mundo pelo cabo telegráfico, agora também queria ter a sua “posse” através do olhar, acedendo ao que de mais espetacular se passava lá fora.

A par do teatro, desenvolver-se-ia o gosto pela música. De entre os nomes consagrados da música faialense sobressai outro continental, Francisco Xavier Simaria, que aqui chegou em 1896, e que, na sequência do desmembramento da companhia de Santos Jr., deixou-se ficar. A sua ação ficou assim resumida de forma lapidar pelo seu colega Manuel de Melo, também, como ele, professor de Canto Coral do Liceu da Horta: “Educou a mocidade no Liceu; a plebe, nas Filarmónicas; a nobreza, nos Teatros, à frente da sua orquestra”¹⁷.

Às letras e às artes, juntar-se-ia o desporto. De passatempo fidalgo passa rapidamente a diversão popular, avultando no topo da popularidade, na dianteira o futebol, os desportos atléticos (atletismo) e os desportos náuticos. Três fenómenos “de multidões”, responsáveis pela formação de uma série de Clubes que tinham como lema: *Mens Sana in Corpore Sano*. Além das dinâmicas desportivas, também promoveram o teatro, a música, a edição de boletim informativo, o gosto pela dança e pela benemerência e o convívio interinsular. Naturalmente com um sopro francês, britânico, americano e alemão divulgam-se o futebol, a vela, a natação, o basquetebol, desportos que não encontraram apenas praticantes masculinos. Constituíram-se também equipas femininas, neste particular no âmbito das provas náuticas. Essas ambiências e vivências da Horta desportiva e

¹⁶ Cf. Joaquim Vieira, *Portugal Século XX. [...] (1920-1930)*, já cit., p.104.

¹⁷ Manuel Maria de Melo, “Notas e Considerações sobre a Vida e Obra do Maestro Simaria”, in Carlos Lobão [org.], *Francisco Xavier Simaria [...]*, já cit., pp.7-9.

“estrangeira”, “cabográfica e carvoeira”, não deixariam de ser observadas e captadas pelo olhar arguto de Nemésio, na sua curta passagem pela Horta como aluno do seu Liceu (maio a agosto de 1918), e que depois ficcionaria em *Mau Tempo no Canal*.

Por isso, nesta Horta “desportiva e estrangeira” marcaram presença assinalável, pelas suas qualidades técnicas, atletas das diferentes companhias de cabo de que destacamos, entre outros, os ingleses R. A. Peck, R. Bishop, G. A. MacMullen e Harry Houghton, os alemães Alfred Moll e Hans Twirdy e o americano S. A. Gustafson. Este a 2 de agosto de 1926, fez a travessia a nado do Canal Pico-Faial, em 5:32h. De registar ainda o nome do cônsul americano Reginal S. Castleman, introdutor do Basquetebol na ilha do Faial, em 1925.

No caso do futebol, pode dizer-se que o Faial começava a jogar à bola, tendo-se para o efeito construído um campo, o Relvão da Doca. Por outro lado, desenha-se uma certa internacionalização, isto é, primeiro, entre os clubes locais e as equipas das estações de cabo e dos navios estrangeiros que aportavam à sua baía. Depois com a criação da Liga de Futebol da Horta. Passavam a organizar-se provas regulares constituídas por clubes locais formados por jogadores faialenses e por clubes locais com emblema estrangeiro (companhias de cabo).

Ao lado desta dinâmica associativa e recreativa, persistiam as inúmeras festas e romarias. Eram as festas religiosas (do padre) com as suas seculares procissões (Senhor dos Passos, Corpo de Deus, Senhor Santo Cristo), as festas do Espírito Santo (do povo), as romarias (São João da Caldeira, São Pedro, São Mateus), numa vivência marcada pelo ritmo sazonal das estações do ano. A festa pública, apesar de ser quase exclusivamente, a festa religiosa, gradualmente começa a ter como companheira a festa cívica: 1 de maio, 10 de junho; 5 de outubro, além das significativas e espetaculares comemorações centenárias muito em voga no período em estudo.

Neste foco artístico, literário e desportivo o género feminino também ganhou espaço numa época em que era ponto assente que o homem era a autoridade e a mulher a eterna subordinada. Apesar de todo o protagonismo público ser masculino, sem deixar de ser verdade, de estar excluída do mundo político, sem capacidade eleitoral, muitas faialenses não se ficam mais pelo seu mundo tradicional – o lar. É verdade que elas eram soberanas da casa e da domesticidade, mas vão querer ter também uma presença pública significativa que lhe permitisse aceder aos locais de exclusivo acesso masculino, aos espaços sociais da vivência masculina. Cortavam-se as amarras do lar, libertando-se para um convívio social

mais amplo, onde dançam, cantam, tocam piano, recitam poesias e atuam no teatro, expondo-se a olhos curiosos, além de escreverem para os jornais. Por outro lado, a imprensa não deixava de dar destaque e de debater o papel civilizador e patriótico de mulher, de mãe e de educadora, bem como do programa necessário à sua educação e instrução. Ao mesmo tempo que referia a sua presença em diferentes momentos da vida social pelo inconfundível estendal de joias e “arejar” das toilettes, como exigia o “bom gosto” e a “retórica jornalista” apreciava: “[A mulher faialense] prefere à missa elegante [...] uma ‘soirée no Amor da Pátria’; à ‘toilete’ afogada da igreja opõe o decote do baile; a um ‘Te-Deum’ opõe uma contradança; à música dolente dos ‘Kiries’ opõe a música saltitante de uma valsa”¹⁸.

Quanto à maioria da população, esta vivia com grandes dificuldades. Apesar do que se descreve, para lá dos novos hábitos e costumes, há uma multidão para a qual a vida não se alterou muito. Só periodicamente é que sai dos limites da freguesia e não frequenta os espetáculos. Para estas gentes, a quem muitas vezes a história se refere, mas pouco considera, as transformações pouco significam. A maioria é analfabeta, a vida é miserável, em resultado dos medos e dos sobressaltos de uma agricultura atrasada e rotineira incapaz de prover o necessário para evitar as constantes crises de subsistências.

Se o comportamento cosmopolita da elite faialense em nada tinha a ver com o quotidiano da restante população que se mantinha rural e analfabeta, ainda assim, esta, por seu turno, não se encontrava totalmente adormecida. Se olharmos para essa ruralidade com atenção, verificamos que a pasmaceira do costume, a vivência entre o trabalho, a taberna e a igreja vai sofrer alguns embates com a criação das suas filarmónicas e de outros agrupamentos musicais; de novas irmandades do Espírito Santo; de grupos desportivos.

Por outro lado, não fica quieta. Toma a iniciativa de por si resolver os seus problemas, – aquilo que os políticos não são capazes –, e mesmo desprovida de escolaridade, parte à procurar uma melhor vida. Emigra para o Brasil e para os EUA, duas alternativas a um quotidiano sofrido, de miséria e de pobreza crónicas, às agruras do temido recrutamento militar e da falta de trabalho, o que irá provocar uma grande hemorragia de gente. Gente, cuja maioria, nunca tinha saído dos limites da freguesia, do concelho, da ilha, mas que parte, que se lança ao encontro do maior desafio da sua vida, “na graça de Deus!”

¹⁸ Agnelo Casimiro, “A senhora faialense”, *O Telégrafo*, 1906, dezembro 12 (3 878), p.1.

Assim, o pobre filho de uns camponeses miseráveis de repente torna-se uma “lenda”. Este zé-ninguém depois de um tempo de aventura, em que, muitas vezes, nem se sabia se estava vivo ou morto, regressava com os bolsos recheados de águias. Se era para ficar, comprava as terras sonhadas. Se era para voltar, procurava levar para junto de si familiares e amigos. Ao mesmo tempo, este filho da terra que arriscou tudo na emigração fazia chegar a América longínqua à sua freguesia, aguçando os espíritos para igual aventura. Mas se a vida lhe sorriu não deixa de ser solidário para com a sua terra distante, nem que fosse apenas para as obras de restauro da sua igreja. Por isso, fica a questão que ainda não teve resposta, mas que serve para (muitos) debates: Como teria sido a vida dos faialenses sem o recurso à emigração?

Houve também aqueles que saíram deste mundo para seguir o sacerdócio e os estudos universitários onde se formaram em Medicina e em Direito, porque se muitas vezes riqueza material coabitava com analfabetismo, houve pais que foram capazes de projetar para os seus filhos um futuro diferente do seu presente.

A instrução constituiu um desafio dos governos liberais, mas os resultados ficaram muito aquém dos objetivos previstos e dos princípios teóricos defendidos (carácter laico, gratuito e obrigatório) e da criação de escolas de primeiras letras em todas as freguesias da ilha. As autoridades não foram capazes de aliciar os pais a mandarem os filhos à escola. Isso até pode ser compreensível. Como é que um pai que nunca conheceu a cultura de escola podia mandar fazer o que nunca haviam feito com ele? Com efeito, para estes pais, o saber ler, escrever e o cálculo aritmético, contrapunham-se à impiedosa necessidade dos filhos ajudarem nos trabalhos agrícolas. Não reconheciam que havia tempo para tudo, apenas queriam empregá-los nos trabalhos do campo porque esta era a obrigação dos filhos e aquilo que os progenitores esperavam deles. Por isso, o professor primário lutou sempre com dificuldade, contra valores ancestrais e transversais ao arquipélago, para ministrar a instrução.

Uma das mais importantes conquistas do Faial oitocentista foi a introdução da imprensa (1857), com a proliferação de títulos. Mau grado a maioria ter tido uma vida efémera, como sucedia também nas outras ilhas, houve um que conseguiu atingir a proveta idade de 111 anos: *O Telégrafo* (1893-2004).

Todavia, isso não invalidou que todos, sem exceção, em duas coisas tivessem afinado pelo mesmo diapasão: a defesa dos interesses vitais da ilha e do distrito e a pronta disponibilidade para acorrer às diferentes calamidades públicas (subscrições, organização de récitas, bandos precatórios, iniciativas anuais como o Natal dos Pobrezinhos e o Natal dos Pequeninos).

Concomitantemente com a informação noticiosa, com o debate personalizado em torno dos assuntos mais determinantes da vida local, foi também o meio através do qual se digladiavam as paixões políticas. Os jornais eram o instrumento da luta partidária (de descompostura), o que significa a existência, de um lado e de outro, de autênticos “caceteiros da pena”, gente (articulistas) que evidenciava não só uma nítida falta de decoro cívico, como o demonstrava uma clara atitude de subserviência e de bajulação em torno dos chefes partidários, dos partidos e dos seus correligionários. Por outro lado, eram ainda a “página”, sublinhe-se, de afirmação de homens e mulheres, que graças ao seu fino recorte literário, marcaram as letras açorianas (divulgação de “escritores e literatos locais” em que alguns tiveram uma significativa produção).

Ao mesmo tempo, sobrelevam alguns melhoramentos urbanísticos. Renovam-se e aformoseiam-se os espaços públicos como a praça D. Carlos I (da República, após o 5 de outubro de 1910) que viria a ocupar a área do antigo Convento da Glória, e o largo do Infante, fronteiro à praia de onde os clubes constroem as suas pranchas privadas e as suas barracas de banho, que passam a entrar na rotina dos faialenses. A iluminação elétrica liberta a cidade das sombras (1910). A isto junta-se a alteração “forçada” da fisionomia citadina com os terramotos de 5 e 31 de agosto de 1926.

Eis a Horta entre 1880 e 1926: um tempo apaixonante, “movente”, até contraditório, um misto de gosto boémio e de preocupação para com as coisas mais sérias e profundas do dia-a-dia. Um tempo definido pelo “vir de e ir para ” do homem faialense, uma marca (dinâmica) da sua experiência vivencial, das suas representações.

FONTES, BIBLIOGRAFIA e WEBGRAFIA

.FONTES

FONTES MANUSCRITAS

.ARQUIVOS NACIONAIS

.Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo

.IANTT, *Ministério do Reino*, Auto da Constituição Definitiva do Liceu Nacional da Horta, 1854 (maço 3 868).

.IANTT, *Liceu Nacional da Horta*, Relatórios do Comissário dos Estudos do distrito da Horta: 1872-1873 (maço 3 853); 1875-1876 (maço 3 847).

.ARQUIVOS REGIONAIS

.Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça

Fundos Diversos

.BPARJJG, *Sociedade de Beneficência e Instrução da cidade da Horta*, Estatutos, 1899.

.BPARJJG, *Associação de Socorros Mútuos Artista Faialense*, Relatório de contas da gerência de 1907.

.BPARJJG, *Asilo de Mendicidade*, Caderno de Recenseamento dos irmãos eleitores e elegíveis do Asilo de Mendicidade da Horta, 1911.

.BPARJJG, *Sociedade Cooperativa Previdência Operária*, Relação do trigo recebido nos granéis da 'Previdência Operária', sob a fiscalização da Câmara Municipal da Horta, 1917.

.BPARJJG *Sociedade Cooperativa Previdência Operária de Responsabilidade Limitada*, Estatutos, Horta, Tipografia Liberdade, 1926.

.BPARJJG, *Liceu Manuel de Arriaga*, Caixa Escolar, Estatutos, 1928.

Fundo Governo Civil do distrito da Horta

.BPARJJG, *Administração do Concelho da Horta*, Nota Numérica das pessoas que do Porto desta cidade da Horta saíram para os EUA, 1891.

.BPARJJG, *Capitania do Porto*, Livro de Registo do Movimento Marítimo do Porto da Horta (entrada e saída de navios) mencionando-se todas as circunstâncias de interesse geral e prescritas no Regulamento dos portos de Ponta Delgada e da Horta de 16 de fevereiro de 1911.

.BPARJJG, *Círculo Eleitoral da Horta*, Atas das Eleições de deputados em 1887.

.BPARJJG, *Círculo Eleitoral da Horta*, Atas das Eleições de deputados em 1890.

.BPARJJG, *Comissão Distrital da Horta*, Livro de Registo da correspondência expedida para diversos, 1887-1890.

.BPARJJG, *Comissão Distrital de Estatística*, Mapas estatísticos de emigração (ano de 1921).

.BPARJJG, *Comissão de Subsistências do Distrito da Hora*, Livro de Atas, 1916-1919.

- .BPARJJG, *Concelho do Distrito da Horta*, Livro de Atas, 1892-1904.
- .BPARJJG, *Estação de Saúde da Horta*, Livro para nele se lançarem as notas sobre o estado sanitário dos portos extraído dos respetivos boletins desde o n.º 1 em diante, 1892.
- .BPARJJG, *Estação de Saúde da Horta*, Livro de Registo dos navios entrados no Porto da Horta, 1864-1882.
- .BPARJJG, *Estação de Saúde da Horta*, Livros de Registo dos navios entrados no Porto da Horta: 1882-1909; 1924-1925; 1926-1928.
- .BPARJJG, *Estação de Saúde da Horta*, Mapas das embarcações visitadas pelas Estações de Saúde do distrito da Horta e respetivos relatórios, 1882.
- .BPARJJG, *Estação de Saúde da Horta*, Mapas das Embarcações visitadas nos portos do Distrito da Horta, ano de 1887 e respetivos relatórios.
- .BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, Livro da relação numérica do número de mancebos inscritos no recenseamento militar, 1892.
- .BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, Livro dos Registos remetidos às Câmaras Municipais do Distrito, 1880-1886.
- .BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, Livro de Registo dos Ofícios remetidos aos administradores de concelho desde 1883 a 1888.
- .BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, Livro de Registo dos Ofícios remetidos aos administradores de concelho do Distrito, 1887-1890.
- .BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, Livro de Registo de Ofícios dirigidos ao ministério do Reino, 1885-1890.
- .BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, Livro de Ofícios, 1918-1919.
- .BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, Livro de Registo da correspondência expedida a diversos pela Secretaria do Governo Civil, 1912-1916.
- .BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, Livro de Registos dos Ofícios aos Ministérios (menos do Reino), 1896-1908.
- .BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, Livro de Registo da Correspondência da Comissão Distrital da Horta da Horta expedida para os Administradores dos Conselhos, 1895-1904.
- .BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta* Livro de Registo das Provisões Eclesiásticas, 1890-1910.
- .BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, Mapas estatísticos referentes ao ano de 1887.
- .BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, Orçamentos para os anos de 1880, de 1882 e de 1886.
- .BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, Livros de Registo de Passaportes: Lv. 7 (1876-1889); Lv. 8 (1889-1908); Lv. 9 (1908-1920); Lv. 10 (1920-1933).

- .BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, Passaportes, Registo de Visto em Passaportes, 1919-1926.
- .BPARJJG, *Governo Civil* Livro de Atas do Tribunal da auditoria Administrativa da Horta, 1906-1907 (7).
- .BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, Livro de Registos de Alvarás, 1911-1918.
- .BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, Livro de Atas do Conselho do Distrito, 1880-1881.
- .BPARJJG *Governo Civil do distrito da Horta*, Livro de Atas da Comissão Distrital da Horta, 1893-1896.
- .BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, Livros de Registo de Portarias dos ministérios das Obras Públicas, Eclesiástico, Guerra, Marinha e Fazenda e Estrangeiros: 1880-1890; 1890-1906.
- .BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, Livro de Folhas de vencimento dos Carcereiros do distrito da Horta, 1887-1893.
- .BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, Livro de Diplomas e Alvarás de nomeação de professores e eclesiásticos, 1880-1888.
- .BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, Livro de Cartas de Mercê, Alvarás e Patentes, 1891-1916.
- .BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, Livro de Pagamento aos Funcionários Eclesiásticos do Distrito da Horta, 1891-1899.
- .BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, Livro de Registo das Provisões Eclesiásticas, 1890-1910.
- .BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, Livro de Termos de Fiança de Capitães de Navio, 1872-1892.
- .BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, Livro de termos de Fiadorias de recrutas, na conformidade das portarias de 5 de maio de 1873 e 19 de janeiro de 1876 [1880-1882].
- .BPARJJG, *Governo Civil*, Livro de Atas da Junta de Inspeção do distrito da Horta, 1887-1890.
- .BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, Livro de Registo da Correspondência da Repartição do Alto Comissário, 1926-1927.
- .BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, Livro para se lançarem os Autos de Vistoria deste Alto-Comissariado, 1926.
- .BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, Livro de Registo das Portarias dos Ministérios das Obras Públicas, Eclesiástico, Guerra, Marinha, Fazenda e Estrangeiros, 1880-1890.
- .BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, Livro de Portarias e Ofícios recebidos do Ministério do reino, 1893-1905.
- .BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, Livro de Registo dos Ofícios dirigidos a diversos pela 1.^a repartição deste Governo Civil, 1910.

- .BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, Livros de Registo dos Estatutos das diferentes Corporações: Lv. 1 (1871-1883); Lv. 2 (1883-1893).
- .BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, “Relatório apresentado pela Comissão nomeada por alvará de 20 de Janeiro de 1882 para o exame dos teatros e casas de espetáculo nesta cidade da Horta”.
- .BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, Sociedade Terpsicore Beneficente Artista Faialense, Estatutos, 1882.
- .BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Horta, Estatutos, 1882.
- .BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, Irmandade do Império da Beneficência da Cruz do Bravo, Estatutos, 1885.
- .BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, Confraria ou Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, Estatutos, 1885.
- .BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, Sociedade de Beneficência e Instrução da cidade da Horta, Estatutos, 1899.
- .BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, Irmandade do Asilo de Mendicidade da Horta, Estatutos, 1911.
- .BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, Filarmónica União Faialense, Estatutos, 1918.
- .BPARJJG, *Governo Civil do distrito da Horta*, Angústias Atlético Clube, Estatutos, 1923.

Fundo Municipal da Horta

- .BPARJJG, *Celeiro Municipal da Horta*, Livro de Atas da Gerência, 1918-1919.
- .BPARJJG, *Celeiro Municipal da Horta*, Trigo e farinha exóticos, 1918-1919.
- .BPARJJG, *Celeiro Municipal da Horta*, Livro de Requisição de cereal e de farinha, 1918-1919.
- .BPARJJG, *Celeiro Municipal da Horta*, Livro de Registos de Movimentos, 1918.
- .BPARJJG, *Celeiro Municipal da Horta*, *Livro de Registo de Correspondência (ofícios expedidos)*, 1918-1919.
- .BPARJJG, *Celeiro Municipal da Horta*, Livro da Conta Corrente, 1918-1919.
- .BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livros de Vereações: Lv. 10 (1751-1759); Lv. 34 (1865-1867); Lv. 40 (1877-1879); Lv. 41 (1879-1882); Lv. 42 (1882-1885); Lv. 43 (1885-1889); Lv. 44 (1889-1891); Lv. 45 (1891-1892); Lv. 46 (1892-1894); Lv. 47 (1894-1896); Lv. 48 (1896-1898); Lv. 49 (1898-1900); Lv. 50 (1900-1902); Lv. 51 (1902-1904); Lv. 52 (1904-1906); Lv. 53 (1906-1907); Lv. 54 (1907-1908); Lv. 55 (1908-1909); Lv. 56 (1909-1910); Lv. 57 (1910-1911); Lv. 58 (1911-1913); Lv. 59 (1913-1915); Lv. 59-A (1914-1920); Lv. 60 (1916-1917); Lv. 61 (1917-1919); Lv. 62 (1919-1921); Lv. 63 (1920-1925); Lv. 63-A (1921-1923); Lv. 64 (1923-1925); Lv. 65

(1925-1926); Lv. 66 (1926-1927); Lv. 67 (1927); Lv. 68 (1927); Lv. 69 (1927-1928); Lv. 70 (1928); Lv. 73 (1929-1930).

.BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livro Sinopse de atas da Câmara Municipal da Horta, 1906-1908.

.BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livros de Registos: Lv. 49 (1879-1880); Lv. 50 (1881-1882); Lv. 51 (1882-1883); Lv. 52 (1883-1885); Lv. 53 (1885-1887); Lv. 54 (1887-1890); Lv. 55 (1890-1892); Lv. 56 (1892-1894); Lv. 57 (1894-1895); Lv. 58 (1896); Lv. 59 (1896-1899); Lv. 60 (1900-1902); Lv. 61 (1903-1905); Lv. 62 (1906-1907); Lv. 63 (1907-1908).

.BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livro de Editais.

.BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Copiador de Editais, 1902-1927.

.BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livro do Império de Reconhecimento e Beneficência, 1845.

.BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Comissão Inspetora dos Exames Finais de Instrução Primária, Livro de Atas, 1882.

.BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livro para nele se lançarem as atas da Comissão Inspetora dos exames finais de instrução primária, 1882-1891.

.BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livro para nele se lançarem as atas das sessões a Junta Escolar do concelho da Horta, 1889-1892.

.BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Instrução Primária-Mapas Mensais, 1881-1884.

.BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Ensino Primário-Documentos Diversos.

.BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livro para o Lançamento da Conta Corrente com o Estado, na parte relativa a encargos pelo mesmo subsidiadores para o Fundo de Instrução Primária, 1914-1918.

.BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livro para Lançamento dos Orçamentos de Receitas e Despesas do Fundo de Instrução Primária do Concelho da Horta, 1918.

.BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livro para nele se lançarem os termos de posse dos Professores e mais pessoal da Escola Industrial e Comercial da Horta, 1924.

.BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livro de Atas da Comissão de Anais do Município, 1885-1907.

.BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Recenseamento eleitoral, 1891-1897.

.BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Registo de Óbitos de Expostos, 1911-1919.

.BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Clube de Caçadores de Tiro, 1909-1910.

.BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Barracas de Banho, 1943.

.BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livro de Atas do conselho Escolar, 1924.

- .BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta* Livro de Registo de Mães Solteiras Subsidiadas, 1871-1926.
- .BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Atestados de Pobreza de Mães Solteiras, 1867-1884.
- .BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Atestados de Pobreza de Mães Solteiras, 1885-1905.
- .BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livro de Notas de Mudança de Domicílio, 1864-1886.
- .BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livro de Notas de Mudanças de Domicílio Perpétuo 1844-1886.
- .BPARJJG, *Câmara Municipal da Horta*, Livro de Atas da Comissão Encarregada do fornecimento de livros e utensílios para as escolas públicas do ensino primário deste distrito, 1880.
- .BPARJJG, *Círculo Escolar da Horta*, Atas das Conferências Pedagógicas, 1883-1887.
- .BPARJJG, *Círculo Escolar da Horta*, Sessões das Conferências Pedagógicas. Atas de 1883-1887 do Círculo Escolar da Horta.
- .BPARJJG, *Círculo Escolar da Horta*, Livro de Atas das Sessões das Conferências Pedagógicas. Atas de 1885-1887.
- .BPARJJG, *Círculo Escolar da Horta*, Conferências Pedagógicas. Correspondência.
- .BPARJJG, *Círculo Escolar da Horta*, Conferências Pedagógicas. Programa de 1888, aprovado na sessão de 10 de outubro de 1887.

Fundo Notarial

- .BPARJJG, Domingos Machado Soares (Notário), *Livro de notas*, 1909 (55).

Fundo Paroquial

- .BPARJJG, *Paróquia do Santíssimo Salvador da Matriz*, Livro de Casamentos, 1860-1889, Lv. 7.
- .BPARJJG, *Paróquia do Santíssimo Salvador da Matriz*, Livro Misto [Batismos, Óbitos e Casamentos], 1885-1886, Lv. 6.
- .BPARJJG, *Paróquia de Nossa Senhora da Graça da Praia do Almoxarife*, Livro de Batismos, 1873-1893, Lv. 6.
- .BPARJJG, *Paróquia de Nossa Senhora das Angústias*, Livro de Óbitos, 1916-1926.

Fundo do Registo Civil da Horta

- .BPARJJG, *Registo Civil da República de Portugal*, Livro de Registo de Óbitos do concelho da Horta em 1918.
- .BPARJJG, *Registo Civil da República de Portugal*, Livro de Registo de Óbitos do concelho da Horta em 1919.

.OUTROS ARQUIVOS

.Arquivo da Casa de Infância de Santo António

- .LEMONS, Raimundo, *Álbum Comemorativo do Centenário do Asilo de Infância Desvalida*, Horta, 1958.

.Arquivo da Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores

.ACMSCF, *Câmara Municipal de Santa Cruz*, Vereações, Livros de Vereações, 1893-1895; 1901-1902.

.Arquivo da Escola Básica e Integrada António José de Ávila

Fundo da Direção Escolar da Horta

.AEBIAJA, Livro para lançamento de termos de exame do curso elementar dos sexos masculino e feminino, 1882-1895.

.AEBIAJA, *Comissão Inspecção de Exames finais de Instrução Primária*, Livro de Atas, 1882-1891.

.AEBIAJA, *Junta Escolar do Concelho da Horta*, Livro de Atas, 1889-1892.

.AEBIAJA, *Círculo Escolar da Horta*, Livro de Recenseamentos das crianças em idade escolar. Freguesia dos Flamengos (sexo feminino), 1913.

.AEBIAJA, *Círculo Escolar da Horta*, Livro de recenseamento das crianças na idade escolar, do sexo feminino, da freguesia dos Flamengos, [1916].

.AEBIAJA, *Círculo Escolar da Horta*, Escolas Móveis, Anos Económicos de 1913-1914 e de 1916-1917.

.AEBIAJA, *Direção do distrito Escolar da Horta*, Termos de Exames do 2.º grau, 1901-1919.

.AEBIAJA, *Direção do distrito Escolar da Horta*, Livro de Provas Finais de Escolas Móveis, 1915-1930.

.AEBIAJA, *Direção do distrito Escolar da Horta*, Livro Serviços Passagens da 4.ª classe à 5.ª classe, 1920-1927.

.AEBIAJA, *Escola Industrial e Comercial da Horta*, Livro de termos de posse dos Professores e mais pessoal da Escola Comercial e Industrial da Horta, 1924.

.AEBIAJA, *Escola Industrial e Comercial da Horta*, Livro de Atas do Conselho Escolar, 1924.

.Arquivo da Escola Secundária Manuel de Arriaga

Fundo Liceu da Horta

.AESMA, *Liceu da Horta*, Livro do Auto da Constituição Definitiva do Liceu Nacional do distrito da Horta, 1854.

.AESMA, *Liceu da Horta*, Índice Alfabético dos alunos que efetuaram matrículas ou fizeram exames neste Liceu de 1852-1949-1950.

.AESMA, *Liceu da Horta*, Livros de Matrículas: Lv. 7 (1880-1883); Lv. 8 (1883-1889).

.AESMA, *Liceu da Horta*, Livro de Exames de Admissão, 1852-1884.

.AESMA, *Liceu da Horta*, Livros de Atas das Sessões do Conselho Escolar: 1867-1882; 1882-1896; 1896-1900.

.AESMA, *Liceu da Horta*, Estatísticas, 1860-1889.

.AESMA, *Liceu da Horta*, Livro Registo de Correspondência Recebida, 1860-1896.

- .AESMA, *Liceu da Horta*, Livro de Registo de Correspondência Oficial Expedida, 1881-1895.
- .AESMA, *Liceu da Horta*, Livros de Registo de Correspondência Expedida: 1886-1907; 1899-1905.
- .AESMA, *Liceu da Horta*, Livro de Atas da Comissão Encarregada do fornecimento de livros e utensílios para as escolas públicas de ensino primário deste distrito, 1880-1914.
- .AESMA, *Liceu da Horta*, Livro de Termo dos Exames Saídos do Curso Geral. Alunos Externos, 1907-1931.
- .AESMA, *Liceu da Horta*, Livro dos Termos de Posse dos professores e demais pessoal deste Liceu, 1871-1919.
- .AESMA, *Liceu Manuel de Arriaga*, Livro de Atas das Sessões Solenes realizadas no Liceu Nacional da Horta, 1930-1936.
- .AESMA, *Liceu Manuel de Arriaga*, Estatutos da Caixa Escolar do Liceu de Manuel de Arriaga, 1928.
- .AESMA, *Liceu Manuel de Arriaga*, Relatório do Reitor de 1927-1928.
- .AESMA, *Associação dos Professores do Liceu Manuel de Arriaga*, Livro de atas das Sessões da Assembleia Geral, 1928.

.Arquivo da Família do Dr. Gabriel Batista de Simas

- .AFGBS, *Correspondência recebida* [vária].

.Arquivo da Família de Moisés Benarús

- .AFMB, *Correspondência recebida e expedida pelo serviço consular da América na ilha do Faial* [anos vários].
- .AFMB, UNITED STATES, *Diplomatic and Consular Service of the United States*, 1915, november (9).
- .AFMB, UNITED STATES, *Register of the Department of State*, Washington, 1915.
- .AFMB, *Documentação diversa*.

.Arquivo da Paróquia dos Flamengos

Fundo Junta de Paróquia

- .APF, *Junta de Paróquia da Freguesia dos Flamengos*, Livro de Despesas e de Receitas, 1876-1919.
- .APF, *Junta de Paróquia da Freguesia dos Flamengos*, Livros de Atas: 1863-1873; 1892-1932.
- .APF, *Junta de Paróquia da Freguesia dos Flamengos*, Livro de Recenseamento das crianças em idade escolar, 1884 (1).

Fundo Paroquial

- .APF, *Paróquia de Nossa Senhora da Luz dos Flamengos*, Livro de Registo das notas estatísticas da população, e do estado de administração e moralidade da freguesia de Nossa Senhora da

Luz do lugar dos Flamengos, em conformidade do Disposto na Circular do Exmo. Prelado desta Diocese de 5 de novembro de 1873.

.APF, *Confraria de Nossa Senhora da Luz*, Estatutos, 1894.

.Arquivo da Sociedade Filarmónica Unânime Praiense

.ASFUP, *Sociedade Filarmónica Unânime Praiense*, Dossier-Correspondência-Construção do Novo Edifício da Sede.

.ASFUP, *Sociedade Filarmónica Unânime Praiense*, Índice da composição da Filarmónica com os seus Regentes.

.Arquivo da Sociedade Literária Artista Faialense

.ASLAF, *Grémio Literário Artista Faialense*, Livro de Atas, 1878-1883.

.Arquivo das Obras Públicas do Distrito da Horta

.AOPDH, *Obras Públicas do Distrito da Horta*, Número de navios à vela e a vapor entrados no Porto da Horta entre 1880-1926.

.AOPDH, *Tibério Augusto Blanc*, Projeto Definitivo do Porto Artificial da Horta. Memória, Lisboa, 4 de dezembro de 1871.

.AOPDH, *Companhia Nacional de Construções*, Obra de Conclusão do Porto Artificial da Horta. Projeto de Construção da Cabeça do quebra-mar [5 de março de 1895].

.AOPDH, *Obras Públicas do Distrito da Horta*, Projeto de transformação de Terrapleno dom quebra-mar do Porto Artificial da Horta, 1898.

.AOPDH, *Obras Públicas do Distrito da Horta*, Porto Artificial da Horta. Projeto de Dragagem, 1943.

.Arquivo do Museu da Horta

.AMH, *Estação de Saúde da Horta*, Livro de Registo das embarcações visitadas pela Estação de Saúde do porto da Horta, 1875-1888, Lv. 5.

.AMH, *Estação de Saúde da Horta*, Livro de Registo das embarcações visitadas pela Estação de Saúde do porto da Horta, 1916-1925, Lv. 8.

.AMH, *Estação de Saúde da Horta*, Livro de Registo de todo o movimento marítimo do Porto da Horta (entradas e saídas de navios), 1914-1937.

.Arquivo do Sporting Club da Horta

.ASCH, *Estatutos do Sporting Club da Horta*, 1923.

.Arquivo Paroquial da Igreja de Nossa Senhora das Angústias

Fundo Paroquial

.APINSA, *Paróquia de Nossa Senhora das Angústias*, Livro de Registo das notas estatísticas da freguesia de Nossa Senhora das Angústias, que determina Sua Exa. Rma. Sr. Bispo desta diocese em Sua Circular de 5 de novembro de 1873.

- . APINSA, *Paróquia de Nossa Senhora das Angústias*, Livro de Registo de Irmãos da Confraria do Santíssimo Sacramento, 1902.
- .APINSA, *Paróquia de Nossa Senhora das Angústias*, Livro das Contas da Confraria mista do Santíssimo e de Nossa Senhora das Angústias, 1879-1880.
- .APINSA, *Paróquia de Nossa Senhora das Angústias*, Livro de Receitas e Despesas da Confraria mista do Santíssimo Sacramento e de Nossa Senhora das Angústias da cidade da Horta, 1901-1902.
- .APINSA, *Paróquia de Nossa Senhora das Angústias*, Livro de Receitas e Despesas da Confraria mista do Santíssimo Sacramento e de Nossa Senhora das Angústias da cidade da Horta, 1901.
- .APINSA, *Paróquia de Nossa Senhora das Angústias*, Livro de atas da Confraria mista do Santíssimo Sacramento e de Nossa Senhora das Angústias, 1911-1917.
- .APINSA, *Paróquia de Nossa Senhora das Angústias*, Livro de Receitas e Despesas da Confraria mista do Santíssimo Sacramento e de Nossa Senhora das Angústias da cidade da Horta, 1919-1941.
- .APINSA, *Paróquia de Nossa Senhora das Angústias* Livro da Receita e da Despesa da Confraria de Santa Bárbara da freguesia de Nossa Senhora das Angústias, 1897.
- .APINSA, *Paróquia de Nossa Senhora das Angústias*, Livro de Atas da Confraria de Santa Bárbara, 1903.
- .APINSA, *Paróquia de Nossa Senhora das Angústias* Livro dos Associados de Nossa Senhora da Compaixão, 1903.
- .APINSA, *Paróquia de Nossa Senhora das Angústias*, Livro de Óbitos desde 1916 a 1926.
- .APINSA, *Paróquia de Nossa Senhora das Angústias*, Róis de Confessados: 1880; 1881; 1882; 1883; 1884; 1886; 1887; 1888; 1889; 1892; 1902; 1910; 1918; 1925.

.FONTES DATILOGRAFADAS

.Arquivo da Escola Secundária Manuel de Arriaga

Fundo Liceu da Horta

- .AESMA, *Liceu Provincial Manuel de Arriaga*, Relatório do Reitor de 1938-1939.
- .AESMA, *Liceu Provincial Manuel de Arriaga*, Relatório do Reitor de 1945-1946.
- .AESMA, *Liceu Provincial Manuel de Arriaga*, Relatório do Reitor de 1953-1954.

.FONTES IMPRESSAS

.Coleções de fontes, relatórios oficiais e legislação

- .AÇORES, *Jornal Oficial*, 1980.

- .ALMEIDA, Pedro Tavares de [org.], *Legislação Eleitoral Portuguesa, 1820-1926*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 1998.
- .CASTILHO, Visconde Júlio de, *Relatório apresentado pelo Governador Civil do Distrito da Horta à Junta Geral Administrativa do Distrito na Sessão Ordinária de 1877*, Horta, Tipografia, Hortense, 1877.
- .*Consultas das Juntas Gerais dos distritos Administrativos do Reino e Ilhas Adjacentes no Ano de 1852*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1855, pp.1-6: “Consulta da Junta Geral do distrito da Horta. Ano de 1852”.
- .*Consultas das Juntas Gerais dos Distritos Administrativos do Reino e Ilhas Adjacentes no Ano de 1853*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1854, pp.1-2: “Consulta da Junta Geral do distrito da Horta. Ano de 1853”.
- .*Ensino Secundário, Compilação sistemática das disposições sobre a sua organização, funcionamento e administração, vigentes em 1 de janeiro de 1929*, Braga, Livraria Cruz, editora, 1929.
- .*Governo Civil do distrito da Horta*, Relatório apresentado pela Comissão nomeada por alvará de 20 de Janeiro de 1882 para o exame dos teatros e casas de espetáculo nesta cidade da Horta.
- .*Liceu Nacional da Horta*, Relatório referente ao ano letivo de 1895-1896, Horta, Tipografia do Telégrafo, 1896.
- .*Liceu Nacional da Horta*, Anuário, Ano escolar de 1910-1911, Horta, Tipografia do Telégrafo, 1911.
- .*Liceu Nacional da Horta*, Anuário, Ano escolar de 1911-1912, Horta, Tipografia O Telégrafo, 1912.
- .*Liceu Nacional da Horta*, Anuário, Ano escolar de 1912-1913, Horta, Tipografia do Telégrafo, 1913.
- .*Liceu Nacional da Horta*, Anuário, Ano escolar de 1913-1914, Horta, Tipografia do Telégrafo, 1914.
- .LEITE, José Reis, *A Autonomia dos Açores na Legislação Portuguesa (1892-1947)*, Horta, Assembleia Regional dos Açores, 1987.
- .PORTUGAL, *Anuário Estatístico de Portugal (1908-1909 e 1910)*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1914.
- .PORTUGAL, *Código Administrativo aprovado por Carta de Lei de 6 de maio de 1878*, 2.^a ed., Coimbra, 1878.
- .PORTUGAL, *Código Administrativo Português* [1886], 2.^a ed., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1892.
- .PORTUGAL, *Coleção Oficial da Legislação Portuguesa: legislação de 1842 em diante, redigida pelo desembargador António Delgado da Silva*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1842.

- .PORTUGAL, *Coleção Oficial da Legislação Portuguesa. Ano de 1855, redigida por José Máximo de Castro Neto Vasconcelos e Leite*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1856.
- .PORTUGAL, *Diário do Governo*, 1880, 1881, 1892, 1894, 1895, 1901, 1905, 1907, 1911, 1912, 1914, 1917, 1918, 1919, 1920, 1924, 1925, 1926 e 1928.
- .PORTUGAL, *Instrução Pública (1917)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1920.
- .PORTUGAL, *Ministério das Finanças* [Direção-Geral de Estatística], *Censo da População de Portugal no 1.º de dezembro de 1911*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913.
- .PORTUGAL, *Ministério dos Negócios do Reino* [Direção-Geral de Instrução Secundária, Superior e Especial], *Estatística do Ensino Secundário (1904-1905)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1909.
- .*Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos distritos administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes, 1857*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1859.
- .*Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos distritos administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes, 1859*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1861.
- .*Relatórios Sobre o Estado da Administração Pública nos Distritos Administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1863*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1865.
- .*Relatório do Governador Civil do Distrito Administrativo da Horta, 1867*.
- .ROCHA, Elmiro [Transcrição e notas] & VIANA, Mário [Introdução] & RIBEIRO, Fernando Faria [Índices], *Posturas da Câmara Municipal da Horta (1803-1886)*, Horta, Núcleo Cultural /Câmara Municipal da Horta, 2010.
- .SILVA, António Delgado da, *Coleção da Legislação Portuguesa de 1763 a 1774*, Lisboa, Tipografia Maignense, 1829.
- .*Sociedade Cooperativa Previdência Operária de Responsabilidade Limitada*, Estatutos, Horta, Tipografia Liberdade, 1926.

.Fontes narrativas, ensaios, discursos e outras publicações

- .AAVV, *A Horta de Vila a Cidade*, Horta, Câmara Municipal da Horta, 1983.
- .AAVV, *Açorianidade e Autonomia - Páginas Escolhidas*, Ponta Delgada, Signo, 1991.
- .AAVV, *Relação, por anos de entrada, dos alunos do Liceu da Horta (1852-1976)*, Horta, Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta [2004].
- .AFONSO, João, *Açores: Quando o Príncipe Alberto de Mónaco visitou as Ilhas*, Secretaria Regional dos Transportes e Turismo, Horta, 1988.
- .*Álbum do Fayal Sport Club*, Horta, Empresa Tipográfica O Telégrafo, 1934.
- .ALMEIDA, Gabriel de, *As Ilhas dos Açores*, Lisboa, 1889.
- .AMARAL, Armando, *A Bola, os Outros e Eu*, Angra do Heroísmo, [Edição do Autor], 1999.
- .——, *Aguenta Verdos. Fayal Sport Factos e Figuras*, Angra do Heroísmo, [Edição do Autor], 2009.

- . — & BETTENCOURT, José [coord.], *Fayal Sport Club (1904-1984). 75 Anos. Álbum Comemorativo*, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura/Direção Regional de Educação Física e Desportos, 1988.
- . ANDRADE, Júlio Dutra de & VARGAS, Manuel Garcia, *Notas Históricas sobre a tuna, fanfarra e filarmónica de Santo Amaro, ilha do Faial*, Horta, s. d.
- . “APONTAMENTOS PARA A HISTÓRIA DA SANTA CASA DA CIDADE DA HORTA”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, vol. 6, 1975-1979 (2-3), pp.185-228.
- . ARAÚJO, Valente de, *Memórias de um Povo, Vereações e Registos da Câmara Municipal da Horta (1682-2003 e 1602-1908)*, Horta, Edição de Autor, 2003-2004.
- . —, *O resgatar de uma memória. Subprefeitos, Administradores Gerais, Governadores Cívicos do Distrito da Horta*, Horta, Edição do Autor, 2007.
- . ARRIAGA, Manuel de, *Canto ao Pico*, edição fac-similada da edição de 1887, Ponta Delgada, Presidência do Governo Regional dos Açores/Direção Regional da Cultura, 2010.
- . —, *Na Primeira Presidência da República. Um rápido relatório*, Lisboa, 1916.
- . AZEVEDO, Mário, *Teses, Relatórios e Trabalhos escolares. Sugestões para estruturação da escrita*, 3.^a ed., Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 2003.
- . BAKER, Alice, “Um Verão nos Açores e a Madeira de relance”, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vols. 16 e 17, Angra do Heroísmo, 1958-1960, pp.142-181 e 107-151.
- . BATISTA, António [Plano e dir.], *Álbum Açoriano*, Lisboa, Oliveira & Baptista, 1903.
- . —, *Faial, Jardim dos Açores*, Coimbra, Livraria F. França Amado, Sucessor, s.d.
- . —, *A Verdade Vence*, 2.^a ed., Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1994.
- . BETTENCOURT, Eduardo, *Os Ratos da Doca*, Horta, Edição do Autor, 2003.
- . BETTENCOURT, Urbano, *O Gosto das Palavras II (Leituras e Ensaios)*, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1995.
- . *Bíblia Sagrada*, 9.^a ed., Lisboa, Difusora Bíblica, 1981.
- . BRANDÃO, Raul, *Ilhas Desconhecidas - Notas e Paisagens*, S. l., Artes e Letras, 2009.
- . BULLAR, Joseph e Henry, *Um Inverno nos Açores e um Verão no Vale das Furnas*, 3.^a ed., Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2001.
- . CÂMARA, João da, “Álbum Açoriano”, in António Batista [Plano e dir.], *Álbum Açoriano*, Lisboa, Oliveira & Batista, 1903, pnn.
- . CEIA, Carlos, *Normas para Apresentação de Trabalhos Científicos*, 3.^a ed., Lisboa, Editorial Presença, 2000.
- . CÉSAR, Oldemiro, *Terras de Maravilha. Os Açores a Madeira. Notas de Duas Viagens de Estudo*, 2.^a ed., Lisboa, José Francisco de Oliveira, 1944.

- .CORDEIRO, António, *História Insulana das Ilhas a Portugal Sujeitas no Oceano Ocidental*, edição fac-similada da edição de 1717, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1981.
- .CORDEIRO, Carlos, *Na senda da Identidade Açoriana (Antologia de Textos do Correio dos Açores)*, Ponta Delgada, 1995.
- .CORREIA, Morão, *Poema do Homem das Ilhas de Bruma*, Horta, 1952.
- .CORSÉPIUS, Yolanda, *Nas Rotas de Um Bisavô*, S. l., Edição do Autor, 2005.
- .CORTES-RODRIGUES, Armando, *Cancioneiro Geral dos Açores*, 2.º vol., Secretaria Regional da Educação e Cultura/Direção Regional da Cultura, 1982.
- .COSTA, Alberto Sousa, *Ilhas das Três Formosuras*, Lisboa, 1929.
- .COSTA, Ricardo Madruga da, *De New Bedford aos Mares do Sul. Uma viagem da barca Sea Ranger com escala pelo Fayal em 1869*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2008.
- .COMPANHIA NACIONAL DE CONSTRUÇÕES, *Obra de Conclusão do porto artificial da Horta. Projeto de execução da cabeça do quebra-mar*, Horta, 5 de março de 1895.
- .CROWNINSHIELD, Francis B.[org.], *The Story of George Crowninshield's yacht Cleopatra's Barge on a voyage of pleasure to the Western Islands and Mediterranean 1816-1817*, Boston, Privately Printed, 1913.
- .DABNEY, Roxana, *Anais da Família Dabney no Faial*, 3 vols., Horta, Instituto Açoriano de Cultura/Núcleo Cultural da Horta, 2004-2006.
- .DIÁRIO DE NOTÍCIAS, *Primeira Página, (1864-1984)*, Lisboa, Editorial Notícias, 1984.
- .DIONÍSIO, Manuel, *Costumes Açorianos*, Horta, Museu da Horta/Câmara Municipal da Horta, 2011.
- .DIREÇÃO-GERAL DE INSTRUÇÃO PÚBLICA, *Modelos de Mobília para Escolas de Instrução Primária*, Lisboa, 1877.
- .FERREIRA, Teófilo, *O Futuro do Arquipélago Açoriano. O Telégrafo Submarino. A Iluminação das Costas Insulares. Discursos proferidos na Câmara dos Senhores Deputados nas sessões de 29 e 30 de Março de 1892*, Lisboa Imprensa Nacional, 1892.
- .FORJAZ, Jorge & MENDES, António Ornelas, *Genealogias das Quatro Ilhas. Faial. Pico. Flores. Corvo*, Lisboa, Dislivro Histórica, 2009.
- .FRAGA, João Carlos, *Porto da Horta. Faial. Açores*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1990.
- .FREITAS, Joana Gaspar de, *Bibliografia de Manuel de Arriaga*, Horta, Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta, 2003.
- .FRUTUOSO, Gaspar, *Saudades da Terra*, vol. VI, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1968.
- .GARCIA, Eugénio, "O Faial", *Ilustração Portuguesa*, 1914, julho 27 (440), pp.107-110.

- .GARCIA, José Manuel M., *Ditos e Escritos sobre João Garcia Júnior*, Horta, Edição do Autor, 2009.
- .GASPAR, Manuel Vieira, *As boias de correio no mar dos Açores e outras histórias*, vol.I, Ponta Delgada, Núcleo Filatélico e Milhafre, 2000.
- .GREAVES, Manuel [dir.], *In Memoriam, José Machado Serpa. Coletânea de originais e extratos da imprensa sobre a figura do ilustre açoriano*, Horta, Edição do Autor, 1948.
- .——, *Aventura de Baleeiros*, Horta, Edição do Autor, 1950.
- .GRÊMIO LITERÁRIO, *Discursos pronunciados na solene inauguração deste estabelecimento na noite de 2 de Janeiro de 1875*, Horta, Tipografia Hortense.
- .GUERRA, Maria Luísa, *Textos de História de Portugal (Século XIX)*, Lisboa, Empresa Literária Fluminense, 1978.
- .GOULART, Osório, *Álbum da Visita Régia à Ilha do Faial. Memória Narrativa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1902.
- .——, *Horas Solenes*, Porto, Cruz, Sousa & Barbosa, Lda., 1926.
- .——, “Origem do nome da cidade da Horta”, in *Livro do Primeiro Congresso Açoriano que se reuniu em Lisboa de 8 a 15 de maio de 1938*, Lisboa, Casa dos Açores, 1940, pp.155-157.
- .——, “A Ilha do Faial e a Cidade da Horta, Relance Histórico, Filológico e Heráldico”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, vol. I, 1956 (1), pp.15-35.
- .HEBBE, Jean Gustave, “Descrição das ilhas dos Açores”, *Arquivo dos Açores*, vol. X, edição fac-similada da edição de 1888, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1992, pp.515-527.
- .HIGGINSON, Thomas Wentworth, *O Faial e os Portugueses*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2009.
- .JÚNIOR, José de Almeida Pavão, *Aspetos do Cancioneiro Popular Açoriano*, Ponta Delgada Universidade dos Açores, 1981.
- .JÚNIOR, M. V. Armelin, “Os Açores”, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, vol. XI, 1922 (1-6), pp.233-270.
- .JÚNIOR, Manuel Zerbone, *Crónicas Alegres-1884-1885*, vol. I, Horta, Centro de Estudos e Cultura da Câmara Municipal da Horta, 1989.
- .——, *Crónicas Alegres-1885-1887*, vol. II, Horta, Câmara Municipal da Horta, 2005.
- .JÚNIOR, Rodrigo Alves Guerra, *A Americana*, Angra do Heroísmo. Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1980.
- .——, *Trutas*, Horta, Centro de Estudos e Cultura da Câmara Municipal da Horta, 1988.
- .——, *Atualidades (1900-1902)*, vol. I, Horta, Clube de Filatelia O Ilhéu, 2013.
- .JÚNIOR, Santos, *Relação dos jornais que se publicaram no Faial*, Horta, 1934.
- .JÚNIOR, Tomaz Duarte, *A Comunidade do Canal*, Madalena, Câmara Municipal, 2004.

- .LEITE, João Emanuel Cabral, *Estrangeiros nos Açores no século XIX. Antologia*, Ponta Delgada, Signo, 1991.
- .LOBÃO, Carlos [org.], *Às Lapas. Contos e Narrativas Faialenses*, Horta, Centro de Estudos e Cultura da Câmara Municipal, 1988.
- .—— [org.], *Francisco Xavier Simaria. In Memoriam*, Horta, Câmara Municipal da Horta/Centro de Estudos e Cultura, 1989.
- .—— [coord.], *João José da Graça/Florêncio José Terra. In Memoriam*, Horta, Clube de Filatelia O Ilhéu, 2001.
- .—— [coord.], *Na Rota das Ilhas. Casa do Espírito Santo*, Horta, Clube de Filatelia O Ilhéu, 2009.
- .—— [coord.], *Baleia à Vista!*, 4.^a ed., Horta, Clube de Filatelia O Ilhéu, 2011.
- .MACEDO, António Lourenço da Silveira, *História das Quatro Ilhas Que Formam o Distrito da Horta*, 3 vols., edição fac-similada da edição de 1871, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1981.
- .MAIA, Mariano Augusto Machado Faria e, *Breves Considerações Feitas na Câmara dos Senhores Deputados*, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1995.
- .MALDONADO, Pe. Manuel Luís, *Fénix Angrense*, vol. 2, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1990.
- .MARINHA PORTUGUESA [Direção de Faróis, Gabinete de Estudos], *O Farol dos Capelinhos*, 1903-2003, Lisboa, 2003.
- .MARTINS, Oliveira, *Portugal Contemporâneo*, II vols., 8.^a ed., Lisboa, Guimarães & C.^a Editores, 1976.
- .MATOS, Sérgio Campos de & FREITAS, Joana Gaspar de [org.], *Correspondência Política de Manuel de Arriaga*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004.
- .MELO, Fernando, *Fragmentos da Memória*, Horta, Câmara Municipal, 1993.
- .MELVILLE, Herman, *Moby Dick*, Porto, Coleção Geração Público, 2004.
- .MENDONÇA, Espínola de, *Último Adeus - \$10 centavos Para os Órfãos dos Aliados*, Horta, O Telégrafo, 1916.
- .MESQUITA, Roberto, *Almas Cativas e Poemas Dispersos*, Lisboa, Edições Ática, 1989.
- .MÓNACO, Albert I, *La Carrière d'Un Navigateur*, Ed. Librairie Plon, Paris, 1902 e 1913.
- .MONTEIRO, George, “O Faial de Thomas Wentworth Higginson (1855-1856)”, in *Conhecimento dos Açores através da Literatura*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 1988, pp.149-165.
- .MONTEIRO, Manuel Garcia, *Versos*, Horta, Edição do Autor, 1884.
- .——, *Rimas de Ironia Alegre*, Boston, Edição do Autor, 1896.
- .——, *A Trança*, Horta, Horta, Câmara Municipal da Horta, 1989.

- .MONTEREY, Guido de, *Faial (Açores. Uma Ilha de Encantar*, 3.^a ed., Porto, Edição do Autor, 1983.
- .MOTA, António Augusto Riley da, *Aristides Moreira da Motta. Advogado, Professor, Político (Notas Biográficas)*, 2.^a ed., Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1995.
- .MOUTINHO, Mário, *As nossas Ilhas (Impressões de Viagem)*, Lisboa, Tip. dos Caminhos de Ferro, 1926.
- .NEMÉSIO, Vitorino, *Mau Tempo no Canal*, 6.^a ed., Amadora, Livraria Bertrand, 1980.
- .——, *Corsário das Ilhas*, Amadora, Livraria Bertrand, 1983.
- .NEVES, Pedro Almiro [coord.], *Cadernos de História – História A – 11.º Ano (3.ª Parte)*, 1.^a ed., Porto, Porto Editora, 2008.
- .NOGUEIRA, J. V. Paula, “Identidade e Diferenças”, in Carlos Cordeiro & José Mendonça Brasil Ávila & Eduardo Ferraz da Rosa [org.], *Açorianidade e Autonomia. Páginas Escolhidas*, Ponta Delgada, Signo, 1989, pp.183-184.
- .PAVÃO, José de Almeida, *Aspetos do Cancioneiro Popular Açoriano*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1981.
- .PESSOA, Fernando, *Sobre Portugal. Introdução ao problema nacional*, Lisboa, Ática, 1979.
- .REBELO, Ernesto, “Notas Açorianas”, *Arquivo dos Açores*, vol. VII, edição fac-similada da ed. de 1885, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1982, pp.60-245.
- .——, “Notas Açorianas”, *Arquivo dos Açores*, vol. VIII, edição fac-similada da ed. de 1886, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1982, pp.6-96 e 281-376.
- .——, “Notas Açorianas”, *Arquivo dos Açores*, vol. IX, edição fac-similada da ed. de 1887, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1982, pp.19-97.
- .REDOL, Alves, *Gaibéus*, 20.^a ed., Lisboa, Editorial Caminho, 2006.
- .REID, Coronel Sam. C., “Os Açores Vistos por um Americano (o coronel Sam. C. Reid)”, *Arquivo dos Açores*. vol. XI, edição fac-similada da ed. de 1890, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1983, pp.193-198.
- .RIBEIRO, Vitorino José, *Breves Linhas Históricas sobre as Quatro Ilhas que compõem o distrito da Horta*, Horta, Ed. Tipografia Hortense, 1862.
- .RILEY, Carlos Guilherme & MARTINS, Rui de Sousa [Textos], *D. Carlos e os Açores*, Ponta Delgada, Câmara Municipal de Ponta Delgada, 2008.
- .ROSA, Eduardo Ferraz da & CORDEIRO, Carlos & ÁVILA, José Mendonça Brasil, *Açorianidade e Autonomia: Páginas Escolhidas*, Ponta Delgada, Signo, 1989.
- .ROSA, Francisco Nunes da, *Madrugada Entre Ruínas*, Horta, Câmaras do Triângulo, 1988.
- .ROSA, Tomás da, *Alguns Estudos*, Horta, Câmara Municipal da Horta, 1990.
- .RUDERS, Carl Israel, *Viagem em Portugal (1798-1802)*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1981.

- .SAMPAIO, Nuno, “Algumas opiniões críticas”, in Vitorino Nemésio, *Mau Tempo no Canal*, 6.^a ed., Amadora, Livraria Bertrand, 1980, pp.25-26.
- .SANTOS, Machado dos, *A revolução portuguesa: 19017-1910*, Lisboa, Sextante Editora, 2007.
- .SARAIWA, António José, *A Cultura em Portugal – Teoria e História*, Amadora, Livraria Bertrand, 1982.
- .SERPA, António Ferreira de, “Origem do nome ‘Horta, dado à cidade assim chamada”, in *Livro do Primeiro Congresso Açoriano que se reuniu em Lisboa de 8 a 15 de maio de 1938*, Lisboa, Casa dos 1940, pp.157-159.
- .SERPA, José Machado, *A Fala das Nossas Gentes*, Ponta Delgada, Signo/Centro de Estudos da Câmara Municipal da Horta/Direção Regional dos Assuntos Culturais, 1988.
- .SERRÃO, Joel, *Testemunhos sobre a emigração Portuguesa. Antologia*, Lisboa, Livros Horizonte, 1976.
- .——, *Liberalismo, Socialismo, Republicanismo. Antologia do pensamento político português*, 2.^a ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1979.
- .SILVA, João Paulo A. Pereira da, “Os Açores em 1832. A Perspetiva do Comandante Edward Boid, Comandante Inglês e Romântico”, *Revista Arquipélago. Número especial 1988: relações Açores-Grã-Bretanha*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1988, pp.211-232.
- .SILVEIRA, Pedro da, *Fui ao mar buscar laranjas*, Angra do Heroísmo, Direção Regional da Cultura, 1999.
- .SLOCUM, Joshua, *Sailing Alone Around the World*, Nova Iorque, Blue Ribbon Books, 1899-1900.
- .SOCIEDADE HUMANITÁRIA DE LITERATURA E AGRICULTURA, “Relatório”, *O Faialense*, 1881, janeiro 9 (23), pp.1-3.
- .SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, *Metodologia da Investigação, Redação e Apresentação de Trabalhos Científicos*, Porto, Livraria Civilização Editora, 1998.
- .SPORTING CLUBE DA HORTA, *Álbum (1923-1951)*, Horta, Sporting Club da Horta, 1951.
- .SUPICO, Francisco Maria, *As Escavações*, vol. I, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1995.
- .TERRA, Florêncio, “Dabneys”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, vol. 2, Horta, 1959 (1), pp.47-63.
- .——, *Água de Verão*, Ponta Delgada, Signo, 1987.
- .TWIN, Mark, *A Viagem dos Inocentes*, Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2010.
- .VENABLES, Bernard, *Baleia! Os Baleeiros dos Açores*, Horta, Peter Café Sport, 2010.
- .VERNE, Júlio, *Agencia Thompson & Cia.*, 2 vols., Lisboa, Bertrand, 1979.
- .VIDAGO, João, *Memória Histórica sobre a Moeda na Ilha do Faial*, Horta, O Telégrafo, 1931.

- .W., H.M., “Soccer in the Azores”, *The Venture*, Official Organ of the Commercial Cables Staffs’ Association [Azores number], 1928, vol. 2, june (3), p.122.
- .WEEKS, Lyman H., “Nos Açores”, *Revista Insulana*, vols. XIV e XV, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1958-1959, pp.83-124 e 235-324 e 49-91.

.PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

Almanaques

- .*Almanaque Açoriano Ilustrado para 1901*, Horta, Empresa Editora do Atlântico, 1900.

Jornais

Faial

- .*Açor (O)*, 1889-1891.
- .*Açoriano (O)*, 1883-1895.
- .*Arquivo (O)*, 1875.
- .*Atlântico (O)*, 1862-1873; 1879-1881; 1893; 1900; 1903.
- .*Bibliófilo (O)*, 1885.
- .*Biscuit (O)*, 1878.
- .*Borboleta (A)*, 1887-1889.
- .*Correio da Horta*, 1940-1942; 1955-1960; 2005.
- .*Correio da Semana (O)*, 1896-1897.
- .*Crítica (A)*, 1922.
- .*Debate (O)*, 1889.
- .*Democracia (A)*, 1911-1930.
- .*Democrata (O)*, 1885-1886.
- .*Direito Popular (O)*, 1882.
- .*Discussão (A)*, 1894.
- .*Escola (A)*, 1882.
- .*Estudante (O)*, 1925.
- .*Estudantina (A)*, 1895.
- .*Faialense (O)*, 1879-1889.
- .*Faialense (O)*, 1899-1902.
- .*Faialense (O)*, 1924-1926.
- .*Fayal (O)*, 1908-1909.
- .*Fayal (O)*, 1924 (número único).
- .*Fayal (O)*, 1926.
- .*Folha Insulana*, 1888.
- .*Gazeta Judicia (A)*, 1883-1887.

.*Globo (O)*, 1896-1897.
 .*Grémio Artista Faialense*, 1885 (número único).
 .*Grémio Literário (O)*, 1880-1884.
 .*Justiça*, 1910-1911.
 .*Insular (O)*, 1908.
 .*Liceu da Horta (O)*, 1876.
 .*Liceu (O)*, 1908.
 .*Luta (A)*, 1881-1883.
 .*Luta (A)*, 1928.
 .*Mocidade Académica*, 1933.
 .*Náutilo (O)*, 1919.
 .*Novidades (As)*, 1925-1927.
 .*Palavra (A)*, 1869.
 .*Pátria (A)*, 1875.
 .*Porto Franco*, 1877.
 .*Porto da Horta*, 1911-1912.
 .*Proscénio (O)*, 1898-1903.
 .*Operário (O)*, 1913.
 .*Raio (O)*, 1882-1883.
 .*Recreio (O)*, 1882-1883.
 .*Regeneração (A)*, 1880.
 .*Reivindicador (O)*, 1912.
 .*República (A)*, 1921.
 .*Resistência*, 1927.
 .*Século XX (O)*, 1901-1902.
 .*Sentinela (A)*, 1879-1880.
 .*Sport (O)*, 1910 (número único).
 .*Telégrafo (O)*, 1893-1940.
 .*Tribuna (A)*, 1911.
 .*Tribuna das Ilhas*, 2008-2013.

Flores

.*Flores (As)*, 1901.
 .*Florentino (O)*, 1890; 1891; 1893; 1894.

Graciosa

.*Ilha Graciosa (A)*, 1902.

Terceira

.*Imparcial (O)*, 1884-1885.

Boletins e Revistas

.*Boletim do Sporting Clube da Horta*, 1926; 1949; 1951; 1958.

.*Ilustração Portuguesa*, 1910; 1911; 1913, 1914; 1926.

.*Labor*, 1926; 1928.

.*Os Açores. Revista Ilustrada*, 1925, abril (11).

.*Revista ABC*, 1929.

.*Revista Faialense*, 1893.

. *The Venture*, Official Organ of the Commercial Cables Staffs' Association, 1928.

.BIBLIOGRAFIA

.Obras de teoria e problematização do estudo da História

.BARROS, José d' Assunção, "História, Espaço e Tempo: interações necessárias", *Varia História*, vol. 22, Belo Horizonte, 2006, jul/dez (36), pp.460-476.

.BLOCH, Marc, *Introdução à História*, 2.^a ed., Mem Martins, Publicações Europa-América, 1974.

.BOURDÉ, Guy & MARTIN, Hervé, *As Escolas Históricas*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1990.

.BRAUDEL, Fernand, *História e Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Presença, 1982.

.CANNADINE, David [coord.], *Que é a História Hoje?*, Lisboa, Gradiva, 2006.

.DWARKASING, Ana Leonor Pereira, "No rasto de problemas atuais da História", *Revista de História das Ideias*, vol. 11, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias/Universidade de Coimbra, 1989, pp.557-639.

.ENCARNAÇÃO, José de, "A toponímia, fonte histórica também para a República", *Biblos*, 2010 (VIII), pp.73-82.

.FEBVRE, Lucien, *La Terre et L'Evolution Humaine. Introduction Géographique A l'Histoire*, 2.^a ed., Paris, Éditions Albin Michel, 1924.

.FERRO, Marc, *Falsificações da História*, Mem Martins, Publicações Europa-América, [1984].

.FURET, François, *A Oficina da História*, Lisboa, Gradiva, s. d.

.GOMES, Raul Rodrigues, *Introdução ao Pensamento Histórico*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988.

.LEFEBVRE, Henri, *O Fim da História*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1971.

.LE GOFF, Jacques, [org.], & NORA, Pierre, *Fazer História*, 3 vols., 2.^a ed., Venda Nova, Livraria Bertrand, 1987.

.HOURS, Joseph, *O Valor da História*, Coimbra, Livraria Almedina, 1979.

- .MACEDO, Jorge Borges de, “Unidade de Poder e diversidade de situação nas áreas regionais em Portugal consequências metodológicas”, in Álvaro Matos & Raul Rasga [coord.], *Primeiras Jornadas de História Regional e Local*, Lisboa, Edições Colibri, 1993, pp.11-33.
- .MARROU, H.-I., *Do Conhecimento Histórico*, 4.^a ed., Lisboa, Editorial Aster, 1976
- .MATOS, Sérgio Campos de, “O Curso Superior de Letras e a Vulgarização da História em Portugal: Projetos em confronto (1858-1901)”, *Atas do Congresso de História da Universidade*, 1990, pp.367-388.
- .MATTOSO, José [dir.], *A História Regional e Local. A escrita da história – teoria e métodos*, Lisboa, Editorial Estampa, 1988.
- .——, *A Função Social da História no Mundo de Hoje*, Lisboa, Associação dos Professores de História, 1999.
- .MEDINA, João, “A Toponímia – Local de Memória”, in *Primeiras Jornadas de História Regional e Local*, Lisboa, Edições Colibri, 1993, pp.35-43.
- .MENDES, José Amado, ”O contributo da biografia para o estudo das elites locais: alguns exemplos”, *Análise Social*, Lisboa, Tomo XXVII, 1992 (116-117), pp.357-365.
- .——, “História Local e Memórias. Do Estado-Nação à Época da Globalização”, in *Ernesto do Canto-retratos do homem e do tempo*, Ponta Delgada, Centro de Estudos Gaspar Frutuoso/Universidade dos Açores/Câmara Municipal de Ponta Delgada, 2003, pp.187-203.
- .NEVES, Erivaldo Fagundes, *História Regional e Local no Brasil: fontes e métodos da pesquisa histórica regional e local*, Salvador, UEFS/Ed. Arcádia, 2002.
- .NOUSCHI, André, *Iniciação às Ciências Históricas*, Coimbra, Livraria Almedina, 1977.
- .NUNES, Graça Maria Soares, “A história regional e local – contributos para o estudo das identidades locais”, *Cadernos de Sociomuseologia*, 1996 (8), pp.71-81.
- .OLIVEIRA, António, “Problemática da História Local”, in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1995, pp.11-29.
- .PINHEIRO, Magda, “A biografia em Portugal – uma agenda”, *Revista Ler História*, 2006 (50), pp.67-80.
- .RAMA, Carlos M., *Teoria da História*, Coimbra Livraria Almedina, 1980.
- .RUBIN, Miri, “Que é a história cultural hoje?”, in David Cannadine [coord.], *Que é a História Hoje?*, Lisboa, Gradiva, 2006, pp.111-128.
- .SALMON, Pierre, *História e Crítica*, Coimbra, Livraria Almedina, 1979
- .TENGARRINHA, José, “Historiografia dos Estudos Locais em Portugal”, in Joseba Agirreazkuenga & Miguel Urquijo [ed.], *Perspetivas da Historia Local: Galicia e Portugal*, Bilbao, Servido Editorial, 1996, pp.29-48.

.TORGAL, Luís Reis, “História ... que história? Algumas reflexões introdutórias à temática da história local e regional”, *Revista de História das Ideias*, vol. 11, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias/ Universidade de Coimbra, 1989, pp.843-867.

.VILAR, Pierre, *Iniciação ao Vocabulário da Análise Histórica*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1985.

.Obras gerais, ensaios e estudos de referência

.ABDO, Joseph C., *No Limiar da História*, Lisboa, Tenht Island Editions, 2006.

.ALMEIDA, Onésimo Teotónio de, *Da Literatura Açoriana. Subsídios para um balanço*, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1986.

.—— a), “Geografia: Insularidade e Clima – A Suposta Influência Psíquica”, *Separata do Boletim Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLV, 1988, pp.143-169.

.—— b), “Vitorino Nemésio e a Tipologia do Açoriano”, *Separata da Revista Arquipélago. Línguas e Literaturas*, vol. X, 1988, pp.13-25.

.——, *Açores, Açorianos, Açorianidade*, Ponta Delgada, Signo, 1989.

.——, *Rio Atlântico*, Lisboa, Salamandra, 1997.

.ALVES, José Augusto dos Santos, *O Poder da Comunicação. A história dos media dos primórdios da imprensa aos dias da Internet*, Lisboa, Casa das Letras, 2005.

.ANDERSON, Michael, *Elementos para a História da Família Ocidental, 1500-1914*, Lisboa, Editorial Quercus, 1984.

.ANDRÉS-GALLEGO, José, *História da Gente Pouco Importante*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993.

.ARENDT, Hannah, *A Condição Humana*, Lisboa, Relógio d'Água, 2001.

.ARIÈS Philippe, *Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média*, Lisboa, Editorial Teorema, 1988.

.—— & DUBY, Georges [dir.], *História da Vida Privada*, vol. IV, Lisboa, Círculo de Leitores, 1990.

.ASCHER, François, *Metapolis – Acerca do Futuro da Cidade*, Oeiras, Celta, 1996.

.AUGÉ, Marc, *O Sentido dos Outros*, Vozes Petrópolis, 1999.

.BERTUCCI-MARTINS, Liane Maria, “A omnipresença do medo da ‘influenza’ de 1918”, *Varia História*, vol. 25, Belo Horizonte, jul/dez, 2009 (42), pp.457-475.

.BOYER, Paul S. [coord.], *United States History*, Oxford, Oxford University, 2001.

.BRAUDEL, Fernand, *Gramática das Civilizações*, Lisboa, Editorial Teorema, 1989.

.——, *Civilização Material, Economia e Capitalismo. Séculos XV-XVIII. O Tempo do Mundo*, Tomo 3, Lisboa, Teorema, 1993.

.BRUN, Charles, *Le Régionalisme*, Paris, Bloud e Cie. Editeurs, 1911.

- .CALVEZ, Jean-Yves, *Introdução à Vida Política*, Lisboa, Moraes, 1968.
- .CARMO, Francisco, “Religião é Cultura”, *Revista Arquipélago. Ciências Sociais*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1992-1993 (7-8), pp.31-54.
- .CONNERTON, Paul, *Como as Sociedades Recordam*, Oeiras, Celta Editora, 1993.
- .COURBIN, A., *O Território do Vazio. A Praia e o Imaginário Ocidental*, S. Paulo, Companhia de Letras, 1989.
- .DAMIÃO, Maria Helena, *De aluno a professor*, Coimbra, Livraria Minerva Editora, 1995.
- .DIOGO, Fernando, “Cultura de Pobreza: uma abordagem crítica da teoria”, *Revista Arquipélago. Ciências Sociais*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1992-1993 (7-8), pp.15-30.
- .DOMENACH, Jean-Marie, *Dinâmica da Modernidade. Abordagem à modernidade*, Lisboa, Instituto Piaget, 1995.
- .DUPEUX, Georges, “Guerras e Crises (1914-1947)”, in Pierre Léon [dir.], *História Económica e Social do Mundo*, Tomo I, vol. V, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1982.
- .CALAZANS FALCON, Francisco José, “História cultural e história da educação”, *Revista Brasileira de Educação*, vol. 11, maio/ago, (32), 2006, pp.328-339.
- .CASTELO, Cláudia, *Passagens para a África. O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (1920-1974)*, Lisboa, Edições Afrontamento, 2007.
- .CHOAY, Françoise, *A Alegoria do Património*, Lisboa, Edições 70, 2006.
- .DREYFUS, François, *O Tempo das Revoluções – 1787-1870*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1981.
- .DUBY, Georges & PERROT, Michelle [dir.], *História das Mulheres*, vols. IV e V, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994 e 1995.
- .FARGE, Arlette, “Famílias. A honra e o segredo”, in Philippe Ariès & Georges Duby [dir.], *História da Vida Privada*, vol. III, Lisboa, Círculo dos Leitores, 1990, pp.581-617.
- .FAVROD, Charles-Henri *A Antropologia*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1977.
- .FERNANDES, José Manuel, *Cidades e Casas da Macaronésia*, Porto, FAUP Publicações, 1996.
- .FERRO, Marc, *História da Primeira Guerra Mundial (1914-1918)*, Lisboa, Edições 70, 1992.
- .FREITAS, Vamberto, *Mar Cavado. Da Literatura Açoriana e de Outras Narrativas*, Lisboa, Edições Salamandra, 1998.
- .GEREMEK, Bronislaw, *A Piedade e a Força. História da Miséria e da Caridade na Europa*, Lisboa, Terramar, 1995.
- .GOFFMAN, Erving, *Manicómios, Prisões e Conventos*, 5.^a ed., Rio de Janeiro, Perspetiva, 1996.
- .GROISMAN, Daniel, “Duas abordagens aos asilos de velhos: da clínica de Santa Genoveva à história da institucionalização da velhice”, *Cadernos Pagu* (13), 1999, pp.161-190.
- .GURVITCH, Georges, *A Vocação Atual da Sociologia*, vol. I, Lisboa, Edições Cosmos, 1964.

- .HABERMANS, Jurgen, *L'espace public: archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise*, Paris, Éd. Payot, 1988.
- .HILÁRIO, Janaína Carla S. Vargas, "História política - cultura e sociabilidade partidária: uma proposta metodológica", *História Unisinos*, 2006, maio/agosto (10), pp.142-153.
- .HOBSBAWN, Eric, *A Era dos Extremos. História Breve do Século XX-1914-1991*, Lisboa, Editorial Presença, 1996.
- .JEAN, Georges, *Cultura Pessoal e Ação Pedagógica*, Porto, Edições Asa, 1990.
- .JOURCIN, Albert, *Prólogo ao Nosso Tempo – 1871-1918*, vol. 11, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1981.
- .LAMAS, José M. Ressano Garcia, *Morfologia urbana e desenho da cidade*, Lisboa, Fundação Calouste Gubenkian, 1992.
- .LA RUE, E. Aubert de, *L'homme des îles*, Paris, Ed. Gallimard, 1956.
- .LAPA, Tomás de Albuquerque & BORGES, Jenniffer dos Santos Borges, *A Cidade – Portuária: integrando espaços, estruturas e interesses numa perspetiva de desenvolvimento urbano sustentável*, Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada. Textos para a Discussão n.º 4, Série Gestão da Conservação Urbana, s. d.
- .LE GOFF, Jacques, [org.], *As Doenças têm História*, Lisboa, Terramar, 1997.
- .LÉON, Pierre [dir.], *História Económica e Social do Mundo*, Tomos I e II, vols. IV e V, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1982.
- .LOUREIRO, Carlos, *A docência como profissão*, Porto, Edições Asa, 2001.
- .LOURENÇO, Eduardo, *O Labirinto da Saudade*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1988.
- .LUZURIAGA, Lorenzo, *História da Educação e da Pedagogia*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1978.
- .MACCIO, Charles, *As Ciências Humanas em Movimento*, Lisboa, Instituto Piaget, 1998.
- .MARQUES, Isabel Pestana, "1914-1918. Comportamentos de Guerra", in Nuno Severiano Teixeira & Manuel Themudo Barata [dir.], *Nova História Militar de Portugal*, vol. 5, pp.99-135.
- .MATOS, Sérgio Campos de, "História, Positivismo e Função dos Grandes Homens no Último Quartel do Séc. XX", *Penélope*, 1992 (8), pp.51-71.
- .MELO, João de, *Antologia Panorâmica do conto Açoriano – Séculos XIX e XX*, Lisboa, Vega, 1978.
- .MIALARET, G., *A formação de professores*, Coimbra, Coimbra Almedina, 1981.
- .MORENO LÚZON, Javier, "A historiografia sobre o caciquismo espanhol: balanço e novas perspetivas", *Análise Social*, vol. XLI, 2006 (178), pp.2-29.
- .MUMFORD, Lewis, *The City in History*, Nova Iorque, Harcourt Brace & World, 1961.

- .NASCIMENTO, Alcileide Cabral do, “Frutos da castidade e da lascívia: as crianças abandonadas no Recife (1789-1832), *Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 15 (1), 2007, janeiro-abril (280), pp.67-83.
- .NAZARETH, J. Manuel, *Demografia a Ciência da População*, Lisboa, Editorial Presença, 2004.
- .NEPOMUCENO, Rui Firmino Faria, *A Madeira vista por escritores Portugueses (séculos XIX e XX)*, Funchal, Empresa Municipal “Funchal 500 Anos”, 2008.
- .NERÉ, Jacques, *O Mundo Contemporâneo*, Lisboa, Círculos de Leitores, s. d.
- .NÓVOA, António, *Evidentemente – Histórias da Educação*, Porto, Edições Asa, 2005.
- .PAIS, José Machado, “A prostituição na Lisboa Boémia dos inícios do século XIX”, *Análise Social*, vol. XIX (77-78-79), 1983, pp.939-960.
- .——, *Sociologia da Vida Quotidiana. Teorias, métodos e estudos de caso*, 4.^a ed., Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2004.
- .PEIXOTO, Paulo, “Identidade e Património”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 2004, dezembro (70), pp.183-204.
- .PEREIRA, Ana Ramos, “Sistemas Litorais: Dinâmicas e Ordenamento”, *Finisterra*, XLIII, 2008 (86), pp.5-29.
- .PETRUSKI, Maura Regina, “O inimigo invisível: a epidemia da gripe espanhola em Ponta Grossa, 1918”, *Analecta*, vol. 2, 2001, jan/jun (1), pp.9-17.
- .SILVA, Manuel de Aguiar e, *Teoria da Literatura*, 8.^a ed., Coimbra, Livraria Almedina, 1988.
- .PEREZ, Léa Freitas, “Antropologia das efervescências coletivas”, in Mauro Passos [org.], *A Festa na Vida*, Petrópolis, Editora Vozes, 2002, pp.15-58.
- .RÉMOND, René, *Introduction à l’histoire de notre temps. Le XIXe. siècle (1815-1914)*, Paris, Éditions du Seuil, 1974.
- .——, *Introduction à l’histoire de notre temps. Le XXe. siècle (de 1914 à nos jours)*, Paris, Éditions du Seuil, 1974.
- .SARAIVA, António José, *A Cultura em Portugal – Teoria e História*, Amadora, Livraria Bertrand, 1982.
- .SCHOELL, Frank L., *História dos Estados Unidos*, Lisboa, Aster, 1977.
- .SILVA, Manuel de Aguiar e, *Teoria da Literatura*, 8.^a ed., Coimbra, Livraria Almedina, 1988.
- .SILVANO, Filomena, *Antropologia do Espaço*, Oeiras, Celta Editora, 2001.
- .THIBAUT, Pierre, *O Período das Ditaduras (1918-1947)*, vol. XII, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1981.
- .TITIEV, Mischa, *Introdução à Antropologia Cultural*, 3.^a ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1979.
- .VIEIRA, Alberto, *As Ilhas Atlânticas / The Atlantic Islands*, Lisboa, CTT, 1995.
- .VOVELLE, Michele, *Ideologias e Mentalidades*, São Paulo, Brasiliense, 1987.

.ZANELLA, Andréa Vieira, “Sujeito e Alteridade: reflexões a partir da Psicologia Histórico-Cultural”, *Psicologia & Sociedade*, 2005, maio/agosto, 17 (2), pp.99-104.

.Dicionários Gerais e Especializados

.AZEVEDO, Carlos Moreira [dir.], *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, 4 vols., Lisboa, Círculo de Leitores, 2000-2001.

.ALBUQUERQUE, Luís de [dir.], *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, 3 vols., Lisboa Círculo de Leitores, 1994.

.BESSONE, Porfírio, *Dicionário Cronológico dos Açores*, Cambridge, 1932.

.CASTRO, Lília Osório de & ESTEVES, João [dir.], *Dicionário do Feminino (séculos XIX-XX)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005.

.COCHOFEL, João José [dir.], *Grande Dicionário de Literatura Portuguesa e de Teoria Literária*, vol. I, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1977.

.COELHO, Jacinto do Prado [dir.], *Dicionário de Literatura*, 5 vols., Porto, Figueirinhas, 1984.

.MÓNICA, Maria Filomena [coord.], *Dicionário Biográfico Parlamentar – 1834-1910*, 3 vols., Lisboa, Assembleia da República, 2004-2006.

.—— & BARRETO, António [coord.], *Dicionário de História de Portugal*, 1.^a ed., 3 vols., Lisboa, Figueirinhas, 1998-2000.

.MOURE, Michel, *Dicionário de História Universal*, 1.^a ed., 3 vols., Lisboa, Edições Asa, 1998.

.NÓVOA, António [dir.], *Dicionário de Educadores Portugueses*, Porto, Edições ASA, 2003.

.PEREIRA, José Costa [coord.], *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, 2 vols., Lisboa, Seleções do Reader's Digest, 1990.

.ROSAS, Fernando & BRITO, J.M. Brandão de [dir.], *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.

.SERRÃO, Joel [dir.], *Dicionário de História de Portugal*, 6 vols., Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1979.

.SILVA, Maria Beatriz Nizza da [coord.], *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*, Lisboa, Editorial Verbo, 1994.

.De História dos Açores

.AAVV, “A Autonomia no Plano Histórico”, *Atas do Congresso do I Centenário da Autonomia dos Açores*, vol. 1, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1995.

.AAVV, “A Autonomia no Plano Sociocultural”, *Atas do Congresso do I Centenário da Autonomia dos Açores*, vol. 2, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1995.

.AAVV, “A Autonomia no Plano Económico”, *Atas do Congresso do I Centenário da Autonomia dos Açores*, vol. 4, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1995.

.AAVV, “A Autonomia no Plano Político”, *Atas do Congresso do I Centenário da Autonomia dos Açores*, vol. 5, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1995.

- .AAVV, *Arquitetura Popular dos Açores*, S. I., Ordem dos Arquitetos, 2000.
- .AAVV, *Horta. Faial. Inventário do Património Imóvel dos Açores*, [Horta], Direção Regional da Cultura/Instituto Açoriano de Cultura/Câmara Municipal da Horta, 2003.
- .AAVV, *Livro das Paisagens dos Açores. Contributos para a Identificação e Caracterização das Paisagens dos Açores*, Horta, Secretaria Regional do Ambiente e do Mar/Direção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos, 2005.
- .AAVV, *Os Açores e a Revolta de 1931*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2007.
- .AAVV, *Sismo 1998 – Açores uma década depois*, [Horta], Edição de Carlos Sousa Oliveira, Aníbal Costa e João Carlos Nunes, 2008.
- .AAVV, *A Baleação no Faial. Fase Industrial (1940-1984)*, Horta, Observatório do Mar dos Açores, 2010.
- .AAVV, *O Porto da Horta na História do Atlântico. O Tempo dos Cabos Submarinos*, Horta, Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta, 2011.
- .AFONSO, João, “Dos Anais da Família Dabney para a história Oitocentista dos Açores numa perspetiva Atlântica”, in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XIX*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1995, pp.231-266.
- .ALBERGARIA, Isabel Soares de, *Parques e Jardins dos Açores*, Lisboa, Argumentum, 2005.
- .AMARAL, Carlos Pacheco, “Autonomia e Estado Autónimo - A Autonomia como Princípio de Organização Política do Estado”, in *Autonomia no Pano Político. I Centenário da Autonomia dos Açores*, vol. 5, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1995.
- .AMARAL, João Bosco Mota, “Um Açoriano na Fundação da República: Manuel Goulart de Medeiros e o seu Projeto de Constituição”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, Horta, Núcleo Cultural, 2010 (19), pp.135-145.
- .ANDRADE, Manuel Jacinto de, *Jornais Centenários dos Açores*, Ponta Delgada, Gabinete do Subsecretário Regional da Comunicação Social, 1994.
- .——, *Autonomia. Vultos e Factos*, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1995.
- .——, *Políticos Açorianos. Nótulas Biográficas*, vol. I, Ponta Delgada Jornal de Cultura, 1996.
- .ARRUDA, Luís M., “Os naturalistas, o Faial e a periferia açoriana até ao século XIX”, in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1998, pp.621-639.
- .——, “Manuel Soares de Melo e Simas, militar astrónomo e político. Abordagem à sua biografia”, in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2007, pp.477-487.
- .——, *Toponímia da Freguesia Matriz da Horta*, Horta, Junta de Freguesia da Matriz, 2007.
- .——, *Jardins da Ilha do Faial (Açores)*, Horta, Câmara Municipal da Horta, 2009.

- .ÁVILA, Ermelindo, “Temática Baleeira na Literatura Açoriana”, *Revista Insulana*, Ponta Delgada, Instituto Histórico de Ponta Delgada, 1991.
- .BARREIRA, César Gabriel, *Um Olhar Sobre a Cidade da Horta*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1995.
- .BENTO, Carlos Melo, *História dos Açores. Da Descoberta a 1934*, 3.^a ed., Ponta Delgada, Edição do Autor, 2008.
- .BETTENCOURT, Urbano, *Emigração e Literatura. Alguns Fios da Meada*, Horta, Centro de Estudos e Cultura da Câmara Municipal da Horta/Gabinete de Emigração e Apoio às Comunidades Açorianas, 1989.
- .——, “S. Jorge no Roteiro de Alguns Viajantes”, *Revista Insulana*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1993, pp.385-402.
- .——, “O Tempo de Florêncio Terra”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2008, pp.191-200.
- .CARREIRO, José Bruno, *A Autonomia Administrativa dos Distritos das Ilhas Adjacentes*, 2.^a ed., Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1994.
- .CASTELO-BRANCO, Fernando, “Subsídios para a história do Faial e da periferia açoriana”, in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Sécs. XV a XIX*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1995, pp.85-108.
- .CASTELO-BRANCO, Maria dos Remédios, “Viajantes Ingleses nos Açores nos Inícios do Século XIX”, in *O Faial e a Periferia Açoriana dos Sécs. XV a XIX*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1995, pp.283-299.
- .COGAN, D. De, “British Empire Cable Communications (1851-1930): The Azores Connection”, *Arquipélago*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1988, pp.165-193.
- .CORDEIRO, Carlos, “Reflexões em torno do Decreto de 2 de março de 1895”, *Separata da Revista Insulana*, vol. XLVI, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1991, pp. 57-86.
- .—— a), *Insularidade e Continentalidade. Os Açores e as Contradições da Regeneração (1851-1870)*, Coimbra, Minerva Histórica, 1992.
- .—— b) “Autonomia e Identidade Nacional: Os Açores na Segunda metade do século XIX”, *Separata da Revista de História das Ideias*, vol. 14, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias/Universidade de Coimbra, 1992, pp.263-280.
- .—— a), “Regionalismo e Identidade Açoriana. O debate dos anos 20”, in *A Autonomia no Plano Histórico – I Centenário da Autonomia dos Açores*, vol. 1, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1995, pp.277-287.
- .—— b), “Regionalismo e antirrepublicanismo, 1910-1918. José Maria Raposo do Amaral”, *Revista Arquipélago. História*, vol. I, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1995 (2), pp.281-315.

- , *Nacionalismo, Regionalismo e Autoritarismo nos Açores durante a I República*, Lisboa, Salamandra, 1999.
- a), “Nacionalismo e Cultura Política nos Açores de finais de Oitocentos à Primeira Guerra Mundial”, in *O Tempo de Manuel de Arriaga*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa/Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta, 2004, pp.93-106.
- b) “Os Açores e as Relações Transatlânticas: olhares do outro”, in Maria Manuela Tavares Ribeiro [coord.], *Ideias de Europa: Que fronteiras?*, Coimbra, Quarteto, 2004, pp.297-328.
- , “O Processo de Implantação da União Nacional nos Açores”, *Revista Arquipélago. História*, 2.^a Série, vols. IX-XIV, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2005-2006, pp.537-563.
- , “Identidade e Autonomia. Do discurso contestatário à afirmação da Identidade dos Açores”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2006 (15), pp.237-249.
- , “O Regicídio na Imprensa Açoriana: entre a compaixão e a justificação”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2010 (19), pp.47-59.
- , “A emigração açoriana para o Brasil nos debates parlamentares de meados do século XIX”, in Fernando de Sousa et al. [coord.], *Um passaporte para a terra prometida*, Porto, Fronteira do Caos Editores, 2011, pp.83-92.
- a), “Da Proclamação da República à instauração do Estado Novo. Regionalismo e autonomia na imprensa açoriana”, in Avelino de Freitas de Meneses [coord.], *Das Autonomias à Autonomia e à Independência. O Atlântico político entre os séculos XV e XXI*, Ponta Delgada, Letras Lavadas edições, 2012, pp.205-219.
- b), “O Projeto do Canal do Panamá e as expectativas açorianas”, Mário Mesquita e Paula Vicente [coord.], *Potências emergentes e Relações Transatlânticas. II Fórum Açoriano Franklin D. Roosevelt*, Lisboa, Tinta-da-China, 2012, pp.71-80.
- , *A visita dos Intelectuais aos Açores em 1924* [inédito].
- & Susana Serpa Silva, “Perspetivas sobre a emigração açoriana no século XIX”, in Maria Lucinda Fonseca [coord.], *Atas da Conferência Internacional Aproximando Mundos. Emigração, imigração e desenvolvimento em espaços insulares*, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 2010, pp.327-345.
- .CORSEPIUS, Yolanda, *Algumas notas sobre aspetos socioculturais da Horta no tempo dos cabos submarinos*, Edição do Autor, 1999.
- , & COSTA, Ricardo Madruga da, “Um contributo para a História da Companhia Alemã do Cabo Submarino”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2009 (18), pp.393-424.
- .COSTA, Francisco Carreiro da, “O Faial ao longo de 5 séculos”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, vol. 2, Horta, Núcleo Cultural, 1959 (1), pp.47-63.
- , *Esboço Histórico dos Açores*, Ponta Delgada, Instituto Universitário dos Açores, 1978.

- .COSTA, Ricardo Madruga da, *Açores, Western Islands. Um contributo para o estudo do turismo nos Açores*, Horta, Secretaria Regional do Turismo e Ambiente, 1989.
- .——, “Algumas Notas Sobre o 1.º Cônsul Geral dos EUA nos Açores e um contributo para uma bibliografia sobre os Dabney”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, vol. X, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1991-1992, pp.89-140.
- .——, “Faial 1808-1810. Um Tempo Memorável”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, vol. XI, 1993-1995, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1996, pp.135-284.
- .——, “Breves notas para a história do porto da Horta (Seguidas da transcrição da correspondência Dabney – Bensaúde”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, vol. XII, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1996-1997, pp.9-109.
- .—— a), “A Instrução na Comarca da Horta em 1824”, *Revista Arquipélago. História*, 2.ª série, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2000 (2), pp.409-464.
- .—— b), “A Horta na Rota do mais famoso cruzeiro do século XIX”, *Horta*, 2.ª ed., S. l., Ediçor, 2000, pp.22-32.
- .——, “Uma perspetiva da Vitivinicultura na Ilha do Pico nas duas Primeiras décadas do século XIX”, in *O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XX (Nos 550 anos do Descobrimento das Flores e do Corvo)*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2004, pp.109-133.
- .——, *Os Açores em finais do regime de Capitania – Geral (1800-1820)*, 2 vols., Horta, Núcleo Cultural da Horta/Câmara Municipal da Horta, 2005.
- .——, “A propósito da Horta dos Cabos Submarinos. A relevância da ilha do Faial na construção da ‘civilização atlântica’”, *Atas do Colóquio O Tempo dos Cabos Submarinos. O Porto da Horta na História do Atlântico*, Horta, Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta/Museu da Horta, 2011, pp.69-80.
- .——, *A ilha do Faial na Logística da Frota Baleeira Americana no ‘Século Dabney’*, Horta, Centro de História de Além-Mar/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa/Universidade dos Açores /Observatório do Mar dos Açores, 2012.
- .COSTA, Susana Goulart, “A economia picoense entre os séculos XV e XVIII: um exemplo ambíguo de uma periferia”, in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1998, pp.81-101.
- .——, *Açores: Nove Ilhas, Uma História*, [Ponta Delgada], Presidência do Governo Regional dos Açores/Direção Regional da Cultura/Centro do Conhecimento dos Açores, 2008.
- .CUNHA, José Correia da, “Determinantes Geográficas do Povoamento dos Açores”, *Livro da II Semana de Estudos dos Açores*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura/Fundação Gulbenkian, 1963, pp.117-121.
- .DIAS, Fátima Sequeira, *Uma Estratégia de Sucesso numa Economia Periférica. A Casa Bensaúde e os Açores - 1800-1873*, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1996.

- , “A visão oficial do distrito da Horta no século XIX”, in *O Faial e Periferia Açoriana nos Sécs. XV a XX*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1998, pp.269-304.
- , “A redescoberta das ilhas: a construção de um imaginário (a visão nem sempre politicamente correta do viajante das ilhas)”, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. LVII, 1999, pp.171-203.
- , *Os Açores na História de Portugal - Séculos XIX e XX*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008.
- , “A notícia da implantação da República através da leitura dos jornais publicados no Arquipélago dos Açores”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2010 (19), pp.97-122.
- .DOTY, William F., *Esboço Histórico do Consulado Americano nos Açores*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2006.
- .DREPA, *Aspetos Demográficos dos Açores - 78*, Angra do Heroísmo, DREPA, 1981.
- .DRUMOND, Francisco Ferreira, *Apontamentos Topográficos, Políticos, Civis, e Eclesiásticos para a História das nove Ilhas servindo de suplemento aos anais da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1990.
- .DUNCAN, T. Bentley, *Atlantic Islands: Madeira, the Azores and the Cape Verdes in Seventeenth-Century Commerce and Navigation*, Chicago, The University of Chicago Press, 1972.
- .ENES, Carlos, “A Construção da Unidade e Identidade Regional”, in *A Autonomia no Plano Histórico. I Centenário da Autonomia dos Açores*, vol. 1, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1995, pp.289-305.
- , “A Autonomia nos Açores entre as Duas Guerras Mundiais”, in Luís Nuno Rodrigues [coord. de], *Franklin Roosevelt e os Açores nas Duas Guerras Mundiais*, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 2008, pp.41-60.
- .ENES, José, *O 25 de Abril e a Autonomia Regional dos Açores*, Ponta Delgada, Direção Regional da Comunicação Social, 1984.
- , “O Apogeu Literário da Horta e o Poeta-Filósofo Manuel Joaquim Dias”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2012 (21), pp.373-394.
- .FARIA E MAIA, Francisco D’Ataíde Machado de, *Novas Páginas da História Micaelense (Subsídios para a História de S. Miguel), 1832-1895*, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1994.
- , *Em Prol da Descentralização*, 2.^a ed. Jornal de Cultura, Ponta Delgada, 1994.
- .FERNANDES, José Manuel, “Horta. Uma Leitura da sua Evolução Urbana”, in *HORTA FAIAL. Inventário do Património Imóvel dos Açores*, S. I., Direção Regional da Cultura/Instituto Açoriano da Cultura/Câmara Municipal da Horta, 2003, pp.35-41.
- , *História Ilustrada da Arquitetura dos Açores*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2008.

- .FERREIRA, José Medeiros, *Os Açores na Política Internacional*, Lisboa, Tinta-da-China, 2011.
- .FORJAZ, Victor Hugo et al., *Dos Vulcões dos Açores*, Ponta Delgada, Publiçor, 2010.
- .FRANZEN, Beatriz Vasconcelos, “Açorianos no Rio Grande do Sul – a identidade açoriana nas obras de cronistas, viajantes e historiadores sul-rio-grandenses”, *Revista Arquipélago. História*, 2.^a série, vol. VII, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2003, pp.123-142.
- .FREITAS, Joana Gaspar de, *Manuel de Arriaga. História de um açoriano que chegou a Presidente da República*, Horta, Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta, 2005.
- .FREITAS, Manuela de Lemos Monteiro de, *Aspetos da Emigração Açoriana*, Tese de Licenciatura, s. l., 1958 [Biblioteca da Escola Secundária Manuel de Arriaga].
- .GARCIA, Pedro Nunes Garcia, *A Frente de Mar na Cidade da Horta. Reflexão em torno de uma estratégia de intervenção*, Tese de Licenciatura, Texto Policopiado, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2005-2006 [inédito].
- .——, “A Frente de Mar na Cidade da Horta”, *Atas da Conferência A Cidade e o Porto – A Frente de Mar na Cidade da Horta*, Horta, Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta, 2007, pp.15-43.
- .GIL, Maria Olímpia da Rocha, *O Arquipélago dos Açores nos Séculos XVII. Aspetos Socioeconómicos (1575-1675)*, Castelo Branco, Edição de Autor, 1979.
- .GOMES, Francisco, “Os Açores e a frota baleira americana”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2009 (18), pp.385-392.
- .——, “A autonomia administrativa distrital”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, vol. XI, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1993-1995, pp.335-422.
- .JOÃO, Maria Isabel, *Os Açores no século XIX. Economia, sociedades e movimentos autonomistas*, Lisboa, Cosmos, 1991.
- .——, “Origem e Causas dos Movimentos Autonomistas Açorianos”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, vol. X, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1991-1992, pp.3-33.
- .——, “As reações ao Ultimato nos Açores”, *Revista Arquipélago*, 2.^a Série, vol. I, Ponta Delgada Universidade dos Açores, 1995 (2), pp.241-258.
- .——, “Identidade e Autonomia”, *Ler História*, 1996 (31), pp.103-131.
- .——, “Percursos da memória: centenários portugueses no século XIX”, *Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, 2000, janeiro-março (8), pp.124-138.
- .——, “Economia e Sociedade Açorianas em Meados do Século XIX”, in *O Tempo de Manuel de Arriaga*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa/Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta, 2004, pp.75-92.
- .——, “Deputados e Senadores pelos Círculos de Angra do Heroísmo e da Horta na Congresso (1911-1926). Breve análise prosopográfica”, in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX*, Horta, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2011, pp.47-68.

- JÚNIOR, Tomaz Duarte, "A Horta em meados do séc. XIX – Subsídios para a sua análise", *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, vol. 8, Horta, Núcleo Cultural, 1985-1988 (1-2-3), pp.27-44.
- LEITE, José Reis a), "Emigração Clandestina dos Açores para o Brasil no séc. XIX", in *Livro do II Congresso das Comunidades Açorianas*, Angra do Heroísmo, Direção Regional das Comunidades, 1986.
- b), "[O Processo de Autonomia dos Açores]", *Projeto n.º 10 do Conselho da Europa. Audição dos Açores*, Angra do Heroísmo, 1986, p.2 [inédito].
- , *Sobre a Autonomia dos Açores*, Ponta Delgada, Signo, 1990.
- , "O Porto Franco da Horta. A Proposta do Visconde de Leite Perry", in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1995, pp.225-230.
- , *Política e Administração nos Açores de 1890 a 1910. O 1.º movimento autonomista*, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1995.
- , "A eleição par deputados no Círculo Eleitoral da Horta, em 1889", in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1998, pp.197-208.
- , "A Historiografia Açoriana na 1.ª metade do Século XX – Uma tentativa de compreensão", *Revista Arquipélago. História*, 2.ª Série, vol. V, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2001, pp.527-542.
- , "Os regressados do Brasil como fator de mudança social", *Revista Arquipélago. História*, 2.ª Série, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2005-2006, pp.399-407.
- , "Os acertos da governação, a ilusão da autonomia e a continuidade do divisionismo", in Artur Teodoro de Matos & Avelino de Freitas de Meneses & José Guilherme Reis Leite [coord.], *História dos Açores. Do Descobrimento ao século XX*, vol. II, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2008, pp.159-184.
- LIMA, Marcelino, *Anais do Município da Horta. História da Ilha do Faial*, Famalicão, Grandes Oficinas Gráfica Minerva, 1943.
- LOBÃO, Carlos
- LOBÃO, Carlos, *Os Ladrilhos da Cidade da Horta*, Horta, Junta de Freguesia da Matriz, 2002.
- [coord.], a), *O Espírito Santo nas Paróquias Faialenses*, Horta, Clube de Filatelia O Ilhéu/Câmara Municipal da Horta, 2005.
- b) *Freguesia dos Flamengos. Um olhar sobre a sua História*, Flamengos, Junta de Freguesia, 2005.
- , "Quinto Poder' – a imprensa faialense entre 1857 e 1893", in Carlos Cordeiro & Susana Serpa Silva [coord.], *A História da Imprensa e a Imprensa na História. O contributo dos Açores*, Ponta Delgada, Centro de Estudos Gaspar Frutuoso da Universidade dos

- Açores/Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra, 2009, pp.157-181.
- .——, *A Geração do Vulcão*, Horta, Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta, 2009.
- .——, *História, Cultura e Desenvolvimento numa Cidade Insular. A Horta entre 1853-1883*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2010.
- .——, “A Horta e O Tricentenário de Camões”, in *O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XX*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2011, pp.91-110.
- .——, *Horta. Roteiro Republicano*, Horta, Clube de Filatelia O Ilhéu/Câmara Municipal da Horta, 2012.
- .LOPES, António & LOBÃO, Carlos & CALADO, Maria, *Amor da Pátria. 150.º Aniversário (1859-2009)*, Horta, Sociedade Amor da Pátria, 2009.
- .MACHADO, Joaquim, *O Município de Ponta Delgada nos Primórdios da Autonomia (1896-1910)*, Ponta Delgada, Câmara Municipal de Ponta Delgada, 2007.
- .MADEIRA, José & SILVEIRA, António Brum da, “Tectónica e Paleossismicidade da ilha do Faial”, in AAVV, *Sismo 1998-Açores. Uma década depois*, 1.^a ed., [Horta], Edição de C. Sousa Oliveira, Aníbal Costa, João C. Nunes, 2008.
- .MADEIRA, Artur Boavida, *População e Emigração nos Açores (1766-1820)*, Cascais, Patrimonia, 1999.
- .MAIO, António [coord.], *Recordar Cem Anos. Caixa da Misericórdia de Angra do Heroísmo (1896-1996)*, Angra do Heroísmo, Caixa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, 1999.
- .MARCOS, Daniel, *Erupção dos Capelinhos, janela de oportunidade para a Emigração Açoriana*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2008.
- .MARTINS, Rui de Sousa, “Os costumes populares e a construção oitocentista de identidades no arquipélago dos Açores”, *Patrimonia (Identidade, Ciências Sociais e Fruição Cultural)*, 1999, novembro (5), pp.35-44.
- .——, “Arquipélago de Símbolos da Visita Régia aos Açores – 1901”, in *D. Carlos e os Açores*, Ponta Delgada, Câmara Municipal, 2008, pnn.
- .——, “Museu Terceirense: Benemerência Brasileira, Rotativismo e História Natural”, in *Ernesto do Canto-retratos do homem e do tempo*, Ponta Delgada, Centro de Estudos Gaspar Frutuoso/Universidade dos Açores/ Câmara Municipal de Ponta Delgada, 2003, pp.341-342.
- .MATOS, Artur Teodoro de & MENESES, Avelino de Freitas de & LEITE, José Guilherme Reis [dir.], *História dos Açores. Do descobrimento ao século XX*, 2 vols., Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2008.
- .MEDEIROS, Carlos Alberto, “Acerca da ocupação das ilhas portuguesas do Atlântico”, *Finisterra*, vol. IV, Lisboa, 1969 (7), pp.95-125.

- .MELO, João Pacheco de, *Subsídios para a História da Associação de Futebol de Ponta Delgada. A Associação de Foot-Ball de San Miguel*, Ponta Delgada, Associação de Futebol de Ponta Delgada, 2006.
- .MENDES, Hélder Fonseca, *Festas do Espírito Santo nos Açores. Proposta para uma leitura teológico-pastoral*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura/Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, 2001.
- .MENDONÇA, Duarte Miguel Barcelos, “Um olhar americano sobre as ilhas do Faial, Pico e São Jorge no século XIX, in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Sécs. XV a XX*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2011, pp.579-609.
- .MENDONÇA, Luís & ÁVILA, José, *Emigração Açoriana (Sécs. XVIII a XX)*, Lisboa, 2002.
- .MENESES, Avelino de Freitas de, “A preponderância geoeconómica do Faial na conjuntura açoriana de setecentos”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, Horta, Núcleo Cultural, vol. IX, 1989-90, pp.3-21.
- .——, *Estudos de História dos Açores*, 2 vols., Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1994.
- .——, *Os Açores nas Encruzilhadas de Setecentos (1740-1770)*, 2 vols., Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1995.
- .——, *As Lajes da Terceira – aspetos da sua história*, Angra do Heroísmo, BLU, 2001.
- .——, “As Ilhas, os Arquivos e a História – o caso dos Açores”, *Revista Arquipélago. História*, 2.^a Série, vol. 5, Ponta Delgada, Universidade dos Açores 2001, pp.723-732.
- .——, “O Mar dos Açores”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, Horta, Núcleo Cultural, 2009 (18), pp.15-18.
- .——, “O Governo dos Açores. Das autonomias do passado à autonomia do presente”, in Id., [coord.], *Das Autonomias à Autonomia e à Independência. O Atlântico político entre os séculos XV e XXI*, Ponta Delgada, Letras Lavadas edições, 2012, pp.15-31.
- .MENEZES, Luís, *As Eleições Legislativas de 1921 e 1925 no Arquipélago dos Açores*, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1992.
- .——, “Homenagem a Thiers de Lemos”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1993-95, pp.287-300.
- .——, “Manuel José da Silva. Um paradigma”, *A República, A Autonomia e o Futuro*, Ponta Delgada, Governo Regional dos Açores/Direção Regional da Cultura, 2004.
- .MÓNICA, Maria Filomena, “Entre Boston e o Faial: Os Dabney, 1804-/1892”, in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX*, Horta, Núcleo Cultural, 2011, pp.69-89.
- .MONJARDINO, Álvaro, “A Polémica sobre o destino dos Açores no Período 1918-19”, in Luís Nuno Rodrigues [coord.], *Franklin Roosevelt e os Açores nas Duas Guerras Mundiais*, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 2008, pp.81-106.

- .MOREIRA, Fernando, “PERRY, José Bressane Leite (1862-1930)”, in Maria Filomena Mónica [coord.], *Dicionário Biográfico Parlamentar – 1834-1910*, vol. III, pp.245-246.
- .MOTTA, Aristides Moreira da, *Autonomia Administrativa dos Açores*, 2.^a ed., Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1994.
- .O CÓDICE 529 – *Açores do Arquivo Histórico Ultramarino. A Capitania-geral dos Açores durante o consulado pombalino*, introdução e fixação de texto por José Reis Leite, Angra do Heroísmo/Ponta Delgada, SREC/DRAC/Universidade dos Açores/Centro de Estudos Gaspar Frutuoso, 1988.
- .*Os Editoriais do jornal ‘Autonomia dos Açores’, 1893-1894*, prefácio de José Guilherme Reis Leite, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1996.
- .OURIQUE, Arnaldo, “O Governo das Ilhas Portuguesas no Final do Século XX”, *Revista Arquipélago. História*, 2.^a Série, vol. VII, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2003, pp.197-226.
- .——, *Autonomia administrativa dos Açores antes de 1976. Apontamentos Jurídicos*, Lisboa, Editorial Lex, 2008.
- .PAVÃO, José de Almeida, “Os Açores Vistos de Fora”, *Revista de Cultura Açoriana*, Lisboa, Casa dos Açores, 1990 (2).
- .PEREIRA, António dos Santos, ”Novos Mundos, Novas Interpretações, Novo Poder – a integração de S. Jorge no novo espaço público açoriano e português na segunda metade de oitocentos (a ação da imprensa periódica local)”, *Revista Arquipélago. História*, 2.^a série, vol. IV, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2000 (2), pp.359-176.
- .PEREIRA, Jorge Costa, “Uma carta de Moisés Benarús. Subsídio para o estudo da presença Alemã no Faial na primeira década do século XX”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, Horta, Núcleo Cultural, 2011 (20), pp.185-203.
- .PIAZZA, Walter F., “Imigração dos Açores”, in Maria Beatriz Nizza da Silva [coord.], *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*, Lisboa, Editorial Verbo, 1994, pp.11-15.
- .PIRES, António Manuel Bettencourt Machado, “As culturas insulares atlânticas”, in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Sécs. XV a XIX*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2004, pp.559-567.
- .——, *Páginas sobre a Açorianidade*, Lisboa, Letras Lavadas Edições, 2013.
- .REZENDES, Sérgio Alberto Fontes, “O Depósito de Concentrados Alemães na Ilha Terceira – as memórias de uma reclusão forçada”, *Insulana*, vol. LVII, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2002, pp.67-143.
- .——, *A Grande Guerra nos Açores. Memória Histórica e Património Militar*, Tese de Mestrado, Texto Policopiado, Universidade dos Açores, 2008.
- .RIBEIRO, Fernando Faria, *Em dias passados. Figuras, Instituições e Acontecimentos da História Faialense*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2007.

- , “‘O Democrata’, Primeiro Jornal Republicano do Faial”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2010 (19), pp.81-95.
- , *Nos 100 anos da Filarmónica Euterpe de Castelo Branco*, Horta, Filarmónica Euterpe de Castelo Branco, 2012.
- .RIBEIRO, João Adriano, “A Pesca da Baleia nos Açores. Subsídios para o seu estudo”, *Revista Ilzenha*, Funchal, 1998, Jan-Jun (22), pp.97-116.
- .RILEY, Carlos Guilherme, “A Emigração Açoriana para o Brasil no século XIX: braçais e intelectuais”, *Revista Arquipélago. História*, 2.^a Série, vol. VII, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2003, pp.143-172.
- .ROCHA, Elmiro, “Os Primórdios da Imprensa na Horta”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, vol. IX, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1985-1988, pp.51-67.
- , “João José da Graça: Subsídios para o Estudo da sua Vida e Obra”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, vol. IX, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1989 (1-2-3), pp.5-26.
- .ROCHA, Gilberta Nunes, “Emigração e População Açoriana”, *Revista Arquipélago. Ciências Sociais*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1989 (3-4), pp.29-43.
- , “A emigração na ilha do Faial nos finais do Séc. XIX”, in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Sécs. XV a XIX*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1995, pp.407-422.
- & MONIZ, António Brandão, “Em Busca da Autonomia: Em Torno dos Movimentos Sociais Autónómicos dos Açores”, in *A Autonomia no Plano Histórico, I Centenário da Autonomia dos Açores*, vol. II, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1995, pp.111-133.
- .RODRIGUES, José Damião, “‘Para o socego e tranquilidade publicadas Ilhas’: fundamentos, ambição e limites das reformas pombalinas nos Açores”, *Dossier Ensino de História*, Tempo, Niterói, vol. 11, 2006 (21), pp.157-183.
- .RODRIGUES, M. M. Sarmiento, *Ancoradouros das Ilhas dos Açores*, 2.^a ed., Lisboa, Ministério da Marinha, 1960.
- .RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar, *A Geografia Eleitoral dos Açores de 1852-1884*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1985.
- .ROGERS, Francis M., *A Horta dos Cabos Submarinos*, Horta, Delegação de Turismo, 1983.
- .ROSA, Júlio da, *A Cidade da Horta. Cinquenta anos da sua vida cultural, religiosa e artística nas décadas de 40 a 80*, Tomo I, Horta, 1989.
- , *Ribeira Funda. Povo sem História com tradição, habitat, religião, arte e cultura*, Horta, Fundação Mater Dei, 2005.
- .SALDANHA, António Manuel, *Igreja e Sociedade no Portugal do século XIX: a cidade da Horta*, Tese de Doutoramento, Texto Policopiado, Roma, 2012.
- , *A Horta no Século do Duque de Ávila*, Horta, Junta de Freguesia da Matriz, 2013.

- .SARDICA, José Miguel, António José de Ávila. Presidente da Câmara Municipal da Horta (1831-1832), Horta, Câmara Municipal da Horta/Assembleia da República, 2007.
- .——, “Um Açoriano em três regimes políticos. José Machado de Serpa (1864-1945)”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2010 (19), pp.179-224.
- .—— a), “As Ilhas e a República. José Machado de Serpa, Governador Civil da Horta e Deputado Constituinte (1910-1911)”, in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX*, Horta, Núcleo Cultural, 2011, pp.69-89.
- .SEQUEIRA, [Gil] Mont’ Alverne de, *Questões Açorianas*, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1994.
- .SERPA, António Ferreira de, *A Ilha do Faial – Porto Franco e Militar. Algumas considerações*, Lisboa, Imprensa Libânio da Silva, 1903.
- .——, *Influência do Canal do Panamá no Movimento dos Portos Portugueses*, Lisboa, Oficina Tipográfica, 1911.
- .——, [Introdução e anotações], *Dois inéditos acerca das ilhas do Faial, Pico, Flores e Corvo: Saudades da Terra (séc. XVI) por Gaspar Frutuoso e Espelho Cristalino em jardim de várias flores (séc. XVII) por Frei Diogo das Chagas*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921.
- .SILVA, Maria Beatriz Nizza da, “Família e Emigração: Açorianos no Brasil no Fim do Período Colonial”, in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Sécs. XV a XIX*, Horta, Núcleo Cultural, 1995, pp.391-406.
- .SILVA, Susana Serpa, “Acheegas para outras Leituras da Visita Régia ao Arquipélago dos Açores”, *Insulana*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2001, pp.19-56.
- .——, “Em Busca de Novos Horizontes. Açores, Emigração e Aculturação nos finais do séc. XIX, inícios do séc. XX”, *Revista Arquipélago. História*, 2.^a Série, vol. VI, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2002, pp.347-360.
- .——, “Emigração Clandestina nas Ilhas do Grupo Central em Meados do Século XIX”, in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX (Nos 550 anos do Descobrimento das Flores e do Corvo)*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2004, pp.275-283.
- .——, *Violência, Desvio e Exclusão na Sociedade Micaelense Oitocentista (1842-1910)*, Tese de Doutoramento, Texto Policopiado, Universidade dos Açores, 2006 (Tese publicada em 2012 pelos Centro de História de Além-Mar/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa/Universidade dos Açores).
- .—— a), *Ponta Delgada. Roteiros Republicanos*, Lisboa, Comissão Nacional do Centenário da República, 2010.

- b) “Sonhos e ideais de vida. Sonhos privados/sonhos globais”, in José Mattoso [dir.], *História da Vida Privada em Portugal*, vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, 2010, pp.382-427.
- , *Açoriano Oriental, 1835-2000*, Ponta Delgada, AÇORMEDIA, 2011.
- , “A Autonomia Vista pelas Primeiras Gerações Republicanas (1873-1920). Breve contributo com base na análise da imprensa”, in Avelino de Freitas de Meneses [coord.], *Das Autonomias à Autonomia e à Independência. O Atlântico político entre os séculos XV e XXI*, Ponta Delgada, Letras Lavadas edições, 2012, pp.221-239.
- .SILVEIRA, Carlos Ramos da, “A Horta dos Cabos Submarinos”, *Horta*, Ponta Delgada, Publiçor, 1997, pp.21-25.
- , *O Cabo Submarino e outras crónicas faialenses*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2002.
- , *Faróis dos Açores. Um património a preservar*, Horta, Direção Regional de Turismo, 2003.
- , *Horta Antiga*, Horta, Edição do Autor, 2007.
- & FARIA, Fernando, *Apointamentos para a História da Aviação nos Açores*, [Horta], Secretaria Regional do Transporte e Turismo/Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1986.
- .SILVEIRA, Manuel José de Arriaga Brum da, *Memória Geográfica, Estatística, Política e Histórica sobre as Ilhas do Faial e do Pico Oferecida na Sessão de 2 de novembro com os documentos que a ela se referem ao Augusto e Soberano Congresso pelo deputado das referidas ilhas*, Lisboa, Impressão de Alcobia, 1821.
- .SILVEIRA, Pedro da, “Sobre a Horta como centro literário: uma proposta de estudo”, in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Sécs. XV a XX*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1998, pp.597-602.
- .SIMAS, Luís Augusto Teixeira de, *Esboço Histórico da Eletrificação dos Açores*, Ponta Delgada, Empresa de Eletricidade dos Açores, 1997.
- .SOUSA, Paulo Silveira e, “As Atividades Industriais no distrito de Angra do Heroísmo, 1852-1910 um mundo de possibilidades escassas”, *Revista Arquipélago. História*, 2.^a Série, vol. IV, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2000 (2), pp.127-186.
- a), “Burguesia, classes médias e elites locais nos Açores (1850-1910)”, *Penélope*, 2004 (30/31), pp.135-159.
- b), “Para uma história da vinha e do vinho nos Açores (1750-1950)”, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. LXII, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico, 2004, pp.57-159.
- a), “Os deputados dos Açores (1834-1908): um retrato prosopográfico dos representantes da periferia”, *Atas do Colóquio O Liberalismo nos Açores: do Vintismo à Regeneração. O tempo de Teotónio de Ornelas Bruges (1807-1870)*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2008, pp.117-136.

- .—— b), “Os Açores e as Elites da Monarquia Constitucional: ministros e altos funcionários públicos naturais do Arquipélago (1834-1910)”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2008 (17), pp.99-145.
- .TELES, Alberto, *Corografia Geral dos Açores*, Lisboa, 1889.
- .TELO, António José, “O papel dos Açores no posicionamento Português no Mundo”, *Atas do Colóquio Pensar os Açores hoje*, Ponta Delgada, Forum Açoriano, 1977, pp.51-70.
- .——, *Os Açores e o Controlo do Atlântico*, Porto, Edições Asa, 1993.
- .——, “A Horta num período de conflitos globais”, in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1998, pp.325-337.
- .——, “Os Açores e as estratégias do Atlântico”, in Artur Teodoro de Matos & Avelino de Freitas de Meneses & José Guilherme Reis Leite [dir.], *História dos Açores. Do descobrimento ao século XX*, vol. II, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2008, pp.217-264.
- .——, “A importância Estratégica do Porto da Horta do século XIX ao XXI”, in *O Porto da Horta na História do Atlântico. O Tempo dos Cabos Submarinos*, Horta, Associação dos Alunos do Antigo Liceu da Horta, 2011, pp.15-40.
- .TOMÉ, Maria Teresa, *Ernesto do Canto. Os Açores na Problemática da Cultura do Século XIX*, Ponta Delgada, Signo, 1989.
- .VIANA, Mário [coord.], *História da Ilha do Faial (das origens a 1833). Património histórico e literário*, vol. I, Horta, Câmara Municipal da Horta, 2008.
- .——, *História da Ilha do Faial (das origens a 1833). Património cartográfico e artístico*, vol. II, Horta, Câmara Municipal da Horta, 2010.
- .VERMETTE, Mary Theresa Silvia, *The image of azorean: portrayals in nineteenth and early-twentieth century writings*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1984.
- .VIEIRA, João A. Gomes, *Família Dabney – 1804/1892. Memória de um legado*, S. l., Edição do Autor, 2005.
- .VIEIRA, Luís Filipe Gomes, *O Concelho de Santa Cruz das Flores (1890-1920). Entre a estagnação e o progresso*, Tese de Mestrado, Texto Policopiado, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2012.
- .VILHENA, Maria da Conceição, *Um Mulher Pioneira. Ideias, Intervenção e Ação de Alice Moderno*, Lisboa, Edições Salamandra, 2001.
- .WARNER, Guy, *Sob as Asas do Açor. História da Aviação nos Açores*, S. l., ANA, Aeroportos de Portugal, 2008 [edição bilingue].
- .WESTON, F. S., “Os cabos Submarinos no Faial”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, vol. 3, Horta, Núcleo Cultural, 1963 (2), pp.215-230.

.WILLIAMS, Jerry R., *In Pursuit of other Dreams. A History of Azorean Immigration to the United States*, Massachusetts, Center for Portuguese Studies and Culture University of Massachusetts Dartmouth, 2005.

.De História de Portugal

.AAVV, *República e Republicanos na Madeira – 1880-1926*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 2010.

.AAVV, *Manuel de Arriaga, O Primeiro Reitor da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra/Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta, 2011.

.ALEXANDRA, Nair, *A Implantação da República em Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2010.

.ALMEIDA, Maria Antónia Pires de, “Fontes e metodologia para o estudo das elites locais em Portugal no século XX”, *Análise Social*, vol. XLIII, 2008, pp.627-645.

.ALMEIDA, Pedro Tavares de, “Comportamentos eleitorais em Lisboa (1870-1910)”, *Análise Social*, vol. XXI, 1985 (85), pp.111-152.

.——, *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*, Lisboa, Difel, 1991.

.——, [org.], *Nos Bastidores das eleições de 1881 e 1901. Correspondência política de José Luciano de Castro*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.

.—— & FERNANDES, Paulo Jorge & SANTOS, Marta Carvalho dos, “Os deputados da 1.^a República Portuguesa: Inquérito prosopográfico”, *Revista de História das Ideias*, vol. 27, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias/Universidade de Coimbra, 2006 pp.399-417.

.ALVES, Jorge Fernandes, “Perspetivas sobre a emigração – os estudos locais e regionais”, *Atas das Segundas Jornadas de História Local*, Fafe, Câmara Municipal, 1998, pp.413-424.

.——, “Os brasileiros da emigração no Norte de Portugal”, in *Os Brasileiros da Emigração*, Museu Bernardino Machado/Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1999, pp.233-247.

.——, “Emigração e sanitarismo – Porto e Brasil no século XIX”, *Ler História*, 2005 (48), pp.141-156.

.AMORIM, Inês, “Urbanismo e cidades portuárias: Aveiro na segunda metade do século XVIII”, *Análise Social*, vol. XXXV (156), 2000 (156), pp.605-650.

.——, *Porto de Aveiro: Entre a Terra e o Mar*, Aveiro, Administração do Porto de Aveiro, 2008.

.BAGANHA, Maria Ioannis B., “As correntes emigratórias portuguesas no séc. XX e o impacto na economia nacional”, *Análise Social*, vol. XXIX, 1994 (128), pp.959-980.

.BAIÔA, Manuel, *Elites Políticas em Évora. Da I República à Ditadura Militar (1925-1926)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000.

- , “O Partido Republicano Nacionalista em Évora (1923-1935) – Ideologia, política regional, organização interna e elites”, *Análise Social*, 2006 (178), pp.99-123.
- .BARBOSA, Rosana, “Um Panorama Histórico da Imigração Portuguesa para o Brasil”, *Revista Arquipélago. História*, vol. VII, 2003, 173-196.
- .BEBIANO, Rui, “O 1.º Centenário Pombalino (1882). Contributo para a sua compreensão Histórica”, *Revista de História das Ideias*, vol. 4, Tomo II, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias/Universidade de Coimbra 1982-1983, 381-428.
- .BERNARDO, Maria Ana Rodrigues, *Sociabilidade e Distinção em Évora no Século XIX*, Lisboa, Cosmos, 2001.
- , “A Dinâmica dos recenseamentos eleitorais no final da Monarquia e na I República. Uma Reflexão em torno de duas variáveis: alfabetizados e emigrantes”, *Penélope*, 2002 (27), pp.93-124.
- .BETHENCOURT, Francisco & CHAUDHURI, Kirti [dir.], *História da Expansão Portuguesa*, 5 vols. Lisboa Círculo de Leitores, 1998-1999.
- .BONIFÁCIO, M. Fátima, *O século XIX português*, 2.ª ed., Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2005.
- .CABRAL, Manuel Villaverde, *Portugal na Alvorada do século XX*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1979.
- .CÁDIMA, Rui & TENGARRINHA, José Manuel [coord.], *A Comunicação Social em Portugal (Sécs. XIX e XX) – Para uma análise histórico-social dos media em Portugal*, Lisboa, Centro de Estudos de Comunicação e Linguagens/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, s. d.
- .CAETANO, Marcello, *História Breve das Constituições Portuguesas*, 3.ª ed., Lisboa. Editorial Verbo, 1971.
- , *Constituições Portuguesas*, 5.ª ed., Lisboa, Editorial Verbo, 1981.
- .CARNEIRO, Roberto & MATOS, Artur Teodoro de, *Memória de Portugal. O Milénio Português*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001.
- .CATROGA, Fernando, “O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911)”, *Análise Social*, vol. XXIV, 1988 (100), pp.211-273.
- , *O céu da memória: cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal (1756-1911)*, Coimbra, Minerva, 1999.
- , *O Republicanismo em Portugal. Da Formação ao 5 de outubro de 1910*, 3.ª ed., Alfragide, Casa das Letras, 2010.
- .COUTO, Jorge [apres.] & RÊGO, Manuela [coord.], *Do Regicídio à ascensão do Republicanismo - Mostra Bibliográfica / 18 de fevereiro a 24 de maio de 2008*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2008.

- [introd.] & — & SÁ, Luís [coord., org. e pesquisa], *Jornais Republicanos (1848-1926)*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal/Assembleia de República, 2011.
- .CRUZ, António, “Imprensa Periódica”, in José Costa Pereira [coord.], *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, vol. I, Lisboa, Publicações Alfa, 1990, pp.327-328.
- .CRUZ, D., *A Mutualidade em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934.
- .CRUZ, Maria Antonieta, “A Vida Política Portuguesa através das ‘Farpas’ (1871-1885): Realidade ou ‘ilusão da aparência?’”, *Literatura e História – Atas do Colóquio Internacional*, vol. I, Porto, 2004, pp.175-185.
- , “Eleições no Porto e em Gondomar: Da Monarquia para a República”, *História*, Revista da Faculdade de Letras, III Série, vol. 8, Porto, 2007, pp.459-479.
- “Eleições da Regeneração à República – participação e exclusão”, in Id. [org.], *Eleições e Sistemas Eleitorais: Perspetivas Históricas e Políticas*, Porto, Universidade do Porto Editorial, 2009, pp.85-124.
- .EVANS, David & CANAVEIRA, Manuel Filipe [coord.], *Regicídio e República – Olhares Britânicos e Norte-Americanos*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2010.
- .FERNANDES, Paulo Jorge da Silva, “Elites locais e poder municipal”, *Análise Social*, Lisboa, 2006 (178), pp.55-73.
- .FERREIRA, Maria Júlia, “O Litoral Português. Contributos para uma Geografia das Regiões Litorais”, *III Congresso da Geografia Portuguesa*, Lisboa, Edições Colibri e Associação Portuguesa de Geógrafos, 1999, pp.57-66.
- .FONSECA, Fernando Taveira da, “Elites e classes médias”, in José Mattoso [dir.], *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp.459-477.
- .FRANÇA, José-Augusto, *Os Anos Vinte em Portugal. Estudos de Factos Socioculturais*, Lisboa, Editorial Presença, 1992.
- .FREITAS, Joana Gaspar de, “O litoral português, perceções e transformações na época contemporânea: de espaço natural a território humanizado”, *Revista de Gestão Integrada*, 2007, 7 (2), pp.105-115.
- , *Manuel de Arriaga. Percurso Intelectual e Político de um Republicano Histórico (1840-1917)*, Lisboa, Caleidoscópio, 2010.
- a), *Manuel de Arriaga, um homem de múltiplos olhares*, Horta, Junta de Freguesia da Matriz, 2011.
- b), *Manuel de Arriaga - Fotobiografia*, Horta, Câmara Municipal da Horta, 2011.
- GARNEL. Maria Rita Lino, “Portugal e as Conferências Sanitárias Internacionais (Em torno das epidemias oitocentistas de *cholera-morbus*)”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 2009 (9), pp.229-251.

- .GASPAR, Jorge, *As regiões Portuguesas*, Lisboa, Ministério do Planeamento e da Administração do Território/Secretaria de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional, 1993.
- .GODINHO, Vitorino Magalhães, *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, 3.^a ed., Lisboa, Arcádia, 1977.
- .HOMEM, Amadeu Carvalho, “O avanço do republicanismo e a crise da Monarquia Constitucional”, in José Mattoso [dir.] *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp.131-145.
- .JOÃO, Maria Isabel, “Percursos da memória: centenários portugueses no século XIX”, *Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, 2000, janeiro-março (8), pp.124-138.
- .JÚNIOR, M. V. Armelin, *Papel da Imprensa na grande obra da regeneração nacional. Alvitres práticos. Memória da Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses*, Lisboa, Imprensa Lucas, 1909.
- .LAINS, Pedro, *História da Caixa Geral de Depósitos, 1876-1910. Política e Finanças no Liberalismo Português*, Lisboa, ICS, 2002.
- .LEAL, Ernesto Castro, *Partidos e Programas. O Campo Partidário Republicano Português, 1910-1926*, Coimbra, Imprensa Universitária, 2008.
- .LEAL, João, *Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura Popular e Identidade Nacional*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 2000.
- .LEITE, J. Costa, “Emigração Portuguesa: a lei e os números (1855-1914)”, *Análise Social*, vol. XXIII, 1987 (97), pp.463-480.
- .LEITE, Teixeira, *Como Nasceu A Portuguesa*, Lisboa, Terra Livre, 1978.
- .LOPES, Ana Maria Costa, *Imagens da Mulher na Imprensa Feminina de Oitocentos. Percursos de Modernidade*, Lisboa, Quimera, 2005.
- .LOPES, António, *A Maçonaria Portuguesa e os Açores – 1792-1935*, Lisboa, Ensaius, 2008.
- .LOPES, Fernando Farelo, “Clientelismo, ‘crise de participação’ e deslegitimação na I República”, *Análise Social*, vol. XXVI, 1991 (111), pp.404-405.
- .——, *Poder Político e Caciquismo na I.^a República Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993.
- .——, “Um regime parlamentarista de partido dominante”, in António Reis [dir.], *Portugal Contemporâneo*, vol. II, Lisboa, Publicações Alfa, 1996, pp.85-100.
- .—— & FREIRE, André, *Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais: Uma Introdução*, Oeiras, Celta Editora, 2002.
- .LOUREIRO, Adolfo, *Os Portos Marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes. V Atlas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1910.
- .MACHADO, Álvaro Manuel, *A Geração de 70 – uma revolução cultural e literária*, 2.^a ed., Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1981.

- .MADUREIRA, Arnaldo, *A Questão Religiosa na I República. Contribuições para uma autópsia*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003.
- .MAGALHÃES, Joaquim Romero, *Vem aí a República! (1906-1910)*, Coimbra, Almedina, 2009.
- .MAGALHÃES, José Calvet de, *História das Relações Diplomáticas entre Portugal e os Estados Unidos da América (1776-1911)*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1991.
- .MARQUES, António Henriques de Oliveira, *História de Portugal. Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*, vol. II, 4.^a ed., Lisboa, Palas Editora, 1977.
- .——, *Afonso Costa*, Lisboa, Cadernos FAOJ, Lisboa, 1978 (8).
- .——, *A Primeira República Portuguesa (Alguns Aspectos Estruturais)*, 3.^a ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1980.
- .—— [coord.], “Portugal da monarquia para a República”, in Joel Serrão & A. H. de Oliveira Marques [dir.], *Nova História de Portugal [História da Monarquia para a República]*, vol. XI, Lisboa, Editorial Presença, 1991, pp. 537-540.
- .—— [coord.] et al., *Parlamentares e Ministros da 1.^a República (1910-1926)*, Lisboa, Assembleia da República, 2000.
- .MARTINS, Conceição Andrade, “Trabalho e condições devida em Portugal (1850-1913)”, *Análise Social*, vol. XXXII, 1997 (142), pp. 483-535.
- .MATA, Maria Eugénia, “A Atividade revolucionária no Portugal contemporâneo – uma perspetiva de longa duração”, *Análise Social*, vol. XXVI, 1991 (112-113), pp.755-769.
- .MATOS, Artur Teodoro de, *Transportes e Comunicações em Portugal, Açores e Madeira (1750-1850)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1980.
- .——, “Rotas Portuguesas do Atlântico”, *Revista Oceanos*, 1992, Abril (10), pp.80-85.
- .MATTOSO, José [dir.], *História de Portugal*, 6 vols., Lisboa Círculo de Leitores, 1992-1994.
- .MEDEIROS, Carlos Alberto, “Introdução geográfica”, in José Hermano Saraiva [dir.], *História de Portugal*, vol. I, Lisboa, Publicações Alfa, 1982, pp.5-29.
- .MEDINA, João [dir.], *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, vol. X, Lisboa, Ediclube, 2001.
- .MENDONÇA, Alice, *Crises de Mortalidade no Concelho de Évora (1850-1900)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000.
- .MIRANDA, Sacuntala de, *A Emigração Portuguesa e o Atlântico (1870-1930)*, Lisboa, Edições Salamandra, 1999.
- .MÓNICA, Maria Filomena, *A Queda da Monarquia. Portugal na Viragem do Século*, 3.^a ed., Lisboa, D. Quixote, 2010.
- .——, *D. Pedro V*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2012.
- .—— & REIS, Jaime & SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos [coord.], *O Século XIX em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais, 1979.

- .MONTEIRO, Nuno Gonçalves, “Elites locais e mobilidade em Portugal nos Finais do Antigo Regime”, *Análise Social*, vol. XXXII, 1997 (141), pp.335-368.
- .MORAIS, Jorge, *Os Últimos Dias da Monarquia (1908-1910). Da Esperança de Tréguas à Instauração da República*, Sintra, Zéfiro, 2009.
- .NETO, Vítor, “A questão religiosa na 1.^a República - A posição dos padres pensionistas”, *Revista da História da Ideias*, vol. IX, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias/Universidade de Coimbra, 1987, pp.675-732.
- .——, *O Estado, a Igreja e a sociedade em Portugal (1832-1911)*, Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1998.
- .——, “A Questão Religiosa: Estado, Igreja e conflitualidade sócio religiosa”, in Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo, *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2009, pp.129-167.
- .OLIVEIRA, Manuel Alves de, *O Grande Livros dos Portugueses*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1990.
- .OLIVEIRA, Miguel, *História Eclesiástica de Portugal*, Mem Martins, Europa-América, 1994.
- .PAULO, João Carlos, “Casimiro Freire”, in António Nóvoa [dir.], *Dicionário de Educadores Portugueses*, Porto, Edições Asa, 2003, pp.599-600.
- .PEREIRA, António dos Santos, *O Parlamento e a Imprensa Periódica Beirã em tempos de crise (1851-1926)*, Lisboa, Assembleia da República/Edições Afrontamento, 2002.
- .PEREIRA, Miriam Halpern, *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico – Portugal na segunda metade do século XIX*, Lisboa, Edições Cosmos, 1977.
- .——, *A Política Portuguesa de Emigração, 1850 a 1930*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1981.
- .PINTO, António Costa, “Muitas Crises, Poucos Compromissos: A Queda da Primeira República”, *Penélope*, 1998 (19-20), pp.43-70.
- .PERES, Damião [dir.], *História de Portugal*, vol. VII, Lisboa, 1935.
- .PIRES, António Manuel Bettencourt Machado, *A Ideia de Decadência na geração de 70*, Ponta Delgada, Instituto Universitário dos Açores, 1980.
- .——, *Luz e sombras no século XIX em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007.
- .PROENÇA, Maria Cândida, *D. Manuel II*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.
- .RAMOS, Rui [coord.], “A Segunda Fundação (1890-1926)”, in José Mattoso [dir.], *História de Portugal*, vol. VI, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.
- .——, *D. Carlos (1863-1910)*, Lisboa Círculo de Leitores, 2006.
- .—— [coord.], *História de Portugal*, 3.^a ed., Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010.
- .RAVARA, António Pinto, “Os Partidos políticos liberais na primeira fase do rotativismo parlamentar (1851-1865)”, *Análise Social*, vol. XII, 1976 (46), pp.363-367.

- .——, “Acerca das eleições de 1911”, *Clio*, vol. 3, Lisboa, 1981, pp.130-149.
- .RÊGO, Manuela [coord.], *1907. No advento da República*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2009.
- .——, *O ano de 1909*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2009.
- .REIS, António [dir.], *Portugal Contemporâneo*, II vols., Lisboa, Publicações Alfa, 1996.
- .——, “Epílogo: o Fim da Primeira República”, in Fernando Rosas & Maria Fernanda Rollo [coord.], *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-China, 2009, pp.569-582.
- .REIS, Jaime, “A ‘Lei da Fome’: as origens do protecionismo cerealífero (1889-1914)”, *Análise Social*, vol. XV, 1979 (60), pp.745-793.
- .RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, “Imprensa: liberdade e censura nos meados de Oitocentos”, in Carlos Cordeiro & Susana Serpa Silva [coord.], *A História da Imprensa e a Imprensa na História: o Contributo dos Açores*, Ponta Delgada, Centro de Estudos Gaspar Frutuoso/Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra, 2009, pp.73-107.
- .RIBEIRO, Orlando, *Introduções Geográficas à História de Portugal. Estudo Crítico*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1977.
- .——, “Deslocamentos da População em Portugal. Programa de estudo”, *Finisterra*, vol. XLIII, 2008 (85), pp.95-100.
- .ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz & CAEIRO, Domingos, *Portugal-Brasil. Migrações e migrantes. 1850-1930*, Lisboa, Edições Inapa, 2000.
- .RODRIGUES, Teresa Ferreira [coord.], “A Dinâmica Populacional da Cidade do Porto em Finais do Século XIX”, *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, II Série, vol. X, Porto 1993, pp.301-316.
- .——, *História da População Portuguesa*, Lisboa, Edições Afrontamento, 2009.
- .RODRIGUES, Teresa, *Nascer e morrer na Lisboa Oitocentista*, Lisboa, Cosmos, 1995.
- .ROSAS, Fernando & ROLLO, Maria Fernanda [coord.], *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2009.
- .SÁ, Isabel dos Guimarães & CORTES, Nuno Osório, “A Assistência à Infância no Porto do Século XIX: Expostos e Lactados”, *Cadernos do Nordeste*, vol. V, 1992 (1-2), pp.179-190.
- .SÁ, Luís & RÊGO, Manuela [coord.], *Jornais Republicanos (1848-1926)*, Lisboa, Biblioteca Nacional/Assembleia da República, 2011.
- .SALGEIRO, Teresa Barata, *A Cidade em Portugal*, Porto, Edições Afrontamento, 1992.
- .SAMARA, Maria Alice & TAVARES, Rui, *O Regicídio*, 2.^a ed., Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2008.

- .SANTOS, Manuel Pinto dos, *Monarquia Constitucional - Organização e relação do Poder Governamental com a Câmara dos Deputados*, Lisboa, Assembleia da República, 1986.
- .SANTOS, Maria Helena Carvalho dos, “Imprensa periódica clandestina no século XIX: O Português e a Constituição”, in Maria Filomena Mónica & Jaime Reis & Maria de Lourdes Lima dos Santos [coord.], *O Século XIX em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais, 1979, pp.459-475.
- .SARAIVA, José Hermano, *História Concisa de Portugal*, 2.^a ed., Mem Martins, Publicações Europa-América, 1978.
- .—— [dir.], *História de Portugal*, 6 vols., Lisboa, Publicações Alfa, 1983-1985.
- .SARDICA, José Miguel, “A vida partidária Portuguesa nos primeiros e anos da Regeneração”, *Análise Social*, vol. XXXII, 1997 (143-144), pp.747-777.
- .——, “Os partidos políticos no Portugal oitocentista (discursos historiográficos e opiniões contemporâneas)”, *Análise Social*, vol. XXXII, 1997 (142), pp.557-601.
- .——, “Combate político e renovação cultural”, *Revista História*, Lisboa, 1998, julho/agosto (4/5), pp.28-37.
- .——, “Um homem para todas as causas – perfil político do duque de Ávila e Bolama”, *Análise Social*, vol. XXXVI, 2001 (160), pp.639-684.
- .——, *Duque de Ávila – Biografia*, Lisboa, Assembleia da República/Publicações D. Quixote, 2005.
- .——, “O ‘Quinto Poder’. Imprensa e Opinião Pública na época de Hintze Ribeiro”, *Colóquio Hintze Ribeiro, 1849-1907. Da Regeneração ao Crepúsculo da Monarquia*, Ponta Delgada, 2007.
- .——, *Duque de Ávila e Bolama - Fotobiografia*, Horta, Núcleo Cultural da Horta e Câmara Municipal da Horta, 2007.
- .——, *O Século XX Português*, Alfragide, Texto Editora, 2011.
- .SCHWARTZMAN, Kathleen “Contributo para a sistematização dum aparente caos político: o caso da Primeira República Portuguesa”, *Análise Social*, vol. XVII, 1981 (65), pp.153-162.
- .SEABRA, João, *O Estado em Portugal no início do século XX - A Lei da Separação de 1911*, Cascais, Princípa Editora, 2009.
- .SERPA, António Ferreira de, *Influência do Canal do Panamá no Movimento dos Portos Portugueses*, Lisboa, Oficina Tipográfica, 1911.
- .SERRA, João Bonifácio, “As reformas da administração local de 1872 a 1910”, *Análise Social*, vol. XXIV, 1988 (103-104), pp.1 037-1 066.
- .——, “Do 5 de outubro ao 28 de maio: a instabilidade permanente”, in António Reis [dir.], *Portugal Contemporâneo*, vol. II, Lisboa, Publicações Alfa, 1996, pp.13-84.

- , “Caraterização do Sistema Político da 1.^a República”, *Atas do Seminário A Crise do Sistema Liberal e a Implantação da República*, Moita, Câmara Municipal, 2002.
- .SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, vols. IX a XIII, Lisboa, Editorial Verbo, 1986-1997.
- .SERRÃO, Joel, *Cronologia Geral da História de Portugal*, Lisboa Iniciativas Editoriais, 1971.
- , *A Emigração Portuguesa*, 4.^a ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1982.
- , *Da ‘Regeneração’ à República*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.
- .SIMÕES, João Gaspar, *A Geração de 70*, 2.^a ed., Lisboa Editorial Inquérito, 1984.
- .SILVA, Ana Paula, *A Introdução das Telecomunicações em Portugal (1855-1939)*, Tese de Doutoramento, Texto Policopiado, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2007.
- .SILVA, João Manuel Gonçalves da, “O clientelismo partidário durante a I República – o caso do Partido Reconstituente. 1920-1923”, *Análise Social*, 1997 (140), pp.31-74.
- .SILVA, Joaquim Palminha, *Portugueses no Havai. Sécs. XIX e XX (Da emigração à Aculturação)*, Ponta Delgada, Presidência do Governo Regional do Açores/Gabinete de Emigração e Apoio às Comunidades Açorianas, 1996.
- .SILVA, Maria Regina Tavares da, “Feminismo em Portugal na voz das mulheres escritoras do início do século XX”, *Análise Social*, vol. XIX, 1983 (77/78/79), pp.857-907.
- .SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da & FERNANDES, Paulo Jorge, *D. Luís*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.
- .SOBRAL, José Manuel & ALMEIDA, Pedro Ginestal Tavares de, “Caciquismo e poder político. Reflexões em torno das eleições de 1901”, *Análise Social*, vol. XVIII, 1982 (72-73-74), pp.649-671.
- .SOUSA, Marcelo Rebelo de, *Os Partidos no Direito Constitucional Português*, Braga, Livraria Cruz, 1983.
- .SOUSA, Paulo Silveira et al. a), “Perante a Pneumónica – a epidemia e as respostas das autoridades de saúde pública e dos agentes políticos em Portugal” (1918-1919), *Varia História*, vol. 25, Belo Horizonte, july/dec., 2009 (42), pp.377-402.
- et al. b), “Responder à epidemia: Estado e Sociedade civil no combate à gripe pneumónica – 1918-1919”, *Revista da História das Ideias*, vol. 29, Coimbra, Instituto de História e de Teoria das Ideias/Universidade de Coimbra, 2009, pp.443-475.
- .TEIXEIRA, Manuel C. & VALLA, Margarida, *O Urbanismo Português-Séculos XIII-XVIII. Portugal-Brasil*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999.
- .TEIXEIRA, Nuno Severiano, “Política externa e política interna no Portugal de 1890: o Ultimato Inglês”, *Análise Social*, vol. XXIII, 1987 (98), pp.687-719.
- , “Portugal e a Grande Guerra”, in Id. & Manuel Themudo Barata [dir.], *Nova História Militar de Portugal*, vol. IV, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, pp.14-34.

- .TENGARRINHA, José, “Imprensa”, in Joel Serrão [dir.], *Dicionário de História de Portugal*, vol. III, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1979, pp.246-272.
- .——, *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, 2.^a ed., Lisboa, Editorial Caminho, 1989.
- .TORRAL, Luís Reis, “Manuel de Arriaga, António José de Almeida e a Universidade”, *Atas do colóquio Manuel de Arriaga, o primeiro Reitor da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2001, pp.25-53.
- .—— & VARGUES, Isabel Nobre, “Produção e reprodução cultural”, in José Mattoso [dir.], *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp.689-696.
- .—— & MENDES, José Amado & CATROGA, Fernando [coord.], *História da História em Portugal. Sécs. XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.
- .VALÉRIO, Nuno, “A Imagem do *Brasileiro* na obra literária de Júlio Dinis”, *Revista Ler História*, 2000 (39), pp.141-152.
- .VAQUINHAS, Irene, “Linhas de investigação para a história das mulheres nos séculos XIX e XX. Breve esboço”, *História. Revista da Faculdade de Letras*, III Série, vol. 3, Porto 2002, pp.201-221.
- .——, “As mulheres na imprensa regional. O caso da comarca de Arganil”, *Revista Ler História*, 2003 (45), pp.63-90.
- .——, *Nem Gatas Borracheiras, nem bonecas de luxo. As mulheres portuguesas sob o olhar da Histórias (séculos XIX-XX)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005.
- .——, *Miserável e gloriosa: a imagem ambivalente da mulher no século XIX, Senhoras e mulher na sociedade portuguesa no século XIX*, Lisboa, Edições Colibri, 2000.
- .—— [coord.], “A Época Contemporânea”, in José Mattoso [dir.], *História da Vida Privada em Portugal*, vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, 2010.
- .—— & CASCÃO, Rui, “Evolução da Sociedade em Portugal: A lenta e complexa afirmação de uma civilização burguesa”, in José Mattoso [dir.], *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp.441-457.
- .VENTURA, António, *Os Constituintes de 1911 e a Maçonaria*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2011.
- .VERÍSSIMO, Nelson, “O Deputado do Povo. Manuel de Arriaga (1882)”, *Revista Islenha*, Funchal, 1987, dezembro, (1), pp.45-52.
- .——, “O Deputado do Povo. Manuel de Arriaga (1882-1884)”, *Revista Islenha*, Funchal, 1989, janeiro-junho (4), pp.52-58.
- .——, “Manuel de Arriaga, deputado pelo Funchal (1882-1884)”, *Atas do Colóquio O Tempo de Manuel de Arriaga*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa/ Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta, 2004, pp.315-327.
- .VIDIGAL, Luís, *Cidadania, Caciquismo e Poder. Portugal, 1890-1916*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988.
- .VIEIRA, Joaquim, *Portugal. Século XX. Crónica em Imagens (1900-1910)*, Lisboa Círculo de Leitores, 1999.

- , *Portugal. Século XX. Crónica em Imagens (1910-1920)*, Lisboa Círculo de Leitores, 1999.
- , *Portugal. Século XX. Crónica em Imagens (1920-1930)*, Lisboa Círculo de Leitores, 1999.
- VILELA, Mário, “Receção de Camões nos jornais de 1880”, *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXXIII, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1985, pp.403-418.
- WARRIN, Donald, *So Ends This Day. The Portuguese in American Whaling 1765-1927*, Massachusetts, University of Massachusetts, 2010.
- WHEELER, Douglas L., “A Primeira República Portuguesa e a História”, *Análise Social*, vol. XIV, 1978 (56), pp.865-872.

.Sobre educação e ensino

- ADÃO, Áurea, *A Criação e a Instalação dos Primeiros Liceus Portugueses. Organização Administrativa e Pedagógica, 1830-1860. Contribuição Monográfica*, Oeiras, Instituto Gulbenkian de Ciência, 1982.
- , “Os primeiros anos do Ensino Liceal: Realidades e Necessidades”, *Atas dos Colóquios do 1.º Centenário da Reforma de Jaime Moniz (1894-1895)*, Braga, Universidade do Minho, 1999, pp.1-16.
- , *As Políticas Educativas nos Debates Parlamentares Oitocentistas. O Caso do Ensino Secundário*, Lisboa, Assembleia da República/Edições Afrontamento, 2001.
- ALVES, Luís Alberto Marques, “O Ensino na segunda metade do século XIX”, *Revista História*, III Série, vol. 2, Porto, Faculdade de Letras, 2001, pp.53-92.
- ÁVILA, Leandro, *O Liceu Nacional de Angra do Heroísmo: de Nacional a Central. Percurso da instituição liceal terceirense de 1916 a 1933*, Tese de Mestrado, Texto Policopiado, Angra do Heroísmo, Universidade dos Açores, 2008.
- BARROSO, João, *Os Liceus. Organização Pedagógica e Administrativa (1836-1960)*, 2 vols., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995.
- , “A influência do Regime de Classes na organização Pedagógica e na Administração do Liceu”, *Atas dos Colóquios do 1.º Centenário da Reforma de Jaime Moniz (1894-1895)*, Braga, Universidade do Minho, 1999, pp.17-37.
- BENARÚS, José [coord.], *O 1.º Centenário do Liceu Nacional da Horta (1952-1953)*, Horta, Liceu da Horta, 1952.
- CANDEIAS, António & SIMÕES, Eduarda, “Alfabetização e escola em Portugal no século XX: Censos Nacionais e estudos de caso”, *Análise Psicológica*, vol. XVII, 1999 (1), pp.163-194.
- CARDONA, Maria João, *Para a História da Educação da Infância em Portugal. O discurso oficial (1834-1990)*, Porto, Porto Editora, 1997.

- .CARVALHO, Rómulo de, *História do Ensino em Portugal - Desde a Fundação da Nacionalidade até o fim do Regime de Salazar – Caetano*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.
- .CASULO, José Carlos de Oliveira, “Currículo e pedagogia nos liceus portugueses entre a Monarquia e a República: as reformas do ensino secundário de 1905 e 1917”, *Revista Ibero-americana de Educação*, vol. 4, 2010, dezembro 15 (54), pp.1-11.
- .CORDEIRO, Carlos, “O liceu de Ponta Delgada. Turbulências de um começo (1852-1892)”, *Revista Insulana*, vol. LVIII, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2002, pp. 5-28.
- .CRUZ, José Carlos Morais da, *A Inspeção dos Liceus no Portugal, 1836-1892*, 2 vols., Tese de Mestrado, Texto Policopiado, Lisboa, Universidade Lusófona, 2002.
- .DIAS, Luís Pereira, *As Outras Escolas: o Ensino Particular das Primeiras Letras entre 1859 e 1881*, Lisboa, Educa, 2000.
- .DIAS, Urbano Mendonça, *História da Instrução nos Açores*, Vila Franca do Campo, Emp. Tipográfica Lda., 1928.
- .FERNANDES, Adília, *O lugar feminino no Liceu Sá de Miranda – Braga (1930-1947)*, Palimage, Coimbra, 2009.
- .GAMEIRO, Fernando Luís, *Entre a Escola e a Lavoura: O Ensino e a Educação no Alentejo, 1850-1919*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 1997.
- .GONÇALVES, Maria Neves Leal & SANTOS, Maria Manuela Ventura, “A Educação para a cidadania em Portugal. O ato de educar para a cidadania – a evolução e (re)construção do conceito – do vintismo à atualidade”, *Revista Brasileira de Educação*, col. 11, 2006, mai/ago (32), pp.1 441-1 456.
- .JOÃO, Maria Isabel, “Aspetos do ensino e da cultura no distrito da Horta no século XIX”, in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2007, pp.329-339.
- .LOBÃO, Carlos, *Liceu da Horta. Memória Institucional*, Horta, Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta, 2004.
- .MAGALHÃES, Justino Pereira, “Linhas de investigação da Alfabetização em Portugal. Um domínio do conhecimento em renovação”, *Revista Brasileira de Educação*, 1996, mai/jun/jul (2), pp.42-60.
- .——, “Cultura letrada e modernidade – escolarização e sociedade no distrito da Horta”, in *O Faial e a Periferia Açoriana (Nos 550 anos do Descobrimento das Flores e do Corvo)*, Horta, Núcleo Cultural, 2004, pp.387-392.
- .MANIQUE, Carlos, “A ideia de ‘casa da escola’ no século XIX português”, *Revista História*, III Série, vol. VI, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 2005, pp.291-312.

- .MARQUES, Fernando Moreira, *Os Liceus do Estado Novo, Arquitetura, Currículo e Poder*, Lisboa, Educa, 2003.
- .MARTINS, Ernesto Candeias, “Ideário da Escola Pública Portuguesa entre os séculos XIX e XX”, *Revista do Centro Universitário Moura Lacerda*, 2010, pp.12-28.
- .MELO, Carlos, *A Escola do Magistério Primário da Horta no Estado Novo (1945-1974)*, Tese de Mestrado, Texto Policopiado, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2007.
- .MOGARRO, Maria João, “Cultura material e modernização pedagógica em Portugal (séculos XIX-XX)”, *Educatio Siglo XX*, vol. 28, 2010, pp.89-114 (93).
- .MONIZ, Gonçalo Canto, *Arquitetura e Instrução. O projeto moderno do liceu (1836-1936)*, Coimbra, Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2007.
- .MOREIRA, José António Marques, “Formação de Professores em Portugal no século XX”, *O Professor*, 2003, novembro-dezembro (83), pp.48-56.
- .NOBRE, José Barros, “I.º Centenário da criação dos Liceus em Portugal”, *Labor. Revista do Ensino Secundário*, Aveiro, 1936, outubro (75), pp.31-51.
- .NÓVOA, António, *Le Temps des Professeurs*, 2 vols., Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987.
- .——, “A Educação Nacional“, in Joel Serrão & A. H. de Oliveira Marques [dir.], *Nova História de Portugal [Portugal e o Estado Novo, (1930-1960)]*, vol. XII, Lisboa, Editorial Presença, 1991, pp.455-519.
- .—— [org.], *Os Professores e as Reformas de Ensino – na viragem do século (1886-1906)*, Porto, Edições Asa, 1993
- .—— & SANTA-CLARA, Ana Teresa [coord.], *Liceus de Portugal-Histórias, Arquivos, Memórias*, Porto, Edições Asa, 2003.
- .Ó, Jorge Ramos do, *O Governo de si mesmo – modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX – meados do século XX)*, Lisboa, Educa, 2002.
- .PAVÃO. Rubens de Almeida, *Subsídios para a história do Ensino Primário no concelho do Nordeste (1832-1995)*, Nordeste, Câmara Municipal do Nordeste, 2005.
- .——, *Memórias do Ensino Primário no concelho de Ponta Delgada (1772-1939)*, Ponta Delgada, Câmara Municipal de Ponta Delgada, 2008.
- .PINTASSILGO, Joaquim, “O associativismo docente do ensino liceal português durante o período republicano e a sua imprensa – as representações dos professores sobre a profissão e a construção de identidades”, *Revista Lusófona de Educação*, 2008 (12), pp.79-96.
- .—— & SERRAZINA, Lurdes [org.], *A Escola Normal de Lisboa e a Formação de Professores. Arquivo, História e Memória*, Lisboa, Edições Colibri/Centro de investigação em Educação

Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa/Escola Superior de Educação de Lisboa, 2009.

- .RAMOS, Rui, “Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal Contemporâneo”, *Análise Social*, vol. XXIV, 1988 (103-104), pp.1 067-1 145.
- .RESENDE, José Manuel, *O Engrandecimento de uma profissão. Os Professores do Ensino Secundário Público no Estado Novo*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003.
- .SANTA-CLARA, Ana Teresa, *Principais Reformas do Ensino Secundário*, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1995.
- .SILVA, Carlos Manique, “A ideia de ‘casa da escola’ no século XIX português”, *Revista História*, III Série, vol. 6, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 2005, pp.291-312.
- .TORGAL, Luís Reis, “A Instrução Pública”, in José Mattoso [dir.], *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp.609-651.
- .VALENTE, Vasco Pulido, *O Estado Liberal e o Ensino. Os Liceus Portugueses (1834-1930)*, Lisboa, Gabinete de Investigações Sociais, 1973.
- .VERÍSSIMO, Nelson, “A inspeção extraordinária às Escola Primárias do distrito de Angra em 1863”, in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Sécs. XV a XX*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2007, pp.341-359.
- .——, “A inspeção de 1867 às escolas da Instrução Primária das Flores e do Corvo”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2009 (18), pp.353-360.
- .——, “A inspeção de 1867 às escolas de instrução Primária da ilha de São Jorge”, in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Sécs. XV a XX*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2011, pp.563-578.
- .VIDIGAL, Luís, *Cidadania, Caciquismo e Poder. Portugal, 1890-1916*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988.

.Sobre diferentes formas de associativismo, sociabilidades e assistência

- .AGULHON, Maurice, *La sociabilité méridionale. Confréries et associations dans la vie collective en Provence orientale à la fin du XVIIIe siècle*, 2 vols., Aix-en-Provence, 1966.
- .——, *Le cercle dans la France bourgeoise 1810-1848: Étude d’une mutation de sociabilité*, Paris, 1977.
- .ANDRADE, José, *Coliseu Avenida. Símbolo de uma Geração*, Ponta Delgada, 2005.
- .ARRISCADO, José Augusto, “Sociabilidade Burguesa em Viana do Castelo na segunda metade do século XIX: a assembleia vianense”, *Revista História*, III Série, vol. 6, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp.271-289.
- .BITTENCOURT, Ezio, *Da rua ao teatro, os prazeres de uma cidade: sociabilidades e cultura no Brasil Meridional. Panorama da História de Rio Grande*, Rio Grande, Ed. Furg, 1999.

- .BRITO, Sandra, “Associativismo recreativo-cultural: sentidos de uma prática. O Clube Fenianos Portuenses”, *Revista da Faculdade de Letras do Porto. História*, III Série, vol. 5, Porto, 2004, pp.79-100.
- .——, “O carnaval e o mundo burguês”, *Revista da Faculdade de Letras do Porto. História*, Porto, III Série, vol. 6, 2005, pp.313-338.
- .BRUM, José Bettencourt, *Fayal Sport Club – Subsídios para a sua História*, Horta, Centro de Estudos e Cultura da Câmara Municipal da Horta, 1988.
- .CABRAL, Joaquim Maria, *Filarmonicas da Ilha de S. Miguel*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 1985.
- .CHALINE, Jean-Pierre, “Les rites de sociabilité chez les élites urbaines en France au XIX.e siècle”, *Memória y Civilización* 3, 2000, pp.187-205.
- .CARVALHO, Mário Vieira de, “O Teatro de S. Carlos: de ‘Teatro de Corte’ para a burguesia a ‘Passeio Público’ do Romantismo”, in Instituto de Sintra [dir.], *Romantismo – da mentalidade à criação artística*, Sintra, 1986.
- .CASCÃO, Rui, “Vida quotidiana e sociabilidade”, in José Mattoso [dir.], *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp.517-541.
- .CASTRO, Armando de, “Mutualismo”, in José Pereira da Costa [coord.], *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, vol. II, Lisboa, Publicações Alfa, 1990, pp.23-24.
- .CATROGA, Fernando, “Festa Cívica, História e Política”, *Revista Vértice*, 1990, julho (28), pp.25-32.
- .——, “Morte romântica e religiosidade cívica”, in José Mattoso [dir.], *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp.517-541.
- .——, “Ritualizações da História. As comemorações como Liturgia Cívica”, in, Luís Reis Torgal & José Amado Mendes & Fernando Catroga [coord.], *História da História em Portugal. Sécs. XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp.547-671.
- .CASTRO, Manuel Faria de, *Associação de Futebol da Horta. 75 Anos ao serviço do Futebol (1930-2005)*, Horta, Associação de Futebol, 2005.
- .COELHO, João Nuno & PINHEIRO, Francisco, *A Paixão do Povo – História do Futebol em Portugal*, Ed. Afrontamento, 2002, pp.49-60.
- .COELHO, Maria de Fátima, “Mendicidade”, in José Costa Pereira [coord.], *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, vol. I, Lisboa, Publicações Alfa, 1990, pp.462-463.
- .CORDEIRO, Graça Índias & VIDAL, Frédéric [org.], *A Rua, espaço, tempo, sociabilidade*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008.
- .CORSÉPIUS, Yolanda, *Algumas notas sobre aspetos socioculturais na Horta no tempo dos cabos Submarinos*, [Horta], Edição do Autor, 1999.

- .DIAS, João José Alves, “O Amor da Pátria é o único astro que nos guia. A Maçonaria na Ilha do Faial em 1892”, in *O Faial e a periferia açoriana nos Séculos XV a XIX*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1995, pp.275-282.
- .DIAS, José Maria Teixeira, “A Sociedade de Beneficência Eclesiástico-Micaelense”, *Revista Arquipélago. História*, 2.^a Série, vol. V, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2001, pp.313-322.
- .——, *História da Associação de Socorros Mútuos de Ponta Delgada*, Ponta Delgada, Associação de Socorros Mútuos, 2003.
- .ENES, Maria Fernanda, *Reforma Tridentina e Religiosidade Vivida. Os Açores na época Moderna*, Ponta Delgada, Signo, 1991.
- .——, “Sociedade dos Amigos das Letras e das Artes-Um caso de Associativismo Moderno”, in *Ernesto do Canto – retratos do homem e do tempo*, Ponta Delgada, Centro de Estudos Gaspar Frutuoso/Universidade dos Açores/Câmara Municipal de Ponta Delgada, 2003, pp.71-106.
- .FERNANDES, Aurélia Armas de Sousa, *Uma Obra Ímpar Abençoada por Santo António. Casa de Infância de Santo António – Horta*, 2.^a ed., S. l., Edição do Autor, 2004.
- .FLORES, Maria Bernardete Ramos, “Entre a casa e a Rua... memória feminina das festas açorianas no sul do Brasil”, *Cadernos Pagu*, 1995 (4), pp.117-142.
- .FONSECA, Vítor da, “Beneficência e auxílio mútuo no associativismo português: Rio de Janeiro, 1903-1920”, in Beatriz Padilla e Maria Xavier [org.], *Revista Migrações – Número Temático Migrações entre Portugal e América Latina*, Lisboa, Acidi, 2009, outubro (5), pp.221-237.
- .FONTE, Teodoro Afonso da, *No Limiar da honra e da pobreza. A infância desvalida no Alto Minho (1698-1924)*, Vila Praia de Âncora, Ancorensis Cooperativa de Ensino/Neps/Universidade do Minho, 2005.
- .GAUDÊNCIO, Manuel, “Filarmónica Nova Artista Flamenguense”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, Horta Núcleo Cultural da Horta, pp.129-170.
- .—— & LOBÃO, Carlos, *Sociedade Filarmónica Nova Artista Flamenguense (1881-1998), Subsídios para a sua História*, 2.^a ed., Flamengos, Sociedade Filarmónica Nova Artista Flamenguense, 1998.
- .GOMES, António da Rosa, *Lira Campesina Cedrense*”, in Carlos Lobão [org.], *Filarmónicas do Faial. Subsídio para o seu estudo*, 1.^o vol., Horta, Câmara Municipal da Horta/Centro de Estudos e Cultura, 1987, pp.97-106.
- .GOODOLPHIM, Costa, *A Previdência, Associação de Socorro Mútuo, Cooperativas, Caixas de Pensões e Reformas, Caixas Económicas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889.
- .——, *A Associação*, Lisboa, Seara Nova, 1974 (edição original de 1876).

- .GUERENÃ, Jean-Louis, “Espacios y formas de la sociabilidade en la España contemporánea. Introducción”, *Hispania, Revista Española de História*, vol. LXIII/2, 2003, maio-agosto (214), pp.409-414.
- .GUINOTE, Paulo, “Vida Boémia, vida elegante: à Conquista da Noite”, in António Reis [dir.], *Portugal Contemporâneo*, vol. II, Lisboa, Publicações Alfa, 1996, pp.343-368.
- .JESUS, Ronaldo Pereira de “Associativismo no Brasil do Século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado (1860-18889), *Locus, Revista de História*, vol. 13, 2007 (1), pp.144-170.
- .JÚNIOR, Frederico Lopes, “Memória Histórica sobre o Montepio Terceirense (Associação de Socorros Mútuos). Na Comemoração do 1.º Centenário”, *Atlântida*, vol. IV, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 1960, março-abril (2), pp.67-104.
- .JOÃO, Maria Isabel, “Espaço Urbano e Festa Cívica”, in *A Cidade. Jornadas Inter e Pluridisciplinares*, vol. I, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, pp.283-294.
- .JORGE, Vítor Oliveira & MACEDO, José M. Costa [org.], *Crenças, Religiões e Poderes. Dos Indivíduos às Sociabilidades*, Lisboa, Edições Afrontamento, 2008.
- .LIMA, Marcelino, *O Teatro na Ilha do Faial*, Lisboa, Edição do Autor, 1957.
- .LOBÃO, Carlos [org.], *Filarmónicas do Faial. Subsídios para o seu estudo*, 1.º vol., Horta, Câmara Municipal da Horta, 1987.
- .——, *Angústias Atlético Clube, Subsídios para a sua História*, Horta, Angústias Atlético Clube, 1992.
- .—— a), *Sociedade Filarmónica União Faialense. Subsídios para a sua História*, Angústias, União Faialense, 1994.
- .—— b), *Sporting Club da Horta, Subsídios para a sua História*, Horta, Sporting Club da Horta, 1994.
- .——, *Casa de Infância de Santo António. Subsídios para uma História*, Horta, Casa de Infância de Santo António, 1998.
- .——, *125 Anos-Sociedade Filarmónica Unânime Praiense*, Praia do Almoxarife, Sociedade Filarmónica Unânime Praiense, 2006.
- .LOBÃO, Carlos [org.], *Filarmónicas do Faial. Subsídios para o seu estudo*, 1.º vol., Horta, Câmara Municipal da Horta, 1987.
- .LOPES, Maria Antónia, *Mulheres, Espaço e Sociabilidades*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989.
- .——, “Os pobres e a assistência pública”, in José Mattoso [dir.], *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp.501-515.
- .—— & SÁ, Isabel dos Guimarães, *História Breve das Misericórdias Portuguesas (1498-2000)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

- .LOUSADA, Maria Alexandre, “Sociabilidades Mundanas em Lisboa. Partidas e Assembleias, 1760-1834”, *Penélope*, 1998 (19-20), pp.129-160.
- .MEDEIROS, António, “O Largo, a Rua nos pequenos povoados rurais”, in Joaquim Pais de Brito [coord.], *Enciclopédia Temática: Portugal Moderno. Tradições*. Lisboa, Pomo, 1991, pp.171-174.
- .MELLO, Luís de Sousa, “Companhias em *tournee*”, *Revista Ilzenha*, 1991, Jan-Jun (8), pp.94-97.
- .MELO, Daniel, “Parque Mayer – Os 80 anos da Broadway portuguesa”, *Revista História*, 2003 (54), pp.44-50.
- .MENDONÇA, Luís, *Aspetos da Vida Quotidiana nos Açores*, Ponta Delgada, 1998.
- .MENEZES, Luís, *A Horta das Regatas e dos Desportos Náuticos. 40.º Aniversário do Clube Naval da Horta (1947-1987)*, Horta, Clube Naval da Horta, 1987.
- .MERELIM, Pedro de, “Sumário Histórico do Asilo de Mendicidade no seu primeiro Centenário”, *Atlântida*, vol. IV, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 1960, março-abril (2), pp.118-130.
- .MORGADO, Carlos [coord.], *Sporting Clube de Portugal. A História. Os Triunfos e as Imagens de Todos os Tempos*, Lisboa, Diário de Notícias, 2000.
- .NETO, M. Lourdes Akola Meira do Carmo, “Assistência Pública”, in Joel Serrão [dir.], *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1979, pp.234-235.
- .PARREIRÃO, Henrique, “As origens do futebol e de outros desportos em Portugal”, in António Rei [dir.], *Portugal Contemporâneo*, vol. I, Lisboa, Publicações Alfa, 1996, pp.767-772.
- .——, “A Expansão do Futebol e as Olimpíadas”, in António Reis [dir.], *Portugal Contemporâneo*, vol. II, Lisboa, Publicações Alfa, 1996, pp.329-336.
- .PASSOS, Mauro [org.], *A Festa na Vida: significado e imagens*, Petrópolis, Editora Vozes, 2002.
- .PEREIRA, João Luís de Oliveira, *Para uma História da Associação Faialense de Bombeiros Voluntários*, 1.ª ed., Horta, Associação Faialense de Bombeiros Voluntários, 1989.
- .PEREIRA, Jorge Costa, “A vida em Ponta Delgada em 1880 através do Jornal ‘Diário dos Açores’ – Subsídio para o estudo do século XIX micaelense”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, vol. VIII, Horta, 1985-1988 (1-2-3), pp.27-44.
- .PUJADAS, Xavier & SANTACANA, Carles, “El Club Deportivo como Marco de Sociabilidade en Espana. Uma Visión Histórica (1850-1975)”, *Hispania*, vol. LXIII (2), 2003 (214), pp.505-522.
- .RELVAS, Eunice, “Bandas, Filarmónicas e Coretos Volantes. A Festa na Rua”, in *A Cidade. Jornadas Inter e Pluridisciplinares*, vol. II, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, pp.235-249.
- .RIBEIRO, Fernando Faria, *Nos 100 anos da Filarmónica Euterpe de Castelo Branco*, Horta, Filarmónica Euterpe de Castelo Branco, 2012.

- .RIBEIRO, “Espetáculos no Faial e na Periferia Açoriana no Século XIX”, in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX (Nos 550 anos do Descobrimento das Flores e do Corvo)*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2004, pp.373-392.
- .RIDOLFI, Maurizio “As festas da nação: religiões da Pátria e rituais políticos na Europa liberal do longo século XIX”, *Revista Ler História*, 2004 (46), pp.7-18.
- .RODRIGUES, Maria Manuela P. F., “Festas Escolares: As Festas da Árvore no Barreiro”, *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPel, vol. 14, Pelotas, 2010, maio-agosto (31), pp.95-119.
- .ROSENDO, Vasco, *O Mutualismo em Portugal. Dois séculos de história e suas origens*, Lisboa, Montepio Geral/Multinova, 1996.
- .RUSSO, Susana Bilou, *As Bandas Filarmónicas Enquanto Património: Um Estudo de Caso no Concelho de Évora*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 2007.
- .SANTOS, Cláudia, ”Dar a quem precisa – o significado da caridade para a elite micalense oitocentista”, *Revista Arquipélago. História*, 2.^a Série, vol. V, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2001, pp.193-210.
- .SANTOS, David, *Ateneu Artístico Vilafranquense. Da Monarquia Constitucional à Adesão Europeia*, Lisboa, Edições Colibri/Museu Municipal/Câmara municipal de Vila Franca de Xira, 2008.
- .SANTOS, Fernando Piteira, “Direito de Associação”, in Joel Serrão [dir.], *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, Lisboa Iniciativas Editoriais, 1979, pp.236-238.
- .SANTOS, J. A. Ferreira dos, *Os 125 anos do Ateneu Comercial de Lisboa (1880-2005)*, Lisboa, Sete Caminhos, 2009.
- .SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, “A elite intelectual e a difusão do livro nos meados do século XIX”, *Análise Social*, vol. XXVII, 1992, pp.539-546.
- .——, “Sociabilidade, comunicação e aprendizagem”, in António Reis [dir.], *Portugal Contemporâneo*, vol. I, Lisboa, Publicações Alfa, 1996, pp.365-388.
- .SARAIVA, Ana Paula Rocha Costa, *Associativismo Mutualista em Lisboa na segunda metade do século XIX*, Lisboa, Instituto Universitário de Lisboa, 2011.
- .SERPA, Homero & SERPA, Vítor, *História do Futebol em Portugal*, Lisboa, Clube do Colecionador dos Correios, 2004.
- .SILVA, Susana Serpa, ”Aspetos da Vida Social e Cultural Micalense na segunda metade do séc. XIX”, *Revista Arquipélago. História*, 2.^a Série, vol. IV, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2000 (2), pp.299-357.
- .——, ”Associativismo e Filantropia no Tempo de Ernesto do Canto”, in *Ernesto do Canto-retratos do homem e do tempo*, Ponta Delgada, Centro de Estudos Gaspar Frutuoso/Universidade dos Açores/Câmara Municipal de Ponta Delgada, 2003, pp.49-71.

- .——, *Margarida de Chaves, a benemérita. Notas sobre a sua vida e o seu legado*, Ponta Delgada, Instituto Margarida de Chaves, 2010.
- .——, “Dar de comer aos famintos – subsídios para a história da Cozinha Económica de Ponta Delgada (S. Miguel-Açores)”, in Maria Marta Lobo de Araújo & Alexandra Esteves [coord.], *Marginalidade, Pobreza e Respostas Sociais na Península Ibérica (séculos XVI-XX)*, Braga, CITCEM, 2011, pp.217-231.
- .——, “A Autonomia Vista pelas Primeira Gerações Republicanas (1873-1920). Breve contributo com base na análise da imprensa”, in Avelino de Freitas de Meneses [coord.], *Das Autonomias à Autonomia e à Independência. O Atlântico político entre os séculos XV e XXI*, Ponta Delgada, Letras Lavadas edições, 2012, pp.221-239.
- .SILVEIRA, Jorge [coord.], *O Mutualismo em Portugal*, Lisboa, Montepio Geral, 1986.
- .TEIXEIRA, Nuno Severiano, “Da belle époque à era do jazz-band”, in António Reis, *Portugal Contemporâneo*, vol. II, Lisboa, Publicações Alfa, 1996, pp.313-328.
- .VALÉRIO, Nuno, “Mutualismo”, in António Barreto & Maria Filomena Mónica [coord.], *Dicionário de História de Portugal*, vol. 8, Lisboa, Figueirinhas, 1999, pp.586-587.
- .VARGAS, Alberto Ávila [org.], *O 1.º Centenário da Sociedade Filarmónica Unânime Praiense*, Praia do Almoxarife, Sociedade Filarmónica Unânime Praiense, 1981.
- .VASCONCELOS, Ana Isabel, “O Teatro na Lisboa Oitocentista”, in *A Cidade. Jornadas Inter e Pluridisciplinares*, vol. I, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, pp.261-268.
- .VENTURA, Maria da Graça Alves Mateus [coord.], *Associativismo das Confrarias e Irmandades aos Movimentos Sociais Contemporâneos*, Lisboa, Colibri, 2006.
- .VIEIRA, António Belisário da Fonseca [coord.], *O Desporto na Horta. Esboço do movimento desportivo e em especial o Atletismo*, Horta, A Horta Desportiva, 1933.
- .ZEFERINO, Jandira Zeferino & FRAGA, Alexandre, *Sociedade Filarmónica Lira e Progresso Feteirense. Subsídios para a sua História*, Horta, Câmara Municipal da Horta/Centro de Estudos e Cultura, 1989.

.WEBGRAFIA

- .<http://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentação/Páginas/default.aspx>.
- .www.bnportugal.pt.
- .www.marinha.pt.
- .www.newyorkpass.com/ellis-islands.
- .AAVV, “Açores”, *Enciclopédia Açoriana*, in
<http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/enciclopedia/index.aspx> (consultado em 24-01-2009).
- .BARREIROS, Henrique Melo, “Desporto”, *Enciclopédia Açoriana*, in
<http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/enciclopedia/index.aspx> (consultado em 24-03-2011).

- .BERTUCCI-MARTINS Liane Maria, “‘Conselhos ao Povo’. Educação contra a influenza de 1918”, *Cadernos Cedes*, Campinas, vol. 23, 2003, abril (59), pp.103-117, in <http://www.cedes.unicamp.br> (consultado em 12-04-2012).
- .BENCOSTTA, Marcus Levy Albino & PEREIRA, Ana Paula Martins, “História, Cultura e Sociabilidades: Representações e Imagens das Festas escolares (Curitiba, 1903-1971), in www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos346/MarcusLevyAnaPaulaPereira.pdf. (consultado em 05-10-2011).
- .BIBLIOTECA NACIONAL, *Materiais para a História Eleitoral e Parlamentar Portuguesa, 1820-1926*, in <http://purl.pt/5854> (consultado em 12-12-2009).
- .COMMERCIAL CABLE COMPANY, in [www.atlantic-cable.com/Cable\(os\)/ccc](http://www.atlantic-cable.com/Cable(os)/ccc) (consultado em 31-07-2009).
- .COSTA, Américo Fernando da Silva, *Associativismo, Mutualismo e Movimento Operário* em Guimarães nas primeiras décadas do século XX, in www.afvimaranese.pt/documentos/Livro_Mutualismo_AFV.pdf (consultado em 18-01-2010).
- .DIAS, José M. Teixeira, “Mutualismo nos Açores”, *Enciclopédia Açoriana*, in <http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/enciclopedia/index.aspx> (consultado em 28-01-2011).
- .DINIZ, Aires Antunes, *Conferências Pedagógicas de Aveiro*, in www.prof2000.pt/users/avcultura/airesdiniz/conferenciaspedaveiro.htm (consultado em 01-03-2013).
- .ENES, Carlos, “Estradas”, *Enciclopédia Açoriana*, in <http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/enciclopedia/index.aspx> (consultado em 11-05-2009).
- .FREITAS, Joana Gaspar de, *A ‘hidra da anarquia’ à solta ou a história das eleições de 1882, no Funchal, segundo os jornais da época*, in www.bocc.ubi.pt/.../freitas-joana-gaspar-hidra-anarquia-solta-historia (consultado em 12-02-2009).
- .GOULART, Adriana da Costa, “Revisitando a espanhola: a gripe pandémica de 1918 no Rio de Janeiro”, *Hist. Ciênc.Saúde-Manguinhos*, vol.12, Rio de Janeiro, jan-abr (1), 2005, in <http://scielo.br/pdf/hcsm/v12n1/06.pdf> (consultado em 18-01-2010).
- .JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque, “Receita Regionais: a noção de região como um ingrediente da historiografia brasileira ou o regionalismo como modo preparo historiográfico” in <http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/contente/anais/durval.pdf> (consultado em 11-12-2008).
- .LEITE, José Reis Leite, “Autonomia”, *Enciclopédia Açoriana*, in

- <http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/enciclopedia/index.aspx> (consultado em 23-09-2009).
- .LOUREIRO, José Carlos de Magalhães Loureiro, *Objetos, escolas e identidades dos professores no Noroeste de Portugal, entre a segunda metade do século XIX e a Primeira República*, in <http://web.letrasup.pt/aphes29/dat> (consultado em 20-02-2011).
- .”MATERIALS FOR THE HISTORY OF ELECTIONS AND PARLIAMENT IN PORTUGAL, 1820-1926”, in http://purl.pt/5854/2/roteiro_eleicoes_monarquia.html (consultado em 12-08-2012).
- .MENDES, José Amado, “História local e memórias: do Estado-nação à época da globalização”, in <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/12801/1/José%20M.Amado%20Mendes%2034.pdf> (consultado em 20-11-2009).
- .MOGARRO, Maria João, *História da Educação e Formação de Professores em Portugal (1862-1930)*, in <http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/27MariaJoaoMogarro.pdf> (consultado em 28-01-2009).
- .NÓVOA, António Nóvoa, *Formação de Professores e profissão docente*, in <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4758/1/FPPD> (consultado em 18-01-2013).
- .OTHON, Sônia Maria de Oliveira, *A Arte Teatral como instância educativa dos natalenses (1914)*, in [www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/.../423 Sônia Maria Oliveira Othon.pdf](http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/.../423_Sônia_Maria_Oliveira_Othon.pdf) (consultado em 02-03-2013).
- .OUTEIRINHO, Fátima, “Representações do outono na narrativa de viagem oitocentista”, in <http://www.letras.up.pt/upi/ilc/Outeirinho8> (consultado em 18-12-2009).
- .PORTAL DA HISTÓRIA DE PORTUGAL, in www.arqnet.pt/portal/portugal/.../separaçãodasigrejas.html (consultado em 13-08-2012).
- .REPÚBLICA E LAICIDADE, ASSOCIAÇÃO CÍVICA, *Documentos*, in www.estig.ipbeja.pt/ac_direito/Const_1911.pdf (consultado em 12-01-2011).
- .SÁ, Daniel de, “Insularidade”, *Enciclopédia Açoriana*, in <http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/enciclopedia/index.aspx> (consultado em 23-09-2011).
- .SANTOS, Miguel António Dias, *Antiliberalismo e contrarrevolução na I República (1910-1919)*, in https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/bitstream/10316/12380/3/MiguelSantos_tese.pdf (consultado em 12-04-2011).
- .SILVA, Carlos Manique da, *O Ensino Primário Superior em Sintra (1919-1926)*, in <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/6229/1/ensino%20primario%20superior.pdf> (consultado em 06-02-2013).
- .SILVA, Francisco Ribeiro da, “História Local: objetivos, métodos e fontes”, in

- <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3226.pdf> (consultado em 23-09-2009).
- .SILVA, José Manuel Azevedo e, *A importância dos espaços insulares na construção do mundo atlântico*, in
<http://www.ceha-madeira.net/canarias/hia6.html> (consultado em 22-01-2013).
- .SILVA, Luís Carlos Borges da, “A Importância do estudo da História Regional e Local no Ensino Fundamental”, in
<http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuhIII/luiscarlos.pdf> (consultado em 23-09-2009).
- .SOUSA, Fernando & AFONSO, Ana Maria & ROCHA, Fernando, *Os Governadores Cívicos de Bragança*, in
www.cepese.pt/investigação/governadores-civis-de-braganca/at.../file (consultado em 12-07-2011).
- .SOUSA, Paulo Silveira & RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, *As Imagens do Parlamento em Portugal (1870-1926). Literatura, Iconografia e Política*, in
<http://ahistcon.org/docs/murcia/contenido/pdf/...> (consultado em 21-11-2010).
- .TWIN, Mark, *The Innocents Abroad or The New Pilgrims' Progress*, São Francisco, H. H. Bancroft and Company, 1869, in
www.gutenberg.org/files/3176/3176-h/3176-h.htm (consultado em 10-10-2009).

.Índice de Figuras

.Figura 1: Ilha do Faial – freguesias.....**31**

.Índice de Gráficos

.Gráfico 1: População da ilha do Faial, por freguesias, entre 1864 e 1930.....**42**

.Gráfico 2: Emigração do concelho da Horta entre 1880 e 1926.....**113**

.Gráfico 3: Emigração do concelho da Horta entre 1880 e 1926 – distribuição total por freguesias de residência.....**114**

.Gráfico 4: Emigração do concelho da Horta entre 1880 e 1926 – distribuição total por países de destino.....**115**

.Índice de Gravuras

.Gravura 1: A cidade da Horta em 1910.....**53**

.Gravura 2: Instalação do cabo submarino cerca de 1891.....**69**

.Gravura 3: Construção do porto da Horta com o Pico em fundo.....**119**

.Gravura 4: José Maria da Rosa Jr., caricatura.....**202**

.Gravura 5: Dr. Neves, caricatura.....**205**

.Gravura 6: Manuel Francisco Neves Jr.....**205**

.Gravura 7: Lugar de Santa Bárbara, freguesia das Angústias (cerca de 1880-1885): “Os pais não dispensam os filhos dos trabalhos dos campos”.....**320**

.Gravura 8: Edifício do largo do Bispo (1882-1926).....**350**

.Gravura 9: Professores e alunos da Escola Normal da Horta (1921).....**378**

.Gravura 10: *Filarmonia Nova Artista Flamenguense* regida pelo maestro Simaria (1901?).....**439**

.Gravura 11: Desportistas participantes num festival náutico promovido pelo FSC (1923).....**463**

.Gravura 12: Império dos Nobres (inícios do século XX).....**481**

.Gravura 13: Equipa do *Fayal Sport Club* que se deslocou a Ponta Delgada em 1913.....**496**

.Índice de Mapas

.Mapa n.º 1: Mapa da população da ilha do Faial, por freguesias, entre 1878 e 1930.....**42**

.Mapa n.º 2: Mapa do milho existente, em litros, nos seguintes granéis da cidade da Horta, em 1909.....**96**

.Mapa n.º 3: Mapa das casas desabitadas no concelho da Horta em 1891.....**103**

.Mapa n.º 4: Mapa da emigração do concelho da Horta entre 1880 e 1926 - distribuição total por sexo, por estado civil e por idade.....**112**

.Mapa n.º 5: Mapa da emigração do concelho da Horta entre 1880 e 1926 - distribuição total de acordo com o estado de alfabetização.....**115**

.Mapa n.º 6: Mapa das escolas primárias oficiais, de ambos os sexos, existentes na ilha do Faial e frequência no ano letivo de 1898-1899.....**322**

.Índice de Quadros

.Quadro I: Comparação do movimento de nascimentos, óbitos e emigrados no concelho da Horta nos anos de 1882, 1886, 1890, 1900, 1904 e 1910.....**43**

.Quadro II: Mortalidade no concelho da Horta em 1918.....**49**

.Quadro III: Mortalidade no concelho da Horta em 1919.....**49**

.Quadro IV: Distrito da Horta: chefes distritais dos Partidos Regenerador e Progressistas.....	155
.Quadro V: Caraterísticas sociodemográficas dos deputados e senadores eleitos pelo círculo da Horta entre 1915 e 1925.....	259
.Quadro VI: O analfabetismo em Portugal entre 1870 e 1930.....	280
.Quadro VII: Censo de 1911- Instrução no concelho da Horta.....	281
.Quadro VIII: Escola noturnas de adultos existentes no concelho da Horta em 1881.....	293
.Quadro IX: Evolução do número de alunos matriculados no Liceu da Horta entre 1880 e 1928.....	353
.Quadro X: Associações de Socorros Mútuos existentes, em 1891, no concelho da Horta e as que deixaram de existir.....	392
.Quadro XI: Relatórios da direção da <i>Associação de Socorros Mútuos Artista Faialense</i> referentes aos anos de 1906 e 1907.....	396
.Quadro XII: Evolução da conta de receita e despesa e do movimento dos asilados entre 1909 e 1912.....	404
.Quadro XIII: Subscritores da Caixa de Crédito Distrital da Horta.....	422